

Universidade Aberta

# **O contributo dos Cursos de Educação Formação para o sucesso escolar e pessoal dos alunos**

Lógicas e práticas de acção em contexto  
de ensino profissionalizante

Dissertação de Mestrado

Henrique Nuno Jacinto Dias de Oliveira

Lisboa

2008

Dissertação de Mestrado em Administração e Gestão Educacional,  
apresentada à Universidade Aberta



## Agradecimentos

A decisão de realizar um curso de mestrado implicou um dispêndio suplementar de tempo e em consequência uma mudança de hábitos que condicionaram temporariamente a minha vida familiar e pontualmente profissional. Quero manifestar aqui o meu agradecimento ao apoio e compreensão dados por familiares, amigos e colegas, que se viram privados da minha companhia em diversas ocasiões. No caso particular da elaboração desta dissertação, foi resultado da colaboração imprescindível de algumas pessoas, que despendendo do seu tempo, tornaram possível a sua realização.

Em particular, desejo agradecer às seguintes pessoas o seu contributo para que fosse possível a elaboração desta dissertação de mestrado:

-À Professora Doutora Maria Antónia Belchior Ferreira Barreto, minha orientadora na realização da presente dissertação, o incondicional e imprescindível apoio dado;

-à minha família, Mãe, Pai, pelo incentivo que me deram para levar a bom porto este trabalho. Ao Rui Jorge e à Célia pela assessoria técnica em matéria de informática. Um agradecimento especial à Vanessa e ao Guilherme;

-ao meu colega de trabalho João Simões, por toda a colaboração e compreensão expressos;

- ao Hélder e à Vera;

-aos colegas David, Leonor, João e muito em particular à Ana, à Fátima e à Gabriela, pela colaboração que dispensaram e carinho com que me apoiaram durante todo o decurso desta investigação;

-aos meus amigos a quem não me foi possível retribuir com a minha companhia todo o apoio e amizade.

## Resumo da Dissertação

O trabalho que aqui se apresenta teve como intuito investigar sobre os Cursos de Educação e Formação. Esta via de escolarização representa uma alternativa que se pretende de grande eficiência na inclusão de alunos de quem o percurso escolar não se cumpriu conforme as expectativas desejadas.

Regulamentados pelo despacho conjunto n.º279/2002, de 12 de Abril, os Cursos de Educação e Formação (CEF), constituem uma via para que alunos caracterizados por não se enquadrarem no sistema de ensino regular, possam cumprir uma escolaridade que lhes permita a sua inclusão na vida activa ou um prosseguimento de estudos superiores.

Esta nossa investigação assentou num estudo de caso, baseado em duas turmas de uma escola do distrito de Lisboa, pertencentes a dois Cursos de Educação e Formação, distintas tanto quanto às áreas profissionais abordadas como relativamente às características dos seus alunos. Foi nossa intenção utilizar o maior número de instrumentos de pesquisa, aplicados ao maior número de intervenientes em todo o processo educativo focado, de modo a conferir à investigação o maior grau de fiabilidade possível.

Deste modo, foram extraídas uma série de conclusões, que dadas as limitações inerentes a uma investigação com estas características, não permitiu fazer generalizações relativas ao tema. Assim sendo, este trabalho servirá meramente como documento de reflexão para todos aqueles que trabalhem dentro do contexto visado ou simplesmente se interessem por esta temática.

Palavras Chave:

- Cursos de Educação e Formação (CEF)
- Ensino Técnico e Profissional
- Diferenciação Pedagógica

## Abstract

The following dissertation had as its main purpose to study a topic that, nowadays, has to do with a schooling alternative. It intends to be of great efficiency in the inclusion of pupils whose learning process was not as successful as desired, the Educational and Formation Courses.

These courses are regulated by the joint bill n.º279/2002, of the 12 of April, Educational and Formation Courses (EFC). These courses constitute an alternative way for students whose profile does not fit in the regular educational system, so that they can fulfill a schooling process which allows their inclusion in the working life or proceed with their higher education.

Our investigation is based upon a study case of two classes from a school of the Lisbon area. These classes belong to two Educational and Formation Courses, both of them differ in the professional areas as well as the type of its students. It was our intention to use the greatest number of research tools, applied to the greatest number of contributors in all the educative process analyzed, in order to confer to this investigation the greatest degree of reliability.

In this way, a series of conclusions were achieved, that given the inherent limitations of a study with these characteristics, did not allow us to make relative generalizations over this matter. Therefore, this study will be used merely as document for reflection to all those that work in this topic area or simply those who are interested in this subject matter.

# Índice

Agradecimentos .....	I
Resumo da Dissertação .....	II
Abstract .....	III
Índice.....	IV
Tábua de Siglas e Abreviaturas .....	XIV
Introdução .....	1
Parte I - Contextualização teórica da temática em estudo .....	5
1.º Capítulo - A Escola como Organização Complexa .....	5
1.1. As Imagens organizacionais da Escola.....	5
1.1.1. A escola como empresa .....	7
1.1.2. A escola como burocracia.....	10
1.1.3. A escola como <i>democracia</i> .....	11
1.1.4. A escola como <i>arena política</i> .....	13
1.1.5. A escola como <i>cultura</i> .....	16
1.1.6. A autonomia da Escola, da “autonomia decretada” à “autonomia construída” .....	19
1.1.7. School Based Management e o Movimento de Escolas Eficazes 23	
1.1.8. As Culturas da comunidade docente. ....	27
1.1.9. Críticas à colegialidade.....	29
1.1.10. A génese das culturas de colaboração .....	30
2.º Capítulo - A Escola e a sua componente pedagógica .....	33
2.1. Princípios da Formação de Professores .....	33
2.1.1. Orientações Conceptuais na Formação de Professores.....	36
2.1.2. Orientação Académica.....	37
2.1.3. Orientação Tecnológica .....	37
2.1.4. Orientação Personalista.....	38
2.2. A Capacitação dos Alunos .....	39
2.2.1. Medidas de Combate ao Insucesso Escolar.....	39
2.2.2. Os Modelos de Ensino.....	42
2.2.3. Modelos de processamento de informação .....	43
2.2.4. Modelos pessoais .....	44

2.2.5.	Modelos de interacção social.....	45
2.2.6.	Modelos Comportamentais .....	46
2.2.7.	O Modelo não Directivo. ....	47
2.3.	A Teoria das Inteligências Múltiplas.....	50
2.3.1.	O direito á Diferenciação Pedagógica - uma análise a nível meso 50	
2.3.2.	Síntese da Teoria das Inteligências Múltiplas.....	51
2.3.3.	A Inteligência Linguística .....	52
2.3.4.	A Inteligência Musical .....	53
2.3.5.	A Inteligência Lógico-Matemática .....	53
2.3.6.	A Inteligência Espacial.....	53
2.3.7.	A Inteligência Corporal-Cinestésica .....	54
2.3.8.	A Inteligência Interpessoal.....	54
2.3.9.	A Inteligência Intrapessoal.....	54
2.3.10.	As implicações educacionais da Teoria das Inteligências Múltiplas 55	
3.º	Capítulo - A Escola e a relação com o Meio .....	57
3.1.	A relação da Escola com a Comunidade .....	57
3.1.1.	Parcerias e Partenariado .....	57
3.1.2.	Origens e desenvolvimento do partenariado na política nacional	57
3.1.3.	Âmbito e forma dos Partenariados na actualidade .....	63
3.1.4.	O partenariado como princípio de acção no Sistema Educativo Português (considerações do investigador) .....	67
3.2.	As relações Escola / Família .....	68
3.2.1.	A diversidade Cultural nas escolas de hoje .....	69
3.2.2.	O Papel do Director de Turma .....	70
3.2.3.	A participação dos Encarregados de Educação na vida escolar dos seus educandos .....	72
3.2.4.	Envolvimento dos Encarregados de Educação em actividades de aprendizagem .....	73
3.2.5.	Participação na tomada de decisões .....	73
3.2.6.	O auxílio das escolas às famílias.....	74
3.2.7.	A comunicação escola-família e família-escola .....	74
4.º	Capítulo - A Escola e a Formação Tecnológica e Profissional.....	76

4.1.	O ensino técnico e profissional. ....	76
4.1.1.	Os primórdios do ensino técnico e profissional em Portugal. ....	76
4.1.2.	A Aula de Comércio .....	78
4.1.3.	A Casa Pia .....	79
4.1.4.	A expansão da Economia .....	80
4.1.5.	O Ensino Técnico durante a I República.....	85
4.1.6.	O “Estado Novo” e o Ensino Técnico e Profissional .....	88
4.1.7.	O Ensino técnico do pós-guerra.....	91
4.1.8.	De Veiga Simão à Revolução de Abril .....	96
4.1.9.	A unificação curricular do Ensino Secundário.....	97
4.2.	Enquadramento legal dos Cursos de Educação Formação.....	99
4.2.1.	Descrição dos Cursos de Educação e Formação .....	102
4.2.2.	Assiduidade .....	103
4.2.3.	Avaliação .....	103
Parte II.....		105
5.º	Capítulo - Metodologia da investigação .....	105
5.1.	Identificação da problemática do estudo.....	105
5.1.1.	Pergunta de partida .....	106
5.1.2.	Design da investigação. Justificação do método utilizado. ....	107
5.2.	Técnicas utilizadas na recolha de dados .....	108
5.2.1.	Os inquéritos por entrevista .....	109
5.2.2.	Descrição do ambiente em que decorreram as entrevistas: ....	109
5.2.3.	Os inquéritos por questionário aplicados a Docentes e a Encarregados de Educação.....	111
5.2.4.	Os inquéritos por questionário aplicados a Alunos .....	113
5.2.5.	Análise documental efectuada a actas de Conselho de Turma	113
5.2.6.	Análise de documentação disponibilizada .....	114
5.2.7.	Observação naturalista de aulas, actividades e Conselhos de Turma	114
5.3.	Instrumentos de levantamento de dados: entrevistas, questionários e pesquisa documental. ....	115
5.3.1.	O inquérito por entrevista ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz .....	115

5.3.2. O inquérito por entrevista aos Coordenadores dos Cursos de Educação Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica .....	116
5.3.3. O inquérito por entrevista aos Directores de Turma dos Cursos de Educação Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica .....	118
5.3.4. Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica .....	120
5.3.5. Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos Encarregados de Educação dos alunos dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica .....	123
5.3.6. Observações naturalistas de aulas, actividades e Conselhos de Turma de ambos os cursos em estudo.....	125
5.4. Técnicas de análise de dados.....	126
5.4.1. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito por entrevista aplicado ao Presidente do Conselho Executivo (Anexo 22 a 25)	126
5.4.2. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito por entrevista aplicado aos Coordenadores de Curso (Anexo 27 a 30).....	127
5.4.3. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito por entrevista aplicado aos Directores de Turma (Anexo 33 a 36) .....	128
5.4.4. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica (Anexo 38 a 42) .....	129
5.4.5. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos Encarregados de Educação dos alunos dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica (Anexo 43 a 45) .....	130
5.4.6. Análise do Inquérito de Questão Aberta, aplicado aos alunos do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica (Anexo 46 a 51) .....	131
5.5. Contexto da investigação.....	132

5.5.1. Descrição da Escola Secundária Maria da Luz.....	132
5.5.2. Descrição do meio onde a Escola Secundária Maria da Luz se insere. ....	134
5.5.3. Abordagem à Carta Educativa do Município onde a Escola Secundária Maria da Luz está inserida. ....	135
5.6. Análise e comentário de dados.....	137
5.6.1. Análise de documentação disponibilizada. ....	137
Análise do percurso dos alunos que frequentam ou frequentaram cursos em estudo. ....	138
Recursos necessários para a abertura e manutenção dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliares de Acção Educativa e de Técnicos de Electrónica. ....	143
Forma e critérios de seriação de alunos a integrar os CEF na Escola Secundária Maria da Luz. ....	144
5.6.2. Análise e comentário das entrevistas .....	146
Análise e comentário das entrevistas aos Coordenadores de Curso.....	151
Análise e comentário das entrevistas aos Directores de Turma .....	165
5.6.3. Análise e comentário dos inquéritos .....	175
Análise e comentário do inquérito aos docentes.....	175
Análise e comentário do inquérito aos Encarregados de Educação.....	183
5.6.4. Análise e comentário ao inquérito aplicado aos alunos .....	187
5.6.5. Análise documental e comentário das actas de Conselho de Turma realizadas no ano lectivo de 2006 / 2007 .....	195
5.6.6. Análise e comentário das observações naturalistas de aulas, actividades e Conselhos de Turma de ambos os cursos em estudo .....	206
Parte III.....	218
6.º Capítulo - Conclusões.....	218
6.1. Recomendações .....	238
Bibliografia.....	240
ANEXOS .....	i
Anexo I .....	ii
-Anexo 1 - Guião de entrevista ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz .....	iii
-Anexo 2 - Guião de entrevista aos Coordenadores de Curso .....	v



-Anexo 3 - Guião de entrevista aos Directores de Turma .....	viii
-Anexo 4- Inquérito por questionário aos Docentes .....	xi
-Anexo 5 - Inquérito por questionário aos Encarregados de Educação .....	xvi
-Anexo 4 A- Pré-teste de inquérito por questionário aos Docentes.....	xix
-Anexo 5 A- Pré-teste de inquérito por questionário aos Encarregados de Educação .....	xxiv
-Anexo 6 - Inquérito de questão aberta aos alunos.....	xxvii
Anexo II .....	xxix
-Anexo 7 – Actas de reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa .....	xxx
-Anexo 8 – Actas de reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica .....	xlv
Anexo III .....	lxxvii
-Anexo 9 – Relatório de observação naturalista de sala de aula – CEF Auxiliar de Acção Educativa nº.1 .....	lxxviii
-Anexo 10 – Relatório de observação naturalista de sala de aula – CEF Auxiliar de Acção Educativa nº.2 .....	lxxx
-Anexo 11 – Relatório de observação naturalista de actividade – CEF Auxiliar de Acção Educativa nº.3 .....	lxxxii
-Anexo 12 – Relatório de observação naturalista de Conselho de Turma – CEF Auxiliar de Acção Educativa .....	lxxxiii
-Anexo 13 – Relatório de observação naturalista de sala de aula – CEF Técnico de Electrónica nº.1 .....	lxxxiv
-Anexo 14 – Relatório de observação naturalista de sala de aula – CEF Técnico de Electrónica .....	lxxxv
-Anexo 15 – Relatório de observação naturalista de Conselho de Turma – CEF Técnico de Electrónica .....	lxxxvii
Anexo IV .....	lxxxix
-Anexo 16 - Grelha de objectivos da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo.....	xc
-Anexo 17 - Grelha de objectivos da entrevista aos Coordenadores de Curso	xcii
-Anexo 18 - Grelha de objectivos da entrevista aos Directores de Turma .....	xciii
-Anexo 19 - Grelha de objectivos do questionário aos Docentes .....	xcv

-Anexo 20 - Grelha de objectivos do questionário aos Encarregados de Educação .....	xcvii
Anexo V.....	xcix
-Anexo 21 – Transcrição da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo ..	c
-Anexo 26 - Transcrição da entrevista ao Coordenador do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa .....	cvi
-Anexo 31 - Transcrição da entrevista ao Coordenador do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica .....	cxiii
-Anexo 32 - Transcrição da entrevista ao Director de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa .....	cxviii
-Anexo 37 - Transcrição da entrevista ao Director de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica .....	cxxi
Anexo VI.....	cxxiv
-Anexo 22 – Tabela de análise da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo C1 .....	cxxv
-Anexo 23 – Tabela de análise da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo C2 .....	cxxvi
-Anexo 24 – Tabela de análise da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo C3 .....	cxxvii
-Anexo 25 – Tabela de análise da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo C4 .....	cxxviii
-Anexo 27 - Tabela de análise da entrevista aos Coordenadores do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C1 .....	cxxix
-Anexo 28 - Tabela de análise da entrevista aos Coordenadores do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C2.....	cxix
-Anexo 29 - Tabela de análise da entrevista aos Coordenadores do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C3.....	cxixi
-Anexo 30 - Tabela de análise da entrevista aos Coordenadores do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C4.....	cxixii

-Anexo 33 - Tabela de análise da entrevista ao Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C1 .....	cxxxiii
-Anexo 34 - Tabela de análise da entrevista ao Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C2 .....	cxxxiv
-Anexo 35 - Tabela de análise da entrevista ao Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C3 .....	cxxxv
-Anexo 36 - Tabela de análise da entrevista ao Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C4 .....	cxxxvi
-Anexo 38 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C1 .....	cxxxvii
-Anexo 39 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C2 .....	cxxxviii
-Anexo 40 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C3 .....	cxxxix
-Anexo 41 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C4 .....	cxl
-Anexo 42 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C5 .....	cxli
-Anexo 43 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Encarregados de Educação C1 .....	cxlii
-Anexo 44 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Encarregados de Educação C2 .....	cxliii
-Anexo 45 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Encarregados de Educação C3 .....	cxliv

-Anexo 46 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C1 .....	cxlv
-Anexo 47 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C2 .....	cxlvi
-Anexo 48 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C3 .....	cxlvii
-Anexo 49 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C1 .....	cxlviii
-Anexo 50 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C2.....	cxlix
-Anexo 51 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C3.....	cl
-Anexo 52 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C1 .....	cli
-Anexo 55 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C2 .....	clvi
-Anexo 57 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C3 .....	clviii
-Anexo 54 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C4 .....	clxi
-Anexo 53 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C5 .....	clxii
-Anexo 56 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C6 .....	clxiii
-Anexo 58 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C1 .....	clxiv
-Anexo 61 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C2 .....	clxvii
-Anexo 60 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C3 .....	clxix
-Anexo 59 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C4 .....	clxxii
-Anexo 62 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C5 .....	clxxiii

-Anexo 63 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do  
Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C6 .....clxxiv

## Tábua de Siglas e Abreviaturas

ATL	Actividades de Tempos Livres
CS	Centro de Saúde
CE	Conselho Executivo
CT	Conselho de Turma
CEF	Cursos de Educação e Formação
CRE	Centro de Recursos Educativos
DGEP	Direcção Geral do Ensino Permanente
DGFV	Direcção Geral de Formação Vocacional
DGIDC	Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular
ECAE	Equipa de Coordenação aos Apoios Educativos
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
LBSE	Lei de Bases do Sistema de Ensino
ME	Ministério da Educação
MSST	Ministério da Segurança Social e Trabalho
PAA	Plano Anual de Actividades
PAF	Prova de Aptidão Final
PCE	Plano Curricular de Escola
PEE	Projecto Educativo de Escola
PCT	Projecto Curricular de Turma
PRODEP	Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal
SPO	Serviço de Psicologia e Orientação

## Introdução

A escola como organização, propõe-se formar cidadãos aptos para a vida na sociedade actual. Sempre que a sociedade muda, a escola tende a mudar, adequando-se às novas demandas. Será desejavelmente uma organização flexível e adaptativa que se molda ao meio que a rodeia.

É numa perspectiva de inclusão, tendo em vista a atenuação das taxas de insucesso escolar, que a escola propõe uma via de ensino adequada a um perfil de um tipo de aluno específico, que no ensino regular dificilmente adquiriria as competências básicas previstas na Lei de Bases do Sistema de Ensino (LBSE), Lei nº46/86 de 14 de Outubro: os Cursos de Educação e Formação.

Regulamentados pelo despacho conjunto n.º279/2002, de 12 de Abril, os Cursos de Educação e Formação (CEF), proporcionam a jovens em risco de abandono escolar precoce ou a jovens que tendo interrompido o seu percurso académico se sintam motivados a regressar à escola, uma qualificação académica equivalente à conferida pelo ensino regular, e em simultâneo, uma qualificação profissional. Os Cursos de Educação e Formação, promovem a conclusão do segundo e terceiro ciclo de ensino, possibilitando uma qualificação de nível um ou dois e equivalência ao sexto ou nono ano de escolaridade. Perspectivando a ampliação do período de escolaridade obrigatória de nove para doze anos, este despacho já prevê a implementação nas escolas de cursos com equivalência ao décimo segundo ano, ou seja de tipologia cinco ou seis, conferindo uma qualificação de nível três.

O carácter simbólico da escola é focado ao longo de todo este estudo; as crenças, os ritos, as culturas dos professores, as inter relações estabelecidas entre os vários actores educativos e as representações que estes têm destes cursos, observados durante o decurso desta investigação, estão patentes ao longo de toda esta dissertação. Estes factores representam o fio condutor de

todo um trabalho realizado por alunos, professores, encarregados de educação, funcionários e comunidade local.

Este estudo foi estruturado em três partes, contendo a primeira, toda a base teórica que sustenta esta investigação, a segunda, toda a investigação efectuada no contexto de uma escola em particular e a terceira, as conclusões extraídas da investigação efectuada.

Relativamente à primeira parte, subdivide-se em quatro capítulos, cada um abordando a escola segundo uma perspectiva própria. Foi nossa preocupação descrever a escola segundo quatro pontos de vista que consideramos fundamentais para o aprofundamento da nossa investigação: a Escola como Organização Complexa, a Escola e a sua componente pedagógica, a Escola e a relação com o Meio e a Escola e a Formação Tecnológica e Profissional.

O primeiro capítulo teve como base a obra de Adelino da Costa, *Imagens Organizacionais da Escola*, em que o autor observando a escola segundo vários pontos de vista a caracteriza e designa utilizando as metáforas de escola como *empresa*, *burocracia*, *democracia*, *arena política*, *anarquia* e como *cultura*.

Seguiu-se uma abordagem às questões da autonomia dos estabelecimentos de ensino baseado na obra de João Barroso, *Autonomia e Gestão das escolas*, dando especial atenção aos sete princípios para a autonomia das escolas, por ele referidos. Foi focado o conceito de School Based Management, sobre as políticas de gestão educacional de alguns países anglo-saxónicos, bem como reflectimos sobre o surgimento do Movimento de Escolas Eficazes.

As relações entre professores, e a sua forma de trabalhar e de encarar a vida da escola, foi relatada neste levantamento teórico através da obra de Andy Hargreaves, *Professores em Tempos de Mudança*. Os vários tipos de *colegialidade*, vantagens e inconvenientes, foram aqui focados, dado o facto dos professores que leccionam em cursos semelhantes aos observados nesta investigação, trabalharem intensamente em conjunto.



No segundo capítulo, foi nossa intenção observar a acção pedagógica da escola, tanto para com os seus alunos como para quem nela trabalha. Foi dada relevância à problemática da formação de professores dada a grande especificidade e exigência dos Cursos de Educação e Formação, tanto no campo científico como pedagógico. A obra em que suportámos esta temática foi a *Formação de Professores, Para uma mudança educativa*, do autor espanhol Carlos Marcelo Garcia (1999).

Tendo sido a nossa investigação baseada no percurso escolar de duas turmas pertencentes a Cursos de Educação e Formação completamente distintos, cuja generalidade dos seus alunos assumiam já uma identificação com o curso que frequentavam, consideramos pertinente dedicar um capítulo à temática da capacitação dos alunos, abordando questões de índole pedagógica e de desenvolvimento pessoal dos alunos. Assim, decidimos iniciar esta nossa abordagem, tendo como referência a obra *Educação Hoje, ensinar a aprender a pensar*, da autora Maria Helena Salema (1997), obra esta fruto de uma investigação baseada num programa de intervenção de combate ao insucesso escolar, visando alunos com baixo rendimento escolar, concebido com o intuito de desenvolver nestes, competências do *pensar de ordem superior*, indispensáveis para a realização das tarefas escolares e potencializadoras das suas aprendizagem e desenvolvimento intelectual. Segue-se uma resenha da obra *Models of Teaching*, dos autores Bruce Joyce e Marsha Weil (1985), que compilaram estudos de vários investigadores que se dedicaram à sistematização de modelos de ensino. Para finalizar este capítulo focaremos o conceito de Inteligências Múltiplas, desenvolvido por Howard Gardner (1994) e (1995), por via das suas obras *Estruturas da Mente*, *A Teoria das Inteligências Múltiplas*, e *Inteligências Múltiplas, A teoria na Prática*.

Tendo em consideração que a escola estabelece relações de interacção com instituições exteriores a esta, por vezes indispensáveis como suporte da estruturação e realização de eventos constantes no seu plano curricular e no plano anual de actividades, decidimos fazer num terceiro capítulo uma aproximação à temática do partenariado, segundo a obra *Parcerias e*

*Partenariado, Amigos, amigos, negócios à parte* dos autores Fernanda Rodrigues e Stephen Stoer (1998).

Para finalizar esta temática analisámos as questões de relação entre a escola e as famílias, que formas de comunicação, contributo da escola para a melhoria das funções da paternidade dos encarregados de educação e quais as formas de intervenção destes na gestão da escola.

O quarto capítulo foi dedicado ao tema da formação tecnológica e profissional, tendo sido realizada uma resenha histórica do ensino técnico profissional, desde o século XVII até aos anos oitenta do século XX, contextualizando este tipo de ensino nas conjunturas socio-económicas e políticas de cada época.

Para finalizar este capítulo, procedeu-se ao levantamento do enquadramento legal que rege os Cursos de Educação e Formação.

Na segunda parte, explana-se toda a metodologia utilizada, relatam-se todos os momentos em que estivemos em contacto directo com a realidade desta escola e expõem-se todos os resultados obtidos pela aplicação dos vários instrumentos de investigação.

Por último, são expostas todas as conclusões a que chegámos, sendo este um documento de reflexão sobre este tema tão emergente como é a problemática do contributo dos Cursos de Educação e Formação para o sucesso dos alunos e das escolas que os ministram.

## Parte I - Contextualização teórica da temática em estudo

### 1.º Capítulo - A Escola como Organização Complexa

#### 1.1. As Imagens organizacionais da Escola

A escola como organização é composta por um determinado número de organismos que interagem e dependem entre si. É uma estrutura complexa que reage a um sem número de variáveis internas e externas. Com objectivos determinados, a escola evolui muito por via dos normativos que a regem. Deste modo, a escola integra na sua essência organizacional os cinco elementos apontados por Muños e Roman (1989: 41-46):

- Composição: Indivíduos e grupos interrelacionados; da escola fazem parte todos os profissionais que nela laboram, sejam eles os professores, funcionários, técnicos administrativos, bem como todos aquelas pessoas, individuais ou colectivas, que indirectamente fazem parte da vida da escola, tais como as associações de Pais, juntas de Freguesia, Autarquias, entre outras organizações estatais ou particulares. Os alunos encontram-se posicionados na organização escola como sendo os clientes finais desta, alguém a quem se destina todo um trabalho realizado por todos os intervenientes acima descritos.

- Orientação para objectivos e fins; a escola propõe através dos seus regulamentos, projectos educativos, planos curriculares, planos anuais de actividades, projectos curriculares de turma, entre outros documentos, objectivos e intenções a que se compromete cumprir. A consecução de objectivos propostos não é uma questão imperativa da escola, mas constitui parte da micro gestão das turmas levada a cabo pelos Directores de Turma e professores, bem como da meso gestão dos estabelecimentos de ensino realizada pelos órgãos de gestão.

- Diferenciação de funções; a cada um cabe uma função ou conjunto de funções. As funções atribuídas a cada interveniente estão rigorosamente definidas e regulamentadas.

- Coordenação racional intencional; A coordenação do estabelecimento de ensino é realizada pelos seus órgãos deliberativos e executivos, ou sejam o Conselho Executivo, Assembleia de Escola, Conselho Pedagógico. A coordenação de departamentos, áreas disciplinares, directores de turma é um trabalho contínuo integrado na gestão pedagógica da escola, operacionalizado através de um calendário anual de reuniões.

- Continuidade através do tempo; toda a gestão e laboração da escola é efectuada ciclicamente, em quase todos os casos anualmente. A gestão pedagógica das turmas é efectuada normalmente tendo em conta a duração do ciclo de ensino a que pertencem, pois a estabilidade docente dos Conselhos de turma e a constituição das turmas assim o permite. Também a elaboração dos Projectos Educativos de Escola, Planos Curriculares e de Actividades, obedecem a um período de tempo em que se encontram em vigor. Estes documentos em que a escola expressa as suas intenções, constituem um elemento importante na gestão da escola.

Como organização multifacetada, a escola aplica conforme os contextos, modelos de gestão diferenciados, quer seja ao nível das direcções de turma, coordenações de departamentos disciplinares ou do estabelecimento de ensino na sua totalidade. Assim, segundo Costa, (1996) citando os autores abaixo mencionados, considera que a escola poderá ser observada segundo seis pontos de vista, designados aqui por *imagens organizacionais da Escola*, sendo estas as seguintes:

- a escola como *empresa*;
- a escola como *burocracia*;
- a escola como *democracia*;
- a escola como *arena política*;
- a escola como *anarquia*;
- a escola como *cultura*.

As metáforas aqui retratadas servem para que o interlocutor melhor compreenda a escola quanto ao seu funcionamento como organização, num palco onde se movem os vários actores educativos, encarnando papeis mais ou menos definidos, exercendo poderes formal ou informalmente atribuídos e com interesses que por vezes os faz entrar em rota de colisão, gerando inevitáveis conflitos. Este sistema de acções e reacções é gerador de dinamismo, sendo parte da força motriz do decorrer do trabalho das escolas.

### **1.1.1. A escola como empresa**

A perspectiva empresarial da escola aqui descrita, não é mais que uma interpretação parcial da organização escola, tal como todas as outras imagens organizacionais. É porém uma via para melhor entender a escola e o seu funcionamento. Desprovida de qualquer sentimento humanista, sentimento este que constitui um ingrediente fundamental para o desempenho das funções de docente, esta imagem organizacional é servida fria, ilustrando uma das muitas facetas da administração escolar.

Fundamentada nos *Princípios da Administração Científica*, sistematizada por Taylor, a visão da escola como empresa assenta em sete princípios. Note-se que estes princípios se revelam numa concepção organizacional *economicista* e *mecanicista*, correndo-se o risco de se fazer uma representação da escola demasiado redutora. Assim, a escola gozará das seguintes características:

- A escola possui uma estrutura organizacional hierárquica formalmente instituída, com base na *unidade de comando*;
- são atribuídos a todos os intervenientes cargos precisamente definidos, visando uma correcta e precisa divisão do trabalho, conforme a especialização de cada um;
- a eficiência de toda a máquina produtiva é uma prioridade na gestão da organização, gerando-se estratégias para elevar os resultados ao menor custo;

- os objectivos a atingir são previamente determinados;
- é estudada uma melhor maneira para realizar cada tarefa (*one best way*) e consequente padronização.
- existe o estabelecimento na organização de processos, tecnologias, métodos, espaços e de tempos uniformizados e por todos adoptados.
- há a primazia pelo trabalho individualizado, em detrimento do trabalho de grupo. A definição das funções e espaço de cada um é algo que assume uma importância fulcral.

Mais tarde, as teorias de Taylor serão aprofundadas por Fayol, que estabelece a *Teoria Clássica da Administração*, adendendo novos factores, considerando algumas das motivações do trabalhador, tais como a renumeração, a estabilidade do pessoal, a iniciativa e a união do pessoal.

Assim, observando a escola à luz desta imagem organizacional, constatamos que inevitavelmente se verificam reais transposições entre a realidade gestionária da escola e este conjunto de princípios. A definição clara de toda uma estrutura hierárquica em que órgãos colegiais executivos, órgãos deliberativos, coordenações, departamentos, órgãos administrativos, chefias de funcionários, trabalhando em consequência de ordens directas emanadas por organismos hierarquicamente superiores, constitui prova de que a escola funciona como sendo uma empresa.

Também a nível pedagógico a escola poderá ser vista através da lente Talorysta. De facto, verifica-se o seguinte:

- Os currículos são uniformizados;
- o professor assume uma posição de emissor capaz de chegar a todos os seus alunos da mesma forma. O professor repete o mesmo discurso, usando os mesmos métodos, de turma para turma;
- os alunos são agrupados em turmas, aproximadamente com o mesmo número de alunos;
- o professor cumpre a sua função moldando os alunos conforme o previamente estabelecido, dentro dos tempos previstos, enviando-os para outro professor, gerando um circuito de produção em série. O circuito é retomado pelo professor, recebendo outros alunos, conforme a primeira forma.
- os recursos são contidos, existe pouca diversidade de meios e matérias didácticos;
- é estabelecida uma ordem de ocupação de espaços directamente relacionada com os tempos estipulados para cada aula. As aulas são geridas ao minuto, os horários são rígidos, observando-se um fluxo periódico entre aulas e tempos de recreio e refeições.
- a avaliação do aprendido pelos alunos é geralmente realizada através de testes aplicados no final de cada unidade didáctica, ou por exames finais, regra geral iguais para todos;
- a disciplina é mantida de forma artificial pelo professor, não sendo algo que parte de uma motivação intrínseca dos alunos, a disciplina decorre do cumprimento de normas instituídas;

A nível organizacional e administrativo, a gestão escola é centrada na pessoa do director ou órgão colegial executivo, responsável pelo cumprimento de normas e disposições internas, bem como directivas emanadas pela tutela. Relativamente a colaborações externas, a escola mantém uma postura de auto-suficiência, dispensado frequentemente a participação da comunidade e dos encarregados de educação na sua gestão.

Em sequência natural desta imagem organizacional, apresentamos de seguida a escola como *burocracia*.

### 1.1.2. A escola como burocracia

Foi a partir dos estudos realizados por Max Weber que vários autores teorizaram a respeito da burocracia como princípio organizacional. A burocracia é aplicada como consequência da implementação da democracia, com o intuito de servir as massas de forma equitativa perante a lei e impessoal. A fobia ao privilégio e o tratamento generalista dos casos particulares são características inabaláveis de um estado burocrático. Tendo como finalidade atingir a sua máxima eficácia, a organização burocrática assenta em princípios inflexíveis e insubstituíveis, ou seja:

- a organização encontra-se submetida a normas e regulamentos que determinam toda a divisão do trabalho;
- é estabelecida uma estrutura hierárquica de autoridade, sendo do conhecimento de todos toda uma escala de poder e de subordinação;
- todas as operações são registadas e arquivadas;
- cada cargo ou função é atribuído a quem possui especialização para o desempenhar. A formação é um factor imprescindível no contexto da organização, sendo considerado uma mais valia para cada interveniente;
- a cada funcionário é solicitada total disponibilidade para desempenho das suas funções e de permanência na organização sempre que esta considere necessário.
- há a recusa de todos e quaisquer favoritismos, privilégios e concessão de favores pessoais.

Deste modo a organização escola reproduz o que o estado pratica e estabelece. Uma escola inserida numa realidade social organizada segundo um princípio organizacional burocrático funciona balizada por um conjunto de regulamentos, normas, e disposições, estabelecidas internamente ou dirigidas a partir da tutela e os seus actores movem-se dependentes destas mesmas. É uma escola sujeita ao *legalismo, uniformidade, impessoalidade, formalismo, centralismo e hierarquia* (Formosinho, 2005), ou seja, uma escola em conflito com a realidade actual, em que é solicitada à escola que seja inclusiva, diferenciada, criativa, dinâmica e adaptativa. Uma escola burocrática



difícilmente terá uma postura pró-activa. A diferenciação pedagógica, o ensino individualizado e a avaliação contínua praticada no seio dos Cursos de Educação e Formação, fruto de uma dinâmica reflexiva, acontecem pouco num ambiente burocrático. Corroborando esta ideia, terminamos explanação desta imagem organizacional com uma citação de Clark e Meloy (1991: 21)

“Estamos certos de uma coisa. Dentro da estrutura burocrática nunca mudaremos para novas escolas, para escolas livres. Esta estrutura foi inventada para assegurar o domínio e o controlo. Nunca produzirá liberdade nem actualização continuada”.

### **1.1.3. A escola como *democracia***

A imagem da escola como democracia será provavelmente aquele que se revela mais patente nas nossas escolas. A democracia como sistema organizacional é fortemente aplicada e fomentada na escola, tanto a nível organizacional como pedagógico. Sendo assim, a escola trabalha segundo um modelo democrático, em que todos têm oportunidade de participar na sua gestão, directa ou indirectamente. Tendo como exemplo a eleição de uma Assembleia de escola ou um Conselho Executivo, tanto professores como funcionários têm direito a voto. No caso da Assembleia de Escola, têm assento professores, funcionários, encarregados de educação, alunos e representantes da autarquia. A escola é uma organização democrática e que oficialmente incute nos alunos um sentido de participação na vida activa da escola, por exemplo elegendo os seus representantes da turma ou a sua associação de estudantes.

Também algumas disciplinas como a Educação Cívica, têm como propósito a divulgação de doutrinas baseadas na tolerância, na multiculturalidade, civismo, ética, para que os alunos passem a ter mais hábitos de civilidade, evitando confrontos desnecessários. Este modelo assume deste modo, caris prescritivo.

No tocante à obra supracitada, passa-se a referir os seis indicadores da escola como organização democrática:

- *Desenvolvimento de processos participativos na tomada de decisões;*

No contexto dos Cursos de Educação e Formação, verifica-se um trabalho intenso dos Conselhos de Turma, no sentido de desenvolverem estratégias conducentes ao desenvolvimento pessoal e sucesso escolar dos seus alunos. Os professores assumem uma postura participativa e planeiam em conjunto o trabalho que irão realizar com as suas turmas. O percurso escolar dos alunos é continuamente seguido pelos Conselhos de Turma, que reúnem periodicamente, discutindo e negociando estratégias, avaliando os seus efeitos e corrigindo eventuais desvios.

- *Utilização de estratégias de decisão colegial, através de consensos partilhados;* O trabalho realizado pelos Conselhos de Turma é baseado na tomada de decisões fruto do acordo muitas vezes unânime de todos os professores. Práticas de negociação entre partes são uma constante, tanto dentro dos Conselhos de Turma como para fora deles; verifica-se frequentemente a celebração de contratos informais entre directores de turma e alunos / encarregados de educação, no sentido de fazer coincidir interesses, de estabelecer direitos e deveres e de perceber que orientação pedagógica adoptar conforme as características dos alunos com quem se trabalha.

- *Valorização de comportamentos informais na organização relativamente à estrutura formal;* Com a intenção de melhorar o aproveitamento e comportamento geral das turmas, observam-se a parceria de duas ou mais disciplinas na execução de uma mesma unidade de trabalho, de modo a percepciona-la de formas diferentes, gerando sentimentos de solidariedade e cooperação. Os tempos e curricula são assim agilizados, de modo a que se atinjam os objectivos previamente definidos.

- *Incremento do estudo do comportamento humano (necessidades, motivação, satisfação, liderança) e defesa de técnicos para a “correção” dos desvios (psicólogos, assistentes sociais, terapeutas comportamentais);* no tocante a

este ponto, organismos como o Serviço de Psicologia e Orientação ou o Centro de Saúde têm um papel preponderante. A elaboração de estudos e interpretação de dados relativos a aproveitamento, comportamento, absentismo ou abandono escolar pelos Conselhos Executivos ou outros organismos escolares, auxilia os professores na compreensão de comportamentos e na elaboração e aplicação de estratégias conducentes à melhoria da eficiência das escolas.

- *Visão harmoniosa e consensual da organização.* A regular actualização do Projecto Educativo de Escola, bem como do Plano Curricular de Escola, permite a divulgação a todos os elementos da comunidade educativa, encarregados de educação e comunidade local, das directrizes e propósitos da escola. De igual modo, a elaboração e a correcta aplicação por parte dos Conselhos de Turma dos Projectos Curriculares de Turma, transmite uma noção de coesão e trabalho concertado entre os professores das várias disciplinas.

- *Desenvolvimento de uma pedagogia personalizada.* Uma das características que distingue as turmas de Cursos de Educação e Formação das do ensino regular, é a sua dimensão. Uma turma com um número mais reduzido de alunos permite que o trabalho autónomo dos professores em contexto de sala de aula, do Conselho de Turma ou do Conselho Executivo, seja estruturado de uma forma mais individualizada, estabelecendo uma relação de cumplicidade entre professores, alunos e suas famílias. Pretende-se deste modo dar um acompanhamento mais personalizado a cada aluno, incrementando o seu desempenho escolar. As tutorias ajudam igualmente a acautelar sentimentos de desmotivação de alunos cujo percurso escolar anterior não foi o mais bem sucedido.

#### **1.1.4. A escola como arena política**

A escola congrega em si um conjunto de indivíduos, categorizados conforme a sua função, posição hierárquica e social, que nem sempre partilham os

mesmos interesses, objectivos ou ideais. É comum assistir-se a situações de confronto entre actores educativos, resultantes de conflitos de interesses ou pelo facto destes conceberem diferentes representações da realidade escolar.

A imagem organizacional da escola como *arena política*, advém do facto da maior parte das movimentações e acções dos intervenientes da escola serem espontâneas e de iniciativa própria. Estas acções, que nem sempre se manifestam pacíficas, resultam frequentemente da vontade dos indivíduos em concorrer a lugares de poder. Esta imagem organizacional é antagónica à imagem da escola como democracia. A procura de consensos e de decisões partilhadas não é de forma alguma uma característica visível desta imagem organizacional.

A escola vista segundo o prisma da metáfora de arena política, revela os seguintes indicadores:

- A escola é um pequeno sistema político, em tudo semelhante a sistemas políticos macro-sociais;
- observa-se no seio da escola a existência de uma grande heterogeneidade de indivíduos, com objectivos, poderes e posições hierárquicas diversas, assumindo na organização escolar papéis de diferente importância e influência.
- a actividade quotidiana da escola decorre das interacções conflituosas entre os vários intervenientes, em permanentes lutas pelo poder;
- os interesses individuais e de grupo, manifestam-se tanto no interior da escola como fora do seu perímetro, influenciando toda a actividade organizacional;
- as decisões são assumidas por intervenientes mais ou menos influentes e investidos de poderes, muito por via de processos de negociação.
- esta imagem organizacional adopta no seu discurso termos como interesses, conflitos, poder e negociação.

Teoricamente esta imagem organizacional assenta em estudos como os de Victor Baldridge, (1989:57-60), que baseou a sua investigação nalgumas universidades, as quais observou segundo a perspectiva política.

Deste modo, Baldrige teoriza, analisando a escola segundo três áreas de investigação diferenciadas:

- Segundo a sociologia representa a escola como sistema social, onde vários grupos interagem, confrontam-se e onde operam processos de dominação (*conflict theory*);
- através da óptica da ciência política, Baldrige observa a distribuição do poder na comunidade escolar e percebe a sua influência nos processos de decisões políticas (*community power studies*);
- finalmente, no âmbito da teoria organizacional, observa o comportamento dos grupos nas organizações, estudos estes realizados em instituições prisionais (*interest group theory*).

Outro investigador tido em conta para a teorização desta imagem organizacional, foi J. G. March, e a sua teoria do “caixote do lixo” (*garbage can*). March, em conjunto com Olsen e Cohen, desenvolvem um conjunto de estudos baseados nos processos de decisão organizacional, recusando as ideias de homogeneidade e racionalidade organizacional clássicas, concluindo que as organizações adoptam processos de comportamento e funcionamento ambíguos e incertos.

As relações que o actor estabelece com a escola representam o ponto fulcral das investigações de Crozier. Este autor considera que os *actores organizacionais*, gozam de uma determinada margem de autonomia para tomar as suas próprias decisões, exercerem o poder que lhes é atribuído e influenciarem e moldarem o meio de modo a atingirem os seus objectivos. Segundo o autor, são destes jogos de poder, influência e acção, que resultam todas as acções colectivas e dinâmicas organizacionais. Michel Crozier, (1963:177), refuta a ideia simplista e de linearidade organizacional da teoria clássica das organizações. Citando, “La théorie rationaliste classique de l’organisation scientifique prétendait en fait ignorer complètement le problème. Le modele mécaniste du comportement humain sur lequel elle reposait, excluait les relations complexes et ambiguës qui se développent autour des relations de pouvoir.”

Bacharach, outro investigador mencionado na fundamentação teórica desta imagem organizacional, (Costa, 1996:77) é destacado por conceber a teoria de modelo político das organizações em sentido contrário das perspectivas da *análise estruturalista*, cuja fonte foi o modelo burocrático Weberiano, muito adoptado em estudos realizados nas décadas de sessenta e setenta. Bacharach rejeita a visão harmoniosa e unificada das organizações, considerando que as perspectivas estruturalistas e outras semelhantes, restringem o leque de investigação e estudo das organizações, em especial das escolas.

Todos estes autores são unânimes ao conceber as organizações como sistemas micropolíticos complexos, cujas interacções e relações entre os actores são frequentemente conflituosas, pois a cada um se atribui o direito de agir autonomamente com o intuito de consecução dos seus objectivos.

#### **1.1.5. A escola como cultura**

A imagem organizacional de escola como cultura provém do contexto de análise da realidade empresarial, observada durante os primeiros anos da década de oitenta do século vinte. O interesse que levou alguns estudiosos a investigar a razão do sucesso das empresas japonesas, conduziu-os à conclusão de que muito se deve às suas características próprias, sobretudo do seu carácter simbólico, ou seja da sua cultura. Esta imagem organizacional transposta para a escola, revela-se como sendo a imagem que mais utilizada ao nível da investigação das ciências da educação. A visão da escola como cultura encerra em si os seguintes aspectos:

- Da mesma forma que cada organização é diferente das demais, cada escola é diferente das outras escolas, bem como das outras organizações;
- cada escola possui as suas crenças, valores, heróis, linguagem, rituais e cerimónias próprias, em resumo a sua cultura;
- a eficiência e sucesso de uma escola, depende se esta possui uma cultura forte, se no seu contexto existem *valores partilhados* pelos seus actores;

-investigações realizadas em contexto escolar, elaboradas por defensores desta perspectiva, baseiam-se em metodologias qualitativas, focando aspectos subjectivos do seu funcionamento.

-o gestor não deverá limitar a sua actuação somente ao nível da estrutura e dos processos racionais de gestão, mas deverá tomar o conjunto dos processos simbólicos da organização como um factor importante para a consecução de objectivos. A cultura da organização pode ser utilizada na gestão e alterada ao longo da vida da organização.

### **A cultura como imagem organizacional: primeiras investigações**

Os Investigadores norte-americanos Pascale e Athos (1984), comparando as realidades empresariais japonesas e americanas, depressa compreenderam que o sucesso das primeiras se devia à sua cultura organizacional. As duas realidades tinham em comum a sua forma de abordar a gestão ao nível da estratégia, estrutura e dos sistemas (strategy, struture, system) mas no caso japonês a atenção era redobrada em aspectos menos visíveis como o savoir-faire, o estilo e o quadro de pessoal (skills, style, staff).

Ouchi (1982), elabora a Teoria Z, alternativa à Teoria X e Y de McGregor, onde compila as melhores estratégias empresariais aplicadas nas empresas japonesas, e que consistia na valorização dos seus recursos humanos, fomentando o seu bem estar e integração laboral, na implementação de uma “atmosfera de clã”, criando uma cultura empresarial própria.

Na opinião de Ouchi, uma empresa Z possui a sua própria cultura que é transmitida e cultivada pelos seus colaboradores ao longo de várias gerações. Esta cultura compreende valores como por exemplo a agressividade, a vivacidade ou a subtilidade, presentes tanto nas acções e opiniões de dos seus intervenientes como decalcados nos próprios produtos. A estabilidade laboral garantida e as boas relações estabelecidas entre os actores, são factores estratégicos para se realizar uma gestão Z.

Na mesma linha de pensamento dos autores anteriormente referidos, situam-se Terrence Deal e Allen Kennedy, autores da obra *Corporate Cultures* e Thomas Peters e Robert Waterman, autores de *In Search of Excellence*.

Na primeira obra, os autores corroboram as ideias anteriormente explanadas, portanto consideram que o sucesso das empresas se deve principalmente à existência de uma *cultura forte*. A partilha por parte de todos aqueles que pertencem à organização dos mesmos elementos simbólicos (valores, mitos, heróis, entre outros), constitui algo a que os autores designam por *Corporate Cultures*. Os autores acrescentam que as grandes empresas defensoras deste tipo de gestão (*gestão do simbólico*), possuem no topo da sua hierarquia, gestores ou fundadores (*heróis*), que criam, moldam e gerem a cultura da sua organização, pois consideram “a cultura uma variável susceptível de intervenção” (Costa, 2003:112).

A segunda obra mencionada, *In Search of Excellence*, resultou de uma investigação efectuada com base em 62 empresas norte-americanas, caracterizadas como “excelentes ou “inovadoras” cuja pretensão foi aferir quais as qualidades que estas detinham que lhes proporcionava tal êxito. Deste modo os autores concluíram que as ditas empresas se caracterizavam por preconizar o seguinte:

- Inclinação para a acção;
- proximidade com o cliente;
- autonomia e espírito de empresa;
- produtividade pelas pessoas;
- criação de valores;
- permanência no ramo que se domina;
- formas simples e equipas pequenas de administração;
- propriedades simultaneamente apertadas e flexíveis.

Esta interpretação controversa e simultaneamente inovadora da realidade das empresas excelentes, colidente com os cânones racionalistas da gestão organizacional, refere que as empresas que preconizam a *gestão do simbólico*, lidam facilmente com a ambiguidade dos contextos organizacionais, assumindo



uma postura natural de flexibilidade e adaptabilidade às constantes mudanças ambientais, contudo, conseguindo transmitir uma imagem de solidez organizacional, devido sobretudo à adoção incondicional de valores partilhados pelos seus membros.

#### **1.1.6. A autonomia da Escola, da “autonomia decretada” à “autonomia construída”**

O conceito de autonomia, segundo Barroso (1997:18), surge no contexto da escola portuguesa em diversas ocasiões, nomeadamente em 1905 através do Decreto de 29 de Agosto, em que eram transferidas para os liceus verbas para manutenção de edifícios e aquisição de material. Mais tarde, no ano de 1914, é consignado no Decreto de 6 de Maio a autonomia para escola administrar a dotação que lhe era anualmente atribuída.

Mais recentemente, e associado ao *“programa de reforço da autonomia das escolas”*, decorrente da aplicação do despacho ministerial nº. 130/ME/96 é proporcionado à escola uma nova filosofia de trabalho e uma nova posição perante a comunidade. Neste contexto, a autonomia da escola passa a assentar sobre sete princípios, os quais passamos a descrever, (Barroso, 1997:29):

1º Princípio: “O reforço da autonomia da escola não pode ser definido de um modo isolado, sem ter em conta outras dimensões complementares de um processo global de territorialização das políticas educativas.”

Deste modo, a comunidade local estará comprometida no quotidiano das escolas. O processo de transferência de competências para as escolas será apoiado por autarquias e pela administração central quanto a planeamento assessoria e avaliação.

A alocação de recursos da autarquia às escolas será uma inevitabilidade. O apoio das autarquias a nível financeiro e logístico será indispensável para levar

a cabo uma política educativa local, sobretudo ao nível da programação e realização de actividades sócio educativas e extra curriculares, educação de adultos, ensino profissional e organização da rede escolar. Torna-se fundamental o apoio das autarquias na integração de alunos em estágios curriculares, nomeadamente no caso dos que frequentam ou terminam Cursos de Educação.

Indispensável será o estabelecimento de parcerias entre escola e entidades locais, potenciando a génese de uma rede viva inter institucional, com vista ao desenvolvimento de uma política educativa local. Mais uma vez, o envolvimento de empresas e instituições é indispensável para o fornecimento às escolas de locais de estágio para integrar os seus alunos e posterior colocação na vida activa.

2º Princípio: “No quadro do sistema público de ensino, a “autonomia das escolas” é sempre uma autonomia relativa, uma vez que é condicionada pelos poderes de tutela e de superintendência do governo e da administração pública quer do poder local, no quadro de um processo de descentralização.”

A escola autónoma terá sempre um controlo constate por parte do estado, para que não se ponha em risco a coesão de todo o sistema de ensino. Mediante certas directrizes, as escolas em articulação com o poder local, pais, instituições e empresas, poderão realizar uma melhor gestão de recursos e operacionalizar de modo mais eficaz os seus planos educativos.

A transferência por parte do Estado de mais competências para as escolas não significa que este se tenciona ilibar de responsabilidades, mas sim propõe uma nova forma de gestão e administração consentânea com a realidade local.

3º Princípio: “Uma política destinada a “reforçar a autonomia das escolas” não pode limitar-se à produção de um quadro legal que defina normas e regras formais para a partilha de poderes e a distribuição de competências, entre os diferentes níveis de administração, incluindo o estabelecimento de ensino. Ela tem de assentar sobretudo na criação de condições e na montagem de

dispositivos que permitam, simultaneamente “libertar” as autonomias individuais e dar-lhes sentido colectivo, na prossecução de objectivos organizadores do serviço público de educação nacional, claramente consagrados na Lei Fundamental.”

Não basta legislar a autonomia das escolas, há que criar condições para que esta se pratique. Os órgãos de gestão terão de possuir meios e competências necessárias para a prossecução de objectivos.

4º Princípio: “O reforço da “autonomia” não pode ser considerado como uma “obrigação” para as escolas, mas sim uma “possibilidade” que se pretende venha a concretizar-se no maior número de casos.”

A autonomia não pode ser imposta às escolas mas sim deverá ser adoptada por estas conforme as suas possibilidades, adaptando-se às suas necessidades. A autonomia será implementada na escola de forma progressiva, pois é uma forma de amadurecimento gestionário da própria escola. A escola deverá passar a ter à sua disposição as condições e apoios necessários para por em prática o exercício da autonomia e para resolver os problemas que daí advêm. De igual modo, a o exercício de uma gestão com base na autonomia deverá de ser avaliado, detectando-se eventuais desvios e efectuando-se as respectivas correcções.

5º Princípio: “O reforço da autonomia das escolas não constitui um fim em si mesmo, mas um meio de as escolas prestarem em melhores condições o serviço público de educação.”

O reforço da autonomia das escolas deverá proporcionar a estas um meio de garantir as seguintes condições:

- A partir da sua gestão autónoma, a escola deverá servir os interesses dos seus alunos e a proporcionar a sua formação, conforme a realidade social e económica em que se insere.

- Participação de todos os actores educativos de forma adequada, contribuindo para a definição da missão da escola, elaboração de normas de funcionamento e consequente avaliação de resultados.

- Os docentes deverão ser respeitados quanto à complexidade das suas funções, sobretudo no que concerne à especificidade da sua formação e consequente produção de meios didácticos, organização pedagógica e métodos de ensino.

- Fornecimento de formação adequada aos quadros de gestão de topo e intermédia, de modo a que se realize uma gestão eficiente da escola, planeando, organizando, coordenando e avaliando o seu trabalho. A escola deverá incentivar a existência diversificada de formas de liderança, quer sejam elas colectivas ou individuais.

6º Princípio: “A autonomia é um investimento nas escolas, pelo que tem custos, baseia-se em compromissos e tem de se traduzir em benefícios.”

- Não bastará à escola investi-la de mais competências e poderes se não lhe forem fornecidos os meios necessários para poder exercer-los. Será necessário dar à escola um voto de confiança e estabelecer uma relação de estreita colaboração entre a administração e a escola, de modo a mais facilmente se atingirem os objectivos por esta previstos.

Um controlo demasiado apertado por parte do poder central, trará efeitos contrários aos desejados, anulando por completo a prática da autonomia nas escolas.

7º Princípio: “A autonomia também se aprende.”

Inerente à autonomia está a mudança, tanto da escola como da administração central. A escola como *organização complexa* é detentora de uma cultura ou culturas, que suportam todas as relações e dependências estabelecidas entre

os vários actores educativos. Para que o reforço da autonomia da escola se operacionalize, torna-se imperativa a adaptação às novas condições dos diversos intervenientes. Assim a formação assume um papel de relevante importância em todo este processo.

Desejavelmente a autonomia deverá assumir pela escola um carácter de necessidade, sendo continuamente *construída*. Uma *autonomia decretada* terá uma eficiência relativamente condicionada, pois coarta a escola no seu pleno exercício.

A escola para além de passar a exercer a autonomia no domínio jurídico-administrativo, tendo a capacidade de *praticar actos definitivos e executórios*, bem como levar a cabo toda a sua gestão financeira, utilizando livremente verbas próprias para o cumprimento de objectivos previamente estabelecidos, exercerá igualmente a autonomia ao nível pedagógico, estatutário e disciplinar.

De fulcral importância no processo de reforço da autonomia da escola encontram-se os órgãos de gestão intermédia, cujo trabalho se deve revestir de uma liberdade de movimentos, confiança e autonomia, de modo a levar a bom porto todo o trabalho de um conjunto de equipas e indivíduos deles dependentes.

#### **1.1.7. School Based Management e o Movimento de Escolas Eficazes**

Desde os anos oitenta, (Barroso org., 1996:172), que se tem observado nalguns países a introdução de políticas educativas de cariz descentralizador, transferindo poderes e incumbências gestionárias, que até então eram assumidos pelo Estado, para as próprias escolas e autarquias, comprometendo mais seriamente no processo de gestão da escola, pais e professores.

Em países anglo-saxónicos tais como o Canadá, EUA, Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia, este tipo de políticas tem tido como designação *School Based*

*Management*, consistindo no provimento dos estabelecimentos de ensino com verbas suficientes para o contratação de recursos humanos, formação, abastecimentos, aquisição de equipamentos, manutenções e outros serviços, desburocratizando e dando ao órgão de gestão, quer este seja o Director ou o Conselho de Escola plenos poderes para a gestão destas verbas.

Tal facto possibilita a cada escola gerar centros de interesse diversificados, fornecendo aos pais um maior leque na escolha da escola a frequentar pelos seus filhos, originando uma maior concorrência.

Para Levacic (1995), a aplicação das políticas de *School Based Management* dependem dos seguintes factores:

- Órgãos de Gestão e outros (directores, professores, pais e comunidade local), a quem são destinados poderes decisórios;
- *domínios* de afectação de estratégias de descentralização gestonária (orçamento, recursos físicos e humanos, curricula);
- *formas de regulação*, controlo e avaliação do trabalho levado a cabo pelos actores a que se atribuíram funções e poderes decisórios, quer estes estejam relacionados com os “*usos de recursos*” – auditoria financeira, progressão de carreiras, dimensão das turmas, normas de construção; “*especificação de produtos*” – curricula, testes, exames nacionais e indicadores de qualidade; e “*condições de mercado*” – saídas e entradas de alunos, admissão de alunos, divulgação de informação acerca do desempenho e eficiência da escola.

Segundo Sackney e Dibski (1994), o excessivo controlo do estado sobre as administração e gestão das escolas, provoca nelas um efeito contrário ao seu bom desempenho, sendo que o *School Based Management* assume-se como uma proposta de desburocratização deste sistema de controlo, com o intuito de tornar a escola mais flexível e adaptativa.

Deste modo, e considerando que a descentralização de poderes para a escola otimiza e racionaliza a gestão desta, envolvendo um leque alargado de intervenientes, torna-se desejável que se alcancem os seguintes objectivos:

- Que a gestão da escola esteja directamente relacionada com o ensino e aprendizagem dos seus alunos, ou seja com a função a que escola se destina;
- Que se estruturam esquemas de acção facilitadores do desempenho das funções atribuídas aos vários actores envolvidos;
- Que se defina de forma clara as tarefas de gestão, proporcionando formas de articulação entre elas e facilite a comunicação entre os responsáveis;
- Que se esclareça as responsabilidades dos actores envolvidos, planeie actividades com vista a melhor operacionalizar a gestão e desenvolva mecanismos de prestação de contas;
- Que se provenha a escola de recursos e condições de forma a facilitar a aprendizagem dos alunos;
- Que se realize periodicamente uma avaliação e correcção das estratégias de gestão decididas, de modo a que a escola cumpra de forma eficiente a função a que se destina;
- Que se simplifique os mecanismos de arquivo e veiculo de informação, de modo a que a produção de nova documentação não entre em colisão com a já existente.

A fim de concretizar estes objectivos dever-se-ão seguir as directrizes abaixo descritas:

- Os objectivos propostos para a aprendizagem dos alunos deverão estar correlacionados com as características da população escolar, nomeadamente

com os alunos com necessidades educativas especiais, ou com um perfil que justifique uma adequação curricular específica. Neste grupo encontram-se os alunos que integram os Cursos de Educação e Formação. A cultura de escola deve ser tida em consideração na determinação destes objectivos, cuja decisão deverá ser partilhada pelos vários docentes que intervêm neste processo;

- estes objectivos deverão ser propostos conforme os resultados pretendidos e as metas a atingir. As planificações anuais da escola, tanto ao nível pedagógico, extra-curricular ou de actividades, deverão ser coerentes com os objectivos de aprendizagens a concretizar pelos alunos;

- a solicitação de recursos será coerente com as planificações anuais, planificações estas elaboradas conforme as prioridades de aprendizagem dos alunos;

- a implementação de cursos, nomeadamente de Cursos de Educação e Formação, bem como outras planificações de aprendizagem, terão garantidamente de estar cobertas pelos recursos necessários;

- as planificações curriculares, estratégias e programas de aprendizagem, serão constantemente monitorizados, avaliados e corrigidos, em função dos resultados obtidos e das metas alcançadas;

- deverão ser ouvidas várias partes para que melhor sejam determinadas as metas a atingir, adoptadas as melhores políticas de gestão e definidas as prioridades de aprendizagem dos alunos. No caso específico dos Cursos de Educação e Formação, será desejável que as empresas envolvidas na realização de estágios curriculares, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, entre outros organismos, participem nesta tarefa;

- será atribuída aos professores a responsabilidade de elaborar os currícula, conforme a sua especialidade e formação inicial. A formação contínua dos professores deverá ser um factor a ter em conta na elaboração de planificações anuais e determinação de metas a atingir. A escola terá por obrigação ser



formativa tanto para os seus alunos, como para todos os que nela intervêm, nomeadamente os docentes.

Fundamentalmente, para que se implemente uma política de autonomia e de alocação de recursos eficiente, ter-se-á que realizar uma análise sistémica prévia, pois não existe um modelo de escola eficaz aplicável a todas as escolas do mesmo modo. Estudos revelam que a realidade sócio-económica onde a escola se insere, o tipo de população escolar, a cultura de pertença dos alunos, são factores condicionantes do sucesso escolar dos alunos, (Good e Weinstrein, (1992); Bosker e Scheerens, (1992); Scheerens, (1992); Reynolds e Cuttance, (1992); Bressoux, (1994)).

Numa mesma escola, poderemos observar a existência de turmas cujas características dos alunos poderão estar de acordo com os objectivos propostos e metas a atingir, enquanto que noutras se possam observar resistências ao cumprimento destes, tendo-se que recorrer à implementação de determinadas estratégias e correcções ao planos previstos.

#### **1.1.8. As Culturas da comunidade docente.**

No âmbito da teoria das organizações, a Escola demarca-se das demais instituições, sejam elas comerciais, industriais ou culturais pois a cada uma é-lhe atribuído um cariz simbólico próprio que a caracteriza e define. Se se centrar a atenção na Escola segundo a óptica da gestão e administração, verifica-se que esta estabelece relações com instituições exteriores governamentais ou particulares, fazendo-se utilizar uma linguagem e uma forma de abordagem distinta das demais organizações. Também os métodos de aferição de eficiência da organização escola, comparativamente com os métodos utilizados noutras organizações, diferem, pois os resultados obtidos em cada, assumem significados diferentes, não se comparando, medindo ou quantificando facilmente.

As diferenças mencionadas devem-se ao facto de a escola encerrar em si um propósito único, situando-a à parte no universo das organizações. O propósito de formar e educar crianças e jovens, de modo a que venham a realizar uma boa inserção na sociedade, gera nos vários intervenientes do processo educativo um sentimento de missão (Hargreaves, 1998:183). Este sentido comum de missão, potencia a motivação dos professores na realização de projectos comuns, elevando as suas expectativas relativamente ao desenvolvimento e desempenho dos seus alunos. Assim, os professores embuídos deste sentimento, encaram com mais optimismo o seu trabalho, aceitam facilmente a atribuição de tarefas partilhadas, e em consequência, passam a ter uma percepção mais positiva da sua eficiência.

Se o individualismo é tomado como uma característica comum entre os professores, devido em grande parte ao seu trabalho solitário de preparação de aulas, leccionação e avaliação dos alunos, a cultura deste sentido individualista num contexto de mudança é tida por Hargreaves, (1998:209) como uma *heresia*. Em contraponto a este conceito situa-se o sentido de colaboração e a cultura da colegialidade.

A colegialidade pressupõe o estabelecimento de relações estreitas entre os professores, optimizando o seu desenvolvimento profissional. Os professores detêm saberes diversos adquiridos no exercício da sua profissão bem como na sua formação inicial e contínua. A partilha destes saberes proporciona aos professores um maior desenvolvimento das suas competências, e consequentemente um incremento do desenvolvimento das escolas.

Num contexto de trabalho colaborativo torna-se prática corrente a partilha de decisões e a consulta entre colegas (*staff consultation*). Neste ambiente, o risco corrido na implementação de políticas e directrizes mais arrojadas torna-se mais facilmente calculado, adoptando os docentes, uma forma mais corajosa de encarar os seus projectos.

A escola, para além de se desenvolver mais eficazmente num clima de colaboração e colegialidade, passa também a absorver mais docilmente

directrizes exteriores a ela, directrizes essas muitas vezes geradoras de mudança e desenvolvimento. Ao possuir uma comunidade docente congregada em redor de objectivos, crenças e práticas comuns, a escola porá em prática projectos propostos externamente, sem que se verifiquem grandes resistências. A gestão curricular é um exemplo de como os professores participam activamente em conjunto, na germinação e desenvolvimento de *curricula*. A implementação de Cursos de Educação e Formação nas escolas implica um trabalho intenso entre professores na sua estruturação curricular. Este é um exemplo de como uma política educativa emanada externamente pela tutela, poderá ser trabalhada internamente nas escolas pelos próprios professores.

Situações em que os professores assumem em conjunto uma acrescida importância no seio da comunidade educativa, geram fenómenos de ascensão pessoal ao nível das lideranças, expondo individualmente alguns dos seus intervenientes, como são os casos de Directores de Curso, Directores de Departamento ou Directores de Turma. Nestas situações observa-se uma tendência de descentralização do poder, colocando-o nas mãos de órgãos de gestão intermédia. É notória a adopção por parte das empresas e outras organizações de políticas de gestão descentralizadoras, tais como as estratégias de *liderança institucional*, *transformacional* e *governo partilhado*. Em qualquer dos casos, é desejável o fomento de um clima de colaboração e colegialidade consistente.

#### **1.1.9. Críticas à colegialidade**

Certamente que nem sempre o incentivo a uma mudança gestionária no sentido da colegialidade e colaboração docente será bem recebido. Constrangimentos como a incompatibilidade de horários dos professores, de choque de personalidades vincadas e de uma maior dedicação do seu tempo e permanência nas escolas são alguns dos factores que condicionam o trabalho colaborativo dos professores.

Da mesma forma que muito do trabalho conjunto dos docentes é preparado informalmente (em contexto de sala de professores, por exemplo), também o será por via da imposição de uma calendarização de reuniões de Conselho de Turma periódicas, nem sempre necessárias, em que por vezes se abordam assuntos pouco pertinentes e cujo contributo para o desenvolvimento do trabalho dos professores e do desempenho dos alunos se revela criticável. Este tipo de reuniões poderá criar nos professores algum sentimento de desagrado pelo tempo dispendido, manifestamente pouco frutuoso.

A formação de pares pedagógicos sem o acordo dos mesmos, somente com o objectivo de cumprir a elaboração dos seus horários é igualmente um motivo para o aparecimento de possíveis conflitos entre professores e consequentemente uma baixa no rendimento destes.

Frequentemente são atribuídos falsos méritos a professores que em conjunto com outros realizaram determinados projectos. A visibilidade de um professor em detrimento dos seus pares será facilitadora da sua promoção, colocando os outros num patamar de esquecimento, desmotivando-os a integrar novos projectos conjuntos.

#### **1.1.10. A génese das culturas de colaboração**

A colegialidade e o trabalho colaborativo poderão ter lugar em contexto escolar por duas vias: Por via espontânea, fruto de uma mobilização voluntária de vários colegas, cuja motivação para o trabalho em conjunto lhes é intrínseca, ou por via artificial, incentivada ou imposta por órgãos de gestão.

No que concerne às culturas de colaboração, poderão gerar relações entre os professores que se caracterizarão por ser segundo Hargreaves, (1998: 216):

-*Espontâneas*; a colegialidade poderá ser induzida pelo comportamento de líderes da escola ou por *mecanismos facilitadores*. Não se tratará de uma

verdadeira e franca cultura colegial, mas sim fomentada por *artifícios administrativos*;

-*voluntárias*; as relações de colaboração são geradas pela percepção dos professores de que o trabalho conjunto resulta mais agradável e produtivo, não sendo estes coagidos a actuar desta forma;

-*orientadas para o desenvolvimento*; acontecem quando existem projectos de iniciativa própria dos professores, os quais se propõem a desenvolvê-las em equipa. As decisões e as reacções a factores externos são tomadas em conjunto, tal como o planeamento de acções e a atribuição de tarefas;

-*difundidas no espaço e no tempo*: muitas vezes as relações de colaboração não se estabelecem em períodos fixos no tempo mas sim assumem um cariz pontual, frequentemente sob a forma de conversas informais, Conselhos, elogios ou outras quaisquer manifestações que de algum modo contribuam para o desenvolvimento do trabalho dos professores;

-*imprevisíveis*: devido ao facto de os professores primarem pela discrição, nem sempre o resultado de projectos comuns se torna visível, muitas vezes por vontade dos intervenientes. O decorrer de projectos comuns ou a germinação de facções dentro da própria escola, foge frequentemente ao controlo dos órgãos de gestão, não se tratando de gestão de relações humanas mas sim de gestão micropolítica do estabelecimento de ensino.

No caso de contextos de colegialidade artificial, as relações de colaboração entre os docentes não se caracterizam pelos aspectos anteriormente descritos mas sim pelos seguintes:

-*Reguladas administrativamente*: A colegialidade é proposta pelos órgãos de gestão através da atribuição de tarefas e responsabilidades, levadas a cabo por equipas de professores;

*-compulsiva:* Os professores são obrigados a trabalhar em conjunto, como por exemplo no caso dos pares pedagógicos para a leccionação de algumas áreas disciplinares, os quais são habitualmente formados sem o acordo prévio dos professores. O aliciamento de promoção dos professores pela sua integração em projectos comuns, será considerada uma forma indirecta de compulsão;

*-orientada para a implementação:* Em certos contextos de colegialidade artificial, os professores são obrigados a cumprir directrizes emanadas superiormente, (pelos órgãos de gestão ou pela tutela) ou ainda constantes na legislação que os rege. Situações em que isto se verifica são comuns no decorrer do trabalho com Cursos de Educação e Formação, pois estes são fortemente balizados pelo seu enquadramento legal;

*-fixas no tempo e no espaço:* Quando a colegialidade é estabelecida artificialmente, sendo garantida administrativamente, mantida através de reuniões ou eventos previamente calendarizadas. A colegialidade e as relações de cooperação são asseguradas através do *fingimento*;

*-previsíveis:* As relações de colegialidade, em certas circunstâncias geram resultados previsivelmente positivos. Este tipo de colegialidade estabelece-se para que sejam garantidamente atingidos determinados objectivos. A colegialidade artificial torna-se uma forma controlada e contida de lograr os propósitos desejados.

## **2.º Capítulo - A Escola e a sua componente pedagógica**

### **2.1. Princípios da Formação de Professores**

Tendo em conta o clima de constante mudança que se vive nas escolas, devido em grande parte à necessidade de se desenvolverem actividades e currículos adaptados a determinados contextos, torna-se imperativo que os professores actualizem ou complemente a sua formação. O facto de serem atribuídas cada vez mais responsabilidades e incumbências aos professores faz com que estes, como já foi mencionado, giram laços estreitos de colaboração, partilhando saberes e experiências. Os professores, ampliando o seu leque de saberes, passam a desempenhar mais facilmente as suas tarefas, encarando situações de incerteza e ambiguidade com mais segurança e autonomia.

Assim, recorreu-se à obra do autor espanhol Carlos Marcelo Garcia, *Formação de Professores para uma Mudança Educativa*, fazendo deste modo uma descrição da formação obtida pelos professores ao longo da sua carreira. Assim far-se-á uma abordagem aos *sete princípios da formação de professores*, Garcia, (1999: 27) propõe:

- 1º. Princípio: A formação de professores deve ser um processo contínuo;
- 2º. Princípio: Integração da formação de professores num processo de mudança, inovação e desenvolvimento curricular;
- 3º. Princípio: Interligação da formação de professores com o desenvolvimento organizacional da escola.
- 4º. Princípio: Integração entre a formação de professores em relação aos conteúdos propriamente académicos e disciplinares, e a sua formação pedagógica.
- 5º. Princípio: Necessidade de integração teórico-prática na formação dos professores.

6º. Princípio: Isomorfismo entre os conteúdos dados nas acções de formação e o que se pretende que os professores leccionem nas suas aulas.

7º. Princípio: Individualização da formação dos professores.

Desmembrando e aprofundando cada um destes princípios, teremos o seguinte:

Relativamente ao primeiro princípio mencionado, a formação será como um contínuo, faz-se ao longo de toda a carreira do docente, desde a sua *formação inicial*, passando pela *iniciação*, quer esta tenha sido sob a forma de estágio ou de profissionalização em serviço, continuando de um modo formal ou informal, quer por via de acções de formação, pós-graduações, ou em projectos e relações colegiais mais ou menos espontâneos.

Passando ao princípio que sustenta que a formação de professores deverá estar integrada num processo de mudança, inovação e desenvolvimento curricular, devendo ser estruturada de modo a se adequar às circunstâncias da escola e factores sociais onde esta se insere, facilitando e otimizando o sucesso escolar dos alunos, num contexto de mudança. Esta, desejavelmente, estimulará os docentes a inovar, a recriar os currículos e a optarem por métodos de ensino que mais se moldem ao perfil do seu público-alvo.

No caso em estudo, os Conselhos de Turma geram espontaneamente equipas de trabalho que criam e ajustam constantemente os seus currícula, que escolhem os seus projectos conforme as turmas que dinamizam e que colaboram nas diversas áreas curriculares.

Dentro da mesma linha de pensamento do princípio acima descrito, vem o terceiro, que traça um vector entre a formação e o desenvolvimento organizacional da escola. A escola como organização adopta necessariamente uma perspectiva formativa, estando directamente ligada ao desenvolvimento profissional dos professores. Estes vêm na escola o melhor cenário de aprendizagem, por ser o local onde diariamente actuam e que constantemente transformam. Desejavelmente, a formação contínua de professores estará consignada no Projecto Educativo da Escola, fomentando o desenvolvimento



profissional dos professores e consequentemente um melhor desempenho do seu papel.

O quarto princípio, refere a necessidade de articulação entre a formação dos professores relativamente aos conteúdos académicos e disciplinares e a sua formação pedagógica. Para cada categoria de conteúdo se aplicará uma estratégia pedagógica diferenciada. Entenda-se que neste caso o autor se refere à formação inicial dos professores principiantes, nas quais se lhes é proposta uma linha de pensamento pedagógico própria.

Como quinto princípio e provavelmente o mais relevante, vem a necessidade de interligação entre teoria e prática. É mencionado nesta obra o trabalho de outras equipas de investigadores, sublinhando que a teoria será construída a partir da prática dos professores. Uma atitude reflexiva assente na acção será a melhor base para a estruturação da teoria.

É dada importância ao conhecimento pessoal de cada professor, composto também pelas suas vivências e experiências pessoais. Relativamente ao percurso que os Cursos de Educação e Formação têm trilhado na escola em estudo, tem-se baseado em grande parte neste princípio. Os docentes envolvidos, analisam, discutem e reflectem os seus projectos, delineiam novas estratégias, testam-nas, aplicam-nas e avaliam o seu resultado final.

O sexto princípio baseia-se na necessidade de procurar isomorfismo entre a formação fornecida aos professores e os conteúdos que estes futuramente transmitirão aos seus alunos. De facto, os conteúdos transmitidos nas poucas acções de formação ministradas aos professores dos cursos em estudo, as tecnologias aprendidas nas suas formações iniciais ou os conhecimentos adquiridos em projectos conjuntos, estão a ser aplicados nas aulas sobretudo nas componentes científico-tecnológicas.

Por um lado existem disponíveis acções de formação que adestram os professores em algumas áreas do saber, que aplicadas no decorrer das suas funções optimizam o seu desempenho, por outro, acções cujas didácticas e

conteúdos se podem aplicar directamente na sala de aula. É de todo o interesse que os docentes frequentem este segundo tipo de acções de formação pois é imperioso que haja uma constante actualização relativamente à forma como o conhecimento é transmitido aos alunos.

Por último, Garcia defende o princípio da individualização, aplicado a qualquer programa de formação. Sendo o ensino uma prática detentora de saberes tecnológicos, artísticos e científicos, e tendo cada professor ou grupos de professores a sua forma de estar e ensinar, também a formação terá de se moldar a estes, havendo um processo de apropriação individual.

### **2.1.1. Orientações Conceptuais na Formação de Professores**

De igual modo que existem classificações de estruturas de racionalidade para a *escola*, o *currículo*, a *inovação* e o *ensino*, também se poderão conceber estruturas de racionalidade para a temática da formação professores, (Garcia, 1995: 30). Tratam-se neste caso de concepções semelhantes, dado serem ambas formas institucionalizadas de transmissão de saberes, competências e condutas.

Um factor condicionante na teorização destas estruturas de racionalidade é a concepção de professor. Garcia, (1995: 31), menciona Lanier (1984), que define a pessoa do professor segundo três perspectivas: o professor como *pessoa real*: sujeito com a sua personalidade e características humanas, que desempenha um *papel importante na investigação e formação*, a segunda concepção de professor é a de ser *um sujeito com destrezas*, baseando-se em programas de formação que se centram no desenvolvimento de competências, condutas e destrezas. Por último, Lanier foca o professor sob uma óptica de cariz mais profissional, menos personalista, sendo este um profissional que toma decisões, valorizando sobretudo o domínio que este possui sobre a sua actividade de docente.

Todas estas concepções dirigem a perspectiva dos vários autores sobre as estruturas de racionalidade que iremos focar.

### **2.1.2. Orientação Académica**

Esta primeira linha de pensamento visa sobretudo a formação inicial dos professores. Neste caso é dada uma importância vital à aprendizagem por parte do futuro professor dos conteúdos. O professor é um especialista da sua disciplina e a competência principal a desenvolver é a sua capacidade para transmitir os seus conhecimentos. Esta é uma *abordagem enciclopédica* que também abrange o *conhecimento dos modelos teóricos, tendências e da estrutura interna da disciplina em questão*.

### **2.1.3. Orientação Tecnológica**

Este princípio baseia-se na aquisição de conhecimentos e competências. A formação dos professores partirá do adestramento destes em determinadas áreas do saber, dando uma maior ênfase ao saber fazer.

Esta linha teórica deu origem a estudos geradores de programas de formação centrados nas competências. O controlo de qualidade, a formulação de objectivos e a avaliação, são pilares importantes na concepção deste tipo de programas de formação. A força destes programas está na sua arquitectura, facilitadora da *identificação e avaliação das competências*. Esta arquitectura implica também uma forma personalizada de formação, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem de cada aluno.

Um tipo de competência que esta orientação promove e estimula é a competência que o docente deve desenvolver quanto à sua tomada de decisões. É fundamental que o docente tenha a flexibilidade mental para resolver rapidamente os problemas que se lhe deparam diariamente.

As competências não se limitam assim ao saber fazer mas também a um conjunto de atitudes desenvolvidos pelo docente em situação de ensino.

#### **2.1.4. Orientação Personalista**

A Orientação Personalista centraliza-se no ser humano, *na psicologia da percepção, no humanismo e na fenomenologia*. Qualquer professor, tal como qualquer ser humano, terá as suas características psicológicas, emocionais e intelectuais, as suas valências tal como os seus limites. A sua “matéria-prima” são os seus alunos, pessoas com características, motivações, expectativas e uma história de vida próprias, que podem, ou não adoptar a escola como sendo a instituição que provavelmente mais irá contribuir para o seu sucesso futuro. Posto isto, o professor terá como obrigação informar-se acerca dos seus alunos, conhecê-los individualmente o melhor que lhe for possível, de modo a respeitar o mais possível este princípio. Quanto aos responsáveis por programas de formação, deverão igualmente ter em conta toda a informação relativa à personalidade, aptidões ou *handycaps* dos seus aprendentes. Deverá existir por parte dos formadores a preocupação de perceber a maneira de ser de cada um dos seus formandos, motivando todos e cada um a participar nas actividades propostas.

Pode-se concluir que o tema da formação contínua de professores não se esgota facilmente pois implica imensas variáveis que ultrapassam a mera transmissão do conhecimento. A satisfação e realização pessoal dos professores são factores importantes a ter em conta quando se promovem acções de formação, prevendo, inclusivamente, que se poderão gerar equipas de trabalho, equipas estas que dinamizarão projectos, quer sejam didácticos, curriculares ou de actividades extra curriculares.

Um factor importante em que a formação de professores pode ter um papel preponderante é na gestão do ciclo de vida dos professores. A prática docente varia tanto conforme a experiência adquirida ao longo da vida do professor mas também consoante a sua motivação, capacidade de adaptação à mudança e

vontade de lidar com a adversidade. Uma formação contínua adequada, proporciona ao professor uma maior segurança de desempenho, factor de fulcral importância sobretudo ao professor principiante ou ao em final de carreira.

## **2.2. A Capacitação dos Alunos**

Sendo a finalidade da escola a formação de jovens de modo a que estes realizem uma boa integração na sociedade, consideramos pertinente dedicar uma secção deste estudo à temática da capacitação dos alunos, abordando questões de índole pedagógica e de desenvolvimento pessoal dos alunos. Assim, decidimos iniciar esta nossa aproximação ao tema, tendo como referência a obra *Educação Hoje, ensinar a aprender a pensar*, da autora Maria Helena Salema, obra esta fruto de uma investigação baseada num programa de intervenção de combate ao insucesso escolar, visando alunos com baixo rendimento escolar, concebido com o intuito de desenvolver nestes, competências do *pensar de ordem superior*, indispensáveis para a realização das tarefas escolares e potencializadoras das suas aprendizagem e desenvolvimento intelectual. Segue-se uma resenha da obra de título original *Models of Teaching*, dos autores Bruce Joyce e Marsha Weil, que assim compilaram estudos de vários investigadores que se dedicaram à sistematização de modelos de ensino. Neste trabalho utilizamos a versão espanhola, *Modelos de Enseñanza*. Para finalizar este capítulo focaremos o conceito de Inteligências Múltiplas, desenvolvido por Howard Gardner, por via das suas obras *Estruturas da Mente*, *A Teoria das Inteligências Múltiplas* (1994), e *Inteligências Múltiplas, A teoria na Prática* (1995).

### **2.2.1. Medidas de Combate ao Insucesso Escolar**

A promoção do sucesso escolar de todos os alunos constitui-se como prioridade do estado, estando consignado na Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei nº46/86, de 14 de Outubro, podendo-se ler o seguinte:

## Artigo 2.º

1 – Todos os portugueses têm o direito à educação e à cultura, nos termos da Constituição da República.

2 – É da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.

O conceito de igualdade de oportunidades em educação não se restringe nas sociedades actuais a questões de mero acesso a equipamentos educacionais, mas também à igualdade de sucesso, proporcionando a todos os meios, apoios e recursos necessários para que se criem as melhores condições para um bom desempenho escolar, realização e desenvolvimento pessoal dos alunos. Deste modo, a escola constitui-se como um agente formador de cidadãos activos, com capacidade de interpretar com sentido crítico e criativo a realidade envolvente, motivados para a participação no processo democrático país que integram.

A problemática do insucesso escolar tem sido desde finais dos anos sessenta do século vinte, alvo de atenção por parte de vários investigadores, em diferentes contextos, dando origem a diversas perspectivas teóricas, (Salema, 1997:8). Nos países anglo-saxónicos, a adopção de medidas de combate ao insucesso escolar passa desde essa altura a ser uma prática imperativa. Os primeiros estudos sobre esta temática indicavam que o insucesso dos alunos se devia a dificuldades cognitivas, fruto de uma herança genética intelectualmente pobre, não se perspectivando nestes casos grandes probabilidades de realização de um percurso escolar satisfatório. Nestas situações, preconizava-se um ensino baseado na repetição de tarefas básicas e na realização de actividades para o desenvolvimento de competências sociais. Segundo esta perspectiva, seria vantajoso para os alunos o seu agrupamento em turmas homogéneas, em frequência de vias de ensino alternativas.

Uma outra perspectiva teórica atribuía o insucesso dos alunos a questões ambientais, ou seja, considerava que alguns alunos não teriam tido no seu seio

familiar e social as condições e recursos suficientes para a realização de uma boa escolaridade. São identificados os seguintes factores como sendo condicionantes do sucesso escolar dos alunos:

- *Grupo socioeconómico baixo;*
- *etnia;*
- *situação migrante;*
- *desconhecimento da língua do país de recepção;*
- *situação geográfica de isolamento;*
- *minoria religiosa.*

Ao frequentarem um tipo de ensino não diferenciado, estes alunos eram considerados duplamente desfavorecidos pelo facto de estarem sujeitos a condições curriculares e pedagógicas desadequadas ao seu perfil de aprendizagem, a instrumentos de avaliação que *privilegiam a classificação em detrimento da avaliação formativa*, a um sistema de progressão pouco flexível que prevê a retenção, e a um presente preconceito por parte dos actores educativos cujas expectativas de sucesso se revelavam baixas.

Para colmatar as carências manifestadas por este tipo de alunos, deveriam ser integrados em turmas heterogenias, cumprindo o tronco curricular comum. Porém, era proposto que lhes fossem facultados *programas alternativos ou de remediação*, de forma a enriquecer a sua base cultural ou instruindo-os em áreas do saber fundamentais para uma boa escolarização, inserindo-os mais facilmente no sistema de ensino, chegando assim a atingir o mesmo nível dos restantes alunos.

Já na década de setenta, surge uma terceira perspectiva, em parte colidente com as anteriores, rejeitando os défices culturais ou as condições externas pouco favoráveis como causas do insucesso, atribuindo este ao facto dos alunos pertencerem a culturas diferentes.

Apesar de estudos como estes não terem gerado uma teoria consistente ou um modelo ou conjunto de modelos que permitisse minorar visivelmente o

insucesso escolar, poder-se -á afirmar que identificaram um problema, as suas causas e originaram uma tendência por parte dos estados para a promoção de programas de combate ao insucesso escolar. Constata-se então que: (Salema, 1997:10).

- “- há uma proporção de alunos com baixo rendimento escolar, que se constituem como um grupo em risco em relação à maioria dos alunos;
- tem de haver um esforço de empenho na compreensão dinâmica das necessidades dos alunos e das famílias;
- este esforço necessita de abordagens longitudinais, privilegiando a prevenção e a intervenção;
- este esforço necessita de recursos adequados, quer redistribuindo os existentes, quer criando novos;
- as escolas, as famílias e as comunidades partilham a responsabilidade de resposta às necessidades dos alunos em risco;
- as escolas devem desempenhar novas funções na disponibilidade e na coordenação dos serviços para os alunos em risco;
- as escolas devem mudar, de modo a ir ao encontro das necessidades dos alunos em tal situação. “

### **2.2.2. Os Modelos de Ensino.**

A grande preocupação de qualquer professor é que os seus alunos desenvolvam capacidades e adquiram as competências previstas para o nível ou ciclo que leccionam, sendo os seus resultados finais, o reflexo destas aquisições. Para que tal suceda, o professor terá de fazer chegar ao aluno a sua mensagem da forma mais eficiente possível. O aluno registará e processará toda a informação recebida, transformando-a em operações práticas, ou seja adquirindo competências. Esta forma eficiente de levar o aluno a receber a informação, poderá ser sistematizada, sob a forma de modelos de ensino.



O aproveitamento escolar de cada aluno depende de um determinado número de factores, que lhes serão intrínsecos ou extrínsecos. A sua motivação, a sua relação com os demais pares, o seu meio familiar e social ou a sua capacidade de aceder à informação, serão algumas variáveis condicionantes do seu desempenho escolar. Assim a cada contexto escolar, deverá corresponder a escolha de um modelo que a ele melhor se adequue.

Os autores Bruce Joyce e Marsha Weil, na sua obra *Models of Teaching*, agruparam os vinte e dois modelos de ensino compilados por semelhança em quatro grupos, a que designaram de famílias de modelos. Deste modo, os modelos passarão a agrupar-se em *modelos de processamento de informação*, *modelos pessoais*, *modelos de interacção social* e *modelos comportamentais*. Assim, seguiremos descrevendo sumariamente cada uma destas famílias, especificando cada modelo. A versão utilizada nesta revisão bibliográfica foi a edição espanhola, *Modelos de Enseñanza*, editada em 1985. Os autores dos modelos descritos encontram-se citados na obra referida.

### **2.2.3. Modelos de processamento de informação**

Os modelos pertencentes a esta família reflectem a capacidade do professor de motivar os alunos a melhor processar a informação que lhes é fornecida (Joyce & Weil, 1985: 35). Tendo em conta que processar informação significa interpretar dados, resolver problemas, aprender conceitos e utilizar correctamente símbolos verbais e não verbais, estes modelos visam potenciar o desenvolvimento intelectual do aluno, valorizando o seu auto conceito e as relações sociais que este estabelece no contexto escolar.

Desta família de modelos constam os modelos de pensamento indutivo e de investigação, desenvolvidos por Hilda Taba e Richard Suchman, e cujos objectivos visam o desenvolvimento dos processos mentais indutivos, o racionalismo académico e a construção de um pensamento coerente e lógico na elaboração de bases teóricas.

O modelo de investigação científica, sistematizado por Joseph j. Schwab, foi concebido para facilitar as aprendizagens de cada disciplina. É um modelo que procura estimular no aluno a sua capacidade de resolução de problemas.

Jerome Bruner desenvolveu o modelo de formulação de conceitos, com o intuito de desenvolver no aluno capacidades de análise conceptual.

Relativamente ao modelo de desenvolvimento cognitivo, compilando estudos de Jean Piaget, Irving-Siegel, Edmund Sullivan e Lawrence Kolberg, foca a sua acção no desenvolvimento intelectual da criança, particularmente no raciocínio lógico e interacção social.

O modelo de organização intelectual, de David Ausubel, foi concebido para incrementar a capacidade de processamento de informação, facilitando a recepção de informação e relação de conceitos aprendidos.

O modelo da memória, desenvolvido por Harry Lorayne e Jerry Lucas, tem como propósito potenciar as capacidades de memória.

#### **2.2.4. Modelos pessoais**

Os vários modelos desta família concentram-se no desenvolvimento pessoal e afectivo do aluno (Joyce & Weil, 1985: 159). O conceito que o aluno tem de si próprio e as relações que estabelece com os outros e com o meio, são considerados factores a desenvolver para que este realize mais facilmente aprendizagens. Deste modo, pretende-se que o aluno atinja uma estabilidade emocional, valorize a sua auto estima e estabeleça relações sociais.

O modelo de ensino não directivo, ao qual mais adiante daremos especial atenção, foi desenvolvido por Carl Rogers e propõe o desenvolvimento da personalidade do jovem ao nível do seu auto conceito, do incremento da sua autonomia e do aumento da sua auto estima.

Através da aplicação do modelo de desenvolvimento da consciência, de Fritz Perls e William Schutz, pretende-se que o aluno concretize o seu desenvolvimento pessoal e a sua auto consciência. A compreensão da consciência corporal e sensorial é algo a que os estes autores dão grande importância para que se dê um correcto desenvolvimento do jovem.

Quanto ao modelo cinético, sistematizado por William Gordon, prevê que o aluno desenvolva a criatividade e a capacidade de resolução de problemas.

O modelo de sistema conceptual foi desenvolvido por David Hunt com o intuito de flexibilizar a mente do aluno, estimulando-o a observar e interpretar a realidade de forma mais ampla, desenvolvendo uma personalidade maleável e adaptativa.

No modelo de terapia de grupo, William Glasser propõe como base de trabalho o auto conhecimento e a consciência da responsabilidade que o aluno assume perante o grupo.

#### **2.2.5. Modelos de interacção social**

Este conjunto de modelos baseia-se no estudo das relações que o indivíduo estabelece com os outros (Joyce & Weil, 1985: 233). Parte do princípio que o aluno deverá desenvolver competências sociais, reconhecendo o seu papel perante o grupo, incentivando-o na realização de um trabalho produtivo em conjunto com os seus pares.

Ao aluno é apresentada a realidade social em que se insere, incutindo a sua participação em processos democráticos, trabalhando para o bem comum.

Passemos agora a descrever os modelo pertencentes a esta família, começando pelo modelo de investigação de grupo. Neste modelo, Herbert Thelen e John Dewey propõem ao aluno a sua participação em processos sociais democráticos, combinando as suas capacidades interpessoais e investigação académica, tendo como objectivo o seu desenvolvimento pessoal.

No modelo de investigação social, Byron Massialas e Benjamin Cox, baseiam o trabalho em contexto de sala de aula na resolução de problemas mediante investigação académica e raciocínio lógico.

Quanto ao modelo de métodos de laboratório, Leland P. Bradford, Jack R. Gibb e Kenneth D. Benne preconizavam o desenvolvimento de capacidades individuais e sociais, auto conhecimento e flexibilidade intelectual.

O ensino baseado no modelo da jurisprudência utiliza o exemplo de casos particulares para explicar e resolver problemas de índole social. Este modelo foi gerado por Donald Oliver e James P. Shaver.

No caso do modelo de jogo de papéis, é elaborado um vasto estudo de condutas e valores, centrado nas próprias histórias de vida dos alunos. Os “pais” deste modelo são Fannie e George Shaftel.

Por último, o modelo de simulação social de Sarene Boocock e Harold Guetzkow, estimula os alunos a experimentar diversos processos, avaliando as relações que estabelecem entre si. É um modelo que habitua o aluno a tomar as suas próprias decisões.

#### **2.2.6. Modelos Comportamentais**

Esta família de modelos baseia-se num corpo teórico denominado *behaviourismo*, ou seja, um conjunto de estudos realizados sobre o comportamento humano (Joyce & Weil, 1985: 237). Complementando este corpo teórico são utilizados outros conceitos tais como as teorias da aprendizagem, da aprendizagem social, do comportamento e da modificação do comportamento. Este modelo suporta-se em grande parte nos princípios de controlo de estímulos e reforços, princípios estes com aplicação em diversas áreas, nomeadamente em educação, conduta interpessoal e terapia.

Daremos como exemplo seis modelos, divididos em modelos docentes, conceptuais e redutores da ansiedade.

B. F. Skinner foi o protagonista no desenvolvimento de dois dos modelos aqui incluídos, o modelo de controlo de contingências e o modelo de auto controlo. Estes modelos visam o desenvolvimento de competências sociais e intra pessoais, optimização das aprendizagens de conceitos e interpretação de dados.

No grupo dos modelos redução de stresse e descontração, os investigadores David C. Rimm, John C. Masters e J. Wolpe propõem nos seus estudos a substituição de sentimentos de ansiedade e tensão por um estado de espírito mais sereno, através do estabelecimento de objectivos pessoais. J. Wolpe desenvolve igualmente o modelo de descondicionamento.

Para finalizar esta sumária descrição dos modelos pertencentes a esta família, referimos os trabalhos realizados por Robert Gagné, Karl e Margareth Smith sobre o modelo de treino directo, o qual se dedica aos comportamentos e desenvolvimento de capacidades.

#### **2.2.7. O Modelo não Directivo.**

Carl Rogers (1951) e seus colegas de investigação introduziram na educação uma nova perspectiva, a terapêutica. O trabalho resultante da aplicação deste modelo deve-se a um conjunto de compromissos e inter relações assumidos e estabelecidos pelos alunos, aliados a um forte investimento académico e intelectual (Joyce & Weil, 1985: 162).

Este modelo caracteriza-se pela utilização de algumas técnicas, nomeadamente da entrevista não directiva. Esta é a técnica principal utilizada neste modelo e poderá ser aplicada tanto a um aluno individualmente como a um pequeno grupo de alunos. A aplicação da entrevista não directiva implica a existência de alguns recursos, tal como um local que proporcione tanto ao professor como aos alunos algum grau de privacidade, visto ser um trabalho em que os alunos expõem as suas opiniões, sentimentos, inseguranças e expectativas.

O papel do professor reduz-se ao mínimo funcionando meramente como facilitador, orientando e incentivando os alunos a resolverem as questões com que se vão deparando ao longo da entrevista. O professor deverá incentivar o aluno a assumir um sentido crítico da realidade e a desenvolver capacidades de exame e avaliação de situações que até então lhe eram desconhecidas.

O professor criará um ambiente de comunicação e empatia, mostrando-se sensível e interessado, aceitando sem realizar juízos de valor os sentimentos e opiniões dos seus alunos, mesmo que estes sejam erróneos. Não deverá expressar as suas opiniões, ou aconselhar, somente orientar. Neste clima de aceitação, o aluno sentirá a segurança para assumir as suas inseguranças e corrigir eventuais posições menos positivas, passando a ter maior capacidade de iniciativa e autonomia.

Com este modelo pretende-se que o aluno se integre e se auto valorize no seio da turma, assumindo-se como uma peça importante no decurso de todo o processo de aprendizagem. O ensino é centrado no aluno, sendo este responsável pelas suas aprendizagens, decidindo ele que caminho tomar, conforme as suas necessidades.

Ao aplicar a entrevista não directiva, o professor provocará no aluno uma série de reacções de forma a confronta-lo com a realidade e consigo próprio. Assim o aluno passará por um processo de crescimento pessoal, realizando as seguintes etapas: numa fase inicial o aluno libertará de forma catártica os seus sentimentos e de modo intuitivo irá criar uma nova concepção do seu “Eu”. O aluno confrontando-se com uma nova realidade, estipulará novos objectivos, passando a agir autonomamente, ganhando assim uma maior autoconfiança. Este processo repetir-se-á as vezes necessárias no decurso das várias aprendizagens.

A entrevista não directiva obedece a uma sequência de fases, as quais deverão ser respeitadas de modo a que se obtenha o efeito pretendido.

-Numa primeira fase terá que se definir qual a situação a abordar. São normalmente situações das quais os alunos sintam alguma dificuldade em resolver. Poder-se-á simplesmente ter como objectivo debater e explorar um determinado tema do interesse do ou dos alunos, resolver uma situação de conflito ou realizar uma planificação de aprendizagens para um determinado período de tempo. O professor incentivará os seus alunos a expressar abertamente os seus sentimentos;

-segue-se uma fase exploração do problema, altura em que os alunos se apercebem dele e o definem. O professor ajuda os seus alunos a traduzirem em argumentos pragmáticos as suas intervenções emocionadas;

-numa terceira fase compreender-se-á o problema. O professor promove a discussão deste;

-na quarta fase da entrevista não directiva, realizar-se-ão as primeiras planificações e tomar-se-ão as primeiras decisões. O professor reforça as primeiras decisões tomadas pelo aluno.

-a fase designada de *integração*, servirá como ponto de partida para que o aluno se comprometa a cumprir todas as decisões tomadas nesta entrevista. Todo o trabalho a realizar será definido nesta fase.

Após a realização da entrevista o aluno sentir-se-á motivado e adestrado para realizar as suas tarefas, de forma autónoma e em sintonia com o professor e os demais colegas. A partir da realização deste tipo de entrevistas podem-se elaborar contratos de aprendizagem, sendo desejável a participação dos encarregados de educação.

Do leque de modelos anteriormente descritos, consideramos que o modelo de ensino não directivo poder-se-á aplicar facilmente no contexto dos cursos em estudo, gerando um ambiente de trabalho facilitador da aquisição de aprendizagens. Dada a especificidade destes cursos e ao perfil de aluno que usualmente os frequenta, o modelo não directivo poderá servir como uma boa

base de trabalho para que os professores rentabilizem mais eficientemente o seu tempo por via da participação e responsabilização dos alunos no decurso do trabalho de sala de aula.

## **2.3. A Teoria das Inteligências Múltiplas.**

### **2.3.1. O direito á Diferenciação Pedagógica - uma análise a nível meso**

A diferenciação pedagógica como princípio de acção em Portugal tem como base de inspiração a Conferência Mundial sobre a Educação para Todos levada a cabo em Jomtien, Tailândia, em 1990, e pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais ocorrida em Salamanca, quatro anos mais tarde.

Assim, declara-se no capítulo I, ponto 7, que “O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola”

Consignada na Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei nº46/86 de 14 de Outubro, que garante “assegurar às crianças com necessidades educativas específicas, (...) condições adequadas ao seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades”, a diferenciação pedagógica é uma realidade nas escolas portuguesas. Estas têm por obrigação proporcionar a todos os alunos as condições necessárias para o seu desenvolvimento



intelectual, físico, social e estético, motivando-os, explorando as suas aptidões e valorizando todo o seu capital cultural. Posto isto, considerámos pertinente a inclusão nesta revisão bibliográfica de uma abordagem ao tema das inteligências traduzidas nas aptidões individuais de cada um, segundo o autor norte-americano Haward Gardener.

Tendo em consideração que todos os indivíduos diferem nas suas capacidades e motivações, Gardner (1995) e a sua equipa de trabalho propuseram-se a elaborar um conjunto de estudos relacionados com as aptidões e competências desenvolvidas desde a infância. Estes estudos deram origem à concepção de um modelo pedagógico cujo objectivo era o de reformar o sistema de ensino Norte Americano.

Desde a antiguidade que o se teoriza acerca do auto-conhecimento, desenvolvimento da mente e da inteligência humanas. Adágios como “Conhece-te a ti mesmo” proferido por Sócrates, “Todos os homens desejam o saber” de Aristóteles, ou o célebre “Penso, logo existo “ de Descartes, constituem prova de que o homem busca incansavelmente uma explicação para um conceito tão abstracto como o de *Inteligência*.

Questionado sobre qual a definição mais correcta de inteligência, e na sequência de estudos sobre o *potencial humano*, Gardner (1995) encontrou-se motivado para encetar estudos naquilo que viria mais tarde a ser a Teoria das Inteligências Múltiplas.

Nestes parágrafos que se seguirão descrever-se-á o modelo das Inteligências Múltiplas, sistematizado por Haward Gardener (1994) e tecer-se-ão algumas considerações relativamente à sua aplicação no campo da Educação.

### **2.3.2. Síntese da Teoria das Inteligências Múltiplas**

Tendo em conta que a medição do Quociente de Inteligência (QI) através de testes de baseados na aferição do potencial linguístico e lógico-matemático dos

indivíduos, se tinham revelado insuficientes para conhecer o seu potencial intelectual, tornou-se premente investigar mais a respeito das capacidades intelectuais humanas, ou seja, acerca das várias formas de inteligência. Estudos na área da neuropsicologia revelaram que o sistema nervoso não se limita a servir um único propósito, mas sim revela-se como sendo o centro de inúmeras operações, havendo por parte de cada indivíduo uma maior ou menor apetência para as realizar “[...] a mente é um instrumento multifacetado, de múltiplas componentes, que não pode, de qualquer maneira legítima, ser capturada num simples instrumento estilo lápis e papel.” (1995: 65).

Para a sistematização da Teoria das Inteligências Múltiplas Gardner, (1994), focalizou a sua atenção em estudos relacionados com as actividades do ser humano e suas capacidades para as desempenhar. Com a intenção de isolar teoricamente as várias inteligências, o investigador estudou casos de indivíduos com lesões cerebrais, em que se verificou a supressão de algumas das capacidades e a manutenção de outras, realizou estudos com crianças sobredotadas e crianças ditas normais, e com indivíduos autistas, e *idiots savants*, portadores de um grande défice de competências mas simultaneamente a gozar de uma capacidade invulgar para a realização de uma tarefa específica. A inteligência passa a ser considerada como a capacidade que o ser humano tem para processar informação, realizar tarefas, gerar competências relacionadas com as várias áreas do saber, e desenvolver produtos com vias à resolução de problemas. Assim, isolou sete inteligências específicas mas que frequentemente se manifestam em conjunto. São estas as inteligências Linguística, Musical, Lógico-Matemática, Espacial, Corporal-Cinestésica e as inteligências intra e inter Pessoais.

### **2.3.3. A Inteligência Linguística**

A inteligência linguística manifesta-se na capacidade do indivíduo distinguir e utilizar sons, ritmos e palavras, transmitindo mensagens. A transmissão oral ou escrita de mensagens, bem como o seu registo, assume primordial importância

em profissões como a de vendedor, político, professor, ou em actividades como a de escritor ou poeta. O domínio da linguagem permite alguém convencer, agradar, seduzir ou transmitir mensagens. Esta sensibilidade para utilizar correctamente a linguagem pode-se identificar nas crianças através das histórias originais que criam e contam ou do relato que fazem de experiências vivenciadas.

#### **2.3.4. A Inteligência Musical**

Esta inteligência revela-se na capacidade de identificar sons, ritmos e timbres, apreciando-os, reproduzindo-os ou compondo peças musicais. Esta capacidade de criar e manipular sons de forma harmónica percebe-se nas crianças quando estas se expressam produzindo sons e cantando.

#### **2.3.5. A Inteligência Lógico-Matemática**

Esta é a capacidade para trabalhar em abstracto. É a demonstração de sensibilidade para a ordem, para os padrões e para sistematizações. Tanto cientistas como matemáticos gozam deste tipo de inteligência, apesar das suas motivações diferirem. No caso dos cientistas, o que os move é a busca de explicações para fenómenos da Natureza, enquanto que os matemáticos realizam um trabalho de relações e operações no abstracto. Crianças com facilidade em contar e realizar operações aritméticas, têm mais probabilidades de desenvolverem esta inteligência.

#### **2.3.6. A Inteligência Espacial**

A inteligência espacial é referida por Gardner, (1995) como a inteligência dos arquitectos, engenheiros e artista plásticos. É a habilidade para manipular formas a duas e três dimensões, perceber e visualizar objectos no espaço. Designers, escultores, arquitectos e pintores utilizam a capacidade de imaginar,

conceber e produzir formas volumes e objectos, dando solução aos desafios com que se deparam. Crianças com facilidade para a resolução de quebra-cabeças espaciais, vocação para a produção de desenhos ou outros trabalhos plásticos e uma propensão para a observação de pormenores, poderão manifestar esta inteligência.

#### **2.3.7. A Inteligência Corporal-Cinestésica**

Do desenvolvimento desta inteligência resulta um apuramento das motricidades fina e grossa. É observável pela facilidade do indivíduo executar exercícios ou realizar produtos utilizando partes ou a totalidade do corpo. É a inteligência que tanto desportistas e bailarinos como de artistas plásticos e dramáticos mais utilizam. Na infância poder-se-á detectar uma maior possibilidade de desenvolvimento desta inteligência em crianças que demonstrem graciosidade de movimentos, resposta pronta a estímulos musicais e bom desempenho físico.

#### **2.3.8. A Inteligência Interpessoal**

Pode-se considerar que esta inteligência se relaciona com a capacidade de lidar adequadamente com os estímulos, humores, expectativas, desejos e respostas dadas pelo outro. É a forma assertiva de resolver situações que dependem também de outrem. Verifica-se em crianças com facilidade de conviver com os seus pares e com sensibilidade para compreender as suas necessidades.

#### **2.3.9. A Inteligência Intrapessoal**

Esta inteligência é a congénere individual da inteligência anteriormente descrita. Trata-se da capacidade do indivíduo se auto conhecer, perceber os seus limites e as suas potencialidades, utilizando esse conhecimento em

proveito próprio. Devido a ser uma inteligência muito pessoal, esta só se observa pela manifestação das todas as outras.

#### **2.3.10. As implicações educacionais da Teoria das Inteligências Múltiplas**

Uma teoria como a apresentada constitui exemplo de um bom instrumento de operacionalização de estratégias de diferenciação pedagógica. Gardner, (1995) e seus correlegionários defendem a educação centrada no aluno como uma realidade a cultivar, pois a cada aluno corresponde uma forma particular de perceber e interpretar a realidade. Cada indivíduo gera soluções e cria produtos consoante as suas habilidades.

Gardner propõe à escola uma perspectiva de ensino centrado no aluno, atribuindo ao professor novos papéis e incumbências, nomeadamente as de:

- Especialista em avaliação;
- agente do currículo para o aluno;
- agente da escola-comunidade.

No primeiro caso trata-se de repensar todo o sistema de avaliação, não limitando a aferição das competências adquiridas pelos alunos meramente pela aplicação de testes padronizados, beneficiando aqueles que manifestam predominantemente inteligência linguística e lógico-matemática.

A avaliação terá como função tanto a aferição dos conhecimentos dos alunos, como se assumirá como instrumento formativo veiculado aos vários actores educativos, sejam estes os professores ou os encarregados de educação, permitindo assim um correcto acompanhamento e percepção das potencialidades e constrangimentos dos aprendentes.

Em segundo lugar, a escola deverá a partir da elaboração de uma eficiente caracterização das capacidades e apetências dos seus alunos, realizar um

bom encaminhamento vocacional destes, canalizando-os para cursos ou áreas adequados (Gardner, 1995: 66). Assim, esta linha de pensamento poderá auxiliar os professores na prossecução de uma gestão curricular adequada. Consequentemente, a abertura de cursos e a formação de Conselhos de Turma, deverá ter em conta as características dos alunos que os irão futuramente frequentar. Desejavelmente, dever-se-á apoiar os docentes nesta tarefa de aproximação do ensino às capacidades dos seus alunos oferecendo formação específica e fornecendo os recursos suficientes para a leccionação dos conteúdos curriculares destes cursos.

Segundo a Teoria das Inteligências Múltiplas, não se torna obrigatoriamente necessário que as políticas educativas e gestionárias da escola mudem radicalmente para que se possa operar dentro dos seus moldes, bastando somente que se adequem os métodos pedagógicos existentes. Derivado à grande complexidade de todo o processo educacional, a escola é coadjuvada no cumprimento das suas funções por outras pessoas e instituições. Conclui-se ser fundamental o compromisso dos encarregados de educação no percurso escolar dos seus educandos tal como o apoio e envolvimento de instituições de cariz cultural, profissional e comercial.

### **3.º Capítulo - A Escola e a relação com o Meio**

#### **3.1. A relação da Escola com a Comunidade**

##### **3.1.1. Parcerias e Partenariado**

Da mesma forma que os professores interagem de forma a atingirem os seus objectivos, também os estabelecimentos de ensino geram relações de parceria com empresas e instituições, públicas e privadas, a fim de concretizarem os seus intuitos. O partenariado e a criação de relações de parceria são actualmente estratégias amplamente utilizadas por empresas e instituições, que gerando sinergias e agregando recursos, conseguem mais rapidamente e menos onerosamente atingir as suas metas.

##### **3.1.2. Origens e desenvolvimento do partenariado na política nacional**

Analizando a temática do Partenariado no nosso país, (Rodrigues & Stoer 1998), pode-se afirmar que se enquadra em duas correntes principais:

A primeira, defende que o partenariado não constituiu um princípio de acção tradicional. Observando por exemplo o sector rural, assente ancestralmente na produção agrícola em pequenas explorações particulares (minifúndios), ao invés de se verificar um sentimento de cooperação, percebia-se um forte sentido de territorialidade entre vizinhos. Outra corrente de opinião, defende o partenariado como uma prática vulgarizada, estando este consignado no direito de estabelecimento de sociedades, desde o séc. XIX.

Consideremos que o partenariado como princípio de acção, se consolidou com o surgimento das Misericórdias. Fundadas e geridas pela Igreja Católica, as Misericórdias forneciam um serviço social apoiado por um poder estatal muito

centralizado. Esta orientação viu o seu auge no período Salazarista do Estado Novo, época em que a fronteira entre Igreja e Estado se encontrava muito esbatida.

A designação formalizada de partenariado tem a sua aparição em Portugal com a introdução de Programas oriundos da Europa Comunitária. A designação de partenariado fica conotada com parcerias entre países, passando assim a assumir uma dimensão transnacional.

Pela mão da economista Manuela Silva, foram implantados projectos de “desenvolvimento comunitário”. Inicialmente integrando o Gabinete de Estudos Sociais e posteriormente como directora do Serviço de Promoção Social, Manuela Silva desenvolve trabalhos segundo uma linha de pensamento alternativa à corrente principal, partidária de que desenvolvimento se resumia a crescimento económico.

Desafiante ao regime totalitarista vigente, Manuela Silva estimula o trabalho das populações e instituições locais, em parceria, com o fim da resolução dos seus problemas.

Tomando o desenvolvimento como resultado de uma prática multidisciplinar, Manuela Silva acredita numa actividade baseada em projectos experimentais, explorando as potencialidades de líderes locais, designados por ela como “forças vivas”, e conjugando esforços com as populações locais. Citando Silva, (1964: 498), “A técnica de desenvolvimento comunitário implica a união de esforços entre populações locais e poderes públicos, com vista à melhoria da situação económica, social e cultural do país ou da região”.

Numa perspectiva de operacionalização de um modelo de cooperação para uma optimização das condições socioeconómicas dos portugueses, surge a redacção de documentos preparatórios da proposta de IV Plano de Fomento, fomentando a articulação dos sectores da saúde, trabalho e segurança social.



Esta série de documentos, refere a urgente necessidade de conformar a actuação dos agentes económicos, com vista uma maior satisfação das necessidades colectivas relativamente a factores como a educação, cultura, habitação, transportes, entre outros.

No início da década de setenta, o país assistiu ao desaparecimento de uma filosofia de cooperação e desenvolvimento comunitário multidisciplinar, com a extinção do Serviço de Promoção Social. Dois anos depois, dar-se-á a revolução de Abril, e com ela o surgimento um novo projecto societal.

O ano de 1974 veio gerar um novo sentimento no povo português, de mais solidariedade, iniciativa, e de maior entusiasmo no que se refere a associativismo.

Alberto Melo, director geral da Educação Permanente, entre Novembro de 75 e Julho de 76, promove acções de ensino de adultos, com a particularidade de serem realizadas por associações locais em conjunto com departamentos governamentais. Nesta linha, a Campanha Nacional de Alfabetização deu um contributo notório, centrando a questão da alfabetização na comunidade e não no indivíduo. Nestes moldes, foram criadas inúmeras associações populares de educação.

O sucesso destas acções, cuja tónica foi o partenariado, deveu-se a um conjunto de factores dos quais se destacam, o súbito entusiasmo popular, o vazio de poder observado após a queda do regime ditatorial e a forte iniciativa da Direcção Geral do Ensino Permanente (DGEP).

Se os meados dos anos setenta foram o trampolim para a propagação deste princípio de acção, os anos oitenta com a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia, representaram o auge deste espírito. A proposta de programas de desenvolvimento a partir de fundos vindos de Bruxelas, despoletaram uma vaga de iniciativas nunca antes observadas no nosso país. Prevista nas candidaturas a estes programas, estava a exigência

de parceria, pelo que as instituições compulsivamente procuraram os seus parceiros.

Parceria passa a ser a “palavra-chave” em bastantes documentos oficiais emanados nessa época.

Críticos a estes programas acusam o Estado Português de não ter tido a capacidade de accionar mecanismos de normalização contratual e cultural da sociedade portuguesa.

Os primeiros anos da década de noventa, foram férteis na celebração de acordos relacionados com salários e preços, saúde, formação profissional e higiene e segurança no trabalho. Assim comprometeram-se parceiros sociais, numa tentativa de supressão da crise, modernização de alguns sectores e manutenção de postos de trabalho.

No âmbito do Programa Europeu para a Integração Socioeconómica de Grupos Menos Favorecidos, foram desenvolvidos perto de uma centena de projectos, tendo sempre o parceria como metodologia central, tanto na realização destes, como na sua avaliação. Factores como a articulação de recursos, metodologias e estratégias, a necessidade de adopção de conceitos e objectivos-chave, a optimização da comunicação interna ou com instituições externas ao projecto, são aspectos fortemente avaliados, sempre sendo o parceria, elemento central.

Acompanhando esta tendência de realização conjunta de projectos de índole social, nasce em 1991 a Direcção Geral de Acção Social.

Em 1993, com o intuito de resolver problemas de habitação, surge o Programa Especial de Realojamento, que expressamente referia o interesse de estabelecimento de protocolos entre a administração central, o poder local e organizações não lucrativas de solidariedade social.

É digno de menção, o facto de o parceria ter tido uma expressão heterogenia no nosso país, diferenciando entre zonas rurais, semi rurais e urbanas.

Percebe-se que entrecruza o conceito europeu mais formal, com o conceito de parceria, baseado em lógicas sociais e culturais locais.

As políticas de orientação social em Portugal, sofreram desde os anos sessenta uma forte influência externa, sobretudo europeia. Com a sua integração na Europa Comunitária, Portugal absorveu quase na sua totalidade, orientações europeias de cariz social.

Após a mudança de regime em 1974, Portugal, que até aí assumia um papel de complementaridade no que dizia respeito a políticas de apoio social, passa agora a se comprometer como provedor de bem-estar a populações incapazes de acompanhar o mercado, em campos como a saúde, a habitação ou a educação.

Enquanto que durante o anterior regime a provisão de bens e serviços básicos era coadjuvada pela acção de relações de parentesco, amizade ou vizinhança, agora o estado compromete-se na sua totalidade a minimizar estas carências.

Portugal partiu para a implementação de um estado de bem-estar universal em desvantagem em relação a outros países europeus, por dois motivos principais: Por um lado, atravessava um período de grande adversidade em termos sociopolíticos; para além das mudanças políticas mais ou menos conturbadas que aqui se operavam, estava a atravessar-se um período de acentuada recessão económica.

Devido a isto, o sentido das orientações político-sociais nacionais pautavam pelo “estatismo, colectivismo e pelas virtudes do público”, enquanto que as orientações dos restantes países europeus sublinhavam o “civilismo, individualismo e privatismo”.

Portugal investiu seriamente implementando as seguintes medidas:

- 1) A criação de um sistema integrado de segurança social;

2) a compensação de vários riscos e situações relacionadas com o trabalho (maternidade, infância, acidentes de trabalho e doenças profissionais);

3) a criação de um sistema nacional de saúde;

4) a instituição do salário mínimo nacional.

As mudanças resultantes da aplicação destas estratégias, geraram para além da polarização entre intervenção estatal e iniciativas privadas, normalmente sem fins lucrativos, também no desenvolvimento de uma sociedade de bem-estar, mais ainda do que um estado de bem-estar.

Assim, relativamente à nossa realidade, podemos definir três períodos distintos na evolução da sociedade de bem-estar:

- Um período de aumento de implantação de políticas distributivas, quer através do aumento dos salários directos, quer pela implementação de políticas sociais ou salários indirectos.

- Com o advento da integração de Portugal na Comunidade Europeia nos anos oitenta, uma desvalorização progressiva dos direitos sociais, a par de uma remercadorização de bens e serviços.

- A integração portuguesa na União Europeia e em consequência uma influência notória de Bruxelas quanto a avaliação e reorientação da provisão social.

Na década de oitenta observou-se o aparecimento de duas tendências de orientação da política social, no que respeita à sua privatização: uma propunha uma revisão constitucional no sentido de *facilitar a penetração das provisões mercantis no domínio social*, outra no sentido de *transferir equipamento e benefícios sociais para a administração privada*.

Estas medidas foram amplamente aceites, verificando-se a transferência de bens sociais para instituições sem fins lucrativos, aliviando o estado de uma responsabilidade financeira no domínio do apoio social.

### **3.1.3. Âmbito e forma dos Partenariados na actualidade**

O Partenariado é tomado actualmente como uma nova forma de solidariedade. Numa época de “destraditionalização” das nações, em que a globalização se torna incontornável, palavras como “partenariado” e “rede”, fazem cada vez mais sentido na formação de consensos a nível mundial.

No nosso país, prevalecem as velhas formas de solidariedade, aliadas a novos modos de pensar e agir, com o propósito de atingir objectivos.

Após análise de alguns casos de partenariado ocorridos no nosso país, poder-se á concluir que os seus objectivos podem ser inseridos em dois dos três modelos de partenariado propostos por (Craig 1994), nomeadamente os de provisão (*delivery*), e de acção, (*agency*), não tendo sido observado um número relevante de casos que se englobassem no modelo de Intermediação” (*brokerage*).

O modelo de provisão provem de objectivos de:

- a) Desenvolvimento de infra-estruturas a nível local;
- b) distribuição de serviços e afectação de recursos para a sua provisão;
- c) desenvolvimento de novas ideias para a distribuição de serviços e,
- d) contributo para a mudança de atitudes para e valorização das culturas locais.

O modelo de acção está relacionado com objectivos que considerem:

- a) A provisão como um factor de menor importância,
- b) a elaboração de programas para provisão;
- c) a distribuição de recursos para os serviços e organizações. (Craig 1994)

O modelo de provisão é grandemente observado em programas cujo princípio de acção é o partenariado, princípio este de cariz formal e institucional, enquanto que o modelo de acção se encontra em iniciativas em que a relação entre as partes se identifica com o conceito de parceria, mais informal e menos definido, operando-se normalmente entre organizações de mediação local. Nestes casos a relação de parceria, coexiste com o de partenariado.

Os programas e iniciativas de desenvolvimento social, têm como intuito apoiar tanto a grupos populacionais, agregados familiares e indivíduos que se encontrem em situação de precariedade ou exclusão social, como a associações e micro empresas que desempenhem um papel de sustentabilidade do local onde se inserem. Nestes casos, é assumida entre as partes uma postura de parceria, por vezes geradora de ambiguidades e frequentemente demasiado informal, em que se confunde relação de parceria com relação colegial ou de amizade, não havendo uma definição concreta de papéis e “regras do jogo”.

Neste sentido, prevê-se a avaliação de candidaturas de projectos, estabelecendo-se requisitos mínimos para a formação de relações de partenariado, por exemplo, a existência de objectivos comuns entre parceiros, um visível sentido de responsabilidade e definição de regras.

Parece ponto assente que os partenariados formais gozam de grande credibilidade, pelo facto de se suportarem em fundos garantidos, em grande parte provenientes da Comunidade Europeia. Associações e organizações não governamentais acreditam ser possível a realização de projectos não dependentes de financiamentos externos, desde que apoiadas por entidades mediadoras que funcionem como *interface* entre parceiros, entidades estas que estimulam e promovem consensos, tão necessários em projectos comuns.

Assim poder-se-ão seleccionar algumas vantagens e desvantagens que advêm do trabalho em partenariado. No caso das vantagens temos:

- a) a reunião de recursos num fundo comum;
- b) a aquisição de conhecimentos com base em saberes comuns;
- c) a visibilidade dos projectos;
- d) a possibilidade de influenciar políticas nacionais, (propiciam a formação de grupos de pressão);
- e) a facilidade de criação de estruturas locais com fins variados;
- f) o reforço da confiança, colaboração e reciprocidade.

Como desvantagens constata-se:

- a) a concepção flexível do trabalho. Normalmente estes projectos afastam-se de uma base contratual tradicional, com factores garantidos como por exemplo um salário fixo ao fim do mês, não sendo tão cativante;
- b) a ilusão da ajuda externa. Normalmente estes projectos são financiados por programas que exigem um mínimo de garantias para uma boa aplicação dos seus fundos. Frequentemente, estas garantias tornam-se difíceis de dar, e os fundos muitas vezes canalizados indevidamente;
- e) o desperdício de tempo em negociações entre parceiros, por vezes por cada um deles possuir diferentes lógicas de acção e diferentes concepções de desenvolvimento;
- f) o voluntarismo ingénuo no que diz respeito a políticas sociais.

Segundo o ponto de vista das organizações empregadoras, a União Europeia continua a fomentar o partenariado, estimulando o trabalho em associação de empresas (joint ventures), tal como o estabelecimento de redes com a finalidade de criar e manter contactos entre empresas de diferentes países, especialmente os mais desfavorecidos como é o caso de Portugal. Para tal, tem-se organizado anualmente o Europartenariat.

Da parte das empresas portuguesas tem-se percebido um grande interesse neste tipo de eventos principalmente pelo facto de se estabelecerem relações propícias à abertura de novos mercados.

Ao nível da indústria as relações de partenariado têm se estabelecido sobretudo entre parceiros económicos, mas também de uma forma mais tímida entre empresas e autarquias. As entidades empregadoras consideram que os

sindicatos continuam a manifestar as suas preocupações principalmente no que diz respeito a questões salariais, em vez de se focalizarem nos direitos sociais e humanos básicos. Esta tendência poderá ser contrariada por pressões externas, nomeadamente da união Europeia, através de estratégias endógenas com a finalidade de resolução de problemas nacionais básicos.

Assim poder-se-á perceber a postura centralizadora que o Estado Português assume, apesar de possuir um fraco poder de provisão. O Estado desenvolve mecanismos de controlo, em vez de assumir um papel de interlocutor com outros agentes, não propiciando uma relação construtiva entre este e outros promotores sociais. Apesar desta tendência centralizadora, verifica-se a existência de uma sociedade de providência, promovida por redes de micro solidariedades, de relação mais ou menos informal.

Continua-se a observar uma grande implantação de programas orientados por instituições relacionadas com a Igreja Católica, a par com outras organizações, como são o caso de Associações de Pais. Poderemos afirmar seguramente que estes programas continuam fortemente ligados ao poder central, nomeadamente em termos financeiros, questionando-nos quanto à sua autonomia real.

Na sequência da aplicação de políticas tendo em conta o desenvolvimento de um Estado de bem-estar, constata-se a existência de três linhas de percurso: uma que refere o reconhecimento e consagração de direitos sociais; outra relativa à territorialização das medidas tomadas, em grande parte pela existência de grandes assimetrias socioeconómicas ao longo de todo o território nacional, e uma terceira, de fragmentação das medidas e programas aplicados, ao invés de uma coerência entre projectos levados a cabo numa determinada região.

Conclui-se também a importância da influência da União Europeia, no que concerne à promoção de programas, com a finalidade de resolver problemas sócio económicos, reforçando partenariados interinstitucionais, tendencialmente mais formais e plurisectoriais.



### **3.1.4. O partenariado como princípio de acção no Sistema Educativo Português**

Em Portugal, o partenariado tem sido nos últimos vinte anos uma forma de consolidar projectos conducentes à concretização da política educativa prevista na Lei de Bases de Sistema Educativo (Lei nº. 46/86, de 14 de Outubro).

O Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal, vulgo PRODEP, constou de uma série orientações, incluídas no Quadro Comunitário de Apoio, suportadas por pacotes financeiros provenientes de Bruxelas, que se propunham contribuir para:

- "...generalizar o acesso à educação, preconizando uma expansão acentuada do número de alunos no sistema e estabelecendo metas para as taxas de escolarização;"
- "...modernizar as infra-estruturas educativas, preconizando a conservação e expansão do parque escolar, o reforço da construção de espaços desportivos, a generalização de acesso à informática e o desenvolvimento das mediatecas escolares."
- "...melhorar a qualidade da educação através da promoção de sucesso educativo, do desenvolvimento da formação e orientação vocacional e da formação continua de professores" <sup>1</sup> (in Cadernos "A Evolução do Sistema Educativo e o PRODEP").

O Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal (PRODEP) ajudou a proporcionar uma renovação no parque escolar, pela construção de novas infra-estruturas e na manutenção de outras já existentes, mas também fomentou a formação de professores por via de acções de formação desenvolvidas pelos centros regionais de formação, tal como pelas Profissionalizações em Serviços conferidas por Escolas Superiores de Educação, financiadas por estes mesmos fundos.

Outro tipo de protocolos são firmados entre escolas, empresas e autarquias, respeitantes a realização de estágios profissionalizantes, ministrados a alunos finalistas ou em frequência de Cursos de Educação e Formação, com vista à sua inserção na vida activa. Escola e entidades empregadoras laboram juntas, com o intuito de reduzir a exclusão social, por parte de alunos sinalizados por serem portadores de dificuldades cognitivas, desmotivação em relação à escola e idade acima da escolaridade obrigatória.

### **3.2. As relações Escola / Família**

A celebração de relações de parceria entre os estabelecimentos de ensino e instituições ou empresas representam um factor importante na gestão das escolas. O papel das escolas na região a que pertencem passa frequentemente para além do propósito de ensinar. A integração de jovens na vida activa, particularmente jovens em risco é cada vez mais uma responsabilidade atribuída à escola. Escola e empresas assumem responsabilidades partilhadas no campo da inserção social e laboral de jovens, nomeadamente em contextos de ensino técnico-profissional. A participação dos pais e encarregados de educação na vida da escola reveste-se de particular importância pois frequentemente constituem elos de ligação entre a escola e as empresas. A escola através dos seus órgãos de gestão intermédia, designadamente os Directores de Turma e os Coordenadores de Curso, estabelece a comunicação tanto com empresas como com encarregados de educação, com o intuito de informar, recolher informações, perceber necessidades ou expectativas. Funcionando as escolas (como no caso da escola em que se baseou a presente investigação) em ambiente de multiculturalidade, a comunicação entre os Directores de Turma e os encarregados de educação, torna-se por vezes difícil e delicada, porém imperativa.

### **3.2.1. A diversidade Cultural nas escolas de hoje**

De facto a sociedade actual revela-se cada vez mais heterogénea, culturalmente, social e economicamente, e esta realidade reflecte-se na escola. Sobretudo nos centros urbanos e litoral, pode-se constatar que a escola acolhe no seu seio alunos cujas proveniências se estendem aos cinco continentes, sendo estes, detentores de culturas e formas de encarar a vida e interpretar a realidade completamente distintas. Inclusivamente as expectativas que os alunos depositam no seu futuro e as representações que fazem da escola diferem abismalmente, condicionando directamente o seu desempenho escolar.

Relativamente ao distanciamento cultural dos alunos em relação à cultura da escola percebe-se ser um factor relevante e comprometedor do seu sucesso. Tal como, Luísa Cortesão (1978:52) refere, “ Esta distância que separa a cultura que as crianças possuem, da cultura que a escola reproduz e sanciona, foi interpretada em termos de handicap cultural, handicap esse que se procura vencer na escola com actividades de compensação.”

Reforçando este argumento, Pierre Bordieu, (1970:100), refere que quanto menor a distância entre a cultura escolar e a cultura do meio de pertença, (cultura ligada à socialização) maior será a taxa de sucesso.

De facto cabe à escola colmatar este fosso cultural, fazendo uma gestão mais personalizada tanto pedagógica como de recursos, adaptando os conteúdos leccionados em algumas disciplinas ao(s) publico(s) alvo(s) que tem perante si, fornecendo recursos a alunos mais carenciados.

.

Na tomada de decisões respeitante à abertura de Cursos de Educação Formação, há que ter em consideração a realidade social da região onde a escola se insere, o seu tecido industrial e as suas necessidades reais. Não é legítimo formar alunos numa determinada área profissional para a qual a região não tem necessidade, só pelo facto de a escola possuir os recursos físicos e humanos para o fazer. A escola tem obrigação de ir mais além e proporcionar

formação aos docentes nas áreas realmente necessárias e adquirir meios e equipamentos para assim poder abrir os cursos mais adequados, possibilitando assim a formação de técnicos qualificados com possibilidades de integração imediata no mercado de trabalho.

### **3.2.2. O Papel do Director de Turma**

O cargo de director de turma reveste-se de uma multiplicidade de funções e competências como talvez nenhum outro actor, nesta organização complexa que é a escola.

Cabe ao director de turma cf. (Coutinho 1998:34) conhecer cada aluno e seus antecedentes no que se refere ao seu rendimento escolar, capacidades, interesses e dificuldades, a relação do seu rendimento escolar com a média do rendimento da turma, o seu grau de integração na turma, a sua postura perante a escola, a sua relação no seio da família, personalidade, entre outros factores.

Quanto às suas tarefas em relação à turma, o director de turma tem por obrigação esclarecer qual o seu papel e campo de acção, dar informações relativas a reuniões de avaliação, dar a conhecer as orientações da escola e quais as saídas profissionais dos seus alunos.

Deverá conhecer a turma no tocante ao seu aproveitamento geral, ao seu contexto socio-económico, expectativas de futuro principalmente de índole profissional, a dinâmica do grupo-turma e a proveniência dos novos alunos que integraram a escola.

O director de turma proporcionará um clima de confiança incutindo um espírito de cooperação entre os alunos da turma e deverá fomentar uma maior participação da turma na vida da escola, participando e promovendo actividades e acções, bem como recolhendo sugestões e informações referentes à vida da escola.

Inerente a este cargo, está também o acompanhamento aos alunos com maiores dificuldades, àqueles que manifestarem um desejo de participação e o apoio aos seus projectos.

A família tem uma importância vital no percurso escolar dos seus educandos, e por esse facto, cabe ao director de turma informar os encarregados de educação sobre todas as actividades da escola, sobretudo as directamente relacionadas com a turma, como por exemplo o calendário de visitas de estudo. Terá de pôr ao corrente os encarregados de educação no que diz respeito ao comportamento e aproveitamento dos seus educandos.

É igualmente desejável que o Director de Turma leve a cabo uma recolha de informações sobre o aluno e sua vida familiar, solicite sugestões e incuta uma atitude positiva e activa perante a escola, se possível, e quando necessário, contribuir para a construção de um bom ambiente familiar, propício ao desenvolvimento do aluno.

Frequentemente, é atribuído o cargo de director de turma a docentes que não possuem competências básicas para o exercício desta função, pois esta incumbência é dada na maioria das vezes para completar horário. No contexto nacional de grande mobilidade docente, a professores que chegam pela primeira vez a uma escola é amiúde atribuído este cargo sem que haja uma conversa prévia para se perceber se o docente em questão possui ou não estas competências. Não se verifica na maioria dos casos uma selecção eficiente dos futuros directores de turma.

Em muitos casos, é o director de turma, aquele que influencia mais o desempenho e a postura geral da turma, pois é da sua responsabilidade a comunicação entre todos os actores no processo educativo.

### **3.2.3. A participação dos Encarregados de Educação na vida escolar dos seus educandos**

A conjuntura social actual dificulta a participação dos encarregados de educação, ou muitas vezes desculpabiliza estes por esta falta. Pretende-se desde já esclarecer a nossa preferência pela utilização do termo encarregados de educação em vez de pais: o conceito de família evoluiu para uma estrutura frágil e instável, sendo que se verificam inúmeros casos de famílias monoparentais, crianças que vivem com tios, avós, que hoje vivem com um parente e amanhã já poderão viver com outro. A estabilidade e consistência da família não parece mais ser um valor a cultivar, mas algo quase aleatório, que se pode ou não atingir. Também a chegada ao nosso país de cidadãos de outras culturas tem contribuindo para este facto; os conceitos de família são diferentes de continente para continente, de religião para religião ou entre diferentes sistemas políticos.

Em muitos casos percebe-se que os encarregados de educação assumem uma certa anomia em relação ao percurso escolar dos seus educandos, pelo facto de nunca terem tido na sua vida um contacto efectivo com a instituição escola. Verifica-se que encarregados de educação portadores de uma escolaridade precária, dificilmente se deslocam à escola, sentindo-se inibidos em participar em reuniões de encarregados de educação, em fazer contactos regulares com o director de turma ou mesmo tratar de assuntos administrativos com a escola, pois receiam não reunir competências para tal. Como estratégia para motivar os encarregados de educação a estabelecerem uma relação mais estreita com a escola e consequentemente a criar hábitos de participação na vida escolar dos seus educandos, a escola poderá organizar encontros informais envolvendo pais, alunos, professores e funcionários, tais como festas de final de período ou santos populares, (Sá, 2004:120).

### **3.2.4. Envolvimento dos Encarregados de Educação em actividades de aprendizagem**

Epstein, (1995) defende como essencial o acompanhamento dado pelos pais em casa, pois é aí que se desenvolvem grande parte das aprendizagens do aluno. A investigadora sugere que os pais discutam, monitorizem, estimulem e orientem a realização dos trabalhos dos seus filhos, tal como os auxiliem na realização dos seus trabalhos de casa. Para isso, a escola terá a possibilidade de orientar os pais, organizando cursos adestrando-os ao nível das técnicas e métodos de estudo. A realidade da Escola portuguesa encontra-se muito longe desta perspectiva, parecendo inclusivamente querer *divorciar* os encarregados de educação da escola, mantendo-os a uma distância de segurança suficiente para que não se apercebam das suas carências e handycaps, mantendo-os longe da sua gestão, conforme diz Sá (2004:108).

### **3.2.5. Participação na tomada de decisões**

Sobretudo a partir dos anos setenta, tem-se observado a nível europeu uma maior participação social na gestão das escolas. Nuns países com maior intervenção que outros, esta participação encontra-se legislada e é já uma realidade. No nosso país, provavelmente por vivermos numa democracia ainda jovem, a posição dos encarregados de educação na gestão da escola encontra-se ainda limitada. O único órgão em que tanto alunos como encarregados de educação têm assento é a Assembleia de Escola, sendo este em muitos casos um órgão meramente ratificativo das decisões tomadas no Conselho Executivo.

Onde os encarregados de educação têm já uma longa tradição é ao nível das Associações de Pais, estabelecendo parcerias com a escola e com outras instituições, através do seu trabalho em A.T.L. e organizando colónias de férias. A importância dos A.T.L., não se limita à ocupação dos tempos livres dos alunos, mas também ao acompanhamento dos seus estudos e organização de eventos de carácter lúdico, envolvendo a restante comunidade.

### **3.2.6. O auxílio das escolas às famílias**

É neste sentido que a escola pode assumir um papel pedagógico perante os encarregados de educação. Conforme Epstein, (1997:7) citada por Sá, (2004:112), “Help all families establish home environments to support children as students”, (a escola pode fornecer uma preparação para os pais exercerem uma paternidade mais eficiente). A escola pode dar aos pais, informações sobre higiene, alimentação, segurança e bem-estar da criança. É muito importante que os pais tenham uma boa auto-estima e uma atitude positiva perante a escola. Conclui Sá, (2004:111) referindo-se a Epstein, (1997:10) que:

- Quase todas as famílias se preocupam com o percurso académico dos seus educandos e desejam o seu melhor, desejando que a escola lhes forneça mais e melhor informação, de modo a melhor colaborar com esta;
- grande parte dos professores e administradores desejam o envolvimento das famílias na escola mas a maioria não sabe como o estabelecer eficazmente, por isso receiam promovê-lo;
- quase todos os alunos consideram vantajoso o fornecimento aos seus encarregados de educação de informação a respeito das actividades escolares, desejando ser agentes promotores da comunicação estabelecida entre a escola e a família, porém sentem necessidade de mais orientações para assumirem esta incumbência.

### **3.2.7. A comunicação escola-família e família-escola**

Num contexto de interacção entre os diversos actores educativos, Sá (2004:115) refere a prática corrente de comunicação entre a escola e os pais por via de reuniões de pais com o Director de Turma, recepções deste com cada encarregado de educação em particular, através do envio de fichas informativas sobre o aproveitamento, assiduidade e comportamento do educando, divulgação de informações respeitante a actividades escolares, cursos e saídas profissionais, para além da auscultação dos pais para sondagem de eventuais reclamações e sugestões. Neste caso, o referido autor



acusa a escola de manipular a informação, aproveitando-se da vantagem de existir uma “distância social” entre a família e a escola, observando-se uma assimetria de posições. A escola controla a informação e só fornece a que lhe convém, descartando-se por vezes de algumas das suas responsabilidades.

## **4.º Capítulo - A Escola e a Formação Tecnológica e Profissional**

### **4.1. O ensino técnico e profissional.**

Com vista a uma aproximação dos conteúdos a leccionar às características próprias dos alunos, verificou-se ao longo da história do ensino português a implementação de políticas educativas facilitadoras da criação de vias de escolarização de cariz profissionalizante. Desde o século XVII que se constata a existência de formas de ensino relacionado com profissões ou áreas profissionais, com o intuito de integrar socialmente jovens, nalguns casos em risco de exclusão social. Deste modo, consideramos pertinente a inclusão neste estudo de uma secção dedicada à história do ensino técnico em Portugal.

#### **4.1.1. Os primórdios do ensino técnico e profissional em Portugal.**

O Ensino Técnico e Profissional teve a sua génese em Portugal na segunda metade do século XVIII, (Pardal, 2003:15). Introduzido e mantido até à revolução liberal de 1820 por corporações particulares de artistas dos vários misteres, este tipo de ensino era tomado pelas elites, nomeadamente pelas elites rurais, como algo indigno, desprovido de nobreza. O trabalho manual e assalariado era considerado *degradante e indigno*, sendo as artes e ofícios desvalorizados e de dignidade social menor.

O ensino, que até à época do governo do Marquês de Pombal recaía sob a responsabilidade dos Jesuítas, era caracterizado por assumir um fundo aristotélico, teórico e humanista, dissociado da prática e da técnica. O ensino magistral monástico, dirigido sobretudo às elites vê-se confrontado com outro tipo de ensino, direccionado a outro tipo de população, com vista à formação de artífices. Percebe-se assim uma dicotomia entre humanismo e técnica, por

um lado suportada pela cultura do espírito de inspiração aristotélica e por outro pelo pragmatismo tecnológico associado à necessidade de desenvolvimento económico e industrial de um país tipicamente rural.

Inerente ao ensino técnico existia a ideia de que este se destinava aos alunos mais incapacitados, conferindo com mais veemência ao trabalho manual uma conotação negativa. Este conceito de menoridade do ensino técnico e profissional, está bem patente no que o ministro Augusto José da Cunha escreveu a propósito da revisão dos programas das escolas industriais, em 1897: “ Redigir estes indispensáveis elementos de ensino, orientando-os segundo princípios práticos, extrahir tudo o que n’elles existe de abstracto, tornando o estudo ameno e acessível a inteligências de pouca cultura intellectual como aquellas que de ordinário mais procuram as escolas industriaes, incutir no ensino a feição essencialmente prática, tal é o pensamento do governo”, (Costa, 1990:92) citado por Pardal (2003:17).

Esta imagem pejorativa de que o ensino das ciências e tecnologias gozavam, era uma concepção generalizada das esferas de influência da cultura e política do Portugal de então. Poder-se-á constatar pelos depoimentos de duas figuras notáveis que apesar de terem nascido exactamente cem anos um depois do outro, mantinham semelhante opinião a respeito da educação em geral e particularmente deste tipo de ensino. O médico e pedagogo, Ribeiro Sanches (1699-1782) critica a disseminação generalizada do ensino, referindo: “Que filho de Pastor quererá ter aquele officio de seu pai se à idade de doze anos souber ler e escrever?”. Almeida Garrett (1799-1854), que ao ano de 1823 exercia o cargo de chefe de repartição do Ensino Público, (Carvalho, 1986:545) distingue claramente o ensino das humanidades do ensino das tecnologias proferindo: “entendo por educação nobre, e entenderei onde quer que repetir a expressão, a de todo o educando não destinado a officios ou empregos mecânicos” (Garrett, 1904: 43). Esta visão redutora da educação, conveniente para a defesa dos interesses de alguns, foi responsável pelo immobilismo económico e social de um Portugal que não soube tirar partido de uma Europa em tempos de mudança.

No período temporal que mediou as vidas dos dois notáveis referidos, o ensino técnico que era anteriormente ministrado quer por corporações de artífices, quer por outras agremiações religiosas e caritativa passa por ordem do Marquês de Pombal, a ser controlado pelo Estado. Foi pela pena deste que foram decretadas a criação das Aula de Comércio em 1759 e da Aula de Náutica em 1764, sediadas em Lisboa e no Porto respectivamente. Ao ano de 1768, D. José I institui a Aula de Desenho e Fábrica de Estuques e a Aula Oficial de Gravura Artística, controladas respectivamente pelos directores da Real fábrica das Sedas e da Imprensa Régia.

Já após o reinado de D. José I, foram abertas as Aulas de Debuxo e Desenho no Porto (1779), a Aula Pública da cidade de Lisboa, a Aula Régia de Desenho e Figura, e a Aula de Desenho da Casa Pia (1781).

#### **4.1.2. A Aula de Comércio**

A Aula de Comércio, instituída como já anteriormente referido pelo Marquês de Pombal, secretário de Estado dos Negócios do Reino, marcou, na opinião de diversos autores (Fernandes, 1975; Serrão, 1985; Carvalho, 1986; Bustorff, 1988; Gomes, 1989; Martinho, 1993; e Martins, 1996) o início do ensino técnico em Portugal. A implantação desta Aula decorria da desordem observada nas contas dos comerciantes, fruto da incompetência destes para o registo e manipulação de números, moedas, pesos, medidas e falta de congruência nos câmbios. A adopção por todos os comerciantes de um método de gestão financeira, vigente em toda a Europa, (o método italiano), era tido como prioridade para que se conseguisse um maior desenvolvimento económico e sucesso empresarial.

Constam dos estatutos desta Aula que deveria ser presidida por um ou dois mestres, e frequentada por vinte assistentes e outros tantos supranumerários, de idade superior a catorze anos que dominassem a leitura e a aritmética. Para motivar os alunos no cumprimento das tarefas propostas nesta Aula, era-lhes atribuído um incentivo monetário, entregue após a realização com

aproveitamento dos primeiros exames, no final do primeiro ano. Estes alunos, ao fim de três anos de frequência deste curso, recebiam uma certidão que lhes concedia preferência a lugares de emprego, cuja nomeação proviesse da Junta de Comércio.

A Aula de Comércio representou um papel de notável importância na escolarização técnica nacional, tendo continuação até ao século XIX, passando a designar-se em 1844 de “Secção Comercial do Liceu de Lisboa” e posteriormente, ao ano de 1869 se proceder a sua transferência para o “Instituto Industrial e Comercial de Lisboa”. Foi neste instituto que em 1884, o ministro António Augusto Aguiar cria os cursos elementar e superior de comércio.

#### **4.1.3. A Casa Pia**

A criação da Casa Pia em 1780, deve-se ao Intendente de Polícia Pina Manique com o intuito de retirar das ruas de Lisboa, órfãos e crianças desamparadas. Os propósitos iniciais da Casa Pia estão patentes num estudo de 1892, (Pardal, 2003:24), do qual se pode ler: “Não foi porém criada a Casa Pia obedecendo a qualquer plano determinado, apenas foi um modo de limpar a cidade do grande número de crianças miseráveis e vagabundas, de um e de outro sexo, que a enxameavam e a quem tal princípio de vida transformaria em futuros criminosos”.

Esta instituição encerrava em si a missão de ensinar a estas crianças os preceitos de vários misteres e manufacturas, tais como o *fabrico de brins, lonas, cabos e tecidos de algodão, seda e linho*. Possuía também oficinas de alfaiate, sapateiro, carpinteiro, ferreiro, latoeiro, canteiro e relojoeiro. Porém, não se poderá estabelecer uma ligação quer conceptual, quer institucional entre a Casa Pia e o ensino que se viria a estabelecer em meados do século XIX.

#### **4.1.4. A expansão da Economia**

O crescimento económico observado desde os finais do século XVIII e que se estendeu pelo século XIX, foi em grande parte responsável pelo desenvolvimento de que o ensino técnico gozou. A crescente necessidade de mão-de-obra qualificada foi a força motriz para a abertura de novas escolas e cursos. Se o Marquês de Pombal contribuiu para o ordenamento comercial das colónias e o desenvolvimento industrial do país, Fontes Pereira de Melo, fomentou a construção de novas infra-estruturas conducentes ao desenvolvimento dos transportes e comunicações. Simultaneamente ao contributo que deram ao desenvolvimento económico do país, estes dois intervenientes da política nacional assumiram um relevante papel no incremento do ensino técnico; o primeiro criando a Aula de Comercio, o segundo reconhecendo a sua inigualável importância através do Decreto de 30 de Dezembro de 1852.

Acompanhando a ascensão da economia e da indústria em Portugal, a classe burguesa toma lugar de destaque na intervenção política nacional. Inicialmente pela mão do Marquês de Pombal, a burguesia inicia a sua incursão nos domínios da economia, tirando partido das conjunturas políticas que se seguiram: o triunfo da Revolução Liberal, as reformas de Mousinho da Silveira e a Regeneração (1851), em que Fontes Pereira de Melo contribui para o desenvolvimento dos transportes e comunicações. A burguesia coadjuvante neste processo de desenvolvimento económico e tecnológico, foi indirectamente uma das facções que mais contribuíram para a disseminação e credibilização do ensino técnico, dada a exigência que se fazia notar em contratar técnicos qualificados.

Mantinha-se a dicotomia técnica/humanidades no pensar das elites culturais, políticas e económicas da época. Por um lado o ensino secundário, erudito, *estéril* e pouco pragmático, por outro, o ensino técnico apoiado pelos liberais, nomeadamente por Passos Manuel, pelo já mencionado Fontes Pereira de Melo e por José Luciano de Castro. O positivismo foi a corrente filosófica que deu corpo à argumentação de muitos, favoráveis à valorização do ensino das

ciências e tecnologias. Este apoio é dado de forma inovadora por Ramalho Ortigão que defende fervorosamente a implementação generalizada do ensino técnico. Ramalho considera que este tipo de ensino contribui para o desenvolvimento do indivíduo e da economia do país, chegando a afirmar que era consentâneo com “o nível geral de inteligência e da capacidade de um povo”. Este intelectual, propõe situar o ensino técnico entre a instrução primária e o ensino secundário clássico.

Portugal, ao invés da restante Europa, possui à época uma indústria pouca expressiva, porém, as classes políticas e sociais, nomeadamente a burguesia assumem a emergência de uma mudança. A burguesia, tendo em vista uma evolução inevitável da actividade industrial do país, acalenta a ideia de reformar o ensino, dando maior destaque ao ensino técnico em detrimento da instrução secundária clássica. Com efeito, Passos Manuel, secretário de Estado dos Negócios do Reino, produz legislação que prevê a reforma do ensino e a criação dos liceus. Passos Manuel admite que o sistema de ensino clássico vigente não acrescenta ao aluno o desenvolvimento científico e técnico tão necessário para a formação de profissionais competentes. Com vista a dar a todos aqueles que não pretendessem alcançar o ensino superior os conhecimentos e técnicas para exercer as suas funções profissionais e cívicas, foram criados os primeiros liceus em 1840, que incluíam nos seus currículos “princípios de economia política, de comércio e de administração pública” (art.38, 8.º). Assim, foram abertos dois em Lisboa, um no Porto, seguindo-se na cidade de Coimbra, ficando legislada a obrigatoriedade de construção de um liceu em cada capital de distrito. Nos liceus eram leccionados os “princípios de química, de física e de mecânica, aplicados às artes e ofícios”.

Fontes Pereira de Melo defende que a gestão das indústrias agrícolas e fabris, do comércio e das obras públicas devesse ser da responsabilidade de um ministério independente do Ministério do Reino, de modo a agilizar e economizar meios e recursos conducentes ao seu desenvolvimento. Assim, passa a assumir o cargo de ministro regenerador das Obras Públicas. Para além do contributo que Fontes Pereira de Melo deu para a modernização das comunicações e transportes, foi promotor da divulgação do ensino técnico. De

facto, com a promulgação do Decreto de 30 de Dezembro de 1852, foi instituído o ensino industrial autónomo, sob tutela do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. São deste modo criados o Instituto Industrial de Lisboa e a Escola Industrial do Porto (art. 10.º e 17.º), estando os currículos repartidos em três graus: Elementar, Secundário e Complementar (art. 1.º).

O ensino elementar era considerado como um patamar preparatório para o ingresso no ensino industrial. Dos cursos existentes, constavam um número de disciplinas teóricas, de índole técnica e de disciplinas oficiais relacionadas com a área industrial abordada pelo curso. O ingresso só era permitido a jovens maiores de doze anos, que soubessem *ler e escrever e de não ter moléstia contagiosa*, (art.º 22 ).

Os curso previstos pela lei, (art.º 8 do Decreto de 30 de Dezembro de 1852), eram os seguintes:

- Curso de operário habilitado
- Curso de oficial mecânico
- Curso de oficial químico
- Curso de oficial forjador
- Curso de oficial fundidor
- Curso de oficial serralheiro ajustador
- Curso de oficial torneiro modelador
- Curso de oficial mestre mecânico
- Curso de oficial mestre químico
- Curso de director mecânico
- Curso de director químico
- Curso Geral.

Além do Ensino Industrial, Fontes Pereira de Melo é responsável pela implementação do Ensino Agrícola, por via do Decreto de 16 de Dezembro de 1852, de forma a introduzir na agricultura nacional, métodos de racionalização e optimização de recursos, com vista a tornar mais rentável e lucrativa esta actividade.



O Ensino Agrícola, à semelhança do Ensino Industrial, dividia-se em três graus: “o ensino mecânico das operações rurais, e rudimentar das doutrinas dessas mesmas operações; ensino teórico-prático dos processos agrícolas; ensino superior em que os princípios de ciência são apresentados com todo o desenvolvimento” (art. 1.º). Este decreto previa a leccionação do primeiro grau em quintas cultivadas, pelo menos numa em cada província. O segundo grau seria ministrado em três escolas regionais, uma em Viseu, outra em Évora e uma outra na Cidade de Lisboa. O grau de ensino superior passava a ser da responsabilidade do Instituto Agrícola de Lisboa.

A par destes dois tipos de ensino, funcionava já desde 1844 o Ensino Comercial, na Secção Comercial do Liceu de Lisboa, sendo somente no ano de 1866 publicado o *Regulamento da Escola de Comércio de Lisboa*.

João Crisóstomo, Ministros das Obras públicas implementa em 1864 um conjunto de reformas, no seio do ensino Industrial, com o objectivo de tornar este ensino menos pesado ao erário público. Deste modo far-se-ão alguns reajustamentos curriculares, aglutinando num tronco comum aos vários cursos as disciplinas teórico-práticas, continuando a serem ministradas as disciplinas oficiais, agora prevendo a possibilidade de serem leccionadas em oficinas particulares. Na mesma linha de contenção de custos, foi promulgado o Decreto de 30 de Dezembro de 1869, suprimindo alguns cursos, sendo o Ensino Comercial transferido do Liceu para o Instituto Industrial, passando-se este a designar de Instituto Industrial e Comercial de Lisboa.

Ao ano de 1881, operam-se novas reformas, desta feita pela pena de António Augusto Aguiar, que mais uma vez tenta rentabilizar meios e modernizar o sistema de ensino, adaptando-o às novas tecnologias que se desenvolviam nalguns países da Europa. Fonseca Benevides, à altura inspector do Ensino Industrial, visita a Inglaterra, a Alemanha, a França e a Itália, trazendo para o nosso país conhecimentos e materiais didácticos.

Estas reformas do sistema educativo não encerravam em si qualquer tipo de confronto ou ruptura com o sistema vigente, mas sim proporcionaram a

realização de alguns ajustes organizacionais e adaptações às contingências a que o Ensino Técnico estava sujeito.

Paralelamente ao Estado, a Igreja Católica mantinha a sua acção ao nível do ensino, contribuindo com a abertura em 1882 de mais uma instituição, as Oficinas de S. José no Porto. À semelhança do Colégio dos Órfãos de S. Caetano, em Braga e da Casa Pia de Lisboa, esta instituição servia essencialmente para recolher e amparar crianças entregues ao abandono, realizando porém um trabalho apreciável na formação de técnicos especializados. Estas instituições embora fora do controlo gestionário do Estado, eram regulados por este.

A década de oitenta foi profícua na expansão do ensino industrial, assemelhando a sua estrutura, as suas práticas e os seus conteúdos às dos países europeus mais industrializados. Já na década de noventa registou-se um acentuado abrandamento na sua expansão, devido à necessidade do Estado ter de operar uma série de reformas com o intuito de conter a despesa pública. Esta limitação orçamental para o Ensino Técnico está patente no Decreto de 8 de Outubro de 1891, suprimindo alguns cursos com pouca frequência. Este decreto prevê igualmente a formação nos Institutos Industriais e Comerciais dos professores que futuramente viriam a leccionarem nas escolas comerciais e industriais.

Já no virar do século, o ministro Elvino José de Sousa Brito, elabora um relatório em que manifesta o desajuste da formação dada aos alunos nas escolas industriais relativamente à actividade industrial e interesses das empresas nacionais. Elvino Brito propõe a elaboração de inquérito nacional, com via a aferir as reais necessidades das empresas portuguesas e critica veemente a contratação de professores estrangeiros que se recusaram a formar os professores portugueses, mantendo o ensino nacional dependente do *knowhow* estrangeiro. Este sugere a criação de “comités de *patronage*”, de forma a gerar uma maior ligação entre escola e indústria (Pardal, 2003:42). Deste relatório surgiram a por via do decreto de 24 de Novembro de 1898, a formação de duas comissões centrais, uma no Porto outra em Lisboa, com a

função de se proceder à elaboração de um inquérito nacional, com o objectivo de suportar uma futura reorganização do ensino técnico. Estas duas comissões foram nomeadas em 1899, mas nunca chegaram a laborar.

O decreto de 24 de Dezembro de 1901, preconiza a reestruturação do ensino técnico, condensando-o, estabelecendo critérios para a contratação de docentes, definindo curricula e tipificando estabelecimentos de ensino. Este modelo manteve-se até 1918, sobrevivendo à queda da Monarquia e aos primeiros anos da República.

#### **4.1.5. O Ensino Técnico durante a I República**

O ensino primário é reorganizado em 1911, ficando dividido em três graus: elementar, com duração de três anos, complementar, de dois anos e superior, de mais três anos. O Decreto n.º 5787 A, de 10 de Maio de 1919, estipulava para cinco anos a escolaridade obrigatória, considerando que o ensino superior primário serviria para “complementar a educação geral do indivíduo e dar-lhe uma preparação técnica de carácter regional” (art.º 11.º). Este grau deveria incluir no seu currículo conteúdos “... práticos especiais para o ensino agrícola, industrial, comercial ou marítimo, consoante as necessidades das regiões a que as escolas pertençam”. O ensino primário superior, passa indirectamente a contribuir para uma maior consolidação do ensino técnico, devido à coerência entre os conteúdos leccionados em cada um destes tipos de ensino, possibilitando a transição do aluno para uma escola média ou secundária, aprendendo e aprofundando aí um ofício ou profissão.

O ensino primário superior registou no ano lectivo de 1919-20 a sua maior expressão, vindo a decair sucessivamente até ao ano lectivo de 1925-26, altura em que finalmente se extinguiu. Contrariamente a este, o ensino técnico mantinha uma importância de relevo, sobretudo frequentado por alunos provenientes das classes populares, que viam nele uma real fonte de formação e garantia de futuro profissional.

O Ministério da Instrução Pública é instituído por decreto a 7 de Julho de 1913. Desde essa data até ao final da I República, ou seja até à revolução de 28 de Maio de 1926, exerceram funções quarenta ministros, sem contar com os que foram nomeados interinamente, sendo estes substituídos sempre que o governo caía. Pode-se assim perceber a instabilidade política a que Portugal estava sujeito (Carvalho, 1986:705). Apesar da situação sócio económica conturbada vivida no país, o ensino técnico continuava a gozar de uma boa imagem; assim a propósito deste tipo de ensino, Mário Vaz (1917:7) escreve no seu panfleto intitulado *O Ensino Industrial em Portugal*: “Dum modo geral pode dizer-se que o ensino profissional oficial, além de criar operários competentes e cultos, aptos a exercerem um ofício tem ainda a vantagem de lhes garantir a preferência em concursos de admissão a estabelecimentos do estado”. O Estado assume-se assim como garante de emprego aos que através dele sejam formados.

Os rácios de alfabetização no período que mediou a segunda e terceira década do século vinte caracterizavam-se por ser muito baixos, tendo em conta os parâmetros actuais. Assim, em 1911, a taxa de analfabetos era de 75,1%, evoluindo lentamente até chegar aos 67,8% no ano de 1930. Em período semelhante, o ensino técnico registava uma apreciável evolução. Assim, sem se pretender fazer uma comparação exacta entre as taxas de analfabetismo e a evolução do ensino técnico, apraz-nos registar aqui alguns dados referentes a este último:

-O ensino elementar industrial e comercial, ministrado ao ano de 1910 em trinta e uma escolas, era frequentado por 6299 alunos dos quais 838 do sexo feminino; os Institutos Industriais e Comerciais eram por sua vez frequentados por 665 alunos, sendo 3 do sexo feminino. Quanto às escolas agrícolas, eram frequentadas por 189 alunos, todos do sexo masculino.

-No ano de 1926, as escolas elementares industriais e comerciais eram frequentadas por 13085 alunos, sendo 2262 do sexo feminino; os Institutos Industriais e Comerciais por 594 alunos, o Instituto Superiores de Comércio por 345 alunos e o Instituto Superior Técnico por 282 alunos. As escolas do

ensino agrícola eram frequentados neste ano por 453 alunos (Carvalho 1986:718).

Tendo em conta estes números, poder-se-á concluir que a frequência deste tipo de ensino duplicou durante a I República.

O Secretário de Estado do Comércio João Alberto Azevedo Neves, em 1918, elabora o relatório intitulado “Organização do Ensino Industrial e Comercial”, constante no Decreto n.º 5029 de 1 de Dezembro, descrevendo este tipo de ensino desde o elementar até ao superior. Neste documento, este alto funcionário do Estado critica as políticas anteriormente adoptadas, e inclui uma resenha histórica do ensino técnico, desde o tempo do Marquês de Pombal. Nas críticas focadas neste relatório, destaca-se o pouco cuidado e atenção que as governações anteriores davam ao ensino técnico, alegando falta de recursos para o prover. Numa época em que ressurgia um novo sentido patriótico e um especial gosto pelo que era produzido dentro das nossas fronteiras, o ensino técnico é tido como um factor de progresso, capaz de proporcionar à indústria nacional um suporte de mão de obra qualificada apreciável, dando continuidade à *nossa tradição artística e industrial*.

Opera-se a um total reorganização do ensino, inclusivamente criam-se novas estruturas de topo, a Direcção Geral do Ensino Industrial e Comercial e o Conselho do Ensino Industrial e Comercial. É dada especial atenção no decreto supracitado à sistematização e clarificação das tipologias e funções dos estabelecimentos de ensino (art.º 11 e art.º 176).

Neste decreto estava consignada a participação da comunidade na vida das escolas, pois estas deveriam servir os interesses da região onde se encontravam inseridas, olhando às necessidades das indústrias locais. De igual modo estava regulada o modo de recrutamento, selecção e contratação de professores para leccionar nestes cursos.

Numa tentativa de melhor centralizar os assuntos relativos à educação e a melhor estruturar o sistema de ensino português, é entregue na Câmara dos

Deputados do dia 21 de Junho de 1923, uma proposta de lei apresentada por João Camoesas. Neste projecto lei é proposta a centralização de todos os serviços referentes à educação num Ministério da Educação Nacional. É proposta um novo “Estatuto da Educação Pública” que previa a segmentação do ensino em *geral, especial e superior*. A Educação Geral, por sua vez compunha-se de três graus: infantil, primário e o secundário geral. A Educação Especial consignava quatro modalidades: a Educação Secundária (curso especial), a Educação Técnica Elementar, a Educação Técnica Complementar e a Educação Profissional. Relativamente à Educação Superior, era ministrada nas universidades e Escolas Superiores Especiais.

Mormente esta proposta de lei encerrar em si um conjunto de directrizes que provavelmente viriam a otimizar o papel do estado como educador, viu-se recusada por inexistência de condições políticas, económicas e sociais, não voltando a ser discutida em governos posteriores da I República.

#### **4.1.6. O “Estado Novo” e o Ensino Técnico e Profissional**

Ao final de um período de dezasseis conturbados anos da jovem República Portuguesa, dá-se o golpe militar de 28 de Maio de 1926. Facções políticas que até aí se consideravam rivais, oriundas dos vários quadrantes, acordaram no derrube do regime vigente, dando origem ao que viria a ser o período da Ditadura Nacional. À ribalta vinham duas personalidades marcantes, o à altura general Orçar Carmona e o professor António Oliveira Salazar. Este último assumia a pasta das finanças, passando a Chefe do Governo a 5 de Julho de 1932.

Oliveira Salazar lidera a instituição do Estado Novo e faz aprovar por plebiscito a nova Constituição a 19 de Março de 1933. É de relembrar que o voto era obrigatório e as abstenções consideradas como votos favoráveis ao regime proposto.

Entre a década de 30 e 40, Portugal encontrava a sua população activa maioritariamente na agricultura, representando uma fatia de 49%, enquanto que a população que trabalhava no sector transformador registou neste período um crescimento dos 16,15% para os 19,26%.

Com a instituição do Estado Novo, a Educação passa a ser um instrumento do estado para imposição de uma única forma de pensar e interpretar a realidade. A Educação deixa de estar associada ao conceito de democracia ou de livre pensamento, sendo nela impostas as doutrinas convenientes a um Estado totalitarista.

O acesso à cultura e à alfabetização era considerado por alguns como uma perversidade, ao contrário do que considerava o regime da I República. O receio da educação contribuir para a consolidação de mentalidades contrárias ao regime ditatorial agora instalado, pairou sob as hostes políticas. A alfabetização daria origem ao acesso a informações que pudessem comprometer a acção do Estado, por isso era tida como uma ameaça à estabilidade política e social do país. Alfredo Pimenta profere no jornal “A Vos” de 15 de Maio de 1930 as seguintes declarações: “Instruir sem educar primeiro; dar uma instrução que não seja posta ao serviço da educação; ensinar a ler quem não tem carácter, ensinar a ler quem não sabe distinguir o Bem do Mal (...) – não, não, não!” e continua: “Se a curva da cultura intelectual sobe, o que é manifesto é que a curva da cultura moral desce. Como consequência a Barbárie”.

Para além das questões políticas mencionadas, também a possibilidade de se operacionalizarem transformações sociais indesejáveis preocupavam os políticos contrários à escolarização. A possibilidade de uma mobilidade das populações rurais instruídas para as cidades e uma consequente ambição de ascensão social, não era conveniente ao país, que se pretendia manter numa ruralidade imobilista.

Como resposta à ameaça de uma educação problemática, o Estado vê-se na obrigação de restringir e limitar o leque ideológico do povo português através

de um ensino fortemente doutrinário, incutindo princípios de índole religiosa. Mais uma vez, citando (Pimenta, in “A Vos” de 15.5.1930), “Abram-se escolas, sim, mas estimule-se o ensino religioso, e coloque-se ao lado de cada escola do ABC uma escola de catecismo”(Pardal, 2003:69). A escola deixa de ser um espaço de liberdade e desenvolvimento pessoal, para ser uma “forma” de cidadãos prontos a serem integrados numa sociedade específica, a exercer um papel específico. A Educação deixa de ser algo que se discute, evolui e se adapta a novas circunstâncias passando a ser um padrão cultural imóvel, posto ao exclusivo serviço do Estado.

Sai a Lei n.º 1880, do Ministério da Instrução Pública, de 8 de Junho de 1926, proibindo a coeducação no ensino elementar, em localidades com mais de 5000 habitantes, onde exercessem funções mais de um professor. Em consequência da promulgação do decreto 1173015, extinguiram-se todas as Escolas Primárias Superiores. Em 1927, o decreto n.º 13619 de 17 de Maio, traz consigo o início da reforma do ensino primário, que impõe a separação dos alunos por género, passa para quatro anos o ensino elementar, sendo complementado pela legislação de 28 de Março de 1930 que divide este ciclo de ensino em dois graus, um composto pelas três primeiras classes, e outro englobando as matérias da quarta classe. Consequentemente, em termos práticos, este primeiro ciclo de ensino ficava reduzido a três anos. As Escolas Normais Primárias, até então responsáveis pela formação dos professores do ensino elementar, são extintas, passando estas funções a caber às Escolas do Magistério Primário, agora em número de cinco, havendo uma nas cidades de Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Ponta Delgada. Estes cursos de professores tinham agora a duração de dois anos, alegadamente para diminuir o tempo de espera de colocação dos novos professores.

Em 1931, é legislada a criação dos designados *postos de ensino*, cuja função era levar a escolarização aos locais mais recônditos do país, que não possuíam ou houvesse perspectiva de virem a possuir escolas primárias. A leccionar nestes postos de ensino estava prevista a colocação de qualquer indivíduo que o Ministério da Instrução Pública considerasse portador da “necessária idoneidade moral e intelectual”. Este corpo legal provocava assim



uma notória deterioração do estatuto profissional dos professores do ensino primário.

O controlo por parte do Estado das matérias a leccionar vinha assegurado pela introdução de um manual escolar único para cada um dos anos. Estava imposta por lei, a inclusão de frases de ordem, favoráveis ao regime, nestes manuais escolares (decreto n.º 21014, de 19 de Março de 1932).

O ensino secundário foi igualmente reformulado pelo novo *Estatuto da Instrução Secundária*, de 2 de Outubro de 1926, passando de sete anos para seis anos. Os professores passam agora a estar sujeitos à realização de acções de formação de índole cívica, para possibilitar a sua adequada docência.

Especificamente para o ensino técnico, sai o Decreto n.º 18420, de 4 de Julho de 1930, complementado e ratificado nas suas linhas gerais pelo decreto do ano seguinte, Decreto n.º 20420 de 21 de Outubro. Nesta base legislativa é clarificado o conceito de *ensino médio*, o ensino secundário é excluído dos Instituto Industrial e do Instituto Comercial de Lisboa, bem como do Instituto Industrial e Comercial do Porto. São definidas as profissões a serem ensinadas nos sessenta e dois cursos previsto no ensino técnico e qual a forma de progressão académica conforme os institutos superiores e universidades existentes. Para além da formação técnica de operários e técnicos especializados para as várias áreas comerciais e industriais, o ensino técnico tinha como objectivo não menos importante a conformação e contenção das expectativas sociais das camadas populares.

As directrizes emanadas pelo decreto de Outubro de 1931, foram postas em prática até à reforma de 1948.

#### **4.1.7. O Ensino técnico do pós-guerra**

Só após o término da Segunda Grande Guerra é que foi dada alguma importância e atenção ao ensino elementar. Pelo contrário, o ensino secundário sempre gozou de um estatuto elevado, provavelmente por representar uma

fase importante de preparação para o ensino superior, por um lado, e por outro, uma boa fonte de formação profissional.

A reforma do sistema de ensino português de 1948, veio reforçar o carácter bivalente do ensino secundário. Por um lado os Liceus que proporcionavam aos seus alunos uma formação de cariz mais cultural, por outro as Escolas Técnicas que conferiam à saída um perfil especificamente técnico. Esta diferenciação é propositadamente assumida pelo Estado, pelo que se poderão distinguir quatro características fundamentais, (António Martins, 1996:251), referido por Pardal (2003:77):

- A composição curricular, sendo que nos liceus eram ministradas cadeiras de índole humanístico-científico, enquanto nas escolas técnicas as disciplinas caracterizavam-se por ser mais práticas, com o intuito de desenvolver no aluno a sua destreza manual;
- o tipo de selecção: no caso do ensino liceal, era frequentado por alunos provenientes de classes sociais mais abastadas ao invés do Ensino Técnico, em que os alunos provinham das classes populares;
- as saídas, que no caso dos alunos que terminavam o ensino liceal, possibilitava o seu ingresso em universidades ou escolas superiores e consequente futura ocupação de postos dirigentes, enquanto que aos alunos formados pelas Escola Técnicas se esperaria a sua integração no mundo do trabalho, ocupando postos intermédios;
- o estatuto, nobre, no caso daqueles que pretendiam a frequência liceal, estigmatizado, por parte dos que frequentavam o Ensino Técnico, condicionados em termos de progressão académica e profissional.

O Ensino Liceal representava a formação das elites, destinadas a assumir as rédeas de poder de um regime sobejamente controlador. A este canal de escolarização era atribuído um estatuto de primazia, em detrimento do um ensino técnico direccionado ao povo, considerada uma classe ociosa. Salazar afirma que era “mais urgente a constituição de vastas elites do que ensinar o povo a ler”, pois “os grandes problemas nacionais têm de ser resolvidos, não pelo povo mas pelas elites enquadrando as massas”.

O incentivo dado pelo Estado a uma formação liceal, resultou a longo trecho na formação de quadros técnicos superiores que vieram revitalizar o parque empresarial do país. Assim sendo, e em consequência das novas necessidades manifestadas em adquirir mão-de-obra qualificada, registou-se um aumento significativo na procura de vagas nas escolas técnicas. Assim, em 1930 o número de alunos do ensino liceal era de 14.970 e de 16.906 para o ensino técnico, em 1969 passa a ser respectivamente de 55.492 e 110.422 Pardal (2003:85).

A economia portuguesa até à Segunda Guerra Mundial caracterizava-se por ser fortemente apoiada pela agricultura, dando a indústria um contributo complementar para o produto interno bruto. As classes rurais representavam ainda uma forte influência na vida política e social do país. Após o ano de 1942, a indústria começou a ganhar terreno, sobretudo devido ao apoio indirecto dado pelo Estado ao legislar sobre a construção de barragens hidroeléctricas e consequente rede de distribuição de electricidade, bem como com a publicação da Lei do Fomento e Reorganização Industrial (Lei n.º 2005). Refira-se que se em 1938 o contributo para o produto interno era equivalente nos dois sectores, em 1956 a agricultura passava somente a contribuir com 2/3 do valor da indústria, sendo que neste mesmo período a agricultura registava um crescimento de 28%, enquanto que a indústria registava um crescimento de 93% (Costa, 1975:75), referido por Pardal, (2003:79). Os Planos de Fomento, I, II, e III, que contemplaram os períodos de 1953-58, 1959-64 e 1968-73, resultaram de um sentimento de receio de atraso económico em relação aos países de industrialização emergente da Europa do pós guerra, especialmente das democracias vencedoras deste conflito.

A reforma do ensino de 1948, levada a cabo através da Lei n.º 2025 de 19 de Julho de 1947 e pelo Decreto n.º 37029 de 25 de Agosto de 1948, vem estabelecer o Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial. Este corpo legislativo redefine o Ensino Técnico a nível curricular, estabelecendo um primeiro grau, de dois anos, de âmbito geral, com o objectivo de fornecer ao aluno uma base cultural sólida. Este ciclo preparatório compreendia as

disciplinas de Língua e História Pátria, Ciências Geográfico-Naturais, Aritmética e Geometria, Desenho Geral, Trabalhos Manuais, Educação Cívica, Educação Física e Canto Coral (Base IV). Com a introdução de uma componente cultural mais relevante nos currícula do ensino técnico, adivinha-se a intenção de valorar o estatuto académico deste canal de escolarização. A escolaridade obrigatória, passa com esta legislação a seis anos.

O novo estatuto previa um segundo grau que possibilitava a frequência de cursos “complementares de aprendizagem, de formação profissional, de aperfeiçoamento profissional, cursos industriais de mestrança e as secções preparatórias para a matrícula nos institutos médios e nas escolas de belas artes” (Base II).

O ensino direccionado para os futuros profissionais do sector agrícola foi igualmente contemplado por esta reforma. O ensino elementar agrícola seria ministrado nas escolas práticas de agricultura, e era destinado prioritariamente aos filhos dos agricultores. O Estado promovia deste modo a fixação das populações nas suas regiões, garantindo uma reprodução social estratificada, desincentivando os indivíduos a terem expectativas de ascensão social.

A par de todas as reestruturações curriculares do Ensino Técnico, era proposto ao sector industrial colaboração para a integração em instalações industriais privadas da componente oficial de alguns cursos técnicos. Estabelecia-se então uma parceria entre escola e empresas de modo a aproximar o ensino às reais necessidades da indústria nacional, melhorando a formação e integrando mais facilmente os alunos na vida activa.

Os anos cinquenta foram de facto um período de crescimento favorável para o Ensino técnico, em consequência de um visível aumento na procura de mão-de-obra qualificada derivada do crescimento industrial do país. Inicia-se em 1953 a Campanha Nacional de Educação de Adultos (Decreto-Lei n.º 38968 de 27/10/52), destinada a pessoas com idades compreendidas entre os 14 e os 35 anos, foi igualmente responsável pela canalização de novos alunos para as escolas técnicas. Este decreto assume claramente a relação entre qualidade

de ensino e desenvolvimento económico, estando patente no seu teor: “não podem (...) esquecer-se as relações de estreita dependência entre a produtividade do trabalho e a difusão do ensino. É indiscutível que uma boa instrução traz grandes vantagens ao trabalhador: desenvolve as suas faculdades de atenção, apura-lhe o espírito de observação, estimula a sua actividade mental, torna-o mais confiante, mais inteligente e mais apto a aperfeiçoar-se no exercício da profissão. Ela constitui por isso mesmo, factor importante na produção da riqueza” (capítulo VI – Cursos de Educação de Adultos).

Os cursos de metalomecânica e de electricidade, foram os que maior procura tiveram, devido ao forte crescimento dos respectivos sectores. A escolaridade obrigatória passava para quatro anos, ou seja até à quarta classe, no caso dos rapazes por via da lei de 31 de Dezembro de 1956 e para as raparigas pela lei de 28 de Maio de 1960.

A tendência de crescimento do Ensino Técnico começou a desvanecer-se nos finais dos anos sessenta, início da década de setenta. Apesar do decréscimo na procura de cursos técnicos, a oferta escolar subiu em consequência de uma maior procura pelo ensino liceal, derivado ao facto dos cidadãos passarem a aspirar a uma melhoria de vida, podendo-se concluir que o Ensino Técnico nunca esteve em pé de igualdade com o ensino Liceal em termos de representações sociais.

Observou-se um grande crescimento do parque escolar, especialmente do número de liceus, que em 1969 era em número de 49 para em 1974 passar a ser de 119. A passagem de poder de Salazar para Marcelo Caetano e o trabalho realizado por Veiga Simão no Ministério da Educação Nacional, foram factores que contribuíram para esta mudança de oferta escolar.

#### **4.1.8. De Veiga Simão à Revolução de Abril**

O país encontrava-se pressionado internamente por um número crescente de movimentos democráticos e externamente por organismos internacionais como a OCDE, a UNESCO ou o Banco Mundial. A guerra colonial mantida há quase uma década tentava manter à força o sentido colonialista de uma nação que se fechava à Europa. O sistema de ensino fraccionado em Ensino Técnico e Liceal reproduzia desigualdades sociais. O Estado para sustentar a pressão social a que estava sujeito, começava a ceder lentamente, sendo que uma dessas cedências se manifestou na Educação a quando da unificação do ciclo preparatório técnico e liceal, no ano lectivo de 1968/69.

A fusão dos dois ciclos preparatórios até aí existentes precede uma inevitável reformulação dos ensinos técnico e liceal. De facto, o Ensino Técnico recebeu no ano lectivo de 1970/71 uma nova estrutura e filosofia. Deste modo foram reduzidos para nove os sessenta e quatro cursos existentes. Os nove cursos de cariz geral, relacionavam-se com áreas profissionais e não especificamente com profissões definidas, como anteriormente. Os Cursos Gerais do Ensino Secundário Técnico eram os seguintes: Agricultura, Mecânica, Electricidade, Química, Construção Civil, Têxtil, Administração e Comércio, Formação Feminina e Artes Visuais, e tinham a duração de três anos. Esta inovadora filosofia do Ensino Técnico permitia aos seus alunos um maior leque de escolhas profissionais e académicas, não os canalizando obrigatoriamente para o exercício de um determinado ofício. O estatuto do Ensino Técnico começava a equiparar-se com o do Ensino Liceal, passando esta via de ensino a ir mais ao encontro das expectativas dos consumidores.

O ano de 1973 ficou marcado pela aprovação da Lei n.º 5/73, ou seja, d' "as bases a que deve obedecer a reforma do sistema educativo", vulgarmente conhecida por Reforma Veiga Simão. Esta lei alterava a escolaridade obrigatória para oito anos, composta pelo ensino primário, com quatro anos, acrescido do ensino preparatório com número igual de anos. O ensino secundário passaria a ser composto por dois ciclos de dois anos cada sendo que o primeiro designar-se-ia de Curso Geral, e o segundo de Curso

Complementar. O Curso Geral era composto por um tronco comum de disciplinas de âmbito geral, e de um conjunto de disciplinas relacionadas com uma área vocacional específica. Este ciclo era ministrado nas chamadas escolas secundárias polivalentes. O Curso Complementar previa a existência de um grupo de disciplinas obrigatórias comuns, complementado por um outro grupo de disciplinas específicas, vocacionadas para a área de estudo pretendida pelo aluno, de forma a melhor prepara-lo para o seu seguimento de estudos no ensino superior ou inserção na vida activa.

Esta legislação faz transparecer a uma intenção por parte do Estado em valorizar socialmente os seus cidadãos, aumentando o período de escolaridade obrigatória e proporcionando a todos um conjunto de oportunidades de formação académica e adestramento profissional até aí inexistente. A Reforma Veiga Simão (Lei n.º 5/73) não chegou a ser posta em prática na sua totalidade devido à ruptura social e política provocada pela Revolução de Abril de 1974, mas serviu de base de reflexão para as políticas educativas subsequentes.

#### **4.1.9. A unificação curricular do Ensino Secundário**

A Lei n.º 5/73, como já foi referido, não chegou a ser aplicada na sua plenitude, contudo deixou uma porta aberta à mudança e à inovação do sistema de ensino português. No ano lectivo de 1975-76, operacionaliza-se a unificação do curso geral até ao 9.º ano, passando a escolaridade a ser de nove anos. A escolha de uma área vocacional deixava de ser feita aos doze anos para passar a ser feita aos quinze.

Esta reestruturação teve como objectivos dar aos portugueses uma maior igualdade de oportunidades, promover uma actualização dos métodos pedagógicos e estreitar as relações escola/comunidade.

A tendência de unificação do ensino técnico e liceal foi plenamente concretizada no ano 1978, designando-se agora de ensino secundário. A estrutura curricular do ensino secundário encontrava-se dividida em três troncos, sendo um tronco comum de “formação geral”, um de “formação

específica” e outro de “formação vocacional”. Os estudantes viam-se desta forma menos pressionados a seguir uma determinada área vocacional, após a frequência do ensino secundário, pois esta não era vinculativa para o seguimento de estudos numa determinada direcção.

A unificação curricular do ensino secundário veio obrigar o Estado a reequipar as escolas, a construir novas instalações e a formar recursos humanos. Segundo Parda, (2003: 96), esta mudança foi operada sem ter em conta uma aprendizagem equilibrada de saberes científicos, práticos, humanísticos e técnicos, não se tendo realizado um estudo prévio acerca da população a quem o ensino secundário se destinava.

O ensino técnico vê-se numa situação de marginalidade dentro do próprio sistema de ensino, tendo as componentes técnicas e práticas um peso e uma representação completamente díspar em relação às componentes humanísticas e científicas. Assim, no currículo do 5.º e 6.º anos (relativamente ao ano lectivo de 1975/6), o conjunto das disciplinas humanísticas e das ciências exactas e sociais, assumia o peso horário de 59,6%, os Trabalhos Manuais e Educação Física 20%, a Educação Artística com 16,6% e a Religião e Moral com 3,5%. Fazendo a correlação destes dados com o 7.º, 8.º e 9.º anos do secundário unificado, a componente disciplinar humanística e das ciências exactas e sociais levava uma fatia de carga horária de 69,5%, os trabalhos oficiais 14,5%, a Educação Visual 6,4% e a Educação Física 6,4% (Despachos n.º 109/76 de 27/4 e 78/77 de 22/6).

A forma brusca e precipitada com que esta reestruturação do ensino secundário foi levada a cabo, trouxe alguns efeitos negativos, passando-se a registar um elevado índice de insucesso escolar, maior desinteresse pela escola por parte dos alunos e uma dependência declarada do ensino secundário pelo ensino superior.

Esta reforma passa a ser questionada pois não dava resposta às necessidades que a tinham originado, a igualdade de oportunidades ao acesso a um ensino condigno e fomentador de um estatuto social aspirado. O insucesso escolar foi um dos efeitos mais visíveis desta reforma, manifestando-se sobretudo nas



camadas sociais mais desfavorecidas, passando a escola a reproduzir com mais contraste desigualdades sociais. A desadequação curricular aliava-se à fraca cobertura dos estabelecimentos do ensino secundário, ainda insuficiente apesar do apreciável crescimento do parque escolar operado nos anos 70.

O ensino secundário *licealizado* deixava de dar resposta a uma integração eficaz no mundo laboral, pois deixava de dar uma formação profissional consistente. Os consumidores, perante tal descrédito do ensino secundário, passaram a recorrer ao ensino superior como forma de complemento de formação. O estado como medida de contenção à procura de vagas no ensino superior, adia o seu acesso por mais um ano, instituindo em 1975, o Serviço Cívico, e em sua substituição, o Ano Propedêutico no ano lectivo de 1977/8. Também no ano de 1978, é instituído no ensino superior a *numerus clausus* e em 1981 o ensino secundário passa a ir até ao 12.º ano.

## **4.2. Enquadramento legal dos Cursos de Educação Formação.**

Como já foi focado na secção anterior, o ensino técnico profissional assumiu em Portugal um papel de relevante importância antes do 25 de Abril de 1974. Escolas Comerciais e Industriais formavam jovens técnicos em diversos ramos das áreas comercial e industrial. Sucessivas gerações foram formadas nestes moldes, sendo a Escola o maior fornecedor de mão-de-obra qualificada do país.

Após a revolução de 1974, considerou-se discriminatória a distinção entre ensino liceal e profissional, e assim reformou-se e uniformizou-se o ensino. Porém, depois desta ruptura político-social, o país viu-se a braços com várias situações de choque entre estratos sociais, fruto de uma reconstrução política, algumas vezes pouco pacífica.

Simultaneamente, e como consequência de um crescente de carências e necessidades observadas sobretudo nas regiões do interior do país, a década

de setenta viu a ocorrência de um fenómeno de migração das famílias para as grandes cidades, nomeadamente Porto e Lisboa. O repentino incremento da densidade populacional junto a estas cidades, veio originar um inevitável crescimento urbanístico, na sua maioria desordenado e socialmente desadequado. De igual modo, os cidadãos que regressaram a Portugal, vindos das ex-colónias em consequência da recente independência destes países, contribuíram também para que novos núcleos populacionais se formassem.

Novas infra-estruturas foram construídas, nomeadamente escolas. Estabelece-se o tempo de escolaridade obrigatória para nove anos.

Apesar da execução de várias reformas no ensino, observa-se que nem sempre resultaram naquilo que se esperava. O abandono escolar precoce, o insucesso escolar e a difícil integração de jovens na vida activa, são factores que se mantêm ainda bem presentes actualmente.

Foi no sentido de atenuar esta disfunção, que se desenvolveram políticas educativas conducentes à formalização de meios para motivar alunos com dificuldades em atingir metas, ou seja a terminar os vários ciclos dentro de prazos ditos “razoáveis”. Assim, e de forma que os alunos pudessem concretizar um percurso escolar capacitador, são regulamentados através da publicação do despacho conjunto n.º279/2002 os Cursos de Educação Formação, perspectivando à sua saída uma certificação e um encaminhamento profissional.

Os Cursos de Educação e Formação destinam-se a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, portanto, fora da escolaridade obrigatória, sem habilitações do 1º, 2º, ou 3º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, sem qualquer qualificação profissional, que não pretendam, de imediato, prosseguir estudos ou que estejam em risco de abandono escolar precoce.

A sinalização dos alunos a integrar estes cursos, é da responsabilidade dos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), dos Directores de Turma, dos Directores de Curso, e dos Conselhos Executivos.

Podem ser aceites alunos com idade inferior a 15 anos, desde que tal seja requerido ao Director Geral de Educação, tendo a candidatura sido autorizada pelo encarregado de educação e aconselhada pelo SPO da escola a que o aluno pertence.

Quanto a certificação, a conclusão destes cursos confere um certificado de equivalência aos 1º, 2º e 3º ciclo do Ensino Básico ou o Ensino Secundário, ou um certificado de qualificação profissional de níveis 1, 2 ou 3.

Numa perspectiva de inclusão, tendo em vista a atenuação das taxas de insucesso escolar, a escola propõe uma via de ensino adequada a um perfil de um tipo de aluno específico, que no ensino regular dificilmente adquiriria as competências básicas previstas na Lei de Bases do Sistema de Ensino (LBSE), Lei nº46/86 de 14 de Outubro: os Cursos de Educação e Formação.

Regulamentados pelo despacho conjunto n.º279/2002, de 12 de Abril, os Cursos de Educação e Formação (CEF), proporcionam a jovens em risco de abandono escolar precoce, ou a jovens que tendo interrompido o seu percurso académico se sintam motivados a regressar à escola, uma qualificação académica equivalente à conferida pelo ensino regular, e em simultâneo, uma qualificação profissional. Os Cursos de Educação e Formação, promovem a conclusão do segundo e terceiro ciclos de ensino, possibilitando uma qualificação de nível um ou dois e equivalência ao sexto ou nono ano de escolaridade. Perspectivando a ampliação do período de escolaridade obrigatória de nove para doze anos, este despacho prevê já a implementação nas escolas de cursos com equivalência ao décimo segundo ano, ou seja de tipologia cinco ou seis, conferindo uma qualificação de nível três.

#### **4.2.1. Descrição dos Cursos de Educação e Formação**

##### **Caracterização geral dos Curso de Educação e Formação – Tipologia 5**

Os Cursos de Educação e Formação de Tipologia 5, são cursos de dois anos, com uma base curricular técnica muito forte, baseada na área profissional correspondente. Estes cursos habilitam os alunos que os concluem, com uma certificação profissional de Nível 3, dando para todos os efeitos equivalência académica ao 12º ano.

A estrutura Curricular dos Cursos de tipologia 5 é a seguinte:

- Componente de Formação Sócio-cultural:

Português

Língua Estrangeira I (Inglês)

Cidadania e Sociedade

Tecnologias da Informação e da Comunicação

Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho

Educação Física

- Componente de Formação Científica:

Psicologia

Sociologia

Língua Estrangeira II (Francês)

- Componente de Formação Tecnológica:

Unidades do itinerário de qualificação associado, ou seja, estas disciplinas são as adequadas aos diferentes objectivos específicos dos cursos oferecidos pela Instituição Escolar.

#### **4.2.2. Assiduidade**

A assiduidade do aluno não pode ser inferior a 90 % da carga horária total de cada disciplina. Para efeitos da conclusão da componente de formação prática com aproveitamento, a assiduidade do aluno não pode ser inferior a 95 % da carga horária do estágio. Os alunos que tenham ultrapassado o número de faltas permitido tanto a uma ou mais disciplinas, como no estágio não poderão obter qualquer certificação profissional.

Sempre que um aluno falte, terá de compensar os conteúdos a que não acedeu, com trabalho indicado pelo professor da(s) disciplina(s) em questão.

Caso um docente falte, o tempo lectivo da disciplina que ficou por leccionar será ocupado. Assim, o aluno é obrigado a estar presente numa actividade/aula de substituição. Posteriormente, o professor ausente terá de repor a(s) aula(s) da sua disciplina, em número equivalente às faltas dadas. Esta reposição poderá ou não ocorrer em horário pós lectivo.

#### **4.2.3. Avaliação**

A Avaliação é contínua e reveste um carácter regulador, realizando-se trimestralmente, em cada final de período, e expressando-se numa escala de 0 a 20 valores.

Os alunos terão ainda de realizar, no final do ano lectivo, uma Prova de Avaliação Final (PAF) que consistirá num ou mais trabalhos práticos baseados nas actividades do perfil de competências visado. Esta prova será atempadamente defendida pelo aluno, face a um júri constituído por, pelo menos, três elementos.

Caso o aluno não tenha aproveitamento na Componente de Formação Tecnológica, não poderá frequentar a Componente de Formação Prática, nem realizar a prova de avaliação final.

Os alunos dos Cursos de Tipologia 5 que desejem ingressar no Ensino Superior terão de realizar os exames específicos para a admissão à Universidade.

Para integrar estes cursos, os candidatos terão de ter concluído, com aproveitamento, no mínimo o 10º ano de escolaridade, ou equivalente, e prestar as provas que a escola ou instituição que os lecciona assim entender.

## Parte II

### **5.º Capítulo - Metodologia da investigação**

#### **5.1. Identificação da problemática do estudo.**

Atendendo a que a Europa se encontra actualmente a par de uma situação de envelhecimento da sua população, tanto devido aumento da esperança de vida, como ao facto da estrutura familiar se ter tornado mais frágil, contribuindo cada vez menos para uma renovação geracional bem proporcionada, viram-se os estados europeus na obrigação de criar estratégias para que as suas populações se tornassem mais produtivas, de forma a gerar mais riqueza e dinamismo económico.

Desta forma, foram disseminadas por todos os estados membros da Comunidade Europeia, directrizes para adaptar o ensino às realidades locais, com o intuito de inserir nas sociedades o maior número possível de cidadãos capacitados e certificados para um melhor enquadramento laboral.

Em Portugal, a criação de Cursos de Educação e Formação ou Percursos Formativos, veio ajudar a colmatar uma lacuna educacional, levando alunos com dificuldades várias, a adquirir competências funcionais que os adestre profissionalmente e os motive a se integrarem na vida activa.

A realização de um estudo centrado na temática dos Cursos de Educação e Formação é pertinente e oportuno. De facto, vivendo-se um período de grande mudança, tanto a nível das políticas educativas e económicas, como no que respeita a dinâmicas sociais, os Cursos de Educação e Formação poderão contribuir para que alunos, com as características menos facilitadoras de uma

boa escolaridade, possam cumprir um percurso escolar que lhes confira um leque de competências, bem como uma certificação profissional.

#### **5.1.1. Pergunta de partida**

Visto ainda pouco se ter estudado a respeito deste tipo de cursos, deu-se início à presente investigação, tendo como ponto de partida a seguinte questão:

***Que contributo os Cursos de Educação e Formação poderão dar aos alunos, de forma a conduzi-los a um cenário de sucesso?***

Desta pergunta surgiram outras questões de investigação, reunidas em três grupos temáticos:

##### **a) Questões de índole motivacional e pedagógica:**

-O que leva os alunos a optar pela frequência de um Curso de Educação Formação?

-Que expectativas no futuro têm os alunos que frequentam Cursos de Educação Formação?

-Quais os critérios adoptados pela escola para efectuar a selecção dos alunos a integrar os Cursos de Educação e Formação?

-Serão estes critérios os mais assertivos?

-Quais os critérios das escolas para a abertura de Cursos de Educação e Formação?



**b) Questões de contexto institucional:**

-Qual a utilidade dos Cursos de Educação Formação no que respeita à inserção dos seus alunos na vida activa?

-Qual a sua importância da escola como potencial fornecedor de mão-de-obra qualificada no tecido empresarial da região onde se insere?

-Que relações a escola estabelece com a comunidade, nomeadamente com as empresas relacionadas com os cursos ministrados?

-Que tipo de parcerias a escola estabelece com instituições e empresas?

**c) Questões de contexto social:**

-Que representações dos Cursos de Educação e Formação fazem os alunos desses cursos, seus encarregados de educação, os seus professores?

-Qual o contributo dos Cursos de Educação e Formação no desenvolvimento pessoal dos alunos?

**5.1.2. Design da investigação. Justificação do método utilizado.**

Esta investigação segue como método de investigação o estudo de caso. Teve-se como finalidade a produção de um documento de reflexão sobre a problemática de uma das vias alternativas de ensino em Portugal, os Cursos de Educação e Formação. Este estudo não pretende fazer generalizações a respeito deste tema, pois refere-se a um caso particular, com as suas características, potencialidades e constrangimentos muito próprios. Referindo Merriam (1988), Carmo (1998) caracteriza um estudo de caso qualitativo como sendo particular, descritivo, heurístico, indutivo e holístico. Particular, porque um estudo de caso se debruça especificamente sobre um determinado acontecimento, situação, programa ou fenómeno; descritivo porque produz

uma descrição exaustiva do objecto em questão; heurístico pois pressupõe a compreensão do fenómeno investigado; indutivo, porque o tipo de resultados obtidos numa investigação com estas características, geralmente só permite gerar conclusões a partir de um raciocínio indutivo; holístico *porque tem em conta a realidade na sua globalidade. É dada maior importância aos processos do que aos produtos, à compreensão e à interpretação*, Carmo (1998, p.217).

## **5.2. Técnicas utilizadas na recolha de dados**

Para a concretização deste estudo foram empregues diversos instrumentos de investigação complementares, que possibilitassem um bom nível de fiabilidade triangulando os resultados obtidos. Foram assim efectuadas entrevistas, inquéritos por questionário, análise documental de actas e observação naturalista em várias situações.

Fez-se um levantamento do historial dos Cursos de Educação Formação relacionados com os cursos integrantes desta investigação, desde a sua implantação no ano lectivo de 2003/2004, até à data. De igual forma, procedeu-se a uma pesquisa relativa ao percurso escolar dos alunos que fazem parte das duas turmas destes cursos.

Deste modo, e citando Bogdan e Biken (1994, p.90,) “O seu estudo irá basear-se em entrevistas com pessoas que tenham estado relacionados com a organização, na observação da escola e nos registos escritos existentes”.

Neste estudo aplicaram-se questionários a alunos, professores e encarregados de educação, cujos dados obtidos foram tratados e extraídas conclusões.

Esta investigação seguiu principalmente o método qualitativo. É de cariz *descritivo* e propôs-se a “estudar, compreender e explicar a situação actual do objecto de investigação. Inclui a recolha de dados para testar hipóteses ou responder a questões que lhe digam respeito”. (Carmo e Ferreira, 1998, p.213).

### **5.2.1. Os inquéritos por entrevista**

Com o objectivo de criar um maior conhecimento acerca da escola em estudo, quais as interacções que estabelece com a comunidade circundante, com os alunos, encarregados de educação, professores e funcionários, e quais as relações existentes entre estes actores educativos tendo em vista a prossecução dos Cursos de Educação e Formação, foram elaborados três categorias de inquéritos por entrevista. Estes inquéritos por entrevista foram realizadas conforme os cargos assumidos por alguns dos intervenientes no trabalho destes cursos: uma entrevista aplicada ao Presidente do Conselho Executivo desta escola (Anexo 1), uma outra aplicada aos Coordenadores dos Cursos de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica (Anexo 2), e ainda outra, aplicada aos respectivos Directores de Turma (Anexo 3). É de referir que o Coordenador do Curso de Técnico de Electrónica, acumula a função de Director de Turma, sendo que respondeu a ambas as entrevistas mas em alturas diferentes.

Em cada entrevista reservou-se uma primeira parte para apresentação do entrevistado, em que este foi caracterizado quanto a idade, género, habilitações literárias, tempo de serviço, se já leccionou ou lecciona em Cursos de Educação e Formação e a que grupo disciplinar pertence. Na segunda parte da entrevista contemplam-se um bloco de questões de tipo aberto. No caso da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo (Anexo 1), foram elaboradas catorze questões, na entrevista aplicada aos Coordenadores de Curso (Anexo 2), o número de questões foi de dezoito, enquanto que aos Directores de Turma, (Anexo 3) foram efectuadas vinte perguntas.

### **5.2.2. Descrição do ambiente em que decorreram as entrevistas:**

#### **Entrevista ao Presidente do Conselho Executivo**

A entrevista ao Presidente do Conselho Executivo realizou-se nas instalações da escola em estudo, procedendo-se da seguinte forma: O investigador, tendo

previamente marcado a entrevista com o entrevistado em questão, dirigiu-se ao seu gabinete. O presidente do órgão de gestão, após os cumprimentos habituais e das conversas de circunstância que se estabelecem normalmente nestas alturas, conduziu o investigador a uma sala de reuniões, fora do movimento de pessoas e telefonemas que estaria sujeito no seu próprio gabinete. Fez-se um teste inicial ao equipamento áudio que viria a ser utilizado para gravação da entrevista, iniciando-se em seguida esta. O entrevistado, apresentava uma postura descontraída e informal, demonstrando interesse no trabalho que se estava a realizar, respondendo de forma espontânea, sem pressões de tempo e sem se preocupar com a construção frásica ou com a sequência de ideias.

### **Entrevista à Coordenadora do Curso de Assistente de Acção Educativa**

A entrevista realizou-se numa pequena sala de apoio a uma das salas de aula utilizada por este curso, durante o decorrer de uma aula. A entrevistada orientou as alunas da turma na elaboração de um trabalho de grupo, as quais o aceitaram de imediato, que prontamente o executaram. A ausência temporária da professora, não foi motivo para que as alunas tomassem atitudes inadequadas ao bom funcionamento da aula. A entrevistada, apresentava uma postura descontraída e informal, demonstrando interesse no trabalho que se estava a realizar, respondendo de forma espontânea, sem pressões de tempo e sem se preocupar com a construção frásica ou com a sequência de ideias.

### **Entrevistas realizadas ao Coordenador do Curso de Técnico de Electrónica / Director de Turma**

Como já foi anteriormente referido, o Coordenador do Curso de Técnico de Electrónica acumula as funções de Director de turma, tendo-lhe sido aplicadas as entrevistas correspondentes aos dois cargos, mas em ocasiões distintas. Havendo algumas coincidências de questões, foram consideradas na entrevista à pessoa do Director de turma, as respostas obtidas na entrevista ao Coordenador de Curso. Ambas as entrevistas, realizaram-se numa das salas de aula utilizada por este curso, fora do horário das aulas. O entrevistado

mostrou disponibilidade para colaborar nesta investigação desde o primeiro momento, prestando todo o auxílio e facultando toda a documentação necessária. O entrevistado respondeu sinteticamente e objectivamente às questões postas, não fornecendo espontaneamente mais informações que as pedidas pelo entrevistador.

### **Entrevista à Directora de Turma do Curso de Assistente de Acção Educativa**

A entrevista realizou-se na sala de apoio aos directores de turma, espaço este frequentado por várias pessoas que durante o tempo da entrevista entravam e saíam inúmeras vezes. Nesta sala encontra-se algum equipamento informático, em permanente utilização pelos directores de turma. É um espaço de passagem, sem privacidade e ruidoso.

#### **5.2.3. Os inquéritos por questionário aplicados a Docentes e a Encarregados de Educação**

Os inquéritos por questionário aplicados aos docentes (Anexo 4) e aos encarregados de educação, (Anexo 5), constam de duas partes, sendo uma primeira parte para caracterização do entrevistado e uma segunda, comportando o bloco de questões. No inquérito por questionário destinado aos docentes, a parte de caracterização do entrevistado foi em tudo semelhante à constante dos inquéritos por entrevista já mencionados, visto se dirigirem todos a docentes. Já no que respeita à caracterização dos encarregados de educação, as informações solicitadas recaíram sobre a idade, género, grau de parentesco com o seu educando, profissão e habilitações literárias.

As questões patentes nos questionários colocadas tanto a docentes quanto a encarregados de educação, são do tipo fechado, com três possibilidades de escolha, assinalando em SIM, NÃO ou NÃO SEI, conforme o inquirido considere mais adequado. Relativamente ao número de questões colocadas no

questionário aplicado aos docentes, é de trinta e duas, enquanto que no questionário aos Encarregados de Educação é de vinte cinco.

Ambos os questionários foram testados previamente aplicando-os a dez docentes e a dez encarregados de educação, pertencentes uma outra escola. Estes pré testes (Anexos 4 A e 5 A) possibilitaram a realização algumas correcções, pretendendo-se que todas as questões fossem compreendidas pelos inquiridos, que não fossem difíceis de responder, que a ordem destas fosse a mais correcta, que fossem pertinentes e não redundantes, e sendo estes questionário composto por questões fechadas, que tivessem propostas todas as respostas passíveis de serem respondidas. A testagem destes questionários, serviu igualmente para sondar as reacções dos inquiridos, quanto à sua extensão, dificuldade ou parcialidade (Ghiglione e Matalon, 2005, p.156).

Foi por nós decidido, que o universo dos inquiridos, abrangesse no caso do inquérito por questionário aplicado aos docentes, todos os professores pertencentes aos Conselhos de Turma dos cursos em estudo, num número de oito, e no respeitante ao questionário aos encarregados de educação, a todos os encarregados dos alunos que frequentam estes dois cursos, sendo estes vinte e um. Visto alguns alunos assumirem a responsabilidade da sua educação, foi solicitado que respondessem a este questionário e simultaneamente ao inquérito de questão aberta aplicado aos alunos. Sendo que o universo de inquiridos, tanto de docentes como de encarregados de educação representou um número muito reduzido, o tratamento de dados baseou-se numa tradução qualitativa da quantificação das respostas obtidas. Não foi efectuada uma verdadeira análise estatística, como é típico fazer na aplicação deste tipo de instrumentos de investigação. Nos dois casos, os questionários foram entregues aos Directores de Turma, que os distribuíram e recolheram já preenchidos, devolvendo-os à procedência.

#### **5.2.4. Os inquéritos por questionário aplicados a Alunos**

O inquérito aplicado aos alunos de ambos os cursos em estudo constou de três questões abertas, com o objectivo de sondar a opinião destes relativamente à escola, ao curso e às expectativas que depositam no seu estágio final. As questões foram (Anexo 6):

- Para mim, a escola é:
- ...e o curso é:
- Espero que o estágio venha a ser:

Foram analisados os dados daí resultantes separadamente nas duas turmas, pelo facto de se relacionarem com áreas profissionais completamente distintas e também por questões de género; o curso de Técnico de Electrónica é composto por alunos do sexo masculino, enquanto que o curso de Assistente de Acção Educativa é composto por alunos do sexo feminino.

Os questionários foram ministrados aos alunos numa das visitas que o investigador efectuou às aulas destas turmas. Todos os alunos aceitaram colaborar, respondendo aos questionários, demonstrando pelas respostas dadas interesse pela investigação em curso.

#### **5.2.5. Análise documental efectuada a actas de Conselho de Turma**

Foram solicitadas ao Conselho Executivo as actas de Conselho de Turma relativas ao ano lectivo de 2006 / 2007, dos cursos de Assistente de Acção Educativa (Anexo 7) e de Técnico de Electrónica (Anexo 8), documentação esta que foi prontamente cedida, na condição de serem alterados os nomes de professores e alunos, de modo a garantir o anonimato destes. Desta análise constam sete actas de Conselho de Turma do curso de Assistente de Acção Educativa e sete actas do curso de Técnico de Electrónica.

#### **5.2.6. Análise de documentação disponibilizada**

Para a recolha de informações relativas à gestão e aquisição de recursos utilizados pelas turmas dos cursos focados, bem como ao historial dos seus alunos, caracterização da escola e da região em que esta se insere, foram analisados relatórios, Plano Educativo de Escola, Projectos Curriculares de Turma e Carta Educativa do conselho.

#### **5.2.7. Observação naturalista de aulas, actividades e Conselhos de Turma**

Realizaram-se várias visitas a aulas, Conselhos de Turma e actividades promovidas pelos alunos, de forma não participativa, com o objectivo de conhecer mais intimamente que tipo de interações os alunos estabelecem entre si, que postura assumem perante o curso e em sentido mais lato, perante vida, qual a relação existente entre professores e alunos e que preocupações estes manifestam mais em relação aos seus discentes.

Realizaram-se três visitas a aulas do curso de Assistente de Acção Educativa, a um Conselho de Turma e uma actividade, enquanto que ao curso de Técnico de Electrónica visitou-se uma aula e um Conselho de turma. Juntam-se em anexo todos os relatórios destas observações (Anexos 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15)



### **5.3. Instrumentos de levantamento de dados: entrevistas, questionários e pesquisa documental.**

#### **5.3.1. O inquérito por entrevista ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz**

Tendo em conta que inerente às funções de Presidente do Conselho Executivo está o estabelecimento de um conjunto de interacções com actores educativos, instituições da região e com organismos governamentais, tendo em vista a realização da gestão global da escola, foi elaborada uma entrevista tendo como principal preocupação perceber qual o nível de envolvimento do Presidente do Conselho Executivo em todo o processo de gestão dos Cursos de Educação e Formação.

**Como objectivos desta entrevista pretendeu-se o seguinte (Anexo 16):**

**Relativamente à escola:**

- Conhecer os motivos pelos quais a escola decidiu abrir os seus Cursos de Educação e Formação.
- Saber se houve investimento para apetrechar instalações com os equipamentos necessários para o bom funcionamento dos Cursos de Educação e Formação.
- Averiguar qual a forma de financiamento destes cursos, tanto para a sua implementação, como para a sua manutenção.
- Perceber o grau de autonomia da escola, quanto a aquisição e formação de recursos humanos, e se os apoia no campo científico e pedagógico.

### **Relativamente aos Cursos de Educação e Formação:**

- Saber se na opinião do Presidente do Conselho Executivo os docentes têm motivação intrínseca para leccionar em Cursos de Educação e Formação e porque aceitam ou se propõem a integrar Conselhos de Turma destes cursos.
- Averiguar segundo ele se os Cursos de Educação e Formação são realmente eficientes, no cumprimento dos seus propósitos.

### **Relativamente ao meio económico da região:**

- Perceber se a escola mantém relações instituídas ou informais com organismos e empresas, de forma a melhor integrar os seus alunos, no mundo laboral.

#### **5.3.2. O inquérito por entrevista aos Coordenadores dos Cursos de Educação Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica**

O inquérito por entrevista aplicado à Coordenadora do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e ao Coordenador do Curso de Técnico de Electrónica (Anexo 2), foi elaborado com o intuito de alargar o conhecimento a respeito desta escola e da sua interligação com a comunidade, quais as formas de financiamento para abertura e manutenção dos cursos, das inter relações estabelecidas entre os vários actores educativos, sobretudo entre os docentes dos Conselhos de Turma em estudo e de que forma a escola contribui para o desenvolvimento da autonomia dos seus alunos.

Sendo que a ambos os cursos em estudo se podem detectar significativas diferenças, quer quanto à área profissional por eles abordada, quer no que se refere aos alunos que os frequentam e aos próprios professores que os leccionam, sobretudo os da componente técnica, foi nossa intenção saber se a

forma de gestão dos dois cursos é semelhante, se existe uma mesma interpretação da realidade destes cursos e quais expectativas no futuro dos alunos, visto se esperar que venham a trabalhar em áreas, cujos contextos tanto diferem.

Quis-se portanto fazer uma análise *meso*, da forma como os coordenadores se relacionam com os seus Conselhos de Turma, Órgãos de Gestão e organizações empregadoras.

Como objectivos deste bloco de entrevistas pretendeu-se o seguinte (Anexo 17):

**Relativamente à escola:**

- Conhecer os motivos pelos que a escola decidiu abrir os seus Cursos de Educação e Formação.
- Saber se houve investimento para apetrechar instalações com os equipamentos necessários para o funcionamento dos Cursos de Educação e Formação.
- Averiguar qual a forma de financiamento destes cursos, tanto para a sua implementação, como para a sua manutenção.
- Perceber o grau de autonomia da escola, quanto a aquisição e formação de recursos humanos e se os apoia no campo científico e pedagógico.

**Relativamente aos Cursos de Educação e Formação:**

- Perceber se existe dificuldade em mobilizar docentes para formar Conselhos de Turma deste tipo de cursos.

- Saber se os docentes têm uma motivação intrínseca para leccionar em Cursos de Educação e Formação, porque aceitam ou se propõem a integrar Conselhos de turma destes cursos.
- Averiguar se se geram relações colegiais, formais ou informais, entre os professores destes Conselhos de Turma.
- Percepcionar se os professores têm motivação e iniciativa para a promoção de actividades extra curriculares.

**Relativamente ao meio económico da região:**

- Averiguar se os Cursos de Educação e Formação são realmente eficientes, no cumprimento dos seus propósitos.
- Perceber se a escola estimula os seus alunos a serem autónomos e empreendedores.

**5.3.3. O inquérito por entrevista aos Directores de Turma dos Cursos de Educação Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica**

O questionário por entrevista aplicado à Directora da Turma do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e ao Director da Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica (Anexo 3), foi elaborado com o intuito de criar um maior conhecimento a respeito do funcionamento deste curso, das inter relações estabelecidas entre os vários actores educativos, sobretudo entre os docentes do Conselho de Turma, sobre a adequação dos conteúdos leccionados e perceber que colaboração dão os encarregados de educação no percurso escolar dos seus educandos.

Como objectivos desta entrevista pretendia-se o seguinte (Anexo 18):

**Relativamente ao Curso:**

- Perceber se existe estabilidade docente nos Conselhos de Turma deste tipo de cursos.
- Indagar quais as dificuldades que os professores sentem ao leccionarem nestes cursos.
- Averiguar se se geram relações colegiais, formais ou informais, entre os professores destes Conselhos de Turma.
- Saber se os docentes têm uma motivação intrínseca para leccionar em Cursos de Educação e Formação e porque aceitam ou se propõem a integrar Conselhos de turma destes cursos.
- Percepcionar se os professores têm motivação e iniciativa para a promoção de actividades extra curriculares.
- Inferir quanto à adequação curricular no que toca ao tipo de alunos a que estes cursos se destinam.
- Saber se a carga horária está de acordo com o desenho curricular destes cursos e com o desempenho esperado destes alunos.
- Perceber se a escola estimula os seus alunos a serem autónomos e empreendedores.
- Indagar qual o tipo de relação que os alunos estabelecem com os restantes membros da comunidade educativa.
- Averiguar se os Cursos de Educação e Formação são realmente eficientes, no cumprimento dos seus propósitos.

- Saber se a escola faz uma eficiente divulgação dos seus cursos

#### **Relativamente à Família:**

- Perceber se a escola estabelece canais de comunicação eficientes, com os encarregados de educação dos seus alunos.
- Saber que relação existe entre encarregados de educação e os seus educandos.

#### **5.3.4. Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica**

O inquérito aplicado aos docentes que constituem os dois Conselhos de Turma dos cursos em estudo (Anexo 4), consistiu num conjunto de dois blocos de questões, um de caracterização do docente e outro composto de trinta e duas questões fechadas com três possibilidades de resposta, SIM, NÃO e NÃO SEI, centrados em três grandes temáticas: o Aluno, a Escola e o Meio Sócio-Económico da região.

Como objectivos deste inquérito por questionário pretendeu-se o seguinte (Anexo 19):

#### **Relativamente ao Aluno:**

- Perceber se os professores conhecem os seus alunos quanto:
  - a) às suas motivações;
  - b) à sua realização pessoal.
- Aferir que representações têm os professores, dos alunos que integram os Cursos de Educação e Formação.

- Percepcionar se os professores se sentem optimistas quanto ao futuro académico dos alunos que frequentam estes cursos.

- Percepcionar se os professores acreditam que os conteúdos dados nos Cursos de Educação e Formação terão utilidade no futuro profissional dos alunos que os integram.

### **Relativamente à Escola:**

- Aferir se os professores têm informação acerca da nomenclatura dos Cursos de Educação e Formação.

- Aferir se os professores sabem como se constituem as turmas de Cursos de Educação e Formação.

- Apurar se os professores sabem qual o perfil de aluno proposto para integrar um Curso de Educação e Formação.

- Saber se os professores conhecem os curricula dos Cursos de Educação e Formação.

- Saber se os professores têm conhecimento de como se faz a gestão de tempos e curricula em turmas de Cursos de Educação e Formação.

- Saber se os professores têm conhecimento de como se faz a gestão financeira em Cursos de Educação e Formação, inclusive se sabem que fundos se podem utilizar na sua gestão.

Perceber se os professores sentem haver uma ligação real entre escola e o sector empresarial, potencial empregador de alunos finalistas de Cursos de Educação e Formação.

- Aferir se a escola abriu Cursos de Educação e Formação para se poder adaptar a uma nova realidade social operada na região em que se insere.

- Percepcionar se a escola abriu Cursos de Educação e Formação para poder manter ocupados alguns professores que no passado leccionavam disciplinas que entretanto foram suprimidas.

-Perceber se existe um bom clima de escola.

-Percepcionar a existência de conflitos de interesses entre professores.

-Saber se os Cursos de Educação e Formação desta escola, foram abertos tendo em consideração as características do seu Projecto Educativo.

-Indagar se os recursos físicos e humanos existentes na escola são os mais adequados para o funcionamento de Cursos de Educação e Formação.

-Aferir se os alunos têm uma boa relação com os restantes actores da comunidade educativa.

-Saber se a escola estabelece contactos com os encarregados de educação e se o circuito de comunicação existente é o mais eficiente.

#### **Relativamente ao Meio Sócio-Económico:**

- Perceber se os professores conhecem as características socio-económicas da região onde a escola está inserida.

- Saber que inter relações existem entre escola, empresas e instituições da região.



### **5.3.5. Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos Encarregados de Educação dos alunos dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica**

O inquérito aplicado aos encarregados de educação dos alunos que frequentam os cursos em estudo (Anexo 5), consistiu num conjunto de dois blocos de questões, um de identificação do encarregados de educação e outro constante vinte e quatro questões fechadas com três possibilidades de resposta, SIM, NÃO e NÃO SEI, centrados em três grandes áreas: o Educando, a Escola e o Meio Sócio-Económico circundante à Escola Secundária Maria da Luz.

Quanto aos objectivos pretendidos a atingira com este questionário, registam-se os seguintes (Anexo 20):

#### **Relativamente ao Educando:**

-Perceber se os encarregados de educação conhecem os seus educandos quanto a:

- a) suas motivações;
- b) seus desejos de realização pessoal.

-Aferir que representações têm os encarregados de educação dos alunos que integram os Cursos de Educação e Formação.

-Saber que importância os encarregados de educação dão a habilitações literárias.

- Percepcionar se os encarregados de educação criam expectativas nos seus educandos no que diz respeito ao seu futuro profissional.

**Relativamente à Escola:**

- Saber se os encarregados de educação matricularam os seus educandos num Curso de Educação e Formação, tendo conhecimento das ofertas educativas existentes.
- Perceber se os encarregados de educação auxiliam os seus educandos a gerir o seu tempo.
- Aferir se os encarregados de educação têm informação acerca da nomenclatura dos Cursos de Educação e Formação.
- Saber se os encarregados de educação se encontram informados no tocante à vida escolar dos seus educandos.
- Depreender se os encarregados de educação se deslocam à escola e se conhecem as suas instalações.
- Aferir se os encarregados de educação conversam com os seus educandos sobre as inter relações que estes estabelecem com os restantes elementos da comunidade educativa.

**Relativamente ao Meio Sócio-Económico:**

- Perceber se as famílias se sentem bem integradas no meio onde residem.
- Percepcionar se os encarregados de educação gastam muito tempo em deslocações entre o seu local de residência e o trabalho.
- Aferir se o agregado familiar tem e tencionará continuar a ter um local de residência fixo, ou se pelo contrário assume características migrantes.
- Saber se os encarregados de educação estabelecem contactos com a escola e com as restantes instituições e empresas da região.

### **5.3.6. Observações naturalistas de aulas, actividades e Conselhos de Turma de ambos os cursos em estudo**

Nesta investigação foram efectuadas duas observações a aulas do curso de Assistente de Acção Educativa, uma a doze de Março e outra a quinze do mesmo mês, uma observação a uma actividade promovida pelas mesmas alunas realizada a vinte e um de Março, e a duas aulas do curso de Técnico de Electrónica, uma que teve efeito no dia quinze de Março, outra no dia vinte e um de Junho de 2007, com o intuito de apresentar aos alunos de ambas as turmas o presente trabalho, de conhecer os alunos quanto à forma como encaram a escola e o curso, que relação estabelecem entre si e com os professores. Foi também nossa intenção, envolver os alunos nesta investigação, convidando-os a participar respondendo a um inquérito de questão aberta e na criação do nome fictício adoptado para esta escola, de modo a manter o seu anonimato.

Foram observados dois Conselhos de turma do curso de Assistente de Acção Educativa, ocorridos a vinte de Março, e um do curso de Técnico de Electrónica, a cinco de Junho de 2007. Pretendeu-se dar a conhecer aos docentes o âmbito deste estudo, bem como perceber de que forma se relacionam e como encaram a docência neste tipo de cursos, com este tipo de alunos. Os professores foram igualmente solicitados a participar no fornecimento de dados para a concretização desta investigação, respondendo a um inquérito por questionário.

## 5.4. Técnicas de análise de dados

### 5.4.1. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito por entrevista aplicado ao Presidente do Conselho Executivo (Anexo 22 a 25)

Reflectidas nas questões deste inquérito por entrevista, constam quatro grandes áreas, aqui designadas por categorias de análise, subdivididas em subcategorias e representadas na seguinte tabela:

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	PERGUNTAS
- Capacitação dos alunos	-Orientação vocacional e escolar. -O Insucesso / sucesso escolar. -Colocação dos alunos na vida activa.	2.1; 2.2; 2.10 2.2; 2.11 2.2; 2.12
- Gestão de recursos e financiamento dos C.E.F.(s)	- Rentabilização de recursos físicos e humanos existentes. -Aprendizagem ao Longo da Vida. -Gestão financeira dos C.E.F.(s).	2.3; 2.4; 2.7; 2.11 2.7 2.5; 2.6
- Relações colegiais e clima de escola.	-Trabalho colaborativo entre professores. -Organização curricular e pedagógica dos C.E.F.(s)	2.9 2.9; 2.10
- Relações da escola com a comunidade e com o Estado	-Estabelecimento de relações formais e informais entre a escola e empresas e outras instituições. -Aquisição de locais de estágio para alunos finalistas de C.E.F.(s) e sua inserção na vida activa. -Coordenação estatal no estabelecimento de partenariados e políticas para a eficiência das escolas.	2.12; 2.13 2.13 2.8; 2.14

#### 5.4.2. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito por entrevista aplicado aos Coordenadores de Curso (Anexo 27 a 30)

À semelhança do inquérito por entrevista aplicado ao Presidente do Conselho Executivo, consideram-se subjacente a esta entrevista as mesmas categorias de análise, subdivididas igualmente em subcategorias, mencionadas na tabela abaixo representada:

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Coordenadores dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	PERGUNTAS
- Capacitação dos alunos	-Orientação vocacional e escolar. -O Insucesso / sucesso escolar. -Organização curricular e pedagógica dos C.E.F.(s) -Colocação dos alunos na vida activa.	2.2 2.2;2.16  2.11 2.2; 2.12; 2.13; 2.17; 2.18
- Gestão de recursos e financiamento dos C.E.F.(s)	- Rentabilização de recursos físicos e humanos existentes. -Aprendizagem ao Longo da Vida. -Gestão financeira dos C.E.F.(s).	2.3; 2.4; 2.6; 2.7 2.7 2.5; 2.6
- Relações colegiais e clima de escola.	-Trabalho colaborativo entre professores. -Motivação dos professores	2.10 2.8; 2.9
- Relações da escola com a comunidade e com o Estado	-Estabelecimento de relações formais e informais entre a escola e empresas e outras instituições. -Aquisição de locais de estágio para alunos finalistas de C.E.F.(s) e sua inserção na vida activa.	2.12; 2.13, 2.15  2.14

### 5.4.3. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito por entrevista aplicado aos Directores de Turma (Anexo 33 a 36)

As categorias de análise diferem ligeiramente das constantes nos inquéritos por entrevistas anteriormente referidos, pois as questões abordadas nesta entrevista pretenderam revelar dados acerca da micro-gestão das turmas, efectuada por estes dois intervenientes. Como se pode verificar na seguinte tabela, as categorias são as relações colegiais e clima de escola, a capacitação dos alunos, as Relações Aluno/Escola, e por fim, as Inter relações Escola/Família.

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	PERGUNTAS
- Relações colegiais e clima de escola.	-Estabilidade docente	2.2
	-Trabalho colaborativo entre professores.	2.4; 2.6
	-Motivação dos professores	2.3; 2.5
- Capacitação dos alunos	-Orientação vocacional e escolar.	2.11; 2.10
	-Organização curricular e pedagógica dos C.E.F.(s)	2.7; 2.8; 2.9
	-O Insucesso / sucesso escolar.	2.10; 2.12; 2.17
	-Colocação dos alunos na vida activa.	2.15; 2.16
-Relações Aluno/Escola	-Comportamento dos alunos	2.13
	-Mobilização de alunos na promoção de actividades.	2.14
- Inter relações Escola/Família	-Estabelecimento de relações formais entre a escola e a família.	2.18; 2.20
	-Envolvimento dos Encarregados de Educação no processo Ensino / Aprendizagem.	2.18; 2.19; 2.20

**5.4.4. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica (Anexo 38 a 42)**

Inerentes a este inquérito constam cinco grandes áreas, aqui designadas por categorias de análise, subdivididas em subcategorias, representadas na seguinte tabela:

Tabela de Análise – Questionário aos Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica		
CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	QUESTÕES
<b>Categoria 1: Capacitação dos alunos</b>	-Orientação vocacional e escolar.	2.1
	-Realização Pessoal	2.2
	-Caracterização dos alunos (comportamento / Aproveitamento)	2.3
		2.4
		4.9
	-Expectativas académicas e profissionais	4.10
		2.5
		2.6
<b>Categoria 2: Envolvimento dos Professores nos CEF</b>	-Conhecimento que os docentes têm acerca dos CEF	2.7
		3.1
		3.2
		3.3
		3.4
		3.5
	-Participação na organização curricular e pedagógica dos CEF	3.6
		3.7
		3.8
		3.9
<b>Categoria 3: Interacções Escola / CEF</b>	-Integração dos CEF na escola.	4.1
		4.2
		4.5
	-Clima de Escola	4.3
	-Motivações dos professores	4.4
	-Recursos físicos / humanos	4.6
		4.7
		4.8
<b>Categoria 4: Interacções Escola / Família</b>	-Eficiência dos mecanismos de comunicação entre Escola e Família	4.11
		4.12
<b>Categoria 5: Interacções Escola / Comunidade</b>	-Relações estabelecidas entre a Escola e a comunidade	5.1
		5.2
		5.3
		5.4

**5.4.5. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos Encarregados de Educação dos alunos dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica (Anexo 43 a 45)**

Subjacente a este inquérito constam três grandes áreas, aqui designadas por categorias de análise, subdivididas em subcategorias, representadas na seguinte tabela:

Tabela de Análise – Questionário aos Encarregados de Educação dos alunos dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica		
CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	QUESTÕES
<b>Categoria 1: Capacitação dos alunos</b>	-Orientação vocacional e escolar.	2.1
	-Realização Pessoal	2.2
	-Expectativas académicas e profissionais	2.3
		2.4
		2.5
	-Caracterização dos alunos (comportamento / Aproveitamento)	2.6
		2.7
<b>Categoria 2: Interacção Escola/Família</b>	-Representações que os Encarregados de Educação fazem dos CEF.	4.1
		3.1
		3.2
		3.3
		3.4
		4.7
<b>Categoria 3: Ralação Família/Meio</b>	-Eficiência dos mecanismos de comunicação entre a Escola e a Família	4.5
		4.6
	-Estabilidade residencial e laboral	5.1
		5.2
		5.3
	-Conhecimento da região em termos sócio-económicos	5.4
		5.5
		5.6



**5.4.6. Análise do Inquérito de Questão Aberta, aplicado aos alunos do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica (Anexo 46 a 51)**

Subjacente a este inquérito constam três grandes áreas, aqui designadas por categorias de análise, subdivididas em subcategorias, representadas na seguinte tabela:

Tabela de Análise – Inquérito de Questão Aberta aplicado aos alunos dos CEF de Assistente de Acção Educativa e Técnico de Electrónica	
CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS
Representações que os alunos têm da Escola	-Formação académica -Desenvolvimento Pessoal -Realização Pessoal
Representações que os alunos têm do Curso	-Alternativa Curricular -Formação Profissional -Realização Pessoal
Expectativas que os alunos depositam no Estágio	-Complemento Académico -Formação Profissional -Integração Laboral -Realização Pessoal

## **5.5. Contexto da investigação**

Este estudo centraliza-se exclusivamente na Escola Secundária Maria da Luz, designação esta fictícia, condição de anonimato imposta pelo seu Conselho Executivo, como é prática corrente em investigações deste tipo.

### **5.5.1. Descrição da Escola Secundária Maria da Luz.**

A Escola Secundária Maria da Luz é uma escola secundária com terceiro ciclo, estando actualmente a passar por uma reestruturação organizacional, pois passará já no ano lectivo de 2007/2008 a funcionar como agrupamento vertical, abrindo algumas turmas de segundo ciclo e agregando duas escolas de primeiro ciclo e jardim de infância.

A composição da comunidade educativa no ano lectivo de 2006/2007 conta de 750 alunos, 110 professores e 32 funcionários. Quanto ao corpo docente, registe-se que 98% pertence ao quadro em nomeação definitiva, residindo na sua maioria, perto do seu local de trabalho, facto este que representa para a escola, uma forte estabilidade, assegurando a continuidade pedagógica em todas as turmas.

O espaço físico desta escola comporta quatro pavilhões e um campo desportivo. Em três dos seus pavilhões estão instalados uma sala multiusos, um refeitório, uma sala de audiovisuais, salas específicas para as áreas de electricidade e electrotecnia, práticas de secretariado e contabilidade, acompanhamento de crianças, bem como as restantes salas de aula normais. Num quarto, designado por pavilhão central, funcionam todos os serviços administrativos e o Centro de Recursos Educativos.

Todos os sectores se encontram informatizados, sendo que todos os serviços são acedidos por meio de cartão magnético, facilitando a identificação de alunos, professores e funcionários, e tornando desnecessária a utilização de

dinheiro para efectuar qualquer compra ou pagamento dentro do perímetro da escola.

Foram instalados computadores nalgumas salas, tornando possível às turmas de sétimos e oitavos anos a prática do “Sumário Digital”.

Os Serviços Administrativos funcionam em *Open Space*, administrados por vários gestores de processo, especializados cada um numa área específica. O atendimento torna-se desta forma mais personalizado, evitando filas e desperdício de tempo desnecessário.

Esta escola caracteriza-se por promover diversas actividades extra curriculares como sejam os clubes de Teatro, Ambiente, Netlink, Saúde, Fotografia e Rádio Escola. Mantém aberto um site de Internet e prevê-se a criação de um portal com o intuito de divulgar materiais didácticos, facilitando assim a aprendizagem dos alunos, motivando-os para o estudo e para a boa utilização das novas tecnologias de informação e comunicação.

A escola em estudo participa regularmente em programas e concursos, estabelece protocolos, tanto nacionais como internacionais, como é o exemplo da sua participação num projecto de intercâmbio cultural, tendo como tema base as Lendas e as Histórias, no âmbito do Projecto *Comenius*.

A escola dinamiza acções de formação, nos domínios da construção de materiais didácticos, Sexualidade, Projecto Curricular de Turma, alargando o leque de conhecimentos dos docentes nestas áreas tão utilizadas no quotidiano.

Além das acções de formação para docentes, a escola oferece aos seus funcionários formação, colmatando algumas lacunas e necessidades detectadas.

Também abertos a toda a comunidade educativa e encarregados de educação, encontram-se disponíveis programas de apoio e esclarecimento, como são o

caso dos Projectos “Escola de Pais” e “Alcoologia e Prevenção das Toxicodependências - viverbem.sem”.

A escola elabora e divulga o seu Jornal Escolar, tal como o projecto Escola Viva, que tem como finalidade a dinamização de eventos culturais, a divulgação do livro do mês, a organização de actividades recreativas e desportivas e dá continuidade ao Projecto “ Escola De Pais”.

Tem, em fase experimental, e em parceria com o Instituto de Apoio à Criança, um Gabinete de Atendimento ao Aluno e à Família (GAAF).

Possui um Núcleo de Apoio Educativo e Serviço de Psicologia e Orientação, com toda uma equipa de técnicos capacitados para o apoio e encaminhamento académico/profissional de alunos sinalizados pelos seus directores de turma.

#### **5.5.2. Descrição do meio onde a Escola Secundária Maria da Luz se insere.**

A Escola Secundária Maria da Luz localiza-se na “Freguesia da Luz”, designação esta fictícia, Concelho de (...), Distrito de Lisboa. Esta escola encontra-se rodeada por AUGI's (Áreas Urbanas de Génese Ilegal / loteamentos clandestinos). Estima-se a existência de cerca de 6.500 lotes clandestinos, só nesta freguesia. Esta proliferação de construção ilegal, teve o seu início nos anos setenta, mantendo-se até aos dias de hoje. Em estreita proximidade da escola, encontram-se bairros de construção económica e de realojamento.

Tendo sido esta, uma zona tradicionalmente rural, encontra-se actualmente urbanisticamente descaracterizada, e densamente construída, coexistindo áreas rurais, zonas urbanas detentoras de fracas infra-estruturas rodoviárias e de saneamento básico, e áreas industriais.

A Freguesia da Luz, é em termos de área, a terceira maior do concelho, ocupando 20.1Km<sup>2</sup>, e a primeira, quanto a número de habitantes, situando-se nos 43.991. Curiosamente, esta freguesia é a terceira com menor densidade populacional, sendo de 2.146 habitantes/Km<sup>2</sup>, mas a que regista um maior crescimento demográfico da última década, mais 8.053 residentes, ou seja, um incremento de 22,4% em relação a 1991.

Esta freguesia regista um elevado número de famílias desfavorecidas. Indicadores como o desemprego e o número de beneficiários do Rendimento Mínimo de Inserção situam-se num patamar bastante elevado, indicando uma grande vulnerabilidade das famílias. O acesso por habitante a equipamentos e serviços sociais é o mais baixo do concelho. Regista-se a mais baixa cobertura do ensino pré-escolar deste conselho.

O tecido empresarial desta freguesia caracteriza-se sobretudo pela existência de um elevado número de empresas do sector Secundário. Fábricas de calçado, indústria química, alimentar e de reparação automóvel, são as que existem em maior número (informação extraída da Carta Educativa do Concelho (...)).

#### **5.5.3. Abordagem à Carta Educativa do Município onde a Escola Secundária Maria da Luz está inserida.**

Desde a elaboração da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo (L.B.S.E.), que se tem como instrumento base a Carta Educativa, com vista a concretizar uma melhor gestão, planeamento e ordenamento da rede escolar. Inicialmente com a designação de Carta Escolar, este documento consistia num levantamento de todos os equipamentos escolares, públicos, privados e IPSS, caracterizando o seu estado de conservação, a sua população e regime de funcionamento. De igual modo era elaborada uma caracterização exaustiva da realidade social e económica do Município. Deste modo, a Carta Escolar limitava-se a ser um documento estático, meramente inventariativo, sem um propósito evolutivo.

Com a desenvolvimento do conceito de Escola para algo mais abrangente e interactivo, passando esta a deixar de ser considerada isoladamente mas integrada num determinado território, em coacção com outros estabelecimentos de ensino e restantes instituições da região envolvente, a Carta Escolar passa a ser um documento orientativo, tendo em conta as transformações sociais, demográficas, urbanísticas e económicas do Concelho.

Designando-se actualmente por Carta Educativa, este documento tem como validade um período de dez anos, sendo necessário um trabalho constante dos vários interlocutores, incidindo sobretudo na observação da evolução social do concelho, correlacionando factores como as tendências políticas para o desenvolvimento urbanístico no contexto do município, a evolução demográfica e económica da região, a actualidade do sistema educativo, com vista a uma reestruturação e adequação da rede escolar do concelho.

A elaboração da Carta Educativa assenta sobre duas perspectivas, uma de diagnóstico da realidade social e económica da região, incidindo sobre a “Estrutura Espacial do Território”, a “Caracterização Sócio-Demográfica”, a “Caracterização Sócio-Económica”, e a “Evolução da Procura e Oferta da Educação e do Ensino”, e uma segunda de índole prospectivo, explicitando os princípios e conceitos orientadores para a rede escolar, objectivando a estruturação dos territórios educativos e apresentado todo o conjunto de propostas para a reestruturação e reconfiguração da rede educativa do concelho.

Sendo a Escola uma organização complexa inserida num determinado contexto social, constitui-se parte integrante de um conjunto de instituições comunitárias, interligadas por relações de estreita colaboração, gerando sinergias com via a garantir às populações a escolaridade obrigatória. Estabelecimentos de ensino pré-escolar, de primeiro, segundo e terceiro ciclo, secundário, profissional ou superior, sejam eles públicos, privados e IPSS, pertencentes a um determinado território geográfico, estabelecem relações de interdependência com Juntas de Freguesia, Centros de Saúde, Associações locais, Associações de Pais. A implicação destes e outros agentes sociais no trabalho das escolas gerou um

novo conceito, agora preconizado na Carta Educativa: o de Território Educativo. Como princípio estruturante para a implantação de redes escolares eficientes e coadunadas com o meio em que se inserem, o conceito de Território Educativo aglutina uma preocupação de carácter pedagógico a uma de carácter de ordenamento territorial, organizando de forma racional o território concelhio.

Assim sendo, a Carta Educativa revela ser um instrumento de planeamento complexo, fundamental para a gestão educativa e de recursos escolares, antevendo a evolução social, demográfica e económica do concelho em estudo, optimizando e reestruturando pró-activamente a rede escolar.

## **5.6. Análise e comentário de dados.**

### **5.6.1. Análise de documentação disponibilizada.**

Para que fosse possível a recolha de informação acerca do historial dos cursos desta escola e dos seus alunos, bem como saber mais a respeito da gestão desta escola, foram consultados variados documentos, relatórios e Projectos Curriculares de Turma.

#### **Historial dos cursos destas áreas frequentados por alguns dos alunos que integram os cursos investigados**

A Escola Secundária Maria da Luz, optou desde 2002, por adoptar uma gestão educacional capaz de oferecer alternativas educativas, fossem elas por via de Cursos Tecnológicos, turmas de Currículos Alternativos ou Cursos de Educação e Formação. Esta mudança de estratégia deveu-se ao elevado índice de insucesso escolar e abandono escolar precoce, observado em anos anteriores.

Posto isto, e relacionados com o actual CEF de Assistentes de Acção Educativa, abaixo enumeram-se os cursos que funcionaram até à data:

- No ano lectivo de 2002/2003, a escola abriu o Curso de Acompanhantes de Crianças.
- Em 2003/2004 tem início o Curso de Agentes de Acção Educativa - Acompanhantes de Crianças, que tem continuidade no ano lectivo seguinte.
- O Curso Complementar decorre no ano lectivo de 2005-2006.
- No mesmo ano lectivo funcionou o CEF de Auxiliares de Acção Educativa, de Tipologia 4.
- Actualmente decorre o curso em estudo, CEF de Assistente de Acção Educativa, de Tipologia 5.

No tocante à área da electricidade/electrónica, funcionaram desde 2002 os cursos abaixo mencionados:

- Nos anos lectivos de 2002/2003, 2003/2004 e 2004/2005, funcionou o Curso Tecnológico de Electrónica / Electrotecnia.
- No ano lectivo de 2003/2004 abriu o Curso de Educação e Formação de Electricistas de Instalações, de Tipologia 3, decorrendo no ano lectivo seguinte.
- Em 2005 abriu o Curso de Educação e Formação de Electricistas de Instalações, de Tipologia 4.
- O Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica teve o seu início no ano lectivo de 2006/2007.

### **Análise do percurso dos alunos que frequentam ou frequentaram cursos em estudo.**

Nas áreas profissionais relacionadas com o CEF de Assistentes de Acção Educativa, o que se sabe acerca do percurso académico e profissional das alunas e dos dois alunos que frequentaram estes cursos, é o seguinte:



No ano lectivo de 2003/2004 abre o Curso de Agentes de Acção Educativa - Acompanhantes de Crianças. Nele matricularam-se dezasseis alunas, das quais desistiram quatro. Destas quatro alunas, três foram trabalhar em áreas que não têm a ver com o curso, uma empregou-se como ajudante num cabeleireiro, outra como empregada de balcão numa loja, e outra como empregada de limpeza de um supermercado. A quarta aluna inscreveu-se num outro Curso de Educação e Formação, na área da Amadora.

No ano lectivo 2004/2005, é dada continuidade ao curso aberto no ano anterior, tendo iniciado com doze alunas, ou seja, as que tinham concluído com sucesso, o ano anterior.

Neste ano desistiram quatro alunas: duas alunas tiveram bebés, uma outra integrou o 10º ano do Ensino Regular, da Área de Artes, que depois de ter experimentado, abandonou, e uma última abandonou o seu estágio, a uma semana antes da sua conclusão, tendo-se empregado.

A maioria das alunas desta turma, só pretendia concluir o 9º ano de escolaridade, e de seguida, procurar um emprego.

Candidatam-se ao Curso Complementar a leccionar no ano lectivo de 2005/2006, as oito alunas da turma do ano anterior, bem como outras candidatas, tanto desta escola, como de outras deste conselho. Do grupo do curso do ano anterior, foram seleccionadas seis, porém, uma das alunas foi, contra a sua vontade, impedida pela própria família de continuar os seus estudos, já que pertencia à etnia cigana, e era deste modo, obrigada a cumprir as leis próprias destes. Assim, foi constituída uma turma, integrando novos elementos, alguns desta escola, outros provenientes de outras escolas do Conselho. Neste grupo, estiveram dois rapazes do CEF de Técnicos de Electrónica, que não tinham as mesmas disciplinas tecnológicas, mas que se integraram perfeitamente no espírito da turma, com o objectivo de obter a equivalência ao 10º ano. Durante este ano lectivo, uma aluna nunca apareceu, soube-se mais tarde que tinha arranjado emprego numa loja, três outras abandonaram o curso, uma delas por orientação da própria escola, pois não se enquadrava no espírito do curso, outra por querer seguir uma carreira diferente,

ligada à música, e também por se encontrar psicologicamente incapacitada para continuar a frequentar a escola, e uma outra aluna desistiu de frequentar o curso, depois de ter tido bebé.

Registe-se que uma aluna desistiu a meio do estágio, não se sabendo exactamente quais as razões, não voltando a comparecer nem à escola, nem à Instituição onde estagiava. Julga-se que este abandono se deve a questões familiares.

No final do ano lectivo, e tendo em conta as características do grupo, alguns alunos foram reencaminhados. Deste modo, os rapazes voltaram para a área que pretendiam seguir, a turma de Tipo 5 do CEF de Técnico de Electrónica, três raparigas integraram a turma Tipo 5 do CEF de Secretariado, duas alunas mudaram para cursos profissionais, e duas outras alunas mudaram de escola, onde integraram uma turma de um curso de Artes Gráficas de Tipologia 5. Duas das alunas não se inscreveram para o ano seguinte.

Simultaneamente ao Curso Complementar, funcionou o CEF de Auxiliares de Acção Educativa, de Tipologia 4. Integram no início quinze alunas. Curiosamente, uma destas alunas, que integrou posteriormente a Tipologia 5, pertenceu à turma do primeiro Curso de Acompanhantes de Crianças (2002-2003), leccionado nesta escola. Desistiram duas alunas, sendo que uma delas se encontra actualmente a trabalhar com crianças.

Percebeu-se que as expectativas das alunas aumentaram relativamente ao seu percurso escolar, passando estas a ambicionar a conclusão do 12º ano.

No biénio de 2006-2007, abre o CEF de Auxiliares de Acção Educativa, de Tipologia 5. A turma é composta por dezoito alunas e foi constituída com parte do grupo do Curso Complementar, com a maior parte do grupo do Curso de Tipologia 4, e mais uma aluna que veio de outra escola do concelho. Hoje, a grande maioria das alunas, quer acabar o 12º ano e prosseguir estudos no Ensino Superior.

Relativamente aos alunos que integraram o CEF de Técnico de Electrónica, de Tipologia 5, refere-se o seguinte:

Esta turma conta actualmente com doze alunos do sexo masculino, sendo que no início do ano era composta por catorze, sendo que dois anularam a sua matrícula. Os dados que abaixo se descrevem, referem-se à totalidade de alunos inscritos, ou seja catorze.

No que diz respeito a alunos com retenções em anos anteriores, registe-se que integraram esta turma, cinco alunos, com três retenções, quatro alunos, com duas retenções, quatro alunos, com uma retenção, e um aluno sem qualquer retenção.

Quanto ao local de residência, todos os alunos moram no concelho de (...), sendo que três alunos moram na Freguesia da Luz, dois em (localidade a 1,9Km), um em (localidade a 3,5Km), um em (localidade a 4,5Km), um em (localidade a 7,6Km), dois em (localidade a 4,0Km), um em (localidade a 3,0Km), um em (localidade a 9,0Km), um em (localidade a 3,7Km) e um em (localidade a 8,0Km).

O meio de transporte que estes alunos usam para se deslocar do local de residência para a escola, varia, desde o automóvel, moto, autocarro ou a pé, sendo que três alunos se deslocam de carro, um de moto, cinco de autocarro e os restantes cinco a pé.

O nível etário dos alunos desta turma, situa-se entre os dezassete e os vinte e um anos, sendo que com dezassete anos existem três alunos, com dezoito, cinco alunos, com dezanove anos, três alunos, com vinte, dois alunos e com vinte um anos, um aluno.

Do conjunto dos catorze alunos, oito são encarregados de educação deles próprios.

Do grupo turma, dois alunos que ainda frequentam actualmente o curso, sentem-se desmotivados, não se estando a integrar no trabalho desenvolvido, prevendo-se que para o próximo ano, sejam reencaminhados para um outro curso.

### **Proveniência académica dos alunos**

Todos os alunos que compõem esta turma frequentaram esta mesma escola no ano anterior.

Fazendo um traçado do percurso dos alunos desta turma, temos o seguinte:

No ano lectivo de 2003/2004, abriu o Curso de Educação e Formação de Electricistas de Instalações, de Tipologia 3 e conferindo uma certificação profissional de Nível 2. Este curso teve a duração de dois anos lectivos, e habilitou os alunos que o concluíram com uma equivalência ao 9º. Ano. Note-se que este curso resumia em dois anos o que no ensino regular se faz em três. Neste curso inscreveram-se dezassete alunos, tendo desistido cinco.

Em 2005 abriu o Curso de Educação e Formação de Electricistas de Instalações, de Tipologia 4, com a duração de um ano, conferindo uma certificação profissional de Nível 2 e equivalência ao 10º. Ano. Este curso recebeu sete alunos que tinham reprovado no ano anterior o Curso Tecnológico de Electrónica / Electrotecnia e outros três provenientes do 9º. Ano do ensino regular.

O curso em estudo, Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica, conforme foi anteriormente mencionado, contou no início do ano lectivo de 2006/2007 com catorze alunos. Dez destes alunos provieram do Curso de Educação e Formação de Electricistas de Instalações, acrescido de dois que encontravam-se a trabalhar e decidiram regressar à escola com o intuito de complementar as suas habilitações, e de mais outros dois alunos que concluíram o Curso Tecnológico de Electrónica / Electrotecnia e que realizaram um curso complementar de equivalência ao 10º ano para poderem ingressar neste.

## **Recursos necessários para a abertura e manutenção dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliares de Acção Educativa e de Técnicos de Electrónica.**

Os Cursos de Educação e Formação de Auxiliares de Acção Educativa e de Técnicos de Electrónica implementados na Escola Secundária Maria da Luz, são, como se pode concluir pelo que já foi anteriormente referido, a evolução natural, resultado da tomada de decisão em abrir um leque de cursos relacionados com alguns sectores empresariais da região, dando aos alunos alguma esperança de emprego e de carreira.

Com o intuito de capacitar jovens e motiva-los para uma profissão de futuro, a Escola Secundária Maria da Luz adoptou por esta via educativa, de índole mais prática, mas não menos exigente.

A escola em que se baseou esta investigação possui duas oficinas equipadas com bancadas adequadas à aprendizagem de técnicas e operações relacionadas com os sectores da electrónica e electrotecnia.

Estas instalações foram construídas e equipadas na década de oitenta, para a docência da área de Electrotecnia em disciplinas de cursos tecnológicos.

De igual modo, a existência de docentes no activo, que na altura leccionavam as disciplinas destes cursos, são hoje os recursos humanos mais avalizados para a docência de disciplinas da componente tecnológica dos cursos aqui versados.

No que concerne aos recursos físicos que o Curso de Educação e Formação de Assistentes de Acção Educativa possui, e de todos os que a ele precederam, resumem-se a duas salas de aula, adaptadas para o trabalho desenvolvido pelas suas alunas.

Estas salas foram cuidadosamente reestruturadas e decoradas pelas próprias alunas, orientadas pelas suas professoras. As aulas de cariz artístico prestaram-se bem a este tipo de intervenções; desde a fase de projecto, altura

em que as alunas detectaram as necessidades existentes, analisaram os recursos disponíveis ou em vias de aquisição, à concretização das obras de recuperação, estas salas foram adequadamente adaptadas à docência deste tipo de cursos.

Quanto a recursos humanos, o curso dispõe de um Conselho de turma composto por uma equipa de professores de formação vocacionada para o terceiro ciclo e secundário, e que se especializaram nas áreas específicas deste curso. São o caso de disciplinas como Psicologia ou as áreas da música da componente artística, que são leccionadas por professores de Língua Portuguesa ou Educação Visual respectivamente. Estas professoras depararam-se com a necessidade de complementar a sua formação, para melhor transmitirem os conteúdos das novas disciplinas que agora leccionam.

Observa-se que um elevado número de escolas que se propõem a abrir Cursos de Educação e Formação, utilizam frequentemente os recursos quer físicos, quer humanos que dispõem, prescindindo, na maioria dos casos, de financiamentos provenientes da tutela e de requisição de novos professores com habilitações concordantes com as áreas dos cursos.

### **Forma e critérios de seriação de alunos a integrar os CEF na Escola Secundária Maria da Luz.**

Os alunos que se propõem a integrar estes cursos, acrescidos daqueles que foram anteriormente sinalizados pelos directores de turma, são alunos que normalmente se encontram em risco de abandono escolar, possuem idade superior à da prevista para a realização da escolaridade obrigatória, demonstram desmotivação no cumprimento dos seus deveres escolares e apresentam altos níveis de absentismo.

No tocante a critérios e instrumentos de selecção, o que se encontra previsto nos regulamentos normativos que orientam este tipo de ensino, é que os alunos que desejem integrar estes cursos tenham tido aproveitamento no ano anterior ao que irão frequentar e que realizem uma prova de selecção

promovida pela própria escola. Esta prova será posteriormente analisada pela coordenação do curso a que o aluno se candidata, bem como pelos Serviços de Psicologia e Orientação da mesma escola.

Relativamente às alunas que frequentam actualmente o CEF de Assistentes de Acção Educativa, e a todas as outras que a este se candidataram, foram sujeitas a uma prova escrita, às quais se pediu que descrevessem a forma de como resolveriam uma situação de conflito e indisciplina por parte de um grupo de alunos, na hora de almoço, no refeitório da escola. A partir das suas respostas, foram indiciados os perfis psicológicos das alunas candidatas, excluindo-se todas aquelas que não apresentavam características desejadas para o desempenho desta profissão.

No que diz respeito aos alunos que se encontram a frequentar o CEF de Técnicos de Electrónica, provieram dos cursos profissionalizantes que funcionaram anteriormente, tendo sido encaminhados directamente para este curso, sem que houvesse necessidade de aplicar a estes qualquer entrevista ou outro instrumento de seriação.

### **5.6.2. Análise e comentário das entrevistas**

#### **Análise e comentário da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo (Anexo 21)**

##### **Capacitação dos alunos**

Questionado quando é que a escola em estudo implementara os seus CEF(s), o entrevistado, não precisando o ano (referiu que foi no ano em que o Ministério da Educação criara estes cursos), acrescentou que a Escola Secundária Maria da Luz, já aplicava anteriormente estratégias conducentes a um maior sucesso por parte dos alunos, adoptando programas, tais como o programa 9º+1, o programa 15-18, o 10º ano profissionalizante, para além de ter tradição em cursos técnico profissionais.

No que concerne ao motivo pelo qual a escola decidiu implementar os CEF(s), o entrevistado justificou pelo facto de, a dada altura, se observar uma taxa de insucesso escolar algo elevada, e deste modo a escola se ver na obrigação de criar vias alternativas ao ensino regular, com o objectivo de levar os seus alunos a conseguir um maior aproveitamento.

Assim citando o entrevistado:

“Isto decorreu das necessidades dos alunos, isto é começamos a verificar a partir de dada altura, que havia necessidade de criar saídas alternativas para os alunos que não estavam a conseguir obter uma escolaridade regular com os currículos tradicionais, e portanto, digamos que a abertura dos CEF(s) decorre em primeiro lugar, dessa percepção que a escola tem (...)”

A escola mobilizou alguns dos seus serviços, tais como o Serviço de Psicologia e Orientação e o Núcleo de Apoio Educativo, que em articulação com as direcções de turma e a Coordenação de Directores de Turma, formaram



equipas no sentido de se implementar nesta escola uma nova via para o ensino de alunos com determinadas características, os CEF(s).

No que se refere ao contributo que estes cursos dão para o sucesso dos alunos, o inquirido respondeu, que de facto se tem observado uma maior taxa de conclusão, muito por via da prevenção do abandono escolar. Os números de abandono escolar recuaram muito por via dos CEF(s), e inclusivamente, alunos que tinham previamente abandonado a escola, regressaram para frequentar os cursos em questão. Apesar de os CEF(s) não darem um contributo para melhorar a taxa global de escola, por o número de alunos inscritos ser pequeno, estes cursos têm tido uma acção muito positiva na formação de cidadãos.

A capacitação dos alunos é considerada nesta escola como uma prioridade, tida em conta na gestão dos currícula e dos recursos humanos existentes (Anexo 22).

### **Gestão de recursos e financiamento dos Cursos de Educação e Formação**

Inquirido sobre que recursos a escola teve de adquirir e que verbas estes cursos necessitam para se manterem, o entrevistado respondeu que a escola não teve necessidade de realizar grandes apetrechamentos, pois possuía já alguns recursos pertencentes aos anteriores Cursos Tecnológicos, nomeadamente, no caso da electricidade, da electrónica, da administração, e do apoio à infância, áreas estas muito consolidadas nesta escola, de há uns anos a esta parte.

O entrevistado referiu que a escola em que se baseia esta investigação, trabalha em rede com outras escolas, que possuem recursos que esta não tem, e vice-versa, encaminhando para lá os alunos cujas características se adaptam aqueles ambientes, bem como recebe alunos provenientes dessas escolas, que se enquadrem melhor nesta.

O presidente do órgão de gestão mencionou o facto de, para a abertura dos CEF(s), não só tiveram em conta as orientações e apetências dos seus alunos, mas também os recursos físicos, materiais e humanos que a escola dispõe.

Quanto à existência de verbas, tanto para a abertura como para a manutenção dos CEF(s), o entrevistado referiu que enquanto o Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal (PRODEP) esteve em vigor, foram adquiridos alguns equipamentos para apetrechar estes cursos, sendo que após a cessação deste programa de apoio, as verbas, tanto para abertura como manutenção destes cursos, são as contempladas no orçamento anual da escola. O PRODEP proporcionou à escola a permanência de formadores, que auxiliaram os Conselhos de turma dos CEF(s) em implementação, a complementarem as suas formações iniciais para melhor desempenharem as suas tarefas.

O presidente esclareceu que não existe nenhum protocolo de apoio financeiro estabelecido com a autarquia, sendo que esta, só apoia a escola fornecendo locais de estágio para os alunos finalistas ou que se encontram a frequentar os CEF(s).

No tocante a recursos humanos, a escola não requisitou nem professores nem monitores para a abertura de novos cursos, pois possuía um corpo docente especializado nestas áreas, seguindo a linha traçada já pelos antigos cursos técnico-profissionais (Anexo 23).

### **Relações Colegiais e Clima de Escola**

Em relação a acções de formação proporcionadas aos docentes que leccionam em CEF(s), apurou-se que a escola solicitou à Direcção Regional de Educação, que fosse facultado o apoio da Equipa de Apoios Educativos de (...), que se dispôs a ceder, alguns educadores de infância que tinham formação em Ensino Especial, para virem apoiar a escola em algumas áreas relacionadas com os CEFs de Apoio à Infância. O entrevistado frisou a ideia de que mais importante do que formação, foi a adopção por parte dos docentes destes cursos, de um

espírito colaborativo e da adopção de novas regras de trabalho, inerentes ao próprio regulamento destes cursos. Assuntos como a assiduidade dos docentes ou da obrigatoriedade de realização de um maior número de reuniões de Conselho de turma, foram inicialmente alvo de algumas resistências, mas que actualmente são tidas como boas estratégias para o sucesso dos alunos.

“...a escola pediu a colaboração de outras entidades, para virem dar formação a áreas em que nós não tínhamos pessoal com formação especificamente para esse fim, sei lá, uma das formações que tiveram foi com a Equipa de Apoios Educativos, com a Equipa de Coordenação aos Apoios Educativos (ECAE), (...) pela Direcção Regional, portanto mas que disponibilizou alguns educadores de infância que tinham formação em Ensino Especial, para virem apoiar nalgumas áreas relacionadas com os CEF(s) de Apoio à Infância, (...)”

Quando questionado se os professores têm motivação para integrarem Conselhos de turma de CEF(s), o presidente, apoiando-se na resposta anterior, referiu estar a ser uma experiência enriquecedora o facto de haver uma grande interligação entre os professores e da existência de regras mais rigorosas, facilitando o aproveitamento dos alunos (Anexo24).

### **Relações da escola com a Comunidade**

A nível de parcerias com empresas e instituições, o entrevistado afirmou que a escola têm estabelecido contactos e firmado protocolos com empresas, Juntas de Freguesia, Autarquia e Instituições Particulares de Solidariedade Social, no sentido de angariar locais de estágio para os seus alunos, verificando-se que em muitos casos, estas instituições mantêm e empregam estes alunos.

Já em relação ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, a escola não possui qualquer protocolo formalmente estabelecido, existindo sim, contactos pessoais de alguns professores com funcionários do Centro de Emprego da Localidade A, que ocasionalmente se tornam fundamentais no que diz respeito a reencaminhamento de alunos, sobretudo, canalizando-os para cursos promovidos por este organismo.

Quando questionado se os júris das Provas de Aptidão Final (PAF), provinham também do Instituto de Emprego e Formação Profissional, o entrevistado respondeu que a constituição das equipas de júris é fruto das parcerias estabelecidas entre a escola e as empresas ou instituições que recebem em estágio os alunos. Em anos anteriores, na altura em que existia o apoio financeiro do PRODEP, estavam previstas verbas para compensar técnicos externos à escola, que se propusessem a executar as funções de júri neste tipo de provas. Actualmente é necessário convencer quadros das empresas receptoras dos alunos, a exercer estas funções graciosamente (Anexo25).

“Os júris para essas provas são fruto de parceria com as instituições, com as instituições onde os estágios se realizam, (...) não há uma ligação directa CEF/Centro de Emprego, há uma ligação do Centro de Emprego à escola, não está formalizada, portanto é uma ligação muito das pessoas que trabalham cá e lá e se conhecem (...).”

### **Comentário à entrevista**

Um dos factores mais importantes transmitidos nesta entrevista, foi o facto de os professores que leccionam nestes cursos trabalharem de uma forma muito própria, estabelecendo relações de colaboração, devido em parte por necessidade de cumprimento das directrizes emanadas pelo normativo que os rege. Segundo Hargreaves (1998), os docentes ao adoptarem uma filosofia de colaborativa de trabalho, reduzem o risco na concretização de políticas e directrizes mais arrojadas, sentindo-se mais encorajados no exercício das suas funções. No caso referido pelo entrevistado, a colegialidade é nitidamente *orientada para a implementação* de novas políticas educativas. Questões como a assiduidade dos docentes, as relações colegiais que estes estabelecem e a interligação da escola com a comunidade, são referidas pelo entrevistado de uma forma muito positiva e algo entusiasta.

Esta entrevista denunciou o facto da não existência de uma política concertada entre ministérios, neste caso relativamente à formação profissional e emprego, quando se afirma não existirem elos de ligação entre a escola e o Instituto de

Emprego e Formação Profissional, tanto por via de colocação de jovens na vida activa, promoção do associativismo e formação de micro empresas. Do mesmo modo, percebeu-se a ausência de acompanhamento por parte de técnicos do Instituto de Emprego e Formação Profissional a estagiários em empresas, no seu percurso, avaliação, certificação profissional e posterior inserção na vida activa. Seria desejável a implementação de uma política coordenada entre os ministérios que tutelam a Educação e o Trabalho e Solidariedade Social, criando pontes efectivas entre escola e vida activa. A inexistência de uma política de partenariado formal entre escola e organismos estatais, poder-se-á dever à ideia que o partenariado não constitui em Portugal um princípio de acção tradicional, (Rodrigues & Stoer, 1998). O Estado não implementa nem incentiva estratégias de partenariado como forma de solidariedade e cooperação entre organismos.

A referência à supressão do PRODEP e à ausência de verbas para áreas como a formação de professores, indicia que o Estado não provém as escolas dos recursos necessários para o seu bom funcionamento, contrariando os princípios preconizados pelo *programa de reforço da autonomia das escolas*, (Barroso, 1997).

### **Análise e comentário das entrevistas aos Coordenadores de Curso**

Considerou-se conveniente que se analisasse e comentasse individualmente as entrevistas aplicadas aos dois coordenadores de curso, pelo facto de ao longo de todo este estudo o tratamento de dados resultantes da aplicação dos vários instrumentos de investigação estar a ser analisado separadamente, quer se refira ao curso de Assistente de Acção Educativa ou ao curso de Técnico de Electrónica.

## **Análise da entrevista à Coordenadora do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa (Anexo 26)**

### **Capacitação dos alunos**

Questionada porque razão a escola decidira implementar especificamente este curso, a entrevistada respondeu não ter tido parte nesta decisão, pois quando chegou a esta instituição já estava decidido abrir um curso nesta área. No entanto, a coordenadora referiu que nesta região se observa uma significativa necessidade de formação de técnicos de apoio domiciliário a crianças. Mencionou, inclusivamente, que muito deste apoio domiciliário parte do seio familiar dos alunos desta escola, isto porque muitos possuem vários irmãos, a quem dão este tipo de apoio. Verificou-se, para além de uma necessidade real de gente qualificada na área, uma vocação latente num número significativo de alunos para esta actividade profissional.

“(...) uma das coisas que me parece que foi tido em linha de conta, foi a necessidade daqui da zona de ter apoios domiciliário a crianças. Algumas instituições, muitos destes garotos gostam bastante de lidar com miúdos, também têm muitos irmãos e esse apoio domiciliário começava até pelo núcleo familiar, (...)”

No que diz respeito à participação das alunas em actividades extracurriculares, acontecem sobretudo no terceiro período, altura em que os professores já deram a maior parte da matéria, havendo uma maior disponibilidade para a realização de visitas de estudo. Estas visitas revelam-se úteis no sentido em que fazem a ligação dos conteúdos dados nas aulas e a realidade profissional. Também importante é a integração das alunas na promoção actividades durante a Semana da Escola. Aqui, a turma oferece à restante comunidade educativa iniciativas relacionadas com o trabalho que realizou durante o ano lectivo. As alunas têm assim oportunidade de ensaiar o trabalho que mais tarde, desejavelmente irão desempenhar.

A coordenadora considera que a existência dos Cursos de Educação e Formação têm contribuído para o aumento da taxa de sucesso desta escola. Verificou uma quebra no rendimento e motivação destas alunas, aquando a passagem da Tipologia 3 para a Tipologia 5, devido ao facto do desenho curricular passar a ser de cariz mais teórico. Exceptuando a disciplina de Actividades de Tempos Livres, (ATL), todas as outras são teóricas. A entrevistada manifestou algum desgosto pelo facto de no ano seguinte não estar prevista a abertura de uma turma deste curso. Um dos indícios de que este curso está a contribuir para o sucesso escolar das suas alunas, é a boa imagem que a restante comunidade tem desta escola. A entrevistada mostrou satisfação ao relatar uma visita efectuada por uma turma de uma escola vizinha às instalações deste curso, com vista conhecer o seu trabalho.

No que diz respeito a empregabilidade, verifica-se, segundo a entrevistada que as alunas que não são contratadas imediatamente após o estágio, têm maior dificuldade em se empregarem nesta área profissional. Frequentemente optam por ir trabalhar noutras profissões, mas na generalidade nunca desistem de procurar o trabalho para o qual tiveram formação. Observa-se segundo a entrevistada que algumas instituições, sobretudo privadas, não se encontram actualmente em condições financeiras para efectuarem contratações. A exigência de condições físicas imposta pelo Estado, obrigou muitas empresas a efectuar obras de remodelação e equipamento das suas instalações, de modo a satisfazer os requisitos mínimos de segurança e ambientais obrigatórios, não lhes permitindo canalizar verbas para salários e encargos com novos empregados.

Outra solução é a criação por parte das alunas de micro empresas. Uma das alunas desta turma, irá frequentar no ano seguinte, um programa promovido pela Câmara Municipal, de apoio a jovens empresários, com vista a abrir a sua própria empresa. Esta proposta veio da parte de um docente desta escola, que mantém contactos com a Câmara Municipal. Esta aluna tem o apoio financeiro da família que lhe irá oferecer as instalações para a abertura da nova creche (Anexo 27).

## **Gestão de recursos e financiamento dos Cursos de Educação e Formação**

Relativamente aos recursos físicos que foram atribuídos ao curso no ano da sua implementação, a entrevistada respondeu que só possuíam as salas de aula e alguns armários. As instalações foram evoluindo conforme as necessidades com que professores e alunos se iam deparando, e as salas escolhidas conforme as características dos conteúdos leccionados; por exemplo, às disciplinas de índole mais prático, foi cedida uma sala com bancada de lavatório, permitindo a lavagem de materiais utilizados pelos alunos. As salas, ao longo do tempo, foram sendo remodeladas, tanto por professores como por alunos, de forma a se coadunarem com o ambiente próprio de cada disciplina.

No que se refere à posterior aquisição de equipamentos, a coordenadora referiu que muitos dos equipamentos indispensáveis para a leccionação de algumas disciplinas, foram construídos pelas próprias alunas, nomeadamente berços e caminhas feitas em cartão. Para isso, foi necessário adquirir materiais, nomeadamente papeis vários, cartão, e tintas. Alguns armários foram igualmente concebidos, de forma a organizar e gerir melhor o espaço da sala de aula. Os modelos de bebé, ou seja, as bonecas com que as alunas aprendem e treinam a colocação de fraldas, foram fornecidos pelas mesmas. As fraldas utilizadas nestes exercícios são adquiridas pelo curso, tal como os materiais consumíveis, como são o caso de tintas, papeis e cartolinas.

Outro tipo de bens que o curso obrigatoriamente teve de obter, foram algumas obras teóricas sobre desenvolvimento, motivação e cognição infantil, bem como livros de jogos e conselhos práticos.

No tocante a verbas fornecidas para a manutenção e funcionamento deste curso, a docente referiu a existência de uma verba prevista no orçamento anual da escola para aquisição de materiais consumíveis e fotocópias. Mais disse que enquanto o PRODEP esteve em vigor, disponibilizava-se para o funcionamento dos CEF(s) quantias mais avultadas, permitindo a escola dar um maior apoio aos seus alunos. Despesas inerentes à realização dos



estágios, tais como transportes e alimentação, não estão consignadas no orçamento deste curso, não se tendo em conta as carências económicas a que estão sujeitos uma grande parte dos alunos que o frequentam. Casos houve, em que alguns alunos abandonaram a escola para irem trabalhar, de forma a apoiarem financeiramente as suas famílias. Muitos alunos passam assim a assumir responsabilidades familiares importantes, tanto no tocante ao provimento do lar, como ao acompanhamento escolar de irmãos mais novos. Muitos trabalham após o horário escola e aos fins de semana e são encarregados de educação deles próprios e dos irmãos. O Subsídio de Apoio Social Escolar a que alguns alunos têm acesso torna-se manifestamente insuficiente para cobrir todas as despesas que inevitavelmente estes fazem.

Questionada se a escola teve a possibilidade de aquisição de novos professores especializados nesta área profissional, para leccionar algumas disciplinas da componente técnica, a entrevistada respondeu que a escola unicamente contou com os docentes do seu quadro, e de mais alguns que ao longo destes anos foram sendo colocados, tendo estes últimos se adaptado muito bem à filosofia do curso e à sua dinâmica. A motivação para realizar este tipo de trabalho é considerada um factor indispensável para se trabalhar nestas turmas.

“(…) nós gostamos de ensinar, gostamos muito de ver crescer, muito, muito, e isto de facto dá um trabalho muito grande, não apenas académicos mas em termos humanos, as pessoas de fora que não estão metidas no sistema, acham, enfim, que isto é para passar, mas isto não é bem assim, e então, às vezes olham um bocadinho de lado e só depois quando integram e começam a ver o tipo de trabalho que é feito, é que começam de facto a gostar.”

No que concerne à promoção e frequência, por parte dos professores, de acções de formação relacionadas com a área da assistência de acção educativa, a entrevistada referiu que, só muito pontualmente isso acontece. O que já sucedeu foi a participação das alunas e de alguns professores, num programa de actividades organizado pelo Município.

Quanto ao recrutamento que efectuou dos professores que integraram este Conselho de Turma, a entrevistada refere que reacção inicial destes foi de algum cepticismo, passando gradualmente a acreditar no trabalho que realizam e a adoptar plenamente o papel que lhes foi atribuído. Sendo este um trabalho dirigido a um grupo alvo de alunos muito específico, torna-se indispensável por parte dos docentes, de um gosto e uma sensibilidade particulares, no que diz respeito ao acompanhamento académico e à formação pessoal dos seus discentes (Anexo 28).

### **Relações Colegiais e Clima de Escola**

A entrevistada frisou o facto deste Conselho de Turma funcionar em bloco, mobilizando-se como um todo na concretização de objectivos. Todos contribuem para a evolução do curso e se auxiliam mutuamente, ao contrário do que se observa regra geral no ensino regular, em que cada professor trabalha praticamente só para a sua disciplina.

“Tivemos é sempre em equipa de professores, aqui nós funcionamos muito nestes cursos, em bloco. É uma das coisas fantásticas que estes cursos têm, enquanto num curso regular os professores funcionam muito para a sua disciplina, e não para a disciplina do colega, aqui todos nós temos o mesmo objectivo, é um bloco, (...)”

Visto que esta escola já possui uma longa tradição ao nível do ensino profissional, os professores, na sua maioria, têm um conhecimento profundo do trabalho que aqui se desempenha, o que os motiva a integrar estes Conselhos de Turma e a adoptar novas regras e métodos de trabalho.

Particularmente, os professores deste Conselho de Turma, sentem-se motivados e satisfeitos por trabalhar com estas alunas, nestes moldes. O facto de alguns professores leccionarem mais que uma disciplina, torna este Conselho de Turma um grupo reduzido, facto este que propicia a comunicação e o estabelecimento de laços de entreaajuda entre os professores. O trabalho conjunto é constante, e as realizações são sempre interdisciplinares.

(Anexo 29)

## **Relações da Escola com a Comunidade**

No campo das parcerias entre esta escola e tecido empresarial da região, não estão estabelecidos protocolos que garantam lugares de estágio ou postos de trabalho a estas alunas. A entrevistada afirmou ser da sua responsabilidade o contacto com as instituições que acolhem as alunas em estágio, mas que estes são efectuados unicamente quando necessários, ou seja, quando esteja prevista a realização dos estágios no plano de cada curso. A escola já possui consolidada uma boa imagem, tornando conhecido o seu trabalho, facto que tem tornado as empresas receptivas ao acolhimento das alunas em estágios profissionalizantes.

As instituições contactadas para este efeito são tanto públicas como privadas e de solidariedade social. Verifica-se por parte da coordenadora a preocupação de conhecer as instituições antes de integrar as alunas nos seus estágios, averiguando se possuem os requisitos mínimos para que as suas alunas possam realizar um bom trabalho, ou seja, se têm condições físicas e humanas que possam contribuir para um bom desenvolvimento técnico e humano das estagiárias.

“Privadas e públicas. Umas e outras, nós não nos podemos dar muito ao luxo de arranjar muitas públicas porque também não há muitas aqui na zona, portanto vamos também às privadas, tentamos é que as instituições tenham garantias de trabalho efectivo com este tipo de alunos, ou seja, se eu vou a uma instituição e vejo que a instituição não tem condições, (até pode ter condições físicas), mas não tem condições humanas para trabalhar com estes alunos, eu aí, obviamente não deixo os meus alunos ali.”

A angariação de lugares para a realização destes estágios torna-se em algumas ocasiões dificultada pela concorrência de outras escolas localizadas noutros concelhos, que ocupam com os seus alunos os lugares pretendidos. Acontece por vezes, as instituições terem a possibilidade de oferecer uma

única vaga, sendo esta recusada pela escola, pois preferencialmente as alunas deverão ser integradas num número mínimo de dois, com o intuito de se apoiarem mutuamente.

Após o estágio, algumas alunas são contratadas por essas mesmas instituições. Regra geral, a imagem com que as empresas ficam das estagiárias é boa, não se tendo registado qualquer queixa ou irregularidade. O trabalho da escola, dos professores e particularmente das alunas tem sido bastante apreciado pelas instituições (Anexo 30).

### **Comentário à entrevista**

Desta entrevista poder-se-ão retirar algumas conclusões, nomeadamente quanto à seriedade com que este curso foi implementado: foram considerados dois factores fundamentais, a apetência dos alunos para explorarem esta área profissional e as necessidades reais da região ao nível de formação de técnicos especializados. Não se deu o caso de implementar este curso devido à existência de professores especializados neste campo. Os professores tiveram de se especializar de forma autodidacta, e aprofundar áreas como a psicologia, puericultura ou música, divergentes da sua formação inicial. Verificam-se também aqui os princípios descritos por Carlos Garcia (1999) no tocante à formação dos professores. Apesar da formação ser realizada por iniciativa dos próprios professores, não se recorrendo a formadores, esta encerra em si todos os factores enumerados pelo autor: A formação é um processo contínuo, consequência de processos de mudança, inovação e desenvolvimento curricular, frequentemente frutos/motores do desenvolvimento organizacional da escola. Existe na formação destes professores uma coerência entre as áreas abordadas por esta e os conteúdos académicos leccionados pelos professores. Esta situação de autodidatismo e impossibilidade de contratação de professores especializados para a leccionação de certas áreas disciplinares, corrobora e consolida um espírito vigente em muitas instituições nacionais, que consiste em recorrer a recursos próprios, muitas vezes inadequados, ao invés de se procurarem recursos especializados e mais eficientes. Do mesmo modo, as instalações e

equipamentos foram construídos e adaptados de forma voluntariosa por professores e alunos. A utilização de equipamentos não profissionais, pode indiciar amadorismo e pouco rigor no desempenho de determinada actividade. Não quer isto significar que com todo este trabalho conjunto, não se tenha conseguido algo de vital importância num contexto como é o escolar, como germinação de laços de cooperação entre professores e alunos.

Percebe-se ao longo e toda a entrevista, uma preocupação por parte da coordenadora em conhecer todas as suas alunas, tanto ao nível dos seus constrangimentos como das suas potencialidades. Carências financeiras e meio familiar são factores que vão muito além do que é aferível em ambiente de sala de aula, e que a entrevistada considera determinantes no percurso escolar de um aluno. Esta procura em conhecer os alunos, recolhendo o máximo de informação possível a respeito tanto do seu percurso escolar como da sua vida particular e familiar, é referida em (Coutinho, 1998) como essencial para que os professores os possam auxiliar nas suas dificuldades. A procura e criação de um ambiente humanamente correcto é uma constante, tanto na escola como nos estágios. A formação cívica é segundo a coordenadora, uma componente basilar destes cursos, que se destinam a jovens que se encontram a um passo de serem adultos. A criação de valores é uma das características apontadas por Costa, (1996) da escola como cultura.

Outro factor detectado nesta entrevista, é o de não terem sido ministrados cursos ou acções de formação relacionadas com a área, antes da implementação deste curso, do mesmo modo que não se efectuaram reciclagens ao longo de todo este tempo. Mais uma vez confirma-se a tendência autodidáctica destes professores. O ambiente de restrições financeiras em que estes professores trabalham, só poderá ser compensado pela satisfação de se obterem bons resultados, ou seja de terem contribuído para o sucesso de alunos que de outra forma não o obteriam. A autonomia das escolas depende em grande parte da alocação de recursos com vista à consecução de metas (Barroso, 1997). Este princípio de privação dos cursos dos recursos ideais para o seu funcionamento, obrigando os professores e alunos a um trabalho de “invenção” para compensar esta carência, vai contra o

disposto no *programa de reforço da autonomia das escolas*, em que no seu 3.º Princípio é referida a necessidade de fornecimento às escolas das condições necessárias para que estas exerçam a sua própria autonomia e no seu 6.º Princípio que assume que a autonomia das escolas tem custos e que estes têm de se traduzir em benefícios.

Outro ponto que poderá despertar alguma estranheza, é a inexistência de protocolos firmados entre a escola e empresas ou instituições locais. Os contactos são efectuados pela própria coordenadora, pontualmente, ou seja, quando se verifica a necessidade de colocar as alunas em estágio. As empresas aceitam as alunas, devido à boa reputação que a escola goza a este nível e não devido a uma ligação institucional da escola com sectores económicos da região. Também não existe uma ligação com o IEFP, de forma a facilitar a inserção das alunas na vida activa. Mais uma vez confirma-se que a escola não estabelece relações de parceria formal com organismos estatais ou particulares, existindo somente parcerias informais, pontuais e limitadas a projectos isolados, como são o caso dos estágios profissionalizantes realizados pelos alunos. Torna-se necessário contrariar este modelo de parceria, de forma a que se estabeleçam protocolos de vínculo prolongado com os vários agentes locais e empresariais, de modo a gerar um maior desenvolvimento (Rodrigues & Stoer, 1998).

### **Análise da entrevista ao Coordenador do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica (Anexo 31)**

#### **Capacitação dos alunos**

Questionado porque razão a escola decidira implementar o curso de Técnico de Electrónica, o entrevistado respondeu que foi devido ao facto de alguns alunos terem necessidades educativas, especificamente no secundário. Foi assim decidido implementar este curso, permitindo aos alunos a conclusão de um ciclo, o secundário e simultaneamente permitir uma saída profissional.

Quanto à importância que os Cursos de Educação e Formação têm no aumento da taxa de sucesso escolar, o entrevistado refere que se não fosse pela frequência deste tipo de cursos, muitos alunos entrariam em abandono escolar, sem terminarem o secundário. Do mesmo modo, em cursos de tipologias anteriores, alunos com várias retenções no sétimo ano, não chegariam a concluir o terceiro ciclo.

No que concerne à inserção na vida activa, estes alunos têm como incentivo a realização dos estágios, como já foi mencionado, muitas empresas acabam por empregar estagiários. Sendo estes alunos caracterizados por um evidente individualismo, torna-se pouco provável que se associem para criar as suas próprias empresas, tornando-se imprescindível antes de darem este passo, trabalharem alguns anos por conta de outrem, para poderem adquirir experiência profissional. A especificidade e complexidade desta actividade, obriga a uma longa prática profissional até se poder trabalhar autonomamente. O coordenador considera portanto desaconselhável, os alunos iniciarem a sua actividade profissional por conta própria, pois só o que se aprende na escola não é o suficiente (Anexo 27).

### **Gestão de recursos e financiamento dos Cursos de Educação e Formação**

Relativamente aos recursos físicos que foram atribuídos ao curso no ano da sua implementação, foram cedidos o laboratório, e a oficina utilizados em cursos tecnológicos anteriores e foi reconvertido o complexo de balneários de apoio às instalações desportivas desta escola, em oficina de mecânica.

No que se refere à posterior aquisição de equipamentos, o coordenador referiu que foram adquiridos multímetros e é regularmente comprado material de desgaste para a execução dos trabalhos dos alunos. O coordenador considera que o curso está bem equipado com instrumentos e ferramentas.

No tocante a verbas fornecidas para a manutenção e funcionamento deste curso, o docente afirmou desconhecer, pois quem se encarrega de realizar a gestão financeira dos cursos é o Conselho Executivo.

Questionado se a escola teve necessidade de aquisição de novos professores especializados nesta área profissional para leccionar algumas disciplinas da componente técnica, o entrevistado respondeu que todos os professores que compõem o Conselho de Turma, à exceção de dois, são do quadro desta escola. Todos detêm formação específica para leccionar neste curso, não tendo sido necessária qualquer formação adicional.

“(...) estamos a leccionar nestes cursos com os professores do quadro, neste momento estão dois professores que são contratados, mas que têm formação na área, nesta área.(...)”

Nós aqui, as disciplinas que leccionamos é só mesmo da... no caso específico do nosso curso é só mesmo da formação inicial.”

No que diz respeito ao recrutamento dos professores que constituem este Conselho de Turma, o entrevistado afirmou ter sido da responsabilidade do Conselho Executivo (Anexo 28).

### **Relações Colegiais e Clima de Escola**

Inquirido se os professores se sentem motivados a trabalhar neste tipo de cursos, o entrevistado afirmou ter existido num primeiro momento, um sentimento de incerteza, mas que se foi desvanecendo com o decorrer do seu trabalho. Passaram assim a gostar de trabalhar com esta turma e a ajudar os alunos com estas características.

“(...) em princípio há professores que não vêm à espera de miúdos com estas características, mas depois têm-se motivado e têm tentado ajudar os alunos.”

Quanto ao estabelecimento de relações de cooperação entre os professores, é mantido um trabalho conjunto entre os docentes das várias disciplinas, principalmente na elaboração de planos de trabalho e de manuais. Os alunos desenvolvem o seu trabalho exclusivamente nas aulas, sem o aprofundar em casa. A sobrecarga do seu horário, aliado à falta de hábitos de trabalho, obriga



a que toda a matéria seja fornecida em fichas de trabalho. Existe por parte dos professores a preocupação de ensinar os seus alunos a estudar, sendo as fichas uma ferramenta de trabalho indispensável.

No que diz respeito ao envolvimento dos professores na organização de actividades extra curriculares, este acontece principalmente na realização de visitas de estudo relacionadas com as várias disciplinas. O coordenador considera que as visitas de estudo constituem um bom meio para mostrar aos seus alunos a realidade profissional em que futuramente serão inseridos (Anexo 29).

### **Relações da Escola com a Comunidade**

No campo das parcerias entre esta escola e tecido empresarial da região, existe um relacionamento com várias empresas, que vão absorvendo os alunos na realização dos seus estágios. A maioria destas empresas situa-se no concelho onde está inserida esta escola, mas também já houve o caso de um aluno que estagiou numa firma situada em Lisboa. Os alunos são colocados a estagiar nas diferentes empresas conforme as suas características, evitando assim problemas de integração. Esta bolsa comporta empresas de diversas dimensões. Empresas pequenas mas estabelecidas há bastante tempo e com provas dadas no mercado, bem como empresas de grande dimensão, sendo exigível que em todos os casos que ofereçam aos seus empregados boas condições de trabalho, nomeadamente que efectuem os devidos descontos e seguros.

O coordenador comentou que inicialmente o trabalho de angariação de estágios era dificultado pelo facto de muitas empresas terem tido más experiências com estagiários de outras instituições. Actualmente esta tarefa está facilitada, pois as empresas já têm uma opinião formada a respeito da escola e particularmente deste curso. Os empresários apreciam o trabalho dos professores, relativamente ao acompanhamento que estes dão aos seus alunos durante o período de estágio. No final dos estágios tem sido frequente as empresas empregarem esses alunos, algumas pretendem mantê-los mas os

alunos recusam para poderem prosseguir estudos, enquanto que outras, apesar de desejarem manter a trabalhar esses alunos, não o podem fazer por impossibilidade financeira. Percebe-se assim, que os empresários ficam com uma boa impressão dos seus estagiários (Anexo 30).

“(...) houve assim alguma apreensão da parte deles em ter estagiários porque já tiveram alguma coisa que não correu bem, e depois com a convivência e depois mais tarde com a experiência prática, a coisa tem resultado.”

### **Comentário à entrevista**

Esta entrevista esclarece alguns pontos fundamentais para a realização desta investigação. No caso do curso de Técnico de Electrónica, foi aberto com o objectivo de que alunos com estas características específicas completassem a sua escolaridade com a conclusão do ensino secundário. Alunos desmotivados ou que previamente tivessem abandonado a escolaridade, tiveram neste curso a oportunidade de complementar a sua formação académica. Percebe-se que com a abertura deste curso se tomou partido de certas capacidades dos seus alunos para que estes conseguissem desenvolver as competências previstas na LBSE para o ensino secundário. Seleccionando áreas curriculares coerentes com as aptidões dos alunos, está-se a aumentar as probabilidades de sucesso destes. A escola ao assumir que os seus alunos possuem estilos de aprendizagem diferentes, e reportando-nos à Teoria das Inteligências Múltiplas (Gardner, 1995), que detêm mais aptidões nuns campos do que noutros, e optando por implementar políticas e estratégias conducentes ao sucesso dos seus alunos, estará consequentemente a aumentar a sua eficácia.

Os recursos postos à disposição para o funcionamento deste curso já existiam, desde as salas a algum equipamento, passando pelos recursos humanos. Relativamente aos recursos físicos, foram adquiridos no passado para servir os cursos tecnológicos da altura. No que se refere aos recursos humanos, constata-se que os professores da componente técnica, a maioria pertencente ao quadro e já tendo leccionado esses cursos, agora extintos, são detentores

de formação específica nesta área, sendo que dois deles trabalharam, antes de iniciarem a sua carreira docente, em empresas relacionadas com a indústria da electrónica. Seria portanto desnecessária qualquer formação complementar para estes poderem melhor exercer a docência.

Percebe-se que os docentes têm um conhecimento profundo relativo à forma como as empresas desta área funcionam; as dificuldades e problemas com que os técnicos se deparam no quotidiano, a forma de gestão da produção e outros factores constrangedores, fazem com que os professores não criem nos seus alunos, expectativas irreais no que se refere ao seu futuro profissional, desaconselhando-os de se iniciarem por conta própria.

Verifica-se não existirem protocolos com empresas, oficializados pela escola, com o objectivo de se garantirem lugares de estágio para os alunos, e sua posterior colocação. De igual modo, não existe nenhuma parceria com o IEFP com o intuito de facilitar a obtenção de emprego para os alunos finalistas. A confirmação constante de que não se efectuam parcerias formais deverá ser devida à fraca tradição que o partenariado regista em Portugal (Rodrigues & Stoer, 1998).

### **Análise e comentário das entrevistas aos Directores de Turma**

Do mesmo modo que no bloco de entrevistas analisados anteriormente, as entrevistas aplicadas aos directores das duas turmas dos cursos em estudo, serão analisadas e comentadas separadamente.

## **Análise da entrevista à Directora de Turma do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa (Anexo 32)**

### **Relações Colegiais e Clima de Escola**

A entrevistada após questionada se o seu Conselho de Turma se tem mantido estável desde a implementação do curso, respondeu que têm saído alguns professores que não eram do quadro, o corpo docente tem portanto variado. Quanto às dificuldades sentida por estes, estão relacionadas com a carga horária excessiva, falta de formação especificamente desta área profissional e pela escassez de manuais para a preparação de materiais didácticos. Frequentemente os professores têm de se deslocar a livrarias e bibliotecas para consultar e adquirir obras para a elaboração destas fichas.

“Olha, a carga horária imensa, para alguns a falta de formação, e de formação específica na área mesmo, falta de materiais também, em algumas situações as pessoas não têm o material necessário no Centro de Recursos Educativos (CRE), então têm de pesquisar, têm de ir ver às livrarias da concorrência, como se costuma dizer, portanto a preparação de materiais.”

Quanto ao estabelecimento de relações de cooperação entre os professores deste Conselho de Turma, a Directora de Turma respondeu que o diálogo entre eles é permanente, não só nas reuniões mas também nos intervalos. São constantes as conversas sobre as realizações da turma, partilhando-se opiniões e saberes.

Inquirida se os professores se sentem motivados a trabalhar neste tipo de cursos, a entrevistada respondeu afirmativamente

No que diz respeito ao envolvimento dos professores na organização de actividades extra curriculares, estas resumem-se às visitas de estudo. Torna-se impraticável a frequência a clubes devido ao vasto horário das alunas; as aulas prolongam-se todos os dias até às 17.00 horas, o que impossibilita qualquer actividade para além dessa hora (Anexo 33).

## **Capacitação dos alunos**

Quanto à adequação do desenho curricular aos alunos a que se destina, a Directora de Turma afirmou existirem demasiadas disciplinas, com programas muito extensos e com conteúdos desajustados. A agravar a situação, a carga horária é considerada excessiva, o que não ajuda as alunas a investirem algum tempo em estudo fora do seu horário escolar.

“(…) há conteúdos que estão desajustados, são muito extensos para a carga horária delas também que acaba por ser muito extensa, e nalguns casos é complicado, quer leccionar, quer ser aluno e receber esses conteúdos todos. “

De acordo com a opinião da Directora de Turma, estas alunas não possuem grandes aptidões cognitivas, não têm capacidade para gerir o seu tempo de estudo e não têm hábitos de trabalho.

A entrevistada considera fundamental o trabalho realizado pela coordenadora do curso e pelo Conselho Executivo no sentido de motivar as alunas a adoptar a filosofia deste curso. A consolidar este espírito de trabalho está o facto das alunas terem já frequentado Cursos de Educação e Formação, detendo assim toda a informação a respeito deste tipo de cursos. Quanto á adesão por parte das alunas às actividades propostas pelos docentes, depende do tipo de disciplina. Em disciplinas mais teóricas observa-se uma maior renitência em participar, enquanto que nas de índole mais prática, nota-se uma maior vontade de participação. Em qualquer caso, existe a preocupação dos professores em respeitar o ritmo de trabalho de cada aluna.

Respeitante à facilidade de entrada na vida activa a entrevistada afirmou só um pequeno número de alunas se encontra a trabalhar nesta área profissional. No entanto, a escola está a mobilizar esforços para implementar neste curso uma disciplina relacionada com empreendedorismo, de modo a motivar e fornecer às alunas todas as indicações para a formação das suas próprias empresa.

“Sinceramente não acredito que arranjem facilmente emprego. A experiência que eu tenho é que uma ou duas alunas por turma consegue de facto arranjar emprego na área,  
(...) estamos a tentar que haja uma disciplina que tenha a ver com empreendedorismo e criar nelas o espírito de criarem elas a sua micro empresa. Para já não há nenhuma que se tivesse instalado, (...)”

Quanto contributo que os Cursos de Educação e Formação têm no aumento da taxa de sucesso escolar, a Directora de Turma respondeu ser positivo (Anexo 34).

### **Relações Aluno / Escola**

O incentivo que os professores dão às alunas para participarem em actividades abertas à comunidade escolar, nomeadamente durante a Semana das Escola, resulta na divulgação do trabalho que elas executam durante o ano. Consequentemente, as alunas vão estreitando relações com os restantes actores educativos e com os demais colegas. A relação que estabelecem entre si é a que mais provavelmente ocorre no seio de um grupo de quinze raparigas, caracterizada por alguns atritos, devido a uma natural concorrência pela liderança da turma. A relação delas com os professores é a melhor possível. As actividades promovidas pelas alunas têm constado de apresentações do curso e animações de tempos livres abertas a outras escolas. Este ano a turma não tem organizado tantas actividades como em anos anteriores (Anexo 35).

### **Inter relações Escola/Família**

Questionada sobre o envolvimento dos encarregados de educação no percurso escolar dos seus educandos, a inquirida respondeu que a grande maioria apoia os alunos, comparece à escola quando convocados e interessam-se pelo seu sucesso. Em geral, são pessoas que exigem disciplina e trabalho dos seus educandos, confiando e apoiando os professores (Anexo 36).

## **Comentário à entrevista**

Nesta turma observam-se alguns constrangimentos à actividade lectiva, nomeadamente a falta de estabilidade docente que ao longo do tempo de existência deste curso se tem repercutido no trabalho realizado pelo Conselho de Turma. Detectou-se que os professores sentem como maiores dificuldades a falta de formação na área da Assistência de Acção Educativa, a falta de manuais didácticos e a excessiva carga horária. De facto, para que a escola exerça plenamente a sua autonomia, existe um conjunto de condições que devem ser satisfeitas, nomeadamente o respeito pela complexidade das funções dos docentes, sobretudo no que concerne à especificidade da sua formação e consequente produção de meios didácticos, organização pedagógica e métodos de ensino (Barroso, 1997).

Outros constrangimentos manifestam-se ao nível pedagógico, mais precisamente em relação ao desenho curricular deste curso. Existe um grande número de disciplinas, cujos conteúdos não estão direccionados a estas alunas com este tipo de características.

As alunas têm uma aptidão maior por actividades de índole mais prática e observa-se uma predominância de disciplinas teóricas. Devido a este facto e aliado à sobrecarga horária, as alunas não têm motivação para investir algum tempo de estudo em casa. A escola tenta colmatar estas condicionantes elaborando fichas de trabalho utilizadas em contexto de sala de aula, tenta motivar as alunas para a filosofia destes cursos por via da sua participação em actividades abertas à restante comunidade educativa, e na organização de visitas de estudo.

De acordo com a opinião da Directora de Turma, os encarregados de educação desempenham igualmente um trabalho apreciável, acompanhando as suas educandas e apoiando os professores. O trabalho dos encarregados de educação no acompanhamento das tarefas escolares dos seus educandos é segundo Epstein, (1995) fundamental. O auxílio que os pais possam dar na realização dos trabalhos dos seus filhos,

reveste-se da maior importância, pois, segundo o autor, é em casa que o aluno realiza um maior número de aprendizagens.

### **Análise da entrevista ao Director de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica (Anexo 37)**

#### **Relações Colegiais e Clima de Escola**

O entrevistado tendo sido questionado se o seu Conselho de Turma se tem mantido estável desde a implementação do curso, respondeu afirmativamente, tendo variado só um ou outro docente. Quanto aos constrangimentos que estes sentem ao desempenhar as suas funções, resumem-se à difícil obtenção de manuais adequados a estes alunos.

Quanto ao estabelecimento de relações de cooperação entre os professores, é mantido um trabalho conjunto entre os docentes das várias disciplinas, principalmente na elaboração de planos de trabalho e de manuais. Os alunos desenvolvem o seu trabalho exclusivamente nas aulas, sem o aprofundar em casa. A sobrecarga do seu horário, aliado à falta de hábitos de trabalho, obriga a que toda a matéria seja fornecida em fichas de trabalho. Existe por parte dos professores a preocupação de ensinar os seus alunos a estudar, sendo as fichas uma ferramenta de trabalho indispensável.

Inquirido se os professores se sentem motivados a trabalhar neste tipo de cursos, o entrevistado afirmou ter existido num primeiro momento, um sentimento de incerteza, mas que se foi desvanecendo com o decorrer do seu trabalho. Passam assim a gostar de trabalhar com a turma e a ajudar os alunos com estas características.

No que diz respeito ao envolvimento dos professores na organização de actividades extra curriculares, este acontece principalmente na realização de visitas de estudo relacionadas com as várias disciplinas. O Director de Turma considera que as visitas de estudo constituem um bom meio para mostrar aos



seus alunos a realidade profissional em que futuramente serão inseridos (Anexo 33).

### **Capacitação dos alunos**

Quanto à adequação do desenho curricular aos alunos a que se destina, o coordenador fez somente referência à realidade das disciplinas da componente técnica, frisando que os programas provêm dos manuais do IEFP, ligeiramente adaptados, pois os formandos dos cursos daquele organismo possuem um perfil diferente dos alunos deste curso. Na generalidade, os conteúdos leccionados nas várias disciplinas estão coadunados com os alunos a que se destinam.

“(...) estes cursos dos CEF(s) estão, fundamentalmente a parte técnica é feita pelo IEFP e para funcionarem nestas escolas, às vezes têm de levar adaptações.”

Relativamente à carga horária do curso, é elevada, não permitindo que os alunos trabalhem em casa.

“A carga horária não deixa muito tempo para trabalhos em casa ou até mesmo para eles estudarem, (...)”

As dificuldades que estes alunos apresentam, são principalmente cognitivas. A maioria dos alunos teve ao longo do seu percurso escolar várias retenções. Aliado a este factor, está a falta de hábitos de trabalho, tornando-se assim difícil a tarefa de os motivar para os conteúdos leccionados, caracterizados por alguma complexidade e profundidade científica.

Questionado se os alunos conhecem e adoptam a filosofia deste curso, o entrevistado respondeu que alguns adoptam, enquanto que outros têm somente como meta a conclusão do curso e a consequente equivalência ao 12º ano. Alguns destes alunos nem sequer têm interesse em seguir esta área profissional. Os professores têm de fazer um esforço suplementar para motivar

os seus alunos, sobretudo nas disciplinas mais teóricas. Quando o trabalho é suportado por uma base teórica, os alunos demonstram maior dificuldade em aderir às actividades propostas. Quanto à relação que estabelecem entre si e com os restantes actores educativos, tem sido boa. São porém alunos com um temperamento bastante individualista, não tendo por hábito organizar actividades abertas à restante comunidade educativa.

No que concerne à inserção na vida activa, estes alunos têm como incentivo a realização dos estágios, muitas empresas acabam por empregar estagiários. Sendo estes alunos caracterizados por um evidente individualismo, torna-se pouco provável que se associem para criar as suas próprias empresas, tornando-se imprescindível antes de darem este passo, trabalharem alguns anos por conta de outrem, para poderem adquirir experiência profissional. A especificidade e complexidade desta actividade, obriga a uma longa prática profissional até se poder trabalhar autonomamente. O coordenador considera portanto desaconselhável, os alunos iniciarem a sua actividade profissional por conta própria, pois só o que se aprende na escola não é o suficiente.

Segundo o Director de Turma, os Cursos de Educação e Formação têm contribuído para o aumento da taxa de sucesso escolar, pois que se não fosse pela frequência deste tipo de cursos, muitos alunos entrariam em abandono escolar sem terminarem o secundário. Do mesmo modo, em cursos de tipologias anteriores, alunos com várias retenções no sétimo ano, não chegariam a concluir o terceiro ciclo (Anexo 34).

### **Inter relações Escola/Família**

No que toca ao acompanhamento dado pelos encarregados de educação aos seus educandos, o entrevistado referiu que uma grande parte dos alunos é encarregado de educação de si próprio e que dos restantes só uma parte comparece à escola quando convocado. São sempre os mesmos encarregados de educação a demonstrar preocupação pelo percurso escolar dos seus educandos (Anexo 36).

## Comentário à entrevista

Analisando esta entrevista, poder-se-ão tirar algumas conclusões. No que se refere à estabilidade docente do Conselho de Turma deste curso, é de facto efectiva, já que ao longo de toda a sua existência, foram poucos os docentes que variaram. Pelas declarações do Director de Turma, os docentes convidados para integrar este Conselho de Turma, receberam esta incumbência com alguma desconfiança relativamente aos alunos da turma, sentimento que se foi esbatendo ao longo do tempo. Percebe-se haver um preconceito generalizado por parte dos professores, em relação aos alunos que frequentam este tipo de cursos.

Os professores da turma estabelecem relações colegiais espontâneas, sobretudo na realização de fichas de trabalho e manuais. Este facto deve-se à total inexistência de manuais escolares, já que os programas são emanados pelo IEFP, embora adaptados aos alunos em questão. Constata-se pela recorrência de declarações semelhantes que existe uma relação estreita entre o estabelecimento de relações colegiais e a presença de constrangimentos ao nível da aquisição de recursos e da necessidade de formação manifestada pelos professores. O exercício da profissão docente, cujo propósito é a formação de jovens cidadãos aptos a representar condignamente um papel na sociedade, exercício este condicionado pelos constrangimentos já referidos, gera nos professores um sentimento de *missão* (Hargreaves, 1998) que os interliga, consolidando o estabelecimento de relações de colaboração.

Questionado sobre a adequação dos conteúdos leccionados a estes alunos, o coordenador refere-se somente às disciplinas da componente técnica, não fazendo nenhuma menção às disciplinas humanísticas, indiciando uma certa sectarização relativamente às áreas disciplinares. A pouca clareza em certas declarações do entrevistado relativas a colegas ou grupos de colegas de outras áreas, indicia a existência de resistências ou ligeiros atritos entre professores de diferentes áreas disciplinares, reflectindo o ponto de vista da escola como arena política (Costa, 1996).

As dificuldades detectadas nos alunos são na generalidade de índole cognitiva e de gestão do seu tempo e organização do trabalho. As visitas de estudo servem como motivação para que terminem o curso, realizem o seu estágio e se insiram na vida activa. Os docentes desencorajam vivamente os seus alunos a iniciarem-se profissionalmente por conta própria, visto o trabalho nesta área ser muito complexo e de grande responsabilidade, exigindo uma aprendizagem, fruto de uma longa prática laboral.

Esta entrevista denuncia a ausência de protocolos institucionalizados entre a escola e as empresas, garantindo colocações de alunos em estágio e consequentemente na vida activa. Do mesmo modo, o IEPF encontra-se desligado da escola, não existindo uma política integrada entre ensino e emprego. Mais uma vez se confirma a inexistência de uma política de partenariado implementada nos organismos estatais.

Quanto ao acompanhamento e apoio dos encarregados de educação aos seus educandos, percebe-se algum desprendimento da parte destes, pois metade dos alunos são encarregados deles próprios e dos que não são, só um pequeno número é que comparece à escola para se inteirar do percurso académico dos seus educandos. Em grande parte dos casos, o facto de os encarregados de educação possuírem uma escolarização precária, inibe-os de se deslocarem à escola, tanto comparecendo a reuniões marcadas pelo Director de Turma, como espontaneamente para se inteirarem do percurso escolar dos seus educandos (Sá, 2004).

### **5.6.3. Análise e comentário dos inquéritos**

#### **Análise e comentário do inquérito aos docentes**

##### **Análise e Comentário ao Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos docentes do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica (Anexo 4)**

O inquérito por questionário aplicado aos docentes de ambos os cursos em estudo é aqui analisado em separado. Assim, passa-se a fazer uma pequena caracterização dos docentes de cada curso, seguido da análise dos dados obtidos e consequente comentário.

##### **Caracterização dos docentes dos Conselhos de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica**

O Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa é composto por seis professores do sexo feminino e três do sexo masculino, sendo que a componente tecnológica é assegurada por professores do sexo feminino. Os professores situam-se na faixa etária dos trinta e cinco e quarenta e quatro anos, sendo que possuem entre dez e trinta anos de serviço. Os professores possuem na totalidade o grau académico de licenciado.

Os professores que fazem parte do Conselho de Turma do Curso de Técnico de Electrónica, têm entre os vinte e cinco e os quarenta e cinco anos de idade, sendo que três são do sexo feminino e cinco do sexo masculino. Neste caso são os homens que leccionam as disciplinas da componente tecnológica. Relativamente à sua experiência de leccionação, tanto existem professores

com menos de dez anos de tempo de serviço, como professores com mais de trinta anos de profissão.

À excepção de um professor que possui o grau de bacharel, todos os outros são licenciados.

### **Análise ao Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos docentes do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

#### **Capacitação dos alunos**

Analisando os resultados obtidos nas respostas a este questionário, percebe-se que os professores de ambos os cursos divergem em opinião quando questionados se os alunos que se matriculam em Cursos de Educação e Formação se encontram cientes de em que é que estes consistem. Metade das respostas pende para o SIM e outra metade para o NÃO. Por outro lado, todos os respondentes se manifestam seguros de que os alunos que se matricularam nestes cursos gostam de os frequentar.

Os professores mostraram-se unânimes no que concerne às representações que fazem dos seus alunos relativamente ao seu desempenho escolar, ou seja, na generalidade os alunos que optam por integrar este tipo de cursos têm menos aptidões para estudar, do que os que seguem o ensino regular. Já quanto á postura na escola assumida pelos discentes antes de integrar estes cursos, as opiniões dos professores dividem-se: enquanto que no caso dos professores do curso de Assistente de Acção Educativa, metade dos respondentes afirma que este tipo de alunos assumia frequentemente comportamentos desadequados no contexto da escola, a outra metade contraria esta opinião. No caso dos professores do curso de Técnico de Electrónica, metade considera que o comportamento destes alunos era desadequado e a outra metade divide-se entre a opinião contrária e o desconhecimento.

Quanto à ideia que os professores têm da relação que os alunos estabelecem entre si, os do curso de Assistente de Acção Educativa consideram na sua maioria que não é uma relação muito afável, já a totalidade dos professores do curso de Técnico de Electrónica considera que é boa. Unâнимes são os respondentes quanto à relação que os alunos estabelecem com os professores, considerando-a boa.

Relativamente às expectativas que os docentes depositam no futuro académico e profissional dos alunos, observa-se o seguinte: relativamente à probabilidade de continuação de estudos da generalidade dos alunos após a conclusão do curso que actualmente frequentam, somente metade dos professores do curso de Assistente de Acção Educativa crêem existir, apesar de acharem que seria vantajosa um prolongamento da sua escolaridade. Peremptórios são os docentes do curso de Técnico de Electrónica que consideram que os alunos não têm pretensão de continuar a estudar, nem antevêem existir alguma vantagem se isso acontecer. No que se refere à profissão abraçada pelos alunos depois de terminarem o seu curso, os professores do curso de Assistente de Acção Educativa dispersam a sua opinião, não esperando que estes venham a desempenhar funções num emprego relacionado com o curso que frequentaram. Mais optimistas são os professores do curso de Técnico de Electrónica esperando que os alunos venham a exercer na área profissional que estudaram. Todos os professores encaram o estágio curricular realizado pelos seus alunos como uma porta de entrada para a vida activa (Anexo 38).

### **Envolvimento dos Professores nos Cursos de Educação e Formação**

Num segundo momento pretendeu-se perceber se os professores conhecem em profundidade os cursos que leccionam, aferindo o seu nível de envolvimento nestes. Deste modo questionados sobre as diferenças existentes entre os cursos de educação e formação e o ensino regular, a grande maioria responder conhecer. O mesmo índice de certezas verificou-se em relação aos cursos homólogos ministrados na escola em questão.

No tocante aos métodos de selecção a que os alunos são sujeitos com vista a serem integrados nos cursos educação e formação estudados, tanto no caso dos professores do curso de Assistente de Acção Educativa como no caso dos professores do curso de Técnico de Electrónica, só metade mostraram ser conhecedores destes métodos, acreditando que sejam os mais adequados.

Em termos de organização pedagógica e curricular de ambos os cursos, a maioria dos professores mostrou-se favorável quanto à adequação e utilidade dos conteúdos leccionados nas suas disciplinas. No que se refere à carga horária a que os alunos estão sujeitos, os professores do curso de Assistente de Acção Educativa afirmam maioritariamente ser desajustada, contrariamente aos seus colegas do curso de Técnico de Electrónica que a consideram correcta.

Questionados acerca dos apoios estatais dados a estes cursos para o seu funcionamento, a maioria dos professores pensa serem insuficientes, enquanto que os restantes respondentes demonstram não possuir informação a este respeito (Anexo 39).

### **Inter acções Escola/CEF**

Em relação ao conjunto de interacções estabelecidas entre a escola e os Cursos de Educação e Formação, percebeu-se através deste questionário que os professores em uníssono consideram os cursos em questão como sendo algo que assume grande importância tanto no contexto escolar como a título pessoal. O clima de escola é na opinião de todos os professores um factor a ter em conta na gestão dos cursos. Assim, as relações colegiais estabelecidas entre os professores são fundamentais para o bom funcionamento destes cursos.

A maior parte dos inquiridos sente não existirem contrapartidas ao leccionar em Cursos de Educação e Formação, por exemplo em relação à atribuição de horários.



No que se refere à qualidade das instalações e equipamentos postos à disposição dos cursos, a maior parte dos professores de ambos os cursos considera-a boa. Já em relação à competência e formação específica dos professores para leccionar neste tipo de cursos, as opiniões dividem-se: se metade dos professores do curso de Assistente de Acção Educativa assume que existe essa competência e formação a outra metade não. Já os professores do curso de Técnico de Electrónica reconhecem estar bem preparados científica e pedagogicamente para exercerem as suas funções. Os auxiliares de acção educativa são vistos pelos professores do curso de Assistente de Acção Educativa como não tendo preparação para dar apoio a estes cursos, enquanto que a maioria dos professores do curso de Técnico de Electrónica não tem opinião formada a este respeito.

Reflectindo sobre a integração e interligação da escola no meio sócio económico e tecido empresarial da região, perguntou-se aos professores se os cursos em que leccionam estão de acordo com as actividades económicas locais. Estes responderam afirmativamente, reforçando esta ideia na questão em que se perguntava se existem saídas profissionais para os alunos destes cursos, na região (Anexo 40).

### **Inter acções Escola/Família**

Ao nível dos mecanismos de comunicação entre a escola e a família, os docentes são unânimes quanto à eficiência dos directores de turma relativamente ao envio de informação aos encarregados de educação, no que respeita ao desempenho escolar dos seus educandos. Os professores do curso de Técnico de Electrónica são mais cépticos que os seus congénere do curso de Assistente de Acção Educativa no que se refere à existência de uma comunicação efectiva entre a escola e a família (Anexo 41).

## **Inter acções Escola/Comunidade**

Quanto ao contributo das empresas e instituições locais na formação dos alunos, a grande parte dos professores considerou que estas se encontram receptivas a fornecer-lhes lugares de estágio.

No que diz respeito a apoios camarários para o funcionamento dos Cursos de Educação e Formação, metade dos docentes do curso de Assistente de Acção Educativa acredita existirem, a outra metade ignora a sua existência. Os professores do curso de Técnico de Electrónica, maioritariamente desconhecem a existência de tais apoios ou crê não existirem (Anexo 42).

## **Comentário ao Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos docentes do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

Da análise deste questionário pode-se concluir a existência de diferenças de percepção da realidade dos cursos, das representações que os professores fazem dos alunos, das expectativas depositadas no seu futuro académico e profissional, quer por parte dos professores do curso de Assistente de Acção Educativa, quer dos professores do curso de Técnico de Electrónica.

Sendo a profissão de Assistente de Acção Educativa uma actividade de índole social, em que no caso deste curso a componente curricular humanística assume um peso preponderante, justifica o facto dos docentes considerarem vantajoso um posterior complemento de formação. Em oposição, a actividade de Técnico de Electrónica, puramente tecnológica, objectiva e rigorosa, cuja componente técnica é assegurada por docentes que anteriormente exerceram a profissão, não exige o prosseguimento de estudos, fornecendo a escola todo o *knowhow* necessário para um início de carreira. Neste caso, os docentes consideram a prática laboral quotidiana a melhor forma para se evoluir e aperfeiçoar nesta profissão, devendo os alunos iniciarem a sua vida activa logo que concluem o curso.

Semelhante é a opinião que os professores de ambos os cursos partilham acerca da motivação que os alunos têm perante os estudos. Antes de integrarem os cursos de Educação e Formação, observava-se que os alunos não obtinham resultados satisfatórios, entrando em muitos casos em abandono escolar, enquanto que actualmente os alunos se sentem realizados e cumprem as tarefas que lhes são propostas.

Paralelamente ao aproveitamento, o comportamento desadequado em contexto de sala de aula era uma realidade antes da integração destes alunos nos cursos em estudo. Os alunos ao terem a oportunidade de escolherem uma área de estudos do seu agrado, sentem-se motivados a realizar e concluir um ciclo de ensino, adquirindo mais facilmente competências tecnológicas, sociais e relacionais, que de outra forma seria improvável. O ensino dos conteúdos é gerido conforme as aptidões que os alunos mais manifestam, conseguindo-se assim motiva-los para outras áreas das quais não sentem tanta facilidade (Gardner, 1995).

Constata-se que existe por parte dos docentes de um grande envolvimento nos cursos que leccionam. O trabalho colaborativo é uma realidade na concepção ou adaptação dos currícula e realização de materiais de trabalho. Novamente é confirmado que o estabelecimento de relações colegiais potencia o desenvolvimento das competências dos professores, devido em parte à partilha de saberes adquiridos ao longo das suas carreiras, bem como nas suas formações iniciais. O desenvolvimento profissional dos professores gera consequentemente o desenvolvimento e eficácia das escolas (Hargreaves, 1998).

Na generalidade, os docentes consideram que os conteúdos leccionados são adequados ao tipo de alunos observados, havendo diferenças de opinião quanto á carga horária praticada nestes cursos, sendo que os professores do curso de Técnico de Electrónica a acham adequada.

Percebe-se pela análise deste questionário que alguns dos professores do curso de Assistente de Acção Educativa sentem a necessidade de formação

nesta área para melhor leccionarem as suas disciplinas. A formação ao longo da vida é cada vez mais uma necessidade, pois as exigências de qualidade estão cada vez mais presentes na área da educação. Apesar do contexto educativo nacional não se identificar com o movimento das escolas eficazes, verifica-se que mercado assume-se já como agente regulador, sendo a formação dos professores um factor determinante na excelência das escolas (Barroso, 1996). Em relação aos professores do curso de Técnico de Electrónica, não se sente que exista esta necessidade de formação pois não há qualquer diferença entre a área das suas formações iniciais e as áreas das disciplinas que leccionam.

Os auxiliares de acção educativa são vistos pelos docentes como actores secundários no processo de ensino e aprendizagem dos alunos destes cursos.

Quanto a recursos físicos, ambos os cursos encontram-se bem apetrechados. Os professores manifestam algum desconhecimento no que se refere a apoios financeiros estatais ou camarários, inferindo-se que estes não sejam consultados na gestão dos cursos. Este alheamento ou desconhecimento relacionado com a gestão da escola, demonstra que os estabelecimentos de ensino também são geridos, em determinadas áreas, como empresas (Costa, 1996). Percebe-se a atribuição de tarefas específicas a cada órgão de gestão, seja ele de topo ou intermédia.

A relativa facilidade de angariação dos estágios para os alunos por parte dos coordenadores de curso poderá ser consequência de estes cursos estarem de acordo com as necessidades de mão-de-obra qualificada da região. Este facto, aliado ao gosto demonstrado por estes alunos na frequência destes cursos, explica as expectativas optimistas de grande parte dos professores, relativamente ao futuro profissional dos seus alunos.

Importante é o esforço dos Directores de Turma para manter informados os encarregados de educação, no que concerne ao percurso escolar dos seus educandos, aliás, a realização destes contactos fazem parte das atribuições inerentes ao cargo de Director de Turma (Coutinho, 1998). Reforçando esta

ideia, Sá, (2004) refere que a escola tem por obrigação, na pessoa do Director de Turma, convocar os encarregados de educação para reuniões conjuntas ou particulares, com vista a fornecer informação a respeito do aproveitamento, comportamento, assiduidade, eventos a realizar na escola ou outros temas como saídas profissionais, dos seus educandos. Menor interesse é demonstrado pelos próprios encarregados de educação no acompanhamento aos seus educandos, sobretudo os dos alunos do curso de Técnico de Electrónica.

### **Análise e comentário do inquérito aos Encarregados de Educação.**

#### **Análise e Comentário ao Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos Encarregados de Educação dos alunos dos CEF(s) estudados**

O inquérito por questionário aplicado aos encarregados de educação dos alunos matriculados nos cursos foi igualmente aplicado aos alunos que assumem a responsabilidade pelo seu percurso escolar. A estes foi pedido que respondessem ao inquérito dos alunos e simultaneamente a este mesmo inquérito. Assim, passa-se numa primeira fase a fazer uma caracterização sumária dos encarregados de educação, seguido da análise dos dados obtidos e consequente comentário.

#### **Caracterização dos Encarregados de Educação dos alunos matriculados no Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e no Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

Como já foi anteriormente referido, os encarregados de educação preencheram neste questionário um primeiro bloco de questões de apresentação utilizado aqui para elaborar uma pequena caracterização destes. Assim, as informações recolhidas indicaram o seguinte:

Dos vinte e um inquiridos, sete têm menos de vinte e nove anos, sendo que seis assumem as responsabilidades da sua própria educação, pertencendo na

totalidade ao curso de Técnico de Electrónica. Dois, têm idades compreendidas entre os trinta e cinco e os trinta e nove anos, outros dois entre os quarenta e os quarenta e quatro anos, sendo que o maior número de inquiridos, (dez), têm mais de quarenta e cinco anos. Quanto a género, doze inquiridos são do sexo feminino e nove do sexo masculino, sendo que onze são mães dos alunos, dois são pais e outros dois cujo grau de parentesco não foi mencionado.

Os encarregados de educação possuem na sua maioria o nono ano de escolaridade, (onze), seguindo-se cinco com o primeiro ciclo, três com o segundo ciclo, um com o décimo segundo ano de escolaridade e um habilitado com um curso superior.

As profissões desempenhadas por estes intervenientes no processo educativo dos alunos pertencem todas ao sector Terciário, encimadas pela actividade de estudante, representada pelos próprios alunos, seguida da actividade de doméstica, exercida por cinco das onze mães. Todos os outros trabalham à excepção de um que se encontra desempregado. As profissões identificadas são: Ajudante de Cozinha, Maquinista Naval, Militar, Operador de Caixa, Funcionário Público, Cantoneiro de Limpezas, Vendedor, Telefonista e Esteticista.

### **Análise ao Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos Encarregados de Educação dos alunos matriculados no Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e no Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

#### **Capacitação dos alunos**

A análise a este inquérito por questionário revela que, dos vinte e um inquiridos, vinte declarou que o seu educando se matriculou no curso que actualmente frequenta de livre vontade. O mesmo número de inquiridos refere que o seu educando sente-se realizado a frequentar o seu curso. Quanto ao que os encarregados de educação pensam ser o objectivo dos seus educandos no campo académico, oito acredita que continuarão a estudar após a

conclusão do curso, outros oito pensaram o contrário e os restantes cinco ignoram por completo qual a vontade dos seus educandos. Questionados se desejariam que os seus educandos continuassem os estudos, a grande maioria, dezasseis, respondeu afirmativamente. No que respeita à profissão que os alunos que concluírem estes cursos irão exercer futuramente, a maior parte dos encarregados de educação espera que esteja de acordo com a área profissional que aprofundaram na escola.

Reflectindo sobre o passado escolar dos seus educandos, os encarregados de educação foram questionados se estes se sentiam motivados para estudar ainda quando frequentavam o ensino regular. Os inquiridos não foram muito esclarecedores, sendo que onze responderam não saber, cinco responderam que sim e outros cinco que não. Já em relação ao comportamento, pouco mais de metade dos encarregados de educação, onze, denunciaram desadequações comportamentais por parte dos seus educandos no decorrer das actividades lectivas, enquanto que todos os outros demonstraram não possuir informação a este respeito. No entanto, a quase totalidade dos encarregados de educação inquiridos afirma que actualmente os seus educandos estabelecem uma boa relação com os demais colegas (Anexo 43).

### **Inter acções Escola/Família**

Todos os encarregados de educação demonstraram conhecer o âmbito do Curso de Educação e Formação frequentado pelo seu educando, sabendo a distinção entre esta via de ensino e a regular. Nove encarregados de educação consideram este tipo de ensino mais individualizado que o ensino regular, outros nove demonstraram opinião contrária enquanto que os restantes três mostraram desconhecimento relativamente a este assunto. Inquiridos acerca da carga horária praticada nestes cursos, oito dos respondentes manifestaram ser adequada, enquanto que os restantes treze consideram-na incorrecta.

Os estágios curriculares realizados pelos alunos no final dos cursos são considerados unanimemente como uma boa porta de entrada para a vida activa. A quase totalidade dos inquiridos, vinte, considera eficiente a comunicação entre a escola e a família, sendo que dezassete confirmam

receber regularmente informação acerca do percurso escolar dos seus educandos (Anexo 44).

### **Relação Família/Meio**

No que respeita ao local de residência, a maioria dos inquiridos sente-se satisfeito, pretendendo continuar a morar no mesmo local. Cerca de dois terços dos encarregados de educação trabalha próximo da sua residência.

Quanto à possível existência de apoios municipais a estes cursos, pouco mais de metade dos inquiridos desconhece haver, enquanto que os restantes se dividem pela positiva e pela negativa. A opinião da grande parte dos inquiridos quanto a empregabilidade na região para os alunos que finalizarem o curso é optimista, considerando que as empresas se sentem receptivas a aceita-los inicialmente para a realização dos seus estágios finais (Anexo 45).

### **Comentário ao Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos Encarregados de Educação dos alunos matriculados no Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e no Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

Percebe-se pela análise deste questionário que grande parte dos encarregados de educação se interessa pelo desempenho escolar dos seus educandos, pois na maioria das questões manifesta conhecimento dos temas a que se solicita uma resposta, evitando responder NÃO SEI. Os encarregados de educação têm conhecimento da forma como os seus educandos encaram a escola e quais os seus objectivos futuros a nível académico e profissional. Quando questionados se gostariam que os seus educandos continuassem a estudar após a conclusão do curso, e note-se que este dá equivalência ao 12º ano, a maioria respondeu afirmativamente, demonstrando algum descrédito neste tipo de ensino. Confirma-se a opinião de Epstein, (1997), através das respostas dadas pelos encarregados de educação, que quase todas as famílias se preocupam com o percurso académico dos seus educandos, desejam o seu melhor e esperam que a escola lhes forneça mais e melhor informação, para



que estes possam acompanhar mais eficazmente o percurso escolar dos seus filhos.

Verificou-se alguma dificuldade por parte dos encarregados de educação em assumir que os seus educandos têm mais facilidade em concretizar os seus deveres académicos neste tipo de cursos do que no ensino regular. Do mesmo modo, em relação ao comportamento desajustado por eles demonstrado anteriormente, alguns dos encarregados de educação resguardam-se, respondendo não saber. Porém, a maioria reconhece que os alunos estabelecem entre si uma boa relação de camaradagem.

Os encarregados de educação demonstraram conhecer o âmbito dos Cursos de Educação e Formação e da forma como são geridos. Os estágios curriculares são unanimemente considerados fundamentais para uma boa integração destes alunos na vida activa, esperando que adquiram facilmente um emprego relacionado com a área de estudos.

#### **5.6.4. Análise e comentário ao inquérito aplicado aos alunos**

##### **Análise e Comentário ao Inquérito de Questão Aberta, aplicado aos alunos do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

O inquérito aplicado aos alunos de ambos os cursos em estudo constou de três questões abertas, com o objectivo de sondar a opinião destes relativamente à escola, ao curso e às expectativas que depositam no seu estágio final. As questões foram (Anexo 6):

- Para mim, a escola é:
- ...e o curso é:
- Espero que o estágio venha a ser:

Foram analisados os dados daí resultantes separadamente nas duas turmas, pelo facto de se relacionarem com áreas profissionais completamente distintas

e também por questões de género, o curso de Técnico de Electrónica é composto por alunos do sexo masculino, enquanto que o curso de Assistente de Acção Educativa é composto por alunos do sexo feminino.

### **Análise do Inquérito de Questão Aberta aplicado às alunas do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa**

Analisando a frequência dos parâmetros mencionados pelas alunas deste curso, infere-se que:

Relativamente à escola, é acima de tudo um local de aprendizagem. A interacção social com os demais colegas assume uma grande importância, sendo a escola um local de convívio por excelência. As alunas acreditam que a escola tem como função prepará-las para o seu futuro, potenciando o seu crescimento físico, intelectual e emocional.

“É aqui neste local que se aprendem os mais profundos conhecimentos intelectuais, psicológicos e emocionais.”

Os professores e funcionários são reconhecidamente percebidos como actores educativos de relação próxima e amistosa.

A escola é vista por estas alunas como uma organização que promove a liberdade de expressão e potencia as variadas formas de comunicação.

Referido foi igualmente o facto só se deverá estar na escola se for por gosto, não valendo a pena estudar contrariado. A partilha de experiências é algo importante que ocorre no seio de toda a comunidade educativa. Aos olhos de uma minoria de alunas, a escola é considerada de um modo menos positivo, como um local para passar o tempo, e cujas actividades lectivas são cansativas (Anexo 46).

TABELA 1

Representações que os alunos têm da Escola	
INDICADORES	FREQUENCIA
	Q1
Um local de aprendizagem.	13
Um local de convívio com o demais colegas.	8
Um local de preparação para o futuro.	6
Um local de crescimento físico, intelectual e emocional.	5
Um local de convívio com professores e funcionários.	3
Um onde existe liberdade de expressão.	2
Um local para passar o tempo.	1
Um local onde só se deve estar por gosto.	1
Um local privilegiado para a partilha de experiências.	1
Um local de grande permanência.	1
Cansativa.	1

Referindo-se ao curso, as alunas afirmaram que é um meio de aprender uma profissão e constitui uma alternativa aos currículos do ensino regular. É assim uma preparação para o seu futuro e uma oportunidade para uma rápida inserção na vida activa.

“É também uma melhor forma de obtermos bons resultados nos estudos através dos nosso esforço (...) É também o tentar fugir aos currículos normais, porque com estes cursos podemos obter uma melhor formação.”

O curso é encarado como sendo algo agradável mas que requer trabalho e dedicação.

TABELA 2

Representações que os alunos têm do Curso	
INDICADORES	FREQUENCIA
	Q1
Uma forma de aprender uma profissão de que se gosta.	11
Uma alternativa aos currículos do ensino regular.	5
Uma preparação para o futuro.	3
Algo agradável.	2
Requer trabalho e dedicação.	2
Uma oportunidade de inserção na vida activa.	2

No que diz respeito ao estágio curricular a realizar no final do curso, as alunas esperam que seja uma experiência enriquecedora. Esperam também, que este seja melhor que o realizado anteriormente no final do 10ºano, mas gostariam

que tivesse uma duração maior, permitindo assim abordar com maior profundidade cada uma das valências exploradas (Anexo 47).

A realização do estágio proporciona a estas alunas uma primeira adaptação ao meio laboral, introduzindo-as num um sistema hierárquico com regras específicas. Serve igualmente como uma preparação para o futuro profissional, constituindo uma concretização prática do que foi aprendido durante todo o curso (Anexo 48).

TABELA 3

Expectativas que os alunos depositam no Estágio	
INDICADORES	FREQUENCIA
	Q1
Uma experiência enriquecedora.	9
Melhor que o anterior (realizado no final do 10ºano).	6
Uma adaptação ao meio laboral.	5
Algo agradável.	3
Uma preparação para o futuro.	2
Uma concretização prática do que foi aprendido durante o curso.	2
Tem uma duração demasiado curta.	2
Uma familiarização com um sistema hierárquico.	1

### **Comentário ao Inquérito de Questão Aberta, aplicado às alunas do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa**

Verifica-se pelas respostas obtidas neste inquérito, a existência nestas alunas de um sentimento de satisfação e realização pessoal pela frequência deste curso. Percebe-se que gostam do que aprendem durante as actividades lectivas e nos estágios curriculares. Para além da escola, e mais especificamente do curso ser um agente de formação técnica e profissional, também o é no campo pessoal. A escola contribui significativamente para o desenvolvimento intelectual, emocional das alunas e constitui uma oportunidade para desenvolverem competências sociais e de relação. A escola é encarada pelas alunas como um suporte afectivo, permitindo-lhes expressarem os seus sentimentos, emoções e opiniões, partilhando com colegas e professores experiências e vivências, algo que algumas não terão oportunidade de fazer no seio da sua própria família. Pelas declarações emitidas pelas alunas, confirma-se que aprendendo algo para o qual detêm

capacidades, conseguem desenvolver outras que de outra forma seria mais difícil. O facto de referirem que a escola contribui para além da sua formação profissional, para o seu desenvolvimento pessoal, vem confirmar esta tese (Gardner, 1994).

Confirma-se existência de uma utilidade real dos conteúdos leccionados na prática laboral desta actividade profissional, visto o estágio ter sido referido como um momento de posta em prática do que foi previamente aprendido.

As alunas demonstram responsabilidade e maturidade, pois um dos parâmetros mais mencionados nas suas respostas é a sua preocupação em atingir um futuro profissional bem sucedido. A frequência do curso tal como a realização do estágio, são considerados pelas alunas como constituindo etapas fundamentais para uma correcta integração na vida activa. No caso particular do estágio, as alunas consideram a sua duração insuficiente, não lhes permitindo atingir metas esperadas. Seria provavelmente desejável a consignação no plano de actividades de momentos de avaliação do curso, operacionalizada de forma conjunta entre professores e alunos, de modo a perceberem as necessidades e expectativas de todos, efectuando sempre que necessário correcções e alterações na estrutura e organização deste, sempre dentro dos parâmetros estabelecidos pelo normativo que rege este tipo de ensino. Deverão assim ser ouvidas as várias partes intervenientes no processo de ensino/aprendizagem, de modo a que se decidam estratégias para que se atinjam mais eficientemente as metas propostas (Barroso, 1996).

## **Análise do Inquérito de Questão Aberta, aplicado aos alunos do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

TABELA 1A

Representações que os alunos têm da Escola	
INDICADORES	FREQUENCIA
	Q1
Um local de convívio com o demais colegas.	10
Um local de aprendizagem.	8
Um local de preparação para o futuro.	4
Um local de convívio com professores e funcionários.	3
Um local jovem.	2
Um local de crescimento físico, intelectual e emocional.	2
Tem poucas possibilidades de escolha de áreas de estudo.	1
Um local de longa permanência	1
Uma forma de avaliar os alunos.	1

Os alunos do curso referido dão capital importância às interações sociais estabelecidas entre eles, considerando a escola como um local privilegiado de convívio.

A escola assume-se como um local de aprendizagem, constituindo uma preparação para a vida dos alunos.

Estes alunos revelam estabelecer boas relações de convivência tanto com professores como com funcionários.

Os alunos sentem a escola como sendo um local jovem e que lhes proporciona um correcto crescimento físico, intelectual e emocional. Por outro lado, a escola dá-lhes poucas possibilidades de escolha em termos de áreas de estudo, tendo como prioridade a avaliação dos seus alunos. É onde permanecem durante mais tempo (Anexo 49).

No que concerne ao curso que frequentam, os alunos revelam que lhes proporciona uma oportunidade de aprenderem uma profissão. De igual modo, é uma possibilidade que têm de concluir o 12ºano, que de outra forma seria menos cativante.

É da opinião de alguns alunos, que o curso se assume como sendo interessante. É no curso que se vivência um conjunto de experiências agradáveis, partilhadas por alunos e professores. Algo desejado, importante mas também de difícil concretização. É também considerado por alguns como sendo pouco estimulante, pelo facto de não se gerar um espírito competitivo entre os alunos (Anexo 50).

TABELA 2A

Representações que os alunos têm do Curso	
INDICADORES	FREQUENCIA
	Q1
Uma forma de aprender uma profissão	6
Uma oportunidade de concluir o 12ºano.	4
Interessante.	3
Algo agradável.	1
Pouco estimulante.	1
Importante.	1

As expectativas que estes alunos depositam no estágio curricular de final de curso recaem sobre várias vertentes. A opinião geral é que venha a constituir um complemento de formação importante, e que lhes dê uma boa oportunidade de inserção na vida activa. Esperam que se venha a revelar uma experiência enriquecedora que contribua para o fortalecimento da sua personalidade. Este estágio funcionará como uma primeira adaptação ao meio laboral, uma familiarização com um sistema hierárquico.

Durante este período, os alunos esperam mais uma vez, ter bons momentos de convívio (Anexo 51)

TABELA 3A

Expectativas que os alunos depositam no Estágio	
INDICADORES	FREQUENCIA
	Q1
Um complemento de formação.	6
Uma oportunidade de inserção na vida activa.	5
Uma experiência enriquecedora.	5
Uma adaptação ao meio laboral.	4
Um local de convívio.	2
Melhor que o anterior (realizado no final do 10ºano).	1
Uma familiarização com um sistema hierárquico.	1
Uma oportunidade de formação da personalidade.	1

## **Comentário ao Inquérito de Questão Aberta, aplicado aos alunos do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

No caso dos os alunos do curso de Técnico de Electrónica, sente-se que a maior motivação para a frequência do referido curso é o convívio que estes estabelecem diariamente, tendo a escola como cenário. A escola é o ponto de encontro diário onde se estabelecem vários tipos de relações com os demais colegas e com os vários actores educativos.

O curso assume-se como uma via de aprendizagem onde se tem a oportunidade de contactar pela primeira vez com uma profissão. Ao frequentar o curso, os alunos têm a consciência que para além de adquirirem um conjunto de conhecimentos úteis para um início de carreira, obtêm igualmente uma qualificação académica, equivalente ao 12.º ano de escolaridade.

O desenvolvimento físico, intelectual e emocional, é assumidamente algo que acontece no contexto da escola, reunindo esta, todas as condições para que isto se processe. A existência de equipamentos lúdicos, a prática de actividades lectivas estimulantes e a oportunidade de convívio e partilha de experiências propiciam todo um desenvolvimento pessoal e social a estes jovens.

Deduz-se pelas respostas dadas e pela sua elevada frequência, que os alunos anseiem iniciar a sua vida profissional, de modo a se tornarem financeiramente independentes, pois referindo-se ao estágio deram grande importância a questões relacionadas com o mundo do trabalho, como sejam a formação profissional, a oportunidade de inserção na vida activa ou a adaptação a uma estrutura hierárquica.



#### **5.6.5. Análise documental e comentário das actas de Conselho de Turma realizadas no ano lectivo de 2006 / 2007**

##### **Análise e Comentário das actas de reuniões dos Conselhos de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica**

Esta análise usará como base as técnicas da análise documental respeitante a todas as actas das reuniões que os Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica levaram a cabo durante o ano lectivo de 2006/2007. Ao longo deste ano, cada Conselho de Turma realizou sete reuniões, tendo ocorrido estas no início do ano, no final de cada período, após as reuniões intercalares com os encarregados de educação e no final do ano lectivo. A cada um dos cursos serão analisadas em separado as actas destas reuniões, sendo posteriormente confrontadas e comentadas em conjunto.

##### **Análise das actas de reuniões do Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa**

##### **Organização Curricular e Pedagógica do Curso**

Nas duas primeiras reuniões realizadas por este Conselho de Turma, percebe-se uma grande preocupação em planear correctamente o ano lectivo, a todos os níveis. Temas como a organização curricular do curso, a identificação e caracterização das alunas e a relação que os encarregados de educação estabelecem com a escola, são fortemente focados.

Presume-se que neste tipo de cursos, mais ainda que no ensino regular, os professores se envolvam intensamente no desenvolvimento pessoal e escolar dos seus alunos. Assim, são entregues no início do ano lectivo documentos contendo a identificação das alunas, suas fotografias e feita uma caracterização destas, no que diz respeito ao meio sócio económico em que

estão inseridas, o seu contexto familiar e as suas motivações e constrangimentos.

O cumprimento do normativo que rege estes cursos é tido pelos professores como uma premissa fundamental para o bom funcionamento destes. Assim, os professores são informados da introdução de novas regras. A assiduidade dos professores é um parâmetro importante focado pela nova legislação. A Directora de Turma informou os professores de todos os procedimentos a tomar caso tenham necessidade de faltar. Foi-lhes entregue um mapa para registo de aulas não leccionadas e pedidos os seus horários, a fim de ser possível uma melhor gestão dos tempos lectivos, de forma a se poderem compensar aulas não dadas ou serem substituídos por outros colegas.

A assiduidade dos alunos foi igualmente considerada como um factor preponderante na progressão académica destes. Com o intuito de reduzir o absentismo, foram introduzidas novas regras que responsabilizassem de forma mais efectiva, quer alunos, quer encarregados de educação. Como tal, a escola propõe à família um compromisso através da aceitação de novas regras, autorizando a aplicação destas.

A escolha de critérios de avaliação coadunados com o tipo de alunas em questão foi efectuada logo no início do ano. A adaptação destes critérios é operada continuamente nalgumas disciplinas. A adopção de conteúdos adaptados a esta população escolar é complementada com a realização de um grande número de actividades extra curriculares, dando às alunas uma forte noção de como se funciona em meio laboral, relacionando a teoria com a prática.

Com vista a resolver problemas específicos de insucesso escolar, são tomadas em diversas disciplinas medidas de remediação, tais como a adaptação dos instrumentos de avaliação e sua frequência, a realização de trabalhos extra, ou a participação em actividades de índole social.

A realização de materiais didácticos, alguns deles adaptados a alunos portadores de condicionantes específicas à sua participação nas actividades lectivas, é uma prática corrente deste Conselho de Turma. Devido à inexistência de manuais didácticos relacionados com a área da Assistência de Acção Educativa, os professores têm a necessidade de produzir fichas de apoio para utilização em aula. Para isso existem à disposição dos professores meios e verbas para aquisição de obras literárias, revistas especializadas e fotocópias destas fichas. É patente a disponibilidade dos professores para a realização de trabalho conjunto, tanto na concepção destes materiais didácticos como na gestão dos curricula das várias disciplinas.

É observável pela análise destas actas que o Conselho de Turma efectua continuamente uma avaliação das actividades lectivas, dos conteúdos leccionados e das actividades não lectivas realizadas, permitindo assim gerir os tempos lectivos obrigatórios para cada disciplina, atribuir a cada professor os conteúdos conforme a sua especialidade ou realizar em tempo adequado visitas de estudo ou outras actividades extra curriculares.

No que diz respeito ao comportamento, a aplicação no princípio do ano lectivo de estratégias conducentes à melhoria das relações estabelecidas entre as alunas manifestam-se eficientes, no entanto existem registos de alunas com comportamentos desadequados no contexto da sala de aula.

A avaliação das alunas é registada nas actas das reuniões de final de período e final de ano, sob a forma de tabela estatística, sendo referidas por disciplina o número de classificações atribuídas segundo intervalos de valores. São também registadas nestas tabelas, o número de aulas previstas e dadas em todas as disciplinas (Anexo 52).

### **Insucesso escolar**

Estas tabelas mostram claramente uma evolução crescente no aproveitamento geral da turma, pelo decréscimo no número de classificações inferiores a dez valores. Regista-se no entanto a anulação de duas matrículas (Anexo 53).

## **Relações estabelecidas entre a Escola e Instituições da região**

No caso de falta de assiduidade, os motivos mais assinalados são questões relacionadas com a saúde das alunas. A necessidade de ida a consultas médicas, internamentos ou indisposições, são as razões mais frequentes apresentadas pelas alunas como justificação de faltas. A escola assume aqui um papel importante despistando problemas de saúde em algumas alunas, encaminhando-as para o Centro de Saúde ou para o Hospital. Em todos os casos é solicitada a participação dos encarregados de educação na resolução destes problemas. Verifica-se a requisição de serviços de técnicos de saúde que dão na escola acompanhamento e aconselhamento aos alunos acerca de problemas vários, nomeadamente sobre obesidade e hábitos alimentares (Anexo 54).

## **Inter relação Escola/Família**

Em reunião com os encarregados de educação, a Directora de Turma propõe a assinatura de um documento explicativo do modo de compensação a aulas não assistidas pelos alunos, de forma a reforçar a participação destes no processo de formação dos seus educandos. Nesta mesma reunião foram distribuídos folhetos explicativos do funcionamento e âmbito dos Cursos de Educação e Formação.

Os alunos foram igualmente chamados a comprometerem-se mais seriamente no seu progresso escolar, elaborando conjuntamente com os docentes contratos de aprendizagem, tendo sido no caso de uma aluna assinado um contratos pedagógico. Cria-se desta forma um laço mais forte entre professores, alunos e encarregados de educação.

A falta de motivação é mencionada muito frequentemente como causa de falta de aproveitamento destas alunas. A dificuldade que algumas alunas têm em ser pontuais, é considerado pelo Conselho de Turma como algo a combater, pois prejudica significativamente o desempenho de todo o grupo turma.

É notório o trabalho da Directora de Turma no que diz respeito à informação que fornece aos encarregados de educação quanto ao percurso escolar das suas educandas. São utilizados por esta, todos os meios de comunicação disponíveis, nomeadamente o correio, o telefone e o envio de mensagens SMS, para fazer chegar aos encarregados de educação toda a informação que se considere pertinente. Aliás, a utilização do telemóvel para envio de mensagens SMS é muito utilizado pela Directora de Turma para informar em tempo real de situações anómalas ocorridas com as alunas, nomeadamente falta a testes de avaliação ou fraco aproveitamento, ou simplesmente para convocar os encarregados de educação a apresentarem-se na escola para se inteirarem da situação. Em muitos casos, estas informações bem como as convocatórias, são duplamente veiculadas por via postal. Todos estes contactos surtem na maioria dos casos efeito, pois têm como retorno a comparência à escola dos encarregados de educação, e consequentemente um maior acompanhamento aos seus educandos (Anexo 55).

### **Trabalho intersectorial**

De igual modo o Serviço de Psicologia e Orientação desta escola é amiúde solicitado a intervir em casos em que, alunas com difíceis relações familiares e sentimentais criam em si instabilidade emocional, originando desmotivações e falta de empenho, degradando assim o seu aproveitamento escolar, acabando nalguns casos por causar o abandono precoce da escolaridade. As próprias alunas têm conhecimento dos mecanismos de apoio que a escola possui e solicitam espontaneamente o auxílio que necessitam (Anexo 56).

### **Caracterização dos alunos da Turma**

O registo em acta da caracterização da turma em termos de aproveitamento, comportamento e assiduidade é feito em vários momentos, nomeadamente a meio e no final de cada período enquanto a caracterização particular de alunos mais desfavoráveis nestes aspectos é uma constante ao longo de todo o ano. São mencionadas em acta todas as alunas com fraco aproveitamento,

comportamento ou assiduidade, havendo o cuidado de referir a razões destas ocorrências.

Relativamente ao aproveitamento global das alunas, registou-se ao longo do ano uma leve evolução, muito por via do trabalho elaborado pelo Conselho de Turma com o intuito de otimizar o rendimento das alunas (Anexo 57).

### **Comentário das actas de reuniões do Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa**

A análise documental realizada às actas das reuniões de Conselho de Turma deste curso, corroboram com o que já foi observado anteriormente através de outros instrumentos de investigação, no que diz respeito à grande preocupação manifestada pelos professores em conhecerem as suas alunas, inteirando-se das suas dificuldades, tanto académicas como pessoais e familiares, aliás a recolha de informação a respeito dos alunos, é uma tarefa inerente ao cargo de Director de Turma (Coutinho, 1998). É igualmente visível o esforço que a Directora de Turma investe para que a família se envolva mais efectivamente no percurso escolar dos alunos. Este tipo de preocupação é igualmente referida por Coutinho, (1998). São assim criados mecanismos facilitadores deste envolvimento, tal como a assinatura de documento de autorização de aplicação de novas regras para a compensação de aulas não assistidas, ou o estabelecimento de contratos pedagógicos.

A comunicação entre a Directora de Turma e os encarregados de educação é efectuada através de vários meios de comunicação, (correio, telefone, telemóvel, mensagens SMS), por vezes em simultâneo. Os encarregados de educação são deste modo postos em tempo real ao corrente da situação escolar dos seus educandos, sendo frequentemente solicitada a sua presença na escola para reunião com a Directora de Turma.

O cumprimento do normativo que rege estes cursos, é considerada pelos professores como imperativo, pelo que se verificou o estabelecimento de mecanismos de organização interna conducentes a um melhor funcionamento

do curso. O registo em formulário próprio de aulas não dadas e de conteúdos leccionados, permite efectuar mais eficazmente a reposição de aulas previstas ou a permuta de professores para substituição de aulas. Apercebendo-nos deste tipo de situações, verificamos que a escola funciona igualmente pelo princípio burocrático (Costa, 1996), conferindo á sua gestão, rigor, eficiência e coerência.

Percebe-se a existência de um constante trabalho por parte dos professores na criação de estratégias com o intuito de proporcionar às suas alunas um ambiente favorável ao seu sucesso escolar. O Conselho de Turma avalia e corrige sistematicamente a didáctica das várias disciplinas, através de um permanente ajuste de critérios de avaliação, de uma constante adaptação dos conteúdos a leccionar (Sacknei & Dibski, 1994), bem como através da criação de materiais didácticos a utilizar durante as aulas. Todo este trabalho só é possível derivado às boas relações colegiais estabelecidas pelos professores deste Conselho de Turma. No contexto observado, é prática corrente a partilha de decisões e a consulta entre colegas (*staff consultation*), segundo a linha de Hargreaves, (1998). Constata-se a prossecução de uma gestão curricular eficiente, tendo em conta a formação e especialidade de cada um dos professores, sendo frequente o trabalho conjunto destes na leccionação de conteúdos específicos de determinadas disciplinas.

Conclui-se que questões relacionadas com a saúde e bem-estar das alunas constituem um dos mais importantes constrangimentos para o sucesso escolar destas. A assiduidade é condicionada pela necessidade de internamento ou de recurso a consultas médicas e a pontualidade é constantemente condicionada pelo mau estar físico e emocional manifestado por algumas alunas, pondo assim em causa trabalho individual destas em particular e da turma em geral. A escola assume um papel importante apoiando estas alunas e suas famílias, recorrendo a organismos internos, como no caso do Serviço de Psicologia e Orientação, ou externos, como o Centro de Saúde ou o Hospital Municipal.

## **Análise das actas de reuniões do Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

### **Organização Curricular e Pedagógica do Curso**

O Conselho de turma do curso de Técnico de Electrónica nas suas primeiras reuniões trabalhou sobretudo ao nível do estabelecimento de regras, estratégias e planeamento das suas actividades. Assim são adoptadas por este órgão as novas regras relativas à assiduidade dos professores, sendo estes informados de todos os procedimentos a ter para a consequente compensação das aulas não dadas.

A preparação de actividades extra curriculares opera-se desde o início do ano até ao seu final. As visitas de estudo são marcadas conforme os conteúdos programáticos que estão a ser leccionados no momento nas diversas disciplinas e após a sua realização são avaliadas, aferindo-se se foram atingidos os objectivos propostos.

Os critérios de avaliação são decididos conforme a evolução que os alunos tiveram nos anos anteriores, sendo estes aplicados de forma diferenciada nas disciplinas das componentes sócio-cultural e científica, e nas disciplinas da componente tecnológica.

Observou-se a preocupação por parte da professora da disciplina de Português em adaptar os conteúdos da sua disciplina ao perfil geral dos seus alunos. Devido à obrigatoriedade de cumprimento da leccionação dos conteúdos programáticos previstos em todas as disciplinas, num número de horas previamente estipulado, é feito periodicamente o balanço do decurso das actividades lectivas.

À medida que o ano lectivo decorre e vão sendo detectadas dificuldades na aprendizagem dos conteúdos leccionados, o Conselho de Turma vai adoptando estratégias de remediação de forma a otimizar o desempenho



escolar dos seus alunos. Estas estratégias são regularmente avaliadas, verificando-se se cumprem os seus propósitos.

A avaliação dos alunos é divulgada em pauta no final de cada período e final de ano lectivo, sendo registada em acta sob a forma de tabela estatística (Anexo 58).

### **Insucesso Escolar**

De acordo com estas tabelas, através da contagem do número de classificações inferiores a dez valores, constata-se que a turma teve uma acentuada progressão ao longo do ano lectivo, contudo é de registar a ocorrência de quatro anulações de matrícula (Anexo 59).

### **Caracterização dos alunos da Turma**

É efectuado o registo da evolução da turma em geral, no que concerne a comportamento e aproveitamento. Este registo é feito sistematicamente ao longo do ano, complementado com a informação particular dos alunos com resultados obtidos inferiores ao pretendido, com pior comportamento e pior assiduidade (Anexo 60).

### **Inter relação Escola/Família**

Aos encarregados de educação é-lhes solicitada a comparência na escola para reunião com o Director de Turma, para que estes possam proporcionar um maior apoio e acompanhamento aos seus educandos, concertando estratégias com os professores (Anexo 61).

### **Trabalho intersectorial**

O Serviço de Psicologia e Orientação desta escola tem assumindo um papel importante no apoio e reorientação escolar de alguns alunos deste curso, actuando nalguns casos em conjunto com a família (Anexo 62).

## **Comentário das actas de reuniões do Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

Neste curso, a abertura do ano lectivo foi francamente marcada pelo estabelecimento de novas regras, pelo planeamento curricular e pela marcação de actividades complementares à acção lectiva.

Operou-se assim uma preparação minuciosa de todo o ano lectivo, dando-se a conhecer aos professores as novas regras, a aplicar em todos os Cursos de Educação e Formação, regras estas, emanadas pela Tutela.

A marcação prévia de actividades não lectivas, nomeadamente de visitas de estudo coadunadas com os conteúdos leccionados em cada momento, tanto nas disciplinas da componente tecnológica como das disciplinas da componente geral, é efectuada de modo a se estabelecer uma relação entre as práticas laborais operadas nas empresas e as actividades lectivas levadas a cabo em contexto escolar.

É patente a adopção por parte do Conselho de Turma de critérios de avaliação específicos para cada disciplina, relacionados com o perfil dos alunos, tendo em conta a sua evolução ao longo dos anos lectivos anteriores. É feita regularmente a avaliação do resultado da aplicação destes critérios, tal como das medidas de remediação tomadas, com vias a proporcionar aos alunos, condições necessárias ao desenvolvimento das competências previstas por este curso. Esta avaliação é complementada com as análises efectuadas pelos professores à turma no seu todo e aos alunos em particular, quanto a aproveitamento e comportamento. Esta filosofia de trabalho é coerente com os princípios que Sackney e Dibski, (1994) preconizam para que se atinjam os objectivos propostos. Os professores deverão realizar um intenso trabalho ao nível do planeamento, monitorização, avaliação e correcção de desvios no que diz respeito a desenvolvimento curricular, implementação de estratégias e programas de aprendizagem, com vista à obtenção dos resultados previstos.

Os organismos internos de apoio ao aluno, nomeadamente o Serviço de Orientação e Psicologia, assumem um papel importante no que se refere a auxílio a alunos e suas famílias na superação das suas dificuldades. A escola deverá representar um papel pedagógico, também para com as famílias, fornecendo-lhes informação a respeito de higiene, alimentação, segurança e bem-estar dos seus educandos. É fundamental que os encarregados de educação tenham uma boa auto-estima e uma imagem positiva da escola (Epstein, 1997).

#### **5.6.6. Análise e comentário das observações naturalistas de aulas, actividades e Conselhos de Turma de ambos os cursos em estudo**

##### **Análise de observações naturalistas de aulas do Curso de Assistente de Acção Educativa**

##### **Observação naturalista de sala de aula da disciplina de ATL do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa, ocorrida a doze de Março de 2007 (Anexo 9)**

Observou-se uma aula prática da disciplina de ATL, em que as alunas se encontravam a elaborar cenários a serem utilizados durante a semana de actividades extra curriculares de Páscoa.

A professora (...) apresentou o investigador à turma, introduzindo o seu trabalho, explicando às alunas que deverão responder a um questionário, o qual será interpretado e extraídas conclusões.

Foi solicitado às alunas que criassem um nome fictício para identificar a escola, mantendo assim o anonimato. As alunas ouviram os professores, assumindo um comportamento disciplinado, mobilizando-se para cumprir a tarefa pedida pelo investigador.

Devido à compenetração com que elaboravam os cenários, as alunas pediram à professora que adiassem para a parte da tarde o trabalho de criação do novo nome da escola.

Observou-se que as alunas funcionavam muito bem em equipa, acatando prontamente todas as indicações dadas pela professora.

O ambiente de trabalho caracterizava-se por ser descontraído, permitindo-se a audição de música ambiente.

As alunas mostravam-se cuidadosas, pois estando a trabalhar com tintas, mantinham-se a elas próprias e à sala de aula limpas, lavando as mãos e os seus utensílios, sempre que necessário. A sala encontrava-se limpa e arrumada.

Percebeu-se haver uma boa relação entre alunas e professora e entre si, verificando-se uma boa adesão às actividades propostas.

De igual modo observou-se por parte das alunas de um grande sentido de responsabilidade, quando após o toque para o intervalo, a maioria destas ter permanecido na sala de aula a trabalhar. As tarefas desempenhadas pelas alunas na elaboração dos referidos cenários variavam entre tarefas de repetição, como por exemplo no preenchimento de grandes superfícies ou criação de texturas, ou tarefas de maior minúcia no desenho de pormenores. Em qualquer caso, as alunas demonstravam concentração e cuidado, não manifestando qualquer sinal de enfado.

**Observação naturalista de sala de aula da disciplina de Psicologia do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa, ocorrida a quinze de Março de 2007 (Anexo 10)**

As alunas encontravam-se na sala e ocupavam os seus lugares habituais. A professora informou a turma que a aula ia ser assistida pelo investigador e que lhes iam ser entregues um conjunto de questionários para responderem, ao que o investigador explicou em que é que estes consistiam. As alunas responderam ao questionário, pondo ao investigador as suas dúvidas.

Uma aluna informou que a turma escolhera para identificar a escola a designação de Escola Secundária Maria da Luz.

Depois de entregues os questionários respondidos, a aula retomou o seu rumo normal, podendo-se constatar que todas se faziam acompanhar de todos os materiais necessários para a realização das actividades propostas para esta aula, nomeadamente dos seus *dossiêrs* de Estágio.

Pouco antes do final da aula, a professora propôs à turma a realização de um trabalho. As alunas levantaram-se discretamente, agrupando-se conforme tinham previamente combinado, iniciando as tarefas propostas. As alunas mantiveram até ao final da aula uma atitude disciplinada, apesar de descontraída e divertida.

### **Análise de observação naturalista de uma actividade do Curso de Assistente de Acção Educativa**

#### **Observação naturalista de uma actividade do Curso de Assistente de Acção Educativa (Anexo 11)**

A turma do curso de Assistente de Acção Educativa, decidiu organizar uma actividade aberta às escolas de 1.º ciclo, integrada na semana de actividades de final de segundo período, tendo esta ocorrido no dia vinte e dois de Março de 2007.

Conforme observado em ocasiões anteriores, estas alunas elaboraram todos os cenários e estruturaram o espaço da sala de aula de forma a receber e distribuir pelas diversas actividades os alunos visitantes.

O tema escolhido para esta actividade, foi “A vida na quinta”, tendo todo o espaço da sala sido decorado com motivos rurais.

As alunas encontravam-se na sala, tranquilamente mas deixando transparecer alguma ansiedade, esperando os alunos a quem se destinava esta actividade.

As alunas traziam vestido figurinos imitando os animais da quinta, os quais tinham previamente confeccionado. Pouco tempo depois, acompanhados pelas suas professoras, chegavam os alunos do quarto ano do 1º. Ciclo, tendo sido encaminhados para os respectivos lugares.

Realizou-se inicialmente um pequeno recital de poemas dirigido a todas as crianças, tendo de seguida, sido distribuídas por cinco *ateliêrs*, nos quais participavam rotativamente.

A actividade decorreu conforme o previsto, percebendo-se a existência de um forte espírito de equipa, demonstrando competência e gosto no desempenho desta profissão.

### **Comentário de observações naturalistas de aulas e actividade do Curso de Assistente de Acção Educativa**

A observação destas aulas e actividade veio ajudar-nos a conhecer o ambiente, a atitude das alunas perante a escola e o seu modo de relacionamento. Observou-se, que provavelmente devido ao facto das alunas já trabalharem juntas há alguns anos, e devido ao trabalho que o Conselho de Turma está a ter no sentido de atingir os propósitos deste curso, que estas alunas já desenvolveram competências sociais indispensáveis para que, num futuro próximo, se possam integrar numa empresa ou instituição, permitindo um desempenho laboral desejável. Assim percebeu-se que quando solicitadas, as alunas executam prontamente as tarefas propostas. As alunas aderem instantaneamente às actividades previstas e facilmente trabalham em equipa, apostando-se em cumprir os objectivos a que se propuseram. Pela observação das interacções geradas em contexto de sala de aula, percebeu-se a utilização de metodologias de ensino por parte das professoras semelhantes às descritas por Joyce e Weil, (1985). O modelo de ensino não directivo é na nossa opinião aquele que melhores resultados poderá dar quando aplicado nestes contextos, pois gera um real envolvimento dos alunos na gestão da aula, atribuindo-lhes responsabilidades sobre os resultados por eles obtidos. Este modelo promove hábitos de trabalho, obrigando os alunos a gerirem de forma adequada o seu tempo de estudo.

Cultiva-se um ambiente de trabalho descontraído e tranquilo. Constata-se haver uma grande facilidade de comunicação entre alunos e professores, não se vendo nas alunas qualquer relutância em pedir ajuda aos professores,

sempre que tenham necessidade. Também ao nível da turma se trabalha segundo o modelo democrático (Costa, 1996); alunos e professores partilham responsabilidades e buscam consensos na tomada de decisões. Este modelo é amplamente aplicado na turma e inculcido aos seus alunos, incentivando-os a participar activamente na vida escola e na tomada conjunta de decisões. O Desenvolvimento de uma pedagogia personalizada, posta em prática nestes cursos é igualmente um princípio de acção do modelo de escola democrática.

Verificou-se que as alunas se responsabilizam pelo cumprimento dos seus deveres, demonstrando terem adquirido alguns hábitos de trabalho e organização.

### **Análise de observação naturalista de reunião de Conselho de Turma do Curso de Assistente de Acção Educativa**

#### **Observação naturalista de reunião de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa, ocorrido a vinte de Março de 2007 (Anexo 12)**

Este Conselho de Turma serviu sobretudo para confirmar as classificações de final de período, cumprindo-se os trâmites habituais. É de referir que se registou um número bastante elevado de disciplinas com notas inferiores a dez valores. Assim, verificou-se que uma aluna obteve resultado negativo a oito disciplinas, uma aluna a sete, duas alunas a seis disciplinas, uma a cinco, uma aluna a três, duas a duas, três a uma disciplina e somente quatro alunas não registaram nenhuma nota inferior a dez valores. Houve este ano, uma anulação de matrícula efectuada a 29 -11-06.

Os professores manifestaram preocupação pela ocorrência de tal elevado número de alunas em risco de retenção, pois caso não transitem, não terão a possibilidade de integrar um C.E.F. nesta escola. Indagando este a razão deste facto, foi o investigador informado que os conteúdos das várias disciplinas, quer as de componente geral, quer as de componente técnica, são de uma



complexidade pouco adequada ao perfil deste tipo de alunos. Para agravar esta situação, verifica-se a inexistência de uma sequência entre os conteúdos leccionados no ano passado e os do corrente ano.

A Directora de Turma afirmou ter contactado, telefónica e via SMS os encarregados de educação para os pôr a par da situação de mau aproveitamento e falta de assiduidade dos seus educandos. Percebeu-se uma certa demissão por parte dos encarregados de educação, relativamente aos seus deveres. A agravar a situação, observaram-se casos de desobediência e boicote aos deveres escolares e familiares por parte de algumas alunas.

Alguns professores, tendo a oportunidade de contactar com encarregados de educação, aperceberam-se da existência de maus ambientes familiares e más atitudes destes para com os seus educandos, pouco propícias ao seu bom desenvolvimento intelectual e emocional.

Constatou-se recentemente, a existência de um grave problema comportamental e relacional entre algumas alunas, nomeadamente entre a delegada e a sub delegada de turma, assumindo lideranças contrárias. O Conselho de Turma entendeu por unanimidade, destituí-las dos cargos que assumiam. Deliberou-se a marcação de uma assembleia de turma, com vista à resolução deste tipo de problemas. Deduz-se que alguns destes comportamentos desviantes, sejam aprendidos no seio familiar, pelo que já foi referido através da observação de atitudes tidas pelos próprios encarregados de educação.

Os professores queixam-se de falta de cumprimento de prazos na entrega dos trabalhos executados pelas alunas desta turma, bem como falta de métodos de trabalho.

Conclui-se que grande parte das alunas desta turma, ainda não se aperceberam de qual a razão pela qual foram integradas neste curso e qual a filosofia dos Cursos de Educação e Formação.

O professor da disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação comentou nunca se ter apercebido deste tipo de problemas comportamentais, provavelmente por passar semanalmente pouco tempo com elas. Contrariando este tipo de atitudes tidas na escola, estas alunas, inseridas em contexto de estágio, tomam uma postura completamente oposta, demonstrando competência e responsabilidade.

Seguidamente caracterizou-se a turma quanto ao seu comportamento e aproveitamento geral, definindo-se estratégias para a mais breve resolução dos seus problemas.

Foi dado um louvor às professoras e alunas que se destacaram na execução dos cenários a utilizar nas actividades extra curriculares de final de período.

Para encerrar a reunião, foi divulgado o programa de actividades para o terceiro período.

### **Comentário de observação naturalista de reunião de Conselho de Turma do Curso de Assistente de Acção Educativa**

Percebeu-se pela observação desta reunião de Conselho de Turma uma forte coesão entre os professores que o compõem. Todos os professores se encontram inteirados dos assuntos relacionados com o percurso escolar das alunas e da sua vida familiar. Existe assim uma grande preocupação por parte dos professores em conhecer as suas alunas de modo a as poder ajudar nas suas dificuldades (Coutinho, 1998).

Verifica-se da parte da Directora de Turma um cuidado permanente em informar os encarregados de educação acerca do desempenho escolar dos seus educandos. A falta de assiduidade é um dos factores que mais condiciona o sucesso dos alunos. Os encarregados de educação são estimulados a envolver-se na resolução deste problema, estando constantemente a ser informados a este respeito.

O não cumprimento dos deveres do aluno poderá dever-se ao fraco acompanhamento dos encarregados de educação. O mau ambiente familiar em que algumas alunas vivem, aliados à demissão dos pais dos seus deveres de educadores, poderão influenciar grandemente as atitudes das alunas em contexto de sala de aula. De facto, verifica-se pela ausência, a importância de um correcto acompanhamento dos alunos por parte dos seus encarregados de educação para que realizem um bom percurso escolar (Epstein, 1995).

Constata-se uma predisposição das alunas para o trabalho prático, nomeadamente quando inseridas em ambiente de estágio.

### **Análise de observações naturalistas de aulas do Curso de Técnico de Electrónica**

#### **Observação naturalista de sala de aula da disciplina de Língua Portuguesa do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica, ocorrida a quinze de Março de 2007 (Anexo 13)**

O Investigador, acompanhado pela professora (...), chegou à sala de aula da disciplina de Língua Portuguesa, onde já decorriam as actividades previstas, neste caso, o visionamento de um vídeo. A professora (...) interrompeu a aula, tendo sido apresentado o âmbito desta investigação. O investigador apresentou-se, e distribuiu pelos alunos presentes os questionários a preencher, os quais os alunos prontamente começaram resolver.

Ao longo do tempo em que os alunos preenchiam os questionários não se verificaram quaisquer perturbações ou atitudes de indisciplina, demonstrando os alunos colaboração neste tipo de solicitação.

Tocou para a saída, os alunos entregaram os questionários que haviam resolvido e o delegado de turma levou dois exemplares para entregar aos alunos que não se encontravam presentes, para que estes os pudessem responder. Mais tarde estes questionários, já resolvidos, seriam entregues ao Director de Turma.

**Observação naturalista de aula do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica, ocorrida a vinte e um de Junho de 2007 (Anexo 14)**

Os alunos chegaram à sala à hora prevista, sentando-se nos seus lugares sem que se verificassem atrasos, interrupções ou outro tipo de perturbações.

A aula era de uma disciplina teórica, da componente técnica, na qual o professor utilizou o método expositivo, auxiliando-se de esquemas representados no quadro de parede.

Os alunos observaram atentamente o professor, passando para os seus cadernos toda a informação transmitida. O professor solicitou em diversas ocasiões a participação dos alunos questionando-os, os quais prontamente respondiam e discutiam os conceitos leccionados. Percebia-se que a generalidade dos alunos demonstravam interesse pela matéria dada, mantendo-se atentos.

A dada altura o professor teve a necessidade de se ausentar da sala de aula, pelo que os alunos começaram a conversar uns com os outros, em tom baixo. À entrada do professor, os alunos retomaram o ambiente de silêncio, continuando-se a aula.

Após a explicação teórica, o professor propôs a realização de um exercício, o qual foi resolvido no lugar pelos alunos, e posteriormente no quadro, esclarecendo-se dúvidas.

Um dos alunos, sinalizado como estando a passar uma fase de grande desmotivação, manifestava alheamento e desinteresse pela aula, não se fazendo acompanhar pelo material necessário, nomeadamente o caderno diário. O aluno encontrava-se a utilizar indevidamente o telemóvel. O professor, numa altura em que os restantes alunos se encontravam concentrados na resolução do exercício, trocou tranquilamente algumas impressões com este aluno.

Nota-se a existência de um clima de tolerância e respeito entre alunos e professores, preocupando-se estes últimos com a vida académica e pessoal dos seus alunos.

As matérias dadas eram complexas, muito técnicas, percebendo-se uma grande exigência e nível de dificuldade.

### **Comentário de observações naturalistas de aulas do Curso de Técnico de Electrónica**

O ambiente observado em ambas as aulas visitadas, caracterizava-se por ser tranquilo e agradável. Os alunos assumiam uma postura adequada, demonstrando interesse pelas matérias dadas e correcção na forma com que se relacionavam entre si e com os professores. Os professores das disciplinas das aulas observadas demonstravam tolerância e interesse pelas dificuldades pessoais dos alunos, tentando sempre ajuda-los.

### **Análise de observações naturalistas de Conselhos de Turma do Curso de Técnico de Electrónica**

#### **Observação naturalista de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica, ocorrido a cinco de Junho de 2007 (Anexo 15)**

As reuniões de Conselho de Turma deste curso ocorrem normalmente de quinze em quinze dias, salvo quando marcado extraordinariamente ou anulado.

Este Conselho de Turma é composto por sete professores, dos quais três do sexo feminino e os restantes do sexo masculino. Aqui as senhoras leccionam as disciplinas humanísticas e científicas, enquanto os homens leccionam as disciplinas da componente técnica.

A reunião de Conselho de Turma iniciou-se com a análise do comportamento de um aluno, suspeitando-se de consumir substâncias ilícitas. O aluno encontra-se desenquadrado do resto do grupo turma, pondo em risco os demais colegas. Observou-se um decréscimo acentuado dos resultados obtidos por este aluno, desde o início do terceiro período.

Os professores dialogaram abertamente sobre este assunto, demonstrando interesse e preocupação pela situação pessoal do aluno.

O Director de Turma informou ter contactado o encarregado de educação, percebendo-se haver diálogo entre a escola e a família.

Os professores referiram a forma como a turma se relaciona com o aluno, descrevendo as interações estabelecidas. Mais uma vez se verifica uma grande preocupação dos docentes pelos seus alunos.

Seguidamente discutiu-se a carga horária de algumas disciplinas, com o intuito de cumprir os seus conteúdos programáticos.

Analizou-se o aproveitamento geral da turma, antevendo-se já o final do ano lectivo.

### **Comentário de observações naturalistas de Conselhos de Turma do Curso de Técnico de Electrónica**

Percebeu-se pela observação desta reunião de Conselho de Turma, existir uma grande preocupação por parte dos professores para que os alunos atinjam os objectivos académicos e pessoais desejados. O envolvimento dos professores na vida pessoal de alunos mais problemáticos é visível. É notório o esforço do Director de Turma para que se estabeleça comunicação entre encarregados de educação e alunos, com o intuito de se colmatarem as suas necessidades e minimizarem as suas dificuldades. Novamente se apela à colaboração dos encarregados de educação no acompanhamento dos seus

educandos, de forma a que realizem de um bom percurso escolar (Epstein, 1995).

A criação de um bom clima de sala de aula e o estabelecimento de boas relações entre os alunos, são objectivos prioritários a atingir pelos professores, com via a optimizar o desempenho escolar de cada aluno. No caso desta turma, é igualmente notório o esforço que os professores fazem por criar um ambiente harmonioso e consensual, reflectindo a imagem organizacional da escola como democracia (Costa, 1996).

## Parte III

### 6.º Capítulo - Conclusões

A Revisão bibliográfica que elaboramos para realizar esta investigação auxiliou-nos a compreender toda a temática visada. A escola como organização complexa, vista por Costa, (1996) segundo as perspectivas de *empresa, burocracia, democracia, arena política e cultura*, é uma interpretação a que a escola em que se baseou esta investigação se identifica. Conforme os contextos e situações, todos os intervenientes no processo estudado vivenciam cada uma destas imagens organizacionais.

Apesar do contexto educacional nacional não se rever no Movimento das Escolas Eficazes, verificou-se o empenhar de esforços por parte de professores e órgãos de gestão para que a escola se torne também uma instituição de sucesso. O facto de existir na escola visada uma tradição de ensino-técnico profissional, indicia a intenção de proporcionar sucesso ao maior número possível de alunos.

A Escola assume-se como agente pedagógico, tanto para com professores como para com alunos. A formação dos professores representa hoje um factor indispensável para o sucesso destes, pois são cada vez mais as solicitações do dia-a-dia nas escolas. Sendo o exercício da docência revestido de grande complexidade e verificando-se a atribuição aos professores de uma vasta multiplicidade de tarefas, torna-se imperativa uma constante actualização de saberes, por via de uma adequada formação. No contexto observado, constata-se a existência de um défice na oferta de formações, ficando os professores obrigados a uma auto aprendizagem dos conceitos e tecnologias que necessitam para leccionar as suas disciplinas. Este facto deve-se à inexistência de verbas, percebendo-se assim que o Estado não provém as escolas com as verbas necessárias ao seu bom funcionamento, limitando a sua eficácia e autonomia.



A igualdade de oportunidade ao acesso a equipamentos educacionais e ao sucesso escolar é obrigação do Estado para com todos os cidadãos. A oferta escolar deverá ser diversificada, criando vias de escolarização adequadas a todos os alunos. Os Cursos de Educação e Formação, vêm ocupar um importante papel na formação de alunos que não se identificariam com o sistema de ensino regular.

A capacitação dos alunos, tendo em conta as suas características, sejam elas constrangedoras ou potenciadoras das suas aprendizagens, será consequência de uma boa orientação vocacional. À luz da Teoria das Inteligências Múltiplas, (Gardner, 1994), os alunos poderão realizar um melhor percurso escolar, se se integrarem num sistema que tome partido das suas aptidões, conseguindo desenvolver mais facilmente competências num vasto leque de áreas.

Os modelos de ensino foram alvo da nossa atenção, pois a sua adopção por parte dos professores em contexto de sala de aula, poderá otimizar o desempenho dos alunos. Dos modelos focados por Joyce & Weil, (1985), consideramos que o modelo de ensino não directivo poder-se-á aplicar facilmente no contexto dos cursos em estudo, gerando um ambiente de trabalho facilitador da aquisição de aprendizagens. Dada a especificidade destes cursos e ao perfil de aluno que usualmente os frequenta, o modelo não directivo poderá servir como uma boa base de trabalho para que os professores rentabilizem mais eficientemente o seu tempo por via da participação e responsabilização dos alunos no decurso do trabalho de sala de aula.

Foi nossa preocupação saber mais a respeito da temática do partenariado e das relações de parceria entre organismos (Rodrigues & Stoer, 1998). O tipo de relações que a escola estudada estabelece com instituições e empresas foi motivo de investigação, pois delas dependem a colocação dos alunos em estágios profissionalizantes e sua posterior inserção na vida activa. Do mesmo modo foram investigadas a forma de como a escola estabelece a comunicação

com as famílias, como as pode auxiliar nas suas dificuldades e como os encarregados de educação podem intervir na gestão das escolas.

Finalizando a nossa revisão bibliográfica, realizamos uma resenha histórica do Ensino Técnico em Portugal, e um levantamento do enquadramento legal dos Cursos de Educação e Formação.

Passemos agora a explanar as nossas conclusões, conforme os temas que foram suscitando interesse ao longo deste estudo.

### **A implementação dos Cursos de Educação e Formação**

A Escola Secundária Maria da Luz viu implementar ao longo da sua existência um conjunto de cursos no âmbito do ensino técnico profissional, culminando com os actuais Cursos de Educação e Formação. Estes cursos visam proporcionar uma via alternativa de formação a alunos que de outra forma dificilmente obteriam uma certificação académica com equivalência ao Ensino Secundário. Esta via de ensino caracteriza-se por fornecer ao aluno um encaminhamento laboral, numa área profissional à sua escolha, bem como uma certificação profissional e uma habilitação académica. As áreas profissionais abordadas pelos Cursos de Educação e Formação ministrados na escola Secundária Maria da Luz foram decididas tendo em conta as aptidões dos alunos desta escola, estando estas de acordo com a realidade económica da região.

Os Cursos de Educação e Formação ocupam instalações anteriormente utilizadas por cursos semelhantes, não tendo havido a necessidade de equipar a escola com instalações específicas para os ministrar. Nalguns casos, os próprios professores auxiliados pelos seus alunos efectuaram melhoramentos nas salas de aula, criando ambientes semelhantes aos das empresas ou instituições que laboram nas áreas profissionais focadas por estes cursos. A utilização de equipamentos não profissionais, pode indiciar amadorismo e pouco rigor no desempenho de determinada actividade. Não quer isto significar

que com todo este trabalho conjunto, não se tenha conseguido algo de vital importância num contexto como é o escolar, como germinação de laços de cooperação entre professores e alunos.

Os professores manifestam algum desconhecimento no que se refere a apoios financeiros estatais ou camarários, aplicados para aquisição de equipamentos, inferindo-se que estes não sejam consultados na prossecução da gestão dos cursos.

A referência de vários entrevistados à supressão do PRODEP e à ausência de verbas para áreas como a formação de professores, indicia que o Estado não provém as escolas dos recursos necessários para o seu bom funcionamento, contrariando os princípios preconizados pelo *programa de reforço da autonomia das escolas*, (Barroso, 1997).

No que se refere a recursos humanos, os Cursos de Educação e Formação são leccionados por docentes na sua maioria pertencentes aos quadros da escola, cujas habilitações nem sempre coincidem com a área das disciplinas que leccionam. Nestes casos, os professores procuram informação referente aos temas que futuramente transmitirão aos alunos, complementando de forma autodidacta a sua formação inicial. A escola não fornece aos seus professores formações ou reciclagens para que estes possam exercer a actividade docente com mais qualidade e actualidade.

Poder-se-á afirmar relativamente à implementação dos cursos que foram considerados dois factores fundamentais: a apetência dos alunos para explorarem esta área profissional e as necessidades reais da região ao nível de formação de técnicos especializados. Não se deu o caso de implementar este curso devido à mera existência de professores especializados neste campo.

Outro motivo para a abertura destes cursos foi para permitir que alunos com estas características específicas completassem a sua escolaridade com a conclusão do ensino secundário. Alunos desmotivados ou que previamente

tivessem abandonado a escolaridade, tiveram neste curso a oportunidade de complementar a sua formação académica.

### **O peso dos normativos no funcionamento dos Cursos de Educação e Formação**

Uma das conclusões extraídas desta investigação foi o facto de que neste tipo de cursos se trabalhar de uma forma muito própria, muito por via do normativo que os rege. Questões como a assiduidade dos docentes, as relações colegiais que estes estabelecem e a interligação da escola com a comunidade, são referidas pelos vários actores educativos de uma forma muito positiva.

O cumprimento do normativo que rege estes cursos é considerado pelos professores como imperativo, pelo que se verificou o estabelecimento de mecanismos de organização interna conducentes a um melhor funcionamento do curso. O registo em formulário próprio de aulas não dadas e de conteúdos leccionados, permite efectuar mais eficazmente a reposição de aulas previstas ou a permuta de professores para substituição de aulas. A *imagem organizacional da escola como burocracia* é observável em diversos sectores de gestão deste estabelecimento de ensino, inclusivamente ao nível dos Conselhos de turma, devido à necessidade de existência de formas de regulação, controlo e avaliação do trabalho levado a cabo pelos vários actores.

### **A estabilidade docente**

No que se refere à estabilidade docente dos Conselhos de Turma de alguns cursos, é de facto efectiva, já que ao longo das suas existências, foram poucos os docentes que variaram. Percebeu-se que alguns docentes convidados para integrar os Conselhos de Turma destes cursos receberam esta incumbência com alguma desconfiança relativamente ao tipo de alunos com que iriam trabalhar, sentimento que se foi esbatendo ao longo do tempo.

## **As motivações dos professores e o estabelecimento de relações colegiais**

Uma das características mais elogiadas destes cursos consiste no facto de se criar um clima de colaboração entre os docentes que praticamente não se verifica no ensino regular. O facto destes cursos se destinarem a um grupo alvo de alunos, portadores de um determinado tipo de características, tanto potenciadoras como constrangedoras ao processo de ensino/aprendizagem, gera a necessidade de se efectuar uma constante avaliação do percurso escolar dos alunos, fazendo correcções às estratégias aplicadas, aos critérios de avaliação e às medidas de remediação tomadas. Assim, torna-se imperiosa uma coesão incondicional dos membros dos Conselhos de Turma, tal como da operacionalização de um trabalho interdisciplinar permanente.

O facto de não existirem manuais das disciplinas ministradas nestes cursos, especialmente das disciplinas que compõem as componentes técnicas, exige aos professores uma maior disponibilidade e capacidade de trabalho, de forma a que realizem fichas de trabalho e outros materiais didácticos, a utilizar diariamente em contexto de sala de aula. A flexibilidade curricular inerente a estes cursos obriga igualmente à elaboração de materiais didácticos adequados às circunstâncias vivenciadas a cada momento, frequentemente realizados por vários professores. Os professores estabelecem relações colegiais espontâneas, sobretudo para a realização de fichas de trabalho e manuais e gestão curricular, auxiliando-se e consultando-se tecnicamente (*staff consulting*).

Verifica-se em alguns casos uma certa sectorização dos professores relativamente às suas áreas disciplinares, principalmente entre os professores das componentes técnicas e humanísticas. É patente o funcionamento da escola como *arena política*, (Costa 1996), mesmo ao nível dos Conselhos de Turma. Os indivíduos manifestam diferenças quanto aos seus objectivos, poderes de que são investidos ou posições que assumem na organização, gerando por vezes conflitos, na procura em atingir as suas metas.

Constata-se que existe por parte dos docentes de um grande envolvimento nos cursos que leccionam. Na generalidade, os docentes consideram que os conteúdos leccionados são adequados ao tipo de alunos observados, havendo diferenças de opinião quanto á carga horária praticada nestes cursos, conforme as áreas disciplinares.

Percebeu-se uma forte coesão entre os professores em ocasiões de trabalho de desenvolvimento de estratégias conducentes ao sucesso dos alunos. Todos os professores se encontram inteirados dos assuntos relacionados com o percurso escolar dos alunos e da sua vida familiar. Existe assim uma grande preocupação por parte dos professores em conhecer os seus alunos de modo a os poder ajudar nas suas dificuldades (Coutinho, 1998).

### **A formação contínua dos professores**

Nos casos em que a formação inicial dos professores não coincidia com os conteúdos ou áreas que lhes foram propostas para leccionar, tiveram de se especializar de forma autodidacta, sem que lhes fosse fornecida qualquer formação formal. Esta condição de défice de oferta de formação contraria o princípio de formação de professores (Garcia, 1999), que preconiza a integração da formação dos professores em processos de mudança, inovação e desenvolvimento curricular. Esta situação corrobora e consolida um espírito vigente em muitas instituições nacionais, que consiste em recorrer a recursos próprios, muitas vezes inadequados, ao invés de se procurarem recursos especializados e mais eficientes.

Para além do facto de não terem sido ministrados cursos ou acções de formação relacionadas com as áreas profissionais abordadas pelos cursos, antes da sua implementação, não se efectuaram reciclagens ao longo de todo o tempo da sua existência. Desejavelmente a formação dos professores em contexto de ensino profissionalizante, deverá prosseguir uma *orientação tecnológica*, permitindo a estes adquirirem conhecimentos e adestrarem-se em áreas que sintam mais dificuldade. Deverá haver uma *integração entre teoria e prática*, pois o saber fazer assume uma importância fundamental neste tipo de cursos (Garcia, 1999). Mais uma vez confirma-se o autodidactismo dos

professores. Por outro lado o estabelecimento de relações de colegialidade contribui significativamente para a formação informal dos professores; os professores partilham saberes adquiridos tanto nas suas formações iniciais como no decorrer das suas funções (Hargreaves, 1998).

O ambiente de restrições financeiras em que estes professores trabalham, só poderá ser compensado pela satisfação de se obterem bons resultados, ou seja de terem contribuído para o sucesso de alunos que de outra forma não o obteriam.

Constata-se igualmente que alguns professores das componentes técnicas, a maioria pertencente ao quadro e já tendo leccionado em cursos profissionais agora extintos, são detentores de formação específica das áreas profissionais abordadas pelos cursos em que leccionam, tendo inclusivamente trabalhado antes de iniciarem a sua carreira docente, em empresas do sector. Seria aparentemente desnecessária qualquer formação complementar ao nível das tecnologias, o que não invalida que lhes fossem ministradas formações relacionadas com outros temas como pedagogia ou metodologias de ensino, ou seja de orientação personalista (Garcia, 1995).

### **A capacitação dos alunos**

Percebe-se ao longo de toda a investigação, a preocupação por parte dos docentes em conhecer todos os seus alunos, tanto ao nível dos seus constrangimentos como das suas potencialidades. Carências financeiras e meio familiar são factores que vão muito além do que é aferível em ambiente de sala de aula, e que se consideram determinantes no percurso escolar dos alunos. A procura e criação de um ambiente humanamente correcto é uma constante, tanto na escola como nos estágios. A formação cívica é uma componente basilar destes cursos, que se destinam a jovens que se encontram a um passo de serem adultos. A cultura como imagem organizacional é francamente visível nos contextos estudados. (Costa, 1996). Os Conselhos de Turma representam formas simples de administração, direccionadas para a acção, cujo grau de autonomia é elevado,

proporcionando um ambiente de grande produtividade. Aos Conselhos de Turma constituídos por um corpo docente estável, é-lhes permitido a realização de um trabalho projectado a longo prazo e altamente especializado. Os professores estabelecem uma relação muito estreita com os seus alunos, cultivando os valores intrínsecos a este tipo de cursos.

As dificuldades detectadas nos alunos são na generalidade de índole cognitiva e relacionadas com a gestão do seu tempo e organização do trabalho. As visitas de estudo servem como motivação para que terminem o curso, realizem o seu estágio e se insiram na vida activa. Os docentes desencorajam vivamente os seus alunos a iniciarem-se profissionalmente por conta própria, visto o trabalho nestas áreas ser muito complexo e de grande responsabilidade, exigindo uma aprendizagem, fruto de uma longa prática laboral.

Acerca da motivação que os alunos têm perante os estudos, os professores são unânimes em considerar que antes dos alunos integrarem os cursos de Educação e Formação, observava-se que não obtinham resultados satisfatórios, entrando em muitos casos em abandono escolar. Actualmente, os alunos sentem-se realizados e cumprem as tarefas que lhes são propostas. Paralelamente ao aproveitamento, o comportamento desadequado em contexto de sala de aula era uma realidade antes da integração destes alunos nos cursos em estudo. Os alunos ao terem a oportunidade de escolherem uma área de estudos do seu agrado, sentem-se motivados a realizar e concluir um ciclo de ensino, adquirindo mais facilmente competências tecnológicas, sociais e relacionais, que de outra forma seria improvável. A Teoria da Inteligências Múltiplas poderá servir como forma auxiliar de orientação vocacional, bem como base para a elaboração de instrumentos de avaliação.

Os alunos demonstram responsabilidade e maturidade, pois revelam preocupação em atingir um futuro profissional bem sucedido. Isto é confirmado também pelo facto da maioria dos alunos, residindo longe do estabelecimento de ensino, escolheram frequentar estes cursos em vez de se matricularem no ensino regular, numa escola perto da sua residência. A frequência dos cursos,



tal como a realização dos estágios, são considerados pelos alunos como etapas fundamentais para uma correcta integração na vida activa. No caso particular dos estágios, os alunos consideram a sua duração insuficiente, não lhes permitindo atingir metas esperadas. Seria provavelmente desejável a consignação no plano de actividades de momentos de avaliação do curso, operacionalizada de forma conjunta entre professores e alunos, de modo a perceber as necessidades e expectativas de todos, efectuando sempre que necessário correcções e alterações na estrutura e organização deste, sempre dentro dos parâmetros estabelecidos pelo normativo que rege este tipo de ensino.

Em grande parte dos alunos sente-se que a maior motivação para a frequência dos seus cursos é o convívio que estes estabelecem diariamente, tendo a escola como cenário. A escola é o ponto de encontro diário onde se estabelecem vários tipos de relações com os demais colegas e com os vários actores educativos.

O curso assume-se como uma via de aprendizagem onde se tem a oportunidade de contactar pela primeira vez com uma profissão. Ao frequentar o curso, os alunos têm a consciência que para além de adquirirem um conjunto de conhecimentos úteis para um início de carreira, obtêm igualmente uma qualificação académica, equivalente ao 12.º ano de escolaridade.

O desenvolvimento físico, intelectual e emocional, é assumidamente algo que acontece no contexto da escola, reunindo esta, todas as condições para que isto se processe. A existência de equipamentos lúdicos, a prática de actividades lectivas estimulantes e a oportunidade de convívio e partilha de experiências propiciam todo um desenvolvimento pessoal e social a estes jovens.

Deduz-se que os alunos anseiem iniciar a sua vida profissional, de modo a se tornarem financeiramente independentes, pois dão grande importância a questões relacionadas com o mundo do trabalho, como sejam a formação

profissional, a oportunidade de inserção na vida activa ou a adaptação a uma estrutura hierárquica.

É patente a adopção por parte dos Conselhos de Turma de critérios de avaliação específicos para cada disciplina, relacionados com o perfil dos alunos, tendo em conta a sua evolução ao longo dos anos lectivos anteriores. É feita regularmente a avaliação do resultado da aplicação destes critérios, tal como das medidas de remediação tomadas, com vias a proporcionar aos alunos, condições necessárias ao desenvolvimento das competências previstas por este curso. Esta avaliação é complementada com as análises efectuadas pelos professores à turma no seu todo e aos alunos em particular, quanto a aproveitamento e comportamento.

Observou-se, que provavelmente devido ao facto dos alunos já trabalharem juntos há alguns anos, e devido ao trabalho que os Conselhos de Turma estão a ter no sentido de atingir os propósitos deste curso, que estes alunos já desenvolveram competências sociais indispensáveis para que, num futuro próximo, se possam integrar numa empresa ou instituição, permitindo um desempenho laboral desejável. Assim percebeu-se que quando solicitados, os alunos executam prontamente as tarefas propostas. Os alunos aderem instantaneamente às actividades previstas e facilmente trabalham em equipa, apostando-se em cumprir os objectivos a que se propuseram.

Em contexto de sala de aula, cultiva-se um ambiente de trabalho descontraído e tranquilo. Os alunos assumem uma postura adequada, demonstrando interesse pelas matérias dadas e correcção na forma com que se relacionavam entre si e com os professores. Consta-se haver uma grande facilidade de comunicação entre alunos e professores, não se vendo nos alunos qualquer relutância em pedir ajuda aos professores, sempre que tenham necessidade. Os professores demonstravam tolerância e interesse pelas dificuldades pessoais dos alunos, tentando sempre ajuda-los. Verificou-se que os professores utilizam, muitas vezes inconscientemente, os modelos de ensino descritos por Joyce e Weil (1985), sendo o modelo de ensino não directivo, aquele que elegemos como o mais adequado ao ambiente estudado.

Verificou-se que os alunos se responsabilizam pelo cumprimento dos seus deveres, demonstrando terem adquirido hábitos de trabalho e organização.

Constata-se uma predisposição dos alunos para o trabalho prático, nomeadamente quando inseridas em ambiente de estágio.

A criação de um bom clima de sala de aula e o estabelecimento de boas relações entre os alunos, são objectivos prioritários a atingir pelos professores, com vista a optimizar o desempenho escolar de cada aluno. Cultiva-se em contexto de sala de aula o modelo de escola democrática, pois é constante a partilha na tomada de decisões (Costa, 1998).

### **A realização pessoal dos alunos**

Verifica-se a existência nestes alunos de um sentimento de satisfação e realização pessoal pela frequência destes cursos. Percebe-se que gostam do que aprendem durante as actividades lectivas e nos estágios curriculares. A escola, e mais especificamente o curso, é considerado pelos alunos como um agente de formação técnica, profissional, e pessoal. A escola contribui significativamente para o desenvolvimento intelectual e emocional dos alunos e constitui uma oportunidade para estes desenvolvam competências sociais. A escola é encarada pelos alunos como um suporte afectivo, permitindo-lhes expressarem os seus sentimentos, emoções e opiniões, partilhando com colegas e professores experiências e vivências, algo que alguns não terão oportunidade de fazer no seio da sua própria família.

### **A organização curricular e pedagógica**

Alguns constrangimentos observados manifestam-se a nível pedagógico, mais precisamente em relação ao desenho curricular destes cursos: existe um grande número de disciplinas, cujos conteúdos não estão direccionados a estes alunos com este tipo de características. Verificou-se que os alunos têm

uma aptidão maior por actividades de índole mais prática e observa-se uma predominância de disciplinas teóricas. Devido a este facto e aliado à sobrecarga horária, os alunos não têm motivação para investir algum tempo de estudo em casa. Epstein, (1995) considera que o tempo que os alunos despendem em casa na execução das suas tarefas escolares, reveste-se de grande importância na realização das suas aprendizagens, algo que não sucede com os alunos das turmas observadas. A escola tenta colmatar estas condicionantes elaborando fichas de trabalho utilizadas em contexto de sala de aula, tenta motivar os alunos para a filosofia destes cursos por via da sua participação em actividades abertas à restante comunidade educativa, e organizando visitas de estudo.

Confirma-se existência de uma utilidade real dos conteúdos leccionados na prática laboral desta actividade profissional, visto o estágio ter sido referido como um momento de posta em prática do que foi previamente aprendido.

Percebe-se a existência de um constante trabalho por parte dos professores na criação de estratégias com o intuito de proporcionar aos seus alunos um ambiente favorável ao seu sucesso escolar. Os Conselhos de Turma avaliam e corrigem sistematicamente a didáctica das várias disciplinas, através de um permanente ajuste de critérios de avaliação, de uma constante adaptação dos conteúdos a leccionar, bem como através da criação de materiais didácticos a utilizar durante as aulas. Todo este trabalho só é possível derivado às boas relações colegiais estabelecidas pelos professores destes Conselhos de Turma. Constata-se a prossecução de uma gestão curricular eficiente, tendo em conta a formação e especialidade de cada um dos professores, sendo frequente o trabalho conjunto destes na leccionação de conteúdos específicos de determinadas disciplinas.

### **O planeamento e o controlo pedagógico**

Nestes cursos, o início de cada ano lectivo é marcada pelo estabelecimento de novas regras, pelo planeamento curricular e pela marcação de actividades complementares à acção lectiva.

Opera-se assim uma preparação minuciosa de todo o ano lectivo, dando-se a conhecer aos professores as novas regras, a aplicar em todos os Cursos de Educação e Formação, regras estas, emanadas pela Tutela.

A marcação prévia de actividades não lectivas, nomeadamente de visitas de estudo coadunadas com os conteúdos leccionados em cada momento, tanto nas disciplinas da componente tecnológica como das disciplinas da componente geral, é efectuada de modo a se estabelecer uma relação entre as práticas laborais operadas nas empresas e as actividades lectivas levadas a cabo em contexto escolar.

### **As relações da escola com a comunidade**

A relação que a escola mantém com a comunidade local, por via do trabalho realizado pelos Cursos de Educação e Formação é realmente efectiva e frutuosa. Estabelecem-se um conjunto de *forças vivas* entre a escola e empresas ou instituições privadas ou particulares, IPSS, autarquias, Centro de Emprego, centros de saúde ou hospitais, tanto para angariação de estágios como para apoio a alunos e famílias com carências específicas. A realização deste tipo de contactos é geralmente efectuada pelos coordenadores dos cursos, de forma informal, não se estabelecendo protocolos oficiais. A realização dos estágios curriculares dos alunos desta escola em empresas e instituições, para além de terem vindo a originar uma rede de sinergias, têm cimentado uma boa imagem da escola na região, facilitando assim a integração de alunos na vida activa. As parcerias entre a escola e empresas ou instituições são quase sempre estabelecidas informalmente.

Percebeu-se o facto da não existência de uma política concertada entre organismos oficiais, neste caso concreto relativamente à formação profissional e emprego, não existindo elos de ligação formais entre a escola e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, tanto para a colocação de jovens na vida activa, como para a promoção do associativismo ou formação de micro empresas. Do mesmo modo, percebeu-se a ausência de acompanhamento por

parte de técnicos do Instituto de Emprego e Formação Profissional a estagiários em empresas, no seu percurso, avaliação, certificação profissional e posterior inserção na vida activa. Seria desejável a implementação de uma política coordenada entre os ministérios que tutelam a Educação e o Trabalho e Solidariedade Social, criando pontes efectivas entre escola e vida activa.

Outro ponto que poderá despertar alguma estranheza, é a inexistência de protocolos firmados entre a escola e empresas ou instituições locais. Os contactos são efectuados pelos coordenadores de curso, pontualmente, ou seja, quando se verifica a necessidade de colocar os alunos em estágio. As empresas aceitam os alunos, devido à boa reputação que a escola goza a este nível e não devido a uma ligação institucional da escola com sectores económicos da região.

Percebe-se que os docentes têm um conhecimento profundo relativo à forma como as empresas destas áreas funcionam; as dificuldades e problemas com que os técnicos se deparam no quotidiano, a forma de gestão da produção e outros factores constrangedores, fazem com que os professores não criem nos seus alunos, expectativas irreais no que se refere ao seu futuro profissional, desaconselhando-os de se iniciarem por conta própria.

A relativa facilidade de angariação dos estágios para os alunos por parte dos coordenadores de curso poderá ser consequência de estes cursos estarem de acordo com as necessidades de mão-de-obra qualificada da região.

### **A Comunicação entre a escola e a família**

É visível o esforço que os Directores de Turma investem para que a família se envolva mais efectivamente no percurso escolar dos alunos. São criados mecanismos facilitadores deste envolvimento, tal como a assinatura de documento de autorização de aplicação de novas regras para a compensação de aulas não assistidas, ou o estabelecimento de contratos pedagógicos.

A comunicação entre os Directores de Turma e os encarregados de educação é efectuada através de vários meios de comunicação, (correio, telefone, telemóvel, mensagens SMS), por vezes em simultâneo. Os encarregados de educação são deste modo postos em tempo real ao corrente da situação escolar dos seus educandos, sendo frequentemente solicitada a sua presença na escola para reunião com o Director de Turma.

Verifica-se por parte do Directores de Turma um cuidado permanente em informar os encarregados de educação acerca do desempenho escolar dos seus educandos. A falta de assiduidade é um dos factores que mais condiciona o sucesso dos alunos. Os encarregados de educação são estimulados a envolver-se na resolução deste problema, estando constantemente a ser informados a este respeito.

### **Apoio da escola às famílias**

Conclui-se que questões relacionadas com a saúde e bem-estar dos alunos são factores condicionantes para o sucesso escolar destes. A assiduidade é condicionada pela necessidade de internamento ou de recurso a consultas médicas e a pontualidade é constantemente condicionada pelo mau estar físico e emocional manifestado por alguns alunos, pondo assim em causa trabalho individual destes em particular e da turma em geral. A escola assume um papel importante apoiando estes alunos e suas famílias, recorrendo a organismos internos, como no caso do Serviço de Psicologia e Orientação, ou externos, como o Centro de Saúde ou o Hospital Municipal.

O Serviço de Orientação e Psicologia, assume nesta escola um papel importante no que se refere a auxílio a alunos e suas famílias na superação das suas dificuldades. Este organismo interno de apoio ao aluno é o mais solicitado pelos vários actores educativos.

Existe uma grande preocupação por parte dos professores para que os alunos atinjam os objectivos académicos e pessoais desejados. O envolvimento dos professores na vida pessoal de alunos mais problemáticos é visível. É notório o

esforço dos Directores de Turma para que se estabeleça comunicação ente Encarregados de Educação e alunos, com o intuito de se colmatarem as suas necessidades e minimizarem as suas dificuldades.

### **A participação dos Encarregados de Educação**

Existe um trabalho árduo da parte dos Directores de Turma para manter informados os encarregados de educação, no que concerne ao percurso escolar dos seus educandos. Quanto ao acompanhamento e apoio dos encarregados de educação aos seus educandos, percebe-se algum desprendimento da parte destes, pois metade dos alunos são encarregados deles próprios e dos que não são, só um pequeno número é que comparece à escola para se inteirar do percurso académico dos seus educandos. O não cumprimento dos deveres do aluno, poderá dever-se ao fraco acompanhamento dos encarregados de educação. A demissão dos pais dos seus deveres de educadores, poderá influenciar grandemente as atitudes dos alunos em contexto de sala de aula. Relativamente ao acompanhamento dado pelos encarregados de educação aos seus educandos, verificam-se contradições entre as respostas destes e as declarações de alguns actores educativos. Será que os encarregados de educação responderam com verdade aos questionários propostos?

### **Representações que os actores educativos fazem dos Cursos de Educação e Formação**

Foi nossa intenção perceber que representações fazem os actores educativos relativamente aos Cursos de Educação e Formação, pois são bastantes aqueles que intervêm activamente no decorrer de todo este processo de ensino. Para tal partiu-se das entrevistas aplicadas ao órgão de gestão da escola, na pessoa do seu presidente, a órgãos de gestão intermédia, nas pessoas dos coordenadores dos cursos em estudo, e aos seus Directores de Turma. Os questionários aplicados aos docentes que compõem os Conselhos de Turma de ambos os cursos visados, serviram de igual modo para aferir acerca destas representações. Analisemos assim este tema à luz dos instrumentos de investigação aqui referidos:



-Percebe-se haver um preconceito generalizado por parte dos professores, em relação aos alunos que frequentam este tipo de cursos.

-Pode-se concluir a existência de diferentes percepções da realidade dos cursos, das representações que os professores fazem dos alunos, das expectativas depositadas no seu futuro académico e profissional, quer por parte dos professores do curso de Assistente de Acção Educativa, quer dos professores do curso de Técnico de Electrónica.

-Sendo a profissão de Assistente de Acção Educativa uma actividade de índole social, em que no caso deste curso a componente curricular humanística assume um peso preponderante, justifica o facto dos docentes considerarem vantajoso um posterior complemento de formação. Em oposição, a actividade de Técnico de Electrónica, puramente tecnológica, objectiva e rigorosa, cuja componente técnica é assegurada por docentes que anteriormente exerceram a profissão, não exige o prosseguimento de estudos, fornecendo a escola todo o *knowhow* necessário para um início de carreira. Neste caso, os docentes consideram a prática laboral quotidiana a melhor forma para se evoluir e aperfeiçoar nesta profissão, devendo os alunos iniciarem a sua vida activa logo que concluem o curso.

-Verificou-se alguma dificuldade por parte dos encarregados de educação em assumir que os seus educandos têm mais facilidade em concretizar os seus deveres académicos neste tipo de cursos do que no ensino regular. Do mesmo modo, em relação ao comportamento desajustado por eles demonstrado anteriormente, alguns dos encarregados de educação resguardam-se, respondendo não saber. Porém, a maioria reconhece que os alunos estabelecem entre si uma boa relação de camaradagem.

### **As expectativas dos professores e encarregados de educação no futuro dos alunos**

As expectativas dos professores no futuro académico e profissional dos seus alunos, varia conforme o curso em que estes leccionam. Se existem casos em

que os professores consideram o perfil dos seus alunos após a conclusão do curso, um perfil completo, estando estes aptos a iniciar a sua carreira profissional, outros há que desejariam aos seus alunos uma continuação académica, consolidando assim a sua formação. Do mesmo modo, em relação à probabilidade dos seus alunos conseguirem um emprego na mesma área profissional em que estudaram, os professores sentem-se optimistas nuns casos e pessimistas noutros. Este facto deve-se a experiências anteriores, em que alguns cursos registaram um maior índice de sucesso no que diz respeito à integração na vida activa dos seus alunos do que outros.

Os encarregados de educação dizem ter conhecimento da forma como os seus educandos encaram a escola e quais os seus objectivos futuros a nível académico e profissional. Os encarregados de educação gostariam que os seus educandos prosseguissem estudos após a conclusão do curso, o que indicia algum descrédito neste tipo de ensino.

Os encarregados de educação demonstraram conhecer o âmbito dos Cursos de Educação e Formação e da forma como são geridos. Os estágios curriculares são unanimemente considerados fundamentais para uma boa integração destes alunos na vida activa, esperando que adquiram facilmente um emprego relacionado com a área de estudos.

### **Resposta à pergunta de partida**

Tendo sido formulada no início da nossa investigação a pergunta “que contributo os Cursos de Educação e Formação poderão dar aos alunos, de forma a conduzi-los a um cenário de sucesso?”, poder-se-á concluir que a frequência e conclusão dos cursos visados proporciona aos seus alunos um ambiente de formação e crescimento pessoal, potenciado pelas interações e relações estabelecidas tanto entre pares como com os professores, ambiente esse, em grande parte dos casos, inexistente no seio familiar. É assumido pelos alunos que a sua permanência na escola, particularmente no curso que frequentam, permite o seu desenvolvimento intelectual, social e físico, gerando

um sentimento de motivação e optimismo quanto ao seu futuro profissional e pessoal.

No campo laboral, estes cursos fornecem aos alunos conhecimentos dentro de uma determinada área profissional, bem como a uma primeira abordagem e integração na vida activa, por via dos estágios profissionalizantes, sem que com isto os confinem ao exercício de uma profissão específica. A realização dos estágios proporciona aos alunos uma ambientação laboral e um primeiro contacto com um determinado número de regras próprias de um sistema hierárquico empresarial.

A permanente comunicação que a escola estabelece com as famílias proporciona nalguns casos a melhoria de relações entre os alunos e os seus encarregados de educação e a um maior comprometimento destes no percurso escolar dos seus educandos.

Pode-se concluir que os Cursos de Educação e Formação poderão contribuir de forma decisiva para o sucesso pessoal e profissional dos alunos que os frequentam, integrando-os socialmente e capacitando-os para o seu bom desempenho laboral.

## **6.1. Recomendações**

O contacto que tivemos ao longo deste ano de investigação com a realidade escolar dos Cursos de Educação e Formação visados, incentivou-nos a tecer algumas considerações referentes a alguns dos factores relacionados directa ou indirectamente com esta realidade.

Como observadores externos da vida destes cursos, percebemos que no que concerne ao desempenho e motivação dos professores, poderiam nalguns casos ser optimizados se a escola ou o estado lhes fornecesse periodicamente formações dentro das áreas que leccionam. Percebe-se que fazem um esforço suplementar para se adestrarem em áreas que lhes são alheias, não possuindo meios e recursos para uma leccionação óptima. A não existência de manuais e recursos didácticos aprovados a nível nacional, consentâneos com os programas emanados pela tutela, obriga os professores a uma pesquisa e elaboração destes, provavelmente sem o rigor científico de material elaborado por especialistas. Será que este facto deixa de conferir aos Cursos de Educação e Formação alguma coerência e uniformidade a nível nacional?

No que respeita à certificação que estes cursos conferem aos alunos que os concluem, não é exercida por um organismo credível, como seria o caso do Instituto de Emprego e Formação Profissional, mas sim pela escola, coadjuvada pela avaliação que as empresas fazem dos alunos que nelas realizam os estágios. Não se verifica assim uma política concertada entre ministérios, na elaboração de programas e material didáctico, na formação de professores, na certificação de formandos nem na sua integração na vida activa. A decisão da escolha das áreas profissionais abordadas pelos Cursos de Educação e Formação não é assessorada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, não existindo estudos credíveis sobre as necessidades reais do tecido empresarial das regiões onde as escolas se inserem, no que concerne a qualificação de pessoal especializado.

Percebe-se que o Estado incentiva a implementação de Cursos de Educação e Formação nas escolas, reveste este tipo de ensino de um corpo legal consistente mas não provém as escolas de recursos, físicos e humanos para os leccionar de forma eficiente. A alocação às escolas de recursos por parte do Estado é insuficiente, dificultando assim a tarefa das escolas, não se incentivando a excelência deste tipo de ensino.

Desejável seria a inclusão dos cursos em estudo nos Planos Educativos de Escola, Projectos Curriculares de Turma, Planos Anuais de Actividades e planos de formação de professores.

Observando a complexidade que envolve este tipo de cursos, bem como as características particulares dos alunos que os frequentam, verifica-se que a selecção dos professores se processa, regra geral, de forma pouco adequada, pois não são tidas em consideração pré requisitos particularmente relacionados com pedagogia aplicada a alunos de risco, dando-se exclusivamente importância aos conhecimentos científicos que os professores detêm.

Do mesmo modo, constata-se que a selecção dos alunos candidatos a integrar os Cursos de Educação e Formação é realizada caso a caso em cada curso, não existindo parâmetros estabelecidos a nível nacional. Este facto pode nalguns casos causar um afluxo indesejado de alunos indisciplinados ou sem interesse no cumprimento os seus deveres para estes cursos, gerando-se situações discriminatórias. É dever de todos nós, actores educativos, não permitir que se instale nas nossas escolas um sentimento estigmatizante e socialmente fracturante directamente relacionado com o ensino profissionalizante, como outrora fora tão evidente.

## Bibliografia

BARDIN, Laurence, (1988), *Análise de Conteúdo*, Edições 70

BARREIROS, João Carlos, (1996), *A turma como Grupo e Sistema de Interação*, Porto, Porto Editora

BARROSO, João (org.), (1996), *O Estudo da Escola*, Porto. Porto Editora

BARROSO, João (1997), *Autonomia e Gestão das Escolas*, Lisboa, Editorial do Ministério da Educação

BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sara, (1994), *Investigação Qualitativa em Educação*, Porto Editora

BOURDIEU, Pierre et PASSERON, J.-C., (1970) *La Reproduction*. Paris, Les Éditions de Minuit

CARMO, Hermano, MALHEIRO, Manuela, (1998), *Metodologia da Investigação - Guia para Auto aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta

CARVALHO, Rómulo, (1986), *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

CASTRO, Engrácia, (1995), *O Director de Turma nas Escolas Portuguesas*, Porto, Porto Editora

CORTESÃO, Luísa, TORRES, Maria Arminda, (1978), *Avaliação Pedagógica I, Insucesso Escolar*, Porto, Porto Editora

COUTINHO, Maria de Sousa, (1998), *O Papel do Director de Turma na Escola Actual*, Porto, Porto Editora

CROZIER, Michel, (1963), *Le phénomène bureaucratique*, Éditions du Seuil

EPSTEIN, Joyce (1995) *School/Family/Community Partnerships: Caring for the Children we Share*. Phi Delta Kaplan, pp. /01-712

FODDY, William, *Como Perguntar, Teorias e práticas em entrevistas e questionários*, Oeiras, Celta

GARCIA, Carlos Marcelo, (1999), *Formação de Professores, Para uma mudança educativa*, Porto, Porto Editora

GARDNER, Howard, (1994), *Estruturas da Mente, A Teoria das Inteligências Múltiplas*, Porto Alegre, Artmed

GARDNER, Howard, (1995), *Inteligências Múltiplas, A Teoria na Prática*, Porto Alegre, Artmed

GHIGLIONE, R. e Matalon, B.,(1977) *O Inquérito, Teoria e Prática*, Celta

HARGREAVES, Andy, (1998), *Professores em Tempos de Mudança, o trabalho e a cultura dos professores na idade pós-moderna*, Carnaxide, Mcgraw Hill

HILL, M. e Hill, *O Inquérito por Questionário*, Edições Sílabo

JOYCE, Bruce & WEIL, Marsha, (1985), *Modelos de Enseñanza*, Ediciones Anaya, S.A.

PARDAL, Luís; Ventura, Alexandre; Dias, Carlos, (2003), *O Ensino Técnico em Portugal*, Aveiro, Universidade de Aveiro

PERRENOUD, P. (2002), *Educação e a aprendizagem da Democracia*, Porto, Asa

QUIVY R., CAMPENHOUDT L-V, (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva

RODRIGUES, Fernanda, (1998), STOER, Stephen *Entre Parcerias e Partenariado Amigos, amigos, negócios à parte*, Oeiras, Celta Editora

SÁ, Virginio, (2004), *A participação dos Pais na Escola Pública Portuguesa, uma abordagem sociológica e organizacional*, Braga, Universidade do Minho

SALEMA, Maria Helena, (1997), *Ensinar a Aprender a Pensar*, Lisboa, Texto Editora

VAZ, Mário, (1917), *O Ensino Industrial em Portugal*, Lisboa, Editor –Pedro Bordallo Pinheiro

### **Dissertação de referência**

SIMÕES, João Carlos Martins (2000), *A Mobilização no Contexto Organizacional da Escola, As relações e inter-relações dos actores e processos organizacionais na construção de um projecto de Currículos Alternativos*, Braga, Universidade do Minho

### **Documentação de suporte legal**

Carta Educativa do Conselho de (...)

Despacho conjunto nº279/2002 de 12 de Abril;

Despacho nº 25768/2002 de 5 de Dezembro;

Despacho conjunto nº453/2004 de 27 de Julho 2004

Documento “ *Comunicação da Comissão* “ da Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas (2005);

Lei de Bases do Sistema Educativo - Lei nº46/86 de 14 de Outubro

Projecto Educativo e Plano Anual de Actividades da E. S. (...);



Universidade Aberta

# **O contributo dos Cursos de Educação Formação para o sucesso escolar e pessoal dos alunos**

Lógicas e práticas de acção em contexto  
de ensino profissionalizante

Dissertação de Mestrado

ANEXOS

Henrique Nuno Jacinto Dias de Oliveira

Lisboa

2008

## Anexo I

## **-Anexo 1 - Guião de entrevista ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz**

### **Escola Secundária Maria da Luz**

#### **Guião de Entrevista ao Presidente do Conselho Executivo**

Esta entrevista destina-se a auxiliar a elaboração de um estudo, cuja finalidade é aferir qual a utilidade dos Cursos de Educação e Formação, que recursos são necessários para o bom funcionamento deste tipo de cursos e que relações se estabeleceram entre a escola e outras entidades.

#### **1. Identificação do Presidente do Conselho Executivo:**

Idade: de 20 a 24 anos ☐ de 25 a 29 anos ☐ de 30 a 34 anos ☐  
de 35 a 39 anos ☐ de 40 a 44 ☐ mais de 45 anos ☐

Sexo M ☐ F ☐

Habilitações Literárias: Bacharelato ☐ Licenciatura ☐ Mestrado ☐  
Doutoramento ☐

Tempo de serviço:  
De 1 a 9 anos ☐ de 10 a 19 anos ☐ de 20 a 30 anos ☐ mais de 30 anos ☐

Lecciona actualmente num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Já leccionou num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Grupo disciplinar a que pertence: \_\_\_\_\_

#### **2 - Guião de Entrevista**

2.1- Em que ano a Escola Secundária Maria da Luz decidiu abrir Cursos de Educação e Formação?

2.2- Porque razão a escola decidiu abrir este tipo de cursos?

2.3- Que recursos físicos a escola já possuía, que são utilizados por estes cursos?

2.4- Que recursos físicos a escola teve de adquirir para tornar possível o bom funcionamento destes cursos?

2.5- A escola obteve financiamentos externos para poder abrir os Cursos de Educação e Formação?

2.6- A escola tem acesso regularmente a verbas destinadas à manutenção destes cursos?

2.7- Que apoios a autarquia dá à escola, com o intuito de manter em funcionamento os Cursos de Educação e Formação?

2.8- Quanto a recursos humanos, a escola recorreu à requisição de novos professores, portadores de formação específica, para a docência nestes cursos?

2.9- A Escola fornece regularmente aos professores que leccionam nestes cursos, formação para que estes melhor leccionem as suas disciplinas?

2.10- Sente que os docentes se encontram motivados a integrarem Conselhos de Turma de Cursos de Educação e Formação?

2.11- Considera que a existência de Cursos de Educação e Formação nesta escola, tem contribuído para o aumento da taxa de sucesso escolar?

2.12- Existem parcerias entre a escola e as entidades empregadoras da região?

2.13- Que relações se estabeleceram entre a escola o Instituto de Emprego e Formação Profissional?

2.14- A escola recorre ao Instituto de Emprego e Formação Profissional para angariar técnicos para a constituição das equipas de júris das PAFs?

## **-Anexo 2 - Guião de entrevista aos Coordenadores de Curso**

### **Escola Secundária Maria da Luz**

#### **Guião de Entrevista aos Coordenadores dos Cursos de Educação e Formação**

Esta entrevista destina-se a auxiliar a elaboração de um estudo, cuja finalidade é aferir qual a utilidade dos Cursos de Educação e Formação, que recursos são necessários para o bom funcionamento deste tipo de cursos e que relações se estabeleceram entre a escola e outras entidades.

#### **1. Identificação do Coordenador do Curso de Educação e Formação de Técnicos de Electrónica:**

Idade: de 20 a 24 anos ☐ de 25 a 29 anos ☐ de 30 a 34 anos ☐  
de 35 a 39 anos ☐ de 40 a 44 ☐ mais de 45 anos ☐

Sexo M ☐ F ☐

Habilitações Literárias: Bacharelato ☐ Licenciatura ☐ Mestrado ☐  
Doutoramento ☐

Tempo de serviço:  
De 1 a 9 anos ☐ de 10 a 19 anos ☐ de 20 a 30 anos ☐ mais de 30 anos ☐

Lecciona actualmente num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Já leccionou num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Grupo disciplinar a que pertence: \_\_\_\_\_

#### **2 - Guião de Entrevista**

2.1- Há quanto tempo coordena este tipo de cursos?

2.2- Porque razão a escola decidiu abrir especificamente este curso?

2.3- Que recursos físicos a escola já possuía, que são utilizados por este curso?

2.4- Que equipamento e materiais a escola teve de adquirir para tornar possível o bom funcionamento deste curso?

2.5- O curso tem acesso regularmente a verbas destinadas ao seu bom funcionamento?

2.6- Quanto a recursos humanos, a escola recorreu à requisição de novos professores, portadores de formação específica, para a docência neste curso?

2.7- A Escola fornece regularmente aos professores, formação complementar, para que melhor leccionem disciplinas que divergem da sua formação inicial?

2.8- Teve facilidade em captar os professores que compõem o Conselho de Turma deste C.E.F?

2.9- Sente que na generalidade, os docentes se encontram motivados a integrarem Conselhos de Turma de Cursos de Educação e Formação?

2.10- Os professores deste Conselho de Turma estabelecem facilmente entre si relações de cooperação?

2.11- Os professores deste curso, costumam promover actividades extra curriculares, sejam elas visitas de estudo, actividades de final de período ou dinamização de clubes?

2.12- Existem parcerias entre a escola e as entidades empregadoras da região?

2.13- Com que tipo de instituições esta escola estabelece parcerias, com o intuito de integrar os alunos no mercado de trabalho?

2.14- Tem facilidade em angariar lugares para os estágios de final de curso, em empresas da região?

2.15- Regra geral, com que ideia dos alunos ficam os empresários que lhes oferecem estágios?

2.16- Considera que a existência de Cursos de Educação e Formação nesta escola, tem contribuído para o aumento da taxa de sucesso escolar?

2.17- Os alunos que concluem Cursos de Educação e Formação têm facilidade na obtenção de emprego?

2.18- Acredita que os alunos, após a finalização deste curso, têm motivação para se associarem, com a intenção de criarem as suas próprias micro empresas?

## **-Anexo 3 - Guião de entrevista aos Directores de Turma**

### **Escola Secundária Maria da Luz**

#### **Guião de Entrevista aos Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação**

Esta entrevista destina-se a auxiliar a elaboração de um estudo, cuja finalidade é aferir qual a utilidade dos Cursos de Educação e Formação, que recursos são necessários para o bom funcionamento deste tipo de cursos e que relações se estabeleceram entre a escola e outras entidades.

#### **1. Identificação do Director de Turma do Curso de Educação e Formação de Assistentes de Acção Educativa:**

Idade: de 20 a 24 anos ☐ de 25 a 29 anos ☐ de 30 a 34 anos ☐  
de 35 a 39 anos ☐ de 40 a 44 ☐ mais de 45 anos ☐

Sexo M ☐ F ☐

Habilitações Literárias: Bacharelato ☐ Licenciatura ☐ Mestrado ☐  
Doutoramento ☐

Tempo de serviço:  
De 1 a 9 anos ☐ de 10 a 19 anos ☐ de 20 a 30 anos ☐ mais de 30 anos ☐

Lecciona actualmente num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Já leccionou num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Grupo disciplinar a que pertence: \_\_\_\_\_

#### **2 - Guião de Entrevista**

2.1- Há quanto tempo dirige esta turma?

2.2- O Conselho de Turma tem-se mantido estável ao longo deste tempo?

2.3- Que dificuldades encaram os professores que leccionam neste tipo de cursos?

2.4- Os professores deste Conselho de Turma estabelecem facilmente entre si relações de cooperação?



2.5- Sente que na generalidade, os docentes se encontram motivados a integrarem Conselhos de Turma de Cursos de Educação e Formação?

2.6- Os professores desta turma, costumam promover actividades extra curriculares, sejam elas visitas de estudo, actividades de final de período ou dinamização de clubes?

2.7- Acha correcto o desenho curricular deste curso?

2.8- Considera que os conteúdos leccionados nas várias disciplinas são adequados ao tipo de alunos que compõem esta turma?

2.9- A carga horária praticada nos Cursos de Educação e Formação é a mais adequada?

2.10- Que tipo de dificuldades se manifestam mais nos alunos desta turma?

2.11- Na generalidade, os alunos desta turma conhecem e adoptam a filosofia deste curso?

2.12- Os alunos aderem facilmente às actividades propostas pelos professores das várias disciplinas?

2.13- Os alunos estabelecem uma boa relação entre si, com os professores, bem como com a restante comunidade educativa?

2.14- Os alunos desta turma dinamizam regularmente actividades abertas à restante comunidade educativa?

2.15- Os alunos que concluem Cursos de Educação e Formação têm tido facilidade na obtenção de emprego?

2.16- Acredita que os alunos, após a finalização deste curso, têm motivação para se associarem, com a intenção de criarem as suas próprias micro empresas?

2.17- Considera que a existência de Cursos de Educação e Formação nesta escola, tem contribuído para o aumento da taxa de sucesso escolar?

2.18- Os encarregados de educação têm conhecimento do âmbito destes cursos?

2.19- Os encarregados de educação dão o apoio necessário aos seus educandos?

2.20- Os encarregados de educação comparecem na escola quando convocados e mantêm contactos regulares com o Director de Turma?

## **-Anexo 4- Inquérito por questionário aos Docentes**

### **Escola Secundária Maria da Luz**

#### **Questionário aos Docentes**

Este questionário destina-se à elaboração de um estudo, cuja finalidade é aferir qual a utilidade dos Cursos de Educação e Formação, se os alunos que o frequentam adquirem as competências previstas na Lei de Bases do Ensino Básico, e quais as suas motivações e perspectivas de futuro. Por favor marque com um X em SIM ou NÃO conforme ache mais adequado.

#### **1. Identificação do Professor:**

Idade: de 20 a 24 anos ☐ de 25 a 29 anos ☐ de 30 a 34 anos ☐  
de 35 a 39 anos ☐ de 40 a 44 ☐ mais de 45 anos ☐

Sexo M ☐ F ☐

Habilitações Literárias: Bacharelato ☐ Licenciatura ☐ Mestrado ☐  
Doutoramento ☐

Tempo de serviço:  
De 1 a 9 anos ☐ de 10 a 19 anos ☐ de 20 a 30 anos ☐ mais de 30 anos ☐

Lecciona actualmente num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Já leccionou num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Grupo disciplinar a que pertence: \_\_\_\_\_

#### **2. Questões relacionadas com os alunos:**

2.1 Pensa que os alunos se matriculam em Cursos de Educação e Formação conscientes do que vão encontrar? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.2 Sente que os alunos que integram Cursos de Educação e Formação gostam dos cursos que estão a frequentar? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.3 Acha que na generalidade os alunos que optam por integrar Cursos de Educação e Formação têm menos aptidões para estudar, do que os que seguem o ensino regular? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

2.4 Acha que na generalidade os alunos que optam por integrar Cursos de Educação e Formação, têm mais problemas disciplinares do que os que seguem o ensino regular? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

2.5 Pensa que os alunos que frequentam Cursos de Educação e Formação tem por objectivo a continuação de estudos após a sua conclusão? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

2.6 Acha vantajoso que os alunos continuem a estudar após a conclusão do curso que se encontram a frequentar? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

2.7 Sente que os alunos que integram Cursos de Educação e Formação, seguirão uma via profissional na mesma área de estudos que frequentam? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

### **3. Questões relacionadas com os Cursos de Educação e Formação:**

3.1 Conhece as diferenças fundamentais entre os Curso de Educação e Formação e o Ensino Regular? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.2 Sabe em que consistem os Cursos de Educação e Formação ministrados na escola em que lecciona? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.3 Sabe em que moldes são seleccionados os alunos a integrar Cursos de Educação e Formação? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.4 Se respondeu SIM, considera-os os mais adequados? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.5 Pensa que o ensino dos Cursos de Educação e Formação é mais individualizado do que no ensino regular? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.6 Pensa serem úteis e adequados os conteúdos leccionados nos Cursos de Educação e Formação que conhece? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.7 Acha adequada a carga horária dos Cursos de Educação e Formação? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.8 Na sua opinião, os financiamentos estatais a Cursos de Educação e Formação são suficientes para o bom funcionamento destes? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.9 Para si os estágios profissionalizantes realizados pelos alunos no final destes cursos são uma boa porta de entrada no mundo do trabalho? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

#### **4. Questões relacionadas com os Cursos de Educação e Formação ministrados na Escola em estudo:**

4.1 Pensa ser importante para esta escola, a existência de Cursos de Educação e Formação? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.2 Pensa ser importante para os professores desta escola, a existência de Cursos de Educação e Formação? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.3 As relações colegiais entre os professores que leccionam nos Cursos de Educação e Formação desta escola, são importantes para o bom funcionamento destes? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.4 Sente que os professores que leccionam em Cursos de Educação e Formação, são beneficiados quanto a horários? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.5 A seu ver, existe relação entre os Cursos de Educação e Formação desta escola e o seu Projecto Educativo? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.6 Considera que as instalações, equipamentos e materiais desta escola são adequadas ao bom funcionamento dos Cursos de Educação e Formação? ... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.7 Vê nos professores que leccionam este tipo de cursos, competência e formação específica necessárias para o fazer? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.8 Vê nos auxiliares de acção educativa que dão apoio a este tipo de cursos, competência e formação específica necessárias para o fazer? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.9 Sabe se os alunos que estudam nos Cursos de Educação e Formação, ministrados nesta escola têm uma boa relação com os demais colegas? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.10 Sabe se os alunos que estudam nos Cursos de Educação e Formação, ministrados nesta escola, têm uma boa relação com os seus professores? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.11 A comunicação entre a escola e os encarregados de educação é eficiente? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.12 A escola fornece regularmente aos encarregados de educação informação acerca do percurso escolar dos seus alunos?..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

## **5. Questões relacionadas com o local onde se insere a escola em estudo:**

5.1 A seu ver, existe relação entre as áreas de formação dos Cursos de Educação e Formação desta escola e as actividades económicas do tecido empresarial da região? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

5.2 A Autarquia apoia esta escola, quanto ao funcionamento dos Cursos de Educação e Formação que ministra?..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

5.3 Acha que existem saídas profissionais para os alunos, nas regiões limítrofes à escola? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

5.4 Sente que as empresas e outras entidades empregadoras estão sensibilizadas para acolher os alunos dos Cursos de Educação e Formação, em estágios profissionalizantes? ..... **SIM** ☐ **NÃO** ☐ **NÃO SEI** ☐

## **-Anexo 5 - Inquérito por questionário aos Encarregados de Educação**

### **Questionário aos Encarregados de Educação**

Este questionário destina-se a ajudar-me a realizar um estudo da Universidade Aberta, para saber qual a utilidade dos Cursos de Educação e Formação, se os alunos que os frequentam gostam do que aprendem e se querem seguir uma profissão relacionada com o curso que tiraram.

Por favor marque com um X em SIM, NÃO, NÃO SEI ou ALGUNS, conforme ache mais adequado.

#### **1. Identificação do Encarregado de Educação:**

Idade: menos de 29 anos ☐ de 30 a 34 anos ☐ de 35 a 39 anos ☐  
de 40 a 44 ☐ mais de 45 anos ☐

Sexo M ☐ F ☐

Parentesco: Mãe ☐ Pai ☐ Avó(ô) ☐ Tia(o) ☐ outro ☐

Profissão: \_\_\_\_\_

Habilitações literárias:

1º ciclo ☐ 2º ciclo ☐ 9º ano ☐ 12º ano ☐ curso superior ☐

#### **2. Questões relacionadas com o seu educando(a):**

2.1. O seu/a sua educando(a) matriculou-se num Curso de Educação e Formação de livre vontade? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.2. Pensa que o seu/a sua educando(a) gosta do curso que está a frequentar? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.3 O/A seu/a sua educando(a) pensa em continuar a estudar depois de terminar o Curso de Educação e Formação que actualmente frequenta? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.4 Gostava que o/a seu/a sua educando(a) continuasse a estudar depois de acabar este curso? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.5 Pensa que o seu/a sua educando(a) virá a ter a profissão que está a aprender no curso que frequenta? ... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐



2.6 Acha que os alunos que escolheram matricular-se em Cursos de Educação e Formação, não tinham anteriormente vontade de estudar? ..... SIM ☐ NÃO ☐ ALGUNS ☐

2.7 Acha que os alunos que escolheram matricular-se em Cursos de Educação e Formação, eram anteriormente mal comportados nas aulas? ..... SIM ☐ NÃO ☐ ALGUNS ☐

### **3. Questões relacionadas com os Cursos de Educação e Formação:**

3.1 Sabe em que consiste o Curso de Educação e Formação que o seu/a sua educando(a) frequenta? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.2 Sabe qual a diferença entre os Curso de Educação e Formação e o Ensino Regular? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.3 Acha correcto o número de horas semanais que o seu/a sua educando(a) passa na escola? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.4 Para si os estágios profissionalizantes realizados pelos alunos no final destes cursos são uma boa oportunidade para arranjar emprego? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

### **4. Questões relacionadas com os Cursos de Educação e Formação ministrados na Escola em estudo:**

4.1 Sabe se o seu/a sua educando(a) se dá bem com os outros colegas? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.2 Considera que as instalações, equipamentos e materiais desta escola, são adequadas ao bom funcionamento do curso frequentado pelo(a) seu/sua educando(a)? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.3 Acha que os professores que leccionam neste tipo de cursos, são competentes e têm boa formação?..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.4. Acha que os auxiliares de acção educativa que dão apoio a este tipo de cursos, são competentes e têm boa formação? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.5 A comunicação entre a escola e os encarregados de educação é eficiente? ..... **SIM**☐ **NÃO** **NÃO SEI**☐

4.6 Recebe regularmente informação acerca do percurso escolar do seu/da sua educando(a)? ..... **SIM**☐ **NÃO** **NÃO SEI**☐

4.7 Pensa que o ensino dos Cursos de Educação e Formação é mais individualizado que do ensino regular? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

## **5. Questões relacionadas com o local onde vive:**

5.1 Gosta do local onde vive? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

5.2 Trabalha perto do local da sua residência? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

5.3 Pretende continuar a residir no Conselho onde vive actualmente? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

5.4 Acha que existem saídas profissionais para o seu/ a sua educando(a) no Conselho onde reside? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

5.5 A Câmara apoia o curso frequentado pelo(a) seu/sua educando(a)? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

5.6. Pensa que as empresas da região vão receber os alunos dos Cursos de Educação e Formação para estágios?..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

## **-Anexo 4 A- Pré-teste de inquérito por questionário aos Docentes**

### **Escola Secundária Maria da Luz**

#### **Questionário aos Docentes**

Este questionário destina-se à elaboração de um estudo, cuja finalidade é aferir qual a utilidade dos Cursos de Educação e Formação, se os alunos que o frequentam adquirem as competências previstas na Lei de Bases do Ensino Básico, e quais as suas motivações e perspectivas de futuro. Por favor marque com um X em SIM ou NÃO conforme ache mais adequado.

#### **1. Identificação do Professor:**

Idade: de 20 a 24 anos ☐ de 25 a 29 anos ☐ de 30 a 34 anos ☐  
de 35 a 39 anos ☐ de 40 a 44 ☐ mais de 45 anos ☐

Sexo M ☐ F ☐

Habilitações Literárias: Bacharelato ☐ Licenciatura ☐ Mestrado ☐  
Doutoramento ☐

Tempo de serviço:  
De 1 a 9 anos ☐ de 10 a 19 anos ☐ de 20 a 30 anos ☐ mais de 30 anos ☐

Lecciona actualmente num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Já leccionou num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Grupo disciplinar a que pertence: \_\_\_\_\_

#### **2. Questões relacionadas com os alunos:**

2.1 Pensa que os alunos se matriculam em Cursos de Educação e Formação conscientes do que vão encontrar? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.2 Sente que os alunos que integram Cursos de Educação e Formação gostam dos cursos que estão a frequentar? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.3 Acha que na generalidade os alunos que optam por integrar Cursos de Educação e Formação têm menos aptidões para estudar, do que os que seguem o ensino regular? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

2.4 Acha que na generalidade os alunos que optam por integrar Cursos de Educação e Formação, têm mais problemas disciplinares do que os que seguem o ensino regular? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

2.5 Pensa que os alunos que frequentam Cursos de Educação e Formação tem por objectivo a continuação de estudos após a sua conclusão? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

2.6 Acha vantajoso que os alunos continuem a estudar após a conclusão do curso que se encontram a frequentar? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

2.7 Sente que os alunos que integram Cursos de Educação e Formação, seguirão uma via profissional na mesma área de estudos que frequentam? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

### **3. Questões relacionadas com os Cursos de Educação e Formação:**

3.1 Conhece as diferenças fundamentais entre os Curso de Educação e Formação e o Ensino Regular? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.2 Sabe em que consistem os Cursos de Educação e Formação ministrados na escola em que lecciona? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.3 Sabe em que moldes são seleccionados os alunos a integrar Cursos de Educação e Formação? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.4 Se respondeu SIM, considera-os os mais adequados? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.5 Pensa que o ensino dos Cursos de Educação e Formação é mais individualizado do que no ensino regular? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.6 Pensa serem úteis e adequados os conteúdos leccionados nos Cursos de Educação e Formação que conhece? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.7 Acha adequada a carga horária dos Cursos de Educação e Formação? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.8 Na sua opinião, os financiamentos estatais a Cursos de Educação e Formação são suficientes para o bom funcionamento destes? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.9 Para si os estágios profissionalizantes realizados pelos alunos no final destes cursos são uma boa porta de entrada no mundo do trabalho? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

#### **4. Questões relacionadas com os Cursos de Educação e Formação ministrados na Escola em estudo:**

4.1 Pensa ser importante para esta escola, a existência de Cursos de Educação e Formação? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.2 Pensa ser importante para os professores desta escola, a existência de Cursos de Educação e Formação? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.3 As relações colegiais entre os professores que leccionam nos Cursos de Educação e Formação desta escola, são importantes para o bom funcionamento destes? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.4 Sente que os professores que leccionam em Cursos de Educação e Formação, são beneficiados quanto a horários? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.5 A seu ver, existe relação entre os Cursos de Educação e Formação desta escola e o seu Projecto Educativo? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.6 Considera que as instalações, equipamentos e materiais desta escola são adequadas ao bom funcionamento dos Cursos de Educação e Formação? ... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.7 Vê nos professores que leccionam este tipo de cursos, competência e formação específica necessárias para o fazer? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.8 Vê nos auxiliares de acção educativa que dão apoio a este tipo de cursos, competência e formação específica necessárias para o fazer? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.9 Sabe se os alunos que estudam nos Cursos de Educação e Formação, ministrados nesta escola têm uma boa relação com os demais colegas? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.10 Sabe se os alunos que estudam nos Cursos de Educação e Formação, ministrados nesta escola, têm uma boa relação com os seus professores? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.11 A comunicação entre a escola e os encarregados de educação é eficiente? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.12 A escola fornece regularmente aos encarregados de educação informação acerca do percurso escolar dos seus alunos?..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

## **5. Questões relacionadas com o local onde se insere a escola em estudo:**

5.1 A seu ver, existe relação entre as áreas de formação dos Cursos de Educação e Formação desta escola e as actividades económicas do tecido empresarial da região? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

5.2 A Autarquia apoia esta escola, quanto ao funcionamento dos Cursos de Educação e Formação que ministra?..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

5.3 Acha que existem saídas profissionais para os alunos, nas regiões limítrofes à escola? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

5.4 Sente que as empresas e outras entidades empregadoras estão sensibilizadas para acolher os alunos dos Cursos de Educação e Formação, em estágios profissionalizantes? ..... **SIM** ☐ **NÃO** ☐ **NÃO SEI** ☐

## **-Anexo 5 A- Pré-teste de inquérito por questionário aos Encarregados de Educação**

### **Questionário aos Encarregados de Educação**

Este questionário destina-se a ajudar-me a realizar um estudo da Universidade Aberta, para saber qual a utilidade dos Cursos de Educação e Formação, se os alunos que os frequentam gostam do que aprendem e se querem seguir uma profissão relacionada com o curso que tiraram.

Por favor marque com um X em SIM, NÃO, NÃO SEI ou ALGUNS, conforme ache mais adequado.

#### **1. Identificação do Encarregado de Educação:**

Idade: menos de 29 anos ☐ de 30 a 34 anos ☐ de 35 a 39 anos ☐  
de 40 a 44 ☐ mais de 45 anos ☐

Sexo M ☐ F ☐

Parentesco: Mãe ☐ Pai ☐ Avó(ô) ☐ Tia(o) ☐ outro ☐

Profissão: \_\_\_\_\_

Habilitações literárias:

1º ciclo ☐ 2º ciclo ☐ 9º ano ☐ 12º ano ☐ curso superior ☐

#### **2. Questões relacionadas com o seu educando(a):**

2.1. O seu/a sua educando(a) matriculou-se num Curso de Educação e Formação de livre vontade? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.2. Pensa que o seu/a sua educando(a) gosta do curso que está a frequentar? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.3 O/A seu/a sua educando(a) pensa em continuar a estudar depois de terminar o Curso de Educação e Formação que actualmente frequenta? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.4 Gostava que o/a seu/a sua educando(a) continuasse a estudar depois de acabar este curso? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.5 Pensa que o seu/a sua educando(a) virá a ter a profissão que está a aprender no curso que frequenta? ... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐



2.6 Acha que a maioria dos alunos que escolheram matricular-se em Cursos de Educação e Formação, não tinham anteriormente vontade de estudar? ..... SIM ☐ NÃO ☐ ALGUNS ☐

2.7 Acha que a maioria dos alunos que escolheram matricular-se em Cursos de Educação e Formação, eram antes mal comportados nas aulas? ..... SIM ☐ NÃO ☐ ALGUNS ☐

### **3. Questões relacionadas com os Cursos de Educação e Formação:**

3.1 Sabe em que consiste o Curso de Educação e Formação que o seu/a sua educando(a) frequenta? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.2 Sabe qual a diferença entre os Curso de Educação e Formação e o Ensino Regular? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.3 Acha correcto o número de horas semanais que o seu/a sua educando(a) passa na escola? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.4 Para si os estágios profissionalizantes realizados pelos alunos no final destes cursos são uma boa oportunidade para arranjar emprego? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

### **4. Questões relacionadas com os Cursos de Educação e Formação ministrados na Escola em estudo:**

4.1 Sabe se o seu/a sua educando(a) se dá bem com os outros colegas? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.2 Considera que as instalações, equipamentos e materiais desta escola, adequadas ao bom funcionamento do curso frequentado pelo(a) seu/sua educando(a)? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.3 Acha que os professores que leccionam neste tipo de cursos, são competentes e têm boa formação?..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.4. Acha que os auxiliares de acção educativa que dão apoio a este tipo de cursos, são competentes e têm boa formação? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.5 A comunicação entre a escola e os encarregados de educação é eficiente? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.6 Recebe regularmente informação acerca do percurso escolar do seu/da sua educando(a)? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.7 Pensa que o ensino dos Cursos de Educação e Formação é mais individualizado que do ensino regular? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

## **5. Questões relacionadas com o local onde vive:**

5.1 Gosta do local onde vive? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

5.2 Trabalha perto do local da sua residência? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

5.3 Pretende continuar a residir no Conselho onde vive actualmente? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

5.4 Acha que existem saídas profissionais para o seu/ a sua educando(a) no Conselho onde reside? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

5.5 A Câmara apoia o curso frequentado pelo(a) seu/sua educando(a)? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

5.6. Pensa que as empresas da região vão receber os alunos dos Cursos de Educação e Formação para estágios?..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

## **-Anexo 6 - Inquérito de questão aberta aos alunos**

Escola Secundária Maria da Luz

## Inquérito aos alunos dos Cursos de Educação e Formação

Ano: \_\_\_\_\_ Turma: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: M ☐ F ☐

Data:        /        /       

## Questionário

[illegible]

...e o curso é \_\_\_\_\_

Espero que o estágio venha a ser \_\_\_\_\_

## Anexo II

**-Anexo 7 – Actas de reuniões de Conselho de Turma do Curso  
de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Acta de Reunião de Avaliação

Ensino Secundário  
Cursos Tipo 5

2006/03  
1.º Período  
...º Ano  
Turma.....

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de Setembro do ano de dois mil e  
\_\_\_\_\_ pelas \_\_\_\_\_ horas e \_\_\_\_\_ minutos, reuniu o Conselho de  
Turma acima indicado, sobre a presidência do(a) professor(a) \_\_\_\_\_.

DISCIPLINAS	Nome do Professor	RUBRICA
Português		
Inglês		
Cid. e Sociedade		
T.I.C.		
H.S.S.T.		
Ed. Física		
Sociologia		
Psicologia		
A.T.L.		
Acomp. Ciências		
Acomp. C. J. Inf.		
Acomp. C. N.E.E.		
S.P.O.		

NOTA: Transcrever todos os espaços em branco e marcar falta no lugar da "rubrica" aos professores ausentes.

Ordem de Trabalhos:

Ponto um: Organização e funcionamento dos cursos tipo 5;

Ponto dois: Planificação das actividades da turma.

Ponto três: Outros assuntos.

Desenvolvimento:

No que diz respeito ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, a Directora de Turma informou o Conselho de Turma sobre o funcionamento e organização dos cursos de Educação e Formação - tipo 5. A Directora de Turma entregou a cada professor um guia explicativo do funcionamento destes cursos. Após a leitura do guia, onde se salientou a assiduidade e a avaliação, a directora de turma informou o Conselho de Turma sobre os procedimentos a adoptar em caso de falta do professor. Assim, foi entregue e lido o documento "Compensação de Aulas" em caso de falta do professor. A Directora de Turma informou igualmente o Conselho de Turma sobre os procedimentos a adoptar em caso de falta dos alunos. Como tal, foi lido e explicado o documento

"Compensação de aulas" que será dado a conhecer e assinar aos Encarregados de Educação e o documento "Autorização de Compensação de Aulas".

Quanto ao segundo ponto da ordem de trabalhos, o Conselho de Turma decidiu que em reunião posterior serão planificadas as actividades da turma, nomeadamente as visitas de estudo, uma vez que seria importante termos o horário da turma e de cada um dos professores da turma.

Por último, a Directora de Turma, fez uma breve caracterização dos alunos da turma. Informou ainda que devido à inexistência de manuais adoptados para estas turmas, estaria um colega desta turma, na CEE, para se tirarem fotocópias de modo a se terem materiais/textos de apoio às diversas disciplinas. Comunicou ainda que os alunos tinham pago uma vez na acta de matrícula no curso para aquisição destas fotocópias. A professora de A.T.L., questionou se

essa vez também contemplaria os materiais da sua disciplina. A Directora de Turma irá informar-se sobre este assunto. A professora de Português, comunicou que o programa da sua disciplina contempla obras integrais de leitura extensiva. Como tal, vai exigir que os alunos tenham as obras na sala de aula e que não irá tirar fotocópias dessas obras pois seria algo impossível devido ao enorme número de fotocópias a tirar na totalidade.

Finalmente, a Directora de Turma, informou o Conselho de Turma sobre os procedimentos, digo informou o Conselho de Turma que as planificações assim como os anexos aos contextos de aprendizagem devem ser entregues até ao dia vinte e dois do corrente mês.



## Acta de Reunião de Avaliação

### Ensino Secundário Cursos Tipo 5

2006/03

1.º Período

...º Ano

Turma.....

Aos onze dias do mês de Setembro do ano de dois mil e  
seis, pelas dez horas e vinete minutos, reuniu o Conselho de  
Turma acima indicado, sobre a presidência do(a) professor(a) .....

DISCIPLINAS	Nome do Professor	RUBRICA
Português		
Inglês		
Cid. e Sociedade		
T.I.C.		
H.S.T.		
Ed. Física		
Sociologia		
Psicologia		
A.T.L.		
Acomp. Crianças		
Acomp. C. J. Inf.		
Acomp. C. A.E.E.		
S.P.O.		

NOTA: Trancar todos os espaços em branco e marcar falta no lugar da "rubrica" aos professores ausentes.

#### Ordem de Trabalhos:

Ponto um: Organização e funcionamento dos cursos tipo 5:

Ponto dois: Planificação das actividades da turma.

Ponto três: Outros assuntos.

#### Desenvolvimento:

No que diz respeito ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, a Directora de Turma informou o Conselho de Turma sobre o funcionamento e organização dos cursos de Educação e Formação - tipo 5. A Directora de Turma entregou a cada professor um guião explicativo do funcionamento destes cursos. Após a leitura do guião, onde se salientou a assiduidade e a avaliação, a directora de turma informou o Conselho de Turma sobre os procedimentos a adoptar em caso de falta do professor. Assim, foi entregue e lido o documento "Compensação de Aulas" em caso de falta do professor. A Directora de Turma informou igualmente o Conselho de Turma sobre os procedimentos a adoptar em caso de falta dos alunos. Como tal, foi lido e explicado o documento

"Compensação de aulas" que será dada a conhecer e assinar aos Encarregados de Educação e o documento "Autosignação de Compensação de Aulas".

Quanto ao segundo ponto da ordem de trabalhos, o Conselho de Turma decidiu que em reunião posterior serão planificadas as actividades da turma, nomeadamente as visitas de estudo, uma vez que seria importante termos o horário da turma e de cada um dos professores da turma.

Por último, a Directora de Turma, fez uma breve caracterização das alunas da turma. Informou ainda que devido à inexistência de manuais adoptados para este curso, estaria um cartão desta turma, na CEE, para se tirarem fotocópias de modo a se terem materiais / textos de apoio às diversas disciplinas. Comunicou ainda que as alunas tinham pago uma verba na acta de matrícula no curso para aquisição destas fotocópias. A professora de A.T.L., questionou se essa verba também contemplava os materiais da sua disciplina. A Directora de Turma iria informar-se sobre este assunto. A professora de Português, comunicou que o programa da sua disciplina contempla obras integrais de leitura extensiva. Como tal, vai exigir que as alunas tenham as obras na sala de aula e que não irá tirar fotocópias dessas obras pois seria algo impossível devido ao enorme número de fotocópias a tirar na totalidade.

Finalmente, a Directora de Turma, informou o Conselho de Turma sobre os procedimentos, logo informou o Conselho de Turma que as planificações assim como os anexos aos contextos de aprendizagem devem ser entregues até ao dia vinte e dois do corrente mês.

## Acta número dois

Aos dez dias do mês de Outubro do ano de dois mil e seis reuniu-se na sala de trabalho do pavilhão A, pelas dezasseis horas e vinte minutos, o Conselho de Turma do décimo primeiro ano, do Curso de Educação e Formação - tipo 5 - Assistente de Acção Educativa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um - Informações;

Ponto dois - Análise do comportamento/assiduidade da turma;

Ponto três - Critérios de avaliação/conteúdos programáticos;

Ponto quatro - Outros assuntos.

Na reunião estiveram presentes todos os elementos com a excepção da psicóloga e do professor

No início da reunião foi apresentado um aluno de mestrado, da Escola Secundária Padre Alberto Neto, que irá acompanhar a turma para desenvolvimento da sua tese, que tem como tema "Cursos de Educação e Formação".

Em cumprimento do primeiro ponto da ordem de trabalhos, a directora de turma, professora, entregou um conjunto de documentos que contém a relação de alunas e respectivas fotografias, os horários de cada professor para se poder efectuar trocas em caso de necessidade, as folhas de presença das alunas, e o desenho curricular (total de horas, blocos semanais, aulas) do curso para este ano lectivo. A professora entregou um mapa a cada professor para registar as aulas não leccionadas, assim como a respectiva data da aula de substituição.

De seguida, os professores foram informados que à reunião de Encarregados de Educação do dia vinte e oito de Setembro de corrente ano tinham comparecido os encarregados de educação das alunas números seis, , oito, , doze, , treze, , dezasseis, e dezassete, . Foram informados sobre a organização do curso, regulamento da escola, assim como sobre as regras e as atitudes a cumprir por parte das suas educandas. Foi-lhes entregue o folheto/guião dos Cursos de Educação e Formação - tipo cinco. Os encarregados de educação assinaram o documento relativo a compensação de aulas e concordaram com o determinado neste mesmo documento. Foi ainda dada relevância à assiduidade e avaliação. A encarregada de educação da aluna número seis, , ofereceu-se para ser a representante dos Encarregados de Educação da Turma.

Foi feita a caracterização da turma, e dado a conhecer ao professor de Educação Física as alunas que têm restrições no cumprimento de actividades físicas, sendo estas a aluna número três, \_\_\_\_\_, a aluna número oito, \_\_\_\_\_, e a aluna número nove, \_\_\_\_\_.

A aluna número nove \_\_\_\_\_ necessita de testes/textos adaptados pois só vê 20% do olho direito, de acordo com informação fornecida pela professora \_\_\_\_\_.

A professora Fátima Ceia relatou que a aluna número dezasseis, Tânia Martins, tinha sofrido na aula de Português uma crise e foi encaminhada ao Hospital de \_\_\_\_\_. Julga-se ser epilepsia, mas só após a consulta de neurologia, já marcada no Hospital Egas Moniz, será possível diagnosticar a situação.

Foram eleitas como delegada da turma a aluna número treze, \_\_\_\_\_, e como subdelegada a aluna número cinco, \_\_\_\_\_.

Quanto ao ponto dois da Ordem de trabalhos a Directora de Turma informou que a assiduidade das alunas teve uma melhoria em relação ao ano transacto. As alunas número dois, \_\_\_\_\_, quatro, \_\_\_\_\_, e oito, \_\_\_\_\_, já comunicaram que

terão de se ausentar diversas vezes das aulas devido a consultas e exames médicos. A professora \_\_\_\_\_ informou que a enfermeira \_\_\_\_\_ estará todas as terças-feiras

na escola, entre as onze e as dezasseis horas. Uma das questões a tratar pela enfermeira é a obesidade/ hábitos alimentares entre os nossos alunos. Como tal, é importante que as alunas números dois, \_\_\_\_\_, quatro, \_\_\_\_\_, e oito, \_\_\_\_\_, tenham uma conversa com a enfermeira \_\_\_\_\_. No que diz respeito à pontualidade foi acordado

pelo Conselho de Turma que as alunas não assinarão as folhas de presença sempre que chegassem atrasadas às aulas, salvo raras excepções.

Em relação ao comportamento, pode haver melhorias e para tal foi feita uma planta da sala de aula tendo em conta a caracterização da turma.

Relativamente ao ponto três da ordem de trabalhos, foi confirmado que os critérios de avaliação a aplicar para este curso seriam os mesmos aplicados no Curso de Educação e Formação - tipo quatro do ano lectivo anterior.

A professora de Francês, \_\_\_\_\_, referiu que devido à heterogeneidade de níveis das alunas, faz fichas com graus de exigência diferentes e por cada prova escrita a realizar irá contemplar três níveis diferentes. Reservou ainda dez aulas do primeiro período para tentar que todas as alunas dominem os conhecimentos mínimos da língua.

A mesma heterogeneidade acontece nas disciplinas de Inglês, Português e Sociologia. O professor \_\_\_\_\_ optou por rever conteúdos já ministrados no ano anterior por haver alunas que nunca tiveram contacto com a disciplina.

A professora \_\_\_\_\_ informou que na disciplina de Acompanhamento de Crianças em Creche e Jardim de Infância o ponto “Oficina de Comunicação e Expressão Não Verbal Um” será leccionado pela professora \_\_\_\_\_. Por outro lado, a professora Cristina Ferreira leccionará os pontos/tópicos “Adolescência/Desenvolvimento e Educação”, “Saúde Mental na Infância” e “Cuidados Primários de Saúde”. Estes três pontos/tópicos fazem parte do programa da disciplina de Acompanhamento a Actividades dos Tempos Livres, leccionada pela professora \_\_\_\_\_.

No que diz respeito ao ponto quatro da ordem de trabalhos, a professora \_\_\_\_\_ sugeriu que a escola assinasse as revistas “Crescer” e “Adolescência”. A professora \_\_\_\_\_, que também recomenda a assinatura da revista “Adolescência”, informou que o pedido terá de ser feito ao Centro de Recursos Educativos. Foi ainda sugerido a compra de livros da área do curso. A professora \_\_\_\_\_ solicitou que as horas de escola sejam ocupadas na preparação de materiais em vez das substituições ou dos apoios. Esta proposta foi aceite por todos os elementos do Conselho de Turma.

Em relação a visitas de estudo/actividades o professor \_\_\_\_\_ planificou para as suas disciplinas as seguintes actividades:

- Recolha de Alimentos para entrega na instituição “Banco Alimentar Contra a Fome” de Lisboa/Setúbal, com os seguintes objectivos:
  - Reconhecer o sentido dos outros;
  - Contribuir para minorar um problema económico e social;
  - Educar para a cidadania;
  - Incrementar o trabalho em equipa;
  - Fomentar a participação do aluno na vida escolar e comunitária.
- “Dia do Consumidor” – (Quinze de Março de dois mil e sete) Palestra sobre os “Direitos do Consumidor” por membro da DECO e/ou distribuição/afixação de documentação (cartazes, panfletos,...), com os objectivos de:
  - Identificar os Direitos dos Consumidores;
  - Indicar organizações de defesa do consumidor;

- Fomentar a acção por parte da comunidade na defesa dos seus direitos;
  - Sensibilizar não só para os direitos como para os deveres dos consumidores;
  - Compreender a importância do consumidor activo, como fomentador da qualidade dos bens e serviços.
- “Jornal de Paredo” - Elaboração de um painel com notícias ao nível económico e social, realizado pelo trabalho voluntário dos alunos da área económica, financeira e social, sendo actualizado regularmente. Tem como objectivos:
    - Proporcionar situações de pesquisa, organização, tratamento e produção de informação;
    - Treinar a capacidade de análise, síntese e avaliação de situações concretas;
    - Desenvolver a motivação para a leitura;
    - Incrementar o trabalho em grupo;
    - Proporcionar situações de utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação;
    - Incentivar e valorizar os hábitos/métodos de trabalho;
    - Fomentar a participação do aluno na vida escolar.
  - “Visita de Estudo a unidade de Produção”, no distrito de Setúbal, a realizar no segundo período lectivo, com os seguintes objectivos:
    - Reconhecer duas realidades sociais antagónicas no mesmo distrito;
    - Perceber a intervenção dos agentes na actividade económica e social;
    - Desenvolver capacidades de observação e reflexão sobre o social;
    - Tomar consciência da necessidade de uma observação e reflexão sistemática e interdisciplinar;
    - Reconhecer em cada interveniente que os seus actos tem responsabilidade e tem intervenção no social;
    - Observar medidas de cidadania na instituição;
    - Tomar uma posição crítica face à realidade empresarial portuguesa no campo social.

No âmbito da disciplina de Acompanhamento de Crianças, a professora acompanhará a turma ao Centro Cultural de . . . no dia oito de Novembro. As alunas assistirão, às quinze horas e trinta minutos, a um espectáculo da Companhia Portuguesa de





Bailado Contemporâneo – “A Gare”. Esta visita de estudo não afecta nenhuma outra disciplina e o local de encontro é o Centro Cultural de \_\_\_\_\_.

Por sugestão da professora \_\_\_\_\_, e apoiado pelo Conselho de Turma, foi sugerido que esta turma realizasse mais vezes visitas ao Centro Cultural de \_\_\_\_\_. Saliente-se que a coordenadora deste Centro está muito receptiva a este tipo de grupos/alunos.

Ainda no primeiro período as alunas realizarão uma visita de estudo à instituição “Flauta Mágica”, no âmbito das disciplinas de Psicologia e Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais.

No âmbito da disciplina de Francês está previsto uma ida ao cinema durante o segundo período, assim como, ao supermercado Intermarché, onde as alunas farão leitura/análise de rótulos em Francês.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por terminada a reunião da qual se lavrou a presente acta e que vai ser assinada nos termos da lei.

O Presidente do Conselho Executivo \_\_\_\_\_

A Coordenadora de Curso: \_\_\_\_\_

A Directora de Turma do Tipo 5-AAE: \_\_\_\_\_

O Secretário: \_\_\_\_\_



de 15/12/2006

Fls 01/04

## Acta de Reunião de Avaliação

## Ensino Secundário

2006/7

1.º Período

.º Ano

Turma. \_

A presente acta é composta por quatro folhas, numeradas e rubricadas pelo director de turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O Director de Turma

O Secretário

R. O Pres. Conselho Executivo

Visto em 15/01/07

Aos quinze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e seis, pelas dezoito horas e cinco minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sobre a presidência do(a) professor(a) \_

DISCIPLINAS	CLASSIFICAÇÕES					AULAS		NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
	0 a 4	5 a 9	10 a 13	14 a 17	18 a 20	P	D		
Português	-	3	10	3	-	48	48		
Inglês	-	8	5	2	-	24	24		
TIC	-	1	13	1	-	12	12		
Cidadania e Soc.	-	-	12	3	-	13	13		
H.S.T.	-	2	3	1	-	12	12		
Educação Física	-	1	13	1	-	24	24		
Sociologia	-	7	8	1	-	22	22		
Psicologia	-	4	11	1	-	48	48		
Francês	-	1	12	1	1	26	26		
Acomp. A.T.L.	-	-	16	-	-	83	83		
Acomp. Crianças	-	-	12	4	-	74	74		
Acomp. Cacha f.T.	-	4	6	6	-	87	87		
Acomp. de C. NEE	-	4	8	3	1	65	65		

NOTA: Transcrever todos os espaços em branco e marcar falta no lugar da "rubrica" aos professores ausentes.

## Ordem de Trabalhos:

Ponto um: Análise e avaliação do Projecto Curricular de Turma:

- 1.1 Atribuição das classificações aos alunos;
- 1.2 Análise do aproveitamento e do comportamento;

Ponto dois: Outros assuntos;

- 2.1 Balanço da realização das visitas de estudo incluídas no Plano de actividades da turma;
- 2.2 Organização das actividades / visitas de estudo para o próximo período lectivo;
- 2.3 Casos especiais de avaliação e de comportamento e estratégias de actuação.

Relativamente ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, e após a atribuição das classificações às alunas, o Conselho de Turma considerou o aproveitamento da turma fraco uma vez que apenas três alunas não obtiveram classificações inferiores a dez valores. São elas as alunas números nove, , quinze, e dezoito, . O Conselho de Turma manifestou a sua preocupação relativamente às alunas números quatro, , cinco, e onze, , por terem tido, cada uma, seis classificações inferiores a dez valores. As alunas números dois, , e treze, , obtiveram cada uma cinco classificações inferiores a dez. O Conselho de Turma considera que, de um modo geral, as alunas desta turma revelaram pouco empenho e trabalharam pouco quer ao nível da sala de aula quer em casa. Como tal, não se registou uma progressão na aquisição e aplicação dos conteúdos leccionados e o seu ritmo de aprendizagem foi lento. Como forma de atingir um melhor aproveitamento da turma os professores irão solicitar a realização de fichas de trabalho e, em algumas disciplinas, serão realizadas "mini-fichas" de avaliação com maior frequência. A professora da disciplina de Inglês considera que o número de classificações inferiores a dez atribuídos na sua disciplina se deve a um conhecimento deficiente das estruturas morfosintáticas básicas, ao não cumprimento das tarefas propostas, bem como a uma falta de empenho por parte das alunas e à ausência de um estudo sistemático. Como estratégias de forma a atingir um melhor nível de aproveitamento na turma, a professora de Inglês continuará a promover a correcção linguística, assim como a trabalhar as estruturas linguísticas em que as alunas revelam mais deficiências. Para tal, utilizará fichas de trabalho. No âmbito da disciplina de Tecnologias da Informação e Comunicação, o professor informou que as alunas irão criar um "site". A professora comunicou que, no segundo ou no terceiro período, as alunas irão prestar serviço em algumas instituições, em horário lectivo, para desempenho prático e aplicação de conteúdos teóricos aprendidos dentro da sala de aula. Relativamente ao comportamento da turma, o conselho de Turma considerou que este é satisfatório. Destacam-se pela positiva as alunas números sete, , doze, , catorze, , e dezoito, . No entanto, é fraco o nível de empatia entre algumas alunas da turma. Destacam-se pela negativa as alunas números cinco, , e seis, . Em relação ao ano lectivo anterior, a aluna número seis, , está mais distraída, menos trabalhadora e menos empenhada, revelando também um comportamento inadequado dentro da sala de aula. A aluna número cinco, , tem, por vezes, comportamentos inadequados chegando mesmo a ser insolente quer para com os colegas quer para com professores da turma. Devido à postura inadequada destas alunas na sala de aula e a um fraco aproveitamento a Directora de Turma solicitou a comparência dos Encarregados de Educação das duas alunas acima referidas.

Os Encarregados de Educação compareceram na Escola tendo a Encarregada de Educação da aluna número cinco, \_\_\_\_\_, e a própria aluna, assinado o "Contrato Pedagógico". Foram igualmente solicitados para comparecerem na escola os Encarregados de Educação das alunas números dois, \_\_\_\_\_ e quatro, \_\_\_\_\_, mas estes não compareceram.

Quanto ao ponto dois da ordem de trabalhos, a professora \_\_\_\_\_ comunicou que as seis sessões do projecto "Aprender a Empreender" tinham terminado e que as alunas tinham revelado uma evolução positiva na sua participação nas sessões. Este projecto teve a colaboração da empresa Brisa e da doutora \_\_\_\_\_ que foi quem conduziu as sessões no espaço da disciplina Cidadania e Sociedade. A professora \_\_\_\_\_ informou que as visitas de estudo ao Centro Cultural de \_\_\_\_\_ têm decorrido conforme os objectivos previamente estipulados. Neste mesmo dia, esta turma e a turma do décimo ano, turma \_\_\_\_\_, foram a Odívetas assistir a uma pequena peça de teatro, "O quarto do Tomás", representada por actores do grupo de Teatro A Mala Posta. No entanto, e sem explicações concretas, a aluna número quinze, \_\_\_\_\_, não foi a esta visita de estudo. As duas turmas foram acompanhadas pelas professoras \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_. Por outro lado, e de acordo com as professoras \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, as alunas realizaram com bastante empenho uma actividade de solidariedade para a instituição "Centro de Reabilitação A Flauta Mágica". A professora \_\_\_\_\_ comunicou que as alunas números quatro, \_\_\_\_\_ e dezoito, \_\_\_\_\_ participaram e ganharam o concurso de "Postais de Natal" da nossa Escola. Por ter tido um desempenho exemplar na disciplina de Educação Física, a aluna número dezoito, \_\_\_\_\_, foi escolhida pelo professor \_\_\_\_\_ para participar numa visita de estudo. O professor de Sociologia, \_\_\_\_\_, informou que, no âmbito da sua disciplina, irá realizar com as alunas uma visita de estudo, no dia dezanove de Janeiro, ao "Banco Alimentar contra a Fome" e à "EDP" (em Setúbal). No âmbito das disciplinas Acompanhamento de Crianças e, Acompanhamento de Crianças em Jardim de Infância, a professora \_\_\_\_\_ irá com as alunas a uma visita de estudo à instituição "Olá bebé". As alunas números dois, \_\_\_\_\_; quatro, \_\_\_\_\_ e onze, \_\_\_\_\_, frequentam sessões com a enfermeira \_\_\_\_\_ no âmbito do projecto "Saúde Alimentar e Obesidade". A aluna número onze, \_\_\_\_\_, anulou a matrícula no dia vinte e nove de Novembro do corrente ano. A aluna número um, \_\_\_\_\_, foi excluída por excesso de faltas. A Directora de Turma solicitou por diversas vezes a vinda à Escola dos Encarregados de Educação destas alunas mas estes nunca compareceram. A aluna número oito, \_\_\_\_\_, não obteve classificações em diversas disciplinas devido à inexistência de suficientes elementos de avaliação por falta de assiduidade da aluna por motivo de doença, diversos internamentos hospitalares e idas a consultas médicas. Como forma de

Os Encarregados de Educação compareceram na Escola tendo a Encarregada de Educação da aluna número cinco, \_\_\_\_\_, e a própria aluna, assinado o "Contrato Pedagógico". Foram igualmente solicitados para comparecerem na escola os Encarregados de Educação das alunas números dois, \_\_\_\_\_ e quatro, \_\_\_\_\_, mas estes não compareceram.

Quanto ao ponto dois da ordem de trabalhos, a professora \_\_\_\_\_ comunicou que as seis sessões do projecto "Aprender a Empreender" tinham terminado e que as alunas tinham revelado uma evolução positiva na sua participação nas sessões. Este projecto teve a colaboração da empresa Brisa e da doutora \_\_\_\_\_ que foi quem conduziu as sessões no espaço da disciplina Cidadania e Sociedade. A professora \_\_\_\_\_ informou que as visitas de estudo ao Centro Cultural de \_\_\_\_\_ têm decorrido conforme os objectivos previamente estipulados. Neste mesmo dia, esta turma e a turma do décimo ano, turma \_\_\_\_\_, foram a Odívetas assistir a uma pequena peça de teatro, "O quarto do Tomás", representada por actores do grupo de Teatro A Mala Posta. No entanto, e sem explicações concretas, a aluna número quinze, \_\_\_\_\_, não foi a esta visita de estudo. As duas turmas foram acompanhadas pelas professoras \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_. Por outro lado, e de acordo com as professoras \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, as alunas realizaram com bastante empenho uma actividade de solidariedade para a instituição "Centro de Reabilitação A Flauta Mágica". A professora \_\_\_\_\_ comunicou que as alunas números quatro, \_\_\_\_\_ e dezoito, \_\_\_\_\_ participaram e ganharam o concurso de "Postais de Natal" da nossa Escola. Por ter tido um desempenho exemplar na disciplina de Educação Física, a aluna número dezoito, \_\_\_\_\_, foi escolhida pelo professor \_\_\_\_\_ para participar numa visita de estudo. O professor de Sociologia, \_\_\_\_\_, informou que, no âmbito da sua disciplina, irá realizar com as alunas uma visita de estudo, no dia dezanove de Janeiro, ao "Banco Alimentar contra a Fome" e à "EDP" (em Setúbal). No âmbito das disciplinas Acompanhamento de Crianças e, Acompanhamento de Crianças em Jardim de Infância, a professora \_\_\_\_\_ irá com as alunas a uma visita de estudo à instituição "Olá bebé". As alunas números dois, \_\_\_\_\_; quatro, \_\_\_\_\_ e onze, \_\_\_\_\_, frequentam sessões com a enfermeira \_\_\_\_\_ no âmbito do projecto "Saúde Alimentar e Obesidade". A aluna número onze, \_\_\_\_\_, anulou a matrícula no dia vinte e nove de Novembro do corrente ano. A aluna número um, \_\_\_\_\_, foi excluída por excesso de faltas. A Directora de Turma solicitou por diversas vezes a vinda à Escola dos Encarregados de Educação destas alunas mas estes nunca compareceram. A aluna número oito, \_\_\_\_\_, não obteve classificações em diversas disciplinas devido à inexistência de suficientes elementos de avaliação por falta de assiduidade da aluna por motivo de doença, diversos internamentos hospitalares e idas a consultas médicas. Como forma de



compensar as suas ausências terão de ser entregues à aluna fichas/ trabalhos para recuperação dos conteúdos não leccionados. Também lhe serão leccionadas aulas, durante as férias do Carnaval, Páscoa ou em horário pós-lectivo, de forma a compensar as aulas não assistidas. A Directora de Turma tem em sua posse um documento "Relatório de Alta" do Centro Hospitalar de onde está escrito "hipertiroidismo; ansiedade". Tanto a Directora de Turma como a Coordenadora de Curso deram a conhecer ao Conselho de Turma os diversos contactos tidos com a Encarregada de Educação da . Apesar de devidamente justificadas todas as ausências da aluna, o Conselho de Turma considera importante e urgente a existência de um relatório médico exaustivo e descritivo do estado de saúde da , assim como os procedimentos a adoptar em caso de a aluna se voltar a sentir mal na escola. O Conselho de Turma e a Coordenadora de Curso, professora , consideraram que o estado de saúde da aluna não oferece garantias nem dá confiança/ segurança à escola para colocar a aluna em estágio a trabalhar em qualquer uma das valências de Creche, Jardim de Infância e ATL. Como tal, a Directora de Turma irá transmitir à Encarregada de Educação o parecer do Conselho de Turma. Será igualmente solicitada a colaboração do técnico dos Serviços de Psicologia e Orientação, a psicóloga , para entrar urgentemente em contacto com o médico que acompanha a aluna no Hospital Egas Moniz, doutor J. Sequira Duarte (médico endocrinologista), com o intuito de obter garantias sobre a possível continuidade ou não da aluna nesta área. Existe pois a necessidade urgente de um acompanhamento a nível do Serviço de Psicologia e Orientação da nossa escola bem como uma possível reorientação do percurso escolar desta aluna. A directora de Turma lembrou o professor que a está dispensada da prática de Educação Física, por um período de sessenta dias, de acordo com o atestado médico entregue em dois de Novembro do corrente ano, e que foi aceite pelo presidente do Conselho Executivo. A representante dos Serviços de Psicologia e Orientação, a psicóloga , não esteve presente na reunião por se encontrar, ao serviço da escola numa reunião fora da mesma.

Nas disciplinas de Português, Psicologia e Francês foram leccionadas mais aulas do que o número de aulas previstas.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por terminada a reunião da qual se lavrou a presente acta e que vai ser assinada nos ter da lei.

## Acta de Reunião de Avaliação

## Ensino Secundário

2.º Período

Ano

Turma:

2006/07

A presente acta é composta por quatro folhas, numeradas e rubricadas pelo Director de Turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O(A) Director(a) de Turma

O(A) Secretário(a)

O Pres. Conselho Executivo

Visto em 23/03/07

Aos vinete e três dias do mês de Março do ano de dois mil e sete, pelas dezasseis horas e trinta minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sobre a presidência do(a) professor(a),

DISCIPLINAS	CLASSIFICAÇÕES						AULAS		NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
	0-4	5-9	10-13	14-17	18-20		P	D		
Português	—	6	4	5	—		46	46		
Inglês	—	5	8	2	—		24	24		
Tic	—	2	8	5	—		10	10		
Cidadania e Soc.	—	—	7	8	—		10	12		
H.S.T.	—	5	7	3	—		12	12		
Educação Física	—	—	13	2	—		22	20		
Sociologia	—	4	9	2	—		20	22		
Psicologia	—	2	9	4	—		46	46		
Francês	—	—	14	1	1		20	20		
Acomp. A.T.L.	—	—	4	11	—		78	78		
Acomp. Crianças	—	3	6	6	—		66	66		
Acomp. Cachuji	—	3	7	5	—		75	75		
Acomp. C.N.E.S.	—	3	10	2	—		54	54		
S.P.O.	—	—	—	—	—		—	—		

NOTA: Têm-se todos os espaços em branco e marcar (30) no lugar da "rubrica" aos professores ausentes.

## Ordem de Trabalhos:

## Ponto um: Análise e avaliação do Projecto Curricular de Turma:

- 1.1 Atribuição das classificações aos alunos;
- 1.2 Análise do cumprimento dos Planos Educativos Individuais dos alunos com NEH e dos Planos Individuais dos alunos estrangeiros;
- 1.3 Análise do aproveitamento (referir o nível de sucesso/insucesso e sua justificação: estratégias de superação de dificuldades; interesses e ritmos de aprendizagem; (re)definição das estratégias adoptadas);
- 1.4 Análise do comportamento (referir o comportamento geral, alunos com participações disciplinares, medidas tomadas, etc.);
- 1.5 Análise da assiduidade (Indicar número e nome dos alunos que revelaram fraca assiduidade; número e nome dos alunos que excederam o limite de faltas - exclusão por faltas a todas as disciplinas).

## Ponto dois: Outros assuntos

- 2.1 Análise da matrícula e transferências (indicar o nome do(s) aluno(s), o número e a(s) disciplina(s)).
- 2.2 Alunos não avaliados, disciplinas a que não foi atribuída classificação e respectiva justificação, votações, declarações de voto, deliberações do C. Turma e/ou restantes assuntos relevantes.
- 2.3 Balanço das actividades desenvolvidas de acordo com o PCT e as actividades a desenvolver no 3.º Período

**Desenvolvimento:**

1.1 Em cumprimento do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, os professores signatários apresentaram as propostas de avaliação referente a cada aluno, procedendo-se à atribuição de classificações de acordo com os critérios de avaliação das disciplinas, aprovadas em Conselho Pedagógico.

1.2 Análise dos Planos Educativos Individuais dos alunos com NEE e dos Planos Individuais dos alunos estrangeiros.  
Nesta turma não existem alunos com NEE nem alunos estrangeiros.

1.3 Foi analisado o aproveitamento da turma e das classificações nos documentos de avaliação em vigor. O balanço realizado é o seguinte:

Número total de alunos avaliados em três ou mais disciplinas: 15 (quinze)

- Número de alunos sem negativas: 6 (seis)
- Número de alunos com uma ou duas negativas: 4 (quatro)
- Número de alunos com três ou mais negativas: 5 (cinco)

**Aproveitamento global da turma:**

Muito Bom ☐ Bom ☐ Satisfatório ☐ Não satisfatório ☒ Mau ☐

Por proposta da professora, o Conselho de Turma concordou que a Directora de Turma em conjunto com a professora e a psicóloga, tivessem uma conversa com as alunas números dois, quatro, onze, e treze, no sentido de uma possível reorientação no seu percurso escolar devido ao fraco aproveitamento.

A maioria dos professores da Turma continua a informar que as alunas não cumprem os prazos de entrega dos trabalhos e demonstram uma atitude demasiado descontrainda perante o trabalho/actividades lectivas. A professora de Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais, informou que a aluna número dois, demonstrou durante as aulas desinteresse e apatia e, nas avaliações escritas não revelou estudo ou empenho. A aluna número quatro, não revela qualquer interesse pelas aulas, não participa e tem pouco empenho na realização das actividades que lhe são pedidas, não as realizando ou, quando o faz, é sem qualquer qualidade (por exemplo, portefólio). A aluna número treze, não se empenha nas actividades que lhe são solicitadas (por exemplo, portefólio), não realiza trabalhos que lhe são propostos e, quando é chamada a atenção por esse facto demonstra arrogância e despreocupação fazendo-os por fim mas sem qualquer qualidade.

Como estratégias de superação os professores continuarão a insistir em trabalhos de casa, trabalhos de pesquisa individuais ou em grupo, e realização de fichas de avaliação com menos conteúdos.

Por outro lado, a Directora de Turma continuará a informar via SMS ou pessoalmente, sempre que estes compareçam, os Encarregados de Educação acerca do percurso escolar destas alunas. Saliente-se que no dia vinte e oito de Fevereiro foram convocados para vir à Escola os Encarregados de Educação das alunas números dois, quatro, cinco, onze, treze, e dezassete. Apenas compareceram os Encarregados de Educação das alunas números onze, e treze, e já anteriormente tinham sido

informados, via SMS, acerca das faltas de atraso os Encarregados de Educação de algumas destas alunas. A Encarregada de Educação da aluna número quatro, \_\_\_\_\_, contactou telefonicamente a Coordenadora de Curso, professora \_\_\_\_\_, e, mais tarde esta aluna comunicou a esta professora que a sua mãe lhe tinha dito que era a própria aluna que teria de resolver os "assuntos das faltas" com a Directora de Turma. No dia vinte e sete de Fevereiro todos os Encarregados de Educação foram informados, via carta e SMS, acerca da assiduidade das suas educandas.

A Directora de Turma já chegou mesmo a alertar, via SMS, no dia cinco de Março, a Encarregada de Educação da aluna número dois, \_\_\_\_\_, para a existência de um teste escrito à disciplina de Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais, com o intuito de a responsabilizar perante uma ausência de estudo. Também no dia cinco de Março foi informada via SMS a Encarregada de Educação da aluna número quinze, \_\_\_\_\_, acerca de uma falta de atraso e de uma fraca prestação da aluna a nível do aproveitamento.

O Conselho de Turma foi informado que, de acordo com o Ministério da Educação, os alunos podem transitar para o segundo ano deste Curso com duas classificações inferiores a dez, no final deste ano lectivo. No final do segundo ano deste curso, os alunos têm de ter classificações iguais ou superiores a dez a todas as disciplinas, podendo no entanto realizar ainda, para conclusão do curso, um exame de equivalência à frequência a qualquer disciplina.

#### 1.4 Comportamento global da turma:

Muito Bom ☐ Bom ☐ Satisfatório ☒ Não satisfatório ☐ Mau ☐

O Conselho de Turma considerou o comportamento satisfatório na relação dentro da sala de aula entre alunas e professores. Todavia o relacionamento entre as alunas não é satisfatório devido à falta de empatia entre as alunas.

A professora de Francês, \_\_\_\_\_, sugeriu a realização de uma Assembleia de Turma para identificar as causas e melhorar o relacionamento entre as alunas. Esta proposta não foi aceite pela maioria dos professores em virtude de vários professores, nomeadamente \_\_\_\_\_,

\_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ já terem tido múltiplas conversas com a Turma no sentido de melhorar o relacionamento entre as alunas. Assim, todos os professores da turma continuarão a promover o sentido de responsabilidade e saber estar entre as alunas.

Devido à falta de sentido de responsabilidade no cumprimento das suas funções, a delegada de turma, a aluna número treze, \_\_\_\_\_ é destituída do cargo por decisão do Conselho de Turma. Devido ao facto da subdelegada ter anulado a matrícula, será feita nova eleição para eleger os representantes da Turma.

#### 1.5 Assiduidade

A aluna número três, \_\_\_\_\_, ultrapassou metade do limite de faltas nas disciplinas de Português, Francês e Sociologia, em grande parte por motivos de saúde.

A aluna número quatro, \_\_\_\_\_, ultrapassou metade do limite de faltas na disciplina de Cidadania e Sociedade e atingiu o limite de faltas na disciplina de Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais, sendo neste último caso maioritariamente faltas de atraso.

A aluna número seis, \_\_\_\_\_, atingiu metade do limite de faltas na disciplina de Educação Física.

A aluna número sete, \_\_\_\_\_, ultrapassou metade do limite de faltas nas disciplinas de Educação Física, Português e Psicologia, por motivos de saúde.



A aluna número nove, , atingiu o limite de faltas na disciplina de Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais, sendo algumas destas faltas de atraso.

A aluna número treze, , ultrapassou metade do limite de faltas nas disciplinas de Educação Física, Português, Tecnologias de Informação e Comunicação, Psicologia, Acompanhamento de Crianças e Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais.

A aluna número quinze, , ultrapassou metade do limite de faltas na disciplina de Francês por motivo de realização de exames médicos.

A aluna número dezassete, , ultrapassou metade do limite de faltas na disciplina de Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais.

## 2. Outros assuntos.

2.1. A aluna número cinco, , anulou a matrícula no dia vinte e três de Março do corrente ano, tendo o documento sido entregue na secretaria durante a manhã. A aluna revelou, durante este presente ano lectivo, uma enorme falta de empenho e motivação bem como uma falta de sentido de responsabilidade no cumprimento das diversas actividades escolares e no desempenho do cargo de subdelegada de turma. Prevendo um fraco aproveitamento no final deste período, a aluna optou por anular a matrícula.

2.2. Nada a registar.

2.3. O Conselho de Turma louvou o trabalho das professoras e assim como de todos os professores da turma que participaram no projecto desta turma para a Semana da Escola – “A Quinta da Barafunda”. Estas duas professoras informaram que todas as alunas tiveram bom desempenho, embora a ritmos diferentes. Destacaram-se, no entanto, as alunas número seis, ; nove, ; catorze, ; dezasseis, e dezoito, .

Os professores de Cidadania e Sociedade; Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho e Tecnologias da Informação e Comunicação irão leccionar as suas disciplinas até ao final do ano lectivo, leccionando assim os conteúdos que estavam previstos para os dois anos lectivos. Assim que a professora de Cidadania e Sociedade, , terminar as aulas desta disciplina, a hora lectiva será ocupada pela disciplina Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, também leccionada pela professora . Quando o professor de Tecnologias de Informação e Comunicação, , terminar as aulas desta disciplina a hora lectiva será ocupada pela professora de Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais, .

O professor de Sociologia, , informou ter feito, no segundo período, a celebração do Dia do Consumidor através da afixação de frases elaboradas pelos alunos alusivas a este tema. O professor de Sociologia confirmou ainda a sua intenção de realizar em Maio uma recolha de alimentos na Escola para o Banco Alimentar Contra a Fome.

Nas disciplinas de Cidadania e Sociedade e, Sociologia, foram contabilizadas mais duas aulas em cada uma destas disciplinas, do que as previstas, por motivos de deslocação ao Banco Alimentar Contra a Fome e ao Centro de Formalidades das Empresas, em Setúbal.

Na folha de rosto desta aula, na disciplina de Francês, onde se lê catorze classificações atribuídas de dez a treze, deve-se ler treze classificações atribuídas.

Nada mais havendo a tratar foi lida e aprovada a acta, dando-se por terminada a reunião.

CT de de 15/05/07  
Fls 01/03

Acta de Reunião Interclasse  
Ensino Secundário

3.º Período  
Ano  
Turma  
2006/07

A presente acta é composta por três folhas, numeradas e rubricadas pelo director de turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O Director de Turma

O Secretário

20 O Pres. Conselho Pedagógico

Visto em 15/05/07

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, pelas dezasseis horas e trinta minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sob a presidência do(a) professor(a) \_\_\_\_\_

DISCIPLINAS	NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
Português		
Inglês		
TIC		
Cidadania e Sociol.		
H.S.S.T.		
Ed. Física		
Sociologia		
Psicologia		
Francês		
Acomp. em A.T.L.		
Acomp. de Crianças		
Acomp. C.T.I.		
Acomp. de C.N.E.E.		
G.P.O.		

NOTA: Tratar todos os campos em branco e marcar com um X as turmas que participam na reunião.

Ordem de Trabalhos da reunião:

1. Informação
2. Comprometimento / Aproveitamento
3. Outros assuntos

Relativamente ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, a Directora de Turma comunicou terem comparecido à reunião de Encarregados de Educação, no início do terceiro período, os Encarregados de Educação das alunas números dois, [redacted]; sete, [redacted]; oito, [redacted]; onze, [redacted]; doze, [redacted]; quinze, [redacted]; dezasseis, [redacted] e dezassete, Vanessa Rosa.

A Directora de Turma informou ter recebido a Encarregada de Educação da aluna número quinze, [redacted] assim como a própria aluna no dia quinze de Maio, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos. A aluna revelava sinais de uma extrema sensibilidade e cansaço motivados por questões familiares, sentimentais, de saúde e até algumas dúvidas em relação à sua continuidade neste curso. À aluna foi aconselhada a sua continuidade no curso, devido à sua boa prestação até então demonstrada e devido às possibilidades de, posteriormente, prosseguir estudos numa outra área. A aluna foi encaminhada para o Serviço de Psicologia e Orientação para um acompanhamento psicológico com a psicóloga, [redacted]. A Directora de Turma aconselhou a Encarregada de Educação a marcar uma consulta para a [redacted] com o respectivo médico de família. A professora [redacted], que assistiu a parte desta reunião, sugeriu ainda a marcação de uma consulta no "Espaço S - em [redacted]". A Encarregada de Educação mostrou-se bastante receptiva a estas sugestões.

A professora [redacted] informou que estava a terminar o número de aulas respeitante aos dois anos da disciplina de *Cidadania e Sociedade* e que o espaço ocupado no horário por esta disciplina passaria a ser ocupado pela disciplina *Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho*. Por outro lado, a professora [redacted] passará a ocupar o espaço da disciplina *Tecnologias da Informação e Comunicação* assim que o professor [redacted] terminar o número de aulas a leccionar.

Relativamente ao segundo ponto da ordem de trabalhos, os professores foram unânimes em considerar que o comportamento da turma melhorou bastante. A planta da sala de aula contribuiu muito para esta mudança positiva. Quanto ao aproveitamento, o professor de *Sociologia*, [redacted], informou que as alunas números onze, [redacted] e [redacted] continuam a ter um fraco aproveitamento comprometendo, assim, a sua aprovação nesta disciplina. O conselho de turma considerou que as alunas números, quatro, [redacted]; onze, [redacted] e treze, [redacted], continuam igualmente a ter um fraco aproveitamento, apesar das estratégias implementadas. São alunas pouco dinâmicas que nem sempre apresentam os trabalhos solicitados e não têm hábitos de estudo. Por outro lado, a aluna número dois, [redacted], melhorou a sua postura e tem-se empenhado no cumprimento das actividades propostas. A aluna número seis, [redacted], regressou no seu aproveitamento. De um modo geral, as alunas desta turma continuam a ter algumas dificuldades de

compreensão e aquisição de conhecimentos, apesar das diversas estratégias adoptadas. Destaca-se pela positiva a aluna número dezoito, por ser uma aluna atenta, cumpridora, bastante empenhada e com postura correcta face a este curso.

No que diz respeito ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, a professora informou que a visita de estudo ao Museu da Ciência Viva, no Pavilhão do Conhecimento, no dia vinte e sete de Abril, tinha decorrido de acordo com os objectivos da visita. No âmbito das disciplinas de *Português e Acompanhamento de Crianças em Actividades de Tempos Livres*, a visita de estudo as Sintra, no dia oito de Maio foi igualmente proveitosa tendo mesmo superado as expectativas, de acordo com os professores.

A turma assistiu, no dia catorze de Maio, na nossa Escola, à peça de teatro "Deixemos o Sexo em Paz", de Dário Fo. A peça de teatro estava enquadrada nos conteúdos que estão a ser leccionados nas disciplinas de *Acompanhamento de Crianças e Acompanhamento de Crianças em Jardim de Infância*, segundo a professora.

No âmbito das disciplinas de *Acompanhamento de Crianças e Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais* estão a ser planeadas visitas de estudo à Casa da em e à do ao sector das reclusas que têm filhos inferiores a três anos.

A professora, que lecciona a disciplina de *Psicologia* nesta turma, comunicou que seria preferível que, devido ao tipo de conteúdos a leccionar, no próximo ano lectivo esta disciplina fosse leccionada por um professor com formação própria.

A professora apresentou uma proposta para que no próximo ano lectivo esta turma fosse quinzenalmente ao Centro Cultural de participar em acções programadas por este centro e destinadas a este tipo de cursos. Foi ainda sugerido que as professoras acompanhantes fossem as professoras.

A professora apresentou ainda o programa "A Empresa" - um projecto de Empreendedorismo que poderá ser implementado na turma no próximo ano lectivo. Este projecto, constituído por um programa modular, tem como objectivo ensinar a criar microempresas. O conselho de turma manifestou agrado em relação a estas duas propostas.

Finalmente, foi decidido que as alunas poderiam permanecer na sala de aula durante os intervalos para realizarem trabalhos das diversas disciplinas. No entanto, estas serão responsáveis pelos objectos que se encontrem na sala; não têm autorização para comerem dentro da sala e as chaves da sala serão sempre entregues à funcionária responsável pelo pavilhão.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por terminada a reunião da qual se lavrou a presente acta e que vai ser assinada nos ter da lei.

CI do ... de 29/05/07  
Fls. 01/03

**Acta de Reunião Intercalar**  
**Ensino Secundário**

3.º Período

...º Ano

Turma ...

2006/07

A presente acta é composta por três folhas, numeradas e rubricadas pelo director de turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O Director de Turma

O Secretário

PA O Pres. Conselho Executivo

Visto em 26/06/07

Aos três dias do mês de Maio do ano de dois mil e sete, pelas doze horas e trinta minutos, reuniu o Conselho de Turma, sob a presidência do(a) professor(a) ...

DISCIPLINAS	NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
Português		
Inglês		
Tic		
Cidadania e Sociol.		
H.S.O.T		
Ed. Física		
Sociologia		
Psicologia		
Francês		
Acomp. em A.T.L.		
Acomp. de Crianças		
Acomp. em C.G.I.		
Acomp. de C. N.E.E.		
S.P.O.		

NOTA: Têm-se todos os espaços em branco e devem ser feitos no lugar da "rubrica" dos professores e alunos.

Ordem de Trabalhos da reunião:

1. Informação
2. Apresentamento
3. \_\_\_\_\_



Relativamente ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, a Directora de Turma comunicou que a aluna número quinze, , continuava a revelar sinais de instabilidade, cansaço e quebra no seu aproveitamento escolar motivados por questões familiares. A psicóloga, doutora , relatou o encontro que teve com a aluna, após ter sido encaminhada para o Serviço de Psicologia e Orientação. Comunicou ainda haver a necessidade de convocar o pai da para uma reunião. Nessa reunião estariam presentes a própria psicóloga, a Directora de Turma e o pai da aluna, uma vez que a Encarregada de Educação da aluna se encontra doente.

A doutora transmitiu ainda que a aluna número oito, , tinha solicitado um encontro com a psicóloga.

A professora informou que já tinha terminado o número de aulas a leccionar respeitante aos dois anos da disciplina de *Cidadania e Sociedade* e que o espaço ocupado no horário por esta disciplina está a ser ocupado pela disciplina *Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho*. Por outro lado, a professora está a ocupar o espaço da disciplina *Tecnologias da Informação e Comunicação*, em virtude do professor ter terminado o

número de aulas a leccionar para os dois anos. A professora comunicou a sua preocupação relativamente ao cumprimento na íntegra do número de aulas a leccionar na sua disciplina, para este ano lectivo. Foi-lhe sugerido que continuasse a dar as aulas nos espaços das disciplinas que terminavam assim como em horário pós lectivo, caso isso fosse possível. O professor informou que o número de aulas a leccionar na disciplina de *Sociologia* estava prestes a terminar. A professora comunicou que iria terminar o número de aulas a leccionar da disciplina *Acompanhamento de Crianças em Actividades de Tempos Livres* na semana de onze de Maio.

Relativamente ao segundo ponto da ordem de trabalhos, o professor de *Sociologia*, , informou que as alunas números onze, e treze, , continuam a ter um fraco aproveitamento comprometendo, assim, a sua aprovação nesta disciplina. Nas disciplinas de *Português e Psicologia* as alunas números, quatro, ; e treze, , não se têm empenhado o suficiente de forma a atingirem um nível de aproveitamento satisfatório. Na disciplina de *Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais*, as alunas números dois, ; quatro, ; onze, e treze, , não conseguirão, muito provavelmente, obter aproveitamento positivo nesta disciplina. A participação destas alunas é fraca e não têm correspondido às diversas actividades solicitadas. Apesar de não ter estado presente na reunião deste Conselho de Turma, a professora transmitiu à Directora de Turma que nas disciplinas de *Acompanhamento de Crianças e Acompanhamento de Crianças em Creche e*

*Jardim de Infância* as alunas números dois, [redacted]; quatro, [redacted] e onze, [redacted] iriam realizar um teste de recuperação. A aluna número dezasseis irá realizar um teste de recuperação na disciplina de *Acompanhamento de Crianças em Creche e Jardim de Infância*. Saliente-se que as alunas acima referidas já tinham realizado testes escritos, fichas de trabalho e trabalhos de grupo, com apresentação escrita e oral. Nas disciplinas de *Inglês e Francês* foram solicitadas às alunas a realização de diversas actividades de forma a colmatar as deficiências na aquisição e compreensão de conhecimentos destas duas disciplinas.

As professoras [redacted] e [redacted] não estiveram presentes neste conselho de turma em virtude de se encontrarem numa reunião de Cursos Profissionais de Ensino Secundário.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por terminada a reunião da qual se lavrou a presente acta e que vai ser assinada nos termos da lei.

## 2.6. Outros assuntos.

**Desenvolvimento:**

1.1 Em cumprimento do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, os professores signatários apresentaram as propostas de avaliação referente a cada aluno, procedendo-se à **atribuição de classificações de acordo com os critérios de avaliação das disciplinas**, aprovadas em Conselho Pedagógico.

1.2 Análise dos alunos com NEB e alunos estrangeiros. Nada a registar.

1.3 Foi analisado o **aproveitamento** da turma e das **classificações** nos documentos de avaliação em vigor. O **balanço** realizado é o seguinte:

Número total de alunos avaliados em **três ou mais** disciplinas: 15 (quinze)

- Número de alunos **sem** negativas: 11 (onze)
- Número de alunos com **uma** ou **duas** negativas(\*): 2 (dois)
- Número de alunos com **três** ou **mais** negativas(\*): 2 (dois)
- Número de alunos **admitidos/não admitidos a exame** [preencher a tabela].

Disciplinas	N.º de alunos admitidos a exame	N.º de alunos não admitidos a exame
-----	-----	-----
-----	-----	-----
-----	-----	-----

(\*) Inclui anulações de matrícula e/ou exclusão por faltas.

**Aproveitamento global da turma:**

Muito Bom ☐

Bom ☐

Satisfatório ☒

Não satisfatório ☐

Mau ☐

A encarregada de educação da aluna número dois, foi pessoalmente informada, em reunião de Encarregados de Educação realizada em Abril do corrente ano, acerca do aproveitamento da sua educanda. Foi igualmente informada acerca das dificuldades que a teria de superar bem como do cumprimento das actividades solicitadas pelos diversos professores para atingir o nível de aproveitamento satisfatório. A encarregada de educação da aluna referiu, por sua vez, que não estava interessada que a aluna fosse transferida para uma outra área dentro destes Cursos e que iria apelar à aluna para um cumprimento integral das actividades solicitadas pelos professores das diversas disciplinas. Neste conselho de turma, na componente técnica, na disciplina de *Acompanhamento em Creche e Jardim de Infância*, a professora Cristina Ferreira comunicou que a aluna fez um esforço muito grande, mas muito inconstante com um percurso irregular. A *Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais* aconteceu exactamente o mesmo, ou seja, nos dois períodos anteriores não trabalhou, tendo-se apenas empenhado neste período final. A classificação final de nove valores, nesta última disciplina, é muito favorável, pois não reflecte o real trabalho que desenvolveu ao longo de todo o ano lectivo. A aluna revela uma atitude de desinteresse e pouco empenho. Tem alguma dificuldade de se integrar num grupo de trabalho, sendo foco de conflito, não cumprindo os prazos estipulados para cumprimento de tarefas propostas. Na disciplina de *Sociologia* só tirou avaliação positiva na ficha de recuperação. Só no final do ano é que trabalhou um pouco. Foi solicitado um trabalho de recuperação, mas a mesma não manifestou interesse pois alegou que não teria problemas com a sua transição para o segundo ano deste curso. O conselho de turma considerando que



tratando-se de um curso de educação e formação, apesar de não ter alcançado as competências necessárias no âmbito da disciplina de *Acompanhamento em Creche e Jardim de Infância*, decidiu votar a alteração da classificação desta disciplina dando a possibilidade à aluna de continuar o segundo ano deste curso.

A encarregada de educação da aluna número quatro, \_\_\_\_\_, foi informada via SMS e por carta sobre o aproveitamento escolar e a assiduidade da aluna. No entanto a encarregada de educação nunca compareceu na Escola nem contactou a Directora de Turma, apesar de ter sido solicitada a sua comparência na Escola. Foi analisado o caso da aluna e não se viram resultados de trabalho tendo o conselho de turma decidido não possibilitar a frequência do segundo ano de formação deste curso. A aluna não se esforçou minimamente, tendo sido durante o ano foco de várias situações de conflito, sendo as chegadas atrasadas às aulas uma constante.

A encarregada de educação da aluna número onze, \_\_\_\_\_, teve conhecimento, ao longo do ano lectivo, do aproveitamento escolar e da assiduidade da aluna. Estes contactos foram estabelecidos quer pessoalmente, com a Directora de Turma, quer telefonicamente e via SMS. A aluna revelou um grande défice em muitas disciplinas, tendo-se verificado que a mesma não possui condições de frequentar o segundo ano deste curso. A própria aluna já teria manifestado o desejo de integrar uma outra área de formação.

A encarregada de educação da aluna número treze, \_\_\_\_\_, foi informada pessoalmente, via SMS e por carta sobre o aproveitamento escolar e a assiduidade da aluna. A encarregada de educação foi ainda solicitada a justificar várias faltas de presença da aluna, mas tal não foi cumprido. De acordo com as professoras \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ a aluna tem na formação técnica um bom relacionamento com as crianças, sendo afectuosa e atenta, o que foi vivenciado em estágio, no final do ano lectivo anterior, nas valências de Creche e Jardim de Infância. O conselho de turma considerando que tratando-se de um curso de educação e formação, apesar da aluna não ter alcançado as competências necessárias no âmbito da disciplina de *Sociologia*, decidiu votar a alteração da classificação dando a possibilidade de continuar o segundo ano deste curso. Devido a ter ultrapassado o limite de faltas nas disciplinas de Psicologia e Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais a aluna irá cumprir três dias de actividades no Centro de Recursos Educativos da escola ou irá acompanhar a integração de alunos do quinto ano de escolaridade na nossa escola.

#### 1.4 Comportamento global da turma:

Muito Bom ☐ Bom ☒ Satisfatório ☐ Não satisfatório ☐ Mau ☐

#### 1.5 Assiduidade

A aluna número oito, \_\_\_\_\_, ultrapassou o limite de faltas a todas as disciplinas, excepto a Língua Estrangeira II, Tecnologias da Informação e Comunicação e, Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho por motivos de saúde, realização de exames médicos, idas a consultas médicas e internamento hospitalar. Todas as faltas da aluna estão devidamente justificadas. Para compensar estas faltas e o cumprimento dos objectivos de formação, a aluna apresentou trabalhos escritos e orais nessas disciplinas. A aluna número nove, \_\_\_\_\_, por ter ultrapassado o limite de faltas a Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais, irá exercer trabalho de recuperação no Centro de Recursos Educativos da escola durante dois dias. A aluna número quinze, \_\_\_\_\_, ultrapassou o limite de faltas, devido a questões de saúde e instabilidade familiar, nas disciplinas de Língua Estrangeira II, Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais e Acompanhamento em Creche e Jardim de Infância. Como tal, irá exercer três dias de actividades de superação no Centro de Recursos Educativos da escola. A aluna número treze, \_\_\_\_\_,

devido a ter ultrapassado o limite de faltas na disciplina de Psicologia e Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais, irá cumprir três dias de actividades no Centro de Recursos Educativos da escola ou irá acompanhar a integração de alunos do quinto ano de escolaridade na nossa escola.

## 2. Outros assuntos.

2.1. Nada a registar.

2.2. O conselho de turma votou a alteração da classificação da disciplina de *Acompanhamento em Creche e Jardim de Infância* para dez valores possibilitando à aluna número dois, a transição para o segundo ano. O conselho de turma votou a alteração da classificação de *Sociologia* para dez valores possibilitando à aluna número treze, a transição para o segundo ano do curso de formação.

2.3. De seguida, foi focado o Plano Anual de Actividades, tendo os docentes declarado que todas as actividades realizadas durante este ano lectivo decorreram de acordo como o planeado, e atingiram os objectivos para os quais tinham sido concebidas. A professora informou que esta turma foi contemplada com oito sessões da "Escola Criativa" de duas horas entre os meses de Outubro de dois mil e sete e Maio de dois mil e oito, no Centro Cultural de às quartas-feiras à tarde. Quem acompanhará será a professora A professora gostaria de acompanhar algumas destas sessões no âmbito da disciplina de Português.

2.4. A professora optou por leccionar neste ano lectivo os conteúdos previstos para os dois anos lectivos das disciplinas de *Cidadania e Sociedade e Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho*. Assim, na disciplina de *Cidadania e Sociedade* foram leccionadas trinta aulas em vez das catorze inicialmente estipuladas para este ano lectivo. Na disciplina de *Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho* foram leccionadas quarenta aulas em vez das vinte previstas. O professor leccionou vinte e oito aulas, em vez das catorze inicialmente previstas, na disciplina de *Tecnologias da Informação e Comunicação*, tendo, deste modo, leccionado já os conteúdos previstos para os dois anos desta disciplina. Face a esta declaração, os professores de Educação Física, Inglês, Sociologia e Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais sugeriram que as horas desocupadas pelas disciplinas supracitadas, fossem distribuídas por estas disciplinas. Nas disciplinas de Português e Psicologia foram leccionadas cento e quarenta e três aulas em vez de cento e vinte e oito. Nas disciplinas de Inglês e Sociologia foram leccionadas sessenta e sete aulas em vez de sessenta e quatro aulas. Na disciplina de Educação Física foram leccionadas sessenta e seis aulas em vez de sessenta. Na disciplina de Acompanhamento em Actividades de Tempos Livres foram leccionadas duzentas e vinte e cinco aulas em vez de duzentas e vinte e uma. Na disciplina de Acompanhamento de Crianças foram leccionadas cento e noventa e cinco aulas em vez de cento e noventa. Na disciplina de Acompanhamento em Creche e Jardim de Infância foram leccionadas duzentas e trinta e três aulas em vez de duzentas e trinta aulas. Finalmente, na disciplina de Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais foram leccionadas cento e oitenta e duas aulas em vez de cento e oitenta e uma. Todos os docentes declararam que cumpriram integralmente os conteúdos programáticos que estavam previstos para este ano lectivo.

2.5. A aluna número dezoito, foi proposta para o Quadro de Valores e Excelência por ter obtido a média de classificação de dezasseis valores. Acresce ainda, o facto da aluna revelar uma atitude e empenho exemplares.

- 2.6. Foi elogiada a participação e disponibilidade da Encarregada de educação da aluna número dezasseis, na actividade de projecto de pais que decorreu ao longo do ano lectivo na escola, tendo terminado no dia vinte e seis de Junho com uma sessão na Direcção Geral de Educação de Lisboa.

Nada mais havendo a tratar foi lida e aprovada a acta, dando-se por terminada a reunião.

**Acta de Reunião de Avaliação****Ensino Secundário**

3.º Período

2006/07

A presente acta é composta por cinco folhas, numeradas e rubricadas pelo Director de Turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O(A) Director(a) de Turma

O(A) Secretário(a)

R.V. O Pres. Conselho Executivo

Visto em 02/07/07

Aos vinte e sete dias do mês de Junho do ano de dois mil e sete, pelas dezasseis horas e trinta minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sobre a presidência da professora Leonor Penim.

DISCIPLINAS	CLASSIFICAÇÕES					AULAS		NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
	0 a 4	5 a 9	10 a 13	14 a 17	18 a 20	P	D		
Português	-	3	40	2	-	128	143		
Inglês I	-	-	12	3	-	64	67		
Tecnologias Inf. Com.	-	-	8	7	-	28	28		
Cidadania e Sociedade	-	-	8	7	-	28	30		
H.S.S.T.	-	-	11	4	-	40	40		
Educação Física	-	-	9	6	-	60	66		
Sociologia	-	2	11	2	-	64	67		
Psicologia	-	2	11	2	-	128	143		
Francês II	-	-	13	1	1	64	64		
Acomp. A. T. L.	-	-	4	11	-	221	225		
Acomp. Crianças	-	2	8	5	-	190	195		
Acomp. C. 1. Infância	-	2	7	6	-	230	233		
Acomp. C. N. E. E.	-	4	8	2	1	181	182		
S. P. O.	-	-	-	-	-	-	-		

NOTA: Tratar todos os espaços em branco e marcar firm no lugar da "rubrica" aos professores assentes.

**Ordem de Trabalhos:****Ponto um:** Análise e avaliação do Projecto Curricular de Turma:

- 1.1 Atribuição das classificações aos alunos;
- 1.2 Análise do cumprimento dos Planos Educativos Individuais dos alunos com NEE e dos Planos Individuais dos alunos estrangeiros;
- 1.3 Análise do aproveitamento (referir o nível de sucesso/insucesso e sua justificação);
- 1.4 Análise do comportamento (referir o comportamento geral; alunos com participações disciplinares, medidas tomadas, etc.);
- 1.5 Análise da assiduidade (Indicar número e nome dos alunos que revelaram fraca assiduidade; número e nome dos alunos que excederam o limite de faltas - exclusão por faltas a todas as disciplinas).

**Ponto dois:** Outros assuntos

- 2.1. Anulações de matrícula (indicar o nome do(s) aluno(s), o número e a(s) disciplina(s)).
- 2.2. Votações, declarações de voto, deliberações do C. Turma e /ou restantes assuntos relevantes.
- 2.3. Balanço das actividades desenvolvidas de acordo com o PCT.
- 2.4. Balanço dos conteúdos disciplinares.
- 2.5. Proposta de alunos para o Quadro de Valores e Excecência.

**-Anexo 8 – Actas de reuniões de Conselho de Turma do Curso  
de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**



# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

## Acta de Reunião de Avaliação

### Ensino Secundário Cursos Tipo 5

200.6/027  
1º Período  
.....º Ano  
Turma .....

Aos Onze dias do mês de Setembro do ano de dois mil e seis, pelas noze horas e dez minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sobre a presidência do(a) professor(a) \_\_\_\_\_

DISCIPLINAS	Nome do Professor	RUBRICA
Português		
Língua Estrangeira		
Ciências Sociais e Soci.		
TIC		
HSST		
Educação Física		
Matemática		
Física - Química		
Práticas de Electr.		
INRSP		
HRCEE		
CCME		
Técnicas de Org. Emp.		

NOTA: Tratar todos os espaços em branco e marcar falta no lugar de "rubrica" aos professores ausentes.

#### Ordem de Trabalhos:

Ponto um: Organização e funcionamento dos cursos tipo 5;

Ponto dois: Planificação das actividades da turma.

Ponto três: Outros assuntos.

#### Desenvolvimento:

— Relativamente ao ponto um, a professora língua-presidente do Conselho Executivo, entregou ao Coordenador de Curso, professor \_\_\_\_\_, o guia orientador das procedimentes a adoptar nas curras de Educação e Formação - Tipo 3 e 5 / Cursos Profissionais, para a compensação de aulas por falta do professor, salientando os respectivos deveres do docente que tenha faltado a totalidade ou a parte dos segmentos lectivos.

— Em relação ao ponto dois, o Conselho de Turma considerou ser mais oportuno, apresentar as planificações das actividades da turma, após conclusão das planificações programáticas das respectivas disciplinas curriculares.

—No que concerne ao ponto três, a professora de Português,  
\_\_\_\_\_, está a estudar qual a melhor obra de Eça  
para apresentar à turma, e decide com o perfil dos alunos  
que integram o grupo em questão.



CT do \_\_\_\_\_ de 14/11/06  
Fls. 112

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**Acta de Reunião Intercalar**

**Ensino Secundário**

1.º Período

.....º Ano

Turma ... ..

200 6 / 07

A presente acta é composta por duas folhas, numeradas e rubricadas pelo director de turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O Director de Turma

O Secretário

PA O Pres. Conselho Executivo

Visto em 15/12/06

Aos catze dias do mês de Novembro do ano de dois mil e seis, pelas dezasseis horas da minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sob a presidência do(a) professor(a) \_\_\_\_\_.

DISCIPLINAS	NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
CEME		
Cid. Soc		
E.F		
EQ		
HSST		
THRSP		
JNG		
MAT. APL		
MRCGE		
PORT		
PR-ELEC		
TIC		
TDE		
SPO		

**NOTA:** Trancar todos os espaços em branco e manter falta no lugar da "rubrica" aos professores absentes.

**Ordem de Trabalhos da reunião:**

1. Definição do perfil da turma;
2. Estratégias de actuação, metodologia de trabalho e critérios de avaliação;
3. Plano de trabalho de turma;
4. Outros assuntos;

Dando cumprimento ao ponto um, o Director de Turma fez uma breve caracterização da mesma, salientando que a de idades dos alunos é de dezoito anos, sendo sete os próprios Encarregado de Educação. Na sua maioria, os alunos pretendem terminar o 12º ano. Seguidamente os professores apresentaram os primeiros dados relativos ao comportamento e aproveitamento, após o que se concluiu que a turma revela-se globalmente pouco trabalhadora e por vezes agitada, destacando-se, quanto ao primeiro aspecto, o aluno \_\_\_\_\_, número onze, que não cumpre as tarefas da aula, entregando inclusivamente testes e trabalhos praticamente em branco. Relativamente ao comportamento, têm sido os alunos \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, números dois e cinco respectivamente, os mais destabilizadores. -----

Passando ao segundo ponto, o Director de Turma lembrou que os critérios de avaliação para os Cursos de Educação e Formação são os seguintes: para as componentes sócio-cultural e científica, o domínio do "saber fazer" tem um peso de cento e quarenta pontos e o "saber estar" de sessenta pontos; para a componente tecnológica o domínio do "saber fazer" tem um peso de cento e noventa pontos (distribuídos por testes: cem pontos, e trabalhos e relatórios: noventa pontos), e o do "saber estar" dez pontos. Cada disciplina distribuiu estes pesos de acordo com o estabelecido em cada departamento e conforme consta nos anexos aos contratos de aprendizagem. -----

Dadas as características da turma e face aos primeiros dados recolhidos, a avaliação incidirá sobretudo no trabalho da aula. -----

Relativamente ao ponto três, os professores entregarão ao Director de Turma os respectivos planos para elaboração do Plano de Trabalho conjunto. -----

Finalmente, e concretizando o último ponto da ordem de trabalhos, o Director de Turma informou os presentes que o aluno número catorze, \_\_\_\_\_, anulou a matrícula no passado dia quatro de Outubro. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente acta, que será assinada nos termos da lei. -----

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

## Acta de Reunião de Avaliação

## Ensino Secundário

2006/07

1.º Período

1.º Ano

Turma \_\_\_\_\_

A presente acta é composta por duas folhas, numeradas e rubricadas pelo director de turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O Director de Turma

O Secretário

R<sup>o</sup> O Pres. Conselho Executivo

Visto em 15/01/07

Aos doze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e seis, pelas doze horas quingenta minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sobre a presidência do(a) professor(a) \_\_\_\_\_.

DISCIPLINAS	CLASSIFICAÇÕES					AULAS		NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
	0 4	5 9	10 13	14 17	15 20	P	D		
LEI Inglês	-	2	9	1	-	22	22		
H.S.S.T	-	3	6	1	-	12	10		
Educação Física	-	1	9	2	-	12	11		
Cid. Soc.	-	-	3	9	-	12	11		
Português	-	5	6	1	-	50	46		
TIC	-	-	7	5	-	12	12		
Físico-Química	-	4	6	2	-	26	26		
Mat. Aplic.	-	5	5	2	-	52	48		
TOE	-	4	6	2	-	26	22		
Dr. Elect.	-	4	7	1	-	82	79		
M.R.C.E.	-	4	2	6	-	87	76		
ENRSP	-	5	5	2	-	54	49		
CENB	-	6	3	3	-	74	67		
S.P.O.	-	-	-	-	-	-	-		

NOTA: Trancar todos os espaços em branco e trancar falta no lugar da "rubrica" aos professores ausentes.

## Ordem de Trabalhos:

Ponto um: Análise e avaliação do Projecto Curricular de Turma:

- 1.1 Atribuição das classificações aos alunos;
- 1.2 Análise do aproveitamento e do comportamento;

Ponto dois: Outros assuntos;

- 2.1. Balanço da realização das visitas de estudo incluídas no Plano de actividades da turma;
- 2.2. Organização das actividades / visitas de estudo para o próximo período lectivo;
- 2.3. Casos especiais de avaliação e de comportamento e estratégias de actuação.

Em cumprimento da ordem de trabalhos no que se refere ao ponto um - Procedeu-se á atribuição das respectivas classificações aos alunos;-- O Conselho de Turma considerou que em termos gerais o aproveitamento e o comportamento da turma é satisfatório;----- Em relação ao ponto dois, no que respeita a visitas de estudo, estas não se efectuaram no decorrer do primeiro período. Para o segundo período, a professora da disciplina de português, está a prever realizar uma visita de estudo ao teatro sobre a temática queirosiana.-----

Os professores da área técnica têm previsto a realização de duas visitas de estudo ( À central Termoelétrica de Sines e à barragem do Alqueva ) relacionadas com os sistemas de automação e controlo do processo de produção/transporte de energia eléctrica.-----

No que concerne aos casos especiais de avaliação e de comportamento referem-se os seguintes:-----

O aluno (3), necessita de maior empenhamento na área técnica bem como na disciplina de Físico-Química.-----

O aluno (7), revela dificuldades aprendizagem na maioria das disciplinas necessitando de se esforçar significativamente para atingir os objectivos mínimos.-----

O aluno (9), embora seja empenhado necessita de se esforçar para ultrapassar as dificuldades.-----

Os alunos (2) e (12), manifestam em geral desinteresse pelas actividades desenvolvidas nas aulas, mantendo-se sistematicamente distraídos e dialogando entre si, perturbando o bom funcionamento das aulas. Salienta-se que, até à presente data revelam notória desadequação ao perfil do curso que frequentam.-----

O Conselho de Turma propõe como estratégias de remediação a diversificação das actividades no processo de ensino aprendizagem, no contexto da sala de aula.-----

O aluno (8), anulou a matrícula em dezassete de Novembro de dois mil e seis.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Acta de Reunião Intercalar

Ensino Secundário

2.º Período

.....º Ano

Turma, ....

2006/2007

A presente acta é composta por duas folhas, numeradas e rubricadas pelo director de turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O Director de Turma

O Secretário

2007 O Pres. Conselho Executivo

Visto em 16/02/07

Aos trinta dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e setenta e sete, pelas dezoito horas e trinta minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sob a presidência do(a) professor(a) .....

DISCIPLINAS	NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
CEME		
Cid. Soc.		
Ed. Física		
Física-Química		
M.S.T.		
EMRP		
Inglês		
Mat. Aplicada		
MRCE		
Português		
Prat. Electr.		
TIC		
TAE		
SPO		

NOTA: Trancar todos os espaços em branco e marcar falta no lugar da "rubrica" aos professores ausentes.

Ordem de Trabalhos da reunião:

1. Informações
2. Plano de Trabalho de Turma
3. Gestões urgentes

Em cumprimento da ordem de trabalhos no que se refere ao ponto um, o Director de turma comunicou as seguintes informações:

Compareceram à reunião de encarregados de educação os pais/encarregados de educação dos seguintes alunos: ..... (Nº1), ..... (Nº6), ..... (Nº7) e ..... (Nº9), aos quais transmitiu as considerações resultantes do Conselho de turma relativamente ao aproveitamento e comportamento dos respectivos educandos.

Face aos casos mais problemáticos ..... (Nº2) e ..... (Nº11), o Director de turma convocou telefonicamente os respectivos pais/encarregados de educação no sentido de os informar sobre a falta de aproveitamento, fraco empenhamento e desadequação dos educandos ao perfil do curso que frequentam, bem assim de solicitarem aconselhamento junto do Serviço de Psicologia e Orientação Escolar. No que respeita ao ponto dois, o Conselho de turma considerou que na generalidade das disciplinas a turma mantém-se pouco empenhada participando apenas nas actividades propostas para a sala de aula.

Continuam a destacar-se pela negativa os alunos ..... (Nº2) e ..... (Nº11) devido ao fraco aproveitamento e empenhamento. O aluno ..... (Nº5) não trabalha nas disciplinas de Português e Físico-Químicas. Salienta-se pela positiva, na disciplina de Inglês o aluno ..... (Nº3) pelo conhecimento e participação nas aulas.

Perante as dificuldades manifestadas pela generalidade dos alunos no domínio cognitivo e falta de concentração o Conselho de turma decidiu adoptar como estratégia de remediação, além da diversificação das actividades a realizar, a diminuição do grau de complexidade das mesmas, por forma a melhorar o empenhamento dos alunos.

Relativamente ao ponto três, a professora da disciplina de Matemática está a planificar uma visita de estudo ao Museu Ciência Viva (Parque das Nações) à Exposição Interactiva de Matemática, a realizar durante o segundo período, sendo acompanhada pelo professor de Educação Física .....

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CT do, de 6/3/07  
Fls. 1/2

Acta de Reunião Intercalar  
Ensino Secundário

2.º Período

.....º Ano

Turma .....

2006/07

A presente acta é composta por duas folhas, numeradas e rubricadas pelo director de turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O Director de Turma

O Secretário

Rel O Pres. Conselho Executivo

Visto em 17/04/07

Aos sete dias do mês de Março do ano de dois mil e sete, pelas dezessete horas e quinze minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sob a presidência do(a) professor(a)

DISCIPLINAS	NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
C.E.M.G.		
Cid. Soc.		
Ed. Física		
Física-Química		
HSST		
IMRSP		
Inglês		
Mat. Aplicada		
M.R.C.C.		
Português		
Ps. Electr.		
TIC		
TOE		
SPO		

NOTA: Rubricar todos os espaços em branco e marcar falta no lugar da "rubrica" aos professores absentes.

Ordem de Trabalhos da reunião:

1. Informações
2. Plano de Trabalho de Turma
3. Outros assuntos

Em cumprimento da ordem de trabalhos no que se refere ao ponto um, o Director de Turma informou o Conselho de Turma da reunião ocorrida com os pais/encarregados de educação afim de dar conhecimento das avaliações intercalares, estiveram presentes os encarregados de educação dos alunos (1);

(6); (7); (12).

Em relação ao ponto dois, o Conselho de turma mantém a opinião que na generalidade das disciplinas a turma é pouco empenhada, tendo os respectivos professores feito as seguintes considerações:

Disciplina de Português- Revelam fraco empenhamento/aproveitamento os alunos (2);

(11) e (5); o aluno (3) é distraído e pouco empenhado tendo baixado de rendimento.

Disciplina de Físico-Química- Manifestam desmotivação os alunos (2); (3);

(5); (6) e (11).

Disciplina de Inglês- Revelam dificuldades os alunos (2); (6);

(7); (11) e (12).

Disciplina de Matemática- Os alunos (1) e (2) revelam atitudes inadequadas no contexto da sala de aula.

Disciplina de Educação Física- O aluno (5) nem sempre cumpre as actividades da aula o que se irá reflectir no respectivo aproveitamento.

Disciplina de H.S.S.T.- O aluno (5) baixou de rendimento, tendo de se aplicar.

Práticas de Electrotecnia- Manifestam falta de empenhamento/aproveitamento os alunos (2);

(11); o aluno (5) baixou significativamente o seu rendimento.

Disciplinas de C.B.M.E/M.R.C.E.E - Além dos problemáticos (2) e (11),

revelam dificuldades os alunos (3); (7). Os alunos (1);

(5); (10); (13); baixaram substancialmente de rendimento sendo necessário maior empenhamento.

Saíam-se pela negativa na generalidade das disciplinas os alunos (2) e (11) devido à inexistência de empenhamento.

Relativamente ao ponto três a Dr.ª do Serviço de Psicologia e Orientação informou que reuniu com o aluno (11) e sua progenitora no sentido de encontrarem alternativas escolares

para o aluno. A mãe do referido aluno mencionou que o filho não pretende concluir o 12º Ano, contudo solicitou a permissão da frequência do aluno até final do ano lectivo, no sentido de permitir a procura de alternativas escolares ou a transição para a vida activa.

Os professores da área técnica informaram que a visita de estudo à Barragem do Alqueva está calendarizada para o dia 11 de Abril de 2007.

A reunião de avaliação do segundo período realizar-se-á no dia 20 de Março de 2007 pelas dezassete horas.



CT do: 2 de 20/03/07 Fls. 1/2

# Acta de Reunião de Avaliação

## Ensino Secundário

Edo 6/07

2º Período

\_\_\_\_º Ano

Turno: \_\_\_\_\_

A presente acta é composta por duas folhas, numeradas e rubricadas pelo director de turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada

O Director de Turma

O Secretário

20 O Pres. Conselho Executivo

Visto em 04/04/07

Ans vinte dias do mês de Março do ano de dois mil e sete, pelas doze horas \_\_\_\_\_ minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sob a presidência do(a) professor(a) \_\_\_\_\_

DISCIPLINAS	CLASSIFICAÇÕES					AULAS		NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
	0	5	10	14	18	P	D		
	a	a	a	a	a				
	4	9	13	17	20				
CHE	-	2	10	-	-	66	65		
Cid. Soc.	-	-	3	9	-	12	12		
Ed. Física	-	-	8	4	-	24	24		
Física/Galileu	2	1	8	1	-	20	20		
HSST	-	3	8	-	1	11	11		
IMRSP	-	3	8	1	-	58	58		
L. Ep. Inglês	-	3	8	1	-	24	24		
Mat. Apl.	-	3	7	2	-	40	40		
MRCG	-	4	6	2	-	74	74		
Português	-	3	9	-	-	44	40		
Prat. Elet.	2	2	6	2	-	81	81		
TIC	-	-	7	5	-	11	11		
TOE	-	3	9	-	-	18	18		
Spo	-	-	-	-	-	-	-		

NOTA: Transcrever todos os espaços em branco e marcar falta no lugar da "rubrica" dos professores adidos.

## Ordem de Trabalhos:

Ponto um- Avaliação: atribuição das classificações, análise do aproveitamento e comportamento;

Ponto dois: Casos individuais de alunos com dificuldades de acompanhamento do curso;

Ponto três: Outros assuntos

Em cumprimento da ordem de trabalhos, no que se refere ao ponto um, procedeu-se à atribuição das respectivas classificações aos alunos. O Conselho de turma considerou que em termos gerais o aproveitamento e comportamento da turma são satisfatórios.

Na disciplina de Português registou-se uma melhoria geral no aproveitamento excepto o aluno (nº5) que baixou significativamente.

O aluno (nº2), salienta-se pela negativa em termos comportamentais, manifestando em algumas disciplinas atitudes inadequadas ao contexto da sala de aula.

Em relação ao ponto dois, os alunos (nº2) e (nº11), continuam a revelar notória falta de desempenho/desinteresse na generalidade das disciplinas/curso.

Os alunos (nº3), (nº5) e (nº7), revelam dificuldades em algumas disciplinas devido à falta de concentração/empenhamento.

Relativamente ao ponto três, a professora de Matemática teve de transferir para o terceiro período, a visita de estudo ao parque de Ciência Viva, dado que a Câmara Municipal de não disponibilizou o autocarro na data prevista, no segundo período.

O aluno (nº2) atingiu o limite de faltas na disciplina de Cidadania e Sociedade e ultrapassou metade do limite de faltas nas disciplinas de Técnicas de Organização Empresarial ( TOE ), Instalação, Manutenção e Reparação de Suportes Pluritecnológicos ( IMRSP ), Físico-Química, Práticas de Electrotécnia, Construção e Ensaio de Módulos Electrónicos ( CEME ).

O aluno (nº4), atingiu o limite de faltas na disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação ( TIC ), bem como metade do limite de faltas nas disciplinas de Cidadania e Sociedade, Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho ( H SST ), Construção e Ensaio de Módulos Electrónicos ( CEME ), Instalação, Manutenção e Reparação de Suportes Pluritecnológicos ( IMRSP ), Manutenção e Reparação de Circuitos Eléctricos e Electrónicos ( MRCEE ) e Práticas de Electrotécnia.

O aluno (nº5), ultrapassou metade do limite de faltas nas disciplinas de Português, Técnicas de Organização Empresarial ( TOE ), Instalação, Manutenção e Reparação de Suportes Pluritecnológicos ( IMRSP ) e Práticas de Electrotécnia.

O aluno (nº10) atingiu metade do limite de faltas nas disciplinas de Português, Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho ( H SST ), Técnicas de Organização Empresarial ( TOE ) e Instalação, Manutenção e Reparação de Suportes Pluritecnológicos ( IMRSP ).

**Acta de Reunião de Avaliação**  
**Ensino Secundário**

3.º Período  
"Ane  
Turma:  
2006/07

A presente acta é composta por: dois folhas, numeradas e rubricadas pelo Director da Turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O(A) Director(s) da Turma

O(A) Secretário(s)

Re O Pres. Conselho Executivo

Visto em 07/07/07

Em vinte e sete dias do mês de Junho do ano de dois mil e sete, pelas doze horas trinta minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sobre a presidência do(a) professor(a) \_\_\_\_\_

DISCIPLINAS	CLASSIFICAÇÕES						AULAS		NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
	0-4	5-9	10-13	14-17	18-20		P	D		
Português	-	1	9	-	-		40	40		
L. E. Inglês	1	-	8	1	-		22	22		
Mat. Apl.	-	1	8	1	-		42	42		
Educação Física	-	-	1	8	1		20	20		
Quím. Gen.	-	-	8	2	-		5	5		
IMASP	-	1	8	1	-		46	46		
HIST	-	1	7	2	-		18	18		
FA	-	-	4	6	-		5	5		
TOE	-	1	8	1	-		21	21		
Física-Geral	1	-	8	1	-		20	20		
CEHE	-	1	7	2	-		58	58		
NRCEE	-	1	7	2	-		72	72		
Prática Educ.	1	-	8	1	-		65	66		
SPO	-	-	-	-	-		-	-		

NOTA: Trancar todas as páginas em branco e marcar bem no lugar de "rubrica" os professores ausentes.

### Ordem de Trabalhos:

Ponto um: Análise e avaliação do Projecto Curricular de Turma:

- 1.1 Atribuição das classificações aos alunos;
- 1.2 Análise do aproveitamento (preferir o nível de sucesso/insucesso e sua justificação);
- 1.3 Análise do comportamento (preferir o comportamento geral; alunos com participações disciplinares, medidas tomadas, etc.);
- 1.4 Análise da assiduidade (Indicar número e nome dos alunos que revelaram fraca assiduidade; número e nome dos alunos que excederam o limite de faltas - exclusão por faltas a todas as disciplinas).

Ponto dois: Outros assuntos

- 2.1 Anulações de matrícula (indicar o nome do(s) aluno(s), o número e a(s) disciplina(s));
- 2.2 Votações, declarações de voto, deliberações do C. Turma e/ou restantes assuntos relevantes;
- 2.3 Balanço das actividades desenvolvidas de acordo com o PCT;
- 2.4 Balanço dos conteúdos disciplinares.

**Desenvolvimento:**

1.1 Em cumprimento do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, os professores signatários apresentaram as propostas de avaliação referente a cada aluno, procedendo-se à **atribuição de classificações de acordo com os critérios de avaliação das disciplinas**, aprovadas em Conselho Pedagógico.

1.2 Foi analisado o **aproveitamento** da turma e das **classificações** nos documentos de avaliação em vigor. O **balanço** realizado é o seguinte:

Número total de alunos avaliados em **três ou mais** disciplinas: Dez

- Número de alunos **sem** negativas: Nove
- Número de alunos com **uma** ou **duas** negativas (\*): Zero
- Número de alunos com **três** ou **mais** negativas(\*): Um
- Número de alunos **admitidos/não admitidos a exame** [preencher a tabela].

Disciplinas	N.º de alunos admitidos a exame	N.º de alunos não admitidos a exame

(\*) Inclui anulações de matrícula e/ou exclusão por faltas.

**Aproveitamento global da turma:**

Muito Bom ☐ Bom ☐ Satisfatório ☒ Não satisfatório ☐ Mau ☐

[Inserir aqui o texto referido nível de sucesso/insucesso – disciplinas com insucesso superior a 50 % e sua justificação]

**1.3 Comportamento global da turma:**

Muito Bom ☐ Bom ☐ Satisfatório ☒ Não satisfatório ☐ Mau ☐

Não existem participações disciplinares a considerar

**1.4 Assiduidade**

Revelara falta assiduidade em algumas disciplinas os seguintes alunos: Augusto Silva (1); Fábio Martins (4); Pedro Costa (10).

**2. Outros assuntos.**

2.1. Anularam a matrícula os alunos, (2) e (5)

2.2. \_\_\_\_\_

2.3. As actividades desenvolvidas de acordo com o PCT, atingiram os objectivos propostos nas diversas disciplinas.

2.4. Foram cumpridos os conteúdos programáticos em todas as disciplinas, após simplificação dos mesmos, no decurso do primeiro período, por forma a melhor se adequarem ao perfil dos alunos.

Nada mais havendo a tratar foi lida e aprovada a acta, dando-se por terminada a reunião.

## **Anexo III**

## **-Anexo 9 – Relatório de observação naturalista de sala de aula – CEF Auxiliar de Acção Educativa nº.1**

### **Observação naturalista de sala de aula da disciplina de ATL do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa**

**12 / 3 / 2007**

Observou-se uma aula prática da disciplina de ATL, em que as alunas se encontravam a elaborar cenários a serem utilizados durante a semana de actividades extra curriculares de Páscoa.

A professora (...) apresentou o investigador à turma, introduzindo o seu trabalho, explicando às alunas que deverão responder a um questionário, o qual será interpretado e extraídas conclusões.

Foi solicitado às alunas que criassem um nome fictício para identificar a escola, mantendo assim o anonimato.

As alunas ouviram os professores, assumindo um comportamento disciplinado, mobilizando-se para cumprir a tarefa pedida pelo investigador.

Devido à compenetração com que elaboravam os cenários, as alunas pediram à professora que adiassem para a parte da tarde o trabalho de criação do novo da escola.

Observou-se que as alunas funcionavam muito bem em equipa, acatando prontamente todas as indicações dadas pela professora.

O ambiente de trabalho caracterizava-se por ser descontraído, permitindo-se a audição de música ambiente.

As alunas mostravam-se cuidadosas, pois estando a trabalhar com tintas, mantinham-se a elas próprias e à sala de aula limpas, lavando as mãos e os seus utensílios, sempre que necessário.

A sala encontrava-se limpa e arrumada.

Percebeu-se haver uma boa relação entre alunas e professora e entre si, verificando-se uma boa adesão às actividades propostas.

De igual modo observou-se por parte das alunas de um grande sentido de responsabilidade, quando após o toque para o intervalo, a maioria destas ter permanecido na sala de aula a trabalhar.

As tarefas desempenhadas pelas alunas na elaboração dos referidos cenários, variavam entre tarefas de repetição, como por exemplo no preenchimento de grandes superfícies ou criação de texturas, ou tarefas de maior minúcia no desenho de pormenores. Em qualquer caso, as alunas demonstravam concentração e cuidado, não manifestando qualquer sinal de enfado.

## **-Anexo 10 – Relatório de observação naturalista de sala de aula – CEF Auxiliar de Acção Educativa nº.2**

### **Observação naturalista de sala de aula da disciplina de Psicologia do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa**

**15-3-2007**

As alunas encontravam-se na sala e ocupavam os seus lugares habituais. A professora informou a turma que a aula ia ser assistida pelo investigador e que lhes iam ser entregues um conjunto de questionários para responderem, ao que o investigador explicou em que é que estes consistiam.

As alunas responderam ao questionário, pondo ao investigador as suas dúvidas.

Uma aluna informou que a turma escolhera para identificar a escola a designação de Escola Secundária Maria da Luz.

Depois de entregues os questionários respondidos, a aula retomou o seu rumo normal, podendo-se constatar que todas se faziam acompanhar de todos os materiais necessários para a realização das actividades propostas para esta aula, nomeadamente dos seus Dossiês de Estágio.

Pouco antes do final da aula, a professora propôs à turma a realização de um trabalho. As alunas levantaram-se discretamente, agrupando-se conforme tinham previamente combinado, iniciando as tarefas propostas.

As alunas mantiveram até ao final da aula uma atitude disciplinada, apesar de descontraída e divertida.



## **-Anexo 11 – Relatório de observação naturalista de actividade – CEF Auxiliar de Acção Educativa nº.3**

**Observação naturalista de actividade promovida pelas alunas do Curso de Educação e Formação de Auxiliares de Acção Educativa.**

**22-3-2007**

A turma do curso de Auxiliares de Acção Educativa, decidiu organizar uma actividade aberta às escolas de 1º. Ciclo, integrada na semana de actividades de final de segundo período.

Conforme observado em ocasiões anteriores, estas alunas elaboraram todos os cenários e estruturaram o espaço da sala de aula, de forma a receber e distribuir pelas diversas actividades, os alunos visitantes.

O tema escolhido para esta actividade, foi “A vida na quinta”, tendo todo o espaço da sala sido decorado com motivos rurais.

As alunas encontravam-se na sala, tranquilamente mas deixando transparecer alguma ansiedade, esperando os alunos a quem se destinava esta actividade.

As alunas traziam vestido figurinos imitando os animais da quinta, os quais tinham previamente confeccionado.

Pouco tempo depois, acompanhados pelas suas professoras, chegavam os alunos do quarto ano do 1º. Ciclo, tendo sido encaminhados para os respectivos lugares.

Realizou-se inicialmente um pequeno recital de poemas dirigido a todas as crianças, tendo de seguida, sido distribuídas por cinco *ateliêrs*, nos quais participavam rotativamente.

A actividade decorreu conforme o previsto, percebendo-se a existência de um forte espírito de equipa, demonstrando competência e gosto no desempenho desta profissão.

## **-Anexo 12 – Relatório de observação naturalista de Conselho de Turma – CEF Auxiliar de Acção Educativa**

### **Reunião de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa**

**20-3-2007**

Este Conselho de Turma serviu sobretudo para confirmar os níveis de final de período, cumprindo-se os trâmites habituais.

É de referir que se registaram um número bastante elevado de disciplinas com notas inferiores a dez valores. Assim, verificou-se que uma aluna obteve resultado negativo a oito disciplinas, uma aluna a sete, duas alunas a seis disciplinas, uma a cinco, uma aluna a três, duas a duas, três a uma disciplina e somente quatro alunas não registaram nenhuma nota inferior a dez valores. Houve este ano, uma anulação de matrícula efectuada a 29 -11-06.

Os professores manifestaram preocupação pela ocorrência de tal elevado numero de alunas em risco de retenção, pois caso não transitem, não terão a possibilidade de integrar um C.E.F. nesta escola.

Indagando este o porquê deste facto, foi o investigador informado que os conteúdos das várias disciplinas, quer as de componente geral, quer as de componente técnica, são de uma complexidade pouco adequada ao perfil deste tipo de alunos. Para agravar esta situação, verifica-se a inexistência de uma sequência entre os conteúdos leccionados no ano passado e os do corrente ano.

A Directora de Turma afirmou ter contactado, telefónica e via SMS os encarregados de educação para os pôr a par da situação de mau aproveitamento e falta de assiduidade dos seus educandos.

Percebeu-se uma certa demissão por parte dos encarregados de educação, relativamente aos seus deveres.

A agravar a situação, observaram-se casos de desobediência e boicote aos deveres escolares e familiares por parte de algumas alunas.

Alguns professores, tendo a oportunidade de contactar com encarregados de educação, aperceberam-se da existência de maus ambientes familiares e más atitudes destes para

com os seus educandos, pouco propícias ao seu bom desenvolvimento intelectual e emocional.

Constatou-se recentemente, a existência de um grave problema comportamental e relacional entre algumas alunas, nomeadamente entre a delegada e a sub delegada de turma, assumindo lideranças contrárias. O Conselho de Turma entendeu por unanimidade, destituí-las dos cargos que assumiam. Deliberou-se a marcação de uma assembleia de turma, com vista à resolução deste tipo de problemas.

Deduz-se que alguns destes comportamentos desviantes, sejam aprendidos no seio familiar, pelo que já foi referido através da observação de atitudes tidas pelos próprios encarregados de educação.

Os professores queixam-se de falta de cumprimento de prazos na entrega dos trabalhos executados pelas alunas desta turma, bem como falta de métodos de trabalho.

Conclui-se que grande parte das alunas desta turma, ainda não se aperceberam de qual a razão pela qual foram integradas neste curso e qual a filosofia dos Cursos de Educação e Formação.

O professor da disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação, comentou nunca se ter apercebido deste tipo de problemas comportamentais, provavelmente por passar semanalmente pouco tempo com elas.

Contrariando este tipo de atitudes tidas na escola, estas alunas, inseridas em contexto de estágio, tomam uma postura completamente oposta, demonstrando competência e responsabilidade.

Seguidamente caracterizou-se a turma quanto ao seu comportamento e aproveitamento geral, definindo-se estratégias para a mais breve resolução dos seus problemas.

Foi dado um louvor às professoras e alunas que se destacaram na execução dos cenários a utilizar nas actividades extra curriculares de final de período.

Para encerrar a reunião, foi divulgado o programa de actividades para o terceiro período.

## **-Anexo 13 – Relatório de observação naturalista de sala de aula – CEF Técnico de Electrónica nº.1**

**Observação naturalista de sala de aula da disciplina de Língua Portuguesa do  
Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica.**

**15-3-2007**

O Investigador, acompanhado pela professora (...), chegou à sala de aula da disciplina de Língua Portuguesa, onde já decorriam as actividades previstas, neste caso, o visionamento de um vídeo. A professora Fátima interrompeu a aula, tendo sido apresentado o âmbito desta investigação.

O investigador distribuiu pelos alunos presentes os questionários a preencher, os quais os alunos prontamente começaram resolve-lo.

Tocou para a saída, os alunos entregaram os questionários que haviam resolvido e levaram dois exemplares para entregar aos alunos que não se encontravam presentes, para que estes os pudessem responder. Mais tarde estes questionários, já resolvidos, seriam entregues ao Director de Turma.

## **-Anexo 14 – Relatório de observação naturalista de sala de aula – CEF Técnico de Electrónica**

### **Observação naturalista de aula do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

**21-06-2007**

Os alunos chegaram à sala à hora prevista, sentando-se nos seus lugares sem que se verificassem atrasos, interrupções ou outro tipo de perturbações.

A aula era de uma disciplina teórica, da componente técnica, na qual o professor utilizou o método expositivo, auxiliando-se de esquemas representados no quadro de parede.

Os alunos observaram atentamente o professor, passando para os seus cadernos toda a informação transmitida.

O professor solicitou em diversas ocasiões a participação dos alunos questionando-os, os quais prontamente respondiam e discutiam os conceitos leccionados. Percebia-se que a generalidade dos alunos demonstravam interesse pela matéria dada, mantendo-se atentos.

A dada altura o professor teve a necessidade de se ausentar da sala de aula, pelo que os alunos começaram a conversar uns com os outros, em tom baixo. À entrada do professor, os alunos retomaram o ambiente de silêncio, continuando-se a aula.

Após a explicação teórica, o professor propôs a realização de um exercício, o qual foi resolvido no lugar pelos alunos, e posteriormente no quadro, esclarecendo-se dúvidas.

Um dos alunos, sinalizado como estando a passar uma fase de grande desmotivação, manifestava alheamento e desinteresse pela aula, não se fazendo acompanhar pelo material necessário, nomeadamente o caderno diário. O aluno encontrava-se a utilizar indevidamente o telemóvel. O professor, numa altura em que os restantes alunos se

encontravam concentrados na resolução do exercício, trocou tranquilamente algumas impressões com este aluno.

Nota-se a existência de um clima de tolerância e respeito entre alunos e professores, preocupando-se estes últimos com a vida acadêmica e pessoal dos seus alunos.

As matérias dadas eram complexas, muito técnicas, percebendo-se uma grande exigência e nível de dificuldade.

## **-Anexo 15 – Relatório de observação naturalista de Conselho de Turma – CEF Técnico de Electrónica**

### **Observação naturalista de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

**5-6-2007**

As reuniões de Conselho de Turma deste curso ocorrem normalmente de quinze em quinze dias, salvo quando marcado extraordinariamente ou anulado.

Este Conselho de Turma caracteriza-se por ser composto por sete professores, dos quais três do sexo feminino e os restantes do sexo masculino. Aqui as senhoras leccionam as disciplinas humanísticas e científicas, enquanto os homens leccionam as disciplinas da componente técnica.

A reunião de Conselho de Turma iniciou-se com a análise do comportamento de um aluno, suspeitando-se de consumir substâncias ilícitas. O aluno encontra-se desenquadrado do resto do grupo turma, pondo em risco os demais colegas. Observou-se um decréscimo acentuado dos resultados obtidos por este aluno, desde o início do terceiro período.

Os professores dialogaram abertamente sobre este assunto, demonstrando interesse e preocupação pela situação pessoal do aluno.

O Director de Turma informou ter contactado o encarregado de educação, percebendo-se haver diálogo entre a escola e a família.

Os professores referiram a forma como a turma se relaciona com o aluno, descrevendo as interações estabelecidas. Mais uma vez se verifica uma grande preocupação dos docentes pelos seus alunos.

Seguidamente discutiu-se a carga horária de algumas disciplinas, com o intuito de cumprir os seus conteúdos programáticos.

Analisou-se o aproveitamento geral da turma, antevendo-se já o final do ano lectivo.



## **Anexo IV**

## **-Anexo 16 - Grelha de objectivos da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo**

### **Grelha de Objectivos – Entrevista semi directiva ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz**

VARIÁVEIS	OBJECTIVOS	PERGUNTAS
ESCOLA	- Conhecer os motivos pelos que a escola decidiu abrir os seus Cursos de Educação e Formação.	2.1; 2.2
	- Saber se houve investimento para apetrechar instalações com os equipamentos necessários para o funcionamento dos Cursos de Educação e Formação.	2.3; 2.4
	- Averiguar qual a forma de financiamento destes cursos, tanto para a sua implementação, como para a sua manutenção.	2.5; 2.6; 2.7
	- Perceber o grau de autonomia da escola, quanto a aquisição e formação de recursos humanos e se os apoia no campo científico e pedagógico.	2.8; 2.9
CURSOS	- Saber se os docentes têm uma motivação intrínseca para leccionar em Cursos de Educação e Formação e porque aceitam ou se propõem a integrar Conselhos de turma destes cursos.	2.10
	- Averiguar se os Cursos de Educação e Formação são realmente eficientes, no cumprimento dos seus propósitos.	2.11;
MEIO	- Perceber se a escola mantém relações instituídas ou informais com organismos e empresas, de forma a melhor integrar os seus alunos, no mundo laboral.	2.11; 2.13; 2.14

## **-Anexo 17 - Grelha de objectivos da entrevista aos Coordenadores de Curso**

### **Grelha de Objectivos – Entrevista semi directiva a Coordenador de Curso de Educação e Formação**

VARIÁVEIS	OBJECTIVOS	PERGUNTAS
ESCOLA	- Conhecer os motivos pelos que a escola decidiu abrir os seus Cursos de Educação e Formação.	2.2
	- Saber se houve investimento para apetrechar instalações com os equipamentos necessários para o funcionamento dos Cursos de Educação e Formação.	2.3; 2.4
	- Averiguar qual a forma de financiamento destes cursos, tanto para a sua implementação, como para a sua manutenção.	2.5
	- Perceber o grau de autonomia da escola, quanto a aquisição e formação de recursos humanos e se os apoia no campo científico e pedagógico.	2.6;
CURSO	- Perceber se existe dificuldade em mobilizar docentes para formar Conselhos de Turma deste tipo de cursos.	2.7
	- Saber se os docentes têm uma motivação intrínseca para leccionar em Cursos de Educação e Formação e porque aceitam ou se propõem a integrar Conselhos de turma destes cursos.	2.1; 2.9
	- Averiguar se se geram relações colegiais, formais ou informais, entre os professores destes Conselhos de Turma.	2.10; 2.11
	- Percepcionar se os professores têm motivação e iniciativa para a promoção de actividades extra curriculares.	2.11;
	- Averiguar se os Cursos de Educação e Formação são realmente eficientes, no cumprimento dos seus propósitos.	2.16; 2.17
	- Perceber se a escola estimula os seus alunos a serem autónomos e empreendedores.	2.18

MEIO

- Perceber se a escola mantém relações instituídas ou informais com organismos e empresas, de forma a melhor integrar os seus alunos, no mundo laboral.

2.14

- Inferir acerca das representações que a comunidade faz relativamente aos alunos que concluem estes cursos.

2.15

## **-Anexo 18 - Grelha de objectivos da entrevista aos Directores de Turma**

### **Grelha de Objectivos – Entrevista semi directiva a Director de Turma**

VARIÁVEIS	OBJECTIVOS	PERGUNTAS
CURSO	- Perceber se existe estabilidade docente nos Conselhos de Turma deste tipo de cursos.	2.2
	- Indagar quais as dificuldades que os professores sentem ao leccionarem nestes cursos.	2.3;
	- Averiguar se se geram relações colegiais, formais ou informais, entre os professores destes Conselhos de Turma.	2.4; 2.6
	- Saber se os docentes têm uma motivação intrínseca para leccionar em Cursos de Educação e Formação e porque aceitam ou se propõem a integrar Conselhos de turma destes cursos.	2.1; 2.5; 2.6
	- Percepcionar se os professores têm motivação e iniciativa para a promoção de actividades extra curriculares.	2.6;
	- Inferir quanto à adequação curricular no que toca ao tipo de alunos a que estes cursos se destinam.	2.7; 2.8; 2.10
	- Saber se a carga horária está de acordo com o desenho curricular destes cursos e com o desempenho esperado destes alunos.	2.9
	- Perceber se a escola estimula os seus alunos a serem autónomos e empreendedores.	2.14; 2.16
	- Indagar qual o tipo de relação que os alunos estabelecem com os restantes membros da comunidade educativa.	2.13
	- Averiguar se os Cursos de Educação e Formação são realmente eficientes, no cumprimento dos seus propósitos.	2.15; 2.17 2.11; 2.18

FAMÍLIA

- Saber se a escola faz uma eficiente divulgação dos seus cursos

- Perceber se a escola estabelece canais de comunicação eficientes, com os encarregados de educação dos seus alunos.

2.18; 2.20

- Saber que relação existe entre encarregados de educação e os seus educandos.

2.19

## **-Anexo 19 - Grelha de objectivos do questionário aos Docentes**

### Grelha de Objectivos – Inquérito por questionário “Docentes”

VARIÁVEIS	OBJECTIVOS	PERGUNTAS
ALUNO	-Perceber se os professores conhecem os seus alunos quanto a: a) suas motivações; b) sua realização pessoal.	2.1 ; 2.2
	-Aferir que representações têm os professores, dos alunos que integram os Cursos de Educação e Formação.	2.4 ; 2.5
	- Percepcionar se os professores se sentem optimistas quanto ao futuro académico dos alunos que frequentam estes cursos.	2.6 ; 2.7
	- Percepcionar se os professores acreditam que os conteúdos dados nos Cursos de Educação e Formação terão utilidade no futuro profissional dos alunos que os integram.	2.8
ESCOLA	-Aferir se os professores têm informação acerca da nomenclatura dos Cursos de Educação e Formação.	3.1 ; 3.2
	-Aferir se os professores sabem como se constituem as turmas de Cursos de Educação e Formação.	3.3 ; 3.4 ; 3.5
	- Apurar se os professores sabem qual o perfil de aluno proposto para integrar um Curso de Educação e Formação.	3.5
	- Saber se os professores conhecem os curricula dos Cursos de Educação e Formação.	3.6
	-Saber se os professores têm conhecimento de como se faz a gestão de tempos e curricula em turmas de Cursos de Educação e Formação.	3.6 ; 3.7
	-Saber se os professores têm conhecimento de como se faz a gestão financeira em Cursos de Educação e Formação, inclusivé se sabem que fundos se podem utilizar na sua gestão.	3.8

## ESCOLA

- Perceber se os professores sentem haver uma ligação real entre escola e o sector empresarial, potencial empregador de alunos finalistas de Cursos de Educação e Formação. 3.9
- Aferir se a escola abriu Cursos de Educação e Formação para se poder adaptar a uma nova realidade social operada na região em que se insere. 4.1
- Percepcionar se a escola abriu Cursos de Educação e Formação para poder manter ocupados alguns professores que no passado leccionavam disciplinas que entretanto foram suprimidas. 4.2
- Perceber se existe um bom clima de escola. 4.3
- Percepcionar a existência de conflitos de interesses entre professores. 4.4
- Saber se os Cursos de Educação e Formação desta escola, foram abertos tendo em consideração as características do seu Projecto Educativo. 4.5
- Indagar se os recursos físicos e humanos existentes na escola são os mais adequados para o funcionamento de Cursos de Educação e Formação. 4.6 ; 4.7 ; 4.8
- Aferir se os alunos têm uma boa relação com os restantes actores da comunidade educativa. 4.9 ; 4.10
- Saber se a escola estabelece contactos com os encarregados de educação e se o circuito de comunicação existente é o mais eficiente. 4.11

## MEIO

- Perceber se os professores conhecem as características sócio-económicas da região onde a escola está inserida. 5.1 ; 5.3
- Saber que inter relações existem entre escola, empresas e instituições da região. 5.2 ; 5.4



## **-Anexo 20 - Grelha de objectivos do questionário aos Encarregados de Educação**

Grelha de Objectivos – Inquérito por questionário “Encarregados de Educação”

VARIÁVEIS	OBJECTIVOS	PERGUNTAS
EDUCANDO	-Perceber se os encarregados de educação conhecem os seus educandos a: a) suas motivações; b) sua realização pessoal.	2.2 ; 2.6 2.3
	-Aferir que representações têm os encarregados de educação dos alunos que integram os Cursos de Educação e Formação.	2.4 ; 2.5
	-Saber que importância os encarregados de educação dão a habilitações literárias.	2.6 ; 2.7
	- Percepcionar se os encarregados de educação criam expectativas nos seus educandos no que diz respeito ao seu futuro profissional.	2.8 ; 3.4 ; 5.5
ESCOLA	-Saber se os encarregados de educação matricularam os seus educandos num Curso de Educação e Formação, tendo conhecimento das ofertas educativas existentes.	3.1 ; 3.2
	-Perceber se os encarregados de educação auxiliam os seus educandos a gerir o seu tempo.	3.3
	-Aferir se os encarregados de educação têm informação acerca da nomenclatura dos Cursos de Educação e Formação.	3.4
	-Saber se os encarregados de educação encontram-se informados no tocante à vida escolar dos seus educandos.	4.5 ; 4.6
	-Depreender se os encarregados de educação se deslocam à escola e se conhecem as suas instalações.	4.1

-Aferir se os encarregados de educação conversam com os seus educandos sobre as inter-relações que estes estabelecem com os restantes elementos da comunidade educativa.	4.2 ; 4.3 ; 4.4
-Perceber se as famílias se sentem bem integradas no meio onde residem.	5.1
-Percepcionar se os encarregados de educação gastam muito tempo em deslocações entre o seu local de residência e o trabalho.	5.2
-Aferir se o agregado familiar tem e continuará a ter um local de residência fixo, ou se pelo contrário assume características migrantes.	5.3
-Saber se os encarregados de educação estabelecem contactos com a escola e com as restantes instituições e empresas da região.	5.5 ; 5.6

## **Anexo V**

## **-Anexo 21 – Transcrição da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo**

### **Transcrição de Entrevista com o Presidente do Conselho Executivo**

**5-4-2007**

2.1- Não posso precisar o ano, já foi há uns anos, vamos lá distinguir aqui duas coisas, os CEFs ao abrigo da actual legislação, são algo relativamente recente, de qualquer maneira a escola tem já uma tradição de cursos, enfim, mais orientados para a vida activa, que por assim dizer antecederam os CEFs, o programa 9º+1, o programa 15-18, o 10º ano profissionalizante, portanto, digamos que a abertura dos CEF tal como eles estão designados, desde o primeiro ano, desde que eles foram implementados, não sei precisar o ano, mas foi desde o primeiro.

2.2- Isto decorreu das necessidades dos alunos, isto é começamos a verificar a partir de dada altura, que havia necessidade de criar saídas alternativas para os alunos que não estavam a conseguir obter uma escolaridade regular com os currículos tradicionais, e portanto, digamos que a abertura dos CEFs decorre em primeiro lugar, dessa percepção que a escola tem, que são dados concretos que tem, de uma análise, digamos assim, dos próprios resultados da escola, associados depois a uma tentativa de orientação escolar destes miúdos, portanto digamos que, face a um conjunto de dados que estávamos a obter, foi estabelecido um diagnóstico, pediu-se depois a ajuda e a implicação de vários serviços da escola, nomeadamente dos SPO, Núcleo de Apoio Educativo, que em articulação com outras pessoas da escola, nomeadamente com as direcções de turma e Coordenação de Direcções de Turma, criaram-se equipas, que no fundo, levaram a que se aproveitasse esta oportunidade que era a implementação de CEFs, portanto cursos que permitiam, por um lado, que os miúdos concluíssem a escolaridade, portanto terem uma certificação escolar, por outro lado, uma primeira orientação profissional, digamos que aqui há uma dupla justificação, e o objectivo aqui era precisamente, enfim, tentar

por essa via, criar alternativas de sucessos aos miúdos, alternativas de formação que propiciassem realmente que estes miúdos conseguissem ter sucesso.

2.3\2.4- Os recursos físicos, vamos lá ver uma coisa, os recursos físicos não foi preciso grandes alterações, a escola tinha já alguns recursos que vinham dos Cursos Tecnológicos, e portanto, digamos que, na organização destes cursos tivemos em linha de conta, não só as orientações e apetências dos miúdos, mas simultaneamente os recursos físicos, materiais e humanos que a escola disponha, não é, portanto, por vezes trabalhamos em rede com outras escolas, no sentido de receber alunos doutras escolas para estes cursos, e simultaneamente essa escola encaminhava alunos seus para cursos que a nossa escola tivesse para oferecer, que tivessem mais recursos e etc., portanto digamos que aqui, no nosso caso não houve necessidade de estar a fazer grandes alterações, nem grandes apetrechamentos ao nível dos recursos físicos, nas áreas que aqui na escola, digamos, são áreas já fortes, o caso das electricidades, da electrónica, da administração, do apoio à infância, que a área mais forte dos cursos que esta escola tem tido. Nós tínhamos já dos antigos cursos técnico profissionais, antes dos cursos tecnológicos, haviam uns cursos técnico profissionais, e portanto digamos que a escola desde o seu início foi apetrechada para a área do curso técnico profissional de Electrotecnia/Electrónica, da parte de trabalhos oficinais, tinha também alguns recursos materiais e físicos, nomeadamente na área de mecano-tecnia, digamos que havia já um conjunto de recursos que era possível aproveitar, portanto, a escola não teve necessidade de adquirir grandes equipamentos ou alterar instalações.

2.5- Ora bem, inicialmente a escola candidatou, os primeiros cursos, candidatou-os ao PRODEP, até ao final da fase de em que o PRODEP saiu da zona de Lisboa e Vale do Tejo, não é..., portanto o PRODEP II, depois, se não me engano, ainda abrangeu aqui a nossa zona, portanto na altura, ao abrigo do PRODEP, nós obtivemos algum financiamento, alguma participação para estes cursos, nomeadamente em termos de alguns recursos materiais, algum, ao nível dos formadores também, portanto, o apoio que houve foi o PRODEP, que entretanto quando acabou, acabou, agora já só estamos a trabalhar nestes cursos com os recursos da escola. Actualmente, não existem verbas especificamente destinados aos cursos.

2.6- O que existe é que a escola no seu orçamento anual, contempla sempre verba, para estes cursos, portanto, para o acompanhamento destes cursos.

2.7- Directamente não há apoios, portanto esse apoio não existe, aliás, penso que nem nenhuns, portanto, nestes cursos CEF não há. Nós neste momento temos um protocolo com a Autarquia, já a nível dos cursos profissionais do secundário, que não os CEFs, que não... é outra coisa. Digamos que a Autarquia auxilia sobretudo em termos de estágios profissionais, portanto, foi uma das entidades parceiras que recebe estagiários dos vários cursos e portanto a esse nível, foi uma entidade que não financiando, digamos que colaborou nesse aspecto de uma forma bastante significativa.

2.8- Vamos lá ver, isto foi sobretudo feito com recursos humanos da escola, houve situações pontuais em que a escola pediu a colaboração de outras entidades, para virem dar formação a áreas em que nós não tínhamos pessoal com formação especificamente para esse fim, sei lá, uma das formações que tiveram foi com a Equipa de Apoios Educativos, com o ECAI, Equipa de Apoios Educativos de Cascais que disponibilizou, portanto, isto teve de ser autorizado pela Direcção Regional, portanto mas que disponibilizou alguns educadores de infância que tinham formação em Ensino Especial, para virem apoiar nalgumas áreas relacionadas com os CEFs de Apoio à Infância, portanto, designavam-se, tinham várias designações, umas vezes de Auxiliares de Acção Educativa, outras vezes ... Nesta área do trabalho com o apoio à infância digamos que houve algumas disciplinas, algumas áreas em que alguns módulos em que pedimos ajuda, e dessem origem a parcerias que estabelecemos conseguimos obter formadores externos.

2.9- Formação na área científica não, porque, é suposto que os professores no campo científico sejam pessoas qualificadas, o trabalho, penso eu, incidiu mesmo nessa parte e mais na questão da, de uma certa abordagem diferente em relação a estes cursos, com um acompanhamento muito mais sistemático por parte dos Conselhos de Turma, portanto, um trabalho colaborativo maior, digamos que do ponto de vista do funcionamento do grupo de professores, do Conselho de Turma, estes CEFs deram excelentes resultados, porque por exemplo a questão da assiduidade, a questão da obrigatoriedade de se cumprirem horas de formação, o trabalho do próprio Conselho de Turma, a articulação entre os professores, digamos que foi uma experiência, deste ponto

de vista muito enriquecedora, agora eu acho que tem sido das poucas experiências em que efectivamente os professores estão a conseguir ter um trabalho colaborativo. Também têm dentro, e temos um pouco, mas em anos anteriores, dentro do horário lectivo dos professores havia uma hora para que se reunissem semanalmente, e portanto também havia um conjunto de condições que estavam organizadas de ponto de vista legal, que permitiam, facilitavam de certa maneira esta inter-acção entre os Conselhos de turma dos CEFs, e portanto foi talvez enriquecedor.

2.10- Eu acho que há aqui situações diferentes, inicialmente as pessoas tinham alguma e têm algum receio e alguma relutância por ser talvez daquela necessidade e obrigatoriedade de, em relação à questão das horas de formação a serem cumpridas, portanto há um grande rigor nesse aspecto, mas têm de ter aquelas horas no final, não é, e portanto havia um certo receio, o que é certo é que o *feedback* que eu tenho das pessoas depois de terem começado a trabalhar neste esforço, já é um *feedback* muito positivo, as pessoas gostam. Gostam precisamente por via daquilo que ainda há bocado falei, que é a questão da interacção entre o Conselho de Turma, a questão do sucesso educativo dos miúdos, portanto eu acho que como experiência deve ser muito bom, o *feedback* que eu tenho tido, tem sido positivo, genericamente, é evidente que há sempre um ou outro caso, talvez menos, que não demonstrarão tão fortemente, mas eu acho que regra geral é positivo. A resposta que eu dei.

2.11- Que tem contribuído tem, porque há uma taxa de conclusão bastante significativa, não é... e portanto se abordarmos as coisas por este prisma, os alunos deixam de chumbar, no regular e aqui passam a ter sucesso, agora, é um pouco relativo, porque o número de alunos que estão nestes cursos, também não é um número significativo, portanto, digamos que a influência que isto terá numa taxa geral de escola não é muito significativo, é sempre pequena. Não altera significativamente os índices de sucesso. Provavelmente onde mais se verificou influência destes cursos foi nas taxas de abandono, isto é, as taxas de abandono escolar, recuaram e provavelmente muito por via dos CEFs. Porque muitos destes miúdos eram miúdos que estavam fora da escolaridade. Outros tinham abandonado a escola e voltaram à escola, e muitos outros eram alunos que estavam em sério risco de abandono. Portanto, isto foi uma forma, sobretudo de, prevenir o abandono escolar.

2.12- Sim temos uma, creio que também foi um dos pontos positivos que nós conseguimos obter destes cursos, é que conseguimos criar uma rede de forças vivas da região, que nos permitem como muita facilidade obter e organizar estágios para os alunos, portanto, angariar colaborações, desse ponto de vista foi, está muito bem organizado e acho que esta rede está a dar frutos, portanto, esta capacidade que tivemos de criar este conjunto de parcerias, quer públicas, quer privadas, há empresas, há entidades públicas como a Junta de Freguesia, Câmara Municipal, empresas privadas das mais diversas, IPSS, temos um trabalho com numa rede muito significativa de parcerias com Instituições Particulares de Solidariedade Social, nomeadamente com jardins de infância, portanto, que provavelmente uma das varias que no mercado de trabalho que mais tem colaborado connosco, com muito bom resultado e com uma taxa significativa de alunos que ficam com emprego no final.

2.13- Não relativamente, especificamente aos CEFs. A escola obtém, repare uma coisa, o acompanhamento destes cursos insere-se numa estratégia de escola e num trabalho de escola muito mais abrangente, muito maior, não é... portanto nós na organização destes cursos entramos muito com a orientação escolar dos alunos e portanto neste trabalho de orientação escolar, às vezes de reorientação escolar, é que por vezes trabalhamos em conjunto com o Centro de Emprego, isto é, não há uma ligação directa CEF/Centro de Emprego, há uma ligação do Centro de Emprego à escola, não está formalizada, portanto é uma ligação muito das pessoas que trabalham cá e lá e se conhecem, e que às vezes são mais eficazes do ponto de vista do encaminhamento dos alunos. Nós na escola, temos ao nível do Centro de Emprego um conjunto de contactos que nos permitem, por vezes, pedir a ajuda para encaminhar alunos, por exemplo para cursos que o próprio Centro de Emprego dinamiza a nível do Centro de Emprego da Localidade A, pronto, há aqui um trabalho que está estabelecido com eles, apesar de não estar formalizado, portanto, não houve formalização especificamente virada para isto, não é...

2.14- Os júris para essas provas são fruto de parceria com as instituições, com as instituições onde os estágios se realizam, não é? O que tem havido e temos pedido, é evidente que aqui temos que entrar com alguma persuasão, porque isto não é pago, não é. Ao contrário do que acontecia quando estes cursos eram financiados pelo PRODEP, havia um valor, apesar de ser pequeno, havia uma pequena compensação para quem



acompanhava estes estágios, a partir do momento em que o PRODEP terminou na zona do Vale de Lisboa, temos contado com a colaboração das pessoas das empresas, ou das entidades, gratuitas, não é, de uma forma gratuita, e aí há muito trabalho do coordenador de curso, que normalmente estabelece com estas entidades algumas cumplicidades, tenta a colaboração de outras pessoas, portanto temos conseguido, até agora temos conseguido que haja um elemento de cada entidade onde decorrem os estágios a vir participar na, nestas provas dos alunos. Tem sido muito bom porque por vezes na empresa é uma pessoa que fica de fora, não é, isto para a empresa são custos também, portanto desse ponto de vista tem sido uma resposta positiva que temos obtido, trás para estes júris.

## **-Anexo 26 - Transcrição da entrevista ao Coordenador do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa**

### **Transcrição de Entrevista com a Coordenadora do CEF de Assistente de Acção Educativa**

**17-5-2007**

2.1- Seis anos.

2.2- Eu julgo que quando eu vim cá para a escola isto já estava decidido, uma das coisas que me parece que foi tido em linha de conta, foi a necessidade daqui da zona de ter apoios domiciliário a crianças. Algumas instituições, muitos destes garotos gostam bastante de lidar com miúdos, também têm muitos irmãos e esse apoio domiciliário começava até pelo núcleo familiar, depois as saídas que havia mesmo em termos de zona, davam ideia de serem as ideais para jovens com estas características, e penso que foi isto que o Conselho Executivo teve em linha de conta, mas como quando entrei, já estava decidido e portanto, eu vim de uma instituição militar e quando recebi isto de braços abertos, foi uma espécie de aventura, não é. Quando cheguei não soube, não tive a noção das razões exactas, mas julgo que foi isto.

2.3 – Tinha as salas de aula, só. Ah! Os armários e fomos construindo ao longo do tempo os espaços. Digamos, esta sala em que trabalhamos neste momento, que já tem uma quantidade de objectos que são úteis para a leccionação deste curso, e até por exemplo a bancada, que nós antigamente não tínhamos sala com bancada, decidimos dar aulas aqui porque precisamente esta sala tinha uma bancada com torneira, podia ser utilizada quando nós fazíamos trabalhos práticos, que exigiam o uso de água, e centrar toda a atenção, até das aulas mais práticas, que são relativamente práticas, como é o bom dizer porque nós não temos bebés verdadeiros aqui, portanto os recursos físicos eram espaços, apenas.

2.4- Adquirir, tivemos que comprar os materiais, os papeis, as tintas, sobretudo nas disciplinas mais técnicas, não é, as fraldas, os bonecos para elas treinarem as mudanças das fraldas, não adquirimos, (isso trazem elas, os próprios bebés de casa), tivemos de construir berços de papel e cartão, caminhas, e tivemos que adquirir muitas obras teóricas, ou com conselhos práticos, que abrangessem esta área que nós leccionamos, nomeadamente o desenvolvimento infantil, nomeadamente os jogos, as várias etapas da vida das crianças, livros relacionados com a motivação e a cognição para que elas pudessem perceber melhor como é que se funciona com garotos, portanto, foi tudo adquirido assim, ora isso é como eu digo, as faces e os armários normais, mas até isso, até os armários, tiveram de ser adquiridos mais para a sala onde elas funcionam, porque é muito, muito objecto aqui dentro.

Tivemos é sempre em equipa de professores, aqui nós funcionamos muito nestes cursos, em bloco. É uma das coisas fantásticas que estes cursos têm, enquanto num curso regular os professores funcionam muito para a sua disciplina, e não para a disciplina do colega, aqui todos nós temos o mesmo objectivo, é um bloco, é, como eu costumo dizer a brincar, como aquelas colunas militares romanas que quando atacavam, atacavam toda em conjunto, e então é um bocadinho isso. Portanto tendo cuidado de termos todos o mesmo objectivo, quando um faz, os outros vão todos atrás e portanto movimentamos as tropas, todas conjuntamente.

2.5- Há uma verba que é destinada para a aquisição de material, e para fotocópias, fora isso não há mais nada. Antigamente, parece que havia o PRODEP, que financiava, no entanto isso acabou, infelizmente, foi das coisas más que eu julgo que aconteceram, pelo menos na minha visão, porque muitos destes miúdos vão para estágios, são garotos, alguns com bastantes carências, algumas destas miúdas que estavam em abandono escolar, não é que não dessem para estudar, é porque não tinham condições para estudar, nem físicas nem económicas, e tiveram que ir trabalhar para sustentar uma família, aliás se tu vires, neste grupo, temos miúdas que ao fim de semana trabalham desde que saem da escola, até à meia noite, uma da manhã de domingo, para poderem ajudar a sustentar uma família, e são encarregados de educação, dos irmãos, quase que são encarregadas de educação dos próprios pais. Estas miúdas precisavam de ter um subsídio que as ajudasse a pagar outros materiais que tivessem de adquirir fora da escola, o que tem o SASE, mas isso não cobre tudo, por exemplo camionetas para ir para o estágio, o que existe é manifestamente insuficiente.

2.6- Não, quando se abriu este curso, foi com 99% de professores “prata da casa”, houve um caso de facto de uma professora que, aliás, em dois anos houve duas professoras que não eram de cá, o ano passado houve um professor, (e portanto, deixa-me contar), em seis anos, que eu me lembre, três professores que não eram da escola, em seis anos, o que é muito bom, não é... Mas ficaram cá colocados logo de início, portanto agarraram as turmas de início, de resto tentamos sempre que sejam professores que conhecem bem a escola, conhecem bem a dinâmica da escola e o próprio curso, que estão motivados para este tipo de trabalho, que é muito diferente do trabalho que é feito em turmas regulares.

2.7- Não. Às vezes há formações, não sei se lhe pode chamar bem formações, mas actividades, que o Conselho Directivo até nos incentiva a nos integrarmos nelas, porque nos podem ajudar de alguma maneira a trabalhar com este tipo de turmas. Há o caso de uma acção de formação que eu achei esplêndida, que tinha a ver com competências sociais, foi fabulosa! O individuo que estava à frente, é um nosso colega, que estava à frente da acção era esplêndido, com um dinamismo e uma empatia extraordinária, e foi muito importante para nós, e para a escola toda, foi muito importante para os professores, fora isso houve há um tempo atrás, um programa desenvolvido pelos Direitos Humanos de (...), que tinha a ver com uma coisa chamada ler a par, consistia em nós pegarmos numa turma, eu peguei na turma das meninas, para irmos ler histórias, representando ou não, em várias instituições, podiam ser de crianças ou de adultos, por acaso nós só fomos às de crianças, e as crianças vieram cá, foi esplêndido, deram imensas ideias, trabalhámos muito bem nessa área, mas foi a única coisa que houve, de facto.

2.8- Eu penso que sim, embora eu ache que há sempre aquela... nalguns casos aceitam porque, enfim, seja o que Deus quiser, é um bocadinho isto, e depois é assim, repara, quando nós estamos a trabalhar nestes cursos, que dão muito trabalho, que exigem da parte dos professores uma quase “loucura”, um bocado “carolas”, nós gostamos de ensinar, gostamos muito de ver crescer, muito, muito, e isto de facto dá um trabalho muito grande, não apenas académicos mas em termos humanos, as pessoas de fora que não estão metidas no sistema, acham, enfim, que isto é para passar, mas isto não é bem assim, e então, às vezes olham um bocadinho de lado e só depois quando integram e começam a ver o tipo de trabalho que é feito, é que começam de facto a gostar. Eu julgo

que na generalidade os professores gostam, à partida, porque já ouviram falar muito, os que estão aqui dentro, já conhecem, mas também é... poderá haver um ou outro que não se manifeste tanto e que instintivamente sinta que não é propriamente aquela área que mais gostam de trabalhar.

2.9- Sem dúvida.

2.10- Excelentes! Excelentes relações! Aliás, só assim se poderia levar a bom porto o trabalho que foi iniciado neste campo. Nós acabamos por nos dar imenso apoio. O facto de numa turma haver professores a repetirem disciplinas, salvo seja, ou seja, eu sou professora de português e também tenho estado a dar psicologia, portanto não é de todo a minha área, e... duas disciplinas, outro professor dará outras duas, e acabamos por ser um grupo pequenino de professores e temos mesmo de trabalhar uns com os outros e ajudarmo-nos uns aos outros, e darmos ideias, acabando por ser uma força, de facto excepcional e ficarmos amigos, que é isso é que é muito engraçado.

2.11 Sim! Sim! Sim! Imenso! Saímos imenso com elas porque no terceiro período tá muito melhor o tempo, e nós já demos o grosso da matéria, e estamos um bocadinho mais leves, e podemos aproveitar matéria que foi dada para mostrar que na prática como é que é, mas tentamos sair, tentamos inclusivamente que elas integrem as actividades da escola, é um dos trabalhos que é efectivamente aqui feito.

2.12- Existem, não para este curso concretamente. Para outros cursos que são os profissionais, existem. No caso deste curso, isso é feito pelo coordenador, vai, (qual testemunho de Jeová), de porta em porta, perguntar “sabe de alguém que tenha vontade de receber o X ou o Y, com as características tal e tal, e tem tido de facto uma grande receptividade, porque a escola também já ganhou algum nome aqui na zona e de facto tenho tido isso, nas não há propriamente um protocolo pré estabelecido. É estabelecido cada vez que há um momento para estágio, ou todos os anos, ou de dois em dois anos, como é o caso deste curso, por exemplo.

2.13- Privadas e públicas. Umas e outras, nós não nos podemos dar muito ao luxo de arranjar muitas públicas porque também não há muitas aqui na zona, portanto vamos também às privadas, tentamos é que as instituições tenham garantias de trabalho

efectivo com este tipo de alunos, ou seja, se eu vou a uma instituição e vejo que a instituição não tem condições, (até pode ter condições físicas), mas não tem condições humanas para trabalhar com estes alunos, eu aí, obviamente não deixo os meus alunos ali. Eu quero formar pessoas, o melhor possível, e não vou dar maus exemplos. E quando eu digo isto, é só para tu perceberes que numa instituição privada, nas públicas dizem logo à partida que não querem, não é... e pronto acabou por ali, mas privadas, por muitas vezes, e já me aconteceu, exigirem determinadas características dos alunos, só um exemplo, há uns anos atrás, com um curso destes, numa instituição, quando eu dei o nome das alunas, perguntaram literalmente se a aluna era preta. Quando eu disse – Sim é uma aluna de raça negra. – a resposta que eu tive foi, -Não entram pessoas dessas. - e eu fiquei em estado de choque! Estava uma educadora de infância que eu tinha acompanhado e trabalhava temporariamente aqui na escola connosco, estava ao meu lado, e, coitada, agarrou-me numa perna para eu não abrir mais a boca, porque me viu virada do avesso, porque eu achei aquilo, de facto, escabroso, não é, mas o que é que nós procuramos, são instituições privadas e publicas, com as características que no dêem garantias de formação académica e humana, ao fim ao cabo é isto.

2.14- Tem dias! Risos! Isto é assim, há alturas que sim, parece que tudo está a correr muito bem e que as instituições resolvem abrir as portas todas, e outras vezes é complicado. Porque há outras instituições escolares com este tipo de cursos, há alunos que vêm da (...) e da (...), de Lisboa para aqui para as instituições fazerem os estágios, e ocupam vagas, logo, muitas vezes as instituições não se importavam de receber alunos nossos, só que não têm vagas. Por vezes só podem receber uma, mas nós não queremos que as miúdas trabalhem sozinhas, pelo menos a pares porque apoiam-se de alguma maneira.

2.15- Olha, até agora, não tive, em seis anos, não tive uma única queixa, antes pelo contrário. Miúdos que saem e acabam por ser convidados para trabalhar nas instituições, grandes elogios ao trabalho que tem sido feito na escola, pelos professores, pelos alunos, pelo interesse que os alunos manifestam nas actividades, até agora, pessoalmente, eu nunca ouvi uma queixa.

2.16- Acho! Acho! Embora a transição para o tipo cinco tenha sido violenta. Eles estavam habituados a um ritmo lento, a matérias muito simples, e deram um salto

fenomenal, em termos académicos. E isso está a reflectir-se no aproveitamento, na motivação dos alunos. E depois é assim, este curso é muito teórico, quase todas as disciplinas são muito teóricas, com excepção da de ATL, que conseguem fazer coisas muito engraçadas, mas na prática, não há trabalho nas outras disciplinas, e isso acaba por ser bastante negativo, mas de resto, tem havido, até tem havido muita procura deste curso, com grande desgosto meu, para o ano não vai ser aberto aqui na escola uma turma destes cursos, eu digo com desgosto porque eu recebi o melhor prémio que me podiam dar este ano, que foi a vinda de uma turma destes alunos mas de tipo quatro, da Escola Secundaria de Localidade C, e os professores quiseram vir aqui para ver como é que nós trabalhávamos, porque tinham ouvido coisas espectaculares acerca da escola, e o trabalho que estava a ser feito neste tipo de cursos, sobretudo com as meninas, (não só meninas, também houve rapazes), mas queriam muito ver porque queriam muito que essa turma viesse para cá. Eu acho que isto foi um prémio enorme para todos os professores. De facto nós temos muito de nós nestas garotas, e isto mostra que este curso tinha pernas para andar, e podia ser parte do caminho para o sucesso dos nosso próprios garotos, mas a vida é como ela é, e não pode ser, não pode ser!

2.17- Não! Os que acabam o estágio e são convidados para trabalhar, agarram logo, como dizem os garotos, ficam na maior. Os outros têm um bocadinho de dificuldade. Não é que não sejam necessários mas é que neste momento, o nosso sistema económico não está a permitir entradas. As instituições não têm dinheiro. O que está a ser exigido em termos de obras, por exemplo, nas instituições, faz com que os donos nas privadas tenham que fazer alterações no edifício, por exemplo, e depois para terem dinheiro para fazer alterações, não têm dinheiro para meter pessoal. E é difícil, mesmo assim, tanto quanto eu sei, eu acho engraçado, a maior parte dos garotos que saiu deste curso, não do tipo cinco mas do anterior, mesmo que tenham saído para outros empregos, mesmo coisas que não tenham nada a ver, tipo empregada de balcão numa loja de roupa, ou restaurantes, limpezas, este tipo de garotos, nunca desiste de procurar, o que é positivo, e acabam mais tarde ou mais cedo, por arranjar um buraquinho algures, às vezes não muito perto de casa, mas têm conseguido, e neste momento já põem a hipótese de criar a sua própria empresa, que eu acho muito positivo.

2.18- Há casos nesta turma, em que acontece, pelo menos que eu saiba, uma das alunas já está a ponderar esse factor, e foi no último Conselho de Turma, foi, anteontem, que a

colega G estava a falar com o colega de sociologia, nós não sabemos se fica cá para o ano, e com muita pena nossa porque faz um belíssimo trabalho com estas garotas, e disse – Se eu ficar...- que a integra num programa que existe preparado pela Câmara Municipal, para jovens empresários, em que ensinam como é que se cria uma empresa, quais os critérios que têm que ter, que condições é que devem ponderar, que é bastante positivo, não é, já vai de encontro aos sonhos, de pelo menos uma das garotas desta turma. O pai disse que lhe dava a casa, e ela ficou toda contente, para poder fazer uma creche. E ela está toda entusiasmada com a ideia!



## **-Anexo 31 - Transcrição da entrevista ao Coordenador do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

### **Transcrição de Entrevista como a Coordenadora do CEF de Técnico de Electrónica**

**23-5-2007**

2.1 – Há uns cinco anos.

2.2 Este curso foi para, por causa dos miúdos com necessidades educativas, em termos de progressão de ensino secundário, normal, tas a perceber, então optamos por este curso para lhes dar uma saída profissional e para tentarem fazer o ensino secundário.

2.3 - É os mesmos, portanto a oficina, laboratório.

2.4 – Material de desgaste, e em termos de equipamentos foi multímetros, que adquirimos, mas basicamente é material para execução de trabalhos. A escola está bem equipada com equipamentos, ferramentas, estamos bem equipados.

2.5 – Isso não sei, porque quem coordena isso é o Conselho Executivo.

2.6 – Neste momento, nós estamos a leccionar nestes cursos com os professores do quadro, neste momento estão dois professores que são contratados, mas que têm formação na área, nesta área.

2.7 – Nós aqui, as disciplinas que leccionamos é só mesmo da... no caso específico do nosso curso é só mesmo da formação inicial.

2.8 – Isso também não te sei responder a essa pergunta, porque quem faz, quem organiza os professores que vão estar a leccionar as disciplinas é o Conselho Executivo.

2.9 – Nestes cursos, em princípio há professores que não vêm à espera de miúdos com estas características, mas depois têm-se motivado e têm tentado ajudar os alunos. Nos cursos anteriores não notei que houvesse, portanto, menor interesse por parte dos professores, antes pelo contrário.

2.10 – Sim, tentamos organizar, em termos de planos de trabalho, e manuais para..., nós aqui trabalhamos muito com fotocópias, porque isto são miúdos um pouco difíceis, aquilo que trabalhamos com eles tem de ser nas aulas, têm um horário muito sobrecarregado, e quando chegam aqui, portanto, os hábitos de trabalho são muito poucos, de maneira que tem de ser tudo feito à medida para estes alunos. De maneira que os professores destes cursos têm um trabalho bastante grande, para arranjar documentação, fazer fichas de trabalho, temos de ter de trabalhar com fichas de trabalho com eles, constantemente, portanto não pode ser um tipo de ensino idêntico ao regular. Não pode ser porque dá-se ou expõe-se uma matéria e depois temos de trabalhar com eles com fichas, para eles irem, portanto assimilando e... Porque caso contrário, eles em casa, quer pelo horário carregado, quer por características próprias deles, não são alunos que por eles próprios tenham iniciativa de estudo, portanto nós é que, no fundo, ensiná-los a estudar e obter o mínimo possível.

2.11 - O que nós fazemos, portanto, são visitas de estudo, mas em várias disciplinas, de acordo com os programas que estão a ser leccionados. Para que eles tenham, portanto, uma visão da realidade maior do que estar só concentrados aqui na sala de aula. Dentro da medida do possível, nas diversas disciplinas, nós tentamos integra-los em visitas, portanto, para o exterior.

2.12- Sim, nós já temos de há cinco anos a esta parte, parece que foi quando começou os primeiros cursos deste tipo. Contactámos, portanto, vários empreendedores, aqui da zona, e é com esses empresários que nós vamos colocando os nossos alunos para estágio. De ano para ano, finalmente há um que nós deixamos ficar, entra outra empresa, consoante também as características dos alunos e as características das empresas, que temos de conciliar para que não haja problema. E já temos bastantes empresas que colaboram connosco. As empresas concentram-se aqui no Concelho de (...), houve um ano que foi uma exceção, que levámos alunos para Lisboa, foi o único

ano em que tivemos alunos a estagiar em Lisboa, de resto é tudo aqui na zona de Localidade A, Localidade B, Localidade C, aqui nesta zona, Localidade D também.

2.13 – Olha, desde pequenas empresas a médias empresas, e o caso de Lisboa, até foi uma grande empresa, também, uma grande empresa. E, nós, portanto, escolhemos as empresas de acordo com... há uma visita e, portanto, uma abordagem, portanto, inicial, onde tentamos ver se a empresa tem qualidade para prestar o estágio, porque há aí muitas empresas que, são empresas de nome mas depois não têm nada de interesse. As empresas com quem nós trabalhamos, já são empresas que já existem há muitos anos, embora mesmo aquelas empresas pequenas, são empresas que existem há muitos anos e têm uma estrutura organizada. Não trabalham sem descontos, sem seguros, portanto, são empresas que embora sejam relativamente pequenas, têm uma estrutura organizada. Há outras, no caso de fábricas, como ali a (...), portanto, já tivemos lá estagiários, na (...). Que já são empresas maiores, na (...), portanto, já são empresas maiores, mas aí já na parte de manutenção eléctrica, de máquinas, etc.

2.14 – Olha, inicialmente foi difícil, porque as pessoas ficaram um pouco apreensivas, porque já tiveram experiências más, portanto, tenho casos de empresas em que passaram por lá estagiários de outras instituições e, portanto, a experiência não foi muito boa e então ficam um bocadinho, digamos, de pé atrás, mas depois com os primeiros estágios e com o acompanhamento que nós vamos fazendo, quando eles estão em estágio, mantemos um acompanhamento constante, para saber tudo o que é que se passa, e a partir daí não houve depois entraves nenhuns. Mas quando se começou, pelo menos a experiência que eu tenho quando começou o primeiro curso, inicialmente houve assim alguma apreensão da parte deles em ter estagiários porque já tiveram alguma coisa que não correu bem, e depois com a convivência e depois mais tarde com a experiência prática, a coisa tem resultado.

2.15 – Olha, nós aqui, em termos de estagiários, temos empresas que ficaram com os estagiários que lá estiveram. De um modo... nós depois fazemos um relatório do final do estágio..., as empresas ficam com boa, com boa ideia deles. O que se passa é que muitas vezes nós... algumas querem admiti-los e eles querem prosseguir estudos, tivemos aí casos em que quiseram prosseguir estudos. Outros têm absorvido estagiários nossos. E pronto, há empresas que não podem mesmo absorve-los, porque no momento

é impossível para eles terem mais pessoal. Mas geralmente ficam com o número de telefone para contacto, portanto para entrarem em contacto quando forem necessários.

2.16 – Eh pá, eu acho que sim, que estes miúdos, ... há aqui miúdos, ... quer dizer, ...o ideal era que todos chegassem ao final, não é, e muitos não chegam ao fim. Mas pelo menos na nossa área, até temos tido algum sucesso, em que uma grande maioria chegasse ao fim do curso. Estes alunos, se não fossem estes cursos, abandonavam completamente o ensino, a partir do nono ano, do secundário. Nós já tivemos cá cursos deste tipo para dar equivalência ao nono ano. Eram miúdos que só tinham o sexto ano tinham entrado no sétimo ano e repetiram o sétimo ano três vezes, outros, a maioria entraram com o oitavo ano, apareceram dois com o nono ano, repetentes do nono ano, eram miúdos que nem sequer acabavam o nono ano, ou nem sequer acabavam o secundário.

2.17 – É como eu te disse anteriormente, portanto, alguns ficam nas próprias empresas onde estão a estagiar, outros que por vontade deles, seguem outras vias e mais tarde encontramos-os a trabalhar na área, ou muito perto da área de formação.

2.18 – Aí é mais complicado, estes miúdos são um pouco individualistas, cada um trabalha para si. Há dificuldade em, portanto, em organizarem-se. Com o trabalho que temos aqui com eles, embora haja um melhoramento, portanto, em relação ao início, mas de qualquer forma, à excepção de um ou outro que já tem familiares na área e então, portanto, facilmente cria uma empresazita ou vai associar-se com outro familiar numa empresa, há aqui casos desses em que... , os restantes é para trabalhar por conta de outrem. No entanto, já encontrei aí um miúdo, pá, ao fim de dois anitos de estar a trabalhar, eles próprios já têm os seus biscatezitos, como se diz... Ou fazerem ao fim de semana um trabalhito para uma vizinha, pá, ao início... mas também, estes miúdos, para se iniciarem sozinhos numa empresa, portanto, nesta área, também não aconselho, quando eles acabam o curso, iniciarem logo com uma empresa, porque convém rodar numa empresa durante quatro, cinco anos, para apanharem, como se diz, calo, para aprender. O curso é um curso que dá umas ideias, mas a pessoa não tem uma visão real da profissão, e andando com outras pessoas, ter contacto com oficiais, todos eles têm maneiras diferentes de trabalhar, e assim ganham experiência para depois um individuo poder se abalançar sozinho, mas no início eu não aconselho... a não ser que tenha um

familiar na área... um aluno nosso que teve a trabalhar, portanto, tirou o curso cá, há quatro anos, depois foi trabalhar... mas aí tinha o pai, portanto quando ele veio já sabia muita coisa, e teve sempre um amparo e o pai trabalha também por conta própria, costuma trabalhar com o pai e a pouco e pouco foi evoluindo e antes de vir aqui tirar aqui este curso de electrónica, já estava à frente de obras, o pai estava à frente de umas obras e ele à frente de outra, pá, mas para aqueles que saem daqui só com o curso, começar logo a fazer pequenos trabalhos, tudo bem, mas convém eles estarem sempre nos primeiros cinco anos andarem numa empresa, até para ver como é que funcionam as coisas. E nesse período é arranjar uns trabalhitos, ir arrançando uns clientezitos e depois então quando sentirem que já têm arcaboço para estarem sozinhos, então aí tudo bem. Na actividade eléctrica as coisas não são sempre a mesma coisa e há sempre situações que se uma pessoa não tiver já calo, se não tiver visto e se não tiver já passa por situações idênticas, um individuo fica assim atrapalhado, ou se não tiver alguém que lhe esteja a dar apoio, mas para este tipo de miúdos é bom, e aqueles que realmente aproveitam isto, pelo menos aqueles com quem eu tenho falado depois..., tenho alguns que ainda me telefonam agora, já acabaram há dois anos..., pelo Natal ou assim, eu aqui no início do ano, ficamos com os números de telefone uns dos outros, se houver qualquer coisa para telefonar. E inclusivamente, quando eles vão para estágio, convém ter o número de telefone para saber qualquer coisa. De vez em quando, telefonam para eu saber como é que estão, onde é que estão a trabalhar. Com os que querem, tem corrido tudo bem, agora há outros que nem isto nem outra coisa qualquer. Com esses é completamente impossível, mas aqueles que chegam ao fim e vão para estágio geralmente a única coisa que eu digo no início é que só vai para estágio quem tiver em condições, e tem que ser assim, porque senão o que acontece, pá, e que nós começamos a queimar locais onde eles possam estagiar, pelo menos os que vierem a seguir, e nunca tivemos aqui problemas. Só houve aí um problema, mas foi um acidente de trabalho, mas não problemas de indisciplina, ou de não fazer as coisas correctas. Um aluno nosso que fio para ali para a (...), e a segurar umas chapas, eram uma série de chapas, e uma das chapas escorregou e feriu-lhe a perna. Aquelas chapas são tipo lâmina, de resto foi o único problema que nós tivemos, foi um acidente. Agora questões laborais, pá, sem ser esse acidente de trabalho, não temos tido razão de queixa, muito antes pelo contrário.

## **-Anexo 32 - Transcrição da entrevista ao Director de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa**

### **Transcrição de Entrevista como a Directora de Turma do CEF de Assistente de Acção Educativa**

**23-5-2007**

2.1- Desde o primeiro ou segundo ano.

2.2 – O Conselho de turma... houve alguns professores que saíram porque não eram efectivos da casa e portanto variaram.

2.3 – Olha, a carga horária imensa, para alguns a falta de formação, e de formação específica na área mesmo, falta de materiais também, em algumas situações as pessoas não têm o material necessário no CRE, então têm de pesquisar, têm de ir ver às livrarias da concorrência, como se costuma dizer, portanto a preparação de materiais.

2.4 – Sim, muito, não só nas reuniões mas nos intervalos, andamos sempre a conversar uns com os outros sobre o que fazer e quando.

2.5 - Sim.

2.6 – Sim, embora o horário desta turma seja muito alargado, estende-se até às cinco da tarde, actividades extra curriculares para além das cinco da tarde não há. Chegar a casa e não chegar... não há disponibilidade quer delas, quer nosso. Fazem-se as visitas de estudo durante o dia, sobretudo em algumas aulas, com os mesmos conteúdos, mas visitas fora. Agora arranjar um clube disto ou daquilo, que funcione na segunda, terça ou quarta, das cinco às sete, isso não existe.

2.7 – Creio que não, porque há muitas disciplinas, há conteúdos que estão desajustados, são muito extensos para a carga horária delas também que acaba por ser muito extensa,

e nalguns casos é complicado, quer leccionar, quer ser aluno e receber esses conteúdos todos.

2.8 – Em algumas disciplinas não são.

2.9 – É excessiva. Pelo menos nesta turma elas têm aulas desde as oito e meia até às cinco e cinco da tarde, e portanto o espaço para estudo e investimento pessoal é muito pouco, e são garotas que não é por acaso que estão aqui não é, não têm uma aptidão cognitiva fantástica, elas depois chegam cá e têm que investir nelas, e já vão muito cansadas e nós consideramos que há muitos conteúdos que são demasiado extensos, demasiado longos e nem sequer deveriam lá estar.

2.10 – O saber estudar, as dificuldades cognitivas, muitas dificuldades cognitivas, em algumas situações problemáticas mesmo, o tempo de estudo, a organização do seu estudo também, não é, algumas das dificuldades basicamente são estas.

2.11 – Sim conhecem, tanto pela informação que tem passado quer pela coordenadora do curso, quer pela directora de turma, quer pelo Conselho Executivo, e como são garotas que já vêm do curso anterior, estão dentro das informações.

2.12 – Nem todas, depende de disciplina para disciplina, há umas que são mais renitentes, àquelas que implicam mais teoria, são mais de estudo, são mais renitentes, em termos de prática, as disciplinas que têm muita prática, já aderem. Com bastante satisfação, cada um com o seu ritmo, até podem gostar muito da actividade, mas cada uma demora x tempo, umas mais do que outras. Em actividades que nos podem parecer coisas rápidas, se calhar em algumas alunas já tem o seu quê de lentidão. Mas fazem-nas com gosto.

2.13 – Sim, com os professores sim, com a restante comunidade educativa vá lá que passam a mensagem com algum trabalho que elas fazem, nomeadamente na semana da escola, vão passando a mensagem do trabalho que elas estavam a fazer. Entre elas, são... é uma turma constituída por quinze raparigas, em que existem uns certos atritos femininos, que se calhar noutras turmas mistas não há.

2.14 – Regularmente não. Isso não acontece. Aconteceu na semana da escola, este ano, isso não tem acontecido tanto. No ano lectivo anterior fizeram realmente apresentações do curso, este ano não tem acontecido muito.

2.15 – Sinceramente não acredito que arranjam facilmente emprego. A experiência que eu tenho é que uma ou duas alunas por turma consegue de facto arranjar emprego na área, estamos a falar de Assistentes de Acção Educativa.

2.16 – Estamos a tentar que isso aconteça, nomeadamente estamos a tentar que haja uma disciplina que tenha a ver com empreendedorismo e criar nelas o espírito de criarem elas a sua micro empresa. Para já não há nenhuma que se tivesse instalado, que tivesse... houve uma aluna o ano passado que por questões financeiras teve de abandonar o curso, essa era uma aluna que cria formar a sua micro empresa. Mas este ano ainda não se fala muito nisso.

2.17 – Têm, efectivamente têm.

2.18 – Têm e são encarregados de educação que assumem e vêm às reuniões. A grande maioria dos encarregados de educação vem às reuniões, vem à escola quando chamados.

2.19, 2.20 – Dão, dão, eles comparecem à escola, são devidamente informados, questionam sobre os cursos, e até à data com esta turma ainda não nenhum encarregado de educação que me pusesse em dúvida a maneira como o professor A, B, C ou D lecciona, pelo contrário, há encarregados de educação que são exigentes com as suas educandas e que exigem igualmente regras e disciplina e tempo de estudo, também querem que elas tenham tempo de estudo em casa. Portanto não há nenhum encarregado de educação em que um professor diga uma coisa e eles tentem por o barco navegar para outro lado, não senhor, eles estão ali em coordenação com o Director de Turma. Isto viu-se o ano passado e este ano também. Têm sido 100% apoiantes dos professores.



## **-Anexo 37 - Transcrição da entrevista ao Director de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

### **Transcrição de Entrevista como ao Director de Turma do CEF de Técnico de Electrónica**

**31-5-2007**

2.1 – Esta turma, desde o início do ano passado, do ano lectivo anterior.

2.2 – Praticamente é o mesmo, com excepção de um ou outro colega, mantêm-se os mesmos professores.

2.3 – A dificuldade é a nível de arranjar, portanto, materiais para leccionar as aulas, devido às características que os alunos têm, basicamente á isso.

2.4 – Sim.

2.5 – Estes professores, sim.

2.6 – Sim, sim. Principalmente visitas de estudo.

2.7 – Aí tenho algumas dúvidas, mas em princípio ... depende do ponto de vista que se queira abordar, mas..., estes cursos dos CEF(s) estão, fundamentalmente a parte técnica é feita pelo IEFP e para funcionarem nestas escolas, às vezes têm de levar adaptações. Eles funcionam de uma maneira diferente da nossa. Eles são adaptados, digamos assim, nós temos de fazer adaptações ao programa, portanto, aos conteúdos programáticos da área técnica.

2.8 – Na maioria sim, podemos dizer que sim.

2.9 – A carga horária não deixa muito tempo para trabalhos em casa ou até mesmo para eles estudarem, eles praticamente têm a semana toda carregada.

2.10 – Portanto a nível de hábitos de trabalho. Não sabem..., portanto, com poucos hábitos de trabalho. São alunos com algumas dificuldades, portanto, cognitivas também algumas, mas basicamente são alunos que já tiveram várias repetências. Há exceções, mas são alunos que já vêm com muitas repetências, então há alguma dificuldade em motiva-los para o curso. Não é tanto para o curso, mas para os conteúdos que o curso exige.

2.11 – Há alunos que adoptam, há outros que estão só para obter a equivalência ao 12º. Ano. Mas há alguns que têm... que estão de acordo com a filosofia do curso, há outros que nem tanto, porque o objectivo deles basicamente é o 12º. Ano. Não propriamente a área profissional mas o 12º.ano. Há outros que estão na área profissional que pretendem.

2.12 – Isto são alunos com características especiais, digamos assim, têm características especiais, e é preciso estar constantemente a motiva-los para eles trabalharem. Principalmente nas disciplinas mais teóricas é que o problema se põe. Quanto a mexer, manusear, tudo bem, quando necessitam de..., que há situações em que é necessário um conhecimento teórico, aí o desinteresse de alguns é evidente.

2.13 – Sim, aqui não temos tido razão de queixa.

2.14 – Não, são um pouco individualistas.

2.15 – Nesta área têm, desde que pretendam.

2.16 – Questão respondida em Entrevista ao Coordenador de Curso (Anexo TRECTE).

2.17 – A taxa de sucesso escolar é boa.

2.18 – 2.19 -A maior parte destes alunos, metade destes alunos são encarregados de educação deles próprios, não é, a outra metade tem... dos seis, sete encarregados de educação, geralmente aparecem às reuniões quatro. Esses, os que aparecem às reuniões, os que aparecem constantemente, esses estão a par da situação dos educandos.

2.20 -São sempre os mesmos, são quatro encarregados de educação que aparecem sempre.

## Anexo VI

## -Anexo 22 – Tabela de análise da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo C1

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz									
Categoria 1: Capacitação dos alunos		UNIDADES DE REGISTO					FREQUENCIA		
SUB-CATEGORIAS							E 1	E 2	E 3
-Orientação vocacional e escolar.	(...)a escola tem já uma tradição de cursos, enfim, mais orientados para a vida activa, que por assim dizer antecederam os CEFs, o programa 9º+1, o programa 15-18, o 10º ano profissionalizante, portanto, digamos que a abertura dos CEF tal como eles estão designados, desde o primeiro ano, desde que eles foram implementados, não sei precisar o ano, mas foi desde o primeiro. E1 (...) portanto nós na organização destes cursos entramos muito com a orientação escolar dos alunos e portanto neste trabalho de orientação escolar, às vezes de reorientação escolar, é que por vezes trabalhamos em conjunto com o Centro de Emprego... E1						1		
-O Insucesso / sucesso escolar.	Isto decorreu das necessidades dos alunos, isto é começamos a verificar a partir de dada altura, que havia necessidade de criar saídas alternativas para os alunos que não estavam a conseguir obter uma escolaridade regular com os currículos tradicionais, e portanto, digamos que a abertura dos CEFs decorre em primeiro lugar, dessa percepção que a escola tem(...) E1 (...)que os miúdos concluíssem a escolaridade, portanto terem uma certificação escolar, por outro lado, uma primeira orientação profissional, digamos que aqui há uma dupla justificação, e o objectivo aqui era precisamente, enfim, tentar por essa via, criar alternativas de sucessos aos miúdos, alternativas de formação que propiciassem realmente que estes miúdos conseguissem ter sucesso. E1 - Que tem contribuído tem, porque há uma taxa de conclusão bastante significativa, não é... e portanto se abordarmos as coisas por este prisma, os alunos deixam de chumbar, no regular e aqui passam a ter sucesso, agora, é um pouco relativo, porque o número de alunos que estão nestes cursos, também não é um número significativo (...) E1 Provavelmente onde mais se verificou influência destes cursos foi nas taxas de abandono, isto é, as taxas de abandono escolar, recuaram e provavelmente muito por via dos CEFs.E1						1		
-Colocação dos alunos na vida activa.	Nós na escola, temos ao nível do Centro de Emprego um conjunto de contactos que nos permitem, por vezes, pedir a ajuda para encaminhar alunos, por exemplo para cursos que o próprio Centro de Emprego dinamiza (...) E1						2		
							1		

## -Anexo 23 – Tabela de análise da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo C2

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz									
Categoria 2: Gestão de recursos e financiamento dos C.E.F.(s)		UNIDADES DE REGISTO					FREQUENCIA		
SUB-CATEGORIAS							E 1	E 2	E 3
-Rentabilização de recursos físicos e humanos existentes.	(...) os recursos físicos não foi preciso grandes alterações, a escola tinha já alguns recursos que vinham dos Cursos Tecnológicos, e portanto, digamos que, na organização destes cursos tivemos em linha de conta, não só as orientações e apetências dos miúdos, mas simultaneamente os recursos físicos, materiais e humanos que a escola disponha, (...) E1 Vamos lá ver, isto foi sobretudo feito com recursos humanos da escola (..) E1	3	1						
-Aprendizagem ao Longo da Vida.	...a escola pediu a colaboração de outras entidades, para virem dar formação a áreas em que nós não tínhamos pessoal com formação especificamente para esse fim, sei lá, uma das formações que tiveram foi com a Equipa de Apoios Educativos, com o ECAI, (...) pela Direcção Regional, portanto mas que disponibilizou alguns educadores de infância que tinham formação em Ensino Especial, para virem apoiar nalgumas áreas relacionadas com os CEFs de Apoio à Infância, (...) E1 Formação na área científica não, porque, é suposto que os professores no campo científico sejam pessoas qualificadas, (...) E1	1							
-Gestão financeira dos C.E.F.(s).	Ora bem, inicialmente a escola candidatou, os primeiros cursos, candidatou-os ao PRODEP, até ao final da fase de em que o PRODEP saiu da zona de Lisboa e Vale do Tejo, não é..., portanto o PRODEP II, depois, se não me engano, ainda abrangeu aqui a nossa zona, portanto na altura, ao abrigo do PRODEP, nós obtivemos algum financiamento, alguma comparticipação para estes cursos, nomeadamente em termos de alguns recursos materiais, algum, ao nível dos formadores também, (...) E1 Directamente não há apoios, portanto esse apoio não existe, aliás, penso que nem nenhuns, portanto, nestes cursos CEF não há. E1 O que existe é que a escola no seu orçamento anual, contempla sempre verba, para estes cursos, portanto, para o acompanhamento destes cursos. E1	1	1						

**-Anexo 24 – Tabela de análise da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo C3**

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz						
Categoria 3: Relações colegiais e clima de escola.		FREQUENCIA				
SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5
-Trabalho colaborativo entre professores.	pediu-se depois a ajuda e a implicação de vários serviços da escola, nomeadamente dos SPO, Núcleo de Apoio Educativo, que em articulação com outras pessoas da escola, nomeadamente com as direcções de turma e Coordenação de Direcções de Turma, criaram-se equipas, que no fundo, levaram a que se aproveitasse esta oportunidade que era a implementação de CEFs, ...em relação a estes cursos, com um acompanhamento muito mais sistemático por parte dos Conselhos de Turma, portanto, um trabalho colaborativo maior, digamos que do ponto de vista do funcionamento do grupo de professores, do Conselho de Turma, (...) a articulação entre os professores, digamos que foi uma experiência, deste ponto de vista muito enriquecedora, agora eu acho que tem sido das poucas experiências em que efectivamente os professores estão a conseguir ter um trabalho colaborativo...	1	2	3	4	5
-Organização curricular e pedagógica dos C.E.F.(s)	...estes CEF's deram excelentes resultados, porque por exemplo a questão da assiduidade, a questão da obrigatoriedade de se cumprirem horas de formação, o trabalho do próprio Conselho de Turma	1				

## -Anexo 25 – Tabela de análise da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo C4

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz									
Categoría 4: - Relações da escola com a comunidade e com o Estado		UNIDADES DE REGISTO					FREQUENCIA		
SUB-CATEGORIAS							E 1	E 2	E 3
-Estabelecimento de relações formais e informais entre a escola e empresas e outras instituições.		, é que conseguimos criar uma rede de forças vivas da região, que nos permitem como muita facilidade obter e organizar estágios para os alunos, portanto, angariar colaborações, desse ponto de vista foi, está muito bem organizado e acho que esta rede está a dar frutos, portanto, esta capacidade que tivemos de criar este conjunto de parcerias, quer públicas, quer privadas, há empresas, há entidades públicas como a Junta de Freguesia, Câmara Municipal, empresas privadas das mais diversas, IPSS,(...) E1					2		
		Nós neste momento temos um protocolo com a Autarquia, já a nível dos cursos profissionais do secundário, que não os CEFs, que não... é outra coisa. Digamos que a Autarquia auxilia sobretudo em termos de estágios profissionais, portanto, foi uma das entidades parceiras que recebe estagiários dos vários cursos e portanto a esse nível, foi uma entidade que não financiando, digamos que colaborou nesse aspecto de uma forma bastante significativa.E1					1		
		portanto, por vezes trabalhamos em rede com outras escolas, no sentido de receber alunos doutras escolas para estes cursos, e simultaneamente essa escola encaminhava alunos seus para cursos que a nossa escola tivesse para oferecer, que tivessem mais recursos. E1							
		(...)não há uma ligação directa CEF/Centro de Emprego, há uma ligação do Centro de Emprego à escola, não está formalizada, portanto é uma ligação muito das pessoas que trabalham cá e lá e se conhecem, e que às vezes são mais eficazes do ponto de vista do encaminhamento dos alunos. E1					2		
-Aquisição de locais de estágio para alunos finalistas de C.E.F.(s) e sua inserção na vida activa.		Nós na escola, temos ao nível do Centro de Emprego um conjunto de contactos que nos permitem, por vezes, pedir a ajuda para encaminhar alunos, por exemplo para cursos que o próprio Centro de Emprego dinamiza a nível do Centro de Emprego da Localidade A, pronto, há aqui um trabalho que está estabelecido com eles, apesar de não estar formalizado, portanto, não houve formalização especificamente virada para isto.					1		
-Coordenação estatal no estabelecimento de parcerias e políticas para a eficiência das escolas.		Os júris para essas provas são fruto de parceria com as instituições, com as instituições onde os estágios se realizam, E1					1		
		(...)não há uma ligação directa CEF/Centro de Emprego, há uma ligação do Centro de Emprego à escola, não está formalizada, portanto é uma ligação muito das pessoas que trabalham cá e lá e se conhecem (...) E1					1		
		(...)a partir do momento em que o PRODEP terminou na zona do Vale de Lisboa, temos contado com a colaboração das pessoas das empresas, ou das entidades, gratuitas, não é, de uma forma gratuita, e aí há muito trabalho do coordenador de curso, que normalmente estabelece com estas entidades algumas cumplicidades, tenta a colaboração de outras pessoas, portanto temos conseguido, até agora temos conseguido que haja um elemento de cada entidade onde decorrem os estágios a vir participar na, nestas provas dos alunos.					1		



**-Anexo 27 - Tabela de análise da entrevista aos Coordenadores do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C1**

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Coordenadores dos CEFs de Assistente de Acção Educativa e Técnico de Electrónica			FREQUENCIA							
Categoria 1: Capacitação dos alunos			UNIDADES DE REGISTO			E	E	E	E	
SUB-CATEGORIAS						1	2	3	4	5
-Orientação vocacional e escolar.		(...) uma das coisas que me parece que foi tido em linha de conta, foi a necessidade daqui da zona de ter apoios domiciliário a crianças. Algumas instituições, muitos destes garotos gostam bastante de lidar com miúdos, também têm muitos irmãos e esse apoio domiciliário começava até pelo núcleo familiar, (...) E2 Este curso foi para, por causa dos miúdos com necessidades educativas, em termos de progressão de ensino secundário, normal, tas a perceber, então optamos por este curso para lhes dar uma saída profissional e para tentarem fazer o ensino secundário.E3						1		
-O Insucesso / sucesso escolar.		(...) algumas destas miúdas que estavam em abandono escolar, não é que não dessem para estudar, é porque não tinham condições para estudar, nem físicas nem económicas, e tiveram que ir trabalhar para sustentar uma família, (...)E2 Eles estavam habituados a um ritmo lento, a matérias muito simples, e deram um salto fenomenal, em termos académicos. E isso está a reflectir-se no aproveitamento, na motivação dos alunos. E2 Estes alunos, se não fossem estes cursos, abandonavam completamente o ensino, a partir do nono ano, do secundário. Nós já tivemos cá cursos deste tipo para dar equivalência ao nono ano.E3						1		1
-Organização curricular e pedagógica dos C.E.F.(s)		(...) este curso é muito teórico, quase todas as disciplinas são muito teóricas, com excepção da de ATL, que conseguem fazer coisas muito engraçadas, mas na prática, não há trabalho nas outras disciplinas, e isso acaba por ser bastante negativo, mas de resto, tem havido, até tem havido muita procura deste curso, (...)E2 Porque caso contrário, eles em casa, quer pelo horário carregado, quer por características próprias deles, não são alunos que por eles próprios tenham iniciativa de estudo, portanto nós é que, no fundo, ensiná-los a estudar e obter o mínimo possível. E3 (...) podemos aproveitar matéria que foi dada para mostrar que na prática como é que é, mas tentamos sair, (...)E2 O que nós fazemos, portanto, são visitas de estudo, mas em várias disciplinas, de acordo com os programas que estão a ser leccionados. Para que eles tenham, portanto, uma visão da realidade maior E3						1		3
								1		1

**-Anexo 28 - Tabela de análise da entrevista aos Coordenadores do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C2**

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Coordenadores dos CEFs de Assistente de Acção Educativa e Técnico de Electrónica											
Categoria 2: Gestão de recursos e financiamento dos C.E.F.(s)					UNIDADES DE REGISTO			FREQUENCIA			
SUB-CATEGORIAS					E 1	E 2	E 3	E 4	E 5		
-Rentabilização de recursos físicos e humanos existentes.		Tinha as salas de aula, só. Ah! Os armários e fomos construindo ao longo do tempo os espaços.E2 nós antigamente não tínhamos sala com bancada, decidimos dar aulas aqui porque precisamente esta sala tinha uma bancada com torneira, podia ser utilizada quando nós fazíamos trabalhos práticos, que exigiam o uso de água,E2 Adquirir, tivemos que comprar os materiais, os papeis, as tintas, sobretudo nas disciplinas mais técnicas, não é, as fraldas, os bonecos para elas treinarem as mudanças das fraldas, não adquirimos, (isso trazem elas, os próprios bebés de casa), tivemos de construir berços de papel e cartão, caminhas, e tivemos que adquirir muitas obras teóricas, ou com conceitos práticos, E2 É os mesmos, portanto a oficina, laboratório.E3 Material de desgaste, e em termos de equipamentos foi multímetros, que adquirimos, mas basicamente é material para execução de trabalhos. A escola está bem equipada com equipamentos, ferramentas, estamos bem equipados. E3 Não, quando se abriu este curso, foi com 99% de professores “prata da casa”,E2 (...) estamos a leccionar nestes cursos com os professores do quadro, neste momento estão dois professores que são contratados, mas que têm formação na área, nesta área.E3			1						
-Aprendizagem ao Longo da Vida.		Não. Às vezes há formações, não sei se lhe pode chamar bem formações, mas actividades, que o Conselho Directivo até nos incentiva a nos integrarmos nelas, porque nos podem ajudar de alguma maneira a trabalhar com este tipo de turnas. Há o caso de uma acção de formação que eu achei esplêndida, que tinha a ver com competências sociais, foi fabulosa! E2 Nós aqui, as disciplinas que leccionamos é só mesmo da... no caso específico do nosso curso é só mesmo da formação inicial. E3			2						
-Gestão financeira dos C.E.F.(s).		- Há uma verba que é destinada para a aquisição de material, e para fotocópias, fora isso não há mais nada. Antigamente, parece que havia o PRODEP, que financiava, no entanto isso acabou, infelizmente,E2 Estas miúdas precisavam de ter um subsídio que as ajudasse a pagar outros materiais que tivessem de adquirir fora da escola, o que tem o SASE, mas isso não cobre tudo, por exemplo camionetas para ir para o estágio, o que existe é manifestamente insuficiente. E2 Isso não sei, porque quem coordena isso é o Conselho Executivo. E3			1						

**-Anexo 29 - Tabela de análise da entrevista aos Coordenadores do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C3**

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Coordenadores dos CEFs de Assistente de Acção Educativa e Técnico de Electrónica									
Categoria 3: Relações colegiais e clima de escola.		UNIDADES DE REGISTO					FREQUENCIA		
SUB-CATEGORIAS							E 1	E 2	E 3
-Trabalho colaborativo entre professores.		Tivemos é sempre em equipa de professores, aqui nós funcionamos muito nestes cursos, em bloco. É uma das coisas fantásticas que estes cursos têm, enquanto num curso regular os professores funcionam muito para a sua disciplina, e não para a disciplina do colega, aqui todos nós temos o mesmo objectivo, é um bloco, (...)E2 Excelentes! Excelentes relações! Aliás, só assim se poderia levar a bom porto o trabalho que foi iniciado neste campo. Nós acabamos por nos dar imenso apoio.E2 De maneira que os professores destes cursos têm um trabalho bastante grande, para arranjar documentação, fazer fichas de trabalho, temos de ter de trabalhar com fichas de trabalho com eles, constantemente, portanto não pode ser um tipo de ensino idêntico ao regular. E3						2	
-Motivação dos professores		(...)de resto tentamos sempre que sejam professores que conhecem bem a escola, conhecem bem a dinâmica da escola e o próprio curso, que estão motivados para este tipo de trabalho, que é muito diferente do trabalho que é feito em turnas regulares.E2 (...) nós gostamos de ensinar, gostamos muito de ver crescer, muito, e isto de facto dá um trabalho muito grande, não apenas académicos mas em termos humanos, as pessoas de fora que não estão metidas no sistema, acham, enfim, que isto é para passar, mas isto não é bem assim, e então, às vezes olham um bocadinho de lado e só depois quando integram e começam a ver o tipo de trabalho que é feito, é que começam de facto a gostar.E2 (...) em princípio há professores que não vêm à espera de miúdos com estas características, mas depois têm se motivado e têm tentado ajudar os alunos.E3					1		
								2	
								1	

## -Anexo 30 - Tabela de análise da entrevista aos Coordenadores do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C4

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Coordenadores dos CEFs de Assistente de Acção Educativa e Técnico de Electrónica										
Categoria 4: - Relações da escola com a comunidade										
SUB-CATEGORIAS		UNIDADES DE REGISTO					FREQUENCIA			
							E	E	E	E
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2		

**-Anexo 33 - Tabela de análise da entrevista ao Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C1**

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Directores das Turmas dos CEFs de Assistente de Acção Educativa e Técnico de Electrónica									
Categoría 1: Relações colegiais e clima de escola.		UNIDADES DE REGISTO					FREQUENCIA		
SUB-CATEGORIAS							E 1	E 2	E 3
-Estabilidade docente		...houve alguns professores que saíram porque não eram efectivos da casa e portanto variaram. E4 mantêm-se os mesmos professores. E5					1	2	3
-Trabalho colaborativo entre professores.		Sim, muito, não só nas reuniões mas nos intervalos, andamos sempre a conversar uns com os outros sobre o que fazer e quando. E4 Sim.E5							1
-Motivação dos professores		Sim. E4 Estes professores, sim. E5							1

## -Anexo 34 - Tabela de análise da entrevista ao Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C2

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Directores das Turmas dos CEFs de Assistente de Acção Educativa e Técnico de Electrónica		
Categoria 2: Capacitação dos alunos .		FREQUENCIA
SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO	E 1 E 2 E 3 E 4 E 5
-Orientação vocacional e escolar.	Sim conhecem, tanto pela informação que tem passado quer pela coordenadora do curso, quer pela directora de turma, quer pelo Conselho Executivo. E4	
	Há excepções, mas são alunos que já vêm com muitas repetências, então há alguma dificuldade em motiva-los para o curso. E5	1
	(...) que estão de acordo com a filosofia do curso, há outros que nem tanto, porque o objectivo deles basicamente é o 12º. Ano. Não propriamente a área profissional mas o 12º.ano. Há outros que estão na área profissional que pretendem. E5	1
-Organização curricular e pedagógica dos C.E.F.(s)	Creio que não, porque há muitas disciplinas, há conteúdos que estão desajustados, são muito extensos,(...) E4	2
	estes cursos dos CEF(s) estão, fundamentalmente a parte técnica é feita pelo IEFP e para funcionarem nestas escolas, às vezes têm de levar adaptações.E5	1
	Na maioria sim, podemos dizer que sim. E5 (a carga horária) É excessiva. Pelo menos nesta turma elas têm aulas desde as oito e meia até às cinco e cinco da tarde, e portanto o espaço para estudo e investimento pessoal é muito pouco, E4 A carga horária não deixa muito tempo para trabalhos em casa ou até mesmo para eles estudarem,(...) E5	1
-O Insucesso / sucesso escolar.	(...) depende de disciplina para disciplina, há umas que são mais renitentes, àqueles que implicam mais teoria, são mais de estudo, são mais renitentes, em termos de prática, as disciplinas que têm muita prática, já aderem. E4	1
	Principalmente nas disciplinas mais teóricas é que o problema se põe. Quanto a mexer, manusear, tudo bem, quando necessitam de..., que há situações em que é necessário um conhecimento teórico, aí o desinteresse de alguns é evidente. E5	1
	O saber estudar, as dificuldades cognitivas, muitas dificuldades cognitivas, em algumas situações problemáticas mesmo, o tempo de estudo, a organização do seu estudo. E4 Portanto a nível de hábitos de trabalho. Não sabem..., portanto, com poucos hábitos de trabalho. São alunos com algumas dificuldades, portanto, cognitivas também algumas, (...) E5	1
-Inserção dos alunos na vida activa.	Têm, efectivamente têm. E4	1
	A taxa de sucesso escolar é boa. E5	1
	Sinceramente não acredito que arranjem facilmente emprego. A experiência que eu tenho é que uma ou duas alunas por turma consegue de facto arranjar emprego na área. E4	1

**-Anexo 35 - Tabela de análise da entrevista ao Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C3**

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Directores das Turmas dos CEFs de Assistente de Acção Educativa e Técnico de Electrónica									
Categoria 3: Relações Aluno/Escola		UNIDADES DE REGISTO				FREQUENCIA			
SUB-CATEGORIAS						E 1	E 2	E 3	E 4 5
-Comportamento dos alunos		(...) é uma turma constituída por quinze raparigas, em que existem uns certos atritos femininos, que se calhar noutras turmas mistas não há.E4 (Boas relações) Sim, aqui não temos tido razão de queixa. E5						1	1
-Mobilização de alunos na promoção de actividades.		Regularmente não. Isso não acontece. Aconteceu na semana da escola, este ano, isso não tem acontecido tanto. E4 Não, são um pouco individualistas. E5						1	1

**-Anexo 36 - Tabela de análise da entrevista ao Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C4**

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Directores das Turmas dos CEFs de Assistente de Acção Educativa e Técnico de Electrónica									
<b>Categoria 4:</b> Inter relações Escola/Família		UNIDADES DE REGISTO					FREQUENCIA		
SUB-CATEGORIAS							E	E	E
							1	2	3
-Estabelecimento de relações formais entre a escola e a família.	Têm e são encarregados de educação que assumem e vêm às reuniões. A grande maioria dos encarregados de educação vem às reuniões. E4 A maior parte deste alunos, metade destes alunos são encarregados de educação deles próprios, não é, a outra metade tem... dos seis, sete encarregados de educação, geralmente aparecem às reuniões quatro. E5								1
-Envolvimento dos Encarregados de Educação no processo Ensino / Aprendizagem.	Dão, dão, eles comparecem à escola, são devidamente informados, questionam sobre os cursos, e até à data com esta turma ainda não nenhum encarregado de educação que me pusesse em dúvida a maneira como o professor A, B, C ou D lecciona, pelo contrário, há encarregados de educação que são exigentes com as suas educandas e que exigem igualmente regras e disciplina e tempo de estudo, (...) eles estão ali em coordenação com o Director de Turma. E4 Esses, os que aparecem às reuniões, os que aparecem constantemente, esses estão a par da situação dos educandos. E5								1



**-Anexo 38 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C1**

Tabela de Análise – Questionário aos Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica											
Categoria 1: Capacitação dos alunos			RESPOSTAS								
SUB-CATEGORIAS	QUESTÕES		AE SIM	AE NÃO	AE N/S	TE SIM	TE NÃO	TE N/S	TOTAL SIM	TOTAL NÃO	TOTAL N/S
-Orientação vocacional e escolar.	2.1		2	2	0	2	2	0	4	4	0
-Realização Pessoal	2.2		4	0	0	4	0	0	8	0	0
-Caracterização dos alunos (comportamento / Aproveitamento)	2.3		4	0	0	4	0	0	8	0	0
	2.4		2	2	0	2	1	1	4	3	1
	4.9		1	2	1	4	0	0	5	2	1
	4.10		4	0	0	4	0	0	8	0	0
-Expectativas académicas e profissionais	2.5		2	2	0	0	4	0	2	6	0
	2.6		3	0	1	1	2	1	4	2	2
	2.7		2	0	2	4	0	0	6	0	2

**-Anexo 39 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C2**

Tabela de Análise – Questionário aos Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica											
<b>Categoria 2: Envolvimento dos Professores nos CEF</b>											
SUB-CATEGORIAS	QUESTÕES			RESPOSTAS							
	AE SIM	AE NÃO	AE N/S	TE SIM	TE NÃO	TE N/S	TOTAL SIM	TOTAL NÃO	TOTAL N/S		
-Conhecimento que os docentes têm acerca dos CEF	3.1	4	0	0	3	1	0	7	1	0	
	3.2	4	0	0	3	1	0	7	1	0	
	3.3	2	2	0	2	2	0	4	4	0	
	3.4	1	0	1	2	0	0	3	0	1	
	3.5	1	3	0	2	2	0	3	5	0	
-Participação na organização curricular e pedagógica dos CEF	3.6	3	1	0	3	0	1	6	1	1	
	3.7	1	2	1	2	1	1	3	3	2	
	3.8	0	3	1	0	2	2	0	5	3	
	3.9	4	0	0	4	0	0	8	0	0	

**-Anexo 40 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C3**

Tabela de Análise – Questionário aos Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica												
Categoria 3: Interações Escola / CEF												
SUB-CATEGORIAS		QUESTÕES		RESPOSTAS								
				AE SIM	AE NÃO	AE N/S	TE SIM	TE NÃO	AE N/S	TOTAL SIM	TOTAL NÃO	TOTAL N/S
-Integração dos CEF na escola.	4.1			4	0	0	4	0	0			
	4.2			4	0	0	4	0	0			
	4.5			4	0	0	4	0	0			
-Clima de Escola	4.3			4	0	0	3	0	1			
-Motivações dos professores	4.4			0	3	1	0	3	1			
-Recursos físicos / humanos	4.6			3	0	0	3	1	0			
	4.7			2	2	0	4	0	0			
	4.8			1	3	0	1	0	3			

**-Anexo 41 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C4**

Tabela de Análise – Questionário aos Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica											
Categoria 4: Interacções Escola / Família											
SUB-CATEGORIAS	QUESTÕES		RESPOSTAS								
			AE SIM	AE NÃO	AE N/S	TE SIM	TE NÃO	TE N/S	TOTAL SIM	TOTAL NÃO	TOTAL N/S
-Eficiência dos mecanismos de comunicação entre Escola e Família	4.11		3	0	1	2	2	0	5	2	1
	4.12		4	0	0	4	0	0	8	0	0

**-Anexo 42 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C5**

Tabela de Análise – Questionário aos Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica											
<b>Categoria 5: Interações Escola / Comunidade</b>											
SUB-CATEGORIAS	QUESTÕES			RESPOSTAS							
	AE SIM	AE NÃO	AE N/S	TE SIM	TE NÃO	TE N/S	TOTAL SIM	TOTAL NÃO	TOTAL N/S	TOTAL	
-Relações estabelecidas entre a Escola e a comunidade	4	0	0	3	0	1	7	0	1	1	
	2	0	2	0	1	3	2	1	5	5	
	4	0	0	4	0	0	8	0	0	0	
	3	0	1	3	0	1	6	0	2	2	

**-Anexo 43 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Encarregados de Educação C1**

Tabela de Análise – Questionário aos Encarregados de Educação dos alunos do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica				
<b>Categoria 1: Capacitação dos alunos</b>				
SUB-CATEGORIAS	QUESTÕES	RESPOSTAS		
		SIM	NÃO	N/S
-Orientação vocacional e escolar.	2.1	20	1	0
	2.2	20	1	0
-Expectativas académicas e profissionais	2.3	8	8	5
	2.4	16	2	3
	2.5	16	2	3
-Caracterização dos alunos (comportamento / Aproveitamento)	2.6	5	5	11
	2.7	0	11	10
	4.1	20	0	1

**-Anexo 44 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Encarregados de Educação C2**

Tabela de Análise – Questionário aos Encarregados de Educação dos alunos do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica				
<b>Categoria 2: Interação Escola/Família</b>				
SUB-CATEGORIAS	QUESTÕES	RESPOSTAS		
		SIM	NÃO	N/S
-Representações que os Encarregados de Educação fazem dos CEF.	3.1	21	0	0
	3.2	21	0	0
	3.3	8	13	0
	3.4	21	0	0
	4.7	9	9	3
-Eficiência dos mecanismos de comunicação entre a Escola e a Família	4.5	20	0	1
	4.6	17	3	1

**-Anexo 45 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Encarregados de Educação C3**

Tabela de Análise – Questionário aos Encarregados de Educação dos alunos do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica				
<b>Categoria 3: Ralação Família/Meio</b>				
SUB-CATEGORIAS	QUESTÕES	RESPOSTAS		
		SIM	NÃO	N/S
-Estabilidade residencial e laboral	5.1	19	1	1
	5.2	12	7	2
	5.3	18	0	3
-Conhecimento da região em termos sócio económicos	5.4	15	2	4
	5.5	4	6	11
	5.6	15	0	6



**-Anexo 46 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C1**

Tabela de Análise – Inquérito de Questão Aberta aplicado aos alunos do CEF de Assistente de Acção Educativa		
<b>Categoria 1:</b> Representações que os alunos têm da Escola		
INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA
Um local de aprendizagem.	Para mim a escola é um local onde pudemos aprender sempre mais, em cada dia que passa é mais uma descoberta.	Q1 13
Um local de preparação para o futuro.	É onde aprendemos novos conhecimentos para um dia mais tarde os pudermos “usar” no dia-a-dia.	6
Um local de crescimento físico, intelectual e emocional.	É aqui neste local que se aprendem os mais profundos conhecimentos intelectuais, psicológicos e emocionais.	5
Um local de convívio com professores e funcionários.	Na escola encontram-se pessoas fantásticas, desde professores, auxiliares, directores e alunos.	3
Um onde existe liberdade de expressão.	É um local onde se pode expressar os sentimentos...	2
Um local para passar o tempo.	Para mim a escola é um local para passar o tempo.	1
Um local onde só se deve estar por gosto.	Quem tem gosto de cá permanecer aprende com mais facilidade, quem não gosta arrasta-se!	1
Um local de grande permanência.	É um espaço onde passo a maior parte do tempo e ocupo esse mesmo tempo nas aulas...	1
Cansativa.	Certos dias a escola é um lugar cansativo e cada vez mais me custa ir à escola.	1
Um local de convívio com o demais colegas.	...convive-se conhece-se pessoas novas, brincamos, divertimo-nos...	8
Um local privilegiado para a partilha de experiências.	É também um local onde pudemos viver grande parte das nossas experiências diárias...	1

**-Anexo 47 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C2**

Tabela de Análise – Inquérito de Questão Aberta aplicado aos alunos do CEF de Assistente de Acção Educativa		
Categorias 2: Representações que os alunos têm do Curso		
INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA
		Q1
Uma forma de aprender uma profissão de que se gosta.	Dá-nos a oportunidade de fazermos o que gostamos.	11
Uma alternativa aos currículos do ensino regular.	É também uma melhor forma de obtermos bons resultados nos estudos através dos nosso esforço (...) É também o tentar fugir aos currículos normais, porque com estes cursos podemos obter uma melhor formação. É um meio alternativo, é uma oportunidade de “remendar” os erros que uma pessoa fez. O curso dá talvez aquela oportunidade que nunca iria ter na vida.	5
Uma preparação para o futuro.	É uma formação muito importante para o nosso futuro, (...) dá-nos a possibilidade de conseguir melhor os nossos objectivos futuros.	3
Uma oportunidade de inserção na vida activa.	É uma saída profissional ótima para mim. Com ele existe mais oportunidades de saída para o mundo do trabalho.	2
Algo agradável.	O curso é um local onde eu adoro estar...A1	2
Dedicação.	Requer trabalho e dedicação.	2

**-Anexo 48 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C3**

Tabela de Análise – Inquérito de Questão Aberta aplicado aos alunos do CEF de Assistente de Acção Educativa <b>Categoria 3:</b> Expectativas que os alunos depositam no Estágio		FREQÜENCIA	
INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	Q1	
Uma adaptação ao meio laboral.	Uma boa experiência, uma boa preparação para o mundo do trabalho. A9	5	
Algo agradável.	Um dos momentos mais engraçados da minha vida. A3 Novamente agradável...A6	3	
Uma preparação para o futuro.	Bom para o meu futuro...A5	2	
Uma concretização prática do que foi aprendido durante o curso.	...o estágio é muito importante pois é a parte prática, é quando na realidade vemos que o nosso objectivo pode ser mesmo alcançado. A14 Sendo o estágio uma prática, espero que seja algo que me transmita conhecimentos, que de certa forma são impossíveis de serem transmitidos na teoria.	2	
Tem uma duração demasiado curta.	Acho que duas semanas não chegam, mal estamos a habituarmo-nos às crianças, já estamos a mudar de valência. A6	2	
Uma familiarização com um sistema hierárquico.	...que consiga interagir bem com as crianças e todo o pessoal relativamente à instituição. A11	1	
Uma experiência enriquecedora.	No estágio as experiências são muito boas, a amizade e a confiança que as crianças nos transmitem, são a chave de sucesso para trabalhar...A4	9	
Melhor que o anterior (realizado no final do 10ºano).	Melhor, ainda melhor que do que o estágio que realizei no ano passado.A1	6	

**-Anexo 49 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C1**

Tabela de Análise – Inquérito de Questão Aberta aplicado aos alunos do CEF de Técnico de Electrónica		
<b>Categoria 1:</b> Representações que os alunos têm da Escola		
SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA
		Q1
Um local de aprendizagem.	Um centro de estudo e de aprendizagem, que se aprende a trabalhar, a pesquisar e a estudar. A19	8
Um local de preparação para o futuro.	Os professores ensinam o que nós devemos aprender em cada ano que frequentamos e também nos preparam para a vida, pois transmitem-nos muitas experiências e vivências que tiveram, não só enquanto foram estudantes mas também agora que estão inseridos no mercado de trabalho.	4
Um local de crescimento físico, intelectual e emocional.	Ser mais responsável, não deixar fugir a oportunidade que nos dão pois pode não haver outra. A28 A escola também serve para conviver com os colegas, para fazer vários desportos e para irmos evoluindo de mentalidade. A19	2
Tem poucas possibilidades de escolha de áreas de estudo.	...devia haver mais cursos profissionais e técnicos de várias áreas de emprego. A19	1
Uma forma de avaliar os alunos.	Um local de estudo em que os alunos com a ajuda de um professor estudam a matéria e mais tarde são sujeitos a testes para saberem se essa matéria foi compreendida, e assim se consegue fazer uma avaliação desse aluno. A24	1
Um local jovem.	...estado de espírito jovem...A28	2
Um local de longa permanência	É uma segunda casa onde passamos a maior parte do tempo. A24	1
Um local de convívio com o demais colegas.	O melhor tempo que a gente passa é na escola com os amigos e amigas.	10

**-Anexo 50 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C2**

Tabela de Análise – Inquérito de Questão Aberta aplicado aos alunos do CEF de Técnico de Electrónica		
SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA
		Q1
Uma forma de aprender uma profissão	É onde se aprende uma área específica para depois ter um trabalho razoável. A22	6
Uma oportunidade de concluir o 12ºano.	O curso é bastante bom mas não era este curso que eu queria seguir, só me interessa ter o 12º ano A26	4
Interessante.	Na minha opinião, interessante, e não é mais fáceis do que os outros. A24	3
Algo agradável.	Gosto do curso e espero ter saídas profissionais. A18	1
Um local de partilha de experiências.		1
Pouco estimulante.	Para mim não era realmente aquilo que eu queria. A21	1
Algo desejado.		1
Difícil.		1
Importante.	É muito importante termos um curso. A25	1

**-Anexo 51 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C3**

Tabela de Análise – Inquérito de Questão Aberta aplicado aos alunos do CEF de Técnico de Electrónica		
<b>Categoria 3:</b> Expectativas que os alunos depositam no Estágio		
SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA
		Q1
Uma oportunidade de formação da personalidade.	Que me ajude a melhorar como profissional e sobretudo como pessoa. A 27	1
Um complemento de formação.	Muito importante, onde pudemos aprender mais sobre o curso que estamos a tirar. A25	6
Uma familiarização com um sistema hierárquico.	No estágio aprende-se a conviver com pessoas mais velhas. A19	1
Uma adaptação ao meio laboral.	Uma boa valia para aprender mais sobre a vida do mundo do trabalho. A21	4
Uma oportunidade de inserção na vida activa.	...espero se seja as portas para o meu futuro, que venha a ser importante na colocação de uma empresa como trabalhador. A17	5
Uma experiência enriquecedora.	Uma experiência boa para mim, que eu aprenda muito, ganhe experiência e que me faça dar mais valor ao trabalho. A24	5
Melhor que o anterior (realizado no final do 10ºano).	Melhor do que os outros que já tive. A23	1
Um local de convívio.	Bastante divertido, com muito boa disposição da parte de colegas e profissionais, mas claro com muito trabalho no meio. A26	2

## -Anexo 52 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C1

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Assistente de Acção Educativa														
Categoria 1: Organização curricular e pedagógica do Curso														
SUB-CATEGORIAS		INDICADORES		UNIDADES DE REGISTO		FREQUENCIA								
				A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	T			
Cumprimento do Normativo	A1,A2-Adopção por parte dos professores de regras específicas.	(...) a Directora de Turma informou o Conselho de Turma sobre os procedimentos a adoptar em caso de falta do professor. (...) A Directora de Turma informou igualmente o Conselho de Turma sobre os procedimentos a adoptar em caso de falta dos alunos. A1 (...) os horários de cada professor para se poder efectuar trocas (...) A2	(...) a Directora de Turma (...) entregou um conjunto de documentos que contém a relação das alunas, e respectivas fotografias (...) A2	1	1									
	A2-Entrega de documentos de identificação das alunas.													
	A2-Entrega de mapa de controlo de aulas não leccionadas e registo de aulas de substituição.				1									
Gestão do Currículo	A1-Organização de actividades extra curriculares relacionadas com os conteúdos leccionados.	(...) o Conselho de turma decidiu que em reunião posterior serão planificadas as actividades da turma, nomeadamente as visitas de estudo(...) A1		1										
	A1, A2-Criação de materiais didácticos para as várias disciplinas.	(...) devido à inexistência de manuais adoptados para estes cursos, estaria um cartão desta turma, no CRE, para se tirarem fotocópias de modo a se terem materiais / textos de apoio às diversas disciplinas. (...)A1		1	1									
	A2-Adaptação de materiais didácticos conforme as necessidades dos alunos.	A aluna (...) necessita de testes/textos adaptados pois só vê 20% do olho direito (...) A2		1										

	A2-Adopção de critérios de avaliação aplicados em anos anteriores.	(...) foi confirmado que os critérios de avaliação a aplicar para este curso seriam os mesmos no Curso de Educação e Formação – tipo quatro do ano anterior. A2	1						
	A2-Adaptação de conteúdos e critérios de avaliação conforme as características de alguns alunos.	A professora de Francês (...) devido à heterogeneidade de níveis das alunas, faz fichas com graus de exigência diferentes (...) A2	4						
	A2-Criação de estratégias com vista à melhoria do comportamento das alunas.	Em relação ao comportamento, pode haver melhorias e para tal foi feita uma planta de sala de aula tendo em conta as caracterização da turma. A2	1						
	A2-Permuta de professores conforme os conteúdos leccionados nas várias disciplinas.	(...) o ponto de “Oficina da comunicação e Expressão não Verbal Um” será leccionado pela professora (...) . Por outro lado a professora (...) leccionará os pontos/tópicos “Adolescência/Desenvolvimento e Educação”, (...) A2	1						
	A2-Divulgação do plano de visitas de estudo.	Em relação a visitas de estudo/actividades, o professor (...) planificou para as suas disciplinas as seguintes actividades: A2	5						
	A2-Ocupação de horas contempladas nos horários dos professores para substituição e apoios, na preparação de materiais didácticos.	A professora (...) solicitou que as horas de escola sejam ocupadas na preparação de materiais em vez das substituições ou apoios. A2	1						



A3,A4,A6, A7- Adopção de estratégias de remediação e reorientação de percurso escolar de alunos com fraco aproveitamento.	<p>Como forma de atingir um melhor aproveitamento da turma os professores irão solicitar a realização de fichas de trabalho, (...) serão realizadas “mini-fichas” de avaliação com maior frequência. A3</p> <p>(...) as alunas irão prestar serviço em algumas instituições, em horário lectivo, para desempenho prático e aplicação dos conteúdos teóricos aprendidos (...) A3</p> <p>(...) os professores continuarão a insistir em trabalhos de casa, trabalhos de pesquisa individuais ou em grupo e realização de fichas de avaliação com menos conteúdos. A4</p> <p>As alunas (...) iriam realizar um teste de recuperação. A6</p> <p>Foi solicitado um trabalho de recuperação, mas a mesma não manifestou interesse(...) A7</p>	4	1	6	6	
A4, A5, A6, A7- Balanço sobre os conteúdos programáticos leccionados.	<p>Quando o professor de T.I.C.,(...) terminar as aulas desta disciplina a hora lectiva será ocupada pela professora de Acompanhamento de Crianças com necessidades Educativas especiais (...). A4</p> <p>A professora (...) estava a terminar o número de aulas respeitante aos dois anos da disciplina de Cidadania e Sociedade e que o espaço ocupado no horário por esta disciplina passaria a ser ocupado pela disciplina de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho. A5</p> <p>A professora (...) comunicou a sua preocupação relativamente ao cumprimento na íntegra do número de aulas a leccionar na sua disciplina(...) A6</p> <p>Assim, na disciplina Cidadania e Sociedade</p>		3	2	5	9

	A3, A4, A5, A7-Avaliação de actividades realizadas.	A professora (...) informou que as visitas de estudo ao Centro Cultural de (...) têm decorrido conforme os objectivos previamente estipulados. A3 O Conselho de Turma louvou o trabalho das professoras (...) que participaram no projecto desta turma para a Semana da Escola (...) A4 (...) a professora informou que a visita de estudo ao Museu da Ciência Viva (...) tinha decorrido com os objectivos da visita. A5 (...) todas as actividades realizadas durante este ano lectivo decorreram de acordo como o planeado (...)A7		3	3	3	1
	A3,A4, A7-Avaliação: atribuição de classificações de final de período e de ano lectivo.	(...) após a atribuição das classificações às alunas(...)A3 (...) procedendo-se à atribuição das classificações de acordo com os critérios de avaliação das disciplinas,(...) A4, A7		1	1		1
Planeamento de Actividades	A4, A5-A7-Proposta de actividades a realizar no próximo ano lectivo.	O professor de Sociologia confirmou a sua intenção de realizar em Maio uma recolha de alimentos na escola para o Banco Alimentar Contra a Fome. A4 No âmbito das disciplinas de Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais, estão a ser planeadas visitas e estudo à (...)A5 A professora (...) informou que esta turma foi contemplada com oito sessões da “Escola Criativa” de duas horas (...)A7		1	1	1	1
Gestão de recursos	A1, A2-Gestão de verbas, nomeadamente para aquisição de fotocópias e de obras literárias.	Informou ainda que devido à inexistência de manuais adoptados para estes cursos, estaria um cartão desta turma, no CRE, para se tirarem fotocópias de modo a se terem materiais / textos de apoio às diversas disciplinas. (...) as alunas tinham pago no	3	1			

Gestão de recursos	A1, A2-Gestão de verbas, nomeadamente para aquisição de fotocópias e de obras literárias.	Informou ainda que devido à inexistência de manuais adoptados para estes cursos, estaria um cartão desta turma, no CRE, para se tirarem fotocópias de modo a se terem materiais / textos de apoio às diversas disciplinas. (...) as alunas tinham pago no acto de matrícula no curso para aquisição destas fotocópias. A1 A professora de Português (...) comunicou que o programa da sua disciplina contempla obras integrais (...) vai exigir que as alunas tenham as obras na sala de aula e não irá tirar fotocópias dessas obras pois seria algo impossível... A1 Foi ainda sugerido a compra de livros da área do Curso. A2	3	1						
	A2-Assinatura de revistas relacionadas com a área da Acção Educativa.	A professora (...) sugeriu que a escola assinasse as revistas “Crescer” e “Adolescência”. A2		1						82

**-Anexo 55 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C2**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Assistente de Acção Educativa										
Categoria 2: Inter relação Escola/Família										
SUB-CATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA							
			A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	T
Partilha de responsabilidades	A1-Criação de documentos para compromisso dos encarregados de educação na tomada de decisões.	Como tal, foi lido e explicado o documento “Compensação de aulas” que será dado a conhecer e assinar aos Encarregados de Educação (...)A1	1							
	A1- Elaboração conjunta (Docentes/Discentes) de contratos de aprendizagem.	(...) a Directora de Turma informou o Conselho de Turma que (...) os contratos de aprendizagem devem ser entregues até ao dia(...)A1	1							
	A2-Compromisso dos Encarregados de Educação com as regras da escola e do curso.	Os Encarregados de Educação assinaram o documento relativo a compensação de aulas e concordaram com o determinado neste mesmo documento. A2	1							
	A2-Entrega aos Encarregados de Educação de documentação informativa do curso.	Foi-lhes entregue o folheto/guião dos Cursos de Educação e Formação – tipo cinco. A2	1							
	A3-Compromisso de alunos e Encarregado de Educação na melhoria do seu percurso escolar, através de assinatura de um contrato pedagógico.	Os Encarregados de Educação compareceram na escola tendo a Encarregada de Educação da aluna(...), e a própria aluna, assinado o “Contrato Pedagógico”. A3		1						
Mecanismos de comunicação entre a Escola e os Encarregados de Educação	A2-Reunião do Director de Turma com os Encarregados de Educação.	(...) à reunião de Encarregados de Educação do dia vinte e oito de Setembro do corrente ano tinham comparecido os Encarregados de Educação das alunas (...)	1							

	A3-Convocatória dos Encarregados de Educação dos alunos com comportamentos inadequados.	Devido à postura inadequada destas alunas na sala de aula e a um fraco aproveitamento a Directora de Turma solicitou a comparação dos Encarregados de Educação das duas alunas acima referidas.	1					
	A4-Convocatória dos Encarregados de Educação das alunas com fraco aproveitamento.	Saliente-se que no dia vinte e oito de Fevereiro foram convocados para vir à escola os Encarregados de Educação das alunas (...)/A4	1					
	A4, A7 -Informações veiculadas aos Encarregados de Educação por via SMS telefone e correio.	(...) a Directora de Turma continuará a informar via SMS ou pessoalmente, sempre que estes compareçam, os Encarregados de Educação acerca do percurso escolar destas alunas. A4 A Encarregada de Educação da aluna (...), contactou telefonicamente a Coordenadora de Curso, (...)A4 A Encarregada de Educação da aluna número (...) foi informada via SMS e por carta sobre o aproveitamento e assiduidade da aluna.A7	7				3	
	A5-Realização de reunião intercalar com os Encarregados de Educação.	(...) a Directora de Turma comunicou terem comparecido à reunião de Encarregados de Educação, no início do terceiro período, os Encarregados de Educação das alunas (...)A5			1			
	A5-Contacto do Director de Turma com aluna e respectiva Encarregada de Educação em particular.	A Directora de Turma informou ter recebido a Encarregada de Educação da aluna (...) assim com a própria aluna (...)A5			1			
	A6-Realização de uma reunião envolvendo Director de Turma, psicóloga da escola, aluna e respectivo Encarregado de Educação.	Nessa reunião estariam presentes a própria psicóloga, a Directora de Turma e o pai da aluna, (...)A6				1		
	A7-Relato de reunião de Director de Turma com Encarregado de Educação.	A Encarregada de Educação da aluna número (...) foi pessoalmente informada em reunião de Encarregados de Educação (...) acerca do						21

**-Anexo 57 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C3**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Assistente de Acção Educativa											
SUB-CATEGORIAS			INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO		FREQUENCIA					
				A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	T
Caracterização Geral da Turma			A1, A2-Características relativas ao meio familiar, sócio económico, etário, necessidades educativas,...		1						
			A3, A4, A5, A7- Aproveitamento			2	2	1		1	
			<p>(...) o Conselho de Turma considerou o aproveitamento da turma fraco uma vez que apenas três alunas não obtiveram classificações inferiores a dez valores.A3</p> <p>Aproveitamento global da turma: Não satisfatório. A4</p> <p>De um modo geral, as alunas desta turma continuam a ter algumas dificuldades de compreensão e aquisição de conhecimentos, apesar das diversas estratégias adoptadas. A5</p> <p>Aproveitamento global da turma: Satisfatório. A7</p>								
			A2, A3, A4, A5, A7- Comportamento		1	1	3	1		1	
			<p>Em relação ao comportamento, pode haver melhorias (...).A2</p> <p>Relativamente ao comportamento o Conselho de Turma considerou este satisfatório.A3</p> <p>Comportamento global da turma: Satisfatório. A4</p> <p>(...)os professores foram unânimes em considerar que o comportamento da turma melhorou bastante. A5</p> <p>Comportamento global da turma: Bom. A7</p>								
			A2 -Assiduidade		1						
			(...) a Directora de Turma informou que a assiduidade das alunas teve uma melhoria em relação ao ano transacto.A2								

Caracterização de alguns alunos em particular	A3, A4, A5, A6, A7- Aproveitamento	São elas as alunas número (...)A3 A professora de Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas, (...) informou que a aluna(...)A4 (...)as alunas (...) continuam a ter um fraco aproveitamento, comprometendo, assim, a sua aprovação nesta disciplina. A5 Nas disciplinas de Português e Psicologia as alunas (...), não se têm empenhado o suficiente de forma a atingirem um nível de aproveitamento satisfatório. A6 Foi analisado o caso da aluna e não se viram resultados de trabalho tendo o Conselho de Turma decidido não possibilitar a frequência do segundo ano de formação deste curso. A7		5	3	8	13	5
	A3- Comportamento	Destacam-se pela negativa as alunas número (...)A3		9				
	A2, A5, A6- Problemas de saúde constrangedores da sua participação nas actividades lectivas.	(...) e dado a conhecer ao professor de Educação física as alunas que têm restrições no cumprimento de actividades físicas. A2 A aluna revelava sinais de uma extrema sensibilidade e cansaço motivados por questões familiares, sentimentais, de saúde, (...)A5 (...)a Directora de Turma comunicou que a aluna (...) continuava a revelar sinais de instabilidade, cansaço e quebra no seu aproveitamento escolar(...)A6	7			1	1	
	A4, A5, A6, A7- Motivações	A aluna revelou, durante este presente ano lectivo, uma enorme falta de empenho e motivação(...)A4 Por outro lado, a aluna (...) melhorou a sua postura e tem-se empenhado no cumprimento das actividades propostas.A5			1	4	3	3

	A4, A5, A6, A7- Motivações	<p>A aluna revelou, durante este presente ano lectivo, uma enorme falta de empenho e motivação(...).A4</p> <p>Por outro lado, a aluna (...) melhorou a sua postura e tem-se empenhado no cumprimento das actividades propostas.A5</p> <p>(...) não se têm empenhado o suficiente de forma a atingirem um nível de aproveitamento satisfatório. A6</p> <p>A aluna revela uma atitude de desinteresse e pouco empenho.A7</p>			1	4	3	3	
	A2, A4,A7-Assiduidade/Pontualidade	<p>No que diz respeito à pontualidade foi acordado pelo Conselho de Turma que as alunas não assinariam as folhas de presenças, sempre que chegassem atrasadas às aulas(...).A2</p> <p>A aluna número(...)ultrapassou metade do limite de faltas (...).A4</p> <p>(...)sendo as chegadas atrasadas às aulas uma constante. A7</p>			1	8		1	89



**-Anexo 54 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C4**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Assistente de Acção Educativa											
<b>Categoria 4:</b> Interação de instituições da região com a Escola.											
SUB-CATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO			FREQUENCIA						
		A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	T		
Centro de Saúde	A2-Despiste de problemas de saúde em alunos do curso.		5	1							
		A professora (...) relatou que a aluna (...) tinha sofrido na aula de Português uma crise e foi encaminhada para o hospital de (...). Julga-se epilepsia, mas só após a consulta de neurologia, já marcada no Hospital (...), será possível diagnosticar a situação. A2 (...). o Conselho de Turma considera importante e urgente a existência de um relatório médico exaustivo e descritivo do estado de saúde da (...), assim como os procedimentos a adoptar em caso de a aluna se voltar a sentir mal na escola. A3									
	A2, A3- Apoio de técnico de saúde a alunos desta turma.		3	3							
		A professora (...) informou que a enfermeira (...) estará todas as terças-feiras na escola (...). Uma das questões a tratar pela enfermeira é a obesidade / hábitos alimentares entre os nossos alunos. A2 As alunas (...) frequentam sessões com a enfermeira (...) no âmbito do projecto “Saúde Alimentar e Obesidade”. A3									
	A5-Encaminhamento de alunos para programas de apoio promovidos pelo Centro de Saúde e Autarquia.					1					13
		A Directora de Turma aconselhou a Encarregada de Educação a marcar uma consulta (...) com o respectivo médico de família (...) sugeriu ainda a marcação de uma consulta no “Espaço S”, em (...). A5									

**-Anexo 53 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C5**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Assistente de Acção Educativa										
Categorias 5: Insucesso Escolar		INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA						
SUB-CATEGORIAS				A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7 T
Abandono escolar	A3, A4-Anulação de matrícula	A aluna número (...), anulou a matrícula no dia vinte e nove de Novembro do corrente ano. A3 A aluna número (...), anulou a matrícula no dia vinte e três de Março do corrente ano. A4	A aluna número (...), anulou a matrícula no dia vinte e nove de Novembro do corrente ano. A3 A aluna número (...), anulou a matrícula no dia vinte e três de Março do corrente ano. A4			1	1			
Absentismo	A3-Exclusão por excesso de faltas	A3-Exclusão por excesso de faltas	A aluna número (...), foi excluída por excesso de faltas. A3			1				
	A3-Absentismo por motivo de doença	A3-Absentismo por motivo de doença	A aluna(...) não obteve classificações em diversas disciplinas devido à inexistência de suficientes elementos de avaliação por falta de assiduidade da aluna por motivo de doença, diversos internamentos (...)A3			1				
Incumprimento dos deveres escolares	A3-Falta de elementos de avaliação	A3-Falta de elementos de avaliação								4

**-Anexo 56 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C6**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Assistente de Acção Educativa <b>Categoria 6:</b> Trabalho Inter sectorial.										
SUB-CATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA							
			A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	T
Serviço de Psicologia e Orientação	A4,A5-Apoio dado pelo SPO a aluna.	(...) o Conselho de Turma concordou que a Directora de Turma em conjunto com a professora(...) e com a psicóloga (...) tivessem uma conversa com as alunas (...) no sentido de uma possível reorientação no seu percurso escolar devido ao fraco aproveitamento. A4 A aluna foi encaminhada para o Serviço de Psicologia e Orientação para um acompanhamento psicológico com a psicóloga (...).A5				4	1			6
	A6-Solicitação por parte de uma aluna a apoio psicológico.	A doutora (...) transmitiu ainda que a aluna número (...) tinha solicitado um encontro com a psicóloga. A6						1		

**-Anexo 58 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C1**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Técnico de Electrónica															
Categoria 1: Organização curricular e pedagógica do Curso															
SUB-CATEGORIAS		INDICADORES		UNIDADES DE REGISTO		FREQUENCIA									
						At1	At2	At3	At4	At5	At6	At7	T		
Cumprimento do Normativo		At1 -Adopção por parte dos professores de regras específicas.		(...) a professora (...) entregou ao coordenador de curso, (...) o guião orientador dos procedimentos a adoptar (...) para compensação de aulas por falta do professor(...) At1		1									
Gestão do Currículo		At1, At2, At3, At5-Organização de actividades extra curriculares relacionadas com os conteúdos leccionados.		(...) O Conselho de Turma considerou ser mais oportuno apresentar as planificações das actividades da turma, após conclusão das planificações programáticas (...) At1 (...) os professores entregaram ao Director de Turma os respectivos planos para elaboração do Plano de Trabalho conjunto. At2 Para o segundo período a professora (...) de Português, está a prever realizar uma visita de estudo ao teatro, sobre a temática Querosiana. At3 (...) a professora da disciplina de Matemática está a planificar uma visita de estudo ao Museu Ciência Viva (...) At4 Os professores da área técnica informaram que a visita de estudo à barragem do Alqueva está calendarizada para o dia 11 de Abril de 2007. At5 (...) a professora de Matemática teve de transferir para o terceiro período a visita de estudo ao Parque de Ciência Viva (...) At6		1	1	3	1	1	1				



	At3, At7-Avaliação de actividades realizadas.	(...) no que respeita a visitas de estudo, estas não se efectuaram no decorrer do primeiro período.At3 As actividades desenvolvidas de acordo com o PCT, atingiram os objectivos propostos nas diversas disciplinas, At7	1			1	
	At3,At6, At7-Avaliação: atribuição de classificações de final de período e de ano lectivo.	Procedeu-se à atribuição das respectivas classificações ao alunos;At3 (...) procedeu-se à atribuição das respectivas classificações aos alunos;At6 (...) procedeu-se à atribuição das classificações de acordo com os critérios de avaliação das disciplinas, aprovadas em Conselho Pedagógico.At7	1			1	1
Planeamento de Actividades	A4, A5-A7-Proposta de actividades a realizar no próximo ano lectivo.						
Gestão de recursos	A1, A2-Gestão de verbas, nomeadamente para aquisição de fotocópias e de obras literárias.						
	A2-Assinatura de revistas relacionadas com a área da Acção Educativa.						

**-Anexo 61 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C2**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Técnico de Electrónica										
<b>Categoria 2:</b> Inter relação Escola/Família		UNIDADES DE REGISTO		FREQUENCIA						
SUB-CATEGORIAS	INDICADORES			A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7 T
Partilha de responsabilidades	A1-Criação de documentos para compromisso dos encarregados de educação na tomada de decisões.									
	A1- Elaboração conjunta (Docentes/Discentes) de contratos de aprendizagem.									
	A2-Compromisso dos Encarregados de Educação com as regras da escola e do curso.									
	A2-Entrega aos Encarregados de Educação de documentação informativa do curso. do curso.									
	A3-Compromisso de alunos e Encarregado de Educação na melhoria do seu percurso escolar, através de assinatura de um contrato pedagógico.									
Mecanismos de comunicação entre a Escola e os Encarregados de Educação	At4-Reunião do Director de Turma com os Encarregados de Educação.						1			
	A3-Convocatória dos Encarregados de Educação dos alunos com comportamentos inadequados.									
	A4-Convocatória dos Encarregados de Educação dos alunos com fraco aproveitamento.						2			





**-Anexo 60 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C3**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Técnico de Electrónica										
SUB-CATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA							T
			At1	At2	At3	At4	At5	At6	At7	
Caracterização Geral da Turma	At2-Características relativas ao meio familiar, sócio económico, etário, necessidades educativas,... At2, At3, At6, At7 - Aproveitamento	(...) o Director de Turma fez uma breve caracterização da mesma, salientando que (...)At2 (...) o que se concluiu que a turma é globalmente pouco trabalhadora (...)At2 O Conselho de Turma considerou que em termos gerais o aproveitamento (...) é satisfatório. At3 (...) Conselho de Turma considerou que na generalidade das disciplinas a turma mantém-se pouco empenhada participando apenas nas actividades propostas para a sala de aula. At4 (...) Conselho de Turma mantém a opinião que na generalidade das disciplinas a turma é pouco empenhada, (...)At5 O Conselho de Turma considerou que em termos gerais o aproveitamento da turma (...) são satisfatórios. At6 Aproveitamento geral da turma: satisfatório. At7		1	1	1	1	1		1

	At2, At3, At6, At7 - Comportamento	(...) o que se concluiu que a turma é globalmente (...) agitada(...)At2 O Conselho de Turma considerou que em termos gerais o (...) comportamento é satisfatório. At3 O Conselho de Turma considerou que em termos gerais o comportamento (...) são satisfatórios. At6 Comportamento geral da turma: satisfatório. At7	1	1		1	1	1
	A2 -Assiduidade							
Caracterização de alguns alunos em particular	At2, At3, At6- Aproveitamento	(...) o aluno(...) não cumpre as tarefas da aula, entregando inclusivamente testes e trabalhos praticamente em branco.At2 O aluno (...) necessita de maior empenhamento na área técnica bem como na disciplina de Físico-química.At3 Continuam a destacar-se pela negativa os alunos (...) At4 Disciplina de Português – Revelam fraco empenhamento/aproveitamento os alunos (...), At5 Os alunos (...) revelam dificuldades em algumas disciplinas devido à falta de concentração/Empenhamento. At6	1	4	4	8	6	
	At2- Comportamento	Relativamente ao comportamento, têm sido os alunos(...) os mais destabilizadores. At2 O aluno (...) salienta-se pela negativa em termos comportamentais. At6	2				1	
	A2, A5, A6- Problemas de saúde constrangedores da sua participação nas actividades lectivas.							

	A4, A5, A6, A7- Desmotivação	Os alunos(...) manifestam em geral desinteresse pelas actividades desenvolvidas nas aulas (...) At3 Disciplina de Físico - Química - Manifestam desmotivação os alunos (...)At5 (...) os alunos (...) continuam a revelar notória falta de desempenho/desinteresse na generalidade das disciplinas/curso. At6		2		2		1	
	At6, At7-Assiduidade/Pontualidade	O aluno (...) atingiu o limite de faltas na disciplina de (...)At6 Revelaram fraca assiduidade os alunos (...)At7						4	3

**-Anexo 59 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C4**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Técnico de Electrónica										
<b>Categoria 4:</b> Interação de instituições da região com a Escola.										
SUB-CATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA							
			A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	T
Centro de Saúde	A2-Dispiste de problemas de saúde em alunos do curso.									
	A2, A3- Apoio de técnico de saúde a alunos desta turma.									
	A5-Encaminhamento de alunos para programas de apoio promovidos pelo Centro de Saúde e Autarquia.									

**-Anexo 62 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C5**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Técnico de Electrónica												
SUB-CATEGORIAS		INDICADORES		UNIDADES DE REGISTO		FREQUENCIA						
						At1	At2	At3	At4	At5	At6	At7 T
Abandono escolar		At2, At3-Anulação de matrícula		(..) o Director de Turma informou os presentes que o aluno (...) anulou a matrícula, no passado dia quatro de Outubro. At2 O aluno (...), anulou a matrícula em dezassete de Novembro de dois mil e seis. At3 Anularam a matrícula os alunos(...) At7			1	1				2
Absentismo		A3-Exclusão por excesso de faltas										
		A3-Absentismo por motivo de doença										
Incumprimento dos deveres escolares		A3-Falta de elementos de avaliação										

**-Anexo 63 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C6**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Técnico de Electrónica										
SUB-CATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA							
			A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	T
Serviço de Psicologia e Orientação	At4 –Propostas de apoio dado pelo SPO aos alunos.	(...) de solicitarem aconselhamento junto do serviço de Psicologia e Orientação Escolar. At4 (...) a Dra. (...) do Serviço de Psicologia e Orientação informou que reuniu com o aluno (...) e sua progenitora no sentido de encontrarem alternativas escolares para o aluno. At5				2	1			
	A6-Solicitação por parte de um aluno a apoio psicológico.									

Universidade Aberta

# **O contributo dos Cursos de Educação Formação para o sucesso escolar e pessoal dos alunos**

Lógicas e práticas de acção em contexto  
de ensino profissionalizante

Dissertação de Mestrado

Henrique Nuno Jacinto Dias de Oliveira

Lisboa

2008

Dissertação de Mestrado em Administração e Gestão Educacional,  
apresentada à Universidade Aberta



## Agradecimentos

A decisão de realizar um curso de mestrado implicou um dispêndio suplementar de tempo e em consequência uma mudança de hábitos que condicionaram temporariamente a minha vida familiar e pontualmente profissional. Quero manifestar aqui o meu agradecimento ao apoio e compreensão dados por familiares, amigos e colegas, que se viram privados da minha companhia em diversas ocasiões. No caso particular da elaboração desta dissertação, foi resultado da colaboração imprescindível de algumas pessoas, que despendendo do seu tempo, tornaram possível a sua realização.

Em particular, desejo agradecer às seguintes pessoas o seu contributo para que fosse possível a elaboração desta dissertação de mestrado:

-À Professora Doutora Maria Antónia Belchior Ferreira Barreto, minha orientadora na realização da presente dissertação, o incondicional e imprescindível apoio dado;

-à minha família, Mãe, Pai, pelo incentivo que me deram para levar a bom porto este trabalho. Ao Rui Jorge e à Célia pela assessoria técnica em matéria de informática. Um agradecimento especial à Vanessa e ao Guilherme;

-ao meu colega de trabalho João Simões, por toda a colaboração e compreensão expressos;

- ao Hélder e à Vera;

-aos colegas David, Leonor, João e muito em particular à Ana, à Fátima e à Gabriela, pela colaboração que dispensaram e carinho com que me apoiaram durante todo o decurso desta investigação;

-aos meus amigos a quem não me foi possível retribuir com a minha companhia todo o apoio e amizade.

## Resumo da Dissertação

O trabalho que aqui se apresenta teve como intuito investigar sobre os Cursos de Educação e Formação. Esta via de escolarização representa uma alternativa que se pretende de grande eficiência na inclusão de alunos de quem o percurso escolar não se cumpriu conforme as expectativas desejadas.

Regulamentados pelo despacho conjunto n.º279/2002, de 12 de Abril, os Cursos de Educação e Formação (CEF), constituem uma via para que alunos caracterizados por não se enquadrarem no sistema de ensino regular, possam cumprir uma escolaridade que lhes permita a sua inclusão na vida activa ou um prosseguimento de estudos superiores.

Esta nossa investigação assentou num estudo de caso, baseado em duas turmas de uma escola do distrito de Lisboa, pertencentes a dois Cursos de Educação e Formação, distintas tanto quanto às áreas profissionais abordadas como relativamente às características dos seus alunos. Foi nossa intenção utilizar o maior número de instrumentos de pesquisa, aplicados ao maior número de intervenientes em todo o processo educativo focado, de modo a conferir à investigação o maior grau de fiabilidade possível.

Deste modo, foram extraídas uma série de conclusões, que dadas as limitações inerentes a uma investigação com estas características, não permitiu fazer generalizações relativas ao tema. Assim sendo, este trabalho servirá meramente como documento de reflexão para todos aqueles que trabalhem dentro do contexto visado ou simplesmente se interessem por esta temática.

Palavras Chave:

- Cursos de Educação e Formação (CEF)
- Ensino Técnico e Profissional
- Diferenciação Pedagógica

## Abstract

The following dissertation had as its main purpose to study a topic that, nowadays, has to do with a schooling alternative. It intends to be of great efficiency in the inclusion of pupils whose learning process was not as successful as desired, the Educational and Formation Courses.

These courses are regulated by the joint bill n.º279/2002, of the 12 of April, Educational and Formation Courses (EFC). These courses constitute an alternative way for students whose profile does not fit in the regular educational system, so that they can fulfill a schooling process which allows their inclusion in the working life or proceed with their higher education.

Our investigation is based upon a study case of two classes from a school of the Lisbon area. These classes belong to two Educational and Formation Courses, both of them differ in the professional areas as well as the type of its students. It was our intention to use the greatest number of research tools, applied to the greatest number of contributors in all the educative process analyzed, in order to confer to this investigation the greatest degree of reliability.

In this way, a series of conclusions were achieved, that given the inherent limitations of a study with these characteristics, did not allow us to make relative generalizations over this matter. Therefore, this study will be used merely as document for reflection to all those that work in this topic area or simply those who are interested in this subject matter.

# Índice

Agradecimentos .....	I
Resumo da Dissertação .....	II
Abstract .....	III
Índice.....	IV
Tábua de Siglas e Abreviaturas .....	XIV
Introdução .....	1
Parte I - Contextualização teórica da temática em estudo .....	5
1.º Capítulo - A Escola como Organização Complexa .....	5
1.1. As Imagens organizacionais da Escola.....	5
1.1.1. A escola como empresa .....	7
1.1.2. A escola como burocracia.....	10
1.1.3. A escola como <i>democracia</i> .....	11
1.1.4. A escola como <i>arena política</i> .....	13
1.1.5. A escola como <i>cultura</i> .....	16
1.1.6. A autonomia da Escola, da “autonomia decretada” à “autonomia construída” .....	19
1.1.7. School Based Management e o Movimento de Escolas Eficazes 23	
1.1.8. As Culturas da comunidade docente. ....	27
1.1.9. Críticas à colegialidade.....	29
1.1.10. A génese das culturas de colaboração .....	30
2.º Capítulo - A Escola e a sua componente pedagógica .....	33
2.1. Princípios da Formação de Professores .....	33
2.1.1. Orientações Conceptuais na Formação de Professores.....	36
2.1.2. Orientação Académica.....	37
2.1.3. Orientação Tecnológica .....	37
2.1.4. Orientação Personalista.....	38
2.2. A Capacitação dos Alunos .....	39
2.2.1. Medidas de Combate ao Insucesso Escolar.....	39
2.2.2. Os Modelos de Ensino.....	42
2.2.3. Modelos de processamento de informação .....	43
2.2.4. Modelos pessoais .....	44

2.2.5.	Modelos de interacção social.....	45
2.2.6.	Modelos Comportamentais .....	46
2.2.7.	O Modelo não Directivo. ....	47
2.3.	A Teoria das Inteligências Múltiplas.....	50
2.3.1.	O direito á Diferenciação Pedagógica - uma análise a nível meso 50	
2.3.2.	Síntese da Teoria das Inteligências Múltiplas.....	51
2.3.3.	A Inteligência Linguística .....	52
2.3.4.	A Inteligência Musical .....	53
2.3.5.	A Inteligência Lógico-Matemática .....	53
2.3.6.	A Inteligência Espacial.....	53
2.3.7.	A Inteligência Corporal-Cinestésica .....	54
2.3.8.	A Inteligência Interpessoal.....	54
2.3.9.	A Inteligência Intrapessoal.....	54
2.3.10.	As implicações educacionais da Teoria das Inteligências Múltiplas 55	
3.º	Capítulo - A Escola e a relação com o Meio .....	57
3.1.	A relação da Escola com a Comunidade .....	57
3.1.1.	Parcerias e Partenariado .....	57
3.1.2.	Origens e desenvolvimento do partenariado na política nacional	57
3.1.3.	Âmbito e forma dos Partenariados na actualidade .....	63
3.1.4.	O partenariado como princípio de acção no Sistema Educativo Português (considerações do investigador) .....	67
3.2.	As relações Escola / Família .....	68
3.2.1.	A diversidade Cultural nas escolas de hoje .....	69
3.2.2.	O Papel do Director de Turma .....	70
3.2.3.	A participação dos Encarregados de Educação na vida escolar dos seus educandos .....	72
3.2.4.	Envolvimento dos Encarregados de Educação em actividades de aprendizagem .....	73
3.2.5.	Participação na tomada de decisões .....	73
3.2.6.	O auxílio das escolas às famílias.....	74
3.2.7.	A comunicação escola-família e família-escola .....	74
4.º	Capítulo - A Escola e a Formação Tecnológica e Profissional.....	76

4.1.	O ensino técnico e profissional. ....	76
4.1.1.	Os primórdios do ensino técnico e profissional em Portugal. ....	76
4.1.2.	A Aula de Comércio .....	78
4.1.3.	A Casa Pia .....	79
4.1.4.	A expansão da Economia .....	80
4.1.5.	O Ensino Técnico durante a I República.....	85
4.1.6.	O “Estado Novo” e o Ensino Técnico e Profissional .....	88
4.1.7.	O Ensino técnico do pós-guerra.....	91
4.1.8.	De Veiga Simão à Revolução de Abril .....	96
4.1.9.	A unificação curricular do Ensino Secundário.....	97
4.2.	Enquadramento legal dos Cursos de Educação Formação.....	99
4.2.1.	Descrição dos Cursos de Educação e Formação .....	102
4.2.2.	Assiduidade .....	103
4.2.3.	Avaliação .....	103
Parte II.....		105
5.º	Capítulo - Metodologia da investigação .....	105
5.1.	Identificação da problemática do estudo.....	105
5.1.1.	Pergunta de partida .....	106
5.1.2.	Design da investigação. Justificação do método utilizado. ....	107
5.2.	Técnicas utilizadas na recolha de dados .....	108
5.2.1.	Os inquéritos por entrevista .....	109
5.2.2.	Descrição do ambiente em que decorreram as entrevistas: ....	109
5.2.3.	Os inquéritos por questionário aplicados a Docentes e a Encarregados de Educação.....	111
5.2.4.	Os inquéritos por questionário aplicados a Alunos .....	113
5.2.5.	Análise documental efectuada a actas de Conselho de Turma	113
5.2.6.	Análise de documentação disponibilizada .....	114
5.2.7.	Observação naturalista de aulas, actividades e Conselhos de Turma	114
5.3.	Instrumentos de levantamento de dados: entrevistas, questionários e pesquisa documental. ....	115
5.3.1.	O inquérito por entrevista ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz .....	115

5.3.2. O inquérito por entrevista aos Coordenadores dos Cursos de Educação Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica .....	116
5.3.3. O inquérito por entrevista aos Directores de Turma dos Cursos de Educação Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica .....	118
5.3.4. Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica .....	120
5.3.5. Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos Encarregados de Educação dos alunos dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica .....	123
5.3.6. Observações naturalistas de aulas, actividades e Conselhos de Turma de ambos os cursos em estudo.....	125
5.4. Técnicas de análise de dados.....	126
5.4.1. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito por entrevista aplicado ao Presidente do Conselho Executivo (Anexo 22 a 25)	126
5.4.2. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito por entrevista aplicado aos Coordenadores de Curso (Anexo 27 a 30).....	127
5.4.3. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito por entrevista aplicado aos Directores de Turma (Anexo 33 a 36) .....	128
5.4.4. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica (Anexo 38 a 42) .....	129
5.4.5. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos Encarregados de Educação dos alunos dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica (Anexo 43 a 45) .....	130
5.4.6. Análise do Inquérito de Questão Aberta, aplicado aos alunos do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica (Anexo 46 a 51) .....	131
5.5. Contexto da investigação.....	132

5.5.1. Descrição da Escola Secundária Maria da Luz.....	132
5.5.2. Descrição do meio onde a Escola Secundária Maria da Luz se insere. ....	134
5.5.3. Abordagem à Carta Educativa do Município onde a Escola Secundária Maria da Luz está inserida. ....	135
5.6. Análise e comentário de dados.....	137
5.6.1. Análise de documentação disponibilizada. ....	137
Análise do percurso dos alunos que frequentam ou frequentaram cursos em estudo. ....	138
Recursos necessários para a abertura e manutenção dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliares de Acção Educativa e de Técnicos de Electrónica. ....	143
Forma e critérios de seriação de alunos a integrar os CEF na Escola Secundária Maria da Luz. ....	144
5.6.2. Análise e comentário das entrevistas .....	146
Análise e comentário das entrevistas aos Coordenadores de Curso.....	151
Análise e comentário das entrevistas aos Directores de Turma .....	165
5.6.3. Análise e comentário dos inquéritos .....	175
Análise e comentário do inquérito aos docentes.....	175
Análise e comentário do inquérito aos Encarregados de Educação.....	183
5.6.4. Análise e comentário ao inquérito aplicado aos alunos .....	187
5.6.5. Análise documental e comentário das actas de Conselho de Turma realizadas no ano lectivo de 2006 / 2007 .....	195
5.6.6. Análise e comentário das observações naturalistas de aulas, actividades e Conselhos de Turma de ambos os cursos em estudo .....	206
Parte III.....	218
6.º Capítulo - Conclusões.....	218
6.1. Recomendações .....	238
Bibliografia.....	240
ANEXOS .....	i
Anexo I .....	ii
-Anexo 1 - Guião de entrevista ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz .....	iii
-Anexo 2 - Guião de entrevista aos Coordenadores de Curso .....	v



-Anexo 3 - Guião de entrevista aos Directores de Turma .....	viii
-Anexo 4- Inquérito por questionário aos Docentes .....	xi
-Anexo 5 - Inquérito por questionário aos Encarregados de Educação .....	xvi
-Anexo 4 A- Pré-teste de inquérito por questionário aos Docentes.....	xix
-Anexo 5 A- Pré-teste de inquérito por questionário aos Encarregados de Educação .....	xxiv
-Anexo 6 - Inquérito de questão aberta aos alunos.....	xxvii
Anexo II .....	xxix
-Anexo 7 – Actas de reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa .....	xxx
-Anexo 8 – Actas de reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica .....	xlv
Anexo III .....	lxxvii
-Anexo 9 – Relatório de observação naturalista de sala de aula – CEF Auxiliar de Acção Educativa nº.1 .....	lxxviii
-Anexo 10 – Relatório de observação naturalista de sala de aula – CEF Auxiliar de Acção Educativa nº.2 .....	lxxx
-Anexo 11 – Relatório de observação naturalista de actividade – CEF Auxiliar de Acção Educativa nº.3 .....	lxxxii
-Anexo 12 – Relatório de observação naturalista de Conselho de Turma – CEF Auxiliar de Acção Educativa .....	lxxxiii
-Anexo 13 – Relatório de observação naturalista de sala de aula – CEF Técnico de Electrónica nº.1 .....	lxxxiv
-Anexo 14 – Relatório de observação naturalista de sala de aula – CEF Técnico de Electrónica .....	lxxxv
-Anexo 15 – Relatório de observação naturalista de Conselho de Turma – CEF Técnico de Electrónica .....	lxxxvii
Anexo IV .....	lxxxix
-Anexo 16 - Grelha de objectivos da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo.....	xc
-Anexo 17 - Grelha de objectivos da entrevista aos Coordenadores de Curso	xcii
-Anexo 18 - Grelha de objectivos da entrevista aos Directores de Turma .....	xciii
-Anexo 19 - Grelha de objectivos do questionário aos Docentes .....	xcv

-Anexo 20 - Grelha de objectivos do questionário aos Encarregados de Educação .....	xcvii
Anexo V.....	xcix
-Anexo 21 – Transcrição da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo ..	c
-Anexo 26 - Transcrição da entrevista ao Coordenador do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa .....	cvi
-Anexo 31 - Transcrição da entrevista ao Coordenador do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica .....	cxiii
-Anexo 32 - Transcrição da entrevista ao Director de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa .....	cxviii
-Anexo 37 - Transcrição da entrevista ao Director de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica .....	cxxi
Anexo VI.....	cxxiv
-Anexo 22 – Tabela de análise da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo C1 .....	cxxv
-Anexo 23 – Tabela de análise da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo C2 .....	cxxvi
-Anexo 24 – Tabela de análise da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo C3 .....	cxxvii
-Anexo 25 – Tabela de análise da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo C4 .....	cxxviii
-Anexo 27 - Tabela de análise da entrevista aos Coordenadores do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C1 .....	cxxix
-Anexo 28 - Tabela de análise da entrevista aos Coordenadores do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C2.....	cxxxi
-Anexo 29 - Tabela de análise da entrevista aos Coordenadores do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C3.....	cxli
-Anexo 30 - Tabela de análise da entrevista aos Coordenadores do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C4.....	cxlii

-Anexo 33 - Tabela de análise da entrevista ao Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C1 .....	cxxxiii
-Anexo 34 - Tabela de análise da entrevista ao Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C2 .....	cxxxiv
-Anexo 35 - Tabela de análise da entrevista ao Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C3 .....	cxxxv
-Anexo 36 - Tabela de análise da entrevista ao Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C4 .....	cxxxvi
-Anexo 38 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C1 .....	cxxxvii
-Anexo 39 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C2 .....	cxxxviii
-Anexo 40 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C3 .....	cxxxix
-Anexo 41 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C4 .....	cxl
-Anexo 42 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C5 .....	cxli
-Anexo 43 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Encarregados de Educação C1 .....	cxlii
-Anexo 44 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Encarregados de Educação C2 .....	cxliii
-Anexo 45 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Encarregados de Educação C3 .....	cxliv

-Anexo 46 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C1 .....	cxlv
-Anexo 47 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C2 .....	cxlvi
-Anexo 48 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C3 .....	cxlvii
-Anexo 49 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C1 .....	cxlviii
-Anexo 50 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C2.....	cxlix
-Anexo 51 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C3.....	cl
-Anexo 52 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C1 .....	cli
-Anexo 55 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C2 .....	clvi
-Anexo 57 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C3 .....	clviii
-Anexo 54 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C4 .....	clxi
-Anexo 53 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C5 .....	clxii
-Anexo 56 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C6 .....	clxiii
-Anexo 58 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C1 .....	clxiv
-Anexo 61 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C2 .....	clxvii
-Anexo 60 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C3 .....	clxix
-Anexo 59 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C4 .....	clxxii
-Anexo 62 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C5 .....	clxxiii

-Anexo 63 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C6 .....	clxxiv
---	--------

## Tábua de Siglas e Abreviaturas

ATL	Actividades de Tempos Livres
CS	Centro de Saúde
CE	Conselho Executivo
CT	Conselho de Turma
CEF	Cursos de Educação e Formação
CRE	Centro de Recursos Educativos
DGEP	Direcção Geral do Ensino Permanente
DGFV	Direcção Geral de Formação Vocacional
DGIDC	Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular
ECAE	Equipa de Coordenação aos Apoios Educativos
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
LBSE	Lei de Bases do Sistema de Ensino
ME	Ministério da Educação
MSST	Ministério da Segurança Social e Trabalho
PAA	Plano Anual de Actividades
PAF	Prova de Aptidão Final
PCE	Plano Curricular de Escola
PEE	Projecto Educativo de Escola
PCT	Projecto Curricular de Turma
PRODEP	Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal
SPO	Serviço de Psicologia e Orientação

## Introdução

A escola como organização, propõe-se formar cidadãos aptos para a vida na sociedade actual. Sempre que a sociedade muda, a escola tende a mudar, adequando-se às novas demandas. Será desejavelmente uma organização flexível e adaptativa que se molda ao meio que a rodeia.

É numa perspectiva de inclusão, tendo em vista a atenuação das taxas de insucesso escolar, que a escola propõe uma via de ensino adequada a um perfil de um tipo de aluno específico, que no ensino regular dificilmente adquiriria as competências básicas previstas na Lei de Bases do Sistema de Ensino (LBSE), Lei nº46/86 de 14 de Outubro: os Cursos de Educação e Formação.

Regulamentados pelo despacho conjunto n.º279/2002, de 12 de Abril, os Cursos de Educação e Formação (CEF), proporcionam a jovens em risco de abandono escolar precoce ou a jovens que tendo interrompido o seu percurso académico se sintam motivados a regressar à escola, uma qualificação académica equivalente à conferida pelo ensino regular, e em simultâneo, uma qualificação profissional. Os Cursos de Educação e Formação, promovem a conclusão do segundo e terceiro ciclo de ensino, possibilitando uma qualificação de nível um ou dois e equivalência ao sexto ou nono ano de escolaridade. Perspectivando a ampliação do período de escolaridade obrigatória de nove para doze anos, este despacho já prevê a implementação nas escolas de cursos com equivalência ao décimo segundo ano, ou seja de tipologia cinco ou seis, conferindo uma qualificação de nível três.

O carácter simbólico da escola é focado ao longo de todo este estudo; as crenças, os ritos, as culturas dos professores, as inter relações estabelecidas entre os vários actores educativos e as representações que estes têm destes cursos, observados durante o decurso desta investigação, estão patentes ao longo de toda esta dissertação. Estes factores representam o fio condutor de

todo um trabalho realizado por alunos, professores, encarregados de educação, funcionários e comunidade local.

Este estudo foi estruturado em três partes, contendo a primeira, toda a base teórica que sustenta esta investigação, a segunda, toda a investigação efectuada no contexto de uma escola em particular e a terceira, as conclusões extraídas da investigação efectuada.

Relativamente à primeira parte, subdivide-se em quatro capítulos, cada um abordando a escola segundo uma perspectiva própria. Foi nossa preocupação descrever a escola segundo quatro pontos de vista que consideramos fundamentais para o aprofundamento da nossa investigação: a Escola como Organização Complexa, a Escola e a sua componente pedagógica, a Escola e a relação com o Meio e a Escola e a Formação Tecnológica e Profissional.

O primeiro capítulo teve como base a obra de Adelino da Costa, *Imagens Organizacionais da Escola*, em que o autor observando a escola segundo vários pontos de vista a caracteriza e designa utilizando as metáforas de escola como *empresa*, *burocracia*, *democracia*, *arena política*, *anarquia* e como *cultura*.

Seguiu-se uma abordagem às questões da autonomia dos estabelecimentos de ensino baseado na obra de João Barroso, *Autonomia e Gestão das escolas*, dando especial atenção aos sete princípios para a autonomia das escolas, por ele referidos. Foi focado o conceito de School Based Management, sobre as políticas de gestão educacional de alguns países anglo-saxónicos, bem como reflectimos sobre o surgimento do Movimento de Escolas Eficazes.

As relações entre professores, e a sua forma de trabalhar e de encarar a vida da escola, foi relatada neste levantamento teórico através da obra de Andy Hargreaves, *Professores em Tempos de Mudança*. Os vários tipos de *colegialidade*, vantagens e inconvenientes, foram aqui focados, dado o facto dos professores que leccionam em cursos semelhantes aos observados nesta investigação, trabalharem intensamente em conjunto.



No segundo capítulo, foi nossa intenção observar a acção pedagógica da escola, tanto para com os seus alunos como para quem nela trabalha. Foi dada relevância à problemática da formação de professores dada a grande especificidade e exigência dos Cursos de Educação e Formação, tanto no campo científico como pedagógico. A obra em que suportámos esta temática foi a *Formação de Professores, Para uma mudança educativa*, do autor espanhol Carlos Marcelo Garcia (1999).

Tendo sido a nossa investigação baseada no percurso escolar de duas turmas pertencentes a Cursos de Educação e Formação completamente distintos, cuja generalidade dos seus alunos assumiam já uma identificação com o curso que frequentavam, consideramos pertinente dedicar um capítulo à temática da capacitação dos alunos, abordando questões de índole pedagógica e de desenvolvimento pessoal dos alunos. Assim, decidimos iniciar esta nossa abordagem, tendo como referência a obra *Educação Hoje, ensinar a aprender a pensar*, da autora Maria Helena Salema (1997), obra esta fruto de uma investigação baseada num programa de intervenção de combate ao insucesso escolar, visando alunos com baixo rendimento escolar, concebido com o intuito de desenvolver nestes, competências do *pensar de ordem superior*, indispensáveis para a realização das tarefas escolares e potencializadoras das suas aprendizagem e desenvolvimento intelectual. Segue-se uma resenha da obra *Models of Teaching*, dos autores Bruce Joyce e Marsha Weil (1985), que compilaram estudos de vários investigadores que se dedicaram à sistematização de modelos de ensino. Para finalizar este capítulo focaremos o conceito de Inteligências Múltiplas, desenvolvido por Howard Gardner (1994) e (1995), por via das suas obras *Estruturas da Mente*, *A Teoria das Inteligências Múltiplas*, e *Inteligências Múltiplas, A teoria na Prática*.

Tendo em consideração que a escola estabelece relações de interacção com instituições exteriores a esta, por vezes indispensáveis como suporte da estruturação e realização de eventos constantes no seu plano curricular e no plano anual de actividades, decidimos fazer num terceiro capítulo uma aproximação à temática do partenariado, segundo a obra *Parcerias e*

*Partenariado, Amigos, amigos, negócios à parte* dos autores Fernanda Rodrigues e Stephen Stoer (1998).

Para finalizar esta temática analisámos as questões de relação entre a escola e as famílias, que formas de comunicação, contributo da escola para a melhoria das funções da paternidade dos encarregados de educação e quais as formas de intervenção destes na gestão da escola.

O quarto capítulo foi dedicado ao tema da formação tecnológica e profissional, tendo sido realizada uma resenha histórica do ensino técnico profissional, desde o século XVII até aos anos oitenta do século XX, contextualizando este tipo de ensino nas conjunturas socio-económicas e políticas de cada época.

Para finalizar este capítulo, procedeu-se ao levantamento do enquadramento legal que rege os Cursos de Educação e Formação.

Na segunda parte, explana-se toda a metodologia utilizada, relatam-se todos os momentos em que estivemos em contacto directo com a realidade desta escola e expõem-se todos os resultados obtidos pela aplicação dos vários instrumentos de investigação.

Por último, são expostas todas as conclusões a que chegámos, sendo este um documento de reflexão sobre este tema tão emergente como é a problemática do contributo dos Cursos de Educação e Formação para o sucesso dos alunos e das escolas que os ministram.

## Parte I - Contextualização teórica da temática em estudo

### **1.º Capítulo - A Escola como Organização Complexa**

#### **1.1. As Imagens organizacionais da Escola**

A escola como organização é composta por um determinado número de organismos que interagem e dependem entre si. É uma estrutura complexa que reage a um sem número de variáveis internas e externas. Com objectivos determinados, a escola evolui muito por via dos normativos que a regem. Deste modo, a escola integra na sua essência organizacional os cinco elementos apontados por Muños e Roman (1989: 41-46):

- Composição: Indivíduos e grupos interrelacionados; da escola fazem parte todos os profissionais que nela laboram, sejam eles os professores, funcionários, técnicos administrativos, bem como todos aquelas pessoas, individuais ou colectivas, que indirectamente fazem parte da vida da escola, tais como as associações de Pais, juntas de Freguesia, Autarquias, entre outras organizações estatais ou particulares. Os alunos encontram-se posicionados na organização escola como sendo os clientes finais desta, alguém a quem se destina todo um trabalho realizado por todos os intervenientes acima descritos.

- Orientação para objectivos e fins; a escola propõe através dos seus regulamentos, projectos educativos, planos curriculares, planos anuais de actividades, projectos curriculares de turma, entre outros documentos, objectivos e intenções a que se compromete cumprir. A consecução de objectivos propostos não é uma questão imperativa da escola, mas constitui parte da micro gestão das turmas levada a cabo pelos Directores de Turma e professores, bem como da meso gestão dos estabelecimentos de ensino realizada pelos órgãos de gestão.

- Diferenciação de funções; a cada um cabe uma função ou conjunto de funções. As funções atribuídas a cada interveniente estão rigorosamente definidas e regulamentadas.

- Coordenação racional intencional; A coordenação do estabelecimento de ensino é realizada pelos seus órgãos deliberativos e executivos, ou sejam o Conselho Executivo, Assembleia de Escola, Conselho Pedagógico. A coordenação de departamentos, áreas disciplinares, directores de turma é um trabalho contínuo integrado na gestão pedagógica da escola, operacionalizado através de um calendário anual de reuniões.

- Continuidade através do tempo; toda a gestão e laboração da escola é efectuada ciclicamente, em quase todos os casos anualmente. A gestão pedagógica das turmas é efectuada normalmente tendo em conta a duração do ciclo de ensino a que pertencem, pois a estabilidade docente dos Conselhos de turma e a constituição das turmas assim o permite. Também a elaboração dos Projectos Educativos de Escola, Planos Curriculares e de Actividades, obedecem a um período de tempo em que se encontram em vigor. Estes documentos em que a escola expressa as suas intenções, constituem um elemento importante na gestão da escola.

Como organização multifacetada, a escola aplica conforme os contextos, modelos de gestão diferenciados, quer seja ao nível das direcções de turma, coordenações de departamentos disciplinares ou do estabelecimento de ensino na sua totalidade. Assim, segundo Costa, (1996) citando os autores abaixo mencionados, considera que a escola poderá ser observada segundo seis pontos de vista, designados aqui por *imagens organizacionais da Escola*, sendo estas as seguintes:

- a escola como *empresa*;
- a escola como *burocracia*;
- a escola como *democracia*;
- a escola como *arena política*;
- a escola como *anarquia*;
- a escola como *cultura*.

As metáforas aqui retratadas servem para que o interlocutor melhor compreenda a escola quanto ao seu funcionamento como organização, num palco onde se movem os vários actores educativos, encarnando papéis mais ou menos definidos, exercendo poderes formal ou informalmente atribuídos e com interesses que por vezes os faz entrar em rota de colisão, gerando inevitáveis conflitos. Este sistema de acções e reacções é gerador de dinamismo, sendo parte da força motriz do decorrer do trabalho das escolas.

### **1.1.1. A escola como empresa**

A perspectiva empresarial da escola aqui descrita, não é mais que uma interpretação parcial da organização escola, tal como todas as outras imagens organizacionais. É porém uma via para melhor entender a escola e o seu funcionamento. Desprovida de qualquer sentimento humanista, sentimento este que constitui um ingrediente fundamental para o desempenho das funções de docente, esta imagem organizacional é servida fria, ilustrando uma das muitas facetas da administração escolar.

Fundamentada nos *Princípios da Administração Científica*, sistematizada por Taylor, a visão da escola como empresa assenta em sete princípios. Note-se que estes princípios se revelam numa concepção organizacional *economicista* e *mecanicista*, correndo-se o risco de se fazer uma representação da escola demasiado redutora. Assim, a escola gozará das seguintes características:

- A escola possui uma estrutura organizacional hierárquica formalmente instituída, com base na *unidade de comando*;
- são atribuídos a todos os intervenientes cargos precisamente definidos, visando uma correcta e precisa divisão do trabalho, conforme a especialização de cada um;
- a eficiência de toda a máquina produtiva é uma prioridade na gestão da organização, gerando-se estratégias para elevar os resultados ao menor custo;

- os objectivos a atingir são previamente determinados;
- é estudada uma melhor maneira para realizar cada tarefa (*one best way*) e consequente padronização.
- existe o estabelecimento na organização de processos, tecnologias, métodos, espaços e de tempos uniformizados e por todos adoptados.
- há a primazia pelo trabalho individualizado, em detrimento do trabalho de grupo. A definição das funções e espaço de cada um é algo que assume uma importância fulcral.

Mais tarde, as teorias de Taylor serão aprofundadas por Fayol, que estabelece a *Teoria Clássica da Administração*, adendendo novos factores, considerando algumas das motivações do trabalhador, tais como a renumeração, a estabilidade do pessoal, a iniciativa e a união do pessoal.

Assim, observando a escola à luz desta imagem organizacional, constatamos que inevitavelmente se verificam reais transposições entre a realidade gestonária da escola e este conjunto de princípios. A definição clara de toda uma estrutura hierárquica em que órgãos colegiais executivos, órgãos deliberativos, coordenações, departamentos, órgãos administrativos, chefias de funcionários, trabalhando em consequência de ordens directas emanadas por organismos hierarquicamente superiores, constitui prova de que a escola funciona como sendo uma empresa.

Também a nível pedagógico a escola poderá ser vista através da lente Talorysta. De facto, verifica-se o seguinte:

- Os currículos são uniformizados;
- o professor assume uma posição de emissor capaz de chegar a todos os seus alunos da mesma forma. O professor repete o mesmo discurso, usando os mesmos métodos, de turma para turma;
- os alunos são agrupados em turmas, aproximadamente com o mesmo número de alunos;
- o professor cumpre a sua função moldando os alunos conforme o previamente estabelecido, dentro dos tempos previstos, enviando-os para outro professor, gerando um circuito de produção em série. O circuito é retomado pelo professor, recebendo outros alunos, conforme a primeira forma.
- os recursos são contidos, existe pouca diversidade de meios e matérias didácticos;
- é estabelecida uma ordem de ocupação de espaços directamente relacionada com os tempos estipulados para cada aula. As aulas são geridas ao minuto, os horários são rígidos, observando-se um fluxo periódico entre aulas e tempos de recreio e refeições.
- a avaliação do aprendido pelos alunos é geralmente realizada através de testes aplicados no final de cada unidade didáctica, ou por exames finais, regra geral iguais para todos;
- a disciplina é mantida de forma artificial pelo professor, não sendo algo que parte de uma motivação intrínseca dos alunos, a disciplina decorre do cumprimento de normas instituídas;

A nível organizacional e administrativo, a gestão escola é centrada na pessoa do director ou órgão colegial executivo, responsável pelo cumprimento de normas e disposições internas, bem como directivas emanadas pela tutela. Relativamente a colaborações externas, a escola mantém uma postura de auto-suficiência, dispensado frequentemente a participação da comunidade e dos encarregados de educação na sua gestão.

Em sequência natural desta imagem organizacional, apresentamos de seguida a escola como *burocracia*.

### 1.1.2. A escola como burocracia

Foi a partir dos estudos realizados por Max Weber que vários autores teorizaram a respeito da burocracia como princípio organizacional. A burocracia é aplicada como consequência da implementação da democracia, com o intuito de servir as massas de forma equitativa perante a lei e impessoal. A fobia ao privilégio e o tratamento generalista dos casos particulares são características inabaláveis de um estado burocrático. Tendo como finalidade atingir a sua máxima eficácia, a organização burocrática assenta em princípios inflexíveis e insubstituíveis, ou seja:

- a organização encontra-se submetida a normas e regulamentos que determinam toda a divisão do trabalho;
- é estabelecida uma estrutura hierárquica de autoridade, sendo do conhecimento de todos toda uma escala de poder e de subordinação;
- todas as operações são registadas e arquivadas;
- cada cargo ou função é atribuído a quem possui especialização para o desempenhar. A formação é um factor imprescindível no contexto da organização, sendo considerado uma mais valia para cada interveniente;
- a cada funcionário é solicitada total disponibilidade para desempenho das suas funções e de permanência na organização sempre que esta considere necessário.
- há a recusa de todos e quaisquer favoritismos, privilégios e concessão de favores pessoais.

Deste modo a organização escola reproduz o que o estado pratica e estabelece. Uma escola inserida numa realidade social organizada segundo um princípio organizacional burocrático funciona balizada por um conjunto de regulamentos, normas, e disposições, estabelecidas internamente ou dirigidas a partir da tutela e os seus actores movem-se dependentes destas mesmas. É uma escola sujeita ao *legalismo, uniformidade, impessoalidade, formalismo, centralismo e hierarquia* (Formosinho, 2005), ou seja, uma escola em conflito com a realidade actual, em que é solicitada à escola que seja inclusiva, diferenciada, criativa, dinâmica e adaptativa. Uma escola burocrática



difícilmente terá uma postura pró-activa. A diferenciação pedagógica, o ensino individualizado e a avaliação contínua praticada no seio dos Cursos de Educação e Formação, fruto de uma dinâmica reflexiva, acontecem pouco num ambiente burocrático. Corroborando esta ideia, terminamos explanação desta imagem organizacional com uma citação de Clark e Meloy (1991: 21)

“Estamos certos de uma coisa. Dentro da estrutura burocrática nunca mudaremos para novas escolas, para escolas livres. Esta estrutura foi inventada para assegurar o domínio e o controlo. Nunca produzirá liberdade nem actualização continuada”.

### **1.1.3. A escola como *democracia***

A imagem da escola como democracia será provavelmente aquele que se revela mais patente nas nossas escolas. A democracia como sistema organizacional é fortemente aplicada e fomentada na escola, tanto a nível organizacional como pedagógico. Sendo assim, a escola trabalha segundo um modelo democrático, em que todos têm oportunidade de participar na sua gestão, directa ou indirectamente. Tendo como exemplo a eleição de uma Assembleia de escola ou um Conselho Executivo, tanto professores como funcionários têm direito a voto. No caso da Assembleia de Escola, têm assento professores, funcionários, encarregados de educação, alunos e representantes da autarquia. A escola é uma organização democrática e que oficialmente incute nos alunos um sentido de participação na vida activa da escola, por exemplo elegendo os seus representantes da turma ou a sua associação de estudantes.

Também algumas disciplinas como a Educação Cívica, têm como propósito a divulgação de doutrinas baseadas na tolerância, na multiculturalidade, civismo, ética, para que os alunos passem a ter mais hábitos de civilidade, evitando confrontos desnecessários. Este modelo assume deste modo, caris prescritivo.

No tocante à obra supracitada, passa-se a referir os seis indicadores da escola como organização democrática:

- *Desenvolvimento de processos participativos na tomada de decisões;*

No contexto dos Cursos de Educação e Formação, verifica-se um trabalho intenso dos Conselhos de Turma, no sentido de desenvolverem estratégias conducentes ao desenvolvimento pessoal e sucesso escolar dos seus alunos. Os professores assumem uma postura participativa e planeiam em conjunto o trabalho que irão realizar com as suas turmas. O percurso escolar dos alunos é continuamente seguido pelos Conselhos de Turma, que reúnem periodicamente, discutindo e negociando estratégias, avaliando os seus efeitos e corrigindo eventuais desvios.

- *Utilização de estratégias de decisão colegial, através de consensos partilhados;* O trabalho realizado pelos Conselhos de Turma é baseado na tomada de decisões fruto do acordo muitas vezes unânime de todos os professores. Práticas de negociação entre partes são uma constante, tanto dentro dos Conselhos de Turma como para fora deles; verifica-se frequentemente a celebração de contratos informais entre directores de turma e alunos / encarregados de educação, no sentido de fazer coincidir interesses, de estabelecer direitos e deveres e de perceber que orientação pedagógica adoptar conforme as características dos alunos com quem se trabalha.

- *Valorização de comportamentos informais na organização relativamente à estrutura formal;* Com a intenção de melhorar o aproveitamento e comportamento geral das turmas, observam-se a parceria de duas ou mais disciplinas na execução de uma mesma unidade de trabalho, de modo a percepciona-la de formas diferentes, gerando sentimentos de solidariedade e cooperação. Os tempos e curricula são assim agilizados, de modo a que se atinjam os objectivos previamente definidos.

- *Incremento do estudo do comportamento humano (necessidades, motivação, satisfação, liderança) e defesa de técnicos para a “correção” dos desvios (psicólogos, assistentes sociais, terapeutas comportamentais);* no tocante a

este ponto, organismos como o Serviço de Psicologia e Orientação ou o Centro de Saúde têm um papel preponderante. A elaboração de estudos e interpretação de dados relativos a aproveitamento, comportamento, absentismo ou abandono escolar pelos Conselhos Executivos ou outros organismos escolares, auxilia os professores na compreensão de comportamentos e na elaboração e aplicação de estratégias conducentes à melhoria da eficiência das escolas.

- *Visão harmoniosa e consensual da organização.* A regular actualização do Projecto Educativo de Escola, bem como do Plano Curricular de Escola, permite a divulgação a todos os elementos da comunidade educativa, encarregados de educação e comunidade local, das directrizes e propósitos da escola. De igual modo, a elaboração e a correcta aplicação por parte dos Conselhos de Turma dos Projectos Curriculares de Turma, transmite uma noção de coesão e trabalho concertado entre os professores das várias disciplinas.

- *Desenvolvimento de uma pedagogia personalizada.* Uma das características que distingue as turmas de Cursos de Educação e Formação das do ensino regular, é a sua dimensão. Uma turma com um número mais reduzido de alunos permite que o trabalho autónomo dos professores em contexto de sala de aula, do Conselho de Turma ou do Conselho Executivo, seja estruturado de uma forma mais individualizada, estabelecendo uma relação de cumplicidade entre professores, alunos e suas famílias. Pretende-se deste modo dar um acompanhamento mais personalizado a cada aluno, incrementando o seu desempenho escolar. As tutorias ajudam igualmente a acautelar sentimentos de desmotivação de alunos cujo percurso escolar anterior não foi o mais bem sucedido.

#### **1.1.4. A escola como arena política**

A escola congrega em si um conjunto de indivíduos, categorizados conforme a sua função, posição hierárquica e social, que nem sempre partilham os

mesmos interesses, objectivos ou ideais. É comum assistir-se a situações de confronto entre actores educativos, resultantes de conflitos de interesses ou pelo facto destes conceberem diferentes representações da realidade escolar.

A imagem organizacional da escola como *arena política*, advém do facto da maior parte das movimentações e acções dos intervenientes da escola serem espontâneas e de iniciativa própria. Estas acções, que nem sempre se manifestam pacíficas, resultam frequentemente da vontade dos indivíduos em concorrer a lugares de poder. Esta imagem organizacional é antagónica à imagem da escola como democracia. A procura de consensos e de decisões partilhadas não é de forma alguma uma característica visível desta imagem organizacional.

A escola vista segundo o prisma da metáfora de arena política, revela os seguintes indicadores:

- A escola é um pequeno sistema político, em tudo semelhante a sistemas políticos macro-sociais;
- observa-se no seio da escola a existência de uma grande heterogeneidade de indivíduos, com objectivos, poderes e posições hierárquicas diversas, assumindo na organização escolar papeis de diferente importância e influência.
- a actividade quotidiana da escola decorre das interacções conflituosas entre os vários intervenientes, em permanentes lutas pelo poder;
- os interesses individuais e de grupo, manifestam-se tanto no interior da escola como fora do seu perímetro, influenciando toda a actividade organizacional;
- as decisões são assumidas por intervenientes mais ou menos influentes e investidos de poderes, muito por via de processos de negociação.
- esta imagem organizacional adopta no seu discurso termos como interesses, conflitos, poder e negociação.

Teoricamente esta imagem organizacional assenta em estudos como os de Victor Baldridge, (1989:57-60), que baseou a sua investigação nalgumas universidades, as quais observou segundo a perspectiva política.

Deste modo, Baldrige teoriza, analisando a escola segundo três áreas de investigação diferenciadas:

- Segundo a sociologia representa a escola como sistema social, onde vários grupos interagem, confrontam-se e onde operam processos de dominação (*conflict theory*);
- através da óptica da ciência política, Baldrige observa a distribuição do poder na comunidade escolar e percebe a sua influência nos processos de decisões políticas (*community power studies*);
- finalmente, no âmbito da teoria organizacional, observa o comportamento dos grupos nas organizações, estudos estes realizados em instituições prisionais (*interest group theory*).

Outro investigador tido em conta para a teorização desta imagem organizacional, foi J. G. March, e a sua teoria do “caixote do lixo” (*garbage can*). March, em conjunto com Olsen e Cohen, desenvolvem um conjunto de estudos baseados nos processos de decisão organizacional, recusando as ideias de homogeneidade e racionalidade organizacional clássicas, concluindo que as organizações adoptam processos de comportamento e funcionamento ambíguos e incertos.

As relações que o actor estabelece com a escola representam o ponto fulcral das investigações de Crozier. Este autor considera que os *actores organizacionais*, gozam de uma determinada margem de autonomia para tomar as suas próprias decisões, exercerem o poder que lhes é atribuído e influenciarem e moldarem o meio de modo a atingirem os seus objectivos. Segundo o autor, são destes jogos de poder, influência e acção, que resultam todas as acções colectivas e dinâmicas organizacionais. Michel Crozier, (1963:177), refuta a ideia simplista e de linearidade organizacional da teoria clássica das organizações. Citando, “La théorie rationaliste classique de l’organisation scientifique prétendait en fait ignorer complètement le problème. Le modele mécaniste du comportement humain sur lequel elle reposait, excluait les relations complexes et ambiguës qui se développent autour des relations de pouvoir.”

Bacharach, outro investigador mencionado na fundamentação teórica desta imagem organizacional, (Costa, 1996:77) é destacado por conceber a teoria de modelo político das organizações em sentido contrário das perspectivas da *análise estruturalista*, cuja fonte foi o modelo burocrático Weberiano, muito adoptado em estudos realizados nas décadas de sessenta e setenta. Bacharach rejeita a visão harmoniosa e unificada das organizações, considerando que as perspectivas estruturalistas e outras semelhantes, restringem o leque de investigação e estudo das organizações, em especial das escolas.

Todos estes autores são unânimes ao conceber as organizações como sistemas micropolíticos complexos, cujas interacções e relações entre os actores são frequentemente conflituosas, pois a cada um se atribui o direito de agir autonomamente com o intuito de consecução dos seus objectivos.

#### **1.1.5. A escola como cultura**

A imagem organizacional de escola como cultura provém do contexto de análise da realidade empresarial, observada durante os primeiros anos da década de oitenta do século vinte. O interesse que levou alguns estudiosos a investigar a razão do sucesso das empresas japonesas, conduziu-os à conclusão de que muito se deve às suas características próprias, sobretudo do seu carácter simbólico, ou seja da sua cultura. Esta imagem organizacional transposta para a escola, revela-se como sendo a imagem que mais utilizada ao nível da investigação das ciências da educação. A visão da escola como cultura encerra em si os seguintes aspectos:

- Da mesma forma que cada organização é diferente das demais, cada escola é diferente das outras escolas, bem como das outras organizações;
- cada escola possui as suas crenças, valores, heróis, linguagem, rituais e cerimónias próprias, em resumo a sua cultura;
- a eficiência e sucesso de uma escola, depende se esta possui uma cultura forte, se no seu contexto existem *valores partilhados* pelos seus actores;

-investigações realizadas em contexto escolar, elaboradas por defensores desta perspectiva, baseiam-se em metodologias qualitativas, focando aspectos subjectivos do seu funcionamento.

-o gestor não deverá limitar a sua actuação somente ao nível da estrutura e dos processos racionais de gestão, mas deverá tomar o conjunto dos processos simbólicos da organização como um factor importante para a consecução de objectivos. A cultura da organização pode ser utilizada na gestão e alterada ao longo da vida da organização.

### **A cultura como imagem organizacional: primeiras investigações**

Os Investigadores norte-americanos Pascale e Athos (1984), comparando as realidades empresariais japonesas e americanas, depressa compreenderam que o sucesso das primeiras se devia à sua cultura organizacional. As duas realidades tinham em comum a sua forma de abordar a gestão ao nível da estratégia, estrutura e dos sistemas (strategy, struture, system) mas no caso japonês a atenção era redobrada em aspectos menos visíveis como o savoir-faire, o estilo e o quadro de pessoal (skills, style, staff).

Ouchi (1982), elabora a Teoria Z, alternativa à Teoria X e Y de McGregor, onde compila as melhores estratégias empresariais aplicadas nas empresas japonesas, e que consistia na valorização dos seus recursos humanos, fomentando o seu bem estar e integração laboral, na implementação de uma “atmosfera de clã”, criando uma cultura empresarial própria.

Na opinião de Ouchi, uma empresa Z possui a sua própria cultura que é transmitida e cultivada pelos seus colaboradores ao longo de várias gerações. Esta cultura compreende valores como por exemplo a agressividade, a vivacidade ou a subtilidade, presentes tanto nas acções e opiniões de dos seus intervenientes como decalcados nos próprios produtos. A estabilidade laboral garantida e as boas relações estabelecidas entre os actores, são factores estratégicos para se realizar uma gestão Z.

Na mesma linha de pensamento dos autores anteriormente referidos, situam-se Terrence Deal e Allen Kennedy, autores da obra *Corporate Cultures* e Thomas Peters e Robert Waterman, autores de *In Search of Excellence*.

Na primeira obra, os autores corroboram as ideias anteriormente explanadas, portanto consideram que o sucesso das empresas se deve principalmente à existência de uma *cultura forte*. A partilha por parte de todos aqueles que pertencem à organização dos mesmos elementos simbólicos (valores, mitos, heróis, entre outros), constitui algo a que os autores designam por *Corporate Cultures*. Os autores acrescentam que as grandes empresas defensoras deste tipo de gestão (*gestão do simbólico*), possuem no topo da sua hierarquia, gestores ou fundadores (*heróis*), que criam, moldam e gerem a cultura da sua organização, pois consideram “a cultura uma variável susceptível de intervenção” (Costa, 2003:112).

A segunda obra mencionada, *In Search of Excellence*, resultou de uma investigação efectuada com base em 62 empresas norte-americanas, caracterizadas como “excelentes ou “inovadoras” cuja pretensão foi aferir quais as qualidades que estas detinham que lhes proporcionava tal êxito. Deste modo os autores concluíram que as ditas empresas se caracterizavam por preconizar o seguinte:

- Inclinação para a acção;
- proximidade com o cliente;
- autonomia e espírito de empresa;
- produtividade pelas pessoas;
- criação de valores;
- permanência no ramo que se domina;
- formas simples e equipas pequenas de administração;
- propriedades simultaneamente apertadas e flexíveis.

Esta interpretação controversa e simultaneamente inovadora da realidade das empresas excelentes, colidente com os cânones racionalistas da gestão organizacional, refere que as empresas que preconizam a *gestão do simbólico*, lidam facilmente com a ambiguidade dos contextos organizacionais, assumindo



uma postura natural de flexibilidade e adaptabilidade às constantes mudanças ambientais, contudo, conseguindo transmitir uma imagem de solidez organizacional, devido sobretudo à adoção incondicional de valores partilhados pelos seus membros.

#### **1.1.6. A autonomia da Escola, da “autonomia decretada” à “autonomia construída”**

O conceito de autonomia, segundo Barroso (1997:18), surge no contexto da escola portuguesa em diversas ocasiões, nomeadamente em 1905 através do Decreto de 29 de Agosto, em que eram transferidas para os liceus verbas para manutenção de edifícios e aquisição de material. Mais tarde, no ano de 1914, é consignado no Decreto de 6 de Maio a autonomia para escola administrar a dotação que lhe era anualmente atribuída.

Mais recentemente, e associado ao *“programa de reforço da autonomia das escolas”*, decorrente da aplicação do despacho ministerial nº. 130/ME/96 é proporcionado à escola uma nova filosofia de trabalho e uma nova posição perante a comunidade. Neste contexto, a autonomia da escola passa a assentar sobre sete princípios, os quais passamos a descrever, (Barroso, 1997:29):

1º Princípio: “O reforço da autonomia da escola não pode ser definido de um modo isolado, sem ter em conta outras dimensões complementares de um processo global de territorialização das políticas educativas.”

Deste modo, a comunidade local estará comprometida no quotidiano das escolas. O processo de transferência de competências para as escolas será apoiado por autarquias e pela administração central quanto a planeamento assessoria e avaliação.

A alocação de recursos da autarquia às escolas será uma inevitabilidade. O apoio das autarquias a nível financeiro e logístico será indispensável para levar

a cabo uma política educativa local, sobretudo ao nível da programação e realização de actividades sócio educativas e extra curriculares, educação de adultos, ensino profissional e organização da rede escolar. Torna-se fundamental o apoio das autarquias na integração de alunos em estágios curriculares, nomeadamente no caso dos que frequentam ou terminam Cursos de Educação.

Indispensável será o estabelecimento de parcerias entre escola e entidades locais, potenciando a génese de uma rede viva inter institucional, com vista ao desenvolvimento de uma política educativa local. Mais uma vez, o envolvimento de empresas e instituições é indispensável para o fornecimento às escolas de locais de estágio para integrar os seus alunos e posterior colocação na vida activa.

2º Princípio: “No quadro do sistema público de ensino, a “autonomia das escolas” é sempre uma autonomia relativa, uma vez que é condicionada pelos poderes de tutela e de superintendência do governo e da administração pública quer do poder local, no quadro de um processo de descentralização.”

A escola autónoma terá sempre um controlo constate por parte do estado, para que não se ponha em risco a coesão de todo o sistema de ensino. Mediante certas directrizes, as escolas em articulação com o poder local, pais, instituições e empresas, poderão realizar uma melhor gestão de recursos e operacionalizar de modo mais eficaz os seus planos educativos.

A transferência por parte do Estado de mais competências para as escolas não significa que este se tenciona ilibar de responsabilidades, mas sim propõe uma nova forma de gestão e administração consentânea com a realidade local.

3º Princípio: “Uma política destinada a “reforçar a autonomia das escolas” não pode limitar-se à produção de um quadro legal que defina normas e regras formais para a partilha de poderes e a distribuição de competências, entre os diferentes níveis de administração, incluindo o estabelecimento de ensino. Ela tem de assentar sobretudo na criação de condições e na montagem de

dispositivos que permitam, simultaneamente “libertar” as autonomias individuais e dar-lhes sentido colectivo, na prossecução de objectivos organizadores do serviço público de educação nacional, claramente consagrados na Lei Fundamental.”

Não basta legislar a autonomia das escolas, há que criar condições para que esta se pratique. Os órgãos de gestão terão de possuir meios e competências necessárias para a prossecução de objectivos.

4º Princípio: “O reforço da “autonomia” não pode ser considerado como uma “obrigação” para as escolas, mas sim uma “possibilidade” que se pretende venha a concretizar-se no maior número de casos.”

A autonomia não pode ser imposta às escolas mas sim deverá ser adoptada por estas conforme as suas possibilidades, adaptando-se às suas necessidades. A autonomia será implementada na escola de forma progressiva, pois é uma forma de amadurecimento gestionário da própria escola. A escola deverá passar a ter à sua disposição as condições e apoios necessários para por em prática o exercício da autonomia e para resolver os problemas que daí advêm. De igual modo, a o exercício de uma gestão com base na autonomia deverá de ser avaliado, detectando-se eventuais desvios e efectuando-se as respectivas correcções.

5º Princípio: “O reforço da autonomia das escolas não constitui um fim em si mesmo, mas um meio de as escolas prestarem em melhores condições o serviço público de educação.”

O reforço da autonomia das escolas deverá proporcionar a estas um meio de garantir as seguintes condições:

- A partir da sua gestão autónoma, a escola deverá servir os interesses dos seus alunos e a proporcionar a sua formação, conforme a realidade social e económica em que se insere.

- Participação de todos os actores educativos de forma adequada, contribuindo para a definição da missão da escola, elaboração de normas de funcionamento e consequente avaliação de resultados.

- Os docentes deverão ser respeitados quanto à complexidade das suas funções, sobretudo no que concerne à especificidade da sua formação e consequente produção de meios didácticos, organização pedagógica e métodos de ensino.

- Fornecimento de formação adequada aos quadros de gestão de topo e intermédia, de modo a que se realize uma gestão eficiente da escola, planeando, organizando, coordenando e avaliando o seu trabalho. A escola deverá incentivar a existência diversificada de formas de liderança, quer sejam elas colectivas ou individuais.

6º Princípio: “A autonomia é um investimento nas escolas, pelo que tem custos, baseia-se em compromissos e tem de se traduzir em benefícios.”

- Não bastará à escola investi-la de mais competências e poderes se não lhe forem fornecidos os meios necessários para poder exercer-los. Será necessário dar à escola um voto de confiança e estabelecer uma relação de estreita colaboração entre a administração e a escola, de modo a mais facilmente se atingirem os objectivos por esta previstos.

Um controlo demasiado apertado por parte do poder central, trará efeitos contrários aos desejados, anulando por completo a prática da autonomia nas escolas.

7º Princípio: “A autonomia também se aprende.”

Inerente à autonomia está a mudança, tanto da escola como da administração central. A escola como *organização complexa* é detentora de uma cultura ou culturas, que suportam todas as relações e dependências estabelecidas entre

os vários actores educativos. Para que o reforço da autonomia da escola se operacionalize, torna-se imperativa a adaptação às novas condições dos diversos intervenientes. Assim a formação assume um papel de relevante importância em todo este processo.

Desejavelmente a autonomia deverá assumir pela escola um carácter de necessidade, sendo continuamente *construída*. Uma *autonomia decretada* terá uma eficiência relativamente condicionada, pois coarta a escola no seu pleno exercício.

A escola para além de passar a exercer a autonomia no domínio jurídico-administrativo, tendo a capacidade de *praticar actos definitivos e executórios*, bem como levar a cabo toda a sua gestão financeira, utilizando livremente verbas próprias para o cumprimento de objectivos previamente estabelecidos, exercerá igualmente a autonomia ao nível pedagógico, estatutário e disciplinar.

De fulcral importância no processo de reforço da autonomia da escola encontram-se os órgãos de gestão intermédia, cujo trabalho se deve revestir de uma liberdade de movimentos, confiança e autonomia, de modo a levar a bom porto todo o trabalho de um conjunto de equipas e indivíduos deles dependentes.

#### **1.1.7. School Based Management e o Movimento de Escolas Eficazes**

Desde os anos oitenta, (Barroso org., 1996:172), que se tem observado nalguns países a introdução de políticas educativas de cariz descentralizador, transferindo poderes e incumbências gestionárias, que até então eram assumidos pelo Estado, para as próprias escolas e autarquias, comprometendo mais seriamente no processo de gestão da escola, pais e professores.

Em países anglo-saxónicos tais como o Canadá, EUA, Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia, este tipo de políticas tem tido como designação *School Based*

*Management*, consistindo no provimento dos estabelecimentos de ensino com verbas suficientes para o contratação de recursos humanos, formação, abastecimentos, aquisição de equipamentos, manutenções e outros serviços, desburocratizando e dando ao órgão de gestão, quer este seja o Director ou o Conselho de Escola plenos poderes para a gestão destas verbas.

Tal facto possibilita a cada escola gerar centros de interesse diversificados, fornecendo aos pais um maior leque na escolha da escola a frequentar pelos seus filhos, originando uma maior concorrência.

Para Levacic (1995), a aplicação das políticas de *School Based Management* dependem dos seguintes factores:

- Órgãos de Gestão e outros (directores, professores, pais e comunidade local), a quem são destinados poderes decisórios;
- *domínios* de afectação de estratégias de descentralização gestonária (orçamento, recursos físicos e humanos, curricula);
- *formas de regulação*, controlo e avaliação do trabalho levado a cabo pelos actores a que se atribuíram funções e poderes decisórios, quer estes estejam relacionados com os “*usos de recursos*” – auditoria financeira, progressão de carreiras, dimensão das turmas, normas de construção; “*especificação de produtos*” – curricula, testes, exames nacionais e indicadores de qualidade; e “*condições de mercado*” – saídas e entradas de alunos, admissão de alunos, divulgação de informação acerca do desempenho e eficiência da escola.

Segundo Sackney e Dibski (1994), o excessivo controlo do estado sobre as administração e gestão das escolas, provoca nelas um efeito contrário ao seu bom desempenho, sendo que o *School Based Management* assume-se como uma proposta de desburocratização deste sistema de controlo, com o intuito de tornar a escola mais flexível e adaptativa.

Deste modo, e considerando que a descentralização de poderes para a escola otimiza e racionaliza a gestão desta, envolvendo um leque alargado de intervenientes, torna-se desejável que se alcancem os seguintes objectivos:

- Que a gestão da escola esteja directamente relacionada com o ensino e aprendizagem dos seus alunos, ou seja com a função a que escola se destina;
- Que se estruturam esquemas de acção facilitadores do desempenho das funções atribuídas aos vários actores envolvidos;
- Que se defina de forma clara as tarefas de gestão, proporcionando formas de articulação entre elas e facilite a comunicação entre os responsáveis;
- Que se esclareça as responsabilidades dos actores envolvidos, planeie actividades com vista a melhor operacionalizar a gestão e desenvolva mecanismos de prestação de contas;
- Que se provenha a escola de recursos e condições de forma a facilitar a aprendizagem dos alunos;
- Que se realize periodicamente uma avaliação e correcção das estratégias de gestão decididas, de modo a que a escola cumpra de forma eficiente a função a que se destina;
- Que se simplifique os mecanismos de arquivo e veiculo de informação, de modo a que a produção de nova documentação não entre em colisão com a já existente.

A fim de concretizar estes objectivos dever-se-ão seguir as directrizes abaixo descritas:

- Os objectivos propostos para a aprendizagem dos alunos deverão estar correlacionados com as características da população escolar, nomeadamente

com os alunos com necessidades educativas especiais, ou com um perfil que justifique uma adequação curricular específica. Neste grupo encontram-se os alunos que integram os Cursos de Educação e Formação. A cultura de escola deve ser tida em consideração na determinação destes objectivos, cuja decisão deverá ser partilhada pelos vários docentes que intervêm neste processo;

- estes objectivos deverão ser propostos conforme os resultados pretendidos e as metas a atingir. As planificações anuais da escola, tanto ao nível pedagógico, extra-curricular ou de actividades, deverão ser coerentes com os objectivos de aprendizagens a concretizar pelos alunos;

- a solicitação de recursos será coerente com as planificações anuais, planificações estas elaboradas conforme as prioridades de aprendizagem dos alunos;

- a implementação de cursos, nomeadamente de Cursos de Educação e Formação, bem como outras planificações de aprendizagem, terão garantidamente de estar cobertas pelos recursos necessários;

- as planificações curriculares, estratégias e programas de aprendizagem, serão constantemente monitorizados, avaliados e corrigidos, em função dos resultados obtidos e das metas alcançadas;

- deverão ser ouvidas várias partes para que melhor sejam determinadas as metas a atingir, adoptadas as melhores políticas de gestão e definidas as prioridades de aprendizagem dos alunos. No caso específico dos Cursos de Educação e Formação, será desejável que as empresas envolvidas na realização de estágios curriculares, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, entre outros organismos, participem nesta tarefa;

- será atribuída aos professores a responsabilidade de elaborar os currícula, conforme a sua especialidade e formação inicial. A formação contínua dos professores deverá ser um factor a ter em conta na elaboração de planificações anuais e determinação de metas a atingir. A escola terá por obrigação ser



formativa tanto para os seus alunos, como para todos os que nela intervêm, nomeadamente os docentes.

Fundamentalmente, para que se implemente uma política de autonomia e de alocação de recursos eficiente, ter-se-á que realizar uma análise sistémica prévia, pois não existe um modelo de escola eficaz aplicável a todas as escolas do mesmo modo. Estudos revelam que a realidade sócio-económica onde a escola se insere, o tipo de população escolar, a cultura de pertença dos alunos, são factores condicionantes do sucesso escolar dos alunos, (Good e Weinstrein, (1992); Bosker e Scheerens, (1992); Scheerens, (1992); Reynolds e Cuttance, (1992); Bressoux, (1994)).

Numa mesma escola, poderemos observar a existência de turmas cujas características dos alunos poderão estar de acordo com os objectivos propostos e metas a atingir, enquanto que noutras se possam observar resistências ao cumprimento destes, tendo-se que recorrer à implementação de determinadas estratégias e correcções ao planos previstos.

#### **1.1.8. As Culturas da comunidade docente.**

No âmbito da teoria das organizações, a Escola demarca-se das demais instituições, sejam elas comerciais, industriais ou culturais pois a cada uma é-lhe atribuído um cariz simbólico próprio que a caracteriza e define. Se se centrar a atenção na Escola segundo a óptica da gestão e administração, verifica-se que esta estabelece relações com instituições exteriores governamentais ou particulares, fazendo-se utilizar uma linguagem e uma forma de abordagem distinta das demais organizações. Também os métodos de aferição de eficiência da organização escola, comparativamente com os métodos utilizados noutras organizações, diferem, pois os resultados obtidos em cada, assumem significados diferentes, não se comparando, medindo ou quantificando facilmente.

As diferenças mencionadas devem-se ao facto de a escola encerrar em si um propósito único, situando-a à parte no universo das organizações. O propósito de formar e educar crianças e jovens, de modo a que venham a realizar uma boa inserção na sociedade, gera nos vários intervenientes do processo educativo um sentimento de missão (Hargreaves, 1998:183). Este sentido comum de missão, potencia a motivação dos professores na realização de projectos comuns, elevando as suas expectativas relativamente ao desenvolvimento e desempenho dos seus alunos. Assim, os professores embuídos deste sentimento, encaram com mais optimismo o seu trabalho, aceitam facilmente a atribuição de tarefas partilhadas, e em consequência, passam a ter uma percepção mais positiva da sua eficiência.

Se o individualismo é tomado como uma característica comum entre os professores, devido em grande parte ao seu trabalho solitário de preparação de aulas, leccionação e avaliação dos alunos, a cultura deste sentido individualista num contexto de mudança é tida por Hargreaves, (1998:209) como uma *heresia*. Em contraponto a este conceito situa-se o sentido de colaboração e a cultura da colegialidade.

A colegialidade pressupõe o estabelecimento de relações estreitas entre os professores, optimizando o seu desenvolvimento profissional. Os professores detêm saberes diversos adquiridos no exercício da sua profissão bem como na sua formação inicial e contínua. A partilha destes saberes proporciona aos professores um maior desenvolvimento das suas competências, e consequentemente um incremento do desenvolvimento das escolas.

Num contexto de trabalho colaborativo torna-se prática corrente a partilha de decisões e a consulta entre colegas (*staff consultation*). Neste ambiente, o risco corrido na implementação de políticas e directrizes mais arrojadas torna-se mais facilmente calculado, adoptando os docentes, uma forma mais corajosa de encarar os seus projectos.

A escola, para além de se desenvolver mais eficazmente num clima de colaboração e colegialidade, passa também a absorver mais docilmente

directrizes exteriores a ela, directrizes essas muitas vezes geradoras de mudança e desenvolvimento. Ao possuir uma comunidade docente congregada em redor de objectivos, crenças e práticas comuns, a escola porá em prática projectos propostos externamente, sem que se verifiquem grandes resistências. A gestão curricular é um exemplo de como os professores participam activamente em conjunto, na germinação e desenvolvimento de *curricula*. A implementação de Cursos de Educação e Formação nas escolas implica um trabalho intenso entre professores na sua estruturação curricular. Este é um exemplo de como uma política educativa emanada externamente pela tutela, poderá ser trabalhada internamente nas escolas pelos próprios professores.

Situações em que os professores assumem em conjunto uma acrescida importância no seio da comunidade educativa, geram fenómenos de ascensão pessoal ao nível das lideranças, expondo individualmente alguns dos seus intervenientes, como são os casos de Directores de Curso, Directores de Departamento ou Directores de Turma. Nestas situações observa-se uma tendência de descentralização do poder, colocando-o nas mãos de órgãos de gestão intermédia. É notória a adopção por parte das empresas e outras organizações de políticas de gestão descentralizadoras, tais como as estratégias de *liderança institucional*, *transformacional* e *governo partilhado*. Em qualquer dos casos, é desejável o fomento de um clima de colaboração e colegialidade consistente.

#### **1.1.9. Críticas à colegialidade**

Certamente que nem sempre o incentivo a uma mudança gestionária no sentido da colegialidade e colaboração docente será bem recebido. Constrangimentos como a incompatibilidade de horários dos professores, de choque de personalidades vincadas e de uma maior dedicação do seu tempo e permanência nas escolas são alguns dos factores que condicionam o trabalho colaborativo dos professores.

Da mesma forma que muito do trabalho conjunto dos docentes é preparado informalmente (em contexto de sala de professores, por exemplo), também o será por via da imposição de uma calendarização de reuniões de Conselho de Turma periódicas, nem sempre necessárias, em que por vezes se abordam assuntos pouco pertinentes e cujo contributo para o desenvolvimento do trabalho dos professores e do desempenho dos alunos se revela criticável. Este tipo de reuniões poderá criar nos professores algum sentimento de desagrado pelo tempo dispendido, manifestamente pouco frutuoso.

A formação de pares pedagógicos sem o acordo dos mesmos, somente com o objectivo de cumprir a elaboração dos seus horários é igualmente um motivo para o aparecimento de possíveis conflitos entre professores e consequentemente uma baixa no rendimento destes.

Frequentemente são atribuídos falsos méritos a professores que em conjunto com outros realizaram determinados projectos. A visibilidade de um professor em detrimento dos seus pares será facilitadora da sua promoção, colocando os outros num patamar de esquecimento, desmotivando-os a integrar novos projectos conjuntos.

#### **1.1.10. A génese das culturas de colaboração**

A colegialidade e o trabalho colaborativo poderão ter lugar em contexto escolar por duas vias: Por via espontânea, fruto de uma mobilização voluntária de vários colegas, cuja motivação para o trabalho em conjunto lhes é intrínseca, ou por via artificial, incentivada ou imposta por órgãos de gestão.

No que concerne às culturas de colaboração, poderão gerar relações entre os professores que se caracterizarão por ser segundo Hargreaves, (1998: 216):

-*Espontâneas*; a colegialidade poderá ser induzida pelo comportamento de líderes da escola ou por *mecanismos facilitadores*. Não se tratará de uma

verdadeira e franca cultura colegial, mas sim fomentada por *artifícios administrativos*;

-*voluntárias*; as relações de colaboração são geradas pela percepção dos professores de que o trabalho conjunto resulta mais agradável e produtivo, não sendo estes coagidos a actuar desta forma;

-*orientadas para o desenvolvimento*; acontecem quando existem projectos de iniciativa própria dos professores, os quais se propõem a desenvolvê-las em equipa. As decisões e as reacções a factores externos são tomadas em conjunto, tal como o planeamento de acções e a atribuição de tarefas;

-*difundidas no espaço e no tempo*: muitas vezes as relações de colaboração não se estabelecem em períodos fixos no tempo mas sim assumem um cariz pontual, frequentemente sob a forma de conversas informais, Conselhos, elogios ou outras quaisquer manifestações que de algum modo contribuam para o desenvolvimento do trabalho dos professores;

-*imprevisíveis*: devido ao facto de os professores primarem pela discrição, nem sempre o resultado de projectos comuns se torna visível, muitas vezes por vontade dos intervenientes. O decorrer de projectos comuns ou a germinação de facções dentro da própria escola, foge frequentemente ao controlo dos órgãos de gestão, não se tratando de gestão de relações humanas mas sim de gestão micropolítica do estabelecimento de ensino.

No caso de contextos de colegialidade artificial, as relações de colaboração entre os docentes não se caracterizam pelos aspectos anteriormente descritos mas sim pelos seguintes:

-*Reguladas administrativamente*: A colegialidade é proposta pelos órgãos de gestão através da atribuição de tarefas e responsabilidades, levadas a cabo por equipas de professores;

-*compulsiva*: Os professores são obrigados a trabalhar em conjunto, como por exemplo no caso dos pares pedagógicos para a leccionação de algumas áreas disciplinares, os quais são habitualmente formados sem o acordo prévio dos professores. O aliciamento de promoção dos professores pela sua integração em projectos comuns, será considerada uma forma indirecta de compulsão;

-*orientada para a implementação*: Em certos contextos de colegialidade artificial, os professores são obrigados a cumprir directrizes emanadas superiormente, (pelos órgãos de gestão ou pela tutela) ou ainda constantes na legislação que os rege. Situações em que isto se verifica são comuns no decorrer do trabalho com Cursos de Educação e Formação, pois estes são fortemente balizados pelo seu enquadramento legal;

-*fixas no tempo e no espaço*: Quando a colegialidade é estabelecida artificialmente, sendo garantida administrativamente, mantida através de reuniões ou eventos previamente calendarizadas. A colegialidade e as relações de cooperação são asseguradas através do *fingimento*;

-*previsíveis*: As relações de colegialidade, em certas circunstâncias geram resultados previsivelmente positivos. Este tipo de colegialidade estabelece-se para que sejam garantidamente atingidos determinados objectivos. A colegialidade artificial torna-se uma forma controlada e contida de lograr os propósitos desejados.

## **2.º Capítulo - A Escola e a sua componente pedagógica**

### **2.1. Princípios da Formação de Professores**

Tendo em conta o clima de constante mudança que se vive nas escolas, devido em grande parte à necessidade de se desenvolverem actividades e currículos adaptados a determinados contextos, torna-se imperativo que os professores actualizem ou complemente a sua formação. O facto de serem atribuídas cada vez mais responsabilidades e incumbências aos professores faz com que estes, como já foi mencionado, giram laços estreitos de colaboração, partilhando saberes e experiências. Os professores, ampliando o seu leque de saberes, passam a desempenhar mais facilmente as suas tarefas, encarando situações de incerteza e ambiguidade com mais segurança e autonomia.

Assim, recorreu-se à obra do autor espanhol Carlos Marcelo Garcia, *Formação de Professores para uma Mudança Educativa*, fazendo deste modo uma descrição da formação obtida pelos professores ao longo da sua carreira. Assim far-se-á uma abordagem aos *sete princípios da formação de professores*, Garcia, (1999: 27) propõe:

- 1º. Princípio: A formação de professores deve ser um processo contínuo;
- 2º. Princípio: Integração da formação de professores num processo de mudança, inovação e desenvolvimento curricular;
- 3º. Princípio: Interligação da formação de professores com o desenvolvimento organizacional da escola.
- 4º. Princípio: Integração entre a formação de professores em relação aos conteúdos propriamente académicos e disciplinares, e a sua formação pedagógica.
- 5º. Princípio: Necessidade de integração teórico-prática na formação dos professores.

6º. Princípio: Isomorfismo entre os conteúdos dados nas acções de formação e o que se pretende que os professores leccionem nas suas aulas.

7º. Princípio: Individualização da formação dos professores.

Desmembrando e aprofundando cada um destes princípios, teremos o seguinte:

Relativamente ao primeiro princípio mencionado, a formação será como um contínuo, faz-se ao longo de toda a carreira do docente, desde a sua *formação inicial*, passando pela *iniciação*, quer esta tenha sido sob a forma de estágio ou de profissionalização em serviço, continuando de um modo formal ou informal, quer por via de acções de formação, pós-graduações, ou em projectos e relações colegiais mais ou menos espontâneos.

Passando ao princípio que sustenta que a formação de professores deverá estar integrada num processo de mudança, inovação e desenvolvimento curricular, devendo ser estruturada de modo a se adequar às circunstâncias da escola e factores sociais onde esta se insere, facilitando e otimizando o sucesso escolar dos alunos, num contexto de mudança. Esta, desejavelmente, estimulará os docentes a inovar, a recriar os currículos e a optarem por métodos de ensino que mais se moldem ao perfil do seu público-alvo.

No caso em estudo, os Conselhos de Turma geram espontaneamente equipas de trabalho que criam e ajustam constantemente os seus currícula, que escolhem os seus projectos conforme as turmas que dinamizam e que colaboram nas diversas áreas curriculares.

Dentro da mesma linha de pensamento do princípio acima descrito, vem o terceiro, que traça um vector entre a formação e o desenvolvimento organizacional da escola. A escola como organização adopta necessariamente uma perspectiva formativa, estando directamente ligada ao desenvolvimento profissional dos professores. Estes vêm na escola o melhor cenário de aprendizagem, por ser o local onde diariamente actuam e que constantemente transformam. Desejavelmente, a formação contínua de professores estará consignada no Projecto Educativo da Escola, fomentando o desenvolvimento



profissional dos professores e consequentemente um melhor desempenho do seu papel.

O quarto princípio, refere a necessidade de articulação entre a formação dos professores relativamente aos conteúdos académicos e disciplinares e a sua formação pedagógica. Para cada categoria de conteúdo se aplicará uma estratégia pedagógica diferenciada. Entenda-se que neste caso o autor se refere à formação inicial dos professores principiantes, nas quais se lhes é proposta uma linha de pensamento pedagógico própria.

Como quinto princípio e provavelmente o mais relevante, vem a necessidade de interligação entre teoria e prática. É mencionado nesta obra o trabalho de outras equipas de investigadores, sublinhando que a teoria será construída a partir da prática dos professores. Uma atitude reflexiva assente na acção será a melhor base para a estruturação da teoria.

É dada importância ao conhecimento pessoal de cada professor, composto também pelas suas vivências e experiências pessoais. Relativamente ao percurso que os Cursos de Educação e Formação têm trilhado na escola em estudo, tem-se baseado em grande parte neste princípio. Os docentes envolvidos, analisam, discutem e reflectem os seus projectos, delineiam novas estratégias, testam-nas, aplicam-nas e avaliam o seu resultado final.

O sexto princípio baseia-se na necessidade de procurar isomorfismo entre a formação fornecida aos professores e os conteúdos que estes futuramente transmitirão aos seus alunos. De facto, os conteúdos transmitidos nas poucas acções de formação ministradas aos professores dos cursos em estudo, as tecnologias aprendidas nas suas formações iniciais ou os conhecimentos adquiridos em projectos conjuntos, estão a ser aplicados nas aulas sobretudo nas componentes científico-tecnológicas.

Por um lado existem disponíveis acções de formação que adestram os professores em algumas áreas do saber, que aplicadas no decorrer das suas funções optimizam o seu desempenho, por outro, acções cujas didácticas e

conteúdos se podem aplicar directamente na sala de aula. É de todo o interesse que os docentes frequentem este segundo tipo de acções de formação pois é imperioso que haja uma constante actualização relativamente à forma como o conhecimento é transmitido aos alunos.

Por último, Garcia defende o princípio da individualização, aplicado a qualquer programa de formação. Sendo o ensino uma prática detentora de saberes tecnológicos, artísticos e científicos, e tendo cada professor ou grupos de professores a sua forma de estar e ensinar, também a formação terá de se moldar a estes, havendo um processo de apropriação individual.

### **2.1.1. Orientações Conceptuais na Formação de Professores**

De igual modo que existem classificações de estruturas de racionalidade para a *escola, o currículo, a inovação e o ensino*, também se poderão conceber estruturas de racionalidade para a temática da formação professores, (Garcia, 1995: 30). Tratam-se neste caso de concepções semelhantes, dado serem ambas formas institucionalizadas de transmissão de saberes, competências e condutas.

Um factor condicionante na teorização destas estruturas de racionalidade é a concepção de professor. Garcia, (1995: 31), menciona Lanier (1984), que define a pessoa do professor segundo três perspectivas: o professor como *pessoa real*: sujeito com a sua personalidade e características humanas, que desempenha um *papel importante na investigação e formação*, a segunda concepção de professor é a de ser *um sujeito com destrezas*, baseando-se em programas de formação que se centram no desenvolvimento de competências, condutas e destrezas. Por último, Lanier foca o professor sob uma óptica de cariz mais profissional, menos personalista, sendo este um profissional que toma decisões, valorizando sobretudo o domínio que este possui sobre a sua actividade de docente.

Todas estas concepções dirigem a perspectiva dos vários autores sobre as estruturas de racionalidade que iremos focar.

### **2.1.2. Orientação Académica**

Esta primeira linha de pensamento visa sobretudo a formação inicial dos professores. Neste caso é dada uma importância vital à aprendizagem por parte do futuro professor dos conteúdos. O professor é um especialista da sua disciplina e a competência principal a desenvolver é a sua capacidade para transmitir os seus conhecimentos. Esta é uma *abordagem enciclopédica* que também abrange o *conhecimento dos modelos teóricos, tendências e da estrutura interna da disciplina em questão*.

### **2.1.3. Orientação Tecnológica**

Este princípio baseia-se na aquisição de conhecimentos e competências. A formação dos professores partirá do adestramento destes em determinadas áreas do saber, dando uma maior ênfase ao saber fazer.

Esta linha teórica deu origem a estudos geradores de programas de formação centrados nas competências. O controlo de qualidade, a formulação de objectivos e a avaliação, são pilares importantes na concepção deste tipo de programas de formação. A força destes programas está na sua arquitectura, facilitadora da *identificação e avaliação das competências*. Esta arquitectura implica também uma forma personalizada de formação, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem de cada aluno.

Um tipo de competência que esta orientação promove e estimula é a competência que o docente deve desenvolver quanto à sua tomada de decisões. É fundamental que o docente tenha a flexibilidade mental para resolver rapidamente os problemas que se lhe deparam diariamente.

As competências não se limitam assim ao saber fazer mas também a um conjunto de atitudes desenvolvidos pelo docente em situação de ensino.

#### **2.1.4. Orientação Personalista**

A Orientação Personalista centraliza-se no ser humano, *na psicologia da percepção, no humanismo e na fenomenologia*. Qualquer professor, tal como qualquer ser humano, terá as suas características psicológicas, emocionais e intelectuais, as suas valências tal como os seus limites. A sua “matéria-prima” são os seus alunos, pessoas com características, motivações, expectativas e uma história de vida próprias, que podem, ou não adoptar a escola como sendo a instituição que provavelmente mais irá contribuir para o seu sucesso futuro. Posto isto, o professor terá como obrigação informar-se acerca dos seus alunos, conhecê-los individualmente o melhor que lhe for possível, de modo a respeitar o mais possível este princípio. Quanto aos responsáveis por programas de formação, deverão igualmente ter em conta toda a informação relativa à personalidade, aptidões ou *handycaps* dos seus aprendentes. Deverá existir por parte dos formadores a preocupação de perceber a maneira de ser de cada um dos seus formandos, motivando todos e cada um a participar nas actividades propostas.

Pode-se concluir que o tema da formação contínua de professores não se esgota facilmente pois implica imensas variáveis que ultrapassam a mera transmissão do conhecimento. A satisfação e realização pessoal dos professores são factores importantes a ter em conta quando se promovem acções de formação, prevendo, inclusivamente, que se poderão gerar equipas de trabalho, equipas estas que dinamizarão projectos, quer sejam didácticos, curriculares ou de actividades extra curriculares.

Um factor importante em que a formação de professores pode ter um papel preponderante é na gestão do ciclo de vida dos professores. A prática docente varia tanto conforme a experiência adquirida ao longo da vida do professor mas também consoante a sua motivação, capacidade de adaptação à mudança e

vontade de lidar com a adversidade. Uma formação contínua adequada, proporciona ao professor uma maior segurança de desempenho, factor de fulcral importância sobretudo ao professor principiante ou ao em final de carreira.

## **2.2. A Capacitação dos Alunos**

Sendo a finalidade da escola a formação de jovens de modo a que estes realizem uma boa integração na sociedade, consideramos pertinente dedicar uma secção deste estudo à temática da capacitação dos alunos, abordando questões de índole pedagógica e de desenvolvimento pessoal dos alunos. Assim, decidimos iniciar esta nossa aproximação ao tema, tendo como referência a obra *Educação Hoje, ensinar a aprender a pensar*, da autora Maria Helena Salema, obra esta fruto de uma investigação baseada num programa de intervenção de combate ao insucesso escolar, visando alunos com baixo rendimento escolar, concebido com o intuito de desenvolver nestes, competências do *pensar de ordem superior*, indispensáveis para a realização das tarefas escolares e potencializadoras das suas aprendizagem e desenvolvimento intelectual. Segue-se uma resenha da obra de título original *Models of Teaching*, dos autores Bruce Joyce e Marsha Weil, que assim compilaram estudos de vários investigadores que se dedicaram à sistematização de modelos de ensino. Neste trabalho utilizamos a versão espanhola, *Modelos de Enseñanza*. Para finalizar este capítulo focaremos o conceito de Inteligências Múltiplas, desenvolvido por Howard Gardner, por via das suas obras *Estruturas da Mente*, *A Teoria das Inteligências Múltiplas* (1994), e *Inteligências Múltiplas, A teoria na Prática* (1995).

### **2.2.1. Medidas de Combate ao Insucesso Escolar**

A promoção do sucesso escolar de todos os alunos constitui-se como prioridade do estado, estando consignado na Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei nº46/86, de 14 de Outubro, podendo-se ler o seguinte:

## Artigo 2.º

1 – Todos os portugueses têm o direito à educação e à cultura, nos termos da Constituição da República.

2 – É da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.

O conceito de igualdade de oportunidades em educação não se restringe nas sociedades actuais a questões de mero acesso a equipamentos educacionais, mas também à igualdade de sucesso, proporcionando a todos os meios, apoios e recursos necessários para que se criem as melhores condições para um bom desempenho escolar, realização e desenvolvimento pessoal dos alunos. Deste modo, a escola constitui-se como um agente formador de cidadãos activos, com capacidade de interpretar com sentido crítico e criativo a realidade envolvente, motivados para a participação no processo democrático país que integram.

A problemática do insucesso escolar tem sido desde finais dos anos sessenta do século vinte, alvo de atenção por parte de vários investigadores, em diferentes contextos, dando origem a diversas perspectivas teóricas, (Salema, 1997:8). Nos países anglo-saxónicos, a adopção de medidas de combate ao insucesso escolar passa desde essa altura a ser uma prática imperativa. Os primeiros estudos sobre esta temática indicavam que o insucesso dos alunos se devia a dificuldades cognitivas, fruto de uma herança genética intelectualmente pobre, não se perspectivando nestes casos grandes probabilidades de realização de um percurso escolar satisfatório. Nestas situações, preconizava-se um ensino baseado na repetição de tarefas básicas e na realização de actividades para o desenvolvimento de competências sociais. Segundo esta perspectiva, seria vantajoso para os alunos o seu agrupamento em turmas homogéneas, em frequência de vias de ensino alternativas.

Uma outra perspectiva teórica atribuía o insucesso dos alunos a questões ambientais, ou seja, considerava que alguns alunos não teriam tido no seu seio

familiar e social as condições e recursos suficientes para a realização de uma boa escolaridade. São identificados os seguintes factores como sendo condicionantes do sucesso escolar dos alunos:

- *Grupo socioeconómico baixo;*
- *etnia;*
- *situação migrante;*
- *desconhecimento da língua do país de recepção;*
- *situação geográfica de isolamento;*
- *minoria religiosa.*

Ao frequentarem um tipo de ensino não diferenciado, estes alunos eram considerados duplamente desfavorecidos pelo facto de estarem sujeitos a condições curriculares e pedagógicas desadequadas ao seu perfil de aprendizagem, a instrumentos de avaliação que *privilegiam a classificação em detrimento da avaliação formativa*, a um sistema de progressão pouco flexível que prevê a retenção, e a um presente preconceito por parte dos actores educativos cujas expectativas de sucesso se revelavam baixas.

Para colmatar as carências manifestadas por este tipo de alunos, deveriam ser integrados em turmas heterogenias, cumprindo o tronco curricular comum. Porém, era proposto que lhes fossem facultados *programas alternativos ou de remediação*, de forma a enriquecer a sua base cultural ou instruindo-os em áreas do saber fundamentais para uma boa escolarização, inserindo-os mais facilmente no sistema de ensino, chegando assim a atingir o mesmo nível dos restantes alunos.

Já na década de setenta, surge uma terceira perspectiva, em parte colidente com as anteriores, rejeitando os défices culturais ou as condições externas pouco favoráveis como causas do insucesso, atribuindo este ao facto dos alunos pertencerem a culturas diferentes.

Apesar de estudos como estes não terem gerado uma teoria consistente ou um modelo ou conjunto de modelos que permitisse minorar visivelmente o

insucesso escolar, poder-se -á afirmar que identificaram um problema, as suas causas e originaram uma tendência por parte dos estados para a promoção de programas de combate ao insucesso escolar. Constata-se então que: (Salema, 1997:10).

- “- há uma proporção de alunos com baixo rendimento escolar, que se constituem como um grupo em risco em relação à maioria dos alunos;
- tem de haver um esforço de empenho na compreensão dinâmica das necessidades dos alunos e das famílias;
- este esforço necessita de abordagens longitudinais, privilegiando a prevenção e a intervenção;
- este esforço necessita de recursos adequados, quer redistribuindo os existentes, quer criando novos;
- as escolas, as famílias e as comunidades partilham a responsabilidade de resposta às necessidades dos alunos em risco;
- as escolas devem desempenhar novas funções na disponibilidade e na coordenação dos serviços para os alunos em risco;
- as escolas devem mudar, de modo a ir ao encontro das necessidades dos alunos em tal situação. “

### **2.2.2. Os Modelos de Ensino.**

A grande preocupação de qualquer professor é que os seus alunos desenvolvam capacidades e adquiram as competências previstas para o nível ou ciclo que leccionam, sendo os seus resultados finais, o reflexo destas aquisições. Para que tal suceda, o professor terá de fazer chegar ao aluno a sua mensagem da forma mais eficiente possível. O aluno registará e processará toda a informação recebida, transformando-a em operações práticas, ou seja adquirindo competências. Esta forma eficiente de levar o aluno a receber a informação, poderá ser sistematizada, sob a forma de modelos de ensino.



O aproveitamento escolar de cada aluno depende de um determinado número de factores, que lhes serão intrínsecos ou extrínsecos. A sua motivação, a sua relação com os demais pares, o seu meio familiar e social ou a sua capacidade de aceder à informação, serão algumas variáveis condicionantes do seu desempenho escolar. Assim a cada contexto escolar, deverá corresponder a escolha de um modelo que a ele melhor se adequue.

Os autores Bruce Joyce e Marsha Weil, na sua obra *Models of Teaching*, agruparam os vinte e dois modelos de ensino compilados por semelhança em quatro grupos, a que designaram de famílias de modelos. Deste modo, os modelos passarão a agrupar-se em *modelos de processamento de informação*, *modelos pessoais*, *modelos de interacção social* e *modelos comportamentais*. Assim, seguiremos descrevendo sumariamente cada uma destas famílias, especificando cada modelo. A versão utilizada nesta revisão bibliográfica foi a edição espanhola, *Modelos de Enseñanza*, editada em 1985. Os autores dos modelos descritos encontram-se citados na obra referida.

### **2.2.3. Modelos de processamento de informação**

Os modelos pertencentes a esta família reflectem a capacidade do professor de motivar os alunos a melhor processar a informação que lhes é fornecida (Joyce & Weil, 1985: 35). Tendo em conta que processar informação significa interpretar dados, resolver problemas, aprender conceitos e utilizar correctamente símbolos verbais e não verbais, estes modelos visam potenciar o desenvolvimento intelectual do aluno, valorizando o seu auto conceito e as relações sociais que este estabelece no contexto escolar.

Desta família de modelos constam os modelos de pensamento indutivo e de investigação, desenvolvidos por Hilda Taba e Richard Suchman, e cujos objectivos visam o desenvolvimento dos processos mentais indutivos, o racionalismo académico e a construção de um pensamento coerente e lógico na elaboração de bases teóricas.

O modelo de investigação científica, sistematizado por Joseph j. Schwab, foi concebido para facilitar as aprendizagens de cada disciplina. É um modelo que procura estimular no aluno a sua capacidade de resolução de problemas.

Jerome Bruner desenvolveu o modelo de formulação de conceitos, com o intuito de desenvolver no aluno capacidades de análise conceptual.

Relativamente ao modelo de desenvolvimento cognitivo, compilando estudos de Jean Piaget, Irving-Siegel, Edmund Sullivan e Lawrence Kolberg, foca a sua acção no desenvolvimento intelectual da criança, particularmente no raciocínio lógico e interacção social.

O modelo de organização intelectual, de David Ausubel, foi concebido para incrementar a capacidade de processamento de informação, facilitando a recepção de informação e relação de conceitos aprendidos.

O modelo da memória, desenvolvido por Harry Lorayne e Jerry Lucas, tem como propósito potenciar as capacidades de memória.

#### **2.2.4. Modelos pessoais**

Os vários modelos desta família concentram-se no desenvolvimento pessoal e afectivo do aluno (Joyce & Weil, 1985: 159). O conceito que o aluno tem de si próprio e as relações que estabelece com os outros e com o meio, são considerados factores a desenvolver para que este realize mais facilmente aprendizagens. Deste modo, pretende-se que o aluno atinja uma estabilidade emocional, valorize a sua auto estima e estabeleça relações sociais.

O modelo de ensino não directivo, ao qual mais adiante daremos especial atenção, foi desenvolvido por Carl Rogers e propõe o desenvolvimento da personalidade do jovem ao nível do seu auto conceito, do incremento da sua autonomia e do aumento da sua auto estima.

Através da aplicação do modelo de desenvolvimento da consciência, de Fritz Perls e William Schutz, pretende-se que o aluno concretize o seu desenvolvimento pessoal e a sua auto consciência. A compreensão da consciência corporal e sensorial é algo a que os estes autores dão grande importância para que se dê um correcto desenvolvimento do jovem.

Quanto ao modelo cinético, sistematizado por William Gordon, prevê que o aluno desenvolva a criatividade e a capacidade de resolução de problemas.

O modelo de sistema conceptual foi desenvolvido por David Hunt com o intuito de flexibilizar a mente do aluno, estimulando-o a observar e interpretar a realidade de forma mais ampla, desenvolvendo uma personalidade maleável e adaptativa.

No modelo de terapia de grupo, William Glasser propõe como base de trabalho o auto conhecimento e a consciência da responsabilidade que o aluno assume perante o grupo.

#### **2.2.5. Modelos de interacção social**

Este conjunto de modelos baseia-se no estudo das relações que o indivíduo estabelece com os outros (Joyce & Weil, 1985: 233). Parte do princípio que o aluno deverá desenvolver competências sociais, reconhecendo o seu papel perante o grupo, incentivando-o na realização de um trabalho produtivo em conjunto com os seus pares.

Ao aluno é apresentada a realidade social em que se insere, incutindo a sua participação em processos democráticos, trabalhando para o bem comum.

Passemos agora a descrever os modelo pertencentes a esta família, começando pelo modelo de investigação de grupo. Neste modelo, Herbert Thelen e John Dewey propõem ao aluno a sua participação em processos sociais democráticos, combinando as suas capacidades interpessoais e investigação académica, tendo como objectivo o seu desenvolvimento pessoal.

No modelo de investigação social, Byron Massialas e Benjamin Cox, baseiam o trabalho em contexto de sala de aula na resolução de problemas mediante investigação académica e raciocínio lógico.

Quanto ao modelo de métodos de laboratório, Leland P. Bradford, Jack R. Gibb e Kenneth D. Benne preconizavam o desenvolvimento de capacidades individuais e sociais, auto conhecimento e flexibilidade intelectual.

O ensino baseado no modelo da jurisprudência utiliza o exemplo de casos particulares para explicar e resolver problemas de índole social. Este modelo foi gerado por Donald Oliver e James P. Shaver.

No caso do modelo de jogo de papéis, é elaborado um vasto estudo de condutas e valores, centrado nas próprias histórias de vida dos alunos. Os “pais” deste modelo são Fannie e George Shaftel.

Por último, o modelo de simulação social de Sarene Boocock e Harold Guetzkow, estimula os alunos a experimentar diversos processos, avaliando as relações que estabelecem entre si. É um modelo que habitua o aluno a tomar as suas próprias decisões.

#### **2.2.6. Modelos Comportamentais**

Esta família de modelos baseia-se num corpo teórico denominado *behaviourismo*, ou seja, um conjunto de estudos realizados sobre o comportamento humano (Joyce & Weil, 1985: 237). Complementando este corpo teórico são utilizados outros conceitos tais como as teorias da aprendizagem, da aprendizagem social, do comportamento e da modificação do comportamento. Este modelo suporta-se em grande parte nos princípios de controlo de estímulos e reforços, princípios estes com aplicação em diversas áreas, nomeadamente em educação, conduta interpessoal e terapia.

Daremos como exemplo seis modelos, divididos em modelos docentes, conceptuais e redutores da ansiedade.

B. F. Skinner foi o protagonista no desenvolvimento de dois dos modelos aqui incluídos, o modelo de controlo de contingências e o modelo de auto controlo. Estes modelos visam o desenvolvimento de competências sociais e intra pessoais, optimização das aprendizagens de conceitos e interpretação de dados.

No grupo dos modelos redução de stresse e descontração, os investigadores David C. Rimm, John C. Masters e J. Wolpe propõem nos seus estudos a substituição de sentimentos de ansiedade e tensão por um estado de espírito mais sereno, através do estabelecimento de objectivos pessoais. J. Wolpe desenvolve igualmente o modelo de descondicionamento.

Para finalizar esta sumária descrição dos modelos pertencentes a esta família, referimos os trabalhos realizados por Robert Gagné, Karl e Margareth Smith sobre o modelo de treino directo, o qual se dedica aos comportamentos e desenvolvimento de capacidades.

#### **2.2.7. O Modelo não Directivo.**

Carl Rogers (1951) e seus colegas de investigação introduziram na educação uma nova perspectiva, a terapêutica. O trabalho resultante da aplicação deste modelo deve-se a um conjunto de compromissos e inter relações assumidos e estabelecidos pelos alunos, aliados a um forte investimento académico e intelectual (Joyce & Weil, 1985: 162).

Este modelo caracteriza-se pela utilização de algumas técnicas, nomeadamente da entrevista não directiva. Esta é a técnica principal utilizada neste modelo e poderá ser aplicada tanto a um aluno individualmente como a um pequeno grupo de alunos. A aplicação da entrevista não directiva implica a existência de alguns recursos, tal como um local que proporcione tanto ao professor como aos alunos algum grau de privacidade, visto ser um trabalho em que os alunos expõem as suas opiniões, sentimentos, inseguranças e expectativas.

O papel do professor reduz-se ao mínimo funcionando meramente como facilitador, orientando e incentivando os alunos a resolverem as questões com que se vão deparando ao longo da entrevista. O professor deverá incentivar o aluno a assumir um sentido crítico da realidade e a desenvolver capacidades de exame e avaliação de situações que até então lhe eram desconhecidas.

O professor criará um ambiente de comunicação e empatia, mostrando-se sensível e interessado, aceitando sem realizar juízos de valor os sentimentos e opiniões dos seus alunos, mesmo que estes sejam erróneos. Não deverá expressar as suas opiniões, ou aconselhar, somente orientar. Neste clima de aceitação, o aluno sentirá a segurança para assumir as suas inseguranças e corrigir eventuais posições menos positivas, passando a ter maior capacidade de iniciativa e autonomia.

Com este modelo pretende-se que o aluno se integre e se auto valorize no seio da turma, assumindo-se como uma peça importante no decurso de todo o processo de aprendizagem. O ensino é centrado no aluno, sendo este responsável pelas suas aprendizagens, decidindo ele que caminho tomar, conforme as suas necessidades.

Ao aplicar a entrevista não directiva, o professor provocará no aluno uma série de reacções de forma a confronta-lo com a realidade e consigo próprio. Assim o aluno passará por um processo de crescimento pessoal, realizando as seguintes etapas: numa fase inicial o aluno libertará de forma catártica os seus sentimentos e de modo intuitivo irá criar uma nova concepção do seu “Eu”. O aluno confrontando-se com uma nova realidade, estipulará novos objectivos, passando a agir autonomamente, ganhando assim uma maior autoconfiança. Este processo repetir-se-á as vezes necessárias no decurso das várias aprendizagens.

A entrevista não directiva obedece a uma sequência de fases, as quais deverão ser respeitadas de modo a que se obtenha o efeito pretendido.

-Numa primeira fase terá que se definir qual a situação a abordar. São normalmente situações das quais os alunos sintam alguma dificuldade em resolver. Poder-se-á simplesmente ter como objectivo debater e explorar um determinado tema do interesse do ou dos alunos, resolver uma situação de conflito ou realizar uma planificação de aprendizagens para um determinado período de tempo. O professor incentivará os seus alunos a expressar abertamente os seus sentimentos;

-segue-se uma fase exploração do problema, altura em que os alunos se apercebem dele e o definem. O professor ajuda os seus alunos a traduzirem em argumentos pragmáticos as suas intervenções emocionadas;

-numa terceira fase compreender-se-á o problema. O professor promove a discussão deste;

-na quarta fase da entrevista não directiva, realizar-se-ão as primeiras planificações e tomar-se-ão as primeiras decisões. O professor reforça as primeiras decisões tomadas pelo aluno.

-a fase designada de *integração*, servirá como ponto de partida para que o aluno se comprometa a cumprir todas as decisões tomadas nesta entrevista. Todo o trabalho a realizar será definido nesta fase.

Após a realização da entrevista o aluno sentir-se-á motivado e adestrado para realizar as suas tarefas, de forma autónoma e em sintonia com o professor e os demais colegas. A partir da realização deste tipo de entrevistas podem-se elaborar contratos de aprendizagem, sendo desejável a participação dos encarregados de educação.

Do leque de modelos anteriormente descritos, consideramos que o modelo de ensino não directivo poder-se-á aplicar facilmente no contexto dos cursos em estudo, gerando um ambiente de trabalho facilitador da aquisição de aprendizagens. Dada a especificidade destes cursos e ao perfil de aluno que usualmente os frequenta, o modelo não directivo poderá servir como uma boa

base de trabalho para que os professores rentabilizem mais eficientemente o seu tempo por via da participação e responsabilização dos alunos no decurso do trabalho de sala de aula.

## **2.3. A Teoria das Inteligências Múltiplas.**

### **2.3.1. O direito á Diferenciação Pedagógica - uma análise a nível meso**

A diferenciação pedagógica como princípio de acção em Portugal tem como base de inspiração a Conferência Mundial sobre a Educação para Todos levada a cabo em Jomtien, Tailândia, em 1990, e pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais ocorrida em Salamanca, quatro anos mais tarde.

Assim, declara-se no capítulo I, ponto 7, que “O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola”

Consignada na Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei nº46/86 de 14 de Outubro, que garante “assegurar às crianças com necessidades educativas específicas, (...) condições adequadas ao seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades”, a diferenciação pedagógica é uma realidade nas escolas portuguesas. Estas têm por obrigação proporcionar a todos os alunos as condições necessárias para o seu desenvolvimento



intelectual, físico, social e estético, motivando-os, explorando as suas aptidões e valorizando todo o seu capital cultural. Posto isto, considerámos pertinente a inclusão nesta revisão bibliográfica de uma abordagem ao tema das inteligências traduzidas nas aptidões individuais de cada um, segundo o autor norte-americano Haward Gardener.

Tendo em consideração que todos os indivíduos diferem nas suas capacidades e motivações, Gardner (1995) e a sua equipa de trabalho propuseram-se a elaborar um conjunto de estudos relacionados com as aptidões e competências desenvolvidas desde a infância. Estes estudos deram origem à concepção de um modelo pedagógico cujo objectivo era o de reformar o sistema de ensino Norte Americano.

Desde a antiguidade que o se teoriza acerca do auto-conhecimento, desenvolvimento da mente e da inteligência humanas. Adágios como “Conhece-te a ti mesmo” proferido por Sócrates, “Todos os homens desejam o saber” de Aristóteles, ou o célebre “Penso, logo existo “ de Descartes, constituem prova de que o homem busca incansavelmente uma explicação para um conceito tão abstracto como o de *Inteligência*.

Questionado sobre qual a definição mais correcta de inteligência, e na sequência de estudos sobre o *potencial humano*, Gardner (1995) encontrou-se motivado para encetar estudos naquilo que viria mais tarde a ser a Teoria das Inteligências Múltiplas.

Nestes parágrafos que se seguirão descrever-se-á o modelo das Inteligências Múltiplas, sistematizado por Haward Gardener (1994) e tecer-se-ão algumas considerações relativamente à sua aplicação no campo da Educação.

### **2.3.2. Síntese da Teoria das Inteligências Múltiplas**

Tendo em conta que a medição do Quociente de Inteligência (QI) através de testes de baseados na aferição do potencial linguístico e lógico-matemático dos

indivíduos, se tinham revelado insuficientes para conhecer o seu potencial intelectual, tornou-se premente investigar mais a respeito das capacidades intelectuais humanas, ou seja, acerca das várias formas de inteligência. Estudos na área da neuropsicologia revelaram que o sistema nervoso não se limita a servir um único propósito, mas sim revela-se como sendo o centro de inúmeras operações, havendo por parte de cada indivíduo uma maior ou menor apetência para as realizar “[...] a mente é um instrumento multifacetado, de múltiplas componentes, que não pode, de qualquer maneira legítima, ser capturada num simples instrumento estilo lápis e papel.” (1995: 65).

Para a sistematização da Teoria das Inteligências Múltiplas Gardner, (1994), focalizou a sua atenção em estudos relacionados com as actividades do ser humano e suas capacidades para as desempenhar. Com a intenção de isolar teoricamente as várias inteligências, o investigador estudou casos de indivíduos com lesões cerebrais, em que se verificou a supressão de algumas das capacidades e a manutenção de outras, realizou estudos com crianças sobredotadas e crianças ditas normais, e com indivíduos autistas, e *idiots savants*, portadores de um grande défice de competências mas simultaneamente a gozar de uma capacidade invulgar para a realização de uma tarefa específica. A inteligência passa a ser considerada como a capacidade que o ser humano tem para processar informação, realizar tarefas, gerar competências relacionadas com as várias áreas do saber, e desenvolver produtos com vias à resolução de problemas. Assim, isolou sete inteligências específicas mas que frequentemente se manifestam em conjunto. São estas as inteligências Linguística, Musical, Lógico-Matemática, Espacial, Corporal-Cinestésica e as inteligências intra e inter Pessoais.

### **2.3.3. A Inteligência Linguística**

A inteligência linguística manifesta-se na capacidade do indivíduo distinguir e utilizar sons, ritmos e palavras, transmitindo mensagens. A transmissão oral ou escrita de mensagens, bem como o seu registo, assume primordial importância

em profissões como a de vendedor, político, professor, ou em actividades como a de escritor ou poeta. O domínio da linguagem permite alguém convencer, agradar, seduzir ou transmitir mensagens. Esta sensibilidade para utilizar correctamente a linguagem pode-se identificar nas crianças através das histórias originais que criam e contam ou do relato que fazem de experiências vivenciadas.

#### **2.3.4. A Inteligência Musical**

Esta inteligência revela-se na capacidade de identificar sons, ritmos e timbres, apreciando-os, reproduzindo-os ou compondo peças musicais. Esta capacidade de criar e manipular sons de forma harmónica percebe-se nas crianças quando estas se expressam produzindo sons e cantando.

#### **2.3.5. A Inteligência Lógico-Matemática**

Esta é a capacidade para trabalhar em abstracto. É a demonstração de sensibilidade para a ordem, para os padrões e para sistematizações. Tanto cientistas como matemáticos gozam deste tipo de inteligência, apesar das suas motivações diferirem. No caso dos cientistas, o que os move é a busca de explicações para fenómenos da Natureza, enquanto que os matemáticos realizam um trabalho de relações e operações no abstracto. Crianças com facilidade em contar e realizar operações aritméticas, têm mais probabilidades de desenvolverem esta inteligência.

#### **2.3.6. A Inteligência Espacial**

A inteligência espacial é referida por Gardner, (1995) como a inteligência dos arquitectos, engenheiros e artista plásticos. É a habilidade para manipular formas a duas e três dimensões, perceber e visualizar objectos no espaço. Designers, escultores, arquitectos e pintores utilizam a capacidade de imaginar,

conceber e produzir formas volumes e objectos, dando solução aos desafios com que se deparam. Crianças com facilidade para a resolução de quebra-cabeças espaciais, vocação para a produção de desenhos ou outros trabalhos plásticos e uma propensão para a observação de pormenores, poderão manifestar esta inteligência.

#### **2.3.7. A Inteligência Corporal-Cinestésica**

Do desenvolvimento desta inteligência resulta um apuramento das motricidades fina e grossa. É observável pela facilidade do indivíduo executar exercícios ou realizar produtos utilizando partes ou a totalidade do corpo. É a inteligência que tanto desportistas e bailarinos como de artistas plásticos e dramáticos mais utilizam. Na infância poder-se-á detectar uma maior possibilidade de desenvolvimento desta inteligência em crianças que demonstrem graciosidade de movimentos, resposta pronta a estímulos musicais e bom desempenho físico.

#### **2.3.8. A Inteligência Interpessoal**

Pode-se considerar que esta inteligência se relaciona com a capacidade de lidar adequadamente com os estímulos, humores, expectativas, desejos e respostas dadas pelo outro. É a forma assertiva de resolver situações que dependem também de outrem. Verifica-se em crianças com facilidade de conviver com os seus pares e com sensibilidade para compreender as suas necessidades.

#### **2.3.9. A Inteligência Intrapessoal**

Esta inteligência é a congénere individual da inteligência anteriormente descrita. Trata-se da capacidade do indivíduo se auto conhecer, perceber os seus limites e as suas potencialidades, utilizando esse conhecimento em

proveito próprio. Devido a ser uma inteligência muito pessoal, esta só se observa pela manifestação das todas as outras.

#### **2.3.10. As implicações educacionais da Teoria das Inteligências Múltiplas**

Uma teoria como a apresentada constitui exemplo de um bom instrumento de operacionalização de estratégias de diferenciação pedagógica. Gardner, (1995) e seus correlegionários defendem a educação centrada no aluno como uma realidade a cultivar, pois a cada aluno corresponde uma forma particular de perceber e interpretar a realidade. Cada indivíduo gera soluções e cria produtos consoante as suas habilidades.

Gardner propõe à escola uma perspectiva de ensino centrado no aluno, atribuindo ao professor novos papéis e incumbências, nomeadamente as de:

- Especialista em avaliação;
- agente do currículo para o aluno;
- agente da escola-comunidade.

No primeiro caso trata-se de repensar todo o sistema de avaliação, não limitando a aferição das competências adquiridas pelos alunos meramente pela aplicação de testes padronizados, beneficiando aqueles que manifestam predominantemente inteligência linguística e lógico-matemática.

A avaliação terá como função tanto a aferição dos conhecimentos dos alunos, como se assumirá como instrumento formativo veiculado aos vários actores educativos, sejam estes os professores ou os encarregados de educação, permitindo assim um correcto acompanhamento e percepção das potencialidades e constrangimentos dos aprendentes.

Em segundo lugar, a escola deverá a partir da elaboração de uma eficiente caracterização das capacidades e apetências dos seus alunos, realizar um

bom encaminhamento vocacional destes, canalizando-os para cursos ou áreas adequados (Gardner, 1995: 66). Assim, esta linha de pensamento poderá auxiliar os professores na prossecução de uma gestão curricular adequada. Consequentemente, a abertura de cursos e a formação de Conselhos de Turma, deverá ter em conta as características dos alunos que os irão futuramente frequentar. Desejavelmente, dever-se-á apoiar os docentes nesta tarefa de aproximação do ensino às capacidades dos seus alunos oferecendo formação específica e fornecendo os recursos suficientes para a leccionação dos conteúdos curriculares destes cursos.

Segundo a Teoria das Inteligências Múltiplas, não se torna obrigatoriamente necessário que as políticas educativas e gestionárias da escola mudem radicalmente para que se possa operar dentro dos seus moldes, bastando somente que se adequem os métodos pedagógicos existentes. Derivado à grande complexidade de todo o processo educacional, a escola é coadjuvada no cumprimento das suas funções por outras pessoas e instituições. Conclui-se ser fundamental o compromisso dos encarregados de educação no percurso escolar dos seus educandos tal como o apoio e envolvimento de instituições de cariz cultural, profissional e comercial.

### **3.º Capítulo - A Escola e a relação com o Meio**

#### **3.1. A relação da Escola com a Comunidade**

##### **3.1.1. Parcerias e Partenariado**

Da mesma forma que os professores interagem de forma a atingirem os seus objectivos, também os estabelecimentos de ensino geram relações de parceria com empresas e instituições, públicas e privadas, a fim de concretizarem os seus intuitos. O partenariado e a criação de relações de parceria são actualmente estratégias amplamente utilizadas por empresas e instituições, que gerando sinergias e agregando recursos, conseguem mais rapidamente e menos onerosamente atingir as suas metas.

##### **3.1.2. Origens e desenvolvimento do partenariado na política nacional**

Analizando a temática do Partenariado no nosso país, (Rodrigues & Stoer 1998), pode-se afirmar que se enquadra em duas correntes principais:

A primeira, defende que o partenariado não constituiu um princípio de acção tradicional. Observando por exemplo o sector rural, assente ancestralmente na produção agrícola em pequenas explorações particulares (minifúndios), ao invés de se verificar um sentimento de cooperação, percebia-se um forte sentido de territorialidade entre vizinhos. Outra corrente de opinião, defende o partenariado como uma prática vulgarizada, estando este consignado no direito de estabelecimento de sociedades, desde o séc. XIX.

Consideremos que o partenariado como princípio de acção, se consolidou com o surgimento das Misericórdias. Fundadas e geridas pela Igreja Católica, as Misericórdias forneciam um serviço social apoiado por um poder estatal muito

centralizado. Esta orientação viu o seu auge no período Salazarista do Estado Novo, época em que a fronteira entre Igreja e Estado se encontrava muito esbatida.

A designação formalizada de partenariado tem a sua aparição em Portugal com a introdução de Programas oriundos da Europa Comunitária. A designação de partenariado fica conotada com parcerias entre países, passando assim a assumir uma dimensão transnacional.

Pela mão da economista Manuela Silva, foram implantados projectos de “desenvolvimento comunitário”. Inicialmente integrando o Gabinete de Estudos Sociais e posteriormente como directora do Serviço de Promoção Social, Manuela Silva desenvolve trabalhos segundo uma linha de pensamento alternativa à corrente principal, partidária de que desenvolvimento se resumia a crescimento económico.

Desafiante ao regime totalitarista vigente, Manuela Silva estimula o trabalho das populações e instituições locais, em parceria, com o fim da resolução dos seus problemas.

Tomando o desenvolvimento como resultado de uma prática multidisciplinar, Manuela Silva acredita numa actividade baseada em projectos experimentais, explorando as potencialidades de líderes locais, designados por ela como “forças vivas”, e conjugando esforços com as populações locais. Citando Silva, (1964: 498), “A técnica de desenvolvimento comunitário implica a união de esforços entre populações locais e poderes públicos, com vista à melhoria da situação económica, social e cultural do país ou da região”.

Numa perspectiva de operacionalização de um modelo de cooperação para uma optimização das condições socioeconómicas dos portugueses, surge a redacção de documentos preparatórios da proposta de IV Plano de Fomento, fomentando a articulação dos sectores da saúde, trabalho e segurança social.



Esta série de documentos, refere a urgente necessidade de conformar a actuação dos agentes económicos, com vista uma maior satisfação das necessidades colectivas relativamente a factores como a educação, cultura, habitação, transportes, entre outros.

No início da década de setenta, o país assistiu ao desaparecimento de uma filosofia de cooperação e desenvolvimento comunitário multidisciplinar, com a extinção do Serviço de Promoção Social. Dois anos depois, dar-se-á a revolução de Abril, e com ela o surgimento um novo projecto societal.

O ano de 1974 veio gerar um novo sentimento no povo português, de mais solidariedade, iniciativa, e de maior entusiasmo no que se refere a associativismo.

Alberto Melo, director geral da Educação Permanente, entre Novembro de 75 e Julho de 76, promove acções de ensino de adultos, com a particularidade de serem realizadas por associações locais em conjunto com departamentos governamentais. Nesta linha, a Campanha Nacional de Alfabetização deu um contributo notório, centrando a questão da alfabetização na comunidade e não no indivíduo. Nestes moldes, foram criadas inúmeras associações populares de educação.

O sucesso destas acções, cuja tónica foi o partenariado, deveu-se a um conjunto de factores dos quais se destacam, o súbito entusiasmo popular, o vazio de poder observado após a queda do regime ditatorial e a forte iniciativa da Direcção Geral do Ensino Permanente (DGEP).

Se os meados dos anos setenta foram o trampolim para a propagação deste princípio de acção, os anos oitenta com a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia, representaram o auge deste espírito. A proposta de programas de desenvolvimento a partir de fundos vindos de Bruxelas, despoletaram uma vaga de iniciativas nunca antes observadas no nosso país. Prevista nas candidaturas a estes programas, estava a exigência

de parceria, pelo que as instituições compulsivamente procuraram os seus parceiros.

Parceria passa a ser a “palavra-chave” em bastantes documentos oficiais emanados nessa época.

Críticos a estes programas acusam o Estado Português de não ter tido a capacidade de accionar mecanismos de normalização contratual e cultural da sociedade portuguesa.

Os primeiros anos da década de noventa, foram férteis na celebração de acordos relacionados com salários e preços, saúde, formação profissional e higiene e segurança no trabalho. Assim comprometeram-se parceiros sociais, numa tentativa de supressão da crise, modernização de alguns sectores e manutenção de postos de trabalho.

No âmbito do Programa Europeu para a Integração Socioeconómica de Grupos Menos Favorecidos, foram desenvolvidos perto de uma centena de projectos, tendo sempre o parceria como metodologia central, tanto na realização destes, como na sua avaliação. Factores como a articulação de recursos, metodologias e estratégias, a necessidade de adopção de conceitos e objectivos-chave, a optimização da comunicação interna ou com instituições externas ao projecto, são aspectos fortemente avaliados, sempre sendo o parceria, elemento central.

Acompanhando esta tendência de realização conjunta de projectos de índole social, nasce em 1991 a Direcção Geral de Acção Social.

Em 1993, com o intuito de resolver problemas de habitação, surge o Programa Especial de Realojamento, que expressamente referia o interesse de estabelecimento de protocolos entre a administração central, o poder local e organizações não lucrativas de solidariedade social.

É digno de menção, o facto de o parceria ter tido uma expressão heterogenia no nosso país, diferenciando entre zonas rurais, semi rurais e urbanas.

Percebe-se que entrecruza o conceito europeu mais formal, com o conceito de parceria, baseado em lógicas sociais e culturais locais.

As políticas de orientação social em Portugal, sofreram desde os anos sessenta uma forte influência externa, sobretudo europeia. Com a sua integração na Europa Comunitária, Portugal absorveu quase na sua totalidade, orientações europeias de cariz social.

Após a mudança de regime em 1974, Portugal, que até aí assumia um papel de complementaridade no que dizia respeito a políticas de apoio social, passa agora a se comprometer como provedor de bem-estar a populações incapazes de acompanhar o mercado, em campos como a saúde, a habitação ou a educação.

Enquanto que durante o anterior regime a provisão de bens e serviços básicos era coadjuvada pela acção de relações de parentesco, amizade ou vizinhança, agora o estado compromete-se na sua totalidade a minimizar estas carências.

Portugal partiu para a implementação de um estado de bem-estar universal em desvantagem em relação a outros países europeus, por dois motivos principais: Por um lado, atravessava um período de grande adversidade em termos sociopolíticos; para além das mudanças políticas mais ou menos conturbadas que aqui se operavam, estava a atravessar-se um período de acentuada recessão económica.

Devido a isto, o sentido das orientações político-sociais nacionais pautavam pelo “estatismo, colectivismo e pelas virtudes do público”, enquanto que as orientações dos restantes países europeus sublinhavam o “civilismo, individualismo e privatismo”.

Portugal investiu seriamente implementando as seguintes medidas:

- 1) A criação de um sistema integrado de segurança social;

2) a compensação de vários riscos e situações relacionadas com o trabalho (maternidade, infância, acidentes de trabalho e doenças profissionais);

3) a criação de um sistema nacional de saúde;

4) a instituição do salário mínimo nacional.

As mudanças resultantes da aplicação destas estratégias, geraram para além da polarização entre intervenção estatal e iniciativas privadas, normalmente sem fins lucrativos, também no desenvolvimento de uma sociedade de bem-estar, mais ainda do que um estado de bem-estar.

Assim, relativamente à nossa realidade, podemos definir três períodos distintos na evolução da sociedade de bem-estar:

- Um período de aumento de implantação de políticas distributivas, quer através do aumento dos salários directos, quer pela implementação de políticas sociais ou salários indirectos.

- Com o advento da integração de Portugal na Comunidade Europeia nos anos oitenta, uma desvalorização progressiva dos direitos sociais, a par de uma remercadorização de bens e serviços.

- A integração portuguesa na União Europeia e em consequência uma influência notória de Bruxelas quanto a avaliação e reorientação da provisão social.

Na década de oitenta observou-se o aparecimento de duas tendências de orientação da política social, no que respeita à sua privatização: uma propunha uma revisão constitucional no sentido de *facilitar a penetração das provisões mercantis no domínio social*, outra no sentido de *transferir equipamento e benefícios sociais para a administração privada*.

Estas medidas foram amplamente aceites, verificando-se a transferência de bens sociais para instituições sem fins lucrativos, aliviando o estado de uma responsabilidade financeira no domínio do apoio social.

### **3.1.3. Âmbito e forma dos Partenariados na actualidade**

O Partenariado é tomado actualmente como uma nova forma de solidariedade. Numa época de “destraditionalização” das nações, em que a globalização se torna incontornável, palavras como “partenariado” e “rede”, fazem cada vez mais sentido na formação de consensos a nível mundial.

No nosso país, prevalecem as velhas formas de solidariedade, aliadas a novos modos de pensar e agir, com o propósito de atingir objectivos.

Após análise de alguns casos de partenariado ocorridos no nosso país, poder-se á concluir que os seus objectivos podem ser inseridos em dois dos três modelos de partenariado propostos por (Craig 1994), nomeadamente os de provisão (*delivery*), e de acção, (*agency*), não tendo sido observado um número relevante de casos que se englobassem no modelo de Intermediação” (*brokerage*).

O modelo de provisão provem de objectivos de:

- a) Desenvolvimento de infra-estruturas a nível local;
- b) distribuição de serviços e afectação de recursos para a sua provisão;
- c) desenvolvimento de novas ideias para a distribuição de serviços e,
- d) contributo para a mudança de atitudes para e valorização das culturas locais.

O modelo de acção está relacionado com objectivos que considerem:

- a) A provisão como um factor de menor importância,
- b) a elaboração de programas para provisão;
- c) a distribuição de recursos para os serviços e organizações. (Craig 1994)

O modelo de provisão é grandemente observado em programas cujo princípio de acção é o partenariado, princípio este de cariz formal e institucional, enquanto que o modelo de acção se encontra em iniciativas em que a relação entre as partes se identifica com o conceito de parceria, mais informal e menos definido, operando-se normalmente entre organizações de mediação local. Nestes casos a relação de parceria, coexiste com o de partenariado.

Os programas e iniciativas de desenvolvimento social, têm como intuito apoiar tanto a grupos populacionais, agregados familiares e indivíduos que se encontrem em situação de precariedade ou exclusão social, como a associações e micro empresas que desempenhem um papel de sustentabilidade do local onde se inserem. Nestes casos, é assumida entre as partes uma postura de parceria, por vezes geradora de ambiguidades e frequentemente demasiado informal, em que se confunde relação de parceria com relação colegial ou de amizade, não havendo uma definição concreta de papéis e “regras do jogo”.

Neste sentido, prevê-se a avaliação de candidaturas de projectos, estabelecendo-se requisitos mínimos para a formação de relações de partenariado, por exemplo, a existência de objectivos comuns entre parceiros, um visível sentido de responsabilidade e definição de regras.

Parece ponto assente que os partenariados formais gozam de grande credibilidade, pelo facto de se suportarem em fundos garantidos, em grande parte provenientes da Comunidade Europeia. Associações e organizações não governamentais acreditam ser possível a realização de projectos não dependentes de financiamentos externos, desde que apoiadas por entidades mediadoras que funcionem como *interface* entre parceiros, entidades estas que estimulam e promovem consensos, tão necessários em projectos comuns.

Assim poder-se-ão seleccionar algumas vantagens e desvantagens que advêm do trabalho em partenariado. No caso das vantagens temos:

- a) a reunião de recursos num fundo comum;
- b) a aquisição de conhecimentos com base em saberes comuns;
- c) a visibilidade dos projectos;
- d) a possibilidade de influenciar políticas nacionais, (propiciam a formação de grupos de pressão);
- e) a facilidade de criação de estruturas locais com fins variados;
- f) o reforço da confiança, colaboração e reciprocidade.

Como desvantagens constata-se:

- a) a concepção flexível do trabalho. Normalmente estes projectos afastam-se de uma base contratual tradicional, com factores garantidos como por exemplo um salário fixo ao fim do mês, não sendo tão cativante;
- b) a ilusão da ajuda externa. Normalmente estes projectos são financiados por programas que exigem um mínimo de garantias para uma boa aplicação dos seus fundos. Frequentemente, estas garantias tornam-se difíceis de dar, e os fundos muitas vezes canalizados indevidamente;
- e) o desperdício de tempo em negociações entre parceiros, por vezes por cada um deles possuir diferentes lógicas de acção e diferentes concepções de desenvolvimento;
- f) o voluntarismo ingénuo no que diz respeito a políticas sociais.

Segundo o ponto de vista das organizações empregadoras, a União Europeia continua a fomentar o partenariado, estimulando o trabalho em associação de empresas (joint ventures), tal como o estabelecimento de redes com a finalidade de criar e manter contactos entre empresas de diferentes países, especialmente os mais desfavorecidos como é o caso de Portugal. Para tal, tem-se organizado anualmente o Europartenariat.

Da parte das empresas portuguesas tem-se percebido um grande interesse neste tipo de eventos principalmente pelo facto de se estabelecerem relações propícias à abertura de novos mercados.

Ao nível da indústria as relações de partenariado têm se estabelecido sobretudo entre parceiros económicos, mas também de uma forma mais tímida entre empresas e autarquias. As entidades empregadoras consideram que os

sindicatos continuam a manifestar as suas preocupações principalmente no que diz respeito a questões salariais, em vez de se focalizarem nos direitos sociais e humanos básicos. Esta tendência poderá ser contrariada por pressões externas, nomeadamente da união Europeia, através de estratégias endógenas com a finalidade de resolução de problemas nacionais básicos.

Assim poder-se-á perceber a postura centralizadora que o Estado Português assume, apesar de possuir um fraco poder de provisão. O Estado desenvolve mecanismos de controlo, em vez de assumir um papel de interlocutor com outros agentes, não propiciando uma relação construtiva entre este e outros promotores sociais. Apesar desta tendência centralizadora, verifica-se a existência de uma sociedade de providência, promovida por redes de micro solidariedades, de relação mais ou menos informal.

Continua-se a observar uma grande implantação de programas orientados por instituições relacionadas com a Igreja Católica, a par com outras organizações, como são o caso de Associações de Pais. Poderemos afirmar seguramente que estes programas continuam fortemente ligados ao poder central, nomeadamente em termos financeiros, questionando-nos quanto à sua autonomia real.

Na sequência da aplicação de políticas tendo em conta o desenvolvimento de um Estado de bem-estar, constata-se a existência de três linhas de percurso: uma que refere o reconhecimento e consagração de direitos sociais; outra relativa à territorialização das medidas tomadas, em grande parte pela existência de grandes assimetrias socioeconómicas ao longo de todo o território nacional, e uma terceira, de fragmentação das medidas e programas aplicados, ao invés de uma coerência entre projectos levados a cabo numa determinada região.

Conclui-se também a importância da influência da União Europeia, no que concerne à promoção de programas, com a finalidade de resolver problemas sócio económicos, reforçando partenariados interinstitucionais, tendencialmente mais formais e plurisectoriais.



### **3.1.4. O partenariado como princípio de acção no Sistema Educativo Português**

Em Portugal, o partenariado tem sido nos últimos vinte anos uma forma de consolidar projectos conducentes à concretização da política educativa prevista na Lei de Bases de Sistema Educativo (Lei nº. 46/86, de 14 de Outubro).

O Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal, vulgo PRODEP, constou de uma série orientações, incluídas no Quadro Comunitário de Apoio, suportadas por pacotes financeiros provenientes de Bruxelas, que se propunham contribuir para:

- "...generalizar o acesso à educação, preconizando uma expansão acentuada do número de alunos no sistema e estabelecendo metas para as taxas de escolarização;"
- "...modernizar as infra-estruturas educativas, preconizando a conservação e expansão do parque escolar, o reforço da construção de espaços desportivos, a generalização de acesso à informática e o desenvolvimento das mediatecas escolares."
- "...melhorar a qualidade da educação através da promoção de sucesso educativo, do desenvolvimento da formação e orientação vocacional e da formação continua de professores" <sup>1</sup> (in Cadernos "A Evolução do Sistema Educativo e o PRODEP").

O Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal (PRODEP) ajudou a proporcionar uma renovação no parque escolar, pela construção de novas infra-estruturas e na manutenção de outras já existentes, mas também fomentou a formação de professores por via de acções de formação desenvolvidas pelos centros regionais de formação, tal como pelas Profissionalizações em Serviços conferidas por Escolas Superiores de Educação, financiadas por estes mesmos fundos.

Outro tipo de protocolos são firmados entre escolas, empresas e autarquias, respeitantes a realização de estágios profissionalizantes, ministrados a alunos finalistas ou em frequência de Cursos de Educação e Formação, com vista à sua inserção na vida activa. Escola e entidades empregadoras laboram juntas, com o intuito de reduzir a exclusão social, por parte de alunos sinalizados por serem portadores de dificuldades cognitivas, desmotivação em relação à escola e idade acima da escolaridade obrigatória.

### **3.2. As relações Escola / Família**

A celebração de relações de parceria entre os estabelecimentos de ensino e instituições ou empresas representam um factor importante na gestão das escolas. O papel das escolas na região a que pertencem passa frequentemente para além do propósito de ensinar. A integração de jovens na vida activa, particularmente jovens em risco é cada vez mais uma responsabilidade atribuída à escola. Escola e empresas assumem responsabilidades partilhadas no campo da inserção social e laboral de jovens, nomeadamente em contextos de ensino técnico-profissional. A participação dos pais e encarregados de educação na vida da escola reveste-se de particular importância pois frequentemente constituem elos de ligação entre a escola e as empresas. A escola através dos seus órgãos de gestão intermédia, designadamente os Directores de Turma e os Coordenadores de Curso, estabelece a comunicação tanto com empresas como com encarregados de educação, com o intuito de informar, recolher informações, perceber necessidades ou expectativas. Funcionando as escolas (como no caso da escola em que se baseou a presente investigação) em ambiente de multiculturalidade, a comunicação entre os Directores de Turma e os encarregados de educação, torna-se por vezes difícil e delicada, porém imperativa.

### **3.2.1. A diversidade Cultural nas escolas de hoje**

De facto a sociedade actual revela-se cada vez mais heterogénea, culturalmente, social e economicamente, e esta realidade reflecte-se na escola. Sobretudo nos centros urbanos e litoral, pode-se constatar que a escola acolhe no seu seio alunos cujas proveniências se estendem aos cinco continentes, sendo estes, detentores de culturas e formas de encarar a vida e interpretar a realidade completamente distintas. Inclusivamente as expectativas que os alunos depositam no seu futuro e as representações que fazem da escola diferem abismalmente, condicionando directamente o seu desempenho escolar.

Relativamente ao distanciamento cultural dos alunos em relação à cultura da escola percebe-se ser um factor relevante e comprometedor do seu sucesso. Tal como, Luísa Cortesão (1978:52) refere, “ Esta distância que separa a cultura que as crianças possuem, da cultura que a escola reproduz e sanciona, foi interpretada em termos de handicap cultural, handicap esse que se procura vencer na escola com actividades de compensação.”

Reforçando este argumento, Pierre Bordieu, (1970:100), refere que quanto menor a distância entre a cultura escolar e a cultura do meio de pertença, (cultura ligada à socialização) maior será a taxa de sucesso.

De facto cabe à escola colmatar este fosso cultural, fazendo uma gestão mais personalizada tanto pedagógica como de recursos, adaptando os conteúdos leccionados em algumas disciplinas ao(s) publico(s) alvo(s) que tem perante si, fornecendo recursos a alunos mais carenciados.

.

Na tomada de decisões respeitante à abertura de Cursos de Educação Formação, há que ter em consideração a realidade social da região onde a escola se insere, o seu tecido industrial e as suas necessidades reais. Não é legítimo formar alunos numa determinada área profissional para a qual a região não tem necessidade, só pelo facto de a escola possuir os recursos físicos e humanos para o fazer. A escola tem obrigação de ir mais além e proporcionar

formação aos docentes nas áreas realmente necessárias e adquirir meios e equipamentos para assim poder abrir os cursos mais adequados, possibilitando assim a formação de técnicos qualificados com possibilidades de integração imediata no mercado de trabalho.

### **3.2.2. O Papel do Director de Turma**

O cargo de director de turma reveste-se de uma multiplicidade de funções e competências como talvez nenhum outro actor, nesta organização complexa que é a escola.

Cabe ao director de turma cf. (Coutinho 1998:34) conhecer cada aluno e seus antecedentes no que se refere ao seu rendimento escolar, capacidades, interesses e dificuldades, a relação do seu rendimento escolar com a média do rendimento da turma, o seu grau de integração na turma, a sua postura perante a escola, a sua relação no seio da família, personalidade, entre outros factores.

Quanto às suas tarefas em relação à turma, o director de turma tem por obrigação esclarecer qual o seu papel e campo de acção, dar informações relativas a reuniões de avaliação, dar a conhecer as orientações da escola e quais as saídas profissionais dos seus alunos.

Deverá conhecer a turma no tocante ao seu aproveitamento geral, ao seu contexto socio-económico, expectativas de futuro principalmente de índole profissional, a dinâmica do grupo-turma e a proveniência dos novos alunos que integraram a escola.

O director de turma proporcionará um clima de confiança incutindo um espírito de cooperação entre os alunos da turma e deverá fomentar uma maior participação da turma na vida da escola, participando e promovendo actividades e acções, bem como recolhendo sugestões e informações referentes à vida da escola.

Inerente a este cargo, está também o acompanhamento aos alunos com maiores dificuldades, àqueles que manifestarem um desejo de participação e o apoio aos seus projectos.

A família tem uma importância vital no percurso escolar dos seus educandos, e por esse facto, cabe ao director de turma informar os encarregados de educação sobre todas as actividades da escola, sobretudo as directamente relacionadas com a turma, como por exemplo o calendário de visitas de estudo. Terá de pôr ao corrente os encarregados de educação no que diz respeito ao comportamento e aproveitamento dos seus educandos.

É igualmente desejável que o Director de Turma leve a cabo uma recolha de informações sobre o aluno e sua vida familiar, solicite sugestões e incuta uma atitude positiva e activa perante a escola, se possível, e quando necessário, contribuir para a construção de um bom ambiente familiar, propício ao desenvolvimento do aluno.

Frequentemente, é atribuído o cargo de director de turma a docentes que não possuem competências básicas para o exercício desta função, pois esta incumbência é dada na maioria das vezes para completar horário. No contexto nacional de grande mobilidade docente, a professores que chegam pela primeira vez a uma escola é amiúde atribuído este cargo sem que haja uma conversa prévia para se perceber se o docente em questão possui ou não estas competências. Não se verifica na maioria dos casos uma selecção eficiente dos futuros directores de turma.

Em muitos casos, é o director de turma, aquele que influencia mais o desempenho e a postura geral da turma, pois é da sua responsabilidade a comunicação entre todos os actores no processo educativo.

### **3.2.3. A participação dos Encarregados de Educação na vida escolar dos seus educandos**

A conjuntura social actual dificulta a participação dos encarregados de educação, ou muitas vezes desculpabiliza estes por esta falta. Pretende-se desde já esclarecer a nossa preferência pela utilização do termo encarregados de educação em vez de pais: o conceito de família evoluiu para uma estrutura frágil e instável, sendo que se verificam inúmeros casos de famílias monoparentais, crianças que vivem com tios, avós, que hoje vivem com um parente e amanhã já poderão viver com outro. A estabilidade e consistência da família não parece mais ser um valor a cultivar, mas algo quase aleatório, que se pode ou não atingir. Também a chegada ao nosso país de cidadãos de outras culturas tem contribuindo para este facto; os conceitos de família são diferentes de continente para continente, de religião para religião ou entre diferentes sistemas políticos.

Em muitos casos percebe-se que os encarregados de educação assumem uma certa anomia em relação ao percurso escolar dos seus educandos, pelo facto de nunca terem tido na sua vida um contacto efectivo com a instituição escola. Verifica-se que encarregados de educação portadores de uma escolaridade precária, dificilmente se deslocam à escola, sentindo-se inibidos em participar em reuniões de encarregados de educação, em fazer contactos regulares com o director de turma ou mesmo tratar de assuntos administrativos com a escola, pois receiam não reunir competências para tal. Como estratégia para motivar os encarregados de educação a estabelecerem uma relação mais estreita com a escola e consequentemente a criar hábitos de participação na vida escolar dos seus educandos, a escola poderá organizar encontros informais envolvendo pais, alunos, professores e funcionários, tais como festas de final de período ou santos populares, (Sá, 2004:120).

### **3.2.4. Envolvimento dos Encarregados de Educação em actividades de aprendizagem**

Epstein, (1995) defende como essencial o acompanhamento dado pelos pais em casa, pois é aí que se desenvolvem grande parte das aprendizagens do aluno. A investigadora sugere que os pais discutam, monitorizem, estimulem e orientem a realização dos trabalhos dos seus filhos, tal como os auxiliem na realização dos seus trabalhos de casa. Para isso, a escola terá a possibilidade de orientar os pais, organizando cursos adestrando-os ao nível das técnicas e métodos de estudo. A realidade da Escola portuguesa encontra-se muito longe desta perspectiva, parecendo inclusivamente querer *divorciar* os encarregados de educação da escola, mantendo-os a uma distância de segurança suficiente para que não se apercebam das suas carências e handycaps, mantendo-os longe da sua gestão, conforme diz Sá (2004:108).

### **3.2.5. Participação na tomada de decisões**

Sobretudo a partir dos anos setenta, tem-se observado a nível europeu uma maior participação social na gestão das escolas. Nuns países com maior intervenção que outros, esta participação encontra-se legislada e é já uma realidade. No nosso país, provavelmente por vivermos numa democracia ainda jovem, a posição dos encarregados de educação na gestão da escola encontra-se ainda limitada. O único órgão em que tanto alunos como encarregados de educação têm assento é a Assembleia de Escola, sendo este em muitos casos um órgão meramente ratificativo das decisões tomadas no Conselho Executivo.

Onde os encarregados de educação têm já uma longa tradição é ao nível das Associações de Pais, estabelecendo parcerias com a escola e com outras instituições, através do seu trabalho em A.T.L. e organizando colónias de férias. A importância dos A.T.L., não se limita à ocupação dos tempos livres dos alunos, mas também ao acompanhamento dos seus estudos e organização de eventos de carácter lúdico, envolvendo a restante comunidade.

### **3.2.6. O auxílio das escolas às famílias**

É neste sentido que a escola pode assumir um papel pedagógico perante os encarregados de educação. Conforme Epstein, (1997:7) citada por Sá, (2004:112), “Help all families establish home environments to support children as students”, (a escola pode fornecer uma preparação para os pais exercerem uma paternidade mais eficiente). A escola pode dar aos pais, informações sobre higiene, alimentação, segurança e bem-estar da criança. É muito importante que os pais tenham uma boa auto-estima e uma atitude positiva perante a escola. Conclui Sá, (2004:111) referindo-se a Epstein, (1997:10) que:

- Quase todas as famílias se preocupam com o percurso académico dos seus educandos e desejam o seu melhor, desejando que a escola lhes forneça mais e melhor informação, de modo a melhor colaborar com esta;
- grande parte dos professores e administradores desejam o envolvimento das famílias na escola mas a maioria não sabe como o estabelecer eficazmente, por isso receiam promover-lo;
- quase todos os alunos consideram vantajoso o fornecimento aos seus encarregados de educação de informação a respeito das actividades escolares, desejando ser agentes promotores da comunicação estabelecida entre a escola e a família, porém sentem necessidade de mais orientações para assumirem esta incumbência.

### **3.2.7. A comunicação escola-família e família-escola**

Num contexto de interacção entre os diversos actores educativos, Sá (2004:115) refere a prática corrente de comunicação entre a escola e os pais por via de reuniões de pais com o Director de Turma, recepções deste com cada encarregado de educação em particular, através do envio de fichas informativas sobre o aproveitamento, assiduidade e comportamento do educando, divulgação de informações respeitante a actividades escolares, cursos e saídas profissionais, para além da auscultação dos pais para sondagem de eventuais reclamações e sugestões. Neste caso, o referido autor



acusa a escola de manipular a informação, aproveitando-se da vantagem de existir uma “distância social” entre a família e a escola, observando-se uma assimetria de posições. A escola controla a informação e só fornece a que lhe convém, descartando-se por vezes de algumas das suas responsabilidades.

## **4.º Capítulo - A Escola e a Formação Tecnológica e Profissional**

### **4.1. O ensino técnico e profissional.**

Com vista a uma aproximação dos conteúdos a leccionar às características próprias dos alunos, verificou-se ao longo da história do ensino português a implementação de políticas educativas facilitadoras da criação de vias de escolarização de cariz profissionalizante. Desde o século XVII que se constata a existência de formas de ensino relacionado com profissões ou áreas profissionais, com o intuito de integrar socialmente jovens, nalguns casos em risco de exclusão social. Deste modo, consideramos pertinente a inclusão neste estudo de uma secção dedicada à história do ensino técnico em Portugal.

#### **4.1.1. Os primórdios do ensino técnico e profissional em Portugal.**

O Ensino Técnico e Profissional teve a sua génese em Portugal na segunda metade do século XVIII, (Pardal, 2003:15). Introduzido e mantido até à revolução liberal de 1820 por corporações particulares de artistas dos vários misteres, este tipo de ensino era tomado pelas elites, nomeadamente pelas elites rurais, como algo indigno, desprovido de nobreza. O trabalho manual e assalariado era considerado *degradante e indigno*, sendo as artes e ofícios desvalorizados e de dignidade social menor.

O ensino, que até à época do governo do Marquês de Pombal recaía sob a responsabilidade dos Jesuítas, era caracterizado por assumir um fundo aristotélico, teórico e humanista, dissociado da prática e da técnica. O ensino magistral monástico, dirigido sobretudo às elites vê-se confrontado com outro tipo de ensino, direccionado a outro tipo de população, com vista à formação de artífices. Percebe-se assim uma dicotomia entre humanismo e técnica, por

um lado suportada pela cultura do espírito de inspiração aristotélica e por outro pelo pragmatismo tecnológico associado à necessidade de desenvolvimento económico e industrial de um país tipicamente rural.

Inerente ao ensino técnico existia a ideia de que este se destinava aos alunos mais incapacitados, conferindo com mais veemência ao trabalho manual uma conotação negativa. Este conceito de menoridade do ensino técnico e profissional, está bem patente no que o ministro Augusto José da Cunha escreveu a propósito da revisão dos programas das escolas industriais, em 1897: “ Redigir estes indispensáveis elementos de ensino, orientando-os segundo princípios práticos, extrahir tudo o que n’elles existe de abstracto, tornando o estudo ameno e acessível a inteligências de pouca cultura intellectual como aquellas que de ordinário mais procuram as escolas industriaes, incutir no ensino a feição essencialmente prática, tal é o pensamento do governo”, (Costa, 1990:92) citado por Pardal (2003:17).

Esta imagem pejorativa de que o ensino das ciências e tecnologias gozavam, era uma concepção generalizada das esferas de influência da cultura e política do Portugal de então. Poder-se-á constatar pelos depoimentos de duas figuras notáveis que apesar de terem nascido exactamente cem anos um depois do outro, mantinham semelhante opinião a respeito da educação em geral e particularmente deste tipo de ensino. O médico e pedagogo, Ribeiro Sanches (1699-1782) critica a disseminação generalizada do ensino, referindo: “Que filho de Pastor quererá ter aquele officio de seu pai se à idade de doze anos souber ler e escrever?”. Almeida Garrett (1799-1854), que ao ano de 1823 exercia o cargo de chefe de repartição do Ensino Público, (Carvalho, 1986:545) distingue claramente o ensino das humanidades do ensino das tecnologias proferindo: “entendo por educação nobre, e entenderei onde quer que repetir a expressão, a de todo o educando não destinado a officios ou empregos mecânicos” (Garrett, 1904: 43). Esta visão redutora da educação, conveniente para a defesa dos interesses de alguns, foi responsável pelo immobilismo económico e social de um Portugal que não soube tirar partido de uma Europa em tempos de mudança.

No período temporal que mediou as vidas dos dois notáveis referidos, o ensino técnico que era anteriormente ministrado quer por corporações de artífices, quer por outras agremiações religiosas e caritativa passa por ordem do Marquês de Pombal, a ser controlado pelo Estado. Foi pela pena deste que foram decretadas a criação das Aula de Comércio em 1759 e da Aula de Náutica em 1764, sediadas em Lisboa e no Porto respectivamente. Ao ano de 1768, D. José I institui a Aula de Desenho e Fábrica de Estuques e a Aula Oficial de Gravura Artística, controladas respectivamente pelos directores da Real fábrica das Sedas e da Imprensa Régia.

Já após o reinado de D. José I, foram abertas as Aulas de Debuxo e Desenho no Porto (1779), a Aula Pública da cidade de Lisboa, a Aula Régia de Desenho e Figura, e a Aula de Desenho da Casa Pia (1781).

#### **4.1.2. A Aula de Comércio**

A Aula de Comércio, instituída como já anteriormente referido pelo Marquês de Pombal, secretário de Estado dos Negócios do Reino, marcou, na opinião de diversos autores (Fernandes, 1975; Serrão, 1985; Carvalho, 1986; Bustorff, 1988; Gomes, 1989; Martinho, 1993; e Martins, 1996) o início do ensino técnico em Portugal. A implantação desta Aula decorria da desordem observada nas contas dos comerciantes, fruto da incompetência destes para o registo e manipulação de números, moedas, pesos, medidas e falta de congruência nos câmbios. A adopção por todos os comerciantes de um método de gestão financeira, vigente em toda a Europa, (o método italiano), era tido como prioridade para que se conseguisse um maior desenvolvimento económico e sucesso empresarial.

Constam dos estatutos desta Aula que deveria ser presidida por um ou dois mestres, e frequentada por vinte assistentes e outros tantos supranumerários, de idade superior a catorze anos que dominassem a leitura e a aritmética. Para motivar os alunos no cumprimento das tarefas propostas nesta Aula, era-lhes atribuído um incentivo monetário, entregue após a realização com

aproveitamento dos primeiros exames, no final do primeiro ano. Estes alunos, ao fim de três anos de frequência deste curso, recebiam uma certidão que lhes concedia preferência a lugares de emprego, cuja nomeação proviesse da Junta de Comércio.

A Aula de Comércio representou um papel de notável importância na escolarização técnica nacional, tendo continuação até ao século XIX, passando a designar-se em 1844 de “Secção Comercial do Liceu de Lisboa” e posteriormente, ao ano de 1869 se proceder a sua transferência para o “Instituto Industrial e Comercial de Lisboa”. Foi neste instituto que em 1884, o ministro António Augusto Aguiar cria os cursos elementar e superior de comércio.

#### **4.1.3. A Casa Pia**

A criação da Casa Pia em 1780, deve-se ao Intendente de Polícia Pina Manique com o intuito de retirar das ruas de Lisboa, órfãos e crianças desamparadas. Os propósitos iniciais da Casa Pia estão patentes num estudo de 1892, (Pardal, 2003:24), do qual se pode ler: “Não foi porém criada a Casa Pia obedecendo a qualquer plano determinado, apenas foi um modo de limpar a cidade do grande número de crianças miseráveis e vagabundas, de um e de outro sexo, que a enxameavam e a quem tal princípio de vida transformaria em futuros criminosos”.

Esta instituição encerrava em si a missão de ensinar a estas crianças os preceitos de vários misteres e manufacturas, tais como o *fabrico de brins, lonas, cabos e tecidos de algodão, seda e linho*. Possuía também oficinas de alfaiate, sapateiro, carpinteiro, ferreiro, latoeiro, canteiro e relojoeiro. Porém, não se poderá estabelecer uma ligação quer conceptual, quer institucional entre a Casa Pia e o ensino que se viria a estabelecer em meados do século XIX.

#### **4.1.4. A expansão da Economia**

O crescimento económico observado desde os finais do século XVIII e que se estendeu pelo século XIX, foi em grande parte responsável pelo desenvolvimento de que o ensino técnico gozou. A crescente necessidade de mão-de-obra qualificada foi a força motriz para a abertura de novas escolas e cursos. Se o Marquês de Pombal contribuiu para o ordenamento comercial das colónias e o desenvolvimento industrial do país, Fontes Pereira de Melo, fomentou a construção de novas infra-estruturas conducentes ao desenvolvimento dos transportes e comunicações. Simultaneamente ao contributo que deram ao desenvolvimento económico do país, estes dois intervenientes da política nacional assumiram um relevante papel no incremento do ensino técnico; o primeiro criando a Aula de Comercio, o segundo reconhecendo a sua inigualável importância através do Decreto de 30 de Dezembro de 1852.

Acompanhando a ascensão da economia e da indústria em Portugal, a classe burguesa toma lugar de destaque na intervenção política nacional. Inicialmente pela mão do Marquês de Pombal, a burguesia inicia a sua incursão nos domínios da economia, tirando partido das conjunturas políticas que se seguiram: o triunfo da Revolução Liberal, as reformas de Mousinho da Silveira e a Regeneração (1851), em que Fontes Pereira de Melo contribui para o desenvolvimento dos transportes e comunicações. A burguesia coadjuvante neste processo de desenvolvimento económico e tecnológico, foi indirectamente uma das facções que mais contribuíram para a disseminação e credibilização do ensino técnico, dada a exigência que se fazia notar em contratar técnicos qualificados.

Mantinha-se a dicotomia técnica/humanidades no pensar das elites culturais, políticas e económicas da época. Por um lado o ensino secundário, erudito, *estéril* e pouco pragmático, por outro, o ensino técnico apoiado pelos liberais, nomeadamente por Passos Manuel, pelo já mencionado Fontes Pereira de Melo e por José Luciano de Castro. O positivismo foi a corrente filosófica que deu corpo à argumentação de muitos, favoráveis à valorização do ensino das

ciências e tecnologias. Este apoio é dado de forma inovadora por Ramalho Ortigão que defende fervorosamente a implementação generalizada do ensino técnico. Ramalho considera que este tipo de ensino contribui para o desenvolvimento do indivíduo e da economia do país, chegando a afirmar que era consentâneo com “o nível geral de inteligência e da capacidade de um povo”. Este intelectual, propõe situar o ensino técnico entre a instrução primária e o ensino secundário clássico.

Portugal, ao invés da restante Europa, possui à época uma indústria pouca expressiva, porém, as classes políticas e sociais, nomeadamente a burguesia assumem a emergência de uma mudança. A burguesia, tendo em vista uma evolução inevitável da actividade industrial do país, acalenta a ideia de reformar o ensino, dando maior destaque ao ensino técnico em detrimento da instrução secundária clássica. Com efeito, Passos Manuel, secretário de Estado dos Negócios do Reino, produz legislação que prevê a reforma do ensino e a criação dos liceus. Passos Manuel admite que o sistema de ensino clássico vigente não acrescenta ao aluno o desenvolvimento científico e técnico tão necessário para a formação de profissionais competentes. Com vista a dar a todos aqueles que não pretendessem alcançar o ensino superior os conhecimentos e técnicas para exercer as suas funções profissionais e cívicas, foram criados os primeiros liceus em 1840, que incluíam nos seus currículos “princípios de economia política, de comércio e de administração pública” (art.38, 8.º). Assim, foram abertos dois em Lisboa, um no Porto, seguindo-se na cidade de Coimbra, ficando legislada a obrigatoriedade de construção de um liceu em cada capital de distrito. Nos liceus eram leccionados os “princípios de química, de física e de mecânica, aplicados às artes e ofícios”.

Fontes Pereira de Melo defende que a gestão das indústrias agrícolas e fabris, do comércio e das obras públicas devesse ser da responsabilidade de um ministério independente do Ministério do Reino, de modo a agilizar e economizar meios e recursos conducentes ao seu desenvolvimento. Assim, passa a assumir o cargo de ministro regenerador das Obras Públicas. Para além do contributo que Fontes Pereira de Melo deu para a modernização das comunicações e transportes, foi promotor da divulgação do ensino técnico. De

facto, com a promulgação do Decreto de 30 de Dezembro de 1852, foi instituído o ensino industrial autónomo, sob tutela do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. São deste modo criados o Instituto Industrial de Lisboa e a Escola Industrial do Porto (art. 10.º e 17.º), estando os currículos repartidos em três graus: Elementar, Secundário e Complementar (art. 1.º).

O ensino elementar era considerado como um patamar preparatório para o ingresso no ensino industrial. Dos cursos existentes, constavam um número de disciplinas teóricas, de índole técnica e de disciplinas oficiais relacionadas com a área industrial abordada pelo curso. O ingresso só era permitido a jovens maiores de doze anos, que soubessem *ler e escrever e de não ter moléstia contagiosa*, (art.º 22 ).

Os curso previstos pela lei, (art.º 8 do Decreto de 30 de Dezembro de 1852), eram os seguintes:

- Curso de operário habilitado
- Curso de oficial mecânico
- Curso de oficial químico
- Curso de oficial forjador
- Curso de oficial fundidor
- Curso de oficial serralheiro ajustador
- Curso de oficial torneiro modelador
- Curso de oficial mestre mecânico
- Curso de oficial mestre químico
- Curso de director mecânico
- Curso de director químico
- Curso Geral.

Além do Ensino Industrial, Fontes Pereira de Melo é responsável pela implementação do Ensino Agrícola, por via do Decreto de 16 de Dezembro de 1852, de forma a introduzir na agricultura nacional, métodos de racionalização e optimização de recursos, com vista a tornar mais rentável e lucrativa esta actividade.



O Ensino Agrícola, à semelhança do Ensino Industrial, dividia-se em três graus: “o ensino mecânico das operações rurais, e rudimentar das doutrinas dessas mesmas operações; ensino teórico-prático dos processos agrícolas; ensino superior em que os princípios de ciência são apresentados com todo o desenvolvimento” (art. 1.º). Este decreto previa a leccionação do primeiro grau em quintas cultivadas, pelo menos numa em cada província. O segundo grau seria ministrado em três escolas regionais, uma em Viseu, outra em Évora e uma outra na Cidade de Lisboa. O grau de ensino superior passava a ser da responsabilidade do Instituto Agrícola de Lisboa.

A par destes dois tipos de ensino, funcionava já desde 1844 o Ensino Comercial, na Secção Comercial do Liceu de Lisboa, sendo somente no ano de 1866 publicado o *Regulamento da Escola de Comércio de Lisboa*.

João Crisóstomo, Ministros das Obras públicas implementa em 1864 um conjunto de reformas, no seio do ensino Industrial, com o objectivo de tornar este ensino menos pesado ao erário público. Deste modo far-se-ão alguns reajustamentos curriculares, aglutinando num tronco comum aos vários cursos as disciplinas teórico-práticas, continuando a serem ministradas as disciplinas oficiais, agora prevendo a possibilidade de serem leccionadas em oficinas particulares. Na mesma linha de contenção de custos, foi promulgado o Decreto de 30 de Dezembro de 1869, suprimindo alguns cursos, sendo o Ensino Comercial transferido do Liceu para o Instituto Industrial, passando-se este a designar de Instituto Industrial e Comercial de Lisboa.

Ao ano de 1881, operam-se novas reformas, desta feita pela pena de António Augusto Aguiar, que mais uma vez tenta rentabilizar meios e modernizar o sistema de ensino, adaptando-o às novas tecnologias que se desenvolviam nalguns países da Europa. Fonseca Benevides, à altura inspector do Ensino Industrial, visita a Inglaterra, a Alemanha, a França e a Itália, trazendo para o nosso país conhecimentos e materiais didácticos.

Estas reformas do sistema educativo não encerravam em si qualquer tipo de confronto ou ruptura com o sistema vigente, mas sim proporcionaram a

realização de alguns ajustes organizacionais e adaptações às contingências a que o Ensino Técnico estava sujeito.

Paralelamente ao Estado, a Igreja Católica mantinha a sua acção ao nível do ensino, contribuindo com a abertura em 1882 de mais uma instituição, as Oficinas de S. José no Porto. À semelhança do Colégio dos Órfãos de S. Caetano, em Braga e da Casa Pia de Lisboa, esta instituição servia essencialmente para recolher e amparar crianças entregues ao abandono, realizando porém um trabalho apreciável na formação de técnicos especializados. Estas instituições embora fora do controlo gestor do Estado, eram regulados por este.

A década de oitenta foi profícua na expansão do ensino industrial, assemelhando a sua estrutura, as suas práticas e os seus conteúdos às dos países europeus mais industrializados. Já na década de noventa registou-se um acentuado abrandamento na sua expansão, devido à necessidade do Estado ter de operar uma série de reformas com o intuito de conter a despesa pública. Esta limitação orçamental para o Ensino Técnico está patente no Decreto de 8 de Outubro de 1891, suprimindo alguns cursos com pouca frequência. Este decreto prevê igualmente a formação nos Institutos Industriais e Comerciais dos professores que futuramente viriam a leccionar nas escolas comerciais e industriais.

Já no virar do século, o ministro Elvino José de Sousa Brito, elabora um relatório em que manifesta o desajuste da formação dada aos alunos nas escolas industriais relativamente à actividade industrial e interesses das empresas nacionais. Elvino Brito propõe a elaboração de inquérito nacional, com via a aferir as reais necessidades das empresas portuguesas e critica veemente a contratação de professores estrangeiros que se recusaram a formar os professores portugueses, mantendo o ensino nacional dependente do *knowhow* estrangeiro. Este sugere a criação de “comités de *patronage*”, de forma a gerar uma maior ligação entre escola e indústria (Pardal, 2003:42). Deste relatório surgiram a por via do decreto de 24 de Novembro de 1898, a formação de duas comissões centrais, uma no Porto outra em Lisboa, com a

função de se proceder à elaboração de um inquérito nacional, com o objectivo de suportar uma futura reorganização do ensino técnico. Estas duas comissões foram nomeadas em 1899, mas nunca chegaram a laborar.

O decreto de 24 de Dezembro de 1901, preconiza a reestruturação do ensino técnico, condensando-o, estabelecendo critérios para a contratação de docentes, definindo curricula e tipificando estabelecimentos de ensino. Este modelo manteve-se até 1918, sobrevivendo à queda da Monarquia e aos primeiros anos da República.

#### **4.1.5. O Ensino Técnico durante a I República**

O ensino primário é reorganizado em 1911, ficando dividido em três graus: elementar, com duração de três anos, complementar, de dois anos e superior, de mais três anos. O Decreto n.º 5787 A, de 10 de Maio de 1919, estipulava para cinco anos a escolaridade obrigatória, considerando que o ensino superior primário serviria para “complementar a educação geral do indivíduo e dar-lhe uma preparação técnica de carácter regional” (art.º 11.º). Este grau deveria incluir no seu currículo conteúdos “... práticos especiais para o ensino agrícola, industrial, comercial ou marítimo, consoante as necessidades das regiões a que as escolas pertencam”. O ensino primário superior, passa indirectamente a contribuir para uma maior consolidação do ensino técnico, devido à coerência entre os conteúdos leccionados em cada um destes tipos de ensino, possibilitando a transição do aluno para uma escola média ou secundária, aprendendo e aprofundando aí um ofício ou profissão.

O ensino primário superior registou no ano lectivo de 1919-20 a sua maior expressão, vindo a decair sucessivamente até ao ano lectivo de 1925-26, altura em que finalmente se extinguiu. Contrariamente a este, o ensino técnico mantinha uma importância de relevo, sobretudo frequentado por alunos provenientes das classes populares, que viam nele uma real fonte de formação e garantia de futuro profissional.

O Ministério da Instrução Pública é instituído por decreto a 7 de Julho de 1913. Desde essa data até ao final da I República, ou seja até à revolução de 28 de Maio de 1926, exerceram funções quarenta ministros, sem contar com os que foram nomeados interinamente, sendo estes substituídos sempre que o governo caía. Pode-se assim perceber a instabilidade política a que Portugal estava sujeito (Carvalho, 1986:705). Apesar da situação sócio económica conturbada vivida no país, o ensino técnico continuava a gozar de uma boa imagem; assim a propósito deste tipo de ensino, Mário Vaz (1917:7) escreve no seu panfleto intitulado *O Ensino Industrial em Portugal*: “Dum modo geral pode dizer-se que o ensino profissional oficial, além de criar operários competentes e cultos, aptos a exercerem um ofício tem ainda a vantagem de lhes garantir a preferência em concursos de admissão a estabelecimentos do estado”. O Estado assume-se assim como garante de emprego aos que através dele sejam formados.

Os rácios de alfabetização no período que mediou a segunda e terceira década do século vinte caracterizavam-se por ser muito baixos, tendo em conta os parâmetros actuais. Assim, em 1911, a taxa de analfabetos era de 75,1%, evoluindo lentamente até chegar aos 67,8% no ano de 1930. Em período semelhante, o ensino técnico registava uma apreciável evolução. Assim, sem se pretender fazer uma comparação exacta entre as taxas de analfabetismo e a evolução do ensino técnico, apraz-nos registar aqui alguns dados referentes a este último:

-O ensino elementar industrial e comercial, ministrado ao ano de 1910 em trinta e uma escolas, era frequentado por 6299 alunos dos quais 838 do sexo feminino; os Institutos Industriais e Comerciais eram por sua vez frequentados por 665 alunos, sendo 3 do sexo feminino. Quanto às escolas agrícolas, eram frequentadas por 189 alunos, todos do sexo masculino.

-No ano de 1926, as escolas elementares industriais e comerciais eram frequentadas por 13085 alunos, sendo 2262 do sexo feminino; os Institutos Industriais e Comerciais por 594 alunos, o Instituto Superiores de Comércio por 345 alunos e o Instituto Superior Técnico por 282 alunos. As escolas do

ensino agrícola eram frequentados neste ano por 453 alunos (Carvalho 1986:718).

Tendo em conta estes números, poder-se-á concluir que a frequência deste tipo de ensino duplicou durante a I República.

O Secretário de Estado do Comércio João Alberto Azevedo Neves, em 1918, elabora o relatório intitulado “Organização do Ensino Industrial e Comercial”, constante no Decreto n.º 5029 de 1 de Dezembro, descrevendo este tipo de ensino desde o elementar até ao superior. Neste documento, este alto funcionário do Estado critica as políticas anteriormente adoptadas, e inclui uma resenha histórica do ensino técnico, desde o tempo do Marquês de Pombal. Nas críticas focadas neste relatório, destaca-se o pouco cuidado e atenção que as governações anteriores davam ao ensino técnico, alegando falta de recursos para o prover. Numa época em que ressurgia um novo sentido patriótico e um especial gosto pelo que era produzido dentro das nossas fronteiras, o ensino técnico é tido como um factor de progresso, capaz de proporcionar à indústria nacional um suporte de mão de obra qualificada apreciável, dando continuidade à *nossa tradição artística e industrial*.

Opera-se a um total reorganização do ensino, inclusivamente criam-se novas estruturas de topo, a Direcção Geral do Ensino Industrial e Comercial e o Conselho do Ensino Industrial e Comercial. É dada especial atenção no decreto supracitado à sistematização e clarificação das tipologias e funções dos estabelecimentos de ensino (art.º 11 e art.º 176).

Neste decreto estava consignada a participação da comunidade na vida das escolas, pois estas deveriam servir os interesses da região onde se encontravam inseridas, olhando às necessidades das indústrias locais. De igual modo estava regulada o modo de recrutamento, selecção e contratação de professores para leccionar nestes cursos.

Numa tentativa de melhor centralizar os assuntos relativos à educação e a melhor estruturar o sistema de ensino português, é entregue na Câmara dos

Deputados do dia 21 de Junho de 1923, uma proposta de lei apresentada por João Camoesas. Neste projecto lei é proposta a centralização de todos os serviços referentes à educação num Ministério da Educação Nacional. É proposta um novo “Estatuto da Educação Pública” que previa a segmentação do ensino em *geral, especial e superior*. A Educação Geral, por sua vez compunha-se de três graus: infantil, primário e o secundário geral. A Educação Especial consignava quatro modalidades: a Educação Secundária (curso especial), a Educação Técnica Elementar, a Educação Técnica Complementar e a Educação Profissional. Relativamente à Educação Superior, era ministrada nas universidades e Escolas Superiores Especiais.

Mormente esta proposta de lei encerrar em si um conjunto de directrizes que provavelmente viriam a otimizar o papel do estado como educador, viu-se recusada por inexistência de condições políticas, económicas e sociais, não voltando a ser discutida em governos posteriores da I República.

#### **4.1.6. O “Estado Novo” e o Ensino Técnico e Profissional**

Ao final de um período de dezasseis conturbados anos da jovem República Portuguesa, dá-se o golpe militar de 28 de Maio de 1926. Facções políticas que até aí se consideravam rivais, oriundas dos vários quadrantes, acordaram no derrube do regime vigente, dando origem ao que viria a ser o período da Ditadura Nacional. À ribalta vinham duas personalidades marcantes, o à altura general Orçar Carmona e o professor António Oliveira Salazar. Este último assumia a pasta das finanças, passando a Chefe do Governo a 5 de Julho de 1932.

Oliveira Salazar lidera a instituição do Estado Novo e faz aprovar por plebiscito a nova Constituição a 19 de Março de 1933. É de relembrar que o voto era obrigatório e as abstenções consideradas como votos favoráveis ao regime proposto.

Entre a década de 30 e 40, Portugal encontrava a sua população activa maioritariamente na agricultura, representando uma fatia de 49%, enquanto que a população que trabalhava no sector transformador registou neste período um crescimento dos 16,15% para os 19,26%.

Com a instituição do Estado Novo, a Educação passa a ser um instrumento do estado para imposição de uma única forma de pensar e interpretar a realidade. A Educação deixa de estar associada ao conceito de democracia ou de livre pensamento, sendo nela impostas as doutrinas convenientes a um Estado totalitarista.

O acesso à cultura e à alfabetização era considerado por alguns como uma perversidade, ao contrário do que considerava o regime da I República. O receio da educação contribuir para a consolidação de mentalidades contrárias ao regime ditatorial agora instalado, pairou sob as hostes políticas. A alfabetização daria origem ao acesso a informações que pudessem comprometer a acção do Estado, por isso era tida como uma ameaça à estabilidade política e social do país. Alfredo Pimenta profere no jornal “A Vos” de 15 de Maio de 1930 as seguintes declarações: “Instruir sem educar primeiro; dar uma instrução que não seja posta ao serviço da educação; ensinar a ler quem não tem carácter, ensinar a ler quem não sabe distinguir o Bem do Mal (...) – não, não, não!” e continua: “Se a curva da cultura intelectual sobe, o que é manifesto é que a curva da cultura moral desce. Como consequência a Barbárie”.

Para além das questões políticas mencionadas, também a possibilidade de se operacionalizarem transformações sociais indesejáveis preocupavam os políticos contrários à escolarização. A possibilidade de uma mobilidade das populações rurais instruídas para as cidades e uma consequente ambição de ascensão social, não era conveniente ao país, que se pretendia manter numa ruralidade imobilista.

Como resposta à ameaça de uma educação problemática, o Estado vê-se na obrigação de restringir e limitar o leque ideológico do povo português através

de um ensino fortemente doutrinário, incutindo princípios de índole religiosa. Mais uma vez, citando (Pimenta, in “A Vos” de 15.5.1930), “Abram-se escolas, sim, mas estimule-se o ensino religioso, e coloque-se ao lado de cada escola do ABC uma escola de catecismo”(Pardal, 2003:69). A escola deixa de ser um espaço de liberdade e desenvolvimento pessoal, para ser uma “forma” de cidadãos prontos a serem integrados numa sociedade específica, a exercer um papel específico. A Educação deixa de ser algo que se discute, evolui e se adapta a novas circunstâncias passando a ser um padrão cultural imóvel, posto ao exclusivo serviço do Estado.

Sai a Lei n.º 1880, do Ministério da Instrução Pública, de 8 de Junho de 1926, proibindo a coeducação no ensino elementar, em localidades com mais de 5000 habitantes, onde exercessem funções mais de um professor. Em consequência da promulgação do decreto 1173015, extinguiram-se todas as Escolas Primárias Superiores. Em 1927, o decreto n.º 13619 de 17 de Maio, traz consigo o início da reforma do ensino primário, que impõe a separação dos alunos por género, passa para quatro anos o ensino elementar, sendo complementado pela legislação de 28 de Março de 1930 que divide este ciclo de ensino em dois graus, um composto pelas três primeiras classes, e outro englobando as matérias da quarta classe. Consequentemente, em termos práticos, este primeiro ciclo de ensino ficava reduzido a três anos. As Escolas Normais Primárias, até então responsáveis pela formação dos professores do ensino elementar, são extintas, passando estas funções a caber às Escolas do Magistério Primário, agora em número de cinco, havendo uma nas cidades de Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Ponta Delgada. Estes cursos de professores tinham agora a duração de dois anos, alegadamente para diminuir o tempo de espera de colocação dos novos professores.

Em 1931, é legislada a criação dos designados *postos de ensino*, cuja função era levar a escolarização aos locais mais recônditos do país, que não possuíam ou houvesse perspectiva de virem a possuir escolas primárias. A leccionar nestes postos de ensino estava prevista a colocação de qualquer indivíduo que o Ministério da Instrução Pública considerasse portador da “necessária idoneidade moral e intelectual”. Este corpo legal provocava assim



uma notória deterioração do estatuto profissional dos professores do ensino primário.

O controlo por parte do Estado das matérias a leccionar vinha assegurado pela introdução de um manual escolar único para cada um dos anos. Estava imposta por lei, a inclusão de frases de ordem, favoráveis ao regime, nestes manuais escolares (decreto n.º 21014, de 19 de Março de 1932).

O ensino secundário foi igualmente reformulado pelo novo *Estatuto da Instrução Secundária*, de 2 de Outubro de 1926, passando de sete anos para seis anos. Os professores passam agora a estar sujeitos à realização de acções de formação de índole cívica, para possibilitar a sua adequada docência.

Especificamente para o ensino técnico, sai o Decreto n.º 18420, de 4 de Julho de 1930, complementado e ratificado nas suas linhas gerais pelo decreto do ano seguinte, Decreto n.º 20420 de 21 de Outubro. Nesta base legislativa é clarificado o conceito de *ensino médio*, o ensino secundário é excluído dos Instituto Industrial e do Instituto Comercial de Lisboa, bem como do Instituto Industrial e Comercial do Porto. São definidas as profissões a serem ensinadas nos sessenta e dois cursos previsto no ensino técnico e qual a forma de progressão académica conforme os institutos superiores e universidades existentes. Para além da formação técnica de operários e técnicos especializados para as várias áreas comerciais e industriais, o ensino técnico tinha como objectivo não menos importante a conformação e contenção das expectativas sociais das camadas populares.

As directrizes emanadas pelo decreto de Outubro de 1931, foram postas em prática até à reforma de 1948.

#### **4.1.7. O Ensino técnico do pós-guerra**

Só após o término da Segunda Grande Guerra é que foi dada alguma importância e atenção ao ensino elementar. Pelo contrário, o ensino secundário sempre gozou de um estatuto elevado, provavelmente por representar uma

fase importante de preparação para o ensino superior, por um lado, e por outro, uma boa fonte de formação profissional.

A reforma do sistema de ensino português de 1948, veio reforçar o carácter bivalente do ensino secundário. Por um lado os Liceus que proporcionavam aos seus alunos uma formação de cariz mais cultural, por outro as Escolas Técnicas que conferiam à saída um perfil especificamente técnico. Esta diferenciação é propositadamente assumida pelo Estado, pelo que se poderão distinguir quatro características fundamentais, (António Martins, 1996:251), referido por Pardal (2003:77):

- A composição curricular, sendo que nos liceus eram ministradas cadeiras de índole humanístico-científico, enquanto nas escolas técnicas as disciplinas caracterizavam-se por ser mais práticas, com o intuito de desenvolver no aluno a sua destreza manual;
- o tipo de selecção: no caso do ensino liceal, era frequentado por alunos provenientes de classes sociais mais abastadas ao invés do Ensino Técnico, em que os alunos provinham das classes populares;
- as saídas, que no caso dos alunos que terminavam o ensino liceal, possibilitava o seu ingresso em universidades ou escolas superiores e consequente futura ocupação de postos dirigentes, enquanto que aos alunos formados pelas Escola Técnicas se esperaria a sua integração no mundo do trabalho, ocupando postos intermédios;
- o estatuto, nobre, no caso daqueles que pretendiam a frequência liceal, estigmatizado, por parte dos que frequentavam o Ensino Técnico, condicionados em termos de progressão académica e profissional.

O Ensino Liceal representava a formação das elites, destinadas a assumir as rédeas de poder de um regime sobejamente controlador. A este canal de escolarização era atribuído um estatuto de primazia, em detrimento do um ensino técnico direccionado ao povo, considerada uma classe ociosa. Salazar afirma que era “mais urgente a constituição de vastas elites do que ensinar o povo a ler”, pois “os grandes problemas nacionais têm de ser resolvidos, não pelo povo mas pelas elites enquadrando as massas”.

O incentivo dado pelo Estado a uma formação liceal, resultou a longo trecho na formação de quadros técnicos superiores que vieram revitalizar o parque empresarial do país. Assim sendo, e em consequência das novas necessidades manifestadas em adquirir mão-de-obra qualificada, registou-se um aumento significativo na procura de vagas nas escolas técnicas. Assim, em 1930 o número de alunos do ensino liceal era de 14.970 e de 16.906 para o ensino técnico, em 1969 passa a ser respectivamente de 55.492 e 110.422 Pardal (2003:85).

A economia portuguesa até à Segunda Guerra Mundial caracterizava-se por ser fortemente apoiada pela agricultura, dando a indústria um contributo complementar para o produto interno bruto. As classes rurais representavam ainda uma forte influência na vida política e social do país. Após o ano de 1942, a indústria começou a ganhar terreno, sobretudo devido ao apoio indirecto dado pelo Estado ao legislar sobre a construção de barragens hidroeléctricas e consequente rede de distribuição de electricidade, bem como com a publicação da Lei do Fomento e Reorganização Industrial (Lei n.º 2005). Refira-se que se em 1938 o contributo para o produto interno era equivalente nos dois sectores, em 1956 a agricultura passava somente a contribuir com 2/3 do valor da indústria, sendo que neste mesmo período a agricultura registava um crescimento de 28%, enquanto que a indústria registava um crescimento de 93% (Costa, 1975:75), referido por Pardal, (2003:79). Os Planos de Fomento, I, II, e III, que contemplaram os períodos de 1953-58, 1959-64 e 1968-73, resultaram de um sentimento de receio de atraso económico em relação aos países de industrialização emergente da Europa do pós guerra, especialmente das democracias vencedoras deste conflito.

A reforma do ensino de 1948, levada a cabo através da Lei n.º 2025 de 19 de Julho de 1947 e pelo Decreto n.º 37029 de 25 de Agosto de 1948, vem estabelecer o Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial. Este corpo legislativo redefine o Ensino Técnico a nível curricular, estabelecendo um primeiro grau, de dois anos, de âmbito geral, com o objectivo de fornecer ao aluno uma base cultural sólida. Este ciclo preparatório compreendia as

disciplinas de Língua e História Pátria, Ciências Geográfico-Naturais, Aritmética e Geometria, Desenho Geral, Trabalhos Manuais, Educação Cívica, Educação Física e Canto Coral (Base IV). Com a introdução de uma componente cultural mais relevante nos currícula do ensino técnico, adivinha-se a intenção de valorar o estatuto académico deste canal de escolarização. A escolaridade obrigatória, passa com esta legislação a seis anos.

O novo estatuto previa um segundo grau que possibilitava a frequência de cursos “complementares de aprendizagem, de formação profissional, de aperfeiçoamento profissional, cursos industriais de mestrança e as secções preparatórias para a matrícula nos institutos médios e nas escolas de belas artes” (Base II).

O ensino direccionado para os futuros profissionais do sector agrícola foi igualmente contemplado por esta reforma. O ensino elementar agrícola seria ministrado nas escolas práticas de agricultura, e era destinado prioritariamente aos filhos dos agricultores. O Estado promovia deste modo a fixação das populações nas suas regiões, garantindo uma reprodução social estratificada, desincentivando os indivíduos a terem expectativas de ascensão social.

A par de todas as reestruturações curriculares do Ensino Técnico, era proposto ao sector industrial colaboração para a integração em instalações industriais privadas da componente oficial de alguns cursos técnicos. Estabelecia-se então uma parceria entre escola e empresas de modo a aproximar o ensino às reais necessidades da indústria nacional, melhorando a formação e integrando mais facilmente os alunos na vida activa.

Os anos cinquenta foram de facto um período de crescimento favorável para o Ensino técnico, em consequência de um visível aumento na procura de mão-de-obra qualificada derivada do crescimento industrial do país. Inicia-se em 1953 a Campanha Nacional de Educação de Adultos (Decreto-Lei n.º 38968 de 27/10/52), destinada a pessoas com idades compreendidas entre os 14 e os 35 anos, foi igualmente responsável pela canalização de novos alunos para as escolas técnicas. Este decreto assume claramente a relação entre qualidade

de ensino e desenvolvimento económico, estando patente no seu teor: “não podem (...) esquecer-se as relações de estreita dependência entre a produtividade do trabalho e a difusão do ensino. É indiscutível que uma boa instrução traz grandes vantagens ao trabalhador: desenvolve as suas faculdades de atenção, apura-lhe o espírito de observação, estimula a sua actividade mental, torna-o mais confiante, mais inteligente e mais apto a aperfeiçoar-se no exercício da profissão. Ela constitui por isso mesmo, factor importante na produção da riqueza” (capítulo VI – Cursos de Educação de Adultos).

Os cursos de metalomecânica e de electricidade, foram os que maior procura tiveram, devido ao forte crescimento dos respectivos sectores. A escolaridade obrigatória passava para quatro anos, ou seja até à quarta classe, no caso dos rapazes por via da lei de 31 de Dezembro de 1956 e para as raparigas pela lei de 28 de Maio de 1960.

A tendência de crescimento do Ensino Técnico começou a desvanecer-se nos finais dos anos sessenta, início da década de setenta. Apesar do decréscimo na procura de cursos técnicos, a oferta escolar subiu em consequência de uma maior procura pelo ensino liceal, derivado ao facto dos cidadãos passarem a aspirar a uma melhoria de vida, podendo-se concluir que o Ensino Técnico nunca esteve em pé de igualdade com o ensino Liceal em termos de representações sociais.

Observou-se um grande crescimento do parque escolar, especialmente do número de liceus, que em 1969 era em número de 49 para em 1974 passar a ser de 119. A passagem de poder de Salazar para Marcelo Caetano e o trabalho realizado por Veiga Simão no Ministério da Educação Nacional, foram factores que contribuíram para esta mudança de oferta escolar.

#### **4.1.8. De Veiga Simão à Revolução de Abril**

O país encontrava-se pressionado internamente por um número crescente de movimentos democráticos e externamente por organismos internacionais como a OCDE, a UNESCO ou o Banco Mundial. A guerra colonial mantida há quase uma década tentava manter à força o sentido colonialista de uma nação que se fechava à Europa. O sistema de ensino fraccionado em Ensino Técnico e Liceal reproduzia desigualdades sociais. O Estado para sustentar a pressão social a que estava sujeito, começava a ceder lentamente, sendo que uma dessas cedências se manifestou na Educação a quando da unificação do ciclo preparatório técnico e liceal, no ano lectivo de 1968/69.

A fusão dos dois ciclos preparatórios até aí existentes precede uma inevitável reformulação dos ensinos técnico e liceal. De facto, o Ensino Técnico recebeu no ano lectivo de 1970/71 uma nova estrutura e filosofia. Deste modo foram reduzidos para nove os sessenta e quatro cursos existentes. Os nove cursos de cariz geral, relacionavam-se com áreas profissionais e não especificamente com profissões definidas, como anteriormente. Os Cursos Gerais do Ensino Secundário Técnico eram os seguintes: Agricultura, Mecânica, Electricidade, Química, Construção Civil, Têxtil, Administração e Comércio, Formação Feminina e Artes Visuais, e tinham a duração de três anos. Esta inovadora filosofia do Ensino Técnico permitia aos seus alunos um maior leque de escolhas profissionais e académicas, não os canalizando obrigatoriamente para o exercício de um determinado ofício. O estatuto do Ensino Técnico começava a equiparar-se com o do Ensino Liceal, passando esta via de ensino a ir mais ao encontro das expectativas dos consumidores.

O ano de 1973 ficou marcado pela aprovação da Lei n.º 5/73, ou seja, d' "as bases a que deve obedecer a reforma do sistema educativo", vulgarmente conhecida por Reforma Veiga Simão. Esta lei alterava a escolaridade obrigatória para oito anos, composta pelo ensino primário, com quatro anos, acrescido do ensino preparatório com número igual de anos. O ensino secundário passaria a ser composto por dois ciclos de dois anos cada sendo que o primeiro designar-se-ia de Curso Geral, e o segundo de Curso

Complementar. O Curso Geral era composto por um tronco comum de disciplinas de âmbito geral, e de um conjunto de disciplinas relacionadas com uma área vocacional específica. Este ciclo era ministrado nas chamadas escolas secundárias polivalentes. O Curso Complementar previa a existência de um grupo de disciplinas obrigatórias comuns, complementado por um outro grupo de disciplinas específicas, vocacionadas para a área de estudo pretendida pelo aluno, de forma a melhor prepara-lo para o seu seguimento de estudos no ensino superior ou inserção na vida activa.

Esta legislação faz transparecer a uma intenção por parte do Estado em valorizar socialmente os seus cidadãos, aumentando o período de escolaridade obrigatória e proporcionando a todos um conjunto de oportunidades de formação académica e adestramento profissional até aí inexistente. A Reforma Veiga Simão (Lei n.º 5/73) não chegou a ser posta em prática na sua totalidade devido à ruptura social e política provocada pela Revolução de Abril de 1974, mas serviu de base de reflexão para as políticas educativas subsequentes.

#### **4.1.9. A unificação curricular do Ensino Secundário**

A Lei n.º 5/73, como já foi referido, não chegou a ser aplicada na sua plenitude, contudo deixou uma porta aberta à mudança e à inovação do sistema de ensino português. No ano lectivo de 1975-76, operacionaliza-se a unificação do curso geral até ao 9.º ano, passando a escolaridade a ser de nove anos. A escolha de uma área vocacional deixava de ser feita aos doze anos para passar a ser feita aos quinze.

Esta reestruturação teve como objectivos dar aos portugueses uma maior igualdade de oportunidades, promover uma actualização dos métodos pedagógicos e estreitar as relações escola/comunidade.

A tendência de unificação do ensino técnico e liceal foi plenamente concretizada no ano 1978, designando-se agora de ensino secundário. A estrutura curricular do ensino secundário encontrava-se dividida em três troncos, sendo um tronco comum de “formação geral”, um de “formação

específica” e outro de “formação vocacional”. Os estudantes viam-se desta forma menos pressionados a seguir uma determinada área vocacional, após a frequência do ensino secundário, pois esta não era vinculativa para o seguimento de estudos numa determinada direcção.

A unificação curricular do ensino secundário veio obrigar o Estado a reequipar as escolas, a construir novas instalações e a formar recursos humanos. Segundo Parda, (2003: 96), esta mudança foi operada sem ter em conta uma aprendizagem equilibrada de saberes científicos, práticos, humanísticos e técnicos, não se tendo realizado um estudo prévio acerca da população a quem o ensino secundário se destinava.

O ensino técnico vê-se numa situação de marginalidade dentro do próprio sistema de ensino, tendo as componentes técnicas e práticas um peso e uma representação completamente díspar em relação às componentes humanísticas e científicas. Assim, no currículo do 5.º e 6.º anos (relativamente ao ano lectivo de 1975/6), o conjunto das disciplinas humanísticas e das ciências exactas e sociais, assumia o peso horário de 59,6%, os Trabalhos Manuais e Educação Física 20%, a Educação Artística com 16,6% e a Religião e Moral com 3,5%. Fazendo a correlação destes dados com o 7.º, 8.º e 9.º anos do secundário unificado, a componente disciplinar humanística e das ciências exactas e sociais levava uma fatia de carga horária de 69,5%, os trabalhos oficiais 14,5%, a Educação Visual 6,4% e a Educação Física 6,4% (Despachos n.º 109/76 de 27/4 e 78/77 de 22/6).

A forma brusca e precipitada com que esta reestruturação do ensino secundário foi levada a cabo, trouxe alguns efeitos negativos, passando-se a registar um elevado índice de insucesso escolar, maior desinteresse pela escola por parte dos alunos e uma dependência declarada do ensino secundário pelo ensino superior.

Esta reforma passa a ser questionada pois não dava resposta às necessidades que a tinham originado, a igualdade de oportunidades ao acesso a um ensino condigno e fomentador de um estatuto social aspirado. O insucesso escolar foi um dos efeitos mais visíveis desta reforma, manifestando-se sobretudo nas



camadas sociais mais desfavorecidas, passando a escola a reproduzir com mais contraste desigualdades sociais. A desadequação curricular aliava-se à fraca cobertura dos estabelecimentos do ensino secundário, ainda insuficiente apesar do apreciável crescimento do parque escolar operado nos anos 70.

O ensino secundário *licealizado* deixava de dar resposta a uma integração eficaz no mundo laboral, pois deixava de dar uma formação profissional consistente. Os consumidores, perante tal descrédito do ensino secundário, passaram a recorrer ao ensino superior como forma de complemento de formação. O estado como medida de contenção à procura de vagas no ensino superior, adia o seu acesso por mais um ano, instituindo em 1975, o Serviço Cívico, e em sua substituição, o Ano Propedêutico no ano lectivo de 1977/8. Também no ano de 1978, é instituído no ensino superior a *numerus clausus* e em 1981 o ensino secundário passa a ir até ao 12.º ano.

## **4.2. Enquadramento legal dos Cursos de Educação Formação.**

Como já foi focado na secção anterior, o ensino técnico profissional assumiu em Portugal um papel de relevante importância antes do 25 de Abril de 1974. Escolas Comerciais e Industriais formavam jovens técnicos em diversos ramos das áreas comercial e industrial. Sucessivas gerações foram formadas nestes moldes, sendo a Escola o maior fornecedor de mão-de-obra qualificada do país.

Após a revolução de 1974, considerou-se discriminatória a distinção entre ensino liceal e profissional, e assim reformou-se e uniformizou-se o ensino. Porém, depois desta ruptura político-social, o país viu-se a braços com várias situações de choque entre estratos sociais, fruto de uma reconstrução política, algumas vezes pouco pacífica.

Simultaneamente, e como consequência de um crescente de carências e necessidades observadas sobretudo nas regiões do interior do país, a década

de setenta viu a ocorrência de um fenómeno de migração das famílias para as grandes cidades, nomeadamente Porto e Lisboa. O repentino incremento da densidade populacional junto a estas cidades, veio originar um inevitável crescimento urbanístico, na sua maioria desordenado e socialmente desadequado. De igual modo, os cidadãos que regressaram a Portugal, vindos das ex-colónias em consequência da recente independência destes países, contribuíram também para que novos núcleos populacionais se formassem.

Novas infra-estruturas foram construídas, nomeadamente escolas. Estabelece-se o tempo de escolaridade obrigatória para nove anos.

Apesar da execução de várias reformas no ensino, observa-se que nem sempre resultaram naquilo que se esperava. O abandono escolar precoce, o insucesso escolar e a difícil integração de jovens na vida activa, são factores que se mantêm ainda bem presentes actualmente.

Foi no sentido de atenuar esta disfunção, que se desenvolveram políticas educativas conducentes à formalização de meios para motivar alunos com dificuldades em atingir metas, ou seja a terminar os vários ciclos dentro de prazos ditos “razoáveis”. Assim, e de forma que os alunos pudessem concretizar um percurso escolar capacitador, são regulamentados através da publicação do despacho conjunto n.º279/2002 os Cursos de Educação Formação, perspectivando à sua saída uma certificação e um encaminhamento profissional.

Os Cursos de Educação e Formação destinam-se a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, portanto, fora da escolaridade obrigatória, sem habilitações do 1º, 2º, ou 3º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, sem qualquer qualificação profissional, que não pretendam, de imediato, prosseguir estudos ou que estejam em risco de abandono escolar precoce.

A sinalização dos alunos a integrar estes cursos, é da responsabilidade dos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), dos Directores de Turma, dos Directores de Curso, e dos Conselhos Executivos.

Podem ser aceites alunos com idade inferior a 15 anos, desde que tal seja requerido ao Director Geral de Educação, tendo a candidatura sido autorizada pelo encarregado de educação e aconselhada pelo SPO da escola a que o aluno pertence.

Quanto a certificação, a conclusão destes cursos confere um certificado de equivalência aos 1º, 2º e 3º ciclo do Ensino Básico ou o Ensino Secundário, ou um certificado de qualificação profissional de níveis 1, 2 ou 3.

Numa perspectiva de inclusão, tendo em vista a atenuação das taxas de insucesso escolar, a escola propõe uma via de ensino adequada a um perfil de um tipo de aluno específico, que no ensino regular dificilmente adquiriria as competências básicas previstas na Lei de Bases do Sistema de Ensino (LBSE), Lei nº46/86 de 14 de Outubro: os Cursos de Educação e Formação.

Regulamentados pelo despacho conjunto n.º279/2002, de 12 de Abril, os Cursos de Educação e Formação (CEF), proporcionam a jovens em risco de abandono escolar precoce, ou a jovens que tendo interrompido o seu percurso académico se sintam motivados a regressar à escola, uma qualificação académica equivalente à conferida pelo ensino regular, e em simultâneo, uma qualificação profissional. Os Cursos de Educação e Formação, promovem a conclusão do segundo e terceiro ciclos de ensino, possibilitando uma qualificação de nível um ou dois e equivalência ao sexto ou nono ano de escolaridade. Perspectivando a ampliação do período de escolaridade obrigatória de nove para doze anos, este despacho prevê já a implementação nas escolas de cursos com equivalência ao décimo segundo ano, ou seja de tipologia cinco ou seis, conferindo uma qualificação de nível três.

#### **4.2.1. Descrição dos Cursos de Educação e Formação**

##### **Caracterização geral dos Curso de Educação e Formação – Tipologia 5**

Os Cursos de Educação e Formação de Tipologia 5, são cursos de dois anos, com uma base curricular técnica muito forte, baseada na área profissional correspondente. Estes cursos habilitam os alunos que os concluem, com uma certificação profissional de Nível 3, dando para todos os efeitos equivalência académica ao 12º ano.

A estrutura Curricular dos Cursos de tipologia 5 é a seguinte:

- Componente de Formação Sócio-cultural:

Português

Língua Estrangeira I (Inglês)

Cidadania e Sociedade

Tecnologias da Informação e da Comunicação

Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho

Educação Física

- Componente de Formação Científica:

Psicologia

Sociologia

Língua Estrangeira II (Francês)

- Componente de Formação Tecnológica:

Unidades do itinerário de qualificação associado, ou seja, estas disciplinas são as adequadas aos diferentes objectivos específicos dos cursos oferecidos pela Instituição Escolar.

#### **4.2.2. Assiduidade**

A assiduidade do aluno não pode ser inferior a 90 % da carga horária total de cada disciplina. Para efeitos da conclusão da componente de formação prática com aproveitamento, a assiduidade do aluno não pode ser inferior a 95 % da carga horária do estágio. Os alunos que tenham ultrapassado o número de faltas permitido tanto a uma ou mais disciplinas, como no estágio não poderão obter qualquer certificação profissional.

Sempre que um aluno falte, terá de compensar os conteúdos a que não acedeu, com trabalho indicado pelo professor da(s) disciplina(s) em questão.

Caso um docente falte, o tempo lectivo da disciplina que ficou por leccionar será ocupado. Assim, o aluno é obrigado a estar presente numa actividade/aula de substituição. Posteriormente, o professor ausente terá de repor a(s) aula(s) da sua disciplina, em número equivalente às faltas dadas. Esta reposição poderá ou não ocorrer em horário pós lectivo.

#### **4.2.3. Avaliação**

A Avaliação é contínua e reveste um carácter regulador, realizando-se trimestralmente, em cada final de período, e expressando-se numa escala de 0 a 20 valores.

Os alunos terão ainda de realizar, no final do ano lectivo, uma Prova de Avaliação Final (PAF) que consistirá num ou mais trabalhos práticos baseados nas actividades do perfil de competências visado. Esta prova será atempadamente defendida pelo aluno, face a um júri constituído por, pelo menos, três elementos.

Caso o aluno não tenha aproveitamento na Componente de Formação Tecnológica, não poderá frequentar a Componente de Formação Prática, nem realizar a prova de avaliação final.

Os alunos dos Cursos de Tipologia 5 que desejem ingressar no Ensino Superior terão de realizar os exames específicos para a admissão à Universidade.

Para integrar estes cursos, os candidatos terão de ter concluído, com aproveitamento, no mínimo o 10º ano de escolaridade, ou equivalente, e prestar as provas que a escola ou instituição que os lecciona assim entender.

## Parte II

### **5.º Capítulo - Metodologia da investigação**

#### **5.1. Identificação da problemática do estudo.**

Atendendo a que a Europa se encontra actualmente a par de uma situação de envelhecimento da sua população, tanto devido aumento da esperança de vida, como ao facto da estrutura familiar se ter tornado mais frágil, contribuindo cada vez menos para uma renovação geracional bem proporcionada, viram-se os estados europeus na obrigação de criar estratégias para que as suas populações se tornassem mais produtivas, de forma a gerar mais riqueza e dinamismo económico.

Desta forma, foram disseminadas por todos os estados membros da Comunidade Europeia, directrizes para adaptar o ensino às realidades locais, com o intuito de inserir nas sociedades o maior número possível de cidadãos capacitados e certificados para um melhor enquadramento laboral.

Em Portugal, a criação de Cursos de Educação e Formação ou Percursos Formativos, veio ajudar a colmatar uma lacuna educacional, levando alunos com dificuldades várias, a adquirir competências funcionais que os adestre profissionalmente e os motive a se integrarem na vida activa.

A realização de um estudo centrado na temática dos Cursos de Educação e Formação é pertinente e oportuno. De facto, vivendo-se um período de grande mudança, tanto a nível das políticas educativas e económicas, como no que respeita a dinâmicas sociais, os Cursos de Educação e Formação poderão contribuir para que alunos, com as características menos facilitadoras de uma

boa escolaridade, possam cumprir um percurso escolar que lhes confira um leque de competências, bem como uma certificação profissional.

#### **5.1.1. Pergunta de partida**

Visto ainda pouco se ter estudado a respeito deste tipo de cursos, deu-se início à presente investigação, tendo como ponto de partida a seguinte questão:

***Que contributo os Cursos de Educação e Formação poderão dar aos alunos, de forma a conduzi-los a um cenário de sucesso?***

Desta pergunta surgiram outras questões de investigação, reunidas em três grupos temáticos:

##### **a) Questões de índole motivacional e pedagógica:**

-O que leva os alunos a optar pela frequência de um Curso de Educação Formação?

-Que expectativas no futuro têm os alunos que frequentam Cursos de Educação Formação?

-Quais os critérios adoptados pela escola para efectuar a selecção dos alunos a integrar os Cursos de Educação e Formação?

-Serão estes critérios os mais assertivos?

-Quais os critérios das escolas para a abertura de Cursos de Educação e Formação?



**b) Questões de contexto institucional:**

-Qual a utilidade dos Cursos de Educação Formação no que respeita à inserção dos seus alunos na vida activa?

-Qual a sua importância da escola como potencial fornecedor de mão-de-obra qualificada no tecido empresarial da região onde se insere?

-Que relações a escola estabelece com a comunidade, nomeadamente com as empresas relacionadas com os cursos ministrados?

-Que tipo de parcerias a escola estabelece com instituições e empresas?

**c) Questões de contexto social:**

-Que representações dos Cursos de Educação e Formação fazem os alunos desses cursos, seus encarregados de educação, os seus professores?

-Qual o contributo dos Cursos de Educação e Formação no desenvolvimento pessoal dos alunos?

**5.1.2. Design da investigação. Justificação do método utilizado.**

Esta investigação segue como método de investigação o estudo de caso. Teve-se como finalidade a produção de um documento de reflexão sobre a problemática de uma das vias alternativas de ensino em Portugal, os Cursos de Educação e Formação. Este estudo não pretende fazer generalizações a respeito deste tema, pois refere-se a um caso particular, com as suas características, potencialidades e constrangimentos muito próprios. Referindo Merriam (1988), Carmo (1998) caracteriza um estudo de caso qualitativo como sendo particular, descritivo, heurístico, indutivo e holístico. Particular, porque um estudo de caso se debruça especificamente sobre um determinado acontecimento, situação, programa ou fenómeno; descritivo porque produz

uma descrição exaustiva do objecto em questão; heurístico pois pressupõe a compreensão do fenómeno investigado; indutivo, porque o tipo de resultados obtidos numa investigação com estas características, geralmente só permite gerar conclusões a partir de um raciocínio indutivo; holístico *porque tem em conta a realidade na sua globalidade. É dada maior importância aos processos do que aos produtos, à compreensão e à interpretação*, Carmo (1998, p.217).

## **5.2. Técnicas utilizadas na recolha de dados**

Para a concretização deste estudo foram empregues diversos instrumentos de investigação complementares, que possibilitassem um bom nível de fiabilidade triangulando os resultados obtidos. Foram assim efectuadas entrevistas, inquéritos por questionário, análise documental de actas e observação naturalista em várias situações.

Fez-se um levantamento do historial dos Cursos de Educação Formação relacionados com os cursos integrantes desta investigação, desde a sua implantação no ano lectivo de 2003/2004, até à data. De igual forma, procedeu-se a uma pesquisa relativa ao percurso escolar dos alunos que fazem parte das duas turmas destes cursos.

Deste modo, e citando Bogdan e Biken (1994, p.90,) “O seu estudo irá basear-se em entrevistas com pessoas que tenham estado relacionados com a organização, na observação da escola e nos registos escritos existentes”.

Neste estudo aplicaram-se questionários a alunos, professores e encarregados de educação, cujos dados obtidos foram tratados e extraídas conclusões.

Esta investigação seguiu principalmente o método qualitativo. É de cariz *descritivo* e propôs-se a “estudar, compreender e explicar a situação actual do objecto de investigação. Inclui a recolha de dados para testar hipóteses ou responder a questões que lhe digam respeito”. (Carmo e Ferreira, 1998, p.213).

### **5.2.1. Os inquéritos por entrevista**

Com o objectivo de criar um maior conhecimento acerca da escola em estudo, quais as interacções que estabelece com a comunidade circundante, com os alunos, encarregados de educação, professores e funcionários, e quais as relações existentes entre estes actores educativos tendo em vista a prossecução dos Cursos de Educação e Formação, foram elaborados três categorias de inquéritos por entrevista. Estes inquéritos por entrevista foram realizadas conforme os cargos assumidos por alguns dos intervenientes no trabalho destes cursos: uma entrevista aplicada ao Presidente do Conselho Executivo desta escola (Anexo 1), uma outra aplicada aos Coordenadores dos Cursos de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica (Anexo 2), e ainda outra, aplicada aos respectivos Directores de Turma (Anexo 3). É de referir que o Coordenador do Curso de Técnico de Electrónica, acumula a função de Director de Turma, sendo que respondeu a ambas as entrevistas mas em alturas diferentes.

Em cada entrevista reservou-se uma primeira parte para apresentação do entrevistado, em que este foi caracterizado quanto a idade, género, habilitações literárias, tempo de serviço, se já leccionou ou lecciona em Cursos de Educação e Formação e a que grupo disciplinar pertence. Na segunda parte da entrevista contemplam-se um bloco de questões de tipo aberto. No caso da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo (Anexo 1), foram elaboradas catorze questões, na entrevista aplicada aos Coordenadores de Curso (Anexo 2), o número de questões foi de dezoito, enquanto que aos Directores de Turma, (Anexo 3) foram efectuadas vinte perguntas.

### **5.2.2. Descrição do ambiente em que decorreram as entrevistas:**

#### **Entrevista ao Presidente do Conselho Executivo**

A entrevista ao Presidente do Conselho Executivo realizou-se nas instalações da escola em estudo, procedendo-se da seguinte forma: O investigador, tendo

previamente marcado a entrevista com o entrevistado em questão, dirigiu-se ao seu gabinete. O presidente do órgão de gestão, após os cumprimentos habituais e das conversas de circunstância que se estabelecem normalmente nestas alturas, conduziu o investigador a uma sala de reuniões, fora do movimento de pessoas e telefonemas que estaria sujeito no seu próprio gabinete. Fez-se um teste inicial ao equipamento áudio que viria a ser utilizado para gravação da entrevista, iniciando-se em seguida esta. O entrevistado, apresentava uma postura descontraída e informal, demonstrando interesse no trabalho que se estava a realizar, respondendo de forma espontânea, sem pressões de tempo e sem se preocupar com a construção frásica ou com a sequência de ideias.

### **Entrevista à Coordenadora do Curso de Assistente de Acção Educativa**

A entrevista realizou-se numa pequena sala de apoio a uma das salas de aula utilizada por este curso, durante o decorrer de uma aula. A entrevistada orientou as alunas da turma na elaboração de um trabalho de grupo, as quais o aceitaram de imediato, que prontamente o executaram. A ausência temporária da professora, não foi motivo para que as alunas tomassem atitudes inadequadas ao bom funcionamento da aula. A entrevistada, apresentava uma postura descontraída e informal, demonstrando interesse no trabalho que se estava a realizar, respondendo de forma espontânea, sem pressões de tempo e sem se preocupar com a construção frásica ou com a sequência de ideias.

### **Entrevistas realizadas ao Coordenador do Curso de Técnico de Electrónica / Director de Turma**

Como já foi anteriormente referido, o Coordenador do Curso de Técnico de Electrónica acumula as funções de Director de turma, tendo-lhe sido aplicadas as entrevistas correspondentes aos dois cargos, mas em ocasiões distintas. Havendo algumas coincidências de questões, foram consideradas na entrevista à pessoa do Director de turma, as respostas obtidas na entrevista ao Coordenador de Curso. Ambas as entrevistas, realizaram-se numa das salas de aula utilizada por este curso, fora do horário das aulas. O entrevistado

mostrou disponibilidade para colaborar nesta investigação desde o primeiro momento, prestando todo o auxílio e facultando toda a documentação necessária. O entrevistado respondeu sinteticamente e objectivamente às questões postas, não fornecendo espontaneamente mais informações que as pedidas pelo entrevistador.

### **Entrevista à Directora de Turma do Curso de Assistente de Acção Educativa**

A entrevista realizou-se na sala de apoio aos directores de turma, espaço este frequentado por várias pessoas que durante o tempo da entrevista entravam e saíam inúmeras vezes. Nesta sala encontra-se algum equipamento informático, em permanente utilização pelos directores de turma. É um espaço de passagem, sem privacidade e ruidoso.

#### **5.2.3. Os inquéritos por questionário aplicados a Docentes e a Encarregados de Educação**

Os inquéritos por questionário aplicados aos docentes (Anexo 4) e aos encarregados de educação, (Anexo 5), constam de duas partes, sendo uma primeira parte para caracterização do entrevistado e uma segunda, comportando o bloco de questões. No inquérito por questionário destinado aos docentes, a parte de caracterização do entrevistado foi em tudo semelhante à constante dos inquéritos por entrevista já mencionados, visto se dirigirem todos a docentes. Já no que respeita à caracterização dos encarregados de educação, as informações solicitadas recaíram sobre a idade, género, grau de parentesco com o seu educando, profissão e habilitações literárias.

As questões patentes nos questionários colocadas tanto a docentes quanto a encarregados de educação, são do tipo fechado, com três possibilidades de escolha, assinalando em SIM, NÃO ou NÃO SEI, conforme o inquirido considere mais adequado. Relativamente ao número de questões colocadas no

questionário aplicado aos docentes, é de trinta e duas, enquanto que no questionário aos Encarregados de Educação é de vinte cinco.

Ambos os questionários foram testados previamente aplicando-os a dez docentes e a dez encarregados de educação, pertencentes uma outra escola. Estes pré testes (Anexos 4 A e 5 A) possibilitaram a realização algumas correcções, pretendendo-se que todas as questões fossem compreendidas pelos inquiridos, que não fossem difíceis de responder, que a ordem destas fosse a mais correcta, que fossem pertinentes e não redundantes, e sendo estes questionário composto por questões fechadas, que tivessem propostas todas as respostas passíveis de serem respondidas. A testagem destes questionários, serviu igualmente para sondar as reacções dos inquiridos, quanto à sua extensão, dificuldade ou parcialidade (Ghiglione e Matalon, 2005, p.156).

Foi por nós decidido, que o universo dos inquiridos, abrangesse no caso do inquérito por questionário aplicado aos docentes, todos os professores pertencentes aos Conselhos de Turma dos cursos em estudo, num número de oito, e no respeitante ao questionário aos encarregados de educação, a todos os encarregados dos alunos que frequentam estes dois cursos, sendo estes vinte e um. Visto alguns alunos assumirem a responsabilidade da sua educação, foi solicitado que respondessem a este questionário e simultaneamente ao inquérito de questão aberta aplicado aos alunos. Sendo que o universo de inquiridos, tanto de docentes como de encarregados de educação representou um número muito reduzido, o tratamento de dados baseou-se numa tradução qualitativa da quantificação das respostas obtidas. Não foi efectuada uma verdadeira análise estatística, como é típico fazer na aplicação deste tipo de instrumentos de investigação. Nos dois casos, os questionários foram entregues aos Directores de Turma, que os distribuíram e recolheram já preenchidos, devolvendo-os à procedência.

#### **5.2.4. Os inquéritos por questionário aplicados a Alunos**

O inquérito aplicado aos alunos de ambos os cursos em estudo constou de três questões abertas, com o objectivo de sondar a opinião destes relativamente à escola, ao curso e às expectativas que depositam no seu estágio final. As questões foram (Anexo 6):

- Para mim, a escola é:
- ...e o curso é:
- Espero que o estágio venha a ser:

Foram analisados os dados daí resultantes separadamente nas duas turmas, pelo facto de se relacionarem com áreas profissionais completamente distintas e também por questões de género; o curso de Técnico de Electrónica é composto por alunos do sexo masculino, enquanto que o curso de Assistente de Acção Educativa é composto por alunos do sexo feminino.

Os questionários foram ministrados aos alunos numa das visitas que o investigador efectuou às aulas destas turmas. Todos os alunos aceitaram colaborar, respondendo aos questionários, demonstrando pelas respostas dadas interesse pela investigação em curso.

#### **5.2.5. Análise documental efectuada a actas de Conselho de Turma**

Foram solicitadas ao Conselho Executivo as actas de Conselho de Turma relativas ao ano lectivo de 2006 / 2007, dos cursos de Assistente de Acção Educativa (Anexo 7) e de Técnico de Electrónica (Anexo 8), documentação esta que foi prontamente cedida, na condição de serem alterados os nomes de professores e alunos, de modo a garantir o anonimato destes. Desta análise constam sete actas de Conselho de Turma do curso de Assistente de Acção Educativa e sete actas do curso de Técnico de Electrónica.

#### **5.2.6. Análise de documentação disponibilizada**

Para a recolha de informações relativas à gestão e aquisição de recursos utilizados pelas turmas dos cursos focados, bem como ao historial dos seus alunos, caracterização da escola e da região em que esta se insere, foram analisados relatórios, Plano Educativo de Escola, Projectos Curriculares de Turma e Carta Educativa do conselho.

#### **5.2.7. Observação naturalista de aulas, actividades e Conselhos de Turma**

Realizaram-se várias visitas a aulas, Conselhos de Turma e actividades promovidas pelos alunos, de forma não participativa, com o objectivo de conhecer mais intimamente que tipo de interações os alunos estabelecem entre si, que postura assumem perante o curso e em sentido mais lato, perante vida, qual a relação existente entre professores e alunos e que preocupações estes manifestam mais em relação aos seus discentes.

Realizaram-se três visitas a aulas do curso de Assistente de Acção Educativa, a um Conselho de Turma e uma actividade, enquanto que ao curso de Técnico de Electrónica visitou-se uma aula e um Conselho de turma. Juntam-se em anexo todos os relatórios destas observações (Anexos 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15)



### **5.3. Instrumentos de levantamento de dados: entrevistas, questionários e pesquisa documental.**

#### **5.3.1. O inquérito por entrevista ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz**

Tendo em conta que inerente às funções de Presidente do Conselho Executivo está o estabelecimento de um conjunto de interacções com actores educativos, instituições da região e com organismos governamentais, tendo em vista a realização da gestão global da escola, foi elaborada uma entrevista tendo como principal preocupação perceber qual o nível de envolvimento do Presidente do Conselho Executivo em todo o processo de gestão dos Cursos de Educação e Formação.

**Como objectivos desta entrevista pretendeu-se o seguinte (Anexo 16):**

**Relativamente à escola:**

- Conhecer os motivos pelos quais a escola decidiu abrir os seus Cursos de Educação e Formação.
- Saber se houve investimento para apetrechar instalações com os equipamentos necessários para o bom funcionamento dos Cursos de Educação e Formação.
- Averiguar qual a forma de financiamento destes cursos, tanto para a sua implementação, como para a sua manutenção.
- Perceber o grau de autonomia da escola, quanto a aquisição e formação de recursos humanos, e se os apoia no campo científico e pedagógico.

### **Relativamente aos Cursos de Educação e Formação:**

- Saber se na opinião do Presidente do Conselho Executivo os docentes têm motivação intrínseca para leccionar em Cursos de Educação e Formação e porque aceitam ou se propõem a integrar Conselhos de Turma destes cursos.
- Averiguar segundo ele se os Cursos de Educação e Formação são realmente eficientes, no cumprimento dos seus propósitos.

### **Relativamente ao meio económico da região:**

- Perceber se a escola mantém relações instituídas ou informais com organismos e empresas, de forma a melhor integrar os seus alunos, no mundo laboral.

#### **5.3.2. O inquérito por entrevista aos Coordenadores dos Cursos de Educação Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica**

O inquérito por entrevista aplicado à Coordenadora do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e ao Coordenador do Curso de Técnico de Electrónica (Anexo 2), foi elaborado com o intuito de alargar o conhecimento a respeito desta escola e da sua interligação com a comunidade, quais as formas de financiamento para abertura e manutenção dos cursos, das inter relações estabelecidas entre os vários actores educativos, sobretudo entre os docentes dos Conselhos de Turma em estudo e de que forma a escola contribui para o desenvolvimento da autonomia dos seus alunos.

Sendo que a ambos os cursos em estudo se podem detectar significativas diferenças, quer quanto à área profissional por eles abordada, quer no que se refere aos alunos que os frequentam e aos próprios professores que os leccionam, sobretudo os da componente técnica, foi nossa intenção saber se a

forma de gestão dos dois cursos é semelhante, se existe uma mesma interpretação da realidade destes cursos e quais expectativas no futuro dos alunos, visto se esperar que venham a trabalhar em áreas, cujos contextos tanto diferem.

Quis-se portanto fazer uma análise *meso*, da forma como os coordenadores se relacionam com os seus Conselhos de Turma, Órgãos de Gestão e organizações empregadoras.

Como objectivos deste bloco de entrevistas pretendeu-se o seguinte (Anexo 17):

**Relativamente à escola:**

- Conhecer os motivos pelos que a escola decidiu abrir os seus Cursos de Educação e Formação.
- Saber se houve investimento para apetrechar instalações com os equipamentos necessários para o funcionamento dos Cursos de Educação e Formação.
- Averiguar qual a forma de financiamento destes cursos, tanto para a sua implementação, como para a sua manutenção.
- Perceber o grau de autonomia da escola, quanto a aquisição e formação de recursos humanos e se os apoia no campo científico e pedagógico.

**Relativamente aos Cursos de Educação e Formação:**

- Perceber se existe dificuldade em mobilizar docentes para formar Conselhos de Turma deste tipo de cursos.

- Saber se os docentes têm uma motivação intrínseca para leccionar em Cursos de Educação e Formação, porque aceitam ou se propõem a integrar Conselhos de turma destes cursos.
- Averiguar se se geram relações colegiais, formais ou informais, entre os professores destes Conselhos de Turma.
- Percepcionar se os professores têm motivação e iniciativa para a promoção de actividades extra curriculares.

#### **Relativamente ao meio económico da região:**

- Averiguar se os Cursos de Educação e Formação são realmente eficientes, no cumprimento dos seus propósitos.
- Perceber se a escola estimula os seus alunos a serem autónomos e empreendedores.

#### **5.3.3. O inquérito por entrevista aos Directores de Turma dos Cursos de Educação Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica**

O questionário por entrevista aplicado à Directora da Turma do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e ao Director da Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica (Anexo 3), foi elaborado com o intuito de criar um maior conhecimento a respeito do funcionamento deste curso, das inter relações estabelecidas entre os vários actores educativos, sobretudo entre os docentes do Conselho de Turma, sobre a adequação dos conteúdos leccionados e perceber que colaboração dão os encarregados de educação no percurso escolar dos seus educandos.

Como objectivos desta entrevista pretendia-se o seguinte (Anexo 18):

**Relativamente ao Curso:**

- Perceber se existe estabilidade docente nos Conselhos de Turma deste tipo de cursos.
- Indagar quais as dificuldades que os professores sentem ao leccionarem nestes cursos.
- Averiguar se se geram relações colegiais, formais ou informais, entre os professores destes Conselhos de Turma.
- Saber se os docentes têm uma motivação intrínseca para leccionar em Cursos de Educação e Formação e porque aceitam ou se propõem a integrar Conselhos de turma destes cursos.
- Percepcionar se os professores têm motivação e iniciativa para a promoção de actividades extra curriculares.
- Inferir quanto à adequação curricular no que toca ao tipo de alunos a que estes cursos se destinam.
- Saber se a carga horária está de acordo com o desenho curricular destes cursos e com o desempenho esperado destes alunos.
- Perceber se a escola estimula os seus alunos a serem autónomos e empreendedores.
- Indagar qual o tipo de relação que os alunos estabelecem com os restantes membros da comunidade educativa.
- Averiguar se os Cursos de Educação e Formação são realmente eficientes, no cumprimento dos seus propósitos.

- Saber se a escola faz uma eficiente divulgação dos seus cursos

#### **Relativamente à Família:**

- Perceber se a escola estabelece canais de comunicação eficientes, com os encarregados de educação dos seus alunos.
- Saber que relação existe entre encarregados de educação e os seus educandos.

#### **5.3.4. Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica**

O inquérito aplicado aos docentes que constituem os dois Conselhos de Turma dos cursos em estudo (Anexo 4), consistiu num conjunto de dois blocos de questões, um de caracterização do docente e outro composto de trinta e duas questões fechadas com três possibilidades de resposta, SIM, NÃO e NÃO SEI, centrados em três grandes temáticas: o Aluno, a Escola e o Meio Sócio-Económico da região.

Como objectivos deste inquérito por questionário pretendeu-se o seguinte (Anexo 19):

#### **Relativamente ao Aluno:**

- Perceber se os professores conhecem os seus alunos quanto:
  - a) às suas motivações;
  - b) à sua realização pessoal.
- Aferir que representações têm os professores, dos alunos que integram os Cursos de Educação e Formação.

- Percepcionar se os professores se sentem optimistas quanto ao futuro académico dos alunos que frequentam estes cursos.

- Percepcionar se os professores acreditam que os conteúdos dados nos Cursos de Educação e Formação terão utilidade no futuro profissional dos alunos que os integram.

### **Relativamente à Escola:**

- Aferir se os professores têm informação acerca da nomenclatura dos Cursos de Educação e Formação.

- Aferir se os professores sabem como se constituem as turmas de Cursos de Educação e Formação.

- Apurar se os professores sabem qual o perfil de aluno proposto para integrar um Curso de Educação e Formação.

- Saber se os professores conhecem os curricula dos Cursos de Educação e Formação.

- Saber se os professores têm conhecimento de como se faz a gestão de tempos e curricula em turmas de Cursos de Educação e Formação.

- Saber se os professores têm conhecimento de como se faz a gestão financeira em Cursos de Educação e Formação, inclusive se sabem que fundos se podem utilizar na sua gestão.

Perceber se os professores sentem haver uma ligação real entre escola e o sector empresarial, potencial empregador de alunos finalistas de Cursos de Educação e Formação.

- Aferir se a escola abriu Cursos de Educação e Formação para se poder adaptar a uma nova realidade social operada na região em que se insere.

- Percepcionar se a escola abriu Cursos de Educação e Formação para poder manter ocupados alguns professores que no passado leccionavam disciplinas que entretanto foram suprimidas.

-Perceber se existe um bom clima de escola.

-Percepcionar a existência de conflitos de interesses entre professores.

-Saber se os Cursos de Educação e Formação desta escola, foram abertos tendo em consideração as características do seu Projecto Educativo.

-Indagar se os recursos físicos e humanos existentes na escola são os mais adequados para o funcionamento de Cursos de Educação e Formação.

-Aferir se os alunos têm uma boa relação com os restantes actores da comunidade educativa.

-Saber se a escola estabelece contactos com os encarregados de educação e se o circuito de comunicação existente é o mais eficiente.

### **Relativamente ao Meio Sócio-Económico:**

- Perceber se os professores conhecem as características socio-económicas da região onde a escola está inserida.

- Saber que inter relações existem entre escola, empresas e instituições da região.



### **5.3.5. Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos Encarregados de Educação dos alunos dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica**

O inquérito aplicado aos encarregados de educação dos alunos que frequentam os cursos em estudo (Anexo 5), consistiu num conjunto de dois blocos de questões, um de identificação do encarregados de educação e outro constante vinte e quatro questões fechadas com três possibilidades de resposta, SIM, NÃO e NÃO SEI, centrados em três grandes áreas: o Educando, a Escola e o Meio Sócio-Económico circundante à Escola Secundária Maria da Luz.

Quanto aos objectivos pretendidos a atingira com este questionário, registam-se os seguintes (Anexo 20):

#### **Relativamente ao Educando:**

-Perceber se os encarregados de educação conhecem os seus educandos quanto a:

- a) suas motivações;
- b) seus desejos de realização pessoal.

-Aferir que representações têm os encarregados de educação dos alunos que integram os Cursos de Educação e Formação.

-Saber que importância os encarregados de educação dão a habilitações literárias.

- Percepcionar se os encarregados de educação criam expectativas nos seus educandos no que diz respeito ao seu futuro profissional.

### **Relativamente à Escola:**

-Saber se os encarregados de educação matricularam os seus educandos num Curso de Educação e Formação, tendo conhecimento das ofertas educativas existentes.

-Perceber se os encarregados de educação auxiliam os seus educandos a gerir o seu tempo.

-Aferir se os encarregados de educação têm informação acerca da nomenclatura dos Cursos de Educação e Formação.

-Saber se os encarregados de educação se encontram informados no tocante à vida escolar dos seus educandos.

-Depreender se os encarregados de educação se deslocam à escola e se conhecem as suas instalações.

-Aferir se os encarregados de educação conversam com os seus educandos sobre as inter relações que estes estabelecem com os restantes elementos da comunidade educativa.

### **Relativamente ao Meio Sócio-Económico:**

-Perceber se as famílias se sentem bem integradas no meio onde residem.

-Percepcionar se os encarregados de educação gastam muito tempo em deslocações entre o seu local de residência e o trabalho.

-Aferir se o agregado familiar tem e tencionará continuar a ter um local de residência fixo, ou se pelo contrário assume características migrantes.

-Saber se os encarregados de educação estabelecem contactos com a escola e com as restantes instituições e empresas da região.

### **5.3.6. Observações naturalistas de aulas, actividades e Conselhos de Turma de ambos os cursos em estudo**

Nesta investigação foram efectuadas duas observações a aulas do curso de Assistente de Acção Educativa, uma a doze de Março e outra a quinze do mesmo mês, uma observação a uma actividade promovida pelas mesmas alunas realizada a vinte e um de Março, e a duas aulas do curso de Técnico de Electrónica, uma que teve efeito no dia quinze de Março, outra no dia vinte e um de Junho de 2007, com o intuito de apresentar aos alunos de ambas as turmas o presente trabalho, de conhecer os alunos quanto à forma como encaram a escola e o curso, que relação estabelecem entre si e com os professores. Foi também nossa intenção, envolver os alunos nesta investigação, convidando-os a participar respondendo a um inquérito de questão aberta e na criação do nome fictício adoptado para esta escola, de modo a manter o seu anonimato.

Foram observados dois Conselhos de turma do curso de Assistente de Acção Educativa, ocorridos a vinte de Março, e um do curso de Técnico de Electrónica, a cinco de Junho de 2007. Pretendeu-se dar a conhecer aos docentes o âmbito deste estudo, bem como perceber de que forma se relacionam e como encaram a docência neste tipo de cursos, com este tipo de alunos. Os professores foram igualmente solicitados a participar no fornecimento de dados para a concretização desta investigação, respondendo a um inquérito por questionário.

## 5.4. Técnicas de análise de dados

### 5.4.1. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito por entrevista aplicado ao Presidente do Conselho Executivo (Anexo 22 a 25)

Reflectidas nas questões deste inquérito por entrevista, constam quatro grandes áreas, aqui designadas por categorias de análise, subdivididas em subcategorias e representadas na seguinte tabela:

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	PERGUNTAS
- Capacitação dos alunos	-Orientação vocacional e escolar. -O Insucesso / sucesso escolar. -Colocação dos alunos na vida activa.	2.1; 2.2; 2.10 2.2; 2.11 2.2; 2.12
- Gestão de recursos e financiamento dos C.E.F.(s)	- Rentabilização de recursos físicos e humanos existentes. -Aprendizagem ao Longo da Vida. -Gestão financeira dos C.E.F.(s).	2.3; 2.4; 2.7; 2.11 2.7 2.5; 2.6
- Relações colegiais e clima de escola.	-Trabalho colaborativo entre professores. -Organização curricular e pedagógica dos C.E.F.(s)	2.9 2.9; 2.10
- Relações da escola com a comunidade e com o Estado	-Estabelecimento de relações formais e informais entre a escola e empresas e outras instituições. -Aquisição de locais de estágio para alunos finalistas de C.E.F.(s) e sua inserção na vida activa. -Coordenação estatal no estabelecimento de partenariados e políticas para a eficiência das escolas.	2.12; 2.13 2.13 2.8; 2.14

#### 5.4.2. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito por entrevista aplicado aos Coordenadores de Curso (Anexo 27 a 30)

À semelhança do inquérito por entrevista aplicado ao Presidente do Conselho Executivo, consideram-se subjacente a esta entrevista as mesmas categorias de análise, subdivididas igualmente em subcategorias, mencionadas na tabela abaixo representada:

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Coordenadores dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	PERGUNTAS
- Capacitação dos alunos	-Orientação vocacional e escolar. -O Insucesso / sucesso escolar. -Organização curricular e pedagógica dos C.E.F.(s) -Colocação dos alunos na vida activa.	2.2 2.2;2.16  2.11 2.2; 2.12; 2.13; 2.17; 2.18
- Gestão de recursos e financiamento dos C.E.F.(s)	- Rentabilização de recursos físicos e humanos existentes. -Aprendizagem ao Longo da Vida. -Gestão financeira dos C.E.F.(s).	2.3; 2.4; 2.6; 2.7 2.7 2.5; 2.6
- Relações colegiais e clima de escola.	-Trabalho colaborativo entre professores. -Motivação dos professores	2.10 2.8; 2.9
- Relações da escola com a comunidade e com o Estado	-Estabelecimento de relações formais e informais entre a escola e empresas e outras instituições. -Aquisição de locais de estágio para alunos finalistas de C.E.F.(s) e sua inserção na vida activa.	2.12; 2.13, 2.15  2.14

#### 5.4.3. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito por entrevista aplicado aos Directores de Turma (Anexo 33 a 36)

As categorias de análise diferem ligeiramente das constantes nos inquéritos por entrevistas anteriormente referidos, pois as questões abordadas nesta entrevista pretenderam revelar dados acerca da micro-gestão das turmas, efectuada por estes dois intervenientes. Como se pode verificar na seguinte tabela, as categorias são as relações colegiais e clima de escola, a capacitação dos alunos, as Relações Aluno/Escola, e por fim, as Inter relações Escola/Família.

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	PERGUNTAS
- Relações colegiais e clima de escola.	-Estabilidade docente	2.2
	-Trabalho colaborativo entre professores.	2.4; 2.6
	-Motivação dos professores	2.3; 2.5
- Capacitação dos alunos	-Orientação vocacional e escolar.	2.11; 2.10
	-Organização curricular e pedagógica dos C.E.F.(s)	2.7; 2.8; 2.9
	-O Insucesso / sucesso escolar.	2.10; 2.12; 2.17
	-Colocação dos alunos na vida activa.	2.15; 2.16
-Relações Aluno/Escola	-Comportamento dos alunos	2.13
	-Mobilização de alunos na promoção de actividades.	2.14
- Inter relações Escola/Família	-Estabelecimento de relações formais entre a escola e a família.	2.18; 2.20
	-Envolvimento dos Encarregados de Educação no processo Ensino / Aprendizagem.	2.18; 2.19; 2.20

**5.4.4. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica (Anexo 38 a 42)**

Inerentes a este inquérito constam cinco grandes áreas, aqui designadas por categorias de análise, subdivididas em subcategorias, representadas na seguinte tabela:

Tabela de Análise – Questionário aos Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica			
CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	QUESTÕES	
Categoria 1: Capacitação dos alunos	-Orientação vocacional e escolar.	2.1	
	-Realização Pessoal	2.2	
	-Caracterização dos alunos (comportamento / Aproveitamento)	2.3	
		2.4	
		4.9	
		4.10	
	-Expectativas académicas e profissionais	2.5	
		2.6	
2.7			
Categoria 2: Envolvimento dos Professores nos CEF	-Conhecimento que os docentes têm acerca dos CEF	3.1	
		3.2	
		3.3	
		3.4	
		3.5	
	-Participação na organização curricular e pedagógica dos CEF	3.6	
		3.7	
		3.8	
Categoria 3: Interacções Escola / CEF	-Integração dos CEF na escola.	3.9	
		4.1	
		4.2	
	-Clima de Escola	4.3	
		-Motivações dos professores	4.4
			-Recursos físicos / humanos
		4.6	
		4.7	
4.8			
Categoria 4: Interacções Escola / Família	-Eficiência dos mecanismos de comunicação entre Escola e Família	4.11	
		4.12	
Categoria 5: Interacções Escola / Comunidade	-Relações estabelecidas entre a Escola e a comunidade	5.1	
		5.2	
		5.3	
		5.4	

**5.4.5. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos Encarregados de Educação dos alunos dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica (Anexo 43 a 45)**

Subjacente a este inquérito constam três grandes áreas, aqui designadas por categorias de análise, subdivididas em subcategorias, representadas na seguinte tabela:

Tabela de Análise – Questionário aos Encarregados de Educação dos alunos dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica		
CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	QUESTÕES
<b>Categoria 1: Capacitação dos alunos</b>	-Orientação vocacional e escolar.	2.1
	-Realização Pessoal	2.2
	-Expectativas académicas e profissionais	2.3
		2.4
		2.5
	-Caracterização dos alunos (comportamento / Aproveitamento)	2.6
		2.7
<b>Categoria 2: Interacção Escola/Família</b>	-Representações que os Encarregados de Educação fazem dos CEF.	4.1
		3.1
		3.2
		3.3
		3.4
		4.7
<b>Categoria 3: Ralação Família/Meio</b>	-Eficiência dos mecanismos de comunicação entre a Escola e a Família	4.5
		4.6
	-Estabilidade residencial e laboral	5.1
		5.2
		5.3
	-Conhecimento da região em termos sócio-económicos	5.4
		5.5
		5.6



**5.4.6. Análise do Inquérito de Questão Aberta, aplicado aos alunos do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica (Anexo 46 a 51)**

Subjacente a este inquérito constam três grandes áreas, aqui designadas por categorias de análise, subdivididas em subcategorias, representadas na seguinte tabela:

Tabela de Análise – Inquérito de Questão Aberta aplicado aos alunos dos CEF de Assistente de Acção Educativa e Técnico de Electrónica	
CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS
Representações que os alunos têm da Escola	-Formação académica -Desenvolvimento Pessoal -Realização Pessoal
Representações que os alunos têm do Curso	-Alternativa Curricular -Formação Profissional -Realização Pessoal
Expectativas que os alunos depositam no Estágio	-Complemento Académico -Formação Profissional -Integração Laboral -Realização Pessoal

## **5.5. Contexto da investigação**

Este estudo centraliza-se exclusivamente na Escola Secundária Maria da Luz, designação esta fictícia, condição de anonimato imposta pelo seu Conselho Executivo, como é prática corrente em investigações deste tipo.

### **5.5.1. Descrição da Escola Secundária Maria da Luz.**

A Escola Secundária Maria da Luz é uma escola secundária com terceiro ciclo, estando actualmente a passar por uma reestruturação organizacional, pois passará já no ano lectivo de 2007/2008 a funcionar como agrupamento vertical, abrindo algumas turmas de segundo ciclo e agregando duas escolas de primeiro ciclo e jardim de infância.

A composição da comunidade educativa no ano lectivo de 2006/2007 conta de 750 alunos, 110 professores e 32 funcionários. Quanto ao corpo docente, registe-se que 98% pertence ao quadro em nomeação definitiva, residindo na sua maioria, perto do seu local de trabalho, facto este que representa para a escola, uma forte estabilidade, assegurando a continuidade pedagógica em todas as turmas.

O espaço físico desta escola comporta quatro pavilhões e um campo desportivo. Em três dos seus pavilhões estão instalados uma sala multiusos, um refeitório, uma sala de audiovisuais, salas específicas para as áreas de electricidade e electrotecnia, práticas de secretariado e contabilidade, acompanhamento de crianças, bem como as restantes salas de aula normais. Num quarto, designado por pavilhão central, funcionam todos os serviços administrativos e o Centro de Recursos Educativos.

Todos os sectores se encontram informatizados, sendo que todos os serviços são acedidos por meio de cartão magnético, facilitando a identificação de alunos, professores e funcionários, e tornando desnecessária a utilização de

dinheiro para efectuar qualquer compra ou pagamento dentro do perímetro da escola.

Foram instalados computadores nalgumas salas, tornando possível às turmas de sétimos e oitavos anos a prática do “Sumário Digital”.

Os Serviços Administrativos funcionam em *Open Space*, administrados por vários gestores de processo, especializados cada um numa área específica. O atendimento torna-se desta forma mais personalizado, evitando filas e desperdício de tempo desnecessário.

Esta escola caracteriza-se por promover diversas actividades extra curriculares como sejam os clubes de Teatro, Ambiente, Netlink, Saúde, Fotografia e Rádio Escola. Mantém aberto um site de Internet e prevê-se a criação de um portal com o intuito de divulgar materiais didácticos, facilitando assim a aprendizagem dos alunos, motivando-os para o estudo e para a boa utilização das novas tecnologias de informação e comunicação.

A escola em estudo participa regularmente em programas e concursos, estabelece protocolos, tanto nacionais como internacionais, como é o exemplo da sua participação num projecto de intercâmbio cultural, tendo como tema base as Lendas e as Histórias, no âmbito do Projecto *Comenius*.

A escola dinamiza acções de formação, nos domínios da construção de materiais didácticos, Sexualidade, Projecto Curricular de Turma, alargando o leque de conhecimentos dos docentes nestas áreas tão utilizadas no quotidiano.

Além das acções de formação para docentes, a escola oferece aos seus funcionários formação, colmatando algumas lacunas e necessidades detectadas.

Também abertos a toda a comunidade educativa e encarregados de educação, encontram-se disponíveis programas de apoio e esclarecimento, como são o

caso dos Projectos “Escola de Pais” e “Alcoologia e Prevenção das Toxicodependências - viverbem.sem”.

A escola elabora e divulga o seu Jornal Escolar, tal como o projecto Escola Viva, que tem como finalidade a dinamização de eventos culturais, a divulgação do livro do mês, a organização de actividades recreativas e desportivas e dá continuidade ao Projecto “ Escola De Pais”.

Tem, em fase experimental, e em parceria com o Instituto de Apoio à Criança, um Gabinete de Atendimento ao Aluno e à Família (GAAF).

Possui um Núcleo de Apoio Educativo e Serviço de Psicologia e Orientação, com toda uma equipa de técnicos capacitados para o apoio e encaminhamento académico/profissional de alunos sinalizados pelos seus directores de turma.

#### **5.5.2. Descrição do meio onde a Escola Secundária Maria da Luz se insere.**

A Escola Secundária Maria da Luz localiza-se na “Freguesia da Luz”, designação esta fictícia, Concelho de (...), Distrito de Lisboa. Esta escola encontra-se rodeada por AUGI's (Áreas Urbanas de Génese Ilegal / loteamentos clandestinos). Estima-se a existência de cerca de 6.500 lotes clandestinos, só nesta freguesia. Esta proliferação de construção ilegal, teve o seu início nos anos setenta, mantendo-se até aos dias de hoje. Em estreita proximidade da escola, encontram-se bairros de construção económica e de realojamento.

Tendo sido esta, uma zona tradicionalmente rural, encontra-se actualmente urbanisticamente descaracterizada, e densamente construída, coexistindo áreas rurais, zonas urbanas detentoras de fracas infra-estruturas rodoviárias e de saneamento básico, e áreas industriais.

A Freguesia da Luz, é em termos de área, a terceira maior do concelho, ocupando 20.1Km<sup>2</sup>, e a primeira, quanto a número de habitantes, situando-se nos 43.991. Curiosamente, esta freguesia é a terceira com menor densidade populacional, sendo de 2.146 habitantes/Km<sup>2</sup>, mas a que regista um maior crescimento demográfico da última década, mais 8.053 residentes, ou seja, um incremento de 22,4% em relação a 1991.

Esta freguesia regista um elevado número de famílias desfavorecidas. Indicadores como o desemprego e o número de beneficiários do Rendimento Mínimo de Inserção situam-se num patamar bastante elevado, indicando uma grande vulnerabilidade das famílias. O acesso por habitante a equipamentos e serviços sociais é o mais baixo do concelho. Regista-se a mais baixa cobertura do ensino pré-escolar deste conselho.

O tecido empresarial desta freguesia caracteriza-se sobretudo pela existência de um elevado número de empresas do sector Secundário. Fábricas de calçado, indústria química, alimentar e de reparação automóvel, são as que existem em maior número (informação extraída da Carta Educativa do Concelho (...)).

#### **5.5.3. Abordagem à Carta Educativa do Município onde a Escola Secundária Maria da Luz está inserida.**

Desde a elaboração da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo (L.B.S.E.), que se tem como instrumento base a Carta Educativa, com vista a concretizar uma melhor gestão, planeamento e ordenamento da rede escolar. Inicialmente com a designação de Carta Escolar, este documento consistia num levantamento de todos os equipamentos escolares, públicos, privados e IPSS, caracterizando o seu estado de conservação, a sua população e regime de funcionamento. De igual modo era elaborada uma caracterização exaustiva da realidade social e económica do Município. Deste modo, a Carta Escolar limitava-se a ser um documento estático, meramente inventariativo, sem um propósito evolutivo.

Com a desenvolvimento do conceito de Escola para algo mais abrangente e interactivo, passando esta a deixar de ser considerada isoladamente mas integrada num determinado território, em coacção com outros estabelecimentos de ensino e restantes instituições da região envolvente, a Carta Escolar passa a ser um documento orientativo, tendo em conta as transformações sociais, demográficas, urbanísticas e económicas do Concelho.

Designando-se actualmente por Carta Educativa, este documento tem como validade um período de dez anos, sendo necessário um trabalho constante dos vários interlocutores, incidindo sobretudo na observação da evolução social do concelho, correlacionando factores como as tendências políticas para o desenvolvimento urbanístico no contexto do município, a evolução demográfica e económica da região, a actualidade do sistema educativo, com vista a uma reestruturação e adequação da rede escolar do concelho.

A elaboração da Carta Educativa assenta sobre duas perspectivas, uma de diagnóstico da realidade social e económica da região, incidindo sobre a “Estrutura Espacial do Território”, a “Caracterização Sócio-Demográfica”, a “Caracterização Sócio-Económica”, e a “Evolução da Procura e Oferta da Educação e do Ensino”, e uma segunda de índole prospectivo, explicitando os princípios e conceitos orientadores para a rede escolar, objectivando a estruturação dos territórios educativos e apresentado todo o conjunto de propostas para a reestruturação e reconfiguração da rede educativa do concelho.

Sendo a Escola uma organização complexa inserida num determinado contexto social, constitui-se parte integrante de um conjunto de instituições comunitárias, interligadas por relações de estreita colaboração, gerando sinergias com via a garantir às populações a escolaridade obrigatória. Estabelecimentos de ensino pré-escolar, de primeiro, segundo e terceiro ciclo, secundário, profissional ou superior, sejam eles públicos, privados e IPSS, pertencentes a um determinado território geográfico, estabelecem relações de interdependência com Juntas de Freguesia, Centros de Saúde, Associações locais, Associações de Pais. A implicação destes e outros agentes sociais no trabalho das escolas gerou um

novo conceito, agora preconizado na Carta Educativa: o de Território Educativo. Como princípio estruturante para a implantação de redes escolares eficientes e coadunadas com o meio em que se inserem, o conceito de Território Educativo aglutina uma preocupação de carácter pedagógico a uma de carácter de ordenamento territorial, organizando de forma racional o território concelhio.

Assim sendo, a Carta Educativa revela ser um instrumento de planeamento complexo, fundamental para a gestão educativa e de recursos escolares, antevendo a evolução social, demográfica e económica do concelho em estudo, optimizando e reestruturando pró-activamente a rede escolar.

## **5.6. Análise e comentário de dados.**

### **5.6.1. Análise de documentação disponibilizada.**

Para que fosse possível a recolha de informação acerca do historial dos cursos desta escola e dos seus alunos, bem como saber mais a respeito da gestão desta escola, foram consultados variados documentos, relatórios e Projectos Curriculares de Turma.

#### **Historial dos cursos destas áreas frequentados por alguns dos alunos que integram os cursos investigados**

A Escola Secundária Maria da Luz, optou desde 2002, por adoptar uma gestão educacional capaz de oferecer alternativas educativas, fossem elas por via de Cursos Tecnológicos, turmas de Currículos Alternativos ou Cursos de Educação e Formação. Esta mudança de estratégia deveu-se ao elevado índice de insucesso escolar e abandono escolar precoce, observado em anos anteriores.

Posto isto, e relacionados com o actual CEF de Assistentes de Acção Educativa, abaixo enumeram-se os cursos que funcionaram até à data:

- No ano lectivo de 2002/2003, a escola abriu o Curso de Acompanhantes de Crianças.
- Em 2003/2004 tem início o Curso de Agentes de Acção Educativa - Acompanhantes de Crianças, que tem continuidade no ano lectivo seguinte.
- O Curso Complementar decorre no ano lectivo de 2005-2006.
- No mesmo ano lectivo funcionou o CEF de Auxiliares de Acção Educativa, de Tipologia 4.
- Actualmente decorre o curso em estudo, CEF de Assistente de Acção Educativa, de Tipologia 5.

No tocante à área da electricidade/electrónica, funcionaram desde 2002 os cursos abaixo mencionados:

- Nos anos lectivos de 2002/2003, 2003/2004 e 2004/2005, funcionou o Curso Tecnológico de Electrónica / Electrotecnia.
- No ano lectivo de 2003/2004 abriu o Curso de Educação e Formação de Electricistas de Instalações, de Tipologia 3, decorrendo no ano lectivo seguinte.
- Em 2005 abriu o Curso de Educação e Formação de Electricistas de Instalações, de Tipologia 4.
- O Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica teve o seu início no ano lectivo de 2006/2007.

### **Análise do percurso dos alunos que frequentam ou frequentaram cursos em estudo.**

Nas áreas profissionais relacionadas com o CEF de Assistentes de Acção Educativa, o que se sabe acerca do percurso académico e profissional das alunas e dos dois alunos que frequentaram estes cursos, é o seguinte:



No ano lectivo de 2003/2004 abre o Curso de Agentes de Acção Educativa - Acompanhantes de Crianças. Nele matricularam-se dezasseis alunas, das quais desistiram quatro. Destas quatro alunas, três foram trabalhar em áreas que não têm a ver com o curso, uma empregou-se como ajudante num cabeleireiro, outra como empregada de balcão numa loja, e outra como empregada de limpeza de um supermercado. A quarta aluna inscreveu-se num outro Curso de Educação e Formação, na área da Amadora.

No ano lectivo 2004/2005, é dada continuidade ao curso aberto no ano anterior, tendo iniciado com doze alunas, ou seja, as que tinham concluído com sucesso, o ano anterior.

Neste ano desistiram quatro alunas: duas alunas tiveram bebés, uma outra integrou o 10º ano do Ensino Regular, da Área de Artes, que depois de ter experimentado, abandonou, e uma última abandonou o seu estágio, a uma semana antes da sua conclusão, tendo-se empregado.

A maioria das alunas desta turma, só pretendia concluir o 9º ano de escolaridade, e de seguida, procurar um emprego.

Candidatam-se ao Curso Complementar a leccionar no ano lectivo de 2005/2006, as oito alunas da turma do ano anterior, bem como outras candidatas, tanto desta escola, como de outras deste conselho. Do grupo do curso do ano anterior, foram seleccionadas seis, porém, uma das alunas foi, contra a sua vontade, impedida pela própria família de continuar os seus estudos, já que pertencia à etnia cigana, e era deste modo, obrigada a cumprir as leis próprias destes. Assim, foi constituída uma turma, integrando novos elementos, alguns desta escola, outros provenientes de outras escolas do Conselho. Neste grupo, estiveram dois rapazes do CEF de Técnicos de Electrónica, que não tinham as mesmas disciplinas tecnológicas, mas que se integraram perfeitamente no espírito da turma, com o objectivo de obter a equivalência ao 10º ano. Durante este ano lectivo, uma aluna nunca apareceu, soube-se mais tarde que tinha arranjado emprego numa loja, três outras abandonaram o curso, uma delas por orientação da própria escola, pois não se enquadrava no espírito do curso, outra por querer seguir uma carreira diferente,

ligada à música, e também por se encontrar psicologicamente incapacitada para continuar a frequentar a escola, e uma outra aluna desistiu de frequentar o curso, depois de ter tido bebé.

Registe-se que uma aluna desistiu a meio do estágio, não se sabendo exactamente quais as razões, não voltando a comparecer nem à escola, nem à Instituição onde estagiava. Julga-se que este abandono se deve a questões familiares.

No final do ano lectivo, e tendo em conta as características do grupo, alguns alunos foram reencaminhados. Deste modo, os rapazes voltaram para a área que pretendiam seguir, a turma de Tipo 5 do CEF de Técnico de Electrónica, três raparigas integraram a turma Tipo 5 do CEF de Secretariado, duas alunas mudaram para cursos profissionais, e duas outras alunas mudaram de escola, onde integraram uma turma de um curso de Artes Gráficas de Tipologia 5. Duas das alunas não se inscreveram para o ano seguinte.

Simultaneamente ao Curso Complementar, funcionou o CEF de Auxiliares de Acção Educativa, de Tipologia 4. Integram no início quinze alunas. Curiosamente, uma destas alunas, que integrou posteriormente a Tipologia 5, pertenceu à turma do primeiro Curso de Acompanhantes de Crianças (2002-2003), leccionado nesta escola. Desistiram duas alunas, sendo que uma delas se encontra actualmente a trabalhar com crianças.

Percebeu-se que as expectativas das alunas aumentaram relativamente ao seu percurso escolar, passando estas a ambicionar a conclusão do 12º ano.

No biénio de 2006-2007, abre o CEF de Auxiliares de Acção Educativa, de Tipologia 5. A turma é composta por dezoito alunas e foi constituída com parte do grupo do Curso Complementar, com a maior parte do grupo do Curso de Tipologia 4, e mais uma aluna que veio de outra escola do concelho. Hoje, a grande maioria das alunas, quer acabar o 12º ano e prosseguir estudos no Ensino Superior.

Relativamente aos alunos que integraram o CEF de Técnico de Electrónica, de Tipologia 5, refere-se o seguinte:

Esta turma conta actualmente com doze alunos do sexo masculino, sendo que no início do ano era composta por catorze, sendo que dois anularam a sua matrícula. Os dados que abaixo se descrevem, referem-se à totalidade de alunos inscritos, ou seja catorze.

No que diz respeito a alunos com retenções em anos anteriores, registe-se que integraram esta turma, cinco alunos, com três retenções, quatro alunos, com duas retenções, quatro alunos, com uma retenção, e um aluno sem qualquer retenção.

Quanto ao local de residência, todos os alunos moram no concelho de (...), sendo que três alunos moram na Freguesia da Luz, dois em (localidade a 1,9Km), um em (localidade a 3,5Km), um em (localidade a 4,5Km), um em (localidade a 7,6Km), dois em (localidade a 4,0Km), um em (localidade a 3,0Km), um em (localidade a 9,0Km), um em (localidade a 3,7Km) e um em (localidade a 8,0Km).

O meio de transporte que estes alunos usam para se deslocar do local de residência para a escola, varia, desde o automóvel, moto, autocarro ou a pé, sendo que três alunos se deslocam de carro, um de moto, cinco de autocarro e os restantes cinco a pé.

O nível etário dos alunos desta turma, situa-se entre os dezassete e os vinte e um anos, sendo que com dezassete anos existem três alunos, com dezoito, cinco alunos, com dezanove anos, três alunos, com vinte, dois alunos e com vinte um anos, um aluno.

Do conjunto dos catorze alunos, oito são encarregados de educação deles próprios.

Do grupo turma, dois alunos que ainda frequentam actualmente o curso, sentem-se desmotivados, não se estando a integrar no trabalho desenvolvido, prevendo-se que para o próximo ano, sejam reencaminhados para um outro curso.

### **Proveniência académica dos alunos**

Todos os alunos que compõem esta turma frequentaram esta mesma escola no ano anterior.

Fazendo um traçado do percurso dos alunos desta turma, temos o seguinte:

No ano lectivo de 2003/2004, abriu o Curso de Educação e Formação de Electricistas de Instalações, de Tipologia 3 e conferindo uma certificação profissional de Nível 2. Este curso teve a duração de dois anos lectivos, e habilitou os alunos que o concluíram com uma equivalência ao 9º. Ano. Note-se que este curso resumia em dois anos o que no ensino regular se faz em três. Neste curso inscreveram-se dezassete alunos, tendo desistido cinco.

Em 2005 abriu o Curso de Educação e Formação de Electricistas de Instalações, de Tipologia 4, com a duração de um ano, conferindo uma certificação profissional de Nível 2 e equivalência ao 10º. Ano. Este curso recebeu sete alunos que tinham reprovado no ano anterior o Curso Tecnológico de Electrónica / Electrotecnia e outros três provenientes do 9º. Ano do ensino regular.

O curso em estudo, Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica, conforme foi anteriormente mencionado, contou no início do ano lectivo de 2006/2007 com catorze alunos. Dez destes alunos provieram do Curso de Educação e Formação de Electricistas de Instalações, acrescido de dois que encontravam-se a trabalhar e decidiram regressar à escola com o intuito de complementar as suas habilitações, e de mais outros dois alunos que concluíram o Curso Tecnológico de Electrónica / Electrotecnia e que realizaram um curso complementar de equivalência ao 10º ano para poderem ingressar neste.

## **Recursos necessários para a abertura e manutenção dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliares de Acção Educativa e de Técnicos de Electrónica.**

Os Cursos de Educação e Formação de Auxiliares de Acção Educativa e de Técnicos de Electrónica implementados na Escola Secundária Maria da Luz, são, como se pode concluir pelo que já foi anteriormente referido, a evolução natural, resultado da tomada de decisão em abrir um leque de cursos relacionados com alguns sectores empresariais da região, dando aos alunos alguma esperança de emprego e de carreira.

Com o intuito de capacitar jovens e motiva-los para uma profissão de futuro, a Escola Secundária Maria da Luz adoptou por esta via educativa, de índole mais prática, mas não menos exigente.

A escola em que se baseou esta investigação possui duas oficinas equipadas com bancadas adequadas à aprendizagem de técnicas e operações relacionadas com os sectores da electrónica e electrotecnia.

Estas instalações foram construídas e equipadas na década de oitenta, para a docência da área de Electrotecnia em disciplinas de cursos tecnológicos.

De igual modo, a existência de docentes no activo, que na altura leccionavam as disciplinas destes cursos, são hoje os recursos humanos mais avalizados para a docência de disciplinas da componente tecnológica dos cursos aqui versados.

No que concerne aos recursos físicos que o Curso de Educação e Formação de Assistentes de Acção Educativa possui, e de todos os que a ele precederam, resumem-se a duas salas de aula, adaptadas para o trabalho desenvolvido pelas suas alunas.

Estas salas foram cuidadosamente reestruturadas e decoradas pelas próprias alunas, orientadas pelas suas professoras. As aulas de cariz artístico prestaram-se bem a este tipo de intervenções; desde a fase de projecto, altura

em que as alunas detectaram as necessidades existentes, analisaram os recursos disponíveis ou em vias de aquisição, à concretização das obras de recuperação, estas salas foram adequadamente adaptadas à docência deste tipo de cursos.

Quanto a recursos humanos, o curso dispõe de um Conselho de turma composto por uma equipa de professores de formação vocacionada para o terceiro ciclo e secundário, e que se especializaram nas áreas específicas deste curso. São o caso de disciplinas como Psicologia ou as áreas da música da componente artística, que são leccionadas por professores de Língua Portuguesa ou Educação Visual respectivamente. Estas professoras depararam-se com a necessidade de complementar a sua formação, para melhor transmitirem os conteúdos das novas disciplinas que agora leccionam.

Observa-se que um elevado número de escolas que se propõem a abrir Cursos de Educação e Formação, utilizam frequentemente os recursos quer físicos, quer humanos que dispõem, prescindindo, na maioria dos casos, de financiamentos provenientes da tutela e de requisição de novos professores com habilitações concordantes com as áreas dos cursos.

### **Forma e critérios de seriação de alunos a integrar os CEF na Escola Secundária Maria da Luz.**

Os alunos que se propõem a integrar estes cursos, acrescidos daqueles que foram anteriormente sinalizados pelos directores de turma, são alunos que normalmente se encontram em risco de abandono escolar, possuem idade superior à da prevista para a realização da escolaridade obrigatória, demonstram desmotivação no cumprimento dos seus deveres escolares e apresentam altos níveis de absentismo.

No tocante a critérios e instrumentos de selecção, o que se encontra previsto nos regulamentos normativos que orientam este tipo de ensino, é que os alunos que desejem integrar estes cursos tenham tido aproveitamento no ano anterior ao que irão frequentar e que realizem uma prova de selecção

promovida pela própria escola. Esta prova será posteriormente analisada pela coordenação do curso a que o aluno se candidata, bem como pelos Serviços de Psicologia e Orientação da mesma escola.

Relativamente às alunas que frequentam actualmente o CEF de Assistentes de Acção Educativa, e a todas as outras que a este se candidataram, foram sujeitas a uma prova escrita, às quais se pediu que descrevessem a forma de como resolveriam uma situação de conflito e indisciplina por parte de um grupo de alunos, na hora de almoço, no refeitório da escola. A partir das suas respostas, foram indiciados os perfis psicológicos das alunas candidatas, excluindo-se todas aquelas que não apresentavam características desejadas para o desempenho desta profissão.

No que diz respeito aos alunos que se encontram a frequentar o CEF de Técnicos de Electrónica, provieram dos cursos profissionalizantes que funcionaram anteriormente, tendo sido encaminhados directamente para este curso, sem que houvesse necessidade de aplicar a estes qualquer entrevista ou outro instrumento de seriação.

### **5.6.2. Análise e comentário das entrevistas**

#### **Análise e comentário da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo (Anexo 21)**

##### **Capacitação dos alunos**

Questionado quando é que a escola em estudo implementara os seus CEF(s), o entrevistado, não precisando o ano (referiu que foi no ano em que o Ministério da Educação criara estes cursos), acrescentou que a Escola Secundária Maria da Luz, já aplicava anteriormente estratégias conducentes a um maior sucesso por parte dos alunos, adoptando programas, tais como o programa 9º+1, o programa 15-18, o 10º ano profissionalizante, para além de ter tradição em cursos técnico profissionais.

No que concerne ao motivo pelo qual a escola decidiu implementar os CEF(s), o entrevistado justificou pelo facto de, a dada altura, se observar uma taxa de insucesso escolar algo elevada, e deste modo a escola se ver na obrigação de criar vias alternativas ao ensino regular, com o objectivo de levar os seus alunos a conseguir um maior aproveitamento.

Assim citando o entrevistado:

“Isto decorreu das necessidades dos alunos, isto é começamos a verificar a partir de dada altura, que havia necessidade de criar saídas alternativas para os alunos que não estavam a conseguir obter uma escolaridade regular com os currículos tradicionais, e portanto, digamos que a abertura dos CEF(s) decorre em primeiro lugar, dessa percepção que a escola tem (...)”

A escola mobilizou alguns dos seus serviços, tais como o Serviço de Psicologia e Orientação e o Núcleo de Apoio Educativo, que em articulação com as direcções de turma e a Coordenação de Directores de Turma, formaram



equipas no sentido de se implementar nesta escola uma nova via para o ensino de alunos com determinadas características, os CEF(s).

No que se refere ao contributo que estes cursos dão para o sucesso dos alunos, o inquirido respondeu, que de facto se tem observado uma maior taxa de conclusão, muito por via da prevenção do abandono escolar. Os números de abandono escolar recuaram muito por via dos CEF(s), e inclusivamente, alunos que tinham previamente abandonado a escola, regressaram para frequentar os cursos em questão. Apesar de os CEF(s) não darem um contributo para melhorar a taxa global de escola, por o número de alunos inscritos ser pequeno, estes cursos têm tido uma acção muito positiva na formação de cidadãos.

A capacitação dos alunos é considerada nesta escola como uma prioridade, tida em conta na gestão dos currícula e dos recursos humanos existentes (Anexo 22).

### **Gestão de recursos e financiamento dos Cursos de Educação e Formação**

Inquirido sobre que recursos a escola teve de adquirir e que verbas estes cursos necessitam para se manterem, o entrevistado respondeu que a escola não teve necessidade de realizar grandes apetrechamentos, pois possuía já alguns recursos pertencentes aos anteriores Cursos Tecnológicos, nomeadamente, no caso da electricidade, da electrónica, da administração, e do apoio à infância, áreas estas muito consolidadas nesta escola, de há uns anos a esta parte.

O entrevistado referiu que a escola em que se baseia esta investigação, trabalha em rede com outras escolas, que possuem recursos que esta não tem, e vice-versa, encaminhando para lá os alunos cujas características se adaptam aqueles ambientes, bem como recebe alunos provenientes dessas escolas, que se enquadrem melhor nesta.

O presidente do órgão de gestão mencionou o facto de, para a abertura dos CEF(s), não só tiveram em conta as orientações e apetências dos seus alunos, mas também os recursos físicos, materiais e humanos que a escola dispõe.

Quanto à existência de verbas, tanto para a abertura como para a manutenção dos CEF(s), o entrevistado referiu que enquanto o Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal (PRODEP) esteve em vigor, foram adquiridos alguns equipamentos para apetrechar estes cursos, sendo que após a cessação deste programa de apoio, as verbas, tanto para abertura como manutenção destes cursos, são as contempladas no orçamento anual da escola. O PRODEP proporcionou à escola a permanência de formadores, que auxiliaram os Conselhos de turma dos CEF(s) em implementação, a complementarem as suas formações iniciais para melhor desempenharem as suas tarefas.

O presidente esclareceu que não existe nenhum protocolo de apoio financeiro estabelecido com a autarquia, sendo que esta, só apoia a escola fornecendo locais de estágio para os alunos finalistas ou que se encontram a frequentar os CEF(s).

No tocante a recursos humanos, a escola não requisitou nem professores nem monitores para a abertura de novos cursos, pois possuía um corpo docente especializado nestas áreas, seguindo a linha traçada já pelos antigos cursos técnico-profissionais (Anexo 23).

### **Relações Colegiais e Clima de Escola**

Em relação a acções de formação proporcionadas aos docentes que leccionam em CEF(s), apurou-se que a escola solicitou à Direcção Regional de Educação, que fosse facultado o apoio da Equipa de Apoios Educativos de (...), que se dispôs a ceder, alguns educadores de infância que tinham formação em Ensino Especial, para virem apoiar a escola em algumas áreas relacionadas com os CEFs de Apoio à Infância. O entrevistado frisou a ideia de que mais importante do que formação, foi a adopção por parte dos docentes destes cursos, de um

espírito colaborativo e da adopção de novas regras de trabalho, inerentes ao próprio regulamento destes cursos. Assuntos como a assiduidade dos docentes ou da obrigatoriedade de realização de um maior número de reuniões de Conselho de turma, foram inicialmente alvo de algumas resistências, mas que actualmente são tidas como boas estratégias para o sucesso dos alunos.

“...a escola pediu a colaboração de outras entidades, para virem dar formação a áreas em que nós não tínhamos pessoal com formação especificamente para esse fim, sei lá, uma das formações que tiveram foi com a Equipa de Apoios Educativos, com a Equipa de Coordenação aos Apoios Educativos (ECAE), (...) pela Direcção Regional, portanto mas que disponibilizou alguns educadores de infância que tinham formação em Ensino Especial, para virem apoiar nalgumas áreas relacionadas com os CEF(s) de Apoio à Infância, (...)”

Quando questionado se os professores têm motivação para integrarem Conselhos de turma de CEF(s), o presidente, apoiando-se na resposta anterior, referiu estar a ser uma experiência enriquecedora o facto de haver uma grande interligação entre os professores e da existência de regras mais rigorosas, facilitando o aproveitamento dos alunos (Anexo24).

### **Relações da escola com a Comunidade**

A nível de parcerias com empresas e instituições, o entrevistado afirmou que a escola têm estabelecido contactos e firmado protocolos com empresas, Juntas de Freguesia, Autarquia e Instituições Particulares de Solidariedade Social, no sentido de angariar locais de estágio para os seus alunos, verificando-se que em muitos casos, estas instituições mantêm e empregam estes alunos.

Já em relação ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, a escola não possui qualquer protocolo formalmente estabelecido, existindo sim, contactos pessoais de alguns professores com funcionários do Centro de Emprego da Localidade A, que ocasionalmente se tornam fundamentais no que diz respeito a reencaminhamento de alunos, sobretudo, canalizando-os para cursos promovidos por este organismo.

Quando questionado se os júris das Provas de Aptidão Final (PAF), provinham também do Instituto de Emprego e Formação Profissional, o entrevistado respondeu que a constituição das equipas de júris é fruto das parcerias estabelecidas entre a escola e as empresas ou instituições que recebem em estágio os alunos. Em anos anteriores, na altura em que existia o apoio financeiro do PRODEP, estavam previstas verbas para compensar técnicos externos à escola, que se propusessem a executar as funções de júri neste tipo de provas. Actualmente é necessário convencer quadros das empresas receptoras dos alunos, a exercer estas funções graciosamente (Anexo25).

“Os júris para essas provas são fruto de parceria com as instituições, com as instituições onde os estágios se realizam, (...) não há uma ligação directa CEF/Centro de Emprego, há uma ligação do Centro de Emprego à escola, não está formalizada, portanto é uma ligação muito das pessoas que trabalham cá e lá e se conhecem (...).”

### **Comentário à entrevista**

Um dos factores mais importantes transmitidos nesta entrevista, foi o facto de os professores que leccionam nestes cursos trabalharem de uma forma muito própria, estabelecendo relações de colaboração, devido em parte por necessidade de cumprimento das directrizes emanadas pelo normativo que os rege. Segundo Hargreaves (1998), os docentes ao adoptarem uma filosofia de colaborativa de trabalho, reduzem o risco na concretização de políticas e directrizes mais arrojadas, sentindo-se mais encorajados no exercício das suas funções. No caso referido pelo entrevistado, a colegialidade é nitidamente *orientada para a implementação* de novas políticas educativas. Questões como a assiduidade dos docentes, as relações colegiais que estes estabelecem e a interligação da escola com a comunidade, são referidas pelo entrevistado de uma forma muito positiva e algo entusiasta.

Esta entrevista denunciou o facto da não existência de uma política concertada entre ministérios, neste caso relativamente à formação profissional e emprego, quando se afirma não existirem elos de ligação entre a escola e o Instituto de

Emprego e Formação Profissional, tanto por via de colocação de jovens na vida activa, promoção do associativismo e formação de micro empresas. Do mesmo modo, percebeu-se a ausência de acompanhamento por parte de técnicos do Instituto de Emprego e Formação Profissional a estagiários em empresas, no seu percurso, avaliação, certificação profissional e posterior inserção na vida activa. Seria desejável a implementação de uma política coordenada entre os ministérios que tutelam a Educação e o Trabalho e Solidariedade Social, criando pontes efectivas entre escola e vida activa. A inexistência de uma política de partenariado formal entre escola e organismos estatais, poder-se-á dever à ideia que o partenariado não constitui em Portugal um princípio de acção tradicional, (Rodrigues & Stoer, 1998). O Estado não implementa nem incentiva estratégias de partenariado como forma de solidariedade e cooperação entre organismos.

A referência à supressão do PRODEP e à ausência de verbas para áreas como a formação de professores, indicia que o Estado não provém as escolas dos recursos necessários para o seu bom funcionamento, contrariando os princípios preconizados pelo *programa de reforço da autonomia das escolas*, (Barroso, 1997).

### **Análise e comentário das entrevistas aos Coordenadores de Curso**

Considerou-se conveniente que se analisasse e comentasse individualmente as entrevistas aplicadas aos dois coordenadores de curso, pelo facto de ao longo de todo este estudo o tratamento de dados resultantes da aplicação dos vários instrumentos de investigação estar a ser analisado separadamente, quer se refira ao curso de Assistente de Acção Educativa ou ao curso de Técnico de Electrónica.

## **Análise da entrevista à Coordenadora do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa (Anexo 26)**

### **Capacitação dos alunos**

Questionada porque razão a escola decidira implementar especificamente este curso, a entrevistada respondeu não ter tido parte nesta decisão, pois quando chegou a esta instituição já estava decidido abrir um curso nesta área. No entanto, a coordenadora referiu que nesta região se observa uma significativa necessidade de formação de técnicos de apoio domiciliário a crianças. Mencionou, inclusivamente, que muito deste apoio domiciliário parte do seio familiar dos alunos desta escola, isto porque muitos possuem vários irmãos, a quem dão este tipo de apoio. Verificou-se, para além de uma necessidade real de gente qualificada na área, uma vocação latente num número significativo de alunos para esta actividade profissional.

“(...) uma das coisas que me parece que foi tido em linha de conta, foi a necessidade daqui da zona de ter apoios domiciliário a crianças. Algumas instituições, muitos destes garotos gostam bastante de lidar com miúdos, também têm muitos irmãos e esse apoio domiciliário começava até pelo núcleo familiar, (...)”

No que diz respeito à participação das alunas em actividades extracurriculares, acontecem sobretudo no terceiro período, altura em que os professores já deram a maior parte da matéria, havendo uma maior disponibilidade para a realização de visitas de estudo. Estas visitas revelam-se úteis no sentido em que fazem a ligação dos conteúdos dados nas aulas e a realidade profissional. Também importante é a integração das alunas na promoção actividades durante a Semana da Escola. Aqui, a turma oferece à restante comunidade educativa iniciativas relacionadas com o trabalho que realizou durante o ano lectivo. As alunas têm assim oportunidade de ensaiar o trabalho que mais tarde, desejavelmente irão desempenhar.

A coordenadora considera que a existência dos Cursos de Educação e Formação têm contribuído para o aumento da taxa de sucesso desta escola. Verificou uma quebra no rendimento e motivação destas alunas, aquando a passagem da Tipologia 3 para a Tipologia 5, devido ao facto do desenho curricular passar a ser de cariz mais teórico. Exceptuando a disciplina de Actividades de Tempos Livres, (ATL), todas as outras são teóricas. A entrevistada manifestou algum desgosto pelo facto de no ano seguinte não estar prevista a abertura de uma turma deste curso. Um dos indícios de que este curso está a contribuir para o sucesso escolar das suas alunas, é a boa imagem que a restante comunidade tem desta escola. A entrevistada mostrou satisfação ao relatar uma visita efectuada por uma turma de uma escola vizinha às instalações deste curso, com vista conhecer o seu trabalho.

No que diz respeito a empregabilidade, verifica-se, segundo a entrevistada que as alunas que não são contratadas imediatamente após o estágio, têm maior dificuldade em se empregarem nesta área profissional. Frequentemente optam por ir trabalhar noutras profissões, mas na generalidade nunca desistem de procurar o trabalho para o qual tiveram formação. Observa-se segundo a entrevistada que algumas instituições, sobretudo privadas, não se encontram actualmente em condições financeiras para efectuarem contratações. A exigência de condições físicas imposta pelo Estado, obrigou muitas empresas a efectuar obras de remodelação e equipamento das suas instalações, de modo a satisfazer os requisitos mínimos de segurança e ambientais obrigatórios, não lhes permitindo canalizar verbas para salários e encargos com novos empregados.

Outra solução é a criação por parte das alunas de micro empresas. Uma das alunas desta turma, irá frequentar no ano seguinte, um programa promovido pela Câmara Municipal, de apoio a jovens empresários, com vista a abrir a sua própria empresa. Esta proposta veio da parte de um docente desta escola, que mantém contactos com a Câmara Municipal. Esta aluna tem o apoio financeiro da família que lhe irá oferecer as instalações para a abertura da nova creche (Anexo 27).

## **Gestão de recursos e financiamento dos Cursos de Educação e Formação**

Relativamente aos recursos físicos que foram atribuídos ao curso no ano da sua implementação, a entrevistada respondeu que só possuíam as salas de aula e alguns armários. As instalações foram evoluindo conforme as necessidades com que professores e alunos se iam deparando, e as salas escolhidas conforme as características dos conteúdos leccionados; por exemplo, às disciplinas de índole mais prático, foi cedida uma sala com bancada de lavatório, permitindo a lavagem de materiais utilizados pelos alunos. As salas, ao longo do tempo, foram sendo remodeladas, tanto por professores como por alunos, de forma a se coadunarem com o ambiente próprio de cada disciplina.

No que se refere à posterior aquisição de equipamentos, a coordenadora referiu que muitos dos equipamentos indispensáveis para a leccionação de algumas disciplinas, foram construídos pelas próprias alunas, nomeadamente berços e caminhas feitas em cartão. Para isso, foi necessário adquirir materiais, nomeadamente papeis vários, cartão, e tintas. Alguns armários foram igualmente concebidos, de forma a organizar e gerir melhor o espaço da sala de aula. Os modelos de bebé, ou seja, as bonecas com que as alunas aprendem e treinam a colocação de fraldas, foram fornecidos pelas mesmas. As fraldas utilizadas nestes exercícios são adquiridas pelo curso, tal como os materiais consumíveis, como são o caso de tintas, papeis e cartolinas.

Outro tipo de bens que o curso obrigatoriamente teve de obter, foram algumas obras teóricas sobre desenvolvimento, motivação e cognição infantil, bem como livros de jogos e conselhos práticos.

No tocante a verbas fornecidas para a manutenção e funcionamento deste curso, a docente referiu a existência de uma verba prevista no orçamento anual da escola para aquisição de materiais consumíveis e fotocópias. Mais disse que enquanto o PRODEP esteve em vigor, disponibilizava-se para o funcionamento dos CEF(s) quantias mais avultadas, permitindo a escola dar um maior apoio aos seus alunos. Despesas inerentes à realização dos



estágios, tais como transportes e alimentação, não estão consignadas no orçamento deste curso, não se tendo em conta as carências económicas a que estão sujeitos uma grande parte dos alunos que o frequentam. Casos houve, em que alguns alunos abandonaram a escola para irem trabalhar, de forma a apoiarem financeiramente as suas famílias. Muitos alunos passam assim a assumir responsabilidades familiares importantes, tanto no tocante ao provimento do lar, como ao acompanhamento escolar de irmãos mais novos. Muitos trabalham após o horário escola e aos fins de semana e são encarregados de educação deles próprios e dos irmãos. O Subsídio de Apoio Social Escolar a que alguns alunos têm acesso torna-se manifestamente insuficiente para cobrir todas as despesas que inevitavelmente estes fazem.

Questionada se a escola teve a possibilidade de aquisição de novos professores especializados nesta área profissional, para leccionar algumas disciplinas da componente técnica, a entrevistada respondeu que a escola unicamente contou com os docentes do seu quadro, e de mais alguns que ao longo destes anos foram sendo colocados, tendo estes últimos se adaptado muito bem à filosofia do curso e à sua dinâmica. A motivação para realizar este tipo de trabalho é considerada um factor indispensável para se trabalhar nestas turmas.

“(...) nós gostamos de ensinar, gostamos muito de ver crescer, muito, muito, e isto de facto dá um trabalho muito grande, não apenas académicos mas em termos humanos, as pessoas de fora que não estão metidas no sistema, acham, enfim, que isto é para passar, mas isto não é bem assim, e então, às vezes olham um bocadinho de lado e só depois quando integram e começam a ver o tipo de trabalho que é feito, é que começam de facto a gostar.”

No que concerne à promoção e frequência, por parte dos professores, de acções de formação relacionadas com a área da assistência de acção educativa, a entrevistada referiu que, só muito pontualmente isso acontece. O que já sucedeu foi a participação das alunas e de alguns professores, num programa de actividades organizado pelo Município.

Quanto ao recrutamento que efectuou dos professores que integraram este Conselho de Turma, a entrevistada refere que reacção inicial destes foi de algum cepticismo, passando gradualmente a acreditar no trabalho que realizam e a adoptar plenamente o papel que lhes foi atribuído. Sendo este um trabalho dirigido a um grupo alvo de alunos muito específico, torna-se indispensável por parte dos docentes, de um gosto e uma sensibilidade particulares, no que diz respeito ao acompanhamento académico e à formação pessoal dos seus discentes (Anexo 28).

### **Relações Colegiais e Clima de Escola**

A entrevistada frisou o facto deste Conselho de Turma funcionar em bloco, mobilizando-se como um todo na concretização de objectivos. Todos contribuem para a evolução do curso e se auxiliam mutuamente, ao contrário do que se observa regra geral no ensino regular, em que cada professor trabalha praticamente só para a sua disciplina.

“Tivemos é sempre em equipa de professores, aqui nós funcionamos muito nestes cursos, em bloco. É uma das coisas fantásticas que estes cursos têm, enquanto num curso regular os professores funcionam muito para a sua disciplina, e não para a disciplina do colega, aqui todos nós temos o mesmo objectivo, é um bloco, (...)”

Visto que esta escola já possui uma longa tradição ao nível do ensino profissional, os professores, na sua maioria, têm um conhecimento profundo do trabalho que aqui se desempenha, o que os motiva a integrar estes Conselhos de Turma e a adoptar novas regras e métodos de trabalho.

Particularmente, os professores deste Conselho de Turma, sentem-se motivados e satisfeitos por trabalhar com estas alunas, nestes moldes. O facto de alguns professores leccionarem mais que uma disciplina, torna este Conselho de Turma um grupo reduzido, facto este que propicia a comunicação e o estabelecimento de laços de entreaajuda entre os professores. O trabalho conjunto é constante, e as realizações são sempre interdisciplinares.

(Anexo 29)

## **Relações da Escola com a Comunidade**

No campo das parcerias entre esta escola e tecido empresarial da região, não estão estabelecidos protocolos que garantam lugares de estágio ou postos de trabalho a estas alunas. A entrevistada afirmou ser da sua responsabilidade o contacto com as instituições que acolhem as alunas em estágio, mas que estes são efectuados unicamente quando necessários, ou seja, quando esteja prevista a realização dos estágios no plano de cada curso. A escola já possui consolidada uma boa imagem, tornando conhecido o seu trabalho, facto que tem tornado as empresas receptivas ao acolhimento das alunas em estágios profissionalizantes.

As instituições contactadas para este efeito são tanto públicas como privadas e de solidariedade social. Verifica-se por parte da coordenadora a preocupação de conhecer as instituições antes de integrar as alunas nos seus estágios, averiguando se possuem os requisitos mínimos para que as suas alunas possam realizar um bom trabalho, ou seja, se têm condições físicas e humanas que possam contribuir para um bom desenvolvimento técnico e humano das estagiárias.

“Privadas e públicas. Umas e outras, nós não nos podemos dar muito ao luxo de arranjar muitas públicas porque também não há muitas aqui na zona, portanto vamos também às privadas, tentamos é que as instituições tenham garantias de trabalho efectivo com este tipo de alunos, ou seja, se eu vou a uma instituição e vejo que a instituição não tem condições, (até pode ter condições físicas), mas não tem condições humanas para trabalhar com estes alunos, eu aí, obviamente não deixo os meus alunos ali.”

A angariação de lugares para a realização destes estágios torna-se em algumas ocasiões dificultada pela concorrência de outras escolas localizadas noutros concelhos, que ocupam com os seus alunos os lugares pretendidos. Acontece por vezes, as instituições terem a possibilidade de oferecer uma

única vaga, sendo esta recusada pela escola, pois preferencialmente as alunas deverão ser integradas num número mínimo de dois, com o intuito de se apoiarem mutuamente.

Após o estágio, algumas alunas são contratadas por essas mesmas instituições. Regra geral, a imagem com que as empresas ficam das estagiárias é boa, não se tendo registado qualquer queixa ou irregularidade. O trabalho da escola, dos professores e particularmente das alunas tem sido bastante apreciado pelas instituições (Anexo 30).

### **Comentário à entrevista**

Desta entrevista poder-se-ão retirar algumas conclusões, nomeadamente quanto à seriedade com que este curso foi implementado: foram considerados dois factores fundamentais, a apetência dos alunos para explorarem esta área profissional e as necessidades reais da região ao nível de formação de técnicos especializados. Não se deu o caso de implementar este curso devido à existência de professores especializados neste campo. Os professores tiveram de se especializar de forma autodidacta, e aprofundar áreas como a psicologia, puericultura ou música, divergentes da sua formação inicial. Verificam-se também aqui os princípios descritos por Carlos Garcia (1999) no tocante à formação dos professores. Apesar da formação ser realizada por iniciativa dos próprios professores, não se recorrendo a formadores, esta encerra em si todos os factores enumerados pelo autor: A formação é um processo contínuo, consequência de processos de mudança, inovação e desenvolvimento curricular, frequentemente frutos/motores do desenvolvimento organizacional da escola. Existe na formação destes professores uma coerência entre as áreas abordadas por esta e os conteúdos académicos leccionados pelos professores. Esta situação de autodidatismo e impossibilidade de contratação de professores especializados para a leccionação de certas áreas disciplinares, corrobora e consolida um espírito vigente em muitas instituições nacionais, que consiste em recorrer a recursos próprios, muitas vezes inadequados, ao invés de se procurarem recursos especializados e mais eficientes. Do mesmo modo, as instalações e

equipamentos foram construídos e adaptados de forma voluntariosa por professores e alunos. A utilização de equipamentos não profissionais, pode indiciar amadorismo e pouco rigor no desempenho de determinada actividade. Não quer isto significar que com todo este trabalho conjunto, não se tenha conseguido algo de vital importância num contexto como é o escolar, como germinação de laços de cooperação entre professores e alunos.

Percebe-se ao longo e toda a entrevista, uma preocupação por parte da coordenadora em conhecer todas as suas alunas, tanto ao nível dos seus constrangimentos como das suas potencialidades. Carências financeiras e meio familiar são factores que vão muito além do que é aferível em ambiente de sala de aula, e que a entrevistada considera determinantes no percurso escolar de um aluno. Esta procura em conhecer os alunos, recolhendo o máximo de informação possível a respeito tanto do seu percurso escolar como da sua vida particular e familiar, é referida em (Coutinho, 1998) como essencial para que os professores os possam auxiliar nas suas dificuldades. A procura e criação de um ambiente humanamente correcto é uma constante, tanto na escola como nos estágios. A formação cívica é segundo a coordenadora, uma componente basilar destes cursos, que se destinam a jovens que se encontram a um passo de serem adultos. A criação de valores é uma das características apontadas por Costa, (1996) da escola como cultura.

Outro factor detectado nesta entrevista, é o de não terem sido ministrados cursos ou acções de formação relacionadas com a área, antes da implementação deste curso, do mesmo modo que não se efectuaram reciclagens ao longo de todo este tempo. Mais uma vez confirma-se a tendência autodidáctica destes professores. O ambiente de restrições financeiras em que estes professores trabalham, só poderá ser compensado pela satisfação de se obterem bons resultados, ou seja de terem contribuído para o sucesso de alunos que de outra forma não o obteriam. A autonomia das escolas depende em grande parte da alocação de recursos com vista à consecução de metas (Barroso, 1997). Este princípio de privação dos cursos dos recursos ideais para o seu funcionamento, obrigando os professores e alunos a um trabalho de “invenção” para compensar esta carência, vai contra o

disposto no *programa de reforço da autonomia das escolas*, em que no seu 3.º Princípio é referida a necessidade de fornecimento às escolas das condições necessárias para que estas exerçam a sua própria autonomia e no seu 6.º Princípio que assume que a autonomia das escolas tem custos e que estes têm de se traduzir em benefícios.

Outro ponto que poderá despertar alguma estranheza, é a inexistência de protocolos firmados entre a escola e empresas ou instituições locais. Os contactos são efectuados pela própria coordenadora, pontualmente, ou seja, quando se verifica a necessidade de colocar as alunas em estágio. As empresas aceitam as alunas, devido à boa reputação que a escola goza a este nível e não devido a uma ligação institucional da escola com sectores económicos da região. Também não existe uma ligação com o IEFP, de forma a facilitar a inserção das alunas na vida activa. Mais uma vez confirma-se que a escola não estabelece relações de parceria formal com organismos estatais ou particulares, existindo somente parcerias informais, pontuais e limitadas a projectos isolados, como são o caso dos estágios profissionalizantes realizados pelos alunos. Torna-se necessário contrariar este modelo de parceria, de forma a que se estabeleçam protocolos de vínculo prolongado com os vários agentes locais e empresariais, de modo a gerar um maior desenvolvimento (Rodrigues & Stoer, 1998).

### **Análise da entrevista ao Coordenador do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica (Anexo 31)**

#### **Capacitação dos alunos**

Questionado porque razão a escola decidira implementar o curso de Técnico de Electrónica, o entrevistado respondeu que foi devido ao facto de alguns alunos terem necessidades educativas, especificamente no secundário. Foi assim decidido implementar este curso, permitindo aos alunos a conclusão de um ciclo, o secundário e simultaneamente permitir uma saída profissional.

Quanto à importância que os Cursos de Educação e Formação têm no aumento da taxa de sucesso escolar, o entrevistado refere que se não fosse pela frequência deste tipo de cursos, muitos alunos entrariam em abandono escolar, sem terminarem o secundário. Do mesmo modo, em cursos de tipologias anteriores, alunos com várias retenções no sétimo ano, não chegariam a concluir o terceiro ciclo.

No que concerne à inserção na vida activa, estes alunos têm como incentivo a realização dos estágios, como já foi mencionado, muitas empresas acabam por empregar estagiários. Sendo estes alunos caracterizados por um evidente individualismo, torna-se pouco provável que se associem para criar as suas próprias empresas, tornando-se imprescindível antes de darem este passo, trabalharem alguns anos por conta de outrem, para poderem adquirir experiência profissional. A especificidade e complexidade desta actividade, obriga a uma longa prática profissional até se poder trabalhar autonomamente. O coordenador considera portanto desaconselhável, os alunos iniciarem a sua actividade profissional por conta própria, pois só o que se aprende na escola não é o suficiente (Anexo 27).

### **Gestão de recursos e financiamento dos Cursos de Educação e Formação**

Relativamente aos recursos físicos que foram atribuídos ao curso no ano da sua implementação, foram cedidos o laboratório, e a oficina utilizados em cursos tecnológicos anteriores e foi reconvertido o complexo de balneários de apoio às instalações desportivas desta escola, em oficina de mecânica.

No que se refere à posterior aquisição de equipamentos, o coordenador referiu que foram adquiridos multímetros e é regularmente comprado material de desgaste para a execução dos trabalhos dos alunos. O coordenador considera que o curso está bem equipado com instrumentos e ferramentas.

No tocante a verbas fornecidas para a manutenção e funcionamento deste curso, o docente afirmou desconhecer, pois quem se encarrega de realizar a gestão financeira dos cursos é o Conselho Executivo.

Questionado se a escola teve necessidade de aquisição de novos professores especializados nesta área profissional para leccionar algumas disciplinas da componente técnica, o entrevistado respondeu que todos os professores que compõem o Conselho de Turma, à exceção de dois, são do quadro desta escola. Todos detêm formação específica para leccionar neste curso, não tendo sido necessária qualquer formação adicional.

“(...) estamos a leccionar nestes cursos com os professores do quadro, neste momento estão dois professores que são contratados, mas que têm formação na área, nesta área.(...)”

Nós aqui, as disciplinas que leccionamos é só mesmo da... no caso específico do nosso curso é só mesmo da formação inicial.”

No que diz respeito ao recrutamento dos professores que constituem este Conselho de Turma, o entrevistado afirmou ter sido da responsabilidade do Conselho Executivo (Anexo 28).

### **Relações Colegiais e Clima de Escola**

Inquirido se os professores se sentem motivados a trabalhar neste tipo de cursos, o entrevistado afirmou ter existido num primeiro momento, um sentimento de incerteza, mas que se foi desvanecendo com o decorrer do seu trabalho. Passaram assim a gostar de trabalhar com esta turma e a ajudar os alunos com estas características.

“(...) em princípio há professores que não vêm à espera de miúdos com estas características, mas depois têm se motivado e têm tentado ajudar os alunos.”

Quanto ao estabelecimento de relações de cooperação entre os professores, é mantido um trabalho conjunto entre os docentes das várias disciplinas, principalmente na elaboração de planos de trabalho e de manuais. Os alunos desenvolvem o seu trabalho exclusivamente nas aulas, sem o aprofundar em casa. A sobrecarga do seu horário, aliado à falta de hábitos de trabalho, obriga



a que toda a matéria seja fornecida em fichas de trabalho. Existe por parte dos professores a preocupação de ensinar os seus alunos a estudar, sendo as fichas uma ferramenta de trabalho indispensável.

No que diz respeito ao envolvimento dos professores na organização de actividades extra curriculares, este acontece principalmente na realização de visitas de estudo relacionadas com as várias disciplinas. O coordenador considera que as visitas de estudo constituem um bom meio para mostrar aos seus alunos a realidade profissional em que futuramente serão inseridos (Anexo 29).

### **Relações da Escola com a Comunidade**

No campo das parcerias entre esta escola e tecido empresarial da região, existe um relacionamento com várias empresas, que vão absorvendo os alunos na realização dos seus estágios. A maioria destas empresas situa-se no concelho onde está inserida esta escola, mas também já houve o caso de um aluno que estagiou numa firma situada em Lisboa. Os alunos são colocados a estagiar nas diferentes empresas conforme as suas características, evitando assim problemas de integração. Esta bolsa comporta empresas de diversas dimensões. Empresas pequenas mas estabelecidas há bastante tempo e com provas dadas no mercado, bem como empresas de grande dimensão, sendo exigível que em todos os casos que ofereçam aos seus empregados boas condições de trabalho, nomeadamente que efectuem os devidos descontos e seguros.

O coordenador comentou que inicialmente o trabalho de angariação de estágios era dificultado pelo facto de muitas empresas terem tido más experiências com estagiários de outras instituições. Actualmente esta tarefa está facilitada, pois as empresas já têm uma opinião formada a respeito da escola e particularmente deste curso. Os empresários apreciam o trabalho dos professores, relativamente ao acompanhamento que estes dão aos seus alunos durante o período de estágio. No final dos estágios tem sido frequente as empresas empregarem esses alunos, algumas pretendem mantê-los mas os

alunos recusam para poderem prosseguir estudos, enquanto que outras, apesar de desejarem manter a trabalhar esses alunos, não o podem fazer por impossibilidade financeira. Percebe-se assim, que os empresários ficam com uma boa impressão dos seus estagiários (Anexo 30).

“(...) houve assim alguma apreensão da parte deles em ter estagiários porque já tiveram alguma coisa que não correu bem, e depois com a convivência e depois mais tarde com a experiência prática, a coisa tem resultado.”

### **Comentário à entrevista**

Esta entrevista esclarece alguns pontos fundamentais para a realização desta investigação. No caso do curso de Técnico de Electrónica, foi aberto com o objectivo de que alunos com estas características específicas completassem a sua escolaridade com a conclusão do ensino secundário. Alunos desmotivados ou que previamente tivessem abandonado a escolaridade, tiveram neste curso a oportunidade de complementar a sua formação académica. Percebe-se que com a abertura deste curso se tomou partido de certas capacidades dos seus alunos para que estes conseguissem desenvolver as competências previstas na LBSE para o ensino secundário. Seleccionando áreas curriculares coerentes com as aptidões dos alunos, está-se a aumentar as probabilidades de sucesso destes. A escola ao assumir que os seus alunos possuem estilos de aprendizagem diferentes, e reportando-nos à Teoria das Inteligências Múltiplas (Gardner, 1995), que detêm mais aptidões nuns campos do que noutros, e optando por implementar políticas e estratégias conducentes ao sucesso dos seus alunos, estará consequentemente a aumentar a sua eficácia.

Os recursos postos à disposição para o funcionamento deste curso já existiam, desde as salas a algum equipamento, passando pelos recursos humanos. Relativamente aos recursos físicos, foram adquiridos no passado para servir os cursos tecnológicos da altura. No que se refere aos recursos humanos, constata-se que os professores da componente técnica, a maioria pertencente ao quadro e já tendo leccionado esses cursos, agora extintos, são detentores

de formação específica nesta área, sendo que dois deles trabalharam, antes de iniciarem a sua carreira docente, em empresas relacionadas com a indústria da electrónica. Seria portanto desnecessária qualquer formação complementar para estes poderem melhor exercer a docência.

Percebe-se que os docentes têm um conhecimento profundo relativo à forma como as empresas desta área funcionam; as dificuldades e problemas com que os técnicos se deparam no quotidiano, a forma de gestão da produção e outros factores constrangedores, fazem com que os professores não criem nos seus alunos, expectativas irreais no que se refere ao seu futuro profissional, desaconselhando-os de se iniciarem por conta própria.

Verifica-se não existirem protocolos com empresas, oficializados pela escola, com o objectivo de se garantirem lugares de estágio para os alunos, e sua posterior colocação. De igual modo, não existe nenhuma parceria com o IEFP com o intuito de facilitar a obtenção de emprego para os alunos finalistas. A confirmação constante de que não se efectuam parcerias formais deverá ser devida à fraca tradição que o partenariado regista em Portugal (Rodrigues & Stoer, 1998).

### **Análise e comentário das entrevistas aos Directores de Turma**

Do mesmo modo que no bloco de entrevistas analisados anteriormente, as entrevistas aplicadas aos directores das duas turmas dos cursos em estudo, serão analisadas e comentadas separadamente.

## **Análise da entrevista à Directora de Turma do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa (Anexo 32)**

### **Relações Colegiais e Clima de Escola**

A entrevistada após questionada se o seu Conselho de Turma se tem mantido estável desde a implementação do curso, respondeu que têm saído alguns professores que não eram do quadro, o corpo docente tem portanto variado. Quanto às dificuldades sentida por estes, estão relacionadas com a carga horária excessiva, falta de formação especificamente desta área profissional e pela escassez de manuais para a preparação de materiais didácticos. Frequentemente os professores têm de se deslocar a livrarias e bibliotecas para consultar e adquirir obras para a elaboração destas fichas.

“Olha, a carga horária imensa, para alguns a falta de formação, e de formação específica na área mesmo, falta de materiais também, em algumas situações as pessoas não têm o material necessário no Centro de Recursos Educativos (CRE), então têm de pesquisar, têm de ir ver às livrarias da concorrência, como se costuma dizer, portanto a preparação de materiais.”

Quanto ao estabelecimento de relações de cooperação entre os professores deste Conselho de Turma, a Directora de Turma respondeu que o diálogo entre eles é permanente, não só nas reuniões mas também nos intervalos. São constantes as conversas sobre as realizações da turma, partilhando-se opiniões e saberes.

Inquirida se os professores se sentem motivados a trabalhar neste tipo de cursos, a entrevistada respondeu afirmativamente

No que diz respeito ao envolvimento dos professores na organização de actividades extra curriculares, estas resumem-se às visitas de estudo. Torna-se impraticável a frequência a clubes devido ao vasto horário das alunas; as aulas prolongam-se todos os dias até às 17.00 horas, o que impossibilita qualquer actividade para além dessa hora (Anexo 33).

## **Capacitação dos alunos**

Quanto à adequação do desenho curricular aos alunos a que se destina, a Directora de Turma afirmou existirem demasiadas disciplinas, com programas muito extensos e com conteúdos desajustados. A agravar a situação, a carga horária é considerada excessiva, o que não ajuda as alunas a investirem algum tempo em estudo fora do seu horário escolar.

“(…) há conteúdos que estão desajustados, são muito extensos para a carga horária delas também que acaba por ser muito extensa, e nalguns casos é complicado, quer leccionar, quer ser aluno e receber esses conteúdos todos. “

De acordo com a opinião da Directora de Turma, estas alunas não possuem grandes aptidões cognitivas, não têm capacidade para gerir o seu tempo de estudo e não têm hábitos de trabalho.

A entrevistada considera fundamental o trabalho realizado pela coordenadora do curso e pelo Conselho Executivo no sentido de motivar as alunas a adoptar a filosofia deste curso. A consolidar este espírito de trabalho está o facto das alunas terem já frequentado Cursos de Educação e Formação, detendo assim toda a informação a respeito deste tipo de cursos. Quanto á adesão por parte das alunas às actividades propostas pelos docentes, depende do tipo de disciplina. Em disciplinas mais teóricas observa-se uma maior renitência em participar, enquanto que nas de índole mais prática, nota-se uma maior vontade de participação. Em qualquer caso, existe a preocupação dos professores em respeitar o ritmo de trabalho de cada aluna.

Respeitante à facilidade de entrada na vida activa a entrevistada afirmou só um pequeno número de alunas se encontra a trabalhar nesta área profissional. No entanto, a escola está a mobilizar esforços para implementar neste curso uma disciplina relacionada com empreendedorismo, de modo a motivar e fornecer às alunas todas as indicações para a formação das suas próprias empresa.

“Sinceramente não acredito que arranjam facilmente emprego. A experiência que eu tenho é que uma ou duas alunas por turma consegue de facto arranjar emprego na área,  
(...) estamos a tentar que haja uma disciplina que tenha a ver com empreendedorismo e criar nelas o espírito de criarem elas a sua micro empresa. Para já não há nenhuma que se tivesse instalado, (...)”

Quanto contributo que os Cursos de Educação e Formação têm no aumento da taxa de sucesso escolar, a Directora de Turma respondeu ser positivo (Anexo 34).

### **Relações Aluno / Escola**

O incentivo que os professores dão às alunas para participarem em actividades abertas à comunidade escolar, nomeadamente durante a Semana das Escola, resulta na divulgação do trabalho que elas executam durante o ano. Consequentemente, as alunas vão estreitando relações com os restantes actores educativos e com os demais colegas. A relação que estabelecem entre si é a que mais provavelmente ocorre no seio de um grupo de quinze raparigas, caracterizada por alguns atritos, devido a uma natural concorrência pela liderança da turma. A relação delas com os professores é a melhor possível. As actividades promovidas pelas alunas têm constado de apresentações do curso e animações de tempos livres abertas a outras escolas. Este ano a turma não tem organizado tantas actividades como em anos anteriores (Anexo 35).

### **Inter relações Escola/Família**

Questionada sobre o envolvimento dos encarregados de educação no percurso escolar dos seus educandos, a inquirida respondeu que a grande maioria apoia os alunos, comparece à escola quando convocados e interessam-se pelo seu sucesso. Em geral, são pessoas que exigem disciplina e trabalho dos seus educandos, confiando e apoiando os professores (Anexo 36).

## **Comentário à entrevista**

Nesta turma observam-se alguns constrangimentos à actividade lectiva, nomeadamente a falta de estabilidade docente que ao longo do tempo de existência deste curso se tem repercutido no trabalho realizado pelo Conselho de Turma. Detectou-se que os professores sentem como maiores dificuldades a falta de formação na área da Assistência de Acção Educativa, a falta de manuais didácticos e a excessiva carga horária. De facto, para que a escola exerça plenamente a sua autonomia, existe um conjunto de condições que devem ser satisfeitas, nomeadamente o respeito pela complexidade das funções dos docentes, sobretudo no que concerne à especificidade da sua formação e consequente produção de meios didácticos, organização pedagógica e métodos de ensino (Barroso, 1997).

Outros constrangimentos manifestam-se ao nível pedagógico, mais precisamente em relação ao desenho curricular deste curso. Existe um grande número de disciplinas, cujos conteúdos não estão direccionados a estas alunas com este tipo de características.

As alunas têm uma aptidão maior por actividades de índole mais prática e observa-se uma predominância de disciplinas teóricas. Devido a este facto e aliado à sobrecarga horária, as alunas não têm motivação para investir algum tempo de estudo em casa. A escola tenta colmatar estas condicionantes elaborando fichas de trabalho utilizadas em contexto de sala de aula, tenta motivar as alunas para a filosofia destes cursos por via da sua participação em actividades abertas à restante comunidade educativa, e na organização de visitas de estudo.

De acordo com a opinião da Directora de Turma, os encarregados de educação desempenham igualmente um trabalho apreciável, acompanhando as suas educandas e apoiando os professores. O trabalho dos encarregados de educação no acompanhamento das tarefas escolares dos seus educandos é segundo Epstein, (1995) fundamental. O auxílio que os pais possam dar na realização dos trabalhos dos seus filhos,

reveste-se da maior importância, pois, segundo o autor, é em casa que o aluno realiza um maior número de aprendizagens.

### **Análise da entrevista ao Director de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica (Anexo 37)**

#### **Relações Colegiais e Clima de Escola**

O entrevistado tendo sido questionado se o seu Conselho de Turma se tem mantido estável desde a implementação do curso, respondeu afirmativamente, tendo variado só um ou outro docente. Quanto aos constrangimentos que estes sentem ao desempenhar as suas funções, resumem-se à difícil obtenção de manuais adequados a estes alunos.

Quanto ao estabelecimento de relações de cooperação entre os professores, é mantido um trabalho conjunto entre os docentes das várias disciplinas, principalmente na elaboração de planos de trabalho e de manuais. Os alunos desenvolvem o seu trabalho exclusivamente nas aulas, sem o aprofundar em casa. A sobrecarga do seu horário, aliado à falta de hábitos de trabalho, obriga a que toda a matéria seja fornecida em fichas de trabalho. Existe por parte dos professores a preocupação de ensinar os seus alunos a estudar, sendo as fichas uma ferramenta de trabalho indispensável.

Inquirido se os professores se sentem motivados a trabalhar neste tipo de cursos, o entrevistado afirmou ter existido num primeiro momento, um sentimento de incerteza, mas que se foi desvanecendo com o decorrer do seu trabalho. Passam assim a gostar de trabalhar com a turma e a ajudar os alunos com estas características.

No que diz respeito ao envolvimento dos professores na organização de actividades extra curriculares, este acontece principalmente na realização de visitas de estudo relacionadas com as várias disciplinas. O Director de Turma considera que as visitas de estudo constituem um bom meio para mostrar aos



seus alunos a realidade profissional em que futuramente serão inseridos (Anexo 33).

### **Capacitação dos alunos**

Quanto à adequação do desenho curricular aos alunos a que se destina, o coordenador fez somente referência à realidade das disciplinas da componente técnica, frisando que os programas provêm dos manuais do IEFP, ligeiramente adaptados, pois os formandos dos cursos daquele organismo possuem um perfil diferente dos alunos deste curso. Na generalidade, os conteúdos leccionados nas várias disciplinas estão coadunados com os alunos a que se destinam.

“(...) estes cursos dos CEF(s) estão, fundamentalmente a parte técnica é feita pelo IEFP e para funcionarem nestas escolas, às vezes têm de levar adaptações.”

Relativamente à carga horária do curso, é elevada, não permitindo que os alunos trabalhem em casa.

“A carga horária não deixa muito tempo para trabalhos em casa ou até mesmo para eles estudarem, (...)”

As dificuldades que estes alunos apresentam, são principalmente cognitivas. A maioria dos alunos teve ao longo do seu percurso escolar várias retenções. Aliado a este factor, está a falta de hábitos de trabalho, tornando-se assim difícil a tarefa de os motivar para os conteúdos leccionados, caracterizados por alguma complexidade e profundidade científica.

Questionado se os alunos conhecem e adoptam a filosofia deste curso, o entrevistado respondeu que alguns adoptam, enquanto que outros têm somente como meta a conclusão do curso e a consequente equivalência ao 12º ano. Alguns destes alunos nem sequer têm interesse em seguir esta área profissional. Os professores têm de fazer um esforço suplementar para motivar

os seus alunos, sobretudo nas disciplinas mais teóricas. Quando o trabalho é suportado por uma base teórica, os alunos demonstram maior dificuldade em aderir às actividades propostas. Quanto à relação que estabelecem entre si e com os restantes actores educativos, tem sido boa. São porém alunos com um temperamento bastante individualista, não tendo por hábito organizar actividades abertas à restante comunidade educativa.

No que concerne à inserção na vida activa, estes alunos têm como incentivo a realização dos estágios, muitas empresas acabam por empregar estagiários. Sendo estes alunos caracterizados por um evidente individualismo, torna-se pouco provável que se associem para criar as suas próprias empresas, tornando-se imprescindível antes de darem este passo, trabalharem alguns anos por conta de outrem, para poderem adquirir experiência profissional. A especificidade e complexidade desta actividade, obriga a uma longa prática profissional até se poder trabalhar autonomamente. O coordenador considera portanto desaconselhável, os alunos iniciarem a sua actividade profissional por conta própria, pois só o que se aprende na escola não é o suficiente.

Segundo o Director de Turma, os Cursos de Educação e Formação têm contribuído para o aumento da taxa de sucesso escolar, pois que se não fosse pela frequência deste tipo de cursos, muitos alunos entrariam em abandono escolar sem terminarem o secundário. Do mesmo modo, em cursos de tipologias anteriores, alunos com várias retenções no sétimo ano, não chegariam a concluir o terceiro ciclo (Anexo 34).

### **Inter relações Escola/Família**

No que toca ao acompanhamento dado pelos encarregados de educação aos seus educandos, o entrevistado referiu que uma grande parte dos alunos é encarregado de educação de si próprio e que dos restantes só uma parte comparece à escola quando convocado. São sempre os mesmos encarregados de educação a demonstrar preocupação pelo percurso escolar dos seus educandos (Anexo 36).

## Comentário à entrevista

Analisando esta entrevista, poder-se-ão tirar algumas conclusões. No que se refere à estabilidade docente do Conselho de Turma deste curso, é de facto efectiva, já que ao longo de toda a sua existência, foram poucos os docentes que variaram. Pelas declarações do Director de Turma, os docentes convidados para integrar este Conselho de Turma, receberam esta incumbência com alguma desconfiança relativamente aos alunos da turma, sentimento que se foi esbatendo ao longo do tempo. Percebe-se haver um preconceito generalizado por parte dos professores, em relação aos alunos que frequentam este tipo de cursos.

Os professores da turma estabelecem relações colegiais espontâneas, sobretudo na realização de fichas de trabalho e manuais. Este facto deve-se à total inexistência de manuais escolares, já que os programas são emanados pelo IEFP, embora adaptados aos alunos em questão. Constata-se pela recorrência de declarações semelhantes que existe uma relação estreita entre o estabelecimento de relações colegiais e a presença de constrangimentos ao nível da aquisição de recursos e da necessidade de formação manifestada pelos professores. O exercício da profissão docente, cujo propósito é a formação de jovens cidadãos aptos a representar condignamente um papel na sociedade, exercício este condicionado pelos constrangimentos já referidos, gera nos professores um sentimento de *missão* (Hargreaves, 1998) que os interliga, consolidando o estabelecimento de relações de colaboração.

Questionado sobre a adequação dos conteúdos leccionados a estes alunos, o coordenador refere-se somente às disciplinas da componente técnica, não fazendo nenhuma menção às disciplinas humanísticas, indiciando uma certa sectarização relativamente às áreas disciplinares. A pouca clareza em certas declarações do entrevistado relativas a colegas ou grupos de colegas de outras áreas, indicia a existência de resistências ou ligeiros atritos entre professores de diferentes áreas disciplinares, reflectindo o ponto de vista da escola como arena política (Costa, 1996).

As dificuldades detectadas nos alunos são na generalidade de índole cognitiva e de gestão do seu tempo e organização do trabalho. As visitas de estudo servem como motivação para que terminem o curso, realizem o seu estágio e se insiram na vida activa. Os docentes desencorajam vivamente os seus alunos a iniciarem-se profissionalmente por conta própria, visto o trabalho nesta área ser muito complexo e de grande responsabilidade, exigindo uma aprendizagem, fruto de uma longa prática laboral.

Esta entrevista denuncia a ausência de protocolos institucionalizados entre a escola e as empresas, garantindo colocações de alunos em estágio e consequentemente na vida activa. Do mesmo modo, o IEPF encontra-se desligado da escola, não existindo uma política integrada entre ensino e emprego. Mais uma vez se confirma a inexistência de uma política de partenariado implementada nos organismos estatais.

Quanto ao acompanhamento e apoio dos encarregados de educação aos seus educandos, percebe-se algum desprendimento da parte destes, pois metade dos alunos são encarregados deles próprios e dos que não são, só um pequeno número é que comparece à escola para se inteirar do percurso académico dos seus educandos. Em grande parte dos casos, o facto de os encarregados de educação possuírem uma escolarização precária, inibe-os de se deslocarem à escola, tanto comparecendo a reuniões marcadas pelo Director de Turma, como espontaneamente para se inteirarem do percurso escolar dos seus educandos (Sá, 2004).

### **5.6.3. Análise e comentário dos inquéritos**

#### **Análise e comentário do inquérito aos docentes**

##### **Análise e Comentário ao Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos docentes do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica (Anexo 4)**

O inquérito por questionário aplicado aos docentes de ambos os cursos em estudo é aqui analisado em separado. Assim, passa-se a fazer uma pequena caracterização dos docentes de cada curso, seguido da análise dos dados obtidos e consequente comentário.

##### **Caracterização dos docentes dos Conselhos de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica**

O Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa é composto por seis professores do sexo feminino e três do sexo masculino, sendo que a componente tecnológica é assegurada por professores do sexo feminino. Os professores situam-se na faixa etária dos trinta e cinco e quarenta e quatro anos, sendo que possuem entre dez e trinta anos de serviço. Os professores possuem na totalidade o grau académico de licenciado.

Os professores que fazem parte do Conselho de Turma do Curso de Técnico de Electrónica, têm entre os vinte e cinco e os quarenta e cinco anos de idade, sendo que três são do sexo feminino e cinco do sexo masculino. Neste caso são os homens que leccionam as disciplinas da componente tecnológica. Relativamente à sua experiência de leccionação, tanto existem professores

com menos de dez anos de tempo de serviço, como professores com mais de trinta anos de profissão.

À excepção de um professor que possui o grau de bacharel, todos os outros são licenciados.

### **Análise ao Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos docentes do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

#### **Capacitação dos alunos**

Analisando os resultados obtidos nas respostas a este questionário, percebe-se que os professores de ambos os cursos divergem em opinião quando questionados se os alunos que se matriculam em Cursos de Educação e Formação se encontram cientes de em que é que estes consistem. Metade das respostas pende para o SIM e outra metade para o NÃO. Por outro lado, todos os respondentes se manifestam seguros de que os alunos que se matricularam nestes cursos gostam de os frequentar.

Os professores mostraram-se unânimes no que concerne às representações que fazem dos seus alunos relativamente ao seu desempenho escolar, ou seja, na generalidade os alunos que optam por integrar este tipo de cursos têm menos aptidões para estudar, do que os que seguem o ensino regular. Já quanto á postura na escola assumida pelos discentes antes de integrar estes cursos, as opiniões dos professores dividem-se: enquanto que no caso dos professores do curso de Assistente de Acção Educativa, metade dos respondentes afirma que este tipo de alunos assumia frequentemente comportamentos desadequados no contexto da escola, a outra metade contraria esta opinião. No caso dos professores do curso de Técnico de Electrónica, metade considera que o comportamento destes alunos era desadequado e a outra metade divide-se entre a opinião contrária e o desconhecimento.

Quanto à ideia que os professores têm da relação que os alunos estabelecem entre si, os do curso de Assistente de Acção Educativa consideram na sua maioria que não é uma relação muito afável, já a totalidade dos professores do curso de Técnico de Electrónica considera que é boa. Unâнимes são os respondentes quanto à relação que os alunos estabelecem com os professores, considerando-a boa.

Relativamente às expectativas que os docentes depositam no futuro académico e profissional dos alunos, observa-se o seguinte: relativamente à probabilidade de continuação de estudos da generalidade dos alunos após a conclusão do curso que actualmente frequentam, somente metade dos professores do curso de Assistente de Acção Educativa crêem existir, apesar de acharem que seria vantajosa um prolongamento da sua escolaridade. Peremptórios são os docentes do curso de Técnico de Electrónica que consideram que os alunos não têm pretensão de continuar a estudar, nem antevêem existir alguma vantagem se isso acontecer. No que se refere à profissão abraçada pelos alunos depois de terminarem o seu curso, os professores do curso de Assistente de Acção Educativa dispersam a sua opinião, não esperando que estes venham a desempenhar funções num emprego relacionado com o curso que frequentaram. Mais optimistas são os professores do curso de Técnico de Electrónica esperando que os alunos venham a exercer na área profissional que estudaram. Todos os professores encaram o estágio curricular realizado pelos seus alunos como uma porta de entrada para a vida activa (Anexo 38).

### **Envolvimento dos Professores nos Cursos de Educação e Formação**

Num segundo momento pretendeu-se perceber se os professores conhecem em profundidade os cursos que leccionam, aferindo o seu nível de envolvimento nestes. Deste modo questionados sobre as diferenças existentes entre os cursos de educação e formação e o ensino regular, a grande maioria responder conhecer. O mesmo índice de certezas verificou-se em relação aos cursos homólogos ministrados na escola em questão.

No tocante aos métodos de selecção a que os alunos são sujeitos com vista a serem integrados nos cursos educação e formação estudados, tanto no caso dos professores do curso de Assistente de Acção Educativa como no caso dos professores do curso de Técnico de Electrónica, só metade mostraram ser conhecedores destes métodos, acreditando que sejam os mais adequados.

Em termos de organização pedagógica e curricular de ambos os cursos, a maioria dos professores mostrou-se favorável quanto à adequação e utilidade dos conteúdos leccionados nas suas disciplinas. No que se refere à carga horária a que os alunos estão sujeitos, os professores do curso de Assistente de Acção Educativa afirmam maioritariamente ser desajustada, contrariamente aos seus colegas do curso de Técnico de Electrónica que a consideram correcta.

Questionados acerca dos apoios estatais dados a estes cursos para o seu funcionamento, a maioria dos professores pensa serem insuficientes, enquanto que os restantes respondentes demonstram não possuir informação a este respeito (Anexo 39).

### **Inter acções Escola/CEF**

Em relação ao conjunto de interacções estabelecidas entre a escola e os Cursos de Educação e Formação, percebeu-se através deste questionário que os professores em uníssono consideram os cursos em questão como sendo algo que assume grande importância tanto no contexto escolar como a título pessoal. O clima de escola é na opinião de todos os professores um factor a ter em conta na gestão dos cursos. Assim, as relações colegiais estabelecidas entre os professores são fundamentais para o bom funcionamento destes cursos.

A maior parte dos inquiridos sente não existirem contrapartidas ao leccionar em Cursos de Educação e Formação, por exemplo em relação à atribuição de horários.



No que se refere à qualidade das instalações e equipamentos postos à disposição dos cursos, a maior parte dos professores de ambos os cursos considera-a boa. Já em relação à competência e formação específica dos professores para leccionar neste tipo de cursos, as opiniões dividem-se: se metade dos professores do curso de Assistente de Acção Educativa assume que existe essa competência e formação a outra metade não. Já os professores do curso de Técnico de Electrónica reconhecem estar bem preparados científica e pedagogicamente para exercerem as suas funções. Os auxiliares de acção educativa são vistos pelos professores do curso de Assistente de Acção Educativa como não tendo preparação para dar apoio a estes cursos, enquanto que a maioria dos professores do curso de Técnico de Electrónica não tem opinião formada a este respeito.

Reflectindo sobre a integração e interligação da escola no meio sócio económico e tecido empresarial da região, perguntou-se aos professores se os cursos em que leccionam estão de acordo com as actividades económicas locais. Estes responderam afirmativamente, reforçando esta ideia na questão em que se perguntava se existem saídas profissionais para os alunos destes cursos, na região (Anexo 40).

### **Inter acções Escola/Família**

Ao nível dos mecanismos de comunicação entre a escola e a família, os docentes são unânimes quanto à eficiência dos directores de turma relativamente ao envio de informação aos encarregados de educação, no que respeita ao desempenho escolar dos seus educandos. Os professores do curso de Técnico de Electrónica são mais cépticos que os seus congénere do curso de Assistente de Acção Educativa no que se refere à existência de uma comunicação efectiva entre a escola e a família (Anexo 41).

## **Inter acções Escola/Comunidade**

Quanto ao contributo das empresas e instituições locais na formação dos alunos, a grande parte dos professores considerou que estas se encontram receptivas a fornecer-lhes lugares de estágio.

No que diz respeito a apoios camarários para o funcionamento dos Cursos de Educação e Formação, metade dos docentes do curso de Assistente de Acção Educativa acredita existirem, a outra metade ignora a sua existência. Os professores do curso de Técnico de Electrónica, maioritariamente desconhecem a existência de tais apoios ou crê não existirem (Anexo 42).

## **Comentário ao Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos docentes do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

Da análise deste questionário pode-se concluir a existência de diferenças de percepção da realidade dos cursos, das representações que os professores fazem dos alunos, das expectativas depositadas no seu futuro académico e profissional, quer por parte dos professores do curso de Assistente de Acção Educativa, quer dos professores do curso de Técnico de Electrónica.

Sendo a profissão de Assistente de Acção Educativa uma actividade de índole social, em que no caso deste curso a componente curricular humanística assume um peso preponderante, justifica o facto dos docentes considerarem vantajoso um posterior complemento de formação. Em oposição, a actividade de Técnico de Electrónica, puramente tecnológica, objectiva e rigorosa, cuja componente técnica é assegurada por docentes que anteriormente exerceram a profissão, não exige o prosseguimento de estudos, fornecendo a escola todo o *knowhow* necessário para um início de carreira. Neste caso, os docentes consideram a prática laboral quotidiana a melhor forma para se evoluir e aperfeiçoar nesta profissão, devendo os alunos iniciarem a sua vida activa logo que concluem o curso.

Semelhante é a opinião que os professores de ambos os cursos partilham acerca da motivação que os alunos têm perante os estudos. Antes de integrarem os cursos de Educação e Formação, observava-se que os alunos não obtinham resultados satisfatórios, entrando em muitos casos em abandono escolar, enquanto que actualmente os alunos se sentem realizados e cumprem as tarefas que lhes são propostas.

Paralelamente ao aproveitamento, o comportamento desadequado em contexto de sala de aula era uma realidade antes da integração destes alunos nos cursos em estudo. Os alunos ao terem a oportunidade de escolherem uma área de estudos do seu agrado, sentem-se motivados a realizar e concluir um ciclo de ensino, adquirindo mais facilmente competências tecnológicas, sociais e relacionais, que de outra forma seria improvável. O ensino dos conteúdos é gerido conforme as aptidões que os alunos mais manifestam, conseguindo-se assim motiva-los para outras áreas das quais não sentem tanta facilidade (Gardner, 1995).

Constata-se que existe por parte dos docentes de um grande envolvimento nos cursos que leccionam. O trabalho colaborativo é uma realidade na concepção ou adaptação dos currícula e realização de materiais de trabalho. Novamente é confirmado que o estabelecimento de relações colegiais potencia o desenvolvimento das competências dos professores, devido em parte à partilha de saberes adquiridos ao longo das suas carreiras, bem como nas suas formações iniciais. O desenvolvimento profissional dos professores gera consequentemente o desenvolvimento e eficácia das escolas (Hargreaves, 1998).

Na generalidade, os docentes consideram que os conteúdos leccionados são adequados ao tipo de alunos observados, havendo diferenças de opinião quanto á carga horária praticada nestes cursos, sendo que os professores do curso de Técnico de Electrónica a acham adequada.

Percebe-se pela análise deste questionário que alguns dos professores do curso de Assistente de Acção Educativa sentem a necessidade de formação

nesta área para melhor leccionarem as suas disciplinas. A formação ao longo da vida é cada vez mais uma necessidade, pois as exigências de qualidade estão cada vez mais presentes na área da educação. Apesar do contexto educativo nacional não se identificar com o movimento das escolas eficazes, verifica-se que mercado assume-se já como agente regulador, sendo a formação dos professores um factor determinante na excelência das escolas (Barroso, 1996). Em relação aos professores do curso de Técnico de Electrónica, não se sente que exista esta necessidade de formação pois não há qualquer diferença entre a área das suas formações iniciais e as áreas das disciplinas que leccionam.

Os auxiliares de acção educativa são vistos pelos docentes como actores secundários no processo de ensino e aprendizagem dos alunos destes cursos.

Quanto a recursos físicos, ambos os cursos encontram-se bem apetrechados. Os professores manifestam algum desconhecimento no que se refere a apoios financeiros estatais ou camarários, inferindo-se que estes não sejam consultados na gestão dos cursos. Este alheamento ou desconhecimento relacionado com a gestão da escola, demonstra que os estabelecimentos de ensino também são geridos, em determinadas áreas, como empresas (Costa, 1996). Percebe-se a atribuição de tarefas específicas a cada órgão de gestão, seja ele de topo ou intermédia.

A relativa facilidade de angariação dos estágios para os alunos por parte dos coordenadores de curso poderá ser consequência de estes cursos estarem de acordo com as necessidades de mão-de-obra qualificada da região. Este facto, aliado ao gosto demonstrado por estes alunos na frequência destes cursos, explica as expectativas optimistas de grande parte dos professores, relativamente ao futuro profissional dos seus alunos.

Importante é o esforço dos Directores de Turma para manter informados os encarregados de educação, no que concerne ao percurso escolar dos seus educandos, aliás, a realização destes contactos fazem parte das atribuições inerentes ao cargo de Director de Turma (Coutinho, 1998). Reforçando esta

ideia, Sá, (2004) refere que a escola tem por obrigação, na pessoa do Director de Turma, convocar os encarregados de educação para reuniões conjuntas ou particulares, com vista a fornecer informação a respeito do aproveitamento, comportamento, assiduidade, eventos a realizar na escola ou outros temas como saídas profissionais, dos seus educandos. Menor interesse é demonstrado pelos próprios encarregados de educação no acompanhamento aos seus educandos, sobretudo os dos alunos do curso de Técnico de Electrónica.

### **Análise e comentário do inquérito aos Encarregados de Educação.**

#### **Análise e Comentário ao Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos Encarregados de Educação dos alunos dos CEF(s) estudados**

O inquérito por questionário aplicado aos encarregados de educação dos alunos matriculados nos cursos foi igualmente aplicado aos alunos que assumem a responsabilidade pelo seu percurso escolar. A estes foi pedido que respondessem ao inquérito dos alunos e simultaneamente a este mesmo inquérito. Assim, passa-se numa primeira fase a fazer uma caracterização sumária dos encarregados de educação, seguido da análise dos dados obtidos e consequente comentário.

#### **Caracterização dos Encarregados de Educação dos alunos matriculados no Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e no Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

Como já foi anteriormente referido, os encarregados de educação preencheram neste questionário um primeiro bloco de questões de apresentação utilizado aqui para elaborar uma pequena caracterização destes. Assim, as informações recolhidas indicaram o seguinte:

Dos vinte e um inquiridos, sete têm menos de vinte e nove anos, sendo que seis assumem as responsabilidades da sua própria educação, pertencendo na

totalidade ao curso de Técnico de Electrónica. Dois, têm idades compreendidas entre os trinta e cinco e os trinta e nove anos, outros dois entre os quarenta e os quarenta e quatro anos, sendo que o maior número de inquiridos, (dez), têm mais de quarenta e cinco anos. Quanto a género, doze inquiridos são do sexo feminino e nove do sexo masculino, sendo que onze são mães dos alunos, dois são pais e outros dois cujo grau de parentesco não foi mencionado.

Os encarregados de educação possuem na sua maioria o nono ano de escolaridade, (onze), seguindo-se cinco com o primeiro ciclo, três com o segundo ciclo, um com o décimo segundo ano de escolaridade e um habilitado com um curso superior.

As profissões desempenhadas por estes intervenientes no processo educativo dos alunos pertencem todas ao sector Terciário, encimadas pela actividade de estudante, representada pelos próprios alunos, seguida da actividade de doméstica, exercida por cinco das onze mães. Todos os outros trabalham à excepção de um que se encontra desempregado. As profissões identificadas são: Ajudante de Cozinha, Maquinista Naval, Militar, Operador de Caixa, Funcionário Público, Cantoneiro de Limpezas, Vendedor, Telefonista e Esteticista.

### **Análise ao Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos Encarregados de Educação dos alunos matriculados no Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e no Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

#### **Capacitação dos alunos**

A análise a este inquérito por questionário revela que, dos vinte e um inquiridos, vinte declarou que o seu educando se matriculou no curso que actualmente frequenta de livre vontade. O mesmo número de inquiridos refere que o seu educando sente-se realizado a frequentar o seu curso. Quanto ao que os encarregados de educação pensam ser o objectivo dos seus educandos no campo académico, oito acredita que continuarão a estudar após a

conclusão do curso, outros oito pensaram o contrário e os restantes cinco ignoram por completo qual a vontade dos seus educandos. Questionados se desejariam que os seus educandos continuassem os estudos, a grande maioria, dezasseis, respondeu afirmativamente. No que respeita à profissão que os alunos que concluírem estes cursos irão exercer futuramente, a maior parte dos encarregados de educação espera que esteja de acordo com a área profissional que aprofundaram na escola.

Reflectindo sobre o passado escolar dos seus educandos, os encarregados de educação foram questionados se estes se sentiam motivados para estudar ainda quando frequentavam o ensino regular. Os inquiridos não foram muito esclarecedores, sendo que onze responderam não saber, cinco responderam que sim e outros cinco que não. Já em relação ao comportamento, pouco mais de metade dos encarregados de educação, onze, denunciaram desadequações comportamentais por parte dos seus educandos no decorrer das actividades lectivas, enquanto que todos os outros demonstraram não possuir informação a este respeito. No entanto, a quase totalidade dos encarregados de educação inquiridos afirma que actualmente os seus educandos estabelecem uma boa relação com os demais colegas (Anexo 43).

### **Inter acções Escola/Família**

Todos os encarregados de educação demonstraram conhecer o âmbito do Curso de Educação e Formação frequentado pelo seu educando, sabendo a distinção entre esta via de ensino e a regular. Nove encarregados de educação consideram este tipo de ensino mais individualizado que o ensino regular, outros nove demonstraram opinião contrária enquanto que os restantes três mostraram desconhecimento relativamente a este assunto. Inquiridos acerca da carga horária praticada nestes cursos, oito dos respondentes manifestaram ser adequada, enquanto que os restantes treze consideram-na incorrecta.

Os estágios curriculares realizados pelos alunos no final dos cursos são considerados unanimemente como uma boa porta de entrada para a vida activa. A quase totalidade dos inquiridos, vinte, considera eficiente a comunicação entre a escola e a família, sendo que dezassete confirmam

receber regularmente informação acerca do percurso escolar dos seus educandos (Anexo 44).

### **Relação Família/Meio**

No que respeita ao local de residência, a maioria dos inquiridos sente-se satisfeito, pretendendo continuar a morar no mesmo local. Cerca de dois terços dos encarregados de educação trabalha próximo da sua residência.

Quanto à possível existência de apoios municipais a estes cursos, pouco mais de metade dos inquiridos desconhece haver, enquanto que os restantes se dividem pela positiva e pela negativa. A opinião da grande parte dos inquiridos quanto a empregabilidade na região para os alunos que finalizarem o curso é optimista, considerando que as empresas se sentem receptivas a aceita-los inicialmente para a realização dos seus estágios finais (Anexo 45).

### **Comentário ao Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos Encarregados de Educação dos alunos matriculados no Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e no Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

Percebe-se pela análise deste questionário que grande parte dos encarregados de educação se interessa pelo desempenho escolar dos seus educandos, pois na maioria das questões manifesta conhecimento dos temas a que se solicita uma resposta, evitando responder NÃO SEI. Os encarregados de educação têm conhecimento da forma como os seus educandos encaram a escola e quais os seus objectivos futuros a nível académico e profissional. Quando questionados se gostariam que os seus educandos continuassem a estudar após a conclusão do curso, e note-se que este dá equivalência ao 12º ano, a maioria respondeu afirmativamente, demonstrando algum descrédito neste tipo de ensino. Confirma-se a opinião de Epstein, (1997), através das respostas dadas pelos encarregados de educação, que quase todas as famílias se preocupam com o percurso académico dos seus educandos, desejam o seu melhor e esperam que a escola lhes forneça mais e melhor informação, para



que estes possam acompanhar mais eficazmente o percurso escolar dos seus filhos.

Verificou-se alguma dificuldade por parte dos encarregados de educação em assumir que os seus educandos têm mais facilidade em concretizar os seus deveres académicos neste tipo de cursos do que no ensino regular. Do mesmo modo, em relação ao comportamento desajustado por eles demonstrado anteriormente, alguns dos encarregados de educação resguardam-se, respondendo não saber. Porém, a maioria reconhece que os alunos estabelecem entre si uma boa relação de camaradagem.

Os encarregados de educação demonstraram conhecer o âmbito dos Cursos de Educação e Formação e da forma como são geridos. Os estágios curriculares são unanimemente considerados fundamentais para uma boa integração destes alunos na vida activa, esperando que adquiram facilmente um emprego relacionado com a área de estudos.

#### **5.6.4. Análise e comentário ao inquérito aplicado aos alunos**

##### **Análise e Comentário ao Inquérito de Questão Aberta, aplicado aos alunos do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

O inquérito aplicado aos alunos de ambos os cursos em estudo constou de três questões abertas, com o objectivo de sondar a opinião destes relativamente à escola, ao curso e às expectativas que depositam no seu estágio final. As questões foram (Anexo 6):

- Para mim, a escola é:
- ...e o curso é:
- Espero que o estágio venha a ser:

Foram analisados os dados daí resultantes separadamente nas duas turmas, pelo facto de se relacionarem com áreas profissionais completamente distintas

e também por questões de género, o curso de Técnico de Electrónica é composto por alunos do sexo masculino, enquanto que o curso de Assistente de Acção Educativa é composto por alunos do sexo feminino.

### **Análise do Inquérito de Questão Aberta aplicado às alunas do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa**

Analisando a frequência dos parâmetros mencionados pelas alunas deste curso, infere-se que:

Relativamente à escola, é acima de tudo um local de aprendizagem. A interacção social com os demais colegas assume uma grande importância, sendo a escola um local de convívio por excelência. As alunas acreditam que a escola tem como função prepará-las para o seu futuro, potenciando o seu crescimento físico, intelectual e emocional.

“É aqui neste local que se aprendem os mais profundos conhecimentos intelectuais, psicológicos e emocionais.”

Os professores e funcionários são reconhecidamente percebidos como actores educativos de relação próxima e amistosa.

A escola é vista por estas alunas como uma organização que promove a liberdade de expressão e potencia as variadas formas de comunicação.

Referido foi igualmente o facto só se deverá estar na escola se for por gosto, não valendo a pena estudar contrariado. A partilha de experiências é algo importante que ocorre no seio de toda a comunidade educativa. Aos olhos de uma minoria de alunas, a escola é considerada de um modo menos positivo, como um local para passar o tempo, e cujas actividades lectivas são cansativas (Anexo 46).

TABELA 1

Representações que os alunos têm da Escola	
INDICADORES	FREQUENCIA
	Q1
Um local de aprendizagem.	13
Um local de convívio com o demais colegas.	8
Um local de preparação para o futuro.	6
Um local de crescimento físico, intelectual e emocional.	5
Um local de convívio com professores e funcionários.	3
Um onde existe liberdade de expressão.	2
Um local para passar o tempo.	1
Um local onde só se deve estar por gosto.	1
Um local privilegiado para a partilha de experiências.	1
Um local de grande permanência.	1
Cansativa.	1

Referindo-se ao curso, as alunas afirmaram que é um meio de aprender uma profissão e constitui uma alternativa aos currículos do ensino regular. É assim uma preparação para o seu futuro e uma oportunidade para uma rápida inserção na vida activa.

“É também uma melhor forma de obtermos bons resultados nos estudos através dos nosso esforço (...) É também o tentar fugir aos currículos normais, porque com estes cursos podemos obter uma melhor formação.”

O curso é encarado como sendo algo agradável mas que requer trabalho e dedicação.

TABELA 2

Representações que os alunos têm do Curso	
INDICADORES	FREQUENCIA
	Q1
Uma forma de aprender uma profissão de que se gosta.	11
Uma alternativa aos currículos do ensino regular.	5
Uma preparação para o futuro.	3
Algo agradável.	2
Requer trabalho e dedicação.	2
Uma oportunidade de inserção na vida activa.	2

No que diz respeito ao estágio curricular a realizar no final do curso, as alunas esperam que seja uma experiência enriquecedora. Esperam também, que este seja melhor que o realizado anteriormente no final do 10ºano, mas gostariam

que tivesse uma duração maior, permitindo assim abordar com maior profundidade cada uma das valências exploradas (Anexo 47).

A realização do estágio proporciona a estas alunas uma primeira adaptação ao meio laboral, introduzindo-as num um sistema hierárquico com regras específicas. Serve igualmente como uma preparação para o futuro profissional, constituindo uma concretização prática do que foi aprendido durante todo o curso (Anexo 48).

TABELA 3

Expectativas que os alunos depositam no Estágio	
INDICADORES	FREQUENCIA
	Q1
Uma experiência enriquecedora.	9
Melhor que o anterior (realizado no final do 10ºano).	6
Uma adaptação ao meio laboral.	5
Algo agradável.	3
Uma preparação para o futuro.	2
Uma concretização prática do que foi aprendido durante o curso.	2
Tem uma duração demasiado curta.	2
Uma familiarização com um sistema hierárquico.	1

### **Comentário ao Inquérito de Questão Aberta, aplicado às alunas do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa**

Verifica-se pelas respostas obtidas neste inquérito, a existência nestas alunas de um sentimento de satisfação e realização pessoal pela frequência deste curso. Percebe-se que gostam do que aprendem durante as actividades lectivas e nos estágios curriculares. Para além da escola, e mais especificamente do curso ser um agente de formação técnica e profissional, também o é no campo pessoal. A escola contribui significativamente para o desenvolvimento intelectual, emocional das alunas e constitui uma oportunidade para desenvolverem competências sociais e de relação. A escola é encarada pelas alunas como um suporte afectivo, permitindo-lhes expressarem os seus sentimentos, emoções e opiniões, partilhando com colegas e professores experiências e vivências, algo que algumas não terão oportunidade de fazer no seio da sua própria família. Pelas declarações emitidas pelas alunas, confirma-se que aprendendo algo para o qual detêm

capacidades, conseguem desenvolver outras que de outra forma seria mais difícil. O facto de referirem que a escola contribui para além da sua formação profissional, para o seu desenvolvimento pessoal, vem confirmar esta tese (Gardner, 1994).

Confirma-se existência de uma utilidade real dos conteúdos leccionados na prática laboral desta actividade profissional, visto o estágio ter sido referido como um momento de posta em prática do que foi previamente aprendido.

As alunas demonstram responsabilidade e maturidade, pois um dos parâmetros mais mencionados nas suas respostas é a sua preocupação em atingir um futuro profissional bem sucedido. A frequência do curso tal como a realização do estágio, são considerados pelas alunas como constituindo etapas fundamentais para uma correcta integração na vida activa. No caso particular do estágio, as alunas consideram a sua duração insuficiente, não lhes permitindo atingir metas esperadas. Seria provavelmente desejável a consignação no plano de actividades de momentos de avaliação do curso, operacionalizada de forma conjunta entre professores e alunos, de modo a perceberem as necessidades e expectativas de todos, efectuando sempre que necessário correcções e alterações na estrutura e organização deste, sempre dentro dos parâmetros estabelecidos pelo normativo que rege este tipo de ensino. Deverão assim ser ouvidas as várias partes intervenientes no processo de ensino/aprendizagem, de modo a que se decidam estratégias para que se atinjam mais eficientemente as metas propostas (Barroso, 1996).

## **Análise do Inquérito de Questão Aberta, aplicado aos alunos do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

TABELA 1A

Representações que os alunos têm da Escola	
INDICADORES	FREQUENCIA
	Q1
Um local de convívio com o demais colegas.	10
Um local de aprendizagem.	8
Um local de preparação para o futuro.	4
Um local de convívio com professores e funcionários.	3
Um local jovem.	2
Um local de crescimento físico, intelectual e emocional.	2
Tem poucas possibilidades de escolha de áreas de estudo.	1
Um local de longa permanência	1
Uma forma de avaliar os alunos.	1

Os alunos do curso referido dão capital importância às interações sociais estabelecidas entre eles, considerando a escola como um local privilegiado de convívio.

A escola assume-se como um local de aprendizagem, constituindo uma preparação para a vida dos alunos.

Estes alunos revelam estabelecer boas relações de convivência tanto com professores como com funcionários.

Os alunos sentem a escola como sendo um local jovem e que lhes proporciona um correcto crescimento físico, intelectual e emocional. Por outro lado, a escola dá-lhes poucas possibilidades de escolha em termos de áreas de estudo, tendo como prioridade a avaliação dos seus alunos. É onde permanecem durante mais tempo (Anexo 49).

No que concerne ao curso que frequentam, os alunos revelam que lhes proporciona uma oportunidade de aprenderem uma profissão. De igual modo, é uma possibilidade que têm de concluir o 12ºano, que de outra forma seria menos cativante.

É da opinião de alguns alunos, que o curso se assume como sendo interessante. É no curso que se vivência um conjunto de experiências agradáveis, partilhadas por alunos e professores. Algo desejado, importante mas também de difícil concretização. É também considerado por alguns como sendo pouco estimulante, pelo facto de não se gerar um espírito competitivo entre os alunos (Anexo 50).

TABELA 2A

Representações que os alunos têm do Curso	
INDICADORES	FREQUENCIA
	Q1
Uma forma de aprender uma profissão	6
Uma oportunidade de concluir o 12ºano.	4
Interessante.	3
Algo agradável.	1
Pouco estimulante.	1
Importante.	1

As expectativas que estes alunos depositam no estágio curricular de final de curso recaem sobre várias vertentes. A opinião geral é que venha a constituir um complemento de formação importante, e que lhes dê uma boa oportunidade de inserção na vida activa. Esperam que se venha a revelar uma experiência enriquecedora que contribua para o fortalecimento da sua personalidade. Este estágio funcionará como uma primeira adaptação ao meio laboral, uma familiarização com um sistema hierárquico.

Durante este período, os alunos esperam mais uma vez, ter bons momentos de convívio (Anexo 51)

TABELA 3A

Expectativas que os alunos depositam no Estágio	
INDICADORES	FREQUENCIA
	Q1
Um complemento de formação.	6
Uma oportunidade de inserção na vida activa.	5
Uma experiência enriquecedora.	5
Uma adaptação ao meio laboral.	4
Um local de convívio.	2
Melhor que o anterior (realizado no final do 10ºano).	1
Uma familiarização com um sistema hierárquico.	1
Uma oportunidade de formação da personalidade.	1

## **Comentário ao Inquérito de Questão Aberta, aplicado aos alunos do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

No caso dos os alunos do curso de Técnico de Electrónica, sente-se que a maior motivação para a frequência do referido curso é o convívio que estes estabelecem diariamente, tendo a escola como cenário. A escola é o ponto de encontro diário onde se estabelecem vários tipos de relações com os demais colegas e com os vários actores educativos.

O curso assume-se como uma via de aprendizagem onde se tem a oportunidade de contactar pela primeira vez com uma profissão. Ao frequentar o curso, os alunos têm a consciência que para além de adquirirem um conjunto de conhecimentos úteis para um início de carreira, obtêm igualmente uma qualificação académica, equivalente ao 12.º ano de escolaridade.

O desenvolvimento físico, intelectual e emocional, é assumidamente algo que acontece no contexto da escola, reunindo esta, todas as condições para que isto se processe. A existência de equipamentos lúdicos, a prática de actividades lectivas estimulantes e a oportunidade de convívio e partilha de experiências propiciam todo um desenvolvimento pessoal e social a estes jovens.

Deduz-se pelas respostas dadas e pela sua elevada frequência, que os alunos anseiem iniciar a sua vida profissional, de modo a se tornarem financeiramente independentes, pois referindo-se ao estágio deram grande importância a questões relacionadas com o mundo do trabalho, como sejam a formação profissional, a oportunidade de inserção na vida activa ou a adaptação a uma estrutura hierárquica.



#### **5.6.5. Análise documental e comentário das actas de Conselho de Turma realizadas no ano lectivo de 2006 / 2007**

##### **Análise e Comentário das actas de reuniões dos Conselhos de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica**

Esta análise usará como base as técnicas da análise documental respeitante a todas as actas das reuniões que os Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica levaram a cabo durante o ano lectivo de 2006/2007. Ao longo deste ano, cada Conselho de Turma realizou sete reuniões, tendo ocorrido estas no início do ano, no final de cada período, após as reuniões intercalares com os encarregados de educação e no final do ano lectivo. A cada um dos cursos serão analisadas em separado as actas destas reuniões, sendo posteriormente confrontadas e comentadas em conjunto.

##### **Análise das actas de reuniões do Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa**

##### **Organização Curricular e Pedagógica do Curso**

Nas duas primeiras reuniões realizadas por este Conselho de Turma, percebe-se uma grande preocupação em planear correctamente o ano lectivo, a todos os níveis. Temas como a organização curricular do curso, a identificação e caracterização das alunas e a relação que os encarregados de educação estabelecem com a escola, são fortemente focados.

Presume-se que neste tipo de cursos, mais ainda que no ensino regular, os professores se envolvam intensamente no desenvolvimento pessoal e escolar dos seus alunos. Assim, são entregues no início do ano lectivo documentos contendo a identificação das alunas, suas fotografias e feita uma caracterização destas, no que diz respeito ao meio sócio económico em que

estão inseridas, o seu contexto familiar e as suas motivações e constrangimentos.

O cumprimento do normativo que rege estes cursos é tido pelos professores como uma premissa fundamental para o bom funcionamento destes. Assim, os professores são informados da introdução de novas regras. A assiduidade dos professores é um parâmetro importante focado pela nova legislação. A Directora de Turma informou os professores de todos os procedimentos a tomar caso tenham necessidade de faltar. Foi-lhes entregue um mapa para registo de aulas não leccionadas e pedidos os seus horários, a fim de ser possível uma melhor gestão dos tempos lectivos, de forma a se poderem compensar aulas não dadas ou serem substituídos por outros colegas.

A assiduidade dos alunos foi igualmente considerada como um factor preponderante na progressão académica destes. Com o intuito de reduzir o absentismo, foram introduzidas novas regras que responsabilizassem de forma mais efectiva, quer alunos, quer encarregados de educação. Como tal, a escola propõe à família um compromisso através da aceitação de novas regras, autorizando a aplicação destas.

A escolha de critérios de avaliação coadunados com o tipo de alunas em questão foi efectuada logo no início do ano. A adaptação destes critérios é operada continuamente nalgumas disciplinas. A adopção de conteúdos adaptados a esta população escolar é complementada com a realização de um grande número de actividades extra curriculares, dando às alunas uma forte noção de como se funciona em meio laboral, relacionando a teoria com a prática.

Com vista a resolver problemas específicos de insucesso escolar, são tomadas em diversas disciplinas medidas de remediação, tais como a adaptação dos instrumentos de avaliação e sua frequência, a realização de trabalhos extra, ou a participação em actividades de índole social.

A realização de materiais didácticos, alguns deles adaptados a alunos portadores de condicionantes específicas à sua participação nas actividades lectivas, é uma prática corrente deste Conselho de Turma. Devido à inexistência de manuais didácticos relacionados com a área da Assistência de Acção Educativa, os professores têm a necessidade de produzir fichas de apoio para utilização em aula. Para isso existem à disposição dos professores meios e verbas para aquisição de obras literárias, revistas especializadas e fotocópias destas fichas. É patente a disponibilidade dos professores para a realização de trabalho conjunto, tanto na concepção destes materiais didácticos como na gestão dos curricula das várias disciplinas.

É observável pela análise destas actas que o Conselho de Turma efectua continuamente uma avaliação das actividades lectivas, dos conteúdos leccionados e das actividades não lectivas realizadas, permitindo assim gerir os tempos lectivos obrigatórios para cada disciplina, atribuir a cada professor os conteúdos conforme a sua especialidade ou realizar em tempo adequado visitas de estudo ou outras actividades extra curriculares.

No que diz respeito ao comportamento, a aplicação no princípio do ano lectivo de estratégias conducentes à melhoria das relações estabelecidas entre as alunas manifestam-se eficientes, no entanto existem registos de alunas com comportamentos desadequados no contexto da sala de aula.

A avaliação das alunas é registada nas actas das reuniões de final de período e final de ano, sob a forma de tabela estatística, sendo referidas por disciplina o número de classificações atribuídas segundo intervalos de valores. São também registadas nestas tabelas, o número de aulas previstas e dadas em todas as disciplinas (Anexo 52).

### **Insucesso escolar**

Estas tabelas mostram claramente uma evolução crescente no aproveitamento geral da turma, pelo decréscimo no número de classificações inferiores a dez valores. Regista-se no entanto a anulação de duas matrículas (Anexo 53).

## **Relações estabelecidas entre a Escola e Instituições da região**

No caso de falta de assiduidade, os motivos mais assinalados são questões relacionadas com a saúde das alunas. A necessidade de ida a consultas médicas, internamentos ou indisposições, são as razões mais frequentes apresentadas pelas alunas como justificação de faltas. A escola assume aqui um papel importante despistando problemas de saúde em algumas alunas, encaminhando-as para o Centro de Saúde ou para o Hospital. Em todos os casos é solicitada a participação dos encarregados de educação na resolução destes problemas. Verifica-se a requisição de serviços de técnicos de saúde que dão na escola acompanhamento e aconselhamento aos alunos acerca de problemas vários, nomeadamente sobre obesidade e hábitos alimentares (Anexo 54).

## **Inter relação Escola/Família**

Em reunião com os encarregados de educação, a Directora de Turma propõe a assinatura de um documento explicativo do modo de compensação a aulas não assistidas pelos alunos, de forma a reforçar a participação destes no processo de formação dos seus educandos. Nesta mesma reunião foram distribuídos folhetos explicativos do funcionamento e âmbito dos Cursos de Educação e Formação.

Os alunos foram igualmente chamados a comprometerem-se mais seriamente no seu progresso escolar, elaborando conjuntamente com os docentes contratos de aprendizagem, tendo sido no caso de uma aluna assinado um contratos pedagógico. Cria-se desta forma um laço mais forte entre professores, alunos e encarregados de educação.

A falta de motivação é mencionada muito frequentemente como causa de falta de aproveitamento destas alunas. A dificuldade que algumas alunas têm em ser pontuais, é considerado pelo Conselho de Turma como algo a combater, pois prejudica significativamente o desempenho de todo o grupo turma.

É notório o trabalho da Directora de Turma no que diz respeito à informação que fornece aos encarregados de educação quanto ao percurso escolar das suas educandas. São utilizados por esta, todos os meios de comunicação disponíveis, nomeadamente o correio, o telefone e o envio de mensagens SMS, para fazer chegar aos encarregados de educação toda a informação que se considere pertinente. Aliás, a utilização do telemóvel para envio de mensagens SMS é muito utilizado pela Directora de Turma para informar em tempo real de situações anómalas ocorridas com as alunas, nomeadamente falta a testes de avaliação ou fraco aproveitamento, ou simplesmente para convocar os encarregados de educação a apresentarem-se na escola para se inteirarem da situação. Em muitos casos, estas informações bem como as convocatórias, são duplamente veiculadas por via postal. Todos estes contactos surtem na maioria dos casos efeito, pois têm como retorno a comparência à escola dos encarregados de educação, e consequentemente um maior acompanhamento aos seus educandos (Anexo 55).

### **Trabalho intersectorial**

De igual modo o Serviço de Psicologia e Orientação desta escola é amiúde solicitado a intervir em casos em que, alunas com difíceis relações familiares e sentimentais criam em si instabilidade emocional, originando desmotivações e falta de empenho, degradando assim o seu aproveitamento escolar, acabando nalguns casos por causar o abandono precoce da escolaridade. As próprias alunas têm conhecimento dos mecanismos de apoio que a escola possui e solicitam espontaneamente o auxílio que necessitam (Anexo 56).

### **Caracterização dos alunos da Turma**

O registo em acta da caracterização da turma em termos de aproveitamento, comportamento e assiduidade é feito em vários momentos, nomeadamente a meio e no final de cada período enquanto a caracterização particular de alunos mais desfavoráveis nestes aspectos é uma constante ao longo de todo o ano. São mencionadas em acta todas as alunas com fraco aproveitamento,

comportamento ou assiduidade, havendo o cuidado de referir a razões destas ocorrências.

Relativamente ao aproveitamento global das alunas, registou-se ao longo do ano uma leve evolução, muito por via do trabalho elaborado pelo Conselho de Turma com o intuito de otimizar o rendimento das alunas (Anexo 57).

### **Comentário das actas de reuniões do Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa**

A análise documental realizada às actas das reuniões de Conselho de Turma deste curso, corroboram com o que já foi observado anteriormente através de outros instrumentos de investigação, no que diz respeito à grande preocupação manifestada pelos professores em conhecerem as suas alunas, inteirando-se das suas dificuldades, tanto académicas como pessoais e familiares, aliás a recolha de informação a respeito dos alunos, é uma tarefa inerente ao cargo de Director de Turma (Coutinho, 1998). É igualmente visível o esforço que a Directora de Turma investe para que a família se envolva mais efectivamente no percurso escolar dos alunos. Este tipo de preocupação é igualmente referida por Coutinho, (1998). São assim criados mecanismos facilitadores deste envolvimento, tal como a assinatura de documento de autorização de aplicação de novas regras para a compensação de aulas não assistidas, ou o estabelecimento de contratos pedagógicos.

A comunicação entre a Directora de Turma e os encarregados de educação é efectuada através de vários meios de comunicação, (correio, telefone, telemóvel, mensagens SMS), por vezes em simultâneo. Os encarregados de educação são deste modo postos em tempo real ao corrente da situação escolar dos seus educandos, sendo frequentemente solicitada a sua presença na escola para reunião com a Directora de Turma.

O cumprimento do normativo que rege estes cursos, é considerada pelos professores como imperativo, pelo que se verificou o estabelecimento de mecanismos de organização interna conducentes a um melhor funcionamento

do curso. O registo em formulário próprio de aulas não dadas e de conteúdos leccionados, permite efectuar mais eficazmente a reposição de aulas previstas ou a permuta de professores para substituição de aulas. Apercebendo-nos deste tipo de situações, verificamos que a escola funciona igualmente pelo princípio burocrático (Costa, 1996), conferindo á sua gestão, rigor, eficiência e coerência.

Percebe-se a existência de um constante trabalho por parte dos professores na criação de estratégias com o intuito de proporcionar às suas alunas um ambiente favorável ao seu sucesso escolar. O Conselho de Turma avalia e corrige sistematicamente a didáctica das várias disciplinas, através de um permanente ajuste de critérios de avaliação, de uma constante adaptação dos conteúdos a leccionar (Sacknei & Dibsiki, 1994), bem como através da criação de materiais didácticos a utilizar durante as aulas. Todo este trabalho só é possível derivado às boas relações colegiais estabelecidas pelos professores deste Conselho de Turma. No contexto observado, é prática corrente a partilha de decisões e a consulta entre colegas (*staff consultation*), segundo a linha de Hargreaves, (1998). Constata-se a prossecução de uma gestão curricular eficiente, tendo em conta a formação e especialidade de cada um dos professores, sendo frequente o trabalho conjunto destes na leccionação de conteúdos específicos de determinadas disciplinas.

Conclui-se que questões relacionadas com a saúde e bem-estar das alunas constituem um dos mais importantes constrangimentos para o sucesso escolar destas. A assiduidade é condicionada pela necessidade de internamento ou de recurso a consultas médicas e a pontualidade é constantemente condicionada pelo mau estar físico e emocional manifestado por algumas alunas, pondo assim em causa trabalho individual destas em particular e da turma em geral. A escola assume um papel importante apoiando estas alunas e suas famílias, recorrendo a organismos internos, como no caso do Serviço de Psicologia e Orientação, ou externos, como o Centro de Saúde ou o Hospital Municipal.

## **Análise das actas de reuniões do Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

### **Organização Curricular e Pedagógica do Curso**

O Conselho de turma do curso de Técnico de Electrónica nas suas primeiras reuniões trabalhou sobretudo ao nível do estabelecimento de regras, estratégias e planeamento das suas actividades. Assim são adoptadas por este órgão as novas regras relativas à assiduidade dos professores, sendo estes informados de todos os procedimentos a ter para a consequente compensação das aulas não dadas.

A preparação de actividades extra curriculares opera-se desde o início do ano até ao seu final. As visitas de estudo são marcadas conforme os conteúdos programáticos que estão a ser leccionados no momento nas diversas disciplinas e após a sua realização são avaliadas, aferindo-se se foram atingidos os objectivos propostos.

Os critérios de avaliação são decididos conforme a evolução que os alunos tiveram nos anos anteriores, sendo estes aplicados de forma diferenciada nas disciplinas das componentes sócio-cultural e científica, e nas disciplinas da componente tecnológica.

Observou-se a preocupação por parte da professora da disciplina de Português em adaptar os conteúdos da sua disciplina ao perfil geral dos seus alunos. Devido à obrigatoriedade de cumprimento da leccionação dos conteúdos programáticos previstos em todas as disciplinas, num número de horas previamente estipulado, é feito periodicamente o balanço do decurso das actividades lectivas.

À medida que o ano lectivo decorre e vão sendo detectadas dificuldades na aprendizagem dos conteúdos leccionados, o Conselho de Turma vai adoptando estratégias de remediação de forma a otimizar o desempenho



escolar dos seus alunos. Estas estratégias são regularmente avaliadas, verificando-se se cumprem os seus propósitos.

A avaliação dos alunos é divulgada em pauta no final de cada período e final de ano lectivo, sendo registada em acta sob a forma de tabela estatística (Anexo 58).

### **Insucesso Escolar**

De acordo com estas tabelas, através da contagem do número de classificações inferiores a dez valores, constata-se que a turma teve uma acentuada progressão ao longo do ano lectivo, contudo é de registar a ocorrência de quatro anulações de matrícula (Anexo 59).

### **Caracterização dos alunos da Turma**

É efectuado o registo da evolução da turma em geral, no que concerne a comportamento e aproveitamento. Este registo é feito sistematicamente ao longo do ano, complementado com a informação particular dos alunos com resultados obtidos inferiores ao pretendido, com pior comportamento e pior assiduidade (Anexo 60).

### **Inter relação Escola/Família**

Aos encarregados de educação é-lhes solicitada a comparência na escola para reunião com o Director de Turma, para que estes possam proporcionar um maior apoio e acompanhamento aos seus educandos, concertando estratégias com os professores (Anexo 61).

### **Trabalho intersectorial**

O Serviço de Psicologia e Orientação desta escola tem assumindo um papel importante no apoio e reorientação escolar de alguns alunos deste curso, actuando nalguns casos em conjunto com a família (Anexo 62).

## **Comentário das actas de reuniões do Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

Neste curso, a abertura do ano lectivo foi francamente marcada pelo estabelecimento de novas regras, pelo planeamento curricular e pela marcação de actividades complementares à acção lectiva.

Operou-se assim uma preparação minuciosa de todo o ano lectivo, dando-se a conhecer aos professores as novas regras, a aplicar em todos os Cursos de Educação e Formação, regras estas, emanadas pela Tutela.

A marcação prévia de actividades não lectivas, nomeadamente de visitas de estudo coadunadas com os conteúdos leccionados em cada momento, tanto nas disciplinas da componente tecnológica como das disciplinas da componente geral, é efectuada de modo a se estabelecer uma relação entre as práticas laborais operadas nas empresas e as actividades lectivas levadas a cabo em contexto escolar.

É patente a adopção por parte do Conselho de Turma de critérios de avaliação específicos para cada disciplina, relacionados com o perfil dos alunos, tendo em conta a sua evolução ao longo dos anos lectivos anteriores. É feita regularmente a avaliação do resultado da aplicação destes critérios, tal como das medidas de remediação tomadas, com vias a proporcionar aos alunos, condições necessárias ao desenvolvimento das competências previstas por este curso. Esta avaliação é complementada com as análises efectuadas pelos professores à turma no seu todo e aos alunos em particular, quanto a aproveitamento e comportamento. Esta filosofia de trabalho é coerente com os princípios que Sackney e Dibski, (1994) preconizam para que se atinjam os objectivos propostos. Os professores deverão realizar um intenso trabalho ao nível do planeamento, monitorização, avaliação e correcção de desvios no que diz respeito a desenvolvimento curricular, implementação de estratégias e programas de aprendizagem, com vista à obtenção dos resultados previstos.

Os organismos internos de apoio ao aluno, nomeadamente o Serviço de Orientação e Psicologia, assumem um papel importante no que se refere a auxílio a alunos e suas famílias na superação das suas dificuldades. A escola deverá representar um papel pedagógico, também para com as famílias, fornecendo-lhes informação a respeito de higiene, alimentação, segurança e bem-estar dos seus educandos. É fundamental que os encarregados de educação tenham uma boa auto-estima e uma imagem positiva da escola (Epstein, 1997).

#### **5.6.6. Análise e comentário das observações naturalistas de aulas, actividades e Conselhos de Turma de ambos os cursos em estudo**

##### **Análise de observações naturalistas de aulas do Curso de Assistente de Acção Educativa**

##### **Observação naturalista de sala de aula da disciplina de ATL do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa, ocorrida a doze de Março de 2007 (Anexo 9)**

Observou-se uma aula prática da disciplina de ATL, em que as alunas se encontravam a elaborar cenários a serem utilizados durante a semana de actividades extra curriculares de Páscoa.

A professora (...) apresentou o investigador à turma, introduzindo o seu trabalho, explicando às alunas que deverão responder a um questionário, o qual será interpretado e extraídas conclusões.

Foi solicitado às alunas que criassem um nome fictício para identificar a escola, mantendo assim o anonimato. As alunas ouviram os professores, assumindo um comportamento disciplinado, mobilizando-se para cumprir a tarefa pedida pelo investigador.

Devido à compenetração com que elaboravam os cenários, as alunas pediram à professora que adiassem para a parte da tarde o trabalho de criação do novo nome da escola.

Observou-se que as alunas funcionavam muito bem em equipa, acatando prontamente todas as indicações dadas pela professora.

O ambiente de trabalho caracterizava-se por ser descontraído, permitindo-se a audição de música ambiente.

As alunas mostravam-se cuidadosas, pois estando a trabalhar com tintas, mantinham-se a elas próprias e à sala de aula limpas, lavando as mãos e os seus utensílios, sempre que necessário. A sala encontrava-se limpa e arrumada.

Percebeu-se haver uma boa relação entre alunas e professora e entre si, verificando-se uma boa adesão às actividades propostas.

De igual modo observou-se por parte das alunas de um grande sentido de responsabilidade, quando após o toque para o intervalo, a maioria destas ter permanecido na sala de aula a trabalhar. As tarefas desempenhadas pelas alunas na elaboração dos referidos cenários variavam entre tarefas de repetição, como por exemplo no preenchimento de grandes superfícies ou criação de texturas, ou tarefas de maior minúcia no desenho de pormenores. Em qualquer caso, as alunas demonstravam concentração e cuidado, não manifestando qualquer sinal de enfado.

**Observação naturalista de sala de aula da disciplina de Psicologia do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa, ocorrida a quinze de Março de 2007 (Anexo 10)**

As alunas encontravam-se na sala e ocupavam os seus lugares habituais. A professora informou a turma que a aula ia ser assistida pelo investigador e que lhes iam ser entregues um conjunto de questionários para responderem, ao que o investigador explicou em que é que estes consistiam. As alunas responderam ao questionário, pondo ao investigador as suas dúvidas.

Uma aluna informou que a turma escolhera para identificar a escola a designação de Escola Secundária Maria da Luz.

Depois de entregues os questionários respondidos, a aula retomou o seu rumo normal, podendo-se constatar que todas se faziam acompanhar de todos os materiais necessários para a realização das actividades propostas para esta aula, nomeadamente dos seus *dossiêrs* de Estágio.

Pouco antes do final da aula, a professora propôs à turma a realização de um trabalho. As alunas levantaram-se discretamente, agrupando-se conforme tinham previamente combinado, iniciando as tarefas propostas. As alunas mantiveram até ao final da aula uma atitude disciplinada, apesar de descontraída e divertida.

### **Análise de observação naturalista de uma actividade do Curso de Assistente de Acção Educativa**

#### **Observação naturalista de uma actividade do Curso de Assistente de Acção Educativa (Anexo 11)**

A turma do curso de Assistente de Acção Educativa, decidiu organizar uma actividade aberta às escolas de 1.º ciclo, integrada na semana de actividades de final de segundo período, tendo esta ocorrido no dia vinte e dois de Março de 2007.

Conforme observado em ocasiões anteriores, estas alunas elaboraram todos os cenários e estruturaram o espaço da sala de aula de forma a receber e distribuir pelas diversas actividades os alunos visitantes.

O tema escolhido para esta actividade, foi “A vida na quinta”, tendo todo o espaço da sala sido decorado com motivos rurais.

As alunas encontravam-se na sala, tranquilamente mas deixando transparecer alguma ansiedade, esperando os alunos a quem se destinava esta actividade.

As alunas traziam vestido figurinos imitando os animais da quinta, os quais tinham previamente confeccionado. Pouco tempo depois, acompanhados pelas suas professoras, chegavam os alunos do quarto ano do 1º. Ciclo, tendo sido encaminhados para os respectivos lugares.

Realizou-se inicialmente um pequeno recital de poemas dirigido a todas as crianças, tendo de seguida, sido distribuídas por cinco *ateliêrs*, nos quais participavam rotativamente.

A actividade decorreu conforme o previsto, percebendo-se a existência de um forte espírito de equipa, demonstrando competência e gosto no desempenho desta profissão.

### **Comentário de observações naturalistas de aulas e actividade do Curso de Assistente de Acção Educativa**

A observação destas aulas e actividade veio ajudar-nos a conhecer o ambiente, a atitude das alunas perante a escola e o seu modo de relacionamento. Observou-se, que provavelmente devido ao facto das alunas já trabalharem juntas há alguns anos, e devido ao trabalho que o Conselho de Turma está a ter no sentido de atingir os propósitos deste curso, que estas alunas já desenvolveram competências sociais indispensáveis para que, num futuro próximo, se possam integrar numa empresa ou instituição, permitindo um desempenho laboral desejável. Assim percebeu-se que quando solicitadas, as alunas executam prontamente as tarefas propostas. As alunas aderem instantaneamente às actividades previstas e facilmente trabalham em equipa, apostando-se em cumprir os objectivos a que se propuseram. Pela observação das interacções geradas em contexto de sala de aula, percebeu-se a utilização de metodologias de ensino por parte das professoras semelhantes às descritas por Joyce e Weil, (1985). O modelo de ensino não directivo é na nossa opinião aquele que melhores resultados poderá dar quando aplicado nestes contextos, pois gera um real envolvimento dos alunos na gestão da aula, atribuindo-lhes responsabilidades sobre os resultados por eles obtidos. Este modelo promove hábitos de trabalho, obrigando os alunos a gerirem de forma adequada o seu tempo de estudo.

Cultiva-se um ambiente de trabalho descontraído e tranquilo. Constata-se haver uma grande facilidade de comunicação entre alunos e professores, não se vendo nas alunas qualquer relutância em pedir ajuda aos professores,

sempre que tenham necessidade. Também ao nível da turma se trabalha segundo o modelo democrático (Costa, 1996); alunos e professores partilham responsabilidades e buscam consensos na tomada de decisões. Este modelo é amplamente aplicado na turma e inculcido aos seus alunos, incentivando-os a participar activamente na vida escola e na tomada conjunta de decisões. O Desenvolvimento de uma pedagogia personalizada, posta em prática nestes cursos é igualmente um princípio de acção do modelo de escola democrática.

Verificou-se que as alunas se responsabilizam pelo cumprimento dos seus deveres, demonstrando terem adquirido alguns hábitos de trabalho e organização.

### **Análise de observação naturalista de reunião de Conselho de Turma do Curso de Assistente de Acção Educativa**

#### **Observação naturalista de reunião de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa, ocorrido a vinte de Março de 2007 (Anexo 12)**

Este Conselho de Turma serviu sobretudo para confirmar as classificações de final de período, cumprindo-se os trâmites habituais. É de referir que se registou um número bastante elevado de disciplinas com notas inferiores a dez valores. Assim, verificou-se que uma aluna obteve resultado negativo a oito disciplinas, uma aluna a sete, duas alunas a seis disciplinas, uma a cinco, uma aluna a três, duas a duas, três a uma disciplina e somente quatro alunas não registaram nenhuma nota inferior a dez valores. Houve este ano, uma anulação de matrícula efectuada a 29 -11-06.

Os professores manifestaram preocupação pela ocorrência de tal elevado número de alunas em risco de retenção, pois caso não transitem, não terão a possibilidade de integrar um C.E.F. nesta escola. Indagando este a razão deste facto, foi o investigador informado que os conteúdos das várias disciplinas, quer as de componente geral, quer as de componente técnica, são de uma



complexidade pouco adequada ao perfil deste tipo de alunos. Para agravar esta situação, verifica-se a inexistência de uma sequência entre os conteúdos leccionados no ano passado e os do corrente ano.

A Directora de Turma afirmou ter contactado, telefónica e via SMS os encarregados de educação para os pôr a par da situação de mau aproveitamento e falta de assiduidade dos seus educandos. Percebeu-se uma certa demissão por parte dos encarregados de educação, relativamente aos seus deveres. A agravar a situação, observaram-se casos de desobediência e boicote aos deveres escolares e familiares por parte de algumas alunas.

Alguns professores, tendo a oportunidade de contactar com encarregados de educação, aperceberam-se da existência de maus ambientes familiares e más atitudes destes para com os seus educandos, pouco propícias ao seu bom desenvolvimento intelectual e emocional.

Constatou-se recentemente, a existência de um grave problema comportamental e relacional entre algumas alunas, nomeadamente entre a delegada e a sub delegada de turma, assumindo lideranças contrárias. O Conselho de Turma entendeu por unanimidade, destituí-las dos cargos que assumiam. Deliberou-se a marcação de uma assembleia de turma, com vista à resolução deste tipo de problemas. Deduz-se que alguns destes comportamentos desviantes, sejam aprendidos no seio familiar, pelo que já foi referido através da observação de atitudes tidas pelos próprios encarregados de educação.

Os professores queixam-se de falta de cumprimento de prazos na entrega dos trabalhos executados pelas alunas desta turma, bem como falta de métodos de trabalho.

Conclui-se que grande parte das alunas desta turma, ainda não se aperceberam de qual a razão pela qual foram integradas neste curso e qual a filosofia dos Cursos de Educação e Formação.

O professor da disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação comentou nunca se ter apercebido deste tipo de problemas comportamentais, provavelmente por passar semanalmente pouco tempo com elas. Contrariando este tipo de atitudes tidas na escola, estas alunas, inseridas em contexto de estágio, tomam uma postura completamente oposta, demonstrando competência e responsabilidade.

Seguidamente caracterizou-se a turma quanto ao seu comportamento e aproveitamento geral, definindo-se estratégias para a mais breve resolução dos seus problemas.

Foi dado um louvor às professoras e alunas que se destacaram na execução dos cenários a utilizar nas actividades extra curriculares de final de período.

Para encerrar a reunião, foi divulgado o programa de actividades para o terceiro período.

### **Comentário de observação naturalista de reunião de Conselho de Turma do Curso de Assistente de Acção Educativa**

Percebeu-se pela observação desta reunião de Conselho de Turma uma forte coesão entre os professores que o compõem. Todos os professores se encontram inteirados dos assuntos relacionados com o percurso escolar das alunas e da sua vida familiar. Existe assim uma grande preocupação por parte dos professores em conhecer as suas alunas de modo a as poder ajudar nas suas dificuldades (Coutinho, 1998).

Verifica-se da parte da Directora de Turma um cuidado permanente em informar os encarregados de educação acerca do desempenho escolar dos seus educandos. A falta de assiduidade é um dos factores que mais condiciona o sucesso dos alunos. Os encarregados de educação são estimulados a envolver-se na resolução deste problema, estando constantemente a ser informados a este respeito.

O não cumprimento dos deveres do aluno poderá dever-se ao fraco acompanhamento dos encarregados de educação. O mau ambiente familiar em que algumas alunas vivem, aliados à demissão dos pais dos seus deveres de educadores, poderão influenciar grandemente as atitudes das alunas em contexto de sala de aula. De facto, verifica-se pela ausência, a importância de um correcto acompanhamento dos alunos por parte dos seus encarregados de educação para que realizem um bom percurso escolar (Epstein, 1995).

Constata-se uma predisposição das alunas para o trabalho prático, nomeadamente quando inseridas em ambiente de estágio.

### **Análise de observações naturalistas de aulas do Curso de Técnico de Electrónica**

#### **Observação naturalista de sala de aula da disciplina de Língua Portuguesa do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica, ocorrida a quinze de Março de 2007 (Anexo 13)**

O Investigador, acompanhado pela professora (...), chegou à sala de aula da disciplina de Língua Portuguesa, onde já decorriam as actividades previstas, neste caso, o visionamento de um vídeo. A professora (...) interrompeu a aula, tendo sido apresentado o âmbito desta investigação. O investigador apresentou-se, e distribuiu pelos alunos presentes os questionários a preencher, os quais os alunos prontamente começaram resolver.

Ao longo do tempo em que os alunos preenchiam os questionários não se verificaram quaisquer perturbações ou atitudes de indisciplina, demonstrando os alunos colaboração neste tipo de solicitação.

Tocou para a saída, os alunos entregaram os questionários que haviam resolvido e o delegado de turma levou dois exemplares para entregar aos alunos que não se encontravam presentes, para que estes os pudessem responder. Mais tarde estes questionários, já resolvidos, seriam entregues ao Director de Turma.

**Observação naturalista de aula do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica, ocorrida a vinte e um de Junho de 2007 (Anexo 14)**

Os alunos chegaram à sala à hora prevista, sentando-se nos seus lugares sem que se verificassem atrasos, interrupções ou outro tipo de perturbações.

A aula era de uma disciplina teórica, da componente técnica, na qual o professor utilizou o método expositivo, auxiliando-se de esquemas representados no quadro de parede.

Os alunos observaram atentamente o professor, passando para os seus cadernos toda a informação transmitida. O professor solicitou em diversas ocasiões a participação dos alunos questionando-os, os quais prontamente respondiam e discutiam os conceitos leccionados. Percebia-se que a generalidade dos alunos demonstravam interesse pela matéria dada, mantendo-se atentos.

A dada altura o professor teve a necessidade de se ausentar da sala de aula, pelo que os alunos começaram a conversar uns com os outros, em tom baixo. À entrada do professor, os alunos retomaram o ambiente de silêncio, continuando-se a aula.

Após a explicação teórica, o professor propôs a realização de um exercício, o qual foi resolvido no lugar pelos alunos, e posteriormente no quadro, esclarecendo-se dúvidas.

Um dos alunos, sinalizado como estando a passar uma fase de grande desmotivação, manifestava alheamento e desinteresse pela aula, não se fazendo acompanhar pelo material necessário, nomeadamente o caderno diário. O aluno encontrava-se a utilizar indevidamente o telemóvel. O professor, numa altura em que os restantes alunos se encontravam concentrados na resolução do exercício, trocou tranquilamente algumas impressões com este aluno.

Nota-se a existência de um clima de tolerância e respeito entre alunos e professores, preocupando-se estes últimos com a vida académica e pessoal dos seus alunos.

As matérias dadas eram complexas, muito técnicas, percebendo-se uma grande exigência e nível de dificuldade.

### **Comentário de observações naturalistas de aulas do Curso de Técnico de Electrónica**

O ambiente observado em ambas as aulas visitadas, caracterizava-se por ser tranquilo e agradável. Os alunos assumiam uma postura adequada, demonstrando interesse pelas matérias dadas e correcção na forma com que se relacionavam entre si e com os professores. Os professores das disciplinas das aulas observadas demonstravam tolerância e interesse pelas dificuldades pessoais dos alunos, tentando sempre ajuda-los.

### **Análise de observações naturalistas de Conselhos de Turma do Curso de Técnico de Electrónica**

#### **Observação naturalista de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica, ocorrido a cinco de Junho de 2007 (Anexo 15)**

As reuniões de Conselho de Turma deste curso ocorrem normalmente de quinze em quinze dias, salvo quando marcado extraordinariamente ou anulado.

Este Conselho de Turma é composto por sete professores, dos quais três do sexo feminino e os restantes do sexo masculino. Aqui as senhoras leccionam as disciplinas humanísticas e científicas, enquanto os homens leccionam as disciplinas da componente técnica.

A reunião de Conselho de Turma iniciou-se com a análise do comportamento de um aluno, suspeitando-se de consumir substâncias ilícitas. O aluno encontra-se desenquadrado do resto do grupo turma, pondo em risco os demais colegas. Observou-se um decréscimo acentuado dos resultados obtidos por este aluno, desde o início do terceiro período.

Os professores dialogaram abertamente sobre este assunto, demonstrando interesse e preocupação pela situação pessoal do aluno.

O Director de Turma informou ter contactado o encarregado de educação, percebendo-se haver diálogo entre a escola e a família.

Os professores referiram a forma como a turma se relaciona com o aluno, descrevendo as interações estabelecidas. Mais uma vez se verifica uma grande preocupação dos docentes pelos seus alunos.

Seguidamente discutiu-se a carga horária de algumas disciplinas, com o intuito de cumprir os seus conteúdos programáticos.

Analisou-se o aproveitamento geral da turma, antevendo-se já o final do ano lectivo.

### **Comentário de observações naturalistas de Conselhos de Turma do Curso de Técnico de Electrónica**

Percebeu-se pela observação desta reunião de Conselho de Turma, existir uma grande preocupação por parte dos professores para que os alunos atinjam os objectivos académicos e pessoais desejados. O envolvimento dos professores na vida pessoal de alunos mais problemáticos é visível. É notório o esforço do Director de Turma para que se estabeleça comunicação entre encarregados de educação e alunos, com o intuito de se colmatarem as suas necessidades e minimizarem as suas dificuldades. Novamente se apela à colaboração dos encarregados de educação no acompanhamento dos seus

educandos, de forma a que realizem de um bom percurso escolar (Epstein, 1995).

A criação de um bom clima de sala de aula e o estabelecimento de boas relações entre os alunos, são objectivos prioritários a atingir pelos professores, com via a optimizar o desempenho escolar de cada aluno. No caso desta turma, é igualmente notório o esforço que os professores fazem por criar um ambiente harmonioso e consensual, reflectindo a imagem organizacional da escola como democracia (Costa, 1996).

## Parte III

### 6.º Capítulo - Conclusões

A Revisão bibliográfica que elaboramos para realizar esta investigação auxiliou-nos a compreender toda a temática visada. A escola como organização complexa, vista por Costa, (1996) segundo as perspectivas de *empresa, burocracia, democracia, arena política e cultura*, é uma interpretação a que a escola em que se baseou esta investigação se identifica. Conforme os contextos e situações, todos os intervenientes no processo estudado vivênciam cada uma destas imagens organizacionais.

Apesar do contexto educacional nacional não se rever no Movimento das Escolas Eficazes, verificou-se o envidar de esforços por parte de professores e órgãos de gestão para que a escola se torne também uma instituição de sucesso. O facto de existir na escola visada uma tradição de ensino-técnico profissional, indicia a intenção de proporcionar sucesso ao maior número possível de alunos.

A Escola assume-se como agente pedagógico, tanto para com professores como para com alunos. A formação dos professores representa hoje um factor indispensável para o sucesso destes, pois são cada vez mais as solicitações do dia-a-dia nas escolas. Sendo o exercício da docência revestido de grande complexidade e verificando-se a atribuição aos professores de uma vasta multiplicidade de tarefas, torna-se imperativa uma constante actualização de saberes, por via de uma adequada formação. No contexto observado, constata-se a existência de um défice na oferta de formações, ficando os professores obrigados a uma auto aprendizagem dos conceitos e tecnologias que necessitam para leccionar as suas disciplinas. Este facto deve-se à inexistência de verbas, percebendo-se assim que o Estado não provém as escolas com as verbas necessárias ao seu bom funcionamento, limitando a sua eficácia e autonomia.



A igualdade de oportunidade ao acesso a equipamentos educacionais e ao sucesso escolar é obrigação do Estado para com todos os cidadãos. A oferta escolar deverá ser diversificada, criando vias de escolarização adequadas a todos os alunos. Os Cursos de Educação e Formação, vêm ocupar um importante papel na formação de alunos que não se identificariam com o sistema de ensino regular.

A capacitação dos alunos, tendo em conta as suas características, sejam elas constrangedoras ou potenciadoras das suas aprendizagens, será consequência de uma boa orientação vocacional. À luz da Teoria das Inteligências Múltiplas, (Gardner, 1994), os alunos poderão realizar um melhor percurso escolar, se se integrarem num sistema que tome partido das suas aptidões, conseguindo desenvolver mais facilmente competências num vasto leque de áreas.

Os modelos de ensino foram alvo da nossa atenção, pois a sua adopção por parte dos professores em contexto de sala de aula, poderá otimizar o desempenho dos alunos. Dos modelos focados por Joyce & Weil, (1985), consideramos que o modelo de ensino não directivo poder-se-á aplicar facilmente no contexto dos cursos em estudo, gerando um ambiente de trabalho facilitador da aquisição de aprendizagens. Dada a especificidade destes cursos e ao perfil de aluno que usualmente os frequenta, o modelo não directivo poderá servir como uma boa base de trabalho para que os professores rentabilizem mais eficientemente o seu tempo por via da participação e responsabilização dos alunos no decurso do trabalho de sala de aula.

Foi nossa preocupação saber mais a respeito da temática do partenariado e das relações de parceria entre organismos (Rodrigues & Stoer, 1998). O tipo de relações que a escola estudada estabelece com instituições e empresas foi motivo de investigação, pois delas dependem a colocação dos alunos em estágios profissionalizantes e sua posterior inserção na vida activa. Do mesmo modo foram investigadas a forma de como a escola estabelece a comunicação

com as famílias, como as pode auxiliar nas suas dificuldades e como os encarregados de educação podem intervir na gestão das escolas.

Finalizando a nossa revisão bibliográfica, realizamos uma resenha histórica do Ensino Técnico em Portugal, e um levantamento do enquadramento legal dos Cursos de Educação e Formação.

Passemos agora a explanar as nossas conclusões, conforme os temas que foram suscitando interesse ao longo deste estudo.

### **A implementação dos Cursos de Educação e Formação**

A Escola Secundária Maria da Luz viu implementar ao longo da sua existência um conjunto de cursos no âmbito do ensino técnico profissional, culminando com os actuais Cursos de Educação e Formação. Estes cursos visam proporcionar uma via alternativa de formação a alunos que de outra forma dificilmente obteriam uma certificação académica com equivalência ao Ensino Secundário. Esta via de ensino caracteriza-se por fornecer ao aluno um encaminhamento laboral, numa área profissional à sua escolha, bem como uma certificação profissional e uma habilitação académica. As áreas profissionais abordadas pelos Cursos de Educação e Formação ministrados na escola Secundária Maria da Luz foram decididas tendo em conta as aptidões dos alunos desta escola, estando estas de acordo com a realidade económica da região.

Os Cursos de Educação e Formação ocupam instalações anteriormente utilizadas por cursos semelhantes, não tendo havido a necessidade de equipar a escola com instalações específicas para os ministrar. Nalguns casos, os próprios professores auxiliados pelos seus alunos efectuaram melhoramentos nas salas de aula, criando ambientes semelhantes aos das empresas ou instituições que laboram nas áreas profissionais focadas por estes cursos. A utilização de equipamentos não profissionais, pode indiciar amadorismo e pouco rigor no desempenho de determinada actividade. Não quer isto significar

que com todo este trabalho conjunto, não se tenha conseguido algo de vital importância num contexto como é o escolar, como germinação de laços de cooperação entre professores e alunos.

Os professores manifestam algum desconhecimento no que se refere a apoios financeiros estatais ou camarários, aplicados para aquisição de equipamentos, inferindo-se que estes não sejam consultados na prossecução da gestão dos cursos.

A referência de vários entrevistados à supressão do PRODEP e à ausência de verbas para áreas como a formação de professores, indicia que o Estado não provém as escolas dos recursos necessários para o seu bom funcionamento, contrariando os princípios preconizados pelo *programa de reforço da autonomia das escolas*, (Barroso, 1997).

No que se refere a recursos humanos, os Cursos de Educação e Formação são leccionados por docentes na sua maioria pertencentes aos quadros da escola, cujas habilitações nem sempre coincidem com a área das disciplinas que leccionam. Nestes casos, os professores procuram informação referente aos temas que futuramente transmitirão aos alunos, complementando de forma autodidacta a sua formação inicial. A escola não fornece aos seus professores formações ou reciclagens para que estes possam exercer a actividade docente com mais qualidade e actualidade.

Poder-se-á afirmar relativamente à implementação dos cursos que foram considerados dois factores fundamentais: a apetência dos alunos para explorarem esta área profissional e as necessidades reais da região ao nível de formação de técnicos especializados. Não se deu o caso de implementar este curso devido à mera existência de professores especializados neste campo.

Outro motivo para a abertura destes cursos foi para permitir que alunos com estas características específicas completassem a sua escolaridade com a conclusão do ensino secundário. Alunos desmotivados ou que previamente

tivessem abandonado a escolaridade, tiveram neste curso a oportunidade de complementar a sua formação académica.

### **O peso dos normativos no funcionamento dos Cursos de Educação e Formação**

Uma das conclusões extraídas desta investigação foi o facto de que neste tipo de cursos se trabalhar de uma forma muito própria, muito por via do normativo que os rege. Questões como a assiduidade dos docentes, as relações colegiais que estes estabelecem e a interligação da escola com a comunidade, são referidas pelos vários actores educativos de uma forma muito positiva.

O cumprimento do normativo que rege estes cursos é considerado pelos professores como imperativo, pelo que se verificou o estabelecimento de mecanismos de organização interna conducentes a um melhor funcionamento do curso. O registo em formulário próprio de aulas não dadas e de conteúdos leccionados, permite efectuar mais eficazmente a reposição de aulas previstas ou a permuta de professores para substituição de aulas. A *imagem organizacional da escola como burocracia* é observável em diversos sectores de gestão deste estabelecimento de ensino, inclusivamente ao nível dos Conselhos de turma, devido à necessidade de existência de formas de regulação, controlo e avaliação do trabalho levado a cabo pelos vários actores.

### **A estabilidade docente**

No que se refere à estabilidade docente dos Conselhos de Turma de alguns cursos, é de facto efectiva, já que ao longo das suas existências, foram poucos os docentes que variaram. Percebeu-se que alguns docentes convidados para integrar os Conselhos de Turma destes cursos receberam esta incumbência com alguma desconfiança relativamente ao tipo de alunos com que iriam trabalhar, sentimento que se foi esbatendo ao longo do tempo.

## **As motivações dos professores e o estabelecimento de relações colegiais**

Uma das características mais elogiadas destes cursos consiste no facto de se criar um clima de colaboração entre os docentes que praticamente não se verifica no ensino regular. O facto destes cursos se destinarem a um grupo alvo de alunos, portadores de um determinado tipo de características, tanto potenciadoras como constrangedoras ao processo de ensino/aprendizagem, gera a necessidade de se efectuar uma constante avaliação do percurso escolar dos alunos, fazendo correcções às estratégias aplicadas, aos critérios de avaliação e às medidas de remediação tomadas. Assim, torna-se imperiosa uma coesão incondicional dos membros dos Conselhos de Turma, tal como da operacionalização de um trabalho interdisciplinar permanente.

O facto de não existirem manuais das disciplinas ministradas nestes cursos, especialmente das disciplinas que compõem as componentes técnicas, exige aos professores uma maior disponibilidade e capacidade de trabalho, de forma a que realizem fichas de trabalho e outros materiais didácticos, a utilizar diariamente em contexto de sala de aula. A flexibilidade curricular inerente a estes cursos obriga igualmente à elaboração de materiais didácticos adequados às circunstâncias vivenciadas a cada momento, frequentemente realizados por vários professores. Os professores estabelecem relações colegiais espontâneas, sobretudo para a realização de fichas de trabalho e manuais e gestão curricular, auxiliando-se e consultando-se tecnicamente (*staff consulting*).

Verifica-se em alguns casos uma certa sectarização dos professores relativamente às suas áreas disciplinares, principalmente entre os professores das componentes técnicas e humanísticas. É patente o funcionamento da escola como *arena política*, (Costa 1996), mesmo ao nível dos Conselhos de Turma. Os indivíduos manifestam diferenças quanto aos seus objectivos, poderes de que são investidos ou posições que assumem na organização, gerando por vezes conflitos, na procura em atingir as suas metas.

Constata-se que existe por parte dos docentes de um grande envolvimento nos cursos que leccionam. Na generalidade, os docentes consideram que os conteúdos leccionados são adequados ao tipo de alunos observados, havendo diferenças de opinião quanto á carga horária praticada nestes cursos, conforme as áreas disciplinares.

Percebeu-se uma forte coesão entre os professores em ocasiões de trabalho de desenvolvimento de estratégias conducentes ao sucesso dos alunos. Todos os professores se encontram inteirados dos assuntos relacionados com o percurso escolar dos alunos e da sua vida familiar. Existe assim uma grande preocupação por parte dos professores em conhecer os seus alunos de modo a os poder ajudar nas suas dificuldades (Coutinho, 1998).

### **A formação contínua dos professores**

Nos casos em que a formação inicial dos professores não coincidia com os conteúdos ou áreas que lhes foram propostas para leccionar, tiveram de se especializar de forma autodidacta, sem que lhes fosse fornecida qualquer formação formal. Esta condição de défice de oferta de formação contraria o princípio de formação de professores (Garcia, 1999), que preconiza a integração da formação dos professores em processos de mudança, inovação e desenvolvimento curricular. Esta situação corrobora e consolida um espírito vigente em muitas instituições nacionais, que consiste em recorrer a recursos próprios, muitas vezes inadequados, ao invés de se procurarem recursos especializados e mais eficientes.

Para além do facto de não terem sido ministrados cursos ou acções de formação relacionadas com as áreas profissionais abordadas pelos cursos, antes da sua implementação, não se efectuaram reciclagens ao longo de todo o tempo da sua existência. Desejavelmente a formação dos professores em contexto de ensino profissionalizante, deverá prosseguir uma *orientação tecnológica*, permitindo a estes adquirirem conhecimentos e adestrarem-se em áreas que sintam mais dificuldade. Deverá haver uma *integração entre teoria e prática*, pois o saber fazer assume uma importância fundamental neste tipo de cursos (Garcia, 1999). Mais uma vez confirma-se o autodidactismo dos

professores. Por outro lado o estabelecimento de relações de colegialidade contribui significativamente para a formação informal dos professores; os professores partilham saberes adquiridos tanto nas suas formações iniciais como no decorrer das suas funções (Hargreaves, 1998).

O ambiente de restrições financeiras em que estes professores trabalham, só poderá ser compensado pela satisfação de se obterem bons resultados, ou seja de terem contribuído para o sucesso de alunos que de outra forma não o obteriam.

Constata-se igualmente que alguns professores das componentes técnicas, a maioria pertencente ao quadro e já tendo leccionado em cursos profissionais agora extintos, são detentores de formação específica das áreas profissionais abordadas pelos cursos em que leccionam, tendo inclusivamente trabalhado antes de iniciarem a sua carreira docente, em empresas do sector. Seria aparentemente desnecessária qualquer formação complementar ao nível das tecnologias, o que não invalida que lhes fossem ministradas formações relacionadas com outros temas como pedagogia ou metodologias de ensino, ou seja de orientação personalista (Garcia, 1995).

### **A capacitação dos alunos**

Percebe-se ao longo de toda a investigação, a preocupação por parte dos docentes em conhecer todos os seus alunos, tanto ao nível dos seus constrangimentos como das suas potencialidades. Carências financeiras e meio familiar são factores que vão muito além do que é aferível em ambiente de sala de aula, e que se consideram determinantes no percurso escolar dos alunos. A procura e criação de um ambiente humanamente correcto é uma constante, tanto na escola como nos estágios. A formação cívica é uma componente basilar destes cursos, que se destinam a jovens que se encontram a um passo de serem adultos. A cultura como imagem organizacional é francamente visível nos contextos estudados. (Costa, 1996). Os Conselhos de Turma representam formas simples de administração, direccionadas para a acção, cujo grau de autonomia é elevado,

proporcionando um ambiente de grande produtividade. Aos Conselhos de Turma constituídos por um corpo docente estável, é-lhes permitido a realização de um trabalho projectado a longo prazo e altamente especializado. Os professores estabelecem uma relação muito estreita com os seus alunos, cultivando os valores intrínsecos a este tipo de cursos.

As dificuldades detectadas nos alunos são na generalidade de índole cognitiva e relacionadas com a gestão do seu tempo e organização do trabalho. As visitas de estudo servem como motivação para que terminem o curso, realizem o seu estágio e se insiram na vida activa. Os docentes desencorajam vivamente os seus alunos a iniciarem-se profissionalmente por conta própria, visto o trabalho nestas áreas ser muito complexo e de grande responsabilidade, exigindo uma aprendizagem, fruto de uma longa prática laboral.

Acerca da motivação que os alunos têm perante os estudos, os professores são unânimes em considerar que antes dos alunos integrarem os cursos de Educação e Formação, observava-se que não obtinham resultados satisfatórios, entrando em muitos casos em abandono escolar. Actualmente, os alunos sentem-se realizados e cumprem as tarefas que lhes são propostas. Paralelamente ao aproveitamento, o comportamento desadequado em contexto de sala de aula era uma realidade antes da integração destes alunos nos cursos em estudo. Os alunos ao terem a oportunidade de escolherem uma área de estudos do seu agrado, sentem-se motivados a realizar e concluir um ciclo de ensino, adquirindo mais facilmente competências tecnológicas, sociais e relacionais, que de outra forma seria improvável. A Teoria da Inteligências Múltiplas poderá servir como forma auxiliar de orientação vocacional, bem como base para a elaboração de instrumentos de avaliação.

Os alunos demonstram responsabilidade e maturidade, pois revelam preocupação em atingir um futuro profissional bem sucedido. Isto é confirmado também pelo facto da maioria dos alunos, residindo longe do estabelecimento de ensino, escolheram frequentar estes cursos em vez de se matricularem no ensino regular, numa escola perto da sua residência. A frequência dos cursos,



tal como a realização dos estágios, são considerados pelos alunos como etapas fundamentais para uma correcta integração na vida activa. No caso particular dos estágios, os alunos consideram a sua duração insuficiente, não lhes permitindo atingir metas esperadas. Seria provavelmente desejável a consignação no plano de actividades de momentos de avaliação do curso, operacionalizada de forma conjunta entre professores e alunos, de modo a perceber as necessidades e expectativas de todos, efectuando sempre que necessário correcções e alterações na estrutura e organização deste, sempre dentro dos parâmetros estabelecidos pelo normativo que rege este tipo de ensino.

Em grande parte dos alunos sente-se que a maior motivação para a frequência dos seus cursos é o convívio que estes estabelecem diariamente, tendo a escola como cenário. A escola é o ponto de encontro diário onde se estabelecem vários tipos de relações com os demais colegas e com os vários actores educativos.

O curso assume-se como uma via de aprendizagem onde se tem a oportunidade de contactar pela primeira vez com uma profissão. Ao frequentar o curso, os alunos têm a consciência que para além de adquirirem um conjunto de conhecimentos úteis para um início de carreira, obtêm igualmente uma qualificação académica, equivalente ao 12.º ano de escolaridade.

O desenvolvimento físico, intelectual e emocional, é assumidamente algo que acontece no contexto da escola, reunindo esta, todas as condições para que isto se processe. A existência de equipamentos lúdicos, a prática de actividades lectivas estimulantes e a oportunidade de convívio e partilha de experiências propiciam todo um desenvolvimento pessoal e social a estes jovens.

Deduz-se que os alunos anseiem iniciar a sua vida profissional, de modo a se tornarem financeiramente independentes, pois dão grande importância a questões relacionadas com o mundo do trabalho, como sejam a formação

profissional, a oportunidade de inserção na vida activa ou a adaptação a uma estrutura hierárquica.

É patente a adopção por parte dos Conselhos de Turma de critérios de avaliação específicos para cada disciplina, relacionados com o perfil dos alunos, tendo em conta a sua evolução ao longo dos anos lectivos anteriores. É feita regularmente a avaliação do resultado da aplicação destes critérios, tal como das medidas de remediação tomadas, com vias a proporcionar aos alunos, condições necessárias ao desenvolvimento das competências previstas por este curso. Esta avaliação é complementada com as análises efectuadas pelos professores à turma no seu todo e aos alunos em particular, quanto a aproveitamento e comportamento.

Observou-se, que provavelmente devido ao facto dos alunos já trabalharem juntos há alguns anos, e devido ao trabalho que os Conselhos de Turma estão a ter no sentido de atingir os propósitos deste curso, que estes alunos já desenvolveram competências sociais indispensáveis para que, num futuro próximo, se possam integrar numa empresa ou instituição, permitindo um desempenho laboral desejável. Assim percebeu-se que quando solicitados, os alunos executam prontamente as tarefas propostas. Os alunos aderem instantaneamente às actividades previstas e facilmente trabalham em equipa, apostando-se em cumprir os objectivos a que se propuseram.

Em contexto de sala de aula, cultiva-se um ambiente de trabalho descontraído e tranquilo. Os alunos assumem uma postura adequada, demonstrando interesse pelas matérias dadas e correcção na forma com que se relacionavam entre si e com os professores. Consta-se haver uma grande facilidade de comunicação entre alunos e professores, não se vendo nos alunos qualquer relutância em pedir ajuda aos professores, sempre que tenham necessidade. Os professores demonstravam tolerância e interesse pelas dificuldades pessoais dos alunos, tentando sempre ajuda-los. Verificou-se que os professores utilizam, muitas vezes inconscientemente, os modelos de ensino descritos por Joyce e Weil (1985), sendo o modelo de ensino não directivo, aquele que elegemos como o mais adequado ao ambiente estudado.

Verificou-se que os alunos se responsabilizam pelo cumprimento dos seus deveres, demonstrando terem adquirido hábitos de trabalho e organização.

Constata-se uma predisposição dos alunos para o trabalho prático, nomeadamente quando inseridas em ambiente de estágio.

A criação de um bom clima de sala de aula e o estabelecimento de boas relações entre os alunos, são objectivos prioritários a atingir pelos professores, com vista a optimizar o desempenho escolar de cada aluno. Cultiva-se em contexto de sala de aula o modelo de escola democrática, pois é constante a partilha na tomada de decisões (Costa, 1998).

### **A realização pessoal dos alunos**

Verifica-se a existência nestes alunos de um sentimento de satisfação e realização pessoal pela frequência destes cursos. Percebe-se que gostam do que aprendem durante as actividades lectivas e nos estágios curriculares. A escola, e mais especificamente o curso, é considerado pelos alunos como um agente de formação técnica, profissional, e pessoal. A escola contribui significativamente para o desenvolvimento intelectual e emocional dos alunos e constitui uma oportunidade para estes desenvolvam competências sociais. A escola é encarada pelos alunos como um suporte afectivo, permitindo-lhes expressarem os seus sentimentos, emoções e opiniões, partilhando com colegas e professores experiências e vivências, algo que alguns não terão oportunidade de fazer no seio da sua própria família.

### **A organização curricular e pedagógica**

Alguns constrangimentos observados manifestam-se a nível pedagógico, mais precisamente em relação ao desenho curricular destes cursos: existe um grande número de disciplinas, cujos conteúdos não estão direccionados a estes alunos com este tipo de características. Verificou-se que os alunos têm

uma aptidão maior por actividades de índole mais prática e observa-se uma predominância de disciplinas teóricas. Devido a este facto e aliado à sobrecarga horária, os alunos não têm motivação para investir algum tempo de estudo em casa. Epstein, (1995) considera que o tempo que os alunos despendem em casa na execução das suas tarefas escolares, reveste-se de grande importância na realização das suas aprendizagens, algo que não sucede com os alunos das turmas observadas. A escola tenta colmatar estas condicionantes elaborando fichas de trabalho utilizadas em contexto de sala de aula, tenta motivar os alunos para a filosofia destes cursos por via da sua participação em actividades abertas à restante comunidade educativa, e organizando visitas de estudo.

Confirma-se existência de uma utilidade real dos conteúdos leccionados na prática laboral desta actividade profissional, visto o estágio ter sido referido como um momento de posta em prática do que foi previamente aprendido.

Percebe-se a existência de um constante trabalho por parte dos professores na criação de estratégias com o intuito de proporcionar aos seus alunos um ambiente favorável ao seu sucesso escolar. Os Conselhos de Turma avaliam e corrigem sistematicamente a didáctica das várias disciplinas, através de um permanente ajuste de critérios de avaliação, de uma constante adaptação dos conteúdos a leccionar, bem como através da criação de materiais didácticos a utilizar durante as aulas. Todo este trabalho só é possível derivado às boas relações colegiais estabelecidas pelos professores destes Conselhos de Turma. Constata-se a prossecução de uma gestão curricular eficiente, tendo em conta a formação e especialidade de cada um dos professores, sendo frequente o trabalho conjunto destes na leccionação de conteúdos específicos de determinadas disciplinas.

### **O planeamento e o controlo pedagógico**

Nestes cursos, o início de cada ano lectivo é marcada pelo estabelecimento de novas regras, pelo planeamento curricular e pela marcação de actividades complementares à acção lectiva.

Opera-se assim uma preparação minuciosa de todo o ano lectivo, dando-se a conhecer aos professores as novas regras, a aplicar em todos os Cursos de Educação e Formação, regras estas, emanadas pela Tutela.

A marcação prévia de actividades não lectivas, nomeadamente de visitas de estudo coadunadas com os conteúdos leccionados em cada momento, tanto nas disciplinas da componente tecnológica como das disciplinas da componente geral, é efectuada de modo a se estabelecer uma relação entre as práticas laborais operadas nas empresas e as actividades lectivas levadas a cabo em contexto escolar.

### **As relações da escola com a comunidade**

A relação que a escola mantém com a comunidade local, por via do trabalho realizado pelos Cursos de Educação e Formação é realmente efectiva e frutuosa. Estabelecem-se um conjunto de *forças vivas* entre a escola e empresas ou instituições privadas ou particulares, IPSS, autarquias, Centro de Emprego, centros de saúde ou hospitais, tanto para angariação de estágios como para apoio a alunos e famílias com carências específicas. A realização deste tipo de contactos é geralmente efectuada pelos coordenadores dos cursos, de forma informal, não se estabelecendo protocolos oficiais. A realização dos estágios curriculares dos alunos desta escola em empresas e instituições, para além de terem vindo a originar uma rede de sinergias, têm cimentado uma boa imagem da escola na região, facilitando assim a integração de alunos na vida activa. As parcerias entre a escola e empresas ou instituições são quase sempre estabelecidas informalmente.

Percebeu-se o facto da não existência de uma política concertada entre organismos oficiais, neste caso concreto relativamente à formação profissional e emprego, não existindo elos de ligação formais entre a escola e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, tanto para a colocação de jovens na vida activa, como para a promoção do associativismo ou formação de micro empresas. Do mesmo modo, percebeu-se a ausência de acompanhamento por

parte de técnicos do Instituto de Emprego e Formação Profissional a estagiários em empresas, no seu percurso, avaliação, certificação profissional e posterior inserção na vida activa. Seria desejável a implementação de uma política coordenada entre os ministérios que tutelam a Educação e o Trabalho e Solidariedade Social, criando pontes efectivas entre escola e vida activa.

Outro ponto que poderá despertar alguma estranheza, é a inexistência de protocolos firmados entre a escola e empresas ou instituições locais. Os contactos são efectuados pelos coordenadores de curso, pontualmente, ou seja, quando se verifica a necessidade de colocar os alunos em estágio. As empresas aceitam os alunos, devido à boa reputação que a escola goza a este nível e não devido a uma ligação institucional da escola com sectores económicos da região.

Percebe-se que os docentes têm um conhecimento profundo relativo à forma como as empresas destas áreas funcionam; as dificuldades e problemas com que os técnicos se deparam no quotidiano, a forma de gestão da produção e outros factores constrangedores, fazem com que os professores não criem nos seus alunos, expectativas irreais no que se refere ao seu futuro profissional, desaconselhando-os de se iniciarem por conta própria.

A relativa facilidade de angariação dos estágios para os alunos por parte dos coordenadores de curso poderá ser consequência de estes cursos estarem de acordo com as necessidades de mão-de-obra qualificada da região.

### **A Comunicação entre a escola e a família**

É visível o esforço que os Directores de Turma investem para que a família se envolva mais efectivamente no percurso escolar dos alunos. São criados mecanismos facilitadores deste envolvimento, tal como a assinatura de documento de autorização de aplicação de novas regras para a compensação de aulas não assistidas, ou o estabelecimento de contratos pedagógicos.

A comunicação entre os Directores de Turma e os encarregados de educação é efectuada através de vários meios de comunicação, (correio, telefone, telemóvel, mensagens SMS), por vezes em simultâneo. Os encarregados de educação são deste modo postos em tempo real ao corrente da situação escolar dos seus educandos, sendo frequentemente solicitada a sua presença na escola para reunião com o Director de Turma.

Verifica-se por parte do Directores de Turma um cuidado permanente em informar os encarregados de educação acerca do desempenho escolar dos seus educandos. A falta de assiduidade é um dos factores que mais condiciona o sucesso dos alunos. Os encarregados de educação são estimulados a envolver-se na resolução deste problema, estando constantemente a ser informados a este respeito.

### **Apoio da escola às famílias**

Conclui-se que questões relacionadas com a saúde e bem-estar dos alunos são factores condicionantes para o sucesso escolar destes. A assiduidade é condicionada pela necessidade de internamento ou de recurso a consultas médicas e a pontualidade é constantemente condicionada pelo mau estar físico e emocional manifestado por alguns alunos, pondo assim em causa trabalho individual destes em particular e da turma em geral. A escola assume um papel importante apoiando estes alunos e suas famílias, recorrendo a organismos internos, como no caso do Serviço de Psicologia e Orientação, ou externos, como o Centro de Saúde ou o Hospital Municipal.

O Serviço de Orientação e Psicologia, assume nesta escola um papel importante no que se refere a auxílio a alunos e suas famílias na superação das suas dificuldades. Este organismo interno de apoio ao aluno é o mais solicitado pelos vários actores educativos.

Existe uma grande preocupação por parte dos professores para que os alunos atinjam os objectivos académicos e pessoais desejados. O envolvimento dos professores na vida pessoal de alunos mais problemáticos é visível. É notório o

esforço dos Directores de Turma para que se estabeleça comunicação ente Encarregados de Educação e alunos, com o intuito de se colmatarem as suas necessidades e minimizarem as suas dificuldades.

### **A participação dos Encarregados de Educação**

Existe um trabalho árduo da parte dos Directores de Turma para manter informados os encarregados de educação, no que concerne ao percurso escolar dos seus educandos. Quanto ao acompanhamento e apoio dos encarregados de educação aos seus educandos, percebe-se algum desprendimento da parte destes, pois metade dos alunos são encarregados deles próprios e dos que não são, só um pequeno número é que comparece à escola para se inteirar do percurso académico dos seus educandos. O não cumprimento dos deveres do aluno, poderá dever-se ao fraco acompanhamento dos encarregados de educação. A demissão dos pais dos seus deveres de educadores, poderá influenciar grandemente as atitudes dos alunos em contexto de sala de aula. Relativamente ao acompanhamento dado pelos encarregados de educação aos seus educandos, verificam-se contradições entre as respostas destes e as declarações de alguns actores educativos. Será que os encarregados de educação responderam com verdade aos questionários propostos?

### **Representações que os actores educativos fazem dos Cursos de Educação e Formação**

Foi nossa intenção perceber que representações fazem os actores educativos relativamente aos Cursos de Educação e Formação, pois são bastantes aqueles que intervêm activamente no decorrer de todo este processo de ensino. Para tal partiu-se das entrevistas aplicadas ao órgão de gestão da escola, na pessoa do seu presidente, a órgãos de gestão intermédia, nas pessoas dos coordenadores dos cursos em estudo, e aos seus Directores de Turma. Os questionários aplicados aos docentes que compõem os Conselhos de Turma de ambos os cursos visados, serviram de igual modo para aferir acerca destas representações. Analisemos assim este tema à luz dos instrumentos de investigação aqui referidos:



-Percebe-se haver um preconceito generalizado por parte dos professores, em relação aos alunos que frequentam este tipo de cursos.

-Pode-se concluir a existência de diferentes percepções da realidade dos cursos, das representações que os professores fazem dos alunos, das expectativas depositadas no seu futuro académico e profissional, quer por parte dos professores do curso de Assistente de Acção Educativa, quer dos professores do curso de Técnico de Electrónica.

-Sendo a profissão de Assistente de Acção Educativa uma actividade de índole social, em que no caso deste curso a componente curricular humanística assume um peso preponderante, justifica o facto dos docentes considerarem vantajoso um posterior complemento de formação. Em oposição, a actividade de Técnico de Electrónica, puramente tecnológica, objectiva e rigorosa, cuja componente técnica é assegurada por docentes que anteriormente exerceram a profissão, não exige o prosseguimento de estudos, fornecendo a escola todo o *knowhow* necessário para um início de carreira. Neste caso, os docentes consideram a prática laboral quotidiana a melhor forma para se evoluir e aperfeiçoar nesta profissão, devendo os alunos iniciarem a sua vida activa logo que concluam o curso.

-Verificou-se alguma dificuldade por parte dos encarregados de educação em assumir que os seus educandos têm mais facilidade em concretizar os seus deveres académicos neste tipo de cursos do que no ensino regular. Do mesmo modo, em relação ao comportamento desajustado por eles demonstrado anteriormente, alguns dos encarregados de educação resguardam-se, respondendo não saber. Porém, a maioria reconhece que os alunos estabelecem entre si uma boa relação de camaradagem.

### **As expectativas dos professores e encarregados de educação no futuro dos alunos**

As expectativas dos professores no futuro académico e profissional dos seus alunos, varia conforme o curso em que estes leccionam. Se existem casos em

que os professores consideram o perfil dos seus alunos após a conclusão do curso, um perfil completo, estando estes aptos a iniciar a sua carreira profissional, outros há que desejariam aos seus alunos uma continuação académica, consolidando assim a sua formação. Do mesmo modo, em relação à probabilidade dos seus alunos conseguirem um emprego na mesma área profissional em que estudaram, os professores sentem-se optimistas nuns casos e pessimistas noutros. Este facto deve-se a experiências anteriores, em que alguns cursos registaram um maior índice de sucesso no que diz respeito à integração na vida activa dos seus alunos do que outros.

Os encarregados de educação dizem ter conhecimento da forma como os seus educandos encaram a escola e quais os seus objectivos futuros a nível académico e profissional. Os encarregados de educação gostariam que os seus educandos prosseguissem estudos após a conclusão do curso, o que indicia algum descrédito neste tipo de ensino.

Os encarregados de educação demonstraram conhecer o âmbito dos Cursos de Educação e Formação e da forma como são geridos. Os estágios curriculares são unanimemente considerados fundamentais para uma boa integração destes alunos na vida activa, esperando que adquiram facilmente um emprego relacionado com a área de estudos.

### **Resposta à pergunta de partida**

Tendo sido formulada no início da nossa investigação a pergunta “que contributo os Cursos de Educação e Formação poderão dar aos alunos, de forma a conduzi-los a um cenário de sucesso?”, poder-se-á concluir que a frequência e conclusão dos cursos visados proporciona aos seus alunos um ambiente de formação e crescimento pessoal, potenciado pelas interações e relações estabelecidas tanto entre pares como com os professores, ambiente esse, em grande parte dos casos, inexistente no seio familiar. É assumido pelos alunos que a sua permanência na escola, particularmente no curso que frequentam, permite o seu desenvolvimento intelectual, social e físico, gerando

um sentimento de motivação e optimismo quanto ao seu futuro profissional e pessoal.

No campo laboral, estes cursos fornecem aos alunos conhecimentos dentro de uma determinada área profissional, bem como a uma primeira abordagem e integração na vida activa, por via dos estágios profissionalizantes, sem que com isto os confinem ao exercício de uma profissão específica. A realização dos estágios proporciona aos alunos uma ambientação laboral e um primeiro contacto com um determinado número de regras próprias de um sistema hierárquico empresarial.

A permanente comunicação que a escola estabelece com as famílias proporciona nalguns casos a melhoria de relações entre os alunos e os seus encarregados de educação e a um maior comprometimento destes no percurso escolar dos seus educandos.

Pode-se concluir que os Cursos de Educação e Formação poderão contribuir de forma decisiva para o sucesso pessoal e profissional dos alunos que os frequentam, integrando-os socialmente e capacitando-os para o seu bom desempenho laboral.

## **6.1. Recomendações**

O contacto que tivemos ao longo deste ano de investigação com a realidade escolar dos Cursos de Educação e Formação visados, incentivou-nos a tecer algumas considerações referentes a alguns dos factores relacionados directa ou indirectamente com esta realidade.

Como observadores externos da vida destes cursos, percebemos que no que concerne ao desempenho e motivação dos professores, poderiam nalguns casos ser optimizados se a escola ou o estado lhes fornecesse periodicamente formações dentro das áreas que leccionam. Percebe-se que fazem um esforço suplementar para se adestrarem em áreas que lhes são alheias, não possuindo meios e recursos para uma leccionação óptima. A não existência de manuais e recursos didácticos aprovados a nível nacional, consentâneos com os programas emanados pela tutela, obriga os professores a uma pesquisa e elaboração destes, provavelmente sem o rigor científico de material elaborado por especialistas. Será que este facto deixa de conferir aos Cursos de Educação e Formação alguma coerência e uniformidade a nível nacional?

No que respeita à certificação que estes cursos conferem aos alunos que os concluem, não é exercida por um organismo credível, como seria o caso do Instituto de Emprego e Formação Profissional, mas sim pela escola, coadjuvada pela avaliação que as empresas fazem dos alunos que nelas realizam os estágios. Não se verifica assim uma política concertada entre ministérios, na elaboração de programas e material didáctico, na formação de professores, na certificação de formandos nem na sua integração na vida activa. A decisão da escolha das áreas profissionais abordadas pelos Cursos de Educação e Formação não é assessorada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, não existindo estudos credíveis sobre as necessidades reais do tecido empresarial das regiões onde as escolas se inserem, no que concerne a qualificação de pessoal especializado.

Percebe-se que o Estado incentiva a implementação de Cursos de Educação e Formação nas escolas, reveste este tipo de ensino de um corpo legal consistente mas não provém as escolas de recursos, físicos e humanos para os leccionar de forma eficiente. A alocação às escolas de recursos por parte do Estado é insuficiente, dificultando assim a tarefa das escolas, não se incentivando a excelência deste tipo de ensino.

Desejável seria a inclusão dos cursos em estudo nos Planos Educativos de Escola, Projectos Curriculares de Turma, Planos Anuais de Actividades e planos de formação de professores.

Observando a complexidade que envolve este tipo de cursos, bem como as características particulares dos alunos que os frequentam, verifica-se que a selecção dos professores se processa, regra geral, de forma pouco adequada, pois não são tidas em consideração pré requisitos particularmente relacionados com pedagogia aplicada a alunos de risco, dando-se exclusivamente importância aos conhecimentos científicos que os professores detêm.

Do mesmo modo, constata-se que a selecção dos alunos candidatos a integrar os Cursos de Educação e Formação é realizada caso a caso em cada curso, não existindo parâmetros estabelecidos a nível nacional. Este facto pode nalguns casos causar um afluxo indesejado de alunos indisciplinados ou sem interesse no cumprimento os seus deveres para estes cursos, gerando-se situações discriminatórias. É dever de todos nós, actores educativos, não permitir que se instale nas nossas escolas um sentimento estigmatizante e socialmente fracturante directamente relacionado com o ensino profissionalizante, como outrora fora tão evidente.

## Bibliografia

BARDIN, Laurence, (1988), *Análise de Conteúdo*, Edições 70

BARREIROS, João Carlos, (1996), *A turma como Grupo e Sistema de Interação*, Porto, Porto Editora

BARROSO, João (org.), (1996), *O Estudo da Escola*, Porto. Porto Editora

BARROSO, João (1997), *Autonomia e Gestão das Escolas*, Lisboa, Editorial do Ministério da Educação

BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sara, (1994), *Investigação Qualitativa em Educação*, Porto Editora

BOURDIEU, Pierre et PASSERON, J.-C., (1970) *La Reproduction*. Paris, Les Éditions de Minuit

CARMO, Hermano, MALHEIRO, Manuela, (1998), *Metodologia da Investigação - Guia para Auto aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta

CARVALHO, Rómulo, (1986), *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

CASTRO, Engrácia, (1995), *O Director de Turma nas Escolas Portuguesas*, Porto, Porto Editora

CORTESÃO, Luísa, TORRES, Maria Arminda, (1978), *Avaliação Pedagógica I, Insucesso Escolar*, Porto, Porto Editora

COUTINHO, Maria de Sousa, (1998), *O Papel do Director de Turma na Escola Actual*, Porto, Porto Editora

CROZIER, Michel, (1963), *Le phénomène bureaucratique*, Éditions du Seuil

EPSTEIN, Joyce (1995) *School/Family/Community Partnerships: Caring for the Children we Share*. Phi Delta Kaplan, pp. /01-712

FODDY, William, *Como Perguntar, Teorias e práticas em entrevistas e questionários*, Oeiras, Celta

GARCIA, Carlos Marcelo, (1999), *Formação de Professores, Para uma mudança educativa*, Porto, Porto Editora

GARDNER, Howard, (1994), *Estruturas da Mente, A Teoria das Inteligências Múltiplas*, Porto Alegre, Artmed

GARDNER, Howard, (1995), *Inteligências Múltiplas, A Teoria na Prática*, Porto Alegre, Artmed

GHIGLIONE, R. e Matalon, B.,(1977) *O Inquérito, Teoria e Prática*, Celta

HARGREAVES, Andy, (1998), *Professores em Tempos de Mudança, o trabalho e a cultura dos professores na idade pós-moderna*, Carnaxide, Mcgraw Hill

HILL, M. e Hill, *O Inquérito por Questionário*, Edições Sílabo

JOYCE, Bruce & WEIL, Marsha, (1985), *Modelos de Enseñanza*, Ediciones Anaya, S.A.

PARDAL, Luís; Ventura, Alexandre; Dias, Carlos, (2003), *O Ensino Técnico em Portugal*, Aveiro, Universidade de Aveiro

PERRENOUD, P. (2002), *Educação e a aprendizagem da Democracia*, Porto, Asa

QUIVY R., CAMPENHOUDT L-V, (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva

RODRIGUES, Fernanda, (1998), STOER, Stephen *Entre Parcerias e Partenariado Amigos, amigos, negócios à parte*, Oeiras, Celta Editora

SÁ, Virginio, (2004), *A participação dos Pais na Escola Pública Portuguesa, uma abordagem sociológica e organizacional*, Braga, Universidade do Minho

SALEMA, Maria Helena, (1997), *Ensinar a Aprender a Pensar*, Lisboa, Texto Editora

VAZ, Mário, (1917), *O Ensino Industrial em Portugal*, Lisboa, Editor –Pedro Bordallo Pinheiro

### **Dissertação de referência**

SIMÕES, João Carlos Martins (2000), *A Mobilização no Contexto Organizacional da Escola, As relações e inter-relações dos actores e processos organizacionais na construção de um projecto de Currículos Alternativos*, Braga, Universidade do Minho

### **Documentação de suporte legal**

Carta Educativa do Conselho de (...)

Despacho conjunto nº279/2002 de 12 de Abril;

Despacho nº 25768/2002 de 5 de Dezembro;

Despacho conjunto nº453/2004 de 27 de Julho 2004

Documento “ *Comunicação da Comissão* “ da Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas (2005);

Lei de Bases do Sistema Educativo - Lei nº46/86 de 14 de Outubro

Projecto Educativo e Plano Anual de Actividades da E. S. (...);



Universidade Aberta

# **O contributo dos Cursos de Educação Formação para o sucesso escolar e pessoal dos alunos**

Lógicas e práticas de acção em contexto  
de ensino profissionalizante

Dissertação de Mestrado

ANEXOS

Henrique Nuno Jacinto Dias de Oliveira

Lisboa

2008

## Anexo I

## **-Anexo 1 - Guião de entrevista ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz**

### **Escola Secundária Maria da Luz**

#### **Guião de Entrevista ao Presidente do Conselho Executivo**

Esta entrevista destina-se a auxiliar a elaboração de um estudo, cuja finalidade é aferir qual a utilidade dos Cursos de Educação e Formação, que recursos são necessários para o bom funcionamento deste tipo de cursos e que relações se estabeleceram entre a escola e outras entidades.

#### **1. Identificação do Presidente do Conselho Executivo:**

Idade: de 20 a 24 anos ☐ de 25 a 29 anos ☐ de 30 a 34 anos ☐  
de 35 a 39 anos ☐ de 40 a 44 ☐ mais de 45 anos ☐

Sexo M ☐ F ☐

Habilitações Literárias: Bacharelato ☐ Licenciatura ☐ Mestrado ☐  
Doutoramento ☐

Tempo de serviço:  
De 1 a 9 anos ☐ de 10 a 19 anos ☐ de 20 a 30 anos ☐ mais de 30 anos ☐

Lecciona actualmente num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Já leccionou num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Grupo disciplinar a que pertence: \_\_\_\_\_

#### **2 - Guião de Entrevista**

2.1- Em que ano a Escola Secundária Maria da Luz decidiu abrir Cursos de Educação e Formação?

2.2- Porque razão a escola decidiu abrir este tipo de cursos?

2.3- Que recursos físicos a escola já possuía, que são utilizados por estes cursos?

2.4- Que recursos físicos a escola teve de adquirir para tornar possível o bom funcionamento destes cursos?

2.5- A escola obteve financiamentos externos para poder abrir os Cursos de Educação e Formação?

2.6- A escola tem acesso regularmente a verbas destinadas à manutenção destes cursos?

2.7- Que apoios a autarquia dá à escola, com o intuito de manter em funcionamento os Cursos de Educação e Formação?

2.8- Quanto a recursos humanos, a escola recorreu à requisição de novos professores, portadores de formação específica, para a docência nestes cursos?

2.9- A Escola fornece regularmente aos professores que leccionam nestes cursos, formação para que estes melhor leccionem as suas disciplinas?

2.10- Sente que os docentes se encontram motivados a integrarem Conselhos de Turma de Cursos de Educação e Formação?

2.11- Considera que a existência de Cursos de Educação e Formação nesta escola, tem contribuído para o aumento da taxa de sucesso escolar?

2.12- Existem parcerias entre a escola e as entidades empregadoras da região?

2.13- Que relações se estabeleceram entre a escola o Instituto de Emprego e Formação Profissional?

2.14- A escola recorre ao Instituto de Emprego e Formação Profissional para angariar técnicos para a constituição das equipas de júris das PAFs?

## **-Anexo 2 - Guião de entrevista aos Coordenadores de Curso**

### **Escola Secundária Maria da Luz**

#### **Guião de Entrevista aos Coordenadores dos Cursos de Educação e Formação**

Esta entrevista destina-se a auxiliar a elaboração de um estudo, cuja finalidade é aferir qual a utilidade dos Cursos de Educação e Formação, que recursos são necessários para o bom funcionamento deste tipo de cursos e que relações se estabeleceram entre a escola e outras entidades.

#### **1. Identificação do Coordenador do Curso de Educação e Formação de Técnicos de Electrónica:**

Idade: de 20 a 24 anos ☐ de 25 a 29 anos ☐ de 30 a 34 anos ☐  
de 35 a 39 anos ☐ de 40 a 44 ☐ mais de 45 anos ☐

Sexo M ☐ F ☐

Habilitações Literárias: Bacharelato ☐ Licenciatura ☐ Mestrado ☐  
Doutoramento ☐

Tempo de serviço:  
De 1 a 9 anos ☐ de 10 a 19 anos ☐ de 20 a 30 anos ☐ mais de 30 anos ☐

Lecciona actualmente num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Já leccionou num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Grupo disciplinar a que pertence: \_\_\_\_\_

#### **2 - Guião de Entrevista**

2.1- Há quanto tempo coordena este tipo de cursos?

2.2- Porque razão a escola decidiu abrir especificamente este curso?

2.3- Que recursos físicos a escola já possuía, que são utilizados por este curso?

2.4- Que equipamento e materiais a escola teve de adquirir para tornar possível o bom funcionamento deste curso?

2.5- O curso tem acesso regularmente a verbas destinadas ao seu bom funcionamento?

2.6- Quanto a recursos humanos, a escola recorreu à requisição de novos professores, portadores de formação específica, para a docência neste curso?

2.7- A Escola fornece regularmente aos professores, formação complementar, para que melhor leccionem disciplinas que divergem da sua formação inicial?

2.8- Teve facilidade em captar os professores que compõem o Conselho de Turma deste C.E.F?

2.9- Sente que na generalidade, os docentes se encontram motivados a integrarem Conselhos de Turma de Cursos de Educação e Formação?

2.10- Os professores deste Conselho de Turma estabelecem facilmente entre si relações de cooperação?

2.11- Os professores deste curso, costumam promover actividades extra curriculares, sejam elas visitas de estudo, actividades de final de período ou dinamização de clubes?

2.12- Existem parcerias entre a escola e as entidades empregadoras da região?

2.13- Com que tipo de instituições esta escola estabelece parcerias, com o intuito de integrar os alunos no mercado de trabalho?

2.14- Tem facilidade em angariar lugares para os estágios de final de curso, em empresas da região?

2.15- Regra geral, com que ideia dos alunos ficam os empresários que lhes oferecem estágios?

2.16- Considera que a existência de Cursos de Educação e Formação nesta escola, tem contribuído para o aumento da taxa de sucesso escolar?

2.17- Os alunos que concluem Cursos de Educação e Formação têm facilidade na obtenção de emprego?

2.18- Acredita que os alunos, após a finalização deste curso, têm motivação para se associarem, com a intenção de criarem as suas próprias micro empresas?

## **-Anexo 3 - Guião de entrevista aos Directores de Turma**

### **Escola Secundária Maria da Luz**

#### **Guião de Entrevista aos Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação**

Esta entrevista destina-se a auxiliar a elaboração de um estudo, cuja finalidade é aferir qual a utilidade dos Cursos de Educação e Formação, que recursos são necessários para o bom funcionamento deste tipo de cursos e que relações se estabeleceram entre a escola e outras entidades.

#### **1. Identificação do Director de Turma do Curso de Educação e Formação de Assistentes de Acção Educativa:**

Idade: de 20 a 24 anos ☐ de 25 a 29 anos ☐ de 30 a 34 anos ☐  
de 35 a 39 anos ☐ de 40 a 44 ☐ mais de 45 anos ☐

Sexo M ☐ F ☐

Habilitações Literárias: Bacharelato ☐ Licenciatura ☐ Mestrado ☐  
Doutoramento ☐

Tempo de serviço:  
De 1 a 9 anos ☐ de 10 a 19 anos ☐ de 20 a 30 anos ☐ mais de 30 anos ☐

Lecciona actualmente num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Já leccionou num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Grupo disciplinar a que pertence: \_\_\_\_\_

#### **2 - Guião de Entrevista**

2.1- Há quanto tempo dirige esta turma?

2.2- O Conselho de Turma tem-se mantido estável ao longo deste tempo?

2.3- Que dificuldades encaram os professores que leccionam neste tipo de cursos?

2.4- Os professores deste Conselho de Turma estabelecem facilmente entre si relações de cooperação?



2.5- Sente que na generalidade, os docentes se encontram motivados a integrarem Conselhos de Turma de Cursos de Educação e Formação?

2.6- Os professores desta turma, costumam promover actividades extra curriculares, sejam elas visitas de estudo, actividades de final de período ou dinamização de clubes?

2.7- Acha correcto o desenho curricular deste curso?

2.8- Considera que os conteúdos leccionados nas várias disciplinas são adequados ao tipo de alunos que compõem esta turma?

2.9- A carga horária praticada nos Cursos de Educação e Formação é a mais adequada?

2.10- Que tipo de dificuldades se manifestam mais nos alunos desta turma?

2.11- Na generalidade, os alunos desta turma conhecem e adoptam a filosofia deste curso?

2.12- Os alunos aderem facilmente às actividades propostas pelos professores das várias disciplinas?

2.13- Os alunos estabelecem uma boa relação entre si, com os professores, bem como com a restante comunidade educativa?

2.14- Os alunos desta turma dinamizam regularmente actividades abertas à restante comunidade educativa?

2.15- Os alunos que concluem Cursos de Educação e Formação têm tido facilidade na obtenção de emprego?

2.16- Acredita que os alunos, após a finalização deste curso, têm motivação para se associarem, com a intenção de criarem as suas próprias micro empresas?

2.17- Considera que a existência de Cursos de Educação e Formação nesta escola, tem contribuído para o aumento da taxa de sucesso escolar?

2.18- Os encarregados de educação têm conhecimento do âmbito destes cursos?

2.19- Os encarregados de educação dão o apoio necessário aos seus educandos?

2.20- Os encarregados de educação comparecem na escola quando convocados e mantêm contactos regulares com o Director de Turma?

## **-Anexo 4- Inquérito por questionário aos Docentes**

### **Escola Secundária Maria da Luz**

#### **Questionário aos Docentes**

Este questionário destina-se à elaboração de um estudo, cuja finalidade é aferir qual a utilidade dos Cursos de Educação e Formação, se os alunos que o frequentam adquirem as competências previstas na Lei de Bases do Ensino Básico, e quais as suas motivações e perspectivas de futuro. Por favor marque com um X em SIM ou NÃO conforme ache mais adequado.

#### **1. Identificação do Professor:**

Idade: de 20 a 24 anos ☐ de 25 a 29 anos ☐ de 30 a 34 anos ☐  
de 35 a 39 anos ☐ de 40 a 44 ☐ mais de 45 anos ☐

Sexo M ☐ F ☐

Habilitações Literárias: Bacharelato ☐ Licenciatura ☐ Mestrado ☐  
Doutoramento ☐

Tempo de serviço:  
De 1 a 9 anos ☐ de 10 a 19 anos ☐ de 20 a 30 anos ☐ mais de 30 anos ☐

Lecciona actualmente num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Já leccionou num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Grupo disciplinar a que pertence: \_\_\_\_\_

#### **2. Questões relacionadas com os alunos:**

2.1 Pensa que os alunos se matriculam em Cursos de Educação e Formação conscientes do que vão encontrar? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.2 Sente que os alunos que integram Cursos de Educação e Formação gostam dos cursos que estão a frequentar? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.3 Acha que na generalidade os alunos que optam por integrar Cursos de Educação e Formação têm menos aptidões para estudar, do que os que seguem o ensino regular? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

2.4 Acha que na generalidade os alunos que optam por integrar Cursos de Educação e Formação, têm mais problemas disciplinares do que os que seguem o ensino regular? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

2.5 Pensa que os alunos que frequentam Cursos de Educação e Formação tem por objectivo a continuação de estudos após a sua conclusão? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

2.6 Acha vantajoso que os alunos continuem a estudar após a conclusão do curso que se encontram a frequentar? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

2.7 Sente que os alunos que integram Cursos de Educação e Formação, seguirão uma via profissional na mesma área de estudos que frequentam? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

### **3. Questões relacionadas com os Cursos de Educação e Formação:**

3.1 Conhece as diferenças fundamentais entre os Curso de Educação e Formação e o Ensino Regular? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.2 Sabe em que consistem os Cursos de Educação e Formação ministrados na escola em que lecciona? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.3 Sabe em que moldes são seleccionados os alunos a integrar Cursos de Educação e Formação? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.4 Se respondeu SIM, considera-os os mais adequados? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.5 Pensa que o ensino dos Cursos de Educação e Formação é mais individualizado do que no ensino regular? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.6 Pensa serem úteis e adequados os conteúdos leccionados nos Cursos de Educação e Formação que conhece? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.7 Acha adequada a carga horária dos Cursos de Educação e Formação? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.8 Na sua opinião, os financiamentos estatais a Cursos de Educação e Formação são suficientes para o bom funcionamento destes? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.9 Para si os estágios profissionalizantes realizados pelos alunos no final destes cursos são uma boa porta de entrada no mundo do trabalho? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

#### **4. Questões relacionadas com os Cursos de Educação e Formação ministrados na Escola em estudo:**

4.1 Pensa ser importante para esta escola, a existência de Cursos de Educação e Formação? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.2 Pensa ser importante para os professores desta escola, a existência de Cursos de Educação e Formação? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.3 As relações colegiais entre os professores que leccionam nos Cursos de Educação e Formação desta escola, são importantes para o bom funcionamento destes? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.4 Sente que os professores que leccionam em Cursos de Educação e Formação, são beneficiados quanto a horários? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.5 A seu ver, existe relação entre os Cursos de Educação e Formação desta escola e o seu Projecto Educativo? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.6 Considera que as instalações, equipamentos e materiais desta escola são adequadas ao bom funcionamento dos Cursos de Educação e Formação? ... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.7 Vê nos professores que leccionam este tipo de cursos, competência e formação específica necessárias para o fazer? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.8 Vê nos auxiliares de acção educativa que dão apoio a este tipo de cursos, competência e formação específica necessárias para o fazer? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.9 Sabe se os alunos que estudam nos Cursos de Educação e Formação, ministrados nesta escola têm uma boa relação com os demais colegas? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.10 Sabe se os alunos que estudam nos Cursos de Educação e Formação, ministrados nesta escola, têm uma boa relação com os seus professores? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.11 A comunicação entre a escola e os encarregados de educação é eficiente? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.12 A escola fornece regularmente aos encarregados de educação informação acerca do percurso escolar dos seus alunos?..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

## **5. Questões relacionadas com o local onde se insere a escola em estudo:**

5.1 A seu ver, existe relação entre as áreas de formação dos Cursos de Educação e Formação desta escola e as actividades económicas do tecido empresarial da região? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

5.2 A Autarquia apoia esta escola, quanto ao funcionamento dos Cursos de Educação e Formação que ministra?..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

5.3 Acha que existem saídas profissionais para os alunos, nas regiões limítrofes à escola? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

5.4 Sente que as empresas e outras entidades empregadoras estão sensibilizadas para acolher os alunos dos Cursos de Educação e Formação, em estágios profissionalizantes? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

## **-Anexo 5 - Inquérito por questionário aos Encarregados de Educação**

### **Questionário aos Encarregados de Educação**

Este questionário destina-se a ajudar-me a realizar um estudo da Universidade Aberta, para saber qual a utilidade dos Cursos de Educação e Formação, se os alunos que os frequentam gostam do que aprendem e se querem seguir uma profissão relacionada com o curso que tiraram.

Por favor marque com um X em SIM, NÃO, NÃO SEI ou ALGUNS, conforme ache mais adequado.

#### **1. Identificação do Encarregado de Educação:**

Idade: menos de 29 anos ☐ de 30 a 34 anos ☐ de 35 a 39 anos ☐  
de 40 a 44 ☐ mais de 45 anos ☐

Sexo M ☐ F ☐

Parentesco: Mãe ☐ Pai ☐ Avó(ô) ☐ Tia(o) ☐ outro ☐

Profissão: \_\_\_\_\_

Habilitações literárias:

1º ciclo ☐ 2º ciclo ☐ 9º ano ☐ 12º ano ☐ curso superior ☐

#### **2. Questões relacionadas com o seu educando(a):**

2.1. O seu/a sua educando(a) matriculou-se num Curso de Educação e Formação de livre vontade? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.2. Pensa que o seu/a sua educando(a) gosta do curso que está a frequentar? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.3 O/A seu/a sua educando(a) pensa em continuar a estudar depois de terminar o Curso de Educação e Formação que actualmente frequenta? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.4 Gostava que o/a seu/a sua educando(a) continuasse a estudar depois de acabar este curso? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.5 Pensa que o seu/a sua educando(a) virá a ter a profissão que está a aprender no curso que frequenta? ... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐



2.6 Acha que os alunos que escolheram matricular-se em Cursos de Educação e Formação, não tinham anteriormente vontade de estudar? ..... SIM ☐ NÃO ☐ ALGUNS ☐

2.7 Acha que os alunos que escolheram matricular-se em Cursos de Educação e Formação, eram anteriormente mal comportados nas aulas? ..... SIM ☐ NÃO ☐ ALGUNS ☐

### **3. Questões relacionadas com os Cursos de Educação e Formação:**

3.1 Sabe em que consiste o Curso de Educação e Formação que o seu/a sua educando(a) frequenta? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.2 Sabe qual a diferença entre os Curso de Educação e Formação e o Ensino Regular? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.3 Acha correcto o número de horas semanais que o seu/a sua educando(a) passa na escola? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.4 Para si os estágios profissionalizantes realizados pelos alunos no final destes cursos são uma boa oportunidade para arranjar emprego? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

### **4. Questões relacionadas com os Cursos de Educação e Formação ministrados na Escola em estudo:**

4.1 Sabe se o seu/a sua educando(a) se dá bem com os outros colegas? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.2 Considera que as instalações, equipamentos e materiais desta escola, são adequadas ao bom funcionamento do curso frequentado pelo(a) seu/sua educando(a)? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.3 Acha que os professores que leccionam neste tipo de cursos, são competentes e têm boa formação?..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.4. Acha que os auxiliares de acção educativa que dão apoio a este tipo de cursos, são competentes e têm boa formação? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.5 A comunicação entre a escola e os encarregados de educação é eficiente? ..... **SIM**☐ **NÃO** ☐ **NÃO SEI**☐

4.6 Recebe regularmente informação acerca do percurso escolar do seu/da sua educando(a)? ..... **SIM**☐ **NÃO** ☐ **NÃO SEI**☐

4.7 Pensa que o ensino dos Cursos de Educação e Formação é mais individualizado que do ensino regular? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

## **5. Questões relacionadas com o local onde vive:**

5.1 Gosta do local onde vive? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

5.2 Trabalha perto do local da sua residência? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

5.3 Pretende continuar a residir no Conselho onde vive actualmente? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

5.4 Acha que existem saídas profissionais para o seu/ a sua educando(a) no Conselho onde reside? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

5.5 A Câmara apoia o curso frequentado pelo(a) seu/sua educando(a)? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

5.6. Pensa que as empresas da região vão receber os alunos dos Cursos de Educação e Formação para estágios?..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

## **-Anexo 4 A- Pré-teste de inquérito por questionário aos Docentes**

### **Escola Secundária Maria da Luz**

#### **Questionário aos Docentes**

Este questionário destina-se à elaboração de um estudo, cuja finalidade é aferir qual a utilidade dos Cursos de Educação e Formação, se os alunos que o frequentam adquirem as competências previstas na Lei de Bases do Ensino Básico, e quais as suas motivações e perspectivas de futuro. Por favor marque com um X em SIM ou NÃO conforme ache mais adequado.

#### **1. Identificação do Professor:**

Idade: de 20 a 24 anos ☐ de 25 a 29 anos ☐ de 30 a 34 anos ☐  
de 35 a 39 anos ☐ de 40 a 44 ☐ mais de 45 anos ☐

Sexo M ☐ F ☐

Habilitações Literárias: Bacharelato ☐ Licenciatura ☐ Mestrado ☐  
Doutoramento ☐

Tempo de serviço:  
De 1 a 9 anos ☐ de 10 a 19 anos ☐ de 20 a 30 anos ☐ mais de 30 anos ☐

Lecciona actualmente num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Já leccionou num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Grupo disciplinar a que pertence: \_\_\_\_\_

#### **2. Questões relacionadas com os alunos:**

2.1 Pensa que os alunos se matriculam em Cursos de Educação e Formação conscientes do que vão encontrar? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.2 Sente que os alunos que integram Cursos de Educação e Formação gostam dos cursos que estão a frequentar? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.3 Acha que na generalidade os alunos que optam por integrar Cursos de Educação e Formação têm menos aptidões para estudar, do que os que seguem o ensino regular? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

2.4 Acha que na generalidade os alunos que optam por integrar Cursos de Educação e Formação, têm mais problemas disciplinares do que os que seguem o ensino regular? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

2.5 Pensa que os alunos que frequentam Cursos de Educação e Formação tem por objectivo a continuação de estudos após a sua conclusão? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

2.6 Acha vantajoso que os alunos continuem a estudar após a conclusão do curso que se encontram a frequentar? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

2.7 Sente que os alunos que integram Cursos de Educação e Formação, seguirão uma via profissional na mesma área de estudos que frequentam? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

### **3. Questões relacionadas com os Cursos de Educação e Formação:**

3.1 Conhece as diferenças fundamentais entre os Curso de Educação e Formação e o Ensino Regular? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.2 Sabe em que consistem os Cursos de Educação e Formação ministrados na escola em que lecciona? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.3 Sabe em que moldes são seleccionados os alunos a integrar Cursos de Educação e Formação? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.4 Se respondeu SIM, considera-os os mais adequados? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.5 Pensa que o ensino dos Cursos de Educação e Formação é mais individualizado do que no ensino regular? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.6 Pensa serem úteis e adequados os conteúdos leccionados nos Cursos de Educação e Formação que conhece? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.7 Acha adequada a carga horária dos Cursos de Educação e Formação? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.8 Na sua opinião, os financiamentos estatais a Cursos de Educação e Formação são suficientes para o bom funcionamento destes? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.9 Para si os estágios profissionalizantes realizados pelos alunos no final destes cursos são uma boa porta de entrada no mundo do trabalho? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

#### **4. Questões relacionadas com os Cursos de Educação e Formação ministrados na Escola em estudo:**

4.1 Pensa ser importante para esta escola, a existência de Cursos de Educação e Formação? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.2 Pensa ser importante para os professores desta escola, a existência de Cursos de Educação e Formação? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.3 As relações colegiais entre os professores que leccionam nos Cursos de Educação e Formação desta escola, são importantes para o bom funcionamento destes? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.4 Sente que os professores que leccionam em Cursos de Educação e Formação, são beneficiados quanto a horários? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.5 A seu ver, existe relação entre os Cursos de Educação e Formação desta escola e o seu Projecto Educativo? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.6 Considera que as instalações, equipamentos e materiais desta escola são adequadas ao bom funcionamento dos Cursos de Educação e Formação? ... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.7 Vê nos professores que leccionam este tipo de cursos, competência e formação específica necessárias para o fazer? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.8 Vê nos auxiliares de acção educativa que dão apoio a este tipo de cursos, competência e formação específica necessárias para o fazer? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.9 Sabe se os alunos que estudam nos Cursos de Educação e Formação, ministrados nesta escola têm uma boa relação com os demais colegas? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.10 Sabe se os alunos que estudam nos Cursos de Educação e Formação, ministrados nesta escola, têm uma boa relação com os seus professores? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.11 A comunicação entre a escola e os encarregados de educação é eficiente? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.12 A escola fornece regularmente aos encarregados de educação informação acerca do percurso escolar dos seus alunos?..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

## **5. Questões relacionadas com o local onde se insere a escola em estudo:**

5.1 A seu ver, existe relação entre as áreas de formação dos Cursos de Educação e Formação desta escola e as actividades económicas do tecido empresarial da região? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

5.2 A Autarquia apoia esta escola, quanto ao funcionamento dos Cursos de Educação e Formação que ministra?..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

5.3 Acha que existem saídas profissionais para os alunos, nas regiões limítrofes à escola? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

5.4 Sente que as empresas e outras entidades empregadoras estão sensibilizadas para acolher os alunos dos Cursos de Educação e Formação, em estágios profissionalizantes? ..... **SIM** ☐ **NÃO** ☐ **NÃO SEI** ☐

## **-Anexo 5 A- Pré-teste de inquérito por questionário aos Encarregados de Educação**

### **Questionário aos Encarregados de Educação**

Este questionário destina-se a ajudar-me a realizar um estudo da Universidade Aberta, para saber qual a utilidade dos Cursos de Educação e Formação, se os alunos que os frequentam gostam do que aprendem e se querem seguir uma profissão relacionada com o curso que tiraram.

Por favor marque com um X em SIM, NÃO, NÃO SEI ou ALGUNS, conforme ache mais adequado.

#### **1. Identificação do Encarregado de Educação:**

Idade: menos de 29 anos ☐ de 30 a 34 anos ☐ de 35 a 39 anos ☐  
de 40 a 44 ☐ mais de 45 anos ☐

Sexo M ☐ F ☐

Parentesco: Mãe ☐ Pai ☐ Avó(ô) ☐ Tia(o) ☐ outro ☐

Profissão: \_\_\_\_\_

Habilitações literárias:

1º ciclo ☐ 2º ciclo ☐ 9º ano ☐ 12º ano ☐ curso superior ☐

#### **2. Questões relacionadas com o seu educando(a):**

2.1. O seu/a sua educando(a) matriculou-se num Curso de Educação e Formação de livre vontade? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.2. Pensa que o seu/a sua educando(a) gosta do curso que está a frequentar? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.3 O/A seu/a sua educando(a) pensa em continuar a estudar depois de terminar o Curso de Educação e Formação que actualmente frequenta? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.4 Gostava que o/a seu/a sua educando(a) continuasse a estudar depois de acabar este curso? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.5 Pensa que o seu/a sua educando(a) virá a ter a profissão que está a aprender no curso que frequenta? ... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐



2.6 Acha que a maioria dos alunos que escolheram matricular-se em Cursos de Educação e Formação, não tinham anteriormente vontade de estudar? ..... SIM ☐ NÃO ☐ ALGUNS ☐

2.7 Acha que a maioria dos alunos que escolheram matricular-se em Cursos de Educação e Formação, eram antes mal comportados nas aulas? ..... SIM ☐ NÃO ☐ ALGUNS ☐

### **3. Questões relacionadas com os Cursos de Educação e Formação:**

3.1 Sabe em que consiste o Curso de Educação e Formação que o seu/a sua educando(a) frequenta? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.2 Sabe qual a diferença entre os Curso de Educação e Formação e o Ensino Regular? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.3 Acha correcto o número de horas semanais que o seu/a sua educando(a) passa na escola? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.4 Para si os estágios profissionalizantes realizados pelos alunos no final destes cursos são uma boa oportunidade para arranjar emprego? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

### **4. Questões relacionadas com os Cursos de Educação e Formação ministrados na Escola em estudo:**

4.1 Sabe se o seu/a sua educando(a) se dá bem com os outros colegas? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.2 Considera que as instalações, equipamentos e materiais desta escola, adequadas ao bom funcionamento do curso frequentado pelo(a) seu/sua educando(a)? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.3 Acha que os professores que leccionam neste tipo de cursos, são competentes e têm boa formação?..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.4. Acha que os auxiliares de acção educativa que dão apoio a este tipo de cursos, são competentes e têm boa formação? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.5 A comunicação entre a escola e os encarregados de educação é eficiente? ..... **SIM**☐ **NÃO** **NÃO SEI**☐

4.6 Recebe regularmente informação acerca do percurso escolar do seu/da sua educando(a)? ..... **SIM**☐ **NÃO** **NÃO SEI**☐

4.7 Pensa que o ensino dos Cursos de Educação e Formação é mais individualizado que do ensino regular? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

## **5. Questões relacionadas com o local onde vive:**

5.1 Gosta do local onde vive? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

5.2 Trabalha perto do local da sua residência? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

5.3 Pretende continuar a residir no Conselho onde vive actualmente? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

5.4 Acha que existem saídas profissionais para o seu/ a sua educando(a) no Conselho onde reside? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

5.5 A Câmara apoia o curso frequentado pelo(a) seu/sua educando(a)? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

5.6. Pensa que as empresas da região vão receber os alunos dos Cursos de Educação e Formação para estágios?..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

## **-Anexo 6 - Inquérito de questão aberta aos alunos**

Escola Secundária Maria da Luz

## Inquérito aos alunos dos Cursos de Educação e Formação

Ano: \_\_\_\_\_ Turma: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: M ☐ F ☐

Data:        /        /       

## Questionário

[illegible]

...e o curso é \_\_\_\_\_

Espero que o estágio venha a ser \_\_\_\_\_

## Anexo II

**-Anexo 7 – Actas de reuniões de Conselho de Turma do Curso  
de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Acta de Reunião de Avaliação

Ensino Secundário  
Cursos Tipo 5

2006/03  
1.º Período  
...º Ano  
Turma.....

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de Setembro do ano de dois mil e  
\_\_\_\_\_ pelas \_\_\_\_\_ horas e \_\_\_\_\_ minutos, reuniu o Conselho de  
Turma acima indicado, sobre a presidência do(a) professor(a) \_\_\_\_\_.

DISCIPLINAS	Nome do Professor	RUBRICA
Português		
Inglês		
Cid. e Sociedade		
T.I.C.		
H.S.S.T.		
Ed. Física		
Sociologia		
Psicologia		
A.T.L.		
Acomp. Ciências		
Acomp. C. J. Inf.		
Acomp. C. A.R.E.		
S.P.O.		

NOTA: Transcrever todos os espaços em branco e marcar falta no lugar da "rubrica" aos professores ausentes.

Ordem de Trabalhos:

Ponto um: Organização e funcionamento dos cursos tipo 5;

Ponto dois: Planificação das actividades da turma.

Ponto três: Outros assuntos.

Desenvolvimento:

No que diz respeito ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, a Directora de Turma informou o Conselho de Turma sobre o funcionamento e organização dos cursos de Educação e Formação - tipo 5. A Directora de Turma entregou a cada professor um guia explicativo do funcionamento destes cursos. Após a leitura do guia, onde se salientou a assiduidade e a avaliação, a directora de turma informou o Conselho de Turma sobre os procedimentos a adoptar em caso de falta do professor. Assim, foi entregue e lido o documento "Compensação de Aulas" em caso de falta do professor. A Directora de Turma informou igualmente o Conselho de Turma sobre os procedimentos a adoptar em caso de falta dos alunos. Como tal, foi lido e explicado o documento

"Compensação de aulas" que será dado a conhecer e assinar aos Encarregados de Educação e o documento "Autorização de Compensação de Aulas".

Quanto ao segundo ponto da ordem de trabalhos, o Conselho de Turma decidiu que em reunião posterior serão planificadas as actividades da turma, nomeadamente as visitas de estudo, uma vez que seria importante termos o horário da turma e de cada um dos professores da turma.

Por último, a Directora de Turma, fez uma breve caracterização dos alunos da turma. Informou ainda que devido à inexistência de manuais adoptados para estas turmas, estaria um colega desta turma, na CEE, para se tirarem fotocópias de modo a se terem materiais/textos de apoio às diversas disciplinas. Comunicou ainda que os alunos tinham pago uma vez na acta de matrícula no curso para aquisição destas fotocópias. A professora de A.T.L., questionou se

essa vez também contemplaria os materiais da sua disciplina. A Directora da Turma iria informar-se sobre este assunto. A professora de Português, comunicou que o programa da sua disciplina contempla obras integrais de leitura extensiva. Como tal, vai exigir que os alunos tenham as obras na sala de aula e que não irá tirar fotocópias dessas obras pois seria algo impossível devido ao enorme número de fotocópias a tirar na totalidade.

Finalmente, a Directora de Turma, informou o Conselho de Turma sobre os procedimentos, digo informou o Conselho de Turma que as planificações assim como os anexos aos contextos de aprendizagem devem ser entregues até ao dia vinte e dois do corrente mês.



## Acta de Reunião de Avaliação

### Ensino Secundário Cursos Tipo 5

2006/03

1.º Período

...º Ano

Turma.....

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e  
seis, pelas dez horas e vinete minutos, reuniu o Conselho de  
Turma acima indicado, sobre a presidência do(a) professor(a) .....

DISCIPLINAS	Nome do Professor	RUBRICA
Português		
Inglês		
Cid. e Sociedade		
T.I.C.		
H.S.T.		
Ed. Física		
Sociologia		
Psicologia		
A.T.L.		
Acomp. Crianças		
Acomp. C. J. Inf.		
Acomp. C. A.E.E.		
S.P.O.		

NOTA: Trancar todos os espaços em branco e marcar falta no lugar da "rubrica" aos professores ausentes.

#### Ordem de Trabalhos:

Ponto um: Organização e funcionamento dos cursos tipo 5;

Ponto dois: Planificação das actividades da turma;

Ponto três: Outros assuntos.

#### Desenvolvimento:

No que diz respeito ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, a Directora de Turma informou o Conselho de Turma sobre o funcionamento e organização dos cursos de Educação e Formação - tipo 5. A Directora de Turma entregou a cada professor um guião explicativo do funcionamento destes cursos. Após a leitura do guião, onde se salientou a assiduidade e a avaliação, a directora de turma informou o Conselho de Turma sobre os procedimentos a adoptar em caso de falta do professor. Assim, foi entregue e lido o documento "Compensação de Aulas" em caso de falta do professor. A Directora de Turma informou igualmente o Conselho de Turma sobre os procedimentos a adoptar em caso de falta dos alunos. Como tal, foi lido e explicado o documento

"Compensação de aulas" que será dada a conhecer e assinar aos Encarregados de Educação e o documento "Autosignação de Compensação de Aulas".

Quanto ao segundo ponto da ordem de trabalhos, o Conselho de Turma decidiu que em reunião posterior serão planificadas as actividades da turma, nomeadamente as visitas de estudo, uma vez que seria importante termos o horário da turma e de cada um dos professores da turma.

Por último, a Directora de Turma, fez uma breve caracterização das alunas da turma. Informou ainda que devido à inexistência de manuais adoptados para este curso, estaria um cartão desta turma, na CEE, para se tirarem fotocópias de modo a se terem materiais / textos de apoio às diversas disciplinas. Comunicou ainda que as alunas tinham pago uma verba na acta de matrícula no curso para aquisição destas fotocópias. A professora de A.T.L., questionou se essa verba também contemplava os materiais da sua disciplina. A Directora de Turma iria informar-se sobre este assunto. A professora de Português, comunicou que o programa da sua disciplina contempla obras integrais de leitura extensiva. Como tal, vai exigir que as alunas tenham as obras na sala de aula e que não irá tirar fotocópias dessas obras pois seria algo impossível devido ao enorme número de fotocópias a tirar na totalidade.

Finalmente, a Directora de Turma, informou o Conselho de Turma sobre os procedimentos, logo informou o Conselho de Turma que as planificações assim como os anexos aos contextos de aprendizagem devem ser entregues até ao dia vinte e dois do corrente mês.

## Acta número dois

Aos dez dias do mês de Outubro do ano de dois mil e seis reuniu-se na sala de trabalho do pavilhão A, pelas dezasseis horas e vinte minutos, o Conselho de Turma do décimo primeiro ano, do Curso de Educação e Formação - tipo 5 - Assistente de Acção Educativa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um - Informações;

Ponto dois - Análise do comportamento/assiduidade da turma;

Ponto três - Critérios de avaliação/conteúdos programáticos;

Ponto quatro - Outros assuntos.

Na reunião estiveram presentes todos os elementos com a excepção da psicóloga e do professor

No início da reunião foi apresentado um aluno de mestrado, da Escola Secundária Padre Alberto Neto, que irá acompanhar a turma para desenvolvimento da sua tese, que tem como tema "Cursos de Educação e Formação".

Em cumprimento do primeiro ponto da ordem de trabalhos, a directora de turma, professora, entregou um conjunto de documentos que contém a relação de alunas e respectivas fotografias, os horários de cada professor para se poder efectuar trocas em caso de necessidade, as folhas de presença das alunas, e o desenho curricular (total de horas, blocos semanais, aulas) do curso para este ano lectivo. A professora entregou um mapa a cada professor para registar as aulas não leccionadas, assim como a respectiva data da aula de substituição.

De seguida, os professores foram informados que à reunião de Encarregados de Educação do dia vinte e oito de Setembro de corrente ano tinham comparecido os encarregados de educação das alunas números seis, , oito, , doze, , treze, , dezasseis, e dezassete, . Foram informados sobre a organização do curso, regulamento da escola, assim como sobre as regras e as atitudes a cumprir por parte das suas educandas. Foi-lhes entregue o folheto/guião dos Cursos de Educação e Formação - tipo cinco. Os encarregados de educação assinaram o documento relativo a compensação de aulas e concordaram com o determinado neste mesmo documento. Foi ainda dada relevância à assiduidade e avaliação. A encarregada de educação da aluna número seis, , ofereceu-se para ser a representante dos Encarregados de Educação da Turma.

Foi feita a caracterização da turma, e dado a conhecer ao professor de Educação Física as alunas que têm restrições no cumprimento de actividades físicas, sendo estas a aluna número três, \_\_\_\_\_, a aluna número oito, \_\_\_\_\_, e a aluna número nove, \_\_\_\_\_.

A aluna número nove \_\_\_\_\_ necessita de testes/textos adaptados pois só vê 20% do olho direito, de acordo com informação fornecida pela professora \_\_\_\_\_.

A professora Fátima Ceia relatou que a aluna número dezasseis, Tânia Martins, tinha sofrido na aula de Português uma crise e foi encaminhada ao Hospital de \_\_\_\_\_. Julga-se ser epilepsia, mas só após a consulta de neurologia, já marcada no Hospital Egas Moniz, será possível diagnosticar a situação.

Foram eleitas como delegada da turma a aluna número treze, \_\_\_\_\_, e como subdelegada a aluna número cinco, \_\_\_\_\_.

Quanto ao ponto dois da Ordem de trabalhos a Directora de Turma informou que a assiduidade das alunas teve uma melhoria em relação ao ano transacto. As alunas número dois, \_\_\_\_\_, quatro, \_\_\_\_\_, e oito, \_\_\_\_\_, já comunicaram que

terão de se ausentar diversas vezes das aulas devido a consultas e exames médicos. A professora \_\_\_\_\_ informou que a enfermeira \_\_\_\_\_ estará todas as terças-feiras

na escola, entre as onze e as dezasseis horas. Uma das questões a tratar pela enfermeira é a obesidade/ hábitos alimentares entre os nossos alunos. Como tal, é importante que as alunas números dois, \_\_\_\_\_, quatro, \_\_\_\_\_, e oito, \_\_\_\_\_, tenham uma conversa com a enfermeira \_\_\_\_\_. No que diz respeito à pontualidade foi acordado

pelo Conselho de Turma que as alunas não assinarão as folhas de presença sempre que chegassem atrasadas às aulas, salvo raras excepções.

Em relação ao comportamento, pode haver melhorias e para tal foi feita uma planta da sala de aula tendo em conta a caracterização da turma.

Relativamente ao ponto três da ordem de trabalhos, foi confirmado que os critérios de avaliação a aplicar para este curso seriam os mesmos aplicados no Curso de Educação e Formação - tipo quatro do ano lectivo anterior.

A professora de Francês, \_\_\_\_\_, referiu que devido à heterogeneidade de níveis das alunas, faz fichas com graus de exigência diferentes e por cada prova escrita a realizar irá contemplar três níveis diferentes. Reservou ainda dez aulas do primeiro período para tentar que todas as alunas dominem os conhecimentos mínimos da língua.

A mesma heterogeneidade acontece nas disciplinas de Inglês, Português e Sociologia. O professor \_\_\_\_\_ optou por rever conteúdos já ministrados no ano anterior por haver alunas que nunca tiveram contacto com a disciplina.

A professora \_\_\_\_\_ informou que na disciplina de Acompanhamento de Crianças em Creche e Jardim de Infância o ponto “Oficina de Comunicação e Expressão Não Verbal Um” será leccionado pela professora \_\_\_\_\_. Por outro lado, a professora Cristina Ferreira leccionará os pontos/tópicos “Adolescência/Desenvolvimento e Educação”, “Saúde Mental na Infância” e “Cuidados Primários de Saúde”. Estes três pontos/tópicos fazem parte do programa da disciplina de Acompanhamento a Actividades dos Tempos Livres, leccionada pela professora \_\_\_\_\_.

No que diz respeito ao ponto quatro da ordem de trabalhos, a professora \_\_\_\_\_ sugeriu que a escola assinasse as revistas “Crescer” e “Adolescência”. A professora \_\_\_\_\_, que também recomenda a assinatura da revista “Adolescência”, informou que o pedido terá de ser feito ao Centro de Recursos Educativos. Foi ainda sugerido a compra de livros da área do curso. A professora \_\_\_\_\_ solicitou que as horas de escola sejam ocupadas na preparação de materiais em vez das substituições ou dos apoios. Esta proposta foi aceite por todos os elementos do Conselho de Turma.

Em relação a visitas de estudo/actividades o professor \_\_\_\_\_ planificou para as suas disciplinas as seguintes actividades:

- Recolha de Alimentos para entrega na instituição “Banco Alimentar Contra a Fome” de Lisboa/Setúbal, com os seguintes objectivos:
  - Reconhecer o sentido dos outros;
  - Contribuir para minorar um problema económico e social;
  - Educar para a cidadania;
  - Incrementar o trabalho em equipa;
  - Fomentar a participação do aluno na vida escolar e comunitária.
- “Dia do Consumidor” – (Quinze de Março de dois mil e sete) Palestra sobre os “Direitos do Consumidor” por membro da DECO e/ou distribuição/afixação de documentação (cartazes, panfletos,...), com os objectivos de:
  - Identificar os Direitos dos Consumidores;
  - Indicar organizações de defesa do consumidor;

- Fomentar a acção por parte da comunidade na defesa dos seus direitos;
  - Sensibilizar não só para os direitos como para os deveres dos consumidores;
  - Compreender a importância do consumidor activo, como fomentador da qualidade dos bens e serviços.
- “Jornal de Paredo” - Elaboração de um painel com notícias ao nível económico e social, realizado pelo trabalho voluntário dos alunos da área económica, financeira e social, sendo actualizado regularmente. Tem como objectivos:
    - Proporcionar situações de pesquisa, organização, tratamento e produção de informação;
    - Treinar a capacidade de análise, síntese e avaliação de situações concretas;
    - Desenvolver a motivação para a leitura;
    - Incrementar o trabalho em grupo;
    - Proporcionar situações de utilização das Tecnologias da Informação Comunicação;
    - Incentivar e valorizar os hábitos/métodos de trabalho;
    - Fomentar a participação do aluno na vida escolar.
  - “Visita de Estudo a unidade de Produção”, no distrito de Setúbal, a realizar no segundo período lectivo, com os seguintes objectivos:
    - Reconhecer duas realidades sociais antagónicas no mesmo distrito;
    - Perceber a intervenção dos agentes na actividade económica e social;
    - Desenvolver capacidades de observação e reflexão sobre o social;
    - Tomar consciência da necessidade de uma observação e reflexão sistemática e interdisciplinar;
    - Reconhecer em cada interveniente que os seus actos tem responsabilidade e tem intervenção no social;
    - Observar medidas de cidadania na instituição;
    - Tomar uma posição crítica face à realidade empresarial portuguesa no campo social.

No âmbito da disciplina de Acompanhamento de Crianças, a professora acompanhará a turma ao Centro Cultural de                    no dia oito de Novembro. As alunas assistirão, às quinze horas e trinta minutos, a um espectáculo da Companhia Portuguesa de





Bailado Contemporâneo – “A Gare”. Esta visita de estudo não afecta nenhuma outra disciplina e o local de encontro é o Centro Cultural de \_\_\_\_\_.

Por sugestão da professora \_\_\_\_\_, e apoiado pelo Conselho de Turma, foi sugerido que esta turma realizasse mais vezes visitas ao Centro Cultural de \_\_\_\_\_. Saliente-se que a coordenadora deste Centro está muito receptiva a este tipo de grupos/alunos.

Ainda no primeiro período as alunas realizarão uma visita de estudo à instituição “Flauta Mágica”, no âmbito das disciplinas de Psicologia e Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais.

No âmbito da disciplina de Francês está previsto uma ida ao cinema durante o segundo período, assim como, ao supermercado Intermarché, onde as alunas farão leitura/análise de rótulos em Francês.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por terminada a reunião da qual se lavrou a presente acta e que vai ser assinada nos termos da lei.

O Presidente do Conselho Executivo \_\_\_\_\_

A Coordenadora de Curso: \_\_\_\_\_

A Directora de Turma do Tipo 5-AAE: \_\_\_\_\_

O Secretário: \_\_\_\_\_



de 15/12/2006

Fls 01/04

## Acta de Reunião de Avaliação

## Ensino Secundário

2006/7

1.º Período

.º Ano

Turma. -

A presente acta é composta por quatro folhas, numeradas e rubricadas pelo director de turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O Director de Turma

O Secretário

R. O Pres. Conselho Executivo

Visto em 15/01/07

Aos quinze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e seis, pelas dezoito horas e cinco minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sobre a presidência do(a) professor(a) -

DISCIPLINAS	CLASSIFICAÇÕES					AULAS		NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
	0 a 4	5 a 9	10 a 13	14 a 17	18 a 20	P	D		
Português	-	3	10	3	-	48	48		
Inglês	-	8	5	2	-	24	24		
TIC	-	1	13	1	-	12	12		
Cidadania e Soc.	-	-	12	3	-	13	13		
H.S.T.	-	7	7	1	-	12	12		
Educação Física	-	1	13	1	-	24	24		
Sociologia	-	7	8	1	-	22	22		
Psicologia	-	4	11	1	-	48	48		
Francês	-	1	12	1	1	26	26		
Acomp. A.T.L.	-	-	16	-	-	83	83		
Acomp. Crianças	-	-	12	4	-	74	74		
Acomp. Cacha f.T.	-	4	6	6	-	87	87		
Acomp. de C. NEE	-	4	8	3	1	65	65		

NOTA: Transcrever todos os espaços em branco e marcar falta no lugar da "rubrica" aos professores ausentes.

## Ordem de Trabalhos:

Ponto um: Análise e avaliação do Projecto Curricular de Turma:

- 1.1 Atribuição das classificações aos alunos;
- 1.2 Análise do aproveitamento e do comportamento;

Ponto dois: Outros assuntos;

- 2.1 Balanço da realização das visitas de estudo incluídas no Plano de actividades da turma;
- 2.2 Organização das actividades / visitas de estudo para o próximo período lectivo;
- 2.3 Casos especiais de avaliação e de comportamento e estratégias de actuação.

Relativamente ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, e após a atribuição das classificações às alunas, o Conselho de Turma considerou o aproveitamento da turma fraco uma vez que apenas três alunas não obtiveram classificações inferiores a dez valores. São elas as alunas números nove, , quinze, e dezoito, . O Conselho de Turma manifestou a sua preocupação relativamente às alunas números quatro, , cinco, e onze, , por terem tido, cada uma, seis classificações inferiores a dez valores. As alunas números dois, e treze,

= obtiveram cada uma cinco classificações inferiores a dez. O Conselho de Turma considera que, de um modo geral, as alunas desta turma revelaram pouco empenho e trabalharam pouco quer ao nível da sala de aula quer em casa. Como tal, não se registou uma progressão na aquisição e aplicação dos conteúdos leccionados e o seu ritmo de aprendizagem foi lento. Como forma de atingir um melhor aproveitamento da turma os professores irão solicitar a realização de fichas de trabalho e, em algumas disciplinas, serão realizadas "mini-fichas" de avaliação com maior frequência. A professora da disciplina de Inglês considera que o número de classificações inferiores a dez atribuídos na sua disciplina se deve a um conhecimento deficiente das estruturas morfosintáticas básicas, ao não cumprimento das tarefas propostas, bem como a uma falta de empenho por parte das alunas e à ausência de um estudo sistemático. Como estratégias de forma a atingir um melhor nível de aproveitamento na turma, a professora de Inglês continuará a promover a correcção linguística, assim como a trabalhar as estruturas linguísticas em que as alunas revelam mais deficiências. Para tal, utilizará fichas de trabalho. No âmbito da disciplina de Tecnologias da Informação e Comunicação, o professor informou que as alunas irão criar um "site". A professora

comunicou que, no segundo ou no terceiro período, as alunas irão prestar serviço em algumas instituições, em horário lectivo, para desempenho prático e aplicação de conteúdos teóricos aprendidos dentro da sala de aula. Relativamente ao comportamento da turma, o conselho de Turma considerou que este é satisfatório. Destacam-se pela positiva as alunas números sete, ; doze, ; catorze, e dezoito, .

No entanto, é fraco o nível de empatia entre algumas alunas da turma. Destacam-se pela negativa as alunas números cinco, e seis, . Em relação ao ano lectivo anterior, a aluna número seis, , está mais distraída, menos trabalhadora e menos empenhada, revelando também um comportamento inadequado dentro da sala de aula. A aluna número cinco, , tem, por vezes, comportamentos inadequados chegando mesmo a ser insolente quer para com os colegas quer para com professores da turma. Devido à postura inadequada destas alunas na sala de aula e a um fraco aproveitamento a Directora de Turma solicitou a comparência dos Encarregados de Educação das duas alunas acima referidas.

Os Encarregados de Educação compareceram na Escola tendo a Encarregada de Educação da aluna número cinco, \_\_\_\_\_, e a própria aluna, assinado o "Contrato Pedagógico". Foram igualmente solicitados para comparecerem na escola os Encarregados de Educação das alunas números dois, \_\_\_\_\_ e quatro, \_\_\_\_\_, mas estes não compareceram.

Quanto ao ponto dois da ordem de trabalhos, a professora \_\_\_\_\_ comunicou que as seis sessões do projecto "Aprender a Empreender" tinham terminado e que as alunas tinham revelado uma evolução positiva na sua participação nas sessões. Este projecto teve a colaboração da empresa Brisa e da doutora \_\_\_\_\_ que foi quem conduziu as sessões no espaço da disciplina Cidadania e Sociedade. A professora \_\_\_\_\_ informou que as visitas de estudo ao Centro Cultural de \_\_\_\_\_ têm decorrido conforme os objectivos previamente estipulados. Neste mesmo dia, esta turma e a turma do décimo ano, turma \_\_\_\_\_, foram a Odívetas assistir a uma pequena peça de teatro, "O quarto do Tomás", representada por actores do grupo de Teatro A Mala Posta. No entanto, e sem explicações concretas, a aluna número quinze, \_\_\_\_\_, não foi a esta visita de estudo. As duas turmas foram acompanhadas pelas professoras \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_. Por outro lado, e de acordo com as professoras \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, as alunas realizaram com bastante empenho uma actividade de solidariedade para a instituição "Centro de Reabilitação A Flauta Mágica". A professora \_\_\_\_\_ comunicou que as alunas números quatro, \_\_\_\_\_ e dezoito, \_\_\_\_\_ participaram e ganharam o concurso de "Postais de Natal" da nossa Escola. Por ter tido um desempenho exemplar na disciplina de Educação Física, a aluna número dezoito, \_\_\_\_\_, foi escolhida pelo professor \_\_\_\_\_ para participar numa visita de estudo. O professor de Sociologia, \_\_\_\_\_, informou que, no âmbito da sua disciplina, irá realizar com as alunas uma visita de estudo, no dia dezanove de Janeiro, ao "Banco Alimentar contra a Fome" e à "EDP" (em Setúbal). No âmbito das disciplinas Acompanhamento de Crianças e, Acompanhamento de Crianças em Jardim de Infância, a professora \_\_\_\_\_ irá com as alunas a uma visita de estudo à instituição "Olá bebé". As alunas números dois, \_\_\_\_\_; quatro, \_\_\_\_\_ e onze, \_\_\_\_\_, frequentam sessões com a enfermeira \_\_\_\_\_ no âmbito do projecto "Saúde Alimentar e Obesidade". A aluna número onze, \_\_\_\_\_, anulou a matrícula no dia vinte e nove de Novembro do corrente ano. A aluna número um, \_\_\_\_\_, foi excluída por excesso de faltas. A Directora de Turma solicitou por diversas vezes a vinda à Escola dos Encarregados de Educação destas alunas mas estes nunca compareceram. A aluna número oito, \_\_\_\_\_, não obteve classificações em diversas disciplinas devido à inexistência de suficientes elementos de avaliação por falta de assiduidade da aluna por motivo de doença, diversos internamentos hospitalares e idas a consultas médicas. Como forma de

Os Encarregados de Educação compareceram na Escola tendo a Encarregada de Educação da aluna número cinco, \_\_\_\_\_, e a própria aluna, assinado o "Contrato Pedagógico". Foram igualmente solicitados para comparecerem na escola os Encarregados de Educação das alunas números dois, \_\_\_\_\_ e quatro, \_\_\_\_\_, mas estes não compareceram.

Quanto ao ponto dois da ordem de trabalhos, a professora \_\_\_\_\_ comunicou que as seis sessões do projecto "Aprender a Empreender" tinham terminado e que as alunas tinham revelado uma evolução positiva na sua participação nas sessões. Este projecto teve a colaboração da empresa Brisa e da doutora \_\_\_\_\_ que foi quem conduziu as sessões no espaço da disciplina Cidadania e Sociedade. A professora \_\_\_\_\_ informou que as visitas de estudo ao Centro Cultural de \_\_\_\_\_ têm decorrido conforme os objectivos previamente estipulados. Neste mesmo dia, esta turma e a turma do décimo ano, turma \_\_\_\_\_, foram a Odívetas assistir a uma pequena peça de teatro, "O quarto do Tomás", representada por actores do grupo de Teatro A Mala Posta. No entanto, e sem explicações concretas, a aluna número quinze, \_\_\_\_\_, não foi a esta visita de estudo. As duas turmas foram acompanhadas pelas professoras \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_. Por outro lado, e de acordo com as professoras \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, as alunas realizaram com bastante empenho uma actividade de solidariedade para a instituição "Centro de Reabilitação A Flauta Mágica". A professora \_\_\_\_\_ comunicou que as alunas números quatro, \_\_\_\_\_ e dezoito, \_\_\_\_\_ participaram e ganharam o concurso de "Postais de Natal" da nossa Escola. Por ter tido um desempenho exemplar na disciplina de Educação Física, a aluna número dezoito, \_\_\_\_\_, foi escolhida pelo professor \_\_\_\_\_ para participar numa visita de estudo. O professor de Sociologia, \_\_\_\_\_, informou que, no âmbito da sua disciplina, irá realizar com as alunas uma visita de estudo, no dia dezanove de Janeiro, ao "Banco Alimentar contra a Fome" e à "EDP" (em Setúbal). No âmbito das disciplinas Acompanhamento de Crianças e, Acompanhamento de Crianças em Jardim de Infância, a professora \_\_\_\_\_ irá com as alunas a uma visita de estudo à instituição "Olá bebé". As alunas números dois, \_\_\_\_\_; quatro, \_\_\_\_\_ e onze, \_\_\_\_\_, frequentam sessões com a enfermeira \_\_\_\_\_ no âmbito do projecto "Saúde Alimentar e Obesidade". A aluna número onze, \_\_\_\_\_, anulou a matrícula no dia vinte e nove de Novembro do corrente ano. A aluna número um, \_\_\_\_\_, foi excluída por excesso de faltas. A Directora de Turma solicitou por diversas vezes a vinda à Escola dos Encarregados de Educação destas alunas mas estes nunca compareceram. A aluna número oito, \_\_\_\_\_, não obteve classificações em diversas disciplinas devido à inexistência de suficientes elementos de avaliação por falta de assiduidade da aluna por motivo de doença, diversos internamentos hospitalares e idas a consultas médicas. Como forma de



compensar as suas ausências terão de ser entregues à aluna fichas/ trabalhos para recuperação dos conteúdos não leccionados. Também lhe serão leccionadas aulas, durante as férias do Carnaval, Páscoa ou em horário pós-lectivo, de forma a compensar as aulas não assistidas. A Directora de Turma tem em sua posse um documento "Relatório de Alta" do Centro Hospitalar de onde está escrito "hipertiroidismo; ansiedade". Tanto a Directora de Turma como a Coordenadora de Curso deram a conhecer ao Conselho de Turma os diversos contactos tidos com a Encarregada de Educação da . Apesar de devidamente justificadas todas as ausências da aluna, o Conselho de Turma considera importante e urgente a existência de um relatório médico exaustivo e descritivo do estado de saúde da , assim como os procedimentos a adoptar em caso de a aluna se voltar a sentir mal na escola. O Conselho de Turma e a Coordenadora de Curso, professora , consideraram que o estado de saúde da aluna não oferece garantias nem dá confiança/ segurança à escola para colocar a aluna em estágio a trabalhar em qualquer uma das valências de Creche, Jardim de Infância e ATL. Como tal, a Directora de Turma irá transmitir à Encarregada de Educação o parecer do Conselho de Turma. Será igualmente solicitada a colaboração do técnico dos Serviços de Psicologia e Orientação, a psicóloga , para entrar urgentemente em contacto com o médico que acompanha a aluna no Hospital Egas Moniz, doutor J. Sequira Duarte (médico endocrinologista), com o intuito de obter garantias sobre a possível continuidade ou não da aluna nesta área. Existe pois a necessidade urgente de um acompanhamento a nível do Serviço de Psicologia e Orientação da nossa escola bem como uma possível reorientação do percurso escolar desta aluna. A directora de Turma lembrou o professor que a está dispensada da prática de Educação Física, por um período de sessenta dias, de acordo com o atestado médico entregue em dois de Novembro do corrente ano, e que foi aceite pelo presidente do Conselho Executivo. A representante dos Serviços de Psicologia e Orientação, a psicóloga , não esteve presente na reunião por se encontrar, ao serviço da escola numa reunião fora da mesma.

Nas disciplinas de Português, Psicologia e Francês foram leccionadas mais aulas do que o número de aulas previstas.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por terminada a reunião da qual se lavrou a presente acta e que vai ser assinada nos ter da lei.

## Acta de Reunião de Avaliação

## Ensino Secundário

2.º Período

Ano

Turma:

2006/07

A presente acta é composta por quatro folhas, numeradas e rubricadas pelo Director de Turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O(A) Director(a) de Turma

O(A) Secretário(a)

O Pres. Conselho Executivo

Visto em 23/03/07

Aos vinete e três dias do mês de Março do ano de dois mil e sete, pelas dezasseis horas e trinta minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sobre a presidência do(a) professor(a),

DISCIPLINAS	CLASSIFICAÇÕES						AULAS		NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
	0-4	5-9	10-13	14-17	18-20		P	D		
Português	—	6	4	5	—		46	46		
Inglês	—	5	8	2	—		24	24		
Tic	—	2	8	5	—		10	10		
Cidadania e Soc.	—	—	7	8	—		10	12		
H.S.T.	—	5	7	3	—		12	12		
Educação Física	—	—	13	2	—		22	20		
Sociologia	—	4	9	2	—		20	22		
Psicologia	—	2	9	4	—		46	46		
Francês	—	—	14	1	1		20	20		
Acomp. A.T.L.	—	—	4	11	—		78	78		
Acomp. Crianças	—	3	6	6	—		66	66		
Acomp. Cachuji	—	3	7	5	—		75	75		
Acomp. C.N.E.S.	—	3	10	2	—		54	54		
S.P.O.	—	—	—	—	—		—	—		

NOTA: Têm-se todos os espaços em branco e marcar (30) no lugar da "rubrica" aos professores ausentes.

## Ordem de Trabalhos:

## Ponto um: Análise e avaliação do Projecto Curricular de Turma:

- 1.1 Atribuição das classificações aos alunos;
- 1.2 Análise do cumprimento dos Planos Educativos Individuais dos alunos com NEH e dos Planos Individuais dos alunos estrangeiros;
- 1.3 Análise do aproveitamento (referir o nível de sucesso/insucesso e sua justificação: estratégias de superação de dificuldades; interesses e ritmos de aprendizagem; (re)definição das estratégias adoptadas);
- 1.4 Análise do comportamento (referir o comportamento geral, alunos com participações disciplinares, medidas tomadas, etc.);
- 1.5 Análise da assiduidade (Indicar número e nome dos alunos que revelaram fraca assiduidade; número e nome dos alunos que excederam o limite de faltas - exclusão por faltas a todas as disciplinas).

## Ponto dois: Outros assuntos

- 2.1 Análise da matrícula e transferências (indicar o nome do(s) aluno(s), o número e a(s) disciplina(s)).
- 2.2 Alunos não avaliados, disciplinas a que não foi atribuída classificação e respectiva justificação, votações, declarações de voto, deliberações do C. Turma e/ou restantes assuntos relevantes.
- 2.3 Balanço das actividades desenvolvidas de acordo com o PCT e as actividades a desenvolver no 3.º Período

**Desenvolvimento:**

1.1 Em cumprimento do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, os professores signatários apresentaram as propostas de avaliação referente a cada aluno, procedendo-se à **atribuição de classificações de acordo com os critérios de avaliação das disciplinas**, aprovadas em Conselho Pedagógico.

1.2 Análise dos Planos Educativos Individuais dos alunos com NEE e dos Planos Individuais dos alunos estrangeiros.  
Nesta turma não existem alunos com NEE nem alunos estrangeiros.

1.3 Foi analisado o **aproveitamento** da turma e das **classificações** nos documentos de avaliação em vigor. O **balanço** realizado é o seguinte:

Número total de alunos avaliados em **três ou mais** disciplinas: 15 (quinze)

- Número de alunos sem negativas: 6 (seis)
- Número de alunos com uma ou duas negativas: 4 (quatro)
- Número de alunos com três ou mais negativas: 5 (cinco)

**Aproveitamento global da turma:**

Muito Bom ☐ Bom ☐ Satisfatório ☐ Não satisfatório ☒ Mau ☐

Por proposta da professora, o Conselho de Turma concordou que a Directora de Turma em conjunto com a professora e a psicóloga, tivessem uma conversa com as alunas números dois, quatro, onze, e treze, no sentido de uma possível reorientação no seu percurso escolar devido ao fraco aproveitamento.

A maioria dos professores da Turma continua a informar que as alunas não cumprem os prazos de entrega dos trabalhos e demonstram uma atitude demasiado descontrainda perante o trabalho/actividades lectivas. A professora de Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais, informou que a aluna número dois, demonstrou durante as aulas desinteresse e apatia e, nas avaliações escritas não revelou estudo ou empenho. A aluna número quatro, não revela qualquer interesse pelas aulas, não participa e tem pouco empenho na realização das actividades que lhe são pedidas, não as realizando ou, quando o faz, é sem qualquer qualidade (por exemplo, portefólio). A aluna número treze, não se empenha nas actividades que lhe são solicitadas (por exemplo, portefólio), não realiza trabalhos que lhe são propostos e, quando é chamada a atenção por esse facto demonstra arrogância e despreocupação fazendo-os por fim mas sem qualquer qualidade.

Como estratégias de superação os professores continuarão a insistir em trabalhos de casa, trabalhos de pesquisa individuais ou em grupo, e realização de fichas de avaliação com menos conteúdos.

Por outro lado, a Directora de Turma continuará a informar via SMS ou pessoalmente, sempre que estes compareçam, os Encarregados de Educação acerca do percurso escolar destas alunas. Saliente-se que no dia vinte e oito de Fevereiro foram convocados para vir à Escola os Encarregados de Educação das alunas números dois, quatro, cinco, onze, treze, e dezassete. Apenas compareceram os Encarregados de Educação das alunas números onze, e treze, e já anteriormente tinham sido

informados, via SMS, acerca das faltas de atraso os Encarregados de Educação de algumas destas alunas. A Encarregada de Educação da aluna número quatro, \_\_\_\_\_, contactou telefonicamente a Coordenadora de Curso, professora \_\_\_\_\_, e, mais tarde esta aluna comunicou a esta professora que a sua mãe lhe tinha dito que era a própria aluna que teria de resolver os "assuntos das faltas" com a Directora de Turma. No dia vinte e sete de Fevereiro todos os Encarregados de Educação foram informados, via carta e SMS, acerca da assiduidade das suas educandas.

A Directora de Turma já chegou mesmo a alertar, via SMS, no dia cinco de Março, a Encarregada de Educação da aluna número dois, \_\_\_\_\_, para a existência de um teste escrito à disciplina de Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais, com o intuito de a responsabilizar perante uma ausência de estudo. Também no dia cinco de Março foi informada via SMS a Encarregada de Educação da aluna número quinze, \_\_\_\_\_, acerca de uma falta de atraso e de uma fraca prestação da aluna a nível do aproveitamento.

O Conselho de Turma foi informado que, de acordo com o Ministério da Educação, os alunos podem transitar para o segundo ano deste Curso com duas classificações inferiores a dez, no final deste ano lectivo. No final do segundo ano deste curso, os alunos têm de ter classificações iguais ou superiores a dez a todas as disciplinas, podendo no entanto realizar ainda, para conclusão do curso, um exame de equivalência à frequência a qualquer disciplina.

#### 1.4 Comportamento global da turma:

Muito Bom ☐ Bom ☐ Satisfatório ☒ Não satisfatório ☐ Mau ☐

O Conselho de Turma considerou o comportamento satisfatório na relação dentro da sala de aula entre alunas e professores. Todavia o relacionamento entre as alunas não é satisfatório devido à falta de empatia entre as alunas.

A professora de Francês, \_\_\_\_\_, sugeriu a realização de uma Assembleia de Turma para identificar as causas e melhorar o relacionamento entre as alunas. Esta proposta não foi aceite pela maioria dos professores em virtude de vários professores, nomeadamente \_\_\_\_\_,

\_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ já terem tido múltiplas conversas com a Turma no sentido de melhorar o relacionamento entre as alunas. Assim, todos os professores da turma continuarão a promover o sentido de responsabilidade e saber estar entre as alunas.

Devido à falta de sentido de responsabilidade no cumprimento das suas funções, a delegada de turma, a aluna número treze, \_\_\_\_\_ é destituída do cargo por decisão do Conselho de Turma. Devido ao facto da subdelegada ter anulado a matrícula, será feita nova eleição para eleger os representantes da Turma.

#### 1.5 Assiduidade

A aluna número três, \_\_\_\_\_, ultrapassou metade do limite de faltas nas disciplinas de Português, Francês e Sociologia, em grande parte por motivos de saúde.

A aluna número quatro, \_\_\_\_\_, ultrapassou metade do limite de faltas na disciplina de Cidadania e Sociedade e atingiu o limite de faltas na disciplina de Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais, sendo neste último caso maioritariamente faltas de atraso.

A aluna número seis, \_\_\_\_\_, atingiu metade do limite de faltas na disciplina de Educação Física.

A aluna número sete, \_\_\_\_\_, ultrapassou metade do limite de faltas nas disciplinas de Educação Física, Português e Psicologia, por motivos de saúde.



A aluna número nove, , atingiu o limite de faltas na disciplina de Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais, sendo algumas destas faltas de atraso.

A aluna número treze, , ultrapassou metade do limite de faltas nas disciplinas de Educação Física, Português, Tecnologias de Informação e Comunicação, Psicologia, Acompanhamento de Crianças e Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais.

A aluna número quinze, , ultrapassou metade do limite de faltas na disciplina de Francês por motivo de realização de exames médicos.

A aluna número dezassete, , ultrapassou metade do limite de faltas na disciplina de Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais.

## 2. Outros assuntos.

2.1. A aluna número cinco, , anulou a matrícula no dia vinte e três de Março do corrente ano, tendo o documento sido entregue na secretaria durante a manhã. A aluna revelou, durante este presente ano lectivo, uma enorme falta de empenho e motivação bem como uma falta de sentido de responsabilidade no cumprimento das diversas actividades escolares e no desempenho do cargo de subdelegada de turma. Prevendo um fraco aproveitamento no final deste período, a aluna optou por anular a matrícula.

2.2. Nada a registar.

2.3. O Conselho de Turma louvou o trabalho das professoras e assim como de todos os professores da turma que participaram no projecto desta turma para a Semana da Escola – “A Quinta da Barafunda”. Estas duas professoras informaram que todas as alunas tiveram bom desempenho, embora a ritmos diferentes. Destacaram-se, no entanto, as alunas número seis, ; nove, ; catorze, ; dezasseis, e dezoito, .

Os professores de Cidadania e Sociedade; Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho e Tecnologias da Informação e Comunicação irão leccionar as suas disciplinas até ao final do ano lectivo, leccionando assim os conteúdos que estavam previstos para os dois anos lectivos. Assim que a professora de Cidadania e Sociedade, , terminar as aulas desta disciplina, a hora lectiva será ocupada pela disciplina Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, também leccionada pela professora . Quando o professor de Tecnologias de Informação e Comunicação, , terminar as aulas desta disciplina a hora lectiva será ocupada pela professora de Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais, .

O professor de Sociologia, , informou ter feito, no segundo período, a celebração do Dia do Consumidor através da afixação de frases elaboradas pelos alunos alusivas a este tema. O professor de Sociologia confirmou ainda a sua intenção de realizar em Maio uma recolha de alimentos na Escola para o Banco Alimentar Contra a Fome.

Nas disciplinas de Cidadania e Sociedade e, Sociologia, foram contabilizadas mais duas aulas em cada uma destas disciplinas, do que as previstas, por motivos de deslocação ao Banco Alimentar Contra a Fome e ao Centro de Formalidades das Empresas, em Setúbal.

Na folha de rosto desta aula, na disciplina de Francês, onde se lê catorze classificações atribuídas de dez a treze, deve-se ler treze classificações atribuídas.

Nada mais havendo a tratar foi lida e aprovada a acta, dando-se por terminada a reunião.

CT de 15/05/07  
Fls 01/03

Acta de Reunião Interclasse  
Ensino Secundário

3.º Período  
1.º Ano  
Turma 1  
2006/07

A presente acta é composta por três folhas, numeradas e rubricadas pelo director de turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O Director de Turma

O Secretário

20 O Pres. Conselho Pedagógico

Visto em 15/05/07

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, pelas dezasseis horas e trinta minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sob a presidência do(a) professor(a) \_\_\_\_\_

DISCIPLINAS	NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
Português		
Inglês		
TIC		
Cidadania e Sociol.		
H.S.S.T.		
Ed. Física		
Sociologia		
Psicologia		
Francês		
Acomp. em A.T.L.		
Acomp. de Crianças		
Acomp. C.T.I.		
Acomp. de C.N.E.E.		
G.P.O.		

NOTA: Trancar todos os campos em branco e marcar com o nome do professor que preencheu.

Ordem de Trabalhos da reunião:

1. Informação
2. Comprometimento / Aproveitamento
3. Outros assuntos

Relativamente ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, a Directora de Turma comunicou terem comparecido à reunião de Encarregados de Educação, no início do terceiro período, os Encarregados de Educação das alunas números dois, [redacted]; sete, [redacted]; oito, [redacted]; onze, [redacted]; doze, [redacted]; quinze, [redacted]; dezasseis, [redacted] e dezassete, Vanessa Rosa.

A Directora de Turma informou ter recebido a Encarregada de Educação da aluna número quinze, [redacted] assim como a própria aluna no dia quinze de Maio, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos. A aluna revelava sinais de uma extrema sensibilidade e cansaço motivados por questões familiares, sentimentais, de saúde e até algumas dúvidas em relação à sua continuidade neste curso. À aluna foi aconselhada a sua continuidade no curso, devido à sua boa prestação até então demonstrada e devido às possibilidades de, posteriormente, prosseguir estudos numa outra área. A aluna foi encaminhada para o Serviço de Psicologia e Orientação para um acompanhamento psicológico com a psicóloga, [redacted]. A Directora de Turma aconselhou a Encarregada de Educação a marcar uma consulta para a [redacted] com o respectivo médico de família. A professora [redacted], que assistiu a parte desta reunião, sugeriu ainda a marcação de uma consulta no "Espaço S - em [redacted]". A Encarregada de Educação mostrou-se bastante receptiva a estas sugestões.

A professora [redacted] informou que estava a terminar o número de aulas respeitante aos dois anos da disciplina de *Cidadania e Sociedade* e que o espaço ocupado no horário por esta disciplina passaria a ser ocupado pela disciplina *Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho*. Por outro lado, a professora [redacted] passará a ocupar o espaço da disciplina *Tecnologias da Informação e Comunicação* assim que o professor [redacted] terminar o número de aulas a leccionar.

Relativamente ao segundo ponto da ordem de trabalhos, os professores foram unânimes em considerar que o comportamento da turma melhorou bastante. A planta da sala de aula contribuiu muito para esta mudança positiva. Quanto ao aproveitamento, o professor de *Sociologia*, [redacted], informou que as alunas números onze, [redacted] e [redacted] continuam a ter um fraco aproveitamento comprometendo, assim, a sua aprovação nesta disciplina. O conselho de turma considerou que as alunas números, quatro, [redacted]; onze, [redacted] e treze, [redacted], continuam igualmente a ter um fraco aproveitamento, apesar das estratégias implementadas. São alunas pouco dinâmicas que nem sempre apresentam os trabalhos solicitados e não têm hábitos de estudo. Por outro lado, a aluna número dois, [redacted], melhorou a sua postura e tem-se empenhado no cumprimento das actividades propostas. A aluna número seis, [redacted], regressou no seu aproveitamento. De um modo geral, as alunas desta turma continuam a ter algumas dificuldades de

compreensão e aquisição de conhecimentos, apesar das diversas estratégias adoptadas. Destaca-se pela positiva a aluna número dezoito, por ser uma aluna atenta, cumpridora, bastante empenhada e com postura correcta face a este curso.

No que diz respeito ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, a professora informou que a visita de estudo ao Museu da Ciência Viva, no Pavilhão do Conhecimento, no dia vinte e sete de Abril, tinha decorrido de acordo com os objectivos da visita. No âmbito das disciplinas de *Português* e *Acompanhamento de Crianças em Actividades de Tempos Livres*, a visita de estudo as Sintra, no dia oito de Maio foi igualmente proveitosa tendo mesmo superado as expectativas, de acordo com os professores.

A turma assistiu, no dia catorze de Maio, na nossa Escola, à peça de teatro "Deixemos o Sexo em Paz", de Dário Fo. A peça de teatro estava enquadrada nos conteúdos que estão a ser leccionados nas disciplinas de *Acompanhamento de Crianças* e *Acompanhamento de Crianças em Jardim de Infância*, segundo a professora.

No âmbito das disciplinas de *Acompanhamento de Crianças* e *Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais* estão a ser planeadas visitas de estudo à Casa da em e à do ao sector das reclusas que têm filhos inferiores a três anos.

A professora, que lecciona a disciplina de *Psicologia* nesta turma, comunicou que seria preferível que, devido ao tipo de conteúdos a leccionar, no próximo ano lectivo esta disciplina fosse leccionada por um professor com formação própria.

A professora apresentou uma proposta para que no próximo ano lectivo esta turma fosse quinzenalmente ao Centro Cultural de participar em acções programadas por este centro e destinadas a este tipo de cursos. Foi ainda sugerido que as professoras acompanhantes fossem as professoras.

A professora apresentou ainda o programa "A Empresa" - um projecto de Empreendedorismo que poderá ser implementado na turma no próximo ano lectivo. Este projecto, constituído por um programa modular, tem como objectivo ensinar a criar microempresas. O conselho de turma manifestou agrado em relação a estas duas propostas.

Finalmente, foi decidido que as alunas poderiam permanecer na sala de aula durante os intervalos para realizarem trabalhos das diversas disciplinas. No entanto, estas serão responsáveis pelos objectos que se encontrem na sala; não têm autorização para comerem dentro da sala e as chaves da sala serão sempre entregues à funcionária responsável pelo pavilhão.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por terminada a reunião da qual se lavrou a presente acta e que vai ser assinada nos ter da lei.

CI do ... de 29/05/07  
Fls. 01/03

**Acta de Reunião Intercalar**  
**Ensino Secundário**

3.º Período

...º Ano

Turma ...

2006/07

A presente acta é composta por três folhas, numeradas e rubricadas pelo director de turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O Director de Turma

O Secretário

PA O Pres. Conselho Executivo

Visto em 26/06/07

Aos vinete e nove dias do mês de Maio do ano de dois mil e sete, pelas doze horas e trinta minutos, reuniu o Conselho de Turma, sob a presidência do(a) professor(a) ...

DISCIPLINAS	NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
Português		
Inglês		
Tic		
Cidadania e Sociol.		
H.S.O.T		
Ed. Física		
Sociologia		
Psicologia		
Francês		
Acomp. em A.T.L.		
Acomp. de Crianças		
Acomp. em C.J.I.		
Acomp. de C. N.E.E.		
S.P.O.		

NOTA: Têm-se todos os espaços em branco e deverá feita no lugar da "rubrica" dos professores e alunos.

Ordem de Trabalhos da reunião:

1. Informação
2. Apeçoamento
3. \_\_\_\_\_



Relativamente ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, a Directora de Turma comunicou que a aluna número quinze, ..., continuava a revelar sinais de instabilidade, cansaço e quebra no seu aproveitamento escolar motivados por questões familiares. A psicóloga, doutora ..., relatou o encontro que teve com a aluna, após ter sido encaminhada para o Serviço de Psicologia e Orientação. Comunicou ainda haver a necessidade de convocar o pai da ... para uma reunião. Nessa reunião estariam presentes a própria psicóloga, a Directora de Turma e o pai da aluna, uma vez que a Encarregada de Educação da aluna se encontra doente.

A doutora ... transmitiu ainda que a aluna número oito, ..., tinha solicitado um encontro com a psicóloga.

A professora ... informou que já tinha terminado o número de aulas a leccionar respeitante aos dois anos da disciplina de *Cidadania e Sociedade* e que o espaço ocupado no horário por esta disciplina está a ser ocupado pela disciplina *Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho*. Por outro lado, a professora ... está a ocupar o espaço da disciplina *Tecnologias da Informação e Comunicação*, em virtude do professor ... ter terminado o

número de aulas a leccionar para os dois anos. A professora ... comunicou a sua preocupação relativamente ao cumprimento na íntegra do número de aulas a leccionar na sua disciplina, para este ano lectivo. Foi-lhe sugerido que continuasse a dar as aulas nos espaços das disciplinas que terminavam assim como em horário pós lectivo, caso isso fosse possível. O professor ... informou que o número de aulas a leccionar na disciplina de *Sociologia* estava prestes a terminar. A professora ... comunicou que iria terminar o número de aulas a leccionar da disciplina *Acompanhamento de Crianças em Actividades de Tempos Livres* na semana de onze de Maio.

Relativamente ao segundo ponto da ordem de trabalhos, o professor de *Sociologia*, ... informou que as alunas números onze, ... e treze, ..., continuam a ter um fraco aproveitamento comprometendo, assim, a sua aprovação nesta disciplina. Nas disciplinas de *Português* e *Psicologia* as alunas números, quatro, ... e treze, ..., não se têm empenhado o suficiente de forma a atingirem um nível de aproveitamento satisfatório. Na disciplina de *Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais*, as alunas números dois, ...; quatro, ...; onze, ... e treze, ... não conseguirão, muito provavelmente, obter aproveitamento positivo nesta disciplina. A participação destas alunas é fraca e não têm correspondido às diversas actividades solicitadas. Apesar de não ter estado presente na reunião deste Conselho de Turma, a professora ... transmitiu à Directora de Turma que nas disciplinas de *Acompanhamento de Crianças* e *Acompanhamento de Crianças em Creche e*

*Jardim de Infância* as alunas números dois, [redacted]; quatro, [redacted] e onze, [redacted] iriam realizar um teste de recuperação. A aluna número dezasseis irá realizar um teste de recuperação na disciplina de *Acompanhamento de Crianças em Creche e Jardim de Infância*. Saliente-se que as alunas acima referidas já tinham realizado testes escritos, fichas de trabalho e trabalhos de grupo, com apresentação escrita e oral. Nas disciplinas de *Inglês e Francês* foram solicitadas às alunas a realização de diversas actividades de forma a colmatar as deficiências na aquisição e compreensão de conhecimentos destas duas disciplinas.

As professoras [redacted] e [redacted] não estiveram presentes neste conselho de turma em virtude de se encontrarem numa reunião de Cursos Profissionais de Ensino Secundário.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por terminada a reunião da qual se lavrou a presente acta e que vai ser assinada nos termos da lei.

## 2.6. Outros assuntos.

**Desenvolvimento:**

1.1 Em cumprimento do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, os professores signatários apresentaram as propostas de avaliação referente a cada aluno, procedendo-se à **atribuição de classificações de acordo com os critérios de avaliação das disciplinas**, aprovadas em Conselho Pedagógico.

1.2 Análise dos alunos com NEB e alunos estrangeiros. Nada a registar.

1.3 Foi analisado o **aproveitamento** da turma e das **classificações** nos documentos de avaliação em vigor. O **balanço** realizado é o seguinte:

Número total de alunos avaliados em **três ou mais** disciplinas: 15 (quinze)

- Número de alunos **sem** negativas: 11 (onze)
- Número de alunos com **uma** ou **duas** negativas(\*): 2 (dois)
- Número de alunos com **três ou mais** negativas(\*): 2 (dois)
- Número de alunos **admitidos/não admitidos a exame** [preencher a tabela].

Disciplinas	N.º de alunos admitidos a exame	N.º de alunos não admitidos a exame
-----	-----	-----
-----	-----	-----
-----	-----	-----

(\*) Inclui anulações de matrícula e/ou exclusão por faltas.

**Aproveitamento global da turma:**

Muito Bom ☐

Bom ☐

Satisfatório ☒

Não satisfatório ☐

Mau ☐

A encarregada de educação da aluna número dois, foi pessoalmente informada, em reunião de Encarregados de Educação realizada em Abril do corrente ano, acerca do aproveitamento da sua educanda. Foi igualmente informada acerca das dificuldades que a teria de superar bem como do cumprimento das actividades solicitadas pelos diversos professores para atingir o nível de aproveitamento satisfatório. A encarregada de educação da aluna referiu, por sua vez, que não estava interessada que a aluna fosse transferida para uma outra área dentro destes Cursos e que iria apelar à aluna para um cumprimento integral das actividades solicitadas pelos professores das diversas disciplinas. Neste conselho de turma, na componente técnica, na disciplina de *Acompanhamento em Creche e Jardim de Infância*, a professora Cristina Ferreira comunicou que a aluna fez um esforço muito grande, mas muito inconstante com um percurso irregular. A *Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais* aconteceu exactamente o mesmo, ou seja, nos dois períodos anteriores não trabalhou, tendo-se apenas empenhado neste período final. A classificação final de nove valores, nesta última disciplina, é muito favorável, pois não reflecte o real trabalho que desenvolveu ao longo de todo o ano lectivo. A aluna revela uma atitude de desinteresse e pouco empenho. Tem alguma dificuldade de se integrar num grupo de trabalho, sendo foco de conflito, não cumprindo os prazos estipulados para cumprimento de tarefas propostas. Na disciplina de *Sociologia* só tirou avaliação positiva na ficha de recuperação. Só no final do ano é que trabalhou um pouco. Foi solicitado um trabalho de recuperação, mas a mesma não manifestou interesse pois alegou que não teria problemas com a sua transição para o segundo ano deste curso. O conselho de turma considerando que



tratando-se de um curso de educação e formação, apesar de não ter alcançado as competências necessárias no âmbito da disciplina de *Acompanhamento em Creche e Jardim de Infância*, decidiu votar a alteração da classificação desta disciplina dando a possibilidade à aluna de continuar o segundo ano deste curso.

A encarregada de educação da aluna número quatro, \_\_\_\_\_, foi informada via SMS e por carta sobre o aproveitamento escolar e a assiduidade da aluna. No entanto a encarregada de educação nunca compareceu na Escola nem contactou a Directora de Turma, apesar de ter sido solicitada a sua comparência na Escola. Foi analisado o caso da aluna e não se viram resultados de trabalho tendo o conselho de turma decidido não possibilitar a frequência do segundo ano de formação deste curso. A aluna não se esforçou minimamente, tendo sido durante o ano foco de várias situações de conflito, sendo as chegadas atrasadas às aulas uma constante.

A encarregada de educação da aluna número onze, \_\_\_\_\_, teve conhecimento, ao longo do ano lectivo, do aproveitamento escolar e da assiduidade da aluna. Estes contactos foram estabelecidos quer pessoalmente, com a Directora de Turma, quer telefonicamente e via SMS. A aluna revelou um grande défice em muitas disciplinas, tendo-se verificado que a mesma não possui condições de frequentar o segundo ano deste curso. A própria aluna já teria manifestado o desejo de integrar uma outra área de formação.

A encarregada de educação da aluna número treze, \_\_\_\_\_, foi informada pessoalmente, via SMS e por carta sobre o aproveitamento escolar e a assiduidade da aluna. A encarregada de educação foi ainda solicitada a justificar várias faltas de presença da aluna, mas tal não foi cumprido. De acordo com as professoras \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ a aluna tem na formação técnica um bom relacionamento com as crianças, sendo afectuosa e atenta, o que foi vivenciado em estágio, no final do ano lectivo anterior, nas valências de Creche e Jardim de Infância. O conselho de turma considerando que tratando-se de um curso de educação e formação, apesar da aluna não ter alcançado as competências necessárias no âmbito da disciplina de *Sociologia*, decidiu votar a alteração da classificação dando a possibilidade de continuar o segundo ano deste curso. Devido a ter ultrapassado o limite de faltas nas disciplinas de Psicologia e Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais a aluna irá cumprir três dias de actividades no Centro de Recursos Educativos da escola ou irá acompanhar a integração de alunos do quinto ano de escolaridade na nossa escola.

#### 1.4 Comportamento global da turma:

Muito Bom ☐ Bom ☒ Satisfatório ☐ Não satisfatório ☐ Mau ☐

#### 1.5 Assiduidade

A aluna número oito, \_\_\_\_\_, ultrapassou o limite de faltas a todas as disciplinas, excepto a Língua Estrangeira II, Tecnologias da Informação e Comunicação e, Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho por motivos de saúde, realização de exames médicos, idas a consultas médicas e internamento hospitalar. Todas as faltas da aluna estão devidamente justificadas. Para compensar estas faltas e o cumprimento dos objectivos de formação, a aluna apresentou trabalhos escritos e orais nessas disciplinas. A aluna número nove, \_\_\_\_\_, por ter ultrapassado o limite de faltas a Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais, irá exercer trabalho de recuperação no Centro de Recursos Educativos da escola durante dois dias. A aluna número quinze, \_\_\_\_\_, ultrapassou o limite de faltas, devido a questões de saúde e instabilidade familiar, nas disciplinas de Língua Estrangeira II, Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais e Acompanhamento em Creche e Jardim de Infância. Como tal, irá exercer três dias de actividades de superação no Centro de Recursos Educativos da escola. A aluna número treze, \_\_\_\_\_,

devido a ter ultrapassado o limite de faltas na disciplina de Psicologia e Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais, irá cumprir três dias de actividades no Centro de Recursos Educativos da escola ou irá acompanhar a integração de alunos do quinto ano de escolaridade na nossa escola.

## 2. Outros assuntos.

- 2.1. Nada a registar.
- 2.2. O conselho de turma votou a alteração da classificação da disciplina de *Acompanhamento em Creche e Jardim de Infância* para dez valores possibilitando à aluna número dois, a transição para o segundo ano. O conselho de turma votou a alteração da classificação de *Sociologia* para dez valores possibilitando à aluna número treze, a transição para o segundo ano do curso de formação.
- 2.3. De seguida, foi focado o Plano Anual de Actividades, tendo os docentes declarado que todas as actividades realizadas durante este ano lectivo decorreram de acordo como o planeado, e atingiram os objectivos para os quais tinham sido concebidas. A professora informou que esta turma foi contemplada com oito sessões da "Escola Criativa" de duas horas entre os meses de Outubro de dois mil e sete e Maio de dois mil e oito, no Centro Cultural de às quartas-feiras à tarde. Quem acompanhará será a professora . A professora gostaria de acompanhar algumas destas sessões no âmbito da disciplina de Português.
- 2.4. A professora optou por leccionar neste ano lectivo os conteúdos previstos para os dois anos lectivos das disciplinas de *Cidadania e Sociedade e Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho*. Assim, na disciplina de *Cidadania e Sociedade* foram leccionadas trinta aulas em vez das catorze inicialmente estipuladas para este ano lectivo. Na disciplina de *Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho* foram leccionadas quarenta aulas em vez das vinte previstas. O professor leccionou vinte e oito aulas, em vez das catorze inicialmente previstas, na disciplina de *Tecnologias da Informação e Comunicação*, tendo, deste modo, leccionado já os conteúdos previstos para os dois anos desta disciplina. Face a esta declaração, os professores de Educação Física, Inglês, Sociologia e Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais sugeriram que as horas desocupadas pelas disciplinas supracitadas, fossem distribuídas por estas disciplinas. Nas disciplinas de Português e Psicologia foram leccionadas cento e quarenta e três aulas em vez de cento e vinte e oito. Nas disciplinas de Inglês e Sociologia foram leccionadas sessenta e sete aulas em vez de sessenta e quatro aulas. Na disciplina de Educação Física foram leccionadas sessenta e seis aulas em vez de sessenta. Na disciplina de Acompanhamento em Actividades de Tempos Livres foram leccionadas duzentas e vinte e cinco aulas em vez de duzentas e vinte e uma. Na disciplina de Acompanhamento de Crianças foram leccionadas cento e noventa e cinco aulas em vez de cento e noventa. Na disciplina de Acompanhamento em Creche e Jardim de Infância foram leccionadas duzentas e trinta e três aulas em vez de duzentas e trinta aulas. Finalmente, na disciplina de Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais foram leccionadas cento e oitenta e duas aulas em vez de cento e oitenta e uma. Todos os docentes declararam que cumpriram integralmente os conteúdos programáticos que estavam previstos para este ano lectivo.
- 2.5. A aluna número dezoito, , foi proposta para o Quadro de Valores e Excelência por ter obtido a média de classificação de dezasseis valores. Acresce ainda, o facto da aluna revelar uma atitude e empenho exemplares.

- 2.6. Foi elogiada a participação e disponibilidade da Encarregada de educação da aluna número dezasseis, na actividade de projecto de pais que decorreu ao longo do ano lectivo na escola, tendo terminado no dia vinte e seis de Junho com uma sessão na Direcção Geral de Educação de Lisboa.

Nada mais havendo a tratar foi lida e aprovada a acta, dando-se por terminada a reunião.

**Acta de Reunião de Avaliação****Ensino Secundário**

3.º Período

2006/07

A presente acta é composta por cinco folhas, numeradas e rubricadas pelo Director de Turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O(A) Director(a) de Turma

O(A) Secretário(a)

R.V. O Pres. Conselho Executivo

Visto em 02/07/07

Aos vinte e sete dias do mês de Junho do ano de dois mil e sete, pelas dezasseis horas e trinta minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sobre a presidência da professora Leonor Penim.

DISCIPLINAS	CLASSIFICAÇÕES					AULAS		NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
	0 a 4	5 a 9	10 a 13	14 a 17	18 a 20	P	D		
Português	-	3	40	2	-	128	143		
Inglês I	-	-	12	3	-	64	67		
Tecnologias Inf. Com.	-	-	8	7	-	28	28		
Cidadania e Sociedade	-	-	8	7	-	28	30		
H.S.S.T.	-	-	11	4	-	40	40		
Educação Física	-	-	9	6	-	60	66		
Sociologia	-	2	11	2	-	64	67		
Psicologia	-	2	11	2	-	128	143		
Francês II	-	-	13	1	1	64	64		
Acomp. A. T. L.	-	-	4	11	-	221	225		
Acomp. Crianças	-	2	8	5	-	190	195		
Acomp. C. 1. Infância	-	2	7	6	-	230	233		
Acomp. C. N. E. E.	-	4	8	2	1	181	182		
S. P. O.	-	-	-	-	-	-	-		

NOTA: Tratar todos os espaços em branco e marcar firm no lugar da "rubrica" aos professores assentes.

**Ordem de Trabalhos:****Ponto um:** Análise e avaliação do Projecto Curricular de Turma:

- 1.1 Atribuição das classificações aos alunos;
- 1.2 Análise do cumprimento dos Planos Educativos Individuais dos alunos com NEE e dos Planos Individuais dos alunos estrangeiros;
- 1.3 Análise do aproveitamento (referir o nível de sucesso/insucesso e sua justificação);
- 1.4 Análise do comportamento (referir o comportamento geral; alunos com participações disciplinares, medidas tomadas, etc.);
- 1.5 Análise da assiduidade (Indicar número e nome dos alunos que revelaram fraca assiduidade; número e nome dos alunos que excederam o limite de faltas - exclusão por faltas a todas as disciplinas).

**Ponto dois:** Outros assuntos

- 2.1. Anulações de matrícula (indicar o nome do(s) aluno(s), o número e a(s) disciplina(s)).
- 2.2. Votações, declarações de voto, deliberações do C. Turma e /ou restantes assuntos relevantes;
- 2.3. Balanço das actividades desenvolvidas de acordo com o PCT.
- 2.4. Balanço dos conteúdos disciplinares.
- 2.5. Proposta de alunos para o Quadro de Valores e Excecência.

**-Anexo 8 – Actas de reuniões de Conselho de Turma do Curso  
de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**



# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

## Acta de Reunião de Avaliação

### Ensino Secundário Cursos Tipo 5

200.6/027  
1º Período  
.....º Ano  
Turma .....

Aos Onze dias do mês de Setembro do ano de dois mil e seis, pelas noze horas e dez minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sobre a presidência do(a) professor(a) \_\_\_\_\_

DISCIPLINAS	Nome do Professor	RUBRICA
Português		
Língua Estrangeira		
Ciências Sociais e Soci.		
TIC		
HSST		
Educação Física		
Matemática		
Física - Química		
Práticas de Electr.		
INRSP		
HRCEE		
CCME		
Técnicas de Org. Emp.		

NOTA: Tratar todos os espaços em branco e marcar falta no lugar de "rubrica" aos professores ausentes.

#### Ordem de Trabalhos:

Ponto um: Organização e funcionamento dos cursos tipo 5;

Ponto dois: Planificação das actividades da turma.

Ponto três: Outros assuntos.

#### Desenvolvimento:

— Relativamente ao ponto um, a professora vice-presidente do Conselho Executivo, entregou ao Coordenador de Curso, professor \_\_\_\_\_, o guia orientador das procedimentes a adoptar nas Escolas de Educação e Formação - Tipo 3 e 5 / Cursos Profissionais, para a compensação de aulas por falta do professor, salientando os respectivos deveres do docente que tenha faltado a totalidade ou a parte dos segmentos lectivos.

— Em relação ao ponto dois, o Conselho de Turma considerou ser mais oportuno apresentar as planificações das actividades da turma, após conclusão das planificações programáticas das respectivas disciplinas curriculares.

—No que concerne ao ponto três, a professora de Português,  
\_\_\_\_\_, está a estudar qual a melhor obra de Eça  
para apresentar à turma, e decide com o perfil dos alunos  
que integram o grupo em questão.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**Acta de Reunião Intercalar**

**Ensino Secundário**

1.º Período

.....º Ano

Turma ... ..

200 6 / 07

A presente acta é composta por duas folhas, numeradas e rubricadas pelo director de turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O Director de Turma

O Secretário

PA O Pres. Conselho Executivo

Visto em 15/12/06

Aos catze dias do mês de Novembro do ano de dois mil e seis, pelas dezasseis horas da minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sob a presidência do(a) professor(a) \_\_\_\_\_.

DISCIPLINAS	NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
CEME		
Cid. Soc		
E.F		
EQ		
HSST		
THRSP		
JNG		
MAT. APL		
MRCGE		
PORT		
PR- ELEC		
TIC		
TDE		
SPO		

**NOTA:** Trancar todos os espaços em branco e manter falta no lugar da "rubrica" aos professores absentes.

**Ordem de Trabalhos da reunião:**

1. Definição do perfil da turma;
2. Estratégias de actuação, metodologia de trabalho e critérios de avaliação;
3. Plano de trabalho de turma;
4. Outros assuntos;

Dando cumprimento ao ponto um, o Director de Turma fez uma breve caracterização da mesma, salientando que a de idades dos alunos é de dezoito anos, sendo sete os próprios Encarregado de Educação. Na sua maioria, os alunos pretendem terminar o 12º ano. Seguidamente os professores apresentaram os primeiros dados relativos ao comportamento e aproveitamento, após o que se concluiu que a turma revela-se globalmente pouco trabalhadora e por vezes agitada, destacando-se, quanto ao primeiro aspecto, o aluno \_\_\_\_\_, número onze, que não cumpre as tarefas da aula, entregando inclusivamente testes e trabalhos praticamente em branco. Relativamente ao comportamento, têm sido os alunos \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, números dois e cinco respectivamente, os mais destabilizadores. -----

Passando ao segundo ponto, o Director de Turma lembrou que os critérios de avaliação para os Cursos de Educação e Formação são os seguintes: para as componentes sócio-cultural e científica, o domínio do "saber fazer" tem um peso de cento e quarenta pontos e o "saber estar" de sessenta pontos; para a componente tecnológica o domínio do "saber fazer" tem um peso de cento e noventa pontos (distribuídos por testes: cem pontos, e trabalhos e relatórios: noventa pontos), e o do "saber estar" dez pontos. Cada disciplina distribuiu estes pesos de acordo com o estabelecido em cada departamento e conforme consta nos anexos aos contratos de aprendizagem. -----

Dadas as características da turma e face aos primeiros dados recolhidos, a avaliação incidirá sobretudo no trabalho da aula. -----

Relativamente ao ponto três, os professores entregarão ao Director de Turma os respectivos planos para elaboração do Plano de Trabalho conjunto. -----

Finalmente, e concretizando o último ponto da ordem de trabalhos, o Director de Turma informou os presentes que o aluno número catorze, \_\_\_\_\_, anulou a matrícula no passado dia quatro de Outubro. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente acta, que será assinada nos termos da lei. -----

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

## Acta de Reunião de Avaliação

## Ensino Secundário

2006/07

1.º Período

1.º Ano

Turma \_\_\_\_\_

A presente acta é composta por duas folhas, numeradas e rubricadas pelo director de turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O Director de Turma

O Secretário

R<sup>o</sup> O Pres. Conselho Executivo

Visto em 15/01/07

Aos doze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e seis, pelas oito horas quinta minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sobre a presidência do(a) professor(a) \_\_\_\_\_.

DISCIPLINAS	CLASSIFICAÇÕES					AULAS		NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
	0	5	10	14	18	P	D		
	4	9	13	17	20				
LEI- Inglês	-	2	9	1	-	22	22		
H.S.S.T	-	3	6	1	-	12	10		
Educação Física	-	1	9	2	-	12	11		
Cid. Soc.	-	-	3	9	-	12	11		
Português	-	5	6	1	-	50	46		
TIC	-	-	7	5	-	12	12		
Físico-Química	-	4	6	2	-	26	26		
Mat. Aplic.	-	5	5	2	-	52	48		
TOE	-	4	6	2	-	26	22		
Dr. Elect.	-	4	7	1	-	82	79		
M.R.C.E.	-	4	2	6	-	87	76		
EMSA	-	5	5	2	-	54	49		
CENB	-	6	3	3	-	74	67		
S.P.O.	-	-	-	-	-	-	-		

NOTA: Trancar todos os espaços em branco e trancar falta no lugar da "rubrica" aos professores ausentes.

## Ordem de Trabalhos:

Ponto um: Análise e avaliação do Projecto Curricular de Turma:

- 1.1 Atribuição das classificações aos alunos;
- 1.2 Análise do aproveitamento e do comportamento;

Ponto dois: Outros assuntos;

- 2.1. Balanço da realização das visitas de estudo incluídas no Plano de actividades da turma;
- 2.2. Organização das actividades / visitas de estudo para o próximo período lectivo;
- 2.3. Casos especiais de avaliação e de comportamento e estratégias de actuação.

Em cumprimento da ordem de trabalhos no que se refere ao ponto um  
 - Procedeu-se á atribuição das respectivas classificações aos alunos;--  
 O Conselho de Turma considerou que em termos gerais o aproveitamento e o comportamento da turma é satisfatório;-----  
 Em relação ao ponto dois, no que respeita a visitas de estudo, estas não se efectuaram no decorrer do primeiro período. Para o segundo período, a professora da disciplina de português, está a prever realizar uma visita de estudo ao teatro sobre a temática queirosiana.-----  
 Os professores da área técnica têm previsto a realização de duas visitas de estudo ( À central Termoelétrica de Sines e à barragem do Alqueva ) relacionadas com os sistemas de automação e controlo do processo de produção/transporte de energia eléctrica.-----  
 No que concerne aos casos especiais de avaliação e de comportamento referem-se os seguintes:-----  
 O aluno (3), necessita de maior empenhamento na área técnica bem como na disciplina de Físico-Química.-----  
 O aluno (7), revela dificuldades aprendizagem na maioria das disciplinas necessitando de se esforçar significativamente para atingir os objectivos mínimos.-----  
 O aluno (9), embora seja empenhado necessita de se esforçar para ultrapassar as dificuldades.-----  
 Os alunos (2) e (12), manifestam em geral desinteresse pelas actividades desenvolvidas nas aulas, mantendo-se sistematicamente distraídos e dialogando entre si, perturbando o bom funcionamento das aulas. Salienta-se que, até à presente data revelam notória desadequação ao perfil do curso que frequentam.-----  
 O Conselho de Turma propõe como estratégias de remediação a diversificação das actividades no processo de ensino aprendizagem, no contexto da sala de aula.-----  
 O aluno (8), anulou a matrícula em dezassete de Novembro de dois mil e seis.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Acta de Reunião Intercalar

Ensino Secundário

2.º Período

.....º Ano

Turma, ....

2006/2007

A presente acta é composta por duas folhas, numeradas e rubricadas pelo director de turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O Director de Turma

O Secretário

2007 O Pres. Conselho Executivo

Visto em 16/02/07

Aos trinta dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e setenta e sete, pelas dezoito horas e trinta minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sob a presidência do(a) professor(a) \_\_\_\_\_

DISCIPLINAS	NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
CEME		
Cid. Soc.		
Ed. Física		
Física-Química		
M.S.T.		
EMRP		
Inglês		
Mat. Aplicada		
M.R.C.E.		
Português		
Prat. Electr.		
TIC		
TAE		
SPO		

NOTA: Trancar todos os espaços em branco e marcar falta no lugar da "rubrica" aos professores ausentes.

Ordem de Trabalhos da reunião:

1. Informações
2. Plano de Trabalho de Turma
3. Gestões urgentes

Em cumprimento da ordem de trabalhos no que se refere ao ponto um, o Director de turma comunicou as seguintes informações:

Compareceram à reunião de encarregados de educação os pais/encarregados de educação dos seguintes alunos: (Nº1), (Nº6), (Nº7) e (Nº9), aos quais transmitiu as considerações resultantes do Conselho de turma relativamente ao aproveitamento e comportamento dos respectivos educandos.

Face aos casos mais problemáticos (Nº2) e (Nº11), o Director de turma convocou telefonicamente os respectivos pais/encarregados de educação no sentido de os informar sobre a falta de aproveitamento, fraco empenhamento e desadequação dos educandos ao perfil do curso que frequentam, bem assim de solicitarem aconselhamento junto do Serviço de Psicologia e Orientação Escolar. No que respeita ao ponto dois, o Conselho de turma considerou que na generalidade das disciplinas a turma mantém-se pouco empenhada participando apenas nas actividades propostas para a sala de aula.

Continuam a destacar-se pela negativa os alunos (Nº2) e (Nº11) devido ao fraco aproveitamento e empenhamento. O aluno (Nº5) não trabalha nas disciplinas de Português e Físico-Químicas. Salienta-se pela positiva, na disciplina de Inglês o aluno (Nº3) pelo conhecimento e participação nas aulas.

Perante as dificuldades manifestadas pela generalidade dos alunos no domínio cognitivo e falta de concentração o Conselho de turma decidiu adoptar como estratégia de remediação, além da diversificação das actividades a realizar, a diminuição do grau de complexidade das mesmas, por forma a melhorar o empenhamento dos alunos.

Relativamente ao ponto três, a professora da disciplina de Matemática está a planificar uma visita de estudo ao Museu Ciência Viva (Parque das Nações) à Exposição Interactiva de Matemática, a realizar durante o segundo período, sendo acompanhada pelo professor de Educação Física.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CT do, de 6/3/07  
Fls. 1/2

Acta de Reunião Intercalar  
Ensino Secundário

2.º Período

.....º Ano

Turma .....

2006/07

A presente acta é composta por duas folhas, numeradas e rubricadas pelo director de turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O Director de Turma

O Secretário

Rel O Pres. Conselho Executivo

Visto em 17/04/07

Aos 06/03 dias do mês de Março do ano de dois mil e sete, pelas dezessete horas e quinze minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sob a presidência do(a) professor(a)

DISCIPLINAS	NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
C.E.M.G.		
Cid. Soc.		
Ed. Física		
Física-Química		
HSST		
IMRSP		
Inglês		
Mat. Aplicada		
M.R.C.C.		
Português		
Ps. Electr.		
TIC		
TOE		
SPO		

NOTA: Rubricar todos os espaços em branco e marcar falta no lugar da "rubrica" aos professores absentes.

Ordem de Trabalhos da reunião:

1. Informações
2. Plano de Trabalho de Turma
3. Outros assuntos

Em cumprimento da ordem de trabalhos no que se refere ao ponto um, o Director de Turma informou o Conselho de Turma da reunião ocorrida com os pais/encarregados de educação afim de dar conhecimento das avaliações intercalares, estiveram presentes os encarregados de educação dos alunos (1);

(6); (7); (12).

Em relação ao ponto dois, o Conselho de turma mantém a opinião que na generalidade das disciplinas a turma é pouco empenhada, tendo os respectivos professores feito as seguintes considerações:

Disciplina de Português- Revelam fraco empenhamento/aproveitamento os alunos (2);

(11) e (5); o aluno (3) é distraído e pouco empenhado tendo baixado de rendimento.

Disciplina de Físico-Química- Manifestam desmotivação os alunos (2); (3);

(5); (6) e (11).

Disciplina de Inglês- Revelam dificuldades os alunos (2); (6);

(7); (11) e (12).

Disciplina de Matemática- Os alunos (1) e (2) revelam atitudes inadequadas no contexto da sala de aula.

Disciplina de Educação Física- O aluno (5) nem sempre cumpre as actividades da aula o que se irá reflectir no respectivo aproveitamento.

Disciplina de H.S.S.T.- O aluno (5) baixou de rendimento, tendo de se aplicar.

Práticas de Electrotecnia- Manifestam falta de empenhamento/aproveitamento os alunos (2);

(11); o aluno (5) baixou significativamente o seu rendimento.

Disciplinas de C.B.M.E/M.R.C.E.E - Além dos problemáticos (2) e (11),

revelam dificuldades os alunos (3); (7). Os alunos (1);

(5); (10); (13); baixaram substancialmente de rendimento sendo necessário maior empenhamento.

Saíam-se pela negativa na generalidade das disciplinas os alunos (2) e (11) devido à inexistência de empenhamento.

Relativamente ao ponto três a Dr.ª do Serviço de Psicologia e Orientação informou que reuniu com o aluno (11) e sua progenitora no sentido de encontrarem alternativas escolares

para o aluno. A mãe do referido aluno mencionou que o filho não pretende concluir o 12º Ano, contudo solicitou a permissão da frequência do aluno até final do ano lectivo, no sentido de permitir a procura de alternativas escolares ou a transição para a vida activa.

Os professores da área técnica informaram que a visita de estudo à Barragem do Alqueva está calendarizada para o dia 11 de Abril de 2007.

A reunião de avaliação do segundo período realizar-se-á no dia 20 de Março de 2007 pelas dezassete horas.



CT do: 2 de 20/03/07 Fls. 1/2

# Acta de Reunião de Avaliação

## Ensino Secundário

Edo 6/07

2º Período

\_\_\_\_º Ano

Turno: \_\_\_\_\_

A presente acta é composta por duas folhas, numeradas e rubricadas pelo director de turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada

O Director de Turma

O Secretário

20 O Pres. Conselho Executivo

Visto em 04/04/07

Ans vinte dias do mês de Março do ano de dois mil e sete, pelas doze horas \_\_\_\_\_ minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sob a presidência do(a) professor(a) \_\_\_\_\_

DISCIPLINAS	CLASSIFICAÇÕES					AULAS		NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
	0	5	10	14	18	P	D		
	a	a	a	a	a				
	4	9	13	17	20				
CEME	-	2	10	-	-	66	65		
Cid. Soc.	-	-	3	9	-	12	12		
Ed. Física	-	-	8	4	-	24	24		
Física/Galileu	2	1	8	1	-	20	20		
HSST	-	3	8	-	1	11	11		
IMRSP	-	3	8	1	-	58	58		
L. Ep. Inglês	-	3	8	1	-	24	24		
Mat. Apl.	-	3	7	2	-	40	40		
MRCGE	-	4	6	2	-	74	74		
Português	-	3	9	-	-	44	40		
Prat. Elet.	2	2	6	2	-	81	81		
TIC	-	-	7	5	-	11	11		
TOE	-	3	9	-	-	18	18		
Spo	-	-	-	-	-	-	-		

NOTA: Transcrever todos os espaços em branco e marcar falta no lugar da "rubrica" dos professores adidos.

## Ordem de Trabalhos:

Ponto um- Avaliação: atribuição das classificações, análise do aproveitamento e comportamento;

Ponto dois: Casos individuais de alunos com dificuldades de acompanhamento do curso;

Ponto três: Outros assuntos

Em cumprimento da ordem de trabalhos, no que se refere ao ponto um, procedeu-se à atribuição das respectivas classificações aos alunos. O Conselho de turma considerou que em termos gerais o aproveitamento e comportamento da turma são satisfatórios.

Na disciplina de Português registou-se uma melhoria geral no aproveitamento excepto o aluno (nº5) que baixou significativamente.

O aluno (nº2), salienta-se pela negativa em termos comportamentais, manifestando em algumas disciplinas atitudes inadequadas ao contexto da sala de aula.

Em relação ao ponto dois, os alunos (nº2) e (nº11), continuam a revelar notória falta de desempenho/desinteresse na generalidade das disciplinas/curso.

Os alunos (nº3), (nº5) e (nº7), revelam dificuldades em algumas disciplinas devido à falta de concentração/empenhamento.

Relativamente ao ponto três, a professora de Matemática teve de transferir para o terceiro período, a visita de estudo ao parque de Ciência Viva, dado que a Câmara Municipal de não disponibilizou o autocarro na data prevista, no segundo período.

O aluno (nº2) atingiu o limite de faltas na disciplina de Cidadania e Sociedade e ultrapassou metade do limite de faltas nas disciplinas de Técnicas de Organização Empresarial ( TOE ), Instalação, Manutenção e Reparação de Suportes Pluritecnológicos ( IMRSP ), Físico-Química, Práticas de Electrotécnia, Construção e Ensaio de Módulos Electrónicos ( CEME ).

O aluno (nº4), atingiu o limite de faltas na disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação ( TIC ), bem como metade do limite de faltas nas disciplinas de Cidadania e Sociedade, Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho ( H SST ), Construção e Ensaio de Módulos Electrónicos ( CEME ), Instalação, Manutenção e Reparação de Suportes Pluritecnológicos ( IMRSP ), Manutenção e Reparação de Circuitos Eléctricos e Electrónicos ( MRCEE ) e Práticas de Electrotécnia.

O aluno (nº5), ultrapassou metade do limite de faltas nas disciplinas de Português, Técnicas de Organização Empresarial ( TOE ), Instalação, Manutenção e Reparação de Suportes Pluritecnológicos ( IMRSP ) e Práticas de Electrotécnia.

O aluno (nº10) atingiu metade do limite de faltas nas disciplinas de Português, Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho ( H SST ), Técnicas de Organização Empresarial ( TOE ) e Instalação, Manutenção e Reparação de Suportes Pluritecnológicos ( IMRSP ).

**Acta de Reunião de Avaliação**  
**Ensino Secundário**

3.º Período  
"A" Ano  
Turma:  
2006/07

A presente acta é composta por: dois folhas, numeradas e rubricadas pelo Director da Turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O(A) Director(s) da Turma

O(A) Secretário(s)

Re O Pres. Conselho Executivo

Visto em 05/07/07

Às vinte e sete dias do mês de Junho do ano de dois mil e sete, pelas doze horas trinta minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sobre a presidência do(a) professor(a) \_\_\_\_\_

DISCIPLINAS	CLASSIFICAÇÕES						AULAS		NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
	0-4	5-9	10-13	14-17	18-20		P	D		
<u>Português</u>	-	1	9	-	-		40	40		
<u>L. E. Inglês</u>	1	-	8	1	-		22	22		
<u>Mat. Apl.</u>	-	1	8	1	-		42	42		
<u>Educação Física</u>	-	-	1	8	1		20	20		
<u>Qd. Soc.</u>	-	-	8	2	-		5	5		
<u>IMASP</u>	-	1	8	1	-		46	46		
<u>HIST</u>	-	1	7	2	-		18	18		
<u>FA</u>	-	-	4	6	-		5	5		
<u>TOE</u>	-	1	8	1	-		21	21		
<u>Física-Geral</u>	1	-	8	1	-		20	20		
<u>CEHE</u>	-	1	7	2	-		58	58		
<u>NRCEE</u>	-	1	7	2	-		72	72		
<u>Prática Educ.</u>	1	-	8	1	-		65	66		
<u>SFO</u>	-	-	-	-	-		-	-		

NOTA: Trancar todas as páginas em branco e marcar bem no lugar de "rubrica" os professores ausentes.

### Ordem de Trabalhos:

Ponto um: Análise e avaliação do Projecto Curricular de Turma:

- 1.1 Atribuição das classificações aos alunos;
- 1.2 Análise do aproveitamento (preferir o nível de sucesso/insucesso e sua justificação);
- 1.3 Análise do comportamento (preferir o comportamento geral; alunos com participações disciplinares, medidas tomadas, etc.);
- 1.4 Análise da assiduidade (Indicar número e nome dos alunos que revelaram fraca assiduidade; número e nome dos alunos que excederam o limite de faltas - exclusão por faltas a todas as disciplinas).

Ponto dois: Outros assuntos

- 2.1 Anulações de matrícula (indicar o nome do(s) aluno(s), o número e a(s) disciplina(s));
- 2.2 Votações, declarações de voto, deliberações do C. Turma e/ou restantes assuntos relevantes;
- 2.3 Balanço das actividades desenvolvidas de acordo com o PCT;
- 2.4 Balanço dos conteúdos disciplinares.

**Desenvolvimento:**

1.1 Em cumprimento do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, os professores signatários apresentaram as propostas de avaliação referente a cada aluno, procedendo-se à **atribuição de classificações de acordo com os critérios de avaliação das disciplinas**, aprovadas em Conselho Pedagógico.

1.2 Foi analisado o **aproveitamento** da turma e das **classificações** nos documentos de avaliação em vigor. O **balanço** realizado é o seguinte:

Número total de alunos avaliados em **três ou mais** disciplinas: Dez

- Número de alunos **sem** negativas: Nove
- Número de alunos com **uma** ou **duas** negativas(\*): Zero
- Número de alunos com **três** ou **mais** negativas(\*): Um
- Número de alunos **admitidos/não admitidos a exame** [preencher a tabela].

Disciplinas	N.º de alunos admitidos a exame	N.º de alunos não admitidos a exame

(\*) Inclui anulações de matrícula e/ou exclusão por faltas.

**Aproveitamento global da turma:**

Muito Bom ☐ Bom ☐ Satisfatório ☒ Não satisfatório ☐ Mau ☐

[Inserir aqui o texto referido nível de sucesso/insucesso – disciplinas com insucesso superior a 50 % e sua justificação]

**1.3 Comportamento global da turma:**

Muito Bom ☐ Bom ☐ Satisfatório ☒ Não satisfatório ☐ Mau ☐

Não existem participações disciplinares a considerar

**1.4 Assiduidade**

Revelara falta assiduidade em algumas disciplinas os seguintes alunos: Augusto Silva (1); Fábio Martins (4); Pedro Costa (10).

**2. Outros assuntos.**

2.1. Anularam a matrícula os alunos, (2) e (5)

2.2. \_\_\_\_\_

2.3. As actividades desenvolvidas de acordo com o PCT, atingiram os objectivos propostos nas diversas disciplinas.

2.4. Foram cumpridos os conteúdos programáticos em todas as disciplinas, após simplificação dos mesmos, no decurso do primeiro período, por forma a melhor se adequarem ao perfil dos alunos.

Nada mais havendo a tratar foi lida e aprovada a acta, dando-se por terminada a reunião.

## **Anexo III**

## **-Anexo 9 – Relatório de observação naturalista de sala de aula – CEF Auxiliar de Acção Educativa nº.1**

### **Observação naturalista de sala de aula da disciplina de ATL do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa**

**12 / 3 / 2007**

Observou-se uma aula prática da disciplina de ATL, em que as alunas se encontravam a elaborar cenários a serem utilizados durante a semana de actividades extra curriculares de Páscoa.

A professora (...) apresentou o investigador à turma, introduzindo o seu trabalho, explicando às alunas que deverão responder a um questionário, o qual será interpretado e extraídas conclusões.

Foi solicitado às alunas que criassem um nome fictício para identificar a escola, mantendo assim o anonimato.

As alunas ouviram os professores, assumindo um comportamento disciplinado, mobilizando-se para cumprir a tarefa pedida pelo investigador.

Devido à compenetração com que elaboravam os cenários, as alunas pediram à professora que adiassem para a parte da tarde o trabalho de criação do novo da escola.

Observou-se que as alunas funcionavam muito bem em equipa, acatando prontamente todas as indicações dadas pela professora.

O ambiente de trabalho caracterizava-se por ser descontraído, permitindo-se a audição de música ambiente.

As alunas mostravam-se cuidadosas, pois estando a trabalhar com tintas, mantinham-se a elas próprias e à sala de aula limpas, lavando as mãos e os seus utensílios, sempre que necessário.

A sala encontrava-se limpa e arrumada.

Percebeu-se haver uma boa relação entre alunas e professora e entre si, verificando-se uma boa adesão às actividades propostas.

De igual modo observou-se por parte das alunas de um grande sentido de responsabilidade, quando após o toque para o intervalo, a maioria destas ter permanecido na sala de aula a trabalhar.

As tarefas desempenhadas pelas alunas na elaboração dos referidos cenários, variavam entre tarefas de repetição, como por exemplo no preenchimento de grandes superfícies ou criação de texturas, ou tarefas de maior minúcia no desenho de pormenores. Em qualquer caso, as alunas demonstravam concentração e cuidado, não manifestando qualquer sinal de enfado.

## **-Anexo 10 – Relatório de observação naturalista de sala de aula – CEF Auxiliar de Acção Educativa nº.2**

### **Observação naturalista de sala de aula da disciplina de Psicologia do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa**

**15-3-2007**

As alunas encontravam-se na sala e ocupavam os seus lugares habituais. A professora informou a turma que a aula ia ser assistida pelo investigador e que lhes iam ser entregues um conjunto de questionários para responderem, ao que o investigador explicou em que é que estes consistiam.

As alunas responderam ao questionário, pondo ao investigador as suas dúvidas.

Uma aluna informou que a turma escolhera para identificar a escola a designação de Escola Secundária Maria da Luz.

Depois de entregues os questionários respondidos, a aula retomou o seu rumo normal, podendo-se constatar que todas se faziam acompanhar de todos os materiais necessários para a realização das actividades propostas para esta aula, nomeadamente dos seus Dossiês de Estágio.

Pouco antes do final da aula, a professora propôs à turma a realização de um trabalho. As alunas levantaram-se discretamente, agrupando-se conforme tinham previamente combinado, iniciando as tarefas propostas.

As alunas mantiveram até ao final da aula uma atitude disciplinada, apesar de descontraída e divertida.



## **-Anexo 11 – Relatório de observação naturalista de actividade – CEF Auxiliar de Acção Educativa nº.3**

**Observação naturalista de actividade promovida pelas alunas do Curso de Educação e Formação de Auxiliares de Acção Educativa.**

**22-3-2007**

A turma do curso de Auxiliares de Acção Educativa, decidiu organizar uma actividade aberta às escolas de 1º. Ciclo, integrada na semana de actividades de final de segundo período.

Conforme observado em ocasiões anteriores, estas alunas elaboraram todos os cenários e estruturaram o espaço da sala de aula, de forma a receber e distribuir pelas diversas actividades, os alunos visitantes.

O tema escolhido para esta actividade, foi “A vida na quinta”, tendo todo o espaço da sala sido decorado com motivos rurais.

As alunas encontravam-se na sala, tranquilamente mas deixando transparecer alguma ansiedade, esperando os alunos a quem se destinava esta actividade.

As alunas traziam vestido figurinos imitando os animais da quinta, os quais tinham previamente confeccionado.

Pouco tempo depois, acompanhados pelas suas professoras, chegavam os alunos do quarto ano do 1º. Ciclo, tendo sido encaminhados para os respectivos lugares.

Realizou-se inicialmente um pequeno recital de poemas dirigido a todas as crianças, tendo de seguida, sido distribuídas por cinco *ateliêrs*, nos quais participavam rotativamente.

A actividade decorreu conforme o previsto, percebendo-se a existência de um forte espírito de equipa, demonstrando competência e gosto no desempenho desta profissão.

## **-Anexo 12 – Relatório de observação naturalista de Conselho de Turma – CEF Auxiliar de Acção Educativa**

### **Reunião de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa**

**20-3-2007**

Este Conselho de Turma serviu sobretudo para confirmar os níveis de final de período, cumprindo-se os trâmites habituais.

É de referir que se registaram um número bastante elevado de disciplinas com notas inferiores a dez valores. Assim, verificou-se que uma aluna obteve resultado negativo a oito disciplinas, uma aluna a sete, duas alunas a seis disciplinas, uma a cinco, uma aluna a três, duas a duas, três a uma disciplina e somente quatro alunas não registaram nenhuma nota inferior a dez valores. Houve este ano, uma anulação de matrícula efectuada a 29 -11-06.

Os professores manifestaram preocupação pela ocorrência de tal elevado numero de alunas em risco de retenção, pois caso não transitem, não terão a possibilidade de integrar um C.E.F. nesta escola.

Indagando este o porquê deste facto, foi o investigador informado que os conteúdos das várias disciplinas, quer as de componente geral, quer as de componente técnica, são de uma complexidade pouco adequada ao perfil deste tipo de alunos. Para agravar esta situação, verifica-se a inexistência de uma sequência entre os conteúdos leccionados no ano passado e os do corrente ano.

A Directora de Turma afirmou ter contactado, telefónica e via SMS os encarregados de educação para os pôr a par da situação de mau aproveitamento e falta de assiduidade dos seus educandos.

Percebeu-se uma certa demissão por parte dos encarregados de educação, relativamente aos seus deveres.

A agravar a situação, observaram-se casos de desobediência e boicote aos deveres escolares e familiares por parte de algumas alunas.

Alguns professores, tendo a oportunidade de contactar com encarregados de educação, aperceberam-se da existência de maus ambientes familiares e más atitudes destes para

com os seus educandos, pouco propícias ao seu bom desenvolvimento intelectual e emocional.

Constatou-se recentemente, a existência de um grave problema comportamental e relacional entre algumas alunas, nomeadamente entre a delegada e a sub delegada de turma, assumindo lideranças contrárias. O Conselho de Turma entendeu por unanimidade, destituí-las dos cargos que assumiam. Deliberou-se a marcação de uma assembleia de turma, com vista à resolução deste tipo de problemas.

Deduz-se que alguns destes comportamentos desviantes, sejam aprendidos no seio familiar, pelo que já foi referido através da observação de atitudes tidas pelos próprios encarregados de educação.

Os professores queixam-se de falta de cumprimento de prazos na entrega dos trabalhos executados pelas alunas desta turma, bem como falta de métodos de trabalho.

Conclui-se que grande parte das alunas desta turma, ainda não se aperceberam de qual a razão pela qual foram integradas neste curso e qual a filosofia dos Cursos de Educação e Formação.

O professor da disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação, comentou nunca se ter apercebido deste tipo de problemas comportamentais, provavelmente por passar semanalmente pouco tempo com elas.

Contrariando este tipo de atitudes tidas na escola, estas alunas, inseridas em contexto de estágio, tomam uma postura completamente oposta, demonstrando competência e responsabilidade.

Seguidamente caracterizou-se a turma quanto ao seu comportamento e aproveitamento geral, definindo-se estratégias para a mais breve resolução dos seus problemas.

Foi dado um louvor às professoras e alunas que se destacaram na execução dos cenários a utilizar nas actividades extra curriculares de final de período.

Para encerrar a reunião, foi divulgado o programa de actividades para o terceiro período.

## **-Anexo 13 – Relatório de observação naturalista de sala de aula – CEF Técnico de Electrónica nº.1**

**Observação naturalista de sala de aula da disciplina de Língua Portuguesa do  
Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica.**

**15-3-2007**

O Investigador, acompanhado pela professora (...), chegou à sala de aula da disciplina de Língua Portuguesa, onde já decorriam as actividades previstas, neste caso, o visionamento de um vídeo. A professora Fátima interrompeu a aula, tendo sido apresentado o âmbito desta investigação.

O investigador distribuiu pelos alunos presentes os questionários a preencher, os quais os alunos prontamente começaram resolve-lo.

Tocou para a saída, os alunos entregaram os questionários que haviam resolvido e levaram dois exemplares para entregar aos alunos que não se encontravam presentes, para que estes os pudessem responder. Mais tarde estes questionários, já resolvidos, seriam entregues ao Director de Turma.

## **-Anexo 14 – Relatório de observação naturalista de sala de aula – CEF Técnico de Electrónica**

### **Observação naturalista de aula do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

**21-06-2007**

Os alunos chegaram à sala à hora prevista, sentando-se nos seus lugares sem que se verificassem atrasos, interrupções ou outro tipo de perturbações.

A aula era de uma disciplina teórica, da componente técnica, na qual o professor utilizou o método expositivo, auxiliando-se de esquemas representados no quadro de parede.

Os alunos observaram atentamente o professor, passando para os seus cadernos toda a informação transmitida.

O professor solicitou em diversas ocasiões a participação dos alunos questionando-os, os quais prontamente respondiam e discutiam os conceitos leccionados. Percebia-se que a generalidade dos alunos demonstravam interesse pela matéria dada, mantendo-se atentos.

A dada altura o professor teve a necessidade de se ausentar da sala de aula, pelo que os alunos começaram a conversar uns com os outros, em tom baixo. À entrada do professor, os alunos retomaram o ambiente de silêncio, continuando-se a aula.

Após a explicação teórica, o professor propôs a realização de um exercício, o qual foi resolvido no lugar pelos alunos, e posteriormente no quadro, esclarecendo-se dúvidas.

Um dos alunos, sinalizado como estando a passar uma fase de grande desmotivação, manifestava alheamento e desinteresse pela aula, não se fazendo acompanhar pelo material necessário, nomeadamente o caderno diário. O aluno encontrava-se a utilizar indevidamente o telemóvel. O professor, numa altura em que os restantes alunos se

encontravam concentrados na resolução do exercício, trocou tranquilamente algumas impressões com este aluno.

Nota-se a existência de um clima de tolerância e respeito entre alunos e professores, preocupando-se estes últimos com a vida acadêmica e pessoal dos seus alunos.

As matérias dadas eram complexas, muito técnicas, percebendo-se uma grande exigência e nível de dificuldade.

## **-Anexo 15 – Relatório de observação naturalista de Conselho de Turma – CEF Técnico de Electrónica**

### **Observação naturalista de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

**5-6-2007**

As reuniões de Conselho de Turma deste curso ocorrem normalmente de quinze em quinze dias, salvo quando marcado extraordinariamente ou anulado.

Este Conselho de Turma caracteriza-se por ser composto por sete professores, dos quais três do sexo feminino e os restantes do sexo masculino. Aqui as senhoras leccionam as disciplinas humanísticas e científicas, enquanto os homens leccionam as disciplinas da componente técnica.

A reunião de Conselho de Turma iniciou-se com a análise do comportamento de um aluno, suspeitando-se de consumir substâncias ilícitas. O aluno encontra-se desenquadrado do resto do grupo turma, pondo em risco os demais colegas. Observou-se um decréscimo acentuado dos resultados obtidos por este aluno, desde o início do terceiro período.

Os professores dialogaram abertamente sobre este assunto, demonstrando interesse e preocupação pela situação pessoal do aluno.

O Director de Turma informou ter contactado o encarregado de educação, percebendo-se haver diálogo entre a escola e a família.

Os professores referiram a forma como a turma se relaciona com o aluno, descrevendo as interações estabelecidas. Mais uma vez se verifica uma grande preocupação dos docentes pelos seus alunos.

Seguidamente discutiu-se a carga horária de algumas disciplinas, com o intuito de cumprir os seus conteúdos programáticos.

Analisou-se o aproveitamento geral da turma, antevendo-se já o final do ano lectivo.



## **Anexo IV**

## **-Anexo 16 - Grelha de objectivos da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo**

### **Grelha de Objectivos – Entrevista semi directiva ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz**

VARIÁVEIS	OBJECTIVOS	PERGUNTAS
ESCOLA	- Conhecer os motivos pelos que a escola decidiu abrir os seus Cursos de Educação e Formação.	2.1; 2.2
	- Saber se houve investimento para apetrechar instalações com os equipamentos necessários para o funcionamento dos Cursos de Educação e Formação.	2.3; 2.4
	- Averiguar qual a forma de financiamento destes cursos, tanto para a sua implementação, como para a sua manutenção.	2.5; 2.6; 2.7
	- Perceber o grau de autonomia da escola, quanto a aquisição e formação de recursos humanos e se os apoia no campo científico e pedagógico.	2.8; 2.9
CURSOS	- Saber se os docentes têm uma motivação intrínseca para leccionar em Cursos de Educação e Formação e porque aceitam ou se propõem a integrar Conselhos de turma destes cursos.	2.10
	- Averiguar se os Cursos de Educação e Formação são realmente eficientes, no cumprimento dos seus propósitos.	2.11;
MEIO	- Perceber se a escola mantém relações instituídas ou informais com organismos e empresas, de forma a melhor integrar os seus alunos, no mundo laboral.	2.11; 2.13; 2.14

## **-Anexo 17 - Grelha de objectivos da entrevista aos Coordenadores de Curso**

### **Grelha de Objectivos – Entrevista semi directiva a Coordenador de Curso de Educação e Formação**

VARIÁVEIS	OBJECTIVOS	PERGUNTAS
ESCOLA	- Conhecer os motivos pelos que a escola decidiu abrir os seus Cursos de Educação e Formação.	2.2
	- Saber se houve investimento para apetrechar instalações com os equipamentos necessários para o funcionamento dos Cursos de Educação e Formação.	2.3; 2.4
	- Averiguar qual a forma de financiamento destes cursos, tanto para a sua implementação, como para a sua manutenção.	2.5
	- Perceber o grau de autonomia da escola, quanto a aquisição e formação de recursos humanos e se os apoia no campo científico e pedagógico.	2.6;
CURSO	- Perceber se existe dificuldade em mobilizar docentes para formar Conselhos de Turma deste tipo de cursos.	2.7
	- Saber se os docentes têm uma motivação intrínseca para leccionar em Cursos de Educação e Formação e porque aceitam ou se propõem a integrar Conselhos de turma destes cursos.	2.1; 2.9
	- Averiguar se se geram relações colegiais, formais ou informais, entre os professores destes Conselhos de Turma.	2.10; 2.11
	- Percepcionar se os professores têm motivação e iniciativa para a promoção de actividades extra curriculares.	2.11;
	- Averiguar se os Cursos de Educação e Formação são realmente eficientes, no cumprimento dos seus propósitos.	2.16; 2.17
	- Perceber se a escola estimula os seus alunos a serem autónomos e empreendedores.	2.18

MEIO

- Perceber se a escola mantém relações instituídas ou informais com organismos e empresas, de forma a melhor integrar os seus alunos, no mundo laboral.

2.14

- Inferir acerca das representações que a comunidade faz relativamente aos alunos que concluem estes cursos.

2.15

## **-Anexo 18 - Grelha de objectivos da entrevista aos Directores de Turma**

### **Grelha de Objectivos – Entrevista semi directiva a Director de Turma**

VARIÁVEIS	OBJECTIVOS	PERGUNTAS
CURSO	- Perceber se existe estabilidade docente nos Conselhos de Turma deste tipo de cursos.	2.2
	- Indagar quais as dificuldades que os professores sentem ao leccionarem nestes cursos.	2.3;
	- Averiguar se se geram relações colegiais, formais ou informais, entre os professores destes Conselhos de Turma.	2.4; 2.6
	- Saber se os docentes têm uma motivação intrínseca para leccionar em Cursos de Educação e Formação e porque aceitam ou se propõem a integrar Conselhos de turma destes cursos.	2.1; 2.5; 2.6
	- Percepcionar se os professores têm motivação e iniciativa para a promoção de actividades extra curriculares.	2.6;
	- Inferir quanto à adequação curricular no que toca ao tipo de alunos a que estes cursos se destinam.	2.7; 2.8; 2.10
	- Saber se a carga horária está de acordo com o desenho curricular destes cursos e com o desempenho esperado destes alunos.	2.9
	- Perceber se a escola estimula os seus alunos a serem autónomos e empreendedores.	2.14; 2.16
	- Indagar qual o tipo de relação que os alunos estabelecem com os restantes membros da comunidade educativa.	2.13
	- Averiguar se os Cursos de Educação e Formação são realmente eficientes, no cumprimento dos seus propósitos.	2.15; 2.17 2.11; 2.18

FAMÍLIA

- Saber se a escola faz uma eficiente divulgação dos seus cursos

- Perceber se a escola estabelece canais de comunicação eficientes, com os encarregados de educação dos seus alunos.

2.18; 2.20

- Saber que relação existe entre encarregados de educação e os seus educandos.

2.19

## **-Anexo 19 - Grelha de objectivos do questionário aos Docentes**

### **Grelha de Objectivos – Inquérito por questionário “Docentes”**

VARIÁVEIS	OBJECTIVOS	PERGUNTAS
ALUNO	-Perceber se os professores conhecem os seus alunos quanto a: a) suas motivações; b) sua realização pessoal.	2.1 ; 2.2
	-Aferir que representações têm os professores, dos alunos que integram os Cursos de Educação e Formação.	2.4 ; 2.5
	- Percepcionar se os professores se sentem optimistas quanto ao futuro académico dos alunos que frequentam estes cursos.	2.6 ; 2.7
	- Percepcionar se os professores acreditam que os conteúdos dados nos Cursos de Educação e Formação terão utilidade no futuro profissional dos alunos que os integram.	2.8
ESCOLA	-Aferir se os professores têm informação acerca da nomenclatura dos Cursos de Educação e Formação.	3.1 ; 3.2
	-Aferir se os professores sabem como se constituem as turmas de Cursos de Educação e Formação.	3.3 ; 3.4 ; 3.5
	- Apurar se os professores sabem qual o perfil de aluno proposto para integrar um Curso de Educação e Formação.	3.5
	- Saber se os professores conhecem os curricula dos Cursos de Educação e Formação.	3.6
	-Saber se os professores têm conhecimento de como se faz a gestão de tempos e curricula em turmas de Cursos de Educação e Formação.	3.6 ; 3.7
	-Saber se os professores têm conhecimento de como se faz a gestão financeira em Cursos de Educação e Formação, inclusivé se sabem que fundos se podem utilizar na sua gestão.	3.8

## ESCOLA

- Perceber se os professores sentem haver uma ligação real entre escola e o sector empresarial, potencial empregador de alunos finalistas de Cursos de Educação e Formação. 3.9
- Aferir se a escola abriu Cursos de Educação e Formação para se poder adaptar a uma nova realidade social operada na região em que se insere. 4.1
- Percepcionar se a escola abriu Cursos de Educação e Formação para poder manter ocupados alguns professores que no passado leccionavam disciplinas que entretanto foram suprimidas. 4.2
- Perceber se existe um bom clima de escola. 4.3
- Percepcionar a existência de conflitos de interesses entre professores. 4.4
- Saber se os Cursos de Educação e Formação desta escola, foram abertos tendo em consideração as características do seu Projecto Educativo. 4.5
- Indagar se os recursos físicos e humanos existentes na escola são os mais adequados para o funcionamento de Cursos de Educação e Formação. 4.6 ; 4.7 ; 4.8
- Aferir se os alunos têm uma boa relação com os restantes actores da comunidade educativa. 4.9 ; 4.10
- Saber se a escola estabelece contactos com os encarregados de educação e se o circuito de comunicação existente é o mais eficiente. 4.11

## MEIO

- Perceber se os professores conhecem as características sócio-económicas da região onde a escola está inserida. 5.1 ; 5.3
- Saber que inter relações existem entre escola, empresas e instituições da região. 5.2 ; 5.4



## **-Anexo 20 - Grelha de objectivos do questionário aos Encarregados de Educação**

Grelha de Objectivos – Inquérito por questionário “Encarregados de Educação”

VARIÁVEIS	OBJECTIVOS	PERGUNTAS
EDUCANDO	-Perceber se os encarregados de educação conhecem os seus educandos a: a) suas motivações; b) sua realização pessoal.	2.2 ; 2.6 2.3
	-Aferir que representações têm os encarregados de educação dos alunos que integram os Cursos de Educação e Formação.	2.4 ; 2.5
	-Saber que importância os encarregados de educação dão a habilitações literárias.	2.6 ; 2.7
	- Percepcionar se os encarregados de educação criam expectativas nos seus educandos no que diz respeito ao seu futuro profissional.	2.8 ; 3.4 ; 5.5
ESCOLA	-Saber se os encarregados de educação matricularam os seus educandos num Curso de Educação e Formação, tendo conhecimento das ofertas educativas existentes.	3.1 ; 3.2
	-Perceber se os encarregados de educação auxiliam os seus educandos a gerir o seu tempo.	3.3
	-Aferir se os encarregados de educação têm informação acerca da nomenclatura dos Cursos de Educação e Formação.	3.4
	-Saber se os encarregados de educação encontram-se informados no tocante à vida escolar dos seus educandos.	4.5 ; 4.6
	-Depreender se os encarregados de educação se deslocam à escola e se conhecem as suas instalações.	4.1

-Aferir se os encarregados de educação conversam com os seus educandos sobre as inter-relações que estes estabelecem com os restantes elementos da comunidade educativa.	4.2 ; 4.3 ; 4.4
-Perceber se as famílias se sentem bem integradas no meio onde residem.	5.1
-Percepcionar se os encarregados de educação gastam muito tempo em deslocações entre o seu local de residência e o trabalho.	5.2
-Aferir se o agregado familiar tem e continuará a ter um local de residência fixo, ou se pelo contrário assume características migrantes.	5.3
-Saber se os encarregados de educação estabelecem contactos com a escola e com as restantes instituições e empresas da região.	5.5 ; 5.6

## **Anexo V**

## **-Anexo 21 – Transcrição da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo**

### **Transcrição de Entrevista com o Presidente do Conselho Executivo**

**5-4-2007**

2.1- Não posso precisar o ano, já foi há uns anos, vamos lá distinguir aqui duas coisas, os CEFs ao abrigo da actual legislação, são algo relativamente recente, de qualquer maneira a escola tem já uma tradição de cursos, enfim, mais orientados para a vida activa, que por assim dizer antecederam os CEFs, o programa 9º+1, o programa 15-18, o 10º ano profissionalizante, portanto, digamos que a abertura dos CEF tal como eles estão designados, desde o primeiro ano, desde que eles foram implementados, não sei precisar o ano, mas foi desde o primeiro.

2.2- Isto decorreu das necessidades dos alunos, isto é começamos a verificar a partir de dada altura, que havia necessidade de criar saídas alternativas para os alunos que não estavam a conseguir obter uma escolaridade regular com os currículos tradicionais, e portanto, digamos que a abertura dos CEFs decorre em primeiro lugar, dessa percepção que a escola tem, que são dados concretos que tem, de uma análise, digamos assim, dos próprios resultados da escola, associados depois a uma tentativa de orientação escolar destes miúdos, portanto digamos que, face a um conjunto de dados que estávamos a obter, foi estabelecido um diagnóstico, pediu-se depois a ajuda e a implicação de vários serviços da escola, nomeadamente dos SPO, Núcleo de Apoio Educativo, que em articulação com outras pessoas da escola, nomeadamente com as direcções de turma e Coordenação de Direcções de Turma, criaram-se equipas, que no fundo, levaram a que se aproveitasse esta oportunidade que era a implementação de CEFs, portanto cursos que permitiam, por um lado, que os miúdos concluíssem a escolaridade, portanto terem uma certificação escolar, por outro lado, uma primeira orientação profissional, digamos que aqui há uma dupla justificação, e o objectivo aqui era precisamente, enfim, tentar

por essa via, criar alternativas de sucessos aos miúdos, alternativas de formação que propiciassem realmente que estes miúdos conseguissem ter sucesso.

2.3\2.4- Os recursos físicos, vamos lá ver uma coisa, os recursos físicos não foi preciso grandes alterações, a escola tinha já alguns recursos que vinham dos Cursos Tecnológicos, e portanto, digamos que, na organização destes cursos tivemos em linha de conta, não só as orientações e apetências dos miúdos, mas simultaneamente os recursos físicos, materiais e humanos que a escola disponha, não é, portanto, por vezes trabalhamos em rede com outras escolas, no sentido de receber alunos doutras escolas para estes cursos, e simultaneamente essa escola encaminhava alunos seus para cursos que a nossa escola tivesse para oferecer, que tivessem mais recursos e etc., portanto digamos que aqui, no nosso caso não houve necessidade de estar a fazer grandes alterações, nem grandes apetrechamentos ao nível dos recursos físicos, nas áreas que aqui na escola, digamos, são áreas já fortes, o caso das electricidades, da electrónica, da administração, do apoio à infância, que a área mais forte dos cursos que esta escola tem tido. Nós tínhamos já dos antigos cursos técnico profissionais, antes dos cursos tecnológicos, haviam uns cursos técnico profissionais, e portanto digamos que a escola desde o seu início foi apetrechada para a área do curso técnico profissional de Electrotecnia/Electrónica, da parte de trabalhos oficinais, tinha também alguns recursos materiais e físicos, nomeadamente na área de mecano-tecnia, digamos que havia já um conjunto de recursos que era possível aproveitar, portanto, a escola não teve necessidade de adquirir grandes equipamentos ou alterar instalações.

2.5- Ora bem, inicialmente a escola candidatou, os primeiros cursos, candidatou-os ao PRODEP, até ao final da fase de em que o PRODEP saiu da zona de Lisboa e Vale do Tejo, não é..., portanto o PRODEP II, depois, se não me engano, ainda abrangeu aqui a nossa zona, portanto na altura, ao abrigo do PRODEP, nós obtivemos algum financiamento, alguma participação para estes cursos, nomeadamente em termos de alguns recursos materiais, algum, ao nível dos formadores também, portanto, o apoio que houve foi o PRODEP, que entretanto quando acabou, acabou, agora já só estamos a trabalhar nestes cursos com os recursos da escola. Actualmente, não existem verbas especificamente destinados aos cursos.

2.6- O que existe é que a escola no seu orçamento anual, contempla sempre verba, para estes cursos, portanto, para o acompanhamento destes cursos.

2.7- Directamente não há apoios, portanto esse apoio não existe, aliás, penso que nem nenhuns, portanto, nestes cursos CEF não há. Nós neste momento temos um protocolo com a Autarquia, já a nível dos cursos profissionais do secundário, que não os CEFs, que não... é outra coisa. Digamos que a Autarquia auxilia sobretudo em termos de estágios profissionais, portanto, foi uma das entidades parceiras que recebe estagiários dos vários cursos e portanto a esse nível, foi uma entidade que não financiando, digamos que colaborou nesse aspecto de uma forma bastante significativa.

2.8- Vamos lá ver, isto foi sobretudo feito com recursos humanos da escola, houve situações pontuais em que a escola pediu a colaboração de outras entidades, para virem dar formação a áreas em que nós não tínhamos pessoal com formação especificamente para esse fim, sei lá, uma das formações que tiveram foi com a Equipa de Apoios Educativos, com o ECAI, Equipa de Apoios Educativos de Cascais que disponibilizou, portanto, isto teve de ser autorizado pela Direcção Regional, portanto mas que disponibilizou alguns educadores de infância que tinham formação em Ensino Especial, para virem apoiar nalgumas áreas relacionadas com os CEFs de Apoio à Infância, portanto, designavam-se, tinham várias designações, umas vezes de Auxiliares de Acção Educativa, outras vezes ... Nesta área do trabalho com o apoio à infância digamos que houve algumas disciplinas, algumas áreas em que alguns módulos em que pedimos ajuda, e dessem origem a parcerias que estabelecemos conseguimos obter formadores externos.

2.9- Formação na área científica não, porque, é suposto que os professores no campo científico sejam pessoas qualificadas, o trabalho, penso eu, incidiu mesmo nessa parte e mais na questão da, de uma certa abordagem diferente em relação a estes cursos, com um acompanhamento muito mais sistemático por parte dos Conselhos de Turma, portanto, um trabalho colaborativo maior, digamos que do ponto de vista do funcionamento do grupo de professores, do Conselho de Turma, estes CEFs deram excelentes resultados, porque por exemplo a questão da assiduidade, a questão da obrigatoriedade de se cumprirem horas de formação, o trabalho do próprio Conselho de Turma, a articulação entre os professores, digamos que foi uma experiência, deste ponto

de vista muito enriquecedora, agora eu acho que tem sido das poucas experiências em que efectivamente os professores estão a conseguir ter um trabalho colaborativo. Também têm dentro, e temos um pouco, mas em anos anteriores, dentro do horário lectivo dos professores havia uma hora para que se reunissem semanalmente, e portanto também havia um conjunto de condições que estavam organizadas de ponto de vista legal, que permitiam, facilitavam de certa maneira esta inter-acção entre os Conselhos de turma dos CEFs, e portanto foi talvez enriquecedor.

2.10- Eu acho que há aqui situações diferentes, inicialmente as pessoas tinham alguma e têm algum receio e alguma relutância por ser talvez daquela necessidade e obrigatoriedade de, em relação à questão das horas de formação a serem cumpridas, portanto há um grande rigor nesse aspecto, mas têm de ter aquelas horas no final, não é, e portanto havia um certo receio, o que é certo é que o *feedback* que eu tenho das pessoas depois de terem começado a trabalhar neste esforço, já é um *feedback* muito positivo, as pessoas gostam. Gostam precisamente por via daquilo que ainda há bocado falei, que é a questão da interacção entre o Conselho de Turma, a questão do sucesso educativo dos miúdos, portanto eu acho que como experiência deve ser muito bom, o *feedback* que eu tenho tido, tem sido positivo, genericamente, é evidente que há sempre um ou outro caso, talvez menos, que não demonstrarão tão fortemente, mas eu acho que regra geral é positivo. A resposta que eu dei.

2.11- Que tem contribuído tem, porque há uma taxa de conclusão bastante significativa, não é... e portanto se abordarmos as coisas por este prisma, os alunos deixam de chumbar, no regular e aqui passam a ter sucesso, agora, é um pouco relativo, porque o número de alunos que estão nestes cursos, também não é um número significativo, portanto, digamos que a influência que isto terá numa taxa geral de escola não é muito significativo, é sempre pequena. Não altera significativamente os índices de sucesso. Provavelmente onde mais se verificou influência destes cursos foi nas taxas de abandono, isto é, as taxas de abandono escolar, recuaram e provavelmente muito por via dos CEFs. Porque muitos destes miúdos eram miúdos que estavam fora da escolaridade. Outros tinham abandonado a escola e voltaram à escola, e muitos outros eram alunos que estavam em sério risco de abandono. Portanto, isto foi uma forma, sobretudo de, prevenir o abandono escolar.

2.12- Sim temos uma, creio que também foi um dos pontos positivos que nós conseguimos obter destes cursos, é que conseguimos criar uma rede de forças vivas da região, que nos permitem como muita facilidade obter e organizar estágios para os alunos, portanto, angariar colaborações, desse ponto de vista foi, está muito bem organizado e acho que esta rede está a dar frutos, portanto, esta capacidade que tivemos de criar este conjunto de parcerias, quer públicas, quer privadas, há empresas, há entidades públicas como a Junta de Freguesia, Câmara Municipal, empresas privadas das mais diversas, IPSS, temos um trabalho com numa rede muito significativa de parcerias com Instituições Particulares de Solidariedade Social, nomeadamente com jardins de infância, portanto, que provavelmente uma das varias que no mercado de trabalho que mais tem colaborado connosco, com muito bom resultado e com uma taxa significativa de alunos que ficam com emprego no final.

2.13- Não relativamente, especificamente aos CEFs. A escola obtém, repare uma coisa, o acompanhamento destes cursos insere-se numa estratégia de escola e num trabalho de escola muito mais abrangente, muito maior, não é... portanto nós na organização destes cursos entramos muito com a orientação escolar dos alunos e portanto neste trabalho de orientação escolar, às vezes de reorientação escolar, é que por vezes trabalhamos em conjunto com o Centro de Emprego, isto é, não há uma ligação directa CEF/Centro de Emprego, há uma ligação do Centro de Emprego à escola, não está formalizada, portanto é uma ligação muito das pessoas que trabalham cá e lá e se conhecem, e que às vezes são mais eficazes do ponto de vista do encaminhamento dos alunos. Nós na escola, temos ao nível do Centro de Emprego um conjunto de contactos que nos permitem, por vezes, pedir a ajuda para encaminhar alunos, por exemplo para cursos que o próprio Centro de Emprego dinamiza a nível do Centro de Emprego da Localidade A, pronto, há aqui um trabalho que está estabelecido com eles, apesar de não estar formalizado, portanto, não houve formalização especificamente virada para isto, não é...

2.14- Os júris para essas provas são fruto de parceria com as instituições, com as instituições onde os estágios se realizam, não é? O que tem havido e temos pedido, é evidente que aqui temos que entrar com alguma persuasão, porque isto não é pago, não é. Ao contrário do que acontecia quando estes cursos eram financiados pelo PRODEP, havia um valor, apesar de ser pequeno, havia uma pequena compensação para quem



acompanhava estes estágios, a partir do momento em que o PRODEP terminou na zona do Vale de Lisboa, temos contado com a colaboração das pessoas das empresas, ou das entidades, gratuitas, não é, de uma forma gratuita, e aí há muito trabalho do coordenador de curso, que normalmente estabelece com estas entidades algumas cumplicidades, tenta a colaboração de outras pessoas, portanto temos conseguido, até agora temos conseguido que haja um elemento de cada entidade onde decorrem os estágios a vir participar na, nestas provas dos alunos. Tem sido muito bom porque por vezes na empresa é uma pessoa que fica de fora, não é, isto para a empresa são custos também, portanto desse ponto de vista tem sido uma resposta positiva que temos obtido, trás para estes júris.

## **-Anexo 26 - Transcrição da entrevista ao Coordenador do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa**

### **Transcrição de Entrevista com a Coordenadora do CEF de Assistente de Acção Educativa**

**17-5-2007**

2.1- Seis anos.

2.2- Eu julgo que quando eu vim cá para a escola isto já estava decidido, uma das coisas que me parece que foi tido em linha de conta, foi a necessidade daqui da zona de ter apoios domiciliário a crianças. Algumas instituições, muitos destes garotos gostam bastante de lidar com miúdos, também têm muitos irmãos e esse apoio domiciliário começava até pelo núcleo familiar, depois as saídas que havia mesmo em termos de zona, davam ideia de serem as ideais para jovens com estas características, e penso que foi isto que o Conselho Executivo teve em linha de conta, mas como quando entrei, já estava decidido e portanto, eu vim de uma instituição militar e quando recebi isto de braços abertos, foi uma espécie de aventura, não é. Quando cheguei não soube, não tive a noção das razões exactas, mas julgo que foi isto.

2.3 – Tinha as salas de aula, só. Ah! Os armários e fomos construindo ao longo do tempo os espaços. Digamos, esta sala em que trabalhamos neste momento, que já tem uma quantidade de objectos que são úteis para a leccionação deste curso, e até por exemplo a bancada, que nós antigamente não tínhamos sala com bancada, decidimos dar aulas aqui porque precisamente esta sala tinha uma bancada com torneira, podia ser utilizada quando nós fazíamos trabalhos práticos, que exigiam o uso de água, e centrar toda a atenção, até das aulas mais práticas, que são relativamente práticas, como é o bom dizer porque nós não temos bebés verdadeiros aqui, portanto os recursos físicos eram espaços, apenas.

2.4- Adquirir, tivemos que comprar os materiais, os papeis, as tintas, sobretudo nas disciplinas mais técnicas, não é, as fraldas, os bonecos para elas treinarem as mudanças das fraldas, não adquirimos, (isso trazem elas, os próprios bebés de casa), tivemos de construir berços de papel e cartão, caminhas, e tivemos que adquirir muitas obras teóricas, ou com conselhos práticos, que abrangessem esta área que nós leccionamos, nomeadamente o desenvolvimento infantil, nomeadamente os jogos, as várias etapas da vida das crianças, livros relacionados com a motivação e a cognição para que elas pudessem perceber melhor como é que se funciona com garotos, portanto, foi tudo adquirido assim, ora isso é como eu digo, as faces e os armários normais, mas até isso, até os armários, tiveram de ser adquiridos mais para a sala onde elas funcionam, porque é muito, muito objecto aqui dentro.

Tivemos é sempre em equipa de professores, aqui nós funcionamos muito nestes cursos, em bloco. É uma das coisas fantásticas que estes cursos têm, enquanto num curso regular os professores funcionam muito para a sua disciplina, e não para a disciplina do colega, aqui todos nós temos o mesmo objectivo, é um bloco, é, como eu costumo dizer a brincar, como aquelas colunas militares romanas que quando atacavam, atacavam toda em conjunto, e então é um bocadinho isso. Portanto tendo cuidado de termos todos o mesmo objectivo, quando um faz, os outros vão todos atrás e portanto movimentamos as tropas, todas conjuntamente.

2.5- Há uma verba que é destinada para a aquisição de material, e para fotocópias, fora isso não há mais nada. Antigamente, parece que havia o PRODEP, que financiava, no entanto isso acabou, infelizmente, foi das coisas más que eu julgo que aconteceram, pelo menos na minha visão, porque muitos destes miúdos vão para estágios, são garotos, alguns com bastantes carências, algumas destas miúdas que estavam em abandono escolar, não é que não dessem para estudar, é porque não tinham condições para estudar, nem físicas nem económicas, e tiveram que ir trabalhar para sustentar uma família, aliás se tu vires, neste grupo, temos miúdas que ao fim de semana trabalham desde que saem da escola, até à meia noite, uma da manhã de domingo, para poderem ajudar a sustentar uma família, e são encarregados de educação, dos irmãos, quase que são encarregadas de educação dos próprios pais. Estas miúdas precisavam de ter um subsídio que as ajudasse a pagar outros materiais que tivessem de adquirir fora da escola, o que tem o SASE, mas isso não cobre tudo, por exemplo camionetas para ir para o estágio, o que existe é manifestamente insuficiente.

2.6- Não, quando se abriu este curso, foi com 99% de professores “prata da casa”, houve um caso de facto de uma professora que, aliás, em dois anos houve duas professoras que não eram de cá, o ano passado houve um professor, (e portanto, deixa-me contar), em seis anos, que eu me lembre, três professores que não eram da escola, em seis anos, o que é muito bom, não é... Mas ficaram cá colocados logo de início, portanto agarraram as turmas de início, de resto tentamos sempre que sejam professores que conhecem bem a escola, conhecem bem a dinâmica da escola e o próprio curso, que estão motivados para este tipo de trabalho, que é muito diferente do trabalho que é feito em turmas regulares.

2.7- Não. Às vezes há formações, não sei se lhe pode chamar bem formações, mas actividades, que o Conselho Directivo até nos incentiva a nos integrarmos nelas, porque nos podem ajudar de alguma maneira a trabalhar com este tipo de turmas. Há o caso de uma acção de formação que eu achei esplêndida, que tinha a ver com competências sociais, foi fabulosa! O individuo que estava à frente, é um nosso colega, que estava à frente da acção era esplêndido, com um dinamismo e uma empatia extraordinária, e foi muito importante para nós, e para a escola toda, foi muito importante para os professores, fora isso houve há um tempo atrás, um programa desenvolvido pelos Direitos Humanos de (...), que tinha a ver com uma coisa chamada ler a par, consistia em nós pegarmos numa turma, eu peguei na turma das meninas, para irmos ler histórias, representando ou não, em várias instituições, podiam ser de crianças ou de adultos, por acaso nós só fomos às de crianças, e as crianças vieram cá, foi esplêndido, deram imensas ideias, trabalhámos muito bem nessa área, mas foi a única coisa que houve, de facto.

2.8- Eu penso que sim, embora eu ache que há sempre aquela... nalguns casos aceitam porque, enfim, seja o que Deus quiser, é um bocadinho isto, e depois é assim, repara, quando nós estamos a trabalhar nestes cursos, que dão muito trabalho, que exigem da parte dos professores uma quase “loucura”, um bocado “carolas”, nós gostamos de ensinar, gostamos muito de ver crescer, muito, muito, e isto de facto dá um trabalho muito grande, não apenas académicos mas em termos humanos, as pessoas de fora que não estão metidas no sistema, acham, enfim, que isto é para passar, mas isto não é bem assim, e então, às vezes olham um bocadinho de lado e só depois quando integram e começam a ver o tipo de trabalho que é feito, é que começam de facto a gostar. Eu julgo

que na generalidade os professores gostam, à partida, porque já ouviram falar muito, os que estão aqui dentro, já conhecem, mas também é... poderá haver um ou outro que não se manifeste tanto e que instintivamente sinta que não é propriamente aquela área que mais gostam de trabalhar.

2.9- Sem dúvida.

2.10- Excelentes! Excelentes relações! Aliás, só assim se poderia levar a bom porto o trabalho que foi iniciado neste campo. Nós acabamos por nos dar imenso apoio. O facto de numa turma haver professores a repetirem disciplinas, salvo seja, ou seja, eu sou professora de português e também tenho estado a dar psicologia, portanto não é de todo a minha área, e... duas disciplinas, outro professor dará outras duas, e acabamos por ser um grupo pequenino de professores e temos mesmo de trabalhar uns com os outros e ajudarmo-nos uns aos outros, e darmos ideias, acabando por ser uma força, de facto excepcional e ficarmos amigos, que é isso é que é muito engraçado.

2.11 Sim! Sim! Sim! Imenso! Saímos imenso com elas porque no terceiro período tá muito melhor o tempo, e nós já demos o grosso da matéria, e estamos um bocadinho mais leves, e podemos aproveitar matéria que foi dada para mostrar que na prática como é que é, mas tentamos sair, tentamos inclusivamente que elas integrem as actividades da escola, é um dos trabalhos que é efectivamente aqui feito.

2.12- Existem, não para este curso concretamente. Para outros cursos que são os profissionais, existem. No caso deste curso, isso é feito pelo coordenador, vai, (qual testemunho de Jeová), de porta em porta, perguntar “sabe de alguém que tenha vontade de receber o X ou o Y, com as características tal e tal, e tem tido de facto uma grande receptividade, porque a escola também já ganhou algum nome aqui na zona e de facto tenho tido isso, nas não há propriamente um protocolo pré estabelecido. É estabelecido cada vez que há um momento para estágio, ou todos os anos, ou de dois em dois anos, como é o caso deste curso, por exemplo.

2.13- Privadas e públicas. Umas e outras, nós não nos podemos dar muito ao luxo de arranjar muitas públicas porque também não há muitas aqui na zona, portanto vamos também às privadas, tentamos é que as instituições tenham garantias de trabalho

efectivo com este tipo de alunos, ou seja, se eu vou a uma instituição e vejo que a instituição não tem condições, (até pode ter condições físicas), mas não tem condições humanas para trabalhar com estes alunos, eu aí, obviamente não deixo os meus alunos ali. Eu quero formar pessoas, o melhor possível, e não vou dar maus exemplos. E quando eu digo isto, é só para tu perceberes que numa instituição privada, nas públicas dizem logo à partida que não querem, não é... e pronto acabou por ali, mas privadas, por muitas vezes, e já me aconteceu, exigirem determinadas características dos alunos, só um exemplo, há uns anos atrás, com um curso destes, numa instituição, quando eu dei o nome das alunas, perguntaram literalmente se a aluna era preta. Quando eu disse – Sim é uma aluna de raça negra. – a resposta que eu tive foi, -Não entram pessoas dessas. - e eu fiquei em estado de choque! Estava uma educadora de infância que eu tinha acompanhado e trabalhava temporariamente aqui na escola connosco, estava ao meu lado, e, coitada, agarrou-me numa perna para eu não abrir mais a boca, porque me viu virada do avesso, porque eu achei aquilo, de facto, escabroso, não é, mas o que é que nós procuramos, são instituições privadas e publicas, com as características que no dêem garantias de formação académica e humana, ao fim ao cabo é isto.

2.14- Tem dias! Risos! Isto é assim, há alturas que sim, parece que tudo está a correr muito bem e que as instituições resolvem abrir as portas todas, e outras vezes é complicado. Porque há outras instituições escolares com este tipo de cursos, há alunos que vêm da (...) e da (...), de Lisboa para aqui para as instituições fazerem os estágios, e ocupam vagas, logo, muitas vezes as instituições não se importavam de receber alunos nossos, só que não têm vagas. Por vezes só podem receber uma, mas nós não queremos que as miúdas trabalhem sozinhas, pelo menos a pares porque apoiam-se de alguma maneira.

2.15- Olha, até agora, não tive, em seis anos, não tive uma única queixa, antes pelo contrário. Miúdos que saem e acabam por ser convidados para trabalhar nas instituições, grandes elogios ao trabalho que tem sido feito na escola, pelos professores, pelos alunos, pelo interesse que os alunos manifestam nas actividades, até agora, pessoalmente, eu nunca ouvi uma queixa.

2.16- Acho! Acho! Embora a transição para o tipo cinco tenha sido violenta. Eles estavam habituados a um ritmo lento, a matérias muito simples, e deram um salto

fenomenal, em termos académicos. E isso está a reflectir-se no aproveitamento, na motivação dos alunos. E depois é assim, este curso é muito teórico, quase todas as disciplinas são muito teóricas, com excepção da de ATL, que conseguem fazer coisas muito engraçadas, mas na prática, não há trabalho nas outras disciplinas, e isso acaba por ser bastante negativo, mas de resto, tem havido, até tem havido muita procura deste curso, com grande desgosto meu, para o ano não vai ser aberto aqui na escola uma turma destes cursos, eu digo com desgosto porque eu recebi o melhor prémio que me podiam dar este ano, que foi a vinda de uma turma destes alunos mas de tipo quatro, da Escola Secundaria de Localidade C, e os professores quiseram vir aqui para ver como é que nós trabalhávamos, porque tinham ouvido coisas espectaculares acerca da escola, e o trabalho que estava a ser feito neste tipo de cursos, sobretudo com as meninas, (não só meninas, também houve rapazes), mas queriam muito ver porque queriam muito que essa turma viesse para cá. Eu acho que isto foi um prémio enorme para todos os professores. De facto nós temos muito de nós nestas garotas, e isto mostra que este curso tinha pernas para andar, e podia ser parte do caminho para o sucesso dos nosso próprios garotos, mas a vida é como ela é, e não pode ser, não pode ser!

2.17- Não! Os que acabam o estágio e são convidados para trabalhar, agarram logo, como dizem os garotos, ficam na maior. Os outros têm um bocadinho de dificuldade. Não é que não sejam necessários mas é que neste momento, o nosso sistema económico não está a permitir entradas. As instituições não têm dinheiro. O que está a ser exigido em termos de obras, por exemplo, nas instituições, faz com que os donos nas privadas tenham que fazer alterações no edifício, por exemplo, e depois para terem dinheiro para fazer alterações, não têm dinheiro para meter pessoal. E é difícil, mesmo assim, tanto quanto eu sei, eu acho engraçado, a maior parte dos garotos que saiu deste curso, não do tipo cinco mas do anterior, mesmo que tenham saído para outros empregos, mesmo coisas que não tenham nada a ver, tipo empregada de balcão numa loja de roupa, ou restaurantes, limpezas, este tipo de garotos, nunca desiste de procurar, o que é positivo, e acabam mais tarde ou mais cedo, por arranjar um buraquinho algures, às vezes não muito perto de casa, mas têm conseguido, e neste momento já põem a hipótese de criar a sua própria empresa, que eu acho muito positivo.

2.18- Há casos nesta turma, em que acontece, pelo menos que eu saiba, uma das alunas já está a ponderar esse factor, e foi no último Conselho de Turma, foi, anteontem, que a

colega G estava a falar com o colega de sociologia, nós não sabemos se fica cá para o ano, e com muita pena nossa porque faz um belíssimo trabalho com estas garotas, e disse – Se eu ficar...- que a integra num programa que existe preparado pela Câmara Municipal, para jovens empresários, em que ensinam como é que se cria uma empresa, quais os critérios que têm que ter, que condições é que devem ponderar, que é bastante positivo, não é, já vai de encontro aos sonhos, de pelo menos uma das garotas desta turma. O pai disse que lhe dava a casa, e ela ficou toda contente, para poder fazer uma creche. E ela está toda entusiasmada com a ideia!



## **-Anexo 31 - Transcrição da entrevista ao Coordenador do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

### **Transcrição de Entrevista como a Coordenadora do CEF de Técnico de Electrónica**

**23-5-2007**

2.1 – Há uns cinco anos.

2.2 Este curso foi para, por causa dos miúdos com necessidades educativas, em termos de progressão de ensino secundário, normal, tas a perceber, então optamos por este curso para lhes dar uma saída profissional e para tentarem fazer o ensino secundário.

2.3 - É os mesmos, portanto a oficina, laboratório.

2.4 – Material de desgaste, e em termos de equipamentos foi multímetros, que adquirimos, mas basicamente é material para execução de trabalhos. A escola está bem equipada com equipamentos, ferramentas, estamos bem equipados.

2.5 – Isso não sei, porque quem coordena isso é o Conselho Executivo.

2.6 – Neste momento, nós estamos a leccionar nestes cursos com os professores do quadro, neste momento estão dois professores que são contratados, mas que têm formação na área, nesta área.

2.7 – Nós aqui, as disciplinas que leccionamos é só mesmo da... no caso específico do nosso curso é só mesmo da formação inicial.

2.8 – Isso também não te sei responder a essa pergunta, porque quem faz, quem organiza os professores que vão estar a leccionar as disciplinas é o Conselho Executivo.

2.9 – Nestes cursos, em princípio há professores que não vêm à espera de miúdos com estas características, mas depois têm-se motivado e têm tentado ajudar os alunos. Nos cursos anteriores não notei que houvesse, portanto, menor interesse por parte dos professores, antes pelo contrário.

2.10 – Sim, tentamos organizar, em termos de planos de trabalho, e manuais para..., nós aqui trabalhamos muito com fotocópias, porque isto são miúdos um pouco difíceis, aquilo que trabalhamos com eles tem de ser nas aulas, têm um horário muito sobrecarregado, e quando chegam aqui, portanto, os hábitos de trabalho são muito poucos, de maneira que tem de ser tudo feito à medida para estes alunos. De maneira que os professores destes cursos têm um trabalho bastante grande, para arranjar documentação, fazer fichas de trabalho, temos de ter de trabalhar com fichas de trabalho com eles, constantemente, portanto não pode ser um tipo de ensino idêntico ao regular. Não pode ser porque dá-se ou expõe-se uma matéria e depois temos de trabalhar com eles com fichas, para eles irem, portanto assimilando e... Porque caso contrário, eles em casa, quer pelo horário carregado, quer por características próprias deles, não são alunos que por eles próprios tenham iniciativa de estudo, portanto nós é que, no fundo, ensiná-los a estudar e obter o mínimo possível.

2.11 - O que nós fazemos, portanto, são visitas de estudo, mas em várias disciplinas, de acordo com os programas que estão a ser leccionados. Para que eles tenham, portanto, uma visão da realidade maior do que estar só concentrados aqui na sala de aula. Dentro da medida do possível, nas diversas disciplinas, nós tentamos integra-los em visitas, portanto, para o exterior.

2.12- Sim, nós já temos de há cinco anos a esta parte, parece que foi quando começou os primeiros cursos deste tipo. Contactámos, portanto, vários empreendedores, aqui da zona, e é com esses empresários que nós vamos colocando os nossos alunos para estágio. De ano para ano, finalmente há um que nós deixamos ficar, entra outra empresa, consoante também as características dos alunos e as características das empresas, que temos de conciliar para que não haja problema. E já temos bastantes empresas que colaboram connosco. As empresas concentram-se aqui no Concelho de (...), houve um ano que foi uma exceção, que levámos alunos para Lisboa, foi o único

ano em que tivemos alunos a estagiar em Lisboa, de resto é tudo aqui na zona de Localidade A, Localidade B, Localidade C, aqui nesta zona, Localidade D também.

2.13 – Olha, desde pequenas empresas a médias empresas, e o caso de Lisboa, até foi uma grande empresa, também, uma grande empresa. E, nós, portanto, escolhemos as empresas de acordo com... há uma visita e, portanto, uma abordagem, portanto, inicial, onde tentamos ver se a empresa tem qualidade para prestar o estágio, porque há aí muitas empresas que, são empresas de nome mas depois não têm nada de interesse. As empresas com quem nós trabalhamos, já são empresas que já existem há muitos anos, embora mesmo aquelas empresas pequenas, são empresas que existem há muitos anos e têm uma estrutura organizada. Não trabalham sem descontos, sem seguros, portanto, são empresas que embora sejam relativamente pequenas, têm uma estrutura organizada. Há outras, no caso de fábricas, como ali a (...), portanto, já tivemos lá estagiários, na (...). Que já são empresas maiores, na (...), portanto, já são empresas maiores, mas aí já na parte de manutenção eléctrica, de máquinas, etc.

2.14 – Olha, inicialmente foi difícil, porque as pessoas ficaram um pouco apreensivas, porque já tiveram experiências más, portanto, tenho casos de empresas em que passaram por lá estagiários de outras instituições e, portanto, a experiência não foi muito boa e então ficam um bocadinho, digamos, de pé atrás, mas depois com os primeiros estágios e com o acompanhamento que nós vamos fazendo, quando eles estão em estágio, mantemos um acompanhamento constante, para saber tudo o que é que se passa, e a partir daí não houve depois entraves nenhuns. Mas quando se começou, pelo menos a experiência que eu tenho quando começou o primeiro curso, inicialmente houve assim alguma apreensão da parte deles em ter estagiários porque já tiveram alguma coisa que não correu bem, e depois com a convivência e depois mais tarde com a experiência prática, a coisa tem resultado.

2.15 – Olha, nós aqui, em termos de estagiários, temos empresas que ficaram com os estagiários que lá estiveram. De um modo... nós depois fazemos um relatório do final do estágio..., as empresas ficam com boa, com boa ideia deles. O que se passa é que muitas vezes nós... algumas querem admiti-los e eles querem prosseguir estudos, tivemos aí casos em que quiseram prosseguir estudos. Outros têm absorvido estagiários nossos. E pronto, há empresas que não podem mesmo absorve-los, porque no momento

é impossível para eles terem mais pessoal. Mas geralmente ficam com o número de telefone para contacto, portanto para entrarem em contacto quando forem necessários.

2.16 – Eh pá, eu acho que sim, que estes miúdos, ... há aqui miúdos, ... quer dizer, ...o ideal era que todos chegassem ao final, não é, e muitos não chegam ao fim. Mas pelo menos na nossa área, até temos tido algum sucesso, em que uma grande maioria chegasse ao fim do curso. Estes alunos, se não fossem estes cursos, abandonavam completamente o ensino, a partir do nono ano, do secundário. Nós já tivemos cá cursos deste tipo para dar equivalência ao nono ano. Eram miúdos que só tinham o sexto ano tinham entrado no sétimo ano e repetiram o sétimo ano três vezes, outros, a maioria entraram com o oitavo ano, apareceram dois com o nono ano, repetentes do nono ano, eram miúdos que nem sequer acabavam o nono ano, ou nem sequer acabavam o secundário.

2.17 – É como eu te disse anteriormente, portanto, alguns ficam nas próprias empresas onde estão a estagiar, outros que por vontade deles, seguem outras vias e mais tarde encontramos-os a trabalhar na área, ou muito perto da área de formação.

2.18 – Aí é mais complicado, estes miúdos são um pouco individualistas, cada um trabalha para si. Há dificuldade em, portanto, em organizarem-se. Com o trabalho que temos aqui com eles, embora haja um melhoramento, portanto, em relação ao início, mas de qualquer forma, à excepção de um ou outro que já tem familiares na área e então, portanto, facilmente cria uma empresazita ou vai associar-se com outro familiar numa empresa, há aqui casos desses em que... , os restantes é para trabalhar por conta de outrem. No entanto, já encontrei aí um miúdo, pá, ao fim de dois anitos de estar a trabalhar, eles próprios já têm os seus biscatezitos, como se diz... Ou fazerem ao fim de semana um trabalhito para uma vizinha, pá, ao início... mas também, estes miúdos, para se iniciarem sozinhos numa empresa, portanto, nesta área, também não aconselho, quando eles acabam o curso, iniciarem logo com uma empresa, porque convém rodar numa empresa durante quatro, cinco anos, para apanharem, como se diz, calo, para aprender. O curso é um curso que dá umas ideias, mas a pessoa não tem uma visão real da profissão, e andando com outras pessoas, ter contacto com oficiais, todos eles têm maneiras diferentes de trabalhar, e assim ganham experiência para depois um individuo poder se abalançar sozinho, mas no início eu não aconselho... a não ser que tenha um

familiar na área... um aluno nosso que teve a trabalhar, portanto, tirou o curso cá, há quatro anos, depois foi trabalhar... mas aí tinha o pai, portanto quando ele veio já sabia muita coisa, e teve sempre um amparo e o pai trabalha também por conta própria, costuma trabalhar com o pai e a pouco e pouco foi evoluindo e antes de vir aqui tirar aqui este curso de electrónica, já estava à frente de obras, o pai estava à frente de umas obras e ele à frente de outra, pá, mas para aqueles que saem daqui só com o curso, começar logo a fazer pequenos trabalhos, tudo bem, mas convém eles estarem sempre nos primeiros cinco anos andarem numa empresa, até para ver como é que funcionam as coisas. E nesse período é arranjar uns trabalhitos, ir arrançando uns clientezitos e depois então quando sentirem que já têm arcaboço para estarem sozinhos, então aí tudo bem. Na actividade eléctrica as coisas não são sempre a mesma coisa e há sempre situações que se uma pessoa não tiver já calo, se não tiver visto e se não tiver já passa por situações idênticas, um individuo fica assim atrapalhado, ou se não tiver alguém que lhe esteja a dar apoio, mas para este tipo de miúdos é bom, e aqueles que realmente aproveitam isto, pelo menos aqueles com quem eu tenho falado depois..., tenho alguns que ainda me telefonam agora, já acabaram há dois anos..., pelo Natal ou assim, eu aqui no início do ano, ficamos com os números de telefone uns dos outros, se houver qualquer coisa para telefonar. E inclusivamente, quando eles vão para estágio, convém ter o número de telefone para saber qualquer coisa. De vez em quando, telefonam para eu saber como é que estão, onde é que estão a trabalhar. Com os que querem, tem corrido tudo bem, agora há outros que nem isto nem outra coisa qualquer. Com esses é completamente impossível, mas aqueles que chegam ao fim e vão para estágio geralmente a única coisa que eu digo no início é que só vai para estágio quem tiver em condições, e tem que ser assim, porque senão o que acontece, pá, e que nós começamos a queimar locais onde eles possam estagiar, pelo menos os que vierem a seguir, e nunca tivemos aqui problemas. Só houve aí um problema, mas foi um acidente de trabalho, mas não problemas de indisciplina, ou de não fazer as coisas correctas. Um aluno nosso que fio para ali para a (...), e a segurar umas chapas, eram uma série de chapas, e uma das chapas escorregou e feriu-lhe a perna. Aquelas chapas são tipo lâmina, de resto foi o único problema que nós tivemos, foi um acidente. Agora questões laborais, pá, sem ser esse acidente de trabalho, não temos tido razão de queixa, muito antes pelo contrário.

## **-Anexo 32 - Transcrição da entrevista ao Director de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa**

### **Transcrição de Entrevista como a Directora de Turma do CEF de Assistente de Acção Educativa**

**23-5-2007**

2.1- Desde o primeiro ou segundo ano.

2.2 – O Conselho de turma... houve alguns professores que saíram porque não eram efectivos da casa e portanto variaram.

2.3 – Olha, a carga horária imensa, para alguns a falta de formação, e de formação específica na área mesmo, falta de materiais também, em algumas situações as pessoas não têm o material necessário no CRE, então têm de pesquisar, têm de ir ver às livrarias da concorrência, como se costuma dizer, portanto a preparação de materiais.

2.4 – Sim, muito, não só nas reuniões mas nos intervalos, andamos sempre a conversar uns com os outros sobre o que fazer e quando.

2.5 - Sim.

2.6 – Sim, embora o horário desta turma seja muito alargado, estende-se até às cinco da tarde, actividades extra curriculares para além das cinco da tarde não há. Chegar a casa e não chegar... não há disponibilidade quer delas, quer nosso. Fazem-se as visitas de estudo durante o dia, sobretudo em algumas aulas, com os mesmos conteúdos, mas visitas fora. Agora arranjar um clube disto ou daquilo, que funcione na segunda, terça ou quarta, das cinco às sete, isso não existe.

2.7 – Creio que não, porque há muitas disciplinas, há conteúdos que estão desajustados, são muito extensos para a carga horária delas também que acaba por ser muito extensa,

e nalguns casos é complicado, quer leccionar, quer ser aluno e receber esses conteúdos todos.

2.8 – Em algumas disciplinas não são.

2.9 – É excessiva. Pelo menos nesta turma elas têm aulas desde as oito e meia até às cinco e cinco da tarde, e portanto o espaço para estudo e investimento pessoal é muito pouco, e são garotas que não é por acaso que estão aqui não é, não têm uma aptidão cognitiva fantástica, elas depois chegam cá e têm que investir nelas, e já vão muito cansadas e nós consideramos que há muitos conteúdos que são demasiado extensos, demasiado longos e nem sequer deveriam lá estar.

2.10 – O saber estudar, as dificuldades cognitivas, muitas dificuldades cognitivas, em algumas situações problemáticas mesmo, o tempo de estudo, a organização do seu estudo também, não é, algumas das dificuldades basicamente são estas.

2.11 – Sim conhecem, tanto pela informação que tem passado quer pela coordenadora do curso, quer pela directora de turma, quer pelo Conselho Executivo, e como são garotas que já vêm do curso anterior, estão dentro das informações.

2.12 – Nem todas, depende de disciplina para disciplina, há umas que são mais renitentes, àquelas que implicam mais teoria, são mais de estudo, são mais renitentes, em termos de prática, as disciplinas que têm muita prática, já aderem. Com bastante satisfação, cada um com o seu ritmo, até podem gostar muito da actividade, mas cada uma demora x tempo, umas mais do que outras. Em actividades que nos podem parecer coisas rápidas, se calhar em algumas alunas já tem o seu quê de lentidão. Mas fazem-nas com gosto.

2.13 – Sim, com os professores sim, com a restante comunidade educativa vá lá que passam a mensagem com algum trabalho que elas fazem, nomeadamente na semana da escola, vão passando a mensagem do trabalho que elas estavam a fazer. Entre elas, são... é uma turma constituída por quinze raparigas, em que existem uns certos atritos femininos, que se calhar noutras turmas mistas não há.

2.14 – Regularmente não. Isso não acontece. Aconteceu na semana da escola, este ano, isso não tem acontecido tanto. No ano lectivo anterior fizeram realmente apresentações do curso, este ano não tem acontecido muito.

2.15 – Sinceramente não acredito que arranjem facilmente emprego. A experiência que eu tenho é que uma ou duas alunas por turma consegue de facto arranjar emprego na área, estamos a falar de Assistentes de Acção Educativa.

2.16 – Estamos a tentar que isso aconteça, nomeadamente estamos a tentar que haja uma disciplina que tenha a ver com empreendedorismo e criar nelas o espírito de criarem elas a sua micro empresa. Para já não há nenhuma que se tivesse instalado, que tivesse... houve uma aluna o ano passado que por questões financeiras teve de abandonar o curso, essa era uma aluna que cria formar a sua micro empresa. Mas este ano ainda não se fala muito nisso.

2.17 – Têm, efectivamente têm.

2.18 – Têm e são encarregados de educação que assumem e vêm às reuniões. A grande maioria dos encarregados de educação vem às reuniões, vem à escola quando chamados.

2.19, 2.20 – Dão, dão, eles comparecem à escola, são devidamente informados, questionam sobre os cursos, e até à data com esta turma ainda não nenhum encarregado de educação que me pusesse em dúvida a maneira como o professor A, B, C ou D lecciona, pelo contrário, há encarregados de educação que são exigentes com as suas educandas e que exigem igualmente regras e disciplina e tempo de estudo, também querem que elas tenham tempo de estudo em casa. Portanto não há nenhum encarregado de educação em que um professor diga uma coisa e eles tentem por o barco navegar para outro lado, não senhor, eles estão ali em coordenação com o Director de Turma. Isto viu-se o ano passado e este ano também. Têm sido 100% apoiantes dos professores.



## **-Anexo 37 - Transcrição da entrevista ao Director de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

### **Transcrição de Entrevista como ao Director de Turma do CEF de Técnico de Electrónica**

**31-5-2007**

2.1 – Esta turma, desde o início do ano passado, do ano lectivo anterior.

2.2 – Praticamente é o mesmo, com excepção de um ou outro colega, mantêm-se os mesmos professores.

2.3 – A dificuldade é a nível de arranjar, portanto, materiais para leccionar as aulas, devido às características que os alunos têm, basicamente á isso.

2.4 – Sim.

2.5 – Estes professores, sim.

2.6 – Sim, sim. Principalmente visitas de estudo.

2.7 – Aí tenho algumas dúvidas, mas em princípio ... depende do ponto de vista que se queira abordar, mas..., estes cursos dos CEF(s) estão, fundamentalmente a parte técnica é feita pelo IEFP e para funcionarem nestas escolas, às vezes têm de levar adaptações. Eles funcionam de uma maneira diferente da nossa. Eles são adaptados, digamos assim, nós temos de fazer adaptações ao programa, portanto, aos conteúdos programáticos da área técnica.

2.8 – Na maioria sim, podemos dizer que sim.

2.9 – A carga horária não deixa muito tempo para trabalhos em casa ou até mesmo para eles estudarem, eles praticamente têm a semana toda carregada.

2.10 – Portanto a nível de hábitos de trabalho. Não sabem..., portanto, com poucos hábitos de trabalho. São alunos com algumas dificuldades, portanto, cognitivas também algumas, mas basicamente são alunos que já tiveram várias repetências. Há exceções, mas são alunos que já vêm com muitas repetências, então há alguma dificuldade em motiva-los para o curso. Não é tanto para o curso, mas para os conteúdos que o curso exige.

2.11 – Há alunos que adoptam, há outros que estão só para obter a equivalência ao 12º. Ano. Mas há alguns que têm... que estão de acordo com a filosofia do curso, há outros que nem tanto, porque o objectivo deles basicamente é o 12º. Ano. Não propriamente a área profissional mas o 12º.ano. Há outros que estão na área profissional que pretendem.

2.12 – Isto são alunos com características especiais, digamos assim, têm características especiais, e é preciso estar constantemente a motiva-los para eles trabalharem. Principalmente nas disciplinas mais teóricas é que o problema se põe. Quanto a mexer, manusear, tudo bem, quando necessitam de..., que há situações em que é necessário um conhecimento teórico, aí o desinteresse de alguns é evidente.

2.13 – Sim, aqui não temos tido razão de queixa.

2.14 – Não, são um pouco individualistas.

2.15 – Nesta área têm, desde que pretendam.

2.16 – Questão respondida em Entrevista ao Coordenador de Curso (Anexo TRECTE).

2.17 – A taxa de sucesso escolar é boa.

2.18 – 2.19 -A maior parte destes alunos, metade destes alunos são encarregados de educação deles próprios, não é, a outra metade tem... dos seis, sete encarregados de educação, geralmente aparecem às reuniões quatro. Esses, os que aparecem às reuniões, os que aparecem constantemente, esses estão a par da situação dos educandos.

2.20 -São sempre os mesmos, são quatro encarregados de educação que aparecem sempre.

## Anexo VI

## -Anexo 22 – Tabela de análise da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo C1

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz									
Categoria 1: Capacitação dos alunos		UNIDADES DE REGISTO					FREQUENCIA		
SUB-CATEGORIAS							E 1	E 2	E 3
-Orientação vocacional e escolar.	(...)a escola tem já uma tradição de cursos, enfim, mais orientados para a vida activa, que por assim dizer antecederam os CEFs, o programa 9º+1, o programa 15-18, o 10º ano profissionalizante, portanto, digamos que a abertura dos CEF tal como eles estão designados, desde o primeiro ano, desde que eles foram implementados, não sei precisar o ano, mas foi desde o primeiro. E1 (...) portanto nós na organização destes cursos entramos muito com a orientação escolar dos alunos e portanto neste trabalho de orientação escolar, às vezes de reorientação escolar, é que por vezes trabalhamos em conjunto com o Centro de Emprego... E1						1		
-O Insucesso / sucesso escolar.	Isto decorreu das necessidades dos alunos, isto é começamos a verificar a partir de dada altura, que havia necessidade de criar saídas alternativas para os alunos que não estavam a conseguir obter uma escolaridade regular com os currículos tradicionais, e portanto, digamos que a abertura dos CEFs decorre em primeiro lugar, dessa percepção que a escola tem(...) E1 (...)que os miúdos concluíssem a escolaridade, portanto terem uma certificação escolar, por outro lado, uma primeira orientação profissional, digamos que aqui há uma dupla justificação, e o objectivo aqui era precisamente, enfim, tentar por essa via, criar alternativas de sucessos aos miúdos, alternativas de formação que propiciassem realmente que estes miúdos conseguissem ter sucesso. E1 - Que tem contribuído tem, porque há uma taxa de conclusão bastante significativa, não é... e portanto se abordarmos as coisas por este prisma, os alunos deixam de chumbar, no regular e aqui passam a ter sucesso, agora, é um pouco relativo, porque o número de alunos que estão nestes cursos, também não é um número significativo (...) E1 Provavelmente onde mais se verificou influência destes cursos foi nas taxas de abandono, isto é, as taxas de abandono escolar, recuaram e provavelmente muito por via dos CEFs.E1						1		
-Colocação dos alunos na vida activa.	Nós na escola, temos ao nível do Centro de Emprego um conjunto de contactos que nos permitem, por vezes, pedir a ajuda para encaminhar alunos, por exemplo para cursos que o próprio Centro de Emprego dinamiza (...) E1						2		
							1		

## -Anexo 23 – Tabela de análise da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo C2

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz									
Categoria 2: Gestão de recursos e financiamento dos C.E.F.(s)		UNIDADES DE REGISTO					FREQUENCIA		
SUB-CATEGORIAS							E 1	E 2	E 3
-Rentabilização de recursos físicos e humanos existentes.	(...) os recursos físicos não foi preciso grandes alterações, a escola tinha já alguns recursos que vinham dos Cursos Tecnológicos, e portanto, digamos que, na organização destes cursos tivemos em linha de conta, não só as orientações e apetências dos miúdos, mas simultaneamente os recursos físicos, materiais e humanos que a escola disponha, (...) E1 Vamos lá ver, isto foi sobretudo feito com recursos humanos da escola (..) E1	3	1						
-Aprendizagem ao Longo da Vida.	...a escola pediu a colaboração de outras entidades, para virem dar formação a áreas em que nós não tínhamos pessoal com formação especificamente para esse fim, sei lá, uma das formações que tiveram foi com a Equipa de Apoios Educativos, com o ECAI, (...) pela Direcção Regional, portanto mas que disponibilizou alguns educadores de infância que tinham formação em Ensino Especial, para virem apoiar nalgumas áreas relacionadas com os CEFs de Apoio à Infância, (...) E1 Formação na área científica não, porque, é suposto que os professores no campo científico sejam pessoas qualificadas, (...) E1	1							
-Gestão financeira dos C.E.F.(s).	Ora bem, inicialmente a escola candidatou, os primeiros cursos, candidatou-os ao PRODEP, até ao final da fase de em que o PRODEP saiu da zona de Lisboa e Vale do Tejo, não é..., portanto o PRODEP II, depois, se não me engano, ainda abrangeu aqui a nossa zona, portanto na altura, ao abrigo do PRODEP, nós obtivemos algum financiamento, alguma comparticipação para estes cursos, nomeadamente em termos de alguns recursos materiais, algum, ao nível dos formadores também, (...) E1 Directamente não há apoios, portanto esse apoio não existe, aliás, penso que nem nenhuns, portanto, nestes cursos CEF não há. E1 O que existe é que a escola no seu orçamento anual, contempla sempre verba, para estes cursos, portanto, para o acompanhamento destes cursos. E1	1							

## -Anexo 24 – Tabela de análise da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo C3

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz											
Categoria 3: Relações colegiais e clima de escola.											
SUB-CATEGORIAS		UNIDADES DE REGISTO					FREQUENCIA				
		E	E	E	E	E	1	2	3	4	
-Trabalho colaborativo entre professores.		pediu-se depois a ajuda e a implicação de vários serviços da escola, nomeadamente dos SPO, Núcleo de Apoio Educativo, que em articulação com outras pessoas da escola, nomeadamente com as direcções de turma e Coordenação de Direcções de Turma, criaram-se equipas, que no fundo, levaram a que se aproveitasse esta oportunidade que era a implementação de CEFs, ...em relação a estes cursos, com um acompanhamento muito mais sistemático por parte dos Conselhos de Turma, portanto, um trabalho colaborativo maior, digamos que do ponto de vista do funcionamento do grupo de professores, do Conselho de Turma, (...) a articulação entre os professores, digamos que foi uma experiência, deste ponto de vista muito enriquecedora, agora eu acho que tem sido das poucas experiências em que efectivamente os professores estão a conseguir ter um trabalho colaborativo...					1				
-Organização curricular e pedagógica dos C.E.F.(s)		...estes CEFs deram excelentes resultados, porque por exemplo a questão da assiduidade, a questão da obrigatoriedade de se cumprirem horas de formação, o trabalho do próprio Conselho de Turma					1				

## -Anexo 25 – Tabela de análise da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo C4

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz									
Categoría 4: - Relações da escola com a comunidade e com o Estado		UNIDADES DE REGISTO					FREQUENCIA		
SUB-CATEGORIAS							E 1	E 2	E 3
-Estabelecimento de relações formais e informais entre a escola e empresas e outras instituições.		<p>, é que conseguimos criar uma rede de forças vivas da região, que nos permitem como muita facilidade obter e organizar estágios para os alunos, portanto, angariar colaborações, desse ponto de vista foi, está muito bem organizado e acho que esta rede está a dar frutos, portanto, esta capacidade que tivemos de criar este conjunto de parcerias, quer públicas, quer privadas, há empresas, há entidades públicas como a Junta de Freguesia, Câmara Municipal, empresas privadas das mais diversas, IPSS,(...) E1</p> <p>Nós neste momento temos um protocolo com a Autarquia, já a nível dos cursos profissionais do secundário, que não os CEFs, que não... é outra coisa. Digamos que a Autarquia auxilia sobretudo em termos de estágios profissionais, portanto, foi uma das entidades parceiras que recebe estagiários dos vários cursos e portanto a esse nível, foi uma entidade que não financiando, digamos que colaborou nesse aspecto de uma forma bastante significativa.E1</p> <p>portanto, por vezes trabalhamos em rede com outras escolas, no sentido de receber alunos doutras escolas para estes cursos, e simultaneamente essa escola encaminhava alunos seus para cursos que a nossa escola tivesse para oferecer, que tivessem mais recursos. E1</p> <p>(...)não há uma ligação directa CEF/Centro de Emprego, há uma ligação do Centro de Emprego à escola, não está formalizada, portanto é uma ligação muito das pessoas que trabalham cá e lá e se conhecem, e que às vezes são mais eficazes do ponto de vista do encaminhamento dos alunos. E1</p>	2						
-Aquisição de locais de estágio para alunos finalistas de C.E.F.(s) e sua inserção na vida activa.		<p>Nós na escola, temos ao nível do Centro de Emprego um conjunto de contactos que nos permitem, por vezes, pedir a ajuda para encaminhar alunos, por exemplo para cursos que o próprio Centro de Emprego dinamiza a nível do Centro de Emprego da Localidade A, pronto, há aqui um trabalho que está estabelecido com eles, apesar de não estar formalizado, portanto, não houve formalização especificamente virada para isto.</p> <p>Os júris para essas provas são fruto de parceria com as instituições, com as instituições onde os estágios se realizam, E1</p> <p>(...)não há uma ligação directa CEF/Centro de Emprego, há uma ligação do Centro de Emprego à escola, não está formalizada, portanto é uma ligação muito das pessoas que trabalham cá e lá e se conhecem (...) E1</p> <p>(...)a partir do momento em que o PRODEP terminou na zona do Vale de Lisboa, temos contado com a colaboração das pessoas das empresas, ou das entidades, gratuitas, não é, de uma forma gratuita, e aí há muito trabalho do coordenador de curso, que normalmente estabelece com estas entidades algumas cumplicidades, tenta a colaboração de outras pessoas, portanto temos conseguido, até agora temos conseguido que haja um elemento de cada entidade onde decorrem os estágios a vir participar na, nestas provas dos alunos.</p>	1						
-Coordenação estatal no estabelecimento de parcerias e políticas para a eficiência das escolas.		<p>Os júris para essas provas são fruto de parceria com as instituições, com as instituições onde os estágios se realizam, E1</p> <p>(...)não há uma ligação directa CEF/Centro de Emprego, há uma ligação do Centro de Emprego à escola, não está formalizada, portanto é uma ligação muito das pessoas que trabalham cá e lá e se conhecem (...) E1</p> <p>(...)a partir do momento em que o PRODEP terminou na zona do Vale de Lisboa, temos contado com a colaboração das pessoas das empresas, ou das entidades, gratuitas, não é, de uma forma gratuita, e aí há muito trabalho do coordenador de curso, que normalmente estabelece com estas entidades algumas cumplicidades, tenta a colaboração de outras pessoas, portanto temos conseguido, até agora temos conseguido que haja um elemento de cada entidade onde decorrem os estágios a vir participar na, nestas provas dos alunos.</p>	1						



**-Anexo 27 - Tabela de análise da entrevista aos Coordenadores do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C1**

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Coordenadores dos CEFs de Assistente de Acção Educativa e Técnico de Electrónica	
Categoria 1: Capacitação dos alunos	
SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO
	FREQUENCIA
	E 1 E 2 E 3 E 4 E 5
-Orientação vocacional e escolar.	(...) uma das coisas que me parece que foi tido em linha de conta, foi a necessidade daqui da zona de ter apoios domiciliário a crianças. Algumas instituições, muitos destes garotos gostam bastante de lidar com miúdos, também têm muitos irmãos e esse apoio domiciliário começava até pelo núcleo familiar, (...) E2 Este curso foi para, por causa dos miúdos com necessidades educativas, em termos de progressão de ensino secundário, normal, tas a perceber, então optamos por este curso para lhes dar uma saída profissional e para tentarem fazer o ensino secundário.E3 (...) algumas destas miúdas que estavam em abandono escolar, não é que não dessem para estudar, é porque não tinham condições para estudar, nem físicas nem económicas, e tiveram que ir trabalhar para sustentar uma família, (...) E2 Eles estavam habituados a um ritmo lento, a matérias muito simples, e deram um salto fenomenal, em termos académicos. E isso está a reflectir-se no aproveitamento, na motivação dos alunos. E2 Estes alunos, se não fossem estes cursos, abandonavam completamente o ensino, a partir do nono ano, do secundário. Nós já tivemos cá cursos deste tipo para dar equivalência ao nono ano.E3
-O Insucesso / sucesso escolar.	(...) este curso é muito teórico, quase todas as disciplinas são muito teóricas, com excepção da de ATL, que conseguem fazer coisas muito engraçadas, mas na prática, não há trabalho nas outras disciplinas, e isso acaba por ser bastante negativo, mas de resto, tem havido, até tem havido muita procura deste curso, (...)E2 Porque caso contrário, eles em casa, quer pelo horário carregado, quer por características próprias deles, não são alunos que por eles próprios tenham iniciativa de estudo, portanto nós é que, no fundo, ensiná-los a estudar e obter o mínimo possível. E3 (...) podemos aproveitar matéria que foi dada para mostrar que na prática como é que é, mas tentamos sair, (...)E2 O que nós fazemos, portanto, são visitas de estudo, mas em várias disciplinas, de acordo com os programas que estão a ser leccionados. Para que eles tenham, portanto, uma visão da realidade maior E3
-Organização curricular e pedagógica dos C.E.F.(s)	

**-Anexo 28 - Tabela de análise da entrevista aos Coordenadores do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C2**

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Coordenadores dos CEFs de Assistente de Acção Educativa e Técnico de Electrónica									
Categoria 2: Gestão de recursos e financiamento dos C.E.F.(s)					UNIDADES DE REGISTO			FREQUENCIA	
SUB-CATEGORIAS					E 1	E 2	E 3	E 4	E 5
-Rentabilização de recursos físicos e humanos existentes.		Tinha as salas de aula, só. Ah! Os armários e fomos construindo ao longo do tempo os espaços.E2 nós antigamente não tínhamos sala com bancada, decidimos dar aulas aqui porque precisamente esta sala tinha uma bancada com torneira, podia ser utilizada quando nós fazíamos trabalhos práticos, que exigiam o uso de água,E2 Adquirir, tivemos que comprar os materiais, os papeis, as tintas, sobretudo nas disciplinas mais técnicas, não é, as fraldas, os bonecos para elas treinarem as mudanças das fraldas, não adquirimos, (isso trazem elas, os próprios bebés de casa), tivemos de construir berços de papel e cartão, caminhas, e tivemos que adquirir muitas obras teóricas, ou com conceitos práticos, E2 É os mesmos, portanto a oficina, laboratório.E3 Material de desgaste, e em termos de equipamentos foi multímetros, que adquirimos, mas basicamente é material para execução de trabalhos. A escola está bem equipada com equipamentos, ferramentas, estamos bem equipados. E3 Não, quando se abriu este curso, foi com 99% de professores “prata da casa”,E2 (...) estamos a leccionar nestes cursos com os professores do quadro, neste momento estão dois professores que são contratados, mas que têm formação na área, nesta área.E3			1				
-Aprendizagem ao Longo da Vida.		Não. Às vezes há formações, não sei se lhe pode chamar bem formações, mas actividades, que o Conselho Directivo até nos incentiva a nos integrarmos nelas, porque nos podem ajudar de alguma maneira a trabalhar com este tipo de turnas. Há o caso de uma acção de formação que eu achei esplêndida, que tinha a ver com competências sociais, foi fabulosa! E2 Nós aqui, as disciplinas que leccionamos é só mesmo da... no caso específico do nosso curso é só mesmo da formação inicial. E3			2				
-Gestão financeira dos C.E.F.(s).		- Há uma verba que é destinada para a aquisição de material, e para fotocópias, fora isso não há mais nada. Antigamente, parece que havia o PRODEP, que financiava, no entanto isso acabou, infelizmente,E2 Estas miúdas precisavam de ter um subsídio que as ajudasse a pagar outros materiais que tivessem de adquirir fora da escola, o que tem o SASE, mas isso não cobre tudo, por exemplo camionetas para ir para o estágio, o que existe é manifestamente insuficiente. E2 Isso não sei, porque quem coordena isso é o Conselho Executivo. E3			1				

**-Anexo 29 - Tabela de análise da entrevista aos Coordenadores do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C3**

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Coordenadores dos CEFs de Assistente de Acção Educativa e Técnico de Electrónica									
Categoria 3: Relações colegiais e clima de escola.		UNIDADES DE REGISTO					FREQUENCIA		
SUB-CATEGORIAS							E 1	E 2	E 3
-Trabalho colaborativo entre professores.		Tivemos é sempre em equipa de professores, aqui nós funcionamos muito nestes cursos, em bloco. É uma das coisas fantásticas que estes cursos têm, enquanto num curso regular os professores funcionam muito para a sua disciplina, e não para a disciplina do colega, aqui todos nós temos o mesmo objectivo, é um bloco, (...)E2 Excelentes! Excelentes relações! Aliás, só assim se poderia levar a bom porto o trabalho que foi iniciado neste campo. Nós acabamos por nos dar imenso apoio.E2 De maneira que os professores destes cursos têm um trabalho bastante grande, para arranjar documentação, fazer fichas de trabalho, temos de ter de trabalhar com fichas de trabalho com eles, constantemente, portanto não pode ser um tipo de ensino idêntico ao regular. E3						2	
-Motivação dos professores		(...)de resto tentamos sempre que sejam professores que conhecem bem a escola, conhecem bem a dinâmica da escola e o próprio curso, que estão motivados para este tipo de trabalho, que é muito diferente do trabalho que é feito em turnas regulares.E2 (...) nós gostamos de ensinar, gostamos muito de ver crescer, muito, e isto de facto dá um trabalho muito grande, não apenas académicos mas em termos humanos, as pessoas de fora que não estão metidas no sistema, acham, enfim, que isto é para passar, mas isto não é bem assim, e então, às vezes olham um bocadinho de lado e só depois quando integram e começam a ver o tipo de trabalho que é feito, é que começam de facto a gostar.E2 (...) em princípio há professores que não vêm à espera de miúdos com estas características, mas depois têm se motivado e têm tentado ajudar os alunos.E3						1	
									2
									1

## -Anexo 30 - Tabela de análise da entrevista aos Coordenadores do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C4

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Coordenadores dos CEFs de Assistente de Acção Educativa e Técnico de Electrónica										
Categoria 4: - Relações da escola com a comunidade										
SUB-CATEGORIAS		UNIDADES DE REGISTO					FREQUENCIA			
							E	E	E	E
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1			

**-Anexo 33 - Tabela de análise da entrevista ao Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C1**

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Directores das Turmas dos CEFs de Assistente de Acção Educativa e Técnico de Electrónica									
<b>Categoria 1:</b> Relações colegiais e clima de escola.		UNIDADES DE REGISTO					FREQUENCIA		
SUB-CATEGORIAS							E 1	E 2	E 3
-Estabilidade docente		...houve alguns professores que saíram porque não eram efectivos da casa e portanto variaram. E4 mantêm-se os mesmos professores. E5					1	2	3
-Trabalho colaborativo entre professores.		Sim, muito, não só nas reuniões mas nos intervalos, andamos sempre a conversar uns com os outros sobre o que fazer e quando. E4 Sim.E5							1
-Motivação dos professores		Sim. E4 Estes professores, sim. E5							1

## -Anexo 34 - Tabela de análise da entrevista ao Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C2

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Directores das Turmas dos CEFs de Assistente de Acção Educativa e Técnico de Electrónica		
Categoria 2: Capacitação dos alunos .		FREQUENCIA
SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO	E 1 E 2 E 3 E 4 E 5
-Orientação vocacional e escolar.	Sim conhecem, tanto pela informação que tem passado quer pela coordenadora do curso, quer pela directora de turma, quer pelo Conselho Executivo. E4	
	Há excepções, mas são alunos que já vêm com muitas repetências, então há alguma dificuldade em motiva-los para o curso. E5	1
	(...) que estão de acordo com a filosofia do curso, há outros que nem tanto, porque o objectivo deles basicamente é o 12º. Ano. Não propriamente a área profissional mas o 12º.ano. Há outros que estão na área profissional que pretendem. E5	1
-Organização curricular e pedagógica dos C.E.F.(s)	Creio que não, porque há muitas disciplinas, há conteúdos que estão desajustados, são muito extensos,(...) E4	2
	estes cursos dos CEF(s) estão, fundamentalmente a parte técnica é feita pelo IEFP e para funcionarem nestas escolas, às vezes têm de levar adaptações.E5	1
	Na maioria sim, podemos dizer que sim. E5 (a carga horária) É excessiva. Pelo menos nesta turma elas têm aulas desde as oito e meia até às cinco e cinco da tarde, e portanto o espaço para estudo e investimento pessoal é muito pouco, E4 A carga horária não deixa muito tempo para trabalhos em casa ou até mesmo para eles estudarem,(...) E5	1
-O Insucesso / sucesso escolar.	(...) depende de disciplina para disciplina, há umas que são mais renitentes, àquelas que implicam mais teoria, são mais de estudo, são mais renitentes, em termos de prática, as disciplinas que têm muita prática, já aderem. E4	1
	Principalmente nas disciplinas mais teóricas é que o problema se põe. Quanto a mexer, manusear, tudo bem, quando necessitam de..., que há situações em que é necessário um conhecimento teórico, aí o desinteresse de alguns é evidente. E5	1
	O saber estudar, as dificuldades cognitivas, muitas dificuldades cognitivas, em algumas situações problemáticas mesmo, o tempo de estudo, a organização do seu estudo. E4 Portanto a nível de hábitos de trabalho. Não sabem..., portanto, com poucos hábitos de trabalho. São alunos com algumas dificuldades, portanto, cognitivas também algumas, (...) E5	1
-Inserção dos alunos na vida activa.	Têm, efectivamente têm. E4	1
	A taxa de sucesso escolar é boa. E5	1
	Sinceramente não acredito que arranjem facilmente emprego. A experiência que eu tenho é que uma ou duas alunas por turma consegue de facto arranjar emprego na área. E4	1

**-Anexo 35 - Tabela de análise da entrevista ao Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C3**

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Directores das Turmas dos CEFs de Assistente de Acção Educativa e Técnico de Electrónica									
Categoria 3: Relações Aluno/Escola		UNIDADES DE REGISTO				FREQUENCIA			
SUB-CATEGORIAS						E	E	E	E
		1	2	3	4	5			
-Comportamento dos alunos	(...) é uma turma constituída por quinze raparigas, em que existem uns certos atritos femininos, que se calhar noutras turmas mistas não há.E4 (Boas relações) Sim, aqui não temos tido razão de queixa. E5							1	1
-Mobilização de alunos na promoção de actividades.	Regularmente não. Isso não acontece. Aconteceu na semana da escola, este ano, isso não tem acontecido tanto. E4 Não, são um pouco individualistas. E5							1	1

**-Anexo 36 - Tabela de análise da entrevista ao Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C4**

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Directores das Turmas dos CEFs de Assistente de Acção Educativa e Técnico de Electrónica									
<b>Categoria 4:</b> Inter relações Escola/Família		UNIDADES DE REGISTO					FREQUENCIA		
SUB-CATEGORIAS							E	E	E
							1	2	3
-Estabelecimento de relações formais entre a escola e a família.		Têm e são encarregados de educação que assumem e vêm às reuniões. A grande maioria dos encarregados de educação vem às reuniões. E4							
		A maior parte deste alunos, metade destes alunos são encarregados de educação deles próprios, não é, a outra metade tem... dos seis, sete encarregados de educação, geralmente aparecem às reuniões quatro. E5							1
-Envolvimento dos Encarregados de Educação no processo Ensino / Aprendizagem.		Dão, dão, eles comparecem à escola, são devidamente informados, questionam sobre os cursos, e até à data com esta turma ainda não nenhum encarregado de educação que me pusesse em dúvida a maneira como o professor A, B, C ou D lecciona, pelo contrário, há encarregados de educação que são exigentes com as suas educandas e que exigem igualmente regras e disciplina e tempo de estudo, (...) eles estão ali em coordenação com o Director de Turma. E4							
		Esses, os que aparecem às reuniões, os que aparecem constantemente, esses estão a par da situação dos educandos. E5							1



**-Anexo 38 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C1**

Tabela de Análise – Questionário aos Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica											
Categoria 1: Capacitação dos alunos			RESPOSTAS								
SUB-CATEGORIAS	QUESTÕES		AE SIM	AE NÃO	AE N/S	TE SIM	TE NÃO	TE N/S	TOTAL SIM	TOTAL NÃO	TOTAL N/S
-Orientação vocacional e escolar.	2.1		2	2	0	2	2	0	4	4	0
-Realização Pessoal	2.2		4	0	0	4	0	0	8	0	0
-Caracterização dos alunos (comportamento / Aproveitamento)	2.3		4	0	0	4	0	0	8	0	0
	2.4		2	2	0	2	1	1	4	3	1
	4.9		1	2	1	4	0	0	5	2	1
	4.10		4	0	0	4	0	0	8	0	0
-Expectativas académicas e profissionais	2.5		2	2	0	0	4	0	2	6	0
	2.6		3	0	1	1	2	1	4	2	2
	2.7		2	0	2	4	0	0	6	0	2

**-Anexo 39 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C2**

Tabela de Análise – Questionário aos Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica											
<b>Categoria 2: Envolvimento dos Professores nos CEF</b>											
SUB-CATEGORIAS	QUESTÕES			RESPOSTAS							
	AE SIM	AE NÃO	AE N/S	TE SIM	TE NÃO	TE N/S	TOTAL SIM	TOTAL NÃO	TOTAL N/S		
-Conhecimento que os docentes têm acerca dos CEF	3.1	4	0	0	3	1	0	7	1	0	
	3.2	4	0	0	3	1	0	7	1	0	
	3.3	2	2	0	2	2	0	4	4	0	
	3.4	1	0	1	2	0	0	3	0	1	
	3.5	1	3	0	2	2	0	3	5	0	
-Participação na organização curricular e pedagógica dos CEF	3.6	3	1	0	3	0	1	6	1	1	
	3.7	1	2	1	2	1	1	3	3	2	
	3.8	0	3	1	0	2	2	0	5	3	
	3.9	4	0	0	4	0	0	8	0	0	

**-Anexo 40 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C3**

Tabela de Análise – Questionário aos Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica												
Categoria 3: Interações Escola / CEF												
SUB-CATEGORIAS		QUESTÕES		RESPOSTAS								
				AE SIM	AE NÃO	AE N/S	TE SIM	TE NÃO	AE N/S	TOTAL SIM	TOTAL NÃO	TOTAL N/S
-Integração dos CEF na escola.	4.1			4	0	0	4	0	0			
	4.2			4	0	0	4	0	0			
	4.5			4	0	0	4	0	0			
-Clima de Escola	4.3			4	0	0	3	0	1			
-Motivações dos professores	4.4			0	3	1	0	3	1			
-Recursos físicos / humanos	4.6			3	0	0	3	1	0			
	4.7			2	2	0	4	0	0			
	4.8			1	3	0	1	0	3			

**-Anexo 41 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C4**

Tabela de Análise – Questionário aos Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica											
Categoria 4: Interacções Escola / Família											
SUB-CATEGORIAS	QUESTÕES		RESPOSTAS								
			AE SIM	AE NÃO	AE N/S	TE SIM	TE NÃO	TE N/S	TOTAL SIM	TOTAL NÃO	TOTAL N/S
-Eficiência dos mecanismos de comunicação entre Escola e Família	4.11		3	0	1	2	2	0	5	2	1
	4.12		4	0	0	4	0	0	8	0	0

**-Anexo 42 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C5**

Tabela de Análise – Questionário aos Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica											
<b>Categoria 5: Interações Escola / Comunidade</b>											
SUB-CATEGORIAS	QUESTÕES			RESPOSTAS							
	AE SIM	AE NÃO	AE N/S	TE SIM	TE NÃO	TE N/S	TOTAL SIM	TOTAL NÃO	TOTAL N/S		
-Relações estabelecidas entre a Escola e a comunidade	4	0	0	3	0	1	7	0	1		
	2	0	2	0	1	3	2	1	5		
	4	0	0	4	0	0	8	0	0		
	3	0	1	3	0	1	6	0	2		
5.1											
5.2											
5.3											
5.4											

**-Anexo 43 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Encarregados de Educação C1**

Tabela de Análise – Questionário aos Encarregados de Educação dos alunos do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica				
<b>Categoria 1: Capacitação dos alunos</b>				
SUB-CATEGORIAS	QUESTÕES	RESPOSTAS		
		SIM	NÃO	N/S
-Orientação vocacional e escolar.	2.1	20	1	0
	2.2	20	1	0
-Expectativas académicas e profissionais	2.3 2.4 2.5	8 16 16	8 2 2	5 3 3
-Caracterização dos alunos (comportamento / Aproveitamento)	2.6	5	5	11
	2.7	0	11	10
	4.1	20	0	1

**-Anexo 44 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Encarregados de Educação C2**

Tabela de Análise – Questionário aos Encarregados de Educação dos alunos do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica				
<b>Categoria 2: Interação Escola/Família</b>				
SUB-CATEGORIAS	QUESTÕES	RESPOSTAS		
		SIM	NÃO	N/S
-Representações que os Encarregados de Educação fazem dos CEF.	3.1	21	0	0
	3.2	21	0	0
	3.3	8	13	0
	3.4	21	0	0
	4.7	9	9	3
-Eficiência dos mecanismos de comunicação entre a Escola e a Família	4.5	20	0	1
	4.6	17	3	1

**-Anexo 45 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Encarregados de Educação C3**

Tabela de Análise – Questionário aos Encarregados de Educação dos alunos do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica				
<b>Categoria 3: Ralação Família/Meio</b>				
SUB-CATEGORIAS	QUESTÕES	RESPOSTAS		
		SIM	NÃO	N/S
-Estabilidade residencial e laboral	5.1	19	1	1
	5.2	12	7	2
	5.3	18	0	3
-Conhecimento da região em termos sócio económicos	5.4	15	2	4
	5.5	4	6	11
	5.6	15	0	6



**-Anexo 46 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C1**

Tabela de Análise – Inquérito de Questão Aberta aplicado aos alunos do CEF de Assistente de Acção Educativa		
<b>Categoria 1:</b> Representações que os alunos têm da Escola		
INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA
Um local de aprendizagem.	Para mim a escola é um local onde pudemos aprender sempre mais, em cada dia que passa é mais uma descoberta.	Q1 13
Um local de preparação para o futuro.	É onde aprendemos novos conhecimentos para um dia mais tarde os pudermos “usar” no dia-a-dia.	6
Um local de crescimento físico, intelectual e emocional.	É aqui neste local que se aprendem os mais profundos conhecimentos intelectuais, psicológicos e emocionais.	5
Um local de convívio com professores e funcionários.	Na escola encontram-se pessoas fantásticas, desde professores, auxiliares, directores e alunos.	3
Um onde existe liberdade de expressão.	É um local onde se pode expressar os sentimentos...	2
Um local para passar o tempo.	Para mim a escola é um local para passar o tempo.	1
Um local onde só se deve estar por gosto.	Quem tem gosto de cá permanecer aprende com mais facilidade, quem não gosta arrasta-se!	1
Um local de grande permanência.	É um espaço onde passo a maior parte do tempo e ocupo esse mesmo tempo nas aulas...	1
Cansativa.	Certos dias a escola é um lugar cansativo e cada vez mais me custa ir à escola.	1
Um local de convívio com o demais colegas.	...convive-se conhece-se pessoas novas, brincamos, divertimo-nos...	8
Um local privilegiado para a partilha de experiências.	É também um local onde pudemos viver grande parte das nossas experiências diárias...	1

**-Anexo 47 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C2**

Tabela de Análise – Inquérito de Questão Aberta aplicado aos alunos do CEF de Assistente de Acção Educativa <b>Categoria 2:</b> Representações que os alunos têm do Curso		
INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA
Uma forma de aprender uma profissão de que se gosta.	Dá-nos a oportunidade de fazermos o que gostamos.	Q1
Uma alternativa aos currículos do ensino regular.	É também uma melhor forma de obtermos bons resultados nos estudos através dos nosso esforço (...) É também o tentar fugir aos currículos normais, porque com estes cursos podemos obter uma melhor formação. É um meio alternativo, é uma oportunidade de “remendar” os erros que uma pessoa fez. O curso dá talvez aquela oportunidade que nunca iria ter na vida.	11
Uma preparação para o futuro.	É uma formação muito importante para o nosso futuro, (...) dá-nos a possibilidade de conseguir melhor os nossos objectivos futuros.	5
Uma oportunidade de inserção na vida activa.	É uma saída profissional ótima para mim. Com ele existe mais oportunidades de saída para o mundo do trabalho.	3
Algo agradável.	O curso é um local onde eu adoro estar...A1	2
Dedicação.	Requer trabalho e dedicação.	2

**-Anexo 48 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C3**

Tabela de Análise – Inquérito de Questão Aberta aplicado aos alunos do CEF de Assistente de Acção Educativa <b>Categoria 3:</b> Expectativas que os alunos depositam no Estágio		
INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA Q1
Uma adaptação ao meio laboral.	Uma boa experiência, uma boa preparação para o mundo do trabalho. A9	5
Algo agradável.	Um dos momentos mais engraçados da minha vida. A3 Novamente agradável...A6	3
Uma preparação para o futuro.	Bom para o meu futuro...A5	2
Uma concretização prática do que foi aprendido durante o curso.	...o estágio é muito importante pois é a parte prática, é quando na realidade vemos que o nosso objectivo pode ser mesmo alcançado. A14 Sendo o estágio uma prática, espero que seja algo que me transmita conhecimentos, que de certa forma são impossíveis de serem transmitidos na teoria.	2
Tem uma duração demasiado curta.	Acho que duas semanas não chegam, mal estamos a habituarmo-nos às crianças, já estamos a mudar de valência. A6	2
Uma familiarização com um sistema hierárquico.	...que consiga interagir bem com as crianças e todo o pessoal relativamente à instituição. A11	1
Uma experiência enriquecedora.	No estágio as experiências são muito boas, a amizade e a confiança que as crianças nos transmitem, são a chave de sucesso para trabalhar...A4	9
Melhor que o anterior (realizado no final do 10ºano).	Melhor, ainda melhor que do que o estágio que realizei no ano passado.A1	6

**-Anexo 49 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C1**

Tabela de Análise – Inquérito de Questão Aberta aplicado aos alunos do CEF de Técnico de Electrónica		
<b>Categoria 1:</b> Representações que os alunos têm da Escola		
SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA
		Q1
Um local de aprendizagem.	Um centro de estudo e de aprendizagem, que se aprende a trabalhar, a pesquisar e a estudar. A19	8
Um local de preparação para o futuro.	Os professores ensinam o que nós devemos aprender em cada ano que frequentamos e também nos preparam para a vida, pois transmitem-nos muitas experiências e vivências que tiveram, não só enquanto foram estudantes mas também agora que estão inseridos no mercado de trabalho.	4
Um local de crescimento físico, intelectual e emocional.	Ser mais responsável, não deixar fugir a oportunidade que nos dão pois pode não haver outra. A28 A escola também serve para conviver com os colegas, para fazer vários desportos e para irmos evoluindo de mentalidade. A19	2
Tem poucas possibilidades de escolha de áreas de estudo.	...devia haver mais cursos profissionais e técnicos de várias áreas de emprego. A19	1
Uma forma de avaliar os alunos.	Um local de estudo em que os alunos com a ajuda de um professor estudam a matéria e mais tarde são sujeitos a testes para saberem se essa matéria foi compreendida, e assim se consegue fazer uma avaliação desse aluno. A24	1
Um local jovem.	...estado de espírito jovem...A28	2
Um local de longa permanência	É uma segunda casa onde passamos a maior parte do tempo. A24	1
Um local de convívio com o demais colegas.	O melhor tempo que a gente passa é na escola com os amigos e amigas.	10

**-Anexo 50 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C2**

Tabela de Análise – Inquérito de Questão Aberta aplicado aos alunos do CEF de Técnico de Electrónica		
SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA
		Q1
Uma forma de aprender uma profissão	É onde se aprende uma área específica para depois ter um trabalho razoável. A22	6
Uma oportunidade de concluir o 12ºano.	O curso é bastante bom mas não era este curso que eu queria seguir, só me interessa ter o 12º ano A26	4
Interessante.	Na minha opinião, interessante, e não é mais fáceis do que os outros. A24	3
Algo agradável.	Gosto do curso e espero ter saídas profissionais. A18	1
Um local de partilha de experiências.		1
Pouco estimulante.	Para mim não era realmente aquilo que eu queria. A21	1
Algo desejado.		1
Difícil.		1
Importante.	É muito importante termos um curso. A25	1

**-Anexo 51 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C3**

Tabela de Análise – Inquérito de Questão Aberta aplicado aos alunos do CEF de Técnico de Electrónica		
<b>Categoria 3:</b> Expectativas que os alunos depositam no Estágio		
SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA
		Q1
Uma oportunidade de formação da personalidade.	Que me ajude a melhorar como profissional e sobretudo como pessoa. A 27	1
Um complemento de formação.	Muito importante, onde pudemos aprender mais sobre o curso que estamos a tirar. A25	6
Uma familiarização com um sistema hierárquico.	No estágio aprende-se a conviver com pessoas mais velhas. A19	1
Uma adaptação ao meio laboral.	Uma boa valia para aprender mais sobre a vida do mundo do trabalho. A21	4
Uma oportunidade de inserção na vida activa.	...espero se seja as portas para o meu futuro, que venha a ser importante na colocação de uma empresa como trabalhador. A17	5
Uma experiência enriquecedora.	Uma experiência boa para mim, que eu aprenda muito, ganhe experiência e que me faça dar mais valor ao trabalho. A24	5
Melhor que o anterior (realizado no final do 10ºano).	Melhor do que os outros que já tive. A23	1
Um local de convívio.	Bastante divertido, com muito boa disposição da parte de colegas e profissionais, mas claro com muito trabalho no meio. A26	2

## -Anexo 52 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C1

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Assistente de Acção Educativa															
Categoria 1: Organização curricular e pedagógica do Curso															
SUB-CATEGORIAS		INDICADORES		UNIDADES DE REGISTO		FREQUENCIA									
				A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	T				
Cumprimento do Normativo		A1,A2-Adopção por parte dos professores de regras específicas.		(...) a Directora de Turma informou o Conselho de Turma sobre os procedimentos a adoptar em caso de falta do professor. (...) A Directora de Turma informou igualmente o Conselho de Turma sobre os procedimentos a adoptar em caso de falta dos alunos. A1	1	1									
				(...) os horários de cada professor para se poder efectuar trocas (...) A2											
				(...) a Directora de Turma (...) entregou um conjunto de documentos que contém a relação das alunas, e respectivas fotografias (...) A2	1										
		A2-Entrega de documentos de identificação das alunas.			1										
		A2-Entrega de mapa de controlo de aulas não leccionadas e registo de aulas de substituição.			1										
Gestão do Currículo		A1-Organização de actividades extra curriculares relacionadas com os conteúdos leccionados.		(...) o Conselho de turma decidiu que em reunião posterior serão planificadas as actividades da turma, nomeadamente as visitas de estudo(...) A1	1										
				(...) devido à inexistência de manuais adoptados para estes cursos, estaria um cartão desta turma, no CRE, para se tirarem fotocópias de modo a se terem materiais / textos de apoio às diversas disciplinas. (...)A1	1	1									
				A aluna (...) necessita de testes/textos adaptados pois só vê 20% do olho direito (...) A2	1										

	A2-Adopção de critérios de avaliação aplicados em anos anteriores.	(...) foi confirmado que os critérios de avaliação a aplicar para este curso seriam os mesmos no Curso de Educação e Formação – tipo quatro do ano anterior. A2	1						
	A2-Adaptação de conteúdos e critérios de avaliação conforme as características de alguns alunos.	A professora de Francês (...) devido à heterogeneidade de níveis das alunas, faz fichas com graus de exigência diferentes (...) A2	4						
	A2-Criação de estratégias com vista à melhoria do comportamento das alunas.	Em relação ao comportamento, pode haver melhorias e para tal foi feita uma planta de sala de aula tendo em conta as caracterização da turma. A2	1						
	A2-Permuta de professores conforme os conteúdos leccionados nas várias disciplinas.	(...) o ponto de “Oficina da comunicação e Expressão não Verbal Um” será leccionado pela professora (...). Por outro lado a professora (...) leccionará os pontos/tópicos “Adolescência/Desenvolvimento e Educação”, (...) A2	1						
	A2-Divulgação do plano de visitas de estudo.	Em relação a visitas de estudo/actividades, o professor (...) planificou para as suas disciplinas as seguintes actividades: A2	5						
	A2-Ocupação de horas contempladas nos horários dos professores para substituição e apoios, na preparação de materiais didácticos.	A professora (...) solicitou que as horas de escola sejam ocupadas na preparação de materiais em vez das substituições ou apoios. A2	1						



A3,A4,A6, A7- Adopção de estratégias de remediação e reorientação de percurso escolar de alunos com fraco aproveitamento.	<p>Como forma de atingir um melhor aproveitamento da turma os professores irão solicitar a realização de fichas de trabalho, (...) serão realizadas “mini-fichas” de avaliação com maior frequência. A3</p> <p>(...) as alunas irão prestar serviço em algumas instituições, em horário lectivo, para desempenho prático e aplicação dos conteúdos teóricos aprendidos (...) A3</p> <p>(...) os professores continuarão a insistir em trabalhos de casa, trabalhos de pesquisa individuais ou em grupo e realização de fichas de avaliação com menos conteúdos. A4</p> <p>As alunas (...) iriam realizar um teste de recuperação. A6</p> <p>Foi solicitado um trabalho de recuperação, mas a mesma não manifestou interesse(...) A7</p>		4	1	6	6	
A4, A5, A6, A7- Balanço sobre os conteúdos programáticos leccionados.	<p>Quando o professor de T.I.C.,(...) terminar as aulas desta disciplina a hora lectiva será ocupada pela professora de Acompanhamento de Crianças com necessidades Educativas especiais (...). A4</p> <p>A professora (...) estava a terminar o número de aulas respeitante aos dois anos da disciplina de Cidadania e Sociedade e que o espaço ocupado no horário por esta disciplina passaria a ser ocupado pela disciplina de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho. A5</p> <p>A professora (...) comunicou a sua preocupação relativamente ao cumprimento na íntegra do número de aulas a leccionar na sua disciplina(...) A6</p> <p>Assim, na disciplina Cidadania e Sociedade</p>			3	2	5	9

	A3, A4, A5, A7-Avaliação de actividades realizadas.	A professora (...) informou que as visitas de estudo ao Centro Cultural de (...) têm decorrido conforme os objectivos previamente estipulados. A3 O Conselho de Turma louvou o trabalho das professoras (...) que participaram no projecto desta turma para a Semana da Escola (...) A4 (...) a professora informou que a visita de estudo ao Museu da Ciência Viva (...) tinha decorrido com os objectivos da visita. A5 (...) todas as actividades realizadas durante este ano lectivo decorreram de acordo como o planeado (...)A7		3	3	3	1
	A3,A4, A7-Avaliação: atribuição de classificações de final de período e de ano lectivo.	(...) após a atribuição das classificações às alunas(...)A3 (...) procedendo-se à atribuição das classificações de acordo com os critérios de avaliação das disciplinas,(...) A4, A7		1	1		1
Planeamento de Actividades	A4, A5-A7-Proposta de actividades a realizar no próximo ano lectivo.	O professor de Sociologia confirmou a sua intenção de realizar em Maio uma recolha de alimentos na escola para o Banco Alimentar Contra a Fome. A4 No âmbito das disciplinas de Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais, estão a ser planeadas visitas e estudo à (...)A5 A professora (...) informou que esta turma foi contemplada com oito sessões da “Escola Criativa” de duas horas (...)A7		1	1	1	1
Gestão de recursos	A1, A2-Gestão de verbas, nomeadamente para aquisição de fotocópias e de obras literárias.	Informou ainda que devido à inexistência de manuais adoptados para estes cursos, estaria um cartão desta turma, no CRE, para se tirarem fotocópias de modo a se terem materiais / textos de apoio às diversas disciplinas. (...) as alunas tinham pago no	3	1			



**-Anexo 55 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C2**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Assistente de Acção Educativa										
<b>Categoria 2:</b> Inter relação Escola/Família										
SUB-CATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	T
Partilha de responsabilidades	A1-Criação de documentos para compromisso dos encarregados de educação na tomada de decisões.	Como tal, foi lido e explicado o documento “Compensação de aulas” que será dado a conhecer e assinar aos Encarregados de Educação (...).A1	1							
	A1- Elaboração conjunta (Docentes/Discentes) de contratos de aprendizagem.	(...) a Directora de Turma informou o Conselho de Turma que (...) os contratos de aprendizagem devem ser entregues até ao dia(...).A1	1							
	A2-Compromisso dos Encarregados de Educação com as regras da escola e do curso.	Os Encarregados de Educação assinaram o documento relativo a compensação de aulas e concordaram com o determinado neste mesmo documento. A2		1						
	A2-Entrega aos Encarregados de Educação de documentação informativa do curso.	Foi-lhes entregue o folheto/guião dos Cursos de Educação e Formação – tipo cinco. A2		1						
	A3-Compromisso de alunos e Encarregado de Educação na melhoria do seu percurso escolar, através de assinatura de um contrato pedagógico.	Os Encarregados de Educação compareceram na escola tendo a Encarregada de Educação da aluna(...), e a própria aluna, assinado o “Contrato Pedagógico”. A3			1					
Mecanismos de comunicação entre a Escola e os Encarregados de Educação	A2-Reunião do Director de Turma com os Encarregados de Educação.	(...) à reunião de Encarregados de Educação do dia vinte e oito de Setembro do corrente ano tinham comparecido os Encarregados de Educação das alunas (...)	1							

	A3-Convocatória dos Encarregados de Educação dos alunos com comportamentos inadequados.	Devido à postura inadequada destas alunas na sala de aula e a um fraco aproveitamento a Directora de Turma solicitou a comparação dos Encarregados de Educação das duas alunas acima referidas.	1					
	A4-Convocatória dos Encarregados de Educação das alunas com fraco aproveitamento.	Saliente-se que no dia vinte e oito de Fevereiro foram convocados para vir à escola os Encarregados de Educação das alunas (...).A4	1					
	A4, A7 -Informações veiculadas aos Encarregados de Educação por via SMS telefone e correio.	(...) a Directora de Turma continuará a informar via SMS ou pessoalmente, sempre que estes compareçam, os Encarregados de Educação acerca do percurso escolar destas alunas. A4 A Encarregada de Educação da aluna (...), contactou telefonicamente a Coordenadora de Curso, (...)A4 A Encarregada de Educação da aluna número (...) foi informada via SMS e por carta sobre o aproveitamento e assiduidade da aluna.A7	7				3	
	A5-Realização de reunião intercalar com os Encarregados de Educação.	(...) a Directora de Turma comunicou terem comparecido à reunião de Encarregados de Educação, no início do terceiro período, os Encarregados de Educação das alunas (...)A5				1		
	A5-Contacto do Director de Turma com aluna e respectiva Encarregada de Educação em particular.	A Directora de Turma informou ter recebido a Encarregada de Educação da aluna (...) assim com a própria aluna (...)A5				1		
	A6-Realização de uma reunião envolvendo Director de Turma, psicóloga da escola, aluna e respectivo Encarregado de Educação.	Nessa reunião estariam presentes a própria psicóloga, a Directora de Turma e o pai da aluna, (...)A6					1	
	A7-Relato de reunião de Director de Turma com Encarregado de Educação.	A Encarregada de Educação da aluna número (...) foi pessoalmente informada em reunião de Encarregados de Educação (...) acerca do						21

**-Anexo 57 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C3**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Assistente de Acção Educativa											
SUB-CATEGORIAS		INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO		FREQUENCIA						
			A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	T	
Caracterização Geral da Turma		A1, A2-Características relativas ao meio familiar, sócio económico, etário, necessidades educativas,...		1							
		A3, A4, A5, A7- Aproveitamento			2	2	1		1		
		<p>(...) o Conselho de Turma considerou o aproveitamento da turma fraco uma vez que apenas três alunas não obtiveram classificações inferiores a dez valores.A3</p> <p>Aproveitamento global da turma: Não satisfatório. A4</p> <p>De um modo geral, as alunas desta turma continuam a ter algumas dificuldades de compreensão e aquisição de conhecimentos, apesar das diversas estratégias adoptadas. A5</p> <p>Aproveitamento global da turma: Satisfatório. A7</p>									
		A2, A3, A4, A5, A7- Comportamento		1	1	3	1		1		
		<p>Em relação ao comportamento, pode haver melhorias (...).A2</p> <p>Relativamente ao comportamento o Conselho de Turma considerou este satisfatório.A3</p> <p>Comportamento global da turma: Satisfatório. A4</p> <p>(...)os professores foram unânimes em considerar que o comportamento da turma melhorou bastante. A5</p> <p>Comportamento global da turma: Bom. A7</p>									
		A2 -Assiduidade		1							
		(...) a Directora de Turma informou que a assiduidade das alunas teve uma melhoria em relação ao ano transacto.A2									

Caracterização de alguns alunos em particular	A3, A4, A5, A6, A7- Aproveitamento	<p>São elas as alunas número (...)A3</p> <p>A professora de Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas, (...) informou que a aluna(...)A4</p> <p>(...)as alunas (...) continuam a ter um fraco aproveitamento, comprometendo, assim, a sua aprovação nesta disciplina. A5</p> <p>Nas disciplinas de Português e Psicologia as alunas (...), não se têm empenhado o suficiente de forma a atingirem um nível de aproveitamento satisfatório. A6</p> <p>Foi analisado o caso da aluna e não se viram resultados de trabalho tendo o Conselho de Turma decidido não possibilitar a frequência do segundo ano de formação deste curso. A7</p> <p>Destacam-se pela negativa as alunas número (...)A3</p>		5	3	8	13	5
	A3- Comportamento			9				
	A2, A5, A6- Problemas de saúde constrangedores da sua participação nas actividades lectivas.	<p>(...) e dado a conhecer ao professor de Educação física as alunas que têm restrições no cumprimento de actividades físicas. A2</p> <p>A aluna revelava sinais de uma extrema sensibilidade e cansaço motivados por questões familiares, sentimentais, de saúde, (...)A5</p> <p>(...)a Directora de Turma comunicou que a aluna (...) continuava a revelar sinais de instabilidade, cansaço e quebra no seu aproveitamento escolar(...)A6</p>	7			1	1	
	A4, A5, A6, A7- Motivações	<p>A aluna revelou, durante este presente ano lectivo, uma enorme falta de empenho e motivação(...)A4</p> <p>Por outro lado, a aluna (...) melhorou a sua postura e tem-se empenhado no cumprimento das actividades propostas.A5</p>			1	4	3	3

	A4, A5, A6, A7- Motivações	<p>A aluna revelou, durante este presente ano lectivo, uma enorme falta de empenho e motivação(...).A4</p> <p>Por outro lado, a aluna (...) melhorou a sua postura e tem-se empenhado no cumprimento das actividades propostas.A5</p> <p>(...) não se têm empenhado o suficiente de forma a atingirem um nível de aproveitamento satisfatório. A6</p> <p>A aluna revela uma atitude de desinteresse e pouco empenho.A7</p>			1	4	3	3	
	A2, A4,A7-Assiduidade/Pontualidade	<p>No que diz respeito à pontualidade foi acordado pelo Conselho de Turma que as alunas não assinariam as folhas de presenças, sempre que chegassem atrasadas às aulas(...).A2</p> <p>A aluna número(...)ultrapassou metade do limite de faltas (...).A4</p> <p>(...)sendo as chegadas atrasadas às aulas uma constante. A7</p>			1	8		1	89



**-Anexo 54 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C4**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Assistente de Acção Educativa											
<b>Categoria 4:</b> Interação de instituições da região com a Escola.											
SUB-CATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO			FREQUENCIA						
		A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	T		
Centro de Saúde	A2-Despiste de problemas de saúde em alunos do curso.		5	1							
		A professora (...) relatou que a aluna (...) tinha sofrido na aula de Português uma crise e foi encaminhada para o hospital de (...). Julga-se epilepsia, mas só após a consulta de neurologia, já marcada no Hospital (...), será possível diagnosticar a situação. A2 (...) o Conselho de Turma considera importante e urgente a existência de um relatório médico exaustivo e descritivo do estado de saúde da (...), assim como os procedimentos a adoptar em caso de a aluna se voltar a sentir mal na escola. A3									
	A2, A3- Apoio de técnico de saúde a alunos desta turma.		3	3							
		A professora (...) informou que a enfermeira (...) estará todas as terças-feiras na escola (...). Uma das questões a tratar pela enfermeira é a obesidade / hábitos alimentares entre os nossos alunos. A2 As alunas (...) frequentam sessões com a enfermeira (...) no âmbito do projecto “Saúde Alimentar e Obesidade”. A3									
	A5-Encaminhamento de alunos para programas de apoio promovidos pelo Centro de Saúde e Autarquia.					1					13
		A Directora de Turma aconselhou a Encarregada de Educação a marcar uma consulta (...) com o respectivo médico de família (...) sugeriu ainda a marcação de uma consulta no “Espaço S”, em (...). A5									

**-Anexo 53 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C5**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Assistente de Acção Educativa										
Categorias		Indicadores	Unidades de Registo	Frequência						
Sub-Categorias				A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7 T
Abandono escolar		A3, A4-Anulação de matrícula	A aluna número (...), anulou a matrícula no dia vinte e nove de Novembro do corrente ano. A3 A aluna número (...), anulou a matrícula no dia vinte e três de Março do corrente ano. A4			1	1			
Absentismo		A3-Exclusão por excesso de faltas	A aluna número (...), foi excluída por excesso de faltas. A3			1				
		A3-Absentismo por motivo de doença	A aluna(...) não obteve classificações em diversas disciplinas devido à inexistência de suficientes elementos de avaliação por falta de assiduidade da aluna por motivo de doença, diversos internamentos (...)A3			1				
Incumprimento dos deveres escolares		A3-Falta de elementos de avaliação								4

**-Anexo 56 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C6**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Assistente de Acção Educativa <b>Categoria 6:</b> Trabalho Inter sectorial.									
SUB-CATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA						
			A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7 T
Serviço de Psicologia e Orientação	A4,A5-Apoio dado pelo SPO a aluna.	(...) o Conselho de Turma concordou que a Directora de Turma em conjunto com a professora(...) e com a psicóloga (...) tivessem uma conversa com as alunas (...) no sentido de uma possível reorientação no seu percurso escolar devido ao fraco aproveitamento. A4 A aluna foi encaminhada para o Serviço de Psicologia e Orientação para um acompanhamento psicológico com a psicóloga (...).A5				4	1		6
	A6-Solicitação por parte de uma aluna a apoio psicológico.	A doutora (...) transmitiu ainda que a aluna número (...) tinha solicitado um encontro com a psicóloga. A6						1	

**-Anexo 58 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C1**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Técnico de Electrónica											
Categoria 1: Organização curricular e pedagógica do Curso											
SUB-CATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA								
			At1	At2	At3	At4	At5	At6	At7	T	
Cumprimento do Normativo	At1 -Adopção por parte dos professores de regras específicas.	(...) a professora (...) entregou ao coordenador de curso, (...) o guião orientador dos procedimentos a adoptar (...) para compensação de aulas por falta do professor(...) At1	1								
Gestão do Currículo	At1, At2, At3, At5-Organização de actividades extra curriculares relacionadas com os conteúdos leccionados.	(...) O Conselho de Turma considerou ser mais oportuno apresentar as planificações das actividades da turma, após conclusão das planificações programáticas (...) At1 (...) os professores entregaram ao Director de Turma os respectivos planos para elaboração do Plano de Trabalho conjunto. At2 Para o segundo período a professora (...) de Português, está a prever realizar uma visita de estudo ao teatro, sobre a temática Querosiana. At3 (...) a professora da disciplina de Matemática está a planificar uma visita de estudo ao Museu Ciência Viva (...) At4 Os professores da área técnica informaram que a visita de estudo à barragem do Alqueva está calendarizada para o dia 11 de Abril de 2007. At5 (...) a professora de Matemática teve de transferir para o terceiro período a visita de estudo ao Parque de Ciência Viva (...) At6	1	1	3	1	1	1			



	At3, At7-Avaliação de actividades realizadas.	(...) no que respeita a visitas de estudo, estas não se efectuaram no decorrer do primeiro período. At3 As actividades desenvolvidas de acordo com o PCT, atingiram os objectivos propostos nas diversas disciplinas, At7	1			1	
	At3, At6, At7-Avaliação: atribuição de classificações de final de período e de ano lectivo.	Procedeu-se à atribuição das respectivas classificações aos alunos; At3 (...) procedeu-se à atribuição das respectivas classificações aos alunos; At6 (...) procedeu-se à atribuição das classificações de acordo com os critérios de avaliação das disciplinas, aprovadas em Conselho Pedagógico. At7	1			1	1
Planeamento de Actividades	A4, A5-A7-Proposta de actividades a realizar no próximo ano lectivo.						
Gestão de recursos	A1, A2-Gestão de verbas, nomeadamente para aquisição de fotocópias e de obras literárias.						
	A2-Assinatura de revistas relacionadas com a área da Acção Educativa.						

**-Anexo 61 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C2**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Técnico de Electrónica										
<b>Categoria 2:</b> Inter relação Escola/Família		UNIDADES DE REGISTO		FREQUENCIA						
SUB-CATEGORIAS	INDICADORES			A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7 T
Partilha de responsabilidades	A1-Criação de documentos para compromisso dos encarregados de educação na tomada de decisões.									
	A1- Elaboração conjunta (Docentes/Discentes) de contratos de aprendizagem.									
	A2-Compromisso dos Encarregados de Educação com as regras da escola e do curso.									
	A2-Entrega aos Encarregados de Educação de documentação informativa do curso. do curso.									
	A3-Compromisso de alunos e Encarregado de Educação na melhoria do seu percurso escolar, através de assinatura de um contrato pedagógico.									
Mecanismos de comunicação entre a Escola e os Encarregados de Educação	At4-Reunião do Director de Turma com os Encarregados de Educação.						1			
	A3-Convocatória dos Encarregados de Educação dos alunos com comportamentos inadequados.									
	A4-Convocatória dos Encarregados de Educação dos alunos com fraco aproveitamento.						2			





**-Anexo 60 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C3**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Técnico de Electrónica										
SUB-CATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA							T
			At1	At2	At3	At4	At5	At6	At7	
Caracterização Geral da Turma	At2-Características relativas ao meio familiar, sócio económico, etário, necessidades educativas,....	(...) o Director de Turma fez uma breve caracterização da mesma, salientando que (...).At2		1						
	At2, At3, At6, At7 - Aproveitamento	(...) o que se concluiu que a turma é globalmente pouco trabalhadora (...).At2 O Conselho de Turma considerou que em termos gerais o aproveitamento (...) é satisfatório. At3 (...) Conselho de Turma considerou que na generalidade das disciplinas a turma mantém-se pouco empenhada participando apenas nas actividades propostas para a sala de aula. At4 (...) Conselho de Turma mantém a opinião que na generalidade das disciplinas a turma é pouco empenhada.(...)At5 O Conselho de Turma considerou que em termos gerais o aproveitamento da turma (...) são satisfatórios. At6 Aproveitamento geral da turma: satisfatório. At7		1	1	1	1	1	1	1

	At2, At3, At6, At7 - Comportamento	(...) o que se concluiu que a turma é globalmente (...) agitada(...)At2 O Conselho de Turma considerou que em termos gerais o (...) comportamento é satisfatório. At3 O Conselho de Turma considerou que em termos gerais o comportamento (...) são satisfatórios. At6 Comportamento geral da turma: satisfatório. At7	1	1		1	1	1
	A2 -Assiduidade							
Caracterização de alguns alunos em particular	At2, At3, At6- Aproveitamento	(...) o aluno(...) não cumpre as tarefas da aula, entregando inclusivamente testes e trabalhos praticamente em branco.At2 O aluno (...) necessita de maior empenhamento na área técnica bem como na disciplina de Físico-química.At3 Continuam a destacar-se pela negativa os alunos (...) At4 Disciplina de Português – Revelam fraco empenhamento/aproveitamento os alunos (...), At5 Os alunos (...) revelam dificuldades em algumas disciplinas devido à falta de concentração/Empenhamento. At6	1	4	4	8	6	
	At2- Comportamento	Relativamente ao comportamento, têm sido os alunos(...) os mais destabilizadores. At2 O aluno (...) salienta-se pela negativa em termos comportamentais. At6	2				1	
	A2, A5, A6- Problemas de saúde constrangedores da sua participação nas actividades lectivas.							

	A4, A5, A6, A7- Desmotivação	Os alunos(...) manifestam em geral desinteresse pelas actividades desenvolvidas nas aulas (...) At3 Disciplina de Físico - Química - Manifestam desmotivação os alunos (...)At5 (...) os alunos (...) continuam a revelar notória falta de desempenho/desinteresse na generalidade das disciplinas/curso. At6		2		2		1	
	At6, At7-Assiduidade/Pontualidade	O aluno (...) atingiu o limite de faltas na disciplina de (...)At6 Revelaram fraca assiduidade os alunos (...)At7						4	3

**-Anexo 59 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C4**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Técnico de Electrónica										
<b>Categoria 4:</b> Interação de instituições da região com a Escola.										
SUB-CATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA							
			A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	T
Centro de Saúde	A2-Dispiste de problemas de saúde em alunos do curso.									
	A2, A3- Apoio de técnico de saúde a alunos desta turma.									
	A5-Encaminhamento de alunos para programas de apoio promovidos pelo Centro de Saúde e Autarquia.									

**-Anexo 62 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C5**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Técnico de Electrónica														
Categoria 5: Insucesso Escolar														
SUB-CATEGORIAS	INDICADORES			UNIDADES DE REGISTO			FREQUENCIA							
				At1	At2	At3	At4	At5	At6	At7	T			
Abandono escolar	At2, At3-Anulação de matrícula	(...) o Director de Turma informou os presentes que o aluno (...) anulou a matrícula, no passado dia quatro de Outubro. At2 O aluno (...), anulou a matrícula em dezassete de Novembro de dois mil e seis. At3 Anularam a matrícula os alunos(...) At7			1	1					2			
Absentismo	A3-Exclusão por excesso de faltas A3-Absentismo por motivo de doença A3-Falta de elementos de avaliação													
Incumprimento dos deveres escolares														

**-Anexo 63 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C6**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Técnico de Electrónica										
SUB-CATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA							
			A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	T
Serviço de Psicologia e Orientação	At4 –Propostas de apoio dado pelo SPO aos alunos.	(...) de solicitarem aconselhamento junto do serviço de Psicologia e Orientação Escolar. At4 (...) a Dra. (...) do Serviço de Psicologia e Orientação informou que reuniu com o aluno (...) e sua progenitora no sentido de encontrarem alternativas escolares para o aluno. At5				2	1			
	A6-Solicitação por parte de um aluno a apoio psicológico.									

Universidade Aberta

**O contributo dos  
Cursos de Educação Formação  
para o sucesso escolar e pessoal  
dos alunos**

Lógicas e práticas de acção em contexto  
de ensino profissionalizante

Dissertação de Mestrado

Henrique Nuno Jacinto Dias de Oliveira

Lisboa

2008

Dissertação de Mestrado em Administração e Gestão Educacional,  
apresentada à Universidade Aberta



## Agradecimentos

A decisão de realizar um curso de mestrado implicou um dispêndio suplementar de tempo e em consequência uma mudança de hábitos que condicionaram temporariamente a minha vida familiar e pontualmente profissional. Quero manifestar aqui o meu agradecimento ao apoio e compreensão dados por familiares, amigos e colegas, que se viram privados da minha companhia em diversas ocasiões. No caso particular da elaboração desta dissertação, foi resultado da colaboração imprescindível de algumas pessoas, que despendendo do seu tempo, tornaram possível a sua realização.

Em particular, desejo agradecer às seguintes pessoas o seu contributo para que fosse possível a elaboração desta dissertação de mestrado:

-À Professora Doutora Maria Antónia Belchior Ferreira Barreto, minha orientadora na realização da presente dissertação, o incondicional e imprescindível apoio dado;

-à minha família, Mãe, Pai, pelo incentivo que me deram para levar a bom porto este trabalho. Ao Rui Jorge e à Célia pela assessoria técnica em matéria de informática. Um agradecimento especial à Vanessa e ao Guilherme;

-ao meu colega de trabalho João Simões, por toda a colaboração e compreensão expressos;

- ao Hélder e à Vera;

-aos colegas David, Leonor, João e muito em particular à Ana, à Fátima e à Gabriela, pela colaboração que dispensaram e carinho com que me apoiaram durante todo o decurso desta investigação;

-aos meus amigos a quem não me foi possível retribuir com a minha companhia todo o apoio e amizade.

## Resumo da Dissertação

O trabalho que aqui se apresenta teve como intuito investigar sobre os Cursos de Educação e Formação. Esta via de escolarização representa uma alternativa que se pretende de grande eficiência na inclusão de alunos de quem o percurso escolar não se cumpriu conforme as expectativas desejadas.

Regulamentados pelo despacho conjunto n.º279/2002, de 12 de Abril, os Cursos de Educação e Formação (CEF), constituem uma via para que alunos caracterizados por não se enquadrarem no sistema de ensino regular, possam cumprir uma escolaridade que lhes permita a sua inclusão na vida activa ou um prosseguimento de estudos superiores.

Esta nossa investigação assentou num estudo de caso, baseado em duas turmas de uma escola do distrito de Lisboa, pertencentes a dois Cursos de Educação e Formação, distintas tanto quanto às áreas profissionais abordadas como relativamente às características dos seus alunos. Foi nossa intenção utilizar o maior número de instrumentos de pesquisa, aplicados ao maior número de intervenientes em todo o processo educativo focado, de modo a conferir à investigação o maior grau de fiabilidade possível.

Deste modo, foram extraídas uma série de conclusões, que dadas as limitações inerentes a uma investigação com estas características, não permitiu fazer generalizações relativas ao tema. Assim sendo, este trabalho servirá meramente como documento de reflexão para todos aqueles que trabalhem dentro do contexto visado ou simplesmente se interessem por esta temática.

Palavras Chave:

- Cursos de Educação e Formação (CEF)
- Ensino Técnico e Profissional
- Diferenciação Pedagógica

## Abstract

The following dissertation had as its main purpose to study a topic that, nowadays, has to do with a schooling alternative. It intends to be of great efficiency in the inclusion of pupils whose learning process was not as successful as desired, the Educational and Formation Courses.

These courses are regulated by the joint bill n.º279/2002, of the 12 of April, Educational and Formation Courses (EFC). These courses constitute an alternative way for students whose profile does not fit in the regular educational system, so that they can fulfill a schooling process which allows their inclusion in the working life or proceed with their higher education.

Our investigation is based upon a study case of two classes from a school of the Lisbon area. These classes belong to two Educational and Formation Courses, both of them differ in the professional areas as well as the type of its students. It was our intention to use the greatest number of research tools, applied to the greatest number of contributors in all the educative process analyzed, in order to confer to this investigation the greatest degree of reliability.

In this way, a series of conclusions were achieved, that given the inherent limitations of a study with these characteristics, did not allow us to make relative generalizations over this matter. Therefore, this study will be used merely as document for reflection to all those that work in this topic area or simply those who are interested in this subject matter.

# Índice

Agradecimentos .....	I
Resumo da Dissertação .....	II
Abstract .....	III
Índice.....	IV
Tábua de Siglas e Abreviaturas .....	XIV
Introdução .....	1
Parte I - Contextualização teórica da temática em estudo .....	5
1.º Capítulo - A Escola como Organização Complexa .....	5
1.1. As Imagens organizacionais da Escola.....	5
1.1.1. A escola como empresa .....	7
1.1.2. A escola como burocracia.....	10
1.1.3. A escola como <i>democracia</i> .....	11
1.1.4. A escola como <i>arena política</i> .....	13
1.1.5. A escola como <i>cultura</i> .....	16
1.1.6. A autonomia da Escola, da “autonomia decretada” à “autonomia construída” .....	19
1.1.7. School Based Management e o Movimento de Escolas Eficazes 23	
1.1.8. As Culturas da comunidade docente. ....	27
1.1.9. Críticas à colegialidade.....	29
1.1.10. A génese das culturas de colaboração .....	30
2.º Capítulo - A Escola e a sua componente pedagógica .....	33
2.1. Princípios da Formação de Professores .....	33
2.1.1. Orientações Conceptuais na Formação de Professores.....	36
2.1.2. Orientação Académica.....	37
2.1.3. Orientação Tecnológica .....	37
2.1.4. Orientação Personalista.....	38
2.2. A Capacitação dos Alunos .....	39
2.2.1. Medidas de Combate ao Insucesso Escolar.....	39
2.2.2. Os Modelos de Ensino.....	42
2.2.3. Modelos de processamento de informação .....	43
2.2.4. Modelos pessoais .....	44

2.2.5.	Modelos de interacção social.....	45
2.2.6.	Modelos Comportamentais .....	46
2.2.7.	O Modelo não Directivo. ....	47
2.3.	A Teoria das Inteligências Múltiplas.....	50
2.3.1.	O direito á Diferenciação Pedagógica - uma análise a nível meso 50	
2.3.2.	Síntese da Teoria das Inteligências Múltiplas.....	51
2.3.3.	A Inteligência Linguística .....	52
2.3.4.	A Inteligência Musical .....	53
2.3.5.	A Inteligência Lógico-Matemática .....	53
2.3.6.	A Inteligência Espacial.....	53
2.3.7.	A Inteligência Corporal-Cinestésica .....	54
2.3.8.	A Inteligência Interpessoal.....	54
2.3.9.	A Inteligência Intrapessoal.....	54
2.3.10.	As implicações educacionais da Teoria das Inteligências Múltiplas 55	
3.º	Capítulo - A Escola e a relação com o Meio .....	57
3.1.	A relação da Escola com a Comunidade .....	57
3.1.1.	Parcerias e Partenariado .....	57
3.1.2.	Origens e desenvolvimento do partenariado na política nacional	57
3.1.3.	Âmbito e forma dos Partenariados na actualidade .....	63
3.1.4.	O partenariado como princípio de acção no Sistema Educativo Português (considerações do investigador) .....	67
3.2.	As relações Escola / Família .....	68
3.2.1.	A diversidade Cultural nas escolas de hoje .....	69
3.2.2.	O Papel do Director de Turma .....	70
3.2.3.	A participação dos Encarregados de Educação na vida escolar dos seus educandos .....	72
3.2.4.	Envolvimento dos Encarregados de Educação em actividades de aprendizagem .....	73
3.2.5.	Participação na tomada de decisões .....	73
3.2.6.	O auxílio das escolas às famílias.....	74
3.2.7.	A comunicação escola-família e família-escola .....	74
4.º	Capítulo - A Escola e a Formação Tecnológica e Profissional.....	76

4.1.	O ensino técnico e profissional. ....	76
4.1.1.	Os primórdios do ensino técnico e profissional em Portugal. ....	76
4.1.2.	A Aula de Comércio .....	78
4.1.3.	A Casa Pia .....	79
4.1.4.	A expansão da Economia .....	80
4.1.5.	O Ensino Técnico durante a I República.....	85
4.1.6.	O “Estado Novo” e o Ensino Técnico e Profissional .....	88
4.1.7.	O Ensino técnico do pós-guerra.....	91
4.1.8.	De Veiga Simão à Revolução de Abril .....	96
4.1.9.	A unificação curricular do Ensino Secundário.....	97
4.2.	Enquadramento legal dos Cursos de Educação Formação.....	99
4.2.1.	Descrição dos Cursos de Educação e Formação .....	102
4.2.2.	Assiduidade .....	103
4.2.3.	Avaliação .....	103
Parte II.....		105
5.º	Capítulo - Metodologia da investigação .....	105
5.1.	Identificação da problemática do estudo.....	105
5.1.1.	Pergunta de partida .....	106
5.1.2.	Design da investigação. Justificação do método utilizado. ....	107
5.2.	Técnicas utilizadas na recolha de dados .....	108
5.2.1.	Os inquéritos por entrevista .....	109
5.2.2.	Descrição do ambiente em que decorreram as entrevistas: ....	109
5.2.3.	Os inquéritos por questionário aplicados a Docentes e a Encarregados de Educação.....	111
5.2.4.	Os inquéritos por questionário aplicados a Alunos .....	113
5.2.5.	Análise documental efectuada a actas de Conselho de Turma	113
5.2.6.	Análise de documentação disponibilizada .....	114
5.2.7.	Observação naturalista de aulas, actividades e Conselhos de Turma	114
5.3.	Instrumentos de levantamento de dados: entrevistas, questionários e pesquisa documental. ....	115
5.3.1.	O inquérito por entrevista ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz .....	115

5.3.2. O inquérito por entrevista aos Coordenadores dos Cursos de Educação Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica .....	116
5.3.3. O inquérito por entrevista aos Directores de Turma dos Cursos de Educação Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica .....	118
5.3.4. Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica .....	120
5.3.5. Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos Encarregados de Educação dos alunos dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica .....	123
5.3.6. Observações naturalistas de aulas, actividades e Conselhos de Turma de ambos os cursos em estudo.....	125
5.4. Técnicas de análise de dados.....	126
5.4.1. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito por entrevista aplicado ao Presidente do Conselho Executivo (Anexo 22 a 25)	126
5.4.2. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito por entrevista aplicado aos Coordenadores de Curso (Anexo 27 a 30).....	127
5.4.3. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito por entrevista aplicado aos Directores de Turma (Anexo 33 a 36) .....	128
5.4.4. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica (Anexo 38 a 42) .....	129
5.4.5. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos Encarregados de Educação dos alunos dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica (Anexo 43 a 45) .....	130
5.4.6. Análise do Inquérito de Questão Aberta, aplicado aos alunos do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica (Anexo 46 a 51) .....	131
5.5. Contexto da investigação.....	132

5.5.1. Descrição da Escola Secundária Maria da Luz.....	132
5.5.2. Descrição do meio onde a Escola Secundária Maria da Luz se insere. ....	134
5.5.3. Abordagem à Carta Educativa do Município onde a Escola Secundária Maria da Luz está inserida. ....	135
5.6. Análise e comentário de dados.....	137
5.6.1. Análise de documentação disponibilizada. ....	137
Análise do percurso dos alunos que frequentam ou frequentaram cursos em estudo. ....	138
Recursos necessários para a abertura e manutenção dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliares de Acção Educativa e de Técnicos de Electrónica. ....	143
Forma e critérios de seriação de alunos a integrar os CEF na Escola Secundária Maria da Luz. ....	144
5.6.2. Análise e comentário das entrevistas .....	146
Análise e comentário das entrevistas aos Coordenadores de Curso.....	151
Análise e comentário das entrevistas aos Directores de Turma .....	165
5.6.3. Análise e comentário dos inquéritos .....	175
Análise e comentário do inquérito aos docentes.....	175
Análise e comentário do inquérito aos Encarregados de Educação.....	183
5.6.4. Análise e comentário ao inquérito aplicado aos alunos .....	187
5.6.5. Análise documental e comentário das actas de Conselho de Turma realizadas no ano lectivo de 2006 / 2007 .....	195
5.6.6. Análise e comentário das observações naturalistas de aulas, actividades e Conselhos de Turma de ambos os cursos em estudo .....	206
Parte III.....	218
6.º Capítulo - Conclusões.....	218
6.1. Recomendações .....	238
Bibliografia.....	240
ANEXOS .....	i
Anexo I .....	ii
-Anexo 1 - Guião de entrevista ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz .....	iii
-Anexo 2 - Guião de entrevista aos Coordenadores de Curso .....	v



-Anexo 3 - Guião de entrevista aos Directores de Turma .....	viii
-Anexo 4- Inquérito por questionário aos Docentes .....	xi
-Anexo 5 - Inquérito por questionário aos Encarregados de Educação .....	xvi
-Anexo 4 A- Pré-teste de inquérito por questionário aos Docentes.....	xix
-Anexo 5 A- Pré-teste de inquérito por questionário aos Encarregados de Educação .....	xxiv
-Anexo 6 - Inquérito de questão aberta aos alunos.....	xxvii
Anexo II .....	xxix
-Anexo 7 – Actas de reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa .....	xxx
-Anexo 8 – Actas de reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica .....	xlv
Anexo III .....	lxxvii
-Anexo 9 – Relatório de observação naturalista de sala de aula – CEF Auxiliar de Acção Educativa nº.1 .....	lxxviii
-Anexo 10 – Relatório de observação naturalista de sala de aula – CEF Auxiliar de Acção Educativa nº.2 .....	lxxx
-Anexo 11 – Relatório de observação naturalista de actividade – CEF Auxiliar de Acção Educativa nº.3 .....	lxxxii
-Anexo 12 – Relatório de observação naturalista de Conselho de Turma – CEF Auxiliar de Acção Educativa .....	lxxxiii
-Anexo 13 – Relatório de observação naturalista de sala de aula – CEF Técnico de Electrónica nº.1 .....	lxxxiv
-Anexo 14 – Relatório de observação naturalista de sala de aula – CEF Técnico de Electrónica .....	lxxxv
-Anexo 15 – Relatório de observação naturalista de Conselho de Turma – CEF Técnico de Electrónica .....	lxxxvii
Anexo IV .....	lxxxix
-Anexo 16 - Grelha de objectivos da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo.....	xc
-Anexo 17 - Grelha de objectivos da entrevista aos Coordenadores de Curso	xcii
-Anexo 18 - Grelha de objectivos da entrevista aos Directores de Turma .....	xciii
-Anexo 19 - Grelha de objectivos do questionário aos Docentes.....	xcv

-Anexo 20 - Grelha de objectivos do questionário aos Encarregados de Educação .....	xcvii
Anexo V.....	xcix
-Anexo 21 – Transcrição da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo ..	c
-Anexo 26 - Transcrição da entrevista ao Coordenador do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa .....	cvi
-Anexo 31 - Transcrição da entrevista ao Coordenador do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica .....	cxiii
-Anexo 32 - Transcrição da entrevista ao Director de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa .....	cxviii
-Anexo 37 - Transcrição da entrevista ao Director de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica .....	cxxi
Anexo VI.....	cxxiv
-Anexo 22 – Tabela de análise da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo C1 .....	cxxv
-Anexo 23 – Tabela de análise da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo C2 .....	cxxvi
-Anexo 24 – Tabela de análise da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo C3 .....	cxxvii
-Anexo 25 – Tabela de análise da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo C4 .....	cxxviii
-Anexo 27 - Tabela de análise da entrevista aos Coordenadores do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C1 .....	cxxix
-Anexo 28 - Tabela de análise da entrevista aos Coordenadores do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C2 .....	cxix
-Anexo 29 - Tabela de análise da entrevista aos Coordenadores do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C3 .....	cxixi
-Anexo 30 - Tabela de análise da entrevista aos Coordenadores do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C4 .....	cxixii

-Anexo 33 - Tabela de análise da entrevista ao Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C1 .....	cxxxiii
-Anexo 34 - Tabela de análise da entrevista ao Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C2 .....	cxxxiv
-Anexo 35 - Tabela de análise da entrevista ao Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C3 .....	cxxxv
-Anexo 36 - Tabela de análise da entrevista ao Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C4 .....	cxxxvi
-Anexo 38 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C1 .....	cxxxvii
-Anexo 39 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C2 .....	cxxxviii
-Anexo 40 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C3 .....	cxxxix
-Anexo 41 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C4 .....	cxl
-Anexo 42 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C5 .....	cxli
-Anexo 43 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Encarregados de Educação C1 .....	cxlii
-Anexo 44 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Encarregados de Educação C2 .....	cxliii
-Anexo 45 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Encarregados de Educação C3 .....	cxliv

-Anexo 46 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C1 .....	cxlv
-Anexo 47 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C2 .....	cxlvi
-Anexo 48 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C3 .....	cxlvii
-Anexo 49 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C1 .....	cxlviii
-Anexo 50 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C2 .....	cxlix
-Anexo 51 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C3 .....	cl
-Anexo 52 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C1 .....	cli
-Anexo 55 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C2 .....	clvi
-Anexo 57 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C3 .....	clviii
-Anexo 54 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C4 .....	clxi
-Anexo 53 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C5 .....	clxii
-Anexo 56 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C6 .....	clxiii
-Anexo 58 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C1 .....	clxiv
-Anexo 61 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C2 .....	clxvii
-Anexo 60 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C3 .....	clxix
-Anexo 59 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C4 .....	clxxii
-Anexo 62 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C5 .....	clxxiii

-Anexo 63 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do  
Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C6 .....clxxiv

## Tábua de Siglas e Abreviaturas

ATL	Actividades de Tempos Livres
CS	Centro de Saúde
CE	Conselho Executivo
CT	Conselho de Turma
CEF	Cursos de Educação e Formação
CRE	Centro de Recursos Educativos
DGEP	Direcção Geral do Ensino Permanente
DGFV	Direcção Geral de Formação Vocacional
DGIDC	Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular
ECAE	Equipa de Coordenação aos Apoios Educativos
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
LBSE	Lei de Bases do Sistema de Ensino
ME	Ministério da Educação
MSST	Ministério da Segurança Social e Trabalho
PAA	Plano Anual de Actividades
PAF	Prova de Aptidão Final
PCE	Plano Curricular de Escola
PEE	Projecto Educativo de Escola
PCT	Projecto Curricular de Turma
PRODEP	Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal
SPO	Serviço de Psicologia e Orientação

## Introdução

A escola como organização, propõe-se formar cidadãos aptos para a vida na sociedade actual. Sempre que a sociedade muda, a escola tende a mudar, adequando-se às novas demandas. Será desejavelmente uma organização flexível e adaptativa que se molda ao meio que a rodeia.

É numa perspectiva de inclusão, tendo em vista a atenuação das taxas de insucesso escolar, que a escola propõe uma via de ensino adequada a um perfil de um tipo de aluno específico, que no ensino regular dificilmente adquiriria as competências básicas previstas na Lei de Bases do Sistema de Ensino (LBSE), Lei nº46/86 de 14 de Outubro: os Cursos de Educação e Formação.

Regulamentados pelo despacho conjunto n.º279/2002, de 12 de Abril, os Cursos de Educação e Formação (CEF), proporcionam a jovens em risco de abandono escolar precoce ou a jovens que tendo interrompido o seu percurso académico se sintam motivados a regressar à escola, uma qualificação académica equivalente à conferida pelo ensino regular, e em simultâneo, uma qualificação profissional. Os Cursos de Educação e Formação, promovem a conclusão do segundo e terceiro ciclo de ensino, possibilitando uma qualificação de nível um ou dois e equivalência ao sexto ou nono ano de escolaridade. Perspectivando a ampliação do período de escolaridade obrigatória de nove para doze anos, este despacho já prevê a implementação nas escolas de cursos com equivalência ao décimo segundo ano, ou seja de tipologia cinco ou seis, conferindo uma qualificação de nível três.

O carácter simbólico da escola é focado ao longo de todo este estudo; as crenças, os ritos, as culturas dos professores, as inter relações estabelecidas entre os vários actores educativos e as representações que estes têm destes cursos, observados durante o decurso desta investigação, estão patentes ao longo de toda esta dissertação. Estes factores representam o fio condutor de

todo um trabalho realizado por alunos, professores, encarregados de educação, funcionários e comunidade local.

Este estudo foi estruturado em três partes, contendo a primeira, toda a base teórica que sustenta esta investigação, a segunda, toda a investigação efectuada no contexto de uma escola em particular e a terceira, as conclusões extraídas da investigação efectuada.

Relativamente à primeira parte, subdivide-se em quatro capítulos, cada um abordando a escola segundo uma perspectiva própria. Foi nossa preocupação descrever a escola segundo quatro pontos de vista que consideramos fundamentais para o aprofundamento da nossa investigação: a Escola como Organização Complexa, a Escola e a sua componente pedagógica, a Escola e a relação com o Meio e a Escola e a Formação Tecnológica e Profissional.

O primeiro capítulo teve como base a obra de Adelino da Costa, *Imagens Organizacionais da Escola*, em que o autor observando a escola segundo vários pontos de vista a caracteriza e designa utilizando as metáforas de escola como *empresa*, *burocracia*, *democracia*, *arena política*, *anarquia* e como *cultura*.

Seguiu-se uma abordagem às questões da autonomia dos estabelecimentos de ensino baseado na obra de João Barroso, *Autonomia e Gestão das escolas*, dando especial atenção aos sete princípios para a autonomia das escolas, por ele referidos. Foi focado o conceito de School Based Management, sobre as políticas de gestão educacional de alguns países anglo-saxónicos, bem como reflectimos sobre o surgimento do Movimento de Escolas Eficazes.

As relações entre professores, e a sua forma de trabalhar e de encarar a vida da escola, foi relatada neste levantamento teórico através da obra de Andy Hargreaves, *Professores em Tempos de Mudança*. Os vários tipos de *colegialidade*, vantagens e inconvenientes, foram aqui focados, dado o facto dos professores que leccionam em cursos semelhantes aos observados nesta investigação, trabalharem intensamente em conjunto.



No segundo capítulo, foi nossa intenção observar a acção pedagógica da escola, tanto para com os seus alunos como para quem nela trabalha. Foi dada relevância à problemática da formação de professores dada a grande especificidade e exigência dos Cursos de Educação e Formação, tanto no campo científico como pedagógico. A obra em que suportámos esta temática foi a *Formação de Professores, Para uma mudança educativa*, do autor espanhol Carlos Marcelo Garcia (1999).

Tendo sido a nossa investigação baseada no percurso escolar de duas turmas pertencentes a Cursos de Educação e Formação completamente distintos, cuja generalidade dos seus alunos assumiam já uma identificação com o curso que frequentavam, consideramos pertinente dedicar um capítulo à temática da capacitação dos alunos, abordando questões de índole pedagógica e de desenvolvimento pessoal dos alunos. Assim, decidimos iniciar esta nossa abordagem, tendo como referência a obra *Educação Hoje, ensinar a aprender a pensar*, da autora Maria Helena Salema (1997), obra esta fruto de uma investigação baseada num programa de intervenção de combate ao insucesso escolar, visando alunos com baixo rendimento escolar, concebido com o intuito de desenvolver nestes, competências do *pensar de ordem superior*, indispensáveis para a realização das tarefas escolares e potencializadoras das suas aprendizagem e desenvolvimento intelectual. Segue-se uma resenha da obra *Models of Teaching*, dos autores Bruce Joyce e Marsha Weil (1985), que compilaram estudos de vários investigadores que se dedicaram à sistematização de modelos de ensino. Para finalizar este capítulo focaremos o conceito de Inteligências Múltiplas, desenvolvido por Howard Gardner (1994) e (1995), por via das suas obras *Estruturas da Mente*, *A Teoria das Inteligências Múltiplas*, e *Inteligências Múltiplas, A teoria na Prática*.

Tendo em consideração que a escola estabelece relações de interacção com instituições exteriores a esta, por vezes indispensáveis como suporte da estruturação e realização de eventos constantes no seu plano curricular e no plano anual de actividades, decidimos fazer num terceiro capítulo uma aproximação à temática do partenariado, segundo a obra *Parcerias e*

*Partenariado, Amigos, amigos, negócios à parte* dos autores Fernanda Rodrigues e Stephen Stoer (1998).

Para finalizar esta temática analisámos as questões de relação entre a escola e as famílias, que formas de comunicação, contributo da escola para a melhoria das funções da paternidade dos encarregados de educação e quais as formas de intervenção destes na gestão da escola.

O quarto capítulo foi dedicado ao tema da formação tecnológica e profissional, tendo sido realizada uma resenha histórica do ensino técnico profissional, desde o século XVII até aos anos oitenta do século XX, contextualizando este tipo de ensino nas conjunturas socio-económicas e políticas de cada época.

Para finalizar este capítulo, procedeu-se ao levantamento do enquadramento legal que rege os Cursos de Educação e Formação.

Na segunda parte, explana-se toda a metodologia utilizada, relatam-se todos os momentos em que estivemos em contacto directo com a realidade desta escola e expõem-se todos os resultados obtidos pela aplicação dos vários instrumentos de investigação.

Por último, são expostas todas as conclusões a que chegámos, sendo este um documento de reflexão sobre este tema tão emergente como é a problemática do contributo dos Cursos de Educação e Formação para o sucesso dos alunos e das escolas que os ministram.

## Parte I - Contextualização teórica da temática em estudo

### 1.º Capítulo - A Escola como Organização Complexa

#### 1.1. As Imagens organizacionais da Escola

A escola como organização é composta por um determinado número de organismos que interagem e dependem entre si. É uma estrutura complexa que reage a um sem número de variáveis internas e externas. Com objectivos determinados, a escola evolui muito por via dos normativos que a regem. Deste modo, a escola integra na sua essência organizacional os cinco elementos apontados por Muños e Roman (1989: 41-46):

- Composição: Indivíduos e grupos interrelacionados; da escola fazem parte todos os profissionais que nela laboram, sejam eles os professores, funcionários, técnicos administrativos, bem como todos aquelas pessoas, individuais ou colectivas, que indirectamente fazem parte da vida da escola, tais como as associações de Pais, juntas de Freguesia, Autarquias, entre outras organizações estatais ou particulares. Os alunos encontram-se posicionados na organização escola como sendo os clientes finais desta, alguém a quem se destina todo um trabalho realizado por todos os intervenientes acima descritos.

- Orientação para objectivos e fins; a escola propõe através dos seus regulamentos, projectos educativos, planos curriculares, planos anuais de actividades, projectos curriculares de turma, entre outros documentos, objectivos e intenções a que se compromete cumprir. A consecução de objectivos propostos não é uma questão imperativa da escola, mas constitui parte da micro gestão das turmas levada a cabo pelos Directores de Turma e professores, bem como da meso gestão dos estabelecimentos de ensino realizada pelos órgãos de gestão.

- Diferenciação de funções; a cada um cabe uma função ou conjunto de funções. As funções atribuídas a cada interveniente estão rigorosamente definidas e regulamentadas.

- Coordenação racional intencional; A coordenação do estabelecimento de ensino é realizada pelos seus órgãos deliberativos e executivos, ou sejam o Conselho Executivo, Assembleia de Escola, Conselho Pedagógico. A coordenação de departamentos, áreas disciplinares, directores de turma é um trabalho contínuo integrado na gestão pedagógica da escola, operacionalizado através de um calendário anual de reuniões.

- Continuidade através do tempo; toda a gestão e laboração da escola é efectuada ciclicamente, em quase todos os casos anualmente. A gestão pedagógica das turmas é efectuada normalmente tendo em conta a duração do ciclo de ensino a que pertencem, pois a estabilidade docente dos Conselhos de turma e a constituição das turmas assim o permite. Também a elaboração dos Projectos Educativos de Escola, Planos Curriculares e de Actividades, obedecem a um período de tempo em que se encontram em vigor. Estes documentos em que a escola expressa as suas intenções, constituem um elemento importante na gestão da escola.

Como organização multifacetada, a escola aplica conforme os contextos, modelos de gestão diferenciados, quer seja ao nível das direcções de turma, coordenações de departamentos disciplinares ou do estabelecimento de ensino na sua totalidade. Assim, segundo Costa, (1996) citando os autores abaixo mencionados, considera que a escola poderá ser observada segundo seis pontos de vista, designados aqui por *imagens organizacionais da Escola*, sendo estas as seguintes:

- a escola como *empresa*;
- a escola como *burocracia*;
- a escola como *democracia*;
- a escola como *arena política*;
- a escola como *anarquia*;
- a escola como *cultura*.

As metáforas aqui retratadas servem para que o interlocutor melhor compreenda a escola quanto ao seu funcionamento como organização, num palco onde se movem os vários actores educativos, encarnando papéis mais ou menos definidos, exercendo poderes formal ou informalmente atribuídos e com interesses que por vezes os faz entrar em rota de colisão, gerando inevitáveis conflitos. Este sistema de acções e reacções é gerador de dinamismo, sendo parte da força motriz do decorrer do trabalho das escolas.

### **1.1.1. A escola como empresa**

A perspectiva empresarial da escola aqui descrita, não é mais que uma interpretação parcial da organização escola, tal como todas as outras imagens organizacionais. É porém uma via para melhor entender a escola e o seu funcionamento. Desprovida de qualquer sentimento humanista, sentimento este que constitui um ingrediente fundamental para o desempenho das funções de docente, esta imagem organizacional é servida fria, ilustrando uma das muitas facetas da administração escolar.

Fundamentada nos *Princípios da Administração Científica*, sistematizada por Taylor, a visão da escola como empresa assenta em sete princípios. Note-se que estes princípios se revelam numa concepção organizacional *economicista* e *mecanicista*, correndo-se o risco de se fazer uma representação da escola demasiado redutora. Assim, a escola gozará das seguintes características:

- A escola possui uma estrutura organizacional hierárquica formalmente instituída, com base na *unidade de comando*;
- são atribuídos a todos os intervenientes cargos precisamente definidos, visando uma correcta e precisa divisão do trabalho, conforme a especialização de cada um;
- a eficiência de toda a máquina produtiva é uma prioridade na gestão da organização, gerando-se estratégias para elevar os resultados ao menor custo;

- os objectivos a atingir são previamente determinados;
- é estudada uma melhor maneira para realizar cada tarefa (*one best way*) e consequente padronização.
- existe o estabelecimento na organização de processos, tecnologias, métodos, espaços e de tempos uniformizados e por todos adoptados.
- há a primazia pelo trabalho individualizado, em detrimento do trabalho de grupo. A definição das funções e espaço de cada um é algo que assume uma importância fulcral.

Mais tarde, as teorias de Taylor serão aprofundadas por Fayol, que estabelece a *Teoria Clássica da Administração*, adendendo novos factores, considerando algumas das motivações do trabalhador, tais como a renumeração, a estabilidade do pessoal, a iniciativa e a união do pessoal.

Assim, observando a escola à luz desta imagem organizacional, constatamos que inevitavelmente se verificam reais transposições entre a realidade gestionária da escola e este conjunto de princípios. A definição clara de toda uma estrutura hierárquica em que órgãos colegiais executivos, órgãos deliberativos, coordenações, departamentos, órgãos administrativos, chefias de funcionários, trabalhando em consequência de ordens directas emanadas por organismos hierarquicamente superiores, constitui prova de que a escola funciona como sendo uma empresa.

Também a nível pedagógico a escola poderá ser vista através da lente Talorysta. De facto, verifica-se o seguinte:

- Os currículos são uniformizados;
- o professor assume uma posição de emissor capaz de chegar a todos os seus alunos da mesma forma. O professor repete o mesmo discurso, usando os mesmos métodos, de turma para turma;
- os alunos são agrupados em turmas, aproximadamente com o mesmo número de alunos;
- o professor cumpre a sua função moldando os alunos conforme o previamente estabelecido, dentro dos tempos previstos, enviando-os para outro professor, gerando um circuito de produção em série. O circuito é retomado pelo professor, recebendo outros alunos, conforme a primeira forma.
- os recursos são contidos, existe pouca diversidade de meios e matérias didácticos;
- é estabelecida uma ordem de ocupação de espaços directamente relacionada com os tempos estipulados para cada aula. As aulas são geridas ao minuto, os horários são rígidos, observando-se um fluxo periódico entre aulas e tempos de recreio e refeições.
- a avaliação do aprendido pelos alunos é geralmente realizada através de testes aplicados no final de cada unidade didáctica, ou por exames finais, regra geral iguais para todos;
- a disciplina é mantida de forma artificial pelo professor, não sendo algo que parte de uma motivação intrínseca dos alunos, a disciplina decorre do cumprimento de normas instituídas;

A nível organizacional e administrativo, a gestão escola é centrada na pessoa do director ou órgão colegial executivo, responsável pelo cumprimento de normas e disposições internas, bem como directivas emanadas pela tutela. Relativamente a colaborações externas, a escola mantém uma postura de auto-suficiência, dispensado frequentemente a participação da comunidade e dos encarregados de educação na sua gestão.

Em sequência natural desta imagem organizacional, apresentamos de seguida a escola como *burocracia*.

### 1.1.2. A escola como burocracia

Foi a partir dos estudos realizados por Max Weber que vários autores teorizaram a respeito da burocracia como princípio organizacional. A burocracia é aplicada como consequência da implementação da democracia, com o intuito de servir as massas de forma equitativa perante a lei e impessoal. A fobia ao privilégio e o tratamento generalista dos casos particulares são características inabaláveis de um estado burocrático. Tendo como finalidade atingir a sua máxima eficácia, a organização burocrática assenta em princípios inflexíveis e insubstituíveis, ou seja:

- a organização encontra-se submetida a normas e regulamentos que determinam toda a divisão do trabalho;
- é estabelecida uma estrutura hierárquica de autoridade, sendo do conhecimento de todos toda uma escala de poder e de subordinação;
- todas as operações são registadas e arquivadas;
- cada cargo ou função é atribuído a quem possui especialização para o desempenhar. A formação é um factor imprescindível no contexto da organização, sendo considerado uma mais valia para cada interveniente;
- a cada funcionário é solicitada total disponibilidade para desempenho das suas funções e de permanência na organização sempre que esta considere necessário.
- há a recusa de todos e quaisquer favoritismos, privilégios e concessão de favores pessoais.

Deste modo a organização escola reproduz o que o estado pratica e estabelece. Uma escola inserida numa realidade social organizada segundo um princípio organizacional burocrático funciona balizada por um conjunto de regulamentos, normas, e disposições, estabelecidas internamente ou dirigidas a partir da tutela e os seus actores movem-se dependentes destas mesmas. É uma escola sujeita ao *legalismo, uniformidade, impessoalidade, formalismo, centralismo e hierarquia* (Formosinho, 2005), ou seja, uma escola em conflito com a realidade actual, em que é solicitada à escola que seja inclusiva, diferenciada, criativa, dinâmica e adaptativa. Uma escola burocrática



difícilmente terá uma postura pró-activa. A diferenciação pedagógica, o ensino individualizado e a avaliação contínua praticada no seio dos Cursos de Educação e Formação, fruto de uma dinâmica reflexiva, acontecem pouco num ambiente burocrático. Corroborando esta ideia, terminamos explanação desta imagem organizacional com uma citação de Clark e Meloy (1991: 21)

“Estamos certos de uma coisa. Dentro da estrutura burocrática nunca mudaremos para novas escolas, para escolas livres. Esta estrutura foi inventada para assegurar o domínio e o controlo. Nunca produzirá liberdade nem actualização continuada”.

### **1.1.3. A escola como *democracia***

A imagem da escola como democracia será provavelmente aquele que se revela mais patente nas nossas escolas. A democracia como sistema organizacional é fortemente aplicada e fomentada na escola, tanto a nível organizacional como pedagógico. Sendo assim, a escola trabalha segundo um modelo democrático, em que todos têm oportunidade de participar na sua gestão, directa ou indirectamente. Tendo como exemplo a eleição de uma Assembleia de escola ou um Conselho Executivo, tanto professores como funcionários têm direito a voto. No caso da Assembleia de Escola, têm assento professores, funcionários, encarregados de educação, alunos e representantes da autarquia. A escola é uma organização democrática e que oficialmente incute nos alunos um sentido de participação na vida activa da escola, por exemplo elegendo os seus representantes da turma ou a sua associação de estudantes.

Também algumas disciplinas como a Educação Cívica, têm como propósito a divulgação de doutrinas baseadas na tolerância, na multiculturalidade, civismo, ética, para que os alunos passem a ter mais hábitos de civilidade, evitando confrontos desnecessários. Este modelo assume deste modo, caris prescritivo.

No tocante à obra supracitada, passa-se a referir os seis indicadores da escola como organização democrática:

- *Desenvolvimento de processos participativos na tomada de decisões;*

No contexto dos Cursos de Educação e Formação, verifica-se um trabalho intenso dos Conselhos de Turma, no sentido de desenvolverem estratégias conducentes ao desenvolvimento pessoal e sucesso escolar dos seus alunos. Os professores assumem uma postura participativa e planeiam em conjunto o trabalho que irão realizar com as suas turmas. O percurso escolar dos alunos é continuamente seguido pelos Conselhos de Turma, que reúnem periodicamente, discutindo e negociando estratégias, avaliando os seus efeitos e corrigindo eventuais desvios.

- *Utilização de estratégias de decisão colegial, através de consensos partilhados;* O trabalho realizado pelos Conselhos de Turma é baseado na tomada de decisões fruto do acordo muitas vezes unânime de todos os professores. Práticas de negociação entre partes são uma constante, tanto dentro dos Conselhos de Turma como para fora deles; verifica-se frequentemente a celebração de contratos informais entre directores de turma e alunos / encarregados de educação, no sentido de fazer coincidir interesses, de estabelecer direitos e deveres e de perceber que orientação pedagógica adoptar conforme as características dos alunos com quem se trabalha.

- *Valorização de comportamentos informais na organização relativamente à estrutura formal;* Com a intenção de melhorar o aproveitamento e comportamento geral das turmas, observam-se a parceria de duas ou mais disciplinas na execução de uma mesma unidade de trabalho, de modo a percepciona-la de formas diferentes, gerando sentimentos de solidariedade e cooperação. Os tempos e curricula são assim agilizados, de modo a que se atinjam os objectivos previamente definidos.

- *Incremento do estudo do comportamento humano (necessidades, motivação, satisfação, liderança) e defesa de técnicos para a “correção” dos desvios (psicólogos, assistentes sociais, terapeutas comportamentais);* no tocante a

este ponto, organismos como o Serviço de Psicologia e Orientação ou o Centro de Saúde têm um papel preponderante. A elaboração de estudos e interpretação de dados relativos a aproveitamento, comportamento, absentismo ou abandono escolar pelos Conselhos Executivos ou outros organismos escolares, auxilia os professores na compreensão de comportamentos e na elaboração e aplicação de estratégias conducentes à melhoria da eficiência das escolas.

- *Visão harmoniosa e consensual da organização.* A regular actualização do Projecto Educativo de Escola, bem como do Plano Curricular de Escola, permite a divulgação a todos os elementos da comunidade educativa, encarregados de educação e comunidade local, das directrizes e propósitos da escola. De igual modo, a elaboração e a correcta aplicação por parte dos Conselhos de Turma dos Projectos Curriculares de Turma, transmite uma noção de coesão e trabalho concertado entre os professores das várias disciplinas.

- *Desenvolvimento de uma pedagogia personalizada.* Uma das características que distingue as turmas de Cursos de Educação e Formação das do ensino regular, é a sua dimensão. Uma turma com um número mais reduzido de alunos permite que o trabalho autónomo dos professores em contexto de sala de aula, do Conselho de Turma ou do Conselho Executivo, seja estruturado de uma forma mais individualizada, estabelecendo uma relação de cumplicidade entre professores, alunos e suas famílias. Pretende-se deste modo dar um acompanhamento mais personalizado a cada aluno, incrementando o seu desempenho escolar. As tutorias ajudam igualmente a acautelar sentimentos de desmotivação de alunos cujo percurso escolar anterior não foi o mais bem sucedido.

#### **1.1.4. A escola como arena política**

A escola congrega em si um conjunto de indivíduos, categorizados conforme a sua função, posição hierárquica e social, que nem sempre partilham os

mesmos interesses, objectivos ou ideais. É comum assistir-se a situações de confronto entre actores educativos, resultantes de conflitos de interesses ou pelo facto destes conceberem diferentes representações da realidade escolar.

A imagem organizacional da escola como *arena política*, advém do facto da maior parte das movimentações e acções dos intervenientes da escola serem espontâneas e de iniciativa própria. Estas acções, que nem sempre se manifestam pacíficas, resultam frequentemente da vontade dos indivíduos em concorrer a lugares de poder. Esta imagem organizacional é antagónica à imagem da escola como democracia. A procura de consensos e de decisões partilhadas não é de forma alguma uma característica visível desta imagem organizacional.

A escola vista segundo o prisma da metáfora de arena política, revela os seguintes indicadores:

- A escola é um pequeno sistema político, em tudo semelhante a sistemas políticos macro-sociais;
- observa-se no seio da escola a existência de uma grande heterogeneidade de indivíduos, com objectivos, poderes e posições hierárquicas diversas, assumindo na organização escolar papeis de diferente importância e influência.
- a actividade quotidiana da escola decorre das interacções conflituosas entre os vários intervenientes, em permanentes lutas pelo poder;
- os interesses individuais e de grupo, manifestam-se tanto no interior da escola como fora do seu perímetro, influenciando toda a actividade organizacional;
- as decisões são assumidas por intervenientes mais ou menos influentes e investidos de poderes, muito por via de processos de negociação.
- esta imagem organizacional adopta no seu discurso termos como interesses, conflitos, poder e negociação.

Teoricamente esta imagem organizacional assenta em estudos como os de Victor Baldridge, (1989:57-60), que baseou a sua investigação nalgumas universidades, as quais observou segundo a perspectiva política.

Deste modo, Baldrige teoriza, analisando a escola segundo três áreas de investigação diferenciadas:

- Segundo a sociologia representa a escola como sistema social, onde vários grupos interagem, confrontam-se e onde operam processos de dominação (*conflict theory*);
- através da óptica da ciência política, Baldrige observa a distribuição do poder na comunidade escolar e percebe a sua influência nos processos de decisões políticas (*community power studies*);
- finalmente, no âmbito da teoria organizacional, observa o comportamento dos grupos nas organizações, estudos estes realizados em instituições prisionais (*interest group theory*).

Outro investigador tido em conta para a teorização desta imagem organizacional, foi J. G. March, e a sua teoria do “caixote do lixo” (*garbage can*). March, em conjunto com Olsen e Cohen, desenvolvem um conjunto de estudos baseados nos processos de decisão organizacional, recusando as ideias de homogeneidade e racionalidade organizacional clássicas, concluindo que as organizações adoptam processos de comportamento e funcionamento ambíguos e incertos.

As relações que o actor estabelece com a escola representam o ponto fulcral das investigações de Crozier. Este autor considera que os *actores organizacionais*, gozam de uma determinada margem de autonomia para tomar as suas próprias decisões, exercerem o poder que lhes é atribuído e influenciarem e moldarem o meio de modo a atingirem os seus objectivos. Segundo o autor, são destes jogos de poder, influência e acção, que resultam todas as acções colectivas e dinâmicas organizacionais. Michel Crozier, (1963:177), refuta a ideia simplista e de linearidade organizacional da teoria clássica das organizações. Citando, “La théorie rationaliste classique de l’organisation scientifique prétendait en fait ignorer complètement le problème. Le modele mécaniste du comportement humain sur lequel elle reposait, excluait les relations complexes et ambiguës qui se développent autour des relations de pouvoir.”

Bacharach, outro investigador mencionado na fundamentação teórica desta imagem organizacional, (Costa, 1996:77) é destacado por conceber a teoria de modelo político das organizações em sentido contrário das perspectivas da *análise estruturalista*, cuja fonte foi o modelo burocrático Weberiano, muito adoptado em estudos realizados nas décadas de sessenta e setenta. Bacharach rejeita a visão harmoniosa e unificada das organizações, considerando que as perspectivas estruturalistas e outras semelhantes, restringem o leque de investigação e estudo das organizações, em especial das escolas.

Todos estes autores são unânimes ao conceber as organizações como sistemas micropolíticos complexos, cujas interacções e relações entre os actores são frequentemente conflituosas, pois a cada um se atribui o direito de agir autonomamente com o intuito de consecução dos seus objectivos.

#### **1.1.5. A escola como cultura**

A imagem organizacional de escola como cultura provém do contexto de análise da realidade empresarial, observada durante os primeiros anos da década de oitenta do século vinte. O interesse que levou alguns estudiosos a investigar a razão do sucesso das empresas japonesas, conduziu-os à conclusão de que muito se deve às suas características próprias, sobretudo do seu carácter simbólico, ou seja da sua cultura. Esta imagem organizacional transposta para a escola, revela-se como sendo a imagem que mais utilizada ao nível da investigação das ciências da educação. A visão da escola como cultura encerra em si os seguintes aspectos:

- Da mesma forma que cada organização é diferente das demais, cada escola é diferente das outras escolas, bem como das outras organizações;
- cada escola possui as suas crenças, valores, heróis, linguagem, rituais e cerimónias próprias, em resumo a sua cultura;
- a eficiência e sucesso de uma escola, depende se esta possui uma cultura forte, se no seu contexto existem *valores partilhados* pelos seus actores;

-investigações realizadas em contexto escolar, elaboradas por defensores desta perspectiva, baseiam-se em metodologias qualitativas, focando aspectos subjectivos do seu funcionamento.

-o gestor não deverá limitar a sua actuação somente ao nível da estrutura e dos processos racionais de gestão, mas deverá tomar o conjunto dos processos simbólicos da organização como um factor importante para a consecução de objectivos. A cultura da organização pode ser utilizada na gestão e alterada ao longo da vida da organização.

### **A cultura como imagem organizacional: primeiras investigações**

Os Investigadores norte-americanos Pascale e Athos (1984), comparando as realidades empresariais japonesas e americanas, depressa compreenderam que o sucesso das primeiras se devia à sua cultura organizacional. As duas realidades tinham em comum a sua forma de abordar a gestão ao nível da estratégia, estrutura e dos sistemas (strategy, struture, system) mas no caso japonês a atenção era redobrada em aspectos menos visíveis como o savoir-faire, o estilo e o quadro de pessoal (skills, style, staff).

Ouchi (1982), elabora a Teoria Z, alternativa à Teoria X e Y de McGregor, onde compila as melhores estratégias empresariais aplicadas nas empresas japonesas, e que consistia na valorização dos seus recursos humanos, fomentando o seu bem estar e integração laboral, na implementação de uma “atmosfera de clã”, criando uma cultura empresarial própria.

Na opinião de Ouchi, uma empresa Z possui a sua própria cultura que é transmitida e cultivada pelos seus colaboradores ao longo de várias gerações. Esta cultura compreende valores como por exemplo a agressividade, a vivacidade ou a subtilidade, presentes tanto nas acções e opiniões de dos seus intervenientes como decalcados nos próprios produtos. A estabilidade laboral garantida e as boas relações estabelecidas entre os actores, são factores estratégicos para se realizar uma gestão Z.

Na mesma linha de pensamento dos autores anteriormente referidos, situam-se Terrence Deal e Allen Kennedy, autores da obra *Corporate Cultures* e Thomas Peters e Robert Waterman, autores de *In Search of Excellence*.

Na primeira obra, os autores corroboram as ideias anteriormente explanadas, portanto consideram que o sucesso das empresas se deve principalmente à existência de uma *cultura forte*. A partilha por parte de todos aqueles que pertencem à organização dos mesmos elementos simbólicos (valores, mitos, heróis, entre outros), constitui algo a que os autores designam por *Corporate Cultures*. Os autores acrescentam que as grandes empresas defensoras deste tipo de gestão (*gestão do simbólico*), possuem no topo da sua hierarquia, gestores ou fundadores (*heróis*), que criam, moldam e gerem a cultura da sua organização, pois consideram “a cultura uma variável susceptível de intervenção” (Costa, 2003:112).

A segunda obra mencionada, *In Search of Excellence*, resultou de uma investigação efectuada com base em 62 empresas norte-americanas, caracterizadas como “excelentes ou “inovadoras” cuja pretensão foi aferir quais as qualidades que estas detinham que lhes proporcionava tal êxito. Deste modo os autores concluíram que as ditas empresas se caracterizavam por preconizar o seguinte:

- Inclinação para a acção;
- proximidade com o cliente;
- autonomia e espírito de empresa;
- produtividade pelas pessoas;
- criação de valores;
- permanência no ramo que se domina;
- formas simples e equipas pequenas de administração;
- propriedades simultaneamente apertadas e flexíveis.

Esta interpretação controversa e simultaneamente inovadora da realidade das empresas excelentes, colidente com os cânones racionalistas da gestão organizacional, refere que as empresas que preconizam a *gestão do simbólico*, lidam facilmente com a ambiguidade dos contextos organizacionais, assumindo



uma postura natural de flexibilidade e adaptabilidade às constantes mudanças ambientais, contudo, conseguindo transmitir uma imagem de solidez organizacional, devido sobretudo à adoção incondicional de valores partilhados pelos seus membros.

#### **1.1.6. A autonomia da Escola, da “autonomia decretada” à “autonomia construída”**

O conceito de autonomia, segundo Barroso (1997:18), surge no contexto da escola portuguesa em diversas ocasiões, nomeadamente em 1905 através do Decreto de 29 de Agosto, em que eram transferidas para os liceus verbas para manutenção de edifícios e aquisição de material. Mais tarde, no ano de 1914, é consignado no Decreto de 6 de Maio a autonomia para escola administrar a dotação que lhe era anualmente atribuída.

Mais recentemente, e associado ao *“programa de reforço da autonomia das escolas”*, decorrente da aplicação do despacho ministerial nº. 130/ME/96 é proporcionado à escola uma nova filosofia de trabalho e uma nova posição perante a comunidade. Neste contexto, a autonomia da escola passa a assentar sobre sete princípios, os quais passamos a descrever, (Barroso, 1997:29):

1º Princípio: “O reforço da autonomia da escola não pode ser definido de um modo isolado, sem ter em conta outras dimensões complementares de um processo global de territorialização das políticas educativas.”

Deste modo, a comunidade local estará comprometida no quotidiano das escolas. O processo de transferência de competências para as escolas será apoiado por autarquias e pela administração central quanto a planeamento assessoria e avaliação.

A alocação de recursos da autarquia às escolas será uma inevitabilidade. O apoio das autarquias a nível financeiro e logístico será indispensável para levar

a cabo uma política educativa local, sobretudo ao nível da programação e realização de actividades sócio educativas e extra curriculares, educação de adultos, ensino profissional e organização da rede escolar. Torna-se fundamental o apoio das autarquias na integração de alunos em estágios curriculares, nomeadamente no caso dos que frequentam ou terminam Cursos de Educação.

Indispensável será o estabelecimento de parcerias entre escola e entidades locais, potenciando a génese de uma rede viva inter institucional, com vista ao desenvolvimento de uma política educativa local. Mais uma vez, o envolvimento de empresas e instituições é indispensável para o fornecimento às escolas de locais de estágio para integrar os seus alunos e posterior colocação na vida activa.

2º Princípio: “No quadro do sistema público de ensino, a “autonomia das escolas” é sempre uma autonomia relativa, uma vez que é condicionada pelos poderes de tutela e de superintendência do governo e da administração pública quer do poder local, no quadro de um processo de descentralização.”

A escola autónoma terá sempre um controlo constate por parte do estado, para que não se ponha em risco a coesão de todo o sistema de ensino. Mediante certas directrizes, as escolas em articulação com o poder local, pais, instituições e empresas, poderão realizar uma melhor gestão de recursos e operacionalizar de modo mais eficaz os seus planos educativos.

A transferência por parte do Estado de mais competências para as escolas não significa que este se tenciona ilibar de responsabilidades, mas sim propõe uma nova forma de gestão e administração consentânea com a realidade local.

3º Princípio: “Uma política destinada a “reforçar a autonomia das escolas” não pode limitar-se à produção de um quadro legal que defina normas e regras formais para a partilha de poderes e a distribuição de competências, entre os diferentes níveis de administração, incluindo o estabelecimento de ensino. Ela tem de assentar sobretudo na criação de condições e na montagem de

dispositivos que permitam, simultaneamente “libertar” as autonomias individuais e dar-lhes sentido colectivo, na prossecução de objectivos organizadores do serviço público de educação nacional, claramente consagrados na Lei Fundamental.”

Não basta legislar a autonomia das escolas, há que criar condições para que esta se pratique. Os órgãos de gestão terão de possuir meios e competências necessárias para a prossecução de objectivos.

4º Princípio: “O reforço da “autonomia” não pode ser considerado como uma “obrigação” para as escolas, mas sim uma “possibilidade” que se pretende venha a concretizar-se no maior número de casos.”

A autonomia não pode ser imposta às escolas mas sim deverá ser adoptada por estas conforme as suas possibilidades, adaptando-se às suas necessidades. A autonomia será implementada na escola de forma progressiva, pois é uma forma de amadurecimento gestonário da própria escola. A escola deverá passar a ter à sua disposição as condições e apoios necessários para por em prática o exercício da autonomia e para resolver os problemas que daí advêm. De igual modo, a o exercício de uma gestão com base na autonomia deverá de ser avaliado, detectando-se eventuais desvios e efectuando-se as respectivas correcções.

5º Princípio: “O reforço da autonomia das escolas não constitui um fim em si mesmo, mas um meio de as escolas prestarem em melhores condições o serviço público de educação.”

O reforço da autonomia das escolas deverá proporcionar a estas um meio de garantir as seguintes condições:

- A partir da sua gestão autónoma, a escola deverá servir os interesses dos seus alunos e a proporcionar a sua formação, conforme a realidade social e económica em que se insere.

- Participação de todos os actores educativos de forma adequada, contribuindo para a definição da missão da escola, elaboração de normas de funcionamento e consequente avaliação de resultados.

- Os docentes deverão ser respeitados quanto à complexidade das suas funções, sobretudo no que concerne à especificidade da sua formação e consequente produção de meios didácticos, organização pedagógica e métodos de ensino.

- Fornecimento de formação adequada aos quadros de gestão de topo e intermédia, de modo a que se realize uma gestão eficiente da escola, planeando, organizando, coordenando e avaliando o seu trabalho. A escola deverá incentivar a existência diversificada de formas de liderança, quer sejam elas colectivas ou individuais.

6º Princípio: “A autonomia é um investimento nas escolas, pelo que tem custos, baseia-se em compromissos e tem de se traduzir em benefícios.”

- Não bastará à escola investi-la de mais competências e poderes se não lhe forem fornecidos os meios necessários para poder exercer-los. Será necessário dar à escola um voto de confiança e estabelecer uma relação de estreita colaboração entre a administração e a escola, de modo a mais facilmente se atingirem os objectivos por esta previstos.

Um controlo demasiado apertado por parte do poder central, trará efeitos contrários aos desejados, anulando por completo a prática da autonomia nas escolas.

7º Princípio: “A autonomia também se aprende.”

Inerente à autonomia está a mudança, tanto da escola como da administração central. A escola como *organização complexa* é detentora de uma cultura ou culturas, que suportam todas as relações e dependências estabelecidas entre

os vários actores educativos. Para que o reforço da autonomia da escola se operacionalize, torna-se imperativa a adaptação às novas condições dos diversos intervenientes. Assim a formação assume um papel de relevante importância em todo este processo.

Desejavelmente a autonomia deverá assumir pela escola um carácter de necessidade, sendo continuamente *construída*. Uma *autonomia decretada* terá uma eficiência relativamente condicionada, pois coarta a escola no seu pleno exercício.

A escola para além de passar a exercer a autonomia no domínio jurídico-administrativo, tendo a capacidade de *praticar actos definitivos e executórios*, bem como levar a cabo toda a sua gestão financeira, utilizando livremente verbas próprias para o cumprimento de objectivos previamente estabelecidos, exercerá igualmente a autonomia ao nível pedagógico, estatutário e disciplinar.

De fulcral importância no processo de reforço da autonomia da escola encontram-se os órgãos de gestão intermédia, cujo trabalho se deve revestir de uma liberdade de movimentos, confiança e autonomia, de modo a levar a bom porto todo o trabalho de um conjunto de equipas e indivíduos deles dependentes.

#### **1.1.7. School Based Management e o Movimento de Escolas Eficazes**

Desde os anos oitenta, (Barroso org.,1996:172), que se tem observado nalguns países a introdução de políticas educativas de cariz descentralizador, transferindo poderes e incumbências gestionárias, que até então eram assumidos pelo Estado, para as próprias escolas e autarquias, comprometendo mais seriamente no processo de gestão da escola, pais e professores.

Em países anglo-saxónicos tais como o Canadá, EUA, Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia, este tipo de políticas tem tido como designação *School Based*

*Management*, consistindo no provimento dos estabelecimentos de ensino com verbas suficientes para o contratação de recursos humanos, formação, abastecimentos, aquisição de equipamentos, manutenções e outros serviços, desburocratizando e dando ao órgão de gestão, quer este seja o Director ou o Conselho de Escola plenos poderes para a gestão destas verbas.

Tal facto possibilita a cada escola gerar centros de interesse diversificados, fornecendo aos pais um maior leque na escolha da escola a frequentar pelos seus filhos, originando uma maior concorrência.

Para Levacic (1995), a aplicação das políticas de *School Based Management* dependem dos seguintes factores:

- Órgãos de Gestão e outros (directores, professores, pais e comunidade local), a quem são destinados poderes decisórios;
- *domínios* de afectação de estratégias de descentralização gestonária (orçamento, recursos físicos e humanos, curricula);
- *formas de regulação*, controlo e avaliação do trabalho levado a cabo pelos actores a que se atribuíram funções e poderes decisórios, quer estes estejam relacionados com os “*usos de recursos*” – auditoria financeira, progressão de carreiras, dimensão das turmas, normas de construção; “*especificação de produtos*” – curricula, testes, exames nacionais e indicadores de qualidade; e “*condições de mercado*” – saídas e entradas de alunos, admissão de alunos, divulgação de informação acerca do desempenho e eficiência da escola.

Segundo Sackney e Dibski (1994), o excessivo controlo do estado sobre as administração e gestão das escolas, provoca nelas um efeito contrário ao seu bom desempenho, sendo que o *School Based Management* assume-se como uma proposta de desburocratização deste sistema de controlo, com o intuito de tornar a escola mais flexível e adaptativa.

Deste modo, e considerando que a descentralização de poderes para a escola otimiza e racionaliza a gestão desta, envolvendo um leque alargado de intervenientes, torna-se desejável que se alcancem os seguintes objectivos:

- Que a gestão da escola esteja directamente relacionada com o ensino e aprendizagem dos seus alunos, ou seja com a função a que escola se destina;
- Que se estruturam esquemas de acção facilitadores do desempenho das funções atribuídas aos vários actores envolvidos;
- Que se defina de forma clara as tarefas de gestão, proporcionando formas de articulação entre elas e facilite a comunicação entre os responsáveis;
- Que se esclareça as responsabilidades dos actores envolvidos, planeie actividades com vista a melhor operacionalizar a gestão e desenvolva mecanismos de prestação de contas;
- Que se provenha a escola de recursos e condições de forma a facilitar a aprendizagem dos alunos;
- Que se realize periodicamente uma avaliação e correcção das estratégias de gestão decididas, de modo a que a escola cumpra de forma eficiente a função a que se destina;
- Que se simplifique os mecanismos de arquivo e veiculo de informação, de modo a que a produção de nova documentação não entre em colisão com a já existente.

A fim de concretizar estes objectivos dever-se-ão seguir as directrizes abaixo descritas:

- Os objectivos propostos para a aprendizagem dos alunos deverão estar correlacionados com as características da população escolar, nomeadamente

com os alunos com necessidades educativas especiais, ou com um perfil que justifique uma adequação curricular específica. Neste grupo encontram-se os alunos que integram os Cursos de Educação e Formação. A cultura de escola deve ser tida em consideração na determinação destes objectivos, cuja decisão deverá ser partilhada pelos vários docentes que intervêm neste processo;

- estes objectivos deverão ser propostos conforme os resultados pretendidos e as metas a atingir. As planificações anuais da escola, tanto ao nível pedagógico, extra-curricular ou de actividades, deverão ser coerentes com os objectivos de aprendizagens a concretizar pelos alunos;

- a solicitação de recursos será coerente com as planificações anuais, planificações estas elaboradas conforme as prioridades de aprendizagem dos alunos;

- a implementação de cursos, nomeadamente de Cursos de Educação e Formação, bem como outras planificações de aprendizagem, terão garantidamente de estar cobertas pelos recursos necessários;

- as planificações curriculares, estratégias e programas de aprendizagem, serão constantemente monitorizados, avaliados e corrigidos, em função dos resultados obtidos e das metas alcançadas;

- deverão ser ouvidas várias partes para que melhor sejam determinadas as metas a atingir, adoptadas as melhores políticas de gestão e definidas as prioridades de aprendizagem dos alunos. No caso específico dos Cursos de Educação e Formação, será desejável que as empresas envolvidas na realização de estágios curriculares, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, entre outros organismos, participem nesta tarefa;

- será atribuída aos professores a responsabilidade de elaborar os currícula, conforme a sua especialidade e formação inicial. A formação contínua dos professores deverá ser um factor a ter em conta na elaboração de planificações anuais e determinação de metas a atingir. A escola terá por obrigação ser



formativa tanto para os seus alunos, como para todos os que nela intervêm, nomeadamente os docentes.

Fundamentalmente, para que se implemente uma política de autonomia e de alocação de recursos eficiente, ter-se-á que realizar uma análise sistémica prévia, pois não existe um modelo de escola eficaz aplicável a todas as escolas do mesmo modo. Estudos revelam que a realidade sócio-económica onde a escola se insere, o tipo de população escolar, a cultura de pertença dos alunos, são factores condicionantes do sucesso escolar dos alunos, (Good e Weinstrein, (1992); Bosker e Scheerens, (1992); Scheerens, (1992); Reynolds e Cuttance, (1992); Bressoux, (1994)).

Numa mesma escola, poderemos observar a existência de turmas cujas características dos alunos poderão estar de acordo com os objectivos propostos e metas a atingir, enquanto que noutras se possam observar resistências ao cumprimento destes, tendo-se que recorrer à implementação de determinadas estratégias e correcções ao planos previstos.

#### **1.1.8. As Culturas da comunidade docente.**

No âmbito da teoria das organizações, a Escola demarca-se das demais instituições, sejam elas comerciais, industriais ou culturais pois a cada uma é-lhe atribuído um cariz simbólico próprio que a caracteriza e define. Se se centrar a atenção na Escola segundo a óptica da gestão e administração, verifica-se que esta estabelece relações com instituições exteriores governamentais ou particulares, fazendo-se utilizar uma linguagem e uma forma de abordagem distinta das demais organizações. Também os métodos de aferição de eficiência da organização escola, comparativamente com os métodos utilizados noutras organizações, diferem, pois os resultados obtidos em cada, assumem significados diferentes, não se comparando, medindo ou quantificando facilmente.

As diferenças mencionadas devem-se ao facto de a escola encerrar em si um propósito único, situando-a à parte no universo das organizações. O propósito de formar e educar crianças e jovens, de modo a que venham a realizar uma boa inserção na sociedade, gera nos vários intervenientes do processo educativo um sentimento de missão (Hargreaves, 1998:183). Este sentido comum de missão, potencia a motivação dos professores na realização de projectos comuns, elevando as suas expectativas relativamente ao desenvolvimento e desempenho dos seus alunos. Assim, os professores embuídos deste sentimento, encaram com mais optimismo o seu trabalho, aceitam facilmente a atribuição de tarefas partilhadas, e em consequência, passam a ter uma percepção mais positiva da sua eficiência.

Se o individualismo é tomado como uma característica comum entre os professores, devido em grande parte ao seu trabalho solitário de preparação de aulas, leccionação e avaliação dos alunos, a cultura deste sentido individualista num contexto de mudança é tida por Hargreaves, (1998:209) como uma *heresia*. Em contraponto a este conceito situa-se o sentido de colaboração e a cultura da colegialidade.

A colegialidade pressupõe o estabelecimento de relações estreitas entre os professores, optimizando o seu desenvolvimento profissional. Os professores detêm saberes diversos adquiridos no exercício da sua profissão bem como na sua formação inicial e contínua. A partilha destes saberes proporciona aos professores um maior desenvolvimento das suas competências, e consequentemente um incremento do desenvolvimento das escolas.

Num contexto de trabalho colaborativo torna-se prática corrente a partilha de decisões e a consulta entre colegas (*staff consultation*). Neste ambiente, o risco corrido na implementação de políticas e directrizes mais arrojadas torna-se mais facilmente calculado, adoptando os docentes, uma forma mais corajosa de encarar os seus projectos.

A escola, para além de se desenvolver mais eficazmente num clima de colaboração e colegialidade, passa também a absorver mais docilmente

directrizes exteriores a ela, directrizes essas muitas vezes geradoras de mudança e desenvolvimento. Ao possuir uma comunidade docente congregada em redor de objectivos, crenças e práticas comuns, a escola porá em prática projectos propostos externamente, sem que se verifiquem grandes resistências. A gestão curricular é um exemplo de como os professores participam activamente em conjunto, na germinação e desenvolvimento de *curricula*. A implementação de Cursos de Educação e Formação nas escolas implica um trabalho intenso entre professores na sua estruturação curricular. Este é um exemplo de como uma política educativa emanada externamente pela tutela, poderá ser trabalhada internamente nas escolas pelos próprios professores.

Situações em que os professores assumem em conjunto uma acrescida importância no seio da comunidade educativa, geram fenómenos de ascensão pessoal ao nível das lideranças, expondo individualmente alguns dos seus intervenientes, como são os casos de Directores de Curso, Directores de Departamento ou Directores de Turma. Nestas situações observa-se uma tendência de descentralização do poder, colocando-o nas mãos de órgãos de gestão intermédia. É notória a adopção por parte das empresas e outras organizações de políticas de gestão descentralizadoras, tais como as estratégias de *liderança institucional, transformacional e governo partilhado*. Em qualquer dos casos, é desejável o fomento de um clima de colaboração e colegialidade consistente.

#### **1.1.9. Críticas à colegialidade**

Certamente que nem sempre o incentivo a uma mudança gestionária no sentido da colegialidade e colaboração docente será bem recebido. Constrangimentos como a incompatibilidade de horários dos professores, de choque de personalidades vincadas e de uma maior dedicação do seu tempo e permanência nas escolas são alguns dos factores que condicionam o trabalho colaborativo dos professores.

Da mesma forma que muito do trabalho conjunto dos docentes é preparado informalmente (em contexto de sala de professores, por exemplo), também o será por via da imposição de uma calendarização de reuniões de Conselho de Turma periódicas, nem sempre necessárias, em que por vezes se abordam assuntos pouco pertinentes e cujo contributo para o desenvolvimento do trabalho dos professores e do desempenho dos alunos se revela criticável. Este tipo de reuniões poderá criar nos professores algum sentimento de desagrado pelo tempo dispendido, manifestamente pouco frutuoso.

A formação de pares pedagógicos sem o acordo dos mesmos, somente com o objectivo de cumprir a elaboração dos seus horários é igualmente um motivo para o aparecimento de possíveis conflitos entre professores e consequentemente uma baixa no rendimento destes.

Frequentemente são atribuídos falsos méritos a professores que em conjunto com outros realizaram determinados projectos. A visibilidade de um professor em detrimento dos seus pares será facilitadora da sua promoção, colocando os outros num patamar de esquecimento, desmotivando-os a integrar novos projectos conjuntos.

#### **1.1.10. A génese das culturas de colaboração**

A colegialidade e o trabalho colaborativo poderão ter lugar em contexto escolar por duas vias: Por via espontânea, fruto de uma mobilização voluntária de vários colegas, cuja motivação para o trabalho em conjunto lhes é intrínseca, ou por via artificial, incentivada ou imposta por órgãos de gestão.

No que concerne às culturas de colaboração, poderão gerar relações entre os professores que se caracterizarão por ser segundo Hargreaves, (1998: 216):

-*Espontâneas*; a colegialidade poderá ser induzida pelo comportamento de líderes da escola ou por *mecanismos facilitadores*. Não se tratará de uma

verdadeira e franca cultura colegial, mas sim fomentada por *artifícios administrativos*;

-*voluntárias*; as relações de colaboração são geradas pela percepção dos professores de que o trabalho conjunto resulta mais agradável e produtivo, não sendo estes coagidos a actuar desta forma;

-*orientadas para o desenvolvimento*; acontecem quando existem projectos de iniciativa própria dos professores, os quais se propõem a desenvolvê-las em equipa. As decisões e as reacções a factores externos são tomadas em conjunto, tal como o planeamento de acções e a atribuição de tarefas;

-*difundidas no espaço e no tempo*: muitas vezes as relações de colaboração não se estabelecem em períodos fixos no tempo mas sim assumem um cariz pontual, frequentemente sob a forma de conversas informais, Conselhos, elogios ou outras quaisquer manifestações que de algum modo contribuam para o desenvolvimento do trabalho dos professores;

-*imprevisíveis*: devido ao facto de os professores primarem pela discrição, nem sempre o resultado de projectos comuns se torna visível, muitas vezes por vontade dos intervenientes. O decorrer de projectos comuns ou a germinação de facções dentro da própria escola, foge frequentemente ao controlo dos órgãos de gestão, não se tratando de gestão de relações humanas mas sim de gestão micropolítica do estabelecimento de ensino.

No caso de contextos de colegialidade artificial, as relações de colaboração entre os docentes não se caracterizam pelos aspectos anteriormente descritos mas sim pelos seguintes:

-*Reguladas administrativamente*: A colegialidade é proposta pelos órgãos de gestão através da atribuição de tarefas e responsabilidades, levadas a cabo por equipas de professores;

-*compulsiva*: Os professores são obrigados a trabalhar em conjunto, como por exemplo no caso dos pares pedagógicos para a leccionação de algumas áreas disciplinares, os quais são habitualmente formados sem o acordo prévio dos professores. O aliciamento de promoção dos professores pela sua integração em projectos comuns, será considerada uma forma indirecta de compulsão;

-*orientada para a implementação*: Em certos contextos de colegialidade artificial, os professores são obrigados a cumprir directrizes emanadas superiormente, (pelos órgãos de gestão ou pela tutela) ou ainda constantes na legislação que os rege. Situações em que isto se verifica são comuns no decorrer do trabalho com Cursos de Educação e Formação, pois estes são fortemente balizados pelo seu enquadramento legal;

-*fixas no tempo e no espaço*: Quando a colegialidade é estabelecida artificialmente, sendo garantida administrativamente, mantida através de reuniões ou eventos previamente calendarizadas. A colegialidade e as relações de cooperação são asseguradas através do *fingimento*;

-*previsíveis*: As relações de colegialidade, em certas circunstâncias geram resultados previsivelmente positivos. Este tipo de colegialidade estabelece-se para que sejam garantidamente atingidos determinados objectivos. A colegialidade artificial torna-se uma forma controlada e contida de lograr os propósitos desejados.

## **2.º Capítulo - A Escola e a sua componente pedagógica**

### **2.1. Princípios da Formação de Professores**

Tendo em conta o clima de constante mudança que se vive nas escolas, devido em grande parte à necessidade de se desenvolverem actividades e currículos adaptados a determinados contextos, torna-se imperativo que os professores actualizem ou complemente a sua formação. O facto de serem atribuídas cada vez mais responsabilidades e incumbências aos professores faz com que estes, como já foi mencionado, giram laços estreitos de colaboração, partilhando saberes e experiências. Os professores, ampliando o seu leque de saberes, passam a desempenhar mais facilmente as suas tarefas, encarando situações de incerteza e ambiguidade com mais segurança e autonomia.

Assim, recorreu-se à obra do autor espanhol Carlos Marcelo Garcia, *Formação de Professores para uma Mudança Educativa*, fazendo deste modo uma descrição da formação obtida pelos professores ao longo da sua carreira. Assim far-se-á uma abordagem aos *sete princípios da formação de professores*, Garcia, (1999: 27) propõe:

- 1º. Princípio: A formação de professores deve ser um processo contínuo;
- 2º. Princípio: Integração da formação de professores num processo de mudança, inovação e desenvolvimento curricular;
- 3º. Princípio: Interligação da formação de professores com o desenvolvimento organizacional da escola.
- 4º. Princípio: Integração entre a formação de professores em relação aos conteúdos propriamente académicos e disciplinares, e a sua formação pedagógica.
- 5º. Princípio: Necessidade de integração teórico-prática na formação dos professores.

6º. Princípio: Isomorfismo entre os conteúdos dados nas acções de formação e o que se pretende que os professores leccionem nas suas aulas.

7º. Princípio: Individualização da formação dos professores.

Desmembrando e aprofundando cada um destes princípios, teremos o seguinte:

Relativamente ao primeiro princípio mencionado, a formação será como um contínuo, faz-se ao longo de toda a carreira do docente, desde a sua *formação inicial*, passando pela *iniciação*, quer esta tenha sido sob a forma de estágio ou de profissionalização em serviço, continuando de um modo formal ou informal, quer por via de acções de formação, pós-graduações, ou em projectos e relações colegiais mais ou menos espontâneos.

Passando ao princípio que sustenta que a formação de professores deverá estar integrada num processo de mudança, inovação e desenvolvimento curricular, devendo ser estruturada de modo a se adequar às circunstâncias da escola e factores sociais onde esta se insere, facilitando e otimizando o sucesso escolar dos alunos, num contexto de mudança. Esta, desejavelmente, estimulará os docentes a inovar, a recriar os currículos e a optarem por métodos de ensino que mais se moldem ao perfil do seu público-alvo.

No caso em estudo, os Conselhos de Turma geram espontaneamente equipas de trabalho que criam e ajustam constantemente os seus currícula, que escolhem os seus projectos conforme as turmas que dinamizam e que colaboram nas diversas áreas curriculares.

Dentro da mesma linha de pensamento do princípio acima descrito, vem o terceiro, que traça um vector entre a formação e o desenvolvimento organizacional da escola. A escola como organização adopta necessariamente uma perspectiva formativa, estando directamente ligada ao desenvolvimento profissional dos professores. Estes vêm na escola o melhor cenário de aprendizagem, por ser o local onde diariamente actuam e que constantemente transformam. Desejavelmente, a formação contínua de professores estará consignada no Projecto Educativo da Escola, fomentando o desenvolvimento



profissional dos professores e consequentemente um melhor desempenho do seu papel.

O quarto princípio, refere a necessidade de articulação entre a formação dos professores relativamente aos conteúdos académicos e disciplinares e a sua formação pedagógica. Para cada categoria de conteúdo se aplicará uma estratégia pedagógica diferenciada. Entenda-se que neste caso o autor se refere à formação inicial dos professores principiantes, nas quais se lhes é proposta uma linha de pensamento pedagógico própria.

Como quinto princípio e provavelmente o mais relevante, vem a necessidade de interligação entre teoria e prática. É mencionado nesta obra o trabalho de outras equipas de investigadores, sublinhando que a teoria será construída a partir da prática dos professores. Uma atitude reflexiva assente na acção será a melhor base para a estruturação da teoria.

É dada importância ao conhecimento pessoal de cada professor, composto também pelas suas vivências e experiências pessoais. Relativamente ao percurso que os Cursos de Educação e Formação têm trilhado na escola em estudo, tem-se baseado em grande parte neste princípio. Os docentes envolvidos, analisam, discutem e reflectem os seus projectos, delineiam novas estratégias, testam-nas, aplicam-nas e avaliam o seu resultado final.

O sexto princípio baseia-se na necessidade de procurar isomorfismo entre a formação fornecida aos professores e os conteúdos que estes futuramente transmitirão aos seus alunos. De facto, os conteúdos transmitidos nas poucas acções de formação ministradas aos professores dos cursos em estudo, as tecnologias aprendidas nas suas formações iniciais ou os conhecimentos adquiridos em projectos conjuntos, estão a ser aplicados nas aulas sobretudo nas componentes científico-tecnológicas.

Por um lado existem disponíveis acções de formação que adestram os professores em algumas áreas do saber, que aplicadas no decorrer das suas funções optimizam o seu desempenho, por outro, acções cujas didácticas e

conteúdos se podem aplicar directamente na sala de aula. É de todo o interesse que os docentes frequentem este segundo tipo de acções de formação pois é imperioso que haja uma constante actualização relativamente à forma como o conhecimento é transmitido aos alunos.

Por último, Garcia defende o princípio da individualização, aplicado a qualquer programa de formação. Sendo o ensino uma prática detentora de saberes tecnológicos, artísticos e científicos, e tendo cada professor ou grupos de professores a sua forma de estar e ensinar, também a formação terá de se moldar a estes, havendo um processo de apropriação individual.

### **2.1.1. Orientações Conceptuais na Formação de Professores**

De igual modo que existem classificações de estruturas de racionalidade para a *escola, o currículo, a inovação e o ensino*, também se poderão conceber estruturas de racionalidade para a temática da formação professores, (Garcia, 1995: 30). Tratam-se neste caso de concepções semelhantes, dado serem ambas formas institucionalizadas de transmissão de saberes, competências e condutas.

Um factor condicionante na teorização destas estruturas de racionalidade é a concepção de professor. Garcia, (1995: 31), menciona Lanier (1984), que define a pessoa do professor segundo três perspectivas: o professor como *pessoa real*: sujeito com a sua personalidade e características humanas, que desempenha um *papel importante na investigação e formação*, a segunda concepção de professor é a de ser *um sujeito com destrezas*, baseando-se em programas de formação que se centram no desenvolvimento de competências, condutas e destrezas. Por último, Lanier foca o professor sob uma óptica de cariz mais profissional, menos personalista, sendo este um profissional que toma decisões, valorizando sobretudo o domínio que este possui sobre a sua actividade de docente.

Todas estas concepções dirigem a perspectiva dos vários autores sobre as estruturas de racionalidade que iremos focar.

### **2.1.2. Orientação Académica**

Esta primeira linha de pensamento visa sobretudo a formação inicial dos professores. Neste caso é dada uma importância vital à aprendizagem por parte do futuro professor dos conteúdos. O professor é um especialista da sua disciplina e a competência principal a desenvolver é a sua capacidade para transmitir os seus conhecimentos. Esta é uma *abordagem enciclopédica* que também abrange o *conhecimento dos modelos teóricos, tendências e da estrutura interna da disciplina em questão*.

### **2.1.3. Orientação Tecnológica**

Este princípio baseia-se na aquisição de conhecimentos e competências. A formação dos professores partirá do adestramento destes em determinadas áreas do saber, dando uma maior ênfase ao saber fazer.

Esta linha teórica deu origem a estudos geradores de programas de formação centrados nas competências. O controlo de qualidade, a formulação de objectivos e a avaliação, são pilares importantes na concepção deste tipo de programas de formação. A força destes programas está na sua arquitectura, facilitadora da *identificação e avaliação das competências*. Esta arquitectura implica também uma forma personalizada de formação, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem de cada aluno.

Um tipo de competência que esta orientação promove e estimula é a competência que o docente deve desenvolver quanto à sua tomada de decisões. É fundamental que o docente tenha a flexibilidade mental para resolver rapidamente os problemas que se lhe deparam diariamente.

As competências não se limitam assim ao saber fazer mas também a um conjunto de atitudes desenvolvidos pelo docente em situação de ensino.

#### **2.1.4. Orientação Personalista**

A Orientação Personalista centraliza-se no ser humano, *na psicologia da percepção, no humanismo e na fenomenologia*. Qualquer professor, tal como qualquer ser humano, terá as suas características psicológicas, emocionais e intelectuais, as suas valências tal como os seus limites. A sua “matéria-prima” são os seus alunos, pessoas com características, motivações, expectativas e uma história de vida próprias, que podem, ou não adoptar a escola como sendo a instituição que provavelmente mais irá contribuir para o seu sucesso futuro. Posto isto, o professor terá como obrigação informar-se acerca dos seus alunos, conhecê-los individualmente o melhor que lhe for possível, de modo a respeitar o mais possível este princípio. Quanto aos responsáveis por programas de formação, deverão igualmente ter em conta toda a informação relativa à personalidade, aptidões ou *handycaps* dos seus aprendentes. Deverá existir por parte dos formadores a preocupação de perceber a maneira de ser de cada um dos seus formandos, motivando todos e cada um a participar nas actividades propostas.

Pode-se concluir que o tema da formação contínua de professores não se esgota facilmente pois implica imensas variáveis que ultrapassam a mera transmissão do conhecimento. A satisfação e realização pessoal dos professores são factores importantes a ter em conta quando se promovem acções de formação, prevendo, inclusivamente, que se poderão gerar equipas de trabalho, equipas estas que dinamizarão projectos, quer sejam didácticos, curriculares ou de actividades extra curriculares.

Um factor importante em que a formação de professores pode ter um papel preponderante é na gestão do ciclo de vida dos professores. A prática docente varia tanto conforme a experiência adquirida ao longo da vida do professor mas também consoante a sua motivação, capacidade de adaptação à mudança e

vontade de lidar com a adversidade. Uma formação contínua adequada, proporciona ao professor uma maior segurança de desempenho, factor de fulcral importância sobretudo ao professor principiante ou ao em final de carreira.

## **2.2. A Capacitação dos Alunos**

Sendo a finalidade da escola a formação de jovens de modo a que estes realizem uma boa integração na sociedade, consideramos pertinente dedicar uma secção deste estudo à temática da capacitação dos alunos, abordando questões de índole pedagógica e de desenvolvimento pessoal dos alunos. Assim, decidimos iniciar esta nossa aproximação ao tema, tendo como referência a obra *Educação Hoje, ensinar a aprender a pensar*, da autora Maria Helena Salema, obra esta fruto de uma investigação baseada num programa de intervenção de combate ao insucesso escolar, visando alunos com baixo rendimento escolar, concebido com o intuito de desenvolver nestes, competências do *pensar de ordem superior*, indispensáveis para a realização das tarefas escolares e potencializadoras das suas aprendizagem e desenvolvimento intelectual. Segue-se uma resenha da obra de título original *Models of Teaching*, dos autores Bruce Joyce e Marsha Weil, que assim compilaram estudos de vários investigadores que se dedicaram à sistematização de modelos de ensino. Neste trabalho utilizamos a versão espanhola, *Modelos de Enseñanza*. Para finalizar este capítulo focaremos o conceito de Inteligências Múltiplas, desenvolvido por Howard Gardner, por via das suas obras *Estruturas da Mente*, *A Teoria das Inteligências Múltiplas* (1994), e *Inteligências Múltiplas, A teoria na Prática* (1995).

### **2.2.1. Medidas de Combate ao Insucesso Escolar**

A promoção do sucesso escolar de todos os alunos constitui-se como prioridade do estado, estando consignado na Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei nº46/86, de 14 de Outubro, podendo-se ler o seguinte:

## Artigo 2.º

1 – Todos os portugueses têm o direito à educação e à cultura, nos termos da Constituição da República.

2 – É da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.

O conceito de igualdade de oportunidades em educação não se restringe nas sociedades actuais a questões de mero acesso a equipamentos educacionais, mas também à igualdade de sucesso, proporcionando a todos os meios, apoios e recursos necessários para que se criem as melhores condições para um bom desempenho escolar, realização e desenvolvimento pessoal dos alunos. Deste modo, a escola constitui-se como um agente formador de cidadãos activos, com capacidade de interpretar com sentido crítico e criativo a realidade envolvente, motivados para a participação no processo democrático país que integram.

A problemática do insucesso escolar tem sido desde finais dos anos sessenta do século vinte, alvo de atenção por parte de vários investigadores, em diferentes contextos, dando origem a diversas perspectivas teóricas, (Salema, 1997:8). Nos países anglo-saxónicos, a adopção de medidas de combate ao insucesso escolar passa desde essa altura a ser uma prática imperativa. Os primeiros estudos sobre esta temática indicavam que o insucesso dos alunos se devia a dificuldades cognitivas, fruto de uma herança genética intelectualmente pobre, não se perspectivando nestes casos grandes probabilidades de realização de um percurso escolar satisfatório. Nestas situações, preconizava-se um ensino baseado na repetição de tarefas básicas e na realização de actividades para o desenvolvimento de competências sociais. Segundo esta perspectiva, seria vantajoso para os alunos o seu agrupamento em turmas homogéneas, em frequência de vias de ensino alternativas.

Uma outra perspectiva teórica atribuía o insucesso dos alunos a questões ambientais, ou seja, considerava que alguns alunos não teriam tido no seu seio

familiar e social as condições e recursos suficientes para a realização de uma boa escolaridade. São identificados os seguintes factores como sendo condicionantes do sucesso escolar dos alunos:

- *Grupo socioeconómico baixo;*
- *etnia;*
- *situação migrante;*
- *desconhecimento da língua do país de recepção;*
- *situação geográfica de isolamento;*
- *minoria religiosa.*

Ao frequentarem um tipo de ensino não diferenciado, estes alunos eram considerados duplamente desfavorecidos pelo facto de estarem sujeitos a condições curriculares e pedagógicas desadequadas ao seu perfil de aprendizagem, a instrumentos de avaliação que *privilegiam a classificação em detrimento da avaliação formativa*, a um sistema de progressão pouco flexível que prevê a retenção, e a um presente preconceito por parte dos actores educativos cujas expectativas de sucesso se revelavam baixas.

Para colmatar as carências manifestadas por este tipo de alunos, deveriam ser integrados em turmas heterogenias, cumprindo o tronco curricular comum. Porém, era proposto que lhes fossem facultados *programas alternativos ou de remediação*, de forma a enriquecer a sua base cultural ou instruindo-os em áreas do saber fundamentais para uma boa escolarização, inserindo-os mais facilmente no sistema de ensino, chegando assim a atingir o mesmo nível dos restantes alunos.

Já na década de setenta, surge uma terceira perspectiva, em parte colidente com as anteriores, rejeitando os défices culturais ou as condições externas pouco favoráveis como causas do insucesso, atribuindo este ao facto dos alunos pertencerem a culturas diferentes.

Apesar de estudos como estes não terem gerado uma teoria consistente ou um modelo ou conjunto de modelos que permitisse minorar visivelmente o

insucesso escolar, poder-se -á afirmar que identificaram um problema, as suas causas e originaram uma tendência por parte dos estados para a promoção de programas de combate ao insucesso escolar. Constata-se então que: (Salema, 1997:10).

- “- há uma proporção de alunos com baixo rendimento escolar, que se constituem como um grupo em risco em relação à maioria dos alunos;
- tem de haver um esforço de empenho na compreensão dinâmica das necessidades dos alunos e das famílias;
- este esforço necessita de abordagens longitudinais, privilegiando a prevenção e a intervenção;
- este esforço necessita de recursos adequados, quer redistribuindo os existentes, quer criando novos;
- as escolas, as famílias e as comunidades partilham a responsabilidade de resposta às necessidades dos alunos em risco;
- as escolas devem desempenhar novas funções na disponibilidade e na coordenação dos serviços para os alunos em risco;
- as escolas devem mudar, de modo a ir ao encontro das necessidades dos alunos em tal situação. “

### **2.2.2. Os Modelos de Ensino.**

A grande preocupação de qualquer professor é que os seus alunos desenvolvam capacidades e adquiram as competências previstas para o nível ou ciclo que leccionam, sendo os seus resultados finais, o reflexo destas aquisições. Para que tal suceda, o professor terá de fazer chegar ao aluno a sua mensagem da forma mais eficiente possível. O aluno registará e processará toda a informação recebida, transformando-a em operações práticas, ou seja adquirindo competências. Esta forma eficiente de levar o aluno a receber a informação, poderá ser sistematizada, sob a forma de modelos de ensino.



O aproveitamento escolar de cada aluno depende de um determinado número de factores, que lhes serão intrínsecos ou extrínsecos. A sua motivação, a sua relação com os demais pares, o seu meio familiar e social ou a sua capacidade de aceder à informação, serão algumas variáveis condicionantes do seu desempenho escolar. Assim a cada contexto escolar, deverá corresponder a escolha de um modelo que a ele melhor se adequue.

Os autores Bruce Joyce e Marsha Weil, na sua obra *Models of Teaching*, agruparam os vinte e dois modelos de ensino compilados por semelhança em quatro grupos, a que designaram de famílias de modelos. Deste modo, os modelos passarão a agrupar-se em *modelos de processamento de informação*, *modelos pessoais*, *modelos de interacção social* e *modelos comportamentais*. Assim, seguiremos descrevendo sumariamente cada uma destas famílias, especificando cada modelo. A versão utilizada nesta revisão bibliográfica foi a edição espanhola, *Modelos de Enseñanza*, editada em 1985. Os autores dos modelos descritos encontram-se citados na obra referida.

### **2.2.3. Modelos de processamento de informação**

Os modelos pertencentes a esta família reflectem a capacidade do professor de motivar os alunos a melhor processar a informação que lhes é fornecida (Joyce & Weil, 1985: 35). Tendo em conta que processar informação significa interpretar dados, resolver problemas, aprender conceitos e utilizar correctamente símbolos verbais e não verbais, estes modelos visam potenciar o desenvolvimento intelectual do aluno, valorizando o seu auto conceito e as relações sociais que este estabelece no contexto escolar.

Desta família de modelos constam os modelos de pensamento indutivo e de investigação, desenvolvidos por Hilda Taba e Richard Suchman, e cujos objectivos visam o desenvolvimento dos processos mentais indutivos, o racionalismo académico e a construção de um pensamento coerente e lógico na elaboração de bases teóricas.

O modelo de investigação científica, sistematizado por Joseph j. Schwab, foi concebido para facilitar as aprendizagens de cada disciplina. É um modelo que procura estimular no aluno a sua capacidade de resolução de problemas.

Jerome Bruner desenvolveu o modelo de formulação de conceitos, com o intuito de desenvolver no aluno capacidades de análise conceptual.

Relativamente ao modelo de desenvolvimento cognitivo, compilando estudos de Jean Piaget, Irving-Siegel, Edmund Sullivan e Lawrence Kolberg, foca a sua acção no desenvolvimento intelectual da criança, particularmente no raciocínio lógico e interacção social.

O modelo de organização intelectual, de David Ausubel, foi concebido para incrementar a capacidade de processamento de informação, facilitando a recepção de informação e relação de conceitos aprendidos.

O modelo da memória, desenvolvido por Harry Lorayne e Jerry Lucas, tem como propósito potenciar as capacidades de memória.

#### **2.2.4. Modelos pessoais**

Os vários modelos desta família concentram-se no desenvolvimento pessoal e afectivo do aluno (Joyce & Weil, 1985: 159). O conceito que o aluno tem de si próprio e as relações que estabelece com os outros e com o meio, são considerados factores a desenvolver para que este realize mais facilmente aprendizagens. Deste modo, pretende-se que o aluno atinja uma estabilidade emocional, valorize a sua auto estima e estabeleça relações sociais.

O modelo de ensino não directivo, ao qual mais adiante daremos especial atenção, foi desenvolvido por Carl Rogers e propõe o desenvolvimento da personalidade do jovem ao nível do seu auto conceito, do incremento da sua autonomia e do aumento da sua auto estima.

Através da aplicação do modelo de desenvolvimento da consciência, de Fritz Perls e William Schutz, pretende-se que o aluno concretize o seu desenvolvimento pessoal e a sua auto consciência. A compreensão da consciência corporal e sensorial é algo a que os estes autores dão grande importância para que se dê um correcto desenvolvimento do jovem.

Quanto ao modelo cinético, sistematizado por William Gordon, prevê que o aluno desenvolva a criatividade e a capacidade de resolução de problemas.

O modelo de sistema conceptual foi desenvolvido por David Hunt com o intuito de flexibilizar a mente do aluno, estimulando-o a observar e interpretar a realidade de forma mais ampla, desenvolvendo uma personalidade maleável e adaptativa.

No modelo de terapia de grupo, William Glasser propõe como base de trabalho o auto conhecimento e a consciência da responsabilidade que o aluno assume perante o grupo.

#### **2.2.5. Modelos de interacção social**

Este conjunto de modelos baseia-se no estudo das relações que o indivíduo estabelece com os outros (Joyce & Weil, 1985: 233). Parte do princípio que o aluno deverá desenvolver competências sociais, reconhecendo o seu papel perante o grupo, incentivando-o na realização de um trabalho produtivo em conjunto com os seus pares.

Ao aluno é apresentada a realidade social em que se insere, incutindo a sua participação em processos democráticos, trabalhando para o bem comum.

Passemos agora a descrever os modelo pertencentes a esta família, começando pelo modelo de investigação de grupo. Neste modelo, Herbert Thelen e John Dewey propõem ao aluno a sua participação em processos sociais democráticos, combinando as suas capacidades interpessoais e investigação académica, tendo como objectivo o seu desenvolvimento pessoal.

No modelo de investigação social, Byron Massialas e Benjamin Cox, baseiam o trabalho em contexto de sala de aula na resolução de problemas mediante investigação académica e raciocínio lógico.

Quanto ao modelo de métodos de laboratório, Leland P. Bradford, Jack R. Gibb e Kenneth D. Benne preconizavam o desenvolvimento de capacidades individuais e sociais, auto conhecimento e flexibilidade intelectual.

O ensino baseado no modelo da jurisprudência utiliza o exemplo de casos particulares para explicar e resolver problemas de índole social. Este modelo foi gerado por Donald Oliver e James P. Shaver.

No caso do modelo de jogo de papéis, é elaborado um vasto estudo de condutas e valores, centrado nas próprias histórias de vida dos alunos. Os “pais” deste modelo são Fannie e George Shaftel.

Por último, o modelo de simulação social de Sarene Boocock e Harold Guetzkow, estimula os alunos a experimentar diversos processos, avaliando as relações que estabelecem entre si. É um modelo que habitua o aluno a tomar as suas próprias decisões.

#### **2.2.6. Modelos Comportamentais**

Esta família de modelos baseia-se num corpo teórico denominado *behaviourismo*, ou seja, um conjunto de estudos realizados sobre o comportamento humano (Joyce & Weil, 1985: 237). Complementando este corpo teórico são utilizados outros conceitos tais como as teorias da aprendizagem, da aprendizagem social, do comportamento e da modificação do comportamento. Este modelo suporta-se em grande parte nos princípios de controlo de estímulos e reforços, princípios estes com aplicação em diversas áreas, nomeadamente em educação, conduta interpessoal e terapia.

Daremos como exemplo seis modelos, divididos em modelos docentes, conceptuais e redutores da ansiedade.

B. F. Skinner foi o protagonista no desenvolvimento de dois dos modelos aqui incluídos, o modelo de controlo de contingências e o modelo de auto controlo. Estes modelos visam o desenvolvimento de competências sociais e intra pessoais, optimização das aprendizagens de conceitos e interpretação de dados.

No grupo dos modelos redução de stresse e descontração, os investigadores David C. Rimm, John C. Masters e J. Wolpe propõem nos seus estudos a substituição de sentimentos de ansiedade e tensão por um estado de espírito mais sereno, através do estabelecimento de objectivos pessoais. J. Wolpe desenvolve igualmente o modelo de descondicionamento.

Para finalizar esta sumária descrição dos modelos pertencentes a esta família, referimos os trabalhos realizados por Robert Gagné, Karl e Margareth Smith sobre o modelo de treino directo, o qual se dedica aos comportamentos e desenvolvimento de capacidades.

#### **2.2.7. O Modelo não Directivo.**

Carl Rogers (1951) e seus colegas de investigação introduziram na educação uma nova perspectiva, a terapêutica. O trabalho resultante da aplicação deste modelo deve-se a um conjunto de compromissos e inter relações assumidos e estabelecidos pelos alunos, aliados a um forte investimento académico e intelectual (Joyce & Weil, 1985: 162).

Este modelo caracteriza-se pela utilização de algumas técnicas, nomeadamente da entrevista não directiva. Esta é a técnica principal utilizada neste modelo e poderá ser aplicada tanto a um aluno individualmente como a um pequeno grupo de alunos. A aplicação da entrevista não directiva implica a existência de alguns recursos, tal como um local que proporcione tanto ao professor como aos alunos algum grau de privacidade, visto ser um trabalho em que os alunos expõem as suas opiniões, sentimentos, inseguranças e expectativas.

O papel do professor reduz-se ao mínimo funcionando meramente como facilitador, orientando e incentivando os alunos a resolverem as questões com que se vão deparando ao longo da entrevista. O professor deverá incentivar o aluno a assumir um sentido crítico da realidade e a desenvolver capacidades de exame e avaliação de situações que até então lhe eram desconhecidas.

O professor criará um ambiente de comunicação e empatia, mostrando-se sensível e interessado, aceitando sem realizar juízos de valor os sentimentos e opiniões dos seus alunos, mesmo que estes sejam erróneos. Não deverá expressar as suas opiniões, ou aconselhar, somente orientar. Neste clima de aceitação, o aluno sentirá a segurança para assumir as suas inseguranças e corrigir eventuais posições menos positivas, passando a ter maior capacidade de iniciativa e autonomia.

Com este modelo pretende-se que o aluno se integre e se auto valorize no seio da turma, assumindo-se como uma peça importante no decurso de todo o processo de aprendizagem. O ensino é centrado no aluno, sendo este responsável pelas suas aprendizagens, decidindo ele que caminho tomar, conforme as suas necessidades.

Ao aplicar a entrevista não directiva, o professor provocará no aluno uma série de reacções de forma a confronta-lo com a realidade e consigo próprio. Assim o aluno passará por um processo de crescimento pessoal, realizando as seguintes etapas: numa fase inicial o aluno libertará de forma catártica os seus sentimentos e de modo intuitivo irá criar uma nova concepção do seu “Eu”. O aluno confrontando-se com uma nova realidade, estipulará novos objectivos, passando a agir autonomamente, ganhando assim uma maior autoconfiança. Este processo repetir-se-á as vezes necessárias no decurso das várias aprendizagens.

A entrevista não directiva obedece a uma sequência de fases, as quais deverão ser respeitadas de modo a que se obtenha o efeito pretendido.

-Numa primeira fase terá que se definir qual a situação a abordar. São normalmente situações das quais os alunos sintam alguma dificuldade em resolver. Poder-se-á simplesmente ter como objectivo debater e explorar um determinado tema do interesse do ou dos alunos, resolver uma situação de conflito ou realizar uma planificação de aprendizagens para um determinado período de tempo. O professor incentivará os seus alunos a expressar abertamente os seus sentimentos;

-segue-se uma fase exploração do problema, altura em que os alunos se apercebem dele e o definem. O professor ajuda os seus alunos a traduzirem em argumentos pragmáticos as suas intervenções emocionadas;

-numa terceira fase compreender-se-á o problema. O professor promove a discussão deste;

-na quarta fase da entrevista não directiva, realizar-se-ão as primeiras planificações e tomar-se-ão as primeiras decisões. O professor reforça as primeiras decisões tomadas pelo aluno.

-a fase designada de *integração*, servirá como ponto de partida para que o aluno se comprometa a cumprir todas as decisões tomadas nesta entrevista. Todo o trabalho a realizar será definido nesta fase.

Após a realização da entrevista o aluno sentir-se-á motivado e adestrado para realizar as suas tarefas, de forma autónoma e em sintonia com o professor e os demais colegas. A partir da realização deste tipo de entrevistas podem-se elaborar contratos de aprendizagem, sendo desejável a participação dos encarregados de educação.

Do leque de modelos anteriormente descritos, consideramos que o modelo de ensino não directivo poder-se-á aplicar facilmente no contexto dos cursos em estudo, gerando um ambiente de trabalho facilitador da aquisição de aprendizagens. Dada a especificidade destes cursos e ao perfil de aluno que usualmente os frequenta, o modelo não directivo poderá servir como uma boa

base de trabalho para que os professores rentabilizem mais eficientemente o seu tempo por via da participação e responsabilização dos alunos no decurso do trabalho de sala de aula.

## **2.3. A Teoria das Inteligências Múltiplas.**

### **2.3.1. O direito á Diferenciação Pedagógica - uma análise a nível meso**

A diferenciação pedagógica como princípio de acção em Portugal tem como base de inspiração a Conferência Mundial sobre a Educação para Todos levada a cabo em Jomtien, Tailândia, em 1990, e pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais ocorrida em Salamanca, quatro anos mais tarde.

Assim, declara-se no capítulo I, ponto 7, que “O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola”

Consignada na Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei nº46/86 de 14 de Outubro, que garante “assegurar às crianças com necessidades educativas específicas, (...) condições adequadas ao seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades”, a diferenciação pedagógica é uma realidade nas escolas portuguesas. Estas têm por obrigação proporcionar a todos os alunos as condições necessárias para o seu desenvolvimento



intelectual, físico, social e estético, motivando-os, explorando as suas aptidões e valorizando todo o seu capital cultural. Posto isto, considerámos pertinente a inclusão nesta revisão bibliográfica de uma abordagem ao tema das inteligências traduzidas nas aptidões individuais de cada um, segundo o autor norte-americano Haward Gardener.

Tendo em consideração que todos os indivíduos diferem nas suas capacidades e motivações, Gardner (1995) e a sua equipa de trabalho propuseram-se a elaborar um conjunto de estudos relacionados com as aptidões e competências desenvolvidas desde a infância. Estes estudos deram origem à concepção de um modelo pedagógico cujo objectivo era o de reformar o sistema de ensino Norte Americano.

Desde a antiguidade que o se teoriza acerca do auto-conhecimento, desenvolvimento da mente e da inteligência humanas. Adágios como “Conhece-te a ti mesmo” proferido por Sócrates, “Todos os homens desejam o saber” de Aristóteles, ou o célebre “Penso, logo existo “ de Descartes, constituem prova de que o homem busca incansavelmente uma explicação para um conceito tão abstracto como o de *Inteligência*.

Questionado sobre qual a definição mais correcta de inteligência, e na sequência de estudos sobre o *potencial humano*, Gardner (1995) encontrou-se motivado para encetar estudos naquilo que viria mais tarde a ser a Teoria das Inteligências Múltiplas.

Nestes parágrafos que se seguirão descrever-se-á o modelo das Inteligências Múltiplas, sistematizado por Haward Gardener (1994) e tecer-se-ão algumas considerações relativamente à sua aplicação no campo da Educação.

### **2.3.2. Síntese da Teoria das Inteligências Múltiplas**

Tendo em conta que a medição do Quociente de Inteligência (QI) através de testes de baseados na aferição do potencial linguístico e lógico-matemático dos

indivíduos, se tinham revelado insuficientes para conhecer o seu potencial intelectual, tornou-se premente investigar mais a respeito das capacidades intelectuais humanas, ou seja, acerca das várias formas de inteligência. Estudos na área da neuropsicologia revelaram que o sistema nervoso não se limita a servir um único propósito, mas sim revela-se como sendo o centro de inúmeras operações, havendo por parte de cada indivíduo uma maior ou menor apetência para as realizar “[...] a mente é um instrumento multifacetado, de múltiplas componentes, que não pode, de qualquer maneira legítima, ser capturada num simples instrumento estilo lápis e papel.” (1995: 65).

Para a sistematização da Teoria das Inteligências Múltiplas Gardner, (1994), focalizou a sua atenção em estudos relacionados com as actividades do ser humano e suas capacidades para as desempenhar. Com a intenção de isolar teoricamente as várias inteligências, o investigador estudou casos de indivíduos com lesões cerebrais, em que se verificou a supressão de algumas das capacidades e a manutenção de outras, realizou estudos com crianças sobredotadas e crianças ditas normais, e com indivíduos autistas, e *idiots savants*, portadores de um grande défice de competências mas simultaneamente a gozar de uma capacidade invulgar para a realização de uma tarefa específica. A inteligência passa a ser considerada como a capacidade que o ser humano tem para processar informação, realizar tarefas, gerar competências relacionadas com as várias áreas do saber, e desenvolver produtos com vias à resolução de problemas. Assim, isolou sete inteligências específicas mas que frequentemente se manifestam em conjunto. São estas as inteligências Linguística, Musical, Lógico-Matemática, Espacial, Corporal-Cinestésica e as inteligências intra e inter Pessoais.

### **2.3.3. A Inteligência Linguística**

A inteligência linguística manifesta-se na capacidade do indivíduo distinguir e utilizar sons, ritmos e palavras, transmitindo mensagens. A transmissão oral ou escrita de mensagens, bem como o seu registo, assume primordial importância

em profissões como a de vendedor, político, professor, ou em actividades como a de escritor ou poeta. O domínio da linguagem permite alguém convencer, agradar, seduzir ou transmitir mensagens. Esta sensibilidade para utilizar correctamente a linguagem pode-se identificar nas crianças através das histórias originais que criam e contam ou do relato que fazem de experiências vivenciadas.

#### **2.3.4. A Inteligência Musical**

Esta inteligência revela-se na capacidade de identificar sons, ritmos e timbres, apreciando-os, reproduzindo-os ou compondo peças musicais. Esta capacidade de criar e manipular sons de forma harmónica percebe-se nas crianças quando estas se expressam produzindo sons e cantando.

#### **2.3.5. A Inteligência Lógico-Matemática**

Esta é a capacidade para trabalhar em abstracto. É a demonstração de sensibilidade para a ordem, para os padrões e para sistematizações. Tanto cientistas como matemáticos gozam deste tipo de inteligência, apesar das suas motivações diferirem. No caso dos cientistas, o que os move é a busca de explicações para fenómenos da Natureza, enquanto que os matemáticos realizam um trabalho de relações e operações no abstracto. Crianças com facilidade em contar e realizar operações aritméticas, têm mais probabilidades de desenvolverem esta inteligência.

#### **2.3.6. A Inteligência Espacial**

A inteligência espacial é referida por Gardner, (1995) como a inteligência dos arquitectos, engenheiros e artista plásticos. É a habilidade para manipular formas a duas e três dimensões, perceber e visualizar objectos no espaço. Designers, escultores, arquitectos e pintores utilizam a capacidade de imaginar,

conceber e produzir formas volumes e objectos, dando solução aos desafios com que se deparam. Crianças com facilidade para a resolução de quebra-cabeças espaciais, vocação para a produção de desenhos ou outros trabalhos plásticos e uma propensão para a observação de pormenores, poderão manifestar esta inteligência.

#### **2.3.7. A Inteligência Corporal-Cinestésica**

Do desenvolvimento desta inteligência resulta um apuramento das motricidades fina e grossa. É observável pela facilidade do indivíduo executar exercícios ou realizar produtos utilizando partes ou a totalidade do corpo. É a inteligência que tanto desportistas e bailarinos como de artistas plásticos e dramáticos mais utilizam. Na infância poder-se-á detectar uma maior possibilidade de desenvolvimento desta inteligência em crianças que demonstrem graciosidade de movimentos, resposta pronta a estímulos musicais e bom desempenho físico.

#### **2.3.8. A Inteligência Interpessoal**

Pode-se considerar que esta inteligência se relaciona com a capacidade de lidar adequadamente com os estímulos, humores, expectativas, desejos e respostas dadas pelo outro. É a forma assertiva de resolver situações que dependem também de outrem. Verifica-se em crianças com facilidade de conviver com os seus pares e com sensibilidade para compreender as suas necessidades.

#### **2.3.9. A Inteligência Intrapessoal**

Esta inteligência é a congénere individual da inteligência anteriormente descrita. Trata-se da capacidade do indivíduo se auto conhecer, perceber os seus limites e as suas potencialidades, utilizando esse conhecimento em

proveito próprio. Devido a ser uma inteligência muito pessoal, esta só se observa pela manifestação das todas as outras.

### **2.3.10. As implicações educacionais da Teoria das Inteligências Múltiplas**

Uma teoria como a apresentada constitui exemplo de um bom instrumento de operacionalização de estratégias de diferenciação pedagógica. Gardner, (1995) e seus correlegionários defendem a educação centrada no aluno como uma realidade a cultivar, pois a cada aluno corresponde uma forma particular de perceber e interpretar a realidade. Cada indivíduo gera soluções e cria produtos consoante as suas habilidades.

Gardner propõe à escola uma perspectiva de ensino centrado no aluno, atribuindo ao professor novos papéis e incumbências, nomeadamente as de:

- Especialista em avaliação;
- agente do currículo para o aluno;
- agente da escola-comunidade.

No primeiro caso trata-se de repensar todo o sistema de avaliação, não limitando a aferição das competências adquiridas pelos alunos meramente pela aplicação de testes padronizados, beneficiando aqueles que manifestam predominantemente inteligência linguística e lógico-matemática.

A avaliação terá como função tanto a aferição dos conhecimentos dos alunos, como se assumirá como instrumento formativo veiculado aos vários actores educativos, sejam estes os professores ou os encarregados de educação, permitindo assim um correcto acompanhamento e percepção das potencialidades e constrangimentos dos aprendentes.

Em segundo lugar, a escola deverá a partir da elaboração de uma eficiente caracterização das capacidades e apetências dos seus alunos, realizar um

bom encaminhamento vocacional destes, canalizando-os para cursos ou áreas adequados (Gardner, 1995: 66). Assim, esta linha de pensamento poderá auxiliar os professores na prossecução de uma gestão curricular adequada. Consequentemente, a abertura de cursos e a formação de Conselhos de Turma, deverá ter em conta as características dos alunos que os irão futuramente frequentar. Desejavelmente, dever-se-á apoiar os docentes nesta tarefa de aproximação do ensino às capacidades dos seus alunos oferecendo formação específica e fornecendo os recursos suficientes para a leccionação dos conteúdos curriculares destes cursos.

Segundo a Teoria das Inteligências Múltiplas, não se torna obrigatoriamente necessário que as políticas educativas e gestionárias da escola mudem radicalmente para que se possa operar dentro dos seus moldes, bastando somente que se adequem os métodos pedagógicos existentes. Derivado à grande complexidade de todo o processo educacional, a escola é coadjuvada no cumprimento das suas funções por outras pessoas e instituições. Conclui-se ser fundamental o compromisso dos encarregados de educação no percurso escolar dos seus educandos tal como o apoio e envolvimento de instituições de cariz cultural, profissional e comercial.

### **3.º Capítulo - A Escola e a relação com o Meio**

#### **3.1. A relação da Escola com a Comunidade**

##### **3.1.1. Parcerias e Partenariado**

Da mesma forma que os professores interagem de forma a atingirem os seus objectivos, também os estabelecimentos de ensino geram relações de parceria com empresas e instituições, públicas e privadas, a fim de concretizarem os seus intuitos. O partenariado e a criação de relações de parceria são actualmente estratégias amplamente utilizadas por empresas e instituições, que gerando sinergias e agregando recursos, conseguem mais rapidamente e menos onerosamente atingir as suas metas.

##### **3.1.2. Origens e desenvolvimento do partenariado na política nacional**

Analizando a temática do Partenariado no nosso país, (Rodrigues & Stoer 1998), pode-se afirmar que se enquadra em duas correntes principais:

A primeira, defende que o partenariado não constituiu um princípio de acção tradicional. Observando por exemplo o sector rural, assente ancestralmente na produção agrícola em pequenas explorações particulares (minifúndios), ao invés de se verificar um sentimento de cooperação, percebia-se um forte sentido de territorialidade entre vizinhos. Outra corrente de opinião, defende o partenariado como uma prática vulgarizada, estando este consignado no direito de estabelecimento de sociedades, desde o séc. XIX.

Consideremos que o partenariado como princípio de acção, se consolidou com o surgimento das Misericórdias. Fundadas e geridas pela Igreja Católica, as Misericórdias forneciam um serviço social apoiado por um poder estatal muito

centralizado. Esta orientação viu o seu auge no período Salazarista do Estado Novo, época em que a fronteira entre Igreja e Estado se encontrava muito esbatida.

A designação formalizada de partenariado tem a sua aparição em Portugal com a introdução de Programas oriundos da Europa Comunitária. A designação de partenariado fica conotada com parcerias entre países, passando assim a assumir uma dimensão transnacional.

Pela mão da economista Manuela Silva, foram implantados projectos de “desenvolvimento comunitário”. Inicialmente integrando o Gabinete de Estudos Sociais e posteriormente como directora do Serviço de Promoção Social, Manuela Silva desenvolve trabalhos segundo uma linha de pensamento alternativa à corrente principal, partidária de que desenvolvimento se resumia a crescimento económico.

Desafiante ao regime totalitarista vigente, Manuela Silva estimula o trabalho das populações e instituições locais, em parceria, com o fim da resolução dos seus problemas.

Tomando o desenvolvimento como resultado de uma prática multidisciplinar, Manuela Silva acredita numa actividade baseada em projectos experimentais, explorando as potencialidades de líderes locais, designados por ela como “forças vivas”, e conjugando esforços com as populações locais. Citando Silva, (1964: 498), “A técnica de desenvolvimento comunitário implica a união de esforços entre populações locais e poderes públicos, com vista à melhoria da situação económica, social e cultural do país ou da região”.

Numa perspectiva de operacionalização de um modelo de cooperação para uma optimização das condições socioeconómicas dos portugueses, surge a redacção de documentos preparatórios da proposta de IV Plano de Fomento, fomentando a articulação dos sectores da saúde, trabalho e segurança social.



Esta série de documentos, refere a urgente necessidade de conformar a actuação dos agentes económicos, com vista uma maior satisfação das necessidades colectivas relativamente a factores como a educação, cultura, habitação, transportes, entre outros.

No início da década de setenta, o país assistiu ao desaparecimento de uma filosofia de cooperação e desenvolvimento comunitário multidisciplinar, com a extinção do Serviço de Promoção Social. Dois anos depois, dar-se-á a revolução de Abril, e com ela o surgimento um novo projecto societal.

O ano de 1974 veio gerar um novo sentimento no povo português, de mais solidariedade, iniciativa, e de maior entusiasmo no que se refere a associativismo.

Alberto Melo, director geral da Educação Permanente, entre Novembro de 75 e Julho de 76, promove acções de ensino de adultos, com a particularidade de serem realizadas por associações locais em conjunto com departamentos governamentais. Nesta linha, a Campanha Nacional de Alfabetização deu um contributo notório, centrando a questão da alfabetização na comunidade e não no indivíduo. Nestes moldes, foram criadas inúmeras associações populares de educação.

O sucesso destas acções, cuja tónica foi o partenariado, deveu-se a um conjunto de factores dos quais se destacam, o súbito entusiasmo popular, o vazio de poder observado após a queda do regime ditatorial e a forte iniciativa da Direcção Geral do Ensino Permanente (DGEP).

Se os meados dos anos setenta foram o trampolim para a propagação deste princípio de acção, os anos oitenta com a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia, representaram o auge deste espírito. A proposta de programas de desenvolvimento a partir de fundos vindos de Bruxelas, despoletaram uma vaga de iniciativas nunca antes observadas no nosso país. Prevista nas candidaturas a estes programas, estava a exigência

de parceria, pelo que as instituições compulsivamente procuraram os seus parceiros.

Parceria passa a ser a “palavra-chave” em bastantes documentos oficiais emanados nessa época.

Críticos a estes programas acusam o Estado Português de não ter tido a capacidade de accionar mecanismos de normalização contratual e cultural da sociedade portuguesa.

Os primeiros anos da década de noventa, foram férteis na celebração de acordos relacionados com salários e preços, saúde, formação profissional e higiene e segurança no trabalho. Assim comprometeram-se parceiros sociais, numa tentativa de supressão da crise, modernização de alguns sectores e manutenção de postos de trabalho.

No âmbito do Programa Europeu para a Integração Socioeconómica de Grupos Menos Favorecidos, foram desenvolvidos perto de uma centena de projectos, tendo sempre o parceria como metodologia central, tanto na realização destes, como na sua avaliação. Factores como a articulação de recursos, metodologias e estratégias, a necessidade de adopção de conceitos e objectivos-chave, a optimização da comunicação interna ou com instituições externas ao projecto, são aspectos fortemente avaliados, sempre sendo o parceria, elemento central.

Acompanhando esta tendência de realização conjunta de projectos de índole social, nasce em 1991 a Direcção Geral de Acção Social.

Em 1993, com o intuito de resolver problemas de habitação, surge o Programa Especial de Realojamento, que expressamente referia o interesse de estabelecimento de protocolos entre a administração central, o poder local e organizações não lucrativas de solidariedade social.

É digno de menção, o facto de o parceria ter tido uma expressão heterogenia no nosso país, diferenciando entre zonas rurais, semi rurais e urbanas.

Percebe-se que entrecruza o conceito europeu mais formal, com o conceito de parceria, baseado em lógicas sociais e culturais locais.

As políticas de orientação social em Portugal, sofreram desde os anos sessenta uma forte influência externa, sobretudo europeia. Com a sua integração na Europa Comunitária, Portugal absorveu quase na sua totalidade, orientações europeias de cariz social.

Após a mudança de regime em 1974, Portugal, que até aí assumia um papel de complementaridade no que dizia respeito a políticas de apoio social, passa agora a se comprometer como provedor de bem-estar a populações incapazes de acompanhar o mercado, em campos como a saúde, a habitação ou a educação.

Enquanto que durante o anterior regime a provisão de bens e serviços básicos era coadjuvada pela acção de relações de parentesco, amizade ou vizinhança, agora o estado compromete-se na sua totalidade a minimizar estas carências.

Portugal partiu para a implementação de um estado de bem-estar universal em desvantagem em relação a outros países europeus, por dois motivos principais: Por um lado, atravessava um período de grande adversidade em termos sociopolíticos; para além das mudanças políticas mais ou menos conturbadas que aqui se operavam, estava a atravessar-se um período de acentuada recessão económica.

Devido a isto, o sentido das orientações político-sociais nacionais pautavam pelo “estatismo, colectivismo e pelas virtudes do público”, enquanto que as orientações dos restantes países europeus sublinhavam o “civilismo, individualismo e privatismo”.

Portugal investiu seriamente implementando as seguintes medidas:

- 1) A criação de um sistema integrado de segurança social;

2) a compensação de vários riscos e situações relacionadas com o trabalho (maternidade, infância, acidentes de trabalho e doenças profissionais);

3) a criação de um sistema nacional de saúde;

4) a instituição do salário mínimo nacional.

As mudanças resultantes da aplicação destas estratégias, geraram para além da polarização entre intervenção estatal e iniciativas privadas, normalmente sem fins lucrativos, também no desenvolvimento de uma sociedade de bem-estar, mais ainda do que um estado de bem-estar.

Assim, relativamente à nossa realidade, podemos definir três períodos distintos na evolução da sociedade de bem-estar:

- Um período de aumento de implantação de políticas distributivas, quer através do aumento dos salários directos, quer pela implementação de políticas sociais ou salários indirectos.

- Com o advento da integração de Portugal na Comunidade Europeia nos anos oitenta, uma desvalorização progressiva dos direitos sociais, a par de uma remercadorização de bens e serviços.

- A integração portuguesa na União Europeia e em consequência uma influência notória de Bruxelas quanto a avaliação e reorientação da provisão social.

Na década de oitenta observou-se o aparecimento de duas tendências de orientação da política social, no que respeita à sua privatização: uma propunha uma revisão constitucional no sentido de *facilitar a penetração das provisões mercantis no domínio social*, outra no sentido de *transferir equipamento e benefícios sociais para a administração privada*.

Estas medidas foram amplamente aceites, verificando-se a transferência de bens sociais para instituições sem fins lucrativos, aliviando o estado de uma responsabilidade financeira no domínio do apoio social.

### **3.1.3. Âmbito e forma dos Partenariados na actualidade**

O Partenariado é tomado actualmente como uma nova forma de solidariedade. Numa época de “destraditionalização” das nações, em que a globalização se torna incontornável, palavras como “partenariado” e “rede”, fazem cada vez mais sentido na formação de consensos a nível mundial.

No nosso país, prevalecem as velhas formas de solidariedade, aliadas a novos modos de pensar e agir, com o propósito de atingir objectivos.

Após análise de alguns casos de partenariado ocorridos no nosso país, poder-se á concluir que os seus objectivos podem ser inseridos em dois dos três modelos de partenariado propostos por (Craig 1994), nomeadamente os de provisão (*delivery*), e de acção, (*agency*), não tendo sido observado um número relevante de casos que se englobassem no modelo de Intermediação” (*brokerage*).

O modelo de provisão provem de objectivos de:

- a) Desenvolvimento de infra-estruturas a nível local;
- b) distribuição de serviços e afectação de recursos para a sua provisão;
- c) desenvolvimento de novas ideias para a distribuição de serviços e,
- d) contributo para a mudança de atitudes para e valorização das culturas locais.

O modelo de acção está relacionado com objectivos que considerem:

- a) A provisão como um factor de menor importância,
- b) a elaboração de programas para provisão;
- c) a distribuição de recursos para os serviços e organizações. (Craig 1994)

O modelo de provisão é grandemente observado em programas cujo princípio de acção é o partenariado, princípio este de cariz formal e institucional, enquanto que o modelo de acção se encontra em iniciativas em que a relação entre as partes se identifica com o conceito de parceria, mais informal e menos definido, operando-se normalmente entre organizações de mediação local. Nestes casos a relação de parceria, coexiste com o de partenariado.

Os programas e iniciativas de desenvolvimento social, têm como intuito apoiar tanto a grupos populacionais, agregados familiares e indivíduos que se encontrem em situação de precariedade ou exclusão social, como a associações e micro empresas que desempenhem um papel de sustentabilidade do local onde se inserem. Nestes casos, é assumida entre as partes uma postura de parceria, por vezes geradora de ambiguidades e frequentemente demasiado informal, em que se confunde relação de parceria com relação colegial ou de amizade, não havendo uma definição concreta de papéis e “regras do jogo”.

Neste sentido, prevê-se a avaliação de candidaturas de projectos, estabelecendo-se requisitos mínimos para a formação de relações de partenariado, por exemplo, a existência de objectivos comuns entre parceiros, um visível sentido de responsabilidade e definição de regras.

Parece ponto assente que os partenariados formais gozam de grande credibilidade, pelo facto de se suportarem em fundos garantidos, em grande parte provenientes da Comunidade Europeia. Associações e organizações não governamentais acreditam ser possível a realização de projectos não dependentes de financiamentos externos, desde que apoiadas por entidades mediadoras que funcionem como *interface* entre parceiros, entidades estas que estimulam e promovem consensos, tão necessários em projectos comuns.

Assim poder-se-ão seleccionar algumas vantagens e desvantagens que advêm do trabalho em partenariado. No caso das vantagens temos:

- a) a reunião de recursos num fundo comum;
- b) a aquisição de conhecimentos com base em saberes comuns;
- c) a visibilidade dos projectos;
- d) a possibilidade de influenciar políticas nacionais, (propiciam a formação de grupos de pressão);
- e) a facilidade de criação de estruturas locais com fins variados;
- f) o reforço da confiança, colaboração e reciprocidade.

Como desvantagens constata-se:

- a) a concepção flexível do trabalho. Normalmente estes projectos afastam-se de uma base contratual tradicional, com factores garantidos como por exemplo um salário fixo ao fim do mês, não sendo tão cativante;
- b) a ilusão da ajuda externa. Normalmente estes projectos são financiados por programas que exigem um mínimo de garantias para uma boa aplicação dos seus fundos. Frequentemente, estas garantias tornam-se difíceis de dar, e os fundos muitas vezes canalizados indevidamente;
- e) o desperdício de tempo em negociações entre parceiros, por vezes por cada um deles possuir diferentes lógicas de acção e diferentes concepções de desenvolvimento;
- f) o voluntarismo ingénuo no que diz respeito a políticas sociais.

Segundo o ponto de vista das organizações empregadoras, a União Europeia continua a fomentar o partenariado, estimulando o trabalho em associação de empresas (joint ventures), tal como o estabelecimento de redes com a finalidade de criar e manter contactos entre empresas de diferentes países, especialmente os mais desfavorecidos como é o caso de Portugal. Para tal, tem-se organizado anualmente o Europartenariat.

Da parte das empresas portuguesas tem-se percebido um grande interesse neste tipo de eventos principalmente pelo facto de se estabelecerem relações propícias à abertura de novos mercados.

Ao nível da indústria as relações de partenariado têm se estabelecido sobretudo entre parceiros económicos, mas também de uma forma mais tímida entre empresas e autarquias. As entidades empregadoras consideram que os

sindicatos continuam a manifestar as suas preocupações principalmente no que diz respeito a questões salariais, em vez de se focalizarem nos direitos sociais e humanos básicos. Esta tendência poderá ser contrariada por pressões externas, nomeadamente da união Europeia, através de estratégias endógenas com a finalidade de resolução de problemas nacionais básicos.

Assim poder-se-á perceber a postura centralizadora que o Estado Português assume, apesar de possuir um fraco poder de provisão. O Estado desenvolve mecanismos de controlo, em vez de assumir um papel de interlocutor com outros agentes, não propiciando uma relação construtiva entre este e outros promotores sociais. Apesar desta tendência centralizadora, verifica-se a existência de uma sociedade de providência, promovida por redes de micro solidariedades, de relação mais ou menos informal.

Continua-se a observar uma grande implantação de programas orientados por instituições relacionadas com a Igreja Católica, a par com outras organizações, como são o caso de Associações de Pais. Poderemos afirmar seguramente que estes programas continuam fortemente ligados ao poder central, nomeadamente em termos financeiros, questionando-nos quanto à sua autonomia real.

Na sequência da aplicação de políticas tendo em conta o desenvolvimento de um Estado de bem-estar, constata-se a existência de três linhas de percurso: uma que refere o reconhecimento e consagração de direitos sociais; outra relativa à territorialização das medidas tomadas, em grande parte pela existência de grandes assimetrias socioeconómicas ao longo de todo o território nacional, e uma terceira, de fragmentação das medidas e programas aplicados, ao invés de uma coerência entre projectos levados a cabo numa determinada região.

Conclui-se também a importância da influência da União Europeia, no que concerne à promoção de programas, com a finalidade de resolver problemas sócio económicos, reforçando partenariados interinstitucionais, tendencialmente mais formais e plurisectoriais.



### **3.1.4. O partenariado como princípio de acção no Sistema Educativo Português**

Em Portugal, o partenariado tem sido nos últimos vinte anos uma forma de consolidar projectos conducentes à concretização da política educativa prevista na Lei de Bases de Sistema Educativo (Lei nº. 46/86, de 14 de Outubro).

O Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal, vulgo PRODEP, constou de uma série orientações, incluídas no Quadro Comunitário de Apoio, suportadas por pacotes financeiros provenientes de Bruxelas, que se propunham contribuir para:

- "...generalizar o acesso à educação, preconizando uma expansão acentuada do número de alunos no sistema e estabelecendo metas para as taxas de escolarização;"
- "...modernizar as infra-estruturas educativas, preconizando a conservação e expansão do parque escolar, o reforço da construção de espaços desportivos, a generalização de acesso à informática e o desenvolvimento das mediatecas escolares."
- "...melhorar a qualidade da educação através da promoção de sucesso educativo, do desenvolvimento da formação e orientação vocacional e da formação continua de professores" <sup>1</sup> (in Cadernos "A Evolução do Sistema Educativo e o PRODEP").

O Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal (PRODEP) ajudou a proporcionar uma renovação no parque escolar, pela construção de novas infra-estruturas e na manutenção de outras já existentes, mas também fomentou a formação de professores por via de acções de formação desenvolvidas pelos centros regionais de formação, tal como pelas Profissionalizações em Serviços conferidas por Escolas Superiores de Educação, financiadas por estes mesmos fundos.

Outro tipo de protocolos são firmados entre escolas, empresas e autarquias, respeitantes a realização de estágios profissionalizantes, ministrados a alunos finalistas ou em frequência de Cursos de Educação e Formação, com vista à sua inserção na vida activa. Escola e entidades empregadoras laboram juntas, com o intuito de reduzir a exclusão social, por parte de alunos sinalizados por serem portadores de dificuldades cognitivas, desmotivação em relação à escola e idade acima da escolaridade obrigatória.

### **3.2. As relações Escola / Família**

A celebração de relações de parceria entre os estabelecimentos de ensino e instituições ou empresas representam um factor importante na gestão das escolas. O papel das escolas na região a que pertencem passa frequentemente para além do propósito de ensinar. A integração de jovens na vida activa, particularmente jovens em risco é cada vez mais uma responsabilidade atribuída à escola. Escola e empresas assumem responsabilidades partilhadas no campo da inserção social e laboral de jovens, nomeadamente em contextos de ensino técnico-profissional. A participação dos pais e encarregados de educação na vida da escola reveste-se de particular importância pois frequentemente constituem elos de ligação entre a escola e as empresas. A escola através dos seus órgãos de gestão intermédia, designadamente os Directores de Turma e os Coordenadores de Curso, estabelece a comunicação tanto com empresas como com encarregados de educação, com o intuito de informar, recolher informações, perceber necessidades ou expectativas. Funcionando as escolas (como no caso da escola em que se baseou a presente investigação) em ambiente de multiculturalidade, a comunicação entre os Directores de Turma e os encarregados de educação, torna-se por vezes difícil e delicada, porém imperativa.

### **3.2.1. A diversidade Cultural nas escolas de hoje**

De facto a sociedade actual revela-se cada vez mais heterogénea, culturalmente, social e economicamente, e esta realidade reflecte-se na escola. Sobretudo nos centros urbanos e litoral, pode-se constatar que a escola acolhe no seu seio alunos cujas proveniências se estendem aos cinco continentes, sendo estes, detentores de culturas e formas de encarar a vida e interpretar a realidade completamente distintas. Inclusivamente as expectativas que os alunos depositam no seu futuro e as representações que fazem da escola diferem abismalmente, condicionando directamente o seu desempenho escolar.

Relativamente ao distanciamento cultural dos alunos em relação à cultura da escola percebe-se ser um factor relevante e comprometedor do seu sucesso. Tal como, Luísa Cortesão (1978:52) refere, “ Esta distância que separa a cultura que as crianças possuem, da cultura que a escola reproduz e sanciona, foi interpretada em termos de handicap cultural, handicap esse que se procura vencer na escola com actividades de compensação.”

Reforçando este argumento, Pierre Bordieu, (1970:100), refere que quanto menor a distância entre a cultura escolar e a cultura do meio de pertença, (cultura ligada à socialização) maior será a taxa de sucesso.

De facto cabe à escola colmatar este fosso cultural, fazendo uma gestão mais personalizada tanto pedagógica como de recursos, adaptando os conteúdos leccionados em algumas disciplinas ao(s) publico(s) alvo(s) que tem perante si, fornecendo recursos a alunos mais carenciados.

.

Na tomada de decisões respeitante à abertura de Cursos de Educação Formação, há que ter em consideração a realidade social da região onde a escola se insere, o seu tecido industrial e as suas necessidades reais. Não é legítimo formar alunos numa determinada área profissional para a qual a região não tem necessidade, só pelo facto de a escola possuir os recursos físicos e humanos para o fazer. A escola tem obrigação de ir mais além e proporcionar

formação aos docentes nas áreas realmente necessárias e adquirir meios e equipamentos para assim poder abrir os cursos mais adequados, possibilitando assim a formação de técnicos qualificados com possibilidades de integração imediata no mercado de trabalho.

### **3.2.2. O Papel do Director de Turma**

O cargo de director de turma reveste-se de uma multiplicidade de funções e competências como talvez nenhum outro actor, nesta organização complexa que é a escola.

Cabe ao director de turma cf. (Coutinho 1998:34) conhecer cada aluno e seus antecedentes no que se refere ao seu rendimento escolar, capacidades, interesses e dificuldades, a relação do seu rendimento escolar com a média do rendimento da turma, o seu grau de integração na turma, a sua postura perante a escola, a sua relação no seio da família, personalidade, entre outros factores.

Quanto às suas tarefas em relação à turma, o director de turma tem por obrigação esclarecer qual o seu papel e campo de acção, dar informações relativas a reuniões de avaliação, dar a conhecer as orientações da escola e quais as saídas profissionais dos seus alunos.

Deverá conhecer a turma no tocante ao seu aproveitamento geral, ao seu contexto socio-económico, expectativas de futuro principalmente de índole profissional, a dinâmica do grupo-turma e a proveniência dos novos alunos que integraram a escola.

O director de turma proporcionará um clima de confiança incutindo um espírito de cooperação entre os alunos da turma e deverá fomentar uma maior participação da turma na vida da escola, participando e promovendo actividades e acções, bem como recolhendo sugestões e informações referentes à vida da escola.

Inerente a este cargo, está também o acompanhamento aos alunos com maiores dificuldades, àqueles que manifestarem um desejo de participação e o apoio aos seus projectos.

A família tem uma importância vital no percurso escolar dos seus educandos, e por esse facto, cabe ao director de turma informar os encarregados de educação sobre todas as actividades da escola, sobretudo as directamente relacionadas com a turma, como por exemplo o calendário de visitas de estudo. Terá de pôr ao corrente os encarregados de educação no que diz respeito ao comportamento e aproveitamento dos seus educandos.

É igualmente desejável que o Director de Turma leve a cabo uma recolha de informações sobre o aluno e sua vida familiar, solicite sugestões e incuta uma atitude positiva e activa perante a escola, se possível, e quando necessário, contribuir para a construção de um bom ambiente familiar, propício ao desenvolvimento do aluno.

Frequentemente, é atribuído o cargo de director de turma a docentes que não possuem competências básicas para o exercício desta função, pois esta incumbência é dada na maioria das vezes para completar horário. No contexto nacional de grande mobilidade docente, a professores que chegam pela primeira vez a uma escola é amiúde atribuído este cargo sem que haja uma conversa prévia para se perceber se o docente em questão possui ou não estas competências. Não se verifica na maioria dos casos uma selecção eficiente dos futuros directores de turma.

Em muitos casos, é o director de turma, aquele que influencia mais o desempenho e a postura geral da turma, pois é da sua responsabilidade a comunicação entre todos os actores no processo educativo.

### **3.2.3. A participação dos Encarregados de Educação na vida escolar dos seus educandos**

A conjuntura social actual dificulta a participação dos encarregados de educação, ou muitas vezes desculpabiliza estes por esta falta. Pretende-se desde já esclarecer a nossa preferência pela utilização do termo encarregados de educação em vez de pais: o conceito de família evoluiu para uma estrutura frágil e instável, sendo que se verificam inúmeros casos de famílias monoparentais, crianças que vivem com tios, avós, que hoje vivem com um parente e amanhã já poderão viver com outro. A estabilidade e consistência da família não parece mais ser um valor a cultivar, mas algo quase aleatório, que se pode ou não atingir. Também a chegada ao nosso país de cidadãos de outras culturas tem contribuindo para este facto; os conceitos de família são diferentes de continente para continente, de religião para religião ou entre diferentes sistemas políticos.

Em muitos casos percebe-se que os encarregados de educação assumem uma certa anomia em relação ao percurso escolar dos seus educandos, pelo facto de nunca terem tido na sua vida um contacto efectivo com a instituição escola. Verifica-se que encarregados de educação portadores de uma escolaridade precária, dificilmente se deslocam à escola, sentindo-se inibidos em participar em reuniões de encarregados de educação, em fazer contactos regulares com o director de turma ou mesmo tratar de assuntos administrativos com a escola, pois receiam não reunir competências para tal. Como estratégia para motivar os encarregados de educação a estabelecerem uma relação mais estreita com a escola e consequentemente a criar hábitos de participação na vida escolar dos seus educandos, a escola poderá organizar encontros informais envolvendo pais, alunos, professores e funcionários, tais como festas de final de período ou santos populares, (Sá, 2004:120).

### **3.2.4. Envolvimento dos Encarregados de Educação em actividades de aprendizagem**

Epstein, (1995) defende como essencial o acompanhamento dado pelos pais em casa, pois é aí que se desenvolvem grande parte das aprendizagens do aluno. A investigadora sugere que os pais discutam, monitorizem, estimulem e orientem a realização dos trabalhos dos seus filhos, tal como os auxiliem na realização dos seus trabalhos de casa. Para isso, a escola terá a possibilidade de orientar os pais, organizando cursos adestrando-os ao nível das técnicas e métodos de estudo. A realidade da Escola portuguesa encontra-se muito longe desta perspectiva, parecendo inclusivamente querer *divorciar* os encarregados de educação da escola, mantendo-os a uma distância de segurança suficiente para que não se apercebam das suas carências e handycaps, mantendo-os longe da sua gestão, conforme diz Sá (2004:108).

### **3.2.5. Participação na tomada de decisões**

Sobretudo a partir dos anos setenta, tem-se observado a nível europeu uma maior participação social na gestão das escolas. Nuns países com maior intervenção que outros, esta participação encontra-se legislada e é já uma realidade. No nosso país, provavelmente por vivermos numa democracia ainda jovem, a posição dos encarregados de educação na gestão da escola encontra-se ainda limitada. O único órgão em que tanto alunos como encarregados de educação têm assento é a Assembleia de Escola, sendo este em muitos casos um órgão meramente ratificativo das decisões tomadas no Conselho Executivo.

Onde os encarregados de educação têm já uma longa tradição é ao nível das Associações de Pais, estabelecendo parcerias com a escola e com outras instituições, através do seu trabalho em A.T.L. e organizando colónias de férias. A importância dos A.T.L., não se limita à ocupação dos tempos livres dos alunos, mas também ao acompanhamento dos seus estudos e organização de eventos de carácter lúdico, envolvendo a restante comunidade.

### **3.2.6. O auxílio das escolas às famílias**

É neste sentido que a escola pode assumir um papel pedagógico perante os encarregados de educação. Conforme Epstein, (1997:7) citada por Sá, (2004:112), “Help all families establish home environments to support children as students”, (a escola pode fornecer uma preparação para os pais exercerem uma paternidade mais eficiente). A escola pode dar aos pais, informações sobre higiene, alimentação, segurança e bem-estar da criança. É muito importante que os pais tenham uma boa auto-estima e uma atitude positiva perante a escola. Conclui Sá, (2004:111) referindo-se a Epstein, (1997:10) que:

- Quase todas as famílias se preocupam com o percurso académico dos seus educandos e desejam o seu melhor, desejando que a escola lhes forneça mais e melhor informação, de modo a melhor colaborar com esta;
- grande parte dos professores e administradores desejam o envolvimento das famílias na escola mas a maioria não sabe como o estabelecer eficazmente, por isso receiam promovê-lo;
- quase todos os alunos consideram vantajoso o fornecimento aos seus encarregados de educação de informação a respeito das actividades escolares, desejando ser agentes promotores da comunicação estabelecida entre a escola e a família, porém sentem necessidade de mais orientações para assumirem esta incumbência.

### **3.2.7. A comunicação escola-família e família-escola**

Num contexto de interacção entre os diversos actores educativos, Sá (2004:115) refere a prática corrente de comunicação entre a escola e os pais por via de reuniões de pais com o Director de Turma, recepções deste com cada encarregado de educação em particular, através do envio de fichas informativas sobre o aproveitamento, assiduidade e comportamento do educando, divulgação de informações respeitante a actividades escolares, cursos e saídas profissionais, para além da auscultação dos pais para sondagem de eventuais reclamações e sugestões. Neste caso, o referido autor



acusa a escola de manipular a informação, aproveitando-se da vantagem de existir uma “distância social” entre a família e a escola, observando-se uma assimetria de posições. A escola controla a informação e só fornece a que lhe convém, descartando-se por vezes de algumas das suas responsabilidades.

## **4.º Capítulo - A Escola e a Formação Tecnológica e Profissional**

### **4.1. O ensino técnico e profissional.**

Com vista a uma aproximação dos conteúdos a leccionar às características próprias dos alunos, verificou-se ao longo da história do ensino português a implementação de políticas educativas facilitadoras da criação de vias de escolarização de cariz profissionalizante. Desde o século XVII que se constata a existência de formas de ensino relacionado com profissões ou áreas profissionais, com o intuito de integrar socialmente jovens, nalguns casos em risco de exclusão social. Deste modo, consideramos pertinente a inclusão neste estudo de uma secção dedicada à história do ensino técnico em Portugal.

#### **4.1.1. Os primórdios do ensino técnico e profissional em Portugal.**

O Ensino Técnico e Profissional teve a sua génese em Portugal na segunda metade do século XVIII, (Pardal, 2003:15). Introduzido e mantido até à revolução liberal de 1820 por corporações particulares de artistas dos vários misteres, este tipo de ensino era tomado pelas elites, nomeadamente pelas elites rurais, como algo indigno, desprovido de nobreza. O trabalho manual e assalariado era considerado *degradante e indigno*, sendo as artes e ofícios desvalorizados e de dignidade social menor.

O ensino, que até à época do governo do Marquês de Pombal recaía sob a responsabilidade dos Jesuítas, era caracterizado por assumir um fundo aristotélico, teórico e humanista, dissociado da prática e da técnica. O ensino magistral monástico, dirigido sobretudo às elites vê-se confrontado com outro tipo de ensino, direccionado a outro tipo de população, com vista à formação de artífices. Percebe-se assim uma dicotomia entre humanismo e técnica, por

um lado suportada pela cultura do espírito de inspiração aristotélica e por outro pelo pragmatismo tecnológico associado à necessidade de desenvolvimento económico e industrial de um país tipicamente rural.

Inerente ao ensino técnico existia a ideia de que este se destinava aos alunos mais incapacitados, conferindo com mais veemência ao trabalho manual uma conotação negativa. Este conceito de menoridade do ensino técnico e profissional, está bem patente no que o ministro Augusto José da Cunha escreveu a propósito da revisão dos programas das escolas industriais, em 1897: “ Redigir estes indispensáveis elementos de ensino, orientando-os segundo princípios práticos, extrahir tudo o que n’elles existe de abstracto, tornando o estudo ameno e acessível a inteligências de pouca cultura intellectual como aquellas que de ordinário mais procuram as escolas industriaes, incutir no ensino a feição essencialmente prática, tal é o pensamento do governo”, (Costa, 1990:92) citado por Pardal (2003:17).

Esta imagem pejorativa de que o ensino das ciências e tecnologias gozavam, era uma concepção generalizada das esferas de influência da cultura e política do Portugal de então. Poder-se-á constatar pelos depoimentos de duas figuras notáveis que apesar de terem nascido exactamente cem anos um depois do outro, mantinham semelhante opinião a respeito da educação em geral e particularmente deste tipo de ensino. O médico e pedagogo, Ribeiro Sanches (1699-1782) critica a disseminação generalizada do ensino, referindo: “Que filho de Pastor quererá ter aquele officio de seu pai se à idade de doze anos souber ler e escrever?”. Almeida Garrett (1799-1854), que ao ano de 1823 exercia o cargo de chefe de repartição do Ensino Público, (Carvalho, 1986:545) distingue claramente o ensino das humanidades do ensino das tecnologias proferindo: “entendo por educação nobre, e entenderei onde quer que repetir a expressão, a de todo o educando não destinado a officios ou empregos mecânicos” (Garrett, 1904: 43). Esta visão redutora da educação, conveniente para a defesa dos interesses de alguns, foi responsável pelo immobilismo económico e social de um Portugal que não soube tirar partido de uma Europa em tempos de mudança.

No período temporal que mediou as vidas dos dois notáveis referidos, o ensino técnico que era anteriormente ministrado quer por corporações de artífices, quer por outras agremiações religiosas e caritativa passa por ordem do Marquês de Pombal, a ser controlado pelo Estado. Foi pela pena deste que foram decretadas a criação das Aula de Comércio em 1759 e da Aula de Náutica em 1764, sediadas em Lisboa e no Porto respectivamente. Ao ano de 1768, D. José I institui a Aula de Desenho e Fábrica de Estuques e a Aula Oficial de Gravura Artística, controladas respectivamente pelos directores da Real fábrica das Sedas e da Imprensa Régia.

Já após o reinado de D. José I, foram abertas as Aulas de Debuxo e Desenho no Porto (1779), a Aula Pública da cidade de Lisboa, a Aula Régia de Desenho e Figura, e a Aula de Desenho da Casa Pia (1781).

#### **4.1.2. A Aula de Comércio**

A Aula de Comércio, instituída como já anteriormente referido pelo Marquês de Pombal, secretário de Estado dos Negócios do Reino, marcou, na opinião de diversos autores (Fernandes, 1975; Serrão, 1985; Carvalho, 1986; Bustorff, 1988; Gomes, 1989; Martinho, 1993; e Martins, 1996) o início do ensino técnico em Portugal. A implantação desta Aula decorria da desordem observada nas contas dos comerciantes, fruto da incompetência destes para o registo e manipulação de números, moedas, pesos, medidas e falta de congruência nos câmbios. A adopção por todos os comerciantes de um método de gestão financeira, vigente em toda a Europa, (o método italiano), era tido como prioridade para que se conseguisse um maior desenvolvimento económico e sucesso empresarial.

Constam dos estatutos desta Aula que deveria ser presidida por um ou dois mestres, e frequentada por vinte assistentes e outros tantos supranumerários, de idade superior a catorze anos que dominassem a leitura e a aritmética. Para motivar os alunos no cumprimento das tarefas propostas nesta Aula, era-lhes atribuído um incentivo monetário, entregue após a realização com

aproveitamento dos primeiros exames, no final do primeiro ano. Estes alunos, ao fim de três anos de frequência deste curso, recebiam uma certidão que lhes concedia preferência a lugares de emprego, cuja nomeação proviesse da Junta de Comércio.

A Aula de Comércio representou um papel de notável importância na escolarização técnica nacional, tendo continuação até ao século XIX, passando a designar-se em 1844 de “Secção Comercial do Liceu de Lisboa” e posteriormente, ao ano de 1869 se proceder a sua transferência para o “Instituto Industrial e Comercial de Lisboa”. Foi neste instituto que em 1884, o ministro António Augusto Aguiar cria os cursos elementar e superior de comércio.

#### **4.1.3. A Casa Pia**

A criação da Casa Pia em 1780, deve-se ao Intendente de Polícia Pina Manique com o intuito de retirar das ruas de Lisboa, órfãos e crianças desamparadas. Os propósitos iniciais da Casa Pia estão patentes num estudo de 1892, (Pardal, 2003:24), do qual se pode ler: “Não foi porém criada a Casa Pia obedecendo a qualquer plano determinado, apenas foi um modo de limpar a cidade do grande número de crianças miseráveis e vagabundas, de um e de outro sexo, que a enxameavam e a quem tal princípio de vida transformaria em futuros criminosos”.

Esta instituição encerrava em si a missão de ensinar a estas crianças os preceitos de vários misteres e manufacturas, tais como o *fabrico de brins, lonas, cabos e tecidos de algodão, seda e linho*. Possuía também oficinas de alfaiate, sapateiro, carpinteiro, ferreiro, latoeiro, canteiro e relojoeiro. Porém, não se poderá estabelecer uma ligação quer conceptual, quer institucional entre a Casa Pia e o ensino que se viria a estabelecer em meados do século XIX.

#### **4.1.4. A expansão da Economia**

O crescimento económico observado desde os finais do século XVIII e que se estendeu pelo século XIX, foi em grande parte responsável pelo desenvolvimento de que o ensino técnico gozou. A crescente necessidade de mão-de-obra qualificada foi a força motriz para a abertura de novas escolas e cursos. Se o Marquês de Pombal contribuiu para o ordenamento comercial das colónias e o desenvolvimento industrial do país, Fontes Pereira de Melo, fomentou a construção de novas infra-estruturas conducentes ao desenvolvimento dos transportes e comunicações. Simultaneamente ao contributo que deram ao desenvolvimento económico do país, estes dois intervenientes da política nacional assumiram um relevante papel no incremento do ensino técnico; o primeiro criando a Aula de Comercio, o segundo reconhecendo a sua inigualável importância através do Decreto de 30 de Dezembro de 1852.

Acompanhando a ascensão da economia e da indústria em Portugal, a classe burguesa toma lugar de destaque na intervenção política nacional. Inicialmente pela mão do Marquês de Pombal, a burguesia inicia a sua incursão nos domínios da economia, tirando partido das conjunturas políticas que se seguiram: o triunfo da Revolução Liberal, as reformas de Mousinho da Silveira e a Regeneração (1851), em que Fontes Pereira de Melo contribui para o desenvolvimento dos transportes e comunicações. A burguesia coadjuvante neste processo de desenvolvimento económico e tecnológico, foi indirectamente uma das facções que mais contribuíram para a disseminação e credibilização do ensino técnico, dada a exigência que se fazia notar em contratar técnicos qualificados.

Mantinha-se a dicotomia técnica/humanidades no pensar das elites culturais, políticas e económicas da época. Por um lado o ensino secundário, erudito, *estéril* e pouco pragmático, por outro, o ensino técnico apoiado pelos liberais, nomeadamente por Passos Manuel, pelo já mencionado Fontes Pereira de Melo e por José Luciano de Castro. O positivismo foi a corrente filosófica que deu corpo à argumentação de muitos, favoráveis à valorização do ensino das

ciências e tecnologias. Este apoio é dado de forma inovadora por Ramalho Ortigão que defende fervorosamente a implementação generalizada do ensino técnico. Ramalho considera que este tipo de ensino contribui para o desenvolvimento do indivíduo e da economia do país, chegando a afirmar que era consentâneo com “o nível geral de inteligência e da capacidade de um povo”. Este intelectual, propõe situar o ensino técnico entre a instrução primária e o ensino secundário clássico.

Portugal, ao invés da restante Europa, possui à época uma indústria pouca expressiva, porém, as classes políticas e sociais, nomeadamente a burguesia assumem a emergência de uma mudança. A burguesia, tendo em vista uma evolução inevitável da actividade industrial do país, acalenta a ideia de reformar o ensino, dando maior destaque ao ensino técnico em detrimento da instrução secundária clássica. Com efeito, Passos Manuel, secretário de Estado dos Negócios do Reino, produz legislação que prevê a reforma do ensino e a criação dos liceus. Passos Manuel admite que o sistema de ensino clássico vigente não acrescenta ao aluno o desenvolvimento científico e técnico tão necessário para a formação de profissionais competentes. Com vista a dar a todos aqueles que não pretendessem alcançar o ensino superior os conhecimentos e técnicas para exercer as suas funções profissionais e cívicas, foram criados os primeiros liceus em 1840, que incluíam nos seus currículos “princípios de economia política, de comércio e de administração pública” (art.38, 8.º). Assim, foram abertos dois em Lisboa, um no Porto, seguindo-se na cidade de Coimbra, ficando legislada a obrigatoriedade de construção de um liceu em cada capital de distrito. Nos liceus eram leccionados os “princípios de química, de física e de mecânica, aplicados às artes e ofícios”.

Fontes Pereira de Melo defende que a gestão das indústrias agrícolas e fabris, do comércio e das obras públicas devesse ser da responsabilidade de um ministério independente do Ministério do Reino, de modo a agilizar e economizar meios e recursos conducentes ao seu desenvolvimento. Assim, passa a assumir o cargo de ministro regenerador das Obras Públicas. Para além do contributo que Fontes Pereira de Melo deu para a modernização das comunicações e transportes, foi promotor da divulgação do ensino técnico. De

facto, com a promulgação do Decreto de 30 de Dezembro de 1852, foi instituído o ensino industrial autónomo, sob tutela do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. São deste modo criados o Instituto Industrial de Lisboa e a Escola Industrial do Porto (art. 10.º e 17.º), estando os currículos repartidos em três graus: Elementar, Secundário e Complementar (art. 1.º).

O ensino elementar era considerado como um patamar preparatório para o ingresso no ensino industrial. Dos cursos existentes, constavam um número de disciplinas teóricas, de índole técnica e de disciplinas oficiais relacionadas com a área industrial abordada pelo curso. O ingresso só era permitido a jovens maiores de doze anos, que soubessem *ler e escrever e de não ter moléstia contagiosa*, (art.º 22 ).

Os curso previstos pela lei, (art.º 8 do Decreto de 30 de Dezembro de 1852), eram os seguintes:

- Curso de operário habilitado
- Curso de oficial mecânico
- Curso de oficial químico
- Curso de oficial forjador
- Curso de oficial fundidor
- Curso de oficial serralheiro ajustador
- Curso de oficial torneiro modelador
- Curso de oficial mestre mecânico
- Curso de oficial mestre químico
- Curso de director mecânico
- Curso de director químico
- Curso Geral.

Além do Ensino Industrial, Fontes Pereira de Melo é responsável pela implementação do Ensino Agrícola, por via do Decreto de 16 de Dezembro de 1852, de forma a introduzir na agricultura nacional, métodos de racionalização e optimização de recursos, com vista a tornar mais rentável e lucrativa esta actividade.



O Ensino Agrícola, à semelhança do Ensino Industrial, dividia-se em três graus: “o ensino mecânico das operações rurais, e rudimentar das doutrinas dessas mesmas operações; ensino teórico-prático dos processos agrícolas; ensino superior em que os princípios de ciência são apresentados com todo o desenvolvimento” (art. 1.º). Este decreto previa a leccionação do primeiro grau em quintas cultivadas, pelo menos numa em cada província. O segundo grau seria ministrado em três escolas regionais, uma em Viseu, outra em Évora e uma outra na Cidade de Lisboa. O grau de ensino superior passava a ser da responsabilidade do Instituto Agrícola de Lisboa.

A par destes dois tipos de ensino, funcionava já desde 1844 o Ensino Comercial, na Secção Comercial do Liceu de Lisboa, sendo somente no ano de 1866 publicado o *Regulamento da Escola de Comércio de Lisboa*.

João Crisóstomo, Ministros das Obras públicas implementa em 1864 um conjunto de reformas, no seio do ensino Industrial, com o objectivo de tornar este ensino menos pesado ao erário público. Deste modo far-se-ão alguns reajustamentos curriculares, aglutinando num tronco comum aos vários cursos as disciplinas teórico-práticas, continuando a serem ministradas as disciplinas oficiais, agora prevendo a possibilidade de serem leccionadas em oficinas particulares. Na mesma linha de contenção de custos, foi promulgado o Decreto de 30 de Dezembro de 1869, suprimindo alguns cursos, sendo o Ensino Comercial transferido do Liceu para o Instituto Industrial, passando-se este a designar de Instituto Industrial e Comercial de Lisboa.

Ao ano de 1881, operam-se novas reformas, desta feita pela pena de António Augusto Aguiar, que mais uma vez tenta rentabilizar meios e modernizar o sistema de ensino, adaptando-o às novas tecnologias que se desenvolviam nalguns países da Europa. Fonseca Benevides, à altura inspector do Ensino Industrial, visita a Inglaterra, a Alemanha, a França e a Itália, trazendo para o nosso país conhecimentos e materiais didácticos.

Estas reformas do sistema educativo não encerravam em si qualquer tipo de confronto ou ruptura com o sistema vigente, mas sim proporcionaram a

realização de alguns ajustes organizacionais e adaptações às contingências a que o Ensino Técnico estava sujeito.

Paralelamente ao Estado, a Igreja Católica mantinha a sua acção ao nível do ensino, contribuindo com a abertura em 1882 de mais uma instituição, as Oficinas de S. José no Porto. À semelhança do Colégio dos Órfãos de S. Caetano, em Braga e da Casa Pia de Lisboa, esta instituição servia essencialmente para recolher e amparar crianças entregues ao abandono, realizando porém um trabalho apreciável na formação de técnicos especializados. Estas instituições embora fora do controlo gestor do Estado, eram regulados por este.

A década de oitenta foi profícua na expansão do ensino industrial, assemelhando a sua estrutura, as suas práticas e os seus conteúdos às dos países europeus mais industrializados. Já na década de noventa registou-se um acentuado abrandamento na sua expansão, devido à necessidade do Estado ter de operar uma série de reformas com o intuito de conter a despesa pública. Esta limitação orçamental para o Ensino Técnico está patente no Decreto de 8 de Outubro de 1891, suprimindo alguns cursos com pouca frequência. Este decreto prevê igualmente a formação nos Institutos Industriais e Comerciais dos professores que futuramente viriam a leccionar nas escolas comerciais e industriais.

Já no virar do século, o ministro Elvino José de Sousa Brito, elabora um relatório em que manifesta o desajuste da formação dada aos alunos nas escolas industriais relativamente à actividade industrial e interesses das empresas nacionais. Elvino Brito propõe a elaboração de inquérito nacional, com via a aferir as reais necessidades das empresas portuguesas e critica veemente a contratação de professores estrangeiros que se recusaram a formar os professores portugueses, mantendo o ensino nacional dependente do *knowhow* estrangeiro. Este sugere a criação de “comités de *patronage*”, de forma a gerar uma maior ligação entre escola e indústria (Pardal, 2003:42). Deste relatório surgiram a por via do decreto de 24 de Novembro de 1898, a formação de duas comissões centrais, uma no Porto outra em Lisboa, com a

função de se proceder à elaboração de um inquérito nacional, com o objectivo de suportar uma futura reorganização do ensino técnico. Estas duas comissões foram nomeadas em 1899, mas nunca chegaram a laborar.

O decreto de 24 de Dezembro de 1901, preconiza a reestruturação do ensino técnico, condensando-o, estabelecendo critérios para a contratação de docentes, definindo curricula e tipificando estabelecimentos de ensino. Este modelo manteve-se até 1918, sobrevivendo à queda da Monarquia e aos primeiros anos da República.

#### **4.1.5. O Ensino Técnico durante a I República**

O ensino primário é reorganizado em 1911, ficando dividido em três graus: elementar, com duração de três anos, complementar, de dois anos e superior, de mais três anos. O Decreto n.º 5787 A, de 10 de Maio de 1919, estipulava para cinco anos a escolaridade obrigatória, considerando que o ensino superior primário serviria para “complementar a educação geral do indivíduo e dar-lhe uma preparação técnica de carácter regional” (art.º 11.º). Este grau deveria incluir no seu currículo conteúdos “... práticos especiais para o ensino agrícola, industrial, comercial ou marítimo, consoante as necessidades das regiões a que as escolas pertencam”. O ensino primário superior, passa indirectamente a contribuir para uma maior consolidação do ensino técnico, devido à coerência entre os conteúdos leccionados em cada um destes tipos de ensino, possibilitando a transição do aluno para uma escola média ou secundária, aprendendo e aprofundando aí um ofício ou profissão.

O ensino primário superior registou no ano lectivo de 1919-20 a sua maior expressão, vindo a decair sucessivamente até ao ano lectivo de 1925-26, altura em que finalmente se extinguiu. Contrariamente a este, o ensino técnico mantinha uma importância de relevo, sobretudo frequentado por alunos provenientes das classes populares, que viam nele uma real fonte de formação e garantia de futuro profissional.

O Ministério da Instrução Pública é instituído por decreto a 7 de Julho de 1913. Desde essa data até ao final da I República, ou seja até à revolução de 28 de Maio de 1926, exerceram funções quarenta ministros, sem contar com os que foram nomeados interinamente, sendo estes substituídos sempre que o governo caía. Pode-se assim perceber a instabilidade política a que Portugal estava sujeito (Carvalho, 1986:705). Apesar da situação sócio económica conturbada vivida no país, o ensino técnico continuava a gozar de uma boa imagem; assim a propósito deste tipo de ensino, Mário Vaz (1917:7) escreve no seu panfleto intitulado *O Ensino Industrial em Portugal*: “Dum modo geral pode dizer-se que o ensino profissional oficial, além de criar operários competentes e cultos, aptos a exercerem um ofício tem ainda a vantagem de lhes garantir a preferência em concursos de admissão a estabelecimentos do estado”. O Estado assume-se assim como garante de emprego aos que através dele sejam formados.

Os rácios de alfabetização no período que mediou a segunda e terceira década do século vinte caracterizavam-se por ser muito baixos, tendo em conta os parâmetros actuais. Assim, em 1911, a taxa de analfabetos era de 75,1%, evoluindo lentamente até chegar aos 67,8% no ano de 1930. Em período semelhante, o ensino técnico registava uma apreciável evolução. Assim, sem se pretender fazer uma comparação exacta entre as taxas de analfabetismo e a evolução do ensino técnico, apraz-nos registar aqui alguns dados referentes a este último:

-O ensino elementar industrial e comercial, ministrado ao ano de 1910 em trinta e uma escolas, era frequentado por 6299 alunos dos quais 838 do sexo feminino; os Institutos Industriais e Comerciais eram por sua vez frequentados por 665 alunos, sendo 3 do sexo feminino. Quanto às escolas agrícolas, eram frequentadas por 189 alunos, todos do sexo masculino.

-No ano de 1926, as escolas elementares industriais e comerciais eram frequentadas por 13085 alunos, sendo 2262 do sexo feminino; os Institutos Industriais e Comerciais por 594 alunos, o Instituto Superiores de Comércio por 345 alunos e o Instituto Superior Técnico por 282 alunos. As escolas do

ensino agrícola eram frequentados neste ano por 453 alunos (Carvalho 1986:718).

Tendo em conta estes números, poder-se-á concluir que a frequência deste tipo de ensino duplicou durante a I República.

O Secretário de Estado do Comércio João Alberto Azevedo Neves, em 1918, elabora o relatório intitulado “Organização do Ensino Industrial e Comercial”, constante no Decreto n.º 5029 de 1 de Dezembro, descrevendo este tipo de ensino desde o elementar até ao superior. Neste documento, este alto funcionário do Estado critica as políticas anteriormente adoptadas, e inclui uma resenha histórica do ensino técnico, desde o tempo do Marquês de Pombal. Nas críticas focadas neste relatório, destaca-se o pouco cuidado e atenção que as governações anteriores davam ao ensino técnico, alegando falta de recursos para o prover. Numa época em que ressurgia um novo sentido patriótico e um especial gosto pelo que era produzido dentro das nossas fronteiras, o ensino técnico é tido como um factor de progresso, capaz de proporcionar à indústria nacional um suporte de mão de obra qualificada apreciável, dando continuidade à *nossa tradição artística e industrial*.

Opera-se a um total reorganização do ensino, inclusivamente criam-se novas estruturas de topo, a Direcção Geral do Ensino Industrial e Comercial e o Conselho do Ensino Industrial e Comercial. É dada especial atenção no decreto supracitado à sistematização e clarificação das tipologias e funções dos estabelecimentos de ensino (art.º 11 e art.º 176).

Neste decreto estava consignada a participação da comunidade na vida das escolas, pois estas deveriam servir os interesses da região onde se encontravam inseridas, olhando às necessidades das indústrias locais. De igual modo estava regulada o modo de recrutamento, selecção e contratação de professores para leccionar nestes cursos.

Numa tentativa de melhor centralizar os assuntos relativos à educação e a melhor estruturar o sistema de ensino português, é entregue na Câmara dos

Deputados do dia 21 de Junho de 1923, uma proposta de lei apresentada por João Camoesas. Neste projecto lei é proposta a centralização de todos os serviços referentes à educação num Ministério da Educação Nacional. É proposta um novo “Estatuto da Educação Pública” que previa a segmentação do ensino em *geral, especial e superior*. A Educação Geral, por sua vez compunha-se de três graus: infantil, primário e o secundário geral. A Educação Especial consignava quatro modalidades: a Educação Secundária (curso especial), a Educação Técnica Elementar, a Educação Técnica Complementar e a Educação Profissional. Relativamente à Educação Superior, era ministrada nas universidades e Escolas Superiores Especiais.

Mormente esta proposta de lei encerrar em si um conjunto de directrizes que provavelmente viriam a otimizar o papel do estado como educador, viu-se recusada por inexistência de condições políticas, económicas e sociais, não voltando a ser discutida em governos posteriores da I República.

#### **4.1.6. O “Estado Novo” e o Ensino Técnico e Profissional**

Ao final de um período de dezasseis conturbados anos da jovem República Portuguesa, dá-se o golpe militar de 28 de Maio de 1926. Facções políticas que até aí se consideravam rivais, oriundas dos vários quadrantes, acordaram no derrube do regime vigente, dando origem ao que viria a ser o período da Ditadura Nacional. À ribalta vinham duas personalidades marcantes, o à altura general Orçar Carmona e o professor António Oliveira Salazar. Este último assumia a pasta das finanças, passando a Chefe do Governo a 5 de Julho de 1932.

Oliveira Salazar lidera a instituição do Estado Novo e faz aprovar por plebiscito a nova Constituição a 19 de Março de 1933. É de relembrar que o voto era obrigatório e as abstenções consideradas como votos favoráveis ao regime proposto.

Entre a década de 30 e 40, Portugal encontrava a sua população activa maioritariamente na agricultura, representando uma fatia de 49%, enquanto que a população que trabalhava no sector transformador registou neste período um crescimento dos 16,15% para os 19,26%.

Com a instituição do Estado Novo, a Educação passa a ser um instrumento do estado para imposição de uma única forma de pensar e interpretar a realidade. A Educação deixa de estar associada ao conceito de democracia ou de livre pensamento, sendo nela impostas as doutrinas convenientes a um Estado totalitarista.

O acesso à cultura e à alfabetização era considerado por alguns como uma perversidade, ao contrário do que considerava o regime da I República. O receio da educação contribuir para a consolidação de mentalidades contrárias ao regime ditatorial agora instalado, pairou sob as hostes políticas. A alfabetização daria origem ao acesso a informações que pudessem comprometer a acção do Estado, por isso era tida como uma ameaça à estabilidade política e social do país. Alfredo Pimenta profere no jornal “A Vos” de 15 de Maio de 1930 as seguintes declarações: “Instruir sem educar primeiro; dar uma instrução que não seja posta ao serviço da educação; ensinar a ler quem não tem carácter, ensinar a ler quem não sabe distinguir o Bem do Mal (...) – não, não, não!” e continua: “Se a curva da cultura intelectual sobe, o que é manifesto é que a curva da cultura moral desce. Como consequência a Barbárie”.

Para além das questões políticas mencionadas, também a possibilidade de se operacionalizarem transformações sociais indesejáveis preocupavam os políticos contrários à escolarização. A possibilidade de uma mobilidade das populações rurais instruídas para as cidades e uma consequente ambição de ascensão social, não era conveniente ao país, que se pretendia manter numa ruralidade imobilista.

Como resposta à ameaça de uma educação problemática, o Estado vê-se na obrigação de restringir e limitar o leque ideológico do povo português através

de um ensino fortemente doutrinário, incutindo princípios de índole religiosa. Mais uma vez, citando (Pimenta, in “A Vos” de 15.5.1930), “Abram-se escolas, sim, mas estimule-se o ensino religioso, e coloque-se ao lado de cada escola do ABC uma escola de catecismo”(Pardal, 2003:69). A escola deixa de ser um espaço de liberdade e desenvolvimento pessoal, para ser uma “forma” de cidadãos prontos a serem integrados numa sociedade específica, a exercer um papel específico. A Educação deixa de ser algo que se discute, evolui e se adapta a novas circunstâncias passando a ser um padrão cultural imóvel, posto ao exclusivo serviço do Estado.

Sai a Lei n.º 1880, do Ministério da Instrução Pública, de 8 de Junho de 1926, proibindo a coeducação no ensino elementar, em localidades com mais de 5000 habitantes, onde exercessem funções mais de um professor. Em consequência da promulgação do decreto 1173015, extinguiram-se todas as Escolas Primárias Superiores. Em 1927, o decreto n.º 13619 de 17 de Maio, traz consigo o início da reforma do ensino primário, que impõe a separação dos alunos por género, passa para quatro anos o ensino elementar, sendo complementado pela legislação de 28 de Março de 1930 que divide este ciclo de ensino em dois graus, um composto pelas três primeiras classes, e outro englobando as matérias da quarta classe. Consequentemente, em termos práticos, este primeiro ciclo de ensino ficava reduzido a três anos. As Escolas Normais Primárias, até então responsáveis pela formação dos professores do ensino elementar, são extintas, passando estas funções a caber às Escolas do Magistério Primário, agora em número de cinco, havendo uma nas cidades de Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Ponta Delgada. Estes cursos de professores tinham agora a duração de dois anos, alegadamente para diminuir o tempo de espera de colocação dos novos professores.

Em 1931, é legislada a criação dos designados *postos de ensino*, cuja função era levar a escolarização aos locais mais recônditos do país, que não possuíam ou houvesse perspectiva de virem a possuir escolas primárias. A leccionar nestes postos de ensino estava prevista a colocação de qualquer indivíduo que o Ministério da Instrução Pública considerasse portador da “necessária idoneidade moral e intelectual”. Este corpo legal provocava assim



uma notória deterioração do estatuto profissional dos professores do ensino primário.

O controlo por parte do Estado das matérias a leccionar vinha assegurado pela introdução de um manual escolar único para cada um dos anos. Estava imposta por lei, a inclusão de frases de ordem, favoráveis ao regime, nestes manuais escolares (decreto n.º 21014, de 19 de Março de 1932).

O ensino secundário foi igualmente reformulado pelo novo *Estatuto da Instrução Secundária*, de 2 de Outubro de 1926, passando de sete anos para seis anos. Os professores passam agora a estar sujeitos à realização de acções de formação de índole cívica, para possibilitar a sua adequada docência.

Especificamente para o ensino técnico, sai o Decreto n.º 18420, de 4 de Julho de 1930, complementado e ratificado nas suas linhas gerais pelo decreto do ano seguinte, Decreto n.º 20420 de 21 de Outubro. Nesta base legislativa é clarificado o conceito de *ensino médio*, o ensino secundário é excluído dos Instituto Industrial e do Instituto Comercial de Lisboa, bem como do Instituto Industrial e Comercial do Porto. São definidas as profissões a serem ensinadas nos sessenta e dois cursos previsto no ensino técnico e qual a forma de progressão académica conforme os institutos superiores e universidades existentes. Para além da formação técnica de operários e técnicos especializados para as várias áreas comerciais e industriais, o ensino técnico tinha como objectivo não menos importante a conformação e contenção das expectativas sociais das camadas populares.

As directrizes emanadas pelo decreto de Outubro de 1931, foram postas em prática até à reforma de 1948.

#### **4.1.7. O Ensino técnico do pós-guerra**

Só após o término da Segunda Grande Guerra é que foi dada alguma importância e atenção ao ensino elementar. Pelo contrário, o ensino secundário sempre gozou de um estatuto elevado, provavelmente por representar uma

fase importante de preparação para o ensino superior, por um lado, e por outro, uma boa fonte de formação profissional.

A reforma do sistema de ensino português de 1948, veio reforçar o carácter bivalente do ensino secundário. Por um lado os Liceus que proporcionavam aos seus alunos uma formação de cariz mais cultural, por outro as Escolas Técnicas que conferiam à saída um perfil especificamente técnico. Esta diferenciação é propositadamente assumida pelo Estado, pelo que se poderão distinguir quatro características fundamentais, (António Martins, 1996:251), referido por Pardal (2003:77):

- A composição curricular, sendo que nos liceus eram ministradas cadeiras de índole humanístico-científico, enquanto nas escolas técnicas as disciplinas caracterizavam-se por ser mais práticas, com o intuito de desenvolver no aluno a sua destreza manual;
- o tipo de selecção: no caso do ensino liceal, era frequentado por alunos provenientes de classes sociais mais abastadas ao invés do Ensino Técnico, em que os alunos provinham das classes populares;
- as saídas, que no caso dos alunos que terminavam o ensino liceal, possibilitava o seu ingresso em universidades ou escolas superiores e consequente futura ocupação de postos dirigentes, enquanto que aos alunos formados pelas Escola Técnicas se esperaria a sua integração no mundo do trabalho, ocupando postos intermédios;
- o estatuto, nobre, no caso daqueles que pretendiam a frequência liceal, estigmatizado, por parte dos que frequentavam o Ensino Técnico, condicionados em termos de progressão académica e profissional.

O Ensino Liceal representava a formação das elites, destinadas a assumir as rédeas de poder de um regime sobejamente controlador. A este canal de escolarização era atribuído um estatuto de primazia, em detrimento do um ensino técnico direccionado ao povo, considerada uma classe ociosa. Salazar afirma que era “mais urgente a constituição de vastas elites do que ensinar o povo a ler”, pois “os grandes problemas nacionais têm de ser resolvidos, não pelo povo mas pelas elites enquadrando as massas”.

O incentivo dado pelo Estado a uma formação liceal, resultou a longo trecho na formação de quadros técnicos superiores que vieram revitalizar o parque empresarial do país. Assim sendo, e em consequência das novas necessidades manifestadas em adquirir mão-de-obra qualificada, registou-se um aumento significativo na procura de vagas nas escolas técnicas. Assim, em 1930 o número de alunos do ensino liceal era de 14.970 e de 16.906 para o ensino técnico, em 1969 passa a ser respectivamente de 55.492 e 110.422 Pardal (2003:85).

A economia portuguesa até à Segunda Guerra Mundial caracterizava-se por ser fortemente apoiada pela agricultura, dando a indústria um contributo complementar para o produto interno bruto. As classes rurais representavam ainda uma forte influência na vida política e social do país. Após o ano de 1942, a indústria começou a ganhar terreno, sobretudo devido ao apoio indirecto dado pelo Estado ao legislar sobre a construção de barragens hidroeléctricas e consequente rede de distribuição de electricidade, bem como com a publicação da Lei do Fomento e Reorganização Industrial (Lei n.º 2005). Refira-se que se em 1938 o contributo para o produto interno era equivalente nos dois sectores, em 1956 a agricultura passava somente a contribuir com 2/3 do valor da indústria, sendo que neste mesmo período a agricultura registava um crescimento de 28%, enquanto que a indústria registava um crescimento de 93% (Costa, 1975:75), referido por Pardal, (2003:79). Os Planos de Fomento, I, II, e III, que contemplaram os períodos de 1953-58, 1959-64 e 1968-73, resultaram de um sentimento de receio de atraso económico em relação aos países de industrialização emergente da Europa do pós guerra, especialmente das democracias vencedoras deste conflito.

A reforma do ensino de 1948, levada a cabo através da Lei n.º 2025 de 19 de Julho de 1947 e pelo Decreto n.º 37029 de 25 de Agosto de 1948, vem estabelecer o Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial. Este corpo legislativo redefine o Ensino Técnico a nível curricular, estabelecendo um primeiro grau, de dois anos, de âmbito geral, com o objectivo de fornecer ao aluno uma base cultural sólida. Este ciclo preparatório compreendia as

disciplinas de Língua e História Pátria, Ciências Geográfico-Naturais, Aritmética e Geometria, Desenho Geral, Trabalhos Manuais, Educação Cívica, Educação Física e Canto Coral (Base IV). Com a introdução de uma componente cultural mais relevante nos currícula do ensino técnico, adivinha-se a intenção de valorar o estatuto académico deste canal de escolarização. A escolaridade obrigatória, passa com esta legislação a seis anos.

O novo estatuto previa um segundo grau que possibilitava a frequência de cursos “complementares de aprendizagem, de formação profissional, de aperfeiçoamento profissional, cursos industriais de mestrança e as secções preparatórias para a matrícula nos institutos médios e nas escolas de belas artes” (Base II).

O ensino direccionado para os futuros profissionais do sector agrícola foi igualmente contemplado por esta reforma. O ensino elementar agrícola seria ministrado nas escolas práticas de agricultura, e era destinado prioritariamente aos filhos dos agricultores. O Estado promovia deste modo a fixação das populações nas suas regiões, garantindo uma reprodução social estratificada, desincentivando os indivíduos a terem expectativas de ascensão social.

A par de todas as reestruturações curriculares do Ensino Técnico, era proposto ao sector industrial colaboração para a integração em instalações industriais privadas da componente oficial de alguns cursos técnicos. Estabelecia-se então uma parceria entre escola e empresas de modo a aproximar o ensino às reais necessidades da indústria nacional, melhorando a formação e integrando mais facilmente os alunos na vida activa.

Os anos cinquenta foram de facto um período de crescimento favorável para o Ensino técnico, em consequência de um visível aumento na procura de mão-de-obra qualificada derivada do crescimento industrial do país. Inicia-se em 1953 a Campanha Nacional de Educação de Adultos (Decreto-Lei n.º 38968 de 27/10/52), destinada a pessoas com idades compreendidas entre os 14 e os 35 anos, foi igualmente responsável pela canalização de novos alunos para as escolas técnicas. Este decreto assume claramente a relação entre qualidade

de ensino e desenvolvimento económico, estando patente no seu teor: “não podem (...) esquecer-se as relações de estreita dependência entre a produtividade do trabalho e a difusão do ensino. É indiscutível que uma boa instrução traz grandes vantagens ao trabalhador: desenvolve as suas faculdades de atenção, apura-lhe o espírito de observação, estimula a sua actividade mental, torna-o mais confiante, mais inteligente e mais apto a aperfeiçoar-se no exercício da profissão. Ela constitui por isso mesmo, factor importante na produção da riqueza” (capítulo VI – Cursos de Educação de Adultos).

Os cursos de metalomecânica e de electricidade, foram os que maior procura tiveram, devido ao forte crescimento dos respectivos sectores. A escolaridade obrigatória passava para quatro anos, ou seja até à quarta classe, no caso dos rapazes por via da lei de 31 de Dezembro de 1956 e para as raparigas pela lei de 28 de Maio de 1960.

A tendência de crescimento do Ensino Técnico começou a desvanecer-se nos finais dos anos sessenta, início da década de setenta. Apesar do decréscimo na procura de cursos técnicos, a oferta escolar subiu em consequência de uma maior procura pelo ensino liceal, derivado ao facto dos cidadãos passarem a aspirar a uma melhoria de vida, podendo-se concluir que o Ensino Técnico nunca esteve em pé de igualdade com o ensino Liceal em termos de representações sociais.

Observou-se um grande crescimento do parque escolar, especialmente do número de liceus, que em 1969 era em número de 49 para em 1974 passar a ser de 119. A passagem de poder de Salazar para Marcelo Caetano e o trabalho realizado por Veiga Simão no Ministério da Educação Nacional, foram factores que contribuíram para esta mudança de oferta escolar.

#### **4.1.8. De Veiga Simão à Revolução de Abril**

O país encontrava-se pressionado internamente por um número crescente de movimentos democráticos e externamente por organismos internacionais como a OCDE, a UNESCO ou o Banco Mundial. A guerra colonial mantida há quase uma década tentava manter à força o sentido colonialista de uma nação que se fechava à Europa. O sistema de ensino fraccionado em Ensino Técnico e Liceal reproduzia desigualdades sociais. O Estado para sustentar a pressão social a que estava sujeito, começava a ceder lentamente, sendo que uma dessas cedências se manifestou na Educação a quando da unificação do ciclo preparatório técnico e liceal, no ano lectivo de 1968/69.

A fusão dos dois ciclos preparatórios até aí existentes precede uma inevitável reformulação dos ensinos técnico e liceal. De facto, o Ensino Técnico recebeu no ano lectivo de 1970/71 uma nova estrutura e filosofia. Deste modo foram reduzidos para nove os sessenta e quatro cursos existentes. Os nove cursos de cariz geral, relacionavam-se com áreas profissionais e não especificamente com profissões definidas, como anteriormente. Os Cursos Gerais do Ensino Secundário Técnico eram os seguintes: Agricultura, Mecânica, Electricidade, Química, Construção Civil, Têxtil, Administração e Comércio, Formação Feminina e Artes Visuais, e tinham a duração de três anos. Esta inovadora filosofia do Ensino Técnico permitia aos seus alunos um maior leque de escolhas profissionais e académicas, não os canalizando obrigatoriamente para o exercício de um determinado ofício. O estatuto do Ensino Técnico começava a equiparar-se com o do Ensino Liceal, passando esta via de ensino a ir mais ao encontro das expectativas dos consumidores.

O ano de 1973 ficou marcado pela aprovação da Lei n.º 5/73, ou seja, d' "as bases a que deve obedecer a reforma do sistema educativo", vulgarmente conhecida por Reforma Veiga Simão. Esta lei alterava a escolaridade obrigatória para oito anos, composta pelo ensino primário, com quatro anos, acrescido do ensino preparatório com número igual de anos. O ensino secundário passaria a ser composto por dois ciclos de dois anos cada sendo que o primeiro designar-se-ia de Curso Geral, e o segundo de Curso

Complementar. O Curso Geral era composto por um tronco comum de disciplinas de âmbito geral, e de um conjunto de disciplinas relacionadas com uma área vocacional específica. Este ciclo era ministrado nas chamadas escolas secundárias polivalentes. O Curso Complementar previa a existência de um grupo de disciplinas obrigatórias comuns, complementado por um outro grupo de disciplinas específicas, vocacionadas para a área de estudo pretendida pelo aluno, de forma a melhor prepara-lo para o seu seguimento de estudos no ensino superior ou inserção na vida activa.

Esta legislação faz transparecer a uma intenção por parte do Estado em valorizar socialmente os seus cidadãos, aumentando o período de escolaridade obrigatória e proporcionando a todos um conjunto de oportunidades de formação académica e adestramento profissional até aí inexistente. A Reforma Veiga Simão (Lei n.º 5/73) não chegou a ser posta em prática na sua totalidade devido à ruptura social e política provocada pela Revolução de Abril de 1974, mas serviu de base de reflexão para as políticas educativas subsequentes.

#### **4.1.9. A unificação curricular do Ensino Secundário**

A Lei n.º 5/73, como já foi referido, não chegou a ser aplicada na sua plenitude, contudo deixou uma porta aberta à mudança e à inovação do sistema de ensino português. No ano lectivo de 1975-76, operacionaliza-se a unificação do curso geral até ao 9.º ano, passando a escolaridade a ser de nove anos. A escolha de uma área vocacional deixava de ser feita aos doze anos para passar a ser feita aos quinze.

Esta reestruturação teve como objectivos dar aos portugueses uma maior igualdade de oportunidades, promover uma actualização dos métodos pedagógicos e estreitar as relações escola/comunidade.

A tendência de unificação do ensino técnico e liceal foi plenamente concretizada no ano 1978, designando-se agora de ensino secundário. A estrutura curricular do ensino secundário encontrava-se dividida em três troncos, sendo um tronco comum de “formação geral”, um de “formação

específica” e outro de “formação vocacional”. Os estudantes viam-se desta forma menos pressionados a seguir uma determinada área vocacional, após a frequência do ensino secundário, pois esta não era vinculativa para o seguimento de estudos numa determinada direcção.

A unificação curricular do ensino secundário veio obrigar o Estado a reequipar as escolas, a construir novas instalações e a formar recursos humanos. Segundo Parda, (2003: 96), esta mudança foi operada sem ter em conta uma aprendizagem equilibrada de saberes científicos, práticos, humanísticos e técnicos, não se tendo realizado um estudo prévio acerca da população a quem o ensino secundário se destinava.

O ensino técnico vê-se numa situação de marginalidade dentro do próprio sistema de ensino, tendo as componentes técnicas e práticas um peso e uma representação completamente díspar em relação às componentes humanísticas e científicas. Assim, no currículo do 5.º e 6.º anos (relativamente ao ano lectivo de 1975/6), o conjunto das disciplinas humanísticas e das ciências exactas e sociais, assumia o peso horário de 59,6%, os Trabalhos Manuais e Educação Física 20%, a Educação Artística com 16,6% e a Religião e Moral com 3,5%. Fazendo a correlação destes dados com o 7.º, 8.º e 9.º anos do secundário unificado, a componente disciplinar humanística e das ciências exactas e sociais levava uma fatia de carga horária de 69,5%, os trabalhos oficiais 14,5%, a Educação Visual 6,4% e a Educação Física 6,4% (Despachos n.º 109/76 de 27/4 e 78/77 de 22/6).

A forma brusca e precipitada com que esta reestruturação do ensino secundário foi levada a cabo, trouxe alguns efeitos negativos, passando-se a registar um elevado índice de insucesso escolar, maior desinteresse pela escola por parte dos alunos e uma dependência declarada do ensino secundário pelo ensino superior.

Esta reforma passa a ser questionada pois não dava resposta às necessidades que a tinham originado, a igualdade de oportunidades ao acesso a um ensino condigno e fomentador de um estatuto social aspirado. O insucesso escolar foi um dos efeitos mais visíveis desta reforma, manifestando-se sobretudo nas



camadas sociais mais desfavorecidas, passando a escola a reproduzir com mais contraste desigualdades sociais. A desadequação curricular aliava-se à fraca cobertura dos estabelecimentos do ensino secundário, ainda insuficiente apesar do apreciável crescimento do parque escolar operado nos anos 70.

O ensino secundário *licealizado* deixava de dar resposta a uma integração eficaz no mundo laboral, pois deixava de dar uma formação profissional consistente. Os consumidores, perante tal descrédito do ensino secundário, passaram a recorrer ao ensino superior como forma de complemento de formação. O estado como medida de contenção à procura de vagas no ensino superior, adia o seu acesso por mais um ano, instituindo em 1975, o Serviço Cívico, e em sua substituição, o Ano Propedêutico no ano lectivo de 1977/8. Também no ano de 1978, é instituído no ensino superior a *numerus clausus* e em 1981 o ensino secundário passa a ir até ao 12.º ano.

## **4.2. Enquadramento legal dos Cursos de Educação Formação.**

Como já foi focado na secção anterior, o ensino técnico profissional assumiu em Portugal um papel de relevante importância antes do 25 de Abril de 1974. Escolas Comerciais e Industriais formavam jovens técnicos em diversos ramos das áreas comercial e industrial. Sucessivas gerações foram formadas nestes moldes, sendo a Escola o maior fornecedor de mão-de-obra qualificada do país.

Após a revolução de 1974, considerou-se discriminatória a distinção entre ensino liceal e profissional, e assim reformou-se e uniformizou-se o ensino. Porém, depois desta ruptura político-social, o país viu-se a braços com várias situações de choque entre estratos sociais, fruto de uma reconstrução política, algumas vezes pouco pacífica.

Simultaneamente, e como consequência de um crescente de carências e necessidades observadas sobretudo nas regiões do interior do país, a década

de setenta viu a ocorrência de um fenómeno de migração das famílias para as grandes cidades, nomeadamente Porto e Lisboa. O repentino incremento da densidade populacional junto a estas cidades, veio originar um inevitável crescimento urbanístico, na sua maioria desordenado e socialmente desadequado. De igual modo, os cidadãos que regressaram a Portugal, vindos das ex-colónias em consequência da recente independência destes países, contribuíram também para que novos núcleos populacionais se formassem.

Novas infra-estruturas foram construídas, nomeadamente escolas. Estabelece-se o tempo de escolaridade obrigatória para nove anos.

Apesar da execução de várias reformas no ensino, observa-se que nem sempre resultaram naquilo que se esperava. O abandono escolar precoce, o insucesso escolar e a difícil integração de jovens na vida activa, são factores que se mantêm ainda bem presentes actualmente.

Foi no sentido de atenuar esta disfunção, que se desenvolveram políticas educativas conducentes à formalização de meios para motivar alunos com dificuldades em atingir metas, ou seja a terminar os vários ciclos dentro de prazos ditos “razoáveis”. Assim, e de forma que os alunos pudessem concretizar um percurso escolar capacitador, são regulamentados através da publicação do despacho conjunto n.º279/2002 os Cursos de Educação Formação, perspectivando à sua saída uma certificação e um encaminhamento profissional.

Os Cursos de Educação e Formação destinam-se a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, portanto, fora da escolaridade obrigatória, sem habilitações do 1º, 2º, ou 3º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, sem qualquer qualificação profissional, que não pretendam, de imediato, prosseguir estudos ou que estejam em risco de abandono escolar precoce.

A sinalização dos alunos a integrar estes cursos, é da responsabilidade dos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), dos Directores de Turma, dos Directores de Curso, e dos Conselhos Executivos.

Podem ser aceites alunos com idade inferior a 15 anos, desde que tal seja requerido ao Director Geral de Educação, tendo a candidatura sido autorizada pelo encarregado de educação e aconselhada pelo SPO da escola a que o aluno pertence.

Quanto a certificação, a conclusão destes cursos confere um certificado de equivalência aos 1º, 2º e 3º ciclo do Ensino Básico ou o Ensino Secundário, ou um certificado de qualificação profissional de níveis 1, 2 ou 3.

Numa perspectiva de inclusão, tendo em vista a atenuação das taxas de insucesso escolar, a escola propõe uma via de ensino adequada a um perfil de um tipo de aluno específico, que no ensino regular dificilmente adquiriria as competências básicas previstas na Lei de Bases do Sistema de Ensino (LBSE), Lei nº46/86 de 14 de Outubro: os Cursos de Educação e Formação.

Regulamentados pelo despacho conjunto n.º279/2002, de 12 de Abril, os Cursos de Educação e Formação (CEF), proporcionam a jovens em risco de abandono escolar precoce, ou a jovens que tendo interrompido o seu percurso académico se sintam motivados a regressar à escola, uma qualificação académica equivalente à conferida pelo ensino regular, e em simultâneo, uma qualificação profissional. Os Cursos de Educação e Formação, promovem a conclusão do segundo e terceiro ciclos de ensino, possibilitando uma qualificação de nível um ou dois e equivalência ao sexto ou nono ano de escolaridade. Perspectivando a ampliação do período de escolaridade obrigatória de nove para doze anos, este despacho prevê já a implementação nas escolas de cursos com equivalência ao décimo segundo ano, ou seja de tipologia cinco ou seis, conferindo uma qualificação de nível três.

#### **4.2.1. Descrição dos Cursos de Educação e Formação**

##### **Caracterização geral dos Curso de Educação e Formação – Tipologia 5**

Os Cursos de Educação e Formação de Tipologia 5, são cursos de dois anos, com uma base curricular técnica muito forte, baseada na área profissional correspondente. Estes cursos habilitam os alunos que os concluem, com uma certificação profissional de Nível 3, dando para todos os efeitos equivalência académica ao 12º ano.

A estrutura Curricular dos Cursos de tipologia 5 é a seguinte:

- Componente de Formação Sócio-cultural:

Português

Língua Estrangeira I (Inglês)

Cidadania e Sociedade

Tecnologias da Informação e da Comunicação

Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho

Educação Física

- Componente de Formação Científica:

Psicologia

Sociologia

Língua Estrangeira II (Francês)

- Componente de Formação Tecnológica:

Unidades do itinerário de qualificação associado, ou seja, estas disciplinas são as adequadas aos diferentes objectivos específicos dos cursos oferecidos pela Instituição Escolar.

#### **4.2.2. Assiduidade**

A assiduidade do aluno não pode ser inferior a 90 % da carga horária total de cada disciplina. Para efeitos da conclusão da componente de formação prática com aproveitamento, a assiduidade do aluno não pode ser inferior a 95 % da carga horária do estágio. Os alunos que tenham ultrapassado o número de faltas permitido tanto a uma ou mais disciplinas, como no estágio não poderão obter qualquer certificação profissional.

Sempre que um aluno falte, terá de compensar os conteúdos a que não acedeu, com trabalho indicado pelo professor da(s) disciplina(s) em questão.

Caso um docente falte, o tempo lectivo da disciplina que ficou por leccionar será ocupado. Assim, o aluno é obrigado a estar presente numa actividade/aula de substituição. Posteriormente, o professor ausente terá de repor a(s) aula(s) da sua disciplina, em número equivalente às faltas dadas. Esta reposição poderá ou não ocorrer em horário pós lectivo.

#### **4.2.3. Avaliação**

A Avaliação é contínua e reveste um carácter regulador, realizando-se trimestralmente, em cada final de período, e expressando-se numa escala de 0 a 20 valores.

Os alunos terão ainda de realizar, no final do ano lectivo, uma Prova de Avaliação Final (PAF) que consistirá num ou mais trabalhos práticos baseados nas actividades do perfil de competências visado. Esta prova será atempadamente defendida pelo aluno, face a um júri constituído por, pelo menos, três elementos.

Caso o aluno não tenha aproveitamento na Componente de Formação Tecnológica, não poderá frequentar a Componente de Formação Prática, nem realizar a prova de avaliação final.

Os alunos dos Cursos de Tipologia 5 que desejem ingressar no Ensino Superior terão de realizar os exames específicos para a admissão à Universidade.

Para integrar estes cursos, os candidatos terão de ter concluído, com aproveitamento, no mínimo o 10º ano de escolaridade, ou equivalente, e prestar as provas que a escola ou instituição que os lecciona assim entender.

## Parte II

### **5.º Capítulo - Metodologia da investigação**

#### **5.1. Identificação da problemática do estudo.**

Atendendo a que a Europa se encontra actualmente a par de uma situação de envelhecimento da sua população, tanto devido aumento da esperança de vida, como ao facto da estrutura familiar se ter tornado mais frágil, contribuindo cada vez menos para uma renovação geracional bem proporcionada, viram-se os estados europeus na obrigação de criar estratégias para que as suas populações se tornassem mais produtivas, de forma a gerar mais riqueza e dinamismo económico.

Desta forma, foram disseminadas por todos os estados membros da Comunidade Europeia, directrizes para adaptar o ensino às realidades locais, com o intuito de inserir nas sociedades o maior número possível de cidadãos capacitados e certificados para um melhor enquadramento laboral.

Em Portugal, a criação de Cursos de Educação e Formação ou Percursos Formativos, veio ajudar a colmatar uma lacuna educacional, levando alunos com dificuldades várias, a adquirir competências funcionais que os adestre profissionalmente e os motive a se integrarem na vida activa.

A realização de um estudo centrado na temática dos Cursos de Educação e Formação é pertinente e oportuno. De facto, vivendo-se um período de grande mudança, tanto a nível das políticas educativas e económicas, como no que respeita a dinâmicas sociais, os Cursos de Educação e Formação poderão contribuir para que alunos, com as características menos facilitadoras de uma

boa escolaridade, possam cumprir um percurso escolar que lhes confira um leque de competências, bem como uma certificação profissional.

#### **5.1.1. Pergunta de partida**

Visto ainda pouco se ter estudado a respeito deste tipo de cursos, deu-se início à presente investigação, tendo como ponto de partida a seguinte questão:

***Que contributo os Cursos de Educação e Formação poderão dar aos alunos, de forma a conduzi-los a um cenário de sucesso?***

Desta pergunta surgiram outras questões de investigação, reunidas em três grupos temáticos:

##### **a) Questões de índole motivacional e pedagógica:**

-O que leva os alunos a optar pela frequência de um Curso de Educação Formação?

-Que expectativas no futuro têm os alunos que frequentam Cursos de Educação Formação?

-Quais os critérios adoptados pela escola para efectuar a selecção dos alunos a integrar os Cursos de Educação e Formação?

-Serão estes critérios os mais assertivos?

-Quais os critérios das escolas para a abertura de Cursos de Educação e Formação?



**b) Questões de contexto institucional:**

-Qual a utilidade dos Cursos de Educação Formação no que respeita à inserção dos seus alunos na vida activa?

-Qual a sua importância da escola como potencial fornecedor de mão-de-obra qualificada no tecido empresarial da região onde se insere?

-Que relações a escola estabelece com a comunidade, nomeadamente com as empresas relacionadas com os cursos ministrados?

-Que tipo de parcerias a escola estabelece com instituições e empresas?

**c) Questões de contexto social:**

-Que representações dos Cursos de Educação e Formação fazem os alunos desses cursos, seus encarregados de educação, os seus professores?

-Qual o contributo dos Cursos de Educação e Formação no desenvolvimento pessoal dos alunos?

**5.1.2. Design da investigação. Justificação do método utilizado.**

Esta investigação segue como método de investigação o estudo de caso. Teve-se como finalidade a produção de um documento de reflexão sobre a problemática de uma das vias alternativas de ensino em Portugal, os Cursos de Educação e Formação. Este estudo não pretende fazer generalizações a respeito deste tema, pois refere-se a um caso particular, com as suas características, potencialidades e constrangimentos muito próprios. Referindo Merriam (1988), Carmo (1998) caracteriza um estudo de caso qualitativo como sendo particular, descritivo, heurístico, indutivo e holístico. Particular, porque um estudo de caso se debruça especificamente sobre um determinado acontecimento, situação, programa ou fenómeno; descritivo porque produz

uma descrição exaustiva do objecto em questão; heurístico pois pressupõe a compreensão do fenómeno investigado; indutivo, porque o tipo de resultados obtidos numa investigação com estas características, geralmente só permite gerar conclusões a partir de um raciocínio indutivo; holístico *porque tem em conta a realidade na sua globalidade. É dada maior importância aos processos do que aos produtos, à compreensão e à interpretação*, Carmo (1998, p.217).

## **5.2. Técnicas utilizadas na recolha de dados**

Para a concretização deste estudo foram empregues diversos instrumentos de investigação complementares, que possibilitassem um bom nível de fiabilidade triangulando os resultados obtidos. Foram assim efectuadas entrevistas, inquéritos por questionário, análise documental de actas e observação naturalista em várias situações.

Fez-se um levantamento do historial dos Cursos de Educação Formação relacionados com os cursos integrantes desta investigação, desde a sua implantação no ano lectivo de 2003/2004, até à data. De igual forma, procedeu-se a uma pesquisa relativa ao percurso escolar dos alunos que fazem parte das duas turmas destes cursos.

Deste modo, e citando Bogdan e Biken (1994, p.90,) “O seu estudo irá basear-se em entrevistas com pessoas que tenham estado relacionados com a organização, na observação da escola e nos registos escritos existentes”.

Neste estudo aplicaram-se questionários a alunos, professores e encarregados de educação, cujos dados obtidos foram tratados e extraídas conclusões.

Esta investigação seguiu principalmente o método qualitativo. É de cariz *descritivo* e propôs-se a “estudar, compreender e explicar a situação actual do objecto de investigação. Inclui a recolha de dados para testar hipóteses ou responder a questões que lhe digam respeito”. (Carmo e Ferreira, 1998, p.213).

### **5.2.1. Os inquéritos por entrevista**

Com o objectivo de criar um maior conhecimento acerca da escola em estudo, quais as interacções que estabelece com a comunidade circundante, com os alunos, encarregados de educação, professores e funcionários, e quais as relações existentes entre estes actores educativos tendo em vista a prossecução dos Cursos de Educação e Formação, foram elaborados três categorias de inquéritos por entrevista. Estes inquéritos por entrevista foram realizadas conforme os cargos assumidos por alguns dos intervenientes no trabalho destes cursos: uma entrevista aplicada ao Presidente do Conselho Executivo desta escola (Anexo 1), uma outra aplicada aos Coordenadores dos Cursos de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica (Anexo 2), e ainda outra, aplicada aos respectivos Directores de Turma (Anexo 3). É de referir que o Coordenador do Curso de Técnico de Electrónica, acumula a função de Director de Turma, sendo que respondeu a ambas as entrevistas mas em alturas diferentes.

Em cada entrevista reservou-se uma primeira parte para apresentação do entrevistado, em que este foi caracterizado quanto a idade, género, habilitações literárias, tempo de serviço, se já leccionou ou lecciona em Cursos de Educação e Formação e a que grupo disciplinar pertence. Na segunda parte da entrevista contemplam-se um bloco de questões de tipo aberto. No caso da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo (Anexo 1), foram elaboradas catorze questões, na entrevista aplicada aos Coordenadores de Curso (Anexo 2), o número de questões foi de dezoito, enquanto que aos Directores de Turma, (Anexo 3) foram efectuadas vinte perguntas.

### **5.2.2. Descrição do ambiente em que decorreram as entrevistas:**

#### **Entrevista ao Presidente do Conselho Executivo**

A entrevista ao Presidente do Conselho Executivo realizou-se nas instalações da escola em estudo, procedendo-se da seguinte forma: O investigador, tendo

previamente marcado a entrevista com o entrevistado em questão, dirigiu-se ao seu gabinete. O presidente do órgão de gestão, após os cumprimentos habituais e das conversas de circunstância que se estabelecem normalmente nestas alturas, conduziu o investigador a uma sala de reuniões, fora do movimento de pessoas e telefonemas que estaria sujeito no seu próprio gabinete. Fez-se um teste inicial ao equipamento áudio que viria a ser utilizado para gravação da entrevista, iniciando-se em seguida esta. O entrevistado, apresentava uma postura descontraída e informal, demonstrando interesse no trabalho que se estava a realizar, respondendo de forma espontânea, sem pressões de tempo e sem se preocupar com a construção frásica ou com a sequência de ideias.

### **Entrevista à Coordenadora do Curso de Assistente de Acção Educativa**

A entrevista realizou-se numa pequena sala de apoio a uma das salas de aula utilizada por este curso, durante o decorrer de uma aula. A entrevistada orientou as alunas da turma na elaboração de um trabalho de grupo, as quais o aceitaram de imediato, que prontamente o executaram. A ausência temporária da professora, não foi motivo para que as alunas tomassem atitudes inadequadas ao bom funcionamento da aula. A entrevistada, apresentava uma postura descontraída e informal, demonstrando interesse no trabalho que se estava a realizar, respondendo de forma espontânea, sem pressões de tempo e sem se preocupar com a construção frásica ou com a sequência de ideias.

### **Entrevistas realizadas ao Coordenador do Curso de Técnico de Electrónica / Director de Turma**

Como já foi anteriormente referido, o Coordenador do Curso de Técnico de Electrónica acumula as funções de Director de turma, tendo-lhe sido aplicadas as entrevistas correspondentes aos dois cargos, mas em ocasiões distintas. Havendo algumas coincidências de questões, foram consideradas na entrevista à pessoa do Director de turma, as respostas obtidas na entrevista ao Coordenador de Curso. Ambas as entrevistas, realizaram-se numa das salas de aula utilizada por este curso, fora do horário das aulas. O entrevistado

mostrou disponibilidade para colaborar nesta investigação desde o primeiro momento, prestando todo o auxílio e facultando toda a documentação necessária. O entrevistado respondeu sinteticamente e objectivamente às questões postas, não fornecendo espontaneamente mais informações que as pedidas pelo entrevistador.

### **Entrevista à Directora de Turma do Curso de Assistente de Acção Educativa**

A entrevista realizou-se na sala de apoio aos directores de turma, espaço este frequentado por várias pessoas que durante o tempo da entrevista entravam e saíam inúmeras vezes. Nesta sala encontra-se algum equipamento informático, em permanente utilização pelos directores de turma. É um espaço de passagem, sem privacidade e ruidoso.

#### **5.2.3. Os inquéritos por questionário aplicados a Docentes e a Encarregados de Educação**

Os inquéritos por questionário aplicados aos docentes (Anexo 4) e aos encarregados de educação, (Anexo 5), constam de duas partes, sendo uma primeira parte para caracterização do entrevistado e uma segunda, comportando o bloco de questões. No inquérito por questionário destinado aos docentes, a parte de caracterização do entrevistado foi em tudo semelhante à constante dos inquéritos por entrevista já mencionados, visto se dirigirem todos a docentes. Já no que respeita à caracterização dos encarregados de educação, as informações solicitadas recaíram sobre a idade, género, grau de parentesco com o seu educando, profissão e habilitações literárias.

As questões patentes nos questionários colocadas tanto a docentes quanto a encarregados de educação, são do tipo fechado, com três possibilidades de escolha, assinalando em SIM, NÃO ou NÃO SEI, conforme o inquirido considere mais adequado. Relativamente ao número de questões colocadas no

questionário aplicado aos docentes, é de trinta e duas, enquanto que no questionário aos Encarregados de Educação é de vinte cinco.

Ambos os questionários foram testados previamente aplicando-os a dez docentes e a dez encarregados de educação, pertencentes uma outra escola. Estes pré testes (Anexos 4 A e 5 A) possibilitaram a realização algumas correcções, pretendendo-se que todas as questões fossem compreendidas pelos inquiridos, que não fossem difíceis de responder, que a ordem destas fosse a mais correcta, que fossem pertinentes e não redundantes, e sendo estes questionário composto por questões fechadas, que tivessem propostas todas as respostas passíveis de serem respondidas. A testagem destes questionários, serviu igualmente para sondar as reacções dos inquiridos, quanto à sua extensão, dificuldade ou parcialidade (Ghiglione e Matalon, 2005, p.156).

Foi por nós decidido, que o universo dos inquiridos, abrangesse no caso do inquérito por questionário aplicado aos docentes, todos os professores pertencentes aos Conselhos de Turma dos cursos em estudo, num número de oito, e no respeitante ao questionário aos encarregados de educação, a todos os encarregados dos alunos que frequentam estes dois cursos, sendo estes vinte e um. Visto alguns alunos assumirem a responsabilidade da sua educação, foi solicitado que respondessem a este questionário e simultaneamente ao inquérito de questão aberta aplicado aos alunos. Sendo que o universo de inquiridos, tanto de docentes como de encarregados de educação representou um número muito reduzido, o tratamento de dados baseou-se numa tradução qualitativa da quantificação das respostas obtidas. Não foi efectuada uma verdadeira análise estatística, como é típico fazer na aplicação deste tipo de instrumentos de investigação. Nos dois casos, os questionários foram entregues aos Directores de Turma, que os distribuíram e recolheram já preenchidos, devolvendo-os à procedência.

#### **5.2.4. Os inquéritos por questionário aplicados a Alunos**

O inquérito aplicado aos alunos de ambos os cursos em estudo constou de três questões abertas, com o objectivo de sondar a opinião destes relativamente à escola, ao curso e às expectativas que depositam no seu estágio final. As questões foram (Anexo 6):

- Para mim, a escola é:
- ...e o curso é:
- Espero que o estágio venha a ser:

Foram analisados os dados daí resultantes separadamente nas duas turmas, pelo facto de se relacionarem com áreas profissionais completamente distintas e também por questões de género; o curso de Técnico de Electrónica é composto por alunos do sexo masculino, enquanto que o curso de Assistente de Acção Educativa é composto por alunos do sexo feminino.

Os questionários foram ministrados aos alunos numa das visitas que o investigador efectuou às aulas destas turmas. Todos os alunos aceitaram colaborar, respondendo aos questionários, demonstrando pelas respostas dadas interesse pela investigação em curso.

#### **5.2.5. Análise documental efectuada a actas de Conselho de Turma**

Foram solicitadas ao Conselho Executivo as actas de Conselho de Turma relativas ao ano lectivo de 2006 / 2007, dos cursos de Assistente de Acção Educativa (Anexo 7) e de Técnico de Electrónica (Anexo 8), documentação esta que foi prontamente cedida, na condição de serem alterados os nomes de professores e alunos, de modo a garantir o anonimato destes. Desta análise constam sete actas de Conselho de Turma do curso de Assistente de Acção Educativa e sete actas do curso de Técnico de Electrónica.

#### **5.2.6. Análise de documentação disponibilizada**

Para a recolha de informações relativas à gestão e aquisição de recursos utilizados pelas turmas dos cursos focados, bem como ao historial dos seus alunos, caracterização da escola e da região em que esta se insere, foram analisados relatórios, Plano Educativo de Escola, Projectos Curriculares de Turma e Carta Educativa do conselho.

#### **5.2.7. Observação naturalista de aulas, actividades e Conselhos de Turma**

Realizaram-se várias visitas a aulas, Conselhos de Turma e actividades promovidas pelos alunos, de forma não participativa, com o objectivo de conhecer mais intimamente que tipo de interações os alunos estabelecem entre si, que postura assumem perante o curso e em sentido mais lato, perante vida, qual a relação existente entre professores e alunos e que preocupações estes manifestam mais em relação aos seus discentes.

Realizaram-se três visitas a aulas do curso de Assistente de Acção Educativa, a um Conselho de Turma e uma actividade, enquanto que ao curso de Técnico de Electrónica visitou-se uma aula e um Conselho de turma. Juntam-se em anexo todos os relatórios destas observações (Anexos 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15)



### **5.3. Instrumentos de levantamento de dados: entrevistas, questionários e pesquisa documental.**

#### **5.3.1. O inquérito por entrevista ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz**

Tendo em conta que inerente às funções de Presidente do Conselho Executivo está o estabelecimento de um conjunto de interacções com actores educativos, instituições da região e com organismos governamentais, tendo em vista a realização da gestão global da escola, foi elaborada uma entrevista tendo como principal preocupação perceber qual o nível de envolvimento do Presidente do Conselho Executivo em todo o processo de gestão dos Cursos de Educação e Formação.

**Como objectivos desta entrevista pretendeu-se o seguinte (Anexo 16):**

**Relativamente à escola:**

- Conhecer os motivos pelos quais a escola decidiu abrir os seus Cursos de Educação e Formação.
- Saber se houve investimento para apetrechar instalações com os equipamentos necessários para o bom funcionamento dos Cursos de Educação e Formação.
- Averiguar qual a forma de financiamento destes cursos, tanto para a sua implementação, como para a sua manutenção.
- Perceber o grau de autonomia da escola, quanto a aquisição e formação de recursos humanos, e se os apoia no campo científico e pedagógico.

### **Relativamente aos Cursos de Educação e Formação:**

- Saber se na opinião do Presidente do Conselho Executivo os docentes têm motivação intrínseca para leccionar em Cursos de Educação e Formação e porque aceitam ou se propõem a integrar Conselhos de Turma destes cursos.
- Averiguar segundo ele se os Cursos de Educação e Formação são realmente eficientes, no cumprimento dos seus propósitos.

### **Relativamente ao meio económico da região:**

- Perceber se a escola mantém relações instituídas ou informais com organismos e empresas, de forma a melhor integrar os seus alunos, no mundo laboral.

#### **5.3.2. O inquérito por entrevista aos Coordenadores dos Cursos de Educação Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica**

O inquérito por entrevista aplicado à Coordenadora do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e ao Coordenador do Curso de Técnico de Electrónica (Anexo 2), foi elaborado com o intuito de alargar o conhecimento a respeito desta escola e da sua interligação com a comunidade, quais as formas de financiamento para abertura e manutenção dos cursos, das inter relações estabelecidas entre os vários actores educativos, sobretudo entre os docentes dos Conselhos de Turma em estudo e de que forma a escola contribui para o desenvolvimento da autonomia dos seus alunos.

Sendo que a ambos os cursos em estudo se podem detectar significativas diferenças, quer quanto à área profissional por eles abordada, quer no que se refere aos alunos que os frequentam e aos próprios professores que os leccionam, sobretudo os da componente técnica, foi nossa intenção saber se a

forma de gestão dos dois cursos é semelhante, se existe uma mesma interpretação da realidade destes cursos e quais expectativas no futuro dos alunos, visto se esperar que venham a trabalhar em áreas, cujos contextos tanto diferem.

Quis-se portanto fazer uma análise *meso*, da forma como os coordenadores se relacionam com os seus Conselhos de Turma, Órgãos de Gestão e organizações empregadoras.

Como objectivos deste bloco de entrevistas pretendeu-se o seguinte (Anexo 17):

**Relativamente à escola:**

- Conhecer os motivos pelos que a escola decidiu abrir os seus Cursos de Educação e Formação.
- Saber se houve investimento para apetrechar instalações com os equipamentos necessários para o funcionamento dos Cursos de Educação e Formação.
- Averiguar qual a forma de financiamento destes cursos, tanto para a sua implementação, como para a sua manutenção.
- Perceber o grau de autonomia da escola, quanto a aquisição e formação de recursos humanos e se os apoia no campo científico e pedagógico.

**Relativamente aos Cursos de Educação e Formação:**

- Perceber se existe dificuldade em mobilizar docentes para formar Conselhos de Turma deste tipo de cursos.

- Saber se os docentes têm uma motivação intrínseca para leccionar em Cursos de Educação e Formação, porque aceitam ou se propõem a integrar Conselhos de turma destes cursos.
- Averiguar se se geram relações colegiais, formais ou informais, entre os professores destes Conselhos de Turma.
- Percepcionar se os professores têm motivação e iniciativa para a promoção de actividades extra curriculares.

**Relativamente ao meio económico da região:**

- Averiguar se os Cursos de Educação e Formação são realmente eficientes, no cumprimento dos seus propósitos.
- Perceber se a escola estimula os seus alunos a serem autónomos e empreendedores.

**5.3.3. O inquérito por entrevista aos Directores de Turma dos Cursos de Educação Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica**

O questionário por entrevista aplicado à Directora da Turma do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e ao Director da Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica (Anexo 3), foi elaborado com o intuito de criar um maior conhecimento a respeito do funcionamento deste curso, das inter relações estabelecidas entre os vários actores educativos, sobretudo entre os docentes do Conselho de Turma, sobre a adequação dos conteúdos leccionados e perceber que colaboração dão os encarregados de educação no percurso escolar dos seus educandos.

Como objectivos desta entrevista pretendia-se o seguinte (Anexo 18):

**Relativamente ao Curso:**

- Perceber se existe estabilidade docente nos Conselhos de Turma deste tipo de cursos.
- Indagar quais as dificuldades que os professores sentem ao leccionarem nestes cursos.
- Averiguar se se geram relações colegiais, formais ou informais, entre os professores destes Conselhos de Turma.
- Saber se os docentes têm uma motivação intrínseca para leccionar em Cursos de Educação e Formação e porque aceitam ou se propõem a integrar Conselhos de turma destes cursos.
- Percepcionar se os professores têm motivação e iniciativa para a promoção de actividades extra curriculares.
- Inferir quanto à adequação curricular no que toca ao tipo de alunos a que estes cursos se destinam.
- Saber se a carga horária está de acordo com o desenho curricular destes cursos e com o desempenho esperado destes alunos.
- Perceber se a escola estimula os seus alunos a serem autónomos e empreendedores.
- Indagar qual o tipo de relação que os alunos estabelecem com os restantes membros da comunidade educativa.
- Averiguar se os Cursos de Educação e Formação são realmente eficientes, no cumprimento dos seus propósitos.

- Saber se a escola faz uma eficiente divulgação dos seus cursos

#### **Relativamente à Família:**

- Perceber se a escola estabelece canais de comunicação eficientes, com os encarregados de educação dos seus alunos.
- Saber que relação existe entre encarregados de educação e os seus educandos.

#### **5.3.4. Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica**

O inquérito aplicado aos docentes que constituem os dois Conselhos de Turma dos cursos em estudo (Anexo 4), consistiu num conjunto de dois blocos de questões, um de caracterização do docente e outro composto de trinta e duas questões fechadas com três possibilidades de resposta, SIM, NÃO e NÃO SEI, centrados em três grandes temáticas: o Aluno, a Escola e o Meio Sócio-Económico da região.

Como objectivos deste inquérito por questionário pretendeu-se o seguinte (Anexo 19):

#### **Relativamente ao Aluno:**

- Perceber se os professores conhecem os seus alunos quanto:
  - a) às suas motivações;
  - b) à sua realização pessoal.
- Aferir que representações têm os professores, dos alunos que integram os Cursos de Educação e Formação.

- Percepcionar se os professores se sentem optimistas quanto ao futuro académico dos alunos que frequentam estes cursos.

- Percepcionar se os professores acreditam que os conteúdos dados nos Cursos de Educação e Formação terão utilidade no futuro profissional dos alunos que os integram.

### **Relativamente à Escola:**

- Aferir se os professores têm informação acerca da nomenclatura dos Cursos de Educação e Formação.

- Aferir se os professores sabem como se constituem as turmas de Cursos de Educação e Formação.

- Apurar se os professores sabem qual o perfil de aluno proposto para integrar um Curso de Educação e Formação.

- Saber se os professores conhecem os curricula dos Cursos de Educação e Formação.

- Saber se os professores têm conhecimento de como se faz a gestão de tempos e curricula em turmas de Cursos de Educação e Formação.

- Saber se os professores têm conhecimento de como se faz a gestão financeira em Cursos de Educação e Formação, inclusive se sabem que fundos se podem utilizar na sua gestão.

Perceber se os professores sentem haver uma ligação real entre escola e o sector empresarial, potencial empregador de alunos finalistas de Cursos de Educação e Formação.

- Aferir se a escola abriu Cursos de Educação e Formação para se poder adaptar a uma nova realidade social operada na região em que se insere.

- Percepcionar se a escola abriu Cursos de Educação e Formação para poder manter ocupados alguns professores que no passado leccionavam disciplinas que entretanto foram suprimidas.

-Perceber se existe um bom clima de escola.

-Percepcionar a existência de conflitos de interesses entre professores.

-Saber se os Cursos de Educação e Formação desta escola, foram abertos tendo em consideração as características do seu Projecto Educativo.

-Indagar se os recursos físicos e humanos existentes na escola são os mais adequados para o funcionamento de Cursos de Educação e Formação.

-Aferir se os alunos têm uma boa relação com os restantes actores da comunidade educativa.

-Saber se a escola estabelece contactos com os encarregados de educação e se o circuito de comunicação existente é o mais eficiente.

### **Relativamente ao Meio Sócio-Económico:**

- Perceber se os professores conhecem as características socio-económicas da região onde a escola está inserida.

- Saber que inter relações existem entre escola, empresas e instituições da região.



### **5.3.5. Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos Encarregados de Educação dos alunos dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica**

O inquérito aplicado aos encarregados de educação dos alunos que frequentam os cursos em estudo (Anexo 5), consistiu num conjunto de dois blocos de questões, um de identificação do encarregados de educação e outro constante vinte e quatro questões fechadas com três possibilidades de resposta, SIM, NÃO e NÃO SEI, centrados em três grandes áreas: o Educando, a Escola e o Meio Sócio-Económico circundante à Escola Secundária Maria da Luz.

Quanto aos objectivos pretendidos a atingira com este questionário, registam-se os seguintes (Anexo 20):

#### **Relativamente ao Educando:**

-Perceber se os encarregados de educação conhecem os seus educandos quanto a:

- a) suas motivações;
- b) seus desejos de realização pessoal.

-Aferir que representações têm os encarregados de educação dos alunos que integram os Cursos de Educação e Formação.

-Saber que importância os encarregados de educação dão a habilitações literárias.

- Percepcionar se os encarregados de educação criam expectativas nos seus educandos no que diz respeito ao seu futuro profissional.

### **Relativamente à Escola:**

- Saber se os encarregados de educação matricularam os seus educandos num Curso de Educação e Formação, tendo conhecimento das ofertas educativas existentes.
- Perceber se os encarregados de educação auxiliam os seus educandos a gerir o seu tempo.
- Aferir se os encarregados de educação têm informação acerca da nomenclatura dos Cursos de Educação e Formação.
- Saber se os encarregados de educação se encontram informados no tocante à vida escolar dos seus educandos.
- Depreender se os encarregados de educação se deslocam à escola e se conhecem as suas instalações.
- Aferir se os encarregados de educação conversam com os seus educandos sobre as inter relações que estes estabelecem com os restantes elementos da comunidade educativa.

### **Relativamente ao Meio Sócio-Económico:**

- Perceber se as famílias se sentem bem integradas no meio onde residem.
- Percepcionar se os encarregados de educação gastam muito tempo em deslocações entre o seu local de residência e o trabalho.
- Aferir se o agregado familiar tem e tencionará continuar a ter um local de residência fixo, ou se pelo contrário assume características migrantes.
- Saber se os encarregados de educação estabelecem contactos com a escola e com as restantes instituições e empresas da região.

### **5.3.6. Observações naturalistas de aulas, actividades e Conselhos de Turma de ambos os cursos em estudo**

Nesta investigação foram efectuadas duas observações a aulas do curso de Assistente de Acção Educativa, uma a doze de Março e outra a quinze do mesmo mês, uma observação a uma actividade promovida pelas mesmas alunas realizada a vinte e um de Março, e a duas aulas do curso de Técnico de Electrónica, uma que teve efeito no dia quinze de Março, outra no dia vinte e um de Junho de 2007, com o intuito de apresentar aos alunos de ambas as turmas o presente trabalho, de conhecer os alunos quanto à forma como encaram a escola e o curso, que relação estabelecem entre si e com os professores. Foi também nossa intenção, envolver os alunos nesta investigação, convidando-os a participar respondendo a um inquérito de questão aberta e na criação do nome fictício adoptado para esta escola, de modo a manter o seu anonimato.

Foram observados dois Conselhos de turma do curso de Assistente de Acção Educativa, ocorridos a vinte de Março, e um do curso de Técnico de Electrónica, a cinco de Junho de 2007. Pretendeu-se dar a conhecer aos docentes o âmbito deste estudo, bem como perceber de que forma se relacionam e como encaram a docência neste tipo de cursos, com este tipo de alunos. Os professores foram igualmente solicitados a participar no fornecimento de dados para a concretização desta investigação, respondendo a um inquérito por questionário.

## 5.4. Técnicas de análise de dados

### 5.4.1. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito por entrevista aplicado ao Presidente do Conselho Executivo (Anexo 22 a 25)

Reflectidas nas questões deste inquérito por entrevista, constam quatro grandes áreas, aqui designadas por categorias de análise, subdivididas em subcategorias e representadas na seguinte tabela:

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	PERGUNTAS
- Capacitação dos alunos	-Orientação vocacional e escolar. -O Insucesso / sucesso escolar. -Colocação dos alunos na vida activa.	2.1; 2.2; 2.10 2.2; 2.11 2.2; 2.12
- Gestão de recursos e financiamento dos C.E.F.(s)	- Rentabilização de recursos físicos e humanos existentes. -Aprendizagem ao Longo da Vida. -Gestão financeira dos C.E.F.(s).	2.3; 2.4; 2.7; 2.11 2.7 2.5; 2.6
- Relações colegiais e clima de escola.	-Trabalho colaborativo entre professores. -Organização curricular e pedagógica dos C.E.F.(s)	2.9 2.9; 2.10
- Relações da escola com a comunidade e com o Estado	-Estabelecimento de relações formais e informais entre a escola e empresas e outras instituições. -Aquisição de locais de estágio para alunos finalistas de C.E.F.(s) e sua inserção na vida activa. -Coordenação estatal no estabelecimento de partenariados e políticas para a eficiência das escolas.	2.12; 2.13 2.13 2.8; 2.14

#### 5.4.2. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito por entrevista aplicado aos Coordenadores de Curso (Anexo 27 a 30)

À semelhança do inquérito por entrevista aplicado ao Presidente do Conselho Executivo, consideram-se subjacente a esta entrevista as mesmas categorias de análise, subdivididas igualmente em subcategorias, mencionadas na tabela abaixo representada:

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Coordenadores dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	PERGUNTAS
- Capacitação dos alunos	-Orientação vocacional e escolar. -O Insucesso / sucesso escolar. -Organização curricular e pedagógica dos C.E.F.(s) -Colocação dos alunos na vida activa.	2.2 2.2;2.16  2.11 2.2; 2.12; 2.13; 2.17; 2.18
- Gestão de recursos e financiamento dos C.E.F.(s)	- Rentabilização de recursos físicos e humanos existentes. -Aprendizagem ao Longo da Vida. -Gestão financeira dos C.E.F.(s).	2.3; 2.4; 2.6; 2.7 2.7 2.5; 2.6
- Relações colegiais e clima de escola.	-Trabalho colaborativo entre professores. -Motivação dos professores	2.10 2.8; 2.9
- Relações da escola com a comunidade e com o Estado	-Estabelecimento de relações formais e informais entre a escola e empresas e outras instituições. -Aquisição de locais de estágio para alunos finalistas de C.E.F.(s) e sua inserção na vida activa.	2.12; 2.13, 2.15  2.14

#### 5.4.3. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito por entrevista aplicado aos Directores de Turma (Anexo 33 a 36)

As categorias de análise diferem ligeiramente das constantes nos inquéritos por entrevistas anteriormente referidos, pois as questões abordadas nesta entrevista pretenderam revelar dados acerca da micro-gestão das turmas, efectuada por estes dois intervenientes. Como se pode verificar na seguinte tabela, as categorias são as relações colegiais e clima de escola, a capacitação dos alunos, as Relações Aluno/Escola, e por fim, as Inter relações Escola/Família.

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	PERGUNTAS
- Relações colegiais e clima de escola.	-Estabilidade docente	2.2
	-Trabalho colaborativo entre professores.	2.4; 2.6
	-Motivação dos professores	2.3; 2.5
- Capacitação dos alunos	-Orientação vocacional e escolar.	2.11; 2.10
	-Organização curricular e pedagógica dos C.E.F.(s)	2.7; 2.8; 2.9
	-O Insucesso / sucesso escolar.	2.10; 2.12; 2.17
	-Colocação dos alunos na vida activa.	2.15; 2.16
-Relações Aluno/Escola	-Comportamento dos alunos	2.13
	-Mobilização de alunos na promoção de actividades.	2.14
- Inter relações Escola/Família	-Estabelecimento de relações formais entre a escola e a família.	2.18; 2.20
	-Envolvimento dos Encarregados de Educação no processo Ensino / Aprendizagem.	2.18; 2.19; 2.20

**5.4.4. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica (Anexo 38 a 42)**

Inerentes a este inquérito constam cinco grandes áreas, aqui designadas por categorias de análise, subdivididas em subcategorias, representadas na seguinte tabela:

Tabela de Análise – Questionário aos Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica		
CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	QUESTÕES
<b>Categoria 1: Capacitação dos alunos</b>	-Orientação vocacional e escolar.	2.1
	-Realização Pessoal	2.2
	-Caracterização dos alunos (comportamento / Aproveitamento)	2.3
		2.4
		4.9
	-Expectativas académicas e profissionais	4.10
		2.5
		2.6
<b>Categoria 2: Envolvimento dos Professores nos CEF</b>	-Conhecimento que os docentes têm acerca dos CEF	2.7
		3.1
		3.2
		3.3
		3.4
		3.5
	-Participação na organização curricular e pedagógica dos CEF	3.6
		3.7
		3.8
		3.9
<b>Categoria 3: Interacções Escola / CEF</b>	-Integração dos CEF na escola.	4.1
		4.2
		4.5
	-Clima de Escola	4.3
	-Motivações dos professores	4.4
	-Recursos físicos / humanos	4.6
		4.7
		4.8
<b>Categoria 4: Interacções Escola / Família</b>	-Eficiência dos mecanismos de comunicação entre Escola e Família	4.11
		4.12
<b>Categoria 5: Interacções Escola / Comunidade</b>	-Relações estabelecidas entre a Escola e a comunidade	5.1
		5.2
		5.3
		5.4

**5.4.5. Categorias e subcategorias de análise constantes no Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos Encarregados de Educação dos alunos dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica (Anexo 43 a 45)**

Subjacente a este inquérito constam três grandes áreas, aqui designadas por categorias de análise, subdivididas em subcategorias, representadas na seguinte tabela:

Tabela de Análise – Questionário aos Encarregados de Educação dos alunos dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica		
CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	QUESTÕES
<b>Categoria 1: Capacitação dos alunos</b>	-Orientação vocacional e escolar.	2.1
	-Realização Pessoal	2.2
	-Expectativas académicas e profissionais	2.3
		2.4
		2.5
	-Caracterização dos alunos (comportamento / Aproveitamento)	2.6
		2.7
<b>Categoria 2: Interacção Escola/Família</b>	-Representações que os Encarregados de Educação fazem dos CEF.	4.1
		3.1
		3.2
		3.3
		3.4
		4.7
<b>Categoria 3: Ralação Família/Meio</b>	-Eficiência dos mecanismos de comunicação entre a Escola e a Família	4.5
		4.6
	-Estabilidade residencial e laboral	5.1
		5.2
		5.3
	-Conhecimento da região em termos sócio-económicos	5.4
		5.5
		5.6



#### **5.4.6. Análise do Inquérito de Questão Aberta, aplicado aos alunos do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica (Anexo 46 a 51)**

Subjacente a este inquérito constam três grandes áreas, aqui designadas por categorias de análise, subdivididas em subcategorias, representadas na seguinte tabela:

Tabela de Análise – Inquérito de Questão Aberta aplicado aos alunos dos CEF de Assistente de Acção Educativa e Técnico de Electrónica	
CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS
Representações que os alunos têm da Escola	-Formação académica -Desenvolvimento Pessoal -Realização Pessoal
Representações que os alunos têm do Curso	-Alternativa Curricular -Formação Profissional -Realização Pessoal
Expectativas que os alunos depositam no Estágio	-Complemento Académico -Formação Profissional -Integração Laboral -Realização Pessoal

## **5.5. Contexto da investigação**

Este estudo centraliza-se exclusivamente na Escola Secundária Maria da Luz, designação esta fictícia, condição de anonimato imposta pelo seu Conselho Executivo, como é prática corrente em investigações deste tipo.

### **5.5.1. Descrição da Escola Secundária Maria da Luz.**

A Escola Secundária Maria da Luz é uma escola secundária com terceiro ciclo, estando actualmente a passar por uma reestruturação organizacional, pois passará já no ano lectivo de 2007/2008 a funcionar como agrupamento vertical, abrindo algumas turmas de segundo ciclo e agregando duas escolas de primeiro ciclo e jardim de infância.

A composição da comunidade educativa no ano lectivo de 2006/2007 conta de 750 alunos, 110 professores e 32 funcionários. Quanto ao corpo docente, registe-se que 98% pertence ao quadro em nomeação definitiva, residindo na sua maioria, perto do seu local de trabalho, facto este que representa para a escola, uma forte estabilidade, assegurando a continuidade pedagógica em todas as turmas.

O espaço físico desta escola comporta quatro pavilhões e um campo desportivo. Em três dos seus pavilhões estão instalados uma sala multiusos, um refeitório, uma sala de audiovisuais, salas específicas para as áreas de electricidade e electrotecnia, práticas de secretariado e contabilidade, acompanhamento de crianças, bem como as restantes salas de aula normais. Num quarto, designado por pavilhão central, funcionam todos os serviços administrativos e o Centro de Recursos Educativos.

Todos os sectores se encontram informatizados, sendo que todos os serviços são acedidos por meio de cartão magnético, facilitando a identificação de alunos, professores e funcionários, e tornando desnecessária a utilização de

dinheiro para efectuar qualquer compra ou pagamento dentro do perímetro da escola.

Foram instalados computadores nalgumas salas, tornando possível às turmas de sétimos e oitavos anos a prática do “Sumário Digital”.

Os Serviços Administrativos funcionam em *Open Space*, administrados por vários gestores de processo, especializados cada um numa área específica. O atendimento torna-se desta forma mais personalizado, evitando filas e desperdício de tempo desnecessário.

Esta escola caracteriza-se por promover diversas actividades extra curriculares como sejam os clubes de Teatro, Ambiente, Netlink, Saúde, Fotografia e Rádio Escola. Mantém aberto um site de Internet e prevê-se a criação de um portal com o intuito de divulgar materiais didácticos, facilitando assim a aprendizagem dos alunos, motivando-os para o estudo e para a boa utilização das novas tecnologias de informação e comunicação.

A escola em estudo participa regularmente em programas e concursos, estabelece protocolos, tanto nacionais como internacionais, como é o exemplo da sua participação num projecto de intercâmbio cultural, tendo como tema base as Lendas e as Histórias, no âmbito do Projecto *Comenius*.

A escola dinamiza acções de formação, nos domínios da construção de materiais didácticos, Sexualidade, Projecto Curricular de Turma, alargando o leque de conhecimentos dos docentes nestas áreas tão utilizadas no quotidiano.

Além das acções de formação para docentes, a escola oferece aos seus funcionários formação, colmatando algumas lacunas e necessidades detectadas.

Também abertos a toda a comunidade educativa e encarregados de educação, encontram-se disponíveis programas de apoio e esclarecimento, como são o

caso dos Projectos “Escola de Pais” e “Alcoologia e Prevenção das Toxicodependências - viverbem.sem”.

A escola elabora e divulga o seu Jornal Escolar, tal como o projecto Escola Viva, que tem como finalidade a dinamização de eventos culturais, a divulgação do livro do mês, a organização de actividades recreativas e desportivas e dá continuidade ao Projecto “ Escola De Pais”.

Tem, em fase experimental, e em parceria com o Instituto de Apoio à Criança, um Gabinete de Atendimento ao Aluno e à Família (GAAF).

Possui um Núcleo de Apoio Educativo e Serviço de Psicologia e Orientação, com toda uma equipa de técnicos capacitados para o apoio e encaminhamento académico/profissional de alunos sinalizados pelos seus directores de turma.

#### **5.5.2. Descrição do meio onde a Escola Secundária Maria da Luz se insere.**

A Escola Secundária Maria da Luz localiza-se na “Freguesia da Luz”, designação esta fictícia, Concelho de (...), Distrito de Lisboa. Esta escola encontra-se rodeada por AUGI's (Áreas Urbanas de Génese Ilegal / loteamentos clandestinos). Estima-se a existência de cerca de 6.500 lotes clandestinos, só nesta freguesia. Esta proliferação de construção ilegal, teve o seu início nos anos setenta, mantendo-se até aos dias de hoje. Em estreita proximidade da escola, encontram-se bairros de construção económica e de realojamento.

Tendo sido esta, uma zona tradicionalmente rural, encontra-se actualmente urbanisticamente descaracterizada, e densamente construída, coexistindo áreas rurais, zonas urbanas detentoras de fracas infra-estruturas rodoviárias e de saneamento básico, e áreas industriais.

A Freguesia da Luz, é em termos de área, a terceira maior do concelho, ocupando 20.1Km<sup>2</sup>, e a primeira, quanto a número de habitantes, situando-se nos 43.991. Curiosamente, esta freguesia é a terceira com menor densidade populacional, sendo de 2.146 habitantes/Km<sup>2</sup>, mas a que regista um maior crescimento demográfico da última década, mais 8.053 residentes, ou seja, um incremento de 22,4% em relação a 1991.

Esta freguesia regista um elevado número de famílias desfavorecidas. Indicadores como o desemprego e o número de beneficiários do Rendimento Mínimo de Inserção situam-se num patamar bastante elevado, indicando uma grande vulnerabilidade das famílias. O acesso por habitante a equipamentos e serviços sociais é o mais baixo do concelho. Regista-se a mais baixa cobertura do ensino pré-escolar deste conselho.

O tecido empresarial desta freguesia caracteriza-se sobretudo pela existência de um elevado número de empresas do sector Secundário. Fábricas de calçado, indústria química, alimentar e de reparação automóvel, são as que existem em maior número (informação extraída da Carta Educativa do Concelho (...)).

#### **5.5.3. Abordagem à Carta Educativa do Município onde a Escola Secundária Maria da Luz está inserida.**

Desde a elaboração da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo (L.B.S.E.), que se tem como instrumento base a Carta Educativa, com vista a concretizar uma melhor gestão, planeamento e ordenamento da rede escolar. Inicialmente com a designação de Carta Escolar, este documento consistia num levantamento de todos os equipamentos escolares, públicos, privados e IPSS, caracterizando o seu estado de conservação, a sua população e regime de funcionamento. De igual modo era elaborada uma caracterização exaustiva da realidade social e económica do Município. Deste modo, a Carta Escolar limitava-se a ser um documento estático, meramente inventariativo, sem um propósito evolutivo.

Com a desenvolvimento do conceito de Escola para algo mais abrangente e interactivo, passando esta a deixar de ser considerada isoladamente mas integrada num determinado território, em coacção com outros estabelecimentos de ensino e restantes instituições da região envolvente, a Carta Escolar passa a ser um documento orientativo, tendo em conta as transformações sociais, demográficas, urbanísticas e económicas do Concelho.

Designando-se actualmente por Carta Educativa, este documento tem como validade um período de dez anos, sendo necessário um trabalho constante dos vários interlocutores, incidindo sobretudo na observação da evolução social do concelho, correlacionando factores como as tendências políticas para o desenvolvimento urbanístico no contexto do município, a evolução demográfica e económica da região, a actualidade do sistema educativo, com vista a uma reestruturação e adequação da rede escolar do concelho.

A elaboração da Carta Educativa assenta sobre duas perspectivas, uma de diagnóstico da realidade social e económica da região, incidindo sobre a “Estrutura Espacial do Território”, a “Caracterização Sócio-Demográfica”, a “Caracterização Sócio-Económica”, e a “Evolução da Procura e Oferta da Educação e do Ensino”, e uma segunda de índole prospectivo, explicitando os princípios e conceitos orientadores para a rede escolar, objectivando a estruturação dos territórios educativos e apresentado todo o conjunto de propostas para a reestruturação e reconfiguração da rede educativa do concelho.

Sendo a Escola uma organização complexa inserida num determinado contexto social, constitui-se parte integrante de um conjunto de instituições comunitárias, interligadas por relações de estreita colaboração, gerando sinergias com via a garantir às populações a escolaridade obrigatória. Estabelecimentos de ensino pré-escolar, de primeiro, segundo e terceiro ciclo, secundário, profissional ou superior, sejam eles públicos, privados e IPSS, pertencentes a um determinado território geográfico, estabelecem relações de interdependência com Juntas de Freguesia, Centros de Saúde, Associações locais, Associações de Pais. A implicação destes e outros agentes sociais no trabalho das escolas gerou um

novo conceito, agora preconizado na Carta Educativa: o de Território Educativo. Como princípio estruturante para a implantação de redes escolares eficientes e coadunadas com o meio em que se inserem, o conceito de Território Educativo aglutina uma preocupação de carácter pedagógico a uma de carácter de ordenamento territorial, organizando de forma racional o território concelhio.

Assim sendo, a Carta Educativa revela ser um instrumento de planeamento complexo, fundamental para a gestão educativa e de recursos escolares, antevendo a evolução social, demográfica e económica do concelho em estudo, optimizando e reestruturando pró-activamente a rede escolar.

## **5.6. Análise e comentário de dados.**

### **5.6.1. Análise de documentação disponibilizada.**

Para que fosse possível a recolha de informação acerca do historial dos cursos desta escola e dos seus alunos, bem como saber mais a respeito da gestão desta escola, foram consultados variados documentos, relatórios e Projectos Curriculares de Turma.

#### **Historial dos cursos destas áreas frequentados por alguns dos alunos que integram os cursos investigados**

A Escola Secundária Maria da Luz, optou desde 2002, por adoptar uma gestão educacional capaz de oferecer alternativas educativas, fossem elas por via de Cursos Tecnológicos, turmas de Currículos Alternativos ou Cursos de Educação e Formação. Esta mudança de estratégia deveu-se ao elevado índice de insucesso escolar e abandono escolar precoce, observado em anos anteriores.

Posto isto, e relacionados com o actual CEF de Assistentes de Acção Educativa, abaixo enumeram-se os cursos que funcionaram até à data:

- No ano lectivo de 2002/2003, a escola abriu o Curso de Acompanhantes de Crianças.
- Em 2003/2004 tem início o Curso de Agentes de Acção Educativa - Acompanhantes de Crianças, que tem continuidade no ano lectivo seguinte.
- O Curso Complementar decorre no ano lectivo de 2005-2006.
- No mesmo ano lectivo funcionou o CEF de Auxiliares de Acção Educativa, de Tipologia 4.
- Actualmente decorre o curso em estudo, CEF de Assistente de Acção Educativa, de Tipologia 5.

No tocante à área da electricidade/electrónica, funcionaram desde 2002 os cursos abaixo mencionados:

- Nos anos lectivos de 2002/2003, 2003/2004 e 2004/2005, funcionou o Curso Tecnológico de Electrónica / Electrotecnia.
- No ano lectivo de 2003/2004 abriu o Curso de Educação e Formação de Electricistas de Instalações, de Tipologia 3, decorrendo no ano lectivo seguinte.
- Em 2005 abriu o Curso de Educação e Formação de Electricistas de Instalações, de Tipologia 4.
- O Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica teve o seu início no ano lectivo de 2006/2007.

### **Análise do percurso dos alunos que frequentam ou frequentaram cursos em estudo.**

Nas áreas profissionais relacionadas com o CEF de Assistentes de Acção Educativa, o que se sabe acerca do percurso académico e profissional das alunas e dos dois alunos que frequentaram estes cursos, é o seguinte:



No ano lectivo de 2003/2004 abre o Curso de Agentes de Acção Educativa - Acompanhantes de Crianças. Nele matricularam-se dezasseis alunas, das quais desistiram quatro. Destas quatro alunas, três foram trabalhar em áreas que não têm a ver com o curso, uma empregou-se como ajudante num cabeleireiro, outra como empregada de balcão numa loja, e outra como empregada de limpeza de um supermercado. A quarta aluna inscreveu-se num outro Curso de Educação e Formação, na área da Amadora.

No ano lectivo 2004/2005, é dada continuidade ao curso aberto no ano anterior, tendo iniciado com doze alunas, ou seja, as que tinham concluído com sucesso, o ano anterior.

Neste ano desistiram quatro alunas: duas alunas tiveram bebés, uma outra integrou o 10º ano do Ensino Regular, da Área de Artes, que depois de ter experimentado, abandonou, e uma última abandonou o seu estágio, a uma semana antes da sua conclusão, tendo-se empregado.

A maioria das alunas desta turma, só pretendia concluir o 9º ano de escolaridade, e de seguida, procurar um emprego.

Candidatam-se ao Curso Complementar a leccionar no ano lectivo de 2005/2006, as oito alunas da turma do ano anterior, bem como outras candidatas, tanto desta escola, como de outras deste conselho. Do grupo do curso do ano anterior, foram seleccionadas seis, porém, uma das alunas foi, contra a sua vontade, impedida pela própria família de continuar os seus estudos, já que pertencia à etnia cigana, e era deste modo, obrigada a cumprir as leis próprias destes. Assim, foi constituída uma turma, integrando novos elementos, alguns desta escola, outros provenientes de outras escolas do Conselho. Neste grupo, estiveram dois rapazes do CEF de Técnicos de Electrónica, que não tinham as mesmas disciplinas tecnológicas, mas que se integraram perfeitamente no espírito da turma, com o objectivo de obter a equivalência ao 10º ano. Durante este ano lectivo, uma aluna nunca apareceu, soube-se mais tarde que tinha arranjado emprego numa loja, três outras abandonaram o curso, uma delas por orientação da própria escola, pois não se enquadrava no espírito do curso, outra por querer seguir uma carreira diferente,

ligada à música, e também por se encontrar psicologicamente incapacitada para continuar a frequentar a escola, e uma outra aluna desistiu de frequentar o curso, depois de ter tido bebé.

Registe-se que uma aluna desistiu a meio do estágio, não se sabendo exactamente quais as razões, não voltando a comparecer nem à escola, nem à Instituição onde estagiava. Julga-se que este abandono se deve a questões familiares.

No final do ano lectivo, e tendo em conta as características do grupo, alguns alunos foram reencaminhados. Deste modo, os rapazes voltaram para a área que pretendiam seguir, a turma de Tipo 5 do CEF de Técnico de Electrónica, três raparigas integraram a turma Tipo 5 do CEF de Secretariado, duas alunas mudaram para cursos profissionais, e duas outras alunas mudaram de escola, onde integraram uma turma de um curso de Artes Gráficas de Tipologia 5. Duas das alunas não se inscreveram para o ano seguinte.

Simultaneamente ao Curso Complementar, funcionou o CEF de Auxiliares de Acção Educativa, de Tipologia 4. Integram no início quinze alunas. Curiosamente, uma destas alunas, que integrou posteriormente a Tipologia 5, pertenceu à turma do primeiro Curso de Acompanhantes de Crianças (2002-2003), leccionado nesta escola. Desistiram duas alunas, sendo que uma delas se encontra actualmente a trabalhar com crianças.

Percebeu-se que as expectativas das alunas aumentaram relativamente ao seu percurso escolar, passando estas a ambicionar a conclusão do 12º ano.

No biénio de 2006-2007, abre o CEF de Auxiliares de Acção Educativa, de Tipologia 5. A turma é composta por dezoito alunas e foi constituída com parte do grupo do Curso Complementar, com a maior parte do grupo do Curso de Tipologia 4, e mais uma aluna que veio de outra escola do concelho. Hoje, a grande maioria das alunas, quer acabar o 12º ano e prosseguir estudos no Ensino Superior.

Relativamente aos alunos que integraram o CEF de Técnico de Electrónica, de Tipologia 5, refere-se o seguinte:

Esta turma conta actualmente com doze alunos do sexo masculino, sendo que no início do ano era composta por catorze, sendo que dois anularam a sua matrícula. Os dados que abaixo se descrevem, referem-se à totalidade de alunos inscritos, ou seja catorze.

No que diz respeito a alunos com retenções em anos anteriores, registe-se que integraram esta turma, cinco alunos, com três retenções, quatro alunos, com duas retenções, quatro alunos, com uma retenção, e um aluno sem qualquer retenção.

Quanto ao local de residência, todos os alunos moram no concelho de (...), sendo que três alunos moram na Freguesia da Luz, dois em (localidade a 1,9Km), um em (localidade a 3,5Km), um em (localidade a 4,5Km), um em (localidade a 7,6Km), dois em (localidade a 4,0Km), um em (localidade a 3,0Km), um em (localidade a 9,0Km), um em (localidade a 3,7Km) e um em (localidade a 8,0Km).

O meio de transporte que estes alunos usam para se deslocar do local de residência para a escola, varia, desde o automóvel, moto, autocarro ou a pé, sendo que três alunos se deslocam de carro, um de moto, cinco de autocarro e os restantes cinco a pé.

O nível etário dos alunos desta turma, situa-se entre os dezassete e os vinte e um anos, sendo que com dezassete anos existem três alunos, com dezoito, cinco alunos, com dezanove anos, três alunos, com vinte, dois alunos e com vinte um anos, um aluno.

Do conjunto dos catorze alunos, oito são encarregados de educação deles próprios.

Do grupo turma, dois alunos que ainda frequentam actualmente o curso, sentem-se desmotivados, não se estando a integrar no trabalho desenvolvido, prevendo-se que para o próximo ano, sejam reencaminhados para um outro curso.

### **Proveniência académica dos alunos**

Todos os alunos que compõem esta turma frequentaram esta mesma escola no ano anterior.

Fazendo um traçado do percurso dos alunos desta turma, temos o seguinte:

No ano lectivo de 2003/2004, abriu o Curso de Educação e Formação de Electricistas de Instalações, de Tipologia 3 e conferindo uma certificação profissional de Nível 2. Este curso teve a duração de dois anos lectivos, e habilitou os alunos que o concluíram com uma equivalência ao 9º. Ano. Note-se que este curso resumia em dois anos o que no ensino regular se faz em três. Neste curso inscreveram-se dezassete alunos, tendo desistido cinco.

Em 2005 abriu o Curso de Educação e Formação de Electricistas de Instalações, de Tipologia 4, com a duração de um ano, conferindo uma certificação profissional de Nível 2 e equivalência ao 10º. Ano. Este curso recebeu sete alunos que tinham reprovado no ano anterior o Curso Tecnológico de Electrónica / Electrotecnia e outros três provenientes do 9º. Ano do ensino regular.

O curso em estudo, Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica, conforme foi anteriormente mencionado, contou no início do ano lectivo de 2006/2007 com catorze alunos. Dez destes alunos provieram do Curso de Educação e Formação de Electricistas de Instalações, acrescido de dois que encontravam-se a trabalhar e decidiram regressar à escola com o intuito de complementar as suas habilitações, e de mais outros dois alunos que concluíram o Curso Tecnológico de Electrónica / Electrotecnia e que realizaram um curso complementar de equivalência ao 10º ano para poderem ingressar neste.

## **Recursos necessários para a abertura e manutenção dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliares de Acção Educativa e de Técnicos de Electrónica.**

Os Cursos de Educação e Formação de Auxiliares de Acção Educativa e de Técnicos de Electrónica implementados na Escola Secundária Maria da Luz, são, como se pode concluir pelo que já foi anteriormente referido, a evolução natural, resultado da tomada de decisão em abrir um leque de cursos relacionados com alguns sectores empresariais da região, dando aos alunos alguma esperança de emprego e de carreira.

Com o intuito de capacitar jovens e motiva-los para uma profissão de futuro, a Escola Secundária Maria da Luz adoptou por esta via educativa, de índole mais prática, mas não menos exigente.

A escola em que se baseou esta investigação possui duas oficinas equipadas com bancadas adequadas à aprendizagem de técnicas e operações relacionadas com os sectores da electrónica e electrotecnia.

Estas instalações foram construídas e equipadas na década de oitenta, para a docência da área de Electrotecnia em disciplinas de cursos tecnológicos.

De igual modo, a existência de docentes no activo, que na altura leccionavam as disciplinas destes cursos, são hoje os recursos humanos mais avalizados para a docência de disciplinas da componente tecnológica dos cursos aqui versados.

No que concerne aos recursos físicos que o Curso de Educação e Formação de Assistentes de Acção Educativa possui, e de todos os que a ele precederam, resumem-se a duas salas de aula, adaptadas para o trabalho desenvolvido pelas suas alunas.

Estas salas foram cuidadosamente reestruturadas e decoradas pelas próprias alunas, orientadas pelas suas professoras. As aulas de cariz artístico prestaram-se bem a este tipo de intervenções; desde a fase de projecto, altura

em que as alunas detectaram as necessidades existentes, analisaram os recursos disponíveis ou em vias de aquisição, à concretização das obras de recuperação, estas salas foram adequadamente adaptadas à docência deste tipo de cursos.

Quanto a recursos humanos, o curso dispõe de um Conselho de turma composto por uma equipa de professores de formação vocacionada para o terceiro ciclo e secundário, e que se especializaram nas áreas específicas deste curso. São o caso de disciplinas como Psicologia ou as áreas da música da componente artística, que são leccionadas por professores de Língua Portuguesa ou Educação Visual respectivamente. Estas professoras depararam-se com a necessidade de complementar a sua formação, para melhor transmitirem os conteúdos das novas disciplinas que agora leccionam.

Observa-se que um elevado número de escolas que se propõem a abrir Cursos de Educação e Formação, utilizam frequentemente os recursos quer físicos, quer humanos que dispõem, prescindindo, na maioria dos casos, de financiamentos provenientes da tutela e de requisição de novos professores com habilitações concordantes com as áreas dos cursos.

### **Forma e critérios de seriação de alunos a integrar os CEF na Escola Secundária Maria da Luz.**

Os alunos que se propõem a integrar estes cursos, acrescidos daqueles que foram anteriormente sinalizados pelos directores de turma, são alunos que normalmente se encontram em risco de abandono escolar, possuem idade superior à da prevista para a realização da escolaridade obrigatória, demonstram desmotivação no cumprimento dos seus deveres escolares e apresentam altos níveis de absentismo.

No tocante a critérios e instrumentos de selecção, o que se encontra previsto nos regulamentos normativos que orientam este tipo de ensino, é que os alunos que desejem integrar estes cursos tenham tido aproveitamento no ano anterior ao que irão frequentar e que realizem uma prova de selecção

promovida pela própria escola. Esta prova será posteriormente analisada pela coordenação do curso a que o aluno se candidata, bem como pelos Serviços de Psicologia e Orientação da mesma escola.

Relativamente às alunas que frequentam actualmente o CEF de Assistentes de Acção Educativa, e a todas as outras que a este se candidataram, foram sujeitas a uma prova escrita, às quais se pediu que descrevessem a forma de como resolveriam uma situação de conflito e indisciplina por parte de um grupo de alunos, na hora de almoço, no refeitório da escola. A partir das suas respostas, foram indiciados os perfis psicológicos das alunas candidatas, excluindo-se todas aquelas que não apresentavam características desejadas para o desempenho desta profissão.

No que diz respeito aos alunos que se encontram a frequentar o CEF de Técnicos de Electrónica, provieram dos cursos profissionalizantes que funcionaram anteriormente, tendo sido encaminhados directamente para este curso, sem que houvesse necessidade de aplicar a estes qualquer entrevista ou outro instrumento de seriação.

### **5.6.2. Análise e comentário das entrevistas**

#### **Análise e comentário da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo (Anexo 21)**

##### **Capacitação dos alunos**

Questionado quando é que a escola em estudo implementara os seus CEF(s), o entrevistado, não precisando o ano (referiu que foi no ano em que o Ministério da Educação criara estes cursos), acrescentou que a Escola Secundária Maria da Luz, já aplicava anteriormente estratégias conducentes a um maior sucesso por parte dos alunos, adoptando programas, tais como o programa 9º+1, o programa 15-18, o 10º ano profissionalizante, para além de ter tradição em cursos técnico profissionais.

No que concerne ao motivo pelo qual a escola decidiu implementar os CEF(s), o entrevistado justificou pelo facto de, a dada altura, se observar uma taxa de insucesso escolar algo elevada, e deste modo a escola se ver na obrigação de criar vias alternativas ao ensino regular, com o objectivo de levar os seus alunos a conseguir um maior aproveitamento.

Assim citando o entrevistado:

“Isto decorreu das necessidades dos alunos, isto é começamos a verificar a partir de dada altura, que havia necessidade de criar saídas alternativas para os alunos que não estavam a conseguir obter uma escolaridade regular com os currículos tradicionais, e portanto, digamos que a abertura dos CEF(s) decorre em primeiro lugar, dessa percepção que a escola tem (...)”

A escola mobilizou alguns dos seus serviços, tais como o Serviço de Psicologia e Orientação e o Núcleo de Apoio Educativo, que em articulação com as direcções de turma e a Coordenação de Directores de Turma, formaram



equipas no sentido de se implementar nesta escola uma nova via para o ensino de alunos com determinadas características, os CEF(s).

No que se refere ao contributo que estes cursos dão para o sucesso dos alunos, o inquirido respondeu, que de facto se tem observado uma maior taxa de conclusão, muito por via da prevenção do abandono escolar. Os números de abandono escolar recuaram muito por via dos CEF(s), e inclusivamente, alunos que tinham previamente abandonado a escola, regressaram para frequentar os cursos em questão. Apesar de os CEF(s) não darem um contributo para melhorar a taxa global de escola, por o número de alunos inscritos ser pequeno, estes cursos têm tido uma acção muito positiva na formação de cidadãos.

A capacitação dos alunos é considerada nesta escola como uma prioridade, tida em conta na gestão dos currícula e dos recursos humanos existentes (Anexo 22).

### **Gestão de recursos e financiamento dos Cursos de Educação e Formação**

Inquirido sobre que recursos a escola teve de adquirir e que verbas estes cursos necessitam para se manterem, o entrevistado respondeu que a escola não teve necessidade de realizar grandes apetrechamentos, pois possuía já alguns recursos pertencentes aos anteriores Cursos Tecnológicos, nomeadamente, no caso da electricidade, da electrónica, da administração, e do apoio à infância, áreas estas muito consolidadas nesta escola, de há uns anos a esta parte.

O entrevistado referiu que a escola em que se baseia esta investigação, trabalha em rede com outras escolas, que possuem recursos que esta não tem, e vice-versa, encaminhando para lá os alunos cujas características se adaptam aqueles ambientes, bem como recebe alunos provenientes dessas escolas, que se enquadrem melhor nesta.

O presidente do órgão de gestão mencionou o facto de, para a abertura dos CEF(s), não só tiveram em conta as orientações e apetências dos seus alunos, mas também os recursos físicos, materiais e humanos que a escola dispõe.

Quanto à existência de verbas, tanto para a abertura como para a manutenção dos CEF(s), o entrevistado referiu que enquanto o Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal (PRODEP) esteve em vigor, foram adquiridos alguns equipamentos para apetrechar estes cursos, sendo que após a cessação deste programa de apoio, as verbas, tanto para abertura como manutenção destes cursos, são as contempladas no orçamento anual da escola. O PRODEP proporcionou à escola a permanência de formadores, que auxiliaram os Conselhos de turma dos CEF(s) em implementação, a complementarem as suas formações iniciais para melhor desempenharem as suas tarefas.

O presidente esclareceu que não existe nenhum protocolo de apoio financeiro estabelecido com a autarquia, sendo que esta, só apoia a escola fornecendo locais de estágio para os alunos finalistas ou que se encontram a frequentar os CEF(s).

No tocante a recursos humanos, a escola não requisitou nem professores nem monitores para a abertura de novos cursos, pois possuía um corpo docente especializado nestas áreas, seguindo a linha traçada já pelos antigos cursos técnico-profissionais (Anexo 23).

### **Relações Colegiais e Clima de Escola**

Em relação a acções de formação proporcionadas aos docentes que leccionam em CEF(s), apurou-se que a escola solicitou à Direcção Regional de Educação, que fosse facultado o apoio da Equipa de Apoios Educativos de (...), que se dispôs a ceder, alguns educadores de infância que tinham formação em Ensino Especial, para virem apoiar a escola em algumas áreas relacionadas com os CEFs de Apoio à Infância. O entrevistado frisou a ideia de que mais importante do que formação, foi a adopção por parte dos docentes destes cursos, de um

espírito colaborativo e da adopção de novas regras de trabalho, inerentes ao próprio regulamento destes cursos. Assuntos como a assiduidade dos docentes ou da obrigatoriedade de realização de um maior número de reuniões de Conselho de turma, foram inicialmente alvo de algumas resistências, mas que actualmente são tidas como boas estratégias para o sucesso dos alunos.

“...a escola pediu a colaboração de outras entidades, para virem dar formação a áreas em que nós não tínhamos pessoal com formação especificamente para esse fim, sei lá, uma das formações que tiveram foi com a Equipa de Apoios Educativos, com a Equipa de Coordenação aos Apoios Educativos (ECAE), (...) pela Direcção Regional, portanto mas que disponibilizou alguns educadores de infância que tinham formação em Ensino Especial, para virem apoiar nalgumas áreas relacionadas com os CEF(s) de Apoio à Infância, (...)”

Quando questionado se os professores têm motivação para integrarem Conselhos de turma de CEF(s), o presidente, apoiando-se na resposta anterior, referiu estar a ser uma experiência enriquecedora o facto de haver uma grande interligação entre os professores e da existência de regras mais rigorosas, facilitando o aproveitamento dos alunos (Anexo24).

### **Relações da escola com a Comunidade**

A nível de parcerias com empresas e instituições, o entrevistado afirmou que a escola têm estabelecido contactos e firmado protocolos com empresas, Juntas de Freguesia, Autarquia e Instituições Particulares de Solidariedade Social, no sentido de angariar locais de estágio para os seus alunos, verificando-se que em muitos casos, estas instituições mantêm e empregam estes alunos.

Já em relação ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, a escola não possui qualquer protocolo formalmente estabelecido, existindo sim, contactos pessoais de alguns professores com funcionários do Centro de Emprego da Localidade A, que ocasionalmente se tornam fundamentais no que diz respeito a reencaminhamento de alunos, sobretudo, canalizando-os para cursos promovidos por este organismo.

Quando questionado se os júris das Provas de Aptidão Final (PAF), provinham também do Instituto de Emprego e Formação Profissional, o entrevistado respondeu que a constituição das equipas de júris é fruto das parcerias estabelecidas entre a escola e as empresas ou instituições que recebem em estágio os alunos. Em anos anteriores, na altura em que existia o apoio financeiro do PRODEP, estavam previstas verbas para compensar técnicos externos à escola, que se propusessem a executar as funções de júri neste tipo de provas. Actualmente é necessário convencer quadros das empresas receptoras dos alunos, a exercer estas funções graciosamente (Anexo25).

“Os júris para essas provas são fruto de parceria com as instituições, com as instituições onde os estágios se realizam, (...) não há uma ligação directa CEF/Centro de Emprego, há uma ligação do Centro de Emprego à escola, não está formalizada, portanto é uma ligação muito das pessoas que trabalham cá e lá e se conhecem (...).”

### **Comentário à entrevista**

Um dos factores mais importantes transmitidos nesta entrevista, foi o facto de os professores que leccionam nestes cursos trabalharem de uma forma muito própria, estabelecendo relações de colaboração, devido em parte por necessidade de cumprimento das directrizes emanadas pelo normativo que os rege. Segundo Hargreaves (1998), os docentes ao adoptarem uma filosofia de colaborativa de trabalho, reduzem o risco na concretização de políticas e directrizes mais arrojadas, sentindo-se mais encorajados no exercício das suas funções. No caso referido pelo entrevistado, a colegialidade é nitidamente *orientada para a implementação* de novas políticas educativas. Questões como a assiduidade dos docentes, as relações colegiais que estes estabelecem e a interligação da escola com a comunidade, são referidas pelo entrevistado de uma forma muito positiva e algo entusiasta.

Esta entrevista denunciou o facto da não existência de uma política concertada entre ministérios, neste caso relativamente à formação profissional e emprego, quando se afirma não existirem elos de ligação entre a escola e o Instituto de

Emprego e Formação Profissional, tanto por via de colocação de jovens na vida activa, promoção do associativismo e formação de micro empresas. Do mesmo modo, percebeu-se a ausência de acompanhamento por parte de técnicos do Instituto de Emprego e Formação Profissional a estagiários em empresas, no seu percurso, avaliação, certificação profissional e posterior inserção na vida activa. Seria desejável a implementação de uma política coordenada entre os ministérios que tutelam a Educação e o Trabalho e Solidariedade Social, criando pontes efectivas entre escola e vida activa. A inexistência de uma política de partenariado formal entre escola e organismos estatais, poder-se-á dever à ideia que o partenariado não constitui em Portugal um princípio de acção tradicional, (Rodrigues & Stoer, 1998). O Estado não implementa nem incentiva estratégias de partenariado como forma de solidariedade e cooperação entre organismos.

A referência à supressão do PRODEP e à ausência de verbas para áreas como a formação de professores, indicia que o Estado não provém as escolas dos recursos necessários para o seu bom funcionamento, contrariando os princípios preconizados pelo *programa de reforço da autonomia das escolas*, (Barroso, 1997).

### **Análise e comentário das entrevistas aos Coordenadores de Curso**

Considerou-se conveniente que se analisasse e comentasse individualmente as entrevistas aplicadas aos dois coordenadores de curso, pelo facto de ao longo de todo este estudo o tratamento de dados resultantes da aplicação dos vários instrumentos de investigação estar a ser analisado separadamente, quer se refira ao curso de Assistente de Acção Educativa ou ao curso de Técnico de Electrónica.

## **Análise da entrevista à Coordenadora do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa (Anexo 26)**

### **Capacitação dos alunos**

Questionada porque razão a escola decidira implementar especificamente este curso, a entrevistada respondeu não ter tido parte nesta decisão, pois quando chegou a esta instituição já estava decidido abrir um curso nesta área. No entanto, a coordenadora referiu que nesta região se observa uma significativa necessidade de formação de técnicos de apoio domiciliário a crianças. Mencionou, inclusivamente, que muito deste apoio domiciliário parte do seio familiar dos alunos desta escola, isto porque muitos possuem vários irmãos, a quem dão este tipo de apoio. Verificou-se, para além de uma necessidade real de gente qualificada na área, uma vocação latente num número significativo de alunos para esta actividade profissional.

“(...) uma das coisas que me parece que foi tido em linha de conta, foi a necessidade daqui da zona de ter apoios domiciliário a crianças. Algumas instituições, muitos destes garotos gostam bastante de lidar com miúdos, também têm muitos irmãos e esse apoio domiciliário começava até pelo núcleo familiar, (...)”

No que diz respeito à participação das alunas em actividades extracurriculares, acontecem sobretudo no terceiro período, altura em que os professores já deram a maior parte da matéria, havendo uma maior disponibilidade para a realização de visitas de estudo. Estas visitas revelam-se úteis no sentido em que fazem a ligação dos conteúdos dados nas aulas e a realidade profissional. Também importante é a integração das alunas na promoção actividades durante a Semana da Escola. Aqui, a turma oferece à restante comunidade educativa iniciativas relacionadas com o trabalho que realizou durante o ano lectivo. As alunas têm assim oportunidade de ensaiar o trabalho que mais tarde, desejavelmente irão desempenhar.

A coordenadora considera que a existência dos Cursos de Educação e Formação têm contribuído para o aumento da taxa de sucesso desta escola. Verificou uma quebra no rendimento e motivação destas alunas, aquando a passagem da Tipologia 3 para a Tipologia 5, devido ao facto do desenho curricular passar a ser de cariz mais teórico. Exceptuando a disciplina de Actividades de Tempos Livres, (ATL), todas as outras são teóricas. A entrevistada manifestou algum desgosto pelo facto de no ano seguinte não estar prevista a abertura de uma turma deste curso. Um dos indícios de que este curso está a contribuir para o sucesso escolar das suas alunas, é a boa imagem que a restante comunidade tem desta escola. A entrevistada mostrou satisfação ao relatar uma visita efectuada por uma turma de uma escola vizinha às instalações deste curso, com vista conhecer o seu trabalho.

No que diz respeito a empregabilidade, verifica-se, segundo a entrevistada que as alunas que não são contratadas imediatamente após o estágio, têm maior dificuldade em se empregarem nesta área profissional. Frequentemente optam por ir trabalhar noutras profissões, mas na generalidade nunca desistem de procurar o trabalho para o qual tiveram formação. Observa-se segundo a entrevistada que algumas instituições, sobretudo privadas, não se encontram actualmente em condições financeiras para efectuarem contratações. A exigência de condições físicas imposta pelo Estado, obrigou muitas empresas a efectuar obras de remodelação e equipamento das suas instalações, de modo a satisfazer os requisitos mínimos de segurança e ambientais obrigatórios, não lhes permitindo canalizar verbas para salários e encargos com novos empregados.

Outra solução é a criação por parte das alunas de micro empresas. Uma das alunas desta turma, irá frequentar no ano seguinte, um programa promovido pela Câmara Municipal, de apoio a jovens empresários, com vista a abrir a sua própria empresa. Esta proposta veio da parte de um docente desta escola, que mantém contactos com a Câmara Municipal. Esta aluna tem o apoio financeiro da família que lhe irá oferecer as instalações para a abertura da nova creche (Anexo 27).

## **Gestão de recursos e financiamento dos Cursos de Educação e Formação**

Relativamente aos recursos físicos que foram atribuídos ao curso no ano da sua implementação, a entrevistada respondeu que só possuíam as salas de aula e alguns armários. As instalações foram evoluindo conforme as necessidades com que professores e alunos se iam deparando, e as salas escolhidas conforme as características dos conteúdos leccionados; por exemplo, às disciplinas de índole mais prático, foi cedida uma sala com bancada de lavatório, permitindo a lavagem de materiais utilizados pelos alunos. As salas, ao longo do tempo, foram sendo remodeladas, tanto por professores como por alunos, de forma a se coadunarem com o ambiente próprio de cada disciplina.

No que se refere à posterior aquisição de equipamentos, a coordenadora referiu que muitos dos equipamentos indispensáveis para a leccionação de algumas disciplinas, foram construídos pelas próprias alunas, nomeadamente berços e caminhas feitas em cartão. Para isso, foi necessário adquirir materiais, nomeadamente papeis vários, cartão, e tintas. Alguns armários foram igualmente concebidos, de forma a organizar e gerir melhor o espaço da sala de aula. Os modelos de bebé, ou seja, as bonecas com que as alunas aprendem e treinam a colocação de fraldas, foram fornecidos pelas mesmas. As fraldas utilizadas nestes exercícios são adquiridas pelo curso, tal como os materiais consumíveis, como são o caso de tintas, papeis e cartolinas.

Outro tipo de bens que o curso obrigatoriamente teve de obter, foram algumas obras teóricas sobre desenvolvimento, motivação e cognição infantil, bem como livros de jogos e conselhos práticos.

No tocante a verbas fornecidas para a manutenção e funcionamento deste curso, a docente referiu a existência de uma verba prevista no orçamento anual da escola para aquisição de materiais consumíveis e fotocópias. Mais disse que enquanto o PRODEP esteve em vigor, disponibilizava-se para o funcionamento dos CEF(s) quantias mais avultadas, permitindo a escola dar um maior apoio aos seus alunos. Despesas inerentes à realização dos



estágios, tais como transportes e alimentação, não estão consignadas no orçamento deste curso, não se tendo em conta as carências económicas a que estão sujeitos uma grande parte dos alunos que o frequentam. Casos houve, em que alguns alunos abandonaram a escola para irem trabalhar, de forma a apoiarem financeiramente as suas famílias. Muitos alunos passam assim a assumir responsabilidades familiares importantes, tanto no tocante ao provimento do lar, como ao acompanhamento escolar de irmãos mais novos. Muitos trabalham após o horário escola e aos fins de semana e são encarregados de educação deles próprios e dos irmãos. O Subsídio de Apoio Social Escolar a que alguns alunos têm acesso torna-se manifestamente insuficiente para cobrir todas as despesas que inevitavelmente estes fazem.

Questionada se a escola teve a possibilidade de aquisição de novos professores especializados nesta área profissional, para leccionar algumas disciplinas da componente técnica, a entrevistada respondeu que a escola unicamente contou com os docentes do seu quadro, e de mais alguns que ao longo destes anos foram sendo colocados, tendo estes últimos se adaptado muito bem à filosofia do curso e à sua dinâmica. A motivação para realizar este tipo de trabalho é considerada um factor indispensável para se trabalhar nestas turmas.

“(...) nós gostamos de ensinar, gostamos muito de ver crescer, muito, muito, e isto de facto dá um trabalho muito grande, não apenas académicos mas em termos humanos, as pessoas de fora que não estão metidas no sistema, acham, enfim, que isto é para passar, mas isto não é bem assim, e então, às vezes olham um bocadinho de lado e só depois quando integram e começam a ver o tipo de trabalho que é feito, é que começam de facto a gostar.”

No que concerne à promoção e frequência, por parte dos professores, de acções de formação relacionadas com a área da assistência de acção educativa, a entrevistada referiu que, só muito pontualmente isso acontece. O que já sucedeu foi a participação das alunas e de alguns professores, num programa de actividades organizado pelo Município.

Quanto ao recrutamento que efectuou dos professores que integraram este Conselho de Turma, a entrevistada refere que reacção inicial destes foi de algum cepticismo, passando gradualmente a acreditar no trabalho que realizam e a adoptar plenamente o papel que lhes foi atribuído. Sendo este um trabalho dirigido a um grupo alvo de alunos muito específico, torna-se indispensável por parte dos docentes, de um gosto e uma sensibilidade particulares, no que diz respeito ao acompanhamento académico e à formação pessoal dos seus discentes (Anexo 28).

### **Relações Colegiais e Clima de Escola**

A entrevistada frisou o facto deste Conselho de Turma funcionar em bloco, mobilizando-se como um todo na concretização de objectivos. Todos contribuem para a evolução do curso e se auxiliam mutuamente, ao contrário do que se observa regra geral no ensino regular, em que cada professor trabalha praticamente só para a sua disciplina.

“Tivemos é sempre em equipa de professores, aqui nós funcionamos muito nestes cursos, em bloco. É uma das coisas fantásticas que estes cursos têm, enquanto num curso regular os professores funcionam muito para a sua disciplina, e não para a disciplina do colega, aqui todos nós temos o mesmo objectivo, é um bloco, (...)”

Visto que esta escola já possui uma longa tradição ao nível do ensino profissional, os professores, na sua maioria, têm um conhecimento profundo do trabalho que aqui se desempenha, o que os motiva a integrar estes Conselhos de Turma e a adoptar novas regras e métodos de trabalho.

Particularmente, os professores deste Conselho de Turma, sentem-se motivados e satisfeitos por trabalhar com estas alunas, nestes moldes. O facto de alguns professores leccionarem mais que uma disciplina, torna este Conselho de Turma um grupo reduzido, facto este que propicia a comunicação e o estabelecimento de laços de entreajuda entre os professores. O trabalho conjunto é constante, e as realizações são sempre interdisciplinares.

(Anexo 29)

## **Relações da Escola com a Comunidade**

No campo das parcerias entre esta escola e tecido empresarial da região, não estão estabelecidos protocolos que garantam lugares de estágio ou postos de trabalho a estas alunas. A entrevistada afirmou ser da sua responsabilidade o contacto com as instituições que acolhem as alunas em estágio, mas que estes são efectuados unicamente quando necessários, ou seja, quando esteja prevista a realização dos estágios no plano de cada curso. A escola já possui consolidada uma boa imagem, tornando conhecido o seu trabalho, facto que tem tornado as empresas receptivas ao acolhimento das alunas em estágios profissionalizantes.

As instituições contactadas para este efeito são tanto públicas como privadas e de solidariedade social. Verifica-se por parte da coordenadora a preocupação de conhecer as instituições antes de integrar as alunas nos seus estágios, averiguando se possuem os requisitos mínimos para que as suas alunas possam realizar um bom trabalho, ou seja, se têm condições físicas e humanas que possam contribuir para um bom desenvolvimento técnico e humano das estagiárias.

“Privadas e públicas. Umas e outras, nós não nos podemos dar muito ao luxo de arranjar muitas públicas porque também não há muitas aqui na zona, portanto vamos também às privadas, tentamos é que as instituições tenham garantias de trabalho efectivo com este tipo de alunos, ou seja, se eu vou a uma instituição e vejo que a instituição não tem condições, (até pode ter condições físicas), mas não tem condições humanas para trabalhar com estes alunos, eu aí, obviamente não deixo os meus alunos ali.”

A angariação de lugares para a realização destes estágios torna-se em algumas ocasiões dificultada pela concorrência de outras escolas localizadas noutros concelhos, que ocupam com os seus alunos os lugares pretendidos. Acontece por vezes, as instituições terem a possibilidade de oferecer uma

única vaga, sendo esta recusada pela escola, pois preferencialmente as alunas deverão ser integradas num número mínimo de dois, com o intuito de se apoiarem mutuamente.

Após o estágio, algumas alunas são contratadas por essas mesmas instituições. Regra geral, a imagem com que as empresas ficam das estagiárias é boa, não se tendo registado qualquer queixa ou irregularidade. O trabalho da escola, dos professores e particularmente das alunas tem sido bastante apreciado pelas instituições (Anexo 30).

### **Comentário à entrevista**

Desta entrevista poder-se-ão retirar algumas conclusões, nomeadamente quanto à seriedade com que este curso foi implementado: foram considerados dois factores fundamentais, a apetência dos alunos para explorarem esta área profissional e as necessidades reais da região ao nível de formação de técnicos especializados. Não se deu o caso de implementar este curso devido à existência de professores especializados neste campo. Os professores tiveram de se especializar de forma autodidacta, e aprofundar áreas como a psicologia, puericultura ou música, divergentes da sua formação inicial. Verificam-se também aqui os princípios descritos por Carlos Garcia (1999) no tocante à formação dos professores. Apesar da formação ser realizada por iniciativa dos próprios professores, não se recorrendo a formadores, esta encerra em si todos os factores enumerados pelo autor: A formação é um processo contínuo, consequência de processos de mudança, inovação e desenvolvimento curricular, frequentemente frutos/motores do desenvolvimento organizacional da escola. Existe na formação destes professores uma coerência entre as áreas abordadas por esta e os conteúdos académicos leccionados pelos professores. Esta situação de autodidatismo e impossibilidade de contratação de professores especializados para a leccionação de certas áreas disciplinares, corrobora e consolida um espírito vigente em muitas instituições nacionais, que consiste em recorrer a recursos próprios, muitas vezes inadequados, ao invés de se procurarem recursos especializados e mais eficientes. Do mesmo modo, as instalações e

equipamentos foram construídos e adaptados de forma voluntariosa por professores e alunos. A utilização de equipamentos não profissionais, pode indiciar amadorismo e pouco rigor no desempenho de determinada actividade. Não quer isto significar que com todo este trabalho conjunto, não se tenha conseguido algo de vital importância num contexto como é o escolar, como germinação de laços de cooperação entre professores e alunos.

Percebe-se ao longo e toda a entrevista, uma preocupação por parte da coordenadora em conhecer todas as suas alunas, tanto ao nível dos seus constrangimentos como das suas potencialidades. Carências financeiras e meio familiar são factores que vão muito além do que é aferível em ambiente de sala de aula, e que a entrevistada considera determinantes no percurso escolar de um aluno. Esta procura em conhecer os alunos, recolhendo o máximo de informação possível a respeito tanto do seu percurso escolar como da sua vida particular e familiar, é referida em (Coutinho, 1998) como essencial para que os professores os possam auxiliar nas suas dificuldades. A procura e criação de um ambiente humanamente correcto é uma constante, tanto na escola como nos estágios. A formação cívica é segundo a coordenadora, uma componente basilar destes cursos, que se destinam a jovens que se encontram a um passo de serem adultos. A criação de valores é uma das características apontadas por Costa, (1996) da escola como cultura.

Outro factor detectado nesta entrevista, é o de não terem sido ministrados cursos ou acções de formação relacionadas com a área, antes da implementação deste curso, do mesmo modo que não se efectuaram reciclagens ao longo de todo este tempo. Mais uma vez confirma-se a tendência autodidáctica destes professores. O ambiente de restrições financeiras em que estes professores trabalham, só poderá ser compensado pela satisfação de se obterem bons resultados, ou seja de terem contribuído para o sucesso de alunos que de outra forma não o obteriam. A autonomia das escolas depende em grande parte da alocação de recursos com vista à consecução de metas (Barroso, 1997). Este princípio de privação dos cursos dos recursos ideais para o seu funcionamento, obrigando os professores e alunos a um trabalho de “invenção” para compensar esta carência, vai contra o

disposto no *programa de reforço da autonomia das escolas*, em que no seu 3.º Princípio é referida a necessidade de fornecimento às escolas das condições necessárias para que estas exerçam a sua própria autonomia e no seu 6.º Princípio que assume que a autonomia das escolas tem custos e que estes têm de se traduzir em benefícios.

Outro ponto que poderá despertar alguma estranheza, é a inexistência de protocolos firmados entre a escola e empresas ou instituições locais. Os contactos são efectuados pela própria coordenadora, pontualmente, ou seja, quando se verifica a necessidade de colocar as alunas em estágio. As empresas aceitam as alunas, devido à boa reputação que a escola goza a este nível e não devido a uma ligação institucional da escola com sectores económicos da região. Também não existe uma ligação com o IEFP, de forma a facilitar a inserção das alunas na vida activa. Mais uma vez confirma-se que a escola não estabelece relações de parceria formal com organismos estatais ou particulares, existindo somente parcerias informais, pontuais e limitadas a projectos isolados, como são o caso dos estágios profissionalizantes realizados pelos alunos. Torna-se necessário contrariar este modelo de parceria, de forma a que se estabeleçam protocolos de vínculo prolongado com os vários agentes locais e empresariais, de modo a gerar um maior desenvolvimento (Rodrigues & Stoer, 1998).

### **Análise da entrevista ao Coordenador do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica (Anexo 31)**

#### **Capacitação dos alunos**

Questionado porque razão a escola decidira implementar o curso de Técnico de Electrónica, o entrevistado respondeu que foi devido ao facto de alguns alunos terem necessidades educativas, especificamente no secundário. Foi assim decidido implementar este curso, permitindo aos alunos a conclusão de um ciclo, o secundário e simultaneamente permitir uma saída profissional.

Quanto à importância que os Cursos de Educação e Formação têm no aumento da taxa de sucesso escolar, o entrevistado refere que se não fosse pela frequência deste tipo de cursos, muitos alunos entrariam em abandono escolar, sem terminarem o secundário. Do mesmo modo, em cursos de tipologias anteriores, alunos com várias retenções no sétimo ano, não chegariam a concluir o terceiro ciclo.

No que concerne à inserção na vida activa, estes alunos têm como incentivo a realização dos estágios, como já foi mencionado, muitas empresas acabam por empregar estagiários. Sendo estes alunos caracterizados por um evidente individualismo, torna-se pouco provável que se associem para criar as suas próprias empresas, tornando-se imprescindível antes de darem este passo, trabalharem alguns anos por conta de outrem, para poderem adquirir experiência profissional. A especificidade e complexidade desta actividade, obriga a uma longa prática profissional até se poder trabalhar autonomamente. O coordenador considera portanto desaconselhável, os alunos iniciarem a sua actividade profissional por conta própria, pois só o que se aprende na escola não é o suficiente (Anexo 27).

### **Gestão de recursos e financiamento dos Cursos de Educação e Formação**

Relativamente aos recursos físicos que foram atribuídos ao curso no ano da sua implementação, foram cedidos o laboratório, e a oficina utilizados em cursos tecnológicos anteriores e foi reconvertido o complexo de balneários de apoio às instalações desportivas desta escola, em oficina de mecânica.

No que se refere à posterior aquisição de equipamentos, o coordenador referiu que foram adquiridos multímetros e é regularmente comprado material de desgaste para a execução dos trabalhos dos alunos. O coordenador considera que o curso está bem equipado com instrumentos e ferramentas.

No tocante a verbas fornecidas para a manutenção e funcionamento deste curso, o docente afirmou desconhecer, pois quem se encarrega de realizar a gestão financeira dos cursos é o Conselho Executivo.

Questionado se a escola teve necessidade de aquisição de novos professores especializados nesta área profissional para leccionar algumas disciplinas da componente técnica, o entrevistado respondeu que todos os professores que compõem o Conselho de Turma, à exceção de dois, são do quadro desta escola. Todos detêm formação específica para leccionar neste curso, não tendo sido necessária qualquer formação adicional.

“(...) estamos a leccionar nestes cursos com os professores do quadro, neste momento estão dois professores que são contratados, mas que têm formação na área, nesta área.(...)”

Nós aqui, as disciplinas que leccionamos é só mesmo da... no caso específico do nosso curso é só mesmo da formação inicial.”

No que diz respeito ao recrutamento dos professores que constituem este Conselho de Turma, o entrevistado afirmou ter sido da responsabilidade do Conselho Executivo (Anexo 28).

### **Relações Colegiais e Clima de Escola**

Inquirido se os professores se sentem motivados a trabalhar neste tipo de cursos, o entrevistado afirmou ter existido num primeiro momento, um sentimento de incerteza, mas que se foi desvanecendo com o decorrer do seu trabalho. Passaram assim a gostar de trabalhar com esta turma e a ajudar os alunos com estas características.

“(...) em princípio há professores que não vêm à espera de miúdos com estas características, mas depois têm-se motivado e têm tentado ajudar os alunos.”

Quanto ao estabelecimento de relações de cooperação entre os professores, é mantido um trabalho conjunto entre os docentes das várias disciplinas, principalmente na elaboração de planos de trabalho e de manuais. Os alunos desenvolvem o seu trabalho exclusivamente nas aulas, sem o aprofundar em casa. A sobrecarga do seu horário, aliado à falta de hábitos de trabalho, obriga



a que toda a matéria seja fornecida em fichas de trabalho. Existe por parte dos professores a preocupação de ensinar os seus alunos a estudar, sendo as fichas uma ferramenta de trabalho indispensável.

No que diz respeito ao envolvimento dos professores na organização de actividades extra curriculares, este acontece principalmente na realização de visitas de estudo relacionadas com as várias disciplinas. O coordenador considera que as visitas de estudo constituem um bom meio para mostrar aos seus alunos a realidade profissional em que futuramente serão inseridos (Anexo 29).

### **Relações da Escola com a Comunidade**

No campo das parcerias entre esta escola e tecido empresarial da região, existe um relacionamento com várias empresas, que vão absorvendo os alunos na realização dos seus estágios. A maioria destas empresas situa-se no concelho onde está inserida esta escola, mas também já houve o caso de um aluno que estagiou numa firma situada em Lisboa. Os alunos são colocados a estagiar nas diferentes empresas conforme as suas características, evitando assim problemas de integração. Esta bolsa comporta empresas de diversas dimensões. Empresas pequenas mas estabelecidas há bastante tempo e com provas dadas no mercado, bem como empresas de grande dimensão, sendo exigível que em todos os casos que ofereçam aos seus empregados boas condições de trabalho, nomeadamente que efectuem os devidos descontos e seguros.

O coordenador comentou que inicialmente o trabalho de angariação de estágios era dificultado pelo facto de muitas empresas terem tido más experiências com estagiários de outras instituições. Actualmente esta tarefa está facilitada, pois as empresas já têm uma opinião formada a respeito da escola e particularmente deste curso. Os empresários apreciam o trabalho dos professores, relativamente ao acompanhamento que estes dão aos seus alunos durante o período de estágio. No final dos estágios tem sido frequente as empresas empregarem esses alunos, algumas pretendem mantê-los mas os

alunos recusam para poderem prosseguir estudos, enquanto que outras, apesar de desejarem manter a trabalhar esses alunos, não o podem fazer por impossibilidade financeira. Percebe-se assim, que os empresários ficam com uma boa impressão dos seus estagiários (Anexo 30).

“(...) houve assim alguma apreensão da parte deles em ter estagiários porque já tiveram alguma coisa que não correu bem, e depois com a convivência e depois mais tarde com a experiência prática, a coisa tem resultado.”

### **Comentário à entrevista**

Esta entrevista esclarece alguns pontos fundamentais para a realização desta investigação. No caso do curso de Técnico de Electrónica, foi aberto com o objectivo de que alunos com estas características específicas completassem a sua escolaridade com a conclusão do ensino secundário. Alunos desmotivados ou que previamente tivessem abandonado a escolaridade, tiveram neste curso a oportunidade de complementar a sua formação académica. Percebe-se que com a abertura deste curso se tomou partido de certas capacidades dos seus alunos para que estes conseguissem desenvolver as competências previstas na LBSE para o ensino secundário. Seleccionando áreas curriculares coerentes com as aptidões dos alunos, está-se a aumentar as probabilidades de sucesso destes. A escola ao assumir que os seus alunos possuem estilos de aprendizagem diferentes, e reportando-nos à Teoria das Inteligências Múltiplas (Gardner, 1995), que detêm mais aptidões nuns campos do que noutros, e optando por implementar políticas e estratégias conducentes ao sucesso dos seus alunos, estará consequentemente a aumentar a sua eficácia.

Os recursos postos à disposição para o funcionamento deste curso já existiam, desde as salas a algum equipamento, passando pelos recursos humanos. Relativamente aos recursos físicos, foram adquiridos no passado para servir os cursos tecnológicos da altura. No que se refere aos recursos humanos, constata-se que os professores da componente técnica, a maioria pertencente ao quadro e já tendo leccionado esses cursos, agora extintos, são detentores

de formação específica nesta área, sendo que dois deles trabalharam, antes de iniciarem a sua carreira docente, em empresas relacionadas com a indústria da electrónica. Seria portanto desnecessária qualquer formação complementar para estes poderem melhor exercer a docência.

Percebe-se que os docentes têm um conhecimento profundo relativo à forma como as empresas desta área funcionam; as dificuldades e problemas com que os técnicos se deparam no quotidiano, a forma de gestão da produção e outros factores constrangedores, fazem com que os professores não criem nos seus alunos, expectativas irreais no que se refere ao seu futuro profissional, desaconselhando-os de se iniciarem por conta própria.

Verifica-se não existirem protocolos com empresas, oficializados pela escola, com o objectivo de se garantirem lugares de estágio para os alunos, e sua posterior colocação. De igual modo, não existe nenhuma parceria com o IEFP com o intuito de facilitar a obtenção de emprego para os alunos finalistas. A confirmação constante de que não se efectuam parcerias formais deverá ser devida à fraca tradição que o partenariado regista em Portugal (Rodrigues & Stoer, 1998).

### **Análise e comentário das entrevistas aos Directores de Turma**

Do mesmo modo que no bloco de entrevistas analisados anteriormente, as entrevistas aplicadas aos directores das duas turmas dos cursos em estudo, serão analisadas e comentadas separadamente.

## **Análise da entrevista à Directora de Turma do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa (Anexo 32)**

### **Relações Colegiais e Clima de Escola**

A entrevistada após questionada se o seu Conselho de Turma se tem mantido estável desde a implementação do curso, respondeu que têm saído alguns professores que não eram do quadro, o corpo docente tem portanto variado. Quanto às dificuldades sentida por estes, estão relacionadas com a carga horária excessiva, falta de formação especificamente desta área profissional e pela escassez de manuais para a preparação de materiais didácticos. Frequentemente os professores têm de se deslocar a livrarias e bibliotecas para consultar e adquirir obras para a elaboração destas fichas.

“Olha, a carga horária imensa, para alguns a falta de formação, e de formação específica na área mesmo, falta de materiais também, em algumas situações as pessoas não têm o material necessário no Centro de Recursos Educativos (CRE), então têm de pesquisar, têm de ir ver às livrarias da concorrência, como se costuma dizer, portanto a preparação de materiais.”

Quanto ao estabelecimento de relações de cooperação entre os professores deste Conselho de Turma, a Directora de Turma respondeu que o diálogo entre eles é permanente, não só nas reuniões mas também nos intervalos. São constantes as conversas sobre as realizações da turma, partilhando-se opiniões e saberes.

Inquirida se os professores se sentem motivados a trabalhar neste tipo de cursos, a entrevistada respondeu afirmativamente

No que diz respeito ao envolvimento dos professores na organização de actividades extra curriculares, estas resumem-se às visitas de estudo. Torna-se impraticável a frequência a clubes devido ao vasto horário das alunas; as aulas prolongam-se todos os dias até às 17.00 horas, o que impossibilita qualquer actividade para além dessa hora (Anexo 33).

## **Capacitação dos alunos**

Quanto à adequação do desenho curricular aos alunos a que se destina, a Directora de Turma afirmou existirem demasiadas disciplinas, com programas muito extensos e com conteúdos desajustados. A agravar a situação, a carga horária é considerada excessiva, o que não ajuda as alunas a investirem algum tempo em estudo fora do seu horário escolar.

“(…) há conteúdos que estão desajustados, são muito extensos para a carga horária delas também que acaba por ser muito extensa, e nalguns casos é complicado, quer leccionar, quer ser aluno e receber esses conteúdos todos. “

De acordo com a opinião da Directora de Turma, estas alunas não possuem grandes aptidões cognitivas, não têm capacidade para gerir o seu tempo de estudo e não têm hábitos de trabalho.

A entrevistada considera fundamental o trabalho realizado pela coordenadora do curso e pelo Conselho Executivo no sentido de motivar as alunas a adoptar a filosofia deste curso. A consolidar este espírito de trabalho está o facto das alunas terem já frequentado Cursos de Educação e Formação, detendo assim toda a informação a respeito deste tipo de cursos. Quanto á adesão por parte das alunas às actividades propostas pelos docentes, depende do tipo de disciplina. Em disciplinas mais teóricas observa-se uma maior renitência em participar, enquanto que nas de índole mais prática, nota-se uma maior vontade de participação. Em qualquer caso, existe a preocupação dos professores em respeitar o ritmo de trabalho de cada aluna.

Respeitante à facilidade de entrada na vida activa a entrevistada afirmou só um pequeno número de alunas se encontra a trabalhar nesta área profissional. No entanto, a escola está a mobilizar esforços para implementar neste curso uma disciplina relacionada com empreendedorismo, de modo a motivar e fornecer às alunas todas as indicações para a formação das suas próprias empresa.

“Sinceramente não acredito que arranjam facilmente emprego. A experiência que eu tenho é que uma ou duas alunas por turma consegue de facto arranjar emprego na área,  
(...) estamos a tentar que haja uma disciplina que tenha a ver com empreendedorismo e criar nelas o espírito de criarem elas a sua micro empresa. Para já não há nenhuma que se tivesse instalado, (...)”

Quanto contributo que os Cursos de Educação e Formação têm no aumento da taxa de sucesso escolar, a Directora de Turma respondeu ser positivo (Anexo 34).

### **Relações Aluno / Escola**

O incentivo que os professores dão às alunas para participarem em actividades abertas à comunidade escolar, nomeadamente durante a Semana das Escola, resulta na divulgação do trabalho que elas executam durante o ano. Consequentemente, as alunas vão estreitando relações com os restantes actores educativos e com os demais colegas. A relação que estabelecem entre si é a que mais provavelmente ocorre no seio de um grupo de quinze raparigas, caracterizada por alguns atritos, devido a uma natural concorrência pela liderança da turma. A relação delas com os professores é a melhor possível. As actividades promovidas pelas alunas têm constado de apresentações do curso e animações de tempos livres abertas a outras escolas. Este ano a turma não tem organizado tantas actividades como em anos anteriores (Anexo 35).

### **Inter relações Escola/Família**

Questionada sobre o envolvimento dos encarregados de educação no percurso escolar dos seus educandos, a inquirida respondeu que a grande maioria apoia os alunos, comparece à escola quando convocados e interessam-se pelo seu sucesso. Em geral, são pessoas que exigem disciplina e trabalho dos seus educandos, confiando e apoiando os professores (Anexo 36).

## **Comentário à entrevista**

Nesta turma observam-se alguns constrangimentos à actividade lectiva, nomeadamente a falta de estabilidade docente que ao longo do tempo de existência deste curso se tem repercutido no trabalho realizado pelo Conselho de Turma. Detectou-se que os professores sentem como maiores dificuldades a falta de formação na área da Assistência de Acção Educativa, a falta de manuais didácticos e a excessiva carga horária. De facto, para que a escola exerça plenamente a sua autonomia, existe um conjunto de condições que devem ser satisfeitas, nomeadamente o respeito pela complexidade das funções dos docentes, sobretudo no que concerne à especificidade da sua formação e consequente produção de meios didácticos, organização pedagógica e métodos de ensino (Barroso, 1997).

Outros constrangimentos manifestam-se ao nível pedagógico, mais precisamente em relação ao desenho curricular deste curso. Existe um grande número de disciplinas, cujos conteúdos não estão direccionados a estas alunas com este tipo de características.

As alunas têm uma aptidão maior por actividades de índole mais prática e observa-se uma predominância de disciplinas teóricas. Devido a este facto e aliado à sobrecarga horária, as alunas não têm motivação para investir algum tempo de estudo em casa. A escola tenta colmatar estas condicionantes elaborando fichas de trabalho utilizadas em contexto de sala de aula, tenta motivar as alunas para a filosofia destes cursos por via da sua participação em actividades abertas à restante comunidade educativa, e na organização de visitas de estudo.

De acordo com a opinião da Directora de Turma, os encarregados de educação desempenham igualmente um trabalho apreciável, acompanhando as suas educandas e apoiando os professores. O trabalho dos encarregados de educação no acompanhamento das tarefas escolares dos seus educandos é segundo Epstein, (1995) fundamental. O auxílio que os pais possam dar na realização dos trabalhos dos seus filhos,

reveste-se da maior importância, pois, segundo o autor, é em casa que o aluno realiza um maior número de aprendizagens.

### **Análise da entrevista ao Director de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica (Anexo 37)**

#### **Relações Colegiais e Clima de Escola**

O entrevistado tendo sido questionado se o seu Conselho de Turma se tem mantido estável desde a implementação do curso, respondeu afirmativamente, tendo variado só um ou outro docente. Quanto aos constrangimentos que estes sentem ao desempenhar as suas funções, resumem-se à difícil obtenção de manuais adequados a estes alunos.

Quanto ao estabelecimento de relações de cooperação entre os professores, é mantido um trabalho conjunto entre os docentes das várias disciplinas, principalmente na elaboração de planos de trabalho e de manuais. Os alunos desenvolvem o seu trabalho exclusivamente nas aulas, sem o aprofundar em casa. A sobrecarga do seu horário, aliado à falta de hábitos de trabalho, obriga a que toda a matéria seja fornecida em fichas de trabalho. Existe por parte dos professores a preocupação de ensinar os seus alunos a estudar, sendo as fichas uma ferramenta de trabalho indispensável.

Inquirido se os professores se sentem motivados a trabalhar neste tipo de cursos, o entrevistado afirmou ter existido num primeiro momento, um sentimento de incerteza, mas que se foi desvanecendo com o decorrer do seu trabalho. Passam assim a gostar de trabalhar com a turma e a ajudar os alunos com estas características.

No que diz respeito ao envolvimento dos professores na organização de actividades extra curriculares, este acontece principalmente na realização de visitas de estudo relacionadas com as várias disciplinas. O Director de Turma considera que as visitas de estudo constituem um bom meio para mostrar aos



seus alunos a realidade profissional em que futuramente serão inseridos (Anexo 33).

### **Capacitação dos alunos**

Quanto à adequação do desenho curricular aos alunos a que se destina, o coordenador fez somente referência à realidade das disciplinas da componente técnica, frisando que os programas provêm dos manuais do IEFP, ligeiramente adaptados, pois os formandos dos cursos daquele organismo possuem um perfil diferente dos alunos deste curso. Na generalidade, os conteúdos leccionados nas várias disciplinas estão coadunados com os alunos a que se destinam.

“(...) estes cursos dos CEF(s) estão, fundamentalmente a parte técnica é feita pelo IEFP e para funcionarem nestas escolas, às vezes têm de levar adaptações.”

Relativamente à carga horária do curso, é elevada, não permitindo que os alunos trabalhem em casa.

“A carga horária não deixa muito tempo para trabalhos em casa ou até mesmo para eles estudarem, (...)”

As dificuldades que estes alunos apresentam, são principalmente cognitivas. A maioria dos alunos teve ao longo do seu percurso escolar várias retenções. Aliado a este factor, está a falta de hábitos de trabalho, tornando-se assim difícil a tarefa de os motivar para os conteúdos leccionados, caracterizados por alguma complexidade e profundidade científica.

Questionado se os alunos conhecem e adoptam a filosofia deste curso, o entrevistado respondeu que alguns adoptam, enquanto que outros têm somente como meta a conclusão do curso e a consequente equivalência ao 12º ano. Alguns destes alunos nem sequer têm interesse em seguir esta área profissional. Os professores têm de fazer um esforço suplementar para motivar

os seus alunos, sobretudo nas disciplinas mais teóricas. Quando o trabalho é suportado por uma base teórica, os alunos demonstram maior dificuldade em aderir às actividades propostas. Quanto à relação que estabelecem entre si e com os restantes actores educativos, tem sido boa. São porém alunos com um temperamento bastante individualista, não tendo por hábito organizar actividades abertas à restante comunidade educativa.

No que concerne à inserção na vida activa, estes alunos têm como incentivo a realização dos estágios, muitas empresas acabam por empregar estagiários. Sendo estes alunos caracterizados por um evidente individualismo, torna-se pouco provável que se associem para criar as suas próprias empresas, tornando-se imprescindível antes de darem este passo, trabalharem alguns anos por conta de outrem, para poderem adquirir experiência profissional. A especificidade e complexidade desta actividade, obriga a uma longa prática profissional até se poder trabalhar autonomamente. O coordenador considera portanto desaconselhável, os alunos iniciarem a sua actividade profissional por conta própria, pois só o que se aprende na escola não é o suficiente.

Segundo o Director de Turma, os Cursos de Educação e Formação têm contribuído para o aumento da taxa de sucesso escolar, pois que se não fosse pela frequência deste tipo de cursos, muitos alunos entrariam em abandono escolar sem terminarem o secundário. Do mesmo modo, em cursos de tipologias anteriores, alunos com várias retenções no sétimo ano, não chegariam a concluir o terceiro ciclo (Anexo 34).

### **Inter relações Escola/Família**

No que toca ao acompanhamento dado pelos encarregados de educação aos seus educandos, o entrevistado referiu que uma grande parte dos alunos é encarregado de educação de si próprio e que dos restantes só uma parte comparece à escola quando convocado. São sempre os mesmos encarregados de educação a demonstrar preocupação pelo percurso escolar dos seus educandos (Anexo 36).

## Comentário à entrevista

Analisando esta entrevista, poder-se-ão tirar algumas conclusões. No que se refere à estabilidade docente do Conselho de Turma deste curso, é de facto efectiva, já que ao longo de toda a sua existência, foram poucos os docentes que variaram. Pelas declarações do Director de Turma, os docentes convidados para integrar este Conselho de Turma, receberam esta incumbência com alguma desconfiança relativamente aos alunos da turma, sentimento que se foi esbatendo ao longo do tempo. Percebe-se haver um preconceito generalizado por parte dos professores, em relação aos alunos que frequentam este tipo de cursos.

Os professores da turma estabelecem relações colegiais espontâneas, sobretudo na realização de fichas de trabalho e manuais. Este facto deve-se à total inexistência de manuais escolares, já que os programas são emanados pelo IEFP, embora adaptados aos alunos em questão. Constata-se pela recorrência de declarações semelhantes que existe uma relação estreita entre o estabelecimento de relações colegiais e a presença de constrangimentos ao nível da aquisição de recursos e da necessidade de formação manifestada pelos professores. O exercício da profissão docente, cujo propósito é a formação de jovens cidadãos aptos a representar condignamente um papel na sociedade, exercício este condicionado pelos constrangimentos já referidos, gera nos professores um sentimento de *missão* (Hargreaves, 1998) que os interliga, consolidando o estabelecimento de relações de colaboração.

Questionado sobre a adequação dos conteúdos leccionados a estes alunos, o coordenador refere-se somente às disciplinas da componente técnica, não fazendo nenhuma menção às disciplinas humanísticas, indiciando uma certa sectarização relativamente às áreas disciplinares. A pouca clareza em certas declarações do entrevistado relativas a colegas ou grupos de colegas de outras áreas, indicia a existência de resistências ou ligeiros atritos entre professores de diferentes áreas disciplinares, reflectindo o ponto de vista da escola como arena política (Costa, 1996).

As dificuldades detectadas nos alunos são na generalidade de índole cognitiva e de gestão do seu tempo e organização do trabalho. As visitas de estudo servem como motivação para que terminem o curso, realizem o seu estágio e se insiram na vida activa. Os docentes desencorajam vivamente os seus alunos a iniciarem-se profissionalmente por conta própria, visto o trabalho nesta área ser muito complexo e de grande responsabilidade, exigindo uma aprendizagem, fruto de uma longa prática laboral.

Esta entrevista denuncia a ausência de protocolos institucionalizados entre a escola e as empresas, garantindo colocações de alunos em estágio e consequentemente na vida activa. Do mesmo modo, o IEP encontra-se desligado da escola, não existindo uma política integrada entre ensino e emprego. Mais uma vez se confirma a inexistência de uma política de partenariado implementada nos organismos estatais.

Quanto ao acompanhamento e apoio dos encarregados de educação aos seus educandos, percebe-se algum desprendimento da parte destes, pois metade dos alunos são encarregados deles próprios e dos que não são, só um pequeno número é que comparece à escola para se inteirar do percurso académico dos seus educandos. Em grande parte dos casos, o facto de os encarregados de educação possuírem uma escolarização precária, inibe-os de se deslocarem à escola, tanto comparecendo a reuniões marcadas pelo Director de Turma, como espontaneamente para se inteirarem do percurso escolar dos seus educandos (Sá, 2004).

### **5.6.3. Análise e comentário dos inquéritos**

#### **Análise e comentário do inquérito aos docentes**

##### **Análise e Comentário ao Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos docentes do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica (Anexo 4)**

O inquérito por questionário aplicado aos docentes de ambos os cursos em estudo é aqui analisado em separado. Assim, passa-se a fazer uma pequena caracterização dos docentes de cada curso, seguido da análise dos dados obtidos e consequente comentário.

##### **Caracterização dos docentes dos Conselhos de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica**

O Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa é composto por seis professores do sexo feminino e três do sexo masculino, sendo que a componente tecnológica é assegurada por professores do sexo feminino. Os professores situam-se na faixa etária dos trinta e cinco e quarenta e quatro anos, sendo que possuem entre dez e trinta anos de serviço. Os professores possuem na totalidade o grau académico de licenciado.

Os professores que fazem parte do Conselho de Turma do Curso de Técnico de Electrónica, têm entre os vinte e cinco e os quarenta e cinco anos de idade, sendo que três são do sexo feminino e cinco do sexo masculino. Neste caso são os homens que leccionam as disciplinas da componente tecnológica. Relativamente à sua experiência de leccionação, tanto existem professores

com menos de dez anos de tempo de serviço, como professores com mais de trinta anos de profissão.

À excepção de um professor que possui o grau de bacharel, todos os outros são licenciados.

### **Análise ao Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos docentes do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

#### **Capacitação dos alunos**

Analisando os resultados obtidos nas respostas a este questionário, percebe-se que os professores de ambos os cursos divergem em opinião quando questionados se os alunos que se matriculam em Cursos de Educação e Formação se encontram cientes de em que é que estes consistem. Metade das respostas pende para o SIM e outra metade para o NÃO. Por outro lado, todos os respondentes se manifestam seguros de que os alunos que se matricularam nestes cursos gostam de os frequentar.

Os professores mostraram-se unânimes no que concerne às representações que fazem dos seus alunos relativamente ao seu desempenho escolar, ou seja, na generalidade os alunos que optam por integrar este tipo de cursos têm menos aptidões para estudar, do que os que seguem o ensino regular. Já quanto á postura na escola assumida pelos discentes antes de integrar estes cursos, as opiniões dos professores dividem-se: enquanto que no caso dos professores do curso de Assistente de Acção Educativa, metade dos respondentes afirma que este tipo de alunos assumia frequentemente comportamentos desadequados no contexto da escola, a outra metade contraria esta opinião. No caso dos professores do curso de Técnico de Electrónica, metade considera que o comportamento destes alunos era desadequado e a outra metade divide-se entre a opinião contrária e o desconhecimento.

Quanto à ideia que os professores têm da relação que os alunos estabelecem entre si, os do curso de Assistente de Acção Educativa consideram na sua maioria que não é uma relação muito afável, já a totalidade dos professores do curso de Técnico de Electrónica considera que é boa. Unâнимes são os respondentes quanto à relação que os alunos estabelecem com os professores, considerando-a boa.

Relativamente às expectativas que os docentes depositam no futuro académico e profissional dos alunos, observa-se o seguinte: relativamente à probabilidade de continuação de estudos da generalidade dos alunos após a conclusão do curso que actualmente frequentam, somente metade dos professores do curso de Assistente de Acção Educativa crêem existir, apesar de acharem que seria vantajosa um prolongamento da sua escolaridade. Peremptórios são os docentes do curso de Técnico de Electrónica que consideram que os alunos não têm pretensão de continuar a estudar, nem antevêem existir alguma vantagem se isso acontecer. No que se refere à profissão abraçada pelos alunos depois de terminarem o seu curso, os professores do curso de Assistente de Acção Educativa dispersam a sua opinião, não esperando que estes venham a desempenhar funções num emprego relacionado com o curso que frequentaram. Mais optimistas são os professores do curso de Técnico de Electrónica esperando que os alunos venham a exercer na área profissional que estudaram. Todos os professores encaram o estágio curricular realizado pelos seus alunos como uma porta de entrada para a vida activa (Anexo 38).

### **Envolvimento dos Professores nos Cursos de Educação e Formação**

Num segundo momento pretendeu-se perceber se os professores conhecem em profundidade os cursos que leccionam, aferindo o seu nível de envolvimento nestes. Deste modo questionados sobre as diferenças existentes entre os cursos de educação e formação e o ensino regular, a grande maioria responder conhecer. O mesmo índice de certezas verificou-se em relação aos cursos homólogos ministrados na escola em questão.

No tocante aos métodos de selecção a que os alunos são sujeitos com vista a serem integrados nos cursos educação e formação estudados, tanto no caso dos professores do curso de Assistente de Acção Educativa como no caso dos professores do curso de Técnico de Electrónica, só metade mostraram ser conhecedores destes métodos, acreditando que sejam os mais adequados.

Em termos de organização pedagógica e curricular de ambos os cursos, a maioria dos professores mostrou-se favorável quanto à adequação e utilidade dos conteúdos leccionados nas suas disciplinas. No que se refere à carga horária a que os alunos estão sujeitos, os professores do curso de Assistente de Acção Educativa afirmam maioritariamente ser desajustada, contrariamente aos seus colegas do curso de Técnico de Electrónica que a consideram correcta.

Questionados acerca dos apoios estatais dados a estes cursos para o seu funcionamento, a maioria dos professores pensa serem insuficientes, enquanto que os restantes respondentes demonstram não possuir informação a este respeito (Anexo 39).

### **Inter acções Escola/CEF**

Em relação ao conjunto de interacções estabelecidas entre a escola e os Cursos de Educação e Formação, percebeu-se através deste questionário que os professores em uníssono consideram os cursos em questão como sendo algo que assume grande importância tanto no contexto escolar como a título pessoal. O clima de escola é na opinião de todos os professores um factor a ter em conta na gestão dos cursos. Assim, as relações colegiais estabelecidas entre os professores são fundamentais para o bom funcionamento destes cursos.

A maior parte dos inquiridos sente não existirem contrapartidas ao leccionar em Cursos de Educação e Formação, por exemplo em relação à atribuição de horários.



No que se refere à qualidade das instalações e equipamentos postos à disposição dos cursos, a maior parte dos professores de ambos os cursos considera-a boa. Já em relação à competência e formação específica dos professores para leccionar neste tipo de cursos, as opiniões dividem-se: se metade dos professores do curso de Assistente de Acção Educativa assume que existe essa competência e formação a outra metade não. Já os professores do curso de Técnico de Electrónica reconhecem estar bem preparados científica e pedagogicamente para exercerem as suas funções. Os auxiliares de acção educativa são vistos pelos professores do curso de Assistente de Acção Educativa como não tendo preparação para dar apoio a estes cursos, enquanto que a maioria dos professores do curso de Técnico de Electrónica não tem opinião formada a este respeito.

Reflectindo sobre a integração e interligação da escola no meio sócio económico e tecido empresarial da região, perguntou-se aos professores se os cursos em que leccionam estão de acordo com as actividades económicas locais. Estes responderam afirmativamente, reforçando esta ideia na questão em que se perguntava se existem saídas profissionais para os alunos destes cursos, na região (Anexo 40).

### **Inter acções Escola/Família**

Ao nível dos mecanismos de comunicação entre a escola e a família, os docentes são unânimes quanto à eficiência dos directores de turma relativamente ao envio de informação aos encarregados de educação, no que respeita ao desempenho escolar dos seus educandos. Os professores do curso de Técnico de Electrónica são mais cépticos que os seus congénere do curso de Assistente de Acção Educativa no que se refere à existência de uma comunicação efectiva entre a escola e a família (Anexo 41).

## **Inter acções Escola/Comunidade**

Quanto ao contributo das empresas e instituições locais na formação dos alunos, a grande parte dos professores considerou que estas se encontram receptivas a fornecer-lhes lugares de estágio.

No que diz respeito a apoios camarários para o funcionamento dos Cursos de Educação e Formação, metade dos docentes do curso de Assistente de Acção Educativa acredita existirem, a outra metade ignora a sua existência. Os professores do curso de Técnico de Electrónica, maioritariamente desconhecem a existência de tais apoios ou crê não existirem (Anexo 42).

## **Comentário ao Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos docentes do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

Da análise deste questionário pode-se concluir a existência de diferenças de percepção da realidade dos cursos, das representações que os professores fazem dos alunos, das expectativas depositadas no seu futuro académico e profissional, quer por parte dos professores do curso de Assistente de Acção Educativa, quer dos professores do curso de Técnico de Electrónica.

Sendo a profissão de Assistente de Acção Educativa uma actividade de índole social, em que no caso deste curso a componente curricular humanística assume um peso preponderante, justifica o facto dos docentes considerarem vantajoso um posterior complemento de formação. Em oposição, a actividade de Técnico de Electrónica, puramente tecnológica, objectiva e rigorosa, cuja componente técnica é assegurada por docentes que anteriormente exerceram a profissão, não exige o prosseguimento de estudos, fornecendo a escola todo o *knowhow* necessário para um início de carreira. Neste caso, os docentes consideram a prática laboral quotidiana a melhor forma para se evoluir e aperfeiçoar nesta profissão, devendo os alunos iniciarem a sua vida activa logo que concluem o curso.

Semelhante é a opinião que os professores de ambos os cursos partilham acerca da motivação que os alunos têm perante os estudos. Antes de integrarem os cursos de Educação e Formação, observava-se que os alunos não obtinham resultados satisfatórios, entrando em muitos casos em abandono escolar, enquanto que actualmente os alunos se sentem realizados e cumprem as tarefas que lhes são propostas.

Paralelamente ao aproveitamento, o comportamento desadequado em contexto de sala de aula era uma realidade antes da integração destes alunos nos cursos em estudo. Os alunos ao terem a oportunidade de escolherem uma área de estudos do seu agrado, sentem-se motivados a realizar e concluir um ciclo de ensino, adquirindo mais facilmente competências tecnológicas, sociais e relacionais, que de outra forma seria improvável. O ensino dos conteúdos é gerido conforme as aptidões que os alunos mais manifestam, conseguindo-se assim motiva-los para outras áreas das quais não sentem tanta facilidade (Gardner, 1995).

Constata-se que existe por parte dos docentes de um grande envolvimento nos cursos que leccionam. O trabalho colaborativo é uma realidade na concepção ou adaptação dos currícula e realização de materiais de trabalho. Novamente é confirmado que o estabelecimento de relações colegiais potencia o desenvolvimento das competências dos professores, devido em parte à partilha de saberes adquiridos ao longo das suas carreiras, bem como nas suas formações iniciais. O desenvolvimento profissional dos professores gera consequentemente o desenvolvimento e eficácia das escolas (Hargreaves, 1998).

Na generalidade, os docentes consideram que os conteúdos leccionados são adequados ao tipo de alunos observados, havendo diferenças de opinião quanto á carga horária praticada nestes cursos, sendo que os professores do curso de Técnico de Electrónica a acham adequada.

Percebe-se pela análise deste questionário que alguns dos professores do curso de Assistente de Acção Educativa sentem a necessidade de formação

nesta área para melhor leccionarem as suas disciplinas. A formação ao longo da vida é cada vez mais uma necessidade, pois as exigências de qualidade estão cada vez mais presentes na área da educação. Apesar do contexto educativo nacional não se identificar com o movimento das escolas eficazes, verifica-se que mercado assume-se já como agente regulador, sendo a formação dos professores um factor determinante na excelência das escolas (Barroso, 1996). Em relação aos professores do curso de Técnico de Electrónica, não se sente que exista esta necessidade de formação pois não há qualquer diferença entre a área das suas formações iniciais e as áreas das disciplinas que leccionam.

Os auxiliares de acção educativa são vistos pelos docentes como actores secundários no processo de ensino e aprendizagem dos alunos destes cursos.

Quanto a recursos físicos, ambos os cursos encontram-se bem apetrechados. Os professores manifestam algum desconhecimento no que se refere a apoios financeiros estatais ou camarários, inferindo-se que estes não sejam consultados na gestão dos cursos. Este alheamento ou desconhecimento relacionado com a gestão da escola, demonstra que os estabelecimentos de ensino também são geridos, em determinadas áreas, como empresas (Costa, 1996). Percebe-se a atribuição de tarefas específicas a cada órgão de gestão, seja ele de topo ou intermédia.

A relativa facilidade de angariação dos estágios para os alunos por parte dos coordenadores de curso poderá ser consequência de estes cursos estarem de acordo com as necessidades de mão-de-obra qualificada da região. Este facto, aliado ao gosto demonstrado por estes alunos na frequência destes cursos, explica as expectativas optimistas de grande parte dos professores, relativamente ao futuro profissional dos seus alunos.

Importante é o esforço dos Directores de Turma para manter informados os encarregados de educação, no que concerne ao percurso escolar dos seus educandos, aliás, a realização destes contactos fazem parte das atribuições inerentes ao cargo de Director de Turma (Coutinho, 1998). Reforçando esta

ideia, Sá, (2004) refere que a escola tem por obrigação, na pessoa do Director de Turma, convocar os encarregados de educação para reuniões conjuntas ou particulares, com vista a fornecer informação a respeito do aproveitamento, comportamento, assiduidade, eventos a realizar na escola ou outros temas como saídas profissionais, dos seus educandos. Menor interesse é demonstrado pelos próprios encarregados de educação no acompanhamento aos seus educandos, sobretudo os dos alunos do curso de Técnico de Electrónica.

### **Análise e comentário do inquérito aos Encarregados de Educação.**

#### **Análise e Comentário ao Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos Encarregados de Educação dos alunos dos CEF(s) estudados**

O inquérito por questionário aplicado aos encarregados de educação dos alunos matriculados nos cursos foi igualmente aplicado aos alunos que assumem a responsabilidade pelo seu percurso escolar. A estes foi pedido que respondessem ao inquérito dos alunos e simultaneamente a este mesmo inquérito. Assim, passa-se numa primeira fase a fazer uma caracterização sumária dos encarregados de educação, seguido da análise dos dados obtidos e consequente comentário.

#### **Caracterização dos Encarregados de Educação dos alunos matriculados no Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e no Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

Como já foi anteriormente referido, os encarregados de educação preencheram neste questionário um primeiro bloco de questões de apresentação utilizado aqui para elaborar uma pequena caracterização destes. Assim, as informações recolhidas indicaram o seguinte:

Dos vinte e um inquiridos, sete têm menos de vinte e nove anos, sendo que seis assumem as responsabilidades da sua própria educação, pertencendo na

totalidade ao curso de Técnico de Electrónica. Dois, têm idades compreendidas entre os trinta e cinco e os trinta e nove anos, outros dois entre os quarenta e os quarenta e quatro anos, sendo que o maior número de inquiridos, (dez), têm mais de quarenta e cinco anos. Quanto a género, doze inquiridos são do sexo feminino e nove do sexo masculino, sendo que onze são mães dos alunos, dois são pais e outros dois cujo grau de parentesco não foi mencionado.

Os encarregados de educação possuem na sua maioria o nono ano de escolaridade, (onze), seguindo-se cinco com o primeiro ciclo, três com o segundo ciclo, um com o décimo segundo ano de escolaridade e um habilitado com um curso superior.

As profissões desempenhadas por estes intervenientes no processo educativo dos alunos pertencem todas ao sector Terciário, encimadas pela actividade de estudante, representada pelos próprios alunos, seguida da actividade de doméstica, exercida por cinco das onze mães. Todos os outros trabalham à excepção de um que se encontra desempregado. As profissões identificadas são: Ajudante de Cozinha, Maquinista Naval, Militar, Operador de Caixa, Funcionário Público, Cantoneiro de Limpezas, Vendedor, Telefonista e Esteticista.

### **Análise ao Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos Encarregados de Educação dos alunos matriculados no Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e no Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

#### **Capacitação dos alunos**

A análise a este inquérito por questionário revela que, dos vinte e um inquiridos, vinte declarou que o seu educando se matriculou no curso que actualmente frequenta de livre vontade. O mesmo número de inquiridos refere que o seu educando sente-se realizado a frequentar o seu curso. Quanto ao que os encarregados de educação pensam ser o objectivo dos seus educandos no campo académico, oito acredita que continuarão a estudar após a

conclusão do curso, outros oito pensaram o contrário e os restantes cinco ignoram por completo qual a vontade dos seus educandos. Questionados se desejariam que os seus educandos continuassem os estudos, a grande maioria, dezasseis, respondeu afirmativamente. No que respeita à profissão que os alunos que concluírem estes cursos irão exercer futuramente, a maior parte dos encarregados de educação espera que esteja de acordo com a área profissional que aprofundaram na escola.

Reflectindo sobre o passado escolar dos seus educandos, os encarregados de educação foram questionados se estes se sentiam motivados para estudar ainda quando frequentavam o ensino regular. Os inquiridos não foram muito esclarecedores, sendo que onze responderam não saber, cinco responderam que sim e outros cinco que não. Já em relação ao comportamento, pouco mais de metade dos encarregados de educação, onze, denunciaram desadequações comportamentais por parte dos seus educandos no decorrer das actividades lectivas, enquanto que todos os outros demonstraram não possuir informação a este respeito. No entanto, a quase totalidade dos encarregados de educação inquiridos afirma que actualmente os seus educandos estabelecem uma boa relação com os demais colegas (Anexo 43).

### **Inter acções Escola/Família**

Todos os encarregados de educação demonstraram conhecer o âmbito do Curso de Educação e Formação frequentado pelo seu educando, sabendo a distinção entre esta via de ensino e a regular. Nove encarregados de educação consideram este tipo de ensino mais individualizado que o ensino regular, outros nove demonstraram opinião contrária enquanto que os restantes três mostraram desconhecimento relativamente a este assunto. Inquiridos acerca da carga horária praticada nestes cursos, oito dos respondentes manifestaram ser adequada, enquanto que os restantes treze consideram-na incorrecta.

Os estágios curriculares realizados pelos alunos no final dos cursos são considerados unanimemente como uma boa porta de entrada para a vida activa. A quase totalidade dos inquiridos, vinte, considera eficiente a comunicação entre a escola e a família, sendo que dezassete confirmam

receber regularmente informação acerca do percurso escolar dos seus educandos (Anexo 44).

### **Relação Família/Meio**

No que respeita ao local de residência, a maioria dos inquiridos sente-se satisfeito, pretendendo continuar a morar no mesmo local. Cerca de dois terços dos encarregados de educação trabalha próximo da sua residência.

Quanto à possível existência de apoios municipais a estes cursos, pouco mais de metade dos inquiridos desconhece haver, enquanto que os restantes se dividem pela positiva e pela negativa. A opinião da grande parte dos inquiridos quanto a empregabilidade na região para os alunos que finalizarem o curso é optimista, considerando que as empresas se sentem receptivas a aceita-los inicialmente para a realização dos seus estágios finais (Anexo 45).

### **Comentário ao Inquérito de Questão Fechada, aplicado aos Encarregados de Educação dos alunos matriculados no Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e no Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

Percebe-se pela análise deste questionário que grande parte dos encarregados de educação se interessa pelo desempenho escolar dos seus educandos, pois na maioria das questões manifesta conhecimento dos temas a que se solicita uma resposta, evitando responder NÃO SEI. Os encarregados de educação têm conhecimento da forma como os seus educandos encaram a escola e quais os seus objectivos futuros a nível académico e profissional. Quando questionados se gostariam que os seus educandos continuassem a estudar após a conclusão do curso, e note-se que este dá equivalência ao 12º ano, a maioria respondeu afirmativamente, demonstrando algum descrédito neste tipo de ensino. Confirma-se a opinião de Epstein, (1997), através das respostas dadas pelos encarregados de educação, que quase todas as famílias se preocupam com o percurso académico dos seus educandos, desejam o seu melhor e esperam que a escola lhes forneça mais e melhor informação, para



que estes possam acompanhar mais eficazmente o percurso escolar dos seus filhos.

Verificou-se alguma dificuldade por parte dos encarregados de educação em assumir que os seus educandos têm mais facilidade em concretizar os seus deveres académicos neste tipo de cursos do que no ensino regular. Do mesmo modo, em relação ao comportamento desajustado por eles demonstrado anteriormente, alguns dos encarregados de educação resguardam-se, respondendo não saber. Porém, a maioria reconhece que os alunos estabelecem entre si uma boa relação de camaradagem.

Os encarregados de educação demonstraram conhecer o âmbito dos Cursos de Educação e Formação e da forma como são geridos. Os estágios curriculares são unanimemente considerados fundamentais para uma boa integração destes alunos na vida activa, esperando que adquiram facilmente um emprego relacionado com a área de estudos.

#### **5.6.4. Análise e comentário ao inquérito aplicado aos alunos**

##### **Análise e Comentário ao Inquérito de Questão Aberta, aplicado aos alunos do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

O inquérito aplicado aos alunos de ambos os cursos em estudo constou de três questões abertas, com o objectivo de sondar a opinião destes relativamente à escola, ao curso e às expectativas que depositam no seu estágio final. As questões foram (Anexo 6):

- Para mim, a escola é:
- ...e o curso é:
- Espero que o estágio venha a ser:

Foram analisados os dados daí resultantes separadamente nas duas turmas, pelo facto de se relacionarem com áreas profissionais completamente distintas

e também por questões de género, o curso de Técnico de Electrónica é composto por alunos do sexo masculino, enquanto que o curso de Assistente de Acção Educativa é composto por alunos do sexo feminino.

### **Análise do Inquérito de Questão Aberta aplicado às alunas do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa**

Analisando a frequência dos parâmetros mencionados pelas alunas deste curso, infere-se que:

Relativamente à escola, é acima de tudo um local de aprendizagem. A interacção social com os demais colegas assume uma grande importância, sendo a escola um local de convívio por excelência. As alunas acreditam que a escola tem como função prepará-las para o seu futuro, potenciando o seu crescimento físico, intelectual e emocional.

“É aqui neste local que se aprendem os mais profundos conhecimentos intelectuais, psicológicos e emocionais.”

Os professores e funcionários são reconhecidamente percebidos como actores educativos de relação próxima e amistosa.

A escola é vista por estas alunas como uma organização que promove a liberdade de expressão e potencia as variadas formas de comunicação.

Referido foi igualmente o facto só se deverá estar na escola se for por gosto, não valendo a pena estudar contrariado. A partilha de experiências é algo importante que ocorre no seio de toda a comunidade educativa. Aos olhos de uma minoria de alunas, a escola é considerada de um modo menos positivo, como um local para passar o tempo, e cujas actividades lectivas são cansativas (Anexo 46).

TABELA 1

Representações que os alunos têm da Escola	
INDICADORES	FREQUENCIA
	Q1
Um local de aprendizagem.	13
Um local de convívio com o demais colegas.	8
Um local de preparação para o futuro.	6
Um local de crescimento físico, intelectual e emocional.	5
Um local de convívio com professores e funcionários.	3
Um onde existe liberdade de expressão.	2
Um local para passar o tempo.	1
Um local onde só se deve estar por gosto.	1
Um local privilegiado para a partilha de experiências.	1
Um local de grande permanência.	1
Cansativa.	1

Referindo-se ao curso, as alunas afirmaram que é um meio de aprender uma profissão e constitui uma alternativa aos currículos do ensino regular. É assim uma preparação para o seu futuro e uma oportunidade para uma rápida inserção na vida activa.

“É também uma melhor forma de obtermos bons resultados nos estudos através dos nosso esforço (...) É também o tentar fugir aos currículos normais, porque com estes cursos podemos obter uma melhor formação.”

O curso é encarado como sendo algo agradável mas que requer trabalho e dedicação.

TABELA 2

Representações que os alunos têm do Curso	
INDICADORES	FREQUENCIA
	Q1
Uma forma de aprender uma profissão de que se gosta.	11
Uma alternativa aos currículos do ensino regular.	5
Uma preparação para o futuro.	3
Algo agradável.	2
Requer trabalho e dedicação.	2
Uma oportunidade de inserção na vida activa.	2

No que diz respeito ao estágio curricular a realizar no final do curso, as alunas esperam que seja uma experiência enriquecedora. Esperam também, que este seja melhor que o realizado anteriormente no final do 10ºano, mas gostariam

que tivesse uma duração maior, permitindo assim abordar com maior profundidade cada uma das valências exploradas (Anexo 47).

A realização do estágio proporciona a estas alunas uma primeira adaptação ao meio laboral, introduzindo-as num um sistema hierárquico com regras específicas. Serve igualmente como uma preparação para o futuro profissional, constituindo uma concretização prática do que foi aprendido durante todo o curso (Anexo 48).

TABELA 3

Expectativas que os alunos depositam no Estágio	
INDICADORES	FREQUENCIA
	Q1
Uma experiência enriquecedora.	9
Melhor que o anterior (realizado no final do 10ºano).	6
Uma adaptação ao meio laboral.	5
Algo agradável.	3
Uma preparação para o futuro.	2
Uma concretização prática do que foi aprendido durante o curso.	2
Tem uma duração demasiado curta.	2
Uma familiarização com um sistema hierárquico.	1

### **Comentário ao Inquérito de Questão Aberta, aplicado às alunas do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa**

Verifica-se pelas respostas obtidas neste inquérito, a existência nestas alunas de um sentimento de satisfação e realização pessoal pela frequência deste curso. Percebe-se que gostam do que aprendem durante as actividades lectivas e nos estágios curriculares. Para além da escola, e mais especificamente do curso ser um agente de formação técnica e profissional, também o é no campo pessoal. A escola contribui significativamente para o desenvolvimento intelectual, emocional das alunas e constitui uma oportunidade para desenvolverem competências sociais e de relação. A escola é encarada pelas alunas como um suporte afectivo, permitindo-lhes expressarem os seus sentimentos, emoções e opiniões, partilhando com colegas e professores experiências e vivências, algo que algumas não terão oportunidade de fazer no seio da sua própria família. Pelas declarações emitidas pelas alunas, confirma-se que aprendendo algo para o qual detêm

capacidades, conseguem desenvolver outras que de outra forma seria mais difícil. O facto de referirem que a escola contribui para além da sua formação profissional, para o seu desenvolvimento pessoal, vem confirmar esta tese (Gardner, 1994).

Confirma-se existência de uma utilidade real dos conteúdos leccionados na prática laboral desta actividade profissional, visto o estágio ter sido referido como um momento de posta em prática do que foi previamente aprendido.

As alunas demonstram responsabilidade e maturidade, pois um dos parâmetros mais mencionados nas suas respostas é a sua preocupação em atingir um futuro profissional bem sucedido. A frequência do curso tal como a realização do estágio, são considerados pelas alunas como constituindo etapas fundamentais para uma correcta integração na vida activa. No caso particular do estágio, as alunas consideram a sua duração insuficiente, não lhes permitindo atingir metas esperadas. Seria provavelmente desejável a consignação no plano de actividades de momentos de avaliação do curso, operacionalizada de forma conjunta entre professores e alunos, de modo a perceberem as necessidades e expectativas de todos, efectuando sempre que necessário correcções e alterações na estrutura e organização deste, sempre dentro dos parâmetros estabelecidos pelo normativo que rege este tipo de ensino. Deverão assim ser ouvidas as várias partes intervenientes no processo de ensino/aprendizagem, de modo a que se decidam estratégias para que se atinjam mais eficientemente as metas propostas (Barroso, 1996).

## **Análise do Inquérito de Questão Aberta, aplicado aos alunos do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

TABELA 1A

Representações que os alunos têm da Escola	
INDICADORES	FREQUENCIA
	Q1
Um local de convívio com o demais colegas.	10
Um local de aprendizagem.	8
Um local de preparação para o futuro.	4
Um local de convívio com professores e funcionários.	3
Um local jovem.	2
Um local de crescimento físico, intelectual e emocional.	2
Tem poucas possibilidades de escolha de áreas de estudo.	1
Um local de longa permanência	1
Uma forma de avaliar os alunos.	1

Os alunos do curso referido dão capital importância às interações sociais estabelecidas entre eles, considerando a escola como um local privilegiado de convívio.

A escola assume-se como um local de aprendizagem, constituindo uma preparação para a vida dos alunos.

Estes alunos revelam estabelecer boas relações de convivência tanto com professores como com funcionários.

Os alunos sentem a escola como sendo um local jovem e que lhes proporciona um correcto crescimento físico, intelectual e emocional. Por outro lado, a escola dá-lhes poucas possibilidades de escolha em termos de áreas de estudo, tendo como prioridade a avaliação dos seus alunos. É onde permanecem durante mais tempo (Anexo 49).

No que concerne ao curso que frequentam, os alunos revelam que lhes proporciona uma oportunidade de aprenderem uma profissão. De igual modo, é uma possibilidade que têm de concluir o 12ºano, que de outra forma seria menos cativante.

É da opinião de alguns alunos, que o curso se assume como sendo interessante. É no curso que se vivência um conjunto de experiências agradáveis, partilhadas por alunos e professores. Algo desejado, importante mas também de difícil concretização. É também considerado por alguns como sendo pouco estimulante, pelo facto de não se gerar um espírito competitivo entre os alunos (Anexo 50).

TABELA 2A

Representações que os alunos têm do Curso	
INDICADORES	FREQUENCIA
	Q1
Uma forma de aprender uma profissão	6
Uma oportunidade de concluir o 12ºano.	4
Interessante.	3
Algo agradável.	1
Pouco estimulante.	1
Importante.	1

As expectativas que estes alunos depositam no estágio curricular de final de curso recaem sobre várias vertentes. A opinião geral é que venha a constituir um complemento de formação importante, e que lhes dê uma boa oportunidade de inserção na vida activa. Esperam que se venha a revelar uma experiência enriquecedora que contribua para o fortalecimento da sua personalidade. Este estágio funcionará como uma primeira adaptação ao meio laboral, uma familiarização com um sistema hierárquico.

Durante este período, os alunos esperam mais uma vez, ter bons momentos de convívio (Anexo 51)

TABELA 3A

Expectativas que os alunos depositam no Estágio	
INDICADORES	FREQUENCIA
	Q1
Um complemento de formação.	6
Uma oportunidade de inserção na vida activa.	5
Uma experiência enriquecedora.	5
Uma adaptação ao meio laboral.	4
Um local de convívio.	2
Melhor que o anterior (realizado no final do 10ºano).	1
Uma familiarização com um sistema hierárquico.	1
Uma oportunidade de formação da personalidade.	1

## **Comentário ao Inquérito de Questão Aberta, aplicado aos alunos do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

No caso dos os alunos do curso de Técnico de Electrónica, sente-se que a maior motivação para a frequência do referido curso é o convívio que estes estabelecem diariamente, tendo a escola como cenário. A escola é o ponto de encontro diário onde se estabelecem vários tipos de relações com os demais colegas e com os vários actores educativos.

O curso assume-se como uma via de aprendizagem onde se tem a oportunidade de contactar pela primeira vez com uma profissão. Ao frequentar o curso, os alunos têm a consciência que para além de adquirirem um conjunto de conhecimentos úteis para um início de carreira, obtêm igualmente uma qualificação académica, equivalente ao 12.º ano de escolaridade.

O desenvolvimento físico, intelectual e emocional, é assumidamente algo que acontece no contexto da escola, reunindo esta, todas as condições para que isto se processe. A existência de equipamentos lúdicos, a prática de actividades lectivas estimulantes e a oportunidade de convívio e partilha de experiências propiciam todo um desenvolvimento pessoal e social a estes jovens.

Deduz-se pelas respostas dadas e pela sua elevada frequência, que os alunos anseiem iniciar a sua vida profissional, de modo a se tornarem financeiramente independentes, pois referindo-se ao estágio deram grande importância a questões relacionadas com o mundo do trabalho, como sejam a formação profissional, a oportunidade de inserção na vida activa ou a adaptação a uma estrutura hierárquica.



#### **5.6.5. Análise documental e comentário das actas de Conselho de Turma realizadas no ano lectivo de 2006 / 2007**

##### **Análise e Comentário das actas de reuniões dos Conselhos de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica**

Esta análise usará como base as técnicas da análise documental respeitante a todas as actas das reuniões que os Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica levaram a cabo durante o ano lectivo de 2006/2007. Ao longo deste ano, cada Conselho de Turma realizou sete reuniões, tendo ocorrido estas no início do ano, no final de cada período, após as reuniões intercalares com os encarregados de educação e no final do ano lectivo. A cada um dos cursos serão analisadas em separado as actas destas reuniões, sendo posteriormente confrontadas e comentadas em conjunto.

##### **Análise das actas de reuniões do Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa**

##### **Organização Curricular e Pedagógica do Curso**

Nas duas primeiras reuniões realizadas por este Conselho de Turma, percebe-se uma grande preocupação em planear correctamente o ano lectivo, a todos os níveis. Temas como a organização curricular do curso, a identificação e caracterização das alunas e a relação que os encarregados de educação estabelecem com a escola, são fortemente focados.

Presume-se que neste tipo de cursos, mais ainda que no ensino regular, os professores se envolvam intensamente no desenvolvimento pessoal e escolar dos seus alunos. Assim, são entregues no início do ano lectivo documentos contendo a identificação das alunas, suas fotografias e feita uma caracterização destas, no que diz respeito ao meio sócio económico em que

estão inseridas, o seu contexto familiar e as suas motivações e constrangimentos.

O cumprimento do normativo que rege estes cursos é tido pelos professores como uma premissa fundamental para o bom funcionamento destes. Assim, os professores são informados da introdução de novas regras. A assiduidade dos professores é um parâmetro importante focado pela nova legislação. A Directora de Turma informou os professores de todos os procedimentos a tomar caso tenham necessidade de faltar. Foi-lhes entregue um mapa para registo de aulas não leccionadas e pedidos os seus horários, a fim de ser possível uma melhor gestão dos tempos lectivos, de forma a se poderem compensar aulas não dadas ou serem substituídos por outros colegas.

A assiduidade dos alunos foi igualmente considerada como um factor preponderante na progressão académica destes. Com o intuito de reduzir o absentismo, foram introduzidas novas regras que responsabilizassem de forma mais efectiva, quer alunos, quer encarregados de educação. Como tal, a escola propõe à família um compromisso através da aceitação de novas regras, autorizando a aplicação destas.

A escolha de critérios de avaliação coadunados com o tipo de alunas em questão foi efectuada logo no início do ano. A adaptação destes critérios é operada continuamente nalgumas disciplinas. A adopção de conteúdos adaptados a esta população escolar é complementada com a realização de um grande número de actividades extra curriculares, dando às alunas uma forte noção de como se funciona em meio laboral, relacionando a teoria com a prática.

Com vista a resolver problemas específicos de insucesso escolar, são tomadas em diversas disciplinas medidas de remediação, tais como a adaptação dos instrumentos de avaliação e sua frequência, a realização de trabalhos extra, ou a participação em actividades de índole social.

A realização de materiais didácticos, alguns deles adaptados a alunos portadores de condicionantes específicas à sua participação nas actividades lectivas, é uma prática corrente deste Conselho de Turma. Devido à inexistência de manuais didácticos relacionados com a área da Assistência de Acção Educativa, os professores têm a necessidade de produzir fichas de apoio para utilização em aula. Para isso existem à disposição dos professores meios e verbas para aquisição de obras literárias, revistas especializadas e fotocópias destas fichas. É patente a disponibilidade dos professores para a realização de trabalho conjunto, tanto na concepção destes materiais didácticos como na gestão dos curricula das várias disciplinas.

É observável pela análise destas actas que o Conselho de Turma efectua continuamente uma avaliação das actividades lectivas, dos conteúdos leccionados e das actividades não lectivas realizadas, permitindo assim gerir os tempos lectivos obrigatórios para cada disciplina, atribuir a cada professor os conteúdos conforme a sua especialidade ou realizar em tempo adequado visitas de estudo ou outras actividades extra curriculares.

No que diz respeito ao comportamento, a aplicação no princípio do ano lectivo de estratégias conducentes à melhoria das relações estabelecidas entre as alunas manifestam-se eficientes, no entanto existem registos de alunas com comportamentos desadequados no contexto da sala de aula.

A avaliação das alunas é registada nas actas das reuniões de final de período e final de ano, sob a forma de tabela estatística, sendo referidas por disciplina o número de classificações atribuídas segundo intervalos de valores. São também registadas nestas tabelas, o número de aulas previstas e dadas em todas as disciplinas (Anexo 52).

### **Insucesso escolar**

Estas tabelas mostram claramente uma evolução crescente no aproveitamento geral da turma, pelo decréscimo no número de classificações inferiores a dez valores. Regista-se no entanto a anulação de duas matrículas (Anexo 53).

## **Relações estabelecidas entre a Escola e Instituições da região**

No caso de falta de assiduidade, os motivos mais assinalados são questões relacionadas com a saúde das alunas. A necessidade de ida a consultas médicas, internamentos ou indisposições, são as razões mais frequentes apresentadas pelas alunas como justificação de faltas. A escola assume aqui um papel importante despistando problemas de saúde em algumas alunas, encaminhando-as para o Centro de Saúde ou para o Hospital. Em todos os casos é solicitada a participação dos encarregados de educação na resolução destes problemas. Verifica-se a requisição de serviços de técnicos de saúde que dão na escola acompanhamento e aconselhamento aos alunos acerca de problemas vários, nomeadamente sobre obesidade e hábitos alimentares (Anexo 54).

## **Inter relação Escola/Família**

Em reunião com os encarregados de educação, a Directora de Turma propõe a assinatura de um documento explicativo do modo de compensação a aulas não assistidas pelos alunos, de forma a reforçar a participação destes no processo de formação dos seus educandos. Nesta mesma reunião foram distribuídos folhetos explicativos do funcionamento e âmbito dos Cursos de Educação e Formação.

Os alunos foram igualmente chamados a comprometerem-se mais seriamente no seu progresso escolar, elaborando conjuntamente com os docentes contratos de aprendizagem, tendo sido no caso de uma aluna assinado um contratos pedagógico. Cria-se desta forma um laço mais forte entre professores, alunos e encarregados de educação.

A falta de motivação é mencionada muito frequentemente como causa de falta de aproveitamento destas alunas. A dificuldade que algumas alunas têm em ser pontuais, é considerado pelo Conselho de Turma como algo a combater, pois prejudica significativamente o desempenho de todo o grupo turma.

É notório o trabalho da Directora de Turma no que diz respeito à informação que fornece aos encarregados de educação quanto ao percurso escolar das suas educandas. São utilizados por esta, todos os meios de comunicação disponíveis, nomeadamente o correio, o telefone e o envio de mensagens SMS, para fazer chegar aos encarregados de educação toda a informação que se considere pertinente. Aliás, a utilização do telemóvel para envio de mensagens SMS é muito utilizado pela Directora de Turma para informar em tempo real de situações anómalas ocorridas com as alunas, nomeadamente falta a testes de avaliação ou fraco aproveitamento, ou simplesmente para convocar os encarregados de educação a apresentarem-se na escola para se inteirarem da situação. Em muitos casos, estas informações bem como as convocatórias, são duplamente veiculadas por via postal. Todos estes contactos surtem na maioria dos casos efeito, pois têm como retorno a comparência à escola dos encarregados de educação, e consequentemente um maior acompanhamento aos seus educandos (Anexo 55).

### **Trabalho intersectorial**

De igual modo o Serviço de Psicologia e Orientação desta escola é amiúde solicitado a intervir em casos em que, alunas com difíceis relações familiares e sentimentais criam em si instabilidade emocional, originando desmotivações e falta de empenho, degradando assim o seu aproveitamento escolar, acabando nalguns casos por causar o abandono precoce da escolaridade. As próprias alunas têm conhecimento dos mecanismos de apoio que a escola possui e solicitam espontaneamente o auxílio que necessitam (Anexo 56).

### **Caracterização dos alunos da Turma**

O registo em acta da caracterização da turma em termos de aproveitamento, comportamento e assiduidade é feito em vários momentos, nomeadamente a meio e no final de cada período enquanto a caracterização particular de alunos mais desfavoráveis nestes aspectos é uma constante ao longo de todo o ano. São mencionadas em acta todas as alunas com fraco aproveitamento,

comportamento ou assiduidade, havendo o cuidado de referir a razões destas ocorrências.

Relativamente ao aproveitamento global das alunas, registou-se ao longo do ano uma leve evolução, muito por via do trabalho elaborado pelo Conselho de Turma com o intuito de otimizar o rendimento das alunas (Anexo 57).

### **Comentário das actas de reuniões do Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa**

A análise documental realizada às actas das reuniões de Conselho de Turma deste curso, corroboram com o que já foi observado anteriormente através de outros instrumentos de investigação, no que diz respeito à grande preocupação manifestada pelos professores em conhecerem as suas alunas, inteirando-se das suas dificuldades, tanto académicas como pessoais e familiares, aliás a recolha de informação a respeito dos alunos, é uma tarefa inerente ao cargo de Director de Turma (Coutinho, 1998). É igualmente visível o esforço que a Directora de Turma investe para que a família se envolva mais efectivamente no percurso escolar dos alunos. Este tipo de preocupação é igualmente referida por Coutinho, (1998). São assim criados mecanismos facilitadores deste envolvimento, tal como a assinatura de documento de autorização de aplicação de novas regras para a compensação de aulas não assistidas, ou o estabelecimento de contratos pedagógicos.

A comunicação entre a Directora de Turma e os encarregados de educação é efectuada através de vários meios de comunicação, (correio, telefone, telemóvel, mensagens SMS), por vezes em simultâneo. Os encarregados de educação são deste modo postos em tempo real ao corrente da situação escolar dos seus educandos, sendo frequentemente solicitada a sua presença na escola para reunião com a Directora de Turma.

O cumprimento do normativo que rege estes cursos, é considerada pelos professores como imperativo, pelo que se verificou o estabelecimento de mecanismos de organização interna conducentes a um melhor funcionamento

do curso. O registo em formulário próprio de aulas não dadas e de conteúdos leccionados, permite efectuar mais eficazmente a reposição de aulas previstas ou a permuta de professores para substituição de aulas. Apercebendo-nos deste tipo de situações, verificamos que a escola funciona igualmente pelo princípio burocrático (Costa, 1996), conferindo á sua gestão, rigor, eficiência e coerência.

Percebe-se a existência de um constante trabalho por parte dos professores na criação de estratégias com o intuito de proporcionar às suas alunas um ambiente favorável ao seu sucesso escolar. O Conselho de Turma avalia e corrige sistematicamente a didáctica das várias disciplinas, através de um permanente ajuste de critérios de avaliação, de uma constante adaptação dos conteúdos a leccionar (Sacknei & Dibsiki, 1994), bem como através da criação de materiais didácticos a utilizar durante as aulas. Todo este trabalho só é possível derivado às boas relações colegiais estabelecidas pelos professores deste Conselho de Turma. No contexto observado, é prática corrente a partilha de decisões e a consulta entre colegas (*staff consultation*), segundo a linha de Hargreaves, (1998). Constata-se a prossecução de uma gestão curricular eficiente, tendo em conta a formação e especialidade de cada um dos professores, sendo frequente o trabalho conjunto destes na leccionação de conteúdos específicos de determinadas disciplinas.

Conclui-se que questões relacionadas com a saúde e bem-estar das alunas constituem um dos mais importantes constrangimentos para o sucesso escolar destas. A assiduidade é condicionada pela necessidade de internamento ou de recurso a consultas médicas e a pontualidade é constantemente condicionada pelo mau estar físico e emocional manifestado por algumas alunas, pondo assim em causa trabalho individual destas em particular e da turma em geral. A escola assume um papel importante apoiando estas alunas e suas famílias, recorrendo a organismos internos, como no caso do Serviço de Psicologia e Orientação, ou externos, como o Centro de Saúde ou o Hospital Municipal.

## **Análise das actas de reuniões do Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

### **Organização Curricular e Pedagógica do Curso**

O Conselho de turma do curso de Técnico de Electrónica nas suas primeiras reuniões trabalhou sobretudo ao nível do estabelecimento de regras, estratégias e planeamento das suas actividades. Assim são adoptadas por este órgão as novas regras relativas à assiduidade dos professores, sendo estes informados de todos os procedimentos a ter para a consequente compensação das aulas não dadas.

A preparação de actividades extra curriculares opera-se desde o início do ano até ao seu final. As visitas de estudo são marcadas conforme os conteúdos programáticos que estão a ser leccionados no momento nas diversas disciplinas e após a sua realização são avaliadas, aferindo-se se foram atingidos os objectivos propostos.

Os critérios de avaliação são decididos conforme a evolução que os alunos tiveram nos anos anteriores, sendo estes aplicados de forma diferenciada nas disciplinas das componentes sócio-cultural e científica, e nas disciplinas da componente tecnológica.

Observou-se a preocupação por parte da professora da disciplina de Português em adaptar os conteúdos da sua disciplina ao perfil geral dos seus alunos. Devido à obrigatoriedade de cumprimento da leccionação dos conteúdos programáticos previstos em todas as disciplinas, num número de horas previamente estipulado, é feito periodicamente o balanço do decurso das actividades lectivas.

À medida que o ano lectivo decorre e vão sendo detectadas dificuldades na aprendizagem dos conteúdos leccionados, o Conselho de Turma vai adoptando estratégias de remediação de forma a otimizar o desempenho



escolar dos seus alunos. Estas estratégias são regularmente avaliadas, verificando-se se cumprem os seus propósitos.

A avaliação dos alunos é divulgada em pauta no final de cada período e final de ano lectivo, sendo registada em acta sob a forma de tabela estatística (Anexo 58).

### **Insucesso Escolar**

De acordo com estas tabelas, através da contagem do número de classificações inferiores a dez valores, constata-se que a turma teve uma acentuada progressão ao longo do ano lectivo, contudo é de registar a ocorrência de quatro anulações de matrícula (Anexo 59).

### **Caracterização dos alunos da Turma**

É efectuado o registo da evolução da turma em geral, no que concerne a comportamento e aproveitamento. Este registo é feito sistematicamente ao longo do ano, complementado com a informação particular dos alunos com resultados obtidos inferiores ao pretendido, com pior comportamento e pior assiduidade (Anexo 60).

### **Inter relação Escola/Família**

Aos encarregados de educação é-lhes solicitada a comparência na escola para reunião com o Director de Turma, para que estes possam proporcionar um maior apoio e acompanhamento aos seus educandos, concertando estratégias com os professores (Anexo 61).

### **Trabalho intersectorial**

O Serviço de Psicologia e Orientação desta escola tem assumindo um papel importante no apoio e reorientação escolar de alguns alunos deste curso, actuando nalguns casos em conjunto com a família (Anexo 62).

## **Comentário das actas de reuniões do Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

Neste curso, a abertura do ano lectivo foi francamente marcada pelo estabelecimento de novas regras, pelo planeamento curricular e pela marcação de actividades complementares à acção lectiva.

Operou-se assim uma preparação minuciosa de todo o ano lectivo, dando-se a conhecer aos professores as novas regras, a aplicar em todos os Cursos de Educação e Formação, regras estas, emanadas pela Tutela.

A marcação prévia de actividades não lectivas, nomeadamente de visitas de estudo coadunadas com os conteúdos leccionados em cada momento, tanto nas disciplinas da componente tecnológica como das disciplinas da componente geral, é efectuada de modo a se estabelecer uma relação entre as práticas laborais operadas nas empresas e as actividades lectivas levadas a cabo em contexto escolar.

É patente a adopção por parte do Conselho de Turma de critérios de avaliação específicos para cada disciplina, relacionados com o perfil dos alunos, tendo em conta a sua evolução ao longo dos anos lectivos anteriores. É feita regularmente a avaliação do resultado da aplicação destes critérios, tal como das medidas de remediação tomadas, com vias a proporcionar aos alunos, condições necessárias ao desenvolvimento das competências previstas por este curso. Esta avaliação é complementada com as análises efectuadas pelos professores à turma no seu todo e aos alunos em particular, quanto a aproveitamento e comportamento. Esta filosofia de trabalho é coerente com os princípios que Sackney e Dibski, (1994) preconizam para que se atinjam os objectivos propostos. Os professores deverão realizar um intenso trabalho ao nível do planeamento, monitorização, avaliação e correcção de desvios no que diz respeito a desenvolvimento curricular, implementação de estratégias e programas de aprendizagem, com vista à obtenção dos resultados previstos.

Os organismos internos de apoio ao aluno, nomeadamente o Serviço de Orientação e Psicologia, assumem um papel importante no que se refere a auxílio a alunos e suas famílias na superação das suas dificuldades. A escola deverá representar um papel pedagógico, também para com as famílias, fornecendo-lhes informação a respeito de higiene, alimentação, segurança e bem-estar dos seus educandos. É fundamental que os encarregados de educação tenham uma boa auto-estima e uma imagem positiva da escola (Epstein, 1997).

#### **5.6.6. Análise e comentário das observações naturalistas de aulas, actividades e Conselhos de Turma de ambos os cursos em estudo**

##### **Análise de observações naturalistas de aulas do Curso de Assistente de Acção Educativa**

##### **Observação naturalista de sala de aula da disciplina de ATL do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa, ocorrida a doze de Março de 2007 (Anexo 9)**

Observou-se uma aula prática da disciplina de ATL, em que as alunas se encontravam a elaborar cenários a serem utilizados durante a semana de actividades extra curriculares de Páscoa.

A professora (...) apresentou o investigador à turma, introduzindo o seu trabalho, explicando às alunas que deverão responder a um questionário, o qual será interpretado e extraídas conclusões.

Foi solicitado às alunas que criassem um nome fictício para identificar a escola, mantendo assim o anonimato. As alunas ouviram os professores, assumindo um comportamento disciplinado, mobilizando-se para cumprir a tarefa pedida pelo investigador.

Devido à compenetração com que elaboravam os cenários, as alunas pediram à professora que adiassem para a parte da tarde o trabalho de criação do novo nome da escola.

Observou-se que as alunas funcionavam muito bem em equipa, acatando prontamente todas as indicações dadas pela professora.

O ambiente de trabalho caracterizava-se por ser descontraído, permitindo-se a audição de música ambiente.

As alunas mostravam-se cuidadosas, pois estando a trabalhar com tintas, mantinham-se a elas próprias e à sala de aula limpas, lavando as mãos e os seus utensílios, sempre que necessário. A sala encontrava-se limpa e arrumada.

Percebeu-se haver uma boa relação entre alunas e professora e entre si, verificando-se uma boa adesão às actividades propostas.

De igual modo observou-se por parte das alunas de um grande sentido de responsabilidade, quando após o toque para o intervalo, a maioria destas ter permanecido na sala de aula a trabalhar. As tarefas desempenhadas pelas alunas na elaboração dos referidos cenários variavam entre tarefas de repetição, como por exemplo no preenchimento de grandes superfícies ou criação de texturas, ou tarefas de maior minúcia no desenho de pormenores. Em qualquer caso, as alunas demonstravam concentração e cuidado, não manifestando qualquer sinal de enfado.

**Observação naturalista de sala de aula da disciplina de Psicologia do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa, ocorrida a quinze de Março de 2007 (Anexo 10)**

As alunas encontravam-se na sala e ocupavam os seus lugares habituais. A professora informou a turma que a aula ia ser assistida pelo investigador e que lhes iam ser entregues um conjunto de questionários para responderem, ao que o investigador explicou em que é que estes consistiam. As alunas responderam ao questionário, pondo ao investigador as suas dúvidas.

Uma aluna informou que a turma escolhera para identificar a escola a designação de Escola Secundária Maria da Luz.

Depois de entregues os questionários respondidos, a aula retomou o seu rumo normal, podendo-se constatar que todas se faziam acompanhar de todos os materiais necessários para a realização das actividades propostas para esta aula, nomeadamente dos seus *dossiêrs* de Estágio.

Pouco antes do final da aula, a professora propôs à turma a realização de um trabalho. As alunas levantaram-se discretamente, agrupando-se conforme tinham previamente combinado, iniciando as tarefas propostas. As alunas mantiveram até ao final da aula uma atitude disciplinada, apesar de descontraída e divertida.

### **Análise de observação naturalista de uma actividade do Curso de Assistente de Acção Educativa**

#### **Observação naturalista de uma actividade do Curso de Assistente de Acção Educativa (Anexo 11)**

A turma do curso de Assistente de Acção Educativa, decidiu organizar uma actividade aberta às escolas de 1.º ciclo, integrada na semana de actividades de final de segundo período, tendo esta ocorrido no dia vinte e dois de Março de 2007.

Conforme observado em ocasiões anteriores, estas alunas elaboraram todos os cenários e estruturaram o espaço da sala de aula de forma a receber e distribuir pelas diversas actividades os alunos visitantes.

O tema escolhido para esta actividade, foi “A vida na quinta”, tendo todo o espaço da sala sido decorado com motivos rurais.

As alunas encontravam-se na sala, tranquilamente mas deixando transparecer alguma ansiedade, esperando os alunos a quem se destinava esta actividade.

As alunas traziam vestido figurinos imitando os animais da quinta, os quais tinham previamente confeccionado. Pouco tempo depois, acompanhados pelas suas professoras, chegavam os alunos do quarto ano do 1º. Ciclo, tendo sido encaminhados para os respectivos lugares.

Realizou-se inicialmente um pequeno recital de poemas dirigido a todas as crianças, tendo de seguida, sido distribuídas por cinco *ateliêrs*, nos quais participavam rotativamente.

A actividade decorreu conforme o previsto, percebendo-se a existência de um forte espírito de equipa, demonstrando competência e gosto no desempenho desta profissão.

### **Comentário de observações naturalistas de aulas e actividade do Curso de Assistente de Acção Educativa**

A observação destas aulas e actividade veio ajudar-nos a conhecer o ambiente, a atitude das alunas perante a escola e o seu modo de relacionamento. Observou-se, que provavelmente devido ao facto das alunas já trabalharem juntas há alguns anos, e devido ao trabalho que o Conselho de Turma está a ter no sentido de atingir os propósitos deste curso, que estas alunas já desenvolveram competências sociais indispensáveis para que, num futuro próximo, se possam integrar numa empresa ou instituição, permitindo um desempenho laboral desejável. Assim percebeu-se que quando solicitadas, as alunas executam prontamente as tarefas propostas. As alunas aderem instantaneamente às actividades previstas e facilmente trabalham em equipa, apostando-se em cumprir os objectivos a que se propuseram. Pela observação das interacções geradas em contexto de sala de aula, percebeu-se a utilização de metodologias de ensino por parte das professoras semelhantes às descritas por Joyce e Weil, (1985). O modelo de ensino não directivo é na nossa opinião aquele que melhores resultados poderá dar quando aplicado nestes contextos, pois gera um real envolvimento dos alunos na gestão da aula, atribuindo-lhes responsabilidades sobre os resultados por eles obtidos. Este modelo promove hábitos de trabalho, obrigando os alunos a gerirem de forma adequada o seu tempo de estudo.

Cultiva-se um ambiente de trabalho descontraído e tranquilo. Constata-se haver uma grande facilidade de comunicação entre alunos e professores, não se vendo nas alunas qualquer relutância em pedir ajuda aos professores,

sempre que tenham necessidade. Também ao nível da turma se trabalha segundo o modelo democrático (Costa, 1996); alunos e professores partilham responsabilidades e buscam consensos na tomada de decisões. Este modelo é amplamente aplicado na turma e inculcido aos seus alunos, incentivando-os a participar activamente na vida escola e na tomada conjunta de decisões. O Desenvolvimento de uma pedagogia personalizada, posta em prática nestes cursos é igualmente um princípio de acção do modelo de escola democrática.

Verificou-se que as alunas se responsabilizam pelo cumprimento dos seus deveres, demonstrando terem adquirido alguns hábitos de trabalho e organização.

### **Análise de observação naturalista de reunião de Conselho de Turma do Curso de Assistente de Acção Educativa**

#### **Observação naturalista de reunião de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa, ocorrido a vinte de Março de 2007 (Anexo 12)**

Este Conselho de Turma serviu sobretudo para confirmar as classificações de final de período, cumprindo-se os trâmites habituais. É de referir que se registou um número bastante elevado de disciplinas com notas inferiores a dez valores. Assim, verificou-se que uma aluna obteve resultado negativo a oito disciplinas, uma aluna a sete, duas alunas a seis disciplinas, uma a cinco, uma aluna a três, duas a duas, três a uma disciplina e somente quatro alunas não registaram nenhuma nota inferior a dez valores. Houve este ano, uma anulação de matrícula efectuada a 29 -11-06.

Os professores manifestaram preocupação pela ocorrência de tal elevado número de alunas em risco de retenção, pois caso não transitem, não terão a possibilidade de integrar um C.E.F. nesta escola. Indagando este a razão deste facto, foi o investigador informado que os conteúdos das várias disciplinas, quer as de componente geral, quer as de componente técnica, são de uma



complexidade pouco adequada ao perfil deste tipo de alunos. Para agravar esta situação, verifica-se a inexistência de uma sequência entre os conteúdos leccionados no ano passado e os do corrente ano.

A Directora de Turma afirmou ter contactado, telefónica e via SMS os encarregados de educação para os pôr a par da situação de mau aproveitamento e falta de assiduidade dos seus educandos. Percebeu-se uma certa demissão por parte dos encarregados de educação, relativamente aos seus deveres. A agravar a situação, observaram-se casos de desobediência e boicote aos deveres escolares e familiares por parte de algumas alunas.

Alguns professores, tendo a oportunidade de contactar com encarregados de educação, aperceberam-se da existência de maus ambientes familiares e más atitudes destes para com os seus educandos, pouco propícias ao seu bom desenvolvimento intelectual e emocional.

Constatou-se recentemente, a existência de um grave problema comportamental e relacional entre algumas alunas, nomeadamente entre a delegada e a sub delegada de turma, assumindo lideranças contrárias. O Conselho de Turma entendeu por unanimidade, destituí-las dos cargos que assumiam. Deliberou-se a marcação de uma assembleia de turma, com vista à resolução deste tipo de problemas. Deduz-se que alguns destes comportamentos desviantes, sejam aprendidos no seio familiar, pelo que já foi referido através da observação de atitudes tidas pelos próprios encarregados de educação.

Os professores queixam-se de falta de cumprimento de prazos na entrega dos trabalhos executados pelas alunas desta turma, bem como falta de métodos de trabalho.

Conclui-se que grande parte das alunas desta turma, ainda não se aperceberam de qual a razão pela qual foram integradas neste curso e qual a filosofia dos Cursos de Educação e Formação.

O professor da disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação comentou nunca se ter apercebido deste tipo de problemas comportamentais, provavelmente por passar semanalmente pouco tempo com elas. Contrariando este tipo de atitudes tidas na escola, estas alunas, inseridas em contexto de estágio, tomam uma postura completamente oposta, demonstrando competência e responsabilidade.

Seguidamente caracterizou-se a turma quanto ao seu comportamento e aproveitamento geral, definindo-se estratégias para a mais breve resolução dos seus problemas.

Foi dado um louvor às professoras e alunas que se destacaram na execução dos cenários a utilizar nas actividades extra curriculares de final de período.

Para encerrar a reunião, foi divulgado o programa de actividades para o terceiro período.

### **Comentário de observação naturalista de reunião de Conselho de Turma do Curso de Assistente de Acção Educativa**

Percebeu-se pela observação desta reunião de Conselho de Turma uma forte coesão entre os professores que o compõem. Todos os professores se encontram inteirados dos assuntos relacionados com o percurso escolar das alunas e da sua vida familiar. Existe assim uma grande preocupação por parte dos professores em conhecer as suas alunas de modo a as poder ajudar nas suas dificuldades (Coutinho, 1998).

Verifica-se da parte da Directora de Turma um cuidado permanente em informar os encarregados de educação acerca do desempenho escolar dos seus educandos. A falta de assiduidade é um dos factores que mais condiciona o sucesso dos alunos. Os encarregados de educação são estimulados a envolver-se na resolução deste problema, estando constantemente a ser informados a este respeito.

O não cumprimento dos deveres do aluno poderá dever-se ao fraco acompanhamento dos encarregados de educação. O mau ambiente familiar em que algumas alunas vivem, aliados à demissão dos pais dos seus deveres de educadores, poderão influenciar grandemente as atitudes das alunas em contexto de sala de aula. De facto, verifica-se pela ausência, a importância de um correcto acompanhamento dos alunos por parte dos seus encarregados de educação para que realizem um bom percurso escolar (Epstein, 1995).

Constata-se uma predisposição das alunas para o trabalho prático, nomeadamente quando inseridas em ambiente de estágio.

### **Análise de observações naturalistas de aulas do Curso de Técnico de Electrónica**

#### **Observação naturalista de sala de aula da disciplina de Língua Portuguesa do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica, ocorrida a quinze de Março de 2007 (Anexo 13)**

O Investigador, acompanhado pela professora (...), chegou à sala de aula da disciplina de Língua Portuguesa, onde já decorriam as actividades previstas, neste caso, o visionamento de um vídeo. A professora (...) interrompeu a aula, tendo sido apresentado o âmbito desta investigação. O investigador apresentou-se, e distribuiu pelos alunos presentes os questionários a preencher, os quais os alunos prontamente começaram resolver.

Ao longo do tempo em que os alunos preenchiam os questionários não se verificaram quaisquer perturbações ou atitudes de indisciplina, demonstrando os alunos colaboração neste tipo de solicitação.

Tocou para a saída, os alunos entregaram os questionários que haviam resolvido e o delegado de turma levou dois exemplares para entregar aos alunos que não se encontravam presentes, para que estes os pudessem responder. Mais tarde estes questionários, já resolvidos, seriam entregues ao Director de Turma.

**Observação naturalista de aula do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica, ocorrida a vinte e um de Junho de 2007 (Anexo 14)**

Os alunos chegaram à sala à hora prevista, sentando-se nos seus lugares sem que se verificassem atrasos, interrupções ou outro tipo de perturbações.

A aula era de uma disciplina teórica, da componente técnica, na qual o professor utilizou o método expositivo, auxiliando-se de esquemas representados no quadro de parede.

Os alunos observaram atentamente o professor, passando para os seus cadernos toda a informação transmitida. O professor solicitou em diversas ocasiões a participação dos alunos questionando-os, os quais prontamente respondiam e discutiam os conceitos leccionados. Percebia-se que a generalidade dos alunos demonstravam interesse pela matéria dada, mantendo-se atentos.

A dada altura o professor teve a necessidade de se ausentar da sala de aula, pelo que os alunos começaram a conversar uns com os outros, em tom baixo. À entrada do professor, os alunos retomaram o ambiente de silêncio, continuando-se a aula.

Após a explicação teórica, o professor propôs a realização de um exercício, o qual foi resolvido no lugar pelos alunos, e posteriormente no quadro, esclarecendo-se dúvidas.

Um dos alunos, sinalizado como estando a passar uma fase de grande desmotivação, manifestava alheamento e desinteresse pela aula, não se fazendo acompanhar pelo material necessário, nomeadamente o caderno diário. O aluno encontrava-se a utilizar indevidamente o telemóvel. O professor, numa altura em que os restantes alunos se encontravam concentrados na resolução do exercício, trocou tranquilamente algumas impressões com este aluno.

Nota-se a existência de um clima de tolerância e respeito entre alunos e professores, preocupando-se estes últimos com a vida académica e pessoal dos seus alunos.

As matérias dadas eram complexas, muito técnicas, percebendo-se uma grande exigência e nível de dificuldade.

### **Comentário de observações naturalistas de aulas do Curso de Técnico de Electrónica**

O ambiente observado em ambas as aulas visitadas, caracterizava-se por ser tranquilo e agradável. Os alunos assumiam uma postura adequada, demonstrando interesse pelas matérias dadas e correcção na forma com que se relacionavam entre si e com os professores. Os professores das disciplinas das aulas observadas demonstravam tolerância e interesse pelas dificuldades pessoais dos alunos, tentando sempre ajuda-los.

### **Análise de observações naturalistas de Conselhos de Turma do Curso de Técnico de Electrónica**

#### **Observação naturalista de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica, ocorrido a cinco de Junho de 2007 (Anexo 15)**

As reuniões de Conselho de Turma deste curso ocorrem normalmente de quinze em quinze dias, salvo quando marcado extraordinariamente ou anulado.

Este Conselho de Turma é composto por sete professores, dos quais três do sexo feminino e os restantes do sexo masculino. Aqui as senhoras leccionam as disciplinas humanísticas e científicas, enquanto os homens leccionam as disciplinas da componente técnica.

A reunião de Conselho de Turma iniciou-se com a análise do comportamento de um aluno, suspeitando-se de consumir substâncias ilícitas. O aluno encontra-se desenquadrado do resto do grupo turma, pondo em risco os demais colegas. Observou-se um decréscimo acentuado dos resultados obtidos por este aluno, desde o início do terceiro período.

Os professores dialogaram abertamente sobre este assunto, demonstrando interesse e preocupação pela situação pessoal do aluno.

O Director de Turma informou ter contactado o encarregado de educação, percebendo-se haver diálogo entre a escola e a família.

Os professores referiram a forma como a turma se relaciona com o aluno, descrevendo as interações estabelecidas. Mais uma vez se verifica uma grande preocupação dos docentes pelos seus alunos.

Seguidamente discutiu-se a carga horária de algumas disciplinas, com o intuito de cumprir os seus conteúdos programáticos.

Analizou-se o aproveitamento geral da turma, antevendo-se já o final do ano lectivo.

### **Comentário de observações naturalistas de Conselhos de Turma do Curso de Técnico de Electrónica**

Percebeu-se pela observação desta reunião de Conselho de Turma, existir uma grande preocupação por parte dos professores para que os alunos atinjam os objectivos académicos e pessoais desejados. O envolvimento dos professores na vida pessoal de alunos mais problemáticos é visível. É notório o esforço do Director de Turma para que se estabeleça comunicação entre encarregados de educação e alunos, com o intuito de se colmatarem as suas necessidades e minimizarem as suas dificuldades. Novamente se apela à colaboração dos encarregados de educação no acompanhamento dos seus

educandos, de forma a que realizem de um bom percurso escolar (Epstein, 1995).

A criação de um bom clima de sala de aula e o estabelecimento de boas relações entre os alunos, são objectivos prioritários a atingir pelos professores, com via a optimizar o desempenho escolar de cada aluno. No caso desta turma, é igualmente notório o esforço que os professores fazem por criar um ambiente harmonioso e consensual, reflectindo a imagem organizacional da escola como democracia (Costa, 1996).

## Parte III

### 6.º Capítulo - Conclusões

A Revisão bibliográfica que elaboramos para realizar esta investigação auxiliou-nos a compreender toda a temática visada. A escola como organização complexa, vista por Costa, (1996) segundo as perspectivas de *empresa, burocracia, democracia, arena política e cultura*, é uma interpretação a que a escola em que se baseou esta investigação se identifica. Conforme os contextos e situações, todos os intervenientes no processo estudado vivênciam cada uma destas imagens organizacionais.

Apesar do contexto educacional nacional não se rever no Movimento das Escolas Eficazes, verificou-se o envidar de esforços por parte de professores e órgãos de gestão para que a escola se torne também uma instituição de sucesso. O facto de existir na escola visada uma tradição de ensino-técnico profissional, indicia a intenção de proporcionar sucesso ao maior número possível de alunos.

A Escola assume-se como agente pedagógico, tanto para com professores como para com alunos. A formação dos professores representa hoje um factor indispensável para o sucesso destes, pois são cada vez mais as solicitações do dia-a-dia nas escolas. Sendo o exercício da docência revestido de grande complexidade e verificando-se a atribuição aos professores de uma vasta multiplicidade de tarefas, torna-se imperativa uma constante actualização de saberes, por via de uma adequada formação. No contexto observado, constata-se a existência de um défice na oferta de formações, ficando os professores obrigados a uma auto aprendizagem dos conceitos e tecnologias que necessitam para leccionar as suas disciplinas. Este facto deve-se à inexistência de verbas, percebendo-se assim que o Estado não provém as escolas com as verbas necessárias ao seu bom funcionamento, limitando a sua eficácia e autonomia.



A igualdade de oportunidade ao acesso a equipamentos educacionais e ao sucesso escolar é obrigação do Estado para com todos os cidadãos. A oferta escolar deverá ser diversificada, criando vias de escolarização adequadas a todos os alunos. Os Cursos de Educação e Formação, vêm ocupar um importante papel na formação de alunos que não se identificariam com o sistema de ensino regular.

A capacitação dos alunos, tendo em conta as suas características, sejam elas constrangedoras ou potenciadoras das suas aprendizagens, será consequência de uma boa orientação vocacional. À luz da Teoria das Inteligências Múltiplas, (Gardner, 1994), os alunos poderão realizar um melhor percurso escolar, se se integrarem num sistema que tome partido das suas aptidões, conseguindo desenvolver mais facilmente competências num vasto leque de áreas.

Os modelos de ensino foram alvo da nossa atenção, pois a sua adopção por parte dos professores em contexto de sala de aula, poderá otimizar o desempenho dos alunos. Dos modelos focados por Joyce & Weil, (1985), consideramos que o modelo de ensino não directivo poder-se-á aplicar facilmente no contexto dos cursos em estudo, gerando um ambiente de trabalho facilitador da aquisição de aprendizagens. Dada a especificidade destes cursos e ao perfil de aluno que usualmente os frequenta, o modelo não directivo poderá servir como uma boa base de trabalho para que os professores rentabilizem mais eficientemente o seu tempo por via da participação e responsabilização dos alunos no decurso do trabalho de sala de aula.

Foi nossa preocupação saber mais a respeito da temática do partenariado e das relações de parceria entre organismos (Rodrigues & Stoer, 1998). O tipo de relações que a escola estudada estabelece com instituições e empresas foi motivo de investigação, pois delas dependem a colocação dos alunos em estágios profissionalizantes e sua posterior inserção na vida activa. Do mesmo modo foram investigadas a forma de como a escola estabelece a comunicação

com as famílias, como as pode auxiliar nas suas dificuldades e como os encarregados de educação podem intervir na gestão das escolas.

Finalizando a nossa revisão bibliográfica, realizamos uma resenha histórica do Ensino Técnico em Portugal, e um levantamento do enquadramento legal dos Cursos de Educação e Formação.

Passemos agora a explanar as nossas conclusões, conforme os temas que foram suscitando interesse ao longo deste estudo.

### **A implementação dos Cursos de Educação e Formação**

A Escola Secundária Maria da Luz viu implementar ao longo da sua existência um conjunto de cursos no âmbito do ensino técnico profissional, culminando com os actuais Cursos de Educação e Formação. Estes cursos visam proporcionar uma via alternativa de formação a alunos que de outra forma dificilmente obteriam uma certificação académica com equivalência ao Ensino Secundário. Esta via de ensino caracteriza-se por fornecer ao aluno um encaminhamento laboral, numa área profissional à sua escolha, bem como uma certificação profissional e uma habilitação académica. As áreas profissionais abordadas pelos Cursos de Educação e Formação ministrados na escola Secundária Maria da Luz foram decididas tendo em conta as aptidões dos alunos desta escola, estando estas de acordo com a realidade económica da região.

Os Cursos de Educação e Formação ocupam instalações anteriormente utilizadas por cursos semelhantes, não tendo havido a necessidade de equipar a escola com instalações específicas para os ministrar. Nalguns casos, os próprios professores auxiliados pelos seus alunos efectuaram melhoramentos nas salas de aula, criando ambientes semelhantes aos das empresas ou instituições que laboram nas áreas profissionais focadas por estes cursos. A utilização de equipamentos não profissionais, pode indiciar amadorismo e pouco rigor no desempenho de determinada actividade. Não quer isto significar

que com todo este trabalho conjunto, não se tenha conseguido algo de vital importância num contexto como é o escolar, como germinação de laços de cooperação entre professores e alunos.

Os professores manifestam algum desconhecimento no que se refere a apoios financeiros estatais ou camarários, aplicados para aquisição de equipamentos, inferindo-se que estes não sejam consultados na prossecução da gestão dos cursos.

A referência de vários entrevistados à supressão do PRODEP e à ausência de verbas para áreas como a formação de professores, indicia que o Estado não provém as escolas dos recursos necessários para o seu bom funcionamento, contrariando os princípios preconizados pelo *programa de reforço da autonomia das escolas*, (Barroso, 1997).

No que se refere a recursos humanos, os Cursos de Educação e Formação são leccionados por docentes na sua maioria pertencentes aos quadros da escola, cujas habilitações nem sempre coincidem com a área das disciplinas que leccionam. Nestes casos, os professores procuram informação referente aos temas que futuramente transmitirão aos alunos, complementando de forma autodidacta a sua formação inicial. A escola não fornece aos seus professores formações ou reciclagens para que estes possam exercer a actividade docente com mais qualidade e actualidade.

Poder-se-á afirmar relativamente à implementação dos cursos que foram considerados dois factores fundamentais: a apetência dos alunos para explorarem esta área profissional e as necessidades reais da região ao nível de formação de técnicos especializados. Não se deu o caso de implementar este curso devido à mera existência de professores especializados neste campo.

Outro motivo para a abertura destes cursos foi para permitir que alunos com estas características específicas completassem a sua escolaridade com a conclusão do ensino secundário. Alunos desmotivados ou que previamente

tivessem abandonado a escolaridade, tiveram neste curso a oportunidade de complementar a sua formação académica.

### **O peso dos normativos no funcionamento dos Cursos de Educação e Formação**

Uma das conclusões extraídas desta investigação foi o facto de que neste tipo de cursos se trabalhar de uma forma muito própria, muito por via do normativo que os rege. Questões como a assiduidade dos docentes, as relações colegiais que estes estabelecem e a interligação da escola com a comunidade, são referidas pelos vários actores educativos de uma forma muito positiva.

O cumprimento do normativo que rege estes cursos é considerado pelos professores como imperativo, pelo que se verificou o estabelecimento de mecanismos de organização interna conducentes a um melhor funcionamento do curso. O registo em formulário próprio de aulas não dadas e de conteúdos leccionados, permite efectuar mais eficazmente a reposição de aulas previstas ou a permuta de professores para substituição de aulas. A *imagem organizacional da escola como burocracia* é observável em diversos sectores de gestão deste estabelecimento de ensino, inclusivamente ao nível dos Conselhos de turma, devido à necessidade de existência de formas de regulação, controlo e avaliação do trabalho levado a cabo pelos vários actores.

### **A estabilidade docente**

No que se refere à estabilidade docente dos Conselhos de Turma de alguns cursos, é de facto efectiva, já que ao longo das suas existências, foram poucos os docentes que variaram. Percebeu-se que alguns docentes convidados para integrar os Conselhos de Turma destes cursos receberam esta incumbência com alguma desconfiança relativamente ao tipo de alunos com que iriam trabalhar, sentimento que se foi esbatendo ao longo do tempo.

## **As motivações dos professores e o estabelecimento de relações colegiais**

Uma das características mais elogiadas destes cursos consiste no facto de se criar um clima de colaboração entre os docentes que praticamente não se verifica no ensino regular. O facto destes cursos se destinarem a um grupo alvo de alunos, portadores de um determinado tipo de características, tanto potenciadoras como constrangedoras ao processo de ensino/aprendizagem, gera a necessidade de se efectuar uma constante avaliação do percurso escolar dos alunos, fazendo correcções às estratégias aplicadas, aos critérios de avaliação e às medidas de remediação tomadas. Assim, torna-se imperiosa uma coesão incondicional dos membros dos Conselhos de Turma, tal como da operacionalização de um trabalho interdisciplinar permanente.

O facto de não existirem manuais das disciplinas ministradas nestes cursos, especialmente das disciplinas que compõem as componentes técnicas, exige aos professores uma maior disponibilidade e capacidade de trabalho, de forma a que realizem fichas de trabalho e outros materiais didácticos, a utilizar diariamente em contexto de sala de aula. A flexibilidade curricular inerente a estes cursos obriga igualmente à elaboração de materiais didácticos adequados às circunstâncias vivenciadas a cada momento, frequentemente realizados por vários professores. Os professores estabelecem relações colegiais espontâneas, sobretudo para a realização de fichas de trabalho e manuais e gestão curricular, auxiliando-se e consultando-se tecnicamente (*staff consulting*).

Verifica-se em alguns casos uma certa sectorização dos professores relativamente às suas áreas disciplinares, principalmente entre os professores das componentes técnicas e humanísticas. É patente o funcionamento da escola como *arena política*, (Costa 1996), mesmo ao nível dos Conselhos de Turma. Os indivíduos manifestam diferenças quanto aos seus objectivos, poderes de que são investidos ou posições que assumem na organização, gerando por vezes conflitos, na procura em atingir as suas metas.

Constata-se que existe por parte dos docentes de um grande envolvimento nos cursos que leccionam. Na generalidade, os docentes consideram que os conteúdos leccionados são adequados ao tipo de alunos observados, havendo diferenças de opinião quanto á carga horária praticada nestes cursos, conforme as áreas disciplinares.

Percebeu-se uma forte coesão entre os professores em ocasiões de trabalho de desenvolvimento de estratégias conducentes ao sucesso dos alunos. Todos os professores se encontram inteirados dos assuntos relacionados com o percurso escolar dos alunos e da sua vida familiar. Existe assim uma grande preocupação por parte dos professores em conhecer os seus alunos de modo a os poder ajudar nas suas dificuldades (Coutinho, 1998).

### **A formação contínua dos professores**

Nos casos em que a formação inicial dos professores não coincidia com os conteúdos ou áreas que lhes foram propostas para leccionar, tiveram de se especializar de forma autodidacta, sem que lhes fosse fornecida qualquer formação formal. Esta condição de défice de oferta de formação contraria o princípio de formação de professores (Garcia, 1999), que preconiza a integração da formação dos professores em processos de mudança, inovação e desenvolvimento curricular. Esta situação corrobora e consolida um espírito vigente em muitas instituições nacionais, que consiste em recorrer a recursos próprios, muitas vezes inadequados, ao invés de se procurarem recursos especializados e mais eficientes.

Para além do facto de não terem sido ministrados cursos ou acções de formação relacionadas com as áreas profissionais abordadas pelos cursos, antes da sua implementação, não se efectuaram reciclagens ao longo de todo o tempo da sua existência. Desejavelmente a formação dos professores em contexto de ensino profissionalizante, deverá prosseguir uma *orientação tecnológica*, permitindo a estes adquirirem conhecimentos e adestrarem-se em áreas que sintam mais dificuldade. Deverá haver uma *integração entre teoria e prática*, pois o saber fazer assume uma importância fundamental neste tipo de cursos (Garcia, 1999). Mais uma vez confirma-se o autodidactismo dos

professores. Por outro lado o estabelecimento de relações de colegialidade contribui significativamente para a formação informal dos professores; os professores partilham saberes adquiridos tanto nas suas formações iniciais como no decorrer das suas funções (Hargreaves, 1998).

O ambiente de restrições financeiras em que estes professores trabalham, só poderá ser compensado pela satisfação de se obterem bons resultados, ou seja de terem contribuído para o sucesso de alunos que de outra forma não o obteriam.

Constata-se igualmente que alguns professores das componentes técnicas, a maioria pertencente ao quadro e já tendo leccionado em cursos profissionais agora extintos, são detentores de formação específica das áreas profissionais abordadas pelos cursos em que leccionam, tendo inclusivamente trabalhado antes de iniciarem a sua carreira docente, em empresas do sector. Seria aparentemente desnecessária qualquer formação complementar ao nível das tecnologias, o que não invalida que lhes fossem ministradas formações relacionadas com outros temas como pedagogia ou metodologias de ensino, ou seja de orientação personalista (Garcia, 1995).

### **A capacitação dos alunos**

Percebe-se ao longo de toda a investigação, a preocupação por parte dos docentes em conhecer todos os seus alunos, tanto ao nível dos seus constrangimentos como das suas potencialidades. Carências financeiras e meio familiar são factores que vão muito além do que é aferível em ambiente de sala de aula, e que se consideram determinantes no percurso escolar dos alunos. A procura e criação de um ambiente humanamente correcto é uma constante, tanto na escola como nos estágios. A formação cívica é uma componente basilar destes cursos, que se destinam a jovens que se encontram a um passo de serem adultos. A cultura como imagem organizacional é francamente visível nos contextos estudados. (Costa, 1996). Os Conselhos de Turma representam formas simples de administração, direccionadas para a acção, cujo grau de autonomia é elevado,

proporcionando um ambiente de grande produtividade. Aos Conselhos de Turma constituídos por um corpo docente estável, é-lhes permitido a realização de um trabalho projectado a longo prazo e altamente especializado. Os professores estabelecem uma relação muito estreita com os seus alunos, cultivando os valores intrínsecos a este tipo de cursos.

As dificuldades detectadas nos alunos são na generalidade de índole cognitiva e relacionadas com a gestão do seu tempo e organização do trabalho. As visitas de estudo servem como motivação para que terminem o curso, realizem o seu estágio e se insiram na vida activa. Os docentes desencorajam vivamente os seus alunos a iniciarem-se profissionalmente por conta própria, visto o trabalho nestas áreas ser muito complexo e de grande responsabilidade, exigindo uma aprendizagem, fruto de uma longa prática laboral.

Acerca da motivação que os alunos têm perante os estudos, os professores são unânimes em considerar que antes dos alunos integrarem os cursos de Educação e Formação, observava-se que não obtinham resultados satisfatórios, entrando em muitos casos em abandono escolar. Actualmente, os alunos sentem-se realizados e cumprem as tarefas que lhes são propostas. Paralelamente ao aproveitamento, o comportamento desadequado em contexto de sala de aula era uma realidade antes da integração destes alunos nos cursos em estudo. Os alunos ao terem a oportunidade de escolherem uma área de estudos do seu agrado, sentem-se motivados a realizar e concluir um ciclo de ensino, adquirindo mais facilmente competências tecnológicas, sociais e relacionais, que de outra forma seria improvável. A Teoria da Inteligências Múltiplas poderá servir como forma auxiliar de orientação vocacional, bem como base para a elaboração de instrumentos de avaliação.

Os alunos demonstram responsabilidade e maturidade, pois revelam preocupação em atingir um futuro profissional bem sucedido. Isto é confirmado também pelo facto da maioria dos alunos, residindo longe do estabelecimento de ensino, escolheram frequentar estes cursos em vez de se matricularem no ensino regular, numa escola perto da sua residência. A frequência dos cursos,



tal como a realização dos estágios, são considerados pelos alunos como etapas fundamentais para uma correcta integração na vida activa. No caso particular dos estágios, os alunos consideram a sua duração insuficiente, não lhes permitindo atingir metas esperadas. Seria provavelmente desejável a consignação no plano de actividades de momentos de avaliação do curso, operacionalizada de forma conjunta entre professores e alunos, de modo a perceber as necessidades e expectativas de todos, efectuando sempre que necessário correcções e alterações na estrutura e organização deste, sempre dentro dos parâmetros estabelecidos pelo normativo que rege este tipo de ensino.

Em grande parte dos alunos sente-se que a maior motivação para a frequência dos seus cursos é o convívio que estes estabelecem diariamente, tendo a escola como cenário. A escola é o ponto de encontro diário onde se estabelecem vários tipos de relações com os demais colegas e com os vários actores educativos.

O curso assume-se como uma via de aprendizagem onde se tem a oportunidade de contactar pela primeira vez com uma profissão. Ao frequentar o curso, os alunos têm a consciência que para além de adquirirem um conjunto de conhecimentos úteis para um início de carreira, obtêm igualmente uma qualificação académica, equivalente ao 12.º ano de escolaridade.

O desenvolvimento físico, intelectual e emocional, é assumidamente algo que acontece no contexto da escola, reunindo esta, todas as condições para que isto se processe. A existência de equipamentos lúdicos, a prática de actividades lectivas estimulantes e a oportunidade de convívio e partilha de experiências propiciam todo um desenvolvimento pessoal e social a estes jovens.

Deduz-se que os alunos anseiem iniciar a sua vida profissional, de modo a se tornarem financeiramente independentes, pois dão grande importância a questões relacionadas com o mundo do trabalho, como sejam a formação

profissional, a oportunidade de inserção na vida activa ou a adaptação a uma estrutura hierárquica.

É patente a adopção por parte dos Conselhos de Turma de critérios de avaliação específicos para cada disciplina, relacionados com o perfil dos alunos, tendo em conta a sua evolução ao longo dos anos lectivos anteriores. É feita regularmente a avaliação do resultado da aplicação destes critérios, tal como das medidas de remediação tomadas, com vias a proporcionar aos alunos, condições necessárias ao desenvolvimento das competências previstas por este curso. Esta avaliação é complementada com as análises efectuadas pelos professores à turma no seu todo e aos alunos em particular, quanto a aproveitamento e comportamento.

Observou-se, que provavelmente devido ao facto dos alunos já trabalharem juntos há alguns anos, e devido ao trabalho que os Conselhos de Turma estão a ter no sentido de atingir os propósitos deste curso, que estes alunos já desenvolveram competências sociais indispensáveis para que, num futuro próximo, se possam integrar numa empresa ou instituição, permitindo um desempenho laboral desejável. Assim percebeu-se que quando solicitados, os alunos executam prontamente as tarefas propostas. Os alunos aderem instantaneamente às actividades previstas e facilmente trabalham em equipa, apostando-se em cumprir os objectivos a que se propuseram.

Em contexto de sala de aula, cultiva-se um ambiente de trabalho descontraído e tranquilo. Os alunos assumem uma postura adequada, demonstrando interesse pelas matérias dadas e correcção na forma com que se relacionavam entre si e com os professores. Consta-se haver uma grande facilidade de comunicação entre alunos e professores, não se vendo nos alunos qualquer relutância em pedir ajuda aos professores, sempre que tenham necessidade. Os professores demonstravam tolerância e interesse pelas dificuldades pessoais dos alunos, tentando sempre ajuda-los. Verificou-se que os professores utilizam, muitas vezes inconscientemente, os modelos de ensino descritos por Joyce e Weil (1985), sendo o modelo de ensino não directivo, aquele que elegemos como o mais adequado ao ambiente estudado.

Verificou-se que os alunos se responsabilizam pelo cumprimento dos seus deveres, demonstrando terem adquirido hábitos de trabalho e organização.

Constata-se uma predisposição dos alunos para o trabalho prático, nomeadamente quando inseridas em ambiente de estágio.

A criação de um bom clima de sala de aula e o estabelecimento de boas relações entre os alunos, são objectivos prioritários a atingir pelos professores, com vista a optimizar o desempenho escolar de cada aluno. Cultiva-se em contexto de sala de aula o modelo de escola democrática, pois é constante a partilha na tomada de decisões (Costa, 1998).

### **A realização pessoal dos alunos**

Verifica-se a existência nestes alunos de um sentimento de satisfação e realização pessoal pela frequência destes cursos. Percebe-se que gostam do que aprendem durante as actividades lectivas e nos estágios curriculares. A escola, e mais especificamente o curso, é considerado pelos alunos como um agente de formação técnica, profissional, e pessoal. A escola contribui significativamente para o desenvolvimento intelectual e emocional dos alunos e constitui uma oportunidade para estes desenvolvam competências sociais. A escola é encarada pelos alunos como um suporte afectivo, permitindo-lhes expressarem os seus sentimentos, emoções e opiniões, partilhando com colegas e professores experiências e vivências, algo que alguns não terão oportunidade de fazer no seio da sua própria família.

### **A organização curricular e pedagógica**

Alguns constrangimentos observados manifestam-se a nível pedagógico, mais precisamente em relação ao desenho curricular destes cursos: existe um grande número de disciplinas, cujos conteúdos não estão direccionados a estes alunos com este tipo de características. Verificou-se que os alunos têm

uma aptidão maior por actividades de índole mais prática e observa-se uma predominância de disciplinas teóricas. Devido a este facto e aliado à sobrecarga horária, os alunos não têm motivação para investir algum tempo de estudo em casa. Epstein, (1995) considera que o tempo que os alunos despendem em casa na execução das suas tarefas escolares, reveste-se de grande importância na realização das suas aprendizagens, algo que não sucede com os alunos das turmas observadas. A escola tenta colmatar estas condicionantes elaborando fichas de trabalho utilizadas em contexto de sala de aula, tenta motivar os alunos para a filosofia destes cursos por via da sua participação em actividades abertas à restante comunidade educativa, e organizando visitas de estudo.

Confirma-se existência de uma utilidade real dos conteúdos leccionados na prática laboral desta actividade profissional, visto o estágio ter sido referido como um momento de posta em prática do que foi previamente aprendido.

Percebe-se a existência de um constante trabalho por parte dos professores na criação de estratégias com o intuito de proporcionar aos seus alunos um ambiente favorável ao seu sucesso escolar. Os Conselhos de Turma avaliam e corrigem sistematicamente a didáctica das várias disciplinas, através de um permanente ajuste de critérios de avaliação, de uma constante adaptação dos conteúdos a leccionar, bem como através da criação de materiais didácticos a utilizar durante as aulas. Todo este trabalho só é possível derivado às boas relações colegiais estabelecidas pelos professores destes Conselhos de Turma. Constata-se a prossecução de uma gestão curricular eficiente, tendo em conta a formação e especialidade de cada um dos professores, sendo frequente o trabalho conjunto destes na leccionação de conteúdos específicos de determinadas disciplinas.

### **O planeamento e o controlo pedagógico**

Nestes cursos, o início de cada ano lectivo é marcada pelo estabelecimento de novas regras, pelo planeamento curricular e pela marcação de actividades complementares à acção lectiva.

Opera-se assim uma preparação minuciosa de todo o ano lectivo, dando-se a conhecer aos professores as novas regras, a aplicar em todos os Cursos de Educação e Formação, regras estas, emanadas pela Tutela.

A marcação prévia de actividades não lectivas, nomeadamente de visitas de estudo coadunadas com os conteúdos leccionados em cada momento, tanto nas disciplinas da componente tecnológica como das disciplinas da componente geral, é efectuada de modo a se estabelecer uma relação entre as práticas laborais operadas nas empresas e as actividades lectivas levadas a cabo em contexto escolar.

### **As relações da escola com a comunidade**

A relação que a escola mantém com a comunidade local, por via do trabalho realizado pelos Cursos de Educação e Formação é realmente efectiva e frutuosa. Estabelecem-se um conjunto de *forças vivas* entre a escola e empresas ou instituições privadas ou particulares, IPSS, autarquias, Centro de Emprego, centros de saúde ou hospitais, tanto para angariação de estágios como para apoio a alunos e famílias com carências específicas. A realização deste tipo de contactos é geralmente efectuada pelos coordenadores dos cursos, de forma informal, não se estabelecendo protocolos oficiais. A realização dos estágios curriculares dos alunos desta escola em empresas e instituições, para além de terem vindo a originar uma rede de sinergias, têm cimentado uma boa imagem da escola na região, facilitando assim a integração de alunos na vida activa. As parcerias entre a escola e empresas ou instituições são quase sempre estabelecidas informalmente.

Percebeu-se o facto da não existência de uma política concertada entre organismos oficiais, neste caso concreto relativamente à formação profissional e emprego, não existindo elos de ligação formais entre a escola e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, tanto para a colocação de jovens na vida activa, como para a promoção do associativismo ou formação de micro empresas. Do mesmo modo, percebeu-se a ausência de acompanhamento por

parte de técnicos do Instituto de Emprego e Formação Profissional a estagiários em empresas, no seu percurso, avaliação, certificação profissional e posterior inserção na vida activa. Seria desejável a implementação de uma política coordenada entre os ministérios que tutelam a Educação e o Trabalho e Solidariedade Social, criando pontes efectivas entre escola e vida activa.

Outro ponto que poderá despertar alguma estranheza, é a inexistência de protocolos firmados entre a escola e empresas ou instituições locais. Os contactos são efectuados pelos coordenadores de curso, pontualmente, ou seja, quando se verifica a necessidade de colocar os alunos em estágio. As empresas aceitam os alunos, devido à boa reputação que a escola goza a este nível e não devido a uma ligação institucional da escola com sectores económicos da região.

Percebe-se que os docentes têm um conhecimento profundo relativo à forma como as empresas destas áreas funcionam; as dificuldades e problemas com que os técnicos se deparam no quotidiano, a forma de gestão da produção e outros factores constrangedores, fazem com que os professores não criem nos seus alunos, expectativas irreais no que se refere ao seu futuro profissional, desaconselhando-os de se iniciarem por conta própria.

A relativa facilidade de angariação dos estágios para os alunos por parte dos coordenadores de curso poderá ser consequência de estes cursos estarem de acordo com as necessidades de mão-de-obra qualificada da região.

### **A Comunicação entre a escola e a família**

É visível o esforço que os Directores de Turma investem para que a família se envolva mais efectivamente no percurso escolar dos alunos. São criados mecanismos facilitadores deste envolvimento, tal como a assinatura de documento de autorização de aplicação de novas regras para a compensação de aulas não assistidas, ou o estabelecimento de contratos pedagógicos.

A comunicação entre os Directores de Turma e os encarregados de educação é efectuada através de vários meios de comunicação, (correio, telefone, telemóvel, mensagens SMS), por vezes em simultâneo. Os encarregados de educação são deste modo postos em tempo real ao corrente da situação escolar dos seus educandos, sendo frequentemente solicitada a sua presença na escola para reunião com o Director de Turma.

Verifica-se por parte do Directores de Turma um cuidado permanente em informar os encarregados de educação acerca do desempenho escolar dos seus educandos. A falta de assiduidade é um dos factores que mais condiciona o sucesso dos alunos. Os encarregados de educação são estimulados a envolver-se na resolução deste problema, estando constantemente a ser informados a este respeito.

### **Apoio da escola às famílias**

Conclui-se que questões relacionadas com a saúde e bem-estar dos alunos são factores condicionantes para o sucesso escolar destes. A assiduidade é condicionada pela necessidade de internamento ou de recurso a consultas médicas e a pontualidade é constantemente condicionada pelo mau estar físico e emocional manifestado por alguns alunos, pondo assim em causa trabalho individual destes em particular e da turma em geral. A escola assume um papel importante apoiando estes alunos e suas famílias, recorrendo a organismos internos, como no caso do Serviço de Psicologia e Orientação, ou externos, como o Centro de Saúde ou o Hospital Municipal.

O Serviço de Orientação e Psicologia, assume nesta escola um papel importante no que se refere a auxílio a alunos e suas famílias na superação das suas dificuldades. Este organismo interno de apoio ao aluno é o mais solicitado pelos vários actores educativos.

Existe uma grande preocupação por parte dos professores para que os alunos atinjam os objectivos académicos e pessoais desejados. O envolvimento dos professores na vida pessoal de alunos mais problemáticos é visível. É notório o

esforço dos Directores de Turma para que se estabeleça comunicação ente Encarregados de Educação e alunos, com o intuito de se colmatarem as suas necessidades e minimizarem as suas dificuldades.

### **A participação dos Encarregados de Educação**

Existe um trabalho árduo da parte dos Directores de Turma para manter informados os encarregados de educação, no que concerne ao percurso escolar dos seus educandos. Quanto ao acompanhamento e apoio dos encarregados de educação aos seus educandos, percebe-se algum desprendimento da parte destes, pois metade dos alunos são encarregados deles próprios e dos que não são, só um pequeno número é que comparece à escola para se inteirar do percurso académico dos seus educandos. O não cumprimento dos deveres do aluno, poderá dever-se ao fraco acompanhamento dos encarregados de educação. A demissão dos pais dos seus deveres de educadores, poderá influenciar grandemente as atitudes dos alunos em contexto de sala de aula. Relativamente ao acompanhamento dado pelos encarregados de educação aos seus educandos, verificam-se contradições entre as respostas destes e as declarações de alguns actores educativos. Será que os encarregados de educação responderam com verdade aos questionários propostos?

### **Representações que os actores educativos fazem dos Cursos de Educação e Formação**

Foi nossa intenção perceber que representações fazem os actores educativos relativamente aos Cursos de Educação e Formação, pois são bastantes aqueles que intervêm activamente no decorrer de todo este processo de ensino. Para tal partiu-se das entrevistas aplicadas ao órgão de gestão da escola, na pessoa do seu presidente, a órgãos de gestão intermédia, nas pessoas dos coordenadores dos cursos em estudo, e aos seus Directores de Turma. Os questionários aplicados aos docentes que compõem os Conselhos de Turma de ambos os cursos visados, serviram de igual modo para aferir acerca destas representações. Analisemos assim este tema à luz dos instrumentos de investigação aqui referidos:



-Percebe-se haver um preconceito generalizado por parte dos professores, em relação aos alunos que frequentam este tipo de cursos.

-Pode-se concluir a existência de diferentes percepções da realidade dos cursos, das representações que os professores fazem dos alunos, das expectativas depositadas no seu futuro académico e profissional, quer por parte dos professores do curso de Assistente de Acção Educativa, quer dos professores do curso de Técnico de Electrónica.

-Sendo a profissão de Assistente de Acção Educativa uma actividade de índole social, em que no caso deste curso a componente curricular humanística assume um peso preponderante, justifica o facto dos docentes considerarem vantajoso um posterior complemento de formação. Em oposição, a actividade de Técnico de Electrónica, puramente tecnológica, objectiva e rigorosa, cuja componente técnica é assegurada por docentes que anteriormente exerceram a profissão, não exige o prosseguimento de estudos, fornecendo a escola todo o *knowhow* necessário para um início de carreira. Neste caso, os docentes consideram a prática laboral quotidiana a melhor forma para se evoluir e aperfeiçoar nesta profissão, devendo os alunos iniciarem a sua vida activa logo que concluam o curso.

-Verificou-se alguma dificuldade por parte dos encarregados de educação em assumir que os seus educandos têm mais facilidade em concretizar os seus deveres académicos neste tipo de cursos do que no ensino regular. Do mesmo modo, em relação ao comportamento desajustado por eles demonstrado anteriormente, alguns dos encarregados de educação resguardam-se, respondendo não saber. Porém, a maioria reconhece que os alunos estabelecem entre si uma boa relação de camaradagem.

### **As expectativas dos professores e encarregados de educação no futuro dos alunos**

As expectativas dos professores no futuro académico e profissional dos seus alunos, varia conforme o curso em que estes leccionam. Se existem casos em

que os professores consideram o perfil dos seus alunos após a conclusão do curso, um perfil completo, estando estes aptos a iniciar a sua carreira profissional, outros há que desejariam aos seus alunos uma continuação académica, consolidando assim a sua formação. Do mesmo modo, em relação à probabilidade dos seus alunos conseguirem um emprego na mesma área profissional em que estudaram, os professores sentem-se optimistas nuns casos e pessimistas noutros. Este facto deve-se a experiências anteriores, em que alguns cursos registaram um maior índice de sucesso no que diz respeito à integração na vida activa dos seus alunos do que outros.

Os encarregados de educação dizem ter conhecimento da forma como os seus educandos encaram a escola e quais os seus objectivos futuros a nível académico e profissional. Os encarregados de educação gostariam que os seus educandos prosseguissem estudos após a conclusão do curso, o que indicia algum descrédito neste tipo de ensino.

Os encarregados de educação demonstraram conhecer o âmbito dos Cursos de Educação e Formação e da forma como são geridos. Os estágios curriculares são unanimemente considerados fundamentais para uma boa integração destes alunos na vida activa, esperando que adquiram facilmente um emprego relacionado com a área de estudos.

### **Resposta à pergunta de partida**

Tendo sido formulada no início da nossa investigação a pergunta “que contributo os Cursos de Educação e Formação poderão dar aos alunos, de forma a conduzi-los a um cenário de sucesso?”, poder-se-á concluir que a frequência e conclusão dos cursos visados proporciona aos seus alunos um ambiente de formação e crescimento pessoal, potenciado pelas interações e relações estabelecidas tanto entre pares como com os professores, ambiente esse, em grande parte dos casos, inexistente no seio familiar. É assumido pelos alunos que a sua permanência na escola, particularmente no curso que frequentam, permite o seu desenvolvimento intelectual, social e físico, gerando

um sentimento de motivação e optimismo quanto ao seu futuro profissional e pessoal.

No campo laboral, estes cursos fornecem aos alunos conhecimentos dentro de uma determinada área profissional, bem como a uma primeira abordagem e integração na vida activa, por via dos estágios profissionalizantes, sem que com isto os confinem ao exercício de uma profissão específica. A realização dos estágios proporciona aos alunos uma ambientação laboral e um primeiro contacto com um determinado número de regras próprias de um sistema hierárquico empresarial.

A permanente comunicação que a escola estabelece com as famílias proporciona nalguns casos a melhoria de relações entre os alunos e os seus encarregados de educação e a um maior comprometimento destes no percurso escolar dos seus educandos.

Pode-se concluir que os Cursos de Educação e Formação poderão contribuir de forma decisiva para o sucesso pessoal e profissional dos alunos que os frequentam, integrando-os socialmente e capacitando-os para o seu bom desempenho laboral.

## **6.1. Recomendações**

O contacto que tivemos ao longo deste ano de investigação com a realidade escolar dos Cursos de Educação e Formação visados, incentivou-nos a tecer algumas considerações referentes a alguns dos factores relacionados directa ou indirectamente com esta realidade.

Como observadores externos da vida destes cursos, percebemos que no que concerne ao desempenho e motivação dos professores, poderiam nalguns casos ser optimizados se a escola ou o estado lhes fornecesse periodicamente formações dentro das áreas que leccionam. Percebe-se que fazem um esforço suplementar para se adestrarem em áreas que lhes são alheias, não possuindo meios e recursos para uma leccionação óptima. A não existência de manuais e recursos didácticos aprovados a nível nacional, consentâneos com os programas emanados pela tutela, obriga os professores a uma pesquisa e elaboração destes, provavelmente sem o rigor científico de material elaborado por especialistas. Será que este facto deixa de conferir aos Cursos de Educação e Formação alguma coerência e uniformidade a nível nacional?

No que respeita à certificação que estes cursos conferem aos alunos que os concluem, não é exercida por um organismo credível, como seria o caso do Instituto de Emprego e Formação Profissional, mas sim pela escola, coadjuvada pela avaliação que as empresas fazem dos alunos que nelas realizam os estágios. Não se verifica assim uma política concertada entre ministérios, na elaboração de programas e material didáctico, na formação de professores, na certificação de formandos nem na sua integração na vida activa. A decisão da escolha das áreas profissionais abordadas pelos Cursos de Educação e Formação não é assessorada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, não existindo estudos credíveis sobre as necessidades reais do tecido empresarial das regiões onde as escolas se inserem, no que concerne a qualificação de pessoal especializado.

Percebe-se que o Estado incentiva a implementação de Cursos de Educação e Formação nas escolas, reveste este tipo de ensino de um corpo legal consistente mas não provém as escolas de recursos, físicos e humanos para os leccionar de forma eficiente. A alocação às escolas de recursos por parte do Estado é insuficiente, dificultando assim a tarefa das escolas, não se incentivando a excelência deste tipo de ensino.

Desejável seria a inclusão dos cursos em estudo nos Planos Educativos de Escola, Projectos Curriculares de Turma, Planos Anuais de Actividades e planos de formação de professores.

Observando a complexidade que envolve este tipo de cursos, bem como as características particulares dos alunos que os frequentam, verifica-se que a selecção dos professores se processa, regra geral, de forma pouco adequada, pois não são tidas em consideração pré requisitos particularmente relacionados com pedagogia aplicada a alunos de risco, dando-se exclusivamente importância aos conhecimentos científicos que os professores detêm.

Do mesmo modo, constata-se que a selecção dos alunos candidatos a integrar os Cursos de Educação e Formação é realizada caso a caso em cada curso, não existindo parâmetros estabelecidos a nível nacional. Este facto pode nalguns casos causar um afluxo indesejado de alunos indisciplinados ou sem interesse no cumprimento dos seus deveres para estes cursos, gerando-se situações discriminatórias. É dever de todos nós, actores educativos, não permitir que se instale nas nossas escolas um sentimento estigmatizante e socialmente fracturante directamente relacionado com o ensino profissionalizante, como outrora fora tão evidente.

## Bibliografia

BARDIN, Laurence, (1988), *Análise de Conteúdo*, Edições 70

BARREIROS, João Carlos, (1996), *A turma como Grupo e Sistema de Interação*, Porto, Porto Editora

BARROSO, João (org.), (1996), *O Estudo da Escola*, Porto. Porto Editora

BARROSO, João (1997), *Autonomia e Gestão das Escolas*, Lisboa, Editorial do Ministério da Educação

BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sara, (1994), *Investigação Qualitativa em Educação*, Porto Editora

BOURDIEU, Pierre et PASSERON, J.-C., (1970) *La Reproduction*. Paris, Les Éditions de Minuit

CARMO, Hermano, MALHEIRO, Manuela, (1998), *Metodologia da Investigação - Guia para Auto aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta

CARVALHO, Rómulo, (1986), *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

CASTRO, Engrácia, (1995), *O Director de Turma nas Escolas Portuguesas*, Porto, Porto Editora

CORTESÃO, Luísa, TORRES, Maria Arminda, (1978), *Avaliação Pedagógica I, Insucesso Escolar*, Porto, Porto Editora

COUTINHO, Maria de Sousa, (1998), *O Papel do Director de Turma na Escola Actual*, Porto, Porto Editora

CROZIER, Michel, (1963), *Le phénomène bureaucratique*, Éditions du Seuil

EPSTEIN, Joyce (1995) *School/Family/Community Partnerships: Caring for the Children we Share*. Phi Delta Kaplan, pp. /01-712

FODDY, William, *Como Perguntar, Teorias e práticas em entrevistas e questionários*, Oeiras, Celta

GARCIA, Carlos Marcelo, (1999), *Formação de Professores, Para uma mudança educativa*, Porto, Porto Editora

GARDNER, Howard, (1994), *Estruturas da Mente, A Teoria das Inteligências Múltiplas*, Porto Alegre, Artmed

GARDNER, Howard, (1995), *Inteligências Múltiplas, A Teoria na Prática*, Porto Alegre, Artmed

GHIGLIONE, R. e Matalon, B.,(1977) *O Inquérito, Teoria e Prática*, Celta

HARGREAVES, Andy, (1998), *Professores em Tempos de Mudança, o trabalho e a cultura dos professores na idade pós-moderna*, Carnaxide, Mcgraw Hill

HILL, M. e Hill, *O Inquérito por Questionário*, Edições Sílabo

JOYCE, Bruce & WEIL, Marsha, (1985), *Modelos de Enseñanza*, Ediciones Anaya, S.A.

PARDAL, Luís; Ventura, Alexandre; Dias, Carlos, (2003), *O Ensino Técnico em Portugal*, Aveiro, Universidade de Aveiro

PERRENOUD, P. (2002), *Educação e a aprendizagem da Democracia*, Porto, Asa

QUIVY R., CAMPENHOUDT L-V, (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva

RODRIGUES, Fernanda, (1998), STOER, Stephen *Entre Parcerias e Partenariado Amigos, amigos, negócios à parte*, Oeiras, Celta Editora

SÁ, Virginio, (2004), *A participação dos Pais na Escola Pública Portuguesa, uma abordagem sociológica e organizacional*, Braga, Universidade do Minho

SALEMA, Maria Helena, (1997), *Ensinar a Aprender a Pensar*, Lisboa, Texto Editora

VAZ, Mário, (1917), *O Ensino Industrial em Portugal*, Lisboa, Editor –Pedro Bordallo Pinheiro

### **Dissertação de referência**

SIMÕES, João Carlos Martins (2000), *A Mobilização no Contexto Organizacional da Escola, As relações e inter-relações dos actores e processos organizacionais na construção de um projecto de Currículos Alternativos*, Braga, Universidade do Minho

### **Documentação de suporte legal**

Carta Educativa do Conselho de (...)

Despacho conjunto nº279/2002 de 12 de Abril;

Despacho nº 25768/2002 de 5 de Dezembro;

Despacho conjunto nº453/2004 de 27 de Julho 2004

Documento “ *Comunicação da Comissão* “ da Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas (2005);

Lei de Bases do Sistema Educativo - Lei nº46/86 de 14 de Outubro

Projecto Educativo e Plano Anual de Actividades da E. S. (...);



Universidade Aberta

# **O contributo dos Cursos de Educação Formação para o sucesso escolar e pessoal dos alunos**

Lógicas e práticas de acção em contexto  
de ensino profissionalizante

Dissertação de Mestrado

ANEXOS

Henrique Nuno Jacinto Dias de Oliveira

Lisboa

2008

## Anexo I

## **-Anexo 1 - Guião de entrevista ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz**

### **Escola Secundária Maria da Luz**

#### **Guião de Entrevista ao Presidente do Conselho Executivo**

Esta entrevista destina-se a auxiliar a elaboração de um estudo, cuja finalidade é aferir qual a utilidade dos Cursos de Educação e Formação, que recursos são necessários para o bom funcionamento deste tipo de cursos e que relações se estabeleceram entre a escola e outras entidades.

#### **1. Identificação do Presidente do Conselho Executivo:**

Idade: de 20 a 24 anos ☐ de 25 a 29 anos ☐ de 30 a 34 anos ☐  
de 35 a 39 anos ☐ de 40 a 44 ☐ mais de 45 anos ☐

Sexo M ☐ F ☐

Habilitações Literárias: Bacharelato ☐ Licenciatura ☐ Mestrado ☐  
Doutoramento ☐

Tempo de serviço:  
De 1 a 9 anos ☐ de 10 a 19 anos ☐ de 20 a 30 anos ☐ mais de 30 anos ☐

Lecciona actualmente num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Já leccionou num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Grupo disciplinar a que pertence: \_\_\_\_\_

#### **2 - Guião de Entrevista**

2.1- Em que ano a Escola Secundária Maria da Luz decidiu abrir Cursos de Educação e Formação?

2.2- Porque razão a escola decidiu abrir este tipo de cursos?

2.3- Que recursos físicos a escola já possuía, que são utilizados por estes cursos?

2.4- Que recursos físicos a escola teve de adquirir para tornar possível o bom funcionamento destes cursos?

2.5- A escola obteve financiamentos externos para poder abrir os Cursos de Educação e Formação?

2.6- A escola tem acesso regularmente a verbas destinadas à manutenção destes cursos?

2.7- Que apoios a autarquia dá à escola, com o intuito de manter em funcionamento os Cursos de Educação e Formação?

2.8- Quanto a recursos humanos, a escola recorreu à requisição de novos professores, portadores de formação específica, para a docência nestes cursos?

2.9- A Escola fornece regularmente aos professores que leccionam nestes cursos, formação para que estes melhor leccionem as suas disciplinas?

2.10- Sente que os docentes se encontram motivados a integrarem Conselhos de Turma de Cursos de Educação e Formação?

2.11- Considera que a existência de Cursos de Educação e Formação nesta escola, tem contribuído para o aumento da taxa de sucesso escolar?

2.12- Existem parcerias entre a escola e as entidades empregadoras da região?

2.13- Que relações se estabeleceram entre a escola o Instituto de Emprego e Formação Profissional?

2.14- A escola recorre ao Instituto de Emprego e Formação Profissional para angariar técnicos para a constituição das equipas de júris das PAFs?

## **-Anexo 2 - Guião de entrevista aos Coordenadores de Curso**

### **Escola Secundária Maria da Luz**

#### **Guião de Entrevista aos Coordenadores dos Cursos de Educação e Formação**

Esta entrevista destina-se a auxiliar a elaboração de um estudo, cuja finalidade é aferir qual a utilidade dos Cursos de Educação e Formação, que recursos são necessários para o bom funcionamento deste tipo de cursos e que relações se estabeleceram entre a escola e outras entidades.

#### **1. Identificação do Coordenador do Curso de Educação e Formação de Técnicos de Electrónica:**

Idade: de 20 a 24 anos ☐ de 25 a 29 anos ☐ de 30 a 34 anos ☐  
de 35 a 39 anos ☐ de 40 a 44 ☐ mais de 45 anos ☐

Sexo M ☐ F ☐

Habilitações Literárias: Bacharelato ☐ Licenciatura ☐ Mestrado ☐  
Doutoramento ☐

Tempo de serviço:  
De 1 a 9 anos ☐ de 10 a 19 anos ☐ de 20 a 30 anos ☐ mais de 30 anos ☐

Lecciona actualmente num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Já leccionou num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Grupo disciplinar a que pertence: \_\_\_\_\_

#### **2 - Guião de Entrevista**

2.1- Há quanto tempo coordena este tipo de cursos?

2.2- Porque razão a escola decidiu abrir especificamente este curso?

2.3- Que recursos físicos a escola já possuía, que são utilizados por este curso?

2.4- Que equipamento e materiais a escola teve de adquirir para tornar possível o bom funcionamento deste curso?

2.5- O curso tem acesso regularmente a verbas destinadas ao seu bom funcionamento?

2.6- Quanto a recursos humanos, a escola recorreu à requisição de novos professores, portadores de formação específica, para a docência neste curso?

2.7- A Escola fornece regularmente aos professores, formação complementar, para que melhor leccionem disciplinas que divergem da sua formação inicial?

2.8- Teve facilidade em captar os professores que compõem o Conselho de Turma deste C.E.F?

2.9- Sente que na generalidade, os docentes se encontram motivados a integrarem Conselhos de Turma de Cursos de Educação e Formação?

2.10- Os professores deste Conselho de Turma estabelecem facilmente entre si relações de cooperação?

2.11- Os professores deste curso, costumam promover actividades extra curriculares, sejam elas visitas de estudo, actividades de final de período ou dinamização de clubes?

2.12- Existem parcerias entre a escola e as entidades empregadoras da região?

2.13- Com que tipo de instituições esta escola estabelece parcerias, com o intuito de integrar os alunos no mercado de trabalho?

2.14- Tem facilidade em angariar lugares para os estágios de final de curso, em empresas da região?

2.15- Regra geral, com que ideia dos alunos ficam os empresários que lhes oferecem estágios?

2.16- Considera que a existência de Cursos de Educação e Formação nesta escola, tem contribuído para o aumento da taxa de sucesso escolar?

2.17- Os alunos que concluem Cursos de Educação e Formação têm facilidade na obtenção de emprego?

2.18- Acredita que os alunos, após a finalização deste curso, têm motivação para se associarem, com a intenção de criarem as suas próprias micro empresas?

## **-Anexo 3 - Guião de entrevista aos Directores de Turma**

### **Escola Secundária Maria da Luz**

#### **Guião de Entrevista aos Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação**

Esta entrevista destina-se a auxiliar a elaboração de um estudo, cuja finalidade é aferir qual a utilidade dos Cursos de Educação e Formação, que recursos são necessários para o bom funcionamento deste tipo de cursos e que relações se estabeleceram entre a escola e outras entidades.

#### **1. Identificação do Director de Turma do Curso de Educação e Formação de Assistentes de Acção Educativa:**

Idade: de 20 a 24 anos ☐ de 25 a 29 anos ☐ de 30 a 34 anos ☐  
de 35 a 39 anos ☐ de 40 a 44 ☐ mais de 45 anos ☐

Sexo M ☐ F ☐

Habilitações Literárias: Bacharelato ☐ Licenciatura ☐ Mestrado ☐  
Doutoramento ☐

Tempo de serviço:  
De 1 a 9 anos ☐ de 10 a 19 anos ☐ de 20 a 30 anos ☐ mais de 30 anos ☐

Lecciona actualmente num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Já leccionou num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Grupo disciplinar a que pertence: \_\_\_\_\_

#### **2 - Guião de Entrevista**

2.1- Há quanto tempo dirige esta turma?

2.2- O Conselho de Turma tem-se mantido estável ao longo deste tempo?

2.3- Que dificuldades encaram os professores que leccionam neste tipo de cursos?

2.4- Os professores deste Conselho de Turma estabelecem facilmente entre si relações de cooperação?



2.5- Sente que na generalidade, os docentes se encontram motivados a integrarem Conselhos de Turma de Cursos de Educação e Formação?

2.6- Os professores desta turma, costumam promover actividades extra curriculares, sejam elas visitas de estudo, actividades de final de período ou dinamização de clubes?

2.7- Acha correcto o desenho curricular deste curso?

2.8- Considera que os conteúdos leccionados nas várias disciplinas são adequados ao tipo de alunos que compõem esta turma?

2.9- A carga horária praticada nos Cursos de Educação e Formação é a mais adequada?

2.10- Que tipo de dificuldades se manifestam mais nos alunos desta turma?

2.11- Na generalidade, os alunos desta turma conhecem e adoptam a filosofia deste curso?

2.12- Os alunos aderem facilmente às actividades propostas pelos professores das várias disciplinas?

2.13- Os alunos estabelecem uma boa relação entre si, com os professores, bem como com a restante comunidade educativa?

2.14- Os alunos desta turma dinamizam regularmente actividades abertas à restante comunidade educativa?

2.15- Os alunos que concluem Cursos de Educação e Formação têm tido facilidade na obtenção de emprego?

2.16- Acredita que os alunos, após a finalização deste curso, têm motivação para se associarem, com a intenção de criarem as suas próprias micro empresas?

2.17- Considera que a existência de Cursos de Educação e Formação nesta escola, tem contribuído para o aumento da taxa de sucesso escolar?

2.18- Os encarregados de educação têm conhecimento do âmbito destes cursos?

2.19- Os encarregados de educação dão o apoio necessário aos seus educandos?

2.20- Os encarregados de educação comparecem na escola quando convocados e mantêm contactos regulares com o Director de Turma?

## **-Anexo 4- Inquérito por questionário aos Docentes**

### **Escola Secundária Maria da Luz**

#### **Questionário aos Docentes**

Este questionário destina-se à elaboração de um estudo, cuja finalidade é aferir qual a utilidade dos Cursos de Educação e Formação, se os alunos que o frequentam adquirem as competências previstas na Lei de Bases do Ensino Básico, e quais as suas motivações e perspectivas de futuro. Por favor marque com um X em SIM ou NÃO conforme ache mais adequado.

#### **1. Identificação do Professor:**

Idade: de 20 a 24 anos ☐ de 25 a 29 anos ☐ de 30 a 34 anos ☐  
de 35 a 39 anos ☐ de 40 a 44 ☐ mais de 45 anos ☐

Sexo M ☐ F ☐

Habilitações Literárias: Bacharelato ☐ Licenciatura ☐ Mestrado ☐  
Doutoramento ☐

Tempo de serviço:  
De 1 a 9 anos ☐ de 10 a 19 anos ☐ de 20 a 30 anos ☐ mais de 30 anos ☐

Lecciona actualmente num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Já leccionou num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Grupo disciplinar a que pertence: \_\_\_\_\_

#### **2. Questões relacionadas com os alunos:**

2.1 Pensa que os alunos se matriculam em Cursos de Educação e Formação conscientes do que vão encontrar? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.2 Sente que os alunos que integram Cursos de Educação e Formação gostam dos cursos que estão a frequentar? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.3 Acha que na generalidade os alunos que optam por integrar Cursos de Educação e Formação têm menos aptidões para estudar, do que os que seguem o ensino regular? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

2.4 Acha que na generalidade os alunos que optam por integrar Cursos de Educação e Formação, têm mais problemas disciplinares do que os que seguem o ensino regular? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

2.5 Pensa que os alunos que frequentam Cursos de Educação e Formação tem por objectivo a continuação de estudos após a sua conclusão? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

2.6 Acha vantajoso que os alunos continuem a estudar após a conclusão do curso que se encontram a frequentar? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

2.7 Sente que os alunos que integram Cursos de Educação e Formação, seguirão uma via profissional na mesma área de estudos que frequentam? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

### **3. Questões relacionadas com os Cursos de Educação e Formação:**

3.1 Conhece as diferenças fundamentais entre os Curso de Educação e Formação e o Ensino Regular? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.2 Sabe em que consistem os Cursos de Educação e Formação ministrados na escola em que lecciona? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.3 Sabe em que moldes são seleccionados os alunos a integrar Cursos de Educação e Formação? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.4 Se respondeu SIM, considera-os os mais adequados? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.5 Pensa que o ensino dos Cursos de Educação e Formação é mais individualizado do que no ensino regular? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.6 Pensa serem úteis e adequados os conteúdos leccionados nos Cursos de Educação e Formação que conhece? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.7 Acha adequada a carga horária dos Cursos de Educação e Formação? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.8 Na sua opinião, os financiamentos estatais a Cursos de Educação e Formação são suficientes para o bom funcionamento destes? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.9 Para si os estágios profissionalizantes realizados pelos alunos no final destes cursos são uma boa porta de entrada no mundo do trabalho? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

#### **4. Questões relacionadas com os Cursos de Educação e Formação ministrados na Escola em estudo:**

4.1 Pensa ser importante para esta escola, a existência de Cursos de Educação e Formação? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.2 Pensa ser importante para os professores desta escola, a existência de Cursos de Educação e Formação? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.3 As relações colegiais entre os professores que leccionam nos Cursos de Educação e Formação desta escola, são importantes para o bom funcionamento destes? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.4 Sente que os professores que leccionam em Cursos de Educação e Formação, são beneficiados quanto a horários? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.5 A seu ver, existe relação entre os Cursos de Educação e Formação desta escola e o seu Projecto Educativo? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.6 Considera que as instalações, equipamentos e materiais desta escola são adequadas ao bom funcionamento dos Cursos de Educação e Formação? ... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.7 Vê nos professores que leccionam este tipo de cursos, competência e formação específica necessárias para o fazer? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.8 Vê nos auxiliares de acção educativa que dão apoio a este tipo de cursos, competência e formação específica necessárias para o fazer? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.9 Sabe se os alunos que estudam nos Cursos de Educação e Formação, ministrados nesta escola têm uma boa relação com os demais colegas? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.10 Sabe se os alunos que estudam nos Cursos de Educação e Formação, ministrados nesta escola, têm uma boa relação com os seus professores? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.11 A comunicação entre a escola e os encarregados de educação é eficiente? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.12 A escola fornece regularmente aos encarregados de educação informação acerca do percurso escolar dos seus alunos?..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

## **5. Questões relacionadas com o local onde se insere a escola em estudo:**

5.1 A seu ver, existe relação entre as áreas de formação dos Cursos de Educação e Formação desta escola e as actividades económicas do tecido empresarial da região? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

5.2 A Autarquia apoia esta escola, quanto ao funcionamento dos Cursos de Educação e Formação que ministra?..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

5.3 Acha que existem saídas profissionais para os alunos, nas regiões limítrofes à escola? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

5.4 Sente que as empresas e outras entidades empregadoras estão sensibilizadas para acolher os alunos dos Cursos de Educação e Formação, em estágios profissionalizantes? ..... **SIM** ☐ **NÃO** ☐ **NÃO SEI** ☐

## **-Anexo 5 - Inquérito por questionário aos Encarregados de Educação**

### **Questionário aos Encarregados de Educação**

Este questionário destina-se a ajudar-me a realizar um estudo da Universidade Aberta, para saber qual a utilidade dos Cursos de Educação e Formação, se os alunos que os frequentam gostam do que aprendem e se querem seguir uma profissão relacionada com o curso que tiraram.

Por favor marque com um X em SIM, NÃO, NÃO SEI ou ALGUNS, conforme ache mais adequado.

#### **1. Identificação do Encarregado de Educação:**

Idade: menos de 29 anos ☐ de 30 a 34 anos ☐ de 35 a 39 anos ☐  
de 40 a 44 ☐ mais de 45 anos ☐

Sexo M ☐ F ☐

Parentesco: Mãe ☐ Pai ☐ Avó(ô) ☐ Tia(o) ☐ outro ☐

Profissão: \_\_\_\_\_

Habilitações literárias:

1º ciclo ☐ 2º ciclo ☐ 9º ano ☐ 12º ano ☐ curso superior ☐

#### **2. Questões relacionadas com o seu educando(a):**

2.1. O seu/a sua educando(a) matriculou-se num Curso de Educação e Formação de livre vontade? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.2. Pensa que o seu/a sua educando(a) gosta do curso que está a frequentar? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.3 O/A seu/a sua educando(a) pensa em continuar a estudar depois de terminar o Curso de Educação e Formação que actualmente frequenta? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.4 Gostava que o/a seu/a sua educando(a) continuasse a estudar depois de acabar este curso? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.5 Pensa que o seu/a sua educando(a) virá a ter a profissão que está a aprender no curso que frequenta? ... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐



2.6 Acha que os alunos que escolheram matricular-se em Cursos de Educação e Formação, não tinham anteriormente vontade de estudar? ..... SIM ☐ NÃO ☐ ALGUNS ☐

2.7 Acha que os alunos que escolheram matricular-se em Cursos de Educação e Formação, eram anteriormente mal comportados nas aulas? ..... SIM ☐ NÃO ☐ ALGUNS ☐

### **3. Questões relacionadas com os Cursos de Educação e Formação:**

3.1 Sabe em que consiste o Curso de Educação e Formação que o seu/a sua educando(a) frequenta? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.2 Sabe qual a diferença entre os Curso de Educação e Formação e o Ensino Regular? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.3 Acha correcto o número de horas semanais que o seu/a sua educando(a) passa na escola? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.4 Para si os estágios profissionalizantes realizados pelos alunos no final destes cursos são uma boa oportunidade para arranjar emprego? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

### **4. Questões relacionadas com os Cursos de Educação e Formação ministrados na Escola em estudo:**

4.1 Sabe se o seu/a sua educando(a) se dá bem com os outros colegas? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.2 Considera que as instalações, equipamentos e materiais desta escola, são adequadas ao bom funcionamento do curso frequentado pelo(a) seu/sua educando(a)? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.3 Acha que os professores que leccionam neste tipo de cursos, são competentes e têm boa formação?..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.4. Acha que os auxiliares de acção educativa que dão apoio a este tipo de cursos, são competentes e têm boa formação? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.5 A comunicação entre a escola e os encarregados de educação é eficiente? ..... **SIM**☐ **NÃO** **NÃO SEI**☐

4.6 Recebe regularmente informação acerca do percurso escolar do seu/da sua educando(a)? ..... **SIM**☐ **NÃO** **NÃO SEI**☐

4.7 Pensa que o ensino dos Cursos de Educação e Formação é mais individualizado que do ensino regular? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

## **5. Questões relacionadas com o local onde vive:**

5.1 Gosta do local onde vive? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

5.2 Trabalha perto do local da sua residência? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

5.3 Pretende continuar a residir no Conselho onde vive actualmente? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

5.4 Acha que existem saídas profissionais para o seu/ a sua educando(a) no Conselho onde reside? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

5.5 A Câmara apoia o curso frequentado pelo(a) seu/sua educando(a)? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

5.6. Pensa que as empresas da região vão receber os alunos dos Cursos de Educação e Formação para estágios?..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

## **-Anexo 4 A- Pré-teste de inquérito por questionário aos Docentes**

### **Escola Secundária Maria da Luz**

#### **Questionário aos Docentes**

Este questionário destina-se à elaboração de um estudo, cuja finalidade é aferir qual a utilidade dos Cursos de Educação e Formação, se os alunos que o frequentam adquirem as competências previstas na Lei de Bases do Ensino Básico, e quais as suas motivações e perspectivas de futuro. Por favor marque com um X em SIM ou NÃO conforme ache mais adequado.

#### **1. Identificação do Professor:**

Idade: de 20 a 24 anos ☐ de 25 a 29 anos ☐ de 30 a 34 anos ☐  
de 35 a 39 anos ☐ de 40 a 44 ☐ mais de 45 anos ☐

Sexo M ☐ F ☐

Habilitações Literárias: Bacharelato ☐ Licenciatura ☐ Mestrado ☐  
Doutoramento ☐

Tempo de serviço:  
De 1 a 9 anos ☐ de 10 a 19 anos ☐ de 20 a 30 anos ☐ mais de 30 anos ☐

Lecciona actualmente num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Já leccionou num Curso de Educação e Formação SIM ☐ NÃO ☐  
Grupo disciplinar a que pertence: \_\_\_\_\_

#### **2. Questões relacionadas com os alunos:**

2.1 Pensa que os alunos se matriculam em Cursos de Educação e Formação conscientes do que vão encontrar? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.2 Sente que os alunos que integram Cursos de Educação e Formação gostam dos cursos que estão a frequentar? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.3 Acha que na generalidade os alunos que optam por integrar Cursos de Educação e Formação têm menos aptidões para estudar, do que os que seguem o ensino regular? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

2.4 Acha que na generalidade os alunos que optam por integrar Cursos de Educação e Formação, têm mais problemas disciplinares do que os que seguem o ensino regular? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

2.5 Pensa que os alunos que frequentam Cursos de Educação e Formação tem por objectivo a continuação de estudos após a sua conclusão? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

2.6 Acha vantajoso que os alunos continuem a estudar após a conclusão do curso que se encontram a frequentar? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

2.7 Sente que os alunos que integram Cursos de Educação e Formação, seguirão uma via profissional na mesma área de estudos que frequentam? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

### **3. Questões relacionadas com os Cursos de Educação e Formação:**

3.1 Conhece as diferenças fundamentais entre os Curso de Educação e Formação e o Ensino Regular? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.2 Sabe em que consistem os Cursos de Educação e Formação ministrados na escola em que lecciona? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.3 Sabe em que moldes são seleccionados os alunos a integrar Cursos de Educação e Formação? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.4 Se respondeu SIM, considera-os os mais adequados? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.5 Pensa que o ensino dos Cursos de Educação e Formação é mais individualizado do que no ensino regular? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

3.6 Pensa serem úteis e adequados os conteúdos leccionados nos Cursos de Educação e Formação que conhece? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.7 Acha adequada a carga horária dos Cursos de Educação e Formação? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.8 Na sua opinião, os financiamentos estatais a Cursos de Educação e Formação são suficientes para o bom funcionamento destes? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.9 Para si os estágios profissionalizantes realizados pelos alunos no final destes cursos são uma boa porta de entrada no mundo do trabalho? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

#### **4. Questões relacionadas com os Cursos de Educação e Formação ministrados na Escola em estudo:**

4.1 Pensa ser importante para esta escola, a existência de Cursos de Educação e Formação? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.2 Pensa ser importante para os professores desta escola, a existência de Cursos de Educação e Formação? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.3 As relações colegiais entre os professores que leccionam nos Cursos de Educação e Formação desta escola, são importantes para o bom funcionamento destes? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.4 Sente que os professores que leccionam em Cursos de Educação e Formação, são beneficiados quanto a horários? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.5 A seu ver, existe relação entre os Cursos de Educação e Formação desta escola e o seu Projecto Educativo? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.6 Considera que as instalações, equipamentos e materiais desta escola são adequadas ao bom funcionamento dos Cursos de Educação e Formação? ... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.7 Vê nos professores que leccionam este tipo de cursos, competência e formação específica necessárias para o fazer? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.8 Vê nos auxiliares de acção educativa que dão apoio a este tipo de cursos, competência e formação específica necessárias para o fazer? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.9 Sabe se os alunos que estudam nos Cursos de Educação e Formação, ministrados nesta escola têm uma boa relação com os demais colegas? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.10 Sabe se os alunos que estudam nos Cursos de Educação e Formação, ministrados nesta escola, têm uma boa relação com os seus professores? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.11 A comunicação entre a escola e os encarregados de educação é eficiente? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.12 A escola fornece regularmente aos encarregados de educação informação acerca do percurso escolar dos seus alunos?..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

## **5. Questões relacionadas com o local onde se insere a escola em estudo:**

5.1 A seu ver, existe relação entre as áreas de formação dos Cursos de Educação e Formação desta escola e as actividades económicas do tecido empresarial da região? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

5.2 A Autarquia apoia esta escola, quanto ao funcionamento dos Cursos de Educação e Formação que ministra?..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

5.3 Acha que existem saídas profissionais para os alunos, nas regiões limítrofes à escola? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

5.4 Sente que as empresas e outras entidades empregadoras estão sensibilizadas para acolher os alunos dos Cursos de Educação e Formação, em estágios profissionalizantes? ..... **SIM** ☐ **NÃO** ☐ **NÃO SEI** ☐

## **-Anexo 5 A- Pré-teste de inquérito por questionário aos Encarregados de Educação**

### **Questionário aos Encarregados de Educação**

Este questionário destina-se a ajudar-me a realizar um estudo da Universidade Aberta, para saber qual a utilidade dos Cursos de Educação e Formação, se os alunos que os frequentam gostam do que aprendem e se querem seguir uma profissão relacionada com o curso que tiraram.

Por favor marque com um X em SIM, NÃO, NÃO SEI ou ALGUNS, conforme ache mais adequado.

#### **1. Identificação do Encarregado de Educação:**

Idade: menos de 29 anos ☐ de 30 a 34 anos ☐ de 35 a 39 anos ☐  
de 40 a 44 ☐ mais de 45 anos ☐

Sexo M ☐ F ☐

Parentesco: Mãe ☐ Pai ☐ Avó(ô) ☐ Tia(o) ☐ outro ☐

Profissão: \_\_\_\_\_

Habilitações literárias:

1º ciclo ☐ 2º ciclo ☐ 9º ano ☐ 12º ano ☐ curso superior ☐

#### **2. Questões relacionadas com o seu educando(a):**

2.1. O seu/a sua educando(a) matriculou-se num Curso de Educação e Formação de livre vontade? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.2. Pensa que o seu/a sua educando(a) gosta do curso que está a frequentar? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.3 O/A seu/a sua educando(a) pensa em continuar a estudar depois de terminar o Curso de Educação e Formação que actualmente frequenta? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.4 Gostava que o/a seu/a sua educando(a) continuasse a estudar depois de acabar este curso? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

2.5 Pensa que o seu/a sua educando(a) virá a ter a profissão que está a aprender no curso que frequenta? ... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐



2.6 Acha que a maioria dos alunos que escolheram matricular-se em Cursos de Educação e Formação, não tinham anteriormente vontade de estudar? ..... SIM ☐ NÃO ☐ ALGUNS ☐

2.7 Acha que a maioria dos alunos que escolheram matricular-se em Cursos de Educação e Formação, eram antes mal comportados nas aulas? ..... SIM ☐ NÃO ☐ ALGUNS ☐

### **3. Questões relacionadas com os Cursos de Educação e Formação:**

3.1 Sabe em que consiste o Curso de Educação e Formação que o seu/a sua educando(a) frequenta? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.2 Sabe qual a diferença entre os Curso de Educação e Formação e o Ensino Regular? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.3 Acha correcto o número de horas semanais que o seu/a sua educando(a) passa na escola? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

3.4 Para si os estágios profissionalizantes realizados pelos alunos no final destes cursos são uma boa oportunidade para arranjar emprego? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

### **4. Questões relacionadas com os Cursos de Educação e Formação ministrados na Escola em estudo:**

4.1 Sabe se o seu/a sua educando(a) se dá bem com os outros colegas? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.2 Considera que as instalações, equipamentos e materiais desta escola, adequadas ao bom funcionamento do curso frequentado pelo(a) seu/sua educando(a)? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.3 Acha que os professores que leccionam neste tipo de cursos, são competentes e têm boa formação?..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.4. Acha que os auxiliares de acção educativa que dão apoio a este tipo de cursos, são competentes e têm boa formação? ..... SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI ☐

4.5 A comunicação entre a escola e os encarregados de educação é eficiente? ..... **SIM**☐ **NÃO** **NÃO SEI**☐

4.6 Recebe regularmente informação acerca do percurso escolar do seu/da sua educando(a)? ..... **SIM**☐ **NÃO** **NÃO SEI**☐

4.7 Pensa que o ensino dos Cursos de Educação e Formação é mais individualizado que do ensino regular? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

## **5. Questões relacionadas com o local onde vive:**

5.1 Gosta do local onde vive? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

5.2 Trabalha perto do local da sua residência? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

5.3 Pretende continuar a residir no Conselho onde vive actualmente? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

5.4 Acha que existem saídas profissionais para o seu/ a sua educando(a) no Conselho onde reside? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

5.5 A Câmara apoia o curso frequentado pelo(a) seu/sua educando(a)? ..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

5.6. Pensa que as empresas da região vão receber os alunos dos Cursos de Educação e Formação para estágios?..... **SIM**☐ **NÃO**☐ **NÃO SEI**☐

## **-Anexo 6 - Inquérito de questão aberta aos alunos**

Escola Secundária Maria da Luz

## Inquérito aos alunos dos Cursos de Educação e Formação

Ano: \_\_\_\_\_ Turma: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: M ☐ F ☐

Data:        /        /       

## Questionário

[illegible]

...e o curso é \_\_\_\_\_

Espero que o estágio venha a ser \_\_\_\_\_

## Anexo II

**-Anexo 7 – Actas de reuniões de Conselho de Turma do Curso  
de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Acta de Reunião de Avaliação

Ensino Secundário  
Cursos Tipo 5

2006/03  
1.º Período  
...º Ano  
Turma...

Aos oito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e seis, pelas dez horas e vinte minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sobre a presidência do(a) professor(a) \_\_\_\_\_.

DISCIPLINAS	Nome do Professor	RUBRICA
Português		
Inglês		
Cid. e Sociedade		
T.I.C.		
H.S.S.T.		
Ed. Física		
Sociologia		
Psicologia		
A.T.L.		
Acomp. Ciências		
Acomp. C. J. Inf.		
Acomp. C. A.R.E.		
S.P.O.		

NOTA: Transcrever todos os espaços em branco e marcar falta no lugar da "rubrica" aos professores ausentes.

Ordem de Trabalhos:

Ponto um: Organização e funcionamento dos cursos tipo 5;

Ponto dois: Planificação das actividades da turma.

Ponto três: Outros assuntos.

Desenvolvimento:

No que diz respeito ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, a Directora de Turma informou o Conselho de Turma sobre o funcionamento e organização dos cursos de Educação e Formação - tipo 5. A Directora de Turma entregou a cada professor um guia explicativo do funcionamento destes cursos. Após a leitura do guia, onde se salientou a assiduidade e a avaliação, a directora de turma informou o Conselho de Turma sobre os procedimentos a adoptar em caso de falta do professor. Assim, foi entregue e lido o documento "Compensação de Aulas" em caso de falta do professor. A Directora de Turma informou igualmente o Conselho de Turma sobre os procedimentos a adoptar em caso de falta dos alunos. Como tal, foi lido e explicado o documento

"Compensação de aulas" que será dado a conhecer e assinar aos Encarregados de Educação e o documento "Autorização de Compensação de Aulas".

Quanto ao segundo ponto da ordem de trabalhos, o Conselho de Turma decidiu que em reunião posterior serão planificadas as actividades da turma, nomeadamente as visitas de estudo, uma vez que seria importante termos o horário da turma e de cada um dos professores da turma.

Por último, a Directora de Turma, fez uma breve caracterização dos alunos da turma. Informou ainda que devido à inexistência de manuais adoptados para estas turmas, estaria um colega desta turma, na CEE, para se tirarem fotocópias de modo a se terem materiais/textos de apoio às diversas disciplinas. Comunicou ainda que os alunos tinham pago uma vez na acto de matrícula no curso para aquisição destas fotocópias. A professora de A.T.L., questionou se

essa vez também contemplaria os materiais da sua disciplina. A Directora da Turma iria informar-se sobre este assunto. A professora de Português, comunicou que o programa da sua disciplina contempla obras integrais de leitura extensiva. Como tal, vai exigir que os alunos tenham as obras na sala de aula e que não irá tirar fotocópias dessas obras pois seria algo impossível devido ao enorme número de fotocópias a tirar na totalidade.

Finalmente, a Directora de Turma, informou o Conselho de Turma sobre os procedimentos, digo informou o Conselho de Turma que as planificações assim como os anexos aos contextos de aprendizagem devem ser entregues até ao dia vinte e dois do corrente mês.



## Acta de Reunião de Avaliação

### Ensino Secundário Cursos Tipo 5

2006/03

1.º Período

...º Ano

Turma.....

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e  
seis, pelas dez horas e vinete minutos, reuniu o Conselho de  
Turma acima indicado, sobre a presidência do(a) professor(a) .....

DISCIPLINAS	Nome do Professor	RUBRICA
Português		
Inglês		
Cid. e Sociedade		
T.I.C.		
H.S.T.		
Ed. Física		
Sociologia		
Psicologia		
A.T.L.		
Acomp. Crianças		
Acomp. C. J. Inf.		
Acomp. C. N.E.E.		
S.P.O.		

NOTA: Trancar todos os espaços em branco e marcar falta no lugar da "rubrica" aos professores ausentes.

#### Ordem de Trabalhos:

Ponto um: Organização e funcionamento dos cursos tipo 5;

Ponto dois: Planificação das actividades da turma;

Ponto três: Outros assuntos.

#### Desenvolvimento:

No que diz respeito ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, a Directora de Turma informou o Conselho de Turma sobre o funcionamento e organização dos cursos de Educação e Formação - tipo 5. A Directora de Turma entregou a cada professor um guião explicativo do funcionamento destes cursos. Após a leitura do guião, onde se salientou a assiduidade e a avaliação, a directora de turma informou o Conselho de Turma sobre os procedimentos a adoptar em caso de falta do professor. Assim, foi entregue e lido o documento "Compensação de Aulas" em caso de falta do professor. A Directora de Turma informou igualmente o Conselho de Turma sobre os procedimentos a adoptar em caso de falta dos alunos. Como tal, foi lido e explicado o documento

"Compensação de aulas" que será dada a conhecer e assinar aos Encarregados de Educação e o documento "Autosignação de Compensação de Aulas".

Quanto ao segundo ponto da ordem de trabalhos, o Conselho de Turma decidiu que em reunião posterior serão planificadas as actividades da turma, nomeadamente as visitas de estudo, uma vez que seria importante termos o horário da turma e de cada um dos professores da turma.

Por último, a Directora de Turma, fez uma breve caracterização das alunas da turma. Informou ainda que devido à inexistência de manuais adoptados para este curso, estaria um cartão desta turma, na CEE, para se tirarem fotocópias de modo a se terem materiais / textos de apoio às diversas disciplinas. Comunicou ainda que as alunas tinham pago uma verba na acta de matrícula no curso para aquisição destas fotocópias. A professora de A.T.L., questionou se essa verba também contemplava os materiais da sua disciplina. A Directora de Turma iria informar-se sobre este assunto. A professora de Português, comunicou que o programa da sua disciplina contempla obras integrais de leitura extensiva. Como tal, vai exigir que as alunas tenham as obras na sala de aula e que não irá tirar fotocópias dessas obras pois seria algo impossível devido ao enorme número de fotocópias a tirar na totalidade.

Finalmente, a Directora de Turma, informou o Conselho de Turma sobre os procedimentos, logo informou o Conselho de Turma que as planificações assim como os anexos aos contextos de aprendizagem devem ser entregues até ao dia vinte e dois do corrente mês.

## Acta número dois

Aos dez dias do mês de Outubro do ano de dois mil e seis reuniu-se na sala de trabalho do pavilhão A, pelas dezasseis horas e vinte minutos, o Conselho de Turma do décimo primeiro ano, do Curso de Educação e Formação - tipo 5 - Assistente de Acção Educativa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um - Informações;

Ponto dois - Análise do comportamento/assiduidade da turma;

Ponto três - Critérios de avaliação/conteúdos programáticos;

Ponto quatro - Outros assuntos.

Na reunião estiveram presentes todos os elementos com a excepção da psicóloga e do professor

No início da reunião foi apresentado um aluno de mestrado, da Escola Secundária Padre Alberto Neto, que irá acompanhar a turma para desenvolvimento da sua tese, que tem como tema "Cursos de Educação e Formação".

Em cumprimento do primeiro ponto da ordem de trabalhos, a directora de turma, professora, entregou um conjunto de documentos que contém a relação de alunas e respectivas fotografias, os horários de cada professor para se poder efectuar trocas em caso de necessidade, as folhas de presença das alunas, e o desenho curricular (total de horas, blocos semanais, aulas) do curso para este ano lectivo. A professora entregou um mapa a cada professor para registar as aulas não leccionadas, assim como a respectiva data da aula de substituição.

De seguida, os professores foram informados que à reunião de Encarregados de Educação do dia vinte e oito de Setembro de corrente ano tinham comparecido os encarregados de educação das alunas números seis, , oito, , doze, , treze, , dezasseis, e dezassete, . Foram informados sobre a organização do curso, regulamento da escola, assim como sobre as regras e as atitudes a cumprir por parte das suas educandas. Foi-lhes entregue o folheto/guião dos Cursos de Educação e Formação - tipo cinco. Os encarregados de educação assinaram o documento relativo a compensação de aulas e concordaram com o determinado neste mesmo documento. Foi ainda dada relevância à assiduidade e avaliação. A encarregada de educação da aluna número seis, , ofereceu-se para ser a representante dos Encarregados de Educação da Turma.

Foi feita a caracterização da turma, e dado a conhecer ao professor de Educação Física as alunas que têm restrições no cumprimento de actividades físicas, sendo estas a aluna número três, \_\_\_\_\_, a aluna número oito, \_\_\_\_\_, e a aluna número nove, \_\_\_\_\_.

A aluna número nove \_\_\_\_\_ necessita de testes/textos adaptados pois só vê 20% do olho direito, de acordo com informação fornecida pela professora \_\_\_\_\_.

A professora Fátima Ceia relatou que a aluna número dezasseis, Tânia Martins, tinha sofrido na aula de Português uma crise e foi encaminhada ao Hospital de \_\_\_\_\_. Julga-se ser epilepsia, mas só após a consulta de neurologia, já marcada no Hospital Egas Moniz, será possível diagnosticar a situação.

Foram eleitas como delegada da turma a aluna número treze, \_\_\_\_\_, e como subdelegada a aluna número cinco, \_\_\_\_\_.

Quanto ao ponto dois da Ordem de trabalhos a Directora de Turma informou que a assiduidade das alunas teve uma melhoria em relação ao ano transacto. As alunas número dois, \_\_\_\_\_, quatro, \_\_\_\_\_, e oito, \_\_\_\_\_, já comunicaram que

terão de se ausentar diversas vezes das aulas devido a consultas e exames médicos. A professora \_\_\_\_\_ informou que a enfermeira \_\_\_\_\_ estará todas as terças-feiras

na escola, entre as onze e as dezasseis horas. Uma das questões a tratar pela enfermeira é a obesidade/ hábitos alimentares entre os nossos alunos. Como tal, é importante que as alunas números dois, \_\_\_\_\_, quatro, \_\_\_\_\_ e oito, \_\_\_\_\_ tenham uma conversa com a enfermeira \_\_\_\_\_. No que diz respeito à pontualidade foi acordado

pelo Conselho de Turma que as alunas não assinarão as folhas de presença sempre que chegassem atrasadas às aulas, salvo raras excepções.

Em relação ao comportamento, pode haver melhorias e para tal foi feita uma planta da sala de aula tendo em conta a caracterização da turma.

Relativamente ao ponto três da ordem de trabalhos, foi confirmado que os critérios de avaliação a aplicar para este curso seriam os mesmos aplicados no Curso de Educação e Formação - tipo quatro do ano lectivo anterior.

A professora de Francês, \_\_\_\_\_, referiu que devido à heterogeneidade de níveis das alunas, faz fichas com graus de exigência diferentes e por cada prova escrita a realizar irá contemplar três níveis diferentes. Reservou ainda dez aulas do primeiro período para tentar que todas as alunas dominem os conhecimentos mínimos da língua.

A mesma heterogeneidade acontece nas disciplinas de Inglês, Português e Sociologia. O professor \_\_\_\_\_ optou por rever conteúdos já ministrados no ano anterior por haver alunas que nunca tiveram contacto com a disciplina.

A professora \_\_\_\_\_ informou que na disciplina de Acompanhamento de Crianças em Creche e Jardim de Infância o ponto "Oficina de Comunicação e Expressão Não Verbal Um" será leccionado pela professora \_\_\_\_\_. Por outro lado, a professora Cristina Ferreira leccionará os pontos/tópicos "Adolescência/Desenvolvimento e Educação", "Saúde Mental na Infância" e "Cuidados Primários de Saúde". Estes três pontos/tópicos fazem parte do programa da disciplina de Acompanhamento a Actividades dos Tempos Livres, leccionada pela professora \_\_\_\_\_.

No que diz respeito ao ponto quatro da ordem de trabalhos, a professora \_\_\_\_\_ sugeriu que a escola assinasse as revistas "Crescer" e "Adolescência". A professora \_\_\_\_\_, que também recomenda a assinatura da revista "Adolescência", informou que o pedido terá de ser feito ao Centro de Recursos Educativos. Foi ainda sugerido a compra de livros da área do curso. A professora \_\_\_\_\_ solicitou que as horas de escola sejam ocupadas na preparação de materiais em vez das substituições ou dos apoios. Esta proposta foi aceite por todos os elementos do Conselho de Turma.

Em relação a visitas de estudo/actividades o professor \_\_\_\_\_ planificou para as suas disciplinas as seguintes actividades:

- Recolha de Alimentos para entrega na instituição "Banco Alimentar Contra a Fome" de Lisboa/Setúbal, com os seguintes objectivos:
  - Reconhecer o sentido dos outros;
  - Contribuir para minorar um problema económico e social;
  - Educar para a cidadania;
  - Incrementar o trabalho em equipa;
  - Fomentar a participação do aluno na vida escolar e comunitária.
- "Dia do Consumidor" – (Quinze de Março de dois mil e sete) Palestra sobre os "Direitos do Consumidor" por membro da DECO e/ou distribuição/afixação de documentação (cartazes, panfletos,...), com os objectivos de:
  - Identificar os Direitos dos Consumidores;
  - Indicar organizações de defesa do consumidor;

- Fomentar a acção por parte da comunidade na defesa dos seus direitos;
  - Sensibilizar não só para os direitos como para os deveres dos consumidores;
  - Compreender a importância do consumidor activo, como fomentador da qualidade dos bens e serviços.
- “Jornal de Paredo” - Elaboração de um painel com notícias ao nível económico e social, realizado pelo trabalho voluntário dos alunos da área económica, financeira e social, sendo actualizado regularmente. Tem como objectivos:
    - Proporcionar situações de pesquisa, organização, tratamento e produção de informação;
    - Treinar a capacidade de análise, síntese e avaliação de situações concretas;
    - Desenvolver a motivação para a leitura;
    - Incrementar o trabalho em grupo;
    - Proporcionar situações de utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação;
    - Incentivar e valorizar os hábitos/métodos de trabalho;
    - Fomentar a participação do aluno na vida escolar.
  - “Visita de Estudo a unidade de Produção”, no distrito de Setúbal, a realizar no segundo período lectivo, com os seguintes objectivos:
    - Reconhecer duas realidades sociais antagónicas no mesmo distrito;
    - Perceber a intervenção dos agentes na actividade económica e social;
    - Desenvolver capacidades de observação e reflexão sobre o social;
    - Tomar consciência da necessidade de uma observação e reflexão sistemática e interdisciplinar;
    - Reconhecer em cada interveniente que os seus actos tem responsabilidade e tem intervenção no social;
    - Observar medidas de cidadania na instituição;
    - Tomar uma posição crítica face à realidade empresarial portuguesa no campo social.

No âmbito da disciplina de Acompanhamento de Crianças, a professora acompanhará a turma ao Centro Cultural de . no dia oito de Novembro. As alunas assistirão, às quinze horas e trinta minutos, a um espectáculo da Companhia Portuguesa de





Bailado Contemporâneo – “A Gare”. Esta visita de estudo não afecta nenhuma outra disciplina e o local de encontro é o Centro Cultural de

Por sugestão da professora \_\_\_\_\_, e apoiado pelo Conselho de Turma, foi sugerido que esta turma realizasse mais vezes visitas ao Centro Cultural de \_\_\_\_\_. Saliente-se que a coordenadora deste Centro está muito receptiva a este tipo de grupos/alunos.

Ainda no primeiro período as alunas realizarão uma visita de estudo à instituição “Flauta Mágica”, no âmbito das disciplinas de Psicologia e Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais.

No âmbito da disciplina de Francês está previsto uma ida ao cinema durante o segundo período, assim como, ao supermercado Intermarché, onde as alunas farão leitura/análise de rótulos em Francês.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por terminada a reunião da qual se lavrou a presente acta e que vai ser assinada nos termos da lei.

O Presidente do Conselho Executivo \_\_\_\_\_

A Coordenadora de Curso: \_\_\_\_\_

A Directora de Turma do Tipo 5-AAE: \_\_\_\_\_

O Secretário: \_\_\_\_\_



de 15/12/2006

Fls 01/04

## Acta de Reunião de Avaliação

## Ensino Secundário

2006/7

1.º Período

.º Ano

Turma. \_

A presente acta é composta por quatro folhas, numeradas e rubricadas pelo director de turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O Director de Turma

O Secretário

R. O Pres. Conselho Executivo

Visto em 15/01/07

Aos quinze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e seis, pelas dezoito horas e cinco minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sobre a presidência do(a) professor(a) \_

DISCIPLINAS	CLASSIFICAÇÕES					AULAS		NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
	0 a 4	5 a 9	10 a 13	14 a 17	18 a 20	P	D		
Português	-	3	10	3	-	48	48		
Inglês	-	8	5	2	-	24	24		
TIC	-	1	13	1	-	12	12		
Cidadania e Soc.	-	-	12	3	-	13	13		
H.S.T.	-	2	3	1	-	12	12		
Educação Física	-	1	13	1	-	24	24		
Sociologia	-	7	8	1	-	22	22		
Psicologia	-	4	11	1	-	48	48		
Francês	-	1	12	1	1	26	26		
Acomp. A.T.L.	-	-	16	-	-	83	83		
Acomp. Crianças	-	-	12	4	-	74	74		
Acomp. Cacha f.T.	-	4	6	6	-	87	87		
Acomp. de C. NEE	-	4	8	3	1	65	65		

NOTA: Transcrever todos os espaços em branco e marcar falta no lugar da "rubrica" aos professores ausentes.

## Ordem de Trabalhos:

Ponto um: Análise e avaliação do Projecto Curricular de Turma:

- 1.1 Atribuição das classificações aos alunos;
- 1.2 Análise do aproveitamento e do comportamento;

Ponto dois: Outros assuntos;

- 2.1 Balanço da realização das visitas de estudo incluídas no Plano de actividades da turma;
- 2.2 Organização das actividades / visitas de estudo para o próximo período lectivo;
- 2.3 Casos especiais de avaliação e de comportamento e estratégias de actuação.

Relativamente ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, e após a atribuição das classificações às alunas, o Conselho de Turma considerou o aproveitamento da turma fraco uma vez que apenas três alunas não obtiveram classificações inferiores a dez valores. São elas as alunas números nove, , quinze, e dezoito, . O Conselho de Turma manifestou a sua preocupação relativamente às alunas números quatro, , cinco, e onze, , por terem tido, cada uma, seis classificações inferiores a dez valores. As alunas números dois, e treze,

= obtiveram cada uma cinco classificações inferiores a dez. O Conselho de Turma considera que, de um modo geral, as alunas desta turma revelaram pouco empenho e trabalharam pouco quer ao nível da sala de aula quer em casa. Como tal, não se registou uma progressão na aquisição e aplicação dos conteúdos leccionados e o seu ritmo de aprendizagem foi lento. Como forma de atingir um melhor aproveitamento da turma os professores irão solicitar a realização de fichas de trabalho e, em algumas disciplinas, serão realizadas "mini-fichas" de avaliação com maior frequência. A professora da disciplina de Inglês considera que o número de classificações inferiores a dez atribuídos na sua disciplina se deve a um conhecimento deficiente das estruturas morfosintáticas básicas, ao não cumprimento das tarefas propostas, bem como a uma falta de empenho por parte das alunas e à ausência de um estudo sistemático. Como estratégias de forma a atingir um melhor nível de aproveitamento na turma, a professora de Inglês continuará a promover a correcção linguística, assim como a trabalhar as estruturas linguísticas em que as alunas revelam mais deficiências. Para tal, utilizará fichas de trabalho. No âmbito da disciplina de Tecnologias da Informação e Comunicação, o professor informou que as alunas irão criar um "site". A professora

comunicou que, no segundo ou no terceiro período, as alunas irão prestar serviço em algumas instituições, em horário lectivo, para desempenho prático e aplicação de conteúdos teóricos aprendidos dentro da sala de aula.

Relativamente ao comportamento da turma, o conselho de Turma considerou que este é satisfatório. Destacam-se pela positiva as alunas números sete, ; doze, ; catorze, e dezoito, .

No entanto, é fraco o nível de empatia entre algumas alunas da turma. Destacam-se pela negativa as alunas números cinco, e seis,

. Em relação ao ano lectivo anterior, a aluna número seis, , está mais distraída, menos trabalhadora e menos empenhada, revelando também um comportamento inadequado dentro da sala de aula. A aluna número cinco, , tem, por vezes, comportamentos inadequados chegando mesmo a ser insolente quer para com os colegas quer para com professores da turma. Devido à postura inadequada destas alunas na sala de aula e a um fraco aproveitamento a Directora de Turma solicitou a comparência dos Encarregados de Educação das duas alunas acima referidas.

Os Encarregados de Educação compareceram na Escola tendo a Encarregada de Educação da aluna número cinco, \_\_\_\_\_, e a própria aluna, assinado o "Contrato Pedagógico". Foram igualmente solicitados para comparecerem na escola os Encarregados de Educação das alunas números dois, \_\_\_\_\_ e quatro, \_\_\_\_\_, mas estes não compareceram.

Quanto ao ponto dois da ordem de trabalhos, a professora \_\_\_\_\_ comunicou que as seis sessões do projecto "Aprender a Empreender" tinham terminado e que as alunas tinham revelado uma evolução positiva na sua participação nas sessões. Este projecto teve a colaboração da empresa Brisa e da doutora \_\_\_\_\_ que foi quem conduziu as sessões no espaço da disciplina Cidadania e Sociedade. A professora \_\_\_\_\_ informou que as visitas de estudo ao Centro Cultural de \_\_\_\_\_ têm decorrido conforme os objectivos previamente estipulados. Neste mesmo dia, esta turma e a turma do décimo ano, turma \_\_\_\_\_, foram a Odívetas assistir a uma pequena peça de teatro, "O quarto do Tomás", representada por actores do grupo de Teatro A Mala Posta. No entanto, e sem explicações concretas, a aluna número quinze, \_\_\_\_\_, não foi a esta visita de estudo. As duas turmas foram acompanhadas pelas professoras \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_. Por outro lado, e de acordo com as professoras \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, as alunas realizaram com bastante empenho uma actividade de solidariedade para a instituição "Centro de Reabilitação A Flauta Mágica". A professora \_\_\_\_\_ comunicou que as alunas números quatro, \_\_\_\_\_ e dezoito, \_\_\_\_\_ participaram e ganharam o concurso de "Postais de Natal" da nossa Escola. Por ter tido um desempenho exemplar na disciplina de Educação Física, a aluna número dezoito, \_\_\_\_\_, foi escolhida pelo professor \_\_\_\_\_ para participar numa visita de estudo. O professor de Sociologia, \_\_\_\_\_, informou que, no âmbito da sua disciplina, irá realizar com as alunas uma visita de estudo, no dia dezanove de Janeiro, ao "Banco Alimentar contra a Fome" e à "EDP" (em Setúbal). No âmbito das disciplinas Acompanhamento de Crianças e, Acompanhamento de Crianças em Jardim de Infância, a professora \_\_\_\_\_ irá com as alunas a uma visita de estudo à instituição "Olá bebé". As alunas números dois, \_\_\_\_\_; quatro, \_\_\_\_\_ e onze, \_\_\_\_\_, frequentam sessões com a enfermeira \_\_\_\_\_ no âmbito do projecto "Saúde Alimentar e Obesidade". A aluna número onze, \_\_\_\_\_, anulou a matrícula no dia vinte e nove de Novembro do corrente ano. A aluna número um, \_\_\_\_\_, foi excluída por excesso de faltas. A Directora de Turma solicitou por diversas vezes a vinda à Escola dos Encarregados de Educação destas alunas mas estes nunca compareceram. A aluna número oito, \_\_\_\_\_, não obteve classificações em diversas disciplinas devido à inexistência de suficientes elementos de avaliação por falta de assiduidade da aluna por motivo de doença, diversos internamentos hospitalares e idas a consultas médicas. Como forma de

Os Encarregados de Educação compareceram na Escola tendo a Encarregada de Educação da aluna número cinco, \_\_\_\_\_, e a própria aluna, assinado o "Contrato Pedagógico". Foram igualmente solicitados para comparecerem na escola os Encarregados de Educação das alunas números dois, \_\_\_\_\_ e quatro, \_\_\_\_\_, mas estes não compareceram.

Quanto ao ponto dois da ordem de trabalhos, a professora \_\_\_\_\_ comunicou que as seis sessões do projecto "Aprender a Empreender" tinham terminado e que as alunas tinham revelado uma evolução positiva na sua participação nas sessões. Este projecto teve a colaboração da empresa Brisa e da doutora \_\_\_\_\_ que foi quem conduziu as sessões no espaço da disciplina Cidadania e Sociedade. A professora \_\_\_\_\_ informou que as visitas de estudo ao Centro Cultural de \_\_\_\_\_ têm decorrido conforme os objectivos previamente estipulados. Neste mesmo dia, esta turma e a turma do décimo ano, turma \_\_\_\_\_, foram a Odívetas assistir a uma pequena peça de teatro, "O quarto do Tomás", representada por actores do grupo de Teatro A Mala Posta. No entanto, e sem explicações concretas, a aluna número quinze, \_\_\_\_\_, não foi a esta visita de estudo. As duas turmas foram acompanhadas pelas professoras \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_. Por outro lado, e de acordo com as professoras \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, as alunas realizaram com bastante empenho uma actividade de solidariedade para a instituição "Centro de Reabilitação A Flauta Mágica". A professora \_\_\_\_\_ comunicou que as alunas números quatro, \_\_\_\_\_ e dezoito, \_\_\_\_\_, participaram e ganharam o concurso de "Postais de Natal" da nossa Escola. Por ter tido um desempenho exemplar na disciplina de Educação Física, a aluna número dezoito, \_\_\_\_\_, foi escolhida pelo professor \_\_\_\_\_ para participar numa visita de estudo. O professor de Sociologia, \_\_\_\_\_, informou que, no âmbito da sua disciplina, irá realizar com as alunas uma visita de estudo, no dia dezanove de Janeiro, ao "Banco Alimentar contra a Fome" e à "EDP" (em Setúbal). No âmbito das disciplinas Acompanhamento de Crianças e, Acompanhamento de Crianças em Jardim de Infância, a professora \_\_\_\_\_ irá com as alunas a uma visita de estudo à instituição "Olá bebé". As alunas números dois, \_\_\_\_\_; quatro, \_\_\_\_\_ e onze, \_\_\_\_\_, frequentam sessões com a enfermeira \_\_\_\_\_, no âmbito do projecto "Saúde Alimentar e Obesidade". A aluna número onze, \_\_\_\_\_, anulou a matrícula no dia vinte e nove de Novembro do corrente ano. A aluna número um, \_\_\_\_\_, foi excluída por excesso de faltas. A Directora de Turma solicitou por diversas vezes a vinda à Escola dos Encarregados de Educação destas alunas mas estes nunca compareceram. A aluna número oito, \_\_\_\_\_, não obteve classificações em diversas disciplinas devido à inexistência de suficientes elementos de avaliação por falta de assiduidade da aluna por motivo de doença, diversos internamentos hospitalares e idas a consultas médicas. Como forma de



compensar as suas ausências terão de ser entregues à aluna fichas/ trabalhos para recuperação dos conteúdos não leccionados. Também lhe serão leccionadas aulas, durante as férias do Carnaval, Páscoa ou em horário pós-lectivo, de forma a compensar as aulas não assistidas. A Directora de Turma tem em sua posse um documento "Relatório de Alta" do Centro Hospitalar de onde está escrito "hipertiroidismo; ansiedade". Tanto a Directora de Turma como a Coordenadora de Curso deram a conhecer ao Conselho de Turma os diversos contactos tidos com a Encarregada de Educação da . Apesar de devidamente justificadas todas as ausências da aluna, o Conselho de Turma considera importante e urgente a existência de um relatório médico exaustivo e descritivo do estado de saúde da , assim como os procedimentos a adoptar em caso de a aluna se voltar a sentir mal na escola. O Conselho de Turma e a Coordenadora de Curso, professora , consideraram que o estado de saúde da aluna não oferece garantias nem dá confiança/ segurança à escola para colocar a aluna em estágio a trabalhar em qualquer uma das valências de Creche, Jardim de Infância e ATL. Como tal, a Directora de Turma irá transmitir à Encarregada de Educação o parecer do Conselho de Turma. Será igualmente solicitada a colaboração do técnico dos Serviços de Psicologia e Orientação, a psicóloga , para entrar urgentemente em contacto com o médico que acompanha a aluna no Hospital Egas Moniz, doutor J. Sequira Duarte (médico endocrinologista), com o intuito de obter garantias sobre a possível continuidade ou não da aluna nesta área. Existe pois a necessidade urgente de um acompanhamento a nível do Serviço de Psicologia e Orientação da nossa escola bem como uma possível reorientação do percurso escolar desta aluna. A directora de Turma lembrou o professor que a está dispensada da prática de Educação Física, por um período de sessenta dias, de acordo com o atestado médico entregue em dois de Novembro do corrente ano, e que foi aceite pelo presidente do Conselho Executivo. A representante dos Serviços de Psicologia e Orientação, a psicóloga , não esteve presente na reunião por se encontrar, ao serviço da escola numa reunião fora da mesma.

Nas disciplinas de Português, Psicologia e Francês foram leccionadas mais aulas do que o número de aulas previstas.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por terminada a reunião da qual se lavrou a presente acta e que vai ser assinada nos ter da lei.

## Acta de Reunião de Avaliação

## Ensino Secundário

2.º Período

Ano

Turma:

2006/07

A presente acta é composta por quatro folhas, numeradas e rubricadas pelo Director de Turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O(A) Director(a) de Turma

O(A) Secretário(a)

O Pres. Conselho Executivo

Visto em 23/03/07

Aos vinete e três dias do mês de Março do ano de dois mil e sete, pelas dezasseis horas e trinta minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sobre a presidência do(a) professor(a),

DISCIPLINAS	CLASSIFICAÇÕES						AULAS		NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
	0-4	5-9	10-13	14-17	18-20		P	D		
Português	—	6	4	5	—		46	46		
Inglês	—	5	8	2	—		24	24		
Tic	—	2	8	5	—		10	10		
Cidadania e Soc.	—	—	7	8	—		10	12		
Hist.	—	5	7	3	—		12	12		
Educação Física	—	—	13	2	—		22	20		
Sociologia	—	4	9	2	—		20	22		
Psicologia	—	2	9	4	—		46	46		
Francês	—	—	14	1	1		20	20		
Acomp. A.T.L.	—	—	4	11	—		78	78		
Acomp. Crianças	—	3	6	6	—		66	66		
Acomp. C. Inf. J. I.	—	3	7	5	—		75	75		
Acomp. C. Inf. E.	—	3	10	2	—		54	54		
S.P.O.	—	—	—	—	—		—	—		

NOTA: Têm-se todos os espaços em branco e marcar (S) no lugar da "rubrica" aos professores ausentes.

## Ordem de Trabalhos:

## Ponto um: Análise e avaliação do Projecto Curricular de Turma:

- 1.1 Atribuição das classificações aos alunos;
- 1.2 Análise do cumprimento dos Planos Educativos Individuais dos alunos com NEH e dos Planos Individuais dos alunos estrangeiros;
- 1.3 Análise do aproveitamento (referir o nível de sucesso/insucesso e sua justificação: estratégias de superação de dificuldades; interesses e ritmos de aprendizagem; (re)definição das estratégias adoptadas);
- 1.4 Análise do comportamento (referir o comportamento geral, alunos com participações disciplinares, medidas tomadas, etc.);
- 1.5 Análise da assiduidade (Indicar número e nome dos alunos que revelaram fraca assiduidade; número e nome dos alunos que excederam o limite de faltas - exclusão por faltas a todas as disciplinas).

## Ponto dois: Outros assuntos

- 2.1 Análise da matrícula e transferências (indicar o nome do(s) aluno(s), o número e a(s) disciplina(s)).
- 2.2 Alunos não avaliados, disciplinas a que não foi atribuída classificação e respectiva justificação, votações, declarações de voto, deliberações do C. Turma e/ou restantes assuntos relevantes.
- 2.3 Balanço das actividades desenvolvidas de acordo com o PCT e as actividades a desenvolver no 3.º Período

**Desenvolvimento:**

1.1 Em cumprimento do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, os professores signatários apresentaram as propostas de avaliação referente a cada aluno, procedendo-se à **atribuição de classificações de acordo com os critérios de avaliação das disciplinas**, aprovadas em Conselho Pedagógico.

1.2 Análise dos Planos Educativos Individuais dos alunos com NEE e dos Planos Individuais dos alunos estrangeiros.  
Nesta turma não existem alunos com NEE nem alunos estrangeiros.

1.3 Foi analisado o **aproveitamento** da turma e das **classificações** nos documentos de avaliação em vigor. O **balanço** realizado é o seguinte:

Número total de alunos avaliados em **três ou mais** disciplinas: 15 (quinze)

- Número de alunos sem negativas: 6 (seis)
- Número de alunos com uma ou duas negativas: 4 (quatro)
- Número de alunos com três ou mais negativas: 5 (cinco)

**Aproveitamento global da turma:**

Muito Bom ☐ Bom ☐ Satisfatório ☐ Não satisfatório ☒ Mau ☐

Por proposta da professora, o Conselho de Turma concordou que a Directora de Turma em conjunto com a professora e a psicóloga, tivessem uma conversa com as alunas números dois, quatro, onze, e treze, no sentido de uma possível reorientação no seu percurso escolar devido ao fraco aproveitamento.

A maioria dos professores da Turma continua a informar que as alunas não cumprem os prazos de entrega dos trabalhos e demonstram uma atitude demasiado descontrainda perante o trabalho/actividades lectivas. A professora de Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais, informou que a aluna número dois, demonstrou durante as aulas desinteresse e apatia e, nas avaliações escritas não revelou estudo ou empenho. A aluna número quatro, não revela qualquer interesse pelas aulas, não participa e tem pouco empenho na realização das actividades que lhe são pedidas, não as realizando ou, quando o faz, é sem qualquer qualidade (por exemplo, portefólio). A aluna número treze, não se empenha nas actividades que lhe são solicitadas (por exemplo, portefólio), não realiza trabalhos que lhe são propostos e, quando é chamada a atenção por esse facto demonstra arrogância e despreocupação fazendo-os por fim mas sem qualquer qualidade.

Como estratégias de superação os professores continuarão a insistir em trabalhos de casa, trabalhos de pesquisa individuais ou em grupo, e realização de fichas de avaliação com menos conteúdos.

Por outro lado, a Directora de Turma continuará a informar via SMS ou pessoalmente, sempre que estes compareçam, os Encarregados de Educação acerca do percurso escolar destas alunas. Saliente-se que no dia vinte e oito de Fevereiro foram convocados para vir à Escola os Encarregados de Educação das alunas números dois, quatro, cinco, onze, treze, e dezassete. Apenas compareceram os Encarregados de Educação das alunas números onze, e treze, e já anteriormente tinham sido

informados, via SMS, acerca das faltas de atraso os Encarregados de Educação de algumas destas alunas. A Encarregada de Educação da aluna número quatro, \_\_\_\_\_, contactou telefonicamente a Coordenadora de Curso, professora \_\_\_\_\_ e, mais tarde esta aluna comunicou a esta professora que a sua mãe lhe tinha dito que era a própria aluna que teria de resolver os "assuntos das faltas" com a Directora de Turma. No dia vinte e sete de Fevereiro todos os Encarregados de Educação foram informados, via carta e SMS, acerca da assiduidade das suas educandas.

A Directora de Turma já chegou mesmo a alertar, via SMS, no dia cinco de Março, a Encarregada de Educação da aluna número dois, \_\_\_\_\_ para a existência de um teste escrito à disciplina de Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais, com o intuito de a responsabilizar perante uma ausência de estudo. Também no dia cinco de Março foi informada via SMS a Encarregada de Educação da aluna número quinze, \_\_\_\_\_, acerca de uma falta de atraso e de uma fraca prestação da aluna a nível do aproveitamento.

O Conselho de Turma foi informado que, de acordo com o Ministério da Educação, os alunos podem transitar para o segundo ano deste Curso com duas classificações inferiores a dez, no final deste ano lectivo. No final do segundo ano deste curso, os alunos têm de ter classificações iguais ou superiores a dez a todas as disciplinas, podendo no entanto realizar ainda, para conclusão do curso, um exame de equivalência à frequência a qualquer disciplina.

#### 1.4 Comportamento global da turma:

Muito Bom ☐ Bom ☐ Satisfatório ☒ Não satisfatório ☐ Mau ☐

O Conselho de Turma considerou o comportamento satisfatório na relação dentro da sala de aula entre alunas e professores. Todavia o relacionamento entre as alunas não é satisfatório devido à falta de empatia entre as alunas.

A professora de Francês, \_\_\_\_\_, sugeriu a realização de uma Assembleia de Turma para identificar as causas e melhorar o relacionamento entre as alunas. Esta proposta não foi aceite pela maioria dos professores em virtude de vários professores, nomeadamente \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ já terem tido múltiplas conversas com a Turma no sentido de melhorar o relacionamento entre as alunas. Assim, todos os professores da turma continuarão a promover o sentido de responsabilidade e saber estar entre as alunas.

Devido à falta de sentido de responsabilidade no cumprimento das suas funções, a delegada de turma, a aluna número treze, \_\_\_\_\_ é destituída do cargo por decisão do Conselho de Turma. Devido ao facto da subdelegada ter anulado a matrícula, será feita nova eleição para eleger os representantes da Turma.

#### 1.5 Assiduidade

A aluna número três, \_\_\_\_\_, ultrapassou metade do limite de faltas nas disciplinas de Português, Francês e Sociologia, em grande parte por motivos de saúde.

A aluna número quatro, \_\_\_\_\_, ultrapassou metade do limite de faltas na disciplina de Cidadania e Sociedade e atingiu o limite de faltas na disciplina de Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais, sendo neste último caso maioritariamente faltas de atraso.

A aluna número seis, \_\_\_\_\_, atingiu metade do limite de faltas na disciplina de Educação Física.

A aluna número sete, \_\_\_\_\_, ultrapassou metade do limite de faltas nas disciplinas de Educação Física, Português e Psicologia, por motivos de saúde.



A aluna número nove, , atingiu o limite de faltas na disciplina de Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais, sendo algumas destas faltas de atraso.

A aluna número treze, , ultrapassou metade do limite de faltas nas disciplinas de Educação Física, Português, Tecnologias de Informação e Comunicação, Psicologia, Acompanhamento de Crianças e Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais.

A aluna número quinze, , ultrapassou metade do limite de faltas na disciplina de Francês por motivo de realização de exames médicos.

A aluna número dezassete, , ultrapassou metade do limite de faltas na disciplina de Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais.

## 2. Outros assuntos.

2.1. A aluna número cinco, , anulou a matrícula no dia vinte e três de Março do corrente ano, tendo o documento sido entregue na secretaria durante a manhã. A aluna revelou, durante este presente ano lectivo, uma enorme falta de empenho e motivação bem como uma falta de sentido de responsabilidade no cumprimento das diversas actividades escolares e no desempenho do cargo de subdelegada de turma. Prevendo um fraco aproveitamento no final deste período, a aluna optou por anular a matrícula.

2.2. Nada a registar.

2.3. O Conselho de Turma louvou o trabalho das professoras e assim como de todos os professores da turma que participaram no projecto desta turma para a Semana da Escola – “A Quinta da Barafunda”. Estas duas professoras informaram que todas as alunas tiveram bom desempenho, embora a ritmos diferentes. Destacaram-se, no entanto, as alunas número seis, ; nove, ; catorze, ; dezasseis, e dezoito, .

Os professores de Cidadania e Sociedade; Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho e Tecnologias da Informação e Comunicação irão leccionar as suas disciplinas até ao final do ano lectivo, leccionando assim os conteúdos que estavam previstos para os dois anos lectivos. Assim que a professora de Cidadania e Sociedade, , terminar as aulas desta disciplina, a hora lectiva será ocupada pela disciplina Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, também leccionada pela professora . Quando o professor de Tecnologias de Informação e Comunicação, , terminar as aulas desta disciplina a hora lectiva será ocupada pela professora de Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais, .

O professor de Sociologia, , informou ter feito, no segundo período, a celebração do Dia do Consumidor através da afixação de frases elaboradas pelos alunos alusivas a este tema. O professor de Sociologia confirmou ainda a sua intenção de realizar em Maio uma recolha de alimentos na Escola para o Banco Alimentar Contra a Fome.

Nas disciplinas de Cidadania e Sociedade e, Sociologia, foram contabilizadas mais duas aulas em cada uma destas disciplinas, do que as previstas, por motivos de deslocação ao Banco Alimentar Contra a Fome e ao Centro de Formalidades das Empresas, em Setúbal.

Na folha de rosto desta aula, na disciplina de Francês, onde se lê catorze classificações atribuídas de dez a treze, deve-se ler treze classificações atribuídas.

Nada mais havendo a tratar foi lida e aprovada a acta, dando-se por terminada a reunião.

CT de de 15/05/07  
Fls 01/03

Acta de Reunião Interclasse  
Ensino Secundário

3.º Período  
Ano  
Turma  
2006/07

A presente acta é composta por três folhas, numeradas e rubricadas pelo director de turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O Director de Turma

O Secretário

20 O Pres. Conselho Pedagógico

Visto em 15/05/07

Aos quinze dias do mês de Maio do ano de dois mil e sete, pelas dezasseis horas e trinta minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sob a presidência do(a) professor(a) \_\_\_\_\_

DISCIPLINAS	NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
Português		
Inglês		
TIC		
Cidadania e Sociol.		
H.S.S.T.		
Ed. Física		
Sociologia		
Psicologia		
Francês		
Acomp. em A.T.L.		
Acomp. de Crianças		
Acomp. C.T.I.		
Acomp. de C.N.E.E.		
G.P.O.		

NOTA: Trancar todos os campos em branco e marcar com o nome do(a) professor(a) responsável.

Ordem de Trabalhos da reunião:

1. Informação
2. Comprometimento / Aproveitamento
3. Outros assuntos

Relativamente ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, a Directora de Turma comunicou terem comparecido à reunião de Encarregados de Educação, no início do terceiro período, os Encarregados de Educação das alunas números dois, [redacted]; sete, [redacted]; oito, [redacted]; onze, [redacted]; doze, [redacted]; quinze, [redacted]; dezasseis, [redacted] e dezassete, Vanessa Rosa.

A Directora de Turma informou ter recebido a Encarregada de Educação da aluna número quinze, [redacted] assim como a própria aluna no dia quinze de Maio, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos. A aluna revelava sinais de uma extrema sensibilidade e cansaço motivados por questões familiares, sentimentais, de saúde e até algumas dúvidas em relação à sua continuidade neste curso. À aluna foi aconselhada a sua continuidade no curso, devido à sua boa prestação até então demonstrada e devido às possibilidades de, posteriormente, prosseguir estudos numa outra área. A aluna foi encaminhada para o Serviço de Psicologia e Orientação para um acompanhamento psicológico com a psicóloga, [redacted]. A Directora de Turma aconselhou a Encarregada de Educação a marcar uma consulta para a [redacted] com o respectivo médico de família. A professora [redacted], que assistiu a parte desta reunião, sugeriu ainda a marcação de uma consulta no "Espaço S - em [redacted]". A Encarregada de Educação mostrou-se bastante receptiva a estas sugestões.

A professora [redacted] informou que estava a terminar o número de aulas respeitante aos dois anos da disciplina de *Cidadania e Sociedade* e que o espaço ocupado no horário por esta disciplina passaria a ser ocupado pela disciplina *Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho*. Por outro lado, a professora [redacted] passará a ocupar o espaço da disciplina *Tecnologias da Informação e Comunicação* assim que o professor [redacted] terminar o número de aulas a leccionar.

Relativamente ao segundo ponto da ordem de trabalhos, os professores foram unânimes em considerar que o comportamento da turma melhorou bastante. A planta da sala de aula contribuiu muito para esta mudança positiva. Quanto ao aproveitamento, o professor de *Sociologia*, [redacted], informou que as alunas números onze, [redacted] e [redacted] continuam a ter um fraco aproveitamento comprometendo, assim, a sua aprovação nesta disciplina. O conselho de turma considerou que as alunas números, quatro, [redacted]; onze, [redacted] e treze, [redacted], continuam igualmente a ter um fraco aproveitamento, apesar das estratégias implementadas. São alunas pouco dinâmicas que nem sempre apresentam os trabalhos solicitados e não têm hábitos de estudo. Por outro lado, a aluna número dois, [redacted], melhorou a sua postura e tem-se empenhado no cumprimento das actividades propostas. A aluna número seis, [redacted], regressou no seu aproveitamento. De um modo geral, as alunas desta turma continuam a ter algumas dificuldades de

compreensão e aquisição de conhecimentos, apesar das diversas estratégias adoptadas. Destaca-se pela positiva a aluna número dezoito, por ser uma aluna atenta, cumpridora, bastante empenhada e com postura correcta face a este curso.

No que diz respeito ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, a professora informou que a visita de estudo ao Museu da Ciência Viva, no Pavilhão do Conhecimento, no dia vinte e sete de Abril, tinha decorrido de acordo com os objectivos da visita. No âmbito das disciplinas de *Português* e *Acompanhamento de Crianças em Actividades de Tempos Livres*, a visita de estudo as Sintra, no dia oito de Maio foi igualmente proveitosa tendo mesmo superado as expectativas, de acordo com os professores.

A turma assistiu, no dia catorze de Maio, na nossa Escola, à peça de teatro "Deixemos o Sexo em Paz", de Dário Fo. A peça de teatro estava enquadrada nos conteúdos que estão a ser leccionados nas disciplinas de *Acompanhamento de Crianças* e *Acompanhamento de Crianças em Jardim de Infância*, segundo a professora.

No âmbito das disciplinas de *Acompanhamento de Crianças* e *Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais* estão a ser planeadas visitas de estudo à Casa da em e à de ao sector das reclusas que têm filhos inferiores a três anos.

A professora, que lecciona a disciplina de *Psicologia* nesta turma, comunicou que seria preferível que, devido ao tipo de conteúdos a leccionar, no próximo ano lectivo esta disciplina fosse leccionada por um professor com formação própria.

A professora apresentou uma proposta para que no próximo ano lectivo esta turma fosse quinzenalmente ao Centro Cultural de participar em acções programadas por este centro e destinadas a este tipo de cursos. Foi ainda sugerido que as professoras acompanhantes fossem as professoras.

A professora apresentou ainda o programa "A Empresa" - um projecto de Empreendedorismo que poderá ser implementado na turma no próximo ano lectivo. Este projecto, constituído por um programa modular, tem como objectivo ensinar a criar microempresas. O conselho de turma manifestou agrado em relação a estas duas propostas.

Finalmente, foi decidido que as alunas poderiam permanecer na sala de aula durante os intervalos para realizarem trabalhos das diversas disciplinas. No entanto, estas serão responsáveis pelos objectos que se encontrem na sala; não têm autorização para comerem dentro da sala e as chaves da sala serão sempre entregues à funcionária responsável pelo pavilhão.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por terminada a reunião da qual se lavrou a presente acta e que vai ser assinada nos ter da lei.

CI do ... de 29/05/07  
Fls. 01/03

**Acta de Reunião Intercalar**  
**Ensino Secundário**

3.º Período

...º Ano

Turma ...

2006/07

A presente acta é composta por três folhas, numeradas e rubricadas pelo director de turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O Director de Turma

O Secretário

PA O Pres. Conselho Executivo

Visto em 26/06/07

Aos três dias do mês de Maio do ano de dois mil e sete, pelas doze horas e trinta minutos, reuniu o Conselho de Turma, sob a presidência do(a) professor(a) ...

DISCIPLINAS	NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
Português		
Inglês		
Tic		
Cidadania e Sociol.		
H.S.O.T		
Ed. Física		
Sociologia		
Psicologia		
Francês		
Acomp. em A.T.L.		
Acomp. de Crianças		
Acomp. em C.J.I.		
Acomp. de C. N.E.E.		
S.P.O.		

NOTA: Tratar todos os espaços em branco e deixar feita no lugar da "rubrica" dos professores e alunos.

Ordem de Trabalhos da reunião:

1. Informação
2. Apresentamento
3. \_\_\_\_\_



Relativamente ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, a Directora de Turma comunicou que a aluna número quinze, ..., continuava a revelar sinais de instabilidade, cansaço e quebra no seu aproveitamento escolar motivados por questões familiares. A psicóloga, doutora ..., relatou o encontro que teve com a aluna, após ter sido encaminhada para o Serviço de Psicologia e Orientação. Comunicou ainda haver a necessidade de convocar o pai da ... para uma reunião. Nessa reunião estariam presentes a própria psicóloga, a Directora de Turma e o pai da aluna, uma vez que a Encarregada de Educação da aluna se encontra doente.

A doutora ... transmitiu ainda que a aluna número oito, ..., tinha solicitado um encontro com a psicóloga.

A professora ... informou que já tinha terminado o número de aulas a leccionar respeitante aos dois anos da disciplina de *Cidadania e Sociedade* e que o espaço ocupado no horário por esta disciplina está a ser ocupado pela disciplina *Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho*. Por outro lado, a professora ... está a ocupar o espaço da disciplina *Tecnologias da Informação e Comunicação*, em virtude do professor ... ter terminado o

número de aulas a leccionar para os dois anos. A professora ... comunicou a sua preocupação relativamente ao cumprimento na íntegra do número de aulas a leccionar na sua disciplina, para este ano lectivo. Foi-lhe sugerido que continuasse a dar as aulas nos espaços das disciplinas que terminavam assim como em horário pós lectivo, caso isso fosse possível. O professor ... informou que o número de aulas a leccionar na disciplina de *Sociologia* estava prestes a terminar. A professora ... comunicou que iria terminar o número de aulas a leccionar da disciplina *Acompanhamento de Crianças em Actividades de Tempos Livres* na semana de onze de Maio.

Relativamente ao segundo ponto da ordem de trabalhos, o professor de *Sociologia*, ..., informou que as alunas números onze, ... e treze, ..., continuam a ter um fraco aproveitamento comprometendo, assim, a sua aprovação nesta disciplina. Nas disciplinas de *Português* e *Psicologia* as alunas números, quatro, ...; cinco, ... e treze, ..., não se têm empenhado o suficiente de forma a atingirem um nível de aproveitamento satisfatório. Na disciplina de *Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais*, as alunas números dois, ...; quatro, ...; onze, ... e treze, ... não conseguirão, muito provavelmente, obter aproveitamento positivo nesta disciplina. A participação destas alunas é fraca e não têm correspondido às diversas actividades solicitadas. Apesar de não ter estado presente na reunião deste Conselho de Turma, a professora ... transmitiu à Directora de Turma que nas disciplinas de *Acompanhamento de Crianças* e *Acompanhamento de Crianças em Creche e*

*Jardim de Infância* as alunas números dois, [nome] e [nome]; quatro, [nome] e onze, [nome] iriam realizar um teste de recuperação. A aluna número dezasseis irá realizar um teste de recuperação na disciplina de *Acompanhamento de Crianças em Creche e Jardim de Infância*. Saliente-se que as alunas acima referidas já tinham realizado testes escritos, fichas de trabalho e trabalhos de grupo, com apresentação escrita e oral. Nas disciplinas de *Inglês e Francês* foram solicitadas às alunas a realização de diversas actividades de forma a colmatar as deficiências na aquisição e compreensão de conhecimentos destas duas disciplinas.

As professoras [nome] e [nome] não estiveram presentes neste conselho de turma em virtude de se encontrarem numa reunião de Cursos Profissionais de Ensino Secundário.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por terminada a reunião da qual se lavrou a presente acta e que vai ser assinada nos termos da lei.

## 2.6. Outros assuntos.

**Desenvolvimento:**

1.1 Em cumprimento do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, os professores signatários apresentaram as propostas de avaliação referente a cada aluno, procedendo-se à **atribuição de classificações de acordo com os critérios de avaliação das disciplinas**, aprovadas em Conselho Pedagógico.

1.2 Análise dos alunos com NEB e alunos estrangeiros. Nada a registar.

1.3 Foi analisado o **aproveitamento** da turma e das **classificações** nos documentos de avaliação em vigor. O **balanço** realizado é o seguinte:

Número total de alunos avaliados em **três ou mais** disciplinas: 15 (quinze)

- Número de alunos **sem** negativas: 11 (onze)
- Número de alunos com **uma** ou **duas** negativas(\*): 2 (dois)
- Número de alunos com **três** ou **mais** negativas(\*): 2 (dois)
- Número de alunos **admitidos/não admitidos a exame** [preencher a tabela].

Disciplinas	N.º de alunos admitidos a exame	N.º de alunos não admitidos a exame
-----	-----	-----
-----	-----	-----
-----	-----	-----

(\*) Inclui anulações de matrícula e/ou exclusão por faltas.

**Aproveitamento global da turma:**

Muito Bom ☐

Bom ☐

Satisfatório ☒

Não satisfatório ☐

Mau ☐

A encarregada de educação da aluna número dois, foi pessoalmente informada, em reunião de Encarregados de Educação realizada em Abril do corrente ano, acerca do aproveitamento da sua educanda. Foi igualmente informada acerca das dificuldades que a teria de superar bem como do cumprimento das actividades solicitadas pelos diversos professores para atingir o nível de aproveitamento satisfatório. A encarregada de educação da aluna referiu, por sua vez, que não estava interessada que a aluna fosse transferida para uma outra área dentro destes Cursos e que iria apelar à aluna para um cumprimento integral das actividades solicitadas pelos professores das diversas disciplinas. Neste conselho de turma, na componente técnica, na disciplina de *Acompanhamento em Creche e Jardim de Infância*, a professora Cristina Ferreira comunicou que a aluna fez um esforço muito grande, mas muito inconstante com um percurso irregular. A *Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais* aconteceu exactamente o mesmo, ou seja, nos dois períodos anteriores não trabalhou, tendo-se apenas empenhado neste período final. A classificação final de nove valores, nesta última disciplina, é muito favorável, pois não reflecte o real trabalho que desenvolveu ao longo de todo o ano lectivo. A aluna revela uma atitude de desinteresse e pouco empenho. Tem alguma dificuldade de se integrar num grupo de trabalho, sendo foco de conflito, não cumprindo os prazos estipulados para cumprimento de tarefas propostas. Na disciplina de *Sociologia* só tirou avaliação positiva na ficha de recuperação. Só no final do ano é que trabalhou um pouco. Foi solicitado um trabalho de recuperação, mas a mesma não manifestou interesse pois alegou que não teria problemas com a sua transição para o segundo ano deste curso. O conselho de turma considerando que



tratando-se de um curso de educação e formação, apesar de não ter alcançado as competências necessárias no âmbito da disciplina de *Acompanhamento em Creche e Jardim de Infância*, decidiu votar a alteração da classificação desta disciplina dando a possibilidade à aluna de continuar o segundo ano deste curso.

A encarregada de educação da aluna número quatro, \_\_\_\_\_, foi informada via SMS e por carta sobre o aproveitamento escolar e a assiduidade da aluna. No entanto a encarregada de educação nunca compareceu na Escola nem contactou a Directora de Turma, apesar de ter sido solicitada a sua comparência na Escola. Foi analisado o caso da aluna e não se viram resultados de trabalho tendo o conselho de turma decidido não possibilitar a frequência do segundo ano de formação deste curso. A aluna não se esforçou minimamente, tendo sido durante o ano foco de várias situações de conflito, sendo as chegadas atrasadas às aulas uma constante.

A encarregada de educação da aluna número onze, \_\_\_\_\_, teve conhecimento, ao longo do ano lectivo, do aproveitamento escolar e da assiduidade da aluna. Estes contactos foram estabelecidos quer pessoalmente, com a Directora de Turma, quer telefonicamente e via SMS. A aluna revelou um grande défice em muitas disciplinas, tendo-se verificado que a mesma não possui condições de frequentar o segundo ano deste curso. A própria aluna já teria manifestado o desejo de integrar uma outra área de formação.

A encarregada de educação da aluna número treze, \_\_\_\_\_, foi informada pessoalmente, via SMS e por carta sobre o aproveitamento escolar e a assiduidade da aluna. A encarregada de educação foi ainda solicitada a justificar várias faltas de presença da aluna, mas tal não foi cumprido. De acordo com as professoras \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ a aluna tem na formação técnica um bom relacionamento com as crianças, sendo afectuosa e atenta, o que foi vivenciado em estágio, no final do ano lectivo anterior, nas valências de Creche e Jardim de Infância. O conselho de turma considerando que tratando-se de um curso de educação e formação, apesar da aluna não ter alcançado as competências necessárias no âmbito da disciplina de *Sociologia*, decidiu votar a alteração da classificação dando a possibilidade de continuar o segundo ano deste curso. Devido a ter ultrapassado o limite de faltas nas disciplinas de Psicologia e Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais a aluna irá cumprir três dias de actividades no Centro de Recursos Educativos da escola ou irá acompanhar a integração de alunos do quinto ano de escolaridade na nossa escola.

#### 1.4 Comportamento global da turma:

Muito Bom ☐ Bom ☒ Satisfatório ☐ Não satisfatório ☐ Mau ☐

#### 1.5 Assiduidade

A aluna número oito, \_\_\_\_\_, ultrapassou o limite de faltas a todas as disciplinas, excepto a Língua Estrangeira II, Tecnologias da Informação e Comunicação e, Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho por motivos de saúde, realização de exames médicos, idas a consultas médicas e internamento hospitalar. Todas as faltas da aluna estão devidamente justificadas. Para compensar estas faltas e o cumprimento dos objectivos de formação, a aluna apresentou trabalhos escritos e orais nessas disciplinas. A aluna número nove, \_\_\_\_\_, por ter ultrapassado o limite de faltas a Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais, irá exercer trabalho de recuperação no Centro de Recursos Educativos da escola durante dois dias. A aluna número quinze, \_\_\_\_\_, ultrapassou o limite de faltas, devido a questões de saúde e instabilidade familiar, nas disciplinas de Língua Estrangeira II, Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais e Acompanhamento em Creche e Jardim de Infância. Como tal, irá exercer três dias de actividades de superação no Centro de Recursos Educativos da escola. A aluna número treze, \_\_\_\_\_,

devido a ter ultrapassado o limite de faltas na disciplina de Psicologia e Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais, irá cumprir três dias de actividades no Centro de Recursos Educativos da escola ou irá acompanhar a integração de alunos do quinto ano de escolaridade na nossa escola.

## 2. Outros assuntos.

- 2.1. Nada a registar.
- 2.2. O conselho de turma votou a alteração da classificação da disciplina de *Acompanhamento em Creche e Jardim de Infância* para dez valores possibilitando à aluna número dois, a transição para o segundo ano. O conselho de turma votou a alteração da classificação de *Sociologia* para dez valores possibilitando à aluna número treze, a transição para o segundo ano do curso de formação.
- 2.3. De seguida, foi focado o Plano Anual de Actividades, tendo os docentes declarado que todas as actividades realizadas durante este ano lectivo decorreram de acordo como o planeado, e atingiram os objectivos para os quais tinham sido concebidas. A professora informou que esta turma foi contemplada com oito sessões da "Escola Criativa" de duas horas entre os meses de Outubro de dois mil e sete e Maio de dois mil e oito, no Centro Cultural de às quartas-feiras à tarde. Quem acompanhará será a professora . A professora gostaria de acompanhar algumas destas sessões no âmbito da disciplina de Português.
- 2.4. A professora optou por leccionar neste ano lectivo os conteúdos previstos para os dois anos lectivos das disciplinas de *Cidadania e Sociedade e Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho*. Assim, na disciplina de *Cidadania e Sociedade* foram leccionadas trinta aulas em vez das catorze inicialmente estipuladas para este ano lectivo. Na disciplina de *Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho* foram leccionadas quarenta aulas em vez das vinte previstas. O professor leccionou vinte e oito aulas, em vez das catorze inicialmente previstas, na disciplina de *Tecnologias da Informação e Comunicação*, tendo, deste modo, leccionado já os conteúdos previstos para os dois anos desta disciplina. Face a esta declaração, os professores de Educação Física, Inglês, Sociologia e Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais sugeriram que as horas desocupadas pelas disciplinas supracitadas, fossem distribuídas por estas disciplinas. Nas disciplinas de Português e Psicologia foram leccionadas cento e quarenta e três aulas em vez de cento e vinte e oito. Nas disciplinas de Inglês e Sociologia foram leccionadas sessenta e sete aulas em vez de sessenta e quatro aulas. Na disciplina de Educação Física foram leccionadas sessenta e seis aulas em vez de sessenta. Na disciplina de Acompanhamento em Actividades de Tempos Livres foram leccionadas duzentas e vinte e cinco aulas em vez de duzentas e vinte e uma. Na disciplina de Acompanhamento de Crianças foram leccionadas cento e noventa e cinco aulas em vez de cento e noventa. Na disciplina de Acompanhamento em Creche e Jardim de Infância foram leccionadas duzentas e trinta e três aulas em vez de duzentas e trinta aulas. Finalmente, na disciplina de Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais foram leccionadas cento e oitenta e duas aulas em vez de cento e oitenta e uma. Todos os docentes declararam que cumpriram integralmente os conteúdos programáticos que estavam previstos para este ano lectivo.
- 2.5. A aluna número dezoito, , foi proposta para o Quadro de Valores e Excelência por ter obtido a média de classificação de dezasseis valores. Acresce ainda, o facto da aluna revelar uma atitude e empenho exemplares.

- 2.6. Foi elogiada a participação e disponibilidade da Encarregada de educação da aluna número dezasseis, na actividade de projecto de pais que decorreu ao longo do ano lectivo na escola, tendo terminado no dia vinte e seis de Junho com uma sessão na Direcção Geral de Educação de Lisboa.

Nada mais havendo a tratar foi lida e aprovada a acta, dando-se por terminada a reunião.

**Acta de Reunião de Avaliação****Ensino Secundário**

3.º Período

2006/07

A presente acta é composta por cinco folhas, numeradas e rubricadas pelo Director de Turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O(A) Director(a) de Turma

O(A) Secretário(a)

R.V. O Pres. Conselho Executivo

Visto em 02/07/07

Aos vinte e sete dias do mês de Junho do ano de dois mil e sete, pelas dezasseis horas e trinta minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sobre a presidência da professora Leonor Penim.

DISCIPLINAS	CLASSIFICAÇÕES					AULAS		NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
	0 a 4	5 a 9	10 a 13	14 a 17	18 a 20	P	D		
Português	-	3	40	2	-	128	143		
Inglês I	-	-	12	3	-	64	67		
Tecnologias Inf. Com.	-	-	8	7	-	28	28		
Cidadania e Sociedade	-	-	8	7	-	28	30		
H.S.S.T.	-	-	11	4	-	40	40		
Educação Física	-	-	9	6	-	60	66		
Sociologia	-	2	11	2	-	64	67		
Psicologia	-	2	11	2	-	128	143		
Francês II	-	-	13	1	1	64	64		
Acomp. A. T. L.	-	-	4	11	-	221	225		
Acomp. Crianças	-	2	8	5	-	190	195		
Acomp. C. 1. Infância	-	2	7	6	-	230	233		
Acomp. C. N. E. E.	-	4	8	2	1	181	182		
S. P. O.	-	-	-	-	-	-	-		

NOTA: Tratar todos os espaços em branco e marcar firm no lugar da "rubrica" aos professores assentes.

**Ordem de Trabalhos:****Ponto um:** Análise e avaliação do Projecto Curricular de Turma:

- 1.1 Atribuição das classificações aos alunos;
- 1.2 Análise do cumprimento dos Planos Educativos Individuais dos alunos com NEE e dos Planos Individuais dos alunos estrangeiros;
- 1.3 Análise do aproveitamento (referir o nível de sucesso/insucesso e sua justificação);
- 1.4 Análise do comportamento (referir o comportamento geral; alunos com participações disciplinares, medidas tomadas, etc.);
- 1.5 Análise da assiduidade (Indicar número e nome dos alunos que revelaram fraca assiduidade; número e nome dos alunos que excederam o limite de faltas - exclusão por faltas a todas as disciplinas).

**Ponto dois:** Outros assuntos

- 2.1. Anulações de matrícula (indicar o nome do(s) aluno(s), o número e a(s) disciplina(s)).
- 2.2. Votações, declarações de voto, deliberações do C. Turma e /ou restantes assuntos relevantes.
- 2.3. Balanço das actividades desenvolvidas de acordo com o PCT.
- 2.4. Balanço dos conteúdos disciplinares.
- 2.5. Proposta de alunos para o Quadro de Valores e Excecência.

**-Anexo 8 – Actas de reuniões de Conselho de Turma do Curso  
de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**



# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

## Acta de Reunião de Avaliação

### Ensino Secundário Cursos Tipo 5

200.6/027

1º Período

.....º Ano

Turma .....

Aos Onze dias do mês de Setembro do ano de dois mil e seis, pelas nove horas e dez minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sobre a presidência do(a) professor(a) \_\_\_\_\_

DISCIPLINAS	Nome do Professor	RUBRICA
Português		
Língua Estrangeira		
Ciências Sociais e Soci.		
TIC		
HSST		
Educação Física		
Matemática		
Física - Química		
Práticas de Electr.		
INRSP		
HRCEE		
CCME		
Técnicas de Org. Emp.		

NOTA: Tratar todos os espaços em branco e marcar falta no lugar de "rubrica" aos professores ausentes.

#### Ordem de Trabalhos:

Ponto um: Organização e funcionamento dos cursos tipo 5;

Ponto dois: Planificação das actividades da turma.

Ponto três: Outros assuntos.

#### Desenvolvimento:

— Relativamente ao ponto um, a professora língua-presidente do Conselho Executivo, entregou ao Coordenador de Curso, professor \_\_\_\_\_, o guia orientador das procedimentes a adoptar, nas curras de Educação e Formação - Tipo 3 e 5 / Cursos Profissionais, para a compensação de aulas por falta do professor, salientando os respectivos deveres do docente que tenha faltado a totalidade ou a parte dos segmentos lectivos.

— Em relação ao ponto dois, o Conselho de Turma considera ser mais oportuno, apresentar as planificações das actividades da turma, após conclusão das planificações programáticas das respectivas disciplinas curriculares.

—No que concerne ao ponto três, a professora de Português,  
\_\_\_\_\_, está a estudar qual a melhor obra de Eça  
para apresentar à turma, e decide com o perfil dos alunos  
que integram o grupo em questão.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**Acta de Reunião Intercalar**

**Ensino Secundário**

1.º Período

.....º Ano

Turma ... ..

200 6 / 07

A presente acta é composta por duas folhas, numeradas e rubricadas pelo director de turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O Director de Turma

O Secretário

PA O Pres. Conselho Executivo

Visto em 15/12/06

Aos catze dias do mês de Novembro do ano de dois mil e seis, pelas dezasseis horas da minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sob a presidência do(a) professor(a) \_\_\_\_\_.

DISCIPLINAS	NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
CEME		
Cid. Soc		
E.F		
EQ		
HSST		
THRSP		
JNG		
MAT. APL		
MRCE		
PORT		
PR- ELEC		
TIC		
TDE		
SPO		

**NOTA:** Trancar todos os espaços em branco e manter falta no lugar da "rubrica" aos professores absentes.

**Ordem de Trabalhos da reunião:**

1. Definição do perfil da turma;
2. Estratégias de actuação, metodologia de trabalho e critérios de avaliação;
3. Plano de trabalho de turma;
4. Outros assuntos;

Dando cumprimento ao ponto um, o Director de Turma fez uma breve caracterização da mesma, salientando que a de idades dos alunos é de dezoito anos, sendo sete os próprios Encarregado de Educação. Na sua maioria, os alunos pretendem terminar o 12º ano. Seguidamente os professores apresentaram os primeiros dados relativos ao comportamento e aproveitamento, após o que se concluiu que a turma revela-se globalmente pouco trabalhadora e por vezes agitada, destacando-se, quanto ao primeiro aspecto, o aluno \_\_\_\_\_, número onze, que não cumpre as tarefas da aula, entregando inclusivamente testes e trabalhos praticamente em branco. Relativamente ao comportamento, têm sido os alunos \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, números dois e cinco respectivamente, os mais destabilizadores. -----

Passando ao segundo ponto, o Director de Turma lembrou que os critérios de avaliação para os Cursos de Educação e Formação são os seguintes: para as componentes sócio-cultural e científica, o domínio do "saber fazer" tem um peso de cento e quarenta pontos e o "saber estar" de sessenta pontos; para a componente tecnológica o domínio do "saber fazer" tem um peso de cento e noventa pontos (distribuídos por testes: cem pontos, e trabalhos e relatórios: noventa pontos), e o do "saber estar" dez pontos. Cada disciplina distribuiu estes pesos de acordo com o estabelecido em cada departamento e conforme consta nos anexos aos contratos de aprendizagem. -----

Dadas as características da turma e face aos primeiros dados recolhidos, a avaliação incidirá sobretudo no trabalho da aula. -----

Relativamente ao ponto três, os professores entregarão ao Director de Turma os respectivos planos para elaboração do Plano de Trabalho conjunto. -----

Finalmente, e concretizando o último ponto da ordem de trabalhos, o Director de Turma informou os presentes que o aluno número catorze, \_\_\_\_\_, anulou a matrícula no passado dia quatro de Outubro. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente acta, que será assinada nos termos da lei. -----

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

## Acta de Reunião de Avaliação

## Ensino Secundário

2006/07

1.º Período

1.º Ano

Turma \_\_\_\_\_

A presente acta é composta por duas folhas, numeradas e rubricadas pelo director de turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O Director de Turma

O Secretário

R<sup>o</sup> O Pres. Conselho Executivo

Visto em 15/01/07

Aos doze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e seis, pelas oito horas quinta minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sobre a presidência do(a) professor(a) \_\_\_\_\_.

DISCIPLINAS	CLASSIFICAÇÕES					AULAS		NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
	0	5	10	14	18	P	D		
	4	9	13	17	20				
LE- Inglês	-	2	9	1	-	22	22		
H.S.S.T	-	3	6	1	-	12	10		
Educação Física	-	1	9	2	-	12	11		
Cid. Soc.	-	-	3	9	-	12	11		
Português	-	5	6	1	-	50	46		
TIC	-	-	7	5	-	12	12		
Físico-Química	-	4	6	2	-	26	26		
Mat. Aplic.	-	5	5	2	-	52	48		
TOE	-	4	6	2	-	26	22		
Dr. Elect.	-	4	7	1	-	82	79		
M.R.C.E.	-	4	2	6	-	87	76		
ENR.S.P.	-	5	5	2	-	54	49		
C.E.N.E.	-	6	3	3	-	74	67		
S.P.O.	-	-	-	-	-	-	-		

NOTA: Trancar todos os espaços em branco e trancar falta no lugar da "rubrica" aos professores ausentes.

## Ordem de Trabalhos:

Ponto um: Análise e avaliação do Projecto Curricular de Turma:

- 1.1 Atribuição das classificações aos alunos;
- 1.2 Análise do aproveitamento e do comportamento;

Ponto dois: Outros assuntos;

- 2.1. Balanço da realização das visitas de estudo incluídas no Plano de actividades da turma;
- 2.2. Organização das actividades / visitas de estudo para o próximo período lectivo;
- 2.3. Casos especiais de avaliação e de comportamento e estratégias de actuação.

Em cumprimento da ordem de trabalhos no que se refere ao ponto um  
 - Procedeu-se á atribuição das respectivas classificações aos alunos;--  
 O Conselho de Turma considerou que em termos gerais o aproveitamento e o comportamento da turma é satisfatório;-----  
 Em relação ao ponto dois, no que respeita a visitas de estudo, estas não se efectuaram no decorrer do primeiro período. Para o segundo período, a professora da disciplina de português, está a prever realizar uma visita de estudo ao teatro sobre a temática queirosiana.-----  
 Os professores da área técnica têm previsto a realização de duas visitas de estudo ( À central Termoelétrica de Sines e à barragem do Alqueva ) relacionadas com os sistemas de automação e controlo do processo de produção/transporte de energia eléctrica.-----  
 No que concerne aos casos especiais de avaliação e de comportamento referem-se os seguintes:-----  
 O aluno (3), necessita de maior empenhamento na área técnica bem como na disciplina de Físico-Química.-----  
 O aluno (7), revela dificuldades aprendizagem na maioria das disciplinas necessitando de se esforçar significativamente para atingir os objectivos mínimos.-----  
 O aluno (9), embora seja empenhado necessita de se esforçar para ultrapassar as dificuldades.-----  
 Os alunos (2) e (12), manifestam em geral desinteresse pelas actividades desenvolvidas nas aulas, mantendo-se sistematicamente distraídos e dialogando entre si, perturbando o bom funcionamento das aulas. Salienta-se que, até à presente data revelam notória desadequação ao perfil do curso que frequentam.-----  
 O Conselho de Turma propõe como estratégias de remediação a diversificação das actividades no processo de ensino aprendizagem, no contexto da sala de aula.-----  
 O aluno (8), anulou a matrícula em dezassete de Novembro de dois mil e seis.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Acta de Reunião Intercalar

Ensino Secundário

2.º Período

.....º Ano

Turma, ....

2006/2007

A presente acta é composta por duas folhas, numeradas e rubricadas pelo director de turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O Director de Turma

O Secretário

2007 O Pres. Conselho Executivo

Visto em 16/02/07

Aos trinta dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e setenta e sete, pelas dezoito horas e trinta minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sob a presidência do(a) professor(a) .....

DISCIPLINAS	NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
CEME		
Cid. Soc.		
Ed. Física		
Física-Química		
M.S.T.		
EMRP		
Inglês		
Mat. Aplicada		
MRCE		
Português		
Prat. Electr.		
TIC		
TAE		
SPO		

NOTA: Trancar todos os espaços em branco e marcar falta no lugar da "rubrica" aos professores ausentes.

Ordem de Trabalhos da reunião:

1. Informações
2. Plano de Trabalho de Turma
3. Gestões urgentes

Em cumprimento da ordem de trabalhos no que se refere ao ponto um, o Director de turma comunicou as seguintes informações:

Compareceram à reunião de encarregados de educação os pais/encarregados de educação dos seguintes alunos: ..... (Nº1), ..... (Nº6), ..... (Nº7) e ..... (Nº9), aos quais transmitiu as considerações resultantes do Conselho de turma relativamente ao aproveitamento e comportamento dos respectivos educandos.

Face aos casos mais problemáticos ..... (Nº2) e ..... (Nº11), o Director de turma convocou telefonicamente os respectivos pais/encarregados de educação no sentido de os informar sobre a falta de aproveitamento, fraco empenhamento e desadequação dos educandos ao perfil do curso que frequentam, bem assim de solicitarem aconselhamento junto do Serviço de Psicologia e Orientação Escolar. No que respeita ao ponto dois, o Conselho de turma considerou que na generalidade das disciplinas a turma mantém-se pouco empenhada participando apenas nas actividades propostas para a sala de aula.

Continuam a destacar-se pela negativa os alunos ..... (Nº2) e ..... (Nº11) devido ao fraco aproveitamento e empenhamento. O aluno ..... (Nº5) não trabalha nas disciplinas de Português e Físico-Químicas. Salienta-se pela positiva, na disciplina de Inglês o aluno ..... (Nº3) pelo conhecimento e participação nas aulas.

Perante as dificuldades manifestadas pela generalidade dos alunos no domínio cognitivo e falta de concentração o Conselho de turma decidiu adoptar como estratégia de remediação, além da diversificação das actividades a realizar, a diminuição do grau de complexidade das mesmas, por forma a melhorar o empenhamento dos alunos.

Relativamente ao ponto três, a professora da disciplina de Matemática está a planificar uma visita de estudo ao Museu Ciência Viva (Parque das Nações) à Exposição Interactiva de Matemática, a realizar durante o segundo período, sendo acompanhada pelo professor de Educação Física .....

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CT do, de 6/3/07  
Fls. 1/2

Acta de Reunião Intercalar  
Ensino Secundário

2.º Período

.....º Ano

Turma .....

2006/07

A presente acta é composta por duas folhas, numeradas e rubricadas pelo director de turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O Director de Turma

O Secretário

Rel O Pres. Conselho Executivo

Visto em 17/04/07

Aos sete dias do mês de Março do ano de dois mil e sete, pelas dezessete horas e quinze minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sob a presidência do(a) professor(a)

DISCIPLINAS	NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
C.E.M.G.		
Cid. Soc.		
Ed. Física		
Física-Química		
HSST		
IMRSP		
Inglês		
Mat. Aplicada		
M.R.C.C.		
Português		
Ps. Electr.		
TIC		
TOE		
SPO		

NOTA: Rubricar todos os espaços em branco e marcar falta no lugar da "rubrica" aos professores absentes.

Ordem de Trabalhos da reunião:

1. Informações
2. Plano de Trabalho de Turma
3. Outros assuntos

Em cumprimento da ordem de trabalhos no que se refere ao ponto um, o Director de Turma informou o Conselho de Turma da reunião ocorrida com os pais/encarregados de educação afim de dar conhecimento das avaliações intercalares, estiveram presentes os encarregados de educação dos alunos (1);

(6); (7); (12).

Em relação ao ponto dois, o Conselho de turma mantém a opinião que na generalidade das disciplinas a turma é pouco empenhada, tendo os respectivos professores feito as seguintes considerações:

Disciplina de Português- Revelam fraco empenhamento/aproveitamento os alunos (2);

(11) e (5); o aluno (3) é distraído e pouco empenhado tendo baixado de rendimento.

Disciplina de Físico-Química- Manifestam desmotivação os alunos (2); (3);

(5); (6) e (11).

Disciplina de Inglês- Revelam dificuldades os alunos (2); (6);

(7); (11) e (12).

Disciplina de Matemática- Os alunos (1) e (2) revelam atitudes inadequadas no contexto da sala de aula.

Disciplina de Educação Física- O aluno (5) nem sempre cumpre as actividades da aula o que se irá reflectir no respectivo aproveitamento.

Disciplina de H.S.S.T.- O aluno (5) baixou de rendimento, tendo de se aplicar.

Práticas de Electrotecnia- Manifestam falta de empenhamento/aproveitamento os alunos (2);

(11); o aluno (5) baixou significativamente o seu rendimento.

Disciplinas de C.B.M.E/M.R.C.E.E - Além dos problemáticos (2) e (11),

revelam dificuldades os alunos (3); (7). Os alunos (1);

(5); (10); (13); baixaram substancialmente de rendimento sendo necessário maior empenhamento.

Saíam-se pela negativa na generalidade das disciplinas os alunos (2) e (11) devido à inexistência de empenhamento.

Relativamente ao ponto três a Dr.ª do Serviço de Psicologia e Orientação informou que reuniu com o aluno (11) e sua progenitora no sentido de encontrarem alternativas escolares

para o aluno. A mãe do referido aluno mencionou que o filho não pretende concluir o 12º Ano, contudo solicitou a permissão da frequência do aluno até final do ano lectivo, no sentido de permitir a procura de alternativas escolares ou a transição para a vida activa.

Os professores da área técnica informaram que a visita de estudo à Barragem do Alqueva está calendarizada para o dia 11 de Abril de 2007.

A reunião de avaliação do segundo período realizar-se-á no dia 20 de Março de 2007 pelas dezassete horas.



CT do: 2 de 20/03/07 Fls. 1/2

# Acta de Reunião de Avaliação

## Ensino Secundário

Edo 6/07

2º Período

\_\_\_\_º Ano

Turno: \_\_\_\_\_

A presente acta é composta por duas folhas, numeradas e rubricadas pelo director de turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada

O Director de Turma

O Secretário

20 O Pres. Conselho Executivo

Visto em 04/04/07

Ans vinte dias do mês de Março do ano de dois mil e sete, pelas doze horas \_\_\_\_\_ minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sob a presidência do(a) professor(a) \_\_\_\_\_

DISCIPLINAS	CLASSIFICAÇÕES					AULAS		NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
	0	5	10	14	18	P	D		
	a	a	a	a	a				
	4	9	13	17	20				
CEME	-	2	10	-	-	66	65		
Cid. Soc.	-	-	3	9	-	12	12		
Ed. Física	-	-	8	4	-	24	24		
Física/Galileu	2	1	8	1	-	20	20		
HSST	-	3	8	-	1	11	11		
IMRSP	-	3	8	1	-	58	58		
L. Ep. Inglês	-	3	8	1	-	24	24		
Mat. Apl.	-	3	7	2	-	40	40		
MRCGE	-	4	6	2	-	74	74		
Português	-	3	9	-	-	44	40		
Prat. Elet.	2	2	6	2	-	81	81		
TIC	-	-	7	5	-	11	11		
TOE	-	3	9	-	-	18	18		
Spo	-	-	-	-	-	-	-		

NOTA: Transcrever todos os espaços em branco e marcar falta no lugar da "rubrica" dos professores adidos.

## Ordem de Trabalhos:

Ponto um- Avaliação: atribuição das classificações, análise do aproveitamento e comportamento;

Ponto dois: Casos individuais de alunos com dificuldades de acompanhamento do curso;

Ponto três: Outros assuntos

Em cumprimento da ordem de trabalhos, no que se refere ao ponto um, procedeu-se à atribuição das respectivas classificações aos alunos. O Conselho de turma considerou que em termos gerais o aproveitamento e comportamento da turma são satisfatórios.

Na disciplina de Português registou-se uma melhoria geral no aproveitamento excepto o aluno (nº5) que baixou significativamente.

O aluno (nº2), salienta-se pela negativa em termos comportamentais, manifestando em algumas disciplinas atitudes inadequadas ao contexto da sala de aula.

Em relação ao ponto dois, os alunos (nº2) e (nº11), continuam a revelar notória falta de desempenho/desinteresse na generalidade das disciplinas/curso.

Os alunos (nº3), (nº5) e (nº7), revelam dificuldades em algumas disciplinas devido à falta de concentração/empenhamento.

Relativamente ao ponto três, a professora de Matemática teve de transferir para o terceiro período, a visita de estudo ao parque de Ciência Viva, dado que a Câmara Municipal de não disponibilizou o autocarro na data prevista, no segundo período.

O aluno (nº2) atingiu o limite de faltas na disciplina de Cidadania e Sociedade e ultrapassou metade do limite de faltas nas disciplinas de Técnicas de Organização Empresarial ( TOE ), Instalação, Manutenção e Reparação de Suportes Pluritecnológicos ( IMRSP ), Físico-Química, Práticas de Electrotécnia, Construção e Ensaio de Módulos Electrónicos ( CEME ).

O aluno (nº4), atingiu o limite de faltas na disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação ( TIC ), bem como metade do limite de faltas nas disciplinas de Cidadania e Sociedade, Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho ( H SST ), Construção e Ensaio de Módulos Electrónicos ( CEME ), Instalação, Manutenção e Reparação de Suportes Pluritecnológicos ( IMRSP ), Manutenção e Reparação de Circuitos Eléctricos e Electrónicos ( MRCEE ) e Práticas de Electrotécnia.

O aluno (nº5), ultrapassou metade do limite de faltas nas disciplinas de Português, Técnicas de Organização Empresarial ( TOE ), Instalação, Manutenção e Reparação de Suportes Pluritecnológicos ( IMRSP ) e Práticas de Electrotécnia.

O aluno (nº10) atingiu metade do limite de faltas nas disciplinas de Português, Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho ( H SST ), Técnicas de Organização Empresarial ( TOE ) e Instalação, Manutenção e Reparação de Suportes Pluritecnológicos ( IMRSP ).

**Acta de Reunião de Avaliação**  
**Ensino Secundário**

3.º Período  
"Ane  
Turma:  
2006/07

A presente acta é composta por: dois folhas, numeradas e rubricadas pelo Director da Turma e pelo secretário da reunião após ter sido devidamente lida e aprovada.

O(A) Director(s) da Turma

O(A) Secretário(s)

Re O Pres. Conselho Executivo

Visto em 07/07/07

Às vinte e sete dias do mês de Junho do ano de dois mil e sete, pelas doze horas trinta minutos, reuniu o Conselho de Turma acima indicado, sobre a presidência do(a) professor(a) \_\_\_\_\_

DISCIPLINAS	CLASSIFICAÇÕES						AULAS		NOME DO PROFESSOR	RUBRICA
	0-4	5-9	10-13	14-17	18-20		P	D		
<u>Português</u>	-	1	9	-	-		40	40		
<u>L. E. Inglês</u>	1	-	8	1	-		22	22		
<u>Mat. Apl.</u>	-	1	8	1	-		42	42		
<u>Educação Física</u>	-	-	1	8	1		20	20		
<u>Quím. Gen.</u>	-	-	8	2	-		5	5		
<u>IMASP</u>	-	1	8	1	-		46	46		
<u>HIST</u>	-	1	7	2	-		18	18		
<u>FA</u>	-	-	4	6	-		5	5		
<u>TOE</u>	-	1	8	1	-		21	21		
<u>Física-Geral</u>	1	-	8	1	-		20	20		
<u>CEHE</u>	-	1	7	2	-		58	58		
<u>NRCEE</u>	-	1	7	2	-		72	72		
<u>Prática Educ.</u>	1	-	8	1	-		65	66		
<u>SPO</u>	-	-	-	-	-		-	-		

NOTA: Trancar todas as páginas em branco e marcar bem no lugar de "rubrica" os professores ausentes.

### Ordem de Trabalhos:

Ponto um: Análise e avaliação do Projecto Curricular de Turma:

- 1.1 Atribuição das classificações aos alunos;
- 1.2 Análise do aproveitamento (preferir o nível de sucesso/insucesso e sua justificação);
- 1.3 Análise do comportamento (preferir o comportamento geral; alunos com participações disciplinares, medidas tomadas, etc.);
- 1.4 Análise da assiduidade (Indicar número e nome dos alunos que revelaram fraca assiduidade; número e nome dos alunos que excederam o limite de faltas - exclusão por faltas a todas as disciplinas).

Ponto dois: Outros assuntos

- 2.1 Anulações de matrícula (indicar o nome do(s) aluno(s), o número e a(s) disciplina(s));
- 2.2 Votações, declarações de voto, deliberações do C. Turma e/ou restantes assuntos relevantes;
- 2.3 Balanço das actividades desenvolvidas de acordo com o PCT;
- 2.4 Balanço dos conteúdos disciplinares.

**Desenvolvimento:**

1.1 Em cumprimento do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, os professores signatários apresentaram as propostas de avaliação referente a cada aluno, procedendo-se à **atribuição de classificações de acordo com os critérios de avaliação das disciplinas**, aprovadas em Conselho Pedagógico.

1.2 Foi analisado o **aproveitamento** da turma e das **classificações** nos documentos de avaliação em vigor. O **balanço** realizado é o seguinte:

Número total de alunos avaliados em **três ou mais** disciplinas: Dez

- Número de alunos **sem** negativas: Nove
- Número de alunos com **uma** ou **duas** negativas(\*): Zero
- Número de alunos com **três** ou **mais** negativas(\*): Um
- Número de alunos **admitidos/não admitidos a exame** [preencher a tabela].

Disciplinas	N.º de alunos admitidos a exame	N.º de alunos não admitidos a exame

(\*) Inclui anulações de matrícula e/ou exclusão por faltas.

**Aproveitamento global da turma:**

Muito Bom ☐ Bom ☐ Satisfatório ☒ Não satisfatório ☐ Mau ☐

[Inserir aqui o texto referido nível de sucesso/insucesso – disciplinas com insucesso superior a 50 % e sua justificação]

**1.3 Comportamento global da turma:**

Muito Bom ☐ Bom ☐ Satisfatório ☒ Não satisfatório ☐ Mau ☐

Não existem participações disciplinares a considerar

**1.4 Assiduidade**

Revelara falta assiduidade em algumas disciplinas os seguintes alunos: Augusto Silva (1); Fábio Martins (4); Pedro Costa (10).

**2. Outros assuntos.**

2.1. Anularam a matrícula os alunos, (2) e (5)

2.2. \_\_\_\_\_

2.3. As actividades desenvolvidas de acordo com o PCT, atingiram os objectivos propostos nas diversas disciplinas.

2.4. Foram cumpridos os conteúdos programáticos em todas as disciplinas, após simplificação dos mesmos, no decurso do primeiro período, por forma a melhor se adequarem ao perfil dos alunos.

Nada mais havendo a tratar foi lida e aprovada a acta, dando-se por terminada a reunião.

## **Anexo III**

## **-Anexo 9 – Relatório de observação naturalista de sala de aula – CEF Auxiliar de Acção Educativa nº.1**

### **Observação naturalista de sala de aula da disciplina de ATL do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa**

**12 / 3 / 2007**

Observou-se uma aula prática da disciplina de ATL, em que as alunas se encontravam a elaborar cenários a serem utilizados durante a semana de actividades extra curriculares de Páscoa.

A professora (...) apresentou o investigador à turma, introduzindo o seu trabalho, explicando às alunas que deverão responder a um questionário, o qual será interpretado e extraídas conclusões.

Foi solicitado às alunas que criassem um nome fictício para identificar a escola, mantendo assim o anonimato.

As alunas ouviram os professores, assumindo um comportamento disciplinado, mobilizando-se para cumprir a tarefa pedida pelo investigador.

Devido à compenetração com que elaboravam os cenários, as alunas pediram à professora que adiassem para a parte da tarde o trabalho de criação do novo da escola.

Observou-se que as alunas funcionavam muito bem em equipa, acatando prontamente todas as indicações dadas pela professora.

O ambiente de trabalho caracterizava-se por ser descontraído, permitindo-se a audição de música ambiente.

As alunas mostravam-se cuidadosas, pois estando a trabalhar com tintas, mantinham-se a elas próprias e à sala de aula limpas, lavando as mãos e os seus utensílios, sempre que necessário.

A sala encontrava-se limpa e arrumada.

Percebeu-se haver uma boa relação entre alunas e professora e entre si, verificando-se uma boa adesão às actividades propostas.

De igual modo observou-se por parte das alunas de um grande sentido de responsabilidade, quando após o toque para o intervalo, a maioria destas ter permanecido na sala de aula a trabalhar.

As tarefas desempenhadas pelas alunas na elaboração dos referidos cenários, variavam entre tarefas de repetição, como por exemplo no preenchimento de grandes superfícies ou criação de texturas, ou tarefas de maior minúcia no desenho de pormenores. Em qualquer caso, as alunas demonstravam concentração e cuidado, não manifestando qualquer sinal de enfado.

## **-Anexo 10 – Relatório de observação naturalista de sala de aula – CEF Auxiliar de Acção Educativa nº.2**

### **Observação naturalista de sala de aula da disciplina de Psicologia do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa**

**15-3-2007**

As alunas encontravam-se na sala e ocupavam os seus lugares habituais. A professora informou a turma que a aula ia ser assistida pelo investigador e que lhes iam ser entregues um conjunto de questionários para responderem, ao que o investigador explicou em que é que estes consistiam.

As alunas responderam ao questionário, pondo ao investigador as suas dúvidas.

Uma aluna informou que a turma escolhera para identificar a escola a designação de Escola Secundária Maria da Luz.

Depois de entregues os questionários respondidos, a aula retomou o seu rumo normal, podendo-se constatar que todas se faziam acompanhar de todos os materiais necessários para a realização das actividades propostas para esta aula, nomeadamente dos seus Dossiês de Estágio.

Pouco antes do final da aula, a professora propôs à turma a realização de um trabalho. As alunas levantaram-se discretamente, agrupando-se conforme tinham previamente combinado, iniciando as tarefas propostas.

As alunas mantiveram até ao final da aula uma atitude disciplinada, apesar de descontraída e divertida.



## **-Anexo 11 – Relatório de observação naturalista de actividade – CEF Auxiliar de Acção Educativa nº.3**

**Observação naturalista de actividade promovida pelas alunas do Curso de Educação e Formação de Auxiliares de Acção Educativa.**

**22-3-2007**

A turma do curso de Auxiliares de Acção Educativa, decidiu organizar uma actividade aberta às escolas de 1º. Ciclo, integrada na semana de actividades de final de segundo período.

Conforme observado em ocasiões anteriores, estas alunas elaboraram todos os cenários e estruturaram o espaço da sala de aula, de forma a receber e distribuir pelas diversas actividades, os alunos visitantes.

O tema escolhido para esta actividade, foi “A vida na quinta”, tendo todo o espaço da sala sido decorado com motivos rurais.

As alunas encontravam-se na sala, tranquilamente mas deixando transparecer alguma ansiedade, esperando os alunos a quem se destinava esta actividade.

As alunas traziam vestido figurinos imitando os animais da quinta, os quais tinham previamente confeccionado.

Pouco tempo depois, acompanhados pelas suas professoras, chegavam os alunos do quarto ano do 1º. Ciclo, tendo sido encaminhados para os respectivos lugares.

Realizou-se inicialmente um pequeno recital de poemas dirigido a todas as crianças, tendo de seguida, sido distribuídas por cinco *ateliêrs*, nos quais participavam rotativamente.

A actividade decorreu conforme o previsto, percebendo-se a existência de um forte espírito de equipa, demonstrando competência e gosto no desempenho desta profissão.

## **-Anexo 12 – Relatório de observação naturalista de Conselho de Turma – CEF Auxiliar de Acção Educativa**

### **Reunião de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa**

**20-3-2007**

Este Conselho de Turma serviu sobretudo para confirmar os níveis de final de período, cumprindo-se os trâmites habituais.

É de referir que se registaram um número bastante elevado de disciplinas com notas inferiores a dez valores. Assim, verificou-se que uma aluna obteve resultado negativo a oito disciplinas, uma aluna a sete, duas alunas a seis disciplinas, uma a cinco, uma aluna a três, duas a duas, três a uma disciplina e somente quatro alunas não registaram nenhuma nota inferior a dez valores. Houve este ano, uma anulação de matrícula efectuada a 29 -11-06.

Os professores manifestaram preocupação pela ocorrência de tal elevado numero de alunas em risco de retenção, pois caso não transitem, não terão a possibilidade de integrar um C.E.F. nesta escola.

Indagando este o porquê deste facto, foi o investigador informado que os conteúdos das várias disciplinas, quer as de componente geral, quer as de componente técnica, são de uma complexidade pouco adequada ao perfil deste tipo de alunos. Para agravar esta situação, verifica-se a inexistência de uma sequência entre os conteúdos leccionados no ano passado e os do corrente ano.

A Directora de Turma afirmou ter contactado, telefónica e via SMS os encarregados de educação para os pôr a par da situação de mau aproveitamento e falta de assiduidade dos seus educandos.

Percebeu-se uma certa demissão por parte dos encarregados de educação, relativamente aos seus deveres.

A agravar a situação, observaram-se casos de desobediência e boicote aos deveres escolares e familiares por parte de algumas alunas.

Alguns professores, tendo a oportunidade de contactar com encarregados de educação, aperceberam-se da existência de maus ambientes familiares e más atitudes destes para

com os seus educandos, pouco propícias ao seu bom desenvolvimento intelectual e emocional.

Constatou-se recentemente, a existência de um grave problema comportamental e relacional entre algumas alunas, nomeadamente entre a delegada e a sub delegada de turma, assumindo lideranças contrárias. O Conselho de Turma entendeu por unanimidade, destituí-las dos cargos que assumiam. Deliberou-se a marcação de uma assembleia de turma, com vista à resolução deste tipo de problemas.

Deduz-se que alguns destes comportamentos desviantes, sejam aprendidos no seio familiar, pelo que já foi referido através da observação de atitudes tidas pelos próprios encarregados de educação.

Os professores queixam-se de falta de cumprimento de prazos na entrega dos trabalhos executados pelas alunas desta turma, bem como falta de métodos de trabalho.

Conclui-se que grande parte das alunas desta turma, ainda não se aperceberam de qual a razão pela qual foram integradas neste curso e qual a filosofia dos Cursos de Educação e Formação.

O professor da disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação, comentou nunca se ter apercebido deste tipo de problemas comportamentais, provavelmente por passar semanalmente pouco tempo com elas.

Contrariando este tipo de atitudes tidas na escola, estas alunas, inseridas em contexto de estágio, tomam uma postura completamente oposta, demonstrando competência e responsabilidade.

Seguidamente caracterizou-se a turma quanto ao seu comportamento e aproveitamento geral, definindo-se estratégias para a mais breve resolução dos seus problemas.

Foi dado um louvor às professoras e alunas que se destacaram na execução dos cenários a utilizar nas actividades extra curriculares de final de período.

Para encerrar a reunião, foi divulgado o programa de actividades para o terceiro período.

## **-Anexo 13 – Relatório de observação naturalista de sala de aula – CEF Técnico de Electrónica nº.1**

**Observação naturalista de sala de aula da disciplina de Língua Portuguesa do  
Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica.**

**15-3-2007**

O Investigador, acompanhado pela professora (...), chegou à sala de aula da disciplina de Língua Portuguesa, onde já decorriam as actividades previstas, neste caso, o visionamento de um vídeo. A professora Fátima interrompeu a aula, tendo sido apresentado o âmbito desta investigação.

O investigador distribuiu pelos alunos presentes os questionários a preencher, os quais os alunos prontamente começaram resolve-lo.

Tocou para a saída, os alunos entregaram os questionários que haviam resolvido e levaram dois exemplares para entregar aos alunos que não se encontravam presentes, para que estes os pudessem responder. Mais tarde estes questionários, já resolvidos, seriam entregues ao Director de Turma.

## **-Anexo 14 – Relatório de observação naturalista de sala de aula – CEF Técnico de Electrónica**

### **Observação naturalista de aula do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

**21-06-2007**

Os alunos chegaram à sala à hora prevista, sentando-se nos seus lugares sem que se verificassem atrasos, interrupções ou outro tipo de perturbações.

A aula era de uma disciplina teórica, da componente técnica, na qual o professor utilizou o método expositivo, auxiliando-se de esquemas representados no quadro de parede.

Os alunos observaram atentamente o professor, passando para os seus cadernos toda a informação transmitida.

O professor solicitou em diversas ocasiões a participação dos alunos questionando-os, os quais prontamente respondiam e discutiam os conceitos leccionados. Percebia-se que a generalidade dos alunos demonstravam interesse pela matéria dada, mantendo-se atentos.

A dada altura o professor teve a necessidade de se ausentar da sala de aula, pelo que os alunos começaram a conversar uns com os outros, em tom baixo. À entrada do professor, os alunos retomaram o ambiente de silêncio, continuando-se a aula.

Após a explicação teórica, o professor propôs a realização de um exercício, o qual foi resolvido no lugar pelos alunos, e posteriormente no quadro, esclarecendo-se dúvidas.

Um dos alunos, sinalizado como estando a passar uma fase de grande desmotivação, manifestava alheamento e desinteresse pela aula, não se fazendo acompanhar pelo material necessário, nomeadamente o caderno diário. O aluno encontrava-se a utilizar indevidamente o telemóvel. O professor, numa altura em que os restantes alunos se

encontravam concentrados na resolução do exercício, trocou tranquilamente algumas impressões com este aluno.

Nota-se a existência de um clima de tolerância e respeito entre alunos e professores, preocupando-se estes últimos com a vida acadêmica e pessoal dos seus alunos.

As matérias dadas eram complexas, muito técnicas, percebendo-se uma grande exigência e nível de dificuldade.

## **-Anexo 15 – Relatório de observação naturalista de Conselho de Turma – CEF Técnico de Electrónica**

### **Observação naturalista de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

**5-6-2007**

As reuniões de Conselho de Turma deste curso ocorrem normalmente de quinze em quinze dias, salvo quando marcado extraordinariamente ou anulado.

Este Conselho de Turma caracteriza-se por ser composto por sete professores, dos quais três do sexo feminino e os restantes do sexo masculino. Aqui as senhoras leccionam as disciplinas humanísticas e científicas, enquanto os homens leccionam as disciplinas da componente técnica.

A reunião de Conselho de Turma iniciou-se com a análise do comportamento de um aluno, suspeitando-se de consumir substâncias ilícitas. O aluno encontra-se desenquadrado do resto do grupo turma, pondo em risco os demais colegas. Observou-se um decréscimo acentuado dos resultados obtidos por este aluno, desde o início do terceiro período.

Os professores dialogaram abertamente sobre este assunto, demonstrando interesse e preocupação pela situação pessoal do aluno.

O Director de Turma informou ter contactado o encarregado de educação, percebendo-se haver diálogo entre a escola e a família.

Os professores referiram a forma como a turma se relaciona com o aluno, descrevendo as interações estabelecidas. Mais uma vez se verifica uma grande preocupação dos docentes pelos seus alunos.

Seguidamente discutiu-se a carga horária de algumas disciplinas, com o intuito de cumprir os seus conteúdos programáticos.

Analisou-se o aproveitamento geral da turma, antevendo-se já o final do ano lectivo.



## Anexo IV

## **-Anexo 16 - Grelha de objectivos da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo**

### **Grelha de Objectivos – Entrevista semi directiva ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz**

VARIÁVEIS	OBJECTIVOS	PERGUNTAS
ESCOLA	- Conhecer os motivos pelos que a escola decidiu abrir os seus Cursos de Educação e Formação.	2.1; 2.2
	- Saber se houve investimento para apetrechar instalações com os equipamentos necessários para o funcionamento dos Cursos de Educação e Formação.	2.3; 2.4
	- Averiguar qual a forma de financiamento destes cursos, tanto para a sua implementação, como para a sua manutenção.	2.5; 2.6; 2.7
	- Perceber o grau de autonomia da escola, quanto a aquisição e formação de recursos humanos e se os apoia no campo científico e pedagógico.	2.8; 2.9
CURSOS	- Saber se os docentes têm uma motivação intrínseca para leccionar em Cursos de Educação e Formação e porque aceitam ou se propõem a integrar Conselhos de turma destes cursos.	2.10
	- Averiguar se os Cursos de Educação e Formação são realmente eficientes, no cumprimento dos seus propósitos.	2.11;
MEIO	- Perceber se a escola mantém relações instituídas ou informais com organismos e empresas, de forma a melhor integrar os seus alunos, no mundo laboral.	2.11; 2.13; 2.14

## **-Anexo 17 - Grelha de objectivos da entrevista aos Coordenadores de Curso**

### **Grelha de Objectivos – Entrevista semi directiva a Coordenador de Curso de Educação e Formação**

VARIÁVEIS	OBJECTIVOS	PERGUNTAS
ESCOLA	- Conhecer os motivos pelos que a escola decidiu abrir os seus Cursos de Educação e Formação.	2.2
	- Saber se houve investimento para apetrechar instalações com os equipamentos necessários para o funcionamento dos Cursos de Educação e Formação.	2.3; 2.4
	- Averiguar qual a forma de financiamento destes cursos, tanto para a sua implementação, como para a sua manutenção.	2.5
	- Perceber o grau de autonomia da escola, quanto a aquisição e formação de recursos humanos e se os apoia no campo científico e pedagógico.	2.6;
CURSO	- Perceber se existe dificuldade em mobilizar docentes para formar Conselhos de Turma deste tipo de cursos.	2.7
	- Saber se os docentes têm uma motivação intrínseca para leccionar em Cursos de Educação e Formação e porque aceitam ou se propõem a integrar Conselhos de turma destes cursos.	2.1; 2.9
	- Averiguar se se geram relações colegiais, formais ou informais, entre os professores destes Conselhos de Turma.	2.10; 2.11
	- Percepcionar se os professores têm motivação e iniciativa para a promoção de actividades extra curriculares.	2.11;
	- Averiguar se os Cursos de Educação e Formação são realmente eficientes, no cumprimento dos seus propósitos.	2.16; 2.17
	- Perceber se a escola estimula os seus alunos a serem autónomos e empreendedores.	2.18

MEIO

- Perceber se a escola mantém relações instituídas ou informais com organismos e empresas, de forma a melhor integrar os seus alunos, no mundo laboral.

2.14

- Inferir acerca das representações que a comunidade faz relativamente aos alunos que concluem estes cursos.

2.15

## **-Anexo 18 - Grelha de objectivos da entrevista aos Directores de Turma**

### **Grelha de Objectivos – Entrevista semi directiva a Director de Turma**

VARIÁVEIS	OBJECTIVOS	PERGUNTAS
CURSO	- Perceber se existe estabilidade docente nos Conselhos de Turma deste tipo de cursos.	2.2
	- Indagar quais as dificuldades que os professores sentem ao leccionarem nestes cursos.	2.3;
	- Averiguar se se geram relações colegiais, formais ou informais, entre os professores destes Conselhos de Turma.	2.4; 2.6
	- Saber se os docentes têm uma motivação intrínseca para leccionar em Cursos de Educação e Formação e porque aceitam ou se propõem a integrar Conselhos de turma destes cursos.	2.1; 2.5; 2.6
	- Percepcionar se os professores têm motivação e iniciativa para a promoção de actividades extra curriculares.	2.6;
	- Inferir quanto à adequação curricular no que toca ao tipo de alunos a que estes cursos se destinam.	2.7; 2.8; 2.10
	- Saber se a carga horária está de acordo com o desenho curricular destes cursos e com o desempenho esperado destes alunos.	2.9
	- Perceber se a escola estimula os seus alunos a serem autónomos e empreendedores.	2.14; 2.16
	- Indagar qual o tipo de relação que os alunos estabelecem com os restantes membros da comunidade educativa.	2.13
	- Averiguar se os Cursos de Educação e Formação são realmente eficientes, no cumprimento dos seus propósitos.	2.15; 2.17 2.11; 2.18

FAMÍLIA

- Saber se a escola faz uma eficiente divulgação dos seus cursos

- Perceber se a escola estabelece canais de comunicação eficientes, com os encarregados de educação dos seus alunos.

2.18; 2.20

- Saber que relação existe entre encarregados de educação e os seus educandos.

2.19

## **-Anexo 19 - Grelha de objectivos do questionário aos Docentes**

### Grelha de Objectivos – Inquérito por questionário “Docentes”

VARIÁVEIS	OBJECTIVOS	PERGUNTAS
ALUNO	-Perceber se os professores conhecem os seus alunos quanto a: a) suas motivações; b) sua realização pessoal.	2.1 ; 2.2
	-Aferir que representações têm os professores, dos alunos que integram os Cursos de Educação e Formação.	2.4 ; 2.5
	- Percepcionar se os professores se sentem optimistas quanto ao futuro académico dos alunos que frequentam estes cursos.	2.6 ; 2.7
	- Percepcionar se os professores acreditam que os conteúdos dados nos Cursos de Educação e Formação terão utilidade no futuro profissional dos alunos que os integram.	2.8
ESCOLA	-Aferir se os professores têm informação acerca da nomenclatura dos Cursos de Educação e Formação.	3.1 ; 3.2
	-Aferir se os professores sabem como se constituem as turmas de Cursos de Educação e Formação.	3.3 ; 3.4 ; 3.5
	- Apurar se os professores sabem qual o perfil de aluno proposto para integrar um Curso de Educação e Formação.	3.5
	- Saber se os professores conhecem os curricula dos Cursos de Educação e Formação.	3.6
	-Saber se os professores têm conhecimento de como se faz a gestão de tempos e curricula em turmas de Cursos de Educação e Formação.	3.6 ; 3.7
	-Saber se os professores têm conhecimento de como se faz a gestão financeira em Cursos de Educação e Formação, inclusivé se sabem que fundos se podem utilizar na sua gestão.	3.8

## ESCOLA

- Perceber se os professores sentem haver uma ligação real entre escola e o sector empresarial, potencial empregador de alunos finalistas de Cursos de Educação e Formação. 3.9
- Aferir se a escola abriu Cursos de Educação e Formação para se poder adaptar a uma nova realidade social operada na região em que se insere. 4.1
- Percepcionar se a escola abriu Cursos de Educação e Formação para poder manter ocupados alguns professores que no passado leccionavam disciplinas que entretanto foram suprimidas. 4.2
- Perceber se existe um bom clima de escola. 4.3
- Percepcionar a existência de conflitos de interesses entre professores. 4.4
- Saber se os Cursos de Educação e Formação desta escola, foram abertos tendo em consideração as características do seu Projecto Educativo. 4.5
- Indagar se os recursos físicos e humanos existentes na escola são os mais adequados para o funcionamento de Cursos de Educação e Formação. 4.6 ; 4.7 ; 4.8
- Aferir se os alunos têm uma boa relação com os restantes actores da comunidade educativa. 4.9 ; 4.10
- Saber se a escola estabelece contactos com os encarregados de educação e se o circuito de comunicação existente é o mais eficiente. 4.11

## MEIO

- Perceber se os professores conhecem as características sócio-económicas da região onde a escola está inserida. 5.1 ; 5.3
- Saber que inter relações existem entre escola, empresas e instituições da região. 5.2 ; 5.4



## **-Anexo 20 - Grelha de objectivos do questionário aos Encarregados de Educação**

Grelha de Objectivos – Inquérito por questionário “Encarregados de Educação”

VARIÁVEIS	OBJECTIVOS	PERGUNTAS
EDUCANDO	-Perceber se os encarregados de educação conhecem os seus educandos a: a) suas motivações; b) sua realização pessoal.	2.2 ; 2.6 2.3
	-Aferir que representações têm os encarregados de educação dos alunos que integram os Cursos de Educação e Formação.	2.4 ; 2.5
	-Saber que importância os encarregados de educação dão a habilitações literárias.	2.6 ; 2.7
	- Percepcionar se os encarregados de educação criam expectativas nos seus educandos no que diz respeito ao seu futuro profissional.	2.8 ; 3.4 ; 5.5
ESCOLA	-Saber se os encarregados de educação matricularam os seus educandos num Curso de Educação e Formação, tendo conhecimento das ofertas educativas existentes.	3.1 ; 3.2
	-Perceber se os encarregados de educação auxiliam os seus educandos a gerir o seu tempo.	3.3
	-Aferir se os encarregados de educação têm informação acerca da nomenclatura dos Cursos de Educação e Formação.	3.4
	-Saber se os encarregados de educação encontram-se informados no tocante à vida escolar dos seus educandos.	4.5 ; 4.6
	-Depreender se os encarregados de educação se deslocam à escola e se conhecem as suas instalações.	4.1

-Aferir se os encarregados de educação conversam com os seus educandos sobre as inter-relações que estes estabelecem com os restantes elementos da comunidade educativa.	4.2 ; 4.3 ; 4.4
-Perceber se as famílias se sentem bem integradas no meio onde residem.	5.1
-Percepcionar se os encarregados de educação gastam muito tempo em deslocações entre o seu local de residência e o trabalho.	5.2
-Aferir se o agregado familiar tem e continuará a ter um local de residência fixo, ou se pelo contrário assume características migrantes.	5.3
-Saber se os encarregados de educação estabelecem contactos com a escola e com as restantes instituições e empresas da região.	5.5 ; 5.6

## **Anexo V**

## **-Anexo 21 – Transcrição da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo**

### **Transcrição de Entrevista com o Presidente do Conselho Executivo**

**5-4-2007**

2.1- Não posso precisar o ano, já foi há uns anos, vamos lá distinguir aqui duas coisas, os CEFs ao abrigo da actual legislação, são algo relativamente recente, de qualquer maneira a escola tem já uma tradição de cursos, enfim, mais orientados para a vida activa, que por assim dizer antecederam os CEFs, o programa 9º+1, o programa 15-18, o 10º ano profissionalizante, portanto, digamos que a abertura dos CEF tal como eles estão designados, desde o primeiro ano, desde que eles foram implementados, não sei precisar o ano, mas foi desde o primeiro.

2.2- Isto decorreu das necessidades dos alunos, isto é começamos a verificar a partir de dada altura, que havia necessidade de criar saídas alternativas para os alunos que não estavam a conseguir obter uma escolaridade regular com os currículos tradicionais, e portanto, digamos que a abertura dos CEFs decorre em primeiro lugar, dessa percepção que a escola tem, que são dados concretos que tem, de uma análise, digamos assim, dos próprios resultados da escola, associados depois a uma tentativa de orientação escolar destes miúdos, portanto digamos que, face a um conjunto de dados que estávamos a obter, foi estabelecido um diagnóstico, pediu-se depois a ajuda e a implicação de vários serviços da escola, nomeadamente dos SPO, Núcleo de Apoio Educativo, que em articulação com outras pessoas da escola, nomeadamente com as direcções de turma e Coordenação de Direcções de Turma, criaram-se equipas, que no fundo, levaram a que se aproveitasse esta oportunidade que era a implementação de CEFs, portanto cursos que permitiam, por um lado, que os miúdos concluíssem a escolaridade, portanto terem uma certificação escolar, por outro lado, uma primeira orientação profissional, digamos que aqui há uma dupla justificação, e o objectivo aqui era precisamente, enfim, tentar

por essa via, criar alternativas de sucessos aos miúdos, alternativas de formação que propiciassem realmente que estes miúdos conseguissem ter sucesso.

2.3\2.4- Os recursos físicos, vamos lá ver uma coisa, os recursos físicos não foi preciso grandes alterações, a escola tinha já alguns recursos que vinham dos Cursos Tecnológicos, e portanto, digamos que, na organização destes cursos tivemos em linha de conta, não só as orientações e apetências dos miúdos, mas simultaneamente os recursos físicos, materiais e humanos que a escola disponha, não é, portanto, por vezes trabalhamos em rede com outras escolas, no sentido de receber alunos doutras escolas para estes cursos, e simultaneamente essa escola encaminhava alunos seus para cursos que a nossa escola tivesse para oferecer, que tivessem mais recursos e etc., portanto digamos que aqui, no nosso caso não houve necessidade de estar a fazer grandes alterações, nem grandes apetrechamentos ao nível dos recursos físicos, nas áreas que aqui na escola, digamos, são áreas já fortes, o caso das electricidades, da electrónica, da administração, do apoio à infância, que a área mais forte dos cursos que esta escola tem tido. Nós tínhamos já dos antigos cursos técnico profissionais, antes dos cursos tecnológicos, haviam uns cursos técnico profissionais, e portanto digamos que a escola desde o seu início foi apetrechada para a área do curso técnico profissional de Electrotecnia/Electrónica, da parte de trabalhos oficinais, tinha também alguns recursos materiais e físicos, nomeadamente na área de mecano-tecnia, digamos que havia já um conjunto de recursos que era possível aproveitar, portanto, a escola não teve necessidade de adquirir grandes equipamentos ou alterar instalações.

2.5- Ora bem, inicialmente a escola candidatou, os primeiros cursos, candidatou-os ao PRODEP, até ao final da fase de em que o PRODEP saiu da zona de Lisboa e Vale do Tejo, não é..., portanto o PRODEP II, depois, se não me engano, ainda abrangeu aqui a nossa zona, portanto na altura, ao abrigo do PRODEP, nós obtivemos algum financiamento, alguma participação para estes cursos, nomeadamente em termos de alguns recursos materiais, algum, ao nível dos formadores também, portanto, o apoio que houve foi o PRODEP, que entretanto quando acabou, acabou, agora já só estamos a trabalhar nestes cursos com os recursos da escola. Actualmente, não existem verbas especificamente destinados aos cursos.

2.6- O que existe é que a escola no seu orçamento anual, contempla sempre verba, para estes cursos, portanto, para o acompanhamento destes cursos.

2.7- Directamente não há apoios, portanto esse apoio não existe, aliás, penso que nem nenhuns, portanto, nestes cursos CEF não há. Nós neste momento temos um protocolo com a Autarquia, já a nível dos cursos profissionais do secundário, que não os CEFs, que não... é outra coisa. Digamos que a Autarquia auxilia sobretudo em termos de estágios profissionais, portanto, foi uma das entidades parceiras que recebe estagiários dos vários cursos e portanto a esse nível, foi uma entidade que não financiando, digamos que colaborou nesse aspecto de uma forma bastante significativa.

2.8- Vamos lá ver, isto foi sobretudo feito com recursos humanos da escola, houve situações pontuais em que a escola pediu a colaboração de outras entidades, para virem dar formação a áreas em que nós não tínhamos pessoal com formação especificamente para esse fim, sei lá, uma das formações que tiveram foi com a Equipa de Apoios Educativos, com o ECAI, Equipa de Apoios Educativos de Cascais que disponibilizou, portanto, isto teve de ser autorizado pela Direcção Regional, portanto mas que disponibilizou alguns educadores de infância que tinham formação em Ensino Especial, para virem apoiar nalgumas áreas relacionadas com os CEFs de Apoio à Infância, portanto, designavam-se, tinham várias designações, umas vezes de Auxiliares de Acção Educativa, outras vezes ... Nesta área do trabalho com o apoio à infância digamos que houve algumas disciplinas, algumas áreas em que alguns módulos em que pedimos ajuda, e dessem origem a parcerias que estabelecemos conseguimos obter formadores externos.

2.9- Formação na área científica não, porque, é suposto que os professores no campo científico sejam pessoas qualificadas, o trabalho, penso eu, incidiu mesmo nessa parte e mais na questão da, de uma certa abordagem diferente em relação a estes cursos, com um acompanhamento muito mais sistemático por parte dos Conselhos de Turma, portanto, um trabalho colaborativo maior, digamos que do ponto de vista do funcionamento do grupo de professores, do Conselho de Turma, estes CEFs deram excelentes resultados, porque por exemplo a questão da assiduidade, a questão da obrigatoriedade de se cumprirem horas de formação, o trabalho do próprio Conselho de Turma, a articulação entre os professores, digamos que foi uma experiência, deste ponto

de vista muito enriquecedora, agora eu acho que tem sido das poucas experiências em que efectivamente os professores estão a conseguir ter um trabalho colaborativo. Também têm dentro, e temos um pouco, mas em anos anteriores, dentro do horário lectivo dos professores havia uma hora para que se reunissem semanalmente, e portanto também havia um conjunto de condições que estavam organizadas de ponto de vista legal, que permitiam, facilitavam de certa maneira esta inter-acção entre os Conselhos de turma dos CEFs, e portanto foi talvez enriquecedor.

2.10- Eu acho que há aqui situações diferentes, inicialmente as pessoas tinham alguma e têm algum receio e alguma relutância por ser talvez daquela necessidade e obrigatoriedade de, em relação à questão das horas de formação a serem cumpridas, portanto há um grande rigor nesse aspecto, mas têm de ter aquelas horas no final, não é, e portanto havia um certo receio, o que é certo é que o *feedback* que eu tenho das pessoas depois de terem começado a trabalhar neste esforço, já é um *feedback* muito positivo, as pessoas gostam. Gostam precisamente por via daquilo que ainda há bocado falei, que é a questão da interacção entre o Conselho de Turma, a questão do sucesso educativo dos miúdos, portanto eu acho que como experiência deve ser muito bom, o *feedback* que eu tenho tido, tem sido positivo, genericamente, é evidente que há sempre um ou outro caso, talvez menos, que não demonstrarão tão fortemente, mas eu acho que regra geral é positivo. A resposta que eu dei.

2.11- Que tem contribuído tem, porque há uma taxa de conclusão bastante significativa, não é... e portanto se abordarmos as coisas por este prisma, os alunos deixam de chumbar, no regular e aqui passam a ter sucesso, agora, é um pouco relativo, porque o número de alunos que estão nestes cursos, também não é um número significativo, portanto, digamos que a influência que isto terá numa taxa geral de escola não é muito significativo, é sempre pequena. Não altera significativamente os índices de sucesso. Provavelmente onde mais se verificou influência destes cursos foi nas taxas de abandono, isto é, as taxas de abandono escolar, recuaram e provavelmente muito por via dos CEFs. Porque muitos destes miúdos eram miúdos que estavam fora da escolaridade. Outros tinham abandonado a escola e voltaram à escola, e muitos outros eram alunos que estavam em sério risco de abandono. Portanto, isto foi uma forma, sobretudo de, prevenir o abandono escolar.

2.12- Sim temos uma, creio que também foi um dos pontos positivos que nós conseguimos obter destes cursos, é que conseguimos criar uma rede de forças vivas da região, que nos permitem como muita facilidade obter e organizar estágios para os alunos, portanto, angariar colaborações, desse ponto de vista foi, está muito bem organizado e acho que esta rede está a dar frutos, portanto, esta capacidade que tivemos de criar este conjunto de parcerias, quer públicas, quer privadas, há empresas, há entidades públicas como a Junta de Freguesia, Câmara Municipal, empresas privadas das mais diversas, IPSS, temos um trabalho com numa rede muito significativa de parcerias com Instituições Particulares de Solidariedade Social, nomeadamente com jardins de infância, portanto, que provavelmente uma das varias que no mercado de trabalho que mais tem colaborado connosco, com muito bom resultado e com uma taxa significativa de alunos que ficam com emprego no final.

2.13- Não relativamente, especificamente aos CEFs. A escola obtém, repare uma coisa, o acompanhamento destes cursos insere-se numa estratégia de escola e num trabalho de escola muito mais abrangente, muito maior, não é... portanto nós na organização destes cursos entramos muito com a orientação escolar dos alunos e portanto neste trabalho de orientação escolar, às vezes de reorientação escolar, é que por vezes trabalhamos em conjunto com o Centro de Emprego, isto é, não há uma ligação directa CEF/Centro de Emprego, há uma ligação do Centro de Emprego à escola, não está formalizada, portanto é uma ligação muito das pessoas que trabalham cá e lá e se conhecem, e que às vezes são mais eficazes do ponto de vista do encaminhamento dos alunos. Nós na escola, temos ao nível do Centro de Emprego um conjunto de contactos que nos permitem, por vezes, pedir a ajuda para encaminhar alunos, por exemplo para cursos que o próprio Centro de Emprego dinamiza a nível do Centro de Emprego da Localidade A, pronto, há aqui um trabalho que está estabelecido com eles, apesar de não estar formalizado, portanto, não houve formalização especificamente virada para isto, não é...

2.14- Os júris para essas provas são fruto de parceria com as instituições, com as instituições onde os estágios se realizam, não é? O que tem havido e temos pedido, é evidente que aqui temos que entrar com alguma persuasão, porque isto não é pago, não é. Ao contrário do que acontecia quando estes cursos eram financiados pelo PRODEP, havia um valor, apesar de ser pequeno, havia uma pequena compensação para quem



acompanhava estes estágios, a partir do momento em que o PRODEP terminou na zona do Vale de Lisboa, temos contado com a colaboração das pessoas das empresas, ou das entidades, gratuitas, não é, de uma forma gratuita, e aí há muito trabalho do coordenador de curso, que normalmente estabelece com estas entidades algumas cumplicidades, tenta a colaboração de outras pessoas, portanto temos conseguido, até agora temos conseguido que haja um elemento de cada entidade onde decorrem os estágios a vir participar na, nestas provas dos alunos. Tem sido muito bom porque por vezes na empresa é uma pessoa que fica de fora, não é, isto para a empresa são custos também, portanto desse ponto de vista tem sido uma resposta positiva que temos obtido, trás para estes júris.

## **-Anexo 26 - Transcrição da entrevista ao Coordenador do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa**

### **Transcrição de Entrevista com a Coordenadora do CEF de Assistente de Acção Educativa**

**17-5-2007**

2.1- Seis anos.

2.2- Eu julgo que quando eu vim cá para a escola isto já estava decidido, uma das coisas que me parece que foi tido em linha de conta, foi a necessidade daqui da zona de ter apoios domiciliário a crianças. Algumas instituições, muitos destes garotos gostam bastante de lidar com miúdos, também têm muitos irmãos e esse apoio domiciliário começava até pelo núcleo familiar, depois as saídas que havia mesmo em termos de zona, davam ideia de serem as ideais para jovens com estas características, e penso que foi isto que o Conselho Executivo teve em linha de conta, mas como quando entrei, já estava decidido e portanto, eu vim de uma instituição militar e quando recebi isto de braços abertos, foi uma espécie de aventura, não é. Quando cheguei não soube, não tive a noção das razões exactas, mas julgo que foi isto.

2.3 – Tinha as salas de aula, só. Ah! Os armários e fomos construindo ao longo do tempo os espaços. Digamos, esta sala em que trabalhamos neste momento, que já tem uma quantidade de objectos que são úteis para a leccionação deste curso, e até por exemplo a bancada, que nós antigamente não tínhamos sala com bancada, decidimos dar aulas aqui porque precisamente esta sala tinha uma bancada com torneira, podia ser utilizada quando nós fazíamos trabalhos práticos, que exigiam o uso de água, e centrar toda a atenção, até das aulas mais práticas, que são relativamente práticas, como é o bom dizer porque nós não temos bebés verdadeiros aqui, portanto os recursos físicos eram espaços, apenas.

2.4- Adquirir, tivemos que comprar os materiais, os papeis, as tintas, sobretudo nas disciplinas mais técnicas, não é, as fraldas, os bonecos para elas treinarem as mudanças das fraldas, não adquirimos, (isso trazem elas, os próprios bebés de casa), tivemos de construir berços de papel e cartão, caminhas, e tivemos que adquirir muitas obras teóricas, ou com conselhos práticos, que abrangessem esta área que nós leccionamos, nomeadamente o desenvolvimento infantil, nomeadamente os jogos, as várias etapas da vida das crianças, livros relacionados com a motivação e a cognição para que elas pudessem perceber melhor como é que se funciona com garotos, portanto, foi tudo adquirido assim, ora isso é como eu digo, as faces e os armários normais, mas até isso, até os armários, tiveram de ser adquiridos mais para a sala onde elas funcionam, porque é muito, muito objecto aqui dentro.

Tivemos é sempre em equipa de professores, aqui nós funcionamos muito nestes cursos, em bloco. É uma das coisas fantásticas que estes cursos têm, enquanto num curso regular os professores funcionam muito para a sua disciplina, e não para a disciplina do colega, aqui todos nós temos o mesmo objectivo, é um bloco, é, como eu costumo dizer a brincar, como aquelas colunas militares romanas que quando atacavam, atacavam toda em conjunto, e então é um bocadinho isso. Portanto tendo cuidado de termos todos o mesmo objectivo, quando um faz, os outros vão todos atrás e portanto movimentamos as tropas, todas conjuntamente.

2.5- Há uma verba que é destinada para a aquisição de material, e para fotocópias, fora isso não há mais nada. Antigamente, parece que havia o PRODEP, que financiava, no entanto isso acabou, infelizmente, foi das coisas más que eu julgo que aconteceram, pelo menos na minha visão, porque muitos destes miúdos vão para estágios, são garotos, alguns com bastantes carências, algumas destas miúdas que estavam em abandono escolar, não é que não dessem para estudar, é porque não tinham condições para estudar, nem físicas nem económicas, e tiveram que ir trabalhar para sustentar uma família, aliás se tu vires, neste grupo, temos miúdas que ao fim de semana trabalham desde que saem da escola, até à meia noite, uma da manhã de domingo, para poderem ajudar a sustentar uma família, e são encarregados de educação, dos irmãos, quase que são encarregadas de educação dos próprios pais. Estas miúdas precisavam de ter um subsídio que as ajudasse a pagar outros materiais que tivessem de adquirir fora da escola, o que tem o SASE, mas isso não cobre tudo, por exemplo camionetas para ir para o estágio, o que existe é manifestamente insuficiente.

2.6- Não, quando se abriu este curso, foi com 99% de professores “prata da casa”, houve um caso de facto de uma professora que, aliás, em dois anos houve duas professoras que não eram de cá, o ano passado houve um professor, (e portanto, deixa-me contar), em seis anos, que eu me lembre, três professores que não eram da escola, em seis anos, o que é muito bom, não é... Mas ficaram cá colocados logo de início, portanto agarraram as turmas de início, de resto tentamos sempre que sejam professores que conhecem bem a escola, conhecem bem a dinâmica da escola e o próprio curso, que estão motivados para este tipo de trabalho, que é muito diferente do trabalho que é feito em turmas regulares.

2.7- Não. Às vezes há formações, não sei se lhe pode chamar bem formações, mas actividades, que o Conselho Directivo até nos incentiva a nos integrarmos nelas, porque nos podem ajudar de alguma maneira a trabalhar com este tipo de turmas. Há o caso de uma acção de formação que eu achei esplêndida, que tinha a ver com competências sociais, foi fabulosa! O individuo que estava à frente, é um nosso colega, que estava à frente da acção era esplêndido, com um dinamismo e uma empatia extraordinária, e foi muito importante para nós, e para a escola toda, foi muito importante para os professores, fora isso houve há um tempo atrás, um programa desenvolvido pelos Direitos Humanos de (...), que tinha a ver com uma coisa chamada ler a par, consistia em nós pegarmos numa turma, eu peguei na turma das meninas, para irmos ler histórias, representando ou não, em várias instituições, podiam ser de crianças ou de adultos, por acaso nós só fomos às de crianças, e as crianças vieram cá, foi esplêndido, deram imensas ideias, trabalhámos muito bem nessa área, mas foi a única coisa que houve, de facto.

2.8- Eu penso que sim, embora eu ache que há sempre aquela... nalguns casos aceitam porque, enfim, seja o que Deus quiser, é um bocadinho isto, e depois é assim, repara, quando nós estamos a trabalhar nestes cursos, que dão muito trabalho, que exigem da parte dos professores uma quase “loucura”, um bocado “carolas”, nós gostamos de ensinar, gostamos muito de ver crescer, muito, muito, e isto de facto dá um trabalho muito grande, não apenas académicos mas em termos humanos, as pessoas de fora que não estão metidas no sistema, acham, enfim, que isto é para passar, mas isto não é bem assim, e então, às vezes olham um bocadinho de lado e só depois quando integram e começam a ver o tipo de trabalho que é feito, é que começam de facto a gostar. Eu julgo

que na generalidade os professores gostam, à partida, porque já ouviram falar muito, os que estão aqui dentro, já conhecem, mas também é... poderá haver um ou outro que não se manifeste tanto e que intuitivamente sinta que não é propriamente aquela área que mais gostam de trabalhar.

2.9- Sem dúvida.

2.10- Excelentes! Excelentes relações! Aliás, só assim se poderia levar a bom porto o trabalho que foi iniciado neste campo. Nós acabamos por nos dar imenso apoio. O facto de numa turma haver professores a repetirem disciplinas, salvo seja, ou seja, eu sou professora de português e também tenho estado a dar psicologia, portanto não é de todo a minha área, e... duas disciplinas, outro professor dará outras duas, e acabamos por ser um grupo pequenino de professores e temos mesmo de trabalhar uns com os outros e ajudarmo-nos uns aos outros, e darmos ideias, acabando por ser uma força, de facto excepcional e ficarmos amigos, que é isso é que é muito engraçado.

2.11 Sim! Sim! Sim! Imenso! Saímos imenso com elas porque no terceiro período tá muito melhor o tempo, e nós já demos o grosso da matéria, e estamos um bocadinho mais leves, e podemos aproveitar matéria que foi dada para mostrar que na prática como é que é, mas tentamos sair, tentamos inclusivamente que elas integrem as actividades da escola, é um dos trabalhos que é efectivamente aqui feito.

2.12- Existem, não para este curso concretamente. Para outros cursos que são os profissionais, existem. No caso deste curso, isso é feito pelo coordenador, vai, (qual testemunho de Jeová), de porta em porta, perguntar “sabe de alguém que tenha vontade de receber o X ou o Y, com as características tal e tal, e tem tido de facto uma grande receptividade, porque a escola também já ganhou algum nome aqui na zona e de facto tenho tido isso, nas não há propriamente um protocolo pré estabelecido. É estabelecido cada vez que há um momento para estágio, ou todos os anos, ou de dois em dois anos, como é o caso deste curso, por exemplo.

2.13- Privadas e públicas. Umas e outras, nós não nos podemos dar muito ao luxo de arranjar muitas públicas porque também não há muitas aqui na zona, portanto vamos também às privadas, tentamos é que as instituições tenham garantias de trabalho

efectivo com este tipo de alunos, ou seja, se eu vou a uma instituição e vejo que a instituição não tem condições, (até pode ter condições físicas), mas não tem condições humanas para trabalhar com estes alunos, eu aí, obviamente não deixo os meus alunos ali. Eu quero formar pessoas, o melhor possível, e não vou dar maus exemplos. E quando eu digo isto, é só para tu perceberes que numa instituição privada, nas públicas dizem logo à partida que não querem, não é... e pronto acabou por ali, mas privadas, por muitas vezes, e já me aconteceu, exigirem determinadas características dos alunos, só um exemplo, há uns anos atrás, com um curso destes, numa instituição, quando eu dei o nome das alunas, perguntaram literalmente se a aluna era preta. Quando eu disse – Sim é uma aluna de raça negra. – a resposta que eu tive foi, -Não entram pessoas dessas. - e eu fiquei em estado de choque! Estava uma educadora de infância que eu tinha acompanhado e trabalhava temporariamente aqui na escola connosco, estava ao meu lado, e, coitada, agarrou-me numa perna para eu não abrir mais a boca, porque me viu virada do avesso, porque eu achei aquilo, de facto, escabroso, não é, mas o que é que nós procuramos, são instituições privadas e publicas, com as características que no dêem garantias de formação académica e humana, ao fim ao cabo é isto.

2.14- Tem dias! Risos! Isto é assim, há alturas que sim, parece que tudo está a correr muito bem e que as instituições resolvem abrir as portas todas, e outras vezes é complicado. Porque há outras instituições escolares com este tipo de cursos, há alunos que vêm da (...) e da (...), de Lisboa para aqui para as instituições fazerem os estágios, e ocupam vagas, logo, muitas vezes as instituições não se importavam de receber alunos nossos, só que não têm vagas. Por vezes só podem receber uma, mas nós não queremos que as miúdas trabalhem sozinhas, pelo menos a pares porque apoiam-se de alguma maneira.

2.15- Olha, até agora, não tive, em seis anos, não tive uma única queixa, antes pelo contrário. Miúdos que saem e acabam por ser convidados para trabalhar nas instituições, grandes elogios ao trabalho que tem sido feito na escola, pelos professores, pelos alunos, pelo interesse que os alunos manifestam nas actividades, até agora, pessoalmente, eu nunca ouvi uma queixa.

2.16- Acho! Acho! Embora a transição para o tipo cinco tenha sido violenta. Eles estavam habituados a um ritmo lento, a matérias muito simples, e deram um salto

fenomenal, em termos académicos. E isso está a reflectir-se no aproveitamento, na motivação dos alunos. E depois é assim, este curso é muito teórico, quase todas as disciplinas são muito teóricas, com excepção da de ATL, que conseguem fazer coisas muito engraçadas, mas na prática, não há trabalho nas outras disciplinas, e isso acaba por ser bastante negativo, mas de resto, tem havido, até tem havido muita procura deste curso, com grande desgosto meu, para o ano não vai ser aberto aqui na escola uma turma destes cursos, eu digo com desgosto porque eu recebi o melhor prémio que me podiam dar este ano, que foi a vinda de uma turma destes alunos mas de tipo quatro, da Escola Secundaria de Localidade C, e os professores quiseram vir aqui para ver como é que nós trabalhávamos, porque tinham ouvido coisas espectaculares acerca da escola, e o trabalho que estava a ser feito neste tipo de cursos, sobretudo com as meninas, (não só meninas, também houve rapazes), mas queriam muito ver porque queriam muito que essa turma viesse para cá. Eu acho que isto foi um prémio enorme para todos os professores. De facto nós temos muito de nós nestas garotas, e isto mostra que este curso tinha pernas para andar, e podia ser parte do caminho para o sucesso dos nosso próprios garotos, mas a vida é como ela é, e não pode ser, não pode ser!

2.17- Não! Os que acabam o estágio e são convidados para trabalhar, agarram logo, como dizem os garotos, ficam na maior. Os outros têm um bocadinho de dificuldade. Não é que não sejam necessários mas é que neste momento, o nosso sistema económico não está a permitir entradas. As instituições não têm dinheiro. O que está a ser exigido em termos de obras, por exemplo, nas instituições, faz com que os donos nas privadas tenham que fazer alterações no edifício, por exemplo, e depois para terem dinheiro para fazer alterações, não têm dinheiro para meter pessoal. E é difícil, mesmo assim, tanto quanto eu sei, eu acho engraçado, a maior parte dos garotos que saiu deste curso, não do tipo cinco mas do anterior, mesmo que tenham saído para outros empregos, mesmo coisas que não tenham nada a ver, tipo empregada de balcão numa loja de roupa, ou restaurantes, limpezas, este tipo de garotos, nunca desiste de procurar, o que é positivo, e acabam mais tarde ou mais cedo, por arranjar um buraquinho algures, às vezes não muito perto de casa, mas têm conseguido, e neste momento já põem a hipótese de criar a sua própria empresa, que eu acho muito positivo.

2.18- Há casos nesta turma, em que acontece, pelo menos que eu saiba, uma das alunas já está a ponderar esse factor, e foi no último Conselho de Turma, foi, anteontem, que a

colega G estava a falar com o colega de sociologia, nós não sabemos se fica cá para o ano, e com muita pena nossa porque faz um belíssimo trabalho com estas garotas, e disse – Se eu ficar...- que a integra num programa que existe preparado pela Câmara Municipal, para jovens empresários, em que ensinam como é que se cria uma empresa, quais os critérios que têm que ter, que condições é que devem ponderar, que é bastante positivo, não é, já vai de encontro aos sonhos, de pelo menos uma das garotas desta turma. O pai disse que lhe dava a casa, e ela ficou toda contente, para poder fazer uma creche. E ela está toda entusiasmada com a ideia!



## **-Anexo 31 - Transcrição da entrevista ao Coordenador do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

### **Transcrição de Entrevista como a Coordenadora do CEF de Técnico de Electrónica**

**23-5-2007**

2.1 – Há uns cinco anos.

2.2 Este curso foi para, por causa dos miúdos com necessidades educativas, em termos de progressão de ensino secundário, normal, tas a perceber, então optamos por este curso para lhes dar uma saída profissional e para tentarem fazer o ensino secundário.

2.3 - É os mesmos, portanto a oficina, laboratório.

2.4 – Material de desgaste, e em termos de equipamentos foi multímetros, que adquirimos, mas basicamente é material para execução de trabalhos. A escola está bem equipada com equipamentos, ferramentas, estamos bem equipados.

2.5 – Isso não sei, porque quem coordena isso é o Conselho Executivo.

2.6 – Neste momento, nós estamos a leccionar nestes cursos com os professores do quadro, neste momento estão dois professores que são contratados, mas que têm formação na área, nesta área.

2.7 – Nós aqui, as disciplinas que leccionamos é só mesmo da... no caso específico do nosso curso é só mesmo da formação inicial.

2.8 – Isso também não te sei responder a essa pergunta, porque quem faz, quem organiza os professores que vão estar a leccionar as disciplinas é o Conselho Executivo.

2.9 – Nestes cursos, em princípio há professores que não vêm à espera de miúdos com estas características, mas depois têm-se motivado e têm tentado ajudar os alunos. Nos cursos anteriores não notei que houvesse, portanto, menor interesse por parte dos professores, antes pelo contrário.

2.10 – Sim, tentamos organizar, em termos de planos de trabalho, e manuais para..., nós aqui trabalhamos muito com fotocópias, porque isto são miúdos um pouco difíceis, aquilo que trabalhamos com eles tem de ser nas aulas, têm um horário muito sobrecarregado, e quando chegam aqui, portanto, os hábitos de trabalho são muito poucos, de maneira que tem de ser tudo feito à medida para estes alunos. De maneira que os professores destes cursos têm um trabalho bastante grande, para arranjar documentação, fazer fichas de trabalho, temos de ter de trabalhar com fichas de trabalho com eles, constantemente, portanto não pode ser um tipo de ensino idêntico ao regular. Não pode ser porque dá-se ou expõe-se uma matéria e depois temos de trabalhar com eles com fichas, para eles irem, portanto assimilando e... Porque caso contrário, eles em casa, quer pelo horário carregado, quer por características próprias deles, não são alunos que por eles próprios tenham iniciativa de estudo, portanto nós é que, no fundo, ensiná-los a estudar e obter o mínimo possível.

2.11 - O que nós fazemos, portanto, são visitas de estudo, mas em várias disciplinas, de acordo com os programas que estão a ser leccionados. Para que eles tenham, portanto, uma visão da realidade maior do que estar só concentrados aqui na sala de aula. Dentro da medida do possível, nas diversas disciplinas, nós tentamos integra-los em visitas, portanto, para o exterior.

2.12- Sim, nós já temos de há cinco anos a esta parte, parece que foi quando começou os primeiros cursos deste tipo. Contactámos, portanto, vários empreendedores, aqui da zona, e é com esses empresários que nós vamos colocando os nossos alunos para estágio. De ano para ano, finalmente há um que nós deixamos ficar, entra outra empresa, consoante também as características dos alunos e as características das empresas, que temos de conciliar para que não haja problema. E já temos bastantes empresas que colaboram connosco. As empresas concentram-se aqui no Concelho de (...), houve um ano que foi uma exceção, que levámos alunos para Lisboa, foi o único

ano em que tivemos alunos a estagiar em Lisboa, de resto é tudo aqui na zona de Localidade A, Localidade B, Localidade C, aqui nesta zona, Localidade D também.

2.13 – Olha, desde pequenas empresas a médias empresas, e o caso de Lisboa, até foi uma grande empresa, também, uma grande empresa. E, nós, portanto, escolhemos as empresas de acordo com... há uma visita e, portanto, uma abordagem, portanto, inicial, onde tentamos ver se a empresa tem qualidade para prestar o estágio, porque há aí muitas empresas que, são empresas de nome mas depois não têm nada de interesse. As empresas com quem nós trabalhamos, já são empresas que já existem há muitos anos, embora mesmo aquelas empresas pequenas, são empresas que existem há muitos anos e têm uma estrutura organizada. Não trabalham sem descontos, sem seguros, portanto, são empresas que embora sejam relativamente pequenas, têm uma estrutura organizada. Há outras, no caso de fábricas, como ali a (...), portanto, já tivemos lá estagiários, na (...). Que já são empresas maiores, na (...), portanto, já são empresas maiores, mas aí já na parte de manutenção eléctrica, de máquinas, etc.

2.14 – Olha, inicialmente foi difícil, porque as pessoas ficaram um pouco apreensivas, porque já tiveram experiências más, portanto, tenho casos de empresas em que passaram por lá estagiários de outras instituições e, portanto, a experiência não foi muito boa e então ficam um bocadinho, digamos, de pé atrás, mas depois com os primeiros estágios e com o acompanhamento que nós vamos fazendo, quando eles estão em estágio, mantemos um acompanhamento constante, para saber tudo o que é que se passa, e a partir daí não houve depois entraves nenhuns. Mas quando se começou, pelo menos a experiência que eu tenho quando começou o primeiro curso, inicialmente houve assim alguma apreensão da parte deles em ter estagiários porque já tiveram alguma coisa que não correu bem, e depois com a convivência e depois mais tarde com a experiência prática, a coisa tem resultado.

2.15 – Olha, nós aqui, em termos de estagiários, temos empresas que ficaram com os estagiários que lá estiveram. De um modo... nós depois fazemos um relatório do final do estágio..., as empresas ficam com boa, com boa ideia deles. O que se passa é que muitas vezes nós... algumas querem admiti-los e eles querem prosseguir estudos, tivemos aí casos em que quiseram prosseguir estudos. Outros têm absorvido estagiários nossos. E pronto, há empresas que não podem mesmo absorve-los, porque no momento

é impossível para eles terem mais pessoal. Mas geralmente ficam com o número de telefone para contacto, portanto para entrarem em contacto quando forem necessários.

2.16 – Eh pá, eu acho que sim, que estes miúdos, ... há aqui miúdos, ... quer dizer, ...o ideal era que todos chegassem ao final, não é, e muitos não chegam ao fim. Mas pelo menos na nossa área, até temos tido algum sucesso, em que uma grande maioria chegasse ao fim do curso. Estes alunos, se não fossem estes cursos, abandonavam completamente o ensino, a partir do nono ano, do secundário. Nós já tivemos cá cursos deste tipo para dar equivalência ao nono ano. Eram miúdos que só tinham o sexto ano tinham entrado no sétimo ano e repetiram o sétimo ano três vezes, outros, a maioria entraram com o oitavo ano, apareceram dois com o nono ano, repetentes do nono ano, eram miúdos que nem sequer acabavam o nono ano, ou nem sequer acabavam o secundário.

2.17 – É como eu te disse anteriormente, portanto, alguns ficam nas próprias empresas onde estão a estagiar, outros que por vontade deles, seguem outras vias e mais tarde encontramos-os a trabalhar na área, ou muito perto da área de formação.

2.18 – Aí é mais complicado, estes miúdos são um pouco individualistas, cada um trabalha para si. Há dificuldade em, portanto, em organizarem-se. Com o trabalho que temos aqui com eles, embora haja um melhoramento, portanto, em relação ao início, mas de qualquer forma, à excepção de um ou outro que já tem familiares na área e então, portanto, facilmente cria uma empresazita ou vai associar-se com outro familiar numa empresa, há aqui casos desses em que... , os restantes é para trabalhar por conta de outrem. No entanto, já encontrei aí um miúdo, pá, ao fim de dois anitos de estar a trabalhar, eles próprios já têm os seus biscatezitos, como se diz... Ou fazerem ao fim de semana um trabalhito para uma vizinha, pá, ao início... mas também, estes miúdos, para se iniciarem sozinhos numa empresa, portanto, nesta área, também não aconselho, quando eles acabam o curso, iniciarem logo com uma empresa, porque convém rodar numa empresa durante quatro, cinco anos, para apanharem, como se diz, calo, para aprender. O curso é um curso que dá umas ideias, mas a pessoa não tem uma visão real da profissão, e andando com outras pessoas, ter contacto com oficiais, todos eles têm maneiras diferentes de trabalhar, e assim ganham experiência para depois um individuo poder se abalançar sozinho, mas no início eu não aconselho... a não ser que tenha um

familiar na área... um aluno nosso que teve a trabalhar, portanto, tirou o curso cá, há quatro anos, depois foi trabalhar... mas aí tinha o pai, portanto quando ele veio já sabia muita coisa, e teve sempre um amparo e o pai trabalha também por conta própria, costuma trabalhar com o pai e a pouco e pouco foi evoluindo e antes de vir aqui tirar aqui este curso de electrónica, já estava à frente de obras, o pai estava à frente de umas obras e ele à frente de outra, pá, mas para aqueles que saem daqui só com o curso, começar logo a fazer pequenos trabalhos, tudo bem, mas convém eles estarem sempre nos primeiros cinco anos andarem numa empresa, até para ver como é que funcionam as coisas. E nesse período é arranjar uns trabalhitos, ir arrançando uns clientezitos e depois então quando sentirem que já têm arcaboço para estarem sozinhos, então aí tudo bem. Na actividade eléctrica as coisas não são sempre a mesma coisa e há sempre situações que se uma pessoa não tiver já calo, se não tiver visto e se não tiver já passa por situações idênticas, um individuo fica assim atrapalhado, ou se não tiver alguém que lhe esteja a dar apoio, mas para este tipo de miúdos é bom, e aqueles que realmente aproveitam isto, pelo menos aqueles com quem eu tenho falado depois..., tenho alguns que ainda me telefonam agora, já acabaram há dois anos..., pelo Natal ou assim, eu aqui no início do ano, ficamos com os números de telefone uns dos outros, se houver qualquer coisa para telefonar. E inclusivamente, quando eles vão para estágio, convém ter o número de telefone para saber qualquer coisa. De vez em quando, telefonam para eu saber como é que estão, onde é que estão a trabalhar. Com os que querem, tem corrido tudo bem, agora há outros que nem isto nem outra coisa qualquer. Com esses é completamente impossível, mas aqueles que chegam ao fim e vão para estágio geralmente a única coisa que eu digo no início é que só vai para estágio quem tiver em condições, e tem que ser assim, porque senão o que acontece, pá, e que nós começamos a queimar locais onde eles possam estagiar, pelo menos os que vierem a seguir, e nunca tivemos aqui problemas. Só houve aí um problema, mas foi um acidente de trabalho, mas não problemas de indisciplina, ou de não fazer as coisas correctas. Um aluno nosso que fio para ali para a (...), e a segurar umas chapas, eram uma série de chapas, e uma das chapas escorregou e feriu-lhe a perna. Aquelas chapas são tipo lâmina, de resto foi o único problema que nós tivemos, foi um acidente. Agora questões laborais, pá, sem ser esse acidente de trabalho, não temos tido razão de queixa, muito antes pelo contrário.

## **-Anexo 32 - Transcrição da entrevista ao Director de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa**

### **Transcrição de Entrevista como a Directora de Turma do CEF de Assistente de Acção Educativa**

**23-5-2007**

2.1- Desde o primeiro ou segundo ano.

2.2 – O Conselho de turma... houve alguns professores que saíram porque não eram efectivos da casa e portanto variaram.

2.3 – Olha, a carga horária imensa, para alguns a falta de formação, e de formação específica na área mesmo, falta de materiais também, em algumas situações as pessoas não têm o material necessário no CRE, então têm de pesquisar, têm de ir ver às livrarias da concorrência, como se costuma dizer, portanto a preparação de materiais.

2.4 – Sim, muito, não só nas reuniões mas nos intervalos, andamos sempre a conversar uns com os outros sobre o que fazer e quando.

2.5 - Sim.

2.6 – Sim, embora o horário desta turma seja muito alargado, estende-se até às cinco da tarde, actividades extra curriculares para além das cinco da tarde não há. Chegar a casa e não chegar... não há disponibilidade quer delas, quer nosso. Fazem-se as visitas de estudo durante o dia, sobretudo em algumas aulas, com os mesmos conteúdos, mas visitas fora. Agora arranjar um clube disto ou daquilo, que funcione na segunda, terça ou quarta, das cinco às sete, isso não existe.

2.7 – Creio que não, porque há muitas disciplinas, há conteúdos que estão desajustados, são muito extensos para a carga horária delas também que acaba por ser muito extensa,

e nalguns casos é complicado, quer leccionar, quer ser aluno e receber esses conteúdos todos.

2.8 – Em algumas disciplinas não são.

2.9 – É excessiva. Pelo menos nesta turma elas têm aulas desde as oito e meia até às cinco e cinco da tarde, e portanto o espaço para estudo e investimento pessoal é muito pouco, e são garotas que não é por acaso que estão aqui não é, não têm uma aptidão cognitiva fantástica, elas depois chegam cá e têm que investir nelas, e já vão muito cansadas e nós consideramos que há muitos conteúdos que são demasiado extensos, demasiado longos e nem sequer deveriam lá estar.

2.10 – O saber estudar, as dificuldades cognitivas, muitas dificuldades cognitivas, em algumas situações problemáticas mesmo, o tempo de estudo, a organização do seu estudo também, não é, algumas das dificuldades basicamente são estas.

2.11 – Sim conhecem, tanto pela informação que tem passado quer pela coordenadora do curso, quer pela directora de turma, quer pelo Conselho Executivo, e como são garotas que já vêm do curso anterior, estão dentro das informações.

2.12 – Nem todas, depende de disciplina para disciplina, há umas que são mais renitentes, àquelas que implicam mais teoria, são mais de estudo, são mais renitentes, em termos de prática, as disciplinas que têm muita prática, já aderem. Com bastante satisfação, cada um com o seu ritmo, até podem gostar muito da actividade, mas cada uma demora x tempo, umas mais do que outras. Em actividades que nos podem parecer coisas rápidas, se calhar em algumas alunas já tem o seu quê de lentidão. Mas fazem-nas com gosto.

2.13 – Sim, com os professores sim, com a restante comunidade educativa vá lá que passam a mensagem com algum trabalho que elas fazem, nomeadamente na semana da escola, vão passando a mensagem do trabalho que elas estavam a fazer. Entre elas, são... é uma turma constituída por quinze raparigas, em que existem uns certos atritos femininos, que se calhar noutras turmas mistas não há.

2.14 – Regularmente não. Isso não acontece. Aconteceu na semana da escola, este ano, isso não tem acontecido tanto. No ano lectivo anterior fizeram realmente apresentações do curso, este ano não tem acontecido muito.

2.15 – Sinceramente não acredito que arranjam facilmente emprego. A experiência que eu tenho é que uma ou duas alunas por turma consegue de facto arranjar emprego na área, estamos a falar de Assistentes de Acção Educativa.

2.16 – Estamos a tentar que isso aconteça, nomeadamente estamos a tentar que haja uma disciplina que tenha a ver com empreendedorismo e criar nelas o espírito de criarem elas a sua micro empresa. Para já não há nenhuma que se tivesse instalado, que tivesse... houve uma aluna o ano passado que por questões financeiras teve de abandonar o curso, essa era uma aluna que cria formar a sua micro empresa. Mas este ano ainda não se fala muito nisso.

2.17 – Têm, efectivamente têm.

2.18 – Têm e são encarregados de educação que assumem e vêm às reuniões. A grande maioria dos encarregados de educação vem às reuniões, vem à escola quando chamados.

2.19, 2.20 – Dão, dão, eles comparecem à escola, são devidamente informados, questionam sobre os cursos, e até à data com esta turma ainda não nenhum encarregado de educação que me pusesse em dúvida a maneira como o professor A, B, C ou D lecciona, pelo contrário, há encarregados de educação que são exigentes com as suas educandas e que exigem igualmente regras e disciplina e tempo de estudo, também querem que elas tenham tempo de estudo em casa. Portanto não há nenhum encarregado de educação em que um professor diga uma coisa e eles tentem por o barco navegar para outro lado, não senhor, eles estão ali em coordenação com o Director de Turma. Isto viu-se o ano passado e este ano também. Têm sido 100% apoiantes dos professores.



## **-Anexo 37 - Transcrição da entrevista ao Director de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica**

### **Transcrição de Entrevista como ao Director de Turma do CEF de Técnico de Electrónica**

**31-5-2007**

2.1 – Esta turma, desde o início do ano passado, do ano lectivo anterior.

2.2 – Praticamente é o mesmo, com excepção de um ou outro colega, mantêm-se os mesmos professores.

2.3 – A dificuldade é a nível de arranjar, portanto, materiais para leccionar as aulas, devido às características que os alunos têm, basicamente á isso.

2.4 – Sim.

2.5 – Estes professores, sim.

2.6 – Sim, sim. Principalmente visitas de estudo.

2.7 – Aí tenho algumas dúvidas, mas em princípio ... depende do ponto de vista que se queira abordar, mas..., estes cursos dos CEF(s) estão, fundamentalmente a parte técnica é feita pelo IEFP e para funcionarem nestas escolas, às vezes têm de levar adaptações. Eles funcionam de uma maneira diferente da nossa. Eles são adaptados, digamos assim, nós temos de fazer adaptações ao programa, portanto, aos conteúdos programáticos da área técnica.

2.8 – Na maioria sim, podemos dizer que sim.

2.9 – A carga horária não deixa muito tempo para trabalhos em casa ou até mesmo para eles estudarem, eles praticamente têm a semana toda carregada.

2.10 – Portanto a nível de hábitos de trabalho. Não sabem..., portanto, com poucos hábitos de trabalho. São alunos com algumas dificuldades, portanto, cognitivas também algumas, mas basicamente são alunos que já tiveram várias repetências. Há exceções, mas são alunos que já vêm com muitas repetências, então há alguma dificuldade em motiva-los para o curso. Não é tanto para o curso, mas para os conteúdos que o curso exige.

2.11 – Há alunos que adoptam, há outros que estão só para obter a equivalência ao 12º. Ano. Mas há alguns que têm... que estão de acordo com a filosofia do curso, há outros que nem tanto, porque o objectivo deles basicamente é o 12º. Ano. Não propriamente a área profissional mas o 12º.ano. Há outros que estão na área profissional que pretendem.

2.12 – Isto são alunos com características especiais, digamos assim, têm características especiais, e é preciso estar constantemente a motiva-los para eles trabalharem. Principalmente nas disciplinas mais teóricas é que o problema se põe. Quanto a mexer, manusear, tudo bem, quando necessitam de..., que há situações em que é necessário um conhecimento teórico, aí o desinteresse de alguns é evidente.

2.13 – Sim, aqui não temos tido razão de queixa.

2.14 – Não, são um pouco individualistas.

2.15 – Nesta área têm, desde que pretendam.

2.16 – Questão respondida em Entrevista ao Coordenador de Curso (Anexo TRECTE).

2.17 – A taxa de sucesso escolar é boa.

2.18 – 2.19 -A maior parte destes alunos, metade destes alunos são encarregados de educação deles próprios, não é, a outra metade tem... dos seis, sete encarregados de educação, geralmente aparecem às reuniões quatro. Esses, os que aparecem às reuniões, os que aparecem constantemente, esses estão a par da situação dos educandos.

2.20 -São sempre os mesmos, são quatro encarregados de educação que aparecem sempre.

## Anexo VI

## -Anexo 22 – Tabela de análise da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo C1

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz									
Categoria 1: Capacitação dos alunos		UNIDADES DE REGISTO					FREQUENCIA		
SUB-CATEGORIAS							E 1	E 2	E 3
-Orientação vocacional e escolar.	(...)a escola tem já uma tradição de cursos, enfim, mais orientados para a vida activa, que por assim dizer antecederam os CEFs, o programa 9º+1, o programa 15-18, o 10º ano profissionalizante, portanto, digamos que a abertura dos CEF tal como eles estão designados, desde o primeiro ano, desde que eles foram implementados, não sei precisar o ano, mas foi desde o primeiro. E1 (...) portanto nós na organização destes cursos entramos muito com a orientação escolar dos alunos e portanto neste trabalho de orientação escolar, às vezes de reorientação escolar, é que por vezes trabalhamos em conjunto com o Centro de Emprego... E1						1		
-O Insucesso / sucesso escolar.	Isto decorreu das necessidades dos alunos, isto é começamos a verificar a partir de dada altura, que havia necessidade de criar saídas alternativas para os alunos que não estavam a conseguir obter uma escolaridade regular com os currículos tradicionais, e portanto, digamos que a abertura dos CEFs decorre em primeiro lugar, dessa percepção que a escola tem(...) E1 (...)que os miúdos concluíssem a escolaridade, portanto terem uma certificação escolar, por outro lado, uma primeira orientação profissional, digamos que aqui há uma dupla justificação, e o objectivo aqui era precisamente, enfim, tentar por essa via, criar alternativas de sucessos aos miúdos, alternativas de formação que propiciassem realmente que estes miúdos conseguissem ter sucesso. E1 - Que tem contribuído tem, porque há uma taxa de conclusão bastante significativa, não é... e portanto se abordarmos as coisas por este prisma, os alunos deixam de chumbar, no regular e aqui passam a ter sucesso, agora, é um pouco relativo, porque o número de alunos que estão nestes cursos, também não é um número significativo (...) E1 Provavelmente onde mais se verificou influência destes cursos foi nas taxas de abandono, isto é, as taxas de abandono escolar, recuaram e provavelmente muito por via dos CEFs.E1						1		
-Colocação dos alunos na vida activa.	Nós na escola, temos ao nível do Centro de Emprego um conjunto de contactos que nos permitem, por vezes, pedir a ajuda para encaminhar alunos, por exemplo para cursos que o próprio Centro de Emprego dinamiza (...) E1						2		
							1		

## -Anexo 23 – Tabela de análise da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo C2

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz									
Categoria 2: Gestão de recursos e financiamento dos C.E.F.(s)		UNIDADES DE REGISTO					FREQUENCIA		
SUB-CATEGORIAS							E 1	E 2	E 3
-Rentabilização de recursos físicos e humanos existentes.	(...) os recursos físicos não foi preciso grandes alterações, a escola tinha já alguns recursos que vinham dos Cursos Tecnológicos, e portanto, digamos que, na organização destes cursos tivemos em linha de conta, não só as orientações e apetências dos miúdos, mas simultaneamente os recursos físicos, materiais e humanos que a escola disponha, (...) E1 Vamos lá ver, isto foi sobretudo feito com recursos humanos da escola (..) E1	3	1						
-Aprendizagem ao Longo da Vida.	...a escola pediu a colaboração de outras entidades, para virem dar formação a áreas em que nós não tínhamos pessoal com formação especificamente para esse fim, sei lá, uma das formações que tiveram foi com a Equipa de Apoios Educativos, com o ECAI, (...) pela Direcção Regional, portanto mas que disponibilizou alguns educadores de infância que tinham formação em Ensino Especial, para virem apoiar nalgumas áreas relacionadas com os CEFs de Apoio à Infância, (...) E1 Formação na área científica não, porque, é suposto que os professores no campo científico sejam pessoas qualificadas, (...) E1	1							
-Gestão financeira dos C.E.F.(s).	Ora bem, inicialmente a escola candidatou, os primeiros cursos, candidatou-os ao PRODEP, até ao final da fase de em que o PRODEP saiu da zona de Lisboa e Vale do Tejo, não é..., portanto o PRODEP II, depois, se não me engano, ainda abrangeu aqui a nossa zona, portanto na altura, ao abrigo do PRODEP, nós obtivemos algum financiamento, alguma comparticipação para estes cursos, nomeadamente em termos de alguns recursos materiais, algum, ao nível dos formadores também, (...) E1 Directamente não há apoios, portanto esse apoio não existe, aliás, penso que nem nenhuns, portanto, nestes cursos CEF não há. E1 O que existe é que a escola no seu orçamento anual, contempla sempre verba, para estes cursos, portanto, para o acompanhamento destes cursos. E1	1							

## -Anexo 24 – Tabela de análise da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo C3

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz											
Categoria 3: Relações colegiais e clima de escola.											
SUB-CATEGORIAS		UNIDADES DE REGISTO					FREQUENCIA				
		E	E	E	E	E	1	2	3	4	5
-Trabalho colaborativo entre professores.		pediu-se depois a ajuda e a implicação de vários serviços da escola, nomeadamente dos SPO, Núcleo de Apoio Educativo, que em articulação com outras pessoas da escola, nomeadamente com as direcções de turma e Coordenação de Direcções de Turma, criaram-se equipas, que no fundo, levaram a que se aproveitasse esta oportunidade que era a implementação de CEFs, ...em relação a estes cursos, com um acompanhamento muito mais sistemático por parte dos Conselhos de Turma, portanto, um trabalho colaborativo maior, digamos que do ponto de vista do funcionamento do grupo de professores, do Conselho de Turma, (...) a articulação entre os professores, digamos que foi uma experiência, deste ponto de vista muito enriquecedora, agora eu acho que tem sido das poucas experiências em que efectivamente os professores estão a conseguir ter um trabalho colaborativo...					1				
-Organização curricular e pedagógica dos C.E.F.(s)		...estes CEFs deram excelentes resultados, porque por exemplo a questão da assiduidade, a questão da obrigatoriedade de se cumprirem horas de formação, o trabalho do próprio Conselho de Turma					1				

## -Anexo 25 – Tabela de análise da entrevista ao Presidente do Conselho Executivo C4

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Maria da Luz									
Categoría 4: - Relações da escola com a comunidade e com o Estado		UNIDADES DE REGISTO				FREQUENCIA			
SUB-CATEGORIAS						E	E	E	E
						1	2	3	4
-Estabelecimento de relações formais e informais entre a escola e empresas e outras instituições.		, é que conseguimos criar uma rede de forças vivas da região, que nos permitem como muita facilidade obter e organizar estágios para os alunos, portanto, angariar colaborações, desse ponto de vista foi, está muito bem organizado e acho que esta rede está a dar frutos, portanto, esta capacidade que tivemos de criar este conjunto de parcerias, quer públicas, quer privadas, há empresas, há entidades públicas como a Junta de Freguesia, Câmara Municipal, empresas privadas das mais diversas, IPSS,(...) E1				2			
		Nós neste momento temos um protocolo com a Autarquia, já a nível dos cursos profissionais do secundário, que não os CEFs, que não... é outra coisa. Digamos que a Autarquia auxilia sobretudo em termos de estágios profissionais, portanto, foi uma das entidades parceiras que recebe estagiários dos vários cursos e portanto a esse nível, foi uma entidade que não financiando, digamos que colaborou nesse aspecto de uma forma bastante significativa.E1				1			
		portanto, por vezes trabalhamos em rede com outras escolas, no sentido de receber alunos doutras escolas para estes cursos, e simultaneamente essa escola encaminhava alunos seus para cursos que a nossa escola tivesse para oferecer, que tivessem mais recursos. E1							
		(...)não há uma ligação directa CEF/Centro de Emprego, há uma ligação do Centro de Emprego à escola, não está formalizada, portanto é uma ligação muito das pessoas que trabalham cá e lá e se conhecem, e que às vezes são mais eficazes do ponto de vista do encaminhamento dos alunos. E1				2			
-Aquisição de locais de estágio para alunos finalistas de C.E.F.(s) e sua inserção na vida activa.		Nós na escola, temos ao nível do Centro de Emprego um conjunto de contactos que nos permitem, por vezes, pedir a ajuda para encaminhar alunos, por exemplo para cursos que o próprio Centro de Emprego dinamiza a nível do Centro de Emprego da Localidade A, pronto, há aqui um trabalho que está estabelecido com eles, apesar de não estar formalizado, portanto, não houve formalização especificamente virada para isto.				1			
-Coordenação estatal no estabelecimento de parcerias e políticas para a eficiência das escolas.		Os júris para essas provas são fruto de parceria com as instituições, com as instituições onde os estágios se realizam, E1				1			
		(...)não há uma ligação directa CEF/Centro de Emprego, há uma ligação do Centro de Emprego à escola, não está formalizada, portanto é uma ligação muito das pessoas que trabalham cá e lá e se conhecem (...) E1				1			
		(...)a partir do momento em que o PRODEP terminou na zona do Vale de Lisboa, temos contado com a colaboração das pessoas das empresas, ou das entidades, gratuitas, não é, de uma forma gratuita, e aí há muito trabalho do coordenador de curso, que normalmente estabelece com estas entidades algumas cumplicidades, tenta a colaboração de outras pessoas, portanto temos conseguido, até agora temos conseguido que haja um elemento de cada entidade onde decorrem os estágios a vir participar na, nestas provas dos alunos.				1			



**-Anexo 27 - Tabela de análise da entrevista aos Coordenadores do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C1**

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Coordenadores dos CEFs de Assistente de Acção Educativa e Técnico de Electrónica		
Categoria 1: Capacitação dos alunos		
SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA
		E 1 E 2 E 3 E 4 E 5
-Orientação vocacional e escolar.	(...) uma das coisas que me parece que foi tido em linha de conta, foi a necessidade daqui da zona de ter apoios domiciliário a crianças. Algumas instituições, muitos destes garotos gostam bastante de lidar com miúdos, também têm muitos irmãos e esse apoio domiciliário começava até pelo núcleo familiar, (...) E2  Este curso foi para, por causa dos miúdos com necessidades educativas, em termos de progressão de ensino secundário, normal, tas a perceber, então optamos por este curso para lhes dar uma saída profissional e para tentarem fazer o ensino secundário.E3	1
-O Insucesso / sucesso escolar.	(...) algumas destas miúdas que estavam em abandono escolar, não é que não dessem para estudar, é porque não tinham condições para estudar, nem físicas nem económicas, e tiveram que ir trabalhar para sustentar uma família, (...)E2  Eles estavam habituados a um ritmo lento, a matérias muito simples, e deram um salto fenomenal, em termos académicos. E isso está a reflectir-se no aproveitamento, na motivação dos alunos. E2  Estes alunos, se não fossem estes cursos, abandonavam completamente o ensino, a partir do nono ano, do secundário. Nós já tivemos cá cursos deste tipo para dar equivalência ao nono ano.E3	1  1  3
-Organização curricular e pedagógica dos C.E.F.(s)	(...) este curso é muito teórico, quase todas as disciplinas são muito teóricas, com excepção da de ATL, que conseguem fazer coisas muito engraçadas, mas na prática, não há trabalho nas outras disciplinas, e isso acaba por ser bastante negativo, mas de resto, tem havido, até tem havido muita procura deste curso, (...)E2  Porque caso contrário, eles em casa, quer pelo horário carregado, quer por características próprias deles, não são alunos que por eles próprios tenham iniciativa de estudo, portanto nós é que, no fundo, ensiná-los a estudar e obter o mínimo possível. E3  (...) podemos aproveitar matéria que foi dada para mostrar que na prática como é que é, mas tentamos sair, (...)E2  O que nós fazemos, portanto, são visitas de estudo, mas em várias disciplinas, de acordo com os programas que estão a ser leccionados. Para que eles tenham, portanto, uma visão da realidade maior E3	1    3  1  1

**-Anexo 28 - Tabela de análise da entrevista aos Coordenadores do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C2**

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Coordenadores dos CEFs de Assistente de Acção Educativa e Técnico de Electrónica												
Categoria 2: Gestão de recursos e financiamento dos C.E.F.(s)					UNIDADES DE REGISTO			FREQUENCIA				
SUB-CATEGORIAS					E 1	E 2	E 3	E 4	E 5			
-Rentabilização de recursos físicos e humanos existentes.		Tinha as salas de aula, só. Ah! Os armários e fomos construindo ao longo do tempo os espaços.E2 nós antigamente não tínhamos sala com bancada, decidimos dar aulas aqui porque precisamente esta sala tinha uma bancada com torneira, podia ser utilizada quando nós fazíamos trabalhos práticos, que exigiam o uso de água,E2 Adquirir, tivemos que comprar os materiais, os papeis, as tintas, sobretudo nas disciplinas mais técnicas, não é, as fraldas, os bonecos para elas treinarem as mudanças das fraldas, não adquirimos, (isso trazem elas, os próprios bebés de casa), tivemos de construir berços de papel e cartão, caminhas, e tivemos que adquirir muitas obras teóricas, ou com conceitos práticos, E2 É os mesmos, portanto a oficina, laboratório.E3 Material de desgaste, e em termos de equipamentos foi multímetros, que adquirimos, mas basicamente é material para execução de trabalhos. A escola está bem equipada com equipamentos, ferramentas, estamos bem equipados. E3 Não, quando se abriu este curso, foi com 99% de professores “prata da casa”,E2 (...) estamos a leccionar nestes cursos com os professores do quadro, neste momento estão dois professores que são contratados, mas que têm formação na área, nesta área.E3			1							
-Aprendizagem ao Longo da Vida.		Não. Às vezes há formações, não sei se lhe pode chamar bem formações, mas actividades, que o Conselho Directivo até nos incentiva a nos integrarmos nelas, porque nos podem ajudar de alguma maneira a trabalhar com este tipo de turnas. Há o caso de uma acção de formação que eu achei esplêndida, que tinha a ver com competências sociais, foi fabulosa! E2 Nós aqui, as disciplinas que leccionamos é só mesmo da... no caso específico do nosso curso é só mesmo da formação inicial. E3			2							
-Gestão financeira dos C.E.F.(s).		- Há uma verba que é destinada para a aquisição de material, e para fotocópias, fora isso não há mais nada. Antigamente, parece que havia o PRODEP, que financiava, no entanto isso acabou, infelizmente,E2 Estas miúdas precisavam de ter um subsídio que as ajudasse a pagar outros materiais que tivessem de adquirir fora da escola, o que tem o SASE, mas isso não cobre tudo, por exemplo camionetas para ir para o estágio, o que existe é manifestamente insuficiente. E2 Isso não sei, porque quem coordena isso é o Conselho Executivo. E3			1							

**-Anexo 29 - Tabela de análise da entrevista aos Coordenadores do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C3**

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Coordenadores dos CEFs de Assistente de Acção Educativa e Técnico de Electrónica									
Categoria 3: Relações colegiais e clima de escola.		UNIDADES DE REGISTO					FREQUENCIA		
SUB-CATEGORIAS							E 1	E 2	E 3
-Trabalho colaborativo entre professores.		Tivemos é sempre em equipa de professores, aqui nós funcionamos muito nestes cursos, em bloco. É uma das coisas fantásticas que estes cursos têm, enquanto num curso regular os professores funcionam muito para a sua disciplina, e não para a disciplina do colega, aqui todos nós temos o mesmo objectivo, é um bloco, (...)E2 Excelentes! Excelentes relações! Aliás, só assim se poderia levar a bom porto o trabalho que foi iniciado neste campo. Nós acabamos por nos dar imenso apoio.E2 De maneira que os professores destes cursos têm um trabalho bastante grande, para arranjar documentação, fazer fichas de trabalho, temos de ter de trabalhar com fichas de trabalho com eles, constantemente, portanto não pode ser um tipo de ensino idêntico ao regular. E3						2	
-Motivação dos professores		(...)de resto tentamos sempre que sejam professores que conhecem bem a escola, conhecem bem a dinâmica da escola e o próprio curso, que estão motivados para este tipo de trabalho, que é muito diferente do trabalho que é feito em turnas regulares.E2 (...) nós gostamos de ensinar, gostamos muito de ver crescer, muito, e isto de facto dá um trabalho muito grande, não apenas académicos mas em termos humanos, as pessoas de fora que não estão metidas no sistema, acham, enfim, que isto é para passar, mas isto não é bem assim, e então, às vezes olham um bocadinho de lado e só depois quando integram e começam a ver o tipo de trabalho que é feito, é que começam de facto a gostar.E2 (...) em princípio há professores que não vêm à espera de miúdos com estas características, mas depois têm se motivado e têm tentado ajudar os alunos.E3						1	
									2
									1

## -Anexo 30 - Tabela de análise da entrevista aos Coordenadores do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C4

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Coordenadores dos CEFs de Assistente de Acção Educativa e Técnico de Electrónica										
Categoria 4: - Relações da escola com a comunidade										
SUB-CATEGORIAS		UNIDADES DE REGISTO					FREQUENCIA			
							E	E	E	E
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
							1	2	3	4
</										

**-Anexo 33 - Tabela de análise da entrevista ao Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C1**

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Directores das Turmas dos CEFs de Assistente de Acção Educativa e Técnico de Electrónica									
<b>Categoria 1:</b> Relações colegiais e clima de escola.									
SUB-CATEGORIAS		UNIDADES DE REGISTO				FREQUENCIA			
						E 1	E 2	E 3	E 4
-Estabilidade docente		...houve alguns professores que saíram porque não eram efectivos da casa e portanto variaram. E4 mantêm-se os mesmos professores. E5						1	1
-Trabalho colaborativo entre professores.		Sim, muito, não só nas reuniões mas nos intervalos, andamos sempre a conversar uns com os outros sobre o que fazer e quando. E4 Sim.E5						1	1
-Motivação dos professores		Sim. E4 Estes professores, sim. E5						1	1

## -Anexo 34 - Tabela de análise da entrevista ao Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C2

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Directores das Turmas dos CEFs de Assistente de Acção Educativa e Técnico de Electrónica		
Categoria 2: Capacitação dos alunos .		
SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA
		E 1E 2E 3E 4E 5
-Orientação vocacional e escolar.	Sim conhecem, tanto pela informação que tem passado quer pela coordenadora do curso, quer pela directora de turma, quer pelo Conselho Executivo. E4	
	Há excepções, mas são alunos que já vêm com muitas repetências, então há alguma dificuldade em motiva-los para o curso. E5	1
	(...) que estão de acordo com a filosofia do curso, há outros que nem tanto, porque o objectivo deles basicamente é o 12º. Ano. Não propriamente a área profissional mas o 12º.ano. Há outros que estão na área profissional que pretendem. E5	1
-Organização curricular e pedagógica dos C.E.F.(s)	Creio que não, porque há muitas disciplinas, há conteúdos que estão desajustados, são muito extensos,(...) E4	2
	estes cursos dos CEF(s) estão, fundamentalmente a parte técnica é feita pelo IEFP e para funcionarem nestas escolas, às vezes têm de levar adaptações.E5	1
	Na maioria sim, podemos dizer que sim. E5	1
-O Insucesso / sucesso escolar.	(a carga horária) É excessiva. Pelo menos nesta turma elas têm aulas desde as oito e meia até às cinco e cinco da tarde, e portanto o espaço para estudo e investimento pessoal é muito pouco, E4	3
	A carga horária não deixa muito tempo para trabalhos em casa ou até mesmo para eles estudarem,(...) E5	1
	(...) depende de disciplina para disciplina, há umas que são mais renitentes, àquelas que implicam mais teoria, são mais de estudo, são mais renitentes, em termos de prática, as disciplinas que têm muita prática, já aderem. E4	1
-O Insucesso / sucesso escolar.	Principalmente nas disciplinas mais teóricas é que o problema se põe. Quanto a mexer, manusear, tudo bem, quando necessitam de..., que há situações em que é necessário um conhecimento teórico, aí o desinteresse de alguns é evidente. E5	1
	O saber estudar, as dificuldades cognitivas, muitas dificuldades cognitivas, em algumas situações problemáticas mesmo, o tempo de estudo, a organização do seu estudo. E4	1
	Portanto a nível de hábitos de trabalho. Não sabem..., portanto, com poucos hábitos de trabalho. São alunos com algumas dificuldades, portanto, cognitivas também algumas, (...) E5	1
-Inserção dos alunos na vida activa.	Têm, efectivamente têm. E4	1
	A taxa de sucesso escolar é boa. E5	1
	Sinceramente não acredito que arranjem facilmente emprego. A experiência que eu tenho é que uma ou duas alunas por turma consegue de facto arranjar emprego na área. E4	1

**-Anexo 35 - Tabela de análise da entrevista ao Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C3**

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Directores das Turmas dos CEFs de Assistente de Acção Educativa e Técnico de Electrónica									
Categoria 3: Relações Aluno/Escola		UNIDADES DE REGISTO				FREQUENCIA			
SUB-CATEGORIAS						E 1	E 2	E 3	E 4 5
-Comportamento dos alunos		(...) é uma turma constituída por quinze raparigas, em que existem uns certos atritos femininos, que se calhar noutras turmas mistas não há.E4 (Boas relações) Sim, aqui não temos tido razão de queixa. E5						1	1
-Mobilização de alunos na promoção de actividades.		Regularmente não. Isso não acontece. Aconteceu na semana da escola, este ano, isso não tem acontecido tanto. E4 Não, são um pouco individualistas. E5						1	1

**-Anexo 36 - Tabela de análise da entrevista ao Directores de Turma dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C4**

Tabela de Análise - Entrevista semi directiva aos Directores das Turmas dos CEFs de Assistente de Acção Educativa e Técnico de Electrónica									
<b>Categoria 4:</b> Inter relações Escola/Família		UNIDADES DE REGISTO					FREQUENCIA		
SUB-CATEGORIAS							E	E	E
							1	2	3
-Estabelecimento de relações formais entre a escola e a família.	Têm e são encarregados de educação que assumem e vêm às reuniões. A grande maioria dos encarregados de educação vem às reuniões. E4 A maior parte deste alunos, metade destes alunos são encarregados de educação deles próprios, não é, a outra metade tem... dos seis, sete encarregados de educação, geralmente aparecem às reuniões quatro. E5								1
-Envolvimento dos Encarregados de Educação no processo Ensino / Aprendizagem.	Dão, dão, eles comparecem à escola, são devidamente informados, questionam sobre os cursos, e até à data com esta turma ainda não nenhum encarregado de educação que me pusesse em dúvida a maneira como o professor A, B, C ou D lecciona, pelo contrário, há encarregados de educação que são exigentes com as suas educandas e que exigem igualmente regras e disciplina e tempo de estudo, (...) eles estão ali em coordenação com o Director de Turma. E4 Esses, os que aparecem às reuniões, os que aparecem constantemente, esses estão a par da situação dos educandos. E5								1



**-Anexo 38 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C1**

Tabela de Análise – Questionário aos Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica											
Categoria 1: Capacitação dos alunos			RESPOSTAS								
SUB-CATEGORIAS	QUESTÕES		AE SIM	AE NÃO	AE N/S	TE SIM	TE NÃO	TE N/S	TOTAL SIM	TOTAL NÃO	TOTAL N/S
-Orientação vocacional e escolar.	2.1		2	2	0	2	2	0	4	4	0
-Realização Pessoal	2.2		4	0	0	4	0	0	8	0	0
-Caracterização dos alunos (comportamento / Aproveitamento)	2.3		4	0	0	4	0	0	8	0	0
	2.4		2	2	0	2	1	1	4	3	1
	4.9		1	2	1	4	0	0	5	2	1
	4.10		4	0	0	4	0	0	8	0	0
-Expectativas académicas e profissionais	2.5		2	2	0	0	4	0	2	6	0
	2.6		3	0	1	1	2	1	4	2	2
	2.7		2	0	2	4	0	0	6	0	2

**-Anexo 39 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C2**

Tabela de Análise – Questionário aos Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica											
<b>Categoria 2: Envolvimento dos Professores nos CEF</b>											
SUB-CATEGORIAS	QUESTÕES		RESPOSTAS								
			AE SIM	AE NÃO	AE N/S	TE SIM	TE NÃO	TE N/S	TOTAL SIM	TOTAL NÃO	TOTAL N/S
-Conhecimento que os docentes têm acerca dos CEF	3.1		4	0	0	3	1	0	7	1	0
	3.2		4	0	0	3	1	0	7	1	0
	3.3		2	2	0	2	2	0	4	4	0
	3.4		1	0	1	2	0	0	3	0	1
	3.5		1	3	0	2	2	0	3	5	0
-Participação na organização curricular e pedagógica dos CEF	3.6		3	1	0	3	0	1	6	1	1
	3.7		1	2	1	2	1	1	3	3	2
	3.8		0	3	1	0	2	2	0	5	3
	3.9		4	0	0	4	0	0	8	0	0

**-Anexo 40 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C3**

Tabela de Análise – Questionário aos Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica												
Categoria 3: Interações Escola / CEF												
SUB-CATEGORIAS		QUESTÕES		RESPOSTAS								
				AE SIM	AE NÃO	AE N/S	TE SIM	TE NÃO	AE N/S	TOTAL SIM	TOTAL NÃO	TOTAL N/S
-Integração dos CEF na escola.	4.1			4	0	0	4	0	0			
	4.2			4	0	0	4	0	0			
	4.5			4	0	0	4	0	0			
-Clima de Escola	4.3			4	0	0	3	0	1			
-Motivações dos professores	4.4			0	3	1	0	3	1			
-Recursos físicos / humanos	4.6			3	0	0	3	1	0			
	4.7			2	2	0	4	0	0			
	4.8			1	3	0	1	0	3			

**-Anexo 41 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C4**

Tabela de Análise – Questionário aos Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica											
Categoria 4: Interações Escola / Família											
SUB-CATEGORIAS	QUESTÕES		RESPOSTAS								
			AE SIM	AE NÃO	AE N/S	TE SIM	TE NÃO	TE N/S	TOTAL SIM	TOTAL NÃO	TOTAL N/S
-Eficiência dos mecanismos de comunicação entre Escola e Família	4.11		3	0	1	2	2	0	5	2	1
	4.12		4	0	0	4	0	0	8	0	0

**-Anexo 42 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica C5**

Tabela de Análise – Questionário aos Docentes dos Cursos de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica											
<b>Categoria 5: Interações Escola / Comunidade</b>											
SUB-CATEGORIAS	QUESTÕES			RESPOSTAS							
	AE SIM	AE NÃO	AE N/S	TE SIM	TE NÃO	TE N/S	TOTAL SIM	TOTAL NÃO	TOTAL N/S		
-Relações estabelecidas entre a Escola e a comunidade	4	0	0	3	0	1	7	0	1		
	2	0	2	0	1	3	2	1	5		
	4	0	0	4	0	0	8	0	0		
	3	0	1	3	0	1	6	0	2		
5.1											
5.2											
5.3											
5.4											

**-Anexo 43 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Encarregados de Educação C1**

Tabela de Análise – Questionário aos Encarregados de Educação dos alunos do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica				
<b>Categoria 1: Capacitação dos alunos</b>				
SUB-CATEGORIAS	QUESTÕES	RESPOSTAS		
		SIM	NÃO	N/S
-Orientação vocacional e escolar.	2.1	20	1	0
	2.2	20	1	0
-Expectativas académicas e profissionais	2.3	8	8	5
	2.4	16	2	3
	2.5	16	2	3
-Caracterização dos alunos (comportamento / Aproveitamento)	2.6	5	5	11
	2.7	0	11	10
	4.1	20	0	1

**-Anexo 44 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Encarregados de Educação C2**

Tabela de Análise – Questionário aos Encarregados de Educação dos alunos do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica				
<b>Categoria 2: Interação Escola/Família</b>				
SUB-CATEGORIAS	QUESTÕES	RESPOSTAS		
		SIM	NÃO	N/S
-Representações que os Encarregados de Educação fazem dos CEF.	3.1	21	0	0
	3.2	21	0	0
	3.3	8	13	0
	3.4	21	0	0
	4.7	9	9	3
-Eficiência dos mecanismos de comunicação entre a Escola e a Família	4.5	20	0	1
	4.6	17	3	1

**-Anexo 45 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Encarregados de Educação C3**

Tabela de Análise – Questionário aos Encarregados de Educação dos alunos do Curso de Educação e Formação de Assistente de Acção Educativa e de Técnico de Electrónica				
<b>Categoria 3: Ralação Família/Meio</b>				
SUB-CATEGORIAS	QUESTÕES	RESPOSTAS		
		SIM	NÃO	N/S
-Estabilidade residencial e laboral	5.1	19	1	1
	5.2	12	7	2
	5.3	18	0	3
-Conhecimento da região em termos sócio económicos	5.4	15	2	4
	5.5	4	6	11
	5.6	15	0	6



**-Anexo 46 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C1**

Tabela de Análise – Inquérito de Questão Aberta aplicado aos alunos do CEF de Assistente de Acção Educativa		
<b>Categoria 1:</b> Representações que os alunos têm da Escola		
INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA
Um local de aprendizagem.	Para mim a escola é um local onde pudemos aprender sempre mais, em cada dia que passa é mais uma descoberta.	Q1 13
Um local de preparação para o futuro.	É onde aprendemos novos conhecimentos para um dia mais tarde os pudermos “usar” no dia-a-dia.	6
Um local de crescimento físico, intelectual e emocional.	É aqui neste local que se aprendem os mais profundos conhecimentos intelectuais, psicológicos e emocionais.	5
Um local de convívio com professores e funcionários.	Na escola encontram-se pessoas fantásticas, desde professores, auxiliares, directores e alunos.	3
Um onde existe liberdade de expressão.	É um local onde se pode expressar os sentimentos...	2
Um local para passar o tempo.	Para mim a escola é um local para passar o tempo.	1
Um local onde só se deve estar por gosto.	Quem tem gosto de cá permanecer aprende com mais facilidade, quem não gosta arrasta-se!	1
Um local de grande permanência.	É um espaço onde passo a maior parte do tempo e ocupo esse mesmo tempo nas aulas...	1
Cansativa.	Certos dias a escola é um lugar cansativo e cada vez mais me custa ir à escola.	1
Um local de convívio com o demais colegas.	...convive-se conhece-se pessoas novas, brincamos, divertimo-nos...	8
Um local privilegiado para a partilha de experiências.	É também um local onde pudemos viver grande parte das nossas experiências diárias...	1

**-Anexo 47 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C2**

Tabela de Análise – Inquérito de Questão Aberta aplicado aos alunos do CEF de Assistente de Acção Educativa		
Categorias 2: Representações que os alunos têm do Curso		
INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA
		Q1
Uma forma de aprender uma profissão de que se gosta.	Dá-nos a oportunidade de fazermos o que gostamos.	11
Uma alternativa aos currículos do ensino regular.	É também uma melhor forma de obtermos bons resultados nos estudos através dos nosso esforço (...) É também o tentar fugir aos currículos normais, porque com estes cursos podemos obter uma melhor formação. É um meio alternativo, é uma oportunidade de “remendar” os erros que uma pessoa fez. O curso dá talvez aquela oportunidade que nunca iria ter na vida.	5
Uma preparação para o futuro.	É uma formação muito importante para o nosso futuro, (...) dá-nos a possibilidade de conseguir melhor os nossos objectivos futuros.	3
Uma oportunidade de inserção na vida activa.	É uma saída profissional ótima para mim. Com ele existe mais oportunidades de saída para o mundo do trabalho.	2
Algo agradável.	O curso é um local onde eu adoro estar...A1	2
Dedicação.	Requer trabalho e dedicação.	2

**-Anexo 48 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C3**

Tabela de Análise – Inquérito de Questão Aberta aplicado aos alunos do CEF de Assistente de Acção Educativa <b>Categoria 3:</b> Expectativas que os alunos depositam no Estágio		FREQÜENCIA	
INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	Q1	
Uma adaptação ao meio laboral.	Uma boa experiência, uma boa preparação para o mundo do trabalho. A9	5	
Algo agradável.	Um dos momentos mais engraçados da minha vida. A3 Novamente agradável...A6	3	
Uma preparação para o futuro.	Bom para o meu futuro...A5	2	
Uma concretização prática do que foi aprendido durante o curso.	...o estágio é muito importante pois é a parte prática, é quando na realidade vemos que o nosso objectivo pode ser mesmo alcançado. A14 Sendo o estágio uma prática, espero que seja algo que me transmita conhecimentos, que de certa forma são impossíveis de serem transmitidos na teoria.	2	
Tem uma duração demasiado curta.	Acho que duas semanas não chegam, mal estamos a habituarmo-nos às crianças, já estamos a mudar de valência. A6	2	
Uma familiarização com um sistema hierárquico.	...que consiga interagir bem com as crianças e todo o pessoal relativamente à instituição. A11	1	
Uma experiência enriquecedora.	No estágio as experiências são muito boas, a amizade e a confiança que as crianças nos transmitem, são a chave de sucesso para trabalhar...A4	9	
Melhor que o anterior (realizado no final do 10ºano).	Melhor, ainda melhor que do que o estágio que realizei no ano passado.A1	6	

**-Anexo 49 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C1**

Tabela de Análise – Inquérito de Questão Aberta aplicado aos alunos do CEF de Técnico de Electrónica		
Categoría 1: Representações que os alunos têm da Escola		
SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA
		Q1
Um local de aprendizagem.	Um centro de estudo e de aprendizagem, que se aprende a trabalhar, a pesquisar e a estudar. A19	8
Um local de preparação para o futuro.	Os professores ensinam o que nós devemos aprender em cada ano que frequentamos e também nos preparam para a vida, pois transmitem-nos muitas experiências e vivências que tiveram, não só enquanto foram estudantes mas também agora que estão inseridos no mercado de trabalho.	4
Um local de crescimento físico, intelectual e emocional.	Ser mais responsável, não deixar fugir a oportunidade que nos dão pois pode não haver outra. A28 A escola também serve para conviver com os colegas, para fazer vários desportos e para irmos evoluindo de mentalidade. A19	2
Tem poucas possibilidades de escolha de áreas de estudo.	...devia haver mais cursos profissionais e técnicos de várias áreas de emprego. A19	1
Uma forma de avaliar os alunos.	Um local de estudo em que os alunos com a ajuda de um professor estudam a matéria e mais tarde são sujeitos a testes para saberem se essa matéria foi compreendida, e assim se consegue fazer uma avaliação desse aluno. A24	1
Um local jovem.	...estado de espírito jovem...A28	2
Um local de longa permanência	É uma segunda casa onde passamos a maior parte do tempo. A24	1
Um local de convívio com o demais colegas.	O melhor tempo que a gente passa é na escola com os amigos e amigas.	10

**-Anexo 50 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C2**

Tabela de Análise – Inquérito de Questão Aberta aplicado aos alunos do CEF de Técnico de Electrónica		
Categorias 2: Representações que os alunos têm do Curso		
SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA
		Q1
Uma forma de aprender uma profissão	É onde se aprende uma área específica para depois ter um trabalho razoável. A22	6
Uma oportunidade de concluir o 12ºano.	O curso é bastante bom mas não era este curso que eu queria seguir, só me interessa ter o 12º ano A26	4
Interessante.	Na minha opinião, interessante, e não é mais fáceis do que os outros. A24	3
Algo agradável.	Gosto do curso e espero ter saídas profissionais. A18	1
Um local de partilha de experiências.		1
Pouco estimulante.	Para mim não era realmente aquilo que eu queria. A21	1
Algo desejado.		1
Difícil.		1
Importante.	É muito importante termos um curso. A25	1

**-Anexo 51 - Tabela de análise de Questionário aplicado a Alunos do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C3**

Tabela de Análise – Inquérito de Questão Aberta aplicado aos alunos do CEF de Técnico de Electrónica		
<b>Categoria 3:</b> Expectativas que os alunos depositam no Estágio		
SUB-CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA
		Q1
Uma oportunidade de formação da personalidade.	Que me ajude a melhorar como profissional e sobretudo como pessoa. A 27	1
Um complemento de formação.	Muito importante, onde pudemos aprender mais sobre o curso que estamos a tirar. A25	6
Uma familiarização com um sistema hierárquico.	No estágio aprende-se a conviver com pessoas mais velhas. A19	1
Uma adaptação ao meio laboral.	Uma boa valia para aprender mais sobre a vida do mundo do trabalho. A21	4
Uma oportunidade de inserção na vida activa.	...espero se seja as portas para o meu futuro, que venha a ser importante na colocação de uma empresa como trabalhador. A17	5
Uma experiência enriquecedora.	Uma experiência boa para mim, que eu aprenda muito, ganhe experiência e que me faça dar mais valor ao trabalho. A24	5
Melhor que o anterior (realizado no final do 10ºano).	Melhor do que os outros que já tive. A23	1
Um local de convívio.	Bastante divertido, com muito boa disposição da parte de colegas e profissionais, mas claro com muito trabalho no meio. A26	2

**-Anexo 52 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C1**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Assistente de Acção Educativa														
Categoria 1: Organização curricular e pedagógica do Curso														
SUB-CATEGORIAS		INDICADORES		UNIDADES DE REGISTO		FREQUENCIA								
				A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	T			
Cumprimento do Normativo		A1,A2-Adopção por parte dos professores de regras específicas.		(...) a Directora de Turma informou o Conselho de Turma sobre os procedimentos a adoptar em caso de falta do professor. (...) A Directora de Turma informou igualmente o Conselho de Turma sobre os procedimentos a adoptar em caso de falta dos alunos. A1 (... ) os horários de cada professor para se poder efectuar trocas (...) A2	1	1								
				(...) a Directora de Turma (...) entregou um conjunto de documentos que contém a relação das alunas, e respectivas fotografias (...) A2	1									
				A professora (...) entregou um mapa a cada professor para registar as aulas não leccionadas, assim como a respectiva data da aula de substituição. A2	1									
Gestão do Currículo		A1-Organização de actividades extra curriculares relacionadas com os conteúdos leccionados.		1										
		A1, A2-Criação de materiais didácticos para as várias disciplinas.		1	1									
		A2-Adaptação de materiais didácticos conforme as necessidades dos alunos.		1										

	A2-Adopção de critérios de avaliação aplicados em anos anteriores.	(...) foi confirmado que os critérios de avaliação a aplicar para este curso seriam os mesmos no Curso de Educação e Formação – tipo quatro do ano anterior. A2	1						
	A2-Adaptação de conteúdos e critérios de avaliação conforme as características de alguns alunos.	A professora de Francês (...) devido à heterogeneidade de níveis das alunas, faz fichas com graus de exigência diferentes (...) A2	4						
	A2-Criação de estratégias com vista à melhoria do comportamento das alunas.	Em relação ao comportamento, pode haver melhorias e para tal foi feita uma planta de sala de aula tendo em conta as caracterização da turma. A2	1						
	A2-Permuta de professores conforme os conteúdos leccionados nas várias disciplinas.	(...) o ponto de “Oficina da comunicação e Expressão não Verbal Um” será leccionado pela professora (...) . Por outro lado a professora (...) leccionará os pontos/tópicos “Adolescência/Desenvolvimento e Educação”, (...) A2	1						
	A2-Divulgação do plano de visitas de estudo.	Em relação a visitas de estudo/actividades, o professor (...) planificou para as suas disciplinas as seguintes actividades: A2	5						
	A2-Ocupação de horas contempladas nos horários dos professores para substituição e apoios, na preparação de materiais didácticos.	A professora (...) solicitou que as horas de escola sejam ocupadas na preparação de materiais em vez das substituições ou apoios. A2	1						



A3,A4,A6, A7- Adopção de estratégias de remediação e reorientação de percurso escolar de alunos com fraco aproveitamento.	<p>Como forma de atingir um melhor aproveitamento da turma os professores irão solicitar a realização de fichas de trabalho, (...) serão realizadas “mini-fichas” de avaliação com maior frequência. A3</p> <p>(...) as alunas irão prestar serviço em algumas instituições, em horário lectivo, para desempenho prático e aplicação dos conteúdos teóricos aprendidos (...) A3</p> <p>(...) os professores continuarão a insistir em trabalhos de casa, trabalhos de pesquisa individuais ou em grupo e realização de fichas de avaliação com menos conteúdos. A4</p> <p>As alunas (...) iriam realizar um teste de recuperação. A6</p> <p>Foi solicitado um trabalho de recuperação, mas a mesma não manifestou interesse(...) A7</p>	4	1	6	6
A4, A5, A6, A7- Balanço sobre os conteúdos programáticos leccionados.	<p>Quando o professor de T.I.C.,(...) terminar as aulas desta disciplina a hora lectiva será ocupada pela professora de Acompanhamento de Crianças com necessidades Educativas especiais (...). A4</p> <p>A professora (...) estava a terminar o número de aulas respeitante aos dois anos da disciplina de Cidadania e Sociedade e que o espaço ocupado no horário por esta disciplina passaria a ser ocupado pela disciplina de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho. A5</p> <p>A professora (...) comunicou a sua preocupação relativamente ao cumprimento na íntegra do número de aulas a leccionar na sua disciplina(...) A6</p> <p>Assim, na disciplina Cidadania e Sociedade</p>		3	2	5 9

	A3, A4, A5, A7-Avaliação de actividades realizadas.	A professora (...) informou que as visitas de estudo ao Centro Cultural de (...) têm decorrido conforme os objectivos previamente estipulados. A3 O Conselho de Turma louvou o trabalho das professoras (...) que participaram no projecto desta turma para a Semana da Escola (...) A4 (...) a professora informou que a visita de estudo ao Museu da Ciência Viva (...) tinha decorrido com os objectivos da visita. A5 (...) todas as actividades realizadas durante este ano lectivo decorreram de acordo como o planeado (...)A7		3	3	3	1
	A3,A4, A7-Avaliação: atribuição de classificações de final de período e de ano lectivo.	(...) após a atribuição das classificações às alunas(...)A3 (...) procedendo-se à atribuição das classificações de acordo com os critérios de avaliação das disciplinas,(...) A4, A7		1	1		1
Planeamento de Actividades	A4, A5-A7-Proposta de actividades a realizar no próximo ano lectivo.	O professor de Sociologia confirmou a sua intenção de realizar em Maio uma recolha de alimentos na escola para o Banco Alimentar Contra a Fome. A4 No âmbito das disciplinas de Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas Especiais, estão a ser planeadas visitas e estudo à (...)A5 A professora (...) informou que esta turma foi contemplada com oito sessões da “Escola Criativa” de duas horas (...)A7		1	1	1	1
Gestão de recursos	A1, A2-Gestão de verbas, nomeadamente para aquisição de fotocópias e de obras literárias.	Informou ainda que devido à inexistência de manuais adoptados para estes cursos, estaria um cartão desta turma, no CRE, para se tirarem fotocópias de modo a se terem materiais / textos de apoio às diversas disciplinas. (...) as alunas tinham pago no	3	1			

Gestão de recursos	A1, A2-Gestão de verbas, nomeadamente para aquisição de fotocópias e de obras literárias.	<p>Informou ainda que devido à inexistência de manuais adoptados para estes cursos, estaria um cartão desta turma, no CRE, para se tirarem fotocópias de modo a se terem materiais / textos de apoio às diversas disciplinas. (...) as alunas tinham pago no acto de matrícula no curso para aquisição destas fotocópias. A1</p> <p>A professora de Português (...) comunicou que o programa da sua disciplina contempla obras integrais (...) vai exigir que as alunas tenham as obras na sala de aula e não irá tirar fotocópias dessas obras pois seria algo impossível... A1</p> <p>Foi ainda sugerido a compra de livros da área do Curso. A2</p>	3	1						
	A2-Assinatura de revistas relacionadas com a área da Acção Educativa.	<p>A professora (...) sugeriu que a escola assinasse as revistas “Crescer” e “Adolescência”. A2</p>		1						82

**-Anexo 55 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C2**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Assistente de Acção Educativa										
<b>Categoria 2:</b> Inter relação Escola/Família										
SUB-CATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	T
Partilha de responsabilidades	A1-Criação de documentos para compromisso dos encarregados de educação na tomada de decisões.	Como tal, foi lido e explicado o documento “Compensação de aulas” que será dado a conhecer e assinar aos Encarregados de Educação (...).A1	1							
	A1- Elaboração conjunta (Docentes/Discentes) de contratos de aprendizagem.	(...) a Directora de Turma informou o Conselho de Turma que (...) os contratos de aprendizagem devem ser entregues até ao dia(...).A1	1							
	A2-Compromisso dos Encarregados de Educação com as regras da escola e do curso.	Os Encarregados de Educação assinaram o documento relativo a compensação de aulas e concordaram com o determinado neste mesmo documento. A2		1						
	A2-Entrega aos Encarregados de Educação de documentação informativa do curso.	Foi-lhes entregue o folheto/guião dos Cursos de Educação e Formação – tipo cinco. A2		1						
	A3-Compromisso de alunos e Encarregado de Educação na melhoria do seu percurso escolar, através de assinatura de um contrato pedagógico.	Os Encarregados de Educação compareceram na escola tendo a Encarregada de Educação da aluna(...), e a própria aluna, assinado o “Contrato Pedagógico”. A3			1					
Mecanismos de comunicação entre a Escola e os Encarregados de Educação	A2-Reunião do Director de Turma com os Encarregados de Educação.	(...) à reunião de Encarregados de Educação do dia vinte e oito de Setembro do corrente ano tinham comparecido os Encarregados de Educação das alunas (...)	1							

	A3-Convocatória dos Encarregados de Educação dos alunos com comportamentos inadequados.	Devido à postura inadequada destas alunas na sala de aula e a um fraco aproveitamento a Directora de Turma solicitou a comparação dos Encarregados de Educação das duas alunas acima referidas.	1					
	A4-Convocatória dos Encarregados de Educação das alunas com fraco aproveitamento.	Saliente-se que no dia vinte e oito de Fevereiro foram convocados para vir à escola os Encarregados de Educação das alunas (...)A4	1					
	A4, A7 -Informações veiculadas aos Encarregados de Educação por via SMS telefone e correio.	(...) a Directora de Turma continuará a informar via SMS ou pessoalmente, sempre que estes compareçam, os Encarregados de Educação acerca do percurso escolar destas alunas. A4 A Encarregada de Educação da aluna (...), contactou telefonicamente a Coordenadora de Curso, (...)A4 A Encarregada de Educação da aluna número (...) foi informada via SMS e por carta sobre o aproveitamento e assiduidade da aluna.A7	7				3	
	A5-Realização de reunião intercalar com os Encarregados de Educação.	(...) a Directora de Turma comunicou terem comparecido à reunião de Encarregados de Educação, no início do terceiro período, os Encarregados de Educação das alunas (...)A5				1		
	A5-Contacto do Director de Turma com aluna e respectiva Encarregada de Educação em particular.	A Directora de Turma informou ter recebido a Encarregada de Educação da aluna (...) assim com a própria aluna (...)A5				1		
	A6-Realização de uma reunião envolvendo Director de Turma, psicóloga da escola, aluna e respectivo Encarregado de Educação.	Nessa reunião estariam presentes a própria psicóloga, a Directora de Turma e o pai da aluna, (...)A6					1	
	A7-Relato de reunião de Director de Turma com Encarregado de Educação.	A Encarregada de Educação da aluna número (...) foi pessoalmente informada em reunião de Encarregados de Educação (...) acerca do						21

**-Anexo 57 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C3**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Assistente de Acção Educativa											
SUB-CATEGORIAS		INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO		FREQUENCIA						
			A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	T	
Caracterização Geral da Turma		A1, A2-Características relativas ao meio familiar, sócio económico, etário, necessidades educativas,...		1							
		A3, A4, A5, A7- Aproveitamento			2	2	1		1		
		<p>(...) o Conselho de Turma considerou o aproveitamento da turma fraco uma vez que apenas três alunas não obtiveram classificações inferiores a dez valores.A3</p> <p>Aproveitamento global da turma: Não satisfatório. A4</p> <p>De um modo geral, as alunas desta turma continuam a ter algumas dificuldades de compreensão e aquisição de conhecimentos, apesar das diversas estratégias adoptadas. A5</p> <p>Aproveitamento global da turma: Satisfatório. A7</p>									
		A2, A3, A4, A5, A7- Comportamento		1	1	3	1		1		
		<p>Em relação ao comportamento, pode haver melhorias (...).A2</p> <p>Relativamente ao comportamento o Conselho de Turma considerou este satisfatório.A3</p> <p>Comportamento global da turma: Satisfatório. A4</p> <p>(...)os professores foram unânimes em considerar que o comportamento da turma melhorou bastante. A5</p> <p>Comportamento global da turma: Bom. A7</p>									
		A2 -Assiduidade		1							
		<p>(...) a Directora de Turma informou que a assiduidade das alunas teve uma melhoria em relação ao ano transacto.A2</p>									

Caracterização de alguns alunos em particular	A3, A4, A5, A6, A7- Aproveitamento	São elas as alunas número (...)A3 A professora de Acompanhamento de Crianças com Necessidades Educativas, (...) informou que a aluna(...)A4 (...)as alunas (...) continuam a ter um fraco aproveitamento, comprometendo, assim, a sua aprovação nesta disciplina. A5 Nas disciplinas de Português e Psicologia as alunas (...), não se têm empenhado o suficiente de forma a atingirem um nível de aproveitamento satisfatório. A6 Foi analisado o caso da aluna e não se viram resultados de trabalho tendo o Conselho de Turma decidido não possibilitar a frequência do segundo ano de formação deste curso. A7		5	3	8	13	5
	A3- Comportamento	Destacam-se pela negativa as alunas número (...)A3		9				
	A2, A5, A6- Problemas de saúde constrangedores da sua participação nas actividades lectivas.	(...) e dado a conhecer ao professor de Educação física as alunas que têm restrições no cumprimento de actividades físicas. A2 A aluna revelava sinais de uma extrema sensibilidade e cansaço motivados por questões familiares, sentimentais, de saúde, (...)A5 (...)a Directora de Turma comunicou que a aluna (...) continuava a revelar sinais de instabilidade, cansaço e quebra no seu aproveitamento escolar(...)A6	7			1	1	
	A4, A5, A6, A7- Motivações	A aluna revelou, durante este presente ano lectivo, uma enorme falta de empenho e motivação(...)A4 Por outro lado, a aluna (...) melhorou a sua postura e tem-se empenhado no cumprimento das actividades propostas.A5			1	4	3	3

A4, A5, A6, A7- Motivações	<p>A aluna revelou, durante este presente ano lectivo, uma enorme falta de empenho e motivação(...).A4</p> <p>Por outro lado, a aluna (...) melhorou a sua postura e tem-se empenhado no cumprimento das actividades propostas.A5</p> <p>(...) não se têm empenhado o suficiente de forma a atingirem um nível de aproveitamento satisfatório. A6</p> <p>A aluna revela uma atitude de desinteresse e pouco empenho.A7</p>			1	4	3	3	
A2, A4,A7-Assiduidade/Pontualidade	<p>No que diz respeito à pontualidade foi acordado pelo Conselho de Turma que as alunas não assinariam as folhas de presenças, sempre que chegassem atrasadas às aulas(...).A2</p> <p>A aluna número(...)ultrapassou metade do limite de faltas (...).A4</p> <p>(...)sendo as chegadas atrasadas às aulas uma constante. A7</p>		1	8			1	89



**-Anexo 54 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C4**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Assistente de Acção Educativa											
<b>Categoria 4:</b> Interação de instituições da região com a Escola.											
SUB-CATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO			FREQUENCIA						
		A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	T		
Centro de Saúde	A2-Despiste de problemas de saúde em alunos do curso.		5	1							
		A professora (...) relatou que a aluna (...) tinha sofrido na aula de Português uma crise e foi encaminhada para o hospital de (...). Julga-se epilepsia, mas só após a consulta de neurologia, já marcada no Hospital (...), será possível diagnosticar a situação. A2 (...). o Conselho de Turma considera importante e urgente a existência de um relatório médico exaustivo e descritivo do estado de saúde da (...), assim como os procedimentos a adoptar em caso de a aluna se voltar a sentir mal na escola. A3									
	A2, A3- Apoio de técnico de saúde a alunos desta turma.		3	3							
		A professora (...) informou que a enfermeira (...) estará todas as terças-feiras na escola (...). Uma das questões a tratar pela enfermeira é a obesidade / hábitos alimentares entre os nossos alunos. A2 As alunas (...) frequentam sessões com a enfermeira (...) no âmbito do projecto “Saúde Alimentar e Obesidade”. A3									
	A5-Encaminhamento de alunos para programas de apoio promovidos pelo Centro de Saúde e Autarquia.					1					13
		A Directora de Turma aconselhou a Encarregada de Educação a marcar uma consulta (...) com o respectivo médico de família(...) sugeriu ainda a marcação de uma consulta no “Espaço S”, em (...). A5									

**-Anexo 53 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C5**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Assistente de Acção Educativa										
Categoria 5: Insucesso Escolar		INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA						
SUB-CATEGORIAS				A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7 T
Abandono escolar	A3, A4-Anulação de matrícula	A aluna número (...), anulou a matrícula no dia vinte e nove de Novembro do corrente ano. A3 A aluna número (...), anulou a matrícula no dia vinte e três de Março do corrente ano. A4				1	1			
Absentismo	A3-Exclusão por excesso de faltas	A aluna número (...), foi excluída por excesso de faltas. A3				1				
	A3-Absentismo por motivo de doença	A aluna(...) não obteve classificações em diversas disciplinas devido à inexistência de suficientes elementos de avaliação por falta de assiduidade da aluna por motivo de doença, diversos internamentos (...)A3				1				
Incumprimento dos deveres escolares	A3-Falta de elementos de avaliação									4

**-Anexo 56 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Auxiliar de Acção Educativa C6**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Assistente de Acção Educativa											
Categoria 6: Trabalho Inter sectorial.											
SUB-CATEGORIAS		INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA							
				A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	T
Serviço de Psicologia e Orientação		A4,A5-Apoio dado pelo SPO a aluna.	(...) o Conselho de Turma concordou que a Directora de Turma em conjunto com a professora(...) e com a psicóloga (...) tivessem uma conversa com as alunas (...) no sentido de uma possível reorientação no seu percurso escolar devido ao fraco aproveitamento. A4 A aluna foi encaminhada para o Serviço de Psicologia e Orientação para um acompanhamento psicológico com a psicóloga (...)A5				4	1			6
		A6-Solicitação por parte de uma aluna a apoio psicológico.	A doutora (...) transmitiu ainda que a aluna número (...) tinha solicitado um encontro com a psicóloga. A6						1		

**-Anexo 58 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C1**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Técnico de Electrónica											
Categoria 1: Organização curricular e pedagógica do Curso											
SUB-CATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA								
			At1	At2	At3	At4	At5	At6	At7	T	
Cumprimento do Normativo	At1 -Adopção por parte dos professores de regras específicas.	(...) a professora (...) entregou ao coordenador de curso, (...) o guião orientador dos procedimentos a adoptar (...) para compensação de aulas por falta do professor(...) At1	1								
Gestão do Currículo	At1, At2, At3, At5-Organização de actividades extra curriculares relacionadas com os conteúdos leccionados.	(...) O Conselho de Turma considerou ser mais oportuno apresentar as planificações das actividades da turma, após conclusão das planificações programáticas (...) At1 (...) os professores entregaram ao Director de Turma os respectivos planos para elaboração do Plano de Trabalho conjunto. At2 Para o segundo período a professora (...) de Português, está a prever realizar uma visita de estudo ao teatro, sobre a temática Querosiana. At3 (...) a professora da disciplina de Matemática está a planificar uma visita de estudo ao Museu Ciência Viva (...) At4 Os professores da área técnica informaram que a visita de estudo à barragem do Alqueva está calendarizada para o dia 11 de Abril de 2007. At5 (...) a professora de Matemática teve de transferir para o terceiro período a visita de estudo ao Parque de Ciência Viva (...) At6	1	1	3	1	1	1			



	At3, At7-Avaliação de actividades realizadas.	(...) no que respeita a visitas de estudo, estas não se efectuaram no decorrer do primeiro período.At3 As actividades desenvolvidas de acordo com o PCT, atingiram os objectivos propostos nas diversas disciplinas, At7	1			1	
	At3,At6, At7-Avaliação: atribuição de classificações de final de período e de ano lectivo.	Procedeu-se à atribuição das respectivas classificações ao alunos;At3 (...) procedeu-se à atribuição das respectivas classificações aos alunos;At6 (...) procedeu-se à atribuição das classificações de acordo com os critérios de avaliação das disciplinas, aprovadas em Conselho Pedagógico.At7	1			1	1
Planeamento de Actividades	A4, A5-A7-Proposta de actividades a realizar no próximo ano lectivo.						
Gestão de recursos	A1, A2-Gestão de verbas, nomeadamente para aquisição de fotocópias e de obras literárias.						
	A2-Assinatura de revistas relacionadas com a área da Acção Educativa.						

**-Anexo 61 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C2**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Técnico de Electrónica												
Categoria 2: Inter relação Escola/Família												
SUB-CATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO			FREQUENCIA							
		A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	T			
Partilha de responsabilidades	A1-Criação de documentos para compromisso dos encarregados de educação na tomada de decisões.											
	A1- Elaboração conjunta (Docentes/Discentes) de contratos de aprendizagem.											
	A2-Compromisso dos Encarregados de Educação com as regras da escola e do curso.											
	A2-Entrega aos Encarregados de Educação de documentação informativa do curso. do curso.											
	A3-Compromisso de alunos e Encarregado de Educação na melhoria do seu percurso escolar, através de assinatura de um contrato pedagógico.											
Mecanismos de comunicação entre a Escola e os Encarregados de Educação	At4-Reunião do Director de Turma com os Encarregados de Educação.				1							
	A3-Convocatória dos Encarregados de Educação dos alunos com comportamentos inadequados.											
	A4-Convocatória dos Encarregados de Educação dos alunos com fraco aproveitamento.				2							





**-Anexo 60 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C3**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Técnico de Electrónica										
SUB-CATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA							T
			At1	At2	At3	At4	At5	At6	At7	
Caracterização Geral da Turma	At2-Características relativas ao meio familiar, sócio económico, etário, necessidades educativas,... At2, At3, At6, At7 - Aproveitamento	(...) o Director de Turma fez uma breve caracterização da mesma, salientando que (...)At2 (...) o que se concluiu que a turma é globalmente pouco trabalhadora (...)At2 O Conselho de Turma considerou que em termos gerais o aproveitamento (...) é satisfatório. At3 (...) Conselho de Turma considerou que na generalidade das disciplinas a turma mantém-se pouco empenhada participando apenas nas actividades propostas para a sala de aula. At4 (...) Conselho de Turma mantém a opinião que na generalidade das disciplinas a turma é pouco empenhada, (...)At5 O Conselho de Turma considerou que em termos gerais o aproveitamento da turma (...) são satisfatórios. At6 Aproveitamento geral da turma: satisfatório. At7		1	1	1	1	1		1

	At2, At3, At6, At7 - Comportamento	(...) o que se concluiu que a turma é globalmente (...) agitada(...)At2 O Conselho de Turma considerou que em termos gerais o (...) comportamento é satisfatório. At3 O Conselho de Turma considerou que em termos gerais o comportamento (...) são satisfatórios. At6 Comportamento geral da turma: satisfatório. At7	1	1			1	1
	A2 -Assiduidade							
Caracterização de alguns alunos em particular	At2, At3, At6- Aproveitamento	(...) o aluno(...) não cumpre as tarefas da aula, entregando inclusivamente testes e trabalhos praticamente em branco.At2 O aluno (...) necessita de maior empenhamento na área técnica bem como na disciplina de Físico-química.At3 Continuam a destacar-se pela negativa os alunos (...) At4 Disciplina de Português – Revelam fraco empenhamento/aproveitamento os alunos (...), At5 Os alunos (...) revelam dificuldades em algumas disciplinas devido à falta de concentração/Empenhamento. At6	1	4	4	8	6	
	At2- Comportamento	Relativamente ao comportamento, têm sido os alunos(...) os mais destabilizadores. At2 O aluno (...) salienta-se pela negativa em termos comportamentais. At6	2				1	
	A2, A5, A6- Problemas de saúde constrangedores da sua participação nas actividades lectivas.							

	A4, A5, A6, A7- Desmotivação	Os alunos(...) manifestam em geral desinteresse pelas actividades desenvolvidas nas aulas (...) At3 Disciplina de Fisico - Química - Manifestam desmotivação os alunos (...)At5 (...) os alunos (...) continuam a revelar notória falta de desempenho/desinteresse na generalidade das disciplinas/curso. At6		2		2		1	
	At6, At7-Assiduidade/Pontualidade	O aluno (...) atingiu o limite de faltas na disciplina de (...)At6 Revelaram fraca assiduidade os alunos (...)At7						4	3

**-Anexo 59 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C4**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Técnico de Electrónica									
<b>Categoria 4:</b> Interação de instituições da região com a Escola.									
SUB-CATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA						
			A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7 T
Centro de Saúde	A2-Dispiste de problemas de saúde em alunos do curso.								
	A2, A3- Apoio de técnico de saúde a alunos desta turma.								
	A5-Encaminhamento de alunos para programas de apoio promovidos pelo Centro de Saúde e Autarquia.								

**-Anexo 62 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C5**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Técnico de Electrónica														
Categoria 5: Insucesso Escolar														
SUB-CATEGORIAS		INDICADORES		UNIDADES DE REGISTO		FREQUENCIA								
				At1	At2	At3	At4	At5	At6	At7	T			
Abandono escolar		At2, At3-Anulação de matrícula			1	1					2			
			(...) o Director de Turma informou os presentes que o aluno (...) anulou a matrícula, no passado dia quatro de Outubro. At2											
			O aluno (...), anulou a matrícula em dezassete de Novembro de dois mil e seis. At3											
			Anularam a matrícula os alunos(...) At7											
Absentismo		A3-Exclusão por excesso de faltas												
		A3-Absentismo por motivo de doença												
Incumprimento dos deveres escolares		A3-Falta de elementos de avaliação												

**-Anexo 63 - Tabela de análise de Actas de Reuniões de Conselho de Turma do Curso de Educação e Formação de Técnico de Electrónica C6**

Tabela de Análise – Actas de Conselho de Turma do CEF de Técnico de Electrónica										
SUB-CATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	FREQUENCIA							
			A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	T
Serviço de Psicologia e Orientação	At4 –Propostas de apoio dado pelo SPO aos alunos.	(...) de solicitarem aconselhamento junto do serviço de Psicologia e Orientação Escolar. At4 (...) a Dra. (...) do Serviço de Psicologia e Orientação informou que reuniu com o aluno (...) e sua progenitora no sentido de encontrarem alternativas escolares para o aluno. At5				2	1			
	A6-Solicitação por parte de um aluno a apoio psicológico.									